



# V ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA UFAL

II Colóquio Nacional do GEAC  
I Colóquio PIBID História

## A Invenção do Brasil: Cultura, Escravidão e mestiçagens

27 de Outubro a 02 de Novembro de 2013

- Conferências
- Mesas Redondas
- Minicursos
- Simpósios Temáticos
- Oficinas



Local: Centro de Convenções  
Ruth Cardoso.

**Informações:**

Site: [www.ufal-geac.com.br](http://www.ufal-geac.com.br)

E-mail: [encontrohistoriaufal@hotmail.com](mailto:encontrohistoriaufal@hotmail.com)

# ANAIS ELETRÔNICOS

# ISSN 2176-784X

## COMISSÃO ORGANIZADORA

Antonio Filipe Pereira Caetano  
Dimas Bezerra Marques  
Gian Carlo de Melo Silva  
Lanuza Maria Carnaúba Pedrosa

## COMISSÃO CIENTÍFICA

Alberto Vivar Flores – UFAL  
Ana Cláudia Aymoré Martins – UFAL  
Ana Mónica Henriques Lopes – UFAL  
Ana Paula Palamartchuk – UFAL  
Ângelo Faria de Assis – UFV  
Antonio Filipe Pereira Caetano – UFAL  
Célia Nonata da Silva – UFAL  
Cinthia Roberta dos Santos – UFAL  
Durval Muniz de Albuquerque Júnior – UFRN  
Eduardo França Paiva – UFMG  
Fabrício Mota – IFBA  
Gian Carlo de Melo Silva - UFAL  
Gustavo Manoel da Silva Gomes – UFAL  
Irineia Maria Franco dos Santos – UFAL  
Janaina Cardoso de Melo – UFS  
Janaína Guimarães da Fonseca e Silva – UPE  
Lúcia Falcão Barbosa – UFRPE  
Luiz Domingos do Nascimento Neto – UFRPE  
Marcos Almeida – UNICAP École  
Maria Thereza Didier de Moraes - UFPE  
Oswaldo Batista Acioly Maciel – UFAL  
Pollyana Gouveia Mendonça Muniz – UFMA  
Raquel de Fátima Parmegiani – UFAL  
Roberta Franco – UFF  
Ronaldo Vainfas – UFF  
Suely Creusa Cordeiro de Almeida – UFRPE

## EDITORIAÇÃO

Antonio Filipe Pereira Caetano

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Centro de Pesquisa e Documentação Histórica – CPDHIS**

Encontro de História: (5: 2013: Maceió, AL).  
Anais do V Encontro de História: A Invenção do Brasil – Cultura, Escravidão e Mestiçagens/II Colóquio Nacional do GEAC/I Colóquio PIBID História, Maceió, 27 de outubro a 02 de Novembro [recurso eletrônico], Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Curso de História, Maceió: Ufal, 2013.

ISSN: 2176-784X

1.. História; 2. Encontro; 4. Cultura; 5. Escravidão; 6. Mestiçagens

CDU: 981(063)

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	09
<b>Resumos</b>	10
Simpósio 1 – História, Crime e Poder	11
Simpósio 2 – História e Religiosidades	17
Simpósio 3 – Por uma Escola Histórica Latino-americana	33
Simpósio 4 – O Atlântico e a Globalização: os Processos de Circulação, Colonização, Comércio e Mestiçagens (Séculos XVI ao XIX)	36
Simpósio 5 – Cultura, Diversidade e Patrimônio	55
Simpósio 6 – Cenários, Experiências e Narrativas	76
<b>Trabalhos Completos</b>	92
Simpósio 1 – História, Crime e Poder	93
Simpósio 2 – História e Religiosidades	146
Simpósio 3 – Por uma Escola Histórica Latino-americana	307
Simpósio 4 – O Atlântico e a Globalização: os Processos de Circulação, Colonização, Comércio e Mestiçagens (Séculos XVI ao XI)	322
Simpósio 5 – Cultura, Diversidade e Patrimônio	541
Simpósio 6 – Cenários, Experiências e Narrativas	769

Os conteúdos dos resumos e dos textos completos são de inteira responsabilidade dos expositores de trabalho.

Os textos e resumos estão organizados por autores e em ordem alfabética. Todos os textos que foram entregues para publicação em anais eletrônicos estarão disponíveis no endereço eletrônico:

**<https://sites.google.com/site/vencontrodehistoria/>**  
**[www.ufal-geac.com.br](http://www.ufal-geac.com.br)**

## Apresentação

Em 2009 o curso de História da Ufal, através do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDHis), da Universidade Federal de Alagoas, (re)iniciou suas atividades de extensão através da organização do I Encontro de História que, naquele contexto, preocupado com a própria história local, discutia a temática "**História de Alagoas, Historiografia & Documentação**". Foi um momento importante porque havia a necessidade de (re)pensar a historiografia alagoana e o ensino de história no Estado, tendo em vista os caminhos e as trajetórias futuras a serem aplicadas.

No ano seguinte, 2010, o evento ganhava uma característica regional, mas o problema historiográfico ainda cercava os corredores do curso. Intitulado "**Historiografia Brasileira - Problemas, Debates e Perspectivas**" o evento conseguiu atingir os professores e alunos dos estados vizinhos, proporcionando uma ampliação da visibilidade da (re)organização do curso e o aprofundamento de estudos e trabalhos sobre a escrita da história.

Em 2011, com a mudança de perspectiva do evento, que passaria a ser gerenciado anualmente por cada um dos grupos de pesquisas do curso que compunham o CPDHis, as atividades chegaram ao nível nacional. Tendo suas atividades principais gerenciadas pelo Grupo de Pesquisa História Social do Crime, o evento "**Poder, Crime e Segurança Pública**" discutiu os problemas históricos da violência, do crime e das estratégias e limites da criminalidade no Brasil.

No ano passado, 2012, o evento deu-se no bojo das reflexões realizadas em Alagoas acerca os 100 anos do episódio conhecido como "Quebra de Xangô" (1912). Naquele ano parte dos terreiros-de-santo da Capital Maceió foi invadido e solapado por uma milícia, braço armado de políticos locais. Contribuindo para as reflexões historiográficas de tal evento, o Laboratório de História Afro-Brasileira (LAHAFRO) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) juntaram forças e realizaram o IV Encontro Nacional "**História, Racismo e Religiosidades Negras**". Os debates ampliaram-se também para a discussão da problemática do racismo e das relações étnico-raciais que marcaram e marcam a vida social e comportamental brasileira, especialmente em suas formações religiosas.

Finalmente, em 2013, o Grupo de Estudos América Colonial (GEAC) terá a responsabilidade de conduzir as atividades principais do evento. Este grupo, criado em 2008 vem ao longo destes cinco anos trabalhando no (re)pensar e na (re)escrita do passado colonial alagoano, ainda muito marcada tradicionalmente por uma aprisionamento aos escritos pernambucanos e à uma forma de escrita factual e positivista. Assim, com uso de fontes pouco trabalhadas pelos autores locais, ampliando suas relações institucionais e formando redes de pesquisa, o grupo possui uma revista eletrônica, ULTRAMARES, e realizou o I Colóquio Nacional do grupo, em 2012, discutindo Poder, Administração e Redes Políticas.

Conectado ao programa PIBID, ao CPDHis e dando continuidade a realização do II Colóquio do Grupo, que este ano o **V ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA - Invenção do Brasil: Cultura, Escravidão e mestiçagem** tem em sua programação central temáticas ligadas à experiência colonial, mas não exclusivo a ela. Neste sentido, o mote central é discutir a cultura no Brasil, seja no momento colonial ou na experiência enquanto império.

Comissão Organizadora  
Maceió, 22 de Outubro de 2013.



# RESUMOS

**SIMPÓSIO 1 –  
História, Crime e  
Poder**

## **ECONOMIA, RELIGIÃO E VIOLÊNCIA NO SERTÃO DO RIO DE SÃO FRANCISCO: O CASO DAS MINAS DE SALITRE, 1696-1706.**

*Alex Rolim*  
*Graduado em História – Ufal*  
*Email: arolimm@hotmail.com*

Essa comunicação visa o debate sobre o processo de colonização em “Alagoas Colonial”. Propõe-se aqui um estudo crítico da administração e extração do Salitre na região do Rio de São Francisco, ao final do século XVII, aonde os portugueses impuseram sua visão de ordem, tentando cooptar ameríndios para trabalho forçado e escravista. Caso os mesmos não obedecessem, era institucionalizada a *guerra justa* e a violência “legalizada”. Os papéis da religião católica e dos capitães militares invocam o tópico onde se devem pensar as atividades dos ameríndios de defesa de seus territórios, se protegendo contra o poder dos portugueses. No entanto, o uso “legal” de uma “legítima defesa” só aparece nos quadros dos colonizadores, quando se achava necessária o uso da força contra os “gentios da caatinga”. Portanto, tal acontecimento histórico serve para o aguçamento na análise do discurso “econômico” (bem-comum medieval) criado pelas elites (classes dominantes) em detrimento daqueles que, em sua visão, eram “empecilhos” em sua procura de riquezas e poder político, necessitando afastá-los da distribuição das riquezas, mas não do processo de trabalho, assim como acontece nos dias atuais em grandes obras rurais e urbanas na história do Brasil.

**Palavras-chave:** Alagoas Colonial, Rio de São Francisco, Economia, Minas de Salitre.

## **O DISCURSO IMAGÉTICO DA REPRESSÃO: A AÇÃO POLICIAL CONTRA O PARTIDO COMUNISTA EM PERNAMBUCO**

*Elton Flor da Silva*  
*Graduado em História – UFRPE*  
*Email: eltonflor@gmail.com*

A pesquisa em curso tem como objetivo a análise de imagens e de suas representações produzidas pelas forças de repressão do Estado, contidas em processos judiciais para fins de prova processual, que deram suporte ao discurso da repressão ao Comitê Regional do Partido Comunista em Pernambuco em 1956. Pretende-se verificar a relevância da iconografia como fonte documental para a construção de mecanismos de controle social e para a desconstrução de discursos e estratégias políticas, baseando-se em uma análise comparativa com fontes escritas impressas, como jornais, e depoimentos orais que possam contribuir para a compreensão das imagens e de suas representações sobre o Partido Comunista. As imagens serão captadas teoricamente pelo viés da História Cultural como fragmentos da cultura que historicamente fomentou a repressão sobre o Partido.

**Palavras-chave:** Repressão, Partido Comunista, Imagem.

## **EXPANSÃO DO COMPLEXO SUCROENÉRGICO DE ALAGOAS: REORDENADO POR POLÍTICAS INTERVENCIONISTAS DO ESTADO**

*Maria Gisélia da Silva Gomes*  
*Pós-graduada em Gestão Ambiental - Uneal*  
*Email: zeliasg@ig.com.br*

*Giselma da Silva Gomes*  
*Pós-graduada em Gestão Ambiental- Uneal*  
*Email: giselmagomes@ig.com.br*

O presente artigo tem como objetivo analisar como ocorreu o processo de desenvolvimento do setor sucroalcooleiro e de que forma o governo Estadual contribuiu com o crescimento e desenvolvimento das usinas alagoanas. Empreendendo uma revisão histórica sobre o poder da ingerência política da agroindústria canavieira em articular formas de domínio e arregimentação de recursos públicos para suas atividades privadas em Alagoas, bem como estudar as suas composições, vínculos ideológicos e econômicos e os interesses envolvidos.

**Palavras-chave:** Usineiros, Poder Político, Economia.

## **AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA NA “TERRA DOS MARECHAIS”: UM BREVE RECORTE DE 1930-1938.**

*Gustavo Bruno Costa Neri*  
*Mestrando em História – PPGH Ufal*  
*Email: gustavohist@hotmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Ana Paula Palamartchuk*

Esse trabalho pretende abordar estudos sobre a Ação Integralista Brasileira Alagoana - AIB-AL, sua formação política, impacto nos setores trabalhistas da região, sua função e representação no centro político alagoano. O recorte temporal escolhido foi o de 1930-1938, período o qual o mundo vai passar por diversas turbulências desde o Crash na Bolsa de valores de New York até o início da Segunda grande Guerra Mundial, em que Alagoas também sofrerá com esse impacto, tendo em vista que esse é o maior marco da atuação do integralismo no estado. Então, essa faixa cronológica guarda para a historiografia alagoana informações prioritárias para a compreensão de como se desenvolveu a política varguista no estado de Alagoas, quais as intenções e como atuava a ação integralista nesse processo.

**Palavras-Chaves:** Integralismo; Alagoas; Política.



## **DISPUTAS POLÍTICAS E VIOLÊNCIA EM CAMPINA GRANDE (1888-1925)**

*Hugo Paz de Farias Braga  
Graduando em História – UFCG  
Email: hugopazb@hotmail.com  
Orientador Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha*

Campina Grande, cidade do interior da Paraíba e localizada no agreste, experimentou assim como tantas outras cidades do norte (depois nordeste) intensas lutas políticas entre suas elites. Lutas estas que não raro descambavam para a violência armada. Confrontos estes que em maior ou menor grau remetem ao Império, desembocando na primeira república. Este trabalho tem por objetivo problematizar a dinâmica da ocorrência destas lutas e suas variáveis que se alteravam a partir de influências e acordos locais e estaduais, bem como do maior uso do poder público a ser envolvido nestas disputas. O período enfocado vai de finais do Império (1888) até meados da primeira república (1925). Ao mesmo tempo, será problematizado todos os interesses econômicos e políticos que cercavam estas disputas contradizendo certa historiografia local e tradicional que aborda o processo em termos de paz e harmonia em torno do bem maior do progresso.

**Palavras-chave:** coronelismo; disputas políticas; República Oligárquica;

## **1952: FLORO NOVAES O VINGADOR DO SERTÃO ALAGOANO**

*Maria Leylane Oliveira Meneses  
Graduanda em História – Ufal  
Email:lyla.history@hotmail.com  
Orientadora Profa. Dra. Célia Nonata da Silva*

O referido trabalho tem como proposta analisar a origem, a formação e as motivações que levaram Floro Noaves a se tornar um conhecido bandido no sertão nordestino onde passou a atuar em Santa do Ipanema. Através da definição de banditismo social empregada por Hobsbawn, o personagem apresentado será enquadrado em um simbolismo de herói, personagem corriqueiro no sertão por se tratar de uma região onde a estrutura política, social e econômica é desfavorecida para a maioria da população local.

**Palavras-chaves:** Sertão, Banditismo e Vingador

## **PRISÕES NO BRASIL: INSERÇÃO DA MULHER DELINQUENTE NOS PARÂMETROS MODERNOS DE PUNIÇÃO**

*Marta Ferreira da SilvaSevero  
Graduada em História – Ufal  
Email: marta\_ff10@hotmail.com  
Dra. Elaine Pimentel*

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a origem das prisões femininas no Brasil que, desde seus primórdios, perpassa por uma trajetória marcada por improvisações. Até meados do século XVIII não se pensava em prisão como aplicação da pena em si, mas como um local de custódia; essa concepção passou a mudar no fim do século XVIII e princípio do XIX na Europa (FOUCAULT, 1987). No Brasil esse modelo foi sendo incorporado com a intenção de mostrar que o país estava se “modernizando”. A prisão tinha objetivos diferentes tanto para o homem quanto para a mulher. Entretanto, a separação por sexo não aconteceu paralela à aplicação da pena privativa de liberdade, já que no Brasil o primeiro presídio feminino surgiu quase um século depois das mudanças implantadas no sistema penal. No geral as mulheres eram detidas em prisões projetadas para homens, no mesmo espaço que eles.

**Palavras-chaves:** presídio, feminino, improvisações.

## **TIPOLOGIA CRIMINAL E A VITIMIZAÇÃO DO GÊNERO EM MACEIÓ (2006-2009)**

*Renata Martins Macêdo  
Graduanda em História – Ufal  
Email: renamacdo@hotmail.com  
Orientadora Profa. Dra. Célia Nonata da Silva*

A atual vivência criminal enfrentada pela sociedade nos desperta para o entendimento, teorização e estudo do assunto, violência, que presentemente vem sendo estudado pela Escola de Chicago. A capital do Estado de Alagoas, Maceió, enfrenta sérios problemas no quesito segurança pública e tem a “mulher” como o seu principal alvo, pesquisas realizadas através de análises das fontes primárias, (Boletins de Ocorrência) nos dão uma percepção da condição criminológica na qual as mulheres maceioenses estão inseridas. A sua condição de vítima faz parte de um processo histórico e já se encontra verdadeiramente incrustrado no nosso âmbito social e integralmente alicerçado pelo processo patriarcalista.

**Palavras-Chaves:** Gênero, Violência, Crime.

## **FEMICIDIO EM MACEIÓ: UMA ANÁLISE NA REGIÃO CENTRO-OESTE (2006-2011)**

*Roseane Monteiro Virginio*  
*Graduanda em História – Ufal*  
*Email: rose\_historia@hotmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Célia Nonata da Silva*

Este artigo tem como objetivo identificar os vários tipos de violência contra as mulheres, mas enfatizado o problema latente de mortes de mulheres que cerca os bairros de Maceió. Através da análise dos Boletins de Ocorrência e dos Relatórios da Comissão de Direitos Humanos conseguimos entender essa crescente criminalidade através da História Social do Crime.

**Palavras-chaves:** violência, femicídio e mulheres.

## **EM GUERRA QUE COBRA FUMA, ALAGOANO É CONVOCADO**

*Sérgio lima Conceição*  
*Mestrando em História – PPGH-Ufal*  
*Orientadora Profa. Dra. Ana Paula Palamartchuk*  
*Email: sergiolimaco@hotmail.com*

Este artigo consiste na exposição de dados e fatos referentes à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, enfatizando-se a atuação dos pracinhas alagoanos no conflito global do século XX, que é pouco ou quase nada comentada. Da mesma forma que foi delegada às principais potências capitalista todo o mérito da vitória no conflito mundial, e, sem se esquecer da URSS, que também teve sua cota de contribuição defendida, no início do pós-guerra, pelas nações centrais. Está construção, dar-se-á, de uma maneira mais particularizada, na configuração dos pesos de participação dos estados brasileiros nesta guerra. É possível de ser averiguada tal afirmação quando se afirma, ou se escreve, sobre o engajamento apenas dos naturais dos estados mais ricos da federação, como foi o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Diminuindo-se, assim, a participação dos outros componentes estaduais, que compuseram o quadro geral de combatentes, hoje pracinhas, e das suas contribuições em terras nacionais. Neste caso, especificadamente, os alagoanos.

**Palavras-Chaves:** II Guerra, Força Armada Brasileira, Pracinhas alagoanos.

**SIMPÓSIO 2 –  
História e  
Religiosidades**



## **AS REPRESENTAÇÕES DO EXU NA UMBANDA: CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS E SIMILITUDES DO DIABO CRISTÃO**

*Adriano Oliveira Trajano Gomes*

*Mestre em Ciência das Religiões*

*Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT – Lisboa/Portugal.*

*Email: adrianotrajano13@hotmail.com*

A concepção religiosa judaico-cristã, sobretudo, dos missionários europeus e viajantes dos séculos XVIII e XIX acerca da imagem de Exu venerada na África entre as culturas fon e irorubás como representação do diabo e da maldade, foi amplamente disseminada e imbuída no imaginário popular brasileiro e, em grande parte, na própria cultura afro brasileira, sobretudo, na Umbanda. Nos escritos dos missionários cristãos, viajantes e observadores encarregados do pensamento cristão-ocidental, Exu sempre foi ressaltado como entidade demoníaca e perversa, verdadeiro representante do mal e de toda a sorte de pecado. O impingimento de Exu no Ocidente, caracterizado como entidade do mal, da danação, da luxúria e hedionda, imputou-lhe a pecha do mal que durante a história sincrética permeou o panteão afro brasileiro, principalmente, com o desenvolvimento da Umbanda a partir dos anos 30.

**Palavras-Chaves:** Exu, Pombagira, Umbanda.

## **CEB'S UM NOVO SUJEITO POLÍTICO**

*Alex Benedito Santos Oliveira*

*Mestrando em História – PPGH – Ufal*

*Email: alexphelip@hotmail.com*

*Orientadora Profa. Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos*

O presente texto tem por finalidade o estudo das ações políticas de enfrentamento exercidas pela Igreja católica brasileira perante o regime militar. Isto mediante a análise das ações tomadas por ela no período de 1970 a 1985. Ações que tiveram como reflexo o desenvolvimento de seguimentos políticos que cuidaram em articular ações políticas da Igreja na região nordeste, cuidando em compreender a influencia dela nos arcebispados e paróquias da região. Influência que eram baseadas em seguimentos políticos que foram denominadas de Ceb's (comunidades eclesiais de base) que cuidaram em estabelecer formas de articulações que visavam instruir os movimentos sociais das regiões nordestinas sobre a realidade de opressão que o regime militar exercia na região nordestina. E também que garantiam o poder de construção ideológica da Igreja dentro dos grupos populares.

**Palavras-Chaves:** poder; religiosidade; ditadura.

## **REVER A RELIGIOSIDADE COLONIAL E AS IDENTIDADES RELIGIOSAS NO BRASIL EM SALA DE AULA: A EXPERIÊNCIA DO PIBID**

*Angelo Adriano Faria de Assis  
Universidade Federal de Viçosa  
Email: angeloassis@uol.com.br*

Este trabalho é parte integrante das atividades do Programa de Incentivo à Docência – PIBID CAPES, e apresenta resultados referentes aos trabalhos produzidos pelo PIBID de História da Universidade Federal de Viçosa, coordenado por mim. Dentre as temáticas abordadas, encontram-se trabalhos que visam uma melhor compreensão das origens da formação da religiosidade brasileira e suas especificidades ao longo dos tempos. Dentre os resultados esperados, encontra-se a busca de uma atitude de respeito e tolerância em relação à religião do outro. Para tanto, conhecer a origem e a história das crenças religiosas e de sua presença no Brasil é tarefa primordial e indispensável. Esta comunicação visa apresentar algumas das atividades propostas, suas formas de implementação, relatos de experiência e resultados alcançados pelas ações perpetradas pela equipe do PIBI História UFV.

**Palavras-chaves:** PIBID; Ensino de História; Tolerância religiosa.

## **UMA NOVA IDENTIDADE PARA A DIOCESE DE NATAL: O CASO DO PADRE JOÃO MARIA NA DÉCADA DE 1930**

*Antonio Ferreira de Melo Junior  
Licenciado e Bacharelado em História – UFRN  
Email: antoniofdelelojr@yahoo.com.br  
Orientador: Dr. Renato Amado Peixoto- DHIS/PPGH/UFRN*

No ano de 2002, por iniciativa de um grupo de católicos de Natal, foi aberto o processo de beatificação do padre João Maria Cavalcanti de Brito (1848-1904). Nosso trabalho discute a presença do padre João Maria na narrativa do monsenhor Alves Landim, autor da primeira biografia do referido padre, em 1935, e a sua incorporação ao Jornal *A Ordem*, porta-voz da Diocese de Natal. Assim, o presente trabalho justifica-se por esclarecer acerca do desenvolvimento de novas religiosidades dentro do catolicismo e da atuação política da Igreja na década de 1930. Lançamos mão de textos clássicos da estética da recepção (GUMBRECHT, 2004; ISER, 1996) e, como fontes, destacamos o livro *Um perfil de sacerdote*, de monsenhor Landim, e os jornais *A Ordem* e *A República*.

**Palavras- chaves:** Identidade católica- Padre João Maria- Monsenhor Landim.

## **ABRINDO A “PORTA DO CÉU”: O ESTABELECIMENTO DAS COMUNIDADES JUDAICAS NO NORTE DO BRASIL OITOCENTISTA.**

*Antonio Gutemberg da Silva  
Mestre em História – UFCG  
Email: gutembergprofessor@yahoo.com.br*

As notícias de uma América que se emancipava que se tornava livre, frente às ideias liberais, suas terras vastas, a natureza ímpar e exuberante, associadas, sobretudo, ao Brasil e suas dimensões territoriais ainda não exploradas, comungavam com as primícias de uma Terra Prometida, tornando-se o lugar de desejo e de promessas para o imigrante, para o povo judeu. Em meio a um universo de fugas, naturalizações e adaptações os judeus que migram para o Norte imprimiram uma organização ímpar no que se refere à formação de uma comunidade judaica e judaizante a partir do século XIX. Sendo assim, nossa comunicação se propõe discutir a participação dos judeus nos processos de ocupação no Norte do Brasil visto nos processos de naturalização e de registros de estabelecimentos comerciais, contribuindo para a composição de uma Amazônia legada de imensa pluralidade étnica e cultural.

**Palavras-Chaves:** Imigração, Judeu, Pluralidade Étnica.

## **LEGADO AFRICANO NO BRASIL, DO CANDOMBLÉ À UMBANDA: UM ESTUDO DE CASO EM POÇÕES/BAHIA**

*Celio Silva Meira  
Mestre em Ciências Ambientais e Desenvolvimento – PPGCE – UESB  
Email: celliosilvameira@bol.com.br*

*Marília Flores Seixas de Oliveira  
Doutora em Desenvolvimento Sustentável – UnB  
Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – UESB  
Email: marilia.flores.seixas@gmail.com.*

Esta pesquisa propõe uma análise do legado africano no Brasil, sobretudo no que tange aos aspectos religiosos e sua relação com os elementos da natureza como um todo. Discute também o surgimento de uma nova vertente dessa matriz de origem afro-brasileira, a Umbanda, do seu nascimento a sua concretização enquanto religião que vai beber nas raízes africanas, europeias, indígenas dentre outras, por aqui existentes. Fazendo um recorte acerca do seu surgimento no município de Poções- Bahia, nas primeiras décadas do século XX e seu crescimento, a partir dos fluxos migratórios Nordeste/Sudeste.

**Palavras-chaves:** candomblé, cultura e Bahia;

## **REPRESENTAÇÃO DO RACISMO À BRASILEIRA NA LITERATURA DE CORDEL (1900 – 1940)**

*Cinthia Roberta dos Santos*  
*Mestranda em História – PPGH – Ufal*  
*Email: cinthiarai@hotmai.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Raquel de Fátima Parmegiani*

O presente artigo buscará pensar as questões étnico-raciais que existentes no processo de construção do imaginário sociocultural de homens e mulheres sertanejos no início do século XX. Para tal análise, recorreremos à literatura de cordel, prática cultural muito difundida no nordeste brasileiro, principalmente nos meios menos urbanizados. Traçaremos um diálogo entre história e literatura, em que, nos propomos a analisar de que maneira o racismo à brasileira difundido pelos intelectuais do início do século XX, foi representado dentro da literatura de cordel. Para tal, mapearemos os discursos que constroem as representações desse imaginário sociocultural racista, como também os mecanismos sociopolíticos de sua produção.

Palavras-chave: racismo, cordel, literatura.

## **BEBERAGENS, BATUQUES E FEITIÇOS: RELAÇÕES ENTRE A CRENÇA E A CURA NO FINAL DOS OITOCENTOS EM MARUIM – SE**

*Daiane de Jesus Oliveira*  
*Mestranda em História – UFS*  
*Email: daianemitsune@hotmail.com*  
*Orientador Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa*

Essa comunicação busca expor a importância da crença no processo de escolha dos profissionais da cura a partir do Inquérito Policial impetrado contra o curandeiro Balbino Leite em 1889. Este documento será analisado a partir do procedimento da micro-história. Assim, através da análise intensiva dessa fonte conheceremos as concepções de doença e de cura presentes na cidade de Maruim. Apesar de se encontrar numa situação que poderia levá-lo a descrença, fica evidente a partir de indícios extraídos, que o curandeiro era visto como uma figura de poder.

**Palavras-chaves:** curandeirismo; micro-história e práticas de cura.



**CONFIRMAÇÃO DE UMA CARTA PATENTE:  
A CRIAÇÃO DA COMPANHIA DE FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO NO  
PERNAMBUCO SETECENTISTA**

*Davi Celestino da Silva  
Graduando em História – UFRPE  
Email:silvadavi.mundo@yahoo.com.br  
Orientadora Profa. Dr. Jeannie da Silva Menezes*

A presente comunicação tem como principal abordagem a análise acerca do requerimento da carta patente de capitão da Companhia de Familiares do Santo Ofício, por Antônio Francisco Monteiro ao rei Dom José I. Para tanto abordaremos tal situação no âmbito jurídico- institucional a partir da História social das instituições, sob a ótica teórica de Antônio Manuel Hespanha. Também utilizaremos a metodologia da Micro- História, enfatizando a abordagem da trajetória de vida. O presente trabalho busca através dessa análise tentar compreender o a partir do processo e dinâmica do requerente indícios que contribuem na perspectiva em conceber os membros da Familiatura do Santo Ofício na categoria da distinção social em Pernambuco.

**Palavras-chaves:** Companhia dos Familiares, Carta Patente, Pernambuco.

**ENTRE O CORPÓREO E O SAGRADO: REFLEXÕES SOBRE ACEPÇÕES  
CORPORAIS NO CAMPO RELIGIOSO E CULTURAL E SUA INFLUÊNCIA NA  
MENTALIDADE E HÁBITOS DA SOCIEDADE**

*Débora Quezia Brito da Cunha  
Mestranda em História – PPGH – UFRN  
Email:debinha\_quezia@hotmail.com  
Orientadora Profa. Dra. Fátima Martins Lopes*

O corpo ao longo da história teve diversos significados e interpretações tanto no campo do sagrado como no campo cultural. Ora visto como um receptáculo carnal onde reinava o mal, ora como um lugar de identidade pessoal gerando o culto ao corpo. Certa tradição cristã envolveu o corpo em suspeita ou até mesmo em censura numa tentativa de não lhe dar muita atenção para assim não o expor a carne. Esse estudo se propõe a analisar o percurso no qual a visão sobre o corpo teve mudanças significativas e suas influências na sociedade entre o final do século XIX e início do XX sob a ótica religiosa. Para tanto, nos muniremos dos conceitos utilizados por Mauss (2003), Prost (1992) e as formulações teóricas de Vigarello (2008), Courtine (2005) dando especial destaque ao valor semiótico das diversas descrições que esses autores dão ao corpo e ao modo como esse é visto e descrito na sociedade do século XIX e XX.

**Palavras-chaves:** mentalidade, corpo e religiosidade.

## **D. SEBASTIÃO”, O “REI ENCOBERTO”: LEITURA DO SEBASTIANISMO NA OBRA A PEDRA DO REINO DE ARIANO SUASSUNA”.**

*Emanoela de Lima Maracajá  
Graduanda em História – UFCG  
Email: emanoelamaracaja@gmail.com  
Orientadora Profa. Dra. Marinalva Vilar de Lima*

O presente trabalho tem como objetivo principal dialogar sobre os ritos religiosos sebastianista que compõem o “Romance d’A Pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta”, autoria de Ariano Suassuna. Analise que se baseia nas narrativas do personagem Quaderna para o desencantamento do Rei D. Sebastião morto na batalha do Alcacer-Quiber na África. Destacamos os movimentos messiânicos sebastianista ocorrido no Brasil, tendo como recorte espacial e localidade de Paraíso Terrestre (Serra do Rodeador) no ano de (1819), movimento este que teve como líder principal Silvestre dos Santos, um ex-sargento do exercito pernambucano e o movimento ocorrido na Comarca de Flores(1836-1838), tendo como líder João Ferreira, ambos movimentos presente no romance. Temos como fonte a obra literária o “ Romanced’A Pedra do Reino e o príncipe do vai-e-volta”do escritor Ariano Suassuna.

**Palavras Chaves:** Religião- Sebastianismo- Ariano Suassuna.

## **O ATIVISMO RELIGIOSO DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA NA RESISTÊNCIA A INVASÃO HOLANDESA AO NORDESTE AÇUCAREIRO: UMA LEITURA DO SERMÃO “PELO BOM SUCESSO DAS ARMAS DE PORTUGAL CONTRA AS DE HOLANDA” (1640)**

*Marcelo Floriano da Silva  
Graduado em História - Ufal  
Email: iaimarcelo\_25@hotmail.com*

Considerado o imperador da língua portuguesa, pelo poeta Fernando Pessoa, o Pe. Antônio Vieira (1608 – 1697), destacou-se por sua habilidade como orador sacro, missionário e político. O jesuíta foi um dos maiores autores do período colonial da nação luso-brasileira e sua obra é bastante abrangente, indo das obras sermonísticas a textos proféticos e apologéticos. Este trabalho visa demonstrar o ativismo religioso de Vieira na luta de resistência a invasão holandesa, através do sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda, levando o conflito da esfera econômica e política para religiosa, uma vez que o conflito não seria entre portugueses e espanhóis contra holandeses, mas sim entre cristãos versus hereges, os quais estariam pondo em risco toda ação missionária de conversão ao cristianismo dos indígenas e africanos. No Sermão Vieira convoca o próprio Deus para a luta contra o herege batavo, imagine qual não foi a convocação para os demais cristãos?

**Palavras-chaves:** Vieira, Sermão, Invasão Holandesa.

## **CRUZADA “CRISTO ESPERANÇA NOSSA”: PROTESTANTISMO EM SERGIPE (1964)**

*Ermerson Porto Santos/UFS  
Graduando em História – UFS  
Email: ermerson\_16@hotmail.com  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Costa Cardoso*

Os cristãos protestantes nos idos de 1960 adquiriram uma sutil representatividade na sociedade brasileira. Sergipe foi um Estado que não ficou de fora dos projetos de evangelização empreendidos por igrejas protestantes, como Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Batista e a Assembleia de Deus. Em meio à efervescência do Movimento Golpista de 1964, acontece em todo Brasil as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, conferências e campanhas evangélicas. Esses eventos tiveram a finalidade de defender os princípios morais, éticos, religiosos e conservadores, típicos da sociedade daquele período. Nesse contexto, Aracaju sedia a cruzada “Cristo Esperança Nossa” e essa pesquisa busca compreender as relações entre este evento evangélico e o Golpe Militar de 1964, utilizando como fontes principais o jornal *Gazeta de Sergipe*, o *Diário Oficial do Estado de Sergipe* e depoimentos de participantes da campanha “Cristo Esperança Nossa”.

**Palavras-chaves:** Ditadura, Protestantismo, Sergipe.

## **CRISTÃOS NOVOS: ENTRE DESACATOS AO CRUCIFIXO, AOS SANTOS E À VIRGEM MARIA.**

*Ernania Santana Santos  
Graduanda em História – UFS  
Email: ernaniasantos@hotmail.com  
Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Marcos Silva*

Resumo: Na primeira visitação do Santo Ofício à América portuguesa, quando a incipiente colônia ainda findava o primeiro século de sua colonização, já se percebia a presença de um grande número de cristãos-novos que aqui habitavam e desempenhavam algumas funções na administração, bem como na economia colonial local, tendo como principal atividade econômica a produção do açúcar. Essa primeira visitação, através da documentação produzida nos permitiu conhecer diversos aspectos do cotidiano colonial, principalmente no que diz respeito às práticas religiosas de seus habitantes. A partir de fontes impressas e manuscritas foi feito um mapeamento, e constatou-se um grande número de desacato ao crucifixo, aos Santos, e à Virgem Maria atribuída aos cristãos novos, que muitas vezes não abandonaram definitivamente sua antiga fé e continuaram suas práticas em segredo, embora tendo suas vidas vigiadas e controladas pelo tribunal da santa inquisição.

**Palavras-chaves:** Inquisição, Desacatos, Cristãos-novos.

## **MAÇONARIA ALAGOANA: SUA GÊNESE E SUA ATUAÇÃO SOCIAL (1959-2000)**

*Everton Esperidião de Melo*  
*Graduando em História - Ufal*  
*E-mail: everton\_schindler@hotmail.com*  
*Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Irinéia M. F. dos Santos*

O presente trabalho tem como propósito analisar os laços que permitiram a chegada da Maçonaria em Alagoas e os elementos de transformação social impulsionados pela atuação da mesma. A análise aqui proposta compreende-se como importante pela escassez de pesquisas centradas na historiografia desta temática. Com exceção de livros e esboços idealizados pelos próprios maçons, não encontramos com facilidade trabalhos acadêmicos que possam fomentar discussões e análises maiores da atuação maçônica em vários aspectos da história da humanidade. O objetivo deste trabalho é entender de que forma a Maçonaria adentrou em Alagoas e examinar sua atuação social, perpassando sua gênese à década de 2000.

**Palavras-chaves:** maçonaria, Alagoas, atuação social.

## **RELIGIÃO CATÓLICA E RELIGIOSIDADES NOS SERTÕES DAS CAPITANIAS DO NORTE SÉCULOS XVII E XVIII.**

*Flávia Ribeiro de Sousa*  
*Graduanda em História – UPE, Campus Petrolina*  
*Email: Flavia.ribeirofg@gmail.com*  
*Orientadora: Prof. Dra. Janaína Guimarães*

O sertão foi por muito tempo visto como um espaço de fuga e liberdade, lugar para onde muitos indígenas fugiam para poderem praticar seus rituais. A resistência indígena, a formação de diversos quilombos dificultava a dominação desse território. É nesse cenário que buscamos estudar as instituições e práticas religiosas nos sertões das Capitânicas do Norte nos séculos XVII e XVIII. Observando como a Igreja Católica buscou se fazer presente nesta interiorização. Enfatizando a Companhia de Jesus que foi a primeira ordem a adentrar o sertão, percebendo como se davam essas relações; a flexibilidade desses religiosos diante das violações praticadas pelos indígenas e quais conflitos permeavam esses espaços.

**Palavras-chaves:** Sertão; práticas religiosas; Companhia de Jesus.

**IRMÃOS DE FESTA, MORTE E FÉ:  
A IRMANDADE DOS MARTÍRIOS EM CACHOEIRA/BA (1765 – 1857)**

*Gabriella Oliveira Bonomo*  
*Mestranda em História Regional/Local – PPGHIS – UNEB*  
*Email: gabybonomo.historia@gmail.com*  
*Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Andrade Leal*

As irmandades eram, em suma, associações baseadas em uma forte hierarquia e que tinha o intuito de cooperação e ajuda dos irmãos associados à ela. Tais instituições surgiram e existiam das mais diversas variedades, desde as mais ricas as mais pobres, as de brancos, pretos e crioulos e fizeram parte do cotidiano da Bahia setecentista e oitocentista. Essas irmandades tinham como principal objetivo o auxílio junto aos irmãos e a demonstração de sua fé, através de manifestações culturais como festas e os rituais de morte. Este trabalho analisará as festividades e ritos fúnebres da Irmandade Bom Senhor Jesus dos Martírios, ereta no convento de Nossa Senhora do Monte Carmo, na cidade de Cachoeira - Recôncavo da Bahia, através do seu Compromisso datado de 1765 e de testamentos e inventários dos irmãos.

**Palavras-chave:** Irmandade; Religiosidade; Cachoeira

**LIÇÕES DE CRISTIANISMO NO COMPÊNDIO DE ELIAS SARMENTO (1920)**

*Jaciara de Aguiar Viana*  
*Graduanda em Pedagogia – Ufal*  
*Email: jaciaguilar07@hotmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Maria das Graças de Loiola Madeira*

O presente texto é parte de uma pesquisa de maior amplitude desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica (PIBIC/UFAL), sob o título “Acervo bibliográfico de docentes alagoanos (1840-1960)”. O recorte feito aqui analisa o compêndio publicado em 1920 pelo alagoano Elias Sarmiento, intitulado O Dote, que circulou nas escolas públicas locais. Nossa escrita se voltará para a primeira parte da obra na qual o autor se utilizou dos dez mandamentos bíblicos para propiciar aos alunos a aprendizagem dos conceitos morais e cívicos. Um misto entre cristianismo e positivismo se evidencia pela necessidade de obediência à hierarquia, o que de certo modo retira a aparente estranheza de articulações entre positivismo e cristianismo no ensino brasileiro. Os autores, Bloch (2001), Cruz (2008), Veiga (2007), entre outros, nos ajudaram na reflexão desta discussão.

**Palavras-Chaves:** Elias Sarmiento, educação cristã, positivismo.

## **OS LADRÕES DAS HONRAS E A REPRESSÃO DAS DESONRAS. A AÇÃO DO JUÍZO ECLESIAÍSTICO NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS (1640-1750)**

*Jaime Ricardo Gouveia*  
*CHAM – Univ. Nova de Lisboa e CHSC – Univ. de Coimbra*  
*Email: jaim.ricardo@gmail.com*

O sistema de vigilância e disciplinamento da cristandade, cuja acção se exerceu durante toda a época moderna, assente na “disciplina da alma, do corpo e da sociedade” – como bem viu Paolo Prodi - funcionou com base em mecanismos verticais e horizontais que a Igreja concebeu. Com eles almejava-se alcançar um conjunto de comportamentos colectivos conformes, tendentes a uma obediência tácita indispensável ao exercício do poder. Essa constituição de automatismos, de uniformização social, implicava o seguimento de um código de conduta comum e uma rigorosa subordinação dos fiéis leigos e clérigos à autoridade central da Igreja. Porém, tanto a disciplina como a ordem não eram recebidas por todos, mesmo pelo clero, de forma passiva, motivo porque foi indispensável a activação de uma série de meios e a implementação de uma série de políticas de vigilância e disciplinamento para atalhar os desvios, através da armação de uma rede que apanhasse os seus protagonistas. É sobre os resultados dessa acção, no domínio específico da luxúria não heresiarca do clero, empreendida pelo Juízo Eclesiástico, que incide este estudo, com um foco comparativo no espaço luso-americano, privilegiando como unidades de análise os bispados de Coimbra e Maranhão e a capitania de Minas Gerais, no período compreendido entre 1640 e 1750.

**Palavras-chave:** Justiça episcopal; Luxúria clerical; Espaço Luso-Americano.

## **LEONARDO BOFF: A ESCRITA DE UMA ECLESIOLOGIA MILITANTE**

*Jaqueline Leandro Ferreira*  
*Graduanda em História – UFCG*  
*Email: jaquelineleandroferreira@hotmail.com*

*Roberta Gerciane Viana de Araújo*  
*Graduanda em História – UFCG*  
*Email: robertagva@hotmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Marinalva Vilar de Lima*

Tal artigo pretende perceber como o teólogo franciscano Leonardo Boff na sua obra *Igreja: Carisma e poder* lança mão de duras críticas ao modelo hierárquico da igreja católica e a ausência de posicionamento da mesma diante dos problemas sociais do homem, e a violação dos direitos humanos, especialmente o da liberdade, dentro da Instituição católica, para tanto Leonardo Boff propõe uma série de mudanças que não foram bem quistas pela igreja de Roma. Assim o referido teólogo foi denunciado e teve de prestar esclarecimentos a várias instâncias da Igreja católica, desse modo essa pesquisa parte dos documentos e correspondências que foram reunidos no livro *Roma Locuta Documentos sobre o livro: Igreja Carisma e poder de Frei Leonardo Boff, O.F.M* referentes a obra do franciscano para problematizar como essas questões foram recebidas pela Instituição católica.

**Palavras-chave:** Leonardo Boff. Teologia da libertação. Eclesiologia militante.

## **ROSÁLIA SANDOVAL E AS IMAGENS DE UMA FORMAÇÃO CRISTÃ FEMININA NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XX**

*Joyciane da Silva Souza*  
*Graduanda em Pedagogia – Ufal*  
*Email: joyci\_anne@hotmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Maria das Graças de Loiola Madeira*

O presente artigo pretende apresentar um estudo acerca da produção bibliográfica da romancista e professora alagoana Rita de Souza, mais conhecida como Rosália Sandoval (1876-1956), particularmente a obra *Através da infância* (1918), com a intenção de compreender as imagens elaboradas por ela sobre a formação feminina. Autora de mais de seis livros, entre contos, poesias, romances e crônicas, circuladas também em jornais locais, do Recife e do Rio de Janeiro, Sandoval se dirige às meninas em pequenas histórias moralizantes, inspiradas numa formação cristã. A escrita da romancista nos oportuniza pôr em discussões tanto a educação naqueles moldes quanto a capacidade de Sandoval enfrentar o espaço das letras numa época de quase completo domínio do poder masculino.

**Palavras-chaves:** Rosália Sandoval – Educação cristã - Formação feminina

## **ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE AS IRMANDADES DE HOMENS NEGROS NO BRASIL COLONIAL**

*Lívia Gomes da Silva*  
*Graduanda em História – Ufal*  
*Email: livinha\_gomezz@hotmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos*

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise historiográfica sobre as Irmandades de Negros no Brasil entre os séculos XVI e XVIII. Pretende-se mostrar como esses indivíduos foram inseridos dentro de um sistema social, político e econômico diferente daquele que conheciam na África, a partir de sua participação nas Irmandades religiosas em uma sociedade escravocrata, fossem eles ainda escravos ou libertos. Além de problematizar a escassa historiografia existente em Alagoas, uma vez que estas instituições se instalaram cedo nesta região.

**Palavras-chaves:** Irmandades Religiosas, Escravidão, Historiografia.

## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO RACISMO NO JORNAL DE ALAGOAS EM 1912: DAS DISPUTAS POLÍTICAS À HIERARQUIA RACIAL

*Lwdmila Constant Pacheco,  
Pós-Graduada em História Social do Poder – Ufal  
Email:lwdmillaconstant@hotmail.com*

Visando mais uma contribuição às pesquisas sobre o episódio do “Quebra de Xangô” de 1912 em Alagoas, esse trabalho traz como foco a análise das fontes documentais através das representações sociais de Moscovici. O Quebra de Xangô foi um evento de perseguição e violência contra a religião de matriz africana em Alagoas e é considerado um fato histórico de extensa perduração no tempo e espaço, pois não se reduziu a perseguições na capital do Estado nem ao ano de 1912, o que provocou e ainda provoca marcas definitivas no presente. Apoiamo-nos assim, no ano de 1912, período em que o xangô desponta como um dos principais assuntos nos Jornais graças a sua associação ao então governador Euclides Malta, para apreender sobre o racismo impresso em expressões inferiorizantes de deslegitimação e violência contra os adeptos da religião de matriz africana e suas referências.

**Palavras-chaves:** Racismo, representações sociais, Alagoas.

### MANOEL: AFILHADO DO SAGRADO

*Monique Maia de Lima  
Graduada em História – UFRN  
Email:Monique.maialima@hotmail.com  
Orientadora Professora Dra. Carmen Margarida Alveal*

Este ensaio é resultante de uma investigação inicial ocorrida no livro de registro de batismo de escravos da paróquia de São José de Mipibú/RN entre os anos de 1871 e 1873. Tem como objetivo estudar o ritualismo católico característico do Brasil, ou seja, a relação do caráter intimista da religiosidade brasileira, que permite o filho de uma escrava ter como madrinha Nossa Senhora. Essa ligação com o divino e a proximidade com o sagrado permite que as relações com o religioso adquiram tamanha familiaridade que se construa um parentesco, uma relação de compadrio com o divino. Para discutir essa relação utilizo as ideias de Sergio Buarque de Holanda, Sidney Pereira da Silva, Gláucia Souza de Freire, Juliana Beatriz Almeida de Souza e Sergio Figueiredo Ferret.

**Palavras-chaves:** Batismo, Religiosidade, intimidade.



## **A MANUNTENÇÃO DAS PRÁTICAS JUDAÍCAS A PARTIR DAS MULHERES NO BRASIL COLONIAL**

*Priscila Gusmão Andrade*  
*Graduanda em História – UFCG*  
*Email:priscilaandrade28@gmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Juciene Ricarte Apolinário*

O presente trabalho pretende analisar as táticas das cristãs-novas paraibanas e pernambucanas ao manter algumas práticas culturais da religião judaica, como um exercício de resistência no Brasil Colonial, a partir das denúncias presentes no livro da “Primeira Visitação do Santo Ofício as Partes do Brasil: Denúncias e confissões de Pernambuco 1593-1595”. Buscando compreender a partir dos conceitos de Certeau em “A invenção do cotidiano – 1. Artes de Fazer” as táticas de resistências dessas cristãs-novas ao manter viva a cultura judaica em seus lares.

**Palavras-Chaves:** Cristãs-Novas. Brasil. Colônia.

## **HISTÓRIA MARGINAL E RESISTÊNCIA: O PERCURSO HISTÓRICO DE UM TERREIRO DE CANDOMBLÉ EM JUAZEIRO DO NORTE**

*Reginaldo Ferreira Domingos*  
*Doutorando em Educação – UFC/URCA*  
*Email:reginaldofd1@hotmail.com*

*Alexsandra Flávia B. de Oliveira (UFC)*  
*Mestranda em Educação – UFC*  
*Email: alexsandra\_flavia@hotmail.com*

Objetiva-se discorrer sobre a história de um terreiro de Candomblé em Juazeiro do Norte – Ce. Embora, tenha-se que ressaltar que tal narrativa só o é possível em razão dos caminhos tomados pela historiografia a qual trouxe novas perspectivas e métodos que permitiram ver histórias denominadas marginais. Para tal intento buscou-se amparo na oralidade de personagens que fizeram parte da história do terreiro. Concluímos que a história do terreiro permite pensar que ainda existem atos discriminatórios, todavia, tal fato não elimina a possibilidade de se manter pelo ato de resistência preservando a sua existência, identidade e sua história.

**Palavras-chaves:** religiosidade, História, Resistência.

## **A IRMANDADE DO BOM JESUS DA PACIÊNCIA DE CACHOEIRA: UMA ANÁLISE DE SEU COMPROMISSO, 1853.**

*Rodrigo do Nascimento Amorim  
Mestrando em História Social - PPGH - UFBA  
Email: digaonasamorim@yahoo.com.br  
Orientadora Profa. Dra. Edilece S. Couto*

O presente artigo tem como proposta analisar e discutir acerca do compromisso da Irmandade do Bom Jesus da Paciência localizada na cidade de Cachoeira – Ba no século XIX. Ele compõe uma parte de minha dissertação de mestrado que venho desenvolvendo no programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, com o apoio da Capes, na qual pretendo analisar e problematizar sobre as práticas sociais e religiosas dos irmãos e a funcionalidade da instituição. O artigo seguirá, portanto, na análise do espaço social e econômico no qual se encontrava a Irmandade, a cidade de Cachoeira, e, posteriormente será feita uma análise do compromisso, destacando seus principais aspectos, como as festas, procissões, atividades econômicas e a devoção ao senhor da Paciência.

**Palavras-chaves:** Irmandades; devoção; festa; negros.

## ***FOI BAPTIZADO SOLENEMENTE COM OS SANTOS OLEOS: A PRÁTICA DO RITUAL DO BATISMO ENTRE A POPULAÇÃO NEGRA E ESCRAVIZADA NA FREGUESIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES, 1786-1787***

*Solange Mouzinho Alves  
Mestranda em História – PPGH - UFPB  
Email: Solange-mouzinho@hotmail.com*

Segundo as Constituições do Acerbispado da Bahia (1707), o batismo é um dos Sacramentos mais importantes, pois é a “porta de entrada” para a Igreja Católica. Assim, todas as crianças fossem elas livres, libertas ou escravizadas deveriam receber os “santos óleos” batismal. Sabendo disto, procuraremos abordar no presente artigo a prática do batismo entre as pessoas escravizadas. Tendo em vista que os pais e/ou mães deveriam escolher padrinhos e madrinhas, buscaremos apresentar alguns exemplos de como essas pessoas faziam a escolha de padrinhos e madrinhas: eram livres, libertas ou de sua mesma condição? Nosso objetivo é apontar, através destas experiências, a importância dessa prática para a população negra e escravizada como estratégia de sobrevivência na sociedade escravista, como era a Freguesia Nossa Senhora dos Milagres no final dos setecentos.

**Palavras-chaves:** Batismo – Escravizados – Freguesia Nossa Senhora dos Milagres

## **ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A RELAÇÃO FÉ-PROMESSA NO SANTUÁRIO VIRGEM DOS POBRES MACEIÓ-AL**

*Yolanda Silva Mendonça*  
*Graduanda em Ciências Sociais – Ufal*  
*Email: tutorayolanda@hotmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Fernanda Rechenberg*

O tema da religiosidade popular vem sendo pesquisado em diversos meios científicos. Questões que anteriormente só eram discutidas por entidades religiosas, atualmente vêm tomando espaço na academia. A relação entre fé e promessa dos fiéis de um santuário católico localizado em Maceió é o objeto dessa pesquisa. Procuo relatar as características mais frequentes na relação do fiel com a divindade. Conhecer as motivações da relação fé e promessa dos devotos que participam e acreditam no poder da fé e na intercessão da figura de Maria – a Virgem dos pobres como é denominada. O Santuário é uma expressão ímpar na cidade de Maceió que demonstra a religiosidade popular. São fiéis de diversos bairros, cidades e até de fora do estado os quais realizam de diversas maneiras o agradecimento pelas preces atendidas por intermédio da Virgem dos pobres.

**Palavras-chaves:** Religiosidade – Fé – Promessa.

**SIMPÓSIO 3 – POR UMA  
ESCOLA HISTÓRICA  
LATINO-AMERICANA**

## **O SÍMBOLO MÁXIMO: A CONTRUÇÃO DA IMAGEM DE DOM PEDRO II NA OBRA “AS BARBAS DO IMPERADOR” DE LILIA MORITZ SCHWARCZ**

*Augusto Henrique Guedes Batista  
Graduando em História - UFCG  
Email: augustohenrique20@gmail.com*

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção da imagem do imperador Dom Pedro II, na obra “As Barbas do Imperador” da autora Lilia Moritz Schwarcz. Em nossa metodologia tomamos o livro “As Barbas do Imperador”, enquanto documento para percebermos a construção da imagem de Dom Pedro II a partir da segunda metade do século XIX no Brasil. Nosso aporte teórico é compreendido com a Nova História Cultural especialmente a francesa do historiador Roger Chartier, com suas formulações sobre prática, representação e apropriação.

**Palavras-chaves:** Dom Pedro II, Lilia Moritz Scwarcz, As Barbas do Imperador.

## **AS CONTRIBUIÇÕES DE MARIÁTEGUI PARA A ANÁLISE DAS PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA.**

*Flávio Pereira  
Graduando em História – UPE/Campus Petrolina  
Email:flaviopereiraffpp@hotmail.com  
Orientador Prof. Dr. Moisés Diniz Almeida*

A biografia de Mariátegui é, comumente, dividida em duas fases: a idade da Pedra e a idade da Revolução. Na primeira fase, se aproxima das ideias de Gonzalez Prada, que apontava o índio como o centro da nacionalidade peruana. Na segunda fase, suas inclinações socialistas evoluem e sua compreensão do marxismo se aprofunda. No centro de sua análise materialista dialética, Mariátegui destacava que a etapa histórica de então era a da revolução proletária e defendia que o Peru deveria ser inserido neste processo. Entretanto verificava que a história peruana não encontrava paralelo na história europeia, daí sua busca para compreender a formação nacional de seu país. E dessa forma Mariátegui aportou contribuições não apenas ao Peru, como também aos demais da América Latina, cuja questão nacional se constitui num elemento chave para a compreensão e a transformação de sua realidade.

**Palavras-chaves:** América Latina, Nacionalidade, Revolução

## DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA: RELAÇÕES DE PRODUÇÃO EM ASSENTAMENTOS NO VALE DO SÃO FRANCISCO

*Franciel Coelho Luz de Amorim*  
*Graduando em História – UPE/Campus Petrolina*  
*Email: francielupe@gmail.com*  
*Orientador Prof. Dr. Moisés Diniz Almeida*

No presente trabalho evidenciamos o estudo das particularidades e peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Com o estudo e a aplicação do conceito de capitalismo burocrático por Abimael Guzmán, que por sua vez baseia-se nos estudos de José Carlos Mariátegui, à realidade de alguns países latino-americanos que apresentam típicas especificidades desse capitalismo atrasado na explicação do subdesenvolvimento e do atraso social, como as relações pré-capitalistas de produção. No contexto local procuramos identificar como se configura tal conceito, assim como definido por Guzmán, com observação direta na situação de vida e produção em três assentamentos do Submédio do São Francisco conformados a partir da década de 1990 por diversas lutas sociais cujo objetivo era a aplicação da lei de reforma agrária.

**Palavras-chaves:** Capitalismo burocrático; Relações Pré-capitalistas; Assentamentos.

## A HISTORICIDADE DO LATINO-AFRO-AMERICANO

*Paulo César Moreira*  
*Graduando em História – Ufal*  
*Email:pcziinhowdk@hotmail.com*  
*Orientador Prof. Dr. Alberto Vivar Flores*

O presente trabalho abordará as principais transformações políticas e econômicas, as filosofias sociais e construções culturais da América latina desde a chegada dos europeus. O processo de dominação dos outros (oprimidos) que aqueles en-cobriram com a descoberta da América. O avanço da modernidade européia com relação à colonização, seu desenvolvimento e sua miséria. Faremos aqui, tal leitura a partir do pressuposto básico da própria produção material diária (econômica), que é necessária para a sobrevivência do homem, e que Marx e Engels nos alertam da precisão de sua localização em toda e qualquer concepção histórica, por ser, essa necessidade básica, já um fato histórico, uma “*condição fundamental de toda História*”. Partindo dessa “materialidade” da história, dentro do movimento dialético cultural e intelectual, analisaremos o conhecimento histórico, expresso no vasto material historiográfico, e que é necessário para o alicerce do ser histórico e sua consciência humana, a historicidade como sendo o espírito da humanidade, no caso, do homem latino-afro-americano.

**Palavras-chaves:** Historicidade; Latino-afro-americano; Materialidade histórica.

**SIMPÓSIO 4 – O ATLÂNTICO e a  
GLOBALIZAÇÃO: OS PROCESSOS  
de CIRCULAÇÃO, COLONIZAÇÃO,  
COMÉRCIO e MESTIÇAGENS  
(SÉCULOS XVI ao XIX)**

## RELAÇÕES DE PODER E PRÁTICAS POLÍTICAS NA OUVIDORIA DO SERGIPE D'EL REY

*Adailton Andrade*  
GEMPS/UFS/CNPq - GPCIR/UFS/CNPq  
Email: *adailton.andrade@bol.com.br*

O presente trabalho propõe-se a discutir as possibilidades através das fontes históricas mostrar as relações de poder e as práticas políticas entre as autoridades locais em São Cristóvão capital da província que eram constituídas pelo ouvidor, capitão-mor, igreja e casa de câmara. Tendo como norte as reflexões desenvolvidas nos estudos realizados por Felisbelo Freire, Ivo do Prado que formula uma ideia sobre o universo do funcionamento da Ouvidoria em São Cristóvão e como eram as relações sociais das elites assim constituída na época, analisar o poder nas micro-relações cotidianas. O uso da obra de Michel Foucault é umas das referências para o estudo aqui em questão era a disputa política relações de poderes era um dos itens em disputa quando havia a nomeação dos ouvidores-mores.

**Palavras-chaves:** Ouvidoria; Sergipe Colonial; Relação de Poder.

## “O ESPETÁCULO DAS RAÇAS”: UM DIÁLOGO COM LILIA MORITZ SCHWARCZ

*Alexandro dos Santos*  
Graduando em História – UFCG  
Email: *alexandrodossantos09@gmail.com*

*Elson da Silva Pereira Brasil*  
Graduando em História – UFCG  
Email: *elson\_sonso@hotmail.com*

Orientadora Profa. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento

O objetivo do presente trabalho é problematizar a respeito das leituras feitas na obra *O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870 – 1930*, da historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schuarcz, leituras essa feita enquanto discentes da disciplina Historiografia Brasileira do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande. A discursão se propõe a pensar a formação das principais instituições que nortearam o surgimento do pensamento brasileiro sobre o surgimento dos debates em torno das questões raciais entre o final do século XIX e início do XX. Metodologicamente partimos do mapeamento e discursão da obra de Lilia Moritz Schuarcz. O aporte teórico é pensado a partir do historiador francês Roger Chartier, sobre as formulações de leitor, prática e apropriação.

**Palavras-chaves:** O Espetáculo das Raças, Lilia Moritz Schuarcz, Roger Chartier.



## **JUSTIÇA E AGENTES JUDICIAIS NA COMARCA DAS ALAGOAS: UMA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (1690-1822)**

*Antonio Filipe Pereira Caetano  
Universidade Federal de Alagoas – Ufal  
Email: afpereiracaetano@hotmail.com*

A documentação do Conselho Ultramarino, inaugurada em 1642, marca um intenso fluxo administrativo entre os dois lados do Atlântico. Com natureza variada e intensamente rica, o presente trabalho tentará mapear os agentes da justiça e os casos judiciais existentes nessa documentação referente à Comarca das Alagoas, somente instituída em 1712. O objetivo é montar um cenário administrativo com a inexistência de um governador local e de uma localidade ainda submissa à Capitania de Pernambuco, ao mesmo tempo em que se visa entender os raios de ação destes agentes, limitados ou não ao âmbito judicial.

**Palavras-chave:** justiça; Alagoas Colonial; Conselho Ultramarino.

## **A IMPLANTAÇÃO DA JUSTIÇA COMO PROCESSO COLONIZADOR: CAPITANIA DE PERNAMBUCO SÉCULO XVIII**

*Amanda Rafaella Gadêlha Mangueira  
Graduanda em História – UFRPE  
Email: amandarafaella1@gmail.com  
Orientadora Profa. Dra. Jeannie da Silva Menezes*

O presente artigo pretende abordar a implantação da justiça na América Portuguesa, enfatizando a Capitania de Pernambuco no século XVIII, como objetivo da Coroa portuguesa para facilitar seu processo colonizador. Desta feita, abordaremos a estrutura judicial bem como sua rede de auxiliares. Pretendemos também abordar a espacialidade desta justiça, para isso, partimos de estudos sobre as terras concedidas em forma de sesmarias até chegar a jurisdição da Comarca de Pernambuco no século XVIII, e estudos de oficiais de justiça que atuaram nessa espacialidade. Sob esta perspectiva privilegiamos o ouvidor, cargo nomeado pelo rei, que irá se diferenciar dos demais oficiais de justiça, por conta das variadas atribuições e poderes que lhe são concedidos.

**Palavras -chaves:** Justiça, processo colonizador, Capitania de Pernambuco.

## **O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO CONTEXTO BRASILEIRO: O TRABALHO PRODUTIVO E O TRABALHO IMPRODUTIVO SEGUNDO ADAM SMITH.**

*André Luciano da Silva  
Graduando em Pedagogia – Ufal  
Orientadora Prof<sup>a</sup> Dra. Samira Safadi Bastos*

O presente artigo observa a influência do pensamento do economista sueco Adam Smith acerca da negação da utilização da força de trabalho escrava-negra em detrimento do desenvolvimento econômico de uma Nação. Através de seu livro *A Riqueza das Nações (1776)*, analisaremos o que este teórico entende por trabalho produtivo e improdutivo e de como essas ideias repercutiram no discurso abolicionista da época. Diante deste percurso, e trazendo para o contexto brasileiro, foi possível observar que a Abolição da Escravatura no Brasil (1888) serviu, também, como umas das necessidades vitais para o desenvolvimento da economia nacional. E diante deste contexto foi possível observar e aclarar o do por que da abolição não se constituir numa liberdade, numa emancipação do negro, mas sim a da utilização de sua força de trabalho em regime de escravidão. Permanecendo ainda marginalizado, agora o negro, “livre como as aves” é obrigado a vender a sua força de trabalho para sobreviver.

**Palavras-chaves:** Escravismo. Força de trabalho. Adam Smith.

## **O BASTIÃO DESAMPARADO: ADMINISTRAÇÃO E MISÉRIA NA FORTALEZA DOS REIS MAGOS (1598 – 1700)**

*Arthur Gabriel Frazão Bezerra Alves  
Graduando em História – UFRN  
Email: arthurfrazao@gmail.com  
Orientadora Profa. Dr<sup>a</sup> Carmen Margarida Alveal*

O presente artigo é um estudo preliminar de um trabalho mais amplo, que está em desenvolvimento. O objetivo é demonstrar, em linhas gerais, como era a situação da Fortaleza dos Reis Magos durante o século XVII. É um fato constante na documentação, a alegação de que na dita fortaleza, a miséria e o abandono eram constantes mesmo com a sua localização extremante estratégica e propriamente pela sua estrutura. Pernambuco, principal capitania do norte, era responsabilizada em alguns momentos pelo abandono, tendo em vista as solicitações de efetivo, munições e recursos, quase sempre negados ou não atendidos como solicitado. A questão de envio dos recursos por parte dos governadores de Pernambuco para o Rio Grande foi seguida de uma série de problemáticas, em decorrência das dificuldades que também encontravam para manutenção de seu efetivo militar.

**Palavras-chaves:** Fortaleza dos Reis Magos. Capitania do Rio Grande. Capitania de Pernambuco.

## **NASCIDOS DE VENTRE LIVRE. OS FILHOS DE ESCRAVAS NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA- 1871-1877**

*Camila Alves Corrêa  
Graduanda em História – UPE  
Email: camilas\_correa@hotmail.com  
Orientadora Profa. Tatiana Lima*

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo traçar o perfil da família cativa a partir de documentação paroquial em Juazeiro da Bahia na década de 1870. Esta investigação vem utilizando os dados contidos no primeiro livro de batismo da cidade que apresenta assentamentos da população escrava da região. O recorte temporal da pesquisa é o período de 1871 até 1877 situando-se no contexto da segunda fase do processo de erradicação da escravidão no Brasil, sendo este marcado pela Lei nº 2040, popularmente conhecida como Lei do Ventre Livre. Serão abordados elementos quantitativos a partir da transcrição dos assentos, assim como análises iniciais referentes à legitimidade/ilegitimidade dos filhos (as) das cativas, condição jurídica, idade das crianças, redes de convívios a partir do compadrio e designações de cor relacionada às mesmas.

**Palavras-chaves:** família-cativa; lei do ventre livre.

## **AS LETRAS E OS HOMENS DE COR NO BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DE ROGER BASTIDE**

*Deise Maria Albuquerque de Lima Saraiva  
Mestranda em História – PPGH – UFPE  
Email: deisealbuquerque.lima@gmail.com  
Orientador Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva*

Esse artigo ambiciona analisar a contribuição de Roger Bastide para o estudo da produção escrita dos homens de cor no Brasil, a partir de uma perspectiva histórica. O estudo tem por suporte os escritos de Bastide: *A poesia brasileira* e *Estereótipos dos negros na literatura Brasileira*, nos quais o autor produz uma análise sociológica sob a forma de crítica literária, do homem de cor no Brasil.

**Palavras-chaves:** homens de cor; literatura; Roger Bastide.

## **TECENDO REDES: A PRÁTICA DO COMPADRIO DE ESCRAVOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES/PB - 1862**

*Eduardo de Queiroz Cavalcante*  
*Mestrando em História – PPGH – UFPB*  
*Email: eduardo\_queiroz05@hotmail.com*

Com o presente trabalho pretendemos demonstrar que a Igreja Católica se utilizou da prática colonialista para se expandir para além do continente europeu atravessando o Atlântico e chegando ao Brasil, destacando a imposição de seus sacramentos, a exemplo da prática do batismo, tema central deste artigo. Assim buscaremos focar a contribuição da História Social para os novos trabalhos sobre escravidão, enfatizando assim, as relações de compadrio estabelecidas pelos escravos da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, localizada no atual município de São Joao do Cariri, na Paraíba. Para tanto, nos utilizaremos dos registros de batismos paroquias que nos possibilitarão fazer tanto uma análise quantitativa, quanto qualitativa da escravidão ao longo do ano de 1862 na localidade mencionada.

**Palavras-chaves:** Escravidão. Compadrio. Vila Real de São João do Cariri.

## **AS RELAÇÕES ESCRAVOCRATAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1630-1654): SER NEGRO DURANTE O DOMÍNIO HOLANDÊS**

*Elaine Cristina Vieira Da Silva*  
*Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL*  
*E-mail: elaine.c.v@hotmail.com*  
*Orientadora Francisca Maria Neta*

Este artigo pretende analisar aspectos da vida dos escravos durante o período de domínio holandês na Capitania de Pernambuco (1630-1654). Discutindo as relações escravocratas: nas condições de trabalhos estabelecidas e como se deu o processo de mestiçagem no Brasil Colonial durante o período holandês, assim como, nas formas de pré-conceitos para com os negros e os monopólios na comercialização dos escravos. Esse estudo se realiza através da análise bibliográfica de Gonsalves de Mello dedicado ao estudo desse período; Sérgio Buarque de Holanda; em fragmentos de textos sobre a ocupação holandesa na Capitania de Pernambuco, organizados por Marcos Galindo; nos estudos econômicos realizados por Roberto Simonsen; e no processo de mestiçagem analisado por Darcy Ribeiro. A relevância deste artigo é trazer parte da história da formação brasileira do século XVII para discussões em dias atuais século XXI.

**Palavras-chaves:** Domínio Holandês. Tráfico Negreiro. Trabalho Escravo.

**“NA FÔRMA” DA LEI:  
UM ESBOÇO ACERCA DA LEGISLAÇÃO E ESTRUTURA MILITAR DOS  
CORPOS DE ORDENANÇAS (PORTUGAL, SÉCULO XVI)**

*Everton Rosendo dos Santos  
Graduando em História – Ufal  
Email:Everton-rosendo@hotmail.com  
Orientador: Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano*

O interesse pela história militar e administrativa no Brasil Colonial, recentemente, tem alcançado resultados bem significativos, entretanto, evidencia-se que entre os estudos das instituições coloniais, a administração bélica, ainda, tem sido tocada de forma indireta no que tange a abrangência do seu tema. Mas, também é notório que, atualmente os estudos sobre os diversos Corpos militares, tem conseguindo sua posição na escrita sobre a dinâmica colonial. Em especial, destacamos, as formas de atuação das Forças, e das organizações militares gratuitas. Nesse sentido, no presente trabalho objetiva-se fazer um breve levantamento sobre a legislação dos Corpos de Ordenanças que serviu de base para a organização militar da Era Moderna portuguesa, estando no cerne de todo o aparelho militar do Antigo Regime português, igualmente transplantada em todo o Império ultramarino lusitano.

**Palavras-chaves:** Corpos de Ordenanças; Lei das Armas; História Militar.

**CIVILIZAR PELA EDUCAÇÃO: O SPI E SUA PROPOSTA EDUCACIONAL  
PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS EM ALAGOAS**

*Gilberto Geraldo Ferreira  
Doutorando em História – PPGH – UFPE  
Email:gilbertogeraldo2@gmail.com*

A República se constitui sem índios oficialmente reconhecidos em território alagoano. Nas décadas de 1940/50 os Xucuru-Kariri e os Kariri-Xocó iniciaram um movimento em direção ao Estado, na oportunidade dialogando com diversos atores sociais como o Padre Alfredo Dâmaso, indígenas Fulni-ô, Carlos Estevão de Oliveira. Estes diálogos resultam de alianças e acordos que definiram um grupo que iria entrar em contato com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O resultado: a criação de dois campos de ação indigenista em Alagoas, um no Agreste, outro às margens do rio São Francisco através de postos indígenas. A educação formal tem importância na estrutura desses postos, inclusive, as escolas são instaladas antes mesmo da aquisição de terras. Neste caso, é possível pensarmos que a educação constitui elemento fundante na criação do campo de ação indigenista. Este texto postula discutir a educação formal como projeto do SPI em Alagoas e os contornos dos indígenas como uma contração.

**Palavras-chaves:** índios; educação e Alagoas.

## **EMPREENDIMENTOS, RIQUEZAS E TROCAS CULTURAIS NOS SERTÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA. SÉCULO XVIII**

*Isnara Pereira Ivo*  
*Graduanda em História - UESB*  
*Email: naraivo@gmail.com*

A comunicação analisa as trajetórias de três europeus que foram protagonistas da interiorização portuguesa nos sertões de Minas Gerais e da Bahia no Setecentos. Em nome do rei, adentraram matas e rios em busca de riquezas que pudessem agraciar os cofres metropolitanos. A expansão intercontinental empreendida por portugueses e espanhóis, a partir do século XVI, fomentou circulações inéditas, envolvendo agentes dos quatro cantos do mundo. Essa movimentação, em escala planetária, alimentou grandes deslocamentos demográficos, junto com a circulação de experiências culturais, também inéditas, ainda que parcialmente. A circulação de pessoas de origens distintas e distantes, trazendo consigo os mais inusitados conhecimentos, crenças, práticas, sentimentos e gostos, tonificaram o continente com novas cores, formas e costumes.

**Palavras-chaves:** mundialização ibérica, trânsitos culturais, sertões do Brasil

## **“OS SERTÕES”: UMA ANÁLISE DA OBRA EUCLIDIANA SOBRE A MISCIGENAÇÃO NO BRASIL E A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO XX.**

*Janaína Leandro Ferreira*  
*Graduanda em História – UFCG*  
*Email: inaleandroferreira@hotmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Marinalva Vilar de Lima*

Este trabalho pretende problematizar as questões que cercam o intenso debate sobre a introdução do pensamento europeu no Brasil em fins do século XIX e início do XX, tendo como referência a obra, *Os Sertões* (2002), de Euclides da Cunha, publicada no ano de 1902. O objetivo é investigar por meio desta, o quanto a introdução do naturalismo, do evolucionismo e do cientificismo europeu foi decisivo para a formação do pensamento social brasileiro nas primeiras décadas do século XX, e como a obra “representa” uma das “problemáticas” centrais do início desse século, a miscigenação e a construção da “nação” brasileira. Admitimos aqui o uso da Literatura como fonte de “representação” de dada época, permitindo ao profissional da história o estudo de determinado tempo e espaço, acreditando que nenhum texto é produzido ao acaso, como nós propõe o historiador francês, Roger Chartier (1990).

**Palavras-chaves:** Sertões- Literatura- miscigenação.

## **O HOLOCAUSTO NEGRO NA BACIA DO CONGO: COMO O REI LEOPOLDO CHEGOU E INSTAUROU UM REGIME DE EXTERMÍNIO NA BACIA DO CONGO ENTRE 1884 A 1908.**

*Jefferson Lopes de Albuquerque e  
Graduando em História – UFPE  
Email:*

*Flaviano Fernandes da Silva  
Graduando em História – UFPE  
Email:fla.silvas@hotmail.com*

*Orientador: José Bento Rosa da Silva*

Com este trabalho pretendemos demonstrar como o rei Leopoldo II chegou a obter uma colônia na África, visto que, a Bélgica seu país não tinha prestígio na geopolítica mundial em relação às potências da época, sobretudo, Inglaterra, França, Espanha e Portugal. Iremos demonstrar toda a engenharia que o rei belga fez para obter essa colônia, administrada como seu território pessoal. Já com a colônia sob domínio o rei Leopoldo II instaura um regime de terror em que mata quase a metade da população congoleza em detrimento da espoliação dos recursos naturais do Congo. Nossa metodologia de pesquisa consistirá em um amplo levantamento bibliográfico de autores especialistas na temática a ser tratada e também documentos secundários da época. Vamos também analisar aspectos político, econômico, social e claro histórico do que foi a colonização belga do rei Leopoldo II.

**Palavra-chaves:** África, Congo Belga, Rei Leopoldo II.

## **COMÉRCIO DE ALMAS: A ROTA COSTA DA MINA/PERNAMBUCO NA SEGUNDA METADE DO XVIII**

*Jéssica Rocha de Sousa  
Graduanda em História – UFRPE  
Email:jessicarocha91@gmail.com  
Orientadora Profa. Dra. Suely Creusa Cordeiro de Almeida*

Este artigo busca analisar a complexa rede atlântica de comércio escravista entre a rota Costa da Mina/Recife na segunda metade do século XVIII, mais especificamente nos anos de 1774 a 1787, época do governo em Pernambuco de José Cesar de Meneses. Entendendo o comércio como elemento de dinamização da capitania, este estudo buscará compreender a intrincada trama mercantil estabelecida entre essas duas praças, bem como demonstrar que seus negócios não se extinguiram após a criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.

**Palavras-chaves:** Tráfico de escravos, comércio atlântico, rotas comerciais.

## **O QUILOMBO: ORIGINAL DE ÁFRICA, ADAPTADO AO BRASIL COLONIAL**

*José Edivaldo Leite de Lima*  
*Graduando em História – UNeal*  
*Email: Edivaldo\_asa02@hotmail.com*

Este trabalho visa tentar compreender uma das mais interessantes e importantes instituições da história do Brasil, o quilombo, que muitas vezes é visto de forma equivocada, mas que ultimamente tem servido como um exemplo de resistência aos grupos que lutam contra as desigualdades, inclusive forneceu até um herói ao estado de Alagoas, que é conhecida como a terra da liberdade. Visa também discutir sobre a experiência do quilombo em África, pois os negros trazidos para o Brasil já haviam vivenciado a formação de quilombos em seu continente de origem.

**Palavras-chaves:** quilombo – África – Brasil

## **AGÊNCIAS POLÍTICO- CULTURAIS NEGRO-AFRICANAS E OS DISCURSOS COLONIZADORES NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO.**

*Josinaldo Sousa de Queiroz*  
*Graduando em História – UFCG*  
*Email: naldinho\_osbourne@hotmail.com*  
*Orientadora Profa. Dr.ª Juciene Ricarte Apolinário*

Esta pesquisa objetiva, através da história cultural, mergulhar nos discursos políticos e religiosos que tratavam das práticas culturais do homens e mulheres cativos domiciliados na capitania de Pernambuco, do século XVIII. Homens e mulheres negros africanos ou os nascidos no Brasil que teimavam em construir ou ressignificar suas práticas culturais diante dos poderes disciplinares dos senhores e senhoras escravistas. Por outro lado, verificou-se que os discursos discordantes ou não das festas, batuques e práticas religiosas africanas nos espaços coloniais pernambucanos, poderiam ser, da parte da administração colonial, e/ou religiosas meras estratégias de manutenção do “ordenamento” daquela sociedade escravista que vivia continuamente sob a possibilidade das ações políticas negro-africanas de negação extrema à ordem escravocrata.

**Palavras-chaves:** discurso, batuques, cativos.



## **LUTA A OLHOS ABERTOS: DISCUSSÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIAS DO ESCRAVO NEGRO NO PERÍODO COLONIAL DO “BRASIL”**

*Alexsandro Soares Fausto  
Graduando em História – Unesp  
Email: alexsandro.soares09@gmail.com*

*Juliana Gomes da Silva Santos  
Graduando em História – Unesp  
Email: gomesjuliana940@gmail.com*

Este trabalho tem como objetivo discutir aspectos que permitiram a possibilidade de abertura para fugas e negociações de escravos negros no período colonial do “Brasil”. Partimos do pressuposto que essas possibilidades de fugas e negociações de escravos negros só foram possíveis devido à estrutura política, econômica e social portuguesa implantada no território “brasileiro”, que tendo interesses peculiares divergentes dos demais países expansionistas, possibilitou brechas, para tal resistência negra (FRAGOSO, 1993). Desta maneira, a partir de uma análise teórica, nos propomos a refletir as formas e as dimensões que tais atos de resistência provocaram na estrutura portuguesa no momento colonial, destacando a importância e as grandezas que essas formas de “aversões”, como os quilombos, significaram para o povo africano.

**Palavras-chaves:** Resistência, escravos, colônia.

## **SENHORA DE INFINITAS TERRAS: A CASA DA TORRE E SUAS “SESMARIAS” NA CAPITANIA DA PARAÍBA (1757-1776)**

*Kleyson Bruno Chaves Barbosa  
Graduando em História – UFRN  
Email: k\_b\_chaves@yahoo.com.br  
Orientadora Profa. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal*

Entre os anos de 1757 e 1776, observa-se um conjunto de 31 sesmarias concedidas na capitania da Paraíba, nas quais os requerentes das mesmas informaram que as terras solicitadas haviam sido pertencentes à Casa da Torre. No mesmo período, os senhores da Casa solicitaram ao rei D. José que as suas sesmarias concedidas pelo governador da Paraíba para terceiros fossem revogadas. Em meio a isso, observa-se o cerne de um conflito que envolveu vários agentes da colônia portuguesa, e que englobou o acesso à terra na América portuguesa, regulado por meio do sistema de sesmarias. Com maiores restrições em fins do século XVII a respeito desse sistema, seguindo pelo século XVIII, observa-se um maior controle régio, que resultou na diminuição do patrimônio da Casa da Torre, observável, por meio das suas “sesmarias” na capitania da Paraíba.

**Palavras-chaves:** Capitania da Paraíba; Sesmaria; Casa da Torre.

## **DA ESPADA À PENA: ESTUDO DE TRAJETÓRIAS DOS CAPITÃES-MORES DO RIO GRANDE NO SÉCULO XVIII**

*Leonardo Paiva de Oliveira*  
*Graduando em História - UFRN*  
*Email:leopaiva\_cdf@hotmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal*

Ocupar um cargo de governança nas capitanias do ultramar no Império português significava prestações de serviços realizados que contribuíssem para o funcionamento do Império. Existia, uma hierarquização dos espaços que de acordo com a sua importância, fazia-se necessária uma maior seletividade social entre aqueles que ocupariam o cargo. Sendo assim, tendo a capitania do Rio Grande como espaço selecionado e tendo em vista a posição periférica que ocupava, esse artigo tem como objetivo analisar a trajetória de alguns capitães-mores que atuaram nessa capitania durante o século XVIII, procurando construir suas trajetórias antes e depois do dito cargo. A partir disso, será feita uma análise a respeito da posição social desses indivíduos, destacando suas ascensões ou estagnações na hierarquia dos cargos ultramarinos. Assim como também analisar o Rio Grande como um espaço de transição na carreira desses sujeitos.

**Palavras-chaves:** trajetórias, dinâmica imperial, capitania do Rio Grande.

## **O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: INFLUÊNCIAS DO PROCESSO CIVILIZADOR**

*Lilian Bárbara Cavalcanti Cardoso*  
*Graduanda em Pedagogia – Ufal*  
*Email: lilianbarbara.cc@gmail.com*

*Roseane Maria de Amorim*  
*Graduanda em Pedagogia – Ufal*  
*Email: roseane.mda@hotmail.com*

Este artigo é parte de um Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O Ensino de História e o Processo Civilizador: traços da disciplina de História nos primeiros decênios do Século XX no Ensino Primário (1915- 1946)” que tem por objetivo fazer uma análise do ensino de História e seu papel perante a disseminação da identidade nacional, através da análise de três obras de circulação nos anos iniciais no período em foco. Buscamos aqui trazer uma discussão acerca das influências do Processo Civilizador no ensino de História, levando em consideração a importância desse período para constituição da História como disciplina escolar. Para tanto, buscamos através de um estudo bibliográfico fundamental e contextualizar a nossa investigação. Entre as referências utilizadas, destacamos: para conceituar o processo Civilizador, Norbeth Elias (1994); Selva Fonseca (1985), Nívia Fonseca (2006) e Bittencourt (2008 e 2005); Rosa Souza (2008).

**Palavras- chaves:** Educação- Ensino de História- Processo Civilizador

## O NEGRO OU O “PROBLEMA DO NEGRO” NA VISÃO DE ARTHUR RAMOS

*Luana Tieko Omena Tamano*  
*Doutoranda em História Social - USP*  
*Email: luanatamano@yahoo.com.br*  
*Orientador Prof. Dr. Gildo Magalhães*

Arthur Ramos (1903-1949), médico por formação, enveredou pelos estudos do negro, ou do problema do negro, como era chamado em sua época, no final da década de 1920, quando entrou em contato com os trabalhos de Nina Rodrigues (1862-1906). A partir de então desenvolveu trabalhos sobre esta temática. Contabilizam-se sete obras de sua autoria sobre o negro, inaugurando a contagem *O Negro Brasileiro* de 1934. Temas como escravidão, origem étnica dos africanos trazidos ao Brasil, cultura material e imaterial e sua posição na sociedade brasileira foram alguns pontos sobre os quais se debruçou. Busca-se aqui, apresentar seu ponto de vista sobre o negro no Brasil, por meio de seus escritos, avaliando, desta maneira, seu pensamento.

**Palavras-chaves:** Escravidão, mestiçagem, racismo.

## ENTRE O COMÉRCIO E O CONTRABANDO NO ATLÂNTICO: ARTIGOS DE LUXO E A ALFÂNDEGA NO RECIFE SETECENTISTA

*Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira*  
*Graduando em História – UFRPE*  
*Email: luannaventura@gmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Suely Creusa Cordeiro de Almeida*

O presente tema tem como objetivo analisar a circulação de produtos considerados de luxo, que entravam e transitavam pelo Recife setecentista. Colocamos-nos na fronteira entre o comércio legal e as ações ilegais procurando observar esta ilação através de documentação primária encontrada na APEJE, e de uma bibliografia referente ao tema. Esta abordagem é passível de levantar questionamentos que possam enriquecer as discussões sobre a circulação de mercadorias no Atlântico e as relações de poder que se constituíram a partir desse comércio considerando no caso, os artigos de luxo. Nossos questionamentos inquiram quais eram os indivíduos que participavam da mercancia? Se foram ligados oficialmente a administração portuguesa? E se ainda é possível mensurar o ponto limite entre os interesses particulares e os interesses da coroa? Procuramos responder a estas questões cotejando fontes e bibliografia sobre o problema e nossas primeiras conclusões seguem no texto abaixo.

**Palavra-chaves:** Circulação no Atlântico, Artigos de Luxo, Relações de Poder.

**LAÇOS CATIVOS: REDE DE SOLIDARIEDADE ENTRE OS ESCRAVOS DA  
FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/ÁGUA BRANCA/AL  
(1864-1888)**

*Maíra Michelle Pereira da Silva  
Graduanda em História – Ufal  
Email: mai.michelle@hotmail.com*

*Marília Lima de Araujo  
Graduanda em História – Ufal  
Email: Marília\_araujo13@hotmail.com  
Orientadora Profa. Msc. Sheyla Farias Silva*

A história da família tem suscitado interesses entre pesquisadores desde a segunda metade do século XIX, cujos estudos, buscavam identificar, tipificar e analisar os diferenciados tipos de família existente nas sociedades antanho. O modelo da família patriarcal foi aplicado para todo Brasil, sem considerar as peculiaridades regionais, temporais e tampouco os grupos sociais. Destarte, essa pesquisa objetiva identificar, através dos filtros da documentação paroquial – Livros de Batismo e Assentos de Casamentos tutelados na Paróquia Nossa Senhora da Conceição, situada no município de Água Branca/AL, as redes familiares e de sociabilidade que uniam agentes do mundo do trabalho compulsório (escravos) e seus senhores no que tange o acesso a participação nos rituais da liturgia católica.

**Palavras-chaves:** História - Família – Escravidão.

**CONTENDA DA PÓLVORA: PODER E JURISDIÇÃO NO RIO GRANDE  
SETECENTISTA (1737)**

*Marcos Arthur Viana da Fonseca  
Graduando em História – UFRN  
Email: marcos\_megi2@hotmail.com  
Orientadora Profa Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal*

Conflitos de jurisdição foram recorrentes durante todo o período colonial. Estes conflitos aconteciam por diversas razões. Alguns casos ocorriam por causa da legislação régia, que não definia especificamente os limites de jurisdição de cada cargo ou posto, o que permitia diversas interpretações sobre a mesma lei ou regimento por parte dos ocupantes dos mesmos. E por fim, outros casos ocorriam por disputas de poder entre as autoridades régias, que ao se intrometerem nas atribuições de outros oficiais buscavam aumentar a capacidade da sua jurisdição, e por consequência, o seu poder. Este artigo pretende analisar o conflito de jurisdição ocorrido na capitania do Rio Grande entre o capitão-mor, João de Teive Barreto de Meneses, o provedor da Fazenda Real, Timóteo de Brito Quinteiro, e o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, sobre a construção da casa de pólvora no ano de 1737, e as consequências de tal litígio.

**Palavras-chaves:** Conflito; Jurisdição; Capitania do Rio Grande.

## COLONIZAÇÃO, TRABALHO E MISTIÇAGEM EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX

*Maria José Barboza*  
*Programa de Pós-Graduação em História – UFPE*  
*Email: mariajose.barboza@yahoo.com.br*  
*Orientadora Profa. Dra. Bartira Ferraz Barbosa*

Na Província de Pernambuco as questões relacionadas ao mestiço estavam atrelados, entre outras coisas, ao discurso acerca do desaparecimento dos índios. A fala oficial vem associada à ideia de homogeneização, misturar os índios a gente europeia que chegava por meio da imigração significava para os homens do governo em Pernambuco, o meio e a forma de civilizar e resolver problemas relacionados à mestiçagem. Dito isso, proponho para esse trabalho pensar a política de formação do trabalho livre atrelada a política de terra do século XIX. Acredito que a conjuntura – que reúne a formação do trabalhador livre, a política de terra, a expansão dos mercados e o desenvolvimento do capitalismo – está vinculada ao discursivo desaparecimento dos índios em algumas regiões do Império e especialmente em Pernambuco, pois os discursos acerca da agricultura, da demarcação de terras e homogeneização de índios, negros e brancos através da mestiçagem evidenciam essa relação.

**Palavras-chaves:** Pernambuco, Trabalho, Mestiço.

## ESCRavidÃO E A “LEI PARA INGLÊS VER”: A EXPERIÊNCIA DOS AFRICANOS LIVRES NA REAL FÁBRICA DE FERRO IPANEMA, SOROCABA-SP (1840-1850)

*Mariana Alice Pereira Schatzer Ribeiro*  
*Mestranda em História – Unesp/Assis*  
*Email: mariana\_schatzer@yahoo.com.br*  
*Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Lúcia Helena Oliveira Silva.*

A presente comunicação é derivada da minha pesquisa de mestrado, a qual analisa a experiência dos africanos livres na Real Fábrica de Ferro Ipanema, em Sorocaba-SP. Tal categoria surgiu com a lei de 1831, devido a um acordo bilateral entre Brasil e Inglaterra, o qual estabelecia que todos os africanos presos em navios apreendidos pelos ingleses deveriam ficar sob a tutela do Estado imperial brasileiro, e após 14 anos de serviços deveriam ser emancipados e enviados à África. Entretanto, na maioria das vezes, a legislação não fora respeitada, tornando-se conhecida como “lei para inglês ver”. Desse modo, busca-se compreender como se dava o cotidiano, a experiência dos tutelados no plantel fabril, sua convivência entre si, com outros trabalhadores e a direção da fábrica. Por fim, as análises apontam que embora possuíssem a condição jurídica de “livre”, na prática eram considerados pelas autoridades apenas como mais um grupo de escravos.

**Palavras-chaves:** africanos livres; escravidão; fábrica.

## **AS EXPERIÊNCIAS DOS AFRICANOS NAS IRMANDADES DA PARAÍBA OITOCENTISTA: RECONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS NO MUNDO ATLÂNTICO**

*Matheus Silveira Guimarães  
Graduado em História – UFPB  
Email: guimaraesmatheuss@gmail.com*

Este trabalho se insere em um projeto de pesquisa mais amplo vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) com o objetivo de identificar as relações sociais da população africana escravizada na província da Paraíba. Neste trabalho, a partir das experiências de vida de dois africanos, Quitéria de Sousa, da Costa da Mina, e Francisco Gangá, de Angola, buscamos demonstrar como as irmandades religiosas tiveram um importante papel na reconstrução da vida dessas pessoas trazidas para o Brasil como escravas e, dessa forma, contribuíram na formação do Mundo Atlântico, permitindo a relação de elementos simbólicos e uma proximidade cultural entre os dois lados do oceano.

**Palavras-chaves:** Irmandades; Mundo Atlântico; Paraíba.

## **A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGROPECUÁRIO DE ALAGOAS**

*Nadson Alexandre Vasconcelos Júnior  
Graduando em Geografia – Ufal  
Email: nadsonvasconcelos@hotmail.com  
Orientadora Profa. Dra. Marta da Silveira Luedemann*

A presente pesquisa trata da organização do espaço agropecuário alagoano e também investiga os investimentos na expansão e modernização da agroindústria em Alagoas. Desde período colonial, a base econômica de Alagoas se constituiu na cultura canieira e pecuarista, porém outros cultivos também foram praticados, como a mandioca, feijão, milho, fumo e o algodão. As atividades agrárias se desenvolveram até o século XX com baixa tecnologia, delimitada por fatores naturais da zona da mata, do agreste e do sertão. No decorrer do século XX Alagoas recebeu os maiores investimentos em infraestrutura de transportes ferroviários, rodoviários, portuários, para atender basicamente a exportação de açúcar e mais recentemente de álcool. Hoje Alagoas apresenta traços herdados da colonização; mesmo o estado apresentando melhoras nos indicadores sociais, ainda possui os piores índices socioeconômicos do Brasil. Tais discursões são os resultados parciais do primeiro ano de pesquisa no PIBIC/UFAL.

**Palavras-chaves:** Alagoas, agropecuária e infraestrutura.

## QUADRO DE UMA REVOLTA: A PRAIEIRA NA PARAÍBA ATRAVÉS DE MAXIMIANO L. MACHADO

*Priscilla Emmanuelle Formiga Pereira*  
*Mestre em História – UFPB*  
*Docente do Curso de História – UVA/UNAVIDA*  
*Email:priscilla.formiga@outlook.com*

A Revolta Praieira compõem o quadro das movimentações liberais que são relacionadas ao contexto do Segundo Reinado. Dentre os discursos acerca do evento na Paraíba, podemos referenciar a publicação de 1851 em Recife de Maximiano L. Machado. A obra de Machado traz em suas linhas o posicionamento do autor diante da revolta a qual ele participou. Deste modo, esse trabalho tem enquanto proposta analisar as falas inseridas nesta obra memorialista que constitui um forte discurso sobre a revolta Praieira na Paraíba e o ideal liberal. Ambos inseridos no panorama de ideias que circulavam durante o século XIX, buscando, deste modo, identificar a *configuração que assume a revolta* no referido estado a partir do discurso e olhar deste intelectual.

**Palavras-chaves:** Praieira; Paraíba; Maximiano L. Machado.

## AGASSIZ - A CIÊNCIA DAS DESIGUALDADES

*Ricardo Alexandre Santos de Sousa*  
*Graduando em História - UESB*  
*Email:ricsousa14@gmail.com*

Jean Louis Rodolphe Agassiz foi um dos mais eminentes cientistas da primeira metade do século XIX. Os paradigmas científicos sob os quais se abrigava sofreram, entretanto duros golpes na segunda metade do século levando-o ao ostracismo e esquecimento. Agassiz, vinculado a seus paradigmas formadores, fez importantes trabalhos como a classificação de peixes do Brasil com base no material de von Spix e foi o primeiro cientista a tomar como hipótese a possibilidade do Planeta ter passado por um período glacial. Ao entrar em contato com homens de diferentes etnias, baseado em sua aversão pessoal ao "outro" e nos mesmos paradigmas científicos que acreditava, Agassiz ignorou ou negligenciou as consequências políticas e sociais de suas posições e acabou por fornecer aos senhores escravocratas americanos argumentos que justificavam a servidão.

**Palavras-chaves:** Raça, Agassiz, separacionismo.

**UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO DA OBRA NA SENZALA, UMA FLOR -  
ESPERANÇAS E RECORDAÇÕES NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA ESCRAVA:  
BRASIL SUDESTE, SÉCULO XIX, DE ROBERT W. SLENES**

*Sirley Roberta dos Reis Toledo*  
*Graduanda em História – Ufal*  
*Email: robertareis008@gmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Arrisete Cleide de Lemos Costa*

Neste *paper* realizo um estudo historiográfico sobre a obra *Na Senzala, uma Flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*, 1999, do historiador norte-americano Robert W. Slenes. Discuto as seguintes questões teórico-metodológicas: o papel inovador desempenhado pelo historiador Robert Slenes no campo da história social da cultura no Brasil; sua perspectiva enfocando a visão dos diversos atores sociais; a utilização do método micro-histórico e da técnica das “ligações nominativas” para o estudo das fontes cartoriais e judiciais. Objetivo demonstrar o trabalho do historiador para reconstituir as redes sociais formadoras das famílias escravas no Brasil no século XIX como espaços subversivos reinventados a partir de tradições africanas compartilhadas.

**Palavras-chaves:** família escrava, metodologias, historiografia brasileira.

**O “MESTRE” NINA RODRIGUES E SUA “TROYA NEGRA” COMO MODELO  
DE ESCRITA PARA ARTHUR RAMOS**

*Thyago Ruzemberg Gonzaga de Souza*  
*Graduando em História – UFRN*  
*Email: thyagoruzemberg12@yahoo.com.br*  
*Orientador Professor Dr. Renato Amado Peixoto*

Abordaremos a tradição da escrita da história do Quilombo dos Palmares, destacando o papel de Raimundo Nina Rodrigues na “herança” de Arthur Ramos. As transformações na escrita da história de Palmares operada pelo primeiro no início do século XX abriram o caminho para a composição dos escritos do segundo, principalmente para a possibilidade de uma nova abordagem sobre o Quilombo dos Palmares. O objetivo principal é analisar a “herança” a partir de uma comparação entre as estruturas narrativas dos textos de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. Esse antropólogo alagoano adota o texto de Rodrigues como modelo historiográfico sobre Palmares, repetindo também topos discursivos como: “Troya negra”, “República dos Palmares” e “Estado Negro”. Acreditamos que a interpretação de Ramos é produzida no tempo “disjuntivo”, ou seja, na *diferencia*, estabelecida entre ele e a tradição que o antecedeu.

**Palavras-chaves:** Palmares; Nina Rodrigues; Arthur Ramos.



## POSSE ESCRAVA NO SERTÃO DE SERGIPE SÉCULO XIX

*Vladimir José Dantas*  
*Professor da Faculdade do Nordeste da Bahia – FANEB*  
*Email:vladdantas@yahoo.com.br*

A vila de Nossa Senhora da Conceição do Porto da Folha, representou no século XIX o conhecido Sertão do São Francisco, uma das maiores vilas da Província de Sergipe Del Rei, ao se desmembrar deu origem a três outras vilas. Nesse contexto, estudamos os indícios e os rastros deixados pelos diversos escravos, que ao escreverem os Inventários Post-mortem de diversos proprietários nos indica diversas possibilidades. Assim encontramos o escravo Mathias, que comprou sua liberdade e o forro Braz, que ao inventariar os bens de sua falecida esposa, herdou brincos de ouro. Nesta comunicação intentamos estudar a vila citada, utilizando fontes não utilizadas, com o objetivo de conhecer homens e mulheres que procuram de diversas formas, buscar a liberdade e resistir às ordens delineadas pela sociedade imperial brasileira.

**Palavras-chaves:** escravidão; inventários; liberdade.

**SIMPÓSIO 5 – CULTURA,  
DIVERSIDADE e  
PATRIMÔNIO**

## **FEIRA LIVRE DE BODOCÓ: ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO E TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AFROBODOCOENSE.**

*Alexsandra Flávia Bezerra de Oliveira*  
*Mestranda em Educação – UFC*  
*Email: alexsandra\_flavia@hotmail.com*

*Reginaldo Ferreira Domingos*  
*Doutorando em Educação – UFC*  
*Email: reginaldofd1@hotmail.com*

O presente texto traz uma discussão a cerca das heranças culturais deixadas pelos ancestrais africanos e afrodescendentes no município de Bodocó-PE que constituem parte importante do patrimônio cultural material e imaterial do local que é historicamente exposto na feira semanal do citado município o que promove a preservação, a divulgação e a transmissão desse legado cultural. Na construção desse trabalho nós procuramos as memórias enquanto fontes históricas através das técnicas e métodos da História Oral, bem como procuramos revisar literaturas que nos trouxessem informações que as memórias não teriam condições de nos oferecer. Assim, trazemos uma discussão acerca do patrimônio cultural afrobodocoense que se encontra exposto na vitrine da feira livre do citado município através das valiosas contribuições das memórias.

**Palavras-chaves:** patrimônio-cultural, afro-memória, feira.

## **“REPAGINANDO O NOSSO FOLCLORE”: REFLEXÕES SOBRE OS NOVOS MOVIMENTOS CULTURAIS ALAGOANOS E SEU PROJETO DE CRIAR UMA NOVA IDENTIDADE ALAGOANA**

*Alicia Poliana Ferreira*  
*Graduanda em História – Ufal*  
*Email:aliciapoliana@hotmail.com*  
*Orientadora Profa. Dr<sup>a</sup>. Irinéia Maria Franco dos Santos*

Este artigo propõe-se analisar a recriação do Maracatu em Alagoas pelos novos movimentos culturais alagoanos à medida que os mesmo movimentos culturais tentam inventar uma nova identidade alagoana, um novo sentimento de alagoanidade intimamente ligado aos novos Maracatus. Entretanto, não sem levantar polêmicas e questionamentos de pertencimentos étnicos e sociais.

**Palavras-chaves:** Maracatu, cultura popular, identidade alagoana.

## ENTRE O ÍNDIO E OS RELATÓRIOS: A TRAJETÓRIA DE GRACILIANO RAMOS NOS ANOS 1920

*Aline da Silva Santos*  
*Graduada em Pedagogia – Ufal*  
*Email: alynesantosal@gmail.com*  
*Orientador: Prof. Dr. Wilson Correia Sampaio*

O presente artigo focaliza a trajetória de Graciliano Ramos ao longo da década de 1920, período que corresponde a uma parte de sua vivência no município de Palmeira dos Índios. Destacamos sua colaboração no jornal *O Índio*, fundado em 1921, periódico no qual o aludido intelectual publicou artigos nas seções “Traços a Esmo”, “Factos e Fitas” e “Garranchos”. Os artigos aí publicados por Graciliano Ramos tematizavam alguns problemas relativos à existência coletiva na Palmeira dos Índios de então, tais como: analfabetismo, carência de escolas, abastecimento de água, iluminação pública e violência. Acentuamos também o significado dos *Relatórios* do prefeito da *Princesa do Agreste* no final da referida década como marco na revelação do grande nome das letras nacionais que foi *mestre Graça*.

**Palavras-chaves:** Educação – Palmeira dos Índios - Graciliano Ramos

## TOPOGRAFIA DIGITAL DOS MUSEUS DE SERGIPE E USOS DE GPS

*Aliny Conceicao Correia de Melo*  
*Graduando em Museologia - UFS*  
*Email: aliny.correia@gmail.com*

*Jhon Lennon Souza Santos*  
*Graduando em Museologia - UFS*  
*Orientadora Profa. Dra. Janaína Cardoso de Mello*

Busca-se registrar os museus de Sergipe através de uma topografia digital abrangendo as instituições museais de sete regiões do Estado de Sergipe (Alto Sertão - Nossa Senhora da Glória; Baixo São Francisco - Propriá; Agreste Central - Itabaiana; Centro Sul - Lagarto; Leste Sergipano - Socorro; Grande Aracaju e Sul Sergipano - Estância), elaborando-se roteiros de visita aos museus para observar as conexões e interligações entre museus e municípios. A topografia apresentará um mapa digital dos museus de Sergipe, interativo, audio-visual inserido no site do dicionário eletrônico *Véritas Mouseion*. Depois serão realizadas as fotografias e digitalizações dos museus e acervos expositivos visitados. Utilizando-se sinais de satélites, um aparelho de GPS fornecerá a posição exata das instituições museais pesquisadas em Sergipe. No intercâmbio de dados entre o computador e o GPS será utilizado o programa *Trackmacker*.

**Palavras-chaves:** topografia digital; museus de Sergipe; banco de dados.

## **HISTÓRIA E LITERATURA: UMA ANÁLISE POLÍTICA, LITERÁRIA E HISTÓRICA DAS OBRAS DE ARIANO SUASSUNA**

*Anderson Bruno da Silva Oliveira*  
*Universidade Federal de Pernambuco - UFPE*  
*Orientador Prof. Dr. Durval Muniz Albuquerque Júnior*  
*Email: professor.historia.bruno@hotmail.com*

A literatura armorial – no que se refere à fase preparatória (1946-1969) e a experimental (1970-1975) -, é carregada de complexidade em sua formação, pois dentro dela há jogos políticos que seu principal autor se cala e evita citar, um jogo de tempo entre o passado e o presente, e uma bela construção de um imaginário que força uma legitimação de um espaço, o sertão. Isolando o armorial as obras de Ariano Suassuna, mas específicas duas delas, “Auto da compadecida” e “Romance da pedra do reino”; cada obra em sua complexidade, seu espaço político e sua temporalidade, e tomando elas como acontecimentos de uma época propomos pensar e discutir neste texto os elementos que deram forma a essa escrita.

**Palavras-chaves:** Armorial, Literatura, História.

## **O ETNODESIGN A PARTIR DA MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PERSEVERANÇA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS - IHGAL**

*Anderson Diego da Silva Almeida*  
*Mestrando em História – PPGH - Ufal*  
*Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Lima*  
*Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rossana Viana Gaia*  
*Email: andersondiego.almeida@yahoo.com.br*

Este trabalho, de mestrado, aborda de forma parcial o estudo da Coleção Perseverança através da análise de alguns artefatos pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL. Objetiva compreender a Coleção enquanto produção humana de sentidos, de representação através da reunião de objetos e tentativa de controle dos significados dela advindos para entender a construção do Conceito Etnodesign no campo da historiografia. Serão trabalhados também alguns aspectos históricos compreendendo seus usos e representações ao longo do tempo e a construção do objeto de coleção enquanto símbolo. Foi feita a opção de dialogar com alguns importantes estudiosos e interlocutores como Vilém Flusser e Carlo Ginzburg. Além de trabalhos de referência para a área, autores e obras que são ponto de partida para os principais estudos empreendidos sobre este assunto.

**Palavras-chaves:** historiografia; etnodesign; artefato.

## **ASPIRAÇÕES PROGRESSISTAS: A INAUGURAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO EM SERGIPE (1913)**

*André Luiz Sá de Jesus  
Graduado em História Licenciatura – UFS  
Email: sa.andrei@yahoo.com.br*

No presente artigo analisaremos quais foram os motivos, que levaram a construção da ferrovia Timbó a Propriá no estado de Sergipe no ano de 1913. Primeiramente, vamos falar dos projetos de construção da estrada de ferro em Sergipe no século XIX, os insucessos desses projetos. Depois, falaremos do discurso e do projeto apresentado pelo deputado José Rodrigues da Costa Dória, em dezembro de 1903, para a construção da estrada de ferro em Sergipe. Ainda falaremos do início dos trabalhos de construção até a inauguração do primeiro trecho da estrada de ferro em Sergipe, que compreendia o trajeto de Timbó (hoje Esplanada, estado da Bahia) até a cidade de Aracaju (estado de Sergipe).

**Palavras-chaves:** ferrovia, estado de Sergipe, meios de transporte.

## **MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ANTIGOS ENGENHOS DE AÇUCAR DE ALAGOAS**

*Bianca Machado Muniz  
Graduanda em Arquitetura - Ufal  
Email: bianca602@gmail.com  
Orientadora Profa. Dra. Maria Angélica da Silva.*

Os antigos engenhos banguê representam o testemunho construído de um importante capítulo da história alagoana – a produção do açúcar- que permanece uma atividade de destaque no panorama econômico do Estado, com evidentes desdobramentos sociais e culturais. Com o advento das usinas, estas construções encontram-se atualmente esquecidas, diluídas na paisagem interiorana ou escondidas em recantos de difícil acesso, desprovidas de qualquer instrumento legal que assegure sua permanência. Colocam-se, portanto, a mercê da degradação trazida pelo tempo e das diversas intervenções promovidas por seus proprietários. Este trabalho se propõe a analisar a situação atual de algumas destas unidades fabris, com ênfase na fábrica, edifício onde era realizada a manufatura do açúcar, buscando subsídios em pesquisa bibliográfica, mas principalmente em visitas in loco.

**Palavras-chaves:** Engenhos, Patrimônio, Alagoas.

## **O PATRIMÔNIO PRÉ-HISTÓRICO DO BAIXO SÃO FRANCISCO: DELMIRO GOUVEIA**

*Claudiane dos Santos Pereira  
Graduando em História – Ufal  
Email: claudya\_rodrigues92@hotmail.com  
Orientador Prof. Dr. Flávio Augusto de Águiar Moraes*

O presente projeto foi desenvolvido com um intuito de reconhecer como se deu a ocupação no vale Sanfranciscano, tendo em vista as pesquisas eventuais desenvolvidas acerca dessa temática, considerada de extrema importância nas dimensões sociais, materiais, culturais e principalmente históricas para construção de uma identidade e conseqüentemente para preservação desse bem . Visa acrescentar informações a cerca das origens dos primeiros habitantes dessa região. Metodologicamente, se utilizou da pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e exploratório, onde foi realizado levantamento de dados, visitas ao Museu de Arqueologia de Xingó (MAX), análises de artigos, livros, teses e dissertações que versam sobre o tema. Os resultados obtidos servem como material de pesquisa e análise do público interessado, como também objetiva-se uma divulgação no espaço Acadêmico.

**Palavras-chaves:** Patrimônio; Pré-histórico; Baixo São Francisco.

### **“PETRIFICADO FIQUEI! AINDA HOJE, ATÉ AGORA”: A MONUMENTALIZAÇÃO DE JOÃO SAPATEIRO NO CAMPO CULTURAL DE LARANJEIRAS/SE**

*Clovis Carvalho Britto  
Graduado em Museologia - UFS  
Email: clovisbritto5@hotmail.com*

O artigo analisa as estratégias de produção da crença no poeta João Silva Franco (1918-2008), conhecido como João Sapateiro, cujo legado instituiu uma memória topográfica protagonizada pela cidade de Laranjeiras/SE. Para além da análise de sua poética, visualizamos as estratégias de manipulação de seu legado destacando como o escritor, herdeiros legais e simbólicos promoveram agenciamentos em prol de sua distinção nas tramas da economia simbólica. Analisando a publicação de suas obras, a instituição de vigiâncias comemorativas e, principalmente, a instalação de uma estátua em sua homenagem no centro da cidade de pedras e de palavras, observamos a trama de sua monumentalização como uma das figuras centrais na batalha das memórias que institui personalidades significativas no campo do patrimônio cultural de Laranjeiras/SE.

**Palavras-chaves:** João Sapateiro; patrimônio; monumentalização.

## LUGARES DE MEMÓRIA: UM ESTUDO DO MEMORIAL HISTÓRICO OTAVIO ACIOLI SOBRAL EM JAPARATUBA-SE

*Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso*  
*Universidade Federal de Sergipe – UFS*  
*Email: tina.valença@yahoo.com.br*

*Jessica Nascimento dos Santos*  
*Graduanda em Museologia - UFS*  
*Email: jessicanascimento19@homail.com*

O Museu enquanto lugar que promove a comunicação é um espaço social e cultural por excelência e, por isso, deve ser compreendida a multiplicidade dos usos e da sua função educacional e inclusiva. Assim, o foco desse projeto é estudar o Memorial Histórico Otávio Aciolli Sobral (MHAS). É dentro dessa perspectiva que esse estudo tem como objetivo analisar o processo de implantação e consolidação do Memorial Histórico Aciolli Sobral apontando suas potencialidades enquanto instituição que preserva e comunica a memória e o patrimônio cultural da cidade de Japaratuba/SE. Muitos elementos constitutivos do procedimento metodológico adotado para esta pesquisa vêm da triangulação entre a análise documental e bibliográfica, a análise dos diagnósticos da instituição e entrevistas. Espera-se com esta pesquisa contribuir com a historiografia sobre Japaratuba e sobre o Memorial Otavio Acioli.

**Palavras-chaves:** Memorial, Historia, Japaratuba.

## O HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS COMO CENÁRIO DA PASSAGEM DE LAMPIÃO EM LARANJEIRAS (SE)

*Danielle de Oliveira Cavalcante*  
*Mestranda em História – PPGH - UFS*  
*Orientadora Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello*

Este artigo utiliza como embasamento principal a obra de Frederico Pernambucano de Mello, intitulada “Guerreiros do Sol: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil”, como forma de refletir sobre a construção e participação do Cangaço no Nordeste brasileiro e sua contribuição histórica na representação do seu líder maior Virgulino Ferreira (Lampião) no imaginário Laranjeirense, através da sua passagem e internação no Hospital São João de Deus na cidade de Laranjeiras (SE). Pretende-se ainda contribuir com este artigo, o pensar sobre o desenvolvimento do Nordeste e a presença dos Coronéis como força para a disseminação do cangaço, através da leitura de autores como: Marcos Vinícios Vilaça, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Peter L. Eisenberg.

**Palavras-chaves:** Laranjeiras, Lampião, Nordeste.



## **CONHECER PARA PRESERVAR: A COMUNIDADE E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA, AL.**

*Rute Barbosa*

*Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico/NEPA-UFAL*

*Email: rufbarbosa@gmail.com*

*Danúbia Rodrigues*

*Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico/NEPA-UFAL*

*Email: danubia.rodrigues2@gmail.com*

A preservação do patrimônio arqueológico não ocorre apenas por meio das pesquisas desenvolvidas em campo e laboratório, mas também pela inserção da comunidade e da socialização do conhecimento produzido. Assim sendo, um dos objetivos das ações patrimoniais é sensibilizar a população para a preservação dos bens arqueológicos, suscitando o sentimento de pertencimento, valorização e respeito pelo patrimônio e o saber popular. Neste íterim, é que apresentamos as primeiras impressões obtidas durante a realização do levantamento oral e de ações patrimoniais, por ocasião das pesquisas arqueológicas que estão sendo desenvolvidas nos sítios indígenas Baixa das Flores e Chã de Cajazeiras, município de Limoeiro de Anadia em Alagoas.

**Palavras-chaves:** Patrimônio arqueológico- Preservação- Educação Patrimonial

## **PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS: UMA QUESTÃO DE VISIBILIDADE ÉTNICA**

*Deisiane da Silva Bezerra*

*Secretaria Estadual de Educação e Esporte*

*Email: deisybezerra@hotmail.com*

Esta pesquisa objetiva investigar o processo de territorialização indígena no município de Palmeira dos Índios, Procurando compreender a conquista por visibilidade étnica dos Xucuru-Kariri, a partir de suas retomadas territoriais. O objetivo deste trabalho é analisar os reflexos do processo de reconquista territorial na reafirmação da condição étnica indígena. Para possibilitar essa discussão nos fundamentaremos nos conceitos de território, territorialidade e indianidade discutidos por João Pacheco e Silvia Martins; cultura em Geertz e memória e oralidade em Janaina Amado e Marieta Ferreira. A metodologia será baseada na perspectiva da história cultural; Análise dos Relatórios de Identificação e Delimitação da Área Indígena Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL dos anos de 1988, 1996 e 2004, dialogando com as histórias de vida, fazendo referências à tradição oral.

**Palavras-chaves:** Território, Indianidade, Cultura.

## **O COTIDIANO NA CIDADE DE PANEAS DURANTE AS DÉCADAS DE 1940 A 1970: UM OLHAR ATRAVÉS DA MEMÓRIA**

*Elielma Maria dos Santos*  
*Graduada em História – Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim*  
*Email: elielmamaria@gmail.com*  
*Orientador Prof. Dr. Cristiano Cezar Gomes da Silva*

O presente trabalho propõe uma investigação através dos acontecimentos ocorridos durante as décadas de 1940 a 1970 na cidade de Panelas, localizada no Agreste central de PE, a 180 km da capital. Como enfoque principal, buscamos fazer uma análise através do cotidiano, investigar as mudanças que aconteceram e a participação dos próprios moradores nesse processo, e a formação sociocultural do povo panelense. Por meio da memória individual e coletiva, resgatamos parte da história local que precisava ser registrada e só assim reavaliarmos os fatos e também traçarmos, perante vários aspectos, uma radiografia da nossa cidade no período pesquisado, como as pessoas viviam e se relacionavam com suas raízes culturais, com a própria identidade social. Abordamos questões como memória, história oral, narrativa e cotidiano como indispensáveis para o resgate e a construção da história local.

**Palavras-chaves:** Memória Oral, Narrativas, Cotidiano.

### **SENSIBILIDADES E ESPAÇOS: STALLYBRASS, ALBUQUERQUE JR. E A PESQUISA HISTÓRICA**

*Elson da Silva Pereira Brasil*  
*Graduando do curso de História – UFCG*  
*Email: elsonspb@gmail.com*

*Alexandro dos Santos*  
*Graduando do curso de História – UFCG*  
*Email: Alexandrodossantos09@gmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento*

O presente trabalho pretende discutir sobre a contribuição das obras dos pesquisadores Durval Muniz de Albuquerque Jr. e Peter Stallybrass para a pesquisa em História. Em nossas leituras buscamos analisar o aporte metodológico que os dois autores oferecem como possibilidade para o historiador pensar a importância do espaço que lhe cerca, e deste como sendo (re)formulado historicamente, tornando-se patrimônio. Com Stallybrass buscamos refletir sobre a importância das roupas como fontes que podem despertar outras sensibilidades, que não apenas a visual e como essas roupas são patrimônios que carregam em seu cheiro e em sua textura um valor que está além do valor de mercado da teoria de Marx. Com Albuquerque Jr. buscamos pensar como a escrita da história dos espaços deve transcender os sentidos da visão e usar também dos outros sentidos de nosso corpo, como somos formados para ler os espaços apenas com a visão, uma leitura que negligencia os outros sentidos. Pretendemos assim sugerir, partindo dos dois autores, formas de ler os espaços. Metodologicamente buscamos mapear as obras, em seguida optamos por problematizar sobre a importância das mesmas para o estudo sobre espaço e patrimônio.

**Palavras-chaves:** Sensibilidades; História; Espaço; Stallybrass; Albuquerque Jr.

## **MEMÓRIAS E IMAGENS: DIÁLOGOS INTERGERACIONAIS NA PRESERVAÇÃO DOS SABERES COMUNITÁRIOS**

*Maria de Lourdes Pereira  
IFPE – Afogados da Ingazeira, Bolsista PIBEX  
Orientador Prof. Elton André Silva de Castro*

Este relato surge de intervenções com idosos, crianças e adolescentes na reconstrução das memórias coletivas de algumas comunidades quilombolas dos Sertões pernambucanos, onde buscamos ouvir os sujeitos em suas narrativas sobre a criação, a incorporação e o estabelecimento de novos fazeres (Certeau, 1994) na vida cotidiana. Elegemos como base das intervenções a produção de depoimentos e de histórias de vida de idosos (Haguette, 1997), registrados com filmadora digital. Nossa experiência dialoga com os estudos de Bosi (1994) e Halbwachs (2003), reconhecendo a potência das palavras expondo seu poder quando se estabelece um diálogo intergeracional produzindo registros de pertencimento ao coletivo, como marcadores temporais e afetivos singulares, preservando vínculos entre gerações. As intervenções com as gerações mais jovens demonstraram a clara possibilidade de ressignificação de elementos simbólicos atestando uma tensão entre a memória e o esquecimento.

**Palavras-chaves:** memória, diálogo intergeracional, comunidade.

## **ALAGOAS, CULTURAS E JUVENTUDES: A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA AS DIVERSIDADES**

*Emanuelle de Oliveira Souza  
Graduanda em Pedagogia - Ufal  
Email: manusouza1@yahoo.com.br  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeire Reis da Silva*

O artigo traz reflexões baseadas nas representações de jovens 15 a 29 anos, concluintes do Ensino Médio, dos turnos diurno e noturno, de uma escola estadual na periferia de Maceió-AL sobre a cultura em Alagoas. Observou-se que a falta de espaço para assuntos culturais no ambiente escolar e que a consciência individual e coletiva da condição juvenil é perpassada e construída por variadas experiências pessoais, onde a escola está presente de forma marcante, sendo fundamental a reflexão sobre a postura da mesma diante das múltiplas identidades juvenis. Os pressupostos teóricos baseiam-se em Abramo (2005), Cucho (2007), Dayrell (2007, 1996), Moreira & Candau (2003), Pais (2003), Sacristán (2005) e nos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio.

**Palavras-chaves:** escola, culturas, Alagoas

## UM PATRIMÔNIO IMATERIAL SERGIPANO: DISCUSSÃO SOBRE A PRODUÇÃO DA RENDA IRLANDESA

*Estefanni Patricia Santos Silva*  
*Graduada em Museologia – UFS*  
*Email: estefanni.p@gmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello*

O trabalho possui o objetivo de apresentar as características de um bem imaterial produzido em Sergipe, Brasil, diante das heranças que constam em suas trajetórias memorialísticas, através de dois contextos nos quais possuem rendeiras que as produzem: Divina Pastora e Laranjeiras. A metodologia optada permeia a revisão literária, documental, etnográfica e a análise da renda irlandesa, que é considerada um dos produtos artesanais mais requintados e remotos do estado de Sergipe. Assim, pretende-se aprofundar uma discussão sobre como é feita e o reconhecimento que este produto trazido pelos europeus à Sergipe obtém na contemporaneidade.

**Palavras-chaves:** Renda Irlandesa. Heranças. Produção.

## UM FLÂNEUR TRANSATLÂNTICO: LEVANTAMENTO DE SITES E BLOGS SERGIPANOS E PORTUGUESES

*Giceli Andrade Rocha Santos*  
*Graduada em Museologia - UFS*  
*Email: arqueogi@hotmail.com*  
*Orientadora Prof<sup>a</sup> Dra. Janaina Cardoso de Mello*

O significado do *flâneur* que vem do Francês *flâner*, que significa “para passear” Charles Baudelaire (1988) desenvolveu um significado para flâneur de “uma pessoa que anda pela cidade a fim de experimenta-la” onde assume duas dimensões, a da contemplação, que se alimenta da alma das ruas, e da crítica social que da voz as minorias que vivem a margem da sociedade. O Flâneur contemporâneo passou para os Shoppings centers, com a movimentação diária de pessoas que não necessariamente vão ao local para consumir, mais também para verem e serem vistas, essa mudança nos trazem alguns questionamentos, porque também não flunar pela internet? E o objetivo desse artigo foi flunar pela internet, analisando e comparando sites e blogs sergipanos e portugueses com conteúdo voltado para o patrimônio cultural e a importância na divulgação do patrimônio no meio virtual.

**Palavras-chaves:** Flâneur; memória; Patrimônio cultural.

## **CARVALAL NA ERA VARGAS: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL**

*Hildênia Santos de Oliveira*  
*Mestranda em História – PPGH – UFS*  
*Email: hilldeniade@bol.com.br*  
*Orientadora Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello*

O trabalho a seguir é um estudo sobre o carnaval no Brasil na década de 1930, período da “Era Vargas”, período em que a política central do estado brasileiro apoiou-se na expressão popular urbana do Samba no intuito de construir uma identidade nacional, e entender como o carnaval e o samba do Rio de Janeiro influenciaram outras manifestações carnavalescas em todo o país. A era Vargas em sua primeira década incentivou a criação de redes de propaganda que elegeu uma construção ou a forja de uma identidade, através do futebol, o rádio e o carnaval. Entender se através destas manifestações o governo se utilizou dos processos midiáticos para abafar as graves crises econômicas que o Brasil estava passando? E o que de positivo surgiu a partir dessas manifestações durante o governo Vargas?

**Palavras-chaves:** Carnaval, Identidade, Era Vargas.

## **CONTRIBUIÇÕES DE GRACILIANO RAMOS PARA A EDUCAÇÃO: ALGUNS REGISTROS**

*Jacyelle Karinne Bento*  
*Graduanda em Pedagogia – Ufal*  
*Email: jacyellekarinne@hotmail.com*

*Wilson Correia Sampaio*  
*Graduado em Filosofia – Ufal*  
*Email: sampaioprofeta@bol.com.br*

O presente artigo tem como objetivo destacar uma faceta específica do intelectual em foco: as contribuições para a reflexão em torno do pedagógico, que estão presentes na ficção, nos textos jornalísticos, na atuação como prefeito de Palmeira dos Índios (1928 - 1930) e na gestão como Diretor de Ensino nas Alagoas no período entre 1933 e 1936. Podemos identificar elementos de natureza pedagógica no conjunto dos escritos graciliânicos: nas referências às relações pais-filhos, aos espaços formativos, ao caráter educativo das instâncias de poder subsumidas no comportamento do Estado, dentre outras manifestações. Para esta investigação além dos escritos de Graciliano Ramos foram utilizados como referência, elementos da teoria social de Antonio Gramsci (1986; 1988) e estudos sobre o intelectual alagoano realizados por Oliveira (2010); Moraes (2012); Lima (2013); dentre outros.

**Palavras-chaves:** Graciliano Ramos. Educação. Intelectual.

## **AZULEJANDO LARANJEIRAS: CULTURA LUSITANA NO PATRIMÔNIO SERGIPANO**

*Janaina Cardoso de Mello  
Doutora em História Social (UFRJ)  
Profa. da Graduação em Museologia  
Universidade Federal de Sergipe – UFS  
Email: janainamello.ufs@gmail.com*

Cidade com seu patrimônio cultural edificado marcado pela colonização portuguesa, o centro histórico de Laranjeiras (SE) é formado por igrejas e casarios de fins do século XVIII e início do século XIX, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Um passeio pela cidade, no movimento de um *flâneur* contemporâneo, identifica a azulejaria azul e branca de origem lusitana em fachadas de casas e torres de igrejas. O estudo em questão pretende discutir a historicidade desse material decorativo arquitetônico traçando um paralelo com Portugal, bem como as apropriações da comunidade local, a noção de patrimônio cultural e as formas de degradação e/ou conservação que atuam sobre os azulejos em Laranjeiras. Como referências bibliográficas a pesquisa é norteadas pelos trabalhos de Santos Simões (1965), Tereza Saporiti (1998) e Daniele Adriane Schaparini Dani (2010).

**Palavras-chaves:** azulejos; cultura lusitana; patrimônio.

## **CONHECER PARA PRESERVAR: UM ESTUDO DE CASO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA CIDADE DE DELMIRO GOUVEIA-AL**

*Jefferson Felix dos Santos  
Graduando em História – Ufal  
Email: Jefferson\_gf@hotmail.com  
Prof. Orientador Flavio Augusto de Aguiar Moraes*

O conhecimento acerca dos sítios arqueológicos do Alto Sertão alagoano se restringe principalmente a esfera acadêmica, deixando grande parte da comunidade local, que entra em contato diariamente com esses sítios em total desconhecimento. Este trabalho visa também identificar o porquê de não haver uma divulgação mais ampla deste patrimônio, tornando-o conhecido e acessível não só para a população local, mas também como instrumento de pertencimento a cultura local. Desta forma, é possível observar um grande descaso por parte da comunidade local, devido principalmente, mas não exclusivamente, à falta de conhecimento no que se refere à importância desse patrimônio, que vale salientar, não é renovável. Portanto, fica explícita a necessidade de tornar o patrimônio arqueológico dessa região, através da educação patrimonial, parte da identidade da população local.

**Palavras-chaves:** Patrimônio, Arqueologia, Educação Patrimonial.

**NOSSA CATEDRAL:  
NOTAS SOBRE O PATRIMÔNIO MATERIAL DA IGREJA EM MACEIÓ**

*Jéssica Evelyn Pereira dos Santos  
Graduanda em História – Ufal  
Email: jessicaevelyn.hist@yahoo.com.br  
Orientadora Profa. Dra. Irineia Maria Franco dos Santos*

Este trabalho pretende discutir sobre o discurso eclesiástico em torno de seu patrimônio material na cidade de Maceió, ao buscar suas características em fontes impressas de publicações jornalísticas locais. A intenção primeira se traduz na tentativa de reconstruir a memória local, ao utilizar a análise do discurso e a leitura de conceitos que emergem da necessidade da conservação do patrimônio histórico cultural da cidade. A proposta deste *paper* é apresentar os resultados preliminares da pesquisa histórica trabalhada aqui, ainda em andamento.

**Palavras-chaves:** Patrimônio Histórico, Igreja Católica, Fontes Jornalísticas.

**A CARNAVALIZAÇÃO EM “AVE-MARIA DA ELEIÇÃO” DE LEANDRO  
GOMES DE BARROS**

*José Nogueira da Silva  
Licenciado em Letras - Faculdade de Ciências Humanas e Aplicadas do Belo Jardim  
Email: nogueiraviola@hotmail.com  
Professor Orientador João José Batista Filho*

A pesquisa realiza uma análise do poema “Ave-Maria da eleição” do poeta cordelista Leandro Gomes de Barros sob a luz da carnavalização bakhtiniana, buscado evidenciar o mundo às avessas, típico da carnavalização, ironizando personagens da esfera política no contexto da Primeira República. Entre os aporte teóricos, destacamos a obra “*A cultura popular na Idade Média: o contexto de François Rabelais*”. Entre as características do poema, destacamos a sátira, uma escrita que violou os conceitos religiosos da época, mostrando que, mesmo alheias às novidades literárias daquele momento, as massas populares não tiveram suas manifestações cristalizadas no tempo, porque continuaram absorvendo as transformações artísticas ditadas pelo tempo, pois as mesmas práticas feitas por gerações diferentes acarretam inovações e resistências.

**Palavras-chaves:** Leandro Gomes, Carnavalização, Hibridismo, Cordel.

## **ARARUNA NO RIO GRANDE DO NORTE: A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UMA DANÇA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL EM NATAL**

*Lucila Barbalho Nascimento  
Graduanda em História – UFRN  
Email: lucila.bn@gmail.com*

*Orientador: Prof. Dr. Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior*

Dentre as danças folclóricas existentes no Rio Grande do Norte, nos propomos a pesquisar sobre a Araruna, idealizada e comandada pelo Mestre Cornélio Campina. Trata-se de um grupo de dança que reúne vários números coreográficos e na qual a vestimenta remete à “aristocracia” dos séculos anteriores, com homens usando casaca e mulheres com longas saias rodadas. Para este trabalho, utilizaremos como aporte teórico-metodológico a nova história cultural, os estudos sobre memória e patrimônio. O grupo tem a proposta de disseminar uma dança dita “semidesaparecida”, inculcando-a na memória da sociedade de Natal. Podemos perceber que ela faz parte do processo de construção da identidade local, reforçada pela dedicação de eruditos como Luís da Câmara Cascudo e Deífilo Gurgel, que escreveram sobre a Araruna e a colocaram como uma dança típica natalense.

**Palavras-chaves:** Araruna; Patrimônio; Natal.

## **“EU ESTAVA LÁ!” - MEMÓRIAS DE PERSONAGENS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DO RIO DE JANEIRO SOB A ÓTICA DO FOTOJORNALISMO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.**

*Luiz Fernando Villalba Santos  
Mestrando em Letras e Ciências Humanas – Unigranrio  
Email: lfvillalba@gmail.com  
Orientador Prof. José Carlos Sebe*

Próximo de completar 50 anos, o Golpe Militar ainda é motivo de muitas discussões sobre lacunas que cismam em não cessar. É notório o crescimento da preocupação em se criar uma memória do período ditatorial, e também de espaços de memória. Há fotojornalistas que documentaram vários momentos marcantes do período, e essas imagens podem, e muito, contribuir para a construção de uma memória coletiva. O presente trabalho visa investigar sob a ótica do fotojornalismo, a participação do movimento estudantil em manifestações e atos contra a ditadura militar no Brasil no período que engloba as décadas de 1960 e 1970, buscando imagens registradas por fotojornalistas desses atos e identificar personagens que possam contar a sua versão sobre aquela imagem, utilizando-se da metodologia da História Oral para isso.

**Palavras-chaves:** Ditadura, Fotografia, História.



## MUSEUS DE SERGIPE: EXPOGRAFIA E ETNOGRAFIA AUDIO-VISUAL

*Mara Jane Santos Alves*  
Graduanda em Museologia – UFS  
Email: *maravilhajane@hotmail.com*

*Giceli Andrade Rocha Santos*  
Graduanda em Museologia – UFS  
Email: *arqueogi@hotmail.com*  
Orientadora *Profa. Dra. Janaína Cardoso de Mello*

A pesquisa focaliza a relação dos museus com a vida social: os diferentes significados das instituições para os agentes sociais. A cultura, a memória e os museus de cada região sergipana, assim como as narrativas expográficas são analisadas. Professores e pesquisadores irão sugerir percursos e roteiros específicos de visita para sublinhar as conexões e relações dos museus com o entorno, seja do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista da memória social dos moradores, seja do ponto de vista ambiental e artístico, ficando a critério dos convidados sugerir e guiar a equipe no roteiro proposto. Ainda a etnografia audio-visual para o registro das informações referentes a paisagem, a história, a memória, a cultura, os museus baseada em Copans (1999), Soares (2007) e Clifford (2011) trabalhará com a produção de uma iconografia das instituições visitadas depois transformada em filme etnográfico.

**Palavras-chaves:** museus de Sergipe; etnografia; expografia.

## AÇÃO EDUCATIVA ATRAVÉS DA LÚDICA FOLCLÓRICA DA CASA DE CULTURA ZÉ CANDUNGA

*Marina de Castro Novena Corrêa*  
Graduanda em Museologia – UFS  
Email: *marina.castronovena@gmail.com*  
Orientadora Professora Doutora *Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso*

Este trabalho é resultado da ação educativa desenvolvida com alunos entre 6-8 anos, em conjunto com a Casa de Cultura Zé Candunga ambos no município de Laranjeiras/SE. O trabalho teve como objetivo de abordar os elementos da cultura Laranjeirense como representações folclóricas. Assim buscou-se através de atividades lúdicas, demonstrar o valor dos bens culturais de Laranjeira/SE. A metodologia utilizada foi dividida em quatro etapas a *observação*, primeiro contato com tema “O que é folclore”; o *registro*, realização de atividades, relacionadas ao tema; a *exploração*, apresentação sobre o folclore de Laranjeiras, visita a exposição da instituição; por fim a *apropriação* onde os alunos produziram desenhos a fim de expor o que absorveram da ação. Obtivemos resultados positivos, esta ação parenta ser primeiro contato dos alunos com a temática, e o quanto ela pode abranger.

**Palavras-chaves:** Ação Educativa; Cultura popular local; Folclore de Laranjeiras.

## **CONSTRUINDO UM PATRIMÔNIO: (RE) SIGNIFICAÇÕES ALIMENTARES NA COLONIZAÇÃO PARAIBANA**

*Michelle Santino Fialho*  
*Graduanda em História - UEPB*  
*Email: Michelle-fialho@hotmail.com*

Este trabalho aborda estudos referentes à alimentação paraibana incutidos no cenário cultural da colonização. Debater-se-á questões acerca da culinária a partir da elaboração de um imaginário gastronômico submerso no perfil ideológico da conquista da Paraíba. Com base na perspectiva Certeuniana, pensar-se-á as práticas alimentares enquanto ações criativas de quem as executam, tornando-as, portanto, uma rede repleta de inventividade. Através de uma revisão bibliográfica, realizou-se uma pesquisa que objetiva entender as implicações culturais da alimentação, pensada enquanto patrimônio histórico e cultural, no que se refere à evolução dos hábitos alimentares, bem como a identidade construída sob costumes e regras disponibilizadas pela diversidade e fusão de sabores.

**Palavras-chaves:** Colonização Paraibana; Alimentação; Patrimônio Cultural.

## **AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DAS FESTAS JUNINAS: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL**

*Mislene Vieira dos Santos*  
*Mestranda em História – PPGH - UFS*  
*Email: mislene\_srn@hotmail.com*

A cultura sergipana é bastante rica e diversificada, configurando-se como um verdadeiro mosaico de tradições, crenças e costumes. Este trabalho defende a importância de se conceber os festejos juninos ocorridos no estado enquanto espaço de manifestação do patrimônio cultural. Com o intuito de tornar conhecida uma parcela desses festejos foi realizado o levantamento de alguns grupos folclóricos e da forma como em diferentes municípios são celebradas as festas do mês de junho. Para a análise e discussão do material recolhido tomou-se como baliza as considerações de Roger Chartier no campo da história cultural. Considerou-se, por fim, que no cotidiano da vida social sergipana o valor de tais manifestações é resignificado, em um processo dinâmico de preservação e inovação, fruto em grande medida das representações construídas no presente a respeito de tais festas e da própria cultura.

**Palavras-chaves:** Festas juninas, Patrimônio cultural, identidade.

## **ALAGOAS HISTÓRICA DIGITAL: RESGATANDO, PRESERVANDO E DIVULGANDO O PASSADO ALAGOANO**

*Núbia Mota*  
*Graduanda em História – Ufal*  
*Email: mota.nubia@gmail.com*

*Rafael da Silva Dias*  
*Graduando em História – Ufal*  
*Email: rafaelkdista@hotmail.commmmm*  
*Orientadora Profa. Dra. Irineia Maria Franco dos Santos*

O objetivo desta comunicação é divulgar o trabalho do Projeto Alagoas Histórica Digital sob a ótica da preservação, digitalização e difusão do acervo histórico da Arquidiocese de Maceió, vinculado ao Programa de Ações Interdisciplinares PAINTER da Universidade Federal de Alagoas. Para tanto, a experiência de analisar, conservar e difundir a documentação eclesiástica que, a princípio de interesse administrativo para a Instituição, pode servir como objeto de estudo para a Pesquisa Histórica, contribuindo para o acesso à informação e o exercício da Cidadania. Deste modo, questiona-se: Como acontece a Intervenção e negociação entre o Estado e a Igreja Católica na publicidade da documentação eclesiástica? Mesmo sendo uma instituição privada, ela detém documentos públicos. E quais são as principais dificuldades encontradas? Como o Estado de Alagoas está em relação à pesquisa Digital sobre preservação de documentos?

**Palavras-chaves:** Painter, Igreja Católica, Documentação Histórica

## **MULHERES DE FÉ: SABERES, FAZERES E CONFLITOS PATRIMONIAIS NA PROCISSÃO DO MADEIRO DE NOSSA SENHORA DAS DORES – SE**

*Rafael Jesus da Silva Dantas*  
*Graduando em Museologia – UFS*  
*Estagiário do Museu Afro – Brasileiro de Sergipe*  
*Email: rafaeldnts2009@gmail.com*  
*Orientador: Profº Drº Clóvis Carvalho Britto*

O presente trabalho analisa a Procissão do Madeiro da cidade de Nossa Senhora das Dores - SE demonstrando o conjunto de saberes e fazeres responsáveis pela manutenção e configuração desse patrimônio considerado uma das principais celebrações do calendário da Paixão sergipana. O objetivo foi etnografar a manifestação no ano de 2012 identificando suas principais características a partir da investigação dos aspectos rituais e dos conflitos em torno de sua existência. Há décadas, na Sexta Feira Santa, um grupo de mulheres sai em penitência pelas ruas e cemitérios pedindo e rogando pela salvação dos mortos, peregrinação feminina transmitida por gerações e marcadora da identidade local a partir de um conjunto de costumes herdados e reapropriados. Além da observação participante durante a celebração, a pesquisa se pautou em entrevistas com algumas mulheres responsáveis pela preservação dessa prática religiosa no intuito de visualizar como ela se tornou um importante patrimônio cultural, as estratégias utilizadas para sua transmissão e os conflitos em torno da manutenção de seus aspectos centrais.

**Palavras-chaves:** Patrimônio, Nossa Senhora das Dores, Procissão do Madeiro.

## **CIDADE DOS MORTOS NA CIDADE DOS VIVOS: A CRIAÇÃO DO CEMITÉRIO SANTA ISABEL EM ARACAJU/SE**

*Rafael Santa Rosa Cerqueira*  
*Mestrando em História – PPGH - Ufal*  
*Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Janaina Cardoso de Mello – PPGH/UFAL*  
*Email: rafaelr18@hotmail.com*

No decorrer da segunda metade do século XIX, medidas higienistas transformaram os centros urbanos do Brasil Império. Dentre elas, destacam-se a retirada dos sepultamentos do interior das igrejas para os cemitérios. Em Sergipe, os relatórios de presidentes de província entre os anos de 1856 a 1871 abordam a preocupação das autoridades provinciais em se criar um cemitério adequado na capital. Assim, entendendo que o cemitério é uma cidade dos mortos na cidade dos vivos, acompanhou-se a criação do primeiro, seguindo o crescimento urbano da cidade.

**Palavras-chaves:** Cidade, Higienizar, Cemitério.

## **MUSEUS DE SERGIPE: DOCUMENTAÇÃO E TECNOLOGIA APLICADA À MUSEOLOGIA**

*Raphael Vladmir Costa Reis*  
*Graduando em Museologia – UFS*  
*Email: rafa\_weah@hotmail.com*

*Valeria Oliveira Barbosa (PITIVol/Cintec)*  
*Graduando em Museologia - UFS*  
*Orientador (a): Profa. Dra. Janaína Cardoso de Mello*

“Museus de Sergipe” é um projeto de utilidade pública concebido para valorizar os museus do Estado de Sergipe e estimular a sustentabilidade local e regional com foco na memória, na cultura e no patrimônio no Estado de Sergipe. Seus objetivos consistem em: identificar e registrar os lugares de memória sergipanos com perfil museal, cadastrados ou não junto ao IBRAM; pesquisar a documentação museológica nas instituições visitadas e imprimir um olhar singular para os museus de Sergipe a partir de seus acervos. Busca-se ainda digitalizar as instituições sergipanas de sete regiões; aplicar a tecnologia da Realidade Aumentada na topografia museal e acondicionar a RA ao sistema eletrônico que abriga os verbetes do dicionário eletrônico de termos museológicos Veritas Mouseion. Norteia-se em referenciais teóricos compostos por Ferrez (1994), Yassuda (2009) e Smit (2008).

**Palavras-chaves:** museus sergipanos, registro documental, tecnologia.

## **SAMBA DE COCO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ARCOVERDE-PE**

*Reginaldo Vilela de Lima  
Graduando em História – UPE/Campus Garanhuns  
Orientador- Prof. Dr<sup>o</sup> Magdalena Maria de Almeida*

O samba de coco é uma prática cultural de inegável valor na sociedade brasileira e tem na cidade de Arcoverde-PE, um espaço destinado, por seu valor multicultural. É uma dança de caráter popular, tradicional, isto significa dizer que é uma dança transmitida de geração para geração, pois mesmo passando por um processo de recriação e reconstrução manteve intacta a estrutura original que a caracteriza. As músicas e danças do coco, presentes no Festival Coco Raízes de Arcoverde, que ocorre anualmente, entre os dias 16 e 18 de agosto, e homenageia todos os anos Lula Calixto por ter durante ao longo de sua vida vivenciada e disseminada esta cultura em ambientes institucionais como a escola, que apresentava ainda no início da década de 1990 paradigmas educacionais, que se constituíam em empecilhos na preservação da cultura popular dentro das instituições educacionais.

**Palavras-Chaves:** Cultura, Memória, Preservação.

### **A RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO.**

*Rita de Cássia Santana de Lima Silva  
Graduanda em História – AEDAT-FAFOPAI  
Email: ri\_ta\_pe@hotmail.com*

O texto trata da relação do professor como intermediador de conhecimento “teórico” e dos patrimônios culturais locais. Como principal ponte de informações e de apresentação de uma identidade única, e coloca a escola como um meio local importante de valorização do tema em questão. Mostra a importância das diferenças culturais, como meio de formação de uma identidade local que os diferencia dos demais e que permite a troca de conhecimento e de culturas. Fala da tentativa de unificação das culturas pelos meios de comunicação, em um país como o Brasil, que em cada região, estado, cidade, sítio e até mesmo em seus bairros existem diferentes manifestações culturais que dão a cada um uma identidade. Aborda o que é patrimônio, e suas subdivisões: material, imaterial e ambiental, e a dificuldade para seu tombamento e preservação. Como trabalhar patrimônio em sala de aula, sem deixar de lado os conteúdos pré-estabelecidos pelo próprio currículo, procurando introduzir aos conteúdos, deixando as aulas mais dinâmicas e permitindo assim trabalhar os dois assuntos ao mesmo tempo, aproximando o tema da realidade dos alunos, do seu dia-a-dia com o assunto do livro.

**Palavras-chaves:** educação, patrimônio, cultura.

## **BALANGANDÃS: A MUTAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL A OBJETO MERCADOLÓGICO OU *SOUVENIR***

*Sura Souza Carmo*  
*Graduada em Museologia – UFPB*  
*Email: suracarmo@yahoo.com.br*

Este trabalho apresenta a trajetória dos balangandãs – joias de crioulas dos séculos XVIII e XIX – e suas ressignificações na atualidade relacionadas às políticas voltadas para a valorização da cultura negra na formação da identidade brasileira. Inicia-se com o plano de governo do presidente Jânio Quadros, do Brasil volta seu olhar para a África, sobretudo no que diz respeito às relações econômicas. Na Bahia, com a criação do CEAO – Centro de estudo Afro-Orientais – e o envolvimento da intelectualidade na valorização do elemento negro na cultura do estado – sobretudo a descriminalização do candomblé – culmina na produção e ressignificação de bens simbólicos como representativos de uma cultura harmonicamente miscigenada. O patrimônio cultural afro-descendente aproxima-nos dos africanos e alavanca a economia estagnada. Os balangandãs, de objeto místico que fascina os colecionadores de museus transformam-se em *souvenir* e objeto decorativo, promovendo a cultura baiana conjuntamente com outros símbolos eleitos pelos agentes do desenvolvimento econômico local.

**Palavras-chaves:** identidade, desenvolvimento local.

# **SIMPÓSIO 6 – CENÁRIOS, EXPERIÊNCIAS e NARRATIVAS**

## A UTILIZAÇÃO DAS FONTES MANUSCRITAS DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA EM SALA DE AULA

*Abimael Esdras Carvalho de Moura Lira*  
*Bolsista de Ações Acadêmicas Integradas – UFRN*  
*Email: aecmoura@gmail.com*  
*Orientador Prof. Dr. Légio de Oliveira Maia*

Atualmente, várias discussões interdisciplinares emergiram em torno da utilização de fontes históricas em sala de aula, algo que vem contribuindo para o processo formativo dos alunos. Assim, com o objetivo de fomentar um contato efetivo entre os discentes do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e fontes manuscritas do século XVIII, é que se colocou em prática uma proposta a partir de um projeto mais amplo e intitulado “Manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino e o Rio Grande do Norte: poder e cultura no espaço colonial”; especialmente, a partir da realização de oficinas de fontes, com a devida transcrição em sala de aula, no acervo proveniente do *Projeto Resgate* acerca da capitania do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, o presente trabalho apresentará partes do resultado dessa experiência acadêmica, quando então na condição de bolsista vinculado a este projeto, pude tirar todo proveito possível. Assim será possível compartilhar as principais dificuldades que foram encontradas pelos alunos, como também os pontos positivos contribuindo para a uma ampla reflexão do uso de fontes históricas em sala de aula.

**Palavras-chaves:** fontes históricas, oficinas, sala de aula.

## A EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE PRIMITIVA INDÍGENA NORTE-AMERICANA: CONTRIBUIÇÕES DE ANÍBAL PONCE PARA A FORMAÇÃO DE UMA ALTERNATIVA À EDUCAÇÃO DOMINANTE.

*André Luciano da Silva*  
*Graduando em Pedagogia – Ufal*  
*Email: andre-ses2@hotmail.com*  
*Orientadora: Profª Samira Safadi Bastos*

O presente artigo traz para a discussão as observações do filósofo e educador Aníbal Ponce que em sua obra *Educação e Luta de classes* (1936) identifica elementos valiosos para a interpretação dos princípios de uma educação desapegados e anteriores as ideias eurocêntricas. Orientando-se pelos escritos de Morgan L. H. (*La Sociedad Primitiva*), e pelo método do materialismo histórico dialético que tem como baluarte Karl Marx, o autor argentino observa que houve uma educação na comunidade primitiva indígena norte-americana assentada no comunismo tribal, coletivista, corporativista, sem hierarquização, sem tutores, e sem uma instituição própria para a mediação da educação. O cotidiano das tarefas produtivas regia a educação desses indivíduos. Diante disso, o presente artigo tem o intuito de contribuir para a análise de uma educação partindo das observações de Ponce, e assim desapegada do ideário da maioria dos pensadores do velho continente acerca dos princípios da educação.

**Palavras-chaves:** Educação. Aníbal Ponce. Comunidade Primitiva.



## **A HISTÓRIA DO BRASIL NAS ENTRELINHAS DO ROCK NACIONAL DE 1978 A 1994 (REFLEXÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA)**

*Antonio Manuel da Silva Junior*  
*EJA SESC - Educação de Jovens e Adultos –Garanhuns/PE*  
*Email: profantoniojr@hotmail.com*

Pretendemos pesquisar no âmbito da produção cultural do Rock Nacional, no período de 1978 a 1994, *insides* com a História do Brasil, propondo reflexões para a introdução de novas abordagens do Ensino de História do Brasil e a busca para que o rock torne-se veículo de socialização, conscientização e instrumento para o ensino, elaborando novas abordagens didáticas. Utilizaremos como base para os estudos das letras das músicas do rock nacional deste período, das bandas Legião Urbana, Paralamas do Sucesso, Barão Vermelho/Cazuza, Engenheiros do Hawaii, Plebe Rude e Titãs, procurando analisar suas letras e o contexto que elas foram escritas, buscando a integração entre história e música. A pesquisa utilizar-se-á de estudos bibliográficos valorizando conceitos presentes na nossa temática, análise de dados de periódicos e fonológicos para contribuir para elucidar dados registrados diretamente. Utilizaremos como fontes primárias encartes de Cd, entrevista e/ou observações com/de professores que vivenciam ou não a utilização de músicas em suas atividades educacionais, além de entrevistas e relatos de alunos que tiveram experiências com a utilização de músicas em sala de aula. Os dados de nossa pesquisa serão analisados sob as técnicas qualitativas de análise do conteúdo do discurso.

**Palavras-chaves:** História do Brasil; Rock Nacional; Ensino de História do Brasil.

## **O LUGAR DA HISTÓRIA NA VIDA ESCOLAR DE ESTUDANTES ALAGOANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

*Camila Ferreira da Silva*  
*Graduanda em Pedagogia – Ufal*  
*Email: ferreira.cailasilva@gmail.com*  
*Orientadora Profa. Georgia Sobreira dos Santos Cêa*

A experiência na monitoria do estado de Alagoas com a disciplina de História revelou a necessidade de compreender as relações que os estudantes haviam construído com esta disciplina ao longo de suas trajetórias escolares. Dez turmas do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de duas escolas estaduais alagoanas constituíram-se, pois, nos lócus de estudo para as reflexões que estruturam o presente artigo. Metodologicamente falando, a abordagem qualitativa serviu de ancoragem para as seguintes estratégias de pesquisa: revisão de literatura; elaboração e aplicação de questionários de contexto; grupos de discussão; categorização e análise dos dados. O exercício analítico de apreender o lugar que a História ocupa nas vidas dos estudantes mostrou a complexidade que envolve pensar as relações entre escola, História e trajetórias escolares no cenário alagoano contemporâneo.

**Palavras-chaves:** História; Estudantes; estado de Alagoas.

## **BROTANDO ENTRE AS PEDRAS: O ENSINO SUPERIOR NO SERTÃO DE ALAGOAS, 2010-2013.**

*Cristina Rodrigues Gaia*  
*Graduanda em História – Ufal/Campus Delmiro Gouveia*  
*Email: cristinagaia92@hotmail.com*  
*Orientador: Prof. Dr. José Vieira da Cruz*

Este trabalho tem como pretensão estudar os desdobramentos da expansão do ensino superior no Brasil, a partir do estudo de caso da criação do Campus do Sertão no Estado de Alagoas, entre 2010 e 2013. Recorte temporal iniciado em 2010, quando da implantação provisória da universidade na cidade de Delmiro Gouveia, e 2013, quanto teve término a gestão, eleita por consulta à comunidade, para conclusão dos trabalhos de construção, gestão e instalação da atual sede do Campus. Este processo de interiorização realizado pela Universidade Federal de Alagoas, possibilitada por sua adesão ao programa de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI), revela diferentes facetas e significados. Nesta comunicação, entretanto, limitar-se-á a analisar as primeiras entrevistas realizadas com participantes deste processo de expansão e interiorização do ensino superior na região.

**Palavras-chaves:** Ensino superior, sertão, memória.

## **O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NOS LIVROS DIDÁTICOS REGIONAIS: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE**

*Danielle da Silva Ferreira*  
*Mestranda em História – PPGH – UFRPE*  
*Email: daniellesilvaferreira@hotmail.com*  
*Orientadora Profa. Dra. Maria Ângela de Faria Grillo*

Este trabalho tem por objetivo apresentar as possibilidades de uso didático-pedagógico do Patrimônio Histórico-Cultural de Pernambuco, nos livros didáticos regionais de História direcionados ao 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. Consideramos o livro didático regional elemento de considerável potencial para uso educativo do Patrimônio na formação histórica e identitária dos alunos, estando tal perspectiva assentada no aporte teórico da História Cultural e do campo do Ensino de História. A partir de análises preliminares, percebemos que o Patrimônio direciona para a valorização das histórias locais e a ampliação da compreensão dos significados atribuídos a ele, tendo papel preponderante na formação do pensamento histórico, realizada na e pela escola, ainda que não de modo exclusivo, como elemento estruturante da cidadania.

**Palavras-chaves:** patrimônio; educação; livros didáticos.

## **HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM SERGIPE: ANTECEDENTES DA LEI 10639 - (1980 – 2003)**

*Denise Maria de Souza Bispo  
Graduanda em História – UFS  
Email: denisebispo@yahoo.com.br  
Professor Dr. Petrônio Domingues*

O presente estudo busca apresentar os passos iniciais da pesquisa que venho desenvolvendo no Mestrado em História da UFS sobre as experiências que discutem a História e Cultura afro-brasileiro no espaço educacional sergipano nos períodos de 1980 a 2003, a partir da problematização da memória produzida em instituições de ensino, agências, ONGS, agentes sociais envolvidos no trato com os assuntos ligados de alguma forma a articulação para a inserção dos conteúdos desenhados na lei 10.639/03 no estado de Sergipe. No contexto sergipano desde a década de 1960 há a organização de entidades as quais culminavam com a proposta do movimento negro no estado para a valorização da cultura afro-brasileira em diferentes espaços desde a valorização das representações culturais ao incentivo para a inserção da história ligadas a negros e índios no cotidiano escolar para desconstruir visões etnocêntricas.

**Palavras-chaves:** educação étnico-racial, rupturas, permanências.

## **A IMPORTÂNCIA DE SE CONHECER O UNIVERSO DOS ALUNOS PARA APLICAÇÃO DO CONTEÚDO DE HISTÓRIA**

*Diguerson Gomes da Silva  
Graduando em História – IFGoiás  
Email: diguersongomes60@gmail.com*

*Sueli Corrêa  
Graduando em História – IFGoiás  
Orientadora Profª Mestre Fabiane Costa Oliveira  
Email: Sueli.correiasc@gmail.com*

Este artigo foi produzido a partir das experiências obtidas com a participação dos acadêmicos Diguerson Gomes da Silva e Sueli Corrêa como bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), com intervenções realizadas na escola parceira CEJA. Para produzir este artigo foram utilizadas fontes bibliográficas na área da EJA e do ensino de História, além de dados obtidos pelos bolsistas do PIBID, por meio de aplicação de questionários. O objetivo é descrever sobre a importância de se conhecer o universo dos alunos para a aplicação do conteúdo de História. A seguir será abordada a importância do PIBID na inserção do acadêmico no contexto escolar sua posição como professor investigador desta realidade e a interação entre o acadêmico e a docência na perspectiva teoria versus prática.

**Palavras-chaves:** Conteúdo de História. Professor investigador. PIBID.

## **HISTÓRIA MARGINAL: A HISTÓRIA ALÉM DOS LIVROS DIDÁTICOS**

*Elaine Caroline Rocha Oliveira*  
*Pós-graduanda em Metodologia do Ensino de História e Geografia*  
*Centro Universitário Internacional – Uninter*  
*Email: Caroline.ecro@hotmail.com*

O presente trabalho tem por objetivo discutir a prática da construção do conhecimento histórico além-livro didático, especialmente no que se refere à construção do conhecimento voltado para história regional/local, visto que o mesmo se apresenta de forma global e acaba por lançar a história local à margem da construção do conhecimento histórico crítico, que é a finalidade maior da História enquanto disciplina. Assim, para incentivar a discussão a respeito da história marginalizada, nossa pesquisa vai destacar o uso de fontes primárias, especialmente voltadas para o Estado de Alagoas, com o qual buscamos estabelecer o recorte regional principalmente a ser usado com turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

**Palavras-chaves:** História Regional, Livro Didático, Fontes Primárias.

## **RESGATE HISTÓRICO DA UTILIZAÇÃO DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS ESCOLARES NO ENSINO DE PRIMEIRAS LETRAS NO INÍCIO DA REPÚBLICA NO BRASIL (1889 – 1945)**

*Estefânia de Araujo Policarpo*  
*Graduanda em Pedagogia – Ufal*  
*ester\_policarpo@hotmail.com*

*Fernanda Lisboa Farias*  
*Graduanda em Pedagogia - Ufal*  
*Email: nanda\_lisjc33@hotmail.com*

Este artigo tem como objetivo investigar e refletir sobre as contribuições do ensino de música no Ensino de Primeiras Letras no Início da República no Brasil (1889-1945). Analisando as manifestações musicais na educação, sua regulamentação e observando qual foi o sentido da música no desenvolvimento das práticas educativas. O ensino de primeiras letras foi se constituindo no início da República no Brasil. Este ensino tinha como objetivo promover a liberdade e a laicidade do ensino e gratuidade da escola primária. Nessa mesma época, existiam vestígios da utilização da música na escola primária sendo uma disciplina complexa, abrangendo teoria e prática, desenvolvendo aspecto cognitivo musical. Diante do exposto, pretendemos através deste estudo fundamentar e contextualizar a nossa investigação, esta pesquisa se trata de uma abordagem qualitativa, pois busca analisar e compreender um fato social.

**Palavras-chaves:** Ensino de primeiras letras, Manifestações musicais, Práticas educativas.

## **POR UM EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA: O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA**

*Fabson Calixto da Silva*  
*Mestrando em Educação – Ufal*  
*Email: calixtofabson@gmail.com*

A abolição da escravatura significou “simbolicamente” a libertação física dos negros do trabalho forçado no século XIX, mas não os livrou da condenação moral, social, econômica e educacional até os dias atuais. No pós-abolição, a discriminação racial continua a ser o principal fator de opressão para com os negros, gerando com isso, a exclusão social e determinando o lugar que devem ocupar. Nesse sentido, é preciso a instauração de uma pedagogia anti-racista, e a escola apresenta-se como local apropriado para o rompimento de ideias preconcebidas e estereotipadas da população negra. O objetivo deste artigo é mostrar como a lei 10.639/2003, desde que aplicada corretamente pelos agentes escolares, contribui para superação do racismo e da quebra da lógica de manutenção das desigualdades raciais. Analisamos, portanto, como o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos oferece as orientações necessárias, ao lado de outras ações, para a formação de uma escola desracializada.

**Palavras-chaves:** educação, racismo, ensino de história.

## **“QUERELAS DO BRASIL”: A MÚSICA COMO UM RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA**

*Felipe Andrade de Lyra*  
*Graduando em História - UFCG*  
*Email: felipebossa9@hotmail.com*  
*Orientador: Eronides Câmara de Araújo*

O presente artigo tem por intuito discutir as experiências socioeducativas na escola Dr. Elpídio de Almeida pelo projeto PIBID-UFCG – Campina Grande - pensando o ensino de história em sala de aula através de letras de músicas, como texto arte. Problematizando assim, a forma como o professor pode utilizar a música como uma didática arte no ensino. A música torna-se então a partir dessa perspectiva, um importante objeto de estudo que demonstra de modo indiciário a noção de diferentes culturas em diferentes contextos históricos nacionais. Como as imagens, a música também é um texto que representa uma experiência e uma historicidade com a particularidade de poder motivar a sensibilidade humana. Neste sentido, o uso da música como texto arte tem a pretensão de provocar motivações para o ensino de história.

**Palavras-chave:** Ensino; Música; História.

## **A REPRESENTAÇÃO DOS ÍNDIOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

*Felipe da Silva Barbosa*  
*Mestrando em História – PPGH – Ufal*  
*Email: Felipe\_palmeira\_17@hotmail.commmmm*

*Taysa Kawanny Ferreira Santos*  
*Graduanda em História – CESMAC*

Este texto tem como objetivo analisar livros didáticos de história do ensino fundamental adotados nas escolas das redes públicas municipais e estadual em Alagoas nos períodos de 1970 a 2011. Deste modo, averiguamos como eles operam com a questão indígena, desde os textos escritos aos imagéticos, entendendo-os assim, como instrumento político-cultural utilizados por professores/as e estudantes, uma vez que são conhecimentos circulados quase como base única e central na formação escolar da grande maioria da população brasileira. O trabalho é parte integrante do projeto de pesquisa *A temática indígena nos livros didáticos de história do ensino fundamental* o qual está em fase de desenvolvimento pelos autores e autora deste texto. Tomamos como base teórica alguns livros didáticos de história, obras teóricas que tratam do ensino de história e da temática indígena na sala de aula, assim como questionários respondidos por professores/as de história de escolas públicas de Alagoas.

**Palavras-chaves:** ensino de história, povos indígenas, livros didáticos.

## **CORDEL NA ESCOLA: UMA PRÁTICA DOCENTE EM HOMENAGEM AO REI DO BAIÃO**

*Fernando Pinheiro da Silva Filho*  
*Graduando em História – Ufal*  
*Email: kingfuim@hotmail.com*  
*Orientador: Gian Carlo de Melo Silva*

A literatura de cordel emprega a tradição oral e a poesia popular como meio de transmissão de saberes aos seus ouvintes e leitores. O objetivo desta comunicação é apresentar uma experiência de prática docente usando a literatura de cordel em aulas de História do ensino médio. O texto busca trazer as vantagens do uso desse tipo de literatura como instrumento pedagógico, facilitador do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. Durante algumas aulas foram inseridos os conceitos básicos desse tipo de literatura (circularidade cultural, memória, história oral) e a posterior elaboração de um cordel construído coletivamente, homenageando a música “Asa Branca” de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião. Os alunos conseguiram publicar e expor o folheto como parte de um evento junino de sua escola, além de conseguir aprender por uma metodologia diferente.

**Palavras-chaves:** Ensino de História, Literatura de cordel, Prática docente.

## **A FORMAÇÃO DOCENTE E OS “NOVOS” DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ALGUMAS OBSERVAÇÕES A CERCA DA INSERÇÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.**

*Hiago Vieira Gurgel De Lima  
Graduando em História – UERN  
Email: hiagovieira21@hotmail.com  
Prof. Orientador Augusto Sérgio de oliveira*

Ciente das leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008 que regulariza a inclusão do ensino da história e cultura Afro-Brasileira como requisito obrigatório no currículo oficial da rede de ensino básica este artigo pretende levantar e discutir questões a respeito do processo de adequação desta nova realidade da educação brasileira e seu reflexo nos cursos de licenciatura, com foco no curso de História. No esforço de mescla teoria e vivencia acadêmica discutirei a respeito das mudanças de perspectivas sobre a escrita e o ensino da historia Afro-Brasileira.

**Palavras-chaves:** educação; ensino de história; afro-brasilidade.

## **O USO DE IMAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA DAS SERIES INICIAIS: UMA LEITURA SOBRE OS QUADROS DE DEBRET**

*Izabela Cristina de Melo Santos  
Graduanda em Pedagogia – Ufal  
Email: iza3192@gmail.com*

A presente comunicação tem como proposta discutir acerca do uso das imagens no ensino de história. Para tanto, analisamos como a obra de Jean-Bapstite Debret foi abordada num livro didático do 5º ano do ensino fundamental a fim de refletir sobre as possibilidades de leituras que ela suscita a partir da perspectiva teórica que atualmente norteia o ensino de História, qual seja a História Cultural. Para a escrita do texto nos subsidiou os estudos sobre a contribuição dos Annales a historiografia propostos em Dosse (2003) e Reis (2008); Barros (2005) e Schilchta (2006), no tratamento da imagem como representação, entre outros. A imagem não é uma mera extensão do texto escrito, ela traduz significações para além do que é visível ao olhar, por isso necessita de ser lida a partir da problematização das condições de sua produção, motivações do autor em retratar certo instante e, vários outros vestígios que possibilitem apreciar a obra pelo conjunto de representações que carrega.

**Palavras-chaves:** Jean-Bapstite Debret, Imagem, Ensino de História.

## **TEORIAS E METODOLOGIAS DA HISTÓRIA: TECNOLOGIA E FORMAÇÃO ACADÊMICA INTERDISCIPLINAR**

*Jean Costa Souza*  
*Graduação em Museologia – UFS*  
*Email: jheansouza97@gmail.com*  
*Orientador (a): Profa. Dra. Janaína Cardoso de Mello*

O *site* Teoria e Metodologias da História da UFS funciona como um suporte tecnológico para a aprendizagem do futuro profissional em Museologia. Constitui-se como um instrumento de informação, pesquisa e interação de temas conceituais e metodológicos interdisciplinares na área da História. Propicia ao aluno um ambiente computacional para estudo, pesquisa e debate de textos de Vainfas (História Cultural), Revel (Micro-História), McSweeney (Incoerências da Cultura), Pelegrini (Gestão do Patrimônio Cultural), Raposo (Musealização de sítios arqueológicos), etc. Incentiva a apropriação de ferramentas tecnológicas na difusão do conhecimento da sala de aula e reflexões extra-sala; o aperfeiçoamento das técnicas de ensino; a ruptura com o tradicional de distanciamento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da informatização; o estabelecimento de uma linguagem que alie inovação tecnológica e a humanização da técnica com crítica interpretativa.

**Palavras-chaves:** *site*, ensino, História.

## **VOZES DO SER-TÃO NAS TRAMAS DE MNEMÓSINE: FONTES ORAIS PARA A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA EM ALAGOAS**

*José Vieira da Cruz*  
*Professor do Curso de História – Ufal/Campus Delmiro Gouveia*  
*Email: jvdcufal@gmail.com*

A intenção desta pesquisa é o de estudar as experiências de homens e de mulheres da mesorregião do Sertão de Alagoas notabilizados socialmente pela guarda da memória – os chamados historiadores *outsiders* – sejam eles memorialistas com obras já escritas sejam eles, sobretudo, pessoas comuns que narram histórias vividas ou a elas transmitidas pela família, pela comunidade ou por terceiros. Neste sentido, dentre os municípios que constituem a mesorregião do Sertão Alagoano, essa pesquisa limitar-se-á a estudar os municípios de Delmiro Gouveia e Piranhas, na microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, e de Água Branca e Pariconha, na microrregião Serrana do Sertão Alagoano, espaços socioculturais delineados como pontos iniciais sobre a história contemporânea de Alagoas a partir da mesorregião em estudo. Esta seleção é justificável, tendo em vista o Campus do Sertão/UFAL, encontra-se no município de Delmiro Gouveia, por isso, trabalhá-lo e três cidades circunvizinhas amplia/aprofunda o conhecimento sobre os sujeitos do Sertão e suas relações sociais, culturais e de poderes. Relações que ainda hoje são tão enigmáticas.

**Palavras-chaves:** Memória, Sertão, Alagoas.



**Experiência de Estágio Supervisionado em História: Discutindo diversidade étnica com alunos do 6º ano, Escola Estadual Profª Elizabeth de Freitas Magalhães, Rondonópolis- MT, 2012.**

*Josefa Samara da Conceição Carlos  
UFMT/CUR/ICHS/Departamento de História  
Email: Samara\_carlosmt@hotmail.com  
Professora Orientadora Paula Sampaio Faustino*

O projeto intercultural *Bóe e Baraedu* foi uma iniciativa da Escola Estadual Prof.ª Elizabeth de Freitas Magalhães visando promover atividades pedagógicas e socioculturais com o objetivo de favorecer a permanência dos alunos Bóe-Bororo na escola, visto que, a instituição recebe um grande número de alunos da aldeia Tadarimana. O projeto *Bóe* foi uma possibilidade de refletir e promover atividades de respeito e convivência intercultural com os alunos da escola. O projeto foi realizado pela escola, com os estudantes da disciplina de Estágio Supervisionado II, proposta pela professora Paula Faustino Sampaio, que também ministrava aulas na escola. Foram escolhidos vários temas para serem trabalhados em sala de aula com os alunos da referida Escola. Dentro das possibilidades de séries, trabalhei com os alunos da 2ª Fase do 3º Ciclo. Assim, optei por além do elemento indígena outros grupos étnicos. Dentre as temáticas propostas escolhi o tema: “Diversidade étnica no Brasil e no Mato Grosso: formação histórica, identidade e (pré) conceitos”.

**Palavras-chaves:** Diversidades - Etnias – Cultura Afro-brasileira

**UMA HISTÓRIA DO BRASIL EM VERSO: REPRESENTAÇÕES DA REPÚBLICA NOS FOLHETOS DE CORDEL (1889-1930)**

*Kalhil Gibran Melo de Lucena  
Mestrando em História Social – UFRPE  
Email: kalhil.historiaemcordel@yahoo.com.br  
Orientadora Profa. Dra. Maria Ângela de Faria Grillo*

Os cordéis compõem o complexo repertório social e cultural brasileiro. O uso dessa produção cultural no ambiente escolar constitui uma perspectiva plural de analisar a construção e as transformações da sociedade. Entretanto, sob a ótica da história cultural, esse artigo objetiva realizar uma análise das representações que são dadas a Primeira República pelos cordéis. Apresentando-os como possibilidade de afastamento de um ensino de história enfadonho e tradicional. Metodologicamente nos apoiamos em estudos e discussões historiográficas sobre o tema e período histórico em questão. Realizamos pesquisas no Arquivo Público de Pernambuco, na Fundação Joaquim Nabuco e na Internet, referente aos folhetos. Analisamos ainda alguns livros didáticos de história do Ensino Fundamental e Médio. Concluimos que o ensino de história deve ser permeado por múltiplos diálogos a partir das várias linguagens que permitem uma construção do conhecimento sem monopólio dos conteúdos.

**Palavras-chaves:** Primeira República, Cordel, Ensino de História.

## **A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO**

*Francisco Kleiton de Souza Silva  
Graduando em História – UERN  
Email: Kleitonsouza07@gmail.com*

*Professora Orientadora Maria Selma Venâncio Costa*

O objetivo do presente artigo é utilizar a música como instrumento metodológico no ensino-aprendizagem de história no ensino médio, promovendo assim uma discussão dos conteúdos abordados em sala de aula, através das experiências vivenciadas pelos bolsistas do PIBID, que se destina a qualificar futuros profissionais da educação, para a prática docente de História. Fizemos uso da ludicidade através de atividades interdisciplinares como: música, jogos, gincanas, debates etc. Para abordar as temáticas como: *Identidade, Pluralidade Cultural e Cidadania*, proposta pelo subprojeto do PIBID de história. Temáticas que já fazem parte dos Parâmetros Curriculares (PCNS). Essas atividades são promovidas pelos bolsistas e seus respectivos professores que já atuam nessa área. Utilizando uma música como canal mediador no processo de ensino-aprendizagem, na qual instiga e provoca o pensamento crítico-analítico dos educandos e educandas acerca dos temas abordados, levando em consideração o contexto social, sua temporalidade e o contexto de integração com as temáticas apresentadas. Promovendo por meio da música não apenas o despertar crítico-avaliativo dos alunos, mas também a produção da leitura e escrita deles.

**Palavras-chaves:** música, educação; história.

## **AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO MARCA DE SUAS EXPERIÊNCIAS**

*Fernanda Martins Gomes  
Graduanda em História  
Instituto Federal de Goiás – IFG  
Email: fernandamartinsg@gmail.com*

*Naiza Geralda Lima  
Graduanda em História  
Instituto Federal de Goiás – IFG  
Email: naiza\_lima@hotmail.com*

O presente artigo apresenta como tema a importância da Educação de Jovens e Adultos sendo a Marca que esse público possibilita para que o ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), seja diferente da escola regular pelo fato desses alunos terem experiência de vida de trabalho e saberem quais suas necessidades para chegar ao seu objetivo, à maioria desses adultos chegam com a opinião formada tanto cultural quanto social e econômica e o papel que o professor precisa fazer é organizar cada opinião que os alunos oferecem por isso a necessidade de diálogos entre professor e alunos desse modo o artigo tem como propósito apresentar autores que especifica a relação desse campo além de mostrar um pouco da nossa experiência no Programa de iniciação a Docência onde foi através desse programa que tivemos a oportunidade de conhecer o público da EJA e cada vez tentar entender como compensar as necessidades de cada aluno.

**Palavras chave;** Especificidade, Diálogo, Experiência.

## “A PRATA QUE VALE OURO”

### Preservação e memória no Colégio Estadual da Prata em Campina Grande – PB

*Nita Keoma Lustosa de Sousa*  
*Universidade Federal de Campina Grande – UFCG*  
*Email: nitakeomals@hotmail.com*  
*Orientador: Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza*

Compreende-se por patrimônio um conjunto de bens materiais/imateriais que representem para determinada sociedade, vestígios de um passado ou signos de uma identidade nacional ou local, tombados pelo poder público com o intuito de preservá-los devido o seu valor histórico, cultural, ambiental ou arquitetônico. Entretanto, o conceito de patrimônio na contemporaneidade vem se amplificando considerando as relações e as representatividades da sociedade com os lugares de memórias e o sentimento de pertencimento dos grupos. Partindo dessa premissa, o presente artigo pretende discutir como o colégio Dr. Elpídio de Almeida-PRATA em Campina Grande-PB, se insere nesse contexto como “patrimônio afetivo”, partindo de discussões bibliográficas temáticas e de práticas de preservação da memória do colégio como, exposições documentais, acervos digitais além de documentários e matérias jornalísticas.

**Palavras-chave:** preservação; memória; patrimônio afetivo.

## A INFLUÊNCIA DO CAPITAL CULTURAL NAS RELAÇÕES DA FAMÍLIA COM A ESCOLA.

*Cícera Lílian Alves Lopes*  
*Graduanda Ciências Sociais – Ufal*  
*Email: lili\_lopes87@yahoo.com.br*

*Noélia Nunes Marinho*  
*Graduanda Ciências Sociais – Ufal*  
*Email: noelia-w@hotmail.com*  
*Orientadora: Evelina Antunes F. de Oliveira*

O artigo se propõe a fazer uma discussão sobre a relação entre a família e a escola com base nos dados da pesquisa realizada pela equipe do PIBID UFAL Ciências Sociais (2011-2013) sobre o Dia da Família na Escola. Foram entrevistados os pais dos alunos de ensino médio presentes na Escola Estadual Moreira e Silva, localizada na cidade de Maceió, AL, em 18 de maio de 2012. Discutimos o conceito de capital cultural em Pierre Bourdieu, enfatizando a relação entre a cultura familiar e a escola como elemento importante para pensarmos sociologicamente o conjunto das relações que fazem o espaço escolar e os demais autores que analisam a escola, a família e comentam a obra de Bourdieu. Procuramos fazer uma leitura sociológica da escola ao identificarmos algumas características da relação entre os pais e a escola, conhecendo melhor estes responsáveis pelos alunos de ensino médio.

**Palavras-chaves:** capital cultural; escola; família.

## **A FOTOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DO SABER HISTÓRICO ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL LIONS DE PARNAMIRIM**

*Priscyla Pereira de Souza Leal*  
*Graduanda em História – UFRPE*  
*Email: priscyla.souza1993@hotmail.com*  
*Orientador (a): Élcia de Torres Bandeira*

Na vivência cotidiana do Programa de Iniciação à Docência (PIBID/UFRPE/CAPES) desenvolvemos nosso projeto com o objetivo de promover o intercâmbio de vivências que facilitem a aprendizagem através da utilização de linguagens alternativas como a fotografia, colocando sempre a escola e sua história como objeto de ensino, pesquisa e extensão. Entendemos que todo material que, no acesso ao conhecimento, tem a função de ser mediador na comunicação entre o professor e o aluno pode ser utilizado como material didático. Neste sentido, ressaltamos a importância da fotografia como documento histórico e da sua utilização no ensino de História, pois ela amplia as possibilidades de compreensão da realidade e de suas representações, facilitando a construção do conhecimento e estimulando o interesse dos discentes pelo assunto abordado.

**Palavras-chaves:** Ensino – História – Fotografia

## **AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO POSSIBILIDADE ENSINO DOS CONTEÚDOS DE HISTÓRIA: O CASO DO CAPITÃO AMÉRICA.**

*Renato Alves da Silva*  
*Graduando em História – Ufal*  
*Email: renatomarcinho@hotmail.com*  
*Orientador: Gian Carlo de Melo Silva*

Considerando a utilização de várias fontes no auxílio do ensino de história, a utilização das histórias em quadrinhos, surge como um recurso viável na sala de aula. O objetivo desse trabalho é demonstrar a possibilidade de ensino dos conteúdos de história através desta linguagem, um universo cheio de heróis no qual é possível trabalhar o contexto histórico de forma diferenciada. Em nossa experiência tivemos como exemplo o Capitão América, herói símbolo do nacionalismo americano que surge na Segunda Guerra Mundial vivenciando vários fatos históricos desde sua criação. Assim, em nosso processo de ensino-aprendizagem, os quadrinhos deixam de ser somente uma forma de entretenimento e de material visual, para ser usado como uma linguagem alternativa do ensino de história.

**Palavras-chaves:** História em Quadrinhos, Ensino, História.

## **MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013: UM NOVO TIPO DE MOVIMENTOS SOCIAIS DO BRASIL?**

*Sara Angélica Bezerra Gomes  
Graduanda em História – UFAL/Campus do Sertão  
Email: sari\_gomes@hotmail.com  
Orientador: Prof.Dr. José Vieira da Cruz*

As manifestações de rua ocorridas no Brasil em junho de 2013 tornaram-se rapidamente objeto de interesse de pesquisadores do campo da história, da sociologia e da antropologia, sobretudo aqueles interessados pelas temáticas do ativismo político e dos movimentos sociais. Em torno dessa discussão, este artigo pretende esboçar uma compreensão a respeito de como pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, através de diferentes mídias eletrônicas, tem avaliado o assunto. Neste sentido, o olhar do mundo acadêmico sobre as manifestações de Junho de 2013 oferece uma grande possibilidade de realizar uma análise, a partir dessas manifestações, do fazer e do pensar os movimentos sociais e o ativismo social no período contemporâneo. Esse artigo, dessa forma, apresenta como alguns pesquisadores pensaram o desenrolar desses movimentos no Brasil em 2013 e como eles o caracterizaram.

**Palavras-chaves:** Manifestações de Junho. Ativismo político. Mídias sociais.

## **A PINTURA DE ARTISTAS BRASILEIROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA DAS SERIES INICIAIS**

*Simoneide Correia Araujo de Jesus  
Universidade Federal de Alagoas - UFAL  
Email: simoneidecaj@hotmail.com*

O presente artigo realiza um estudo sobre a utilização da iconografia no livro didático nas séries iniciais para o Ensino de História. A discussão se apoia nos atuais estudos da História Cultural que aponta para o uso diversificado de fontes para abordar o passado, dada à natureza diversa do humano. O texto foi encaminhado no sentido de inicialmente analisar pinturas de autores brasileiros, utilizados em alguns livros didáticos em circulação nas escolas de Alagoas, para em seguida apontar algumas sugestões para o docente que pretende lidar com este tipo de fonte historiográfica.

**Palavras-chaves:** Ensino de História, Livro Didático, Iconografia.

## O PERSONAGEM FEMININO ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO

*Michelle Greyce da Silva Leite*  
*Graduanda em História – Ufal*

*Tarssia Clires Sabino dos Santos*  
*Graduanda em História – Ufal*  
*Ms. Prof. Gian Carlo de Melo Silva*

Com este trabalho buscamos abordar questões relativas à vivência feminina. A história da mulher por séculos negligenciada encontra nessa nova historiografia os caminhos para ser “descoberta” em Alagoas. Como aporte historiográfico e teórico, optamos por mesclar os estudos sobre relações de gêneros e sexualidade, dentro do PCN de História, alguns elementos do feminismo e autores como Michelle Perrot, Mary del Priore, Maria F. M. Alburquerque, Scott e Foucault. Buscamos a história da mulher através de personalidades alagoanas que marcaram a história local, onde suas histórias são usadas em sala de aula como ponto de partida para conhecermos a história de Alagoas.

**Palavras-chaves:** Mulher, Historiografia, Ensino.

## CINEMA E ENSINO DE HISTÓRIA: A FRANÇA DO SÉCULO XVIII ATRAVÉS DO FILME “PERFUME”.

*Tercia Fernanda da Silva*  
*Graduanda em História – UEPB*  
*Email: terciabalzaac@gmail.com*  
*Professora Orientadora Priscilla Emmanuelle Formiga Pereira*

Partindo da premissa de que produções cinematográficas são cada vez mais utilizadas como recursos didáticos nas salas de aulas, sendo visto, mesmo, como um documento histórico considerando o discurso sociocultural e político neles embutidos, e igualmente levando em consideração que esse tipo de linguagem chama a atenção dos jovens estudantes, sobretudo, no que diz respeito a gêneros de suspense e terror, onde podem ser apresentados diferentes contextos históricos. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo discutir a França do século XVIII, tal como suas tensões sociais, a partir de cenas selecionadas do filme *Perfume: A história de um assassino* (2006), destinando-o a Nível Médio de Ensino. Notando assim que o filme não precisa necessariamente ser um copia de um fato histórico para ser aceito como recurso didático no ensino de História.

**Palavras-chaves:** Ensino de História; Filme; *Perfume: A história de um assassino*.

**Trabalhos**

**COMPLETOS**

**SIMPÓSIO 1 –  
História, Crime e  
Poder**



## O DISCURSO IMAGÉTICO DA REPRESSÃO: A AÇÃO POLÍCIAL CONTRA O PARTIDO COMUNISTA EM PERNAMBUCO

*Elton Flor da Silva*

Esta pesquisa originou-se dos indícios encontrados em um processo judicial referente a uma ação policial deflagrada contra o Partido Comunista no estado de Pernambuco em 06 de Janeiro de 1956<sup>1</sup>. A importância da análise dessa documentação para a historiografia está fundamentada no rico acervo documental que se encontra anexo ao processo como prova judicial e que dá suporte ao discurso da repressão ao partido comunista e na relevância atribuída à ação pelas forças de repressão do Estado, já que o país se encontrava em estado de sítio. Ela simbolizava o esforço que as forças de repressão estavam fazendo para manter a ordem e este fato pode ser comprovado no relatório da Delegacia Auxiliar anexo ao processo escrito pelo então Delegado Álvaro da Costa Lima:

*Orgulhamo-nos de haver prestado, embora modestamente, um serviço de real importância ao nosso querido Estado e ao nosso amado Brasil. Desarticulando o “Comitê Regional de Pernambuco” do Partido Comunista do Brasil, embargamos os passos daqueles que, obedientes às palavras de ordem vindas de Moscou, tentavam articular movimentos que, certamente, visavam operações de maior vulto no tocante à subversão da ordem. A documentação ora apreendida, vastíssima e que, sem exagero, atinge uma cifra que se aproxima de três mil exemplares dos mais variados e interessantes documentos relacionados com a propaganda comunista em nosso Estado, além de uma biblioteca completa de obras marxistas, usada exclusivamente para o ensino de métodos de subversão pela Escola do Partido Comunista, nos permite asseverar, sem nenhum temor de erro, que a diligência realizada por essa delegacia foi uma das mais importantes nesses últimos quinze anos.*<sup>2</sup>

Segundo descreve o processo, essa ação foi deflagrada após longa investigação policial numa residência localizada na Rua 17 de Agosto, nº 428 bairro de Casa Forte, Recife. Durante a ação, a polícia constatou que se tratava do Comitê Regional do Partido Comunista de Pernambuco, onde também funcionava a Escola de Capacitação Política. Nesta localidade, foram encontradas provas que enquadravam quatro indivíduos na Lei Segurança Nacional. Eram eles: Ivo Carneiro Valença, também conhecido como Ivo Valença, Hugo Ferreira, que se tratava na verdade de Frangom Carlos Borges,<sup>3</sup> Aristides Ferreira Alves e Antonio Pereira da Silva. Durante a diligência, ainda segundo relatos contidos no processo e jornais da época<sup>4</sup>, foram encontradas bibliografias, faixas, material de propaganda, munições, inclusive granadas. Todo o discurso processual está fundamentado em provas anexas a esta ação judicial, são elas: livros de bolso, manuscritos, documentos do Partido Comunista e fotografias.

---

<sup>1</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, cx. 2000, Lei de Segurança Nacional, Queda do Partido Comunista. Nº 1.546

<sup>2</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, cx. 2000, Lei de Segurança Nacional, Queda do Partido Comunista. Nº 1.546. Relatório da Delegacia Auxiliar. p. 219.

<sup>3</sup> Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. Programa de História Oral. Preservação da Memória do Partido Comunista em Pernambuco. Loc. PCB-18.

<sup>4</sup> Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. **Jornal Pequeno**, 07/01/1956.

Segundo Kossoy, a “fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, “testemunho da verdade” do fato ou dos fatos.”<sup>5</sup> Logo, foram selecionadas do conjunto de imagens presentes no processo quatro imagens. O conjunto fotográfico serviu para fundamentar o discurso da repressão e outorgar a ação da “Justiça Punitiva.”<sup>6</sup> Buscaremos assim analisar os referenciais iconográficos que deram suporte à construção de novas realidades através dessas imagens<sup>7</sup> e de suas representações produzidas pelas forças de repressão do Estado. As imagens serão captadas teoricamente pelo viés da História Cultural como fragmentos da cultura que historicamente fomentou a repressão sobre o Partido, baseando-se numa análise comparativa com fontes escritas impressas, como jornais, e depoimentos orais que possam contribuir para a compreensão das imagens e de suas representações sobre o Partido Comunista.

## INSEGURANÇA E INSTABILIDADE POLÍTICA

Na década de 1950, inserido no contexto da Guerra Fria, o Brasil atravessaria um momento de instabilidade política após a morte do presidente Getúlio Vargas. Seu vice Café Filho assumiu a presidência. Este permaneceu até 08 de Novembro de 1955 quando, por problemas de saúde, teve que se ausentar do cargo. No mesmo dia, assumiu o presidente da Câmara dos Deputados Carlos Coimbra da Luz. Um dia após a posse, ocorreu um desentendimento entre Carlos Coimbra da Luz e o então Ministro da Guerra o General Henrique Teixeira Lott. Desconfiando que Carlos Luz não permitisse a posse do novo presidente, Lott dá um Golpe de Estado, em 11 de novembro do mesmo ano. Após recuperação, Café Filho é impedido de retornar ao seu posto em virtude da oposição da Câmara dos Deputados e no decorrer dos fatos, o Congresso decreta Estado de Sítio por sessenta dias.

Nessa conjuntura, Pernambuco também atravessava uma fase que refletia essa instabilidade política, bem como todo universo de tensões que o momento propiciava. Vale salientar a vitória de Pelópidas Silveira para prefeito da cidade do Recife em 1955, com o apoio maciço dos comunistas, que segundo Brayner,<sup>8</sup> essa frente veio marcar a história do partido com a quebra do isolamento político e uma das primeiras vitórias oposicionistas. A partir dela, personagens atuantes do partido se inseriram em projetos assistencialistas, movimentos sociais e associações de bairro. Esse fato para o autor facilitaria a ação policial deflagrada em janeiro de 1956, tendo em vista a exposição do partido. Desde 1947, o partido comunista se encontrava na ilegalidade e atuava na clandestinidade, articulando encontros em residências e espaços destinados a suas práticas, e estes eram constantemente monitorados pelo DOPS<sup>9</sup>. Este fator viria a fundamentar o discurso da repressão contra o partido baseado na Lei de Segurança Nacional, segundo consta no trecho a seguir do relatório do Delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima da Delegacia Auxiliar, anexo ao processo datado de 14 de janeiro de 1956, oito dias após a prisão dos autuados: “seus crimes estão bem definidos. Suas ações infringiram

---

<sup>5</sup> KOSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000, p.19.

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1986.

<sup>7</sup> KOSOY, 2000, p.21.

<sup>8</sup> BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido Comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1989. p. 96.

<sup>9</sup> Departamento de Ordem Política e Social – DOPS. Seu objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime que estava no poder.

dispositivos da Lei nº 1802, eis que o Partido Comunista do Brasil, colocado à margem da Lei em 1947, ressurgiu por meios clandestinos como no caso presente.”<sup>10</sup>

## A IMAGEM E O DISCURSO REPRESSIVO

Constam no processo fotografias que serviram como prova através da qual o juiz fundamentaria sua sentença. A manipulação dos elementos na produção fotográfica demonstra a intencionalidade dos indivíduos que as produziram e os fins para que elas foram direcionadas. Segundo Boris Kossoy, “tal manipulação tem sido possível justamente em função da mencionada credibilidade que as imagens têm junto à massa, para quem, seus conteúdos são aceitos e assimilados como a expressão da verdade.”<sup>11</sup>



Figura 1 - Fachada do prédio 428 onde estava instalado o Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil.  
Fonte: Memorial da Justiça de Pernambuco. Nº 1.546. Janeiro de 1956.

Tomando como ponto de partida o processo de composição fotográfica que revela as intensões do fotógrafo, pode-se verificar na figura 1 que o enquadramento do prédio é feito de um ângulo que parte de uma base próxima ao chão. Provavelmente, o fotógrafo abaixou-se na intenção de dar um ar grandioso ao prédio, fazendo com que ele parecesse maior do que realmente era. Observe que esse efeito é obtido devido às linhas do telhado do prédio, as referências de sua altura, convergirem para a extremidade superior da fotografia. Os olhos do espectador são levados para o centro branco ornado por duas janelas em tom escuro.

O que se pode verificar aqui é o que Eduardo França Paiva afirma: “a imagem, bela, simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços aspectos símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas.”<sup>12</sup> A imagem como documento tem muito a falar, e seguiremos as diretrizes lançadas por Roland Barthes quando afirma que:

*Assim o detalhe que me interessa não é, ou pelo menos não é rigorosamente, intencional, e provavelmente não é preciso que o seja;*

<sup>10</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, cx. 2000, Lei de Segurança Nacional, Queda do Partido Comunista, p.241.

<sup>11</sup> KOSSOY, 2000, p.20.

<sup>12</sup> PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.19.

*ele se encontra no campo da coisa fotografada como um suplemento ao mesmo tempo inevitável e gracioso; ele diz apenas ou que o fotógrafo se encontrava lá, ou, de maneira mais simplista ainda, que ele não podia não fotografar o objeto parcial ao mesmo tempo que o objeto total (com Kertész poderia ter “separado” o chão do rabequista que sobre ele anda?)<sup>13</sup>*

O que Roland Barthes acaba de asseverar é que a fotografia tem um discurso próprio que muitas vezes foge à intencionalidade, ou mesmo que a própria ação do fotógrafo no seu ato traz consigo elementos não planejados e devemos estar atentos a estas particularidades.

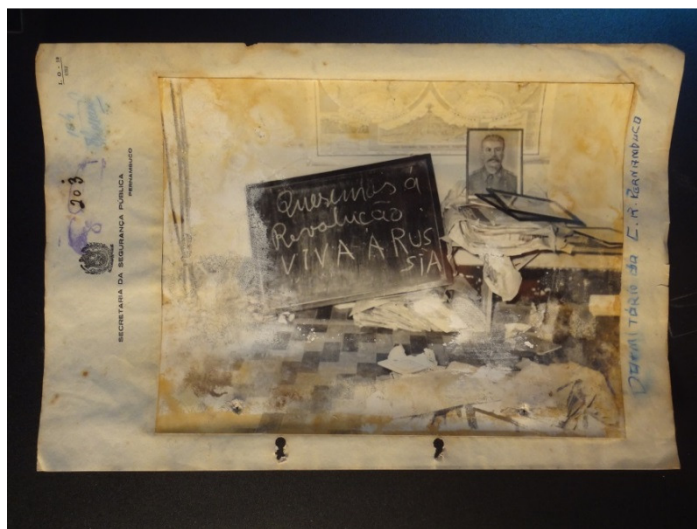


Figura 2 – Dormitório do C. R. Pernambuco. Fonte: Memorial da Justiça de Pernambuco. Nº 1.546. Janeiro de 1956.

De modo geral, a Figura 2 revela um ambiente coberto por materiais diversos, documentos espalhados por todos os lados, de modo geral um ambiente desorganizado, não se pode esquecer é que este, segundo a própria legenda informa, é o dormitório do Comitê Regional; se ele se encontrava dessa forma antes, a imagem não diz. Porém, aspectos dessa imagem chamam a atenção. Dentro do contexto da Guerra Fria e com o Brasil em estado de sítio, percebe-se que a intenção do fotógrafo era expor o quadro negro com os dizeres “queremos a revolução viva a Rússia” na parte central da imagem logo ao lado de uma moldura com fotografia de Josef Stalin. Isso reforça o discurso de que as intenções do partido ilegal seria tomar o país através da revolução, como vimos no trecho do relatório do Delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima.

No entanto, outros elementos da figura 2 chamam a atenção. Mesmo que a legenda abaixo da imagem, escrita em azul no substrato onde se encontra fixada a fotografia, diga se tratar do dormitório do Comitê Regional, esta informação é questionável. Se analisarmos com maior atenção, veremos que o que está abaixo do quadro negro são páginas de jornal, e estas se encontram encostadas na parede. Dado o tamanho de uma página de jornal dobrada, podemos afirmar que da parede até a extremidade do elemento que acomoda os papéis e o quadro de Stalin não poderia ser uma cama, pois mesmo em se

<sup>13</sup> BARTHES, Roland. *A Câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 76.

tratando de uma cama de solteiro, esta não seria da largura de uma página de jornal fechada. Logo, o elemento que inicialmente consideramos que se tratava de uma cama, é, provavelmente, um banco longo, isto pode ser constatado observando sua base. Porém, somos induzidos através da legenda a acreditar que o local se trata de um dormitório, reforçando a ideia de que aquele ícone é uma cama.



Figura 3 - Exposição das munições apreendidas no automóvel dirigido por Ivo Valença. Fonte: Memorial da Justiça. Nº 1.546. Janeiro de 1956

A figura 3 retrata o arsenal apreendido pela polícia no veículo de Ivo Valença no bairro de Campo Grande durante a diligência policial. Buscando enquadrar Ivo Valença e Hugo Ferreira em outro crime, além do já citado crime político, foram produzidas fotografias e dentre elas selecionaram a figura 3 a qual entraria no processo. No trecho a seguir, o Delegado Álvaro da Costa Lima relata:

*Acrece que aos indiciados Ivo Valença e Hugo Ferreira infringiram, também, o artigo 16 da Lei 1802, eis que tinham sob sua guarda engenhos explosivos e munições de guerra, tais como granadas, quantidade de balas de fuzil, idem de arma automática, calibre 45 milímetros, além de espoletas para granadas, petardos e dois instrumentos ainda não identificados. A que fim se destinaria esse armamento bélico? Somente esses indiciados poderão responder.*<sup>14</sup>

Este trecho do relatório deixa transparecer a função da já citada fotografia, que é a de reforçar visualmente o discurso escrito. Segundo Eduardo França Paiva, devemos indagar também a imagem, cientes das “necessidades e dos projetos de seus usuários. Além disso, temos que nos perguntar sobre os silêncios, as ausências e os vazios, que sempre compõem o conjunto e que nem sempre são facilmente detectáveis.”<sup>15</sup> Seguindo essa linha de análise, um primeiro aspecto a ser analisado é que, diferente da desorganização do primeiro ambiente interno apresentado na Figura 2, o que se vê são os

<sup>14</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, cx. 2000, Lei de Segurança Nacional, Queda do Partido Comunista. Nº 1.546. Relatório da Delegacia Auxiliar. p. 241.

<sup>15</sup> PAIVA, 2002, p. 18.



materiais bélicos organizados em linha. Apresentados dessa forma passam a ideia mais clara do quantitativo. Essa disposição dos elementos apresentando o material retirado de circulação vem reforçar o discurso do serviço prestado, o grau de periculosidade dos indivíduos indiciados e de seu partido. Porém, a imagem tem limitações e segundo Mercedes Vilanova as “fontes orais são diferentes das fontes escritas, mas são do mesmo modo úteis.”<sup>16</sup> E o próprio Ivo Valença afirma: “Colocaram no meu carro umas granadas velhas em um saco, e um material bélico superado. A própria análise feita no Exército, deu que não servia nem para comemorar o São João. Colocaram no intuito de nos incriminar. Foi meu batismo de fogo.”<sup>17</sup> Na figura 3, o fotógrafo omite o piso, diferentemente das figuras 1 e 2. Porém, revela um móvel com características cromáticas escuras semelhantes à cor das janelas da residência da figura 1 e semelhante às bordas do quadro negro da figura 2.



Figura 4 – Demonstração de parte do material apreendido. Fonte: Memorial da Justiça de Pernambuco. Nº 1.546. Janeiro de 1956.

Na figura 4, chama à atenção a legenda contida na base do documento onde se encontra fixada a fotografia. Escrita manualmente em azul diz: “demonstração de parte do material apreendido”. Se observarmos com um pouco mais de atenção, podemos verificar a presença de uma imagem recorrente na figura 2: a moldura com a imagem de Josef Stalin, seguida de mais três, identificadas como: Vladimir Lenin, Karl Marx e Friedrich Engels. Se observarmos com maior cautela, verifica-se que na figura 2 existem, próximas à moldura com a imagem de Stalin, mais três descansando sobre o que viria a ser um banco, com características semelhantes e resultando no somatório de quatro molduras, a mesma quantidade apresentada na figura 4. A recorrência de material demonstra como a ideia de montante é potencializada através da transferência de materiais de um ambiente para outro, reforçando a legenda de que cada espaço tem uma quantidade de material independente dos outros.

Dado que as cores das paredes dos ambientes das figuras 2,3 e 4 e a fachada do prédio da figura 1 são brancas, assim como a recorrência na figura 2 de móvel em tonalidade escura semelhante à cor das janelas da figura 1, estas características podem

<sup>16</sup> VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.(Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.

<sup>17</sup> Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. Programa de História Oral. Preservação da Memória do Partido Comunista em Pernambuco. Loc. PCB-18.

levar o espectador a acreditar que se tratava do mesmo ambiente. Porém, o detalhe da janela da figura 4 não condiz com o formato da figura 1, demonstrando assim não se tratar do mesmo local. Além disso, é pouco provável que a bandeira do partido comunista estampada na janela estivesse naquele local dada a situação que se encontrava o partido comunista que agia na ilegalidade. O que se pode constatar também da figura 2 a 4 é que a ordem e a desordem dos elementos dispostos atendem a necessidades pertinentes a um discurso. Fica mais claro também, se relacionarmos a questão do material apreendido com a análise feita da figura 1, onde a intenção era potencializar a estrutura para fundamentar a punição em face do alto risco que aquela estrutura apresentava.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, cientes de sua função social, as forças de repressão produziram todo um teatro fotográfico a fim de levar a cabo um discurso que enquadrava e incriminava o indivíduo político. As fotografias, sejam elas individualmente ou em conjunto, fomentaram representações que serviram como fundamento para o ato repressivo sobre o partido comunista e seus integrantes na figura de Ivo Carneiro Valença, Frangmom Carlos Borges, Aristides Ferreira Alves e Antonio Pereira da Silva. A imagem, neste caso, é utilizada como aparato da justiça punitiva<sup>18</sup> segundo afirma Michel Foucault: “o juiz de nossos dias – magistrados ou jurados – faz outra coisa, bem diferente de julgar. E ele não julga mais sozinho. Ao longo do processo penal e da execução da pena, prolifera toda uma série de instâncias anexas.”<sup>19</sup> Sendo assim, a imagem vem dar suporte a essas instâncias cerceando o direito de expressão política em função da manutenção de uma ordem estabelecida através do poder do Estado e de seus aparatos considerados legais. Se por um lado a imagem tem sido empregada de forma benéfica em serventia à sociedade, “por outro ela sempre se prestou e sempre se prestará aos mais diferentes e interesseiros usos dirigidos,”<sup>20</sup> neste caso, o ato de reprimir e punir o ser humano, que nem sempre surte o efeito desejado como a história bem comprova<sup>21</sup>. Entretanto, o que se pode fazer frente a tudo isso é analisar de forma crítica a imagem, a fim de não ser levado por suas intencionalidades, esclarecendo alguns de seus aspectos, dado que ela assim como outros documentos, está aberta, desde que seguramente fundamentada, a múltiplas interpretações.

## Fontes e Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. **A Câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BOSI, Éclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido Comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1989.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

---

<sup>18</sup> FOUCAULT, 1986, p. 21.

<sup>19</sup> Idem, ibidem, p.24.

<sup>20</sup> KOSSOY, 2002, p.19.

<sup>21</sup> RODRIGUES, F. Theodoro. Os 16 deportados cearenses. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1986.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. Estado. Ateliê Editorial, 2000.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RODRIGUES, F. Theodoro. **Os 16 deportados cearenses**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. (Org.). **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: Áreas de Publicações CMU/ Unicamp, 1997.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.(Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.



## **AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA NA “TERRA DOS MARECHAIS”: UM BREVE RECORTE DE 1930-1938.**

*Gustavo Bruno Costa Neri*

### **Introdução**

Esse trabalho pretende abordar estudos sobre a Ação Integralista Brasileira Alagoana - AIB-AL, sua formação política, impacto nos setores trabalhistas da região, sua função e representação no centro político alagoano. O recorte temporal escolhido foi o de 1929-1938, período o qual o mundo vai passar por diversas turbulências desde o Crash na Bolsa de valores de New York até o início da Segunda grande Guerra Mundial, em que Alagoas também sofrerá com esse impacto, tendo em vista que esse é o maior marco de atuação do integralismo no estado.

Essa faixa cronológica guarda para a historiografia alagoana informações prioritárias para a compreensão de como se desenvolveu a política varguista no estado de Alagoas, quais as intenções e como atuava a ação integralista nesse processo, quais os impactos dos movimentos artísticos, como o modernismo brasileiro que teve nos movimentos políticos locais impactos contundentes. Também a lacuna historiográfica existente acerca de pesquisas referentes a esse período o torna cada vez mais essencial.

Os estudos serão concentrados inicialmente nas cidades de Maceió, São Luiz do Quitunde, Santana do Ipanema e Penedo. O eixo espacial abordado está ligado à maior atuação possível, à força do movimento integralista nessas regiões e à existência de uma maior quantidade de fontes jornalística, dados governamentais e orais para realização da pesquisa. A análise de documentos do integralismo como Ata de reuniões, balanceamento de despesas e arrecadamento, listas de coligados, organizações das políticas assistencialistas, planos e metas para o ano, além de entrevistas com familiares de ex-membros da ação Integralista Brasileira Alagoana. Foi possível identificar nesse corte histórico a filiação de nomes ilustres à ação integralista brasileira como Afrânio Salgado Lages (Ex-governador), Manoel Tenório de Oliveira (Industrial), João Pinheiro Lyra (Médico e artista), também foram observados atos de repressão do estado durante a implantação do estado novo, o que acarretou a aniquilação das forças integralistas e atitudes de total represália a membros ou ex-membros do Partido Comunista, chegando a realização de cenas de violência.

Assim, por meio do presente trabalho teremos a possibilidade de analisar e identificar características em um momento histórico alagoano tão pouco abordado na historiografia local e, desta forma, tentaremos preencher lacunas que deixam a interpretação de fatos de nossa história um tanto superficiais.

### **Estudos Sobre Ação Integralista no Brasil**

A Ação Integralista Brasileira não é novidade para ninguém e alguns autores já decidiram focar no tema, mas as presentes bibliografias referentes ao assunto são bastante focadas no sul e sudeste do país, assim, o Integralismo no norte e nordeste parece inexistente. No entanto, não é isso que mostram as pesquisas documentais, as quais representam uma força política muito presente no estado de Alagoas durante a década de 1930.

As primeiras pesquisas sobre o Integralismo começaram a aparecer ainda nos períodos vigentes do movimento em 1937. Carlos Henrique Hunsche defendeu a tese de doutoramento **“O integralismo brasileiro: história do movimento fascista no Brasil”** na Faculdade de Filosofia da Universidade Friederich Wilhelm, Berlim. Esse se torna uma grande fonte bibliográfica, não apenas por ser a primeira análise sobre o integralismo, mas por apresentar uma análise feita dentro de um estado baseado na estrutura fascista.

*Este trabalho possui uma importância fundamental não apenas devido ao fato de ser a primeira análise acadêmica sobre o movimento (portanto ‘livre’ das paixões políticas que faziam parte das disputas entre aqueles que defendiam e criticavam o Integralismo), mas por representar uma leitura feita dentro das estruturas de um estado organizado nos moldes fascistas.*  
(OLIVEIRA,p.119;2010)

Essa se mostra a fase inicial do integralismo nos campos acadêmicos que tem outro grande trabalho exposto um ano após a primeira análise. Em 1938 Arnoldo Nicolau de Flue Gut defendeu a tese de doutoramento **“Plínio Salgado, o criador do integralismo brasileiro na literatura brasileira”** na Ludwig-Maximilian Universität de Munique. Nessa análise Gut deixa clara sua paixão pelo movimento Integralista e grande simpatia pela liderança de Plínio Salgado, e nessa obra o autor foca mais suas análises nas obras literárias do fundador da Ação Integralista brasileira dando as contribuições bibliográficas de Salgado. Ainda nessa obra o autor faz um apelo nacionalista e critica Hunsche por não ter se libertado dos padrões acadêmicos. Segundo Gut em seu trabalho: “Infelizmente, porém, o autor não se integrou com a alma brasileira, com o sentir brasileiro, com o pensamento central de Plínio Salgado” (GUT, 1938 p. 82).

Mas os debates sobre a formação e atuação do Integralismo vieram com os trabalhos de Hélio Trindade “INTEGRALISMO: o fascismo brasileiro na década de 30.” Gilberto Vasconcelos “Ideologia curupira: Análise do discurso integralista” e José Chasin “O INTEGRALISMO DE PLÍNIO SALGADO; formação de regressividade no capitalismo hiper-tardio.” Os dois autores descrevem o integralismo e as bases teóricas formadoras da mentalidade política de Plínio Salgado, desde sua formação ideológica através dos movimentos artísticos de 1922, como sua militância no Partido Republicano Paulista (PRP) e até a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Apresentam a Ação Integralista Brasileira como uma força política que durante a década de 30 crescia de forma extraordinária e a questão da influência interna e externa do movimento integralista terá um papel de destaque no debate acadêmico surgido entre Hélio Trindade, Gilberto Vasconcelos e José Chasin. Tais autores são grandes autoridades dentro da temática integralista, porém, no que se refere ao nordeste quase nada é citado. No entanto, é importante ressaltar que esse não era o objetivo dos mesmos, que desejavam focar no integralismo metropolitano. Mas, os debates sobre o Integralismo na região nordestina surgem com o trabalho de Josênio Parente, **“Os camisas verdes no poder”** publicado em 1986 que vai avaliar as ações do movimento Integralista na região do Ceará. Nesse trabalho o autor apresenta as vitórias do Integralismo nas eleições de 1933 e de 1934 entre deputados federais e estaduais, cita o elo entre o Integralismo e a Liga Cearense do Trabalho (LCT) e a Liga Eleitoral Católica (LEC), desta forma mostra que mesmo distante dos grandes centros o Integralismo cearense tinha participação direta no governo do estado em 1935.

Outro texto que deseja tratar sobre o integralismo no nordeste é **“Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão”** de João Ricardo de Castro Caldeira. Traz histórico do desenvolvimento e evolução da Ação Integralista no estado do

Maranhão. Nesse texto o autor reforça a influência do Integralismo no nordeste focando na região maranhense, apresenta as disputas entre o Movimento Fascista e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) por fim Caldeira traz sua análise para as relações entre a AIB com seus aliados e adversários e a organização dos ex-membros no contexto posterior ao fechamento da AIB.

Segundo Oliveira os estudos regionais podem ser caracterizados como análises mais sistemáticas sobre a Ação Integralista Brasileira.

*Até o presente momento dos estudos regionais – pelo menos das obras de que temos conhecimento – apenas as regiões periféricas apresentam estudos sistemáticos sobre a organização do integralismo. Talvez isso se deva ao fato de que durante os debates iniciais, indiretamente os núcleos centrais do movimento integralista – São Paulo, Rio de Janeiro e em menor grau Minas Gerais. – eram tidos como matrizes de difusão da ideologia do Movimento.*

*(Oliveira; P. 130; 2010).*

Assim, o estudo da Ação Integralista Brasileira em Alagoas servirá para reforçar as análises dos núcleos regionais do movimento, como também suprir parte da inexistência de estudar a atuação e desenvolvimento dos Camisas Verdes em Alagoas. A ausência dos estudos integralista na historiografia alagoana aparece como uma ramificação da problemática de estudar a classe operária no estado, pois, a historiografia clássica alagoana esteve por um longo processo temporal viciada na soberania da Cana-de-Açúcar como poder econômico absoluto e nos senhores de engenho como força política máxima e isolada, dando assim, uma vida exclusivamente rural para a sociedade alagoana. No entanto, novos rumos estão sendo apresentados na história alagoana através de uma nova geração de historiadores que tentam romper com essa soberania do setor canavieiro.

## **Integralismo em Alagoas**

Diante da historiografia alagoana percebemos que se trata de um passado contado por uma elite regional e de um tradicionalismo herdado de períodos coronelistas que, por séculos silenciaram e abafaram a história dos seres menos favorecidos, se formando assim, um passado denotado de atributos benéficos a um grupo social aristocrático. Desta forma, se faz gritante a necessidade de romper com esses laços do passado e tentar recontar a história da cidade que se canta “Terra dos Marechais”, incluindo assim, as bases sociais operárias que um dia a formaram.

A análise busca resgatar a história da Ação Integralista Alagoana formada por uma base de simples trabalhadores da indústria, agricultura e comércio e aparece como uma possibilidade de renovar o campo de discussões históricas sobre um período de Alagoas que se conhece tão pouco. Desbravar esse breve recorte histórico que se limita aos anos 30 do século passado é uma tarefa árdua, porém é algo que necessita ser iniciada de imediato como uma Cruzada em busca do conhecimento.

Em 1930 o Brasil passou por uma grande renovação no cenário político e econômico do país. Se apresentava ao mundo a ideia de uma nova república brasileira promissora para o progresso industrial e promotora da classe trabalhadora há anos subjugada pelos barões do café nacional, desta forma, foram os anos pré-golpe e pós-golpe Getulista que são tratados na análise.

O golpe de 1930 teve seu apêndice implantado muito antes do ocorrido, pois, ainda no início dos anos 20 em um Brasil que passava por uma série de mudanças, desde econômicas até culturais que teve como exemplo dessa transformação o advento do

movimento artístico e literário dos modernistas: Oswald de Andrade, Graça Aranha e Mario de Andrade, que trouxeram inicialmente o desejo de ampliar a mentalidade artística do povo brasileiro. Porém, tal movimento aos poucos foi passando de uma atividade artística para uma atividade política. Foi com esses intelectuais transformadores da arte brasileira que o país conheceu a valorização da vida social, política e econômica da nação, que há décadas se alimentava culturalmente apenas das produções europeias. No entanto, é importante ressaltar que os movimentos Tenentistas já se aplicavam nas diversas regiões brasileiras, porém de forma mais agressiva. Mas, foi no movimento modernista que o desejo nacional, a valorização do ser brasileiro veio à tona, e das linhas do “Manifesto Antropofágico” de Oswald de Andrade nasceu a influência para um dos mais promissores líderes e fundador do maior movimento de extrema direita do país na década de 1930, Plínio Salgado, que com suas bases intelectuais formadas pela literatura futurista, expressionista e modernista formou a Ação Integralista Brasileira.

*A vanguarda de 1922 se caracteriza, numa primeira fase (1922-1930), por uma ruptura com o passado e por interesses crescentes pela política, em detrimento das preocupações estéticas. Como observa Afrânio Coutinho, é “uma geração revolucionária tanto na arte, tanto na política. Seu objetivo é a demolição de uma ordem social e política fictícia, colonial, uma arte e literatura artificiais, produzidas à custa da imitação estrangeira, desligada da realidade nacional”. (TRINDADE, 1976, p. 29)*

São os ideais de extrema direita, o rigor de uma disciplina militar, a autovalorização do catolicismo, o forte nacionalismo e a defesa de um regime antiliberal que fazem a A.I.B ser considerada um movimento fascista brasileiro de maior destaque do século XX. Por esses mesmos ideais o movimento liderado por Salgado cresceu de forma acelerada em todo o país. Em poucos anos de sua fundação já se espalhavam vários núcleos do movimento pelas federações brasileiras, pois era o temor de uma nova depressão que afastava a sociedade do liberalismo, a manipulação e exploração da fé de uma sociedade cristã e a propagação dos pensamentos nacionalistas que fizeram do Integralismo um movimento tão numérico no Brasil dos anos 30. Em 1929 o mundo conheceu uma das maiores crises econômicas já vista, a queda da bolsa de valores de New York atingiu desde as camadas mais baixas até a elite econômica do mundo, e no Brasil não foi diferente, pois trouxe para o país uma grande transformação política, já que, assinalou o fim da era dos Barões do café e início do período que marca o surto industrial da região brasileira. No entanto, a depressão econômica amedrontava a sociedade nacional e assim, como parte da Europa os ideais antiliberais cresciam e traziam junto com eles os movimentos de extrema direita como o fascismo transvestido no Integralismo. Pois, apresentavam-se no globo as raízes de um mundo Bipolar nas quais as prováveis saídas contra a instabilidade do Liberalismo estavam nos movimentos de extrema direita ou na esquerda Comunista.

*Comunismo e Fascismo atualmente os dois polos nos quais gira numa evolução terrível e ameaçadora o mundo político moderno. (Jornal de Alagoas 01 de janeiro de 1933)*

O centralismo religioso sempre foi muito forte na sociedade brasileira e tratando-se de um momento delicado na história mundial, determinados movimentos se apropriaram dessas condições para manipular tal sentimento religioso em defesa de suas bandeiras, e

assim, se apresentou a Ação Integralismo Brasileiro diante da sua base.

Foi com esse discurso de religiosidade que o Integralismo chegou ao nordeste se apresentando para a população como um movimento libertador da ignorância do Capitalismo Liberal e salvador da praga comunista russa.

*É certo que o mundo estar hoje apertado por duas correntes políticas, que se digladiam - Fascismo e Comunismo ou soviétismo, Porque abraçar o Comunismo quando se tem exemplos indestrutíveis de sua perversidade dentro da Rússia? Porque renegar o fascismo quando se conhece a história dessa política que salvou a Itália, já relegada a um plano inferior depois da Guerra? (Jornal de Alagoas 01 de janeiro de 1933)*

Assim, centros urbanos e rurais foram servindo de bases para a aplicação e divulgação do integralismo nos centros nordestinos. Em Alagoas os núcleos integralistas se espalharam da capital aos diversos interiores alagoanos. São Luiz do Quitunde uma cidade que fica a 57 km de distancia da Capital Maceió tinha um dos núcleos mais solidificados com mais de 60 membros associados.

O Estado de Alagoas durante a primeira metade do século XX não vivia uma economia exclusivamente voltada para a Cana de Açúcar.

*A partir da interpretação canavieira fica difícil escrever a história de municípios tão importantes como Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Arapiraca, Penedo, Pilar e Maceió estruturados por atividades agropecuária, comerciais, de serviços e indústrias muito distinto o setor canavieiro. Vastas regiões do estado e mesmos momentos históricos decisivos de regiões do leste alagoano não podem ser suficientemente explicados por um raciocínio baseado na noção de 'civilização do Açúcar' ou qualquer um dos sucedâneos. (LESSA, 2008, p. 1)*

A citação acima amplia os horizontes da história do trabalho Alagoana, assim, permitindo uma maior observação na análise da formação da classe trabalhadora na região, desta forma, no misto de trabalhador rural, operários industriais, comerciantes entre outros setores da economia alagoana foram sendo formadas as bases para o que viria a ser a Ação Integralista Brasileira de Alagoas A.I.B-AL. O movimento integralista alagoano seguiu os moldes do metropolitano, assim, se intensificou o antiliberalíssimo, o combate ao comunismo, a associação do movimento com instituições já solidificadas como a Igreja e os setores militares.

Os documentos estudados sobre o assunto revelam que a A.I.B-AL tinha como uma das funções o mapeamento dos núcleos comunistas, pois é possível identificar a localização de diversas centrais dessa ordem dentro do material integralista tanto na capital como nos interiores. O simbolismo familiar também é citado em um documento da diretoria do movimento Integralista de São Luiz do Quitunde onde um ex-comunista tenta ingressar no partido Fascista Brasileiro, porém, é rejeitado por ser considerado um mau filho, mau marido, mau pai e traidor da pátria por ter sido um dia membro do partido comunista.

*Sou de parecer que o cidadão José Laurindo de Lima indigitado comunista que pretende ingressar nas fileiras do Integralismo é um*

*individuo de maus precedentes, afeito as discussões e aos infultos indecorosos, maus filho, mau esposo, reincidente em faltas disciplinares e funcionais, alcoólatras irreiterável, propenso a violência e ao desrespeito as Autoridades constituídas, que, portanto não é digno nem estar apto a envergar uma 'camisa Verde'. (São Miguel dos Campos, 1936).*

Também, se fez muito comum a política assistencialista com as festividades e caridades organizadas pelo partido que tinha como função aproximar os ideais do movimento da população através de políticas assistencialistas como: Natal Solidário, São João dos Pobres.

*Quem dá aos pobres empresta a Deus. ' Essa será a frase que deverá ser usada por todo aquele que tomando parte da bandeira de caridade, estender a mão em socorro do seu semelhante humilde. Uma grande obra de abnegação e de Justiça temos nós integralistas de realizar, e assim é bem necessário começarmos a trilhar essa bela estrada de lenitivo aos que sofrem. (Maceió, 1937)*

A Ação Integralista no Estado de Alagoas buscava em seus filiados recursos para a manutenção e divulgação de sua política direitista, para isso usava a Rádio Sigma, a Revista Anauê, periódicos das cidades interioranas e da capital e outros recursos como panfletos e visitas em comunidades que oferecesse possíveis coligados. Em Alagoas a A.I.B contou com a solidificação de grandes nomes ao seu lado o grande exemplo centrava na figura de alguns de seus membros como o chefe municipal interino, o médico, poeta, amante da arte João Pinheiro Lyra que residia na cidade interiorana de São Luiz do Quitunde, o Industrial Manoel Tenório de Oliveira e surgindo até o nome do ex-governador do estado de Alagoas Afrânio Salgado Lages, que durante seu fervor juvenil integrou as fileiras dos camisas verdes.

Assim, o Integralismo foi se fortalecendo em Alagoas tendo em suas bases: intelectuais, industriais, canavieiros e os operários dessas indústrias tanto rural como urbanas. Formando então, a vida política dos anos 30 do século XX e podendo ser agora revelada essa parte tão obscura da História das terras alagoanas.

## **Fontes e Referências Bibliográficas**

### **DOCUMENTO:**

**Relatório do Governo Provisório.** Disponíveis: Diário Oficial de Alagoas, 15 de Março de 1932.

**Relatórios do Governo do Estado de Alagoas:** Disponíveis: Diário Oficial

**Documentação da Ação Integralista Brasileira de Alagoas:** Disponíveis no Arquivo público de Alagoas.

### **JORNAIS:**

**Jornal de Alagoas:** Disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL.

**O Semeador:** Disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL.

### **LIVROS:**

ALMEIDA. Luiz Sávio de. **Crônicas alagoanas vol. II** – Notas sobre poder, operários e comunistas em alagoas. Maceió: EDUFAL, 2006.

- ASCENSÃO, Vera Lúcia da, SÁ, Paulo Sérgio Moraes de, GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado, ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura, orgs., **A Revolução de 30 - TEXTOS E DOCUMENTOS - Tomo I**, Editora UnB, Brasília, 1982.
- BARROS, Luiz Nogueira. **A solidão dos espaços políticos**. Maceió: EDICULTE/SECULTE, 1989.
- BRANDÃO, Otavio. **O Caminho**. Maceió: Edufal, 2007.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional: a Ação Integralista Brasileira no Maranhão**. São Paulo: Annablume, 1999.
- CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: HISTÓRIOGRAFIA E HISTÓRIA**. Brasiliense, São Paulo, 1970.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia Crítica: Alternativas de Mudanças**. Edipucrs, Porto Alegre, 2004.
- GOMES, Antonio Osmar. **A Greve**. São Paulo, Zelio Valverde. 1944.
- GUT, Nicolau de Flue. **Plínio Salgado, o criador do integralismo na literatura brasileira**. Speyer a. Rh., Pilger-Druckerei GmbH, 1940.
- LIMA, Valentina da Rocha. org., **Getúlio, UMA HISTÓRIA ORAL**, Editora Record, 1986.
- LESSA, Golbery. **Trama da memória, urdidura do tempo** (*Ethos* e lugar dos operários têxteis alagoanos), 2008 (B). (mimeo)
- MELLO, João Manoel Cardoso. **O Capitalismo Tardio**. Brasiliense: São Paulo, 1994.
- MACIEL, Osvaldo Batista Acioly (org). **Operários em movimento: Documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870- 1960)**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Fontes, 1998.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 4.ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- RAPOSO, Eduardo. **1930 Seis Versões e uma Revolução – História Oral da Política Paraibana (1889 – 1940)**. Massangana (Fundação Joaquim Nabuco), Recife, 2006.
- PARENTE, Josênio. **Os camisas verdes no poder**. Fortaleza: Edições UFC, 1986.
- STEIN, Stanley. **Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil**. Campos: Rio de Janeiro, 1974.
- TENÓRIO, Douglas Apprato. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. HD Livros, Curitiba, 1996.
- TRINDADE, Héliogio. **INTEGRALISMO: o fascismo brasileiro na década de 30**. DIFEL, Rio de Janeiro – São Paulo, 1976.
- VARGAS, Getúlio. **A POLÍTICA TRABALHISTA DO BRASIL**, Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1952.

## **EXPANSÃO DO COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO DE ALAGOAS: REORDENADO POR POLÍTICAS INTERVENCIONISTAS DO ESTADO<sup>22</sup>**

*Maria Gisélia da Silva Gomes  
Giselma da Silva Gomes*

### **Setor sucroalcooleiro é privilegiado pelos programas do governo**

Neste artigo, destacaremos especialmente o poder dos usineiros, enquanto parcela constituinte do próprio Estado. O caso alagoano, a agroindústria açucareira, não é apenas um apêndice do Estado, mas ela própria se configura no Estado alagoano, independe de que força política-partidária esteja à frente dos governos estaduais. Dessa forma, a interferência política do poder usineiro, não está no caso específico de Alagoas, apenas influenciando nas decisões estatais, mas ela própria de forma direta e indiretamente determina quais medidas deveriam e devem ser tomadas e quais os rumos da política estatal, ou seja, as 13 famílias ou indústrias que controlam a produção de cana, açúcar e álcool eram (e permanecem) como donas absolutas do Estado alagoano. Através de uma intervenção direta por parte dos sucessivos governos, conseqüente aos programas de ajuste econômico, de expansão, de tecnologias e inovações mecânicas e de trabalho em específico a modernização da agricultura e da indústria açucareira. C

A regulamentação da cultura canavieira ocorreu apenas em 1930, através do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), e em 1933, foi promulgado o Estatuto da Lavoura Canavieira<sup>23</sup>. Desde então, muitos foram os incentivos públicos outorgados através dos programas: Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR)<sup>24</sup>, cujo objetivo era renovar o rol de variedades de cana-de-açúcar disponíveis, inserindo novas variedades geneticamente modificadas; em 1975 foi lançado o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), um programa de substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados do petróleo por álcool, foi implementado na década de 1980. Pela incorporação do programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira<sup>25</sup>, programa derivado do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) que tinham como objetivo reformular a política de produção açucareira estimulando o crescimento do setor a custos menores, o decreto Lei nº 1186, de 27/08/1971<sup>26</sup>, exigia das empresas que desejassem se beneficiarem dos seus incentivos duas condições básicas que deveriam ser cumpridas: que tivessem, no mínimo, uma cota de produção de 400 mil sacas por safra e, que dispusessem de terras

---

<sup>22</sup> Este texto faz parte do terceiro capítulo da monografia “ O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E A INTENSIFICAÇÃO DO USO TECNOLÓGICO NA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO EXTREMO SUL DE ALAGOAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1970, da Maria Gisélia da Silva Gomes do Curso de História da UNEAL, ano 2005.

<sup>23</sup> Decreto nº 3855, de 21 de novembro de 1941

<sup>24</sup> Criado pelo Decreto-Lei nº 4.186 de 1971 e 1.266 de 1973

<sup>25</sup> Lei nº 5654 de 14/05/1971

<sup>26</sup> Decreto nº 1186, de 27/08/1971

Art. 1º - As empresas açucareiras que promoverem fusão, incorporação ou realocação de suas unidades industriais, na forma deste Decreto-lei, farão jus aos incentivos fiscais e financeiros previstos nos Decretos-leis nº 1.137, de 7 de dezembro de 1970, e 1.182, de 16 de julho de 1971;

Art. 4ª - O presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool poderá autorizar fusão, incorporação ou realocação de unidades industriais açucareiras, com as respectivas cotas oficiais de produção, situadas na mesma região geoconômica.

§ 1º - Somente será autorizada a realocação de unidades industriais que tinham cota oficial mínima de 400.00 sacos de açúcar.



possíveis de mecanização, para que as máquinas pudessem substituir o braço do homem. A exemplo da Usina Seresta que surgiu da fusão das usinas Boa Sorte e Santa Amália.

*Teotônio Vilela proprietário da usina Boa Sorte, afirmou o apoio recebido do IAA que concedeu financiamento da ordem CR\$ 33.477.800,00 para execução do projeto cabendo aos grupos liderados pela Boa Sorte e Santa Amália, utilizando recursos próprios completar os investimentos que se elevaram a CR\$ 40 milhões<sup>27</sup>.*

Por intermédio desse programa aconteceu à fusão de muitas usinas em Alagoas reduzindo o número das mesmas, centralizando o poder político as mãos de poucos latifundiários do açúcar. Marx em o manifesto comunista, afirma que *a supremacia da classe burguesa só é possível com a acumulação de riquezas nas mãos de particulares, dando condições dessa forma a formação e o crescimento do capital; e a condição da existência do capital é o trabalho assalariado*<sup>28</sup>. Portanto, por mais que aconteça a concentração de riquezas, esta só é realizada de fato pela presença do trabalhador que torna indispensável dentro da lógica do sistema capitalista. O grupo economicamente dominante impõe de forma direta seus valores, suas percepções, arregimentando para si, o papel de corresponsável pelo processo produtivo e, por outro lado, apropria-se, como no caso alagoano, das condições favorecedoras da ampliação do seu poder econômico.

### **Cana-de-açúcar: ‘base da economia de Alagoas’ ou a irracionalidade da racionalização**

O Estado de Alagoas apresenta-se com relação aos demais Estados do Nordeste, com uma das maiores reservas de gás natural, salgema, excelentes potenciais costeiros, o maior produtor de cana-de-açúcar da região, mas é também marcado pela grande articulação política que mantém a classe oligárquica canavieira na composição fechada no poder. Em contrapartida, é paradigmático ilustrar a realidade atual, que apesar das muitas riquezas naturais, o Estado é o terceiro menor em renda per capita do Nordeste e o menor índice de desenvolvimento humano, *com o indicador de 432,56. O estado ficou à frente apenas do Maranhão (360,34) e do Piauí (416,93)*<sup>29</sup>. Alagoas possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil, segundo pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) que leva em consideração os critérios de renda, longevidade e educação Frente à região.

*A esperança de vida ao nascer dos alagoanos é a pior do país, com a marca de 70,32 anos de idade, Alagoas tem o maior índice de pobres do país: 34,29% da população vive em condições de pobreza. Já o nível de extrema pobreza é de 16,66%, ficando à frente apenas do Maranhão (22,47) e Piauí (18,77). A porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é a pior do país, com 39,56%.<sup>30</sup>*

<sup>27</sup> JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, terça-feira, 30 de janeiro de 1973 – Edição nº 023 – ano LXIII pagina – 3. Arquivo Público de Alagoas

<sup>28</sup> Marx karl. Manifesto comunista. 1988: 80

<sup>29</sup> Os dados para elaboração da pesquisa são referentes ao censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010.

<sup>30</sup> IBGE, Censo Demográfico 2010.

Isto inclui também características da população e da mão-de-obra que apesar da potencialidade econômica apresentada pela indústria sucro-álcool-química, cultura do fumo, da bacia leiteira e pela agricultura irrigada, mesmo assim, não tem contribuído para oferecer um maior índice de absorção de renda aos trabalhadores. Portanto, pelo exposto, apesar de ser o setor sucroalcooleiro o que possui maior respaldo econômico, este setor também foi responsável direto pela crise econômica/social de grande parte da população através da alocação de recursos estatais para o seu crescimento e da ampliação de seu poder político que, ancorado no Estado permitia este setor não pagar grande parte dos impostos inerentes a suas atividades.

### **Governadores Alagoanos na ditadura militar: uma trajetória de sucessão de privilégios ao setor sucroalcooleiro**

Em 1964 os militares destituíram João Goulart da presidência, e elegem o General Castelo Branco para governar o Brasil. Neste período Alagoas estava sendo governada pelo General Luiz Cavalcante, é visto pela população alagoana como um homem pacato, porém de atitudes fortes. Em seu governo transformou o serviço de água e saneamento de Maceió em CASAL (Companhia de Água e Saneamento de Alagoas); fundou o Banco da Produção (PRODUBAN); criou a CADEAL (Companhia de Desenvolvimento de Alagoas), onde os recursos eram destinados para pequenos e grandes empresários comprarem novos equipamentos ou novas indústrias<sup>31</sup>.

Seu sucessor foi um interventor, o general do Exército brasileiro João José Batista Tubino, indicado pelo presidente da República em 1965. Neste período, Castelo Branco tinha decretado o Ato Institucional nº 1, estabelecendo que nas próximas eleições os candidatos teriam que alcançar a maioria dos votos e mais um sobre os demais candidatos. Logo após, decreta o AI-2, destituindo os partidos políticos estabelecendo o bipartidarismo. Perante estas medidas Alagoas fica representado pelos dois partidos: ARENA (Aliança Renovadora Nacional); e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Na eleição de 1965 nenhum dos candidatos atinge os votos suficientes para se elegerem. A Assembleia legislativa determina como governador o interventor o general do exército João José Batista Tubino que administra o governa por um ano. Em 1966, o colegiado eleitoral de Alagoas indica alguns candidatos ao presidente da República, foi escolhido o deputado e senhor de engenho Antônio Semeão Lamenha Filho, para governar o Estado até 1971. Em seu mandato organizou a SEPLAN (Secretaria do Planejamento) e aperfeiçoou a economia do Estado criando o sistema tributário o ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias). No ano de 1971 é instinto o AI-2, mas, a política de indicação continua na década de 1970 até o fim do golpe em 1984. Em alagoas os partidos políticos ARENA e PDS foram majoritários durante todo o período da ditadura, o que significava dizer que o setor sucroalcooleiro detinha o poder na escolha dos governantes, ou seja:

*O lado situacionista representado pelo Partido Democrático e Social / PDS (ex-ARENA), partido da modernização conservadora, do capitalismo autoritário e da exclusão social, porta-voz dos setores mais retrógrados do empresariado e dos latifundiários era liderado por Divaldo Suruagy, Guilherme Palmeira, Fernando Collor de Mello e Geraldo Bulhões<sup>32</sup>.*

<sup>31</sup> ALBURQUEQUE, Isabel Loureiro de. **História de Alagoas**. Maceió, SERGASA, 2000, p. 239

<sup>32</sup> CARVALHO, M.M.F & SANTANA, M.. **Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba**. 1920/1962. João Pessoa: CNPQ/UFPB; 1990, pp. 34-35

A indicação dos candidatos passou a ser feita pelo próprio governador que enviava uma lista com nomes ao planalto. Lamenha Filho manda uma lista indicando quatro candidatos, porém nenhum destes candidatos foi aceito. Para governador o Planalto nomeia Afrânio Salgado Lages. O novo governador em função da produção do açúcar contribui na construção de duas indústrias de Mecânica Pesada: a FIVES LILLE produzindo equipamentos de avançada tecnologia; e a FORENE, moderna fábrica de móveis. Além dessas indústrias, cria a EMATUR (Empresa Alagoana de Turismo) e, favorece a implantação da SALGEMA INDÚSTRIA QUÍMICA S/A (fornecedora de soda caustica, ácido clorídrico, hidrogênio e sal). Pelo colegiado eleitoral em 1975, foi eleito a governador Divaldo Suruagy, tomando em seu governo medidas de desenvolvimento de infraestrutura:

*Construiu estradas pavimentadas, eletrificação rural, abastecimento de água, terminal Açucareiro no porto de Maceió. Deu condições financeiras para consolidação da fábrica de leite em pó na bacia leiteira; ampliou o PRODUBAN para outros Estados, instalando agências em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e Aracajú. Tais medidas estavam centradas no processo de ampliação da cana-de-açúcar favorecidas com subsídios do governo federal, inclusive na construção de estradas para escoamento da produção açucareira notadamente direcionada para a localização das usinas<sup>33</sup>.*

Em 1978 renuncia para se candidatar a Deputado Federal. Novamente o colegiado escolhe o governador de Alagoas: Guilherme Palmeira, último governador eleito do regime ditatorial. No governo Guilherme direcionou medidas voltadas para ampliação do complexo cloro-álcool-químico; implantou programas e mecanização na agricultura. No terceiro ano do mandato renunciou para se candidatar ao Senado, assume o governo o vice Theobaldo Barbosa. A alternância do poder, em Alagoas, se dava tendo em vista a manutenção no Senado e na Câmara de representantes das usinas com maiores possibilidades de se elegerem.

No plano geral do Brasil em 1982, João Figueiredo último presidente do período ditatorial constituiu a abertura política e determinou eleições direta a todos os Estados. Em Alagoas se candidatam as eleições governamentais Divaldo Siruagy e José de Oliveira Costa. Nas urnas Divaldo consegue se eleger, e assume o governo pela segunda vez. O controle do Estado por esses governadores no regime militar é expresso pela relação social hierárquica, herdada da oligarquia de apadrinhamento.

*Na década de 70, Alagoas alcançou um crescimento médio de 10,5% e na década de 80, considerada como uma década perdida para o Brasil, crescemos 5,2%, acima das taxas de crescimento de todo o Nordeste. Durante o regime de força, a atividade sucroalcooleira, base da nossa economia, foi bastante favorecida por projetos de modernização altamente subsidiados. Esse crescimento não se fez benefício para todos. O milagre econômico alagoano, como o brasileiro, fortaleceu um modelo concentrador de riquezas.<sup>34</sup>*

---

<sup>33</sup> JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, 20 de Março de 1975 – ANO LXVII – Nº 65 2º. Arquivo Público de Alagoas.

<sup>34</sup> ALBURQUEQUE, Isabel Loureiro de. **História de Alagoas**. Maceió, SERGASA, 2000, p. 08.

Divaldo Suruagy não realiza grandes obras, renunciando no terceiro ano para se candidatar ao Senado Federal. Assume o governo do Estado o vice José Tavares.

Todos os governadores que administraram Alagoas no período militar foram representantes diretos do setor sucroalcooleiro que, invariavelmente alternava-se no poder quer na Câmara Federal e Senado quer como governadores. Este período só favoreceu as classes dominantes, já as organizações sociais foram perseguidas e oprimidas.

### **Setor sucroalcooleiro: da isenção a ascensão**

Nas eleições gerais do Brasil em 1986, Alagoas elege a governador o então Deputado Federal Fernando Afonso Collor de Mello, que dizia ser oposicionista dos usineiros. Entretanto, suas ações antes de deixar o governo para se candidatar a Presidência do Brasil demonstraram seu verdadeiro alinhamento político. Quadro articulador de benefícios vislumbrados diretamente por acordos entre usineiros e o governador Fernando Collor de Mello em 1987. Collor se elege com o “slogan coragem de mudar”, de início estava rompido com os usineiros, que tinham apoiado Guilherme Palmeiras seu opositor na campanha eleitoral. Ao assumir o governo Collor fez uma série de denúncias contra o setor açucareiro. Os usineiros reagem à ameaça arguindo na justiça a ilegalidade do recolhimento do imposto. Depois desse fato Collor muda de política e proporciona ao setor açucareiro a isenção do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Firmados em 1988 e 1989, com 32 usinas de açúcar e destilarias de álcool do Estado, reajustando o setor pela crise estava passando.

A história do Estado de Alagoas é marcada por manter relações políticas de natureza oligárquicas, principalmente na supremacia açucareira. Que sempre sobreviveu a custa do poder público. Como podemos observar nos acordos firmados por Fernando Collor de Mello:

*Os dois acordos foram intermediados por Paulo Farias, o PC, ex-tesoureiro de campanha de Collor. (...) Pedro Collor de Mello, irmão de Collor, afirmou, que os usineiros repassaram R\$ 50 milhões para dar “o caixa inicial” da campanha à presidência de seu irmão. O primeiro acordo foi firmado com um grupo de usineiros reunidos na Cooperativa dos produtores de Açúcar e Álcool de Alagoas, em 1988; o segundo foi firmado um mês antes de Collor deixar o governo alagoano para se candidatar à presidência, com os chamados usineiros independentes.<sup>35</sup>*

O primeiro acordo contribuía com os usineiros em não pagar impostos sobre a cana produzida nas terras das usinas validado num prazo de 10 anos; o segundo acordo foi relacionado à cobrança, segundo o setor sucroalcooleiro, injusta do ICMS das canas plantadas até então, os usineiros argumentavam isso para pleitear a devolução dos impostos pagos ao governo nos dez anos com juros e correção monetária<sup>36</sup>. Para tanto, estes acordos foram baseados na decisão do STF em 1987, que considerava ilegal a cobrança de impostos sobre cana produzida pela própria usina. Porém, essa decisão valeu para todos os Estados do Brasil. O único Estado a querer devolver os recursos foi a Alagoas. Os demais Estados entenderem que seria uma devolução indevida, já que os usineiros retinham do extinto IAA o valor do ICMS pago pelos consumidores. E recebiam também do Instituto o preço final do açúcar, contemplando o valor do ICM pago pelo

<sup>35</sup> ARI CIBOLA: FOLHA DE SÃO PAULO, 22/05/2001.

<sup>36</sup> JORNAL VALE DO PARAÍBA, de 28 de julho de 1997.

Estado<sup>37</sup>. Devolver aos usineiros este dinheiro seria uma queda muito grande no orçamento do governo, porque estes impostos representavam 60% do ICMS recebido de todo Estado. A atitude do governador Fernando Collor, com os acordos entre os usineiros trouxeram resultados negativos aos cofres públicos, que já vinha sofrendo por declínios na arrecadação dos impostos.

*No ano de 1982, os usineiros contribuíram com 42,03% do total do montante arrecado; em 1983, sua contribuição correspondeu a 47,99%, em 1984, 43,83% da arrecadação total. Em 1987, a participação do setor diminuiu para 30,13%, em 1988, ocorre uma redução de 53% com relação ao ano anterior, tendências que se confirmam nos anos seguintes, até atingir em 1991 a minúscula contribuição de 1,48%<sup>38</sup>.*

Em cumprimento ao segundo acordo, Alagoas devolveu aos usineiros em doze anos, US\$ 105 milhões em créditos do ICM. O sucessor de Collor no governo Moacir Andrade, decide anular o segundo acordo por considerá-lo lesivo ao Estado em 02 de fevereiro de 1991. Não pode fazer o mesmo com o primeiro, porque foi firmado na justiça. Porém, deixa o governo 40 dias depois sem entrar com uma ação complementar que faria valer a decisão do Tribunal de Justiça<sup>39</sup>.

Em 1995 Divaldo Suruagy assume o governo pela terceira vez. Pelas crises financeiras que vem se arrastando por muitos anos, a partir de seu governo a situação torna-se caótica, pois no terceiro ano de seu mandato, o Estado estava com a folha de pagamento dos funcionários públicos atrasada há oito meses. Mesmo assim, Divaldo Suruagy, emite R\$ 301.623.444.00 em títulos públicos aproveitando-se da Lei nº 2.376 de 25/11/87, que legaliza a utilização de títulos públicos para sanar débitos do governo reconhecido judicialmente pela justiça – os precatórios do governo Estadual. A utilização do dinheiro segundo o governador Divaldo Suruagy, seria para pagar dívidas judiciais, porém, pelo trabalho realizado pelo CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito)<sup>40</sup> criada pelo Senado para apurar quais os procedimentos seguidos pelo governo para impetrar a emissão e autorização dos títulos. Foi descoberto que o dinheiro foi utilizado para pagar supostas dívidas do estado com diversos setores, inclusive, os usineiros. Como dívida judicial realmente existente no Estado antes de 1988 devia apenas a cinco usinas e totalizavam cerca de R\$ 40 milhões, o governador apresentou uma lista com os 32 usineiros, que o Estado estava devendo como relação aos precatórios<sup>41</sup>. A CPI verifica que o dinheiro das Letras Públicas não foi aplicado onde o governador tinha afirmado anteriormente. A exemplo do direcionamento dado as Letras Públicas usada pelo governador, citaremos apenas alguns entre os vários caminhos percorridos pelas Letras:

*Para quitar uma dívida de 1991 com a construtora Sérvia, responsável pelas obras do papódromo, o governo emitiu cerca de R\$ 27 milhões em títulos, quando o débito não passava de R\$ 500 mil; a revendedora de canos e tubos Confab, de São Paulo, também se deu bem na farra dos títulos. O governador Suruagy pagou R\$ 22,8 milhões a Confab com a arrecadação da emissão dos papéis. A empresa fornecedora tubos para*

<sup>37</sup> FOLHA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 21/05/2001.

<sup>38</sup> FASE ALAGOAS. **Campanhas salariais de canaveiras em Alagoas: uma trajetória de Ausências (1986-1995)**. FASE-AL: Maceió; 1995 (texto para debate nº 03) (texto digitado). P, 13

<sup>39</sup> FOLHA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 17/07/1994.

<sup>40</sup> Relatório da CPI em 1997.

<sup>41</sup> ISTOÉ: 05/03/1997.

*a construção do mais importante sistema de abastecimento de água em Maceió o Prata*<sup>42</sup>.

Só estes dados são suficiente para comprovar o quanto o povo alagoano foi lesados, com a falta de investimentos nos setores da saúde, educação e segurança, por irresponsabilidades do governo que não conduziu com coerência os bens públicos. Para agravar ainda mais a situação da população, o governador Suruagy, adotou o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), através do qual foram retirado do serviço público cerca de 17 mil servidores, com esta atitude o governador contribui com o aumento da pobreza do Estado com relação ao desemprego da população.

O descaso com o bens públicos aumentam a medida que os privilégios aos usineiros crescem, temos o caso também do Banco da Produção do Estado (PRODUBAN), que em toda sua história serviu como base econômica ao setor açucareiro, emprestando dinheiro, acima de suas possibilidade e não recebendo deste setor o pagamento das parcelas dos empréstimos. Devido o desgaste e à quantidade de dívidas, em 1990 o Banco não suportou a pressão, sofreu intervenção pelo Banco Central fechando suas portas<sup>43</sup>.

Alagoas absorve uma grande quantidade de produção de açúcar e álcool do Brasil. Porém, o acúmulo de poder e produção se concentram em apenas 16 usinas, que reunidas produz 90% de toda renda do açúcar e álcool produzido no Estado. São elas: *Contraditoriamente Cachoeira, Caeté, Camaragibe, Coruripe, Guaxume, Leão Utinga, Porto Rico, Roçadinho, Santa Clotilde, Santo Antonio, Seresta, Serra Grande, Sinimbu, Sumaúma, Triunfo e Uruba*<sup>44</sup>. Dos 102 municípios de Alagoas, em 54 existe canavial a serviço de 24 usinas, controladas por 13 famílias. A área cultivada nesta safra, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento, cobre mais de 16% do território alagoano<sup>45</sup>.

Mesmo com toda situação de miséria do Estado, os usineiros conseguem pela ajuda recebido do “órgão público”<sup>46</sup>, aumentar a expropriação das terras da região, e investir em outras atividades econômicas, centralizando toda economia do Estado num pequeno grupo empresarial do setor sucroalcooleiro, que detêm o poder das maiores indústrias de alagoas:

*Grupo Carlos Lyra: usinas: Caeté, Cachoeira e Marituba, (AL); Usina Volta Grande – Conceição das Alagoas – MG; Usina Delta – Delta – MG; Varrela Pecuaría – São Miguel – AL; Fábrica de Pedras Ltda. – Fiação e Tecelagem - Delmiro Gouveia – AL; SOTAN – Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda – Rio Largo –AL; PROFÉTIL – AL - Fábrica de Fertilizantes; Grupo João Lyra: Usinas: Guaxuma, Laginha e Uruba – AL; Usina Vale do Paranaíba – MG; Trialcool – Caapólis – MG; Lug Táxi Aéreo – AL; MAPEL – Venda de automóveis - AL; Adubos JL – AL -; Grupo Coréia Maranhão: Usinas: Camaragibe e Santo Antonio - AL; Grupo Olival Tenório: Usinas: Porto Alegre e Porto Rico – AL; Grupo Olival Tenório Comercial Importadora – AL; Grupo Tércio Wanderley: Usinas: Camaçari e Coruripe – AL; Usina Iturama – Iturama – MG; USIFERTIL – Fábrica de Fertilizantes – AL; CIPESA – Construção Civil – AL; Grupo Toledo: Usinas: Capricho, Penedo e*

<sup>42</sup> REVISTA ISTO É: 05/03/1997.

<sup>43</sup> FASE ALAGOAS. **Campanhas salariais de canaveiras em Alagoas :uma trajetória de Ausências (1986-1995)**. FASE-AL: Maceió; 1995 (texto para debate nº 03) (texto digitado). P, 12

<sup>44</sup> CARVALHO, C. P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria Sucroalcooleira alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2000. 9

<sup>45</sup> SERQUEIRA, Carla. *Gazeta de Alagoas*, 16/12/2012. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=329848&e=2>. Acessado em 15/09/2013

<sup>46</sup> Ajuda recebida dos usineiros pelos governadores Alagoanos que substancialmente através de acordos de isenção de impostos e empréstimos contribuíram para crescimento do setor. Grifo nosso.

*Sumaúma – AL; Distilaria Paísa (Penedo agroindustrial) álcool e açúcar – AL; Usina Seresta – criação de gado e beneficiamento de leite: Leite Boa Sorte; Usina Seresta e Triunfo – beneficiamento do coco: Sococo; Usina Seresta e grupo Olival Tenório – Haras : criação de cavalos<sup>47</sup>.*

A expansão econômica em torno desses grupos, demonstra sua capacidade de liderar no Estado dentro do processo de conservação de política de poderes, analisada nas sucessivas lideranças dentro do setor público pelos grupos sucroalcooleiro. Como também, na eliminação de unidades industriais de pequena capacidade produtiva.

Da Colônia do século 16 à República do século 21, sem mais prepostos, hoje os próprios usineiros mandam na política institucional.

Os cargos ocupados pelos descendentes de donatários são os mais estratégicos. O governador Teotônio Vilela Filho (PSDB) é usineiro, sócio da Usina Seresta. A Secretaria da Fazenda, arrecadadora de tributos que terá em 2013 mais de R\$ 180 milhões para administrar e R\$ 1,5 bilhão de encargos para supervisionar, não saiu do canavial. Até 2009, a pasta era chefiada por sua irmã Fernanda Vilela, advogada da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas. Mulher do ex-senador João Tenório, sócio da Usina Triunfo, ela entregou o cargo para o secretário adjunto, o usineiro Maurício Toledo, do Grupo Toledo que, em Alagoas, reúne as usinas Capricho, Sumaúma e Paísa; e em São Paulo, mantém a Usina Ibéria, adquirida em 2002, com o maior potencial de produção entre as quatro unidades<sup>48</sup>.

A articulação de usineiros para ocupar cargos estratégicos da economia alagoana pode ter uma explicação: a atual crise pela qual passam as usinas do Estado. A necessidade de o setor sucroalcooleiro alcançar melhor desempenho no mercado nacional fez com que o governador Teotônio Vilela Filho (PSDB) publicasse três decretos em outubro de 2012, reformulando os indexadores para cobrança de ICMS dos usineiros. Segundo fiscais de renda, o Estado vai perder R\$ 7 milhões por mês com a manobra, ou R\$ 84 milhões por ano<sup>49</sup>.

Com a crise internacional, as exportações de açúcar, transação mais rentável para as usinas alagoanas, ficaram ameaçadas. E a concorrência interna no Brasil é grande. Por isso, o setor diz que para sobreviver precisa pagar ainda menos impostos.

Porém, dados levantados pela própria Secretaria da Fazenda mostram que a arrecadação do setor sucroalcooleiro no Estado só tem caído desde o início do primeiro mandato de Teotônio Vilela. Em 2007, o ICMS recolhido das usinas somou R\$ 60,3 milhões. Em 2011, a arrecadação fechou em R\$ 44,6 milhões, registrando uma queda, em quatro anos, de 25,9%. A representatividade do ICMS da cana na economia alagoana também tem despencado, conforme o próprio governo. Em 2007, o setor sucroalcooleiro era responsável por 3,43% de todo ICMS recolhido. Em 2011, a colaboração caiu para 1,96%.

## Considerações finais

Nos últimos anos a lógica capitalista e a gerência política pelo setor sucroalcooleira em alagoas se agravaram. Hoje os senhores de engenho voltaram a unificar o poder

<sup>47</sup> LÚCIO, A. B. **A ação sindical dos trabalhadores rurais a partir da década de 1970: as campanhas salariais dos canavieiros de alagoas.** UFPB/UFCG, 2003(Dissertação de Mestrado), pp. 96-97.

<sup>48</sup> SERQUEIRA, Carla. Gazeta de Alagoas, 16/12/2012. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=329848&e=2>. Acessado em 15/09/2013

<sup>49</sup> Idem.

político com o econômico. O governador é usineiro; o presidente da Assembleia Legislativa é usineiro e; o Judiciário está cheio de usineiros e prepostos. Portanto, assim como no século XVIII, vale para o restante da população a servil relação com o principal setor da economia alagoana. É como se todos que não são originários das usinas fossem seus empregados.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

- ALBURQUEQUE, Isabel Loureiro de. **História de Alagoas**. Maceió, SERGASA, 2000
- CARVALHO, C. P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria Sucroalcooleira alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2000.
- CARVALHO, M.M.F & SANTANA, M.. **Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba**. 1920/1962. João Pessoa: CNPQ/UFPB; 1990.
- CENSO 2010**
- FASE ALAGOAS. **Campanhas salariais de canavieiras em Alagoas :uma trajetória de Ausências (1986-1995)**. FASE-AL: Maceió; 1985 (texto para debate nº 03) (texto digitado).
- FOLHA DE SÃO PAULO: 17/07/1994; 22/05/2001; 21/05/2001;**
- GAZETA DE ALAGOAS: 17/01/2006**
- JORNA EXTRA/AL: 18/01/2006**
- JORNAL DE ALAGOAS**. Maceió, terça-feira, 30 de janeiro de 1973 – Edição nº 023 – ano LXIII página – 3. Arquivo Público de Alagoas
- JORNAL DE ALAGOAS**. Maceió, 20 de Março de 1975 – ANO LXVII – Nº 65 2º. Arquivo Público de Alagoas.
- JORNAL VALE DO PARAÍBA: 28/07/1997**
- LÚCIO, A. B. **A ação sindical dos trabalhadores rurais a partir da década de 1970: as campanhas salariais dos canavieiros de alagoas**. UFPB/UFCG, 2003(Dissertação de Mestrado).
- MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Global. São Paulo; 1988
- SERQUEIRA, Carla. **Gazeta de Alagoas**, 16/12/2012. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=329848&e=2>. Acessado em 15/09/2013
- REVISTA ISTOÉ: 05/03/1997**
- REVISTA VEJA: 16/06/1997**



## 1952: FLORO NOVAES O VINGADOR DO SERTÃO ALAGOANO

*Maria Leylane Oliveira Meneses*

### **Introdução: Sertão e Violência**

O Nordeste brasileiro historicamente fora formado através de um processo exploratório de suas riquezas minerais e naturais, rapidamente tornando-se o meio mais eficaz de lucro para os colonizadores europeus. Com o declínio do comércio de exportações de madeiras tintórias, ocorre à necessidade de se adentrar ao interior do continente em busca de novas fontes de riqueza e produtos para comercialização. Primeiramente substituiu a exploração do pau-brasil para a implantação de um novo produto a cana-de-açúcar. Essa monocultura é implantada no nordeste por proporcionar todas as condições necessárias ao plantio, desde o solo argiloso ao clima que alterna em estações quente e frio, além de possuir mão de obra abundante e barata. Com o crescimento na demanda da produção e exportação da cana-de-açúcar através dos engenhos denominados de banguês, ocorre o processo de formação dos primeiros povoados no território alagoano.

Sendo assim o nordeste brasileiro é determinada historicamente como uma região predominantemente movida pelo açúcar, esse desenvolvimento agrícola gerou a migração para região acarretando o aumento populacional dos povoados. Esse crescimento suscitou a necessidade de se produzirem outras atividades econômicas, que no geral não possuía a demanda e o lucro que o açúcar.

Com o crescimento populacional atrelado a produção açucareira, ao longo dos séculos XVII e XVIII o nordestino viu-se adentrando cada vez mais ao interior, trocando o verde da cana-de-açúcar pelo cinza da caatinga, modificando totalmente a sua estrutura de vida. A nova projeção do nordestino engloba aspectos de todos os âmbitos da sociedade, o cultural, o político e o econômico. O sertão se apresenta com uma roupagem onde o homem será condicionado pelas características físicas da região. Primeiramente o sertanejo mudará o seu modo de trabalho,

*[...], cujos traços mais salientes podem ser resumidos na predominância do individual sobre o coletivo- no plano do trabalho- e nos sentimentos de independência, autonomia, livre-arbítrio e improvisação [...].<sup>50</sup>*

O sertão que tem como a caatinga a sua vegetação predominante, apresenta a seca como uma de suas constantes, tendo um período de duração quase anual. O modo de produção que antes na zona da mata era de exportação, no sertão será de subsistência, onde a economia será familiar. A seca que é um dos elementos característico do sertão é responsável por gerar um antagonismo em relação à zona da mata, onde o sedentarismo é motivado pela certeza que a produção gera na população local, enquanto no sertão o modo de produção é inebializado por causa das frequentes e prolongadas estiagens, gerando um sentimento de evasão e de insegurança, proporcionando assim o nomadismo. Essa irregularidade gerada pelos elementos naturais da região será propício para a prática pastoril, onde se tornava necessário abrir novas áreas de pastagens para o gado, dando assim origem ao ciclo do gado. Essa atividade econômica era a responsável por fornecer o

---

<sup>50</sup> MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. Coodenação Estúdio Sabiá, São Paulo: A Girafa Editora, 2004, p.42

sustento familiar, quando a agricultura era perdida por causa da penúria do solo, fazendo muitos trabalhadores se atrelarem as fazendas da região. Sendo a seca encarada como o elemento formador da estrutura do sertão, todo o desenvolvimento socioeconômico é baseado numa probabilidade dos períodos de estiagem, onde a economia frequentemente é desestimulada, pois é encarada com a certeza de futuros prejuízos para o agricultor. Embora os inúmeros desafios que o sertanejo os tenham que enfrentar sejam gritantes, como as altas temperaturas, o relevo acidentado, a vegetação espinhosa, a escassez de água, o sertanejo enfrenta um perigo que fica a espreita de algum descuido, que são as denominadas ataques de onça.

O sedentarismo uma tendência comportamental que evoluiu através dos séculos, que representa uma busca da necessidade humana em firma-se, em estabelecer-se em a algum lugar, onde possa construir uma família, seu modo de sobrevivência, a criação de laços, a perpetuação de seu nome, ou seja; a sua chance de formar sua história é completamente esquecidos por causa das irregularidades que o sertão proporciona, principalmente o sentimento de insegurança pois estão invariavelmente atreladas as manifestações naturais, acarretando assim ao processo de nomadismo no sertanejo. Esse nomadismo provocará um desligamento do homem ao meio em que está inserido, criando assim uma ausência do sentimento de respeito pelas estruturas e poder público, restando apenas um sentimento de ligação com a família e a espiritualidade religiosa. Eventualmente por causa desse desapego as estruturas da sociedade, o sertanejo criará uma forte inclinação a medidas violentas, aos chamados acerto de contas, inutilizando - se dos meios de justiça preestabelecidos pela sociedade.

A violência sertaneja tem sua gênese no período de colonização do sertão, quando o seu uso era necessário ao deparar-se com os constantes ataques indígenas e aos animais selvagens. Com o controle sobre os fatores adversos citados acima o colonizador tende a canalizar a violência ou direcionar em outro alvo, ou seja, em sua própria natureza. Quanto mais prolongada seja a duração desse ciclo de violência, mais difícil é sua dormência, geralmente é redirecionada a outro caminho, perpetuando assim os hábitos violentos. Podendo afirmar que essa consolidação da tradição de violência por parte do colonizador sobre os “hostis” nativos, uma medida legitimada, pois o uso da violência é baseado na sobrevivência. A predominância do uso da violência se dará na ausência de uma ordem do poder estatal e o desenvolvimento do poder privado, resultante do processo civilizatório. Ao longo desse processo se formará no sertão os personagens do valentão, seguindo a do cabra, o capanga, o jagunço, o pistoleiro e por fim o do cangaceiro. Mas se ateremos ao papel do vingador.

A violência no sertão nordestino se caracteriza por ter sofrido um processo de sedimentação cultural, onde estes agentes criminais citados acima diferem em alguns aspectos, mas se igualam em sua maioria, uns recebendo ou pagando favores, outros usando a força como meio de emprego, outros utilizando demasiadamente da coragem para arranjar um motivo pra lutar; nem que o desafeto seja seu ou de um conhecido. Mas geralmente será empregada com legitimidade por está diretamente ligada com a moral sertaneja, prevalecendo com um ideal de vingança. “[...]no sertão, quem não se vinga está moralmente morto”<sup>51</sup>.

Um ponto de demasiada relevância é a questão da honra, sentimento oriundo do sertão, que possui como representatividade o culto a coragem, o orgulho pessoal exagerado e desconhecimento desmedido pelas leis estabelecidas. A honra sertaneja está vinculada geralmente a moral familiar e ao direito de propriedade. Geralmente empregada a famílias numerosas e que possuem terras. Esse sentimento cria em torno da região a fama de produzir homens que geram a violência e propiciam o terror.

---

<sup>51</sup> BARROSO, Gustavo. Heróis e Bandidos. p.59.

Depois desses inúmeros agentes citados podemos afirmar que o homem sertanejo se tornar um adepto ao banditismo seria o caminho mais lógico a se seguir, onde a sobrevivência é quase um fenômeno de tão incerto. Sendo assim o banditismo pode ser encarado como o mecanismo utilizado para se desligar ou fugir de uma sociedade ou administração imposta.

Para Hobsbawn o banditismo incide no meio rural, porque esse espaço físico é propício para o desenvolvimento dessas atitudes violentas. O autor encara que a formação desses bandidos tenha um caráter de reformadores ou de protesto social por causa da desestabilidade que o sertão se apresenta, e não apenas tumultos corriqueiros e isolados.

### **Bandido Vingador**

Essa categoria de bandido para ter uma representatividade numa região ou em uma comunidade é necessária obter dois sentimentos totalmente contrapostos, sendo imperativo ser temido e na mesma medida compreendido, possuindo no seu discurso ativo uma legitimidade concebida pela defesa da honra, sentimento que está atrelado à apreciação do uso da vingança.

*Os bandidos vivem de amor e de medo. Inspirar apenas amor, é fraqueza. Quando inspiram apenas medo, são odiados e não tem quem os ajude. Em outras palavras, até mesmo o melhor bandido deve demonstrar que pode ser terrível<sup>52</sup>.*

O uso desmedido de violência chegando a certos pontos até a crueldade é empregado como uma medida de retaliação, explicada como o único caminho viável para transformar o imaginário popular a seu favorecimento, promovendo assim o terror em sua campanha de desafronta.

*É impossível fazer o opressor pagar a humilhação imposta à vítima em sua própria moeda - pois o opressor atua dentro de uma estrutura de riqueza, poder e superioridade social que a vítima não pode usar, a menos que tenha havido uma revolução social que destrone os poderosos como classe e promova a ascensão dos humildes. A vítima só dispõe de seus próprios recursos, e entre eles a violência e a crueldade são os de eficácia mais viável<sup>53</sup>.*

A honra que é sentimento corriqueiro no seio nordestino tem em sua origem do latim *honor*, que representa a virtude moral, como *virtus* representando a guerra e a coragem. Esse sentimento humano está ligado especificamente a busca por status social. A virilidade e a valentia já estão presentes desde os períodos em defesa do nome e da família, onde se defendia seu valor perante a sociedade com duelos e lutas pessoais. Esse sentido foi originado pelos europeus, principalmente portugueses e transferido aos nossos sertanejos. Essa honra difundida na região do sertão adota como bandeira o poder, a glória e ao respeito a família. Sendo assim o sertão é caracterizado como região de homens valentes, honrados e poderosos. No anseio de conquistar esse status social à violência será o mecanismo para se alcançar seus desejos e seriedade perante a comunidade em que habita. Essa valentia masculina será expressa em um espaço sociocultural nos princípios do código de honra, onde a humilhação pessoal só extinguirá quando a sede de vingança for aplacada.

---

<sup>52</sup> HOBSBAWM, Eric. Bandidos-1997.p.60

<sup>53</sup> Ibid. HOBSBAWN, Eric. p.60

Em pleno século XX, exatamente em 1952 surge no cenário sertanejo a figura de Floro Novaes, denominado de o vingador do serão alagoano. Sua campanha de vingança decorre do assassinato de seu pai, Ulisses Gomes Novaes que foi executado com vários tiros de fuzil, além de golpes de enxada e foice. O crime ocorreu em Olivença, cidade pertencente ao município de Santana de Ipanema.

Podemos afirmar que esse assassinato desencadeou o fenômeno das rixas familiares, que são reguladas pela vingança, onde sangue gera sangue. Normalmente aplicada até não restar nenhum parente da família em questão.

O crime com requintes de crueldade e de violência em demasia, chocou os moradores da região de Olivença, que não souberam descrever o cenário da barbárie cometida contra o senhor Ulisses Novaes. Foi alvo de uma emboscada na beira da estrada, por ter avisado a um “compadre”, nome dado a amigos íntimos da família, de nome Manuel Roberto que estava jurado de morte pelos representantes da família Vieira, Enéas Vieira e João Vieira, além de seu cunhado Eriberto Barros. Primeiramente seu compadre não acreditando no aviso de morte eminente, faz uma ocorrência a delegacia onde ocorre uma careação com os envolvidos, levando como testemunha Ulisses Novaes. Após a saída da delegacia Ulisses Novaes, pai de Floro pergunta a si mesmo onde se meteu. Dando a entender que a morte por mãos dos vieira não tardaria acontecer. No dia 3 de Dezembro de 1951 seu corpo foi encontrado com vários tiros que lhe atingiram a cabeça, o crânio foi esfacelado por várias coronhadas, como resultante teve seus miolos espalhados no chão arenoso da estrada. O que surpreendeu a população além da crueldade da morte e modo de como ela ocorreu, mas sim de quem foi alvo do crime, um homem de família que tinha 20 filhos e como atividade econômica a agricultura e a profissão de marchante. A partir desse dia a família Novaes jurou vingança aos envolvidos na execução desse seu patriarca.

A família Vieira possuía muita influencia no povoado de Capim, onde seu pai conhecido como Mano Vieira era o quem controlava o poder político da região, e proprietário do único armazém do povoado, responsável por abastecer a população local com os produtos: farinha, fumo e sal. O povoado inteiro vivia sobre a ameaça da família se não realizassem a suas compras no armazém dos Vieiras.

Ulisses Novaes era frequentador assíduo da fazenda dos Vieiras, considerado amigo íntimo da família, seu assassinato fez desencadear o desejo de vingança de sua família, que foi encabeçada pelo seu filho Floro Novaes, um pistoleiro famoso no sertão alagoano. Fazendo a região de Santa do Ipanema, mergulhar em uma fase de constante conflito entre essas famílias, que durou vinte anos onde o sangue era o único preço a ser pago.

O grau de crueldade foi tamanha que a mulher de seu Ulisses, dona Guiomar alimentou o desejo de vingança em todos os seus filhos, criando assim essa sede de justiça. Justiça essa que não veio perante o aparato legal das leis e sim aplicada por meios da violência, pois o poderio legal é falho e ineficaz.

Com o aparato legal do sertão sendo ineficiente e a população costumada a resolver seus desafetos por meio de hábitos violentos, Floro dá início a sua vingança contra os envolvidos na execução de seu pai em busca de devolver a honra à família.

*“A pratica de matar por vingança, ainda bastante enraizada, persiste nesse grupo. A intenção de vingar-se fica “acima do remorso” para pessoas desse grupo. Eles confiam na obrigação da manutenção da honra, e o seu cumprimento encontra-se já fixado no papel social de sujeito da família. A defesa da honra, aqui é responsabilidade pessoal, mas em nome do grupo familiar, isto é, da honra coletiva. Ela assume uma forma licita de autodefesa: não revidar à ofensa da honra é uma*

*desonra. A opinião publica exerce um papel importante na legitimação dessa prática*<sup>54</sup>.

Quase um ano após a morte de seu pai em outubro de 1952, Floro começa a arquitetar a caça aos responsáveis de sua morte, encabeçado por Enéas Vieira e João Vieira, com a ajuda de quatro pistoleiros: João José, Antonio Jacinto, José Izidio e Artur sendo os responsáveis pela execução.

Uma das primeiras medidas tomadas por Floro foi se especializar no tiro ao alvo, para que oportunidades não fossem perdidas. Suas armas foram batizadas de Smith e Wesson e a 38 conhecida como Salamanta, colt 45 denominado de Cobra preta e seu mosquetão de Alecrim. Utilizava-se de arma branca, uma faca de 12 polegadas.

Com a lista de execução pronta, Floro em 1952 começa a devolver à honra a família, matando João Jose que se encontrava em Capelinha, município de Major Isidoro em companhia do delegado, tendo a coragem de chegar frente a frente do assassino de seu pai e lhe falar: - *Prepara seu caixão. Você nunca mais mata pai de homem*<sup>55</sup>.

Essa coragem desmedida de enfrentar seu opositor em céu aberto e em frente ao representante da lei da região lhe renderam o respeito e o medo da população. Pois o mais lógico e natural de uma ação desse porte, seria por meio de tocaias e emboscadas.

Dando continuidade a sua jornada, Floro foi matando cada um dos protagonistas de sua lista macabra. Após um curto período de tempo Antonio Vieira que era um amigo em comum das famílias propôs um acordo de paz e perdão entre os Vieiras e os Novais, que foi aceito por ambas as partes.

*[...] é bem conhecido por aqueles que estudam as sociedades reguladas pela vingança de sangue, normalmente um dispositivo social que traz em si seu próprio freio automático. Assim que duas famílias em rixa ficam quites, seja com outra morte, seja através de alguma compensação, negocia-se um acordo, garantido por terceiros, pelo casamento interfamiliar ou por outras formas estabelecidas, de modo que o morticínio não prossiga indefinidamente. No entanto[...] o freio deixa de atuar, os litígios transforma-se naqueles prolongados massacres mútuos que termina com a eliminação total das famílias [...].*<sup>56</sup>

Mas essa pacificação não foi duradora, após um ano de apaziguamento Antonio Vieira, o responsável pelo acordo morre, dando inicio a desenfreada matança entre as famílias.

Enéas Vieira queria não só a eliminação do perigoso pistoleiro, contratando um cigano de nome Daniel para matá-lo, como também o descrédito de Floro perante o sertão. Com isso a família Vieira quebra o acordo de paz entre as famílias, elaborando um plano de contatar os serviços de Floro com pretextos falsos para eliminar um suposto inimigo de ambos, fazendo o acreditar que sua rixa já estava esquecida. Esse plano tinha como finalidade a morte de Floro e acabar com a sua reputação, tornando-o um matador de aluguel. Seu corpo seria exposto na feira da região onde a circulação de pessoas é mais frequente e a notícia mais facilmente propagada.

Os dois pistoleiros e José Alves foram mortos juntamente com Ediberto Vieira e João Vieira de Oliveira conhecidos também como autores intelectuais do assassinato de seu pai.

<sup>54</sup> CAVALCANTE, Peregrina. Como se fabrica um pistoleiro. São Paulo: A Girafa editora, 2003, p. 93.

<sup>55</sup> Documentação: Correio da Manhã. Rio de Janeiro 4ª feira, 3 de março de 1971.

<sup>56</sup> Ibid. HOBBSAWN, Eric., p. 62

Nesse meio tempo Floro constituiu família, casando com dona Isaura e tendo um filho chamado Ezequiel. Nesse intervalo de tempo a perseguição e o cerco sobre Floro aumentava, em 1962 uma operação chamada **caça a Floro**, liderada pelo sargento Raniere juntamente com cinco soldados entram na caatinga em busca do fugitivo. Consequentemente os Vieiras, liderado por Eneias contrata outro pistoleiro intitulado de **Cavalo Batizado**. Refugiando-se na caatinga, Floro utilizou as técnicas de sobrevivência apreendidas no cangaço. Sua analogia com Lampião é tão grande que possuem quase a mesma marca no olho quando um espinho quase o cega.

Uma das grandes injustiças ao qual Floro sempre se referia era a discrepância que as autoridades legais se referiam ao caso e o do porque só ele, Floro era perseguido pelos policiais, sendo que Eneias possuía uma lista de mortes tão grande quanto a sua. Seu dissabor foi tamanho com a disparidade entre os envolvidos que marcou e deu entrevista a diversos jornais da época, como no jornal Tribuna de Alagoas e no jornal do Comercio, afirmando que se a morte o levasse antes de concretizar seu juramento de vingança e constituição da honra da família, seu trabalho seria inútil, pois homens que nem o da família Vieira não podem tratar homens de bem à bala.

Mas a morte de Eneias não ocorreu pelas mãos de Floro e sim por intermédio de seu irmão caçula de vinte anos, Antonio Gomes Novaes, que o encontrou andando pela feira de Olivença em 22 de setembro de 1970. Sem medir as suas ações saca a arma e o alveja com seis tiros. Depois da ação cometida tenta fugir, mas é preso. Na delegacia não há arrependimentos e sim o sentimento de ter devolvido a honra a família e o encerramento de anos de juramento.

Aparentemente a rixa entre as famílias tinha tido a sua última vítima, mas em 24 de fevereiro de 1971 Floro sofre uma emboscada e é morto por cinco tiros no coração, fora os tiros na barriga, na cabeça e no braço, ao todo sendo alvejado dez vezes, incluindo as várias cacetadas e punhaladas.

Sua morte foi encarada como surpresa, pois Floro nunca saía despreparado ou desarmado, o que se concluiu na época foi que fora vítima de uma emboscada promovida pelo filho de Eneias Vieira juntamente com conhecidos de Floro, que tinham marcado de caçar nas redondezas da região. Muito se especulou foi que Floro perdendo sua razão de luta ficou descuidado ou autoconfiante.

Ao longo desses vinte anos de atuação Floro Novaes ganhou aspecto de mito ou justiceiro, diferenciando-se de outros bandidos que eram encarados apenas pela crueldade e logo esquecidos pelos jornais da época, por desenvolver sua trajetória de vingança de uma maneira romancista, sendo acompanhado de perto pelos meios de comunicação, periódicos, folhetins e cordéis. Abaixo um trecho de sua aceitação perante a população em versos de cordéis:

*Treinou em caixa de fósforo  
E em cabeça de catenga  
A trinta metros deixava  
Qualquer coitada capenga  
E nas ideias sabia  
Que ia aturar arenga*

*Depois comprou outra arma  
Todas para se vingar  
O seu “Smith e wesson”  
Tratou de o batizar  
Chamou de Salamanta*

*Por não errar o lugar*<sup>57</sup>

O personagem de Floro Novaes nos afirma que esse banditismo é comumente atrelado ao sertão, por ocasionar juramentos de vingança, que geralmente envolvem a família inteira nesse mundo de criminalidade, tornando assim o crime uma constante em suas vidas. A penetração nesse mundo de crime se trata de afirmar que não há uma justiça oficial e competente, que abrange o sentimento de impunidade que aflige o sertão alagoano, sendo assim utilizando os costumes do lugar, querendo ou não a honra sendo o meio de veicular a justiça. Nesse mundo de juramentos de sangue, os próprios que nomearam um senso de regras e justiça, legalizado e legitimado pela moral da valentia e da honra. Esse código do sertão não escrito sancionava a violência, numa organização social em que a valentia constituía-se em importância maior de suas vidas.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

CAVALCANTE, Peregrina. **Como se fabrica um pistoleiro**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos-1917**

JURANDIR, José. **Os crimes que abalaram Alagoas: 1556 a 2006** \ Jose Jurandir. - Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2012.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**; prefacio de Gilberto Freyre; coordenação Estúdio Sabiá. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

### **Artigos**

RAFART, Gabriel. Violência e Bandoleirismo na Patagônia.

### **Sites**

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&PagFis=17716](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&PagFis=17716)

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&PagFis=17790](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&PagFis=17790)

---

<sup>57</sup> Versos do livro *O Vingador das Alagoas* de autoria : Valdir Oliveira Santos e Ernandes Moreira.

# PRISÕES NO BRASIL: INSERÇÃO DA MULHER DELINQUENTE NOS PARÂMETROS MODERNOS DE PUNIÇÃO

Marta Ferreira da Silva Severo

## Introdução

Como se sabe é estabelecido na sociedade um conjunto de normas e valores para que os indivíduos as sigam, a fim de que sejam aceitos no meio social. As punições pelo não cumprimento destas variam de lugar para lugar, além de sofrerem modificações ao longo do tempo. Na atualidade, os países ocidentais adotaram a pena privativa de liberdade como melhor recurso para punir os indivíduos. Dentro desse universo, vários temas podem ser abordados em diferentes áreas.

Este estudo se esforçará por analisar a implantação da pena privativa de liberdade no Brasil como também a condição feminina dentro desse sistema.

Até meados do século XVIII não se pensava em prisão como aplicação da pena em si, mas como um local de custódia para manter aqueles que ainda teriam a aplicação de suas penas, que poderiam ser castigos corporais, como os suplícios, degredo, pena de morte, etc.

Segundo Foucault (1987) a forma-prisão como utilização sistemática nas leis penais só veio surgir no fim do século XVIII e princípio do século XIX. Nesse ínterim surge, ainda conforme o pensador, a figura arquitetural do panóptico que é o princípio geral de uma nova “anatomia política” cujo objetivo não seria a relação de soberania, mas as relações de disciplina. A prisão moderna foi criada como exigência de transformação dos indivíduos em sujeitos mais pacíficos, ou seja, ela tinha um duplo sentido: punir através da reclusão como também promover a transformação desses indivíduos.

A pena privativa de liberdade foi trazida da Europa para o Brasil no século XIX com objetivo de mostrar que o país estava se modernizando e entrando no rol das nações civilizadas. No entanto, essa nova forma de punir não foi uma mera cópia europeia, já que o Brasil ainda era uma sociedade escravista. Sendo assim, ela adquiriu às formas próprias, adaptando os paradigmas jurídicos penais do Velho Mundo para as necessidades e particularidades da sociedade escravista brasileira do século XIX.

Uma vez criada à prisão era necessário separar homens e mulheres. Com base nos estudos de Olga Espinosa (2004), tentaremos destacar que a educação penitenciária buscava nos homens restaurar o sentido de legalidade de trabalho, enquanto que, nas mulheres era prioritário restaurar o sentido de pudor.

No Brasil, a primeira penitenciária feminina foi construída na então capital, Rio de Janeiro, em 1942, em Bangu, à qual esteve sob a administração interna e pedagógica das freiras, embora a história do surgimento dos presídios femininos tenha sido marcada por uma série de improvisações.

## A IMPLANTAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO BRASIL

Realizar um levantamento da produção historiográfica brasileira sobre as prisões não é tarefa fácil, porque se por um lado ainda há poucos trabalhos aprofundados sobre o tema, por outro lado, temos que ter a consciência de que essa área ainda está em fase de consolidação.

Dessa forma, para tentar suprir tal necessidade foi publicada a obra *História das*



*prisões no Brasil*<sup>58</sup>, que pela grandiosidade já pode ser considerada um manual de referência obrigatória para aqueles que pretendem estudar o assunto. Constituído em duas partes, os próprios organizadores nos dão um parecer de como foi composto o livro:

*Na primeira parte da coletânea, estão reunidos artigos que examinam as formas pelas quais a sociedade interage na formação de desenvolvimento dos métodos punitivos e, conseqüentemente, das instituições carcerárias [...] Na segunda parte do livro, os artigos abordam as condições carcerárias no momento da formação do Estado nacional brasileiro, os debates sobre a reforma prisional de 1830 e a construção efetiva das prisões penitenciárias por diversas províncias, os regulamentos e rotinas aplicados a essas instituições, e a socialização informal dos detentos, que criava uma subcultura interligada à sociedade externa, até o início da República (MAIA, 2009, p. 26-27).*

Logo na introdução, os organizadores deixam claro que a pena privativa de liberdade foi trazida da Europa para o Brasil no século XIX, ainda durante o Brasil Império, com objetivo de mostrar que o país estava se modernizando e entrando no rol das nações civilizadas, mas essa nova forma de punir não foi uma mera cópia europeia, já que o Brasil ainda era uma sociedade escravista. Sendo assim, ela adquiriu formas próprias, adaptando os paradigmas jurídicos penais do Velho Mundo para as necessidades e particularidades da sociedade escravista brasileira (2009, p. 25).

Esses projetos correccionais chegaram à corte no início da década de 1830 através do Código Criminal do Império, o qual viabilizou várias mudanças. Ao analisar esse código verificamos que a penalidade para a maior parte dos crimes era privação de liberdade, seja em prisões com trabalho ou prisões simples. A Justiça criminal do país procurava abolir certos tipos de punição associados ao caráter bárbaro e retrógrado do sistema colonial.

Entretanto, aplicações de algumas penas que eram utilizadas no Antigo Regime permaneceram a exemplo de degredo e das penas de galés. Em relação à pena de morte ocorreram algumas mudanças, mas estas se dariam apenas na forma, antes, além dessa opção também existia a pena com a utilização do machado. Porém a visibilidade da ação permanecia, pois se daria em ritual, onde o condenado com o seu vestido ordinário era conduzido pelas ruas mais públicas até a forca, acompanhado do Juiz Criminal com o seu escrivão, e da força militar, que se requisitasse. Ao acompanhamento precederia um porteiro, lendo em voz alta a sentença, que se fosse executar.

A punição passou a ter por objetivo final a reintegração do criminoso recuperado a sociedade. Um reflexo dessa tentativa de modernizar o sistema de Justiça criminal foi o mandado do governo de construção da Casa de Correção da capital do Império, em 1833. Esta foi planejada pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e baseada no modelo panóptico. Além disso, foi inspirado no estabelecimento carcerário dos Estados Unidos, o regime de Auburn, com trabalho em comum nas oficinas durante o dia e celas individuais à noite. Esta havia sido proposta para reprimir a mendicância, acostumar os “vadios” ao trabalho, e corrigi-los de seus vícios, sendo assim a regeneração deveria estar diretamente atrelada ao trabalho árduo, ou seja, os detentos seriam sentenciados à prisão com trabalho. Além do objetivo citado acima, tais tarefas também ajudariam a manter o próprio sistema prisional, na medida em que associado à religião e à educação agiria como mecanismo de regeneração dos indivíduos criminosos.

A construção baseada no modelo Panóptico foi iniciada em 1833, mas nunca foi concluída. No projeto foi previsto para ser uma construção com oito raios divididos entre

---

<sup>58</sup> O livro, na verdade, trata-se de uma série de artigos de diversos autores, publicado em dois volumes e organizado por Clarissa Nunes Maia et al. Ver a referência na bibliografia.

selas individuais e oficinas de trabalho. A primeira ala foi inaugurada em 1850, tornando-se a Casa de Correção com duzentas celas individuais divididas em quatro andares. Uma segunda ala foi construída anos mais tarde, em 1856, e foi instalada a Casa de Detenção “provisoriamente”, mas esse “provisório” acabou com o passar do tempo assumindo um caráter definitivo. Segundo a lei de 1888, essas duas instituições teriam objetivos distintos: a primeira abrigaria aqueles condenados à servidão penal a prisão com trabalho; já a segunda abrigaria somente pessoas que tivessem cumprido penas simples - condenações curtas - ou aguardando julgamento. Nesta, era possível encontrar escravos e homens livres, sendo esses últimos à maioria. Muitos dos escravos presos eram indiciados apenas por crime de fuga, e no geral eles não eram enviados para cumprir pena, mas para serem açoitados ou ficarem sob a custódia a espera de seus senhores, no calabouço.

O Código Criminal de 1830 não extinguiu a utilização dos calabouços, nem tampouco a pena de açoites. Pelo contrário, impunha exclusivamente ao condenado escravo, quando sentenciados a outras penas, que não a de morte ou galés perpétuos, a substituição da pena de prisão pela de açoites. Determinou que o número de açoites fosse fixado na sentença, mas o escravo não poderia levar por dia mais de cinquenta chicotadas. Essa punição era complementada pelo uso de ferros nos pés ou pescoço durante o período determinado pelo juiz. O Calabouço foi fechado em 28 de maio de 1874, sendo suas funções absorvidas pela Casa de Detenção. Os açoites só foram abolidos em 1886, dois anos antes da Lei Áurea.

As principais casas de correção construídas durante o Brasil Império foi a da Corte, a de São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Recife e, a partir daí, foram se espalhando para as outras províncias. O Brasil queria entrar no rol das nações civilizadas, e a reforma no sistema penal seria um reflexo de modernidade. Entretanto, não dispunha de recursos para o alto investimento que tal reforma exigia. Ricardo Alexandre Ferreira, em seu artigo intitulado *O tronco da enxovia: escravos e libertos nas prisões paulistas dos oitocentos*<sup>59</sup> mostra a precariedade de algumas prisões em São Paulo.

Conforme afirma o autor, na comarca de Bananal existiam duas prisões feitas de taipa (barro amassado e aplicado sobre uma armação de varas, paus ou bambus dispostos verticalmente e horizontalmente), com presos misturados, sem distinção de crime ou sexo. Em Guaratinguetá a situação era a mesma. Na vila de Pindamonhangaba, assim como em outras regiões, a cadeia era improvisada em casas alugadas. Em Cajuru e Franca, os cárceres eram tão precários que os presos eram mantidos a ferros, fossem eles livres ou escravos. Essa realidade não se restringia a São Paulo, alcançava outras províncias do Brasil. A falta de recursos, a superlotação, a indistinção por crime e por sexo caracterizou o início da trajetória do sistema prisional brasileiro, sendo que desses problemas, apenas o último foi superado.

## **PRESÍDIOS FEMININOS: INSERÇÃO DA MULHER DELINQUENTE NOS PARÂMETROS MODERNOS DE PUNIÇÃO**

Além da precariedade das prisões, já que muitas delas eram improvisadas, não houve referência de que o sistema prisional brasileiro tenha se preocupado em abrigar espaço diferenciado para homens e mulheres. Pelo contrário, no princípio, os presos eram encarcerados juntos, sem distinção de sexo. “Basicamente quando se busca escrever sobre a história do encarceramento de mulheres no Brasil, existe uma grande escassez de dados e fontes bibliográficas relacionadas ao tema” (BRAUNSTEIN, 2007, p. 65). Mas com o passar dos anos, afirma Olga Espinosa que:

---

<sup>59</sup> O referido artigo está inserido no primeiro volume do livro *História das prisões no Brasil* (2009), cuja obra já foi citada neste trabalho.

*Uma vez criada a prisão como instituição, entendeu-se necessário a separação de homens e mulheres para aplicar-lhes tratamentos diferenciados. Com essa medida buscava-se que a educação penitenciária restaurasse o sentido de legalidade de trabalho nos homens presos, enquanto no tocante as mulheres, era prioritário restaurar o sentido de pudor (2004, p. 78/79).*

A prisão tinha objetivos diferentes tanto para o homem quanto para a mulher. Entretanto, a separação por sexo não aconteceu paralela à aplicação da pena privativa de liberdade, pois no Brasil, o primeiro presídio feminino só veio surgir quase um século depois das mudanças implantadas no sistema penal, expostas anteriormente. O que é lamentável.

No geral elas eram detidas em prisões projetadas para homens e no mesmo espaço que eles, o que evidentemente leva-nos a inferir que tal situação criava muitos transtornos, pois gerava abusos e problemas para essas mulheres.

Carlos Aguirre<sup>60</sup>, em seu artigo intitulado *Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940*, vem mostrar que em nível de América Latina, a iniciativa de criar centro de detenção exclusivamente para as mulheres provinha geralmente de grupos filantrópicos e religiosos, percebe-se aí o descaso do Estado. Conforme o autor, uma das hipóteses, talvez seja em razão de o número de crimes praticados por mulheres ser bem inferior aos cometidos pelos homens. Por isso o Poder Público acreditava que tal situação não necessitava de sua atenção.

Nesse sentido, destacava-se a atuação das irmãs do Bom Pastor, congregação que já tinha experiência na administração de prisões de mulheres em países como o Canadá e a França, e que passaram a administrar casas de correção em Santiago do Chile (1857), Lima (1871) e Buenos Aires (1880). Aquelas receberam apoio dos respectivos governantes, já que esses se livravam de algumas tensões existentes nas prisões, como também da responsabilidade de construir e administrá-las.

Essa forma particular de administração das casas de correção feminina elucida os caminhos que permeavam a ideia da regeneração feminina nesse período inicial, quando acreditava-se que estas, por serem frágeis, questão que por vezes justificava muitos de seus crimes, necessitavam portanto de amparo, ensinamento, de um cuidado amoroso, de bons exemplos, além de proteção contra as tentações e ameaças do mundo externo. A oração e os afazeres domésticos (lavar, cozinhar, passar) eram colocados como pontos essenciais para a recuperação dessas mulheres, quando necessário eram levadas para trabalhar como empregada doméstica em casa de família decente, objetivando completar sua recuperação.

As Casas de Correção abrigava não apenas mulheres julgadas ou sentenciadas, mas também abrigavam esposas, irmãs e criadas de homens da classe média e alta que buscavam castigá-las. Pois essas casas eram tidas como um local onde as mulheres reaprenderiam os bons costumes sob o olhar atento das religiosas.

*As noções mais aceitas sobre como tratar as mulheres delinquentes [...] as mulheres criminosas necessitavam, para se regenerar, nem tanto de uma estrutura rígida e militarizada [...] e sim de um ambiente amoroso e maternal (Carlos Aguirre, 2009, p. 51).*

Diferente das prisões masculinas que estavam sob a administração do Poder Público,

---

<sup>60</sup> O artigo se encontra no volume primeiro da História das prisões no Brasil nas páginas 35-70. A referência completa se encontra na bibliografia.

o Estado não se interessava muito pelas instituições de detenção feminina, como afirmou Carlos Aguirre: “A maioria das instituições de confinamento funcionavam a margem do sistema carcerário formal” (idem). Essa posição do Estado em relação a mulheres detidas se alterou a partir da década de 1920, “pouco a pouco o Estado passaria a exercer uma maior autoridade sobre as mulheres presas, mas, ainda assim, em algumas ocasiões, as prisões estatais femininas foram postas sob a administração de ordens religiosas.” (p. 52).

O tratamento diferenciado do Estado em relação às mulheres, e o assumir de tal responsabilidade pelas irmãs, diferente do que acontecia em relação aos homens pode ser explicado em parte pelas teorias sobre a criminalidade feminina da época. Para abordar esse assunto, traremos o debate realizado pela socióloga Rosemary de oliveira.

Almeida, em seu livro *Mulheres que Matam: Universo Imaginário no feminino* (2001) faz uma breve abordagem envolvendo o pensamento de alguns autores, dos quais citarei o pensamento de dois: Cesare Lombroso e Oscar Tiradentes, sendo o primeiro do século XIX e o segundo do século XX.

Para Cesare Lombroso<sup>61</sup>, as mulheres criminosas podiam ser classificadas em três grupos: as criminosas natas, as por ocasião e as por paixão. Para Lombroso as primeiras são as piores, do tipo mais perverso, com caracteres masculinos, nas quais se encaixam muito bem as prostitutas. As segundas têm características femininas, mas com tendência para delitos sob a influência do “macho”. O terceiro grupo é movido pela intensidade de suas paixões.

Percebe-se através dessa classificação, que as piores criminosas eram aquelas que saíam do espaço privado, e deixavam de exercer um papel que a sociedade atribuía e que se esperava de uma mulher, a exemplo da prostituta. Este era visto como um dos crimes mais graves, enquanto outros crimes como infanticídios, abortos, os denominados “crimes femininos”, eram mais tolerados e atribuídos à fragilidade e até à falta de inteligência da mulher. É nesse sentido que as religiosas tinham um confiado papel de resgatar os valores atribuídos às mulheres e reensinar os bons costumes e seu papel dentro da sociedade, de ser doce, materna, submissa, passiva, pacata, etc. e dessa forma reforçava a ideia de que o espaço público ficou para os homens e para as mulheres lhes são apenas de direito, o privado.

Ainda conforme Almeida, os crimes cometidos pelas mulheres eram geralmente atribuídos pelos criminólogos do século XIX à sensibilidade e fragilidade feminina, algo inerente a estas; fazia parte de sua natureza, como se fosse um problema de ordem biológica. Em nenhum momento era atribuído a possíveis questões sociais e eram essas teorias que influenciavam os juristas. Essas ideias de certa forma influenciaram o modo como às mulheres delinquentes eram tratadas, e o objetivo da detenção sob os cuidados de religiosas. “Era necessário protegê-la em razão da sua maior fraqueza moral” (MARRONE, 2010, p.40).

Oscar Tiradentes<sup>62</sup>, apesar de se basear, preponderantemente, em fatores biológicos - assim como Lombroso -, acrescenta fatores, social e moral à análise da criminalidade feminina. Sobre fatores sociais, ele refere-se à restrição da mulher ao espaço privado, expondo-a em menor grau ao crime. Quanto ao fator moral, o argumento tem por base a ideia de que a mulher tem um sentido ético mais elevado, dada a sua criação mais religiosa e também pela maternidade, que a retira dos impulsos agressivos mais propícios ao homem. Para ele, tais fatores - social e moral - justificam o menor número das mulheres no universo criminal. Apesar de acrescentados fatores social e moral, dentro de sua concepção do que seriam esses, ele trabalha ainda com ideia de “crimes femininos”: aborto, infanticídio e mariticídio.

---

<sup>61</sup> Médico e criminalista italiano.

<sup>62</sup> Advogado criminalista.

No Brasil, juristas e legisladores, no início do século XIX, manifestavam sua preocupação e alertavam sobre a necessidade da separação dos detentos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, quanto à severidade e o tipo do crime, idade e também por sexo.

Falar sobre a inserção da mulher delinvente nos parâmetros modernos de punição é discorrer sobre a história penitenciária do Rio de Janeiro, pois foi na então capital do Brasil que essas reformas começaram a ser implantadas e a partir daí para as demais cidades brasileiras.

Bárbara Musumeci, em *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades (2006)* trazem preciosas informações, que nos ajudam a elucidar sobre a questão penitenciária feminina no Brasil, quando faz um breve histórico sobre a prisão feminina no Rio de Janeiro, baseada em algumas obras de Lemos de Brito e em relatórios do Conselho Penitenciário do Distrito Federal dos fins do século XIX e início do XX. Segundo ela, é nos relatórios de 1870 que se encontram as primeiras indicações sobre mulheres presas na então capital do Brasil. Essas mulheres que são referidas nos relatórios eram escravas detidas no calabouço, que na época já funcionava anexo à Casa de Correção da Corte. Além desse caso, o relatório de 1872 faz referência à prisão de uma escrava já há mais de vinte anos em Galés. Já um relatório de 1905 menciona a adaptação de cinco células do antigo manicômio à prisão de mulheres. Isso significou melhorias para o acolhimento das mulheres, mas não mudou o caráter de como era tratada tal questão, até o momento sempre de forma improvisada, sem se dar a atenção e o cuidado devidos.

A partir de 1920 as mulheres passam a ter sua própria ala dentro da Casa de Detenção. Esta dispunha de uma enfermaria, banheiros e uma lavanderia. A pena das mulheres, assim como a de muitos homens, era acompanhada de trabalho:

*Mulheres então detidas na Casa de Detenção lavavam roupas, costuravam cozinhavam e limpavam não apenas os espaços em que viviam, mas também outras instituições penais e escritórios de administração*<sup>63</sup> (Chazkel, p.7-34).

Para Musumeci, o principal ideólogo das prisões femininas no Brasil foi Lemos de Brito, encarregado em 1923 por João Alves, então ministro da justiça, para elaborar um projeto de reforma penitenciária.

Após percorrer o país visitando as prisões, em 1924, aconselhou a União a construir um reformatório especial para as mulheres, ou seja, um pavilhão completamente isolado. Esse ainda não seria uma prisão exclusivamente feminina. A ideia era de se construir na Casa de Detenção um pavilhão onde apenas mulheres seriam acolhidas. Ele foi pensado num tratamento específico para as mulheres dentro do sistema penitenciário, que não seria mais uma adaptação.

A primeira penitenciária exclusivamente feminina do Brasil, longe de penitenciárias masculinas, foi inaugurada apenas em 9 de novembro de 1942<sup>64</sup>, no antigo Distrito Federal. O presídio estava subordinado ao Estado, que era encarregado na figura da Penitenciária Central do Distrito Federal (PCDF) dos serviços de guarda, transporte, alimentação, roupa de cama, lavanderia, assistência médica, farmacêutica e funerária e sob a administração de freiras – irmãs do Bom Pastor – que estavam incumbidas da educação,

---

<sup>63</sup> Cito o artigo de Amy Chazkel intitulado “Uma perigosa lição: a casa de detenção do Rio de Janeiro na primeira república”, no qual explora o espaço social da Casa de Detenção do Distrito Federal do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da Primeira República. O texto se encontra no segundo volume da História das prisões no Brasil, pp. 7-34.

<sup>64</sup> Neste mesmo ano foi inaugurado o Presídio de Mulheres em São Paulo - capital-, mas esta funcionava junto ao complexo Carandiru, subordinada a administração desse estabelecimento.

disciplina, trabalho, higiene e economia. A essas religiosas foi atribuído o papel de cuidar da moral e dos bons costumes, como já foi explicitado nas páginas anteriores.

Em 1955, com crescente número de mulheres detidas e as dificuldades geradas por isso, as irmãs do Bom Pastor deixaram de administrar a penitenciária das mulheres, passando a ser diretamente administrada pela direção da PCDF.

A historiografia das prisões no Brasil foi marcada por várias nuances. Quer pela (re) adaptação do modelo de sistema prisional europeu à nossa realidade, marcada, no primeiro momento, por uma sociedade escravista; quer pelas incongruências no tratamento da massa carcerária.

Com o passar do tempo, foi indispensável à separação de homens e mulheres, a fim de aplicar-lhes tratamentos distintos. Tal medida baseava-se no entendimento de que o sistema buscava resultados diferentes em ambos os sexos: para os detentos de sexo masculino a educação penitenciária buscava restaurar o sentido de legalidade de trabalho, enquanto que nas “detentas” era prioritário restaurar o sentido de pudor e feminilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos tentado refletir, mesmo de que de forma sucinta, sobre a implantação da pena privativa de liberdade no Brasil. Mais especificamente, a propósito do sistema prisional feminino no Brasil, percebemos que além de seu surgimento tardio, ele se apresenta ainda de forma precária, pois tais prisões, na maioria das vezes, sempre foram pensadas de forma improvisada, não recebendo prioridade dos órgãos públicos responsáveis.

Esse descaso percebido na história das prisões femininas no Brasil, também refletiu negativamente em Alagoas, para ficarmos com um exemplo mais próximo a nossa realidade. Um estudo mais aprofundado sobre o “Sistema Penitenciário Feminino” em nosso estado será objeto de análise para outro momento. Por ora, é preciso apenas destacar que desde a criação do primeiro prédio para abrigar mulheres, por causa de crimes diversos, pudemos verificar que o sistema penitenciário feminino tem passado por diversas mudanças e reformas estruturais, quase sempre de forma improvisada (SEVERO, 2012, p. 46).

## Fontes e Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam: universo imaginário do crime feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001 (Coleção Núcleo de Antropologia da Política, 2001).

BRAUNSTEIN, Hélio Roberto. **Mulher Encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência**. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo em 2007.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. (Tradução de Raquel Ramalhete). Petrópolis: Vozes, 1987.

MAIA, Clarissa Nunes et al. **História das prisões no Brasil**. Volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

\_\_\_\_\_. **História das prisões no Brasil**. Volume 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SEVERO, Marta Ferreira da Silva. **Trajetória do Estabelecimento Prisional Santa Luzia:** uma história marcada por improvisações. Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, em 2012, 49 fls.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras:** vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond. 2002.

## TIPOLOGIA CRIMINAL E A VITIMIZAÇÃO DO GÊNERO EM MACEIÓ (2006-2009)

*Renata Martins Macêdo*

### **Introdução**

O número alarmante de crimes cometidos contra as mulheres no Estado de Alagoas é por demasiado amplo e assustador se comparados aos crimes de homicídios, roubos, latrocínios entre outros. Tomando como base a cultura local, cujo comportamento da dominação masculina é latente, onde a mulher torna-se subjugada pelo homem, seu marido, e “seu dono” não é uma novidade completa tais fatos.

O patriarcado pode ser compreendido como um modo de pensar que se define assimetricamente, ou seja, a desigualdade e a dominação do homem sobre mulher é inerente ao conceito. Este modo de pensar cristaliza-se na consciência, impossibilitando enxergar outra possibilidade que não à superioridade o poder a dominação e a exploração, uma opressão do homem sobre a mulher. Como argumenta Heleieth Saffioti (2001), “o patriarcado tem a capacidade de penetrar em todas as demais instituições, inclusive no Estado, no corpo e na psique dos indivíduos, sendo até legitimado pelo estatuto científico de determinados conhecimentos”<sup>65</sup>.

Aos poucos essa temática se amplia nos debates acadêmicos o que nos leva a um conhecimento de existência considerável de autores, que vão desde clássicos (E. Durkheim, F. Engels e A. Quetelet), passando por grupos de pesquisadores, como os integrantes da Escola de Chicago que tem no foco de suas pesquisas temas como a violência e a criminalidade, até autores das décadas de 1960/70 (R. Merton, E. Goffman, F. Ferracuti, M. Wolfgang etc.) que desenvolveram teorias sobre criminalidade para explicar o fenômeno, bem como os motivos e/ou características e influências que levariam um indivíduo a tornar-se um agente criminoso.

Utilizando os boletins de Ocorrência obtidos no 4º batalhão de polícia com a finalidade de analisar o fenômeno “violência privada” na região centro-oeste de Maceió, buscando perceber um comportamento desviante repetitivo, um *‘habitus’*, sustentado por uma moralidade local e intrínseca ao meio social identificador e legitimador do processo de vitimização. Assim, os aspectos teórico-metodológicos dos conceitos estão referendados pelas teorias de Merton (1938) e Siegel (2004) da Escola de Chicago, juntamente aos outros argumentos conceituais de ‘patriarcado’ e ‘gênero’, e sua validade para a interpretação da sociedade alagoana.

### **Contribuição da Escola de Chicago, a questão de Gênero e Patriarcado**

Para falarmos sobre a atual situação enfrentada pela mulher maceioense no quesito violência doméstica, precisamos antes de tudo, nos debruçar sobre como surgiu esse seguimento de pesquisa na história, o estudo de crime e violência.

A grande mudança no quesito “estudo sobre violência”, surgiu quando a Escola de Chicago resolveu estudar a criminalidade da região, pois a mesma estava tomando proporções alarmantes, esses esboços preliminares modificou permanentemente esse campo, entre os anos de 1915 e 1940, antes desses sociólogos a abordagem tinha uma roupagem de jornalismo investigativo.

---

<sup>65</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B., “Gênero, patriarcado, violência”. Perseus Abramo. p.[?].



Esse novo mecanismo de análise se caracteriza principalmente pelas suas pesquisas empíricas, a contribuição mais significativa desses sociólogos foi o desenvolvimento de uma nova metodologia de inquirição onde se fazia uso de documentos pessoais, (no caso do artigo em questão, a utilização de BO's, da Polícia Militar), um trabalho de campo sistemático, ou seja, uma exploração de diversas fontes documentais, método esse mais conhecido como análise quantitativa.

A partir do olhar empírico o estudo urbano foi mais fundo, buscando estudar o comportamento humano do criminoso, como ele age, comporta e relaciona, entendendo-o e a partir dele interpretar o ambiente que o cerca. Chegando à conclusão de que o ambiente interferiria no comportamento do indivíduo,

*Uma vida familiar inadequada, a pobreza, um ambiente deteriorado, uma religião ineficaz, uma educação falha e lazeres inexistentes formam, em seu conjunto, a matriz do desenvolvimento das gangues*<sup>66</sup>.

Levando-nos a crer que esses são os fatores da criminalidade, criando uma forte afirmação, a violência é uma estrutura de poder legitimada pela sociedade.

E quando nós pensamos nesse contexto de legitimação, logo nos vem o pensamento da inferiorização feminina acrescida de um processo histórico podendo ser notada desde os primórdios humanos a final bíblicamente quem veio primeiro foi o homem, o primeiro a ser criado, a mulher foi feita apenas de uma pequena parte do seu corpo, foi criada dele e para ele tende a ser submissa. Assim que nascemos e, com base em diferenças claras sobre as nossas anatomias somos identificados por um determinado sexo, uma nomenclatura, fato que nos designam a ser homem ou mulher e as construções culturais oriundas dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram e vêm se acirrando ao longo da história humana, produzindo significados e testemunhando práticas de diferentes matizes.

*Gênero é um conceito das Ciências Sociais que surge enquanto referencial teórico para análise e compreensão da desigualdade entre o que é atribuído à mulher e ao homem. Assim sendo, os papéis de gênero nos são ensinados como próprios da condição de ser homem ou mulher, configurando-se enquanto uma imagem idealizada do masculino e do feminino, de modo que não percebemos sua produção e reprodução social*<sup>67</sup>.

Um fato da reprodução social, ocorre no momento da descoberta do sexo de um embrião, na cor escolhida para o enxoval da criança, brinquedos e valores que são repassados tendo em vista que meninas devem utilizar na suas brincadeiras as bonecas, panelinhas de plásticos e todo um conjunto de costumes que envolvem o aprendizado de como ser uma boa mãe, a cuidar dos filhos e da casa, a cuidar das necessidades do marido, enquanto para os meninos é ensinada a vontade pelo poder o homem pode tudo ele é o provedor e o ditador, ele é forte, não pode ajudar nos afazeres domésticos, à ele é privado o direito de chorar, pois é um comportamento feminino, quanto mais forte e inabalável ele for melhor será a sua demonstração de virilidade e a ele será atribuído respeito social.

Historicamente as mulheres são vistas como ligadas ao mundo da casa, ao doméstico e ao cuidado dos filhos, sua capacidade está sempre relacionada à reprodução da espécie

<sup>66</sup> COULON, Alain. "A escola de Chicago". *Papirus Editora*. p.66.

<sup>67</sup> Gomes NP. Violência conjugal: análise a partir da construção da identidade masculina [tese]. Salvador: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia; 2002.

humana delimitando dessa forma o espaço da mulher na vida em sociedade; seu papel social de “cuidadosa” lhe concede uma posição hierárquica inferior em relação aos homens publicamente ativos e provedores, o que está internamente ligado às questões do patriarcalismo, a dominação masculina, debatido por Bourdieu, o processo de diferenciação entre homens e mulheres se deslocou, atuando bem mais na apreciação do valor da atividade masculina e feminina, a forma de organização social androcêntrica permanece. “As mulheres são tratadas como objetos ou como símbolos cujo sentido lhes está alheio e cuja função é manter o “capital simbólico”, especialmente a “honra” que está no poder dos homens”<sup>68</sup>.

Para o autor a mudança social, que cause igualdade nas relações de gênero, deve partir das instituições que produzem e reproduzem o imaginário androcêntrico, ou seja, família, escola, Igreja e Estado. Este imaginário constantemente é reforçado, estabelecendo assim na mente de homens e mulheres disposições permanentes para perceber a dominação masculina como algo “naturalmente” justificável.

Tal situação de violência tende a cair na banalidade, segundo indagações da autora Saffioti, na Roma antiga era normal o patriarca deter o poder sobre a vida e a morte de sua esposa e filhos, no entanto se formos observar nos dias atuais aparentemente esse tal controle já não existe mais, toda via é normal os casos onde os homens continuam a espancar e a matar as suas companheiras e muitas vezes com um aperfeiçoamento na crueldade no ato, “esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando paraplégicas etc.”<sup>69</sup>, tendo como justificativa a restauração da sua honra sugerindo uma possível traição ou se justificando através da ingestão de bebidas alcoólicas. Os maus tratos sofridos pelas mulheres geram perdas significativas em sua saúde física e mental, bem como nas relações sociais, que deixam de funcionar, pois as mesmas tendem a sentir-se envergonhadas e humilhadas, buscado esconder de parentes e amigos acreditando que a situação foi algo esporádico e que não vai mais acontecer.

### **A mulher e a Violência em Maceió**

Para entendermos como se dá a situação da mulher V.S. violência no Estado de Alagoas, precisamos fazer uma retrospectiva do *ser* mulher no Brasil. As abordagens iniciais sobre o comportamento familiar brasileiro deve-se à Gilberto Freyre que se debruçava sobre a conduta feminina no cotidiano, sendo de conhecimento geral o modo de vida feminino, as mulheres ricas, brancas, eram tratadas como moeda de troca pelos pais, não possuíam autonomia ao escolher um casamento, dar opinião na sociedade ou mesmo em sua residência, não participava nos negócios familiares a sua educação era restringida aos afazeres domésticos como: bordar, tricotar, costurar, tocar algum instrumento musical, protocolos de etiqueta, práticas culinárias e quando tinham sorte lhes eram ensinado a ler e escrever. Todo um comportamento privativo, que as faziam casar-se muito jovem e dedicar-se exclusivamente aos filhos e ao marido. Já no caso de mulheres pobres, brancas, casavam-se tão cedo quanto as ricas seu mundo basicamente se resumia ao bem estar da sua família e dependendo de seus companheiros elas trabalhavam geralmente em confecção de vestidos, costura, lavagem de roupa para fora ou no ramo culinário e dificilmente eram alfabetizadas.

No decorrer temporal muita coisa tendeu à mudança em relação ao cotidiano feminino, um processo mutável normal e no Brasil teve muitas etapas juntamente alicerçadas pela evolução comportamental global, entretanto essa evolução de direitos femininos parecia não ocorrer entre quatro paredes, crimes e mais crimes eram cometidos diariamente contra

<sup>68</sup> BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Bertrand Brasil. 2002

<sup>69</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B., “Gênero, patriarcado, violência”. Perseus Abramo. p.46.

a mulher, ninguém se envolvia até porque segundo um ditado popular ‘*em briga de marido e mulher ninguém mete a colher*’ e ela era obrigada a conviver com essa realidade de agressão e repressão muitas vezes diária, sabendo que não havia nada a ser feito a mesma se conscientizava e conformava-se.

*Mas “ao longo da história, as manifestações feministas e as investigações produzidas na esfera da violência doméstica tiveram papel fundamental na politização do privado, na publicização da violência doméstica contra mulheres e no processo de desmistificação da sacralização da família”<sup>70</sup>.*

Na década de 70 houve no Brasil uma verdadeira mobilização feminista para que houvesse um estudo sobre as mulheres, para que os crimes contra elas fossem observados como um problema público e não um acontecimento doméstico corriqueiro entre as famílias, ou seja,

*Na medida em que transgrediram dicotomias e fronteiras, inserindo, no espaço público, o debate e a denúncia referentes àquela modalidade de crime considerada estanque do espaço político, alheia à responsabilidade do Estado<sup>71</sup>.*

Quando refletimos sobre o assunto *família* percebemos que ocorre através da mesma um forte fator que contribui para a vitimização feminina,

*As relações familiares são permeadas por relações de poder, nas quais as mulheres, como também as crianças, obedecem ao homem, tido como autoridade máxima no núcleo familiar. Assim sendo, o poder do homem é socialmente legitimado, seja no papel de esposo, seja no papel de pai<sup>72</sup>.*

No entanto antes dessas mobilizações esses crimes não existiam ou melhor, tais acontecimentos nem eram considerados crimes pois ao homem era dado o direito de administrar a sua casa, cabia a ele a escolha de punir filhos e esposas e ninguém se importava tudo ocorria no interior das residências e geralmente eram justificados socialmente, a mulher era na verdade uma escrava de seu marido tendo sido antes uma escrava de seu pai, uma situação degradante a qual ela era submetida e obrigada a estar inserida.

Por mais que tenha havido estudos ou uma mobilização por parte das feministas de trabalhar essa temática a mesma ainda é considerada nova no país, por mais direitos que as mulheres tenham conseguido entre as épocas há no entanto um longo caminho a ser percorrido quando o assunto é violência doméstica, e no que se refere a Maceió existe uma sensação de congelamento de tempo pois os dados obtidos durante a pesquisa mostra números alarmantes de espancamento contra a mulher. Um reflexo do alienamento trazido do patriarcalismo pois a mulher é tratada como inferior e merecedora de castigos físicos e psicológicos.

---

<sup>70</sup>CÔRTEZ, Gisele Rocha. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. [Artigo] p.04.

<sup>71</sup> CÔRTEZ, Gisele Rocha. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. [Artigo] p.02.

<sup>72</sup> GOMES, Nardirlene Pereira. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. [Artigo]. 2007 p.506.

A violência doméstica ocorrida em Maceió é o foco de notícias entre os vários meios de comunicação diariamente, o processo de vitimização da mulher como sabemos é longo e histórico e os protestos por ações públicas e a tentativa de pôr fim à mesma também é uma batalha antiga. Depois de tanto se falar e de tanto reivindicar por ações públicas o Congresso Nacional sanciona a lei número 11.340, mais conhecida com Lei Maria da Penha no ano de 2006 essa lei contribui para a defesa feminina punindo o homem agressor, assim sendo, as agressões que eram cometidas contra as mulheres e que antes eram consideradas um fato normal de casal, hoje depois da criação da lei, a agressão passou a ser considerada um crime punível com detenção.

*A lei alterou o Código Penal Brasileiro e possibilitou que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada, estes agressores também não poderão mais ser punidos com penas alternativas, a legislação também aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos, a nova lei ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida<sup>73</sup>.*

Depois da implantação da lei Maria da Penha as mulheres maceioenses se tornaram aos poucos um dos pontos mais importantes quando o quesito é segurança pública e isso se deve aos altos índices de crimes cometidos contra elas, ano após ano os números são crescentes e preocupantes. Hoje a cidade conta com delegacias especializadas nessa modalidade de crime o que faz a mulher ir procurar ajuda e fazer denúncias. No entanto essa posição de Estado mais violento do Brasil para as mulheres está longe de ser extinguido pois deve haver uma melhor assistência à mulher, já que para elas é uma situação muito complicada, teoricamente é só denunciar o indivíduo ele ser detido que o problema será resolvido, no entanto não é assim pois primeiro temos que ter em mente que essa mulher precisa de um atendimento psicológico antes de tudo.

E com base na pesquisa, onde foram analisados os Boletins de Ocorrência de 2006 a 2009 o que pôde ser observado foram números preocupantes de *espancamentos*, subintendendo assim que a vítima corriqueiramente apanha de seu companheiro e as legitimações são as mais conhecidas, o álcool, a honra, a disciplina ou o descontrole momentâneo. Uma ação claramente patriarcal, onde o homem utiliza do poder lhe conferido historicamente e legitimado socialmente para tratar a sua companheira como um objeto, uma propriedade que ao descumprir os seus desejos e vontades merece ser punida.

Por mais que estejamos em pleno século XXI, consagrado pelo ‘desenvolvimento’ em diversas áreas e pelo ‘esclarecimento populacional’, tendo a mulher conquistado tantos direitos ante a sociedade ela ainda é discriminada em vários seguimentos seja ele trabalhista pois a mulher ainda ganha menos que um homem e ambos exercendo a mesma função ou seja no âmbito familiar, ainda apanhando de seu companheiro. O que sabemos é que biologicamente o ser humano é violento isso faz parte dele é uma coisa normal, todavia vivendo orientados por leis tendemos a controlar os nossos instintos mais selvagens e temos consciência do que é permitido e do que é proibido, mas o homem no seio de sua residência tende a esquecer que ele está lidando com um ser humano que assim como ele tem direitos e que sente dor, se sente humilhado, rejeitado ou sente-se como mais um objeto após sofrer espancamentos.

O ser masculino agressor não vê a sua mulher como sua companheira ele a vê como algo sem valor que está ao seu dispor pronta para servi-lo e obedecê-lo.

---

<sup>73</sup> WIKIPÉDIA, Site. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_Maria\\_da\\_Penha](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha) [Trecho retirado de site de pesquisa]. Acesso realizado em 07-10-2013.

Relatos descritos nos BO's revelam o quanto a mulher é um ser descartável para o seus companheiros, elas são agredidas por coisas banais como: queimar algum alimento, levantar a voz para os mesmos, usar uma roupa que não os agrada entre outros, ou seja, Maceió é uma região patriarcal onde a mulher se encontra submissa as vontades masculinas e por mais que os números sejam preocupantes, sabemos que o número é demasiado maior pois ainda é um grande *tabu* a violência doméstica, ela é uma realidade que encontramos na nossa rua, vizinhança, família e muitas vezes até na nossa própria casa, mas os problemas psicológicos são os mais sérios e as vezes os mais graves pois os ferimentos corporais saram mas as marcar que ficam na memória tendem a ser permanentes e foi com o intuito de averiguar a real situação feminina que essa pesquisa foi elaborada e o crime mais corriqueiro surpreendeu, *o espancamento*, o crime que faz parte da realidade das maceioenses e fazia também de mulheres da época colonial.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Suely S., SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
- BRETAS, Marcos. "O Crime na Historiografia Brasileira". In.: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 32. 1991. pp.: 49-61.
- CHAUI, Marilena. **Participando do debate sobre mulheres e violência**. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n.4, 1985.
- CORRÊA, Marisa. **O sexo da dominação**. In: *Novos estudos CEBRAP*, n.54, julho de 1999.
- COULON, Alain. **A escola de Chicago**. Papyrus Editora, 1995.
- GAY, Peter. **O Cultivo do Ódio**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- LOURO, Guarcia L. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, Rosiska D. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

### Artigo:

- CÔRTEZ, Gisele Rocha. *Violência doméstica: centro de referência da mulher "Heleieth Saffioti"*
- GOMES, Nardirlene Pereira. *Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração*. 2007.
- Gomes NP. *Violência conjugal: análise a partir da construção da identidade masculina [tese]*. Salvador: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia; 2002.

### Sites:

- <http://www.fpabramo.org.br/>> Acesso em 23/01/2012
- [http://www.pm.al.gov.br/4\\_bpm/](http://www.pm.al.gov.br/4_bpm/)> Acesso em 23/01/2012.
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_Maria\\_da\\_Penha](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha)> Acesso em 07/10/2013

## EM GUERRA QUE COBRA FUMA, ALAGOANO É CONVOCADO

*Sérgio lima Conceição*

### **Introdução**

Muito se escreveu, e ainda está sendo escrito, sobre o conflito mais letal, do ponto de vista do potencial bélico destrutivo, que foi a Segunda Grande Guerra. É comum assistirmos filmes, documentário, ou outros meios midiáticos sobre este tema. Abre-se, assim, uma possibilidade incalculável de interpretações e definições dos vários fatores que compuseram esta guerra.

No entanto, partindo da rigorosidade da análise científica muito do que se afirma acaba não sendo passível de veracidade. Cabe, dessa forma, ao historiador decifrar essas possíveis verdades, ou estabelecer outras tantas que por ventura venham a ser detectadas, ao longo de seus esforços de leitura e de análise.

Seguindo esta linha de raciocínio, tem-se o caso dos combatentes de guerra. Na sua maioria jovem, advindos das várias regiões do planeta e que pretendiam ganhar a guerra e voltar com vida para suas casas. Essas características poderiam ser identificadas tanto nos países aliados, E.U.A., Inglaterra, França, URSS, quanto nos países que formavam o Eixo, ou seja, Alemanha, Itália e Japão.

Para entendermos melhor a participação desses combatentes é preciso analisar, principalmente os aspectos que serviram de base para sua formação identitária, como o estudo do lugar ou das relações sociais, políticas e econômicas que iriam influenciar na sua concepção de mundo.

Sendo, por isso, que iremos fazer, neste artigo, uma sucinta reflexão sobre a II Guerra Mundial, analisando estas relações dentro de um contexto geral, mas sempre focando a participação dos pracinhas alagoanos, direta ou indiretamente, no Conflito, para, assim, aumentar o já gigantesco volume de publicações sobre este episódio da nossa história, que apesar de extenso, ainda se tem muitas lacunas a serem preenchidas. Espero está contribuindo com este artigo, no que diz respeito à construção de nossa história, que, resumidamente, é tão difícil de ser escrita.

### **Um Outro Olhar na História**

Na tentativa de avançar na pesquisa sobre a participação dos pracinhas alagoanos nesse conflito mundial e de introduzir novos elementos no debate acadêmico sobre o tema, um dado especial ganhou relevância. O registro do General Mascarenhas de Moraes (2005, p. 313), que demonstra a quantidade de combatentes do estado de Alagoas e a porcentagem desse grupo em relação à de outros estados da federação.

Por meio desse registro, verifica-se que apesar do número de combatentes do estado supracitado ter sido pequeno, contudo, analisado proporcionalmente ao número de ex-combatentes dos outros estados, tem-se um contingente relevante que merece uma análise mais detalhada e um estudo mais pormenorizado por parte daqueles que se interessam pelo tema.

Alagoas tinha, no período, uma das menores populações do país. Tendo, por isso, que se levar em conta não só a disparidade do número de convocados dos estados populosos, como era o caso de São Paulo, Estado do Rio ou do Rio Grande do Sul. Mas, a sua superioridade em relação ao Piauí ou ao Amazonas, que eram de certa forma iguais,

proporcionalmente, quanto à questão populacional. Não podendo se esquecer, da relevância do contingente qualitativo em detrimento do quantitativo, que é de certa forma a verdadeira base para qualquer exército em formação e cheio de dificuldades como era o Exército Brasileiro.

De antemão, sabe-se que o governo federal à época, disputava a paixão popular com interesses políticos externos. O Governo Vargas precisava ecoar por todo o país a sua posição de colaborador e partícipe direto da derrota dos países do Eixo, que àquela altura já haviam demonstrado a sua fragilidade em comparação às forças aliadas.

Houve, dessa forma, uma exaltação apenas da colaboração dos estados do sudeste, com o escopo de atrair, dentre outros motivos, a simpatia dos populares daquela região, que representava o maior contingente urbano e eleitoral do país. Os estados das outras regiões não tiveram o mesmo tratamento pelo Governo Federal, principalmente pelo seu baixo desenvolvimento econômico e político, sem deixar de registrar, o seu aspecto social inferiorizado e discriminado pelas elites governamentais.

Uma das grandes inverdades do mundo é o pensamento de que a história representa algo pronto e acabado. Como se algo não fosse passível de uma nova interpretação, ou de uma nova visão, desencadeada por um estudo mais minucioso e preciso a despeito do tema.

A II Grande Guerra, ratificando, pode ser tida como um dos assuntos mais estudados e mais discutidos do mundo. A trajetória dos seus acontecimentos, bem como as ideias de seus protagonistas, desperta um fascínio tão grande nas pessoas que poderia ser comparada ao tamanho de suas consequências devastadoras. Não se esquecendo de que ela foi, até hoje, a maior de todas as guerras, levando-se em consideração o arsenal bélico utilizado pelos beligerantes no conflito à época.

Dessa forma, mesmo com as análises já aprofundadas e produzidas sobre a 2ª Guerra, ainda assim, ela pode ser revista. Pois, é da essência da História a constante reestruturação dos fatos. A máxima de que contra fatos não há argumentos, não pode ser levada ao pé da letra. A prova disso é a questão de você não ter uma única verdade sobre os fatos. Estes poderão ter sido únicos, mas as suas causas e consequências são as mais variadas possíveis.

Sendo assim, este projeto de iniciação ao Mestrado de História sustenta que existiram outras pessoas envolvidas nesse conflito que pouco, ou quase nada, falou-se a respeito. É o caso dos pracinhas alagoanos, gente advinda das classes econômicas mais baixas, de um estado altamente coronelista, que demorou muito para se firmar como parte efetiva da Federação, e que teve sua importância na Guerra diagnosticada tardiamente, quando da convocação de 148 homens advindos de seu território. Há, neste trabalho, assim, mais uma contribuição às análises já elaboradas, e as que virão a ser esculpidas, a despeito desse fenômeno de proporções globais.

## **A Segunda Grande Guerra**

Primeiramente, é de suma importância registrar neste trabalho que o seu escopo maior é tentar, de uma forma bastante compacta, descrever os principais acontecimentos que surgiram no decorrer da 2ª Grande Guerra, dando uma maior ênfase à contribuição das Forças Armadas Brasileiras, junto com os aliados neste conflito e, mais especificamente, a participação de Alagoas no mesmo.

Não é objetivo deste artigo esmiuçar todos os acontecimentos ocorridos à época supra, dado o fato de tal feito ser humanamente impossível, além de não respeitar os mandamentos intrínsecos deste tipo de trabalho expositivo. Sendo assim, faz-se necessário para uma melhor compreensão do tema proposto, um breve comentário a respeito da 2ª

Guerra Mundial, com, talvez, os pontos mais importantes referentes às causas, o seu desenvolvimento e, por fim, o seu enlace final.

Portanto, quando acabou a 1ª Guerra, a Europa estava envolvida em uma enorme crise – destruição material, perdas humanas e mutilações, obscuridade cultural, desemprego e inflação – sendo esta a conjuntura Européia após o dito conflito mundial. Da sociedade insatisfeita irrompiam greves e revoltas, mobilizações que contestavam a ordem liberal. O terreno parecia preparado para a revolução. Mas nele se desenvolveram, em vez disso, movimentos antidemocráticos e pró-ditatoriais, totalitários e semitotalitários. Foi o caso, por exemplo, da Itália, Alemanha, Portugal e Espanha, além do Brasil, com Vargas.

As atitudes da Espanha e de Portugal serão basicamente tomadas de acordo com as propostas nazi-fascistas da Alemanha e da Itália. A Espanha como o general Franco e Portugal com Salazar. Fica apenas registrado, neste projeto inicial, o argumento de René Rémond (1982, p. 102), ao afirmar que:

*a tragédia espanhola foi um episódio capital da história política intelectual da Europa antes da Segunda Guerra Mundial. A Espanha é o terreno em que os blocos realizam grandes manobras. A Alemanha experienta seu material, exercita seus especialistas, e a Guerra da Espanha é um ensaio da Segunda Guerra Mundial.*

Assim sendo, após 1918, a Itália se encontrava em uma situação crítica. O orgulho nacional sofrera humilhações nos campos de batalha; as pretensões expansionistas almejadas antes do conflito mundial não haviam se consolidado; o país estava mergulhado na retração econômica, com muitos milhares de desempregados e agitações sociais.

A perspectiva da estagnação econômica e o crescimento das forças operárias de esquerda fizeram com que o Partido Socialista crescesse muito em 1920. Foi principalmente o medo da revolução que levou os grandes representantes da Capital a descartar os partidos conservadores tradicionais e a apoiar política e financeiramente os grupos de extrema-direita.

Fundado em 1921, o Partido Nacional Fascista assumiu a missão de defensor da ordem, chefiado por Benito Mussolini.

Em 1922, os fascistas chegaram ao poder, apoiados pelos setores da pequena-burguesia temerosos do avanço da esquerda. No mesmo ano, os militares fascistas, chamados de “Camisas Negras”, realizaram uma passeata exigindo equilíbrio social que ficou conhecida como “Marcha Sobre Roma”. Pressionado pelos grupos que apoiavam o movimento, o rei Vitor Emanuel demitiu o primeiro-ministro e convidou Mussolini para organizar um novo governo.

As eleições de abril de 1924 deram maioria no Parlamento aos fascistas. A oposição, atordoada e dividida, extinguiu-se após violenta repressão do novo governo. Muitos deputados foram presos, exilados ou mortos.

Foi neste contexto que Mussolini instaurou um governo totalitário na Itália, onde o parlamento tinha se tornado um órgão sem poder; a imprensa, controlada de perto, transformou-se em porta-voz do governo; o trabalho foi disciplinado pelo conjunto de Leis da Carta del Lavoro, que influenciou a CLT brasileira, passando a sociedade a ser organizada em corporações de empregados e patrões, dando vida a um Estado corporativista. Além disso, a economia, colocada sob a direção do Estado, deu ênfase à indústria pesada e principalmente ao setor bélico.

No caso da Alemanha, no período entre-guerras, houve uma crise praticamente semelhante à da Itália, com a agravante de que os alemães derrotados no conflito, pagavam indenizações às potências vencedoras. A economia alemã se encontrava totalmente desestruturada. A sociedade dava sinais de desespero diante do crescimento das



lutas de classes e das altas taxas de desemprego. Além disso, o orgulho nacional estava ferido tanto pela derrota militar como pelas cláusulas do Tratado de Versalhes que, de acordo com Ricardo Maranhão (1989, p. 66):

*estabelecia condições servilmente pesadas para a Alemanha, tais como altas taxas de reparação de guerra, perda de parte de seu território que ficara dividido com a criação da Polônia, seu exército reduzido a um efetivo simbólico, desmilitarização da região da Remânia, devolução dos territórios carboníferos da Alsácia-Lorena à França etc.*

Essa situação gerou duas propostas antagônicas, que se diziam capazes de solucionar a crise alemã. De um lado encontrava-se a esquerda, representada pelo Partido Social-Democrata e pelo Partido Comunista Alemão; de outro, a extrema direita representada principalmente pelo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, ou, Partido Nazista.

Tal como havia acontecido na Itália, o grande capital e a pequena burguesia, temerosos do avanço da esquerda, optaram pelo apoio aos nazistas liderados por Adolf Hitler.

No final da década de 1920, a recuperação da economia alemã foi violentamente interrompida pela “crise de 29”; no ano seguinte, as eleições para o Parlamento realizaram-se num clima de instabilidade econômica e social. O Partido Nazista ocupou uma grande parte do parlamento alemão.

Foi por causa desse avanço nazista no parlamento que o presidente Hindenburg atendeu às pressões das elites e dos setores médios, indicando Hitler para Primeiro-Ministro em 1933. Sendo esse, o primeiro passo para a instauração de um governo ditatorial.

Após Adolf Hitler assumir o poder, o prédio do Parlamento foi incendiado, e a culpa atribuída aos comunistas. A partir desse episódio, o nazismo adotou uma série de medidas responsáveis pela consolidação de um sistema totalitário. Dentre outras, houve o controle da imprensa, tornando-a porta-voz do governo; a prisão de indivíduos contrários à ideologia nacional-socialista, além das deportações e das execuções dessas pessoas; incentivos à indústria bélica e a corporação da indústria pesada como um todo, sem se esquecer da organização da sociedade pelo Estado.

Entre 1933 e 1939, o Estado alemão adotou uma política expansionista, militarista, racista e nacionalista exacerbada. Essas diretrizes acabaram arrastando os alemães à nova guerra mundial.

Já no caso do Brasil, no início do conflito procurou ficar neutro, mantendo uma posição de equilíbrio entre as grandes potências, segundo a política externa de Getúlio Vargas.

No entanto, com o ataque japonês a Pearl Harbor no final de 1941 e as pressões que vinha sofrendo por parte dos Aliados para que se definisse a seu favor, o governo brasileiro rompeu relações com o Eixo no começo de 1942. Em agosto desse ano, em vista do torpedeamento de cinco navios brasileiros por submarinos alemães o governo brasileiro decidiu declarar-se em Estado de Beligerância contra a Alemanha e a Itália.

Formou-se então, no dia 23 de novembro de 1943, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), com cerca de 25.334 homens, sob o comando do General João Baptista Mascarenhas de Moraes, que se incorporou ao V Exército americano na Itália. Apesar dessa participação ter sido avaliada como modesta, não é possível deixar de registrar as grandes dificuldades que nossos bravos soldados enfrentaram no decurso da guerra. Principalmente, quanto à ocupação das áreas de Monte Castelo e Montese, onde a FEB pôde contar com o apoio da FAB (Força Aérea Brasileira).

Não podendo se esquecer, também, da militância costeira dos bravos pescadores e demais civis que aqui se encontravam, tudo ministrado pela Marinha Brasileira.

De acordo com o texto de Leonel Itaussu Melo e Luís César e Costa (1998, p. 350-359), os números funestos da guerra mostram que:

*A Segunda Guerra Mundial, teve um saldo de 45 milhões de mortos, 35 milhões de feridos e 3 milhões de desaparecidos. A URSS teve 20 milhões de mortos; a Polônia, 6 milhões; a Alemanha, 5,5 milhões; o Japão, 1,5 milhão; 5 milhões de judeus foram vítimas da solução final, plano nazista de genocídio sistemático da comunidade judaica dos territórios conquistados.*

Dado o fato desse trabalho não ter por escopo relatar as várias manobras militares dos aliados contra o Eixo, utilizados no decorrer do conflito, pode-se dessa forma, subentender que o interessante para o desenvolvimento e entendimento do tema proposto seria a exposição de dados mais específicos sobre Alagoas.

Dessa forma, portanto, fica patente a vitória dos aliados frente aos países eixistas, configurando um novo panorama internacional. Aonde, as velhas grandes potências irão dar lugar a dois grandes países, os Estados Unidos da América e a URSS. Inicia-se, assim, um novo período da história denominado de Guerra Fria.

## **Alagoanos no Conflito Global**

### *a) Defesa Litorânea pelos Litorâneos*

Em uma de suas obras, “Memórias de Um Soldado”, Nelson Werneck Sodré (1967, p. 142), relata maestralmente o ânimo dos praieiros à época da 2ª Grande Guerra:

*... havia entusiasmo, uma vontade doida de vingar o atentado, o desejo de destruir submarinos: A prontidão foi cumprida com seriedade... Havia ânimo de combate por parte da população litorânea, vontade de encontrar objetivo que a desafogasse.*

Acompanhando esta atmosfera, já com a Guerra declarada, a animosidade cresceu por conta de medidas de segurança e mobilização. Blecaute total, fechamento das portas e janelas e toque de recolher que transtornavam a vida dos alagoanos.

Os meios de comunicação, principalmente os jornais, incentivavam os pescadores a se engajarem na luta contra os eixistas. Foi o caso, por exemplo, do jornal baiano “O Diário da Bahia”, de julho de 1942, que publicou um artigo intitulado “Apostam contra a morte o pão de cada dia”, ressaltando o trabalho penoso dos pescadores e sua aptidão para viver perigosamente. Segundo o jornal, “com todos esses perigos não abandonaram o mar... Seguem os impulsos de sua natureza... não vacilam diante de nada”.

Começava ali, uma vigorosa política de inclusão e alinhamento das populações litorâneas. Ao ressaltar a coragem e o patriotismo, esse tipo de discurso deu uma nova função ao pescador: a defesa do litoral. E assim ocorreu também em Alagoas, ou melhor, em toda a costa brasileira.

É preciso salientar que nem todos os pescadores eram aptos para o trabalho de guerra. Sendo que, por decisão do governo, os pescadores de todo o país tinham que participar de reuniões periódicas com oficiais da Marinha.

O trabalho da Marinha Brasileira, quanto à inserção das populações litorâneas, lacustres e fluviais nas atividades de defesa nacional, no período da 2ª Guerra, foi descrito pelo Coronel. José Maya Pedrosa (2004, p. 36), no seu livro “A Marinha para os Alagoanos”, onde assim se relata:

*Envolvidas nossas populações litorâneas em tão graves episódios de guerra, coisa de que muitas pessoas infelizmente não têm consciência, estava a Marinha na obrigação de operar contando com a ampla e entusiástica colaboração dos pescadores e de suas famílias: marinheiros da pequena cabotagem costeira ou simples habitantes do litoral, na tarefa de vigiar e informar sobre os movimentos de embarcações estranhas e de pessoas desconhecidas na região.*

Dado esses fatos, era preciso então, condicionar os moradores costeiros a atual realidade. Houve vários exercícios de segurança por parte dessa população, contra os possíveis ataques navais de submarinos ou navios inimigos.

Concatenando a tudo isso que foi exposto até agora, existe, também, um ponto de extrema magnitude quanto à adesão necessária dos litorâneos na segurança da costa brasileira, que diz respeito à precariedade do nosso patrulhamento, litorâneo, ou seja, pelo fato dos efetivos do Exército, àquela época serem modestos para a vigilância e defesa de toda esta costa, que compreende: a Enseada de Jaraguá, Barra Grande, Porto de Pedras, Cupê, Barra de Santo de Antonio, Porto do Francês, Barra de São Miguel, Jequiá e Barra do Rio São Francisco.

Não foram esquecidos na tradição oral, desta costa, os encontros fortuitos de barcaças com submarinos alemães ao largo de Alagoas, ficando na memória daquela gente do mar a obrigação dos mestres se apresentarem na Capitania dos Portos, antes e depois das viagens, para receberem instruções ou narrarem observações ao longo da costa.

#### *b) Alagoas e a FAB*

No livro “A História do 1º Grupo de Caça”, do Major John W. Buyers, existe uma considerável documentação a respeito da 1ª DIE, além de inúmeros relatos pessoais de vários ex-pilotos que lutaram na 2ª Guerra. O livro é muito interessante e escrito com muita paixão por alguém que realmente esteve envolvido diretamente no conflito, como foi o caso do Major Buyers, que em entrevista dada a mim, na sua residência em Utinga, disse-me que “se sentia feliz por ter agido com urbanidade e solidariedade para com os seus companheiros mesmo ao término da guerra”, e que uma das provas disso era o fato de “ter se lembrado deles na sua obra”.

Infelizmente, só foi possível relatar apenas poucos alagoanos, pois a documentação referente à participação de Alagoas junto a FAB foi bastante difícil, sendo possível apenas constatar esse número de combatentes, não se podendo dizer com isso que só houve três alagoanos na composição da FAB. Tal afirmação não seria verdadeira, dado o fato de possivelmente existirem outras documentações que comprovem um número maior de alagoanos.

#### *c) A FEB Alagoana: os pracinhas de Alagoas*

Por derradeiro, mas não menos importante, teve-se a contribuição de Alagoas, em praças, para a organização da FEB. De acordo com registro do General Mascarenhas de

Moraes (2005, p.313), demonstra que Alagoas forneceu à FEB 148 combatentes, dos mais de 23.000 que foram para a Guerra em solo Europeu<sup>74</sup>.

É de se observar, todavia, de acordo com o esboço acima, que apesar do número de combatentes alagoanos ser pequeno em comparação aos demais Estados, Alagoas tinha no período uma das menores populações do país. Tendo, por isso, que se levar em conta não só a disparidade do número de convocados dos Estados populosos, como era o caso de São Paulo, Estado do Rio ou do Rio Grande do Sul. Mas, a sua superioridade em relação ao Piauí ou ao Amazonas, que eram, de certa forma, iguais proporcionalmente, quanto à questão populacional.

Sem se esquecer, da relevância do contingente qualitativo em detrimento do quantitativo, que é de certa forma a verdadeira base para qualquer exército em formação e cheio de dificuldades como era o nosso.

Os 148 alagoanos que participaram ativamente do conflito em solo europeu, mais precisamente na Itália, advieram, como a maioria dos outros praças, do interior. Esse fato demonstra a diferença do nosso exército em comparação aos demais, pois, era composto essencialmente por uma massa rural e negra. Não houve, assim como aos demais combatentes brasileiros, uma preparação militar mais intensificada, mais dinâmica, tanto teórica quanto prática aos febianos alagoanos.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

BRANCO, M. T. Castello. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

BRASIL, Naufrágios ocorridos no litoral do. Disponível em: <<http://www.naufragiosdobrasil.com.br>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

BRASILEIRA, Força Aérea. Disponível em: <<http://www.sentandoapua.com.br>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012.

BUYERS, John W. **A História do 1º Grupo de Caça, 1943-1945**. Maceió: Editora do Autor, 2001.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Dias de Guerra no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1971.

MELO, L. Itaussu. e COSTA, L. César. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Scipione, 1998.

MORAES, J. B. Mascarenhas. **A FEB Pelo Seu Comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

PEDROSA, J. F. Maya. **A Marinha Para os Alagoanos**. Maceió: Nomeriano, 2004.

PEDROSA, J. F. Maya. **O Enigma dos Submarinos**. Maceió: Catavento, 2001.

REMOND, René. **O Século XX: De 1914 aos Nossos Dias**. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de Um Soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

APOSTAM contra a morte o pão de cada dia. O Diário da Bahia, Salvador, jul. 1942. Capa, p. 01.

---

<sup>74</sup> Amazonas: 91 combatentes; Pará 281 combantes; Maranhão: 134 combatentes; Piauí : 87 combatentes; Ceará: 377; Rio Grande do Norte: 341; Paraíba do Norte: 349; Pernambuco: 651; Alagoas: 148; Sergipe: 192; Bahia: 686; Espírito Santo: 345; Estado do Rio: 1.942; Distrito Federal: 6.094; São Paulo: 3.889; Paraná: 1.542; Rio Santa Catarina: 956; Rio Grande do Sul: 1.880; Minas Gerais: 2.947; Goiás: 111; Mato Grosso: 679.

**SIMPÓSIO 2 -  
História e  
Religiosidades**

## AS REPRESENTAÇÕES DO EXU NA UMBANDA: CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS E SIMILITUDES DO DIABO CRISTÃO

Adriano Oliveira Trajano Gomes

### Considerações Iniciais

Para Bairrão (2004; 2002) a Umbanda reflete processos históricos que guardam memórias sociais profundas, isto, obviamente, está latente no aglomerado dos terreiros. Segundo Bairrão (2004), – A Umbanda reflete tipos e experiências sociais, estabelecendo padrões para o tratamento de traumas coletivos e incluindo na geografia social e imaginal brasileira dimensões do humano maltratadas|| Bastide (2001, p. 59), já constava isso no Candomblé da Bahia do século XIX. Partindo de Prandi, (2005, p. 90; 135), compreende-se que atualmente o Candomblé, Umbanda e Quimbanda, tocam giras ‘para Exus e Pombagiras num mercado de bens mágicos e profunda metamorfose religiosa. Segundo Prandi (1997), as religiões afro brasileiras formaram-se em diferentes regiões do Brasil recebendo diferentes nomenclaturas, no estado de Alagoas, por exemplo, recebeu a designação de Xangô ou Xangôs alagoanos<sup>75</sup>. Essas modalidades religiosas possuem diferentes ritos e nomes derivados das tradições africanas principalmente das últimas levas de africanos trazidos para o Brasil nas últimas décadas do século XIX fixando, sobretudo, nas áreas urbanizadas do país. Conforme Prandi (1997), há registro na África de cerca de 400 Orixás cultuados, mas no Brasil apenas duas dezenas deles sobreviveram por aqui. Verger ao definir Exu apresenta-o como sendo

*De caráter irascível, ele gosta de suscitar dissensões e disputas, de provocar acidentes e calamidades públicas e privadas. É astucioso, grosseiro, vaidoso, indecente, a tal ponto que os primeiros missionários, assustados com essas características, compararam-no ao diabo, dele fazendo o símbolo de tudo o que é maldade, perversidade, abjeção, ódio, em oposição à bondade, à pureza, à elevação e ao amor de Deus. Entretanto, exu possui o seu lado bom e, se ele é tratado com consideração, reage favoravelmente, mostrando-se servicial e prestativo. Se, pelo contrário, as pessoas se esquecerem de lhe oferecerem sacrifícios e oferendas, podem esperar todas as catástrofes Exu revela-se, talvez, dessa maneira o mais humano dos orixás, nem completamente mau, nem completamente bom. Ele tem as qualidades dos seus defeitos, pois é dinâmico e jovial, constituindo-se, assim, um orixá protetor, havendo mesmo pessoas na África que usam orgulhosamente nomes como ÈSùbýì (concebido por Exu), ou (Exu merece ser adorado) (...). Exu é o guardião dos templos, das casas, das cidades e das pessoas. É também ele que serve de intermediário entre os homens e os deuses. Por essa razão é que nada se faz sem ele e sem que oferendas lhe sejam feitas, antes e qualquer outro orixá, para neutralizar suas tendências a provocar mal-entendidos entre os seres humanos e em suas relações com os deuses e,*

---

<sup>75</sup> C.f. GOMES, Adriano O. Trajano. **As relações entre filhos/as de santo e espíritos no cosmo religioso umbandista:** Uma abordagem a partir do contexto de Viçosa/AL. 205 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT – Lisboa/Portugal para a obtenção do grau de Mestre. O autor desenvolveu sua pesquisa de campo etnográfica durante dezesseis meses em oito terreiros de Umbanda inseridos no município de Viçosa, zona da mata alagoana.

*até mesmo, dos deuses entre si (VERGER, 2002, p. 76-77. Os grifos são do autor da pesquisa).*

## **Panorama histórico de Exu**

Em Verger (2000; 2002), percebe-se o caráter duvidoso de Exu e suas ambivalências, bem como um ser mediador entre os deuses e os humanos e sua importância nesse processo relacional não só com os humanos, mas com os deuses e dos deuses. Verger infere-se que talvez, Exu revela-se o lado mais humano dos Orixás significando talvez, aquele que possui o relacionamento mais íntimo com os mortais e com os deuses, uma vez que ele é intermediário. Esse lado duvidoso de Exu, ou seja, todas essas consequências trágicas descritas nessas lendas, não teriam acontecido se tivessem feito a Exu todas as oferendas e sacrifícios usuais que costumam ser feitos ao Orixá mensageiro, intermediário entre os deuses e os humanos, alude Verger (2002, p. 77-78).

De acordo com a tradição da religião dos Orixás, nenhum Orixá é nem inteiramente bom, nem inteiramente mau (VERGER, 2000; 2002). Dentre os Orixás, destacam-se a partir desse ponto, as características do Orixá Exu ou divindade *trickster*, até adentrar-se no contexto histórico das similitudes com diabo cristão. Queiroz escreve:

*O termo trickster, adotado originalmente para nomear um restrito número de 'heróis trapaceiros' presentes no repertório mítico de grupos indígenas norte-americanos, designa hoje, na literatura antropológica, uma pluralidade de personagens semelhantes, de que se tem notícia em diferentes culturas. Trata-se, a rigor, de tipos ímpares, cada qual com feições próprias, animados por narrativas que os conduzem através de sinuosos caminhos (...). Em geral, o trickster é o herói embusteiro, ardiloso, cômico, pregador de peças, protagonista de façanhas que se situam, dependendo da narrativa, num passado mítico ou no tempo presente. A trajetória deste personagem é pautada pela sucessão de boas e más ações, ora atuando em benefício dos homens, ora prejudicando-os, despertando-lhes, por consequência, sentimentos de admiração e respeito, por um lado, e de indignação e temor, por outro (QUEIROZ, 1991, p. 93).*

No cotidiano dessas religiões um dos Orixás cultuados é o Exu. Conforme Prandi (1997), Exu é:

*Deus mensageiro, divindade trickster, o trapaceiro. Em qualquer cerimônia é sempre o primeiro a ser homenageado, para se evitar que se enraiveça e atrapalhe o ritual. Guardião das encruzilhadas e das portas da rua. Sincretizado com o Diabo católico. Seus símbolos são um porrete fálico e tridentes de ferro. Os seguidores acreditam que as pessoas consagradas a Exu são inteligentes, sexy, rápidas, carnavais, licenciosas, quentes, eróticas e sujas. Filhos de Exu gostam de comer e beber em demasia. Não se deve confiar nunca num filho ou numa filha de Exu. Eles são os melhores, mas eles decidem quando o querem ser. Não são dados ao casamento, gostam de andar sozinhos pelas ruas, bebendo e observando os outros para apanhá-los desprevenidos. Deve-se pagar a Exu com dinheiro, comida, atenção sempre que se precise de um favor dele. Como o pai, filhos de Exu nunca fazem nada sem pagar. A saudação a Exu é Laroyê! (PRANDI, 1997, p. 13).*

Para Ortiz (1991, p. 127), foi a característica *trickster*, conforme abordado acima, que os primeiros pesquisadores identificaram o deus Exu com o demônio católico. Segundo ele, a acentuação do caráter maléfico não se estendeu somente a Legba (deus iorubá – dos cultos do Ifa - África), mas também ao deus Omulu<sup>76</sup>, que segundo a tradição africana, envia suas pestes para castigar o mundo dos humanos punindo-os com sua cólera divina. Foi esta dimensão nefasta de Omulu que fez os pesquisadores cristãos da cultura daomeana, munidos dos conceitos dogmáticos do catolicismo romano, identificarem tanto o culto a Exu quanto a Omulu como sendo exclusivamente do mal, do inferno católico (ORTIZ, 1991, p. 127-128). Já no século XVIII, os primeiros registros cristãos acerca do Exu ou vodum Legba ou Elegbara dos iorubás, destacavam a imagem do deus fálico greco-romano Príapo<sup>77</sup>, cuja imagem foi registrada como um ser fálico, de falo enorme. Assim, mediante o exposto, Exu nunca mais se livraria desses rótulos impostos pelo Ocidente cristão reforçados nas últimas décadas pelo pós-pentecostalismo<sup>78</sup>.

Isto permite entender que as religiões afro brasileiras, desde suas origens, sempre estiveram dependentes das práticas do catolicismo romano sendo devedoras ideológica e ritualmente da religião de cultura hegemônica no Brasil (PRANDI, 1995/1996, p. 6). Essa dependência cultural-religiosa apontada por Prandi, só reforça as similitudes construídas historicamente acerca dos personagens Exu e diabo cristão. Pode-se assim deduzir que o culto a Exu foi interpretado pelos europeus e por parte dos negros africanos como sendo um culto a divindade do mal por causa das suas características que fugiam dos padrões convencionais de culto.

### **A passagem do deus legba e elegbara ao Brasil: a presença de Exu nas religiões afro brasileiras.**

Segundo Ortiz (1991, p. 129), os traços africanos de Exu se transformam em território brasileiro, principalmente por influências sociais diferentes. Para o autor, apenas no candomblé Exu ainda conserva certos traços africanos, conforme abordado acima. É a partir da Umbanda, aponta o autor, que Exu foi expelido para o domínio das trevas, para o lado esquerdo do universo sagrado - a Quimbanda -, conforme visto. De acordo com Ortiz, o pensamento umbandista se distancia cada vez mais das raízes africanas (1991, p. 136). Ainda segundo ele -A Umbanda aparece desta forma como uma religião nacional que se opõe às religiões de importação: protestantismo, catolicismo e

---

<sup>76</sup> Omulu ou Obaluaiê — Omulu é o deus da varíola, das pragas e doenças. É relacionado com todo o tipo de mal físico e suas curas. Associado aos cemitérios, solos e subsolos. Sincretizado com São Lázaro e São Roque. Seus filhos aparentam um aspecto deprimido. São negativos, pessimistas, inspirando pena. Eles parecem pouco amigos, mas é porque são tímidos e envergonhados. Seja amigo de um deles e você descobrirá que tudo o que eles precisam para ser as melhores pessoas do mundo é de um pouco de atenção e uma pitada de amor. Quando envelhecem, alguns se tornam sábios, outros parecem completos idiotas. É que apenas querem ficar sozinhos. A saudação a Omulu é Atotô! (PRANDI, 1997, p. 14).

<sup>77</sup> Conforme Prandi trata-se do -deus fálico greco-romano, guardião dos jardins e pomares, que no sul da Itália imperial veio a ser identificado com o deus Lar dos romanos, guardião das casas e também das praças, ruas e encruzilhadas, protetor da família e patrono da sexualidade (PRANDI, 2001, p. 49). De notar as referências ao falo e à sexualidade.

<sup>78</sup> Cf.: SIEPIERSKI, Paulo Donizete. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. **Estudos Teológicos**, 1997, vol. 37, Recife: STBNB, p. 47-61. Historiador do protestantismo no Brasil que se refere ao movimento neopentecostal como sendo pós-pentecostal, movimento este que se distancia do chamado protestantismo clássico ou do pentecostalismo tradicional.



Kadecismo (...) diante de uma síntese brasileira, de uma religião endógena<sup>11</sup> (ORTIZ, 1991, p. 17).

Conforme Verger (2002, p. 79-80), a sincretização de Exu com o diabo também se deu tanto no Brasil como em Cuba. Esse suposto sincretismo com o diabo dos cristãos, representando-o como um Diabo Brandindo o tridente de ferro é uma reinvenção à moda brasileira legitimada pela hegemonia cristã e absorvida –inconscientemente<sup>12</sup> pelos adeptos das religiões de tradição africana em território brasileiro principalmente em meados do século XX com a organização da Umbanda, considerada por alguns autores, a exemplo de R. Prandi e R. Ortiz, uma religião tipicamente brasileira – um palco do Brasil cheio de personagens cotidianos. Ressalta-se que o lugar de origem desse Orixá é impreciso, cercado de lendas, mitos e histórias que vão do Daomé aos testemunhos de Babalorixás e Ialorixás da Bahia do século XIX. Ou seja, tudo o que se sabe sobre seu lugar de origem, pelo menos, em princípio, afirma Verger, baseia-se unicamente em diversas lendas e mitos em suas numerosas versões. Uma coisa é certa: sem Exu nada se faz. (VERGER, 2000, p. 122-123). Nos Candomblés da Bahia Verger já registrara os diversos relatos e suas variantes sobre a imagem do Exu difundida nesses terreiros. As diversas histórias ou no dizer de Verger, –historietas<sup>13</sup>, também registradas por outros pesquisadores no mesmo contexto brasileiro, todas elas apresentam uma imagem de Exu: maquiavélica, trapaceira, ambivalente, exigente e extremamente colérica. Assim se propagava a imagem de Exu Brasil afora.

Lendo Prandi (2004, p. 228-231), entende-se que identificar os cultos de Exus e Pombagiras como diabólicos trata-se de uma interpretação errônea, pois, talvez, por ser a Umbanda uma religião que ofereça serviços mágicos, bem como um grupo minoritário, sem ter quem fale por ele, muito menos quem o defenda; corrobore para que ela seja tratada com desdém pelos grupos religiosos hegemônicos, detentores dos canais eletrônicos de comunicação, cujo exemplo é próprio pós-pentecostalismo com seus ataques constantes. Prandi (2004, p. 228), permite compreender que a organização da Umbanda no início do século XX, por influência da cultura ocidental cristã, acabou dividindo seu cosmo religioso em dois campos distintos: o do bem e o do mal. O que resultou na criação de duas linhas que iria permear e dividir opiniões até os dias de hoje: *a linha de esquerda* e *a linha de direita*.

Para Ortiz (1991, p. 134-137), duas dimensões ou significados de Exu podem ser inferidos na Umbanda: a primeira é a de que Exu é o que resta de negro, de afro brasileiro, do tradicional frente à sociedade moderna e a segunda é a de que Exu se associa a morte tornando-a uma categoria à parte. Em suma, Exu passa a representar um conflito de cor para melhor se integrar numa sociedades de classes e uma dimensão das trevas ou dos cemitérios. Conforme Prandi, –A maldição imposta a Exu na África por missionários e viajantes cristãos desde o século XVIII foi sendo completada no Brasil nos séculos XIX e XX<sup>14</sup> (PRANDI, 2001, p. 54). Percebe-se, desse modo, o processo de cristianização da religião africana, pois a imaginação dos demônios presente nas escrituras judaico-cristãs acabou compelindo o pensamento umbandista para junto dos demônios imaginados.

### **A feminização de Exu: o culto a Pombagira e seus desdobramentos**

Acredita-se que as transformações de Exu ao longo da história, bem como os entrecruzamentos entre as tradições africanas e europeias envoltos sob a tradição

ocidental, sobretudo, católica; Exu foi também feito mulher. O culto a Pombagira já estava presente no Candomblé do século XIX em seu entrecruzamento com as tradições africanas e europeias (PRANDI, 1996, p. 139). De acordo com Prandi,

*Por influência kardecista na umbanda, Pombagira é o espírito de uma mulher (e não o orixá) que em vida teria sido uma prostituta ou cortesã, mulher de baixos princípios morais, capaz de dominar os homens por suas proezas sexuais, amante do luxo, do dinheiro, e de toda sorte de prazeres. No Brasil, sobretudo entre as populações pobres urbanas, é comum apelar a Pombagira para a solução de problemas relacionados a fracassos e desejos da vida amorosa e da sexualidade, além de inúmeros outros que envolvem situações de aflição [...] para Dona Pombagira qualquer desejo pode ser atendido: não há limites para a fantasia humana. (PRANDI, 1996, p. 140-141).*

Partindo do pensamento de Prandi, pode auferir que a imagem da Pombagira é dotada de identidade própria, representando as aspirações e frustrações de parte da população que não se enquadra no código de ética e de valores estabelecidos à base da tradição cristã ocidental. Ou seja, Pombagira representa liberdade sexual, de comportamento estereotipado de -mulher da vida<sup>79</sup>. Pombagira está a serviço dos casos de amor, sendo capaz de propiciar às mulheres que procuram sua ajuda soluções para seus casos de amor e desafetos. De acordo com os pontos cantados da Umbanda, a morada da Pombagira é nas encruzilhadas em forma de -T|| e no inferno. Segundo Prandi, as Pombagiras são muitas, existem dezenas delas cada qual com nome próprio, aparência, símbolos e cantigas próprias e podem ser também consideradas espíritos demortos, ou seja, -eguns|| ou -quiumbas<sup>80</sup>|| (PRANDI, 1996, p. 146).

No que diz respeito às imagens da Pombagira, Augras (2000, pp. 32-33) e Montero (1985, pp. 205-230) escrevem que as significações simbólicas e transformações da imagem da Pombagira, estão longe de sistematizações, ainda merecem estudo específico. Para Montero, não se dispõe de dados históricos que permitam, com exatidão, o aparecimento desse fenômeno, mas, apenas aproximações.

Uma dessas aproximações, segundo ela, está no mito da Bombojira, equivalente ao mito iorubá, congo do Exu, deus fálico, mediador em divindade feminina, representação de feminilidade, o que resultou num processo de dissimilação que no primeiro momento recebeu o nome de Bombojira, depois Bombajira e nas primeiras décadas do século XX de Pombagira, ou seja, a imagem feminina de Exu, mito ligado à sexualidade dentro das religiões africanas (AUGRAS, 2000, pp. 30-35). Para Augras, a Pombagira é uma invenção brasileira promovida pela Umbanda -síntese dos aspectos mais escandalosos que pode representar a livre expressão da sexualidade feminina aos olhos de uma sociedade ainda dominada por valores patriarcais

<sup>79</sup> Trata-se de uma expressão tipicamente dos rincões nordestinos o qual as pessoas utilizam para se referir às prostitutas, às mulheres de vários homens, puta, meretriz, rapariga, quenga ou vadia.

<sup>80</sup> Têm um evidente caráter diabólico [...] espíritos de mortos que em vida foram assassinos, ladrões, etc. Ficaram vagando até serem recolhidos por Lúcifer, que os colocou a seu serviço. Aparecem nos terreiros rastejando, bebem pinga jogada no chão; se eretos têm o andar cambaleante e as mãos retorcidas comogarras [...] que podem fazer o mal da mesma forma que os exus [...] espíritos obsessores [...] (NEGRÃO, 1996, p. 83; 85; 88). -[...] os eguns ou espíritos de mortos, representados em categorias como caboclo, preto-velho, exu, pombagira, etc. Até mesmo os orixás da umbanda, pelas diferenças de culto e de formas de transe, foram considerados eguns -disfarçados [...] também chamados de encostos (GONÇALVES DA SILVA, 2005, p. 161).

(AUGRAS, 2000, p. 18).

A imagem da Bombagira ou Pombagira aparece na imaginação mítica desses terreiros, a qual foi produzida em função das experiências religiosas cotidianas dos umbandistas, escreve Negrão (1996, pp. 251-253). Para este autor ao referir-se aos Exus e Pombagiras diz que –São eles que melhor expressam os anseios e as necessidades de sua aflita e carente clientela (NEGRÃO, 1996, p. 252).

### Considerações finais

Bastide (1978, p. 170-174; 178-182), já registrara nos terreiros de Angola e do Congo alguns adeptos associarem a imagem de Exu ao diabo cristão. Alguns Candomblés de origem banto, na África, já fizera a utilização da imagem diabólica de Exu mascarado desde os primórdios e até a primeira metade do século XX. Nos relatos de Bastide percebe-se a centralidade de Exu no quesito magia. Ou seja, como fruto da relação existente entre o mundo dos humanos na resolução de seus problemas, Exu é aquele que preside a magia. Segundo ele,

*Exu presidia a magia na grande revolta dos escravos contra o regime de opressão a que estavam submetidos, tornando-se protetor dos negros (magia branca), ao mesmo tempo em que dirigia cerimônias contra os brancos para enlouquecê-los, matá-los, arruinar as plantações (magia negra) (BASTIDE, 1978, p. 171).*

Portanto, o caráter dúbio de Exu permeou não só o imaginário cristão-ocidental, mas em grande parte, conforme abordado acima, o imaginário afro brasileiro, fenômeno também constatado nos terreiros de Umbanda em todo o Brasil. O sistema cristão de pensar principalmente no século XIX, deu um novo formato à religião africana em território brasileiro em termos do bem e do mal. Ou seja, um novo cenário a partir daí estava aguardando o Exu e suas legiões da esquerda.

### Fontes e Referências Bibliográficas

AUGRAS, Monique. De IYÁ MI A POMBA-GIRA: Transformações e símbolos da Libido. In: Moura, C. E. M. de. (Org). (2000). **Candomblé, religiões do corpo e da alma: Tipos psicológicos nas religiões afro-brasileiras**. Rio de Janeiro: Pallas, 2000, p.17-44.

BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. (2004). Sublimidade do mal e sublimação da crueldade: criança, sagrado e rua. **Psicologia, Reflexão e Crítica. Porto Alegre, vol.17, n. 1**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 12. abril. 2009.

\_\_\_\_\_. (2002). Subterrâneos da submissão: sentidos do mal no imaginário umbandista. **Memorandum: Memória e História em Psicologia, 2, 55-67**. Disponível: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos02/bairrao01.htm>>. Acesso em: 12. set. 2009.

BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia: Rito Nagô**. 3. Ed. São Paulo: Nacional, 1978.

\_\_\_\_\_. **O candomblé da Bahia: rito nagô.** Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiróz. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES DA SILVA, Vagner. Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: Uma análise simbólica. **REVISTA USP, São Paulo, n.67, p. 150-175, setembro/novembro 2005.** Disponível em: [www.usp.br/revistausp/67/11-silva.pdf](http://www.usp.br/revistausp/67/11-silva.pdf). Acesso em 17 de junho de 2013.

GOMES, Adriano O. Trajano. **As relações entre filhos/as de santo e espíritos no cosmo religioso umbandista:** Uma abordagem a partir do contexto de Viçosa/AL. 205 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT – Lisboa/Portugal para a obtenção do grau de Mestre. 2012.

MONTERO, Paula. **Da doença à desordem:** A Magia na Umbanda. Vol. 10. Rio de Janeiro: Graal, 1985. (Coleção Biblioteca de Saúde e sociedade).

NEGRÃO, Lísias Nogueira. **Entre a cruz e a encruzilhada:** formação do campo umbandista em São Paulo. São Paulo: Edusp, 1996.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro:** Umbanda e sociedade brasileira. 2. ed. São Paulo: brasiliense, 1991.

PRANDI, Reginaldo. Pombagira e as faces inconfessas do Brasil. In: **Herdeiras do Axé.** São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 139-164.

\_\_\_\_\_. Deuses africanos no Brasil. In: **Herdeiras do Axé.** São Paulo: Hucitec, 1996, p.1-50.

\_\_\_\_\_. O Brasil com Axé: Candomblé e Umbanda no mercado religioso. **Estudos Avançados 18 (52), 2004. p. 223-238.** Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103). Acesso em 13 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. O Candomblé e o tempo: Concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. **RBCS Vol. 16 nº 47 outubro/2001, p. 43-58.** Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbcso/v16n47/7719.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v16n47/7719.pdf). Acesso em 13 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Segredos guardados:** orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

QUEIROZ, Renato da Silva. **O herói-trapaceiro.** Reflexões sobre a figura do trickster. Tempo Social. Rev. Sociol. USP, São Paulo, n. 3 (1-2): 93-107, 1991. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial>. Acesso em: 17 de jun. 2013.

RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros bahianos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935. (Biblioteca de Divulgação Científica – Vol II).

## **CEB'S UM NOVO SUJEITO POLÍTICO.**

*Alex Benedito Santos Oliveira*

### **Introdução**

O presente trabalho teve como objeto o estudo das ações políticas da Igreja Católica no Brasil durante o período dos anos de 1970 à 1985. Deste modo buscou-se compreender que ações políticas a Igreja desempenhou no contexto do regime militar. Para isto, foram analisados as expressões políticas que a Igreja brasileira realizou. Sendo assim, cuidamos em analisar as organizações que emergiram influenciados por ela, como foram as Ceb's. Esta análise teve como hipótese: compreender o papel político que as Ceb's assumiram na sociedade nordestina como instituição de instância organizadora de organismos políticos frente ao regime militar. E também como elas desempenharam uma forma de articuladora política.

Esta análise teve por objetivo também o levantamento de dados para a pesquisa do Mestrado ainda em curso na Pós- Graduação de História da Universidade Federal de Alagoas. Sua finalidade é a compreensão política das ações das Ceb's na sociedade nordestina. Em especial os motivos que levaram elas a fixarem grupos de ações políticas em movimentos sociais locais de trabalhadores como, por exemplo, os pescadores. Buscou-se estruturar as bases de pesquisa do presente texto a partir da compreensão dos mecanismos que estas organizações usaram para se estabelecerem na sociedade nordestina. Para isto foram utilizados teóricos que cuidaram em analisar as ações políticas proporcionadas pela Igreja Católica. Deste modo, foram colocadas formas categóricas que melhor se encaixaram na abordagem teórica- metodológica eleita.

Por isso cuidamos em trabalhar com o teórico Gramsci que cuidou em abordar as formas de relacionamento que ocorreram dentro da sociedade civil e que também refletiu sobre as formas políticas que a Ação Católica exerceu como influência na sociedade civil e nos grupos subalternos. Com isto cuidamos em estudar como a Igreja, mediante suas categorias políticas, estruturou suas bases na sociedade nordestina. Mais ainda, trabalhou-se em analisar as funções desempenhas pela estrutura política como formadora das ações ideológicas da comunidade. Esta categoria unificada visou compreender como a Igreja exerceu a função de indutora de ações políticas que poderiam moldar-se conforme o interesse político proposto pelo contexto social, possibilitando a compreensão teórica da ação política exercida pelas CEB's no nordeste.

### **CEB's: base política para a igreja regional**

A participação da Igreja Católica no processo de combate ao autoritarismo do período militar brasileiro (1966 – 1985) foi baseada na formação de redes para a articulação popular, com finalidades de instrução social à população. Isto através de, instituições de formações religiosas que faziam parte do extrato religioso e social da estrutura da Igreja, que eram denominadas de CEB's ou Comunidades Eclesiais de

Base. Alcançaram dentro do Brasil a quantidade de cerca 80.000<sup>81</sup>. Elas assumiram um papel importante de militância, uma vez que, apresentavam a função de serem centros de organização popular e porta vozes dos grupos excluídos, atingidos pelo rigor econômico imposto pelo regime militar. Elas exerciam também a função de escolas sociais tendo como objetivo instruir pela educação formal. Educando também a respeito dos direitos sociais do indivíduo tinha no Estado, o papel da defesa dos direitos humanos e as conseqüências que o presente regime social exercia sobre eles. Sendo assim, foi com a experiência das CEB's que passou a ser difundido uma crítica de caráter popular ao capitalismo militar brasileiro.

O período que abrangeu os anos de 1966 a 1980 foi caracterizado para a Igreja, principalmente para o grupo que era influenciado pela linha popular ou progressista, pelo desenvolvimento de uma estrutura religiosa e política que apresentava como objetivo a organização e aglomeração de comunidades oriundas das classes baixas. Mediante a adoção desta medida a Igreja buscava dois pontos importantes dentro de sua estrutura: a primeira consistia na expansão do poder religioso e político da Igreja frente a outras religiões<sup>82</sup> que estavam tirando freqüentadores dela, a segunda consistia em formar uma nova expressão de poder político comunitário, o qual pudesse mobilizar perante a estrutura política vigente, já que a ditadura havia retirado o poder de influência da Igreja sobre boa parte das instituições do Estado. Este organismo de mobilização política era caracterizado pelas CEB's.

As CEB's apresentavam como princípio para as reuniões, que eram realizadas uma vez por semana, a discussão de temas ligados a Bíblia<sup>83</sup> e por meio dela em uma forma direta estabeleciam comparativos entre as condições sócio - econômicas que os apóstolos e Jesus Cristo enfrentaram e que expressões daqueles tempos de opressão ainda existiam frente aos trabalhadores e pobres da atualidade. Este seguimento religioso era permeado pela política. Apresentando-se como elemento religioso de expansão ideológico da **Igreja**, a função de formadora ideológica dos freqüentadores perante o regime político militar existente no Brasil no período.

Quando as CEB's foram desenvolvidas no Brasil determinados teólogos colocam-nas como sem clareza de objetividade nas ações desempenhadas. Chegam a expressar-las como uma estrutura fraca sem planejamento prévio, pondo as CEB's como obras do acaso religioso e político. Elas surgem com o desenvolvimento do Plano Pastoral de Conjunto (PPC) a proposta foi baseada na difusão da religião católica nas comunidades e o desenvolvimento de uma educação de participação do indivíduo popular. A estrutura do PPC apresentava em que campo religioso e social, o plano deveria atingir, com isso expressava a finalidade da luta sócio religiosa dentro do regime político. Caso os objetivos deste projeto não estivessem sendo atingidos, a estrutura da Igreja cuidaria em intervir no direcionamento. Diferente do que expressou Jteher P. Ramalho:

*Se olharmos para as realizações das CEB's, constatamos que a maior parte delas gira em torno de cursos vários, sobretudo de catequese. Observa que o trabalho produtivo está pouco presente e que a maioria das atividades se orientam mais para a auto-reprodução de que para a transformação. ( RAMALHO,1977, p. 87).*

---

<sup>81</sup> Frei Betto. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 2ª edição. São Paulo. Brasiliense, 1981, p. 17.

<sup>82</sup> MARINS. J (Org.). **Pastoral Popular: A Igreja que se renova**. 1ª edição. São Paulo. Paulineas,1985,p. 49.

<sup>83</sup> OLIVEIRA, Raul Motta de. **Manual das Comunidades Eclesiais de Base**, 3ª Edição. Caratinga, Dom Carlotto, 1978, p.13.

Portanto, foi o que ocorreu na atitude tomada pela Igreja em períodos do final de 1979 até 1985 nas CEB's nordestinas, que não apresentavam a centralização característica de outras regionais para aquele período. Demonstraria que a instituição tinha plena noção do impacto e ação e direção exercidas pelas comunidades eclesiais dentro das respectivas localidades. Porém, esta centralização não era efetiva, pois quando foi lançado a idéia de Ceb's, proporcionado pela direção que a Igreja e a CNBB apresentavam a época, havia uma visão sobre a direção que o projeto deveria tomar, mas não havia um controle absoluto sobre o direcionamento tomado. Uma vez que era do conhecimento de toda direção eclesiástica os seguimentos que havia dentro dela. Assim era projetado que a direção tomada por cada comunidade eclesial implementada nas diversas regiões do Brasil, passariam a sofrer da influencia dos Acerbispados ou paróquias locais que elas estavam instaladas.

Essa função de ação, segundo o PPC, consistiria em alcançar os objetivos propostos por conservadores e progressistas. Estes objetivos que consistiram em fortalecer a presença e influência da Igreja de caráter tradicional levando-a para as classes populares e mantendo os valores conservadores. Para desenvolver este fim a CNBB estabelece que cada regional central das CEB's passaria a influenciar a política pedagógica proposta nos arcebispados e que as lideranças seriam eleitas nas reuniões semestrais. Este direcionamento visou conter a influencia conservadora sobre as comunidades eclesiais e direcionar para o campo político os acontecimentos das localidades onde estavam elas. Isto tornou possível pois a direção da Igreja passou a relacionar-se com a comunidade das localidade que estavam contidas.

Portanto, para desenvolver esta relação e dar seguimento ao seu projeto político foi adotado o trabalho pastoral dirigido por leigos. Ou seja, indivíduos que apresentavam uma formação cultural cristã e com capacidade de liderança dentro das comunidades. Abrindo com isto a aplicação das doutrinas da Igreja segundo as interpretações dos monitores. Eles provinham de formação cultural leiga ou universitária. Com uma capacidade de critica e aplicação de métodos teóricos leigos relacionados com a religião como encontra-se nas juventudes católicas. Por meio destes agentes católicos provindos das próprias comunidades onde moravam ou com identificação com elas, portadores de informações religiosas e políticas, as CEB's começaram a expandir-se e tornar-se importantes formadoras de movimentos sociais e religiosos nas localidades onde foram instaladas.

### **As Ceb's: articuladoras políticas da Igreja Católica.**

Segundo Benedito as CEB's no Brasil foram estruturadas durante o Plano Pastoral desenvolvido pela CNBB no ano de 1966 – 1970. Elas teriam a finalidade de construir uma base política social da Igreja dentro da sociedade brasileira<sup>84</sup>. Sua função é estruturada semelhante a um partido político que buscava difundir-se dentro da sociedade civil. Visava um maior poder de influência dentro da comunidade. Cada comunidade apresentava uma centralidade maior ou menor como característica de condução político religiosa da localidade que estava instalada. Por ter retratado de forma ordenada os objetivos que cada componente deveria desempenhar dentro da célula local. Cada célula é responsável por uma linha de condução política, caracterizada pela aplicação de técnicas pedagógicas de militância política de base

---

<sup>84</sup> Plano pastoral Conjunto. 1966/1970. P 17 e 18. A Igreja expressava uma estrutura de Estado com Hierarquias políticas, mas dentro dos documentos dela à utilização de um linguajar próprio da instituição que a faz se ocultar frente a análise das categorias de ação política e hierarquia propostas para a visão leiga.

socialista nas comunidades. Dentro delas ocorria a divisão política entre lideranças, expressas por religiosos e militantes, marcados por leigos católicos. As lideranças eram clérigos, padres, freiras e freis e militantes como indivíduos leigos que recebiam a instrução política da “pedagogia socialista católica”. Estes militantes apresentavam como característica um nível de formação educacional, de caráter mais abrangente do que os demais componentes da comunidade da qual ele fazia parte. Assim, estabeleciam uma relação de influência nas comunidades de forma sutil e expansiva da ideologia católica. Este militante recebia a denominação pela igreja de agente pastoral. Pois compunha uma célula de apoio das CEB’s na região chamada de pastoral.

*Nota-se que há muitas tendências até opostas quanto ao trabalho das CEB’s, e é importante garantir a originalidade dessa promoção da Igreja na base. É necessário que as CEB’s cresçam, desenvolvam-se e criem raízes na base popular e contribuam na organização do povo: CEB’s, são as únicas organizações de Igreja que não sobrem, disse um dos participantes.<sup>85</sup>*

A estruturação e distribuição das comunidades eclesiais no nordeste foram caracterizadas a partir de uma divisão categórica por regionais<sup>86</sup>. Para isto foi visado pela Igreja atender as necessidades específicas de cada localidade em que elas eram instaladas. Especificidades baseadas nas condições de vida e assistência social encontradas em cada região, caso de falta de escolas, de instruções trabalhistas etc. Foi buscada uma estratégia de expansão traçada pela Igreja tendo por finalidade atender as necessidades que a instituição buscava desde o período Vargas aqui no Brasil e no nordeste. Queria, assim, de difundir sua influência, que ela viu ameaçada na expansão dos partidos socialistas. Passou a difundir regionais de apoio e orientação para as pastorais, com vistas a uma melhor aplicação das ações propostas pelos planos regionais direcionados para as paróquias e comunidades

Portanto a Igreja passou a ganhar este espaço proporcionado pelo advento do golpe militar. Parte dos partidos que estavam estruturados dentro da classe trabalhadora passaram para a clandestinidade ou foram totalmente desarticulados, como foi o caso do PCB no nordeste e em todo país. Durante este período, 1966 – 1975, a Igreja enxergou uma situação de expansão para suas bases entre os trabalhadores. É neste momento que ocorreu a expansão das CEB’s no Brasil. Esta estratégia baseou-se na expansão da pedagogia da doutrina católica dentro das comunidades de trabalhadores das mais diversas áreas. Para atender as necessidades de introdução dentro destas categorias sociais a instituição traçou mecanismos que aproximaram - na do povo. Com isto, passou dentro das comunidades a construir sub-organizações de atuação social, baseadas no contato direto com os trabalhadores, semelhantes aos sindicatos leigos. Estes cuidavam em organizar reuniões com os trabalhadores e passarem informações sobre seus direitos.

Estas sub-organizações foram denominadas de pastorais, e estavam hierarquicamente dependentes das instruções propostas pela direção de secretariado

---

<sup>85</sup> Arquidiocese de Maceió, Encontro do Grupo de Apoio ao setor CEB’s. Pasta CEB’s, Armário 2, Gaveta

<sup>86</sup> Esta divisão foi determinada para um melhor deslocamento das ações propostas pelo plano pastoral, visando atingir uma maior abrangência de suas ações dentro do território. Elas que foram divididas em regionais que apresentavam uma maior situação crítica de condição social pela população. Plano Pastoral conjunto p 12/13/14.



geral da regional da CEB's<sup>87</sup>. Elas, dentro do programa das pastorais conjuntas, deveriam abranger todas as categorias de trabalhadores existentes na sociedade nordestina como operários, agricultores, pescadores etc. Expressavam o conhecimento por parte da instituição católica da potencialidade e da maior quantidade destes trabalhadores ali. Com este direcionamento passou a reconhecer o potencial destes indivíduos que por meio do trabalho, mesmo sem instrução educacional efetiva sem o domínio de ler e escrever, puderam desenvolver formas de capacidade de conhecimento do que estava ocorrendo e do que poderia ser melhorado na comunidades que eles viviam.

Além desta finalidade a estruturação feita por meio da distribuição das respectivas regionais das CEB's e das pastorais no nordeste obedeceram a uma estratégia de proteção e melhor deslocamento e contato com as diversas partes que a regional representava<sup>88</sup>. Os anos 1970 são marcados por uma forte perseguição aos grupos que contestavam o regime militar. Nesta década vários padres e militantes foram perseguidos pelo regime acusados de subversão. Isto por atuarem nas comunidades eclesiais e pastorais que instruíam, por meio da religião mesclada com socialismo, a população pobre. Tendo por objetivo a expansão do projeto pastoral e atender as sociedades trabalhistas as centrais das comunidades eclesiais foram colocadas em regiões ou cidades que apresentavam pontos estratégicos para a difusão e fixação do projeto político da Igreja com influência sobre os trabalhadores. Caracteristicamente, elas foram deslocadas dos centros das cidades de grande porte para as regiões periféricas das grandes metrópoles ou para as cidades do interior do nordeste.

As estruturas destas CEB's na Regional Nordeste II e nas sub-sedes nordestinas apresentavam uma hierarquia e organização institucional muito dirigida e equilibrada<sup>89</sup>. Termo que era expresso pelas subdivisões de direção que foram formadas para as comunidades, que a organização influenciava, passassem a ter um direcionamento objetivo nas respectivas formas de lutas sociais. Assim, dentro delas existiam subdivisões institucionais marcadas pelas comissões, que eram formadas por teólogos, animadores, militantes. Eles, no nordeste, formavam as categorias de orientação na formação dos movimentos sociais direcionados pelas pastorais. Caso expresso pela Pastoral da Terra que cuidava em auxiliar a luta dos trabalhadores camponeses contra os latifundiários, a Pastoral Social que cuidava em dar assistência social no campo da saúde e educação dos trabalhadores e a Pastoral da Pesca que buscava conquistas sociais de trabalhadores das regiões litorânea nordestinas. Cada pastoral apresentava uma liderança, denominada de "animador". Ele tinha por finalidade a instrução dos movimentos ligados a pastoral, mas não significava um domínio de direção, já que o movimento, como o da pesca, passava a tomar atitudes diferentes das propostas pelas lideranças pastorais. Demonstraria um papel de influência ideológica sobre o movimento de trabalhadores, mas não um domínio político de objetivos sobre ele.

Os membros desta hierarquia cuidavam em realizar reuniões semanais nas pastorais e apresentavam uma estrutura política com objetivos propostos para o desenvolvimento e expansão do movimento<sup>90</sup>. Havia a presença de propostas teóricas que tinham como finalidade o nível de desenvolvimento e objetivos alcançados com os

---

<sup>87</sup> Arquidiocese de Maceió, Encontro do Grupo de Apoio ao setor CEB's. Pasta CEB's, Armário 2, Gaveta 3.

<sup>88</sup> Arquidiocese de Maceió. Pasta Ceb's p. 4. Encontro do grupo de Apoio ao Setor CEB's, Regional Nordeste II, Relatório nº 2.

<sup>89</sup> Arquidiocese de Maceió, Encontro do Grupo de Apoio ao setor CEB's. Pasta CEB's, Armário 2, Gaveta 3.

<sup>90</sup> Paróquia de Nossa Senhora do Pilar. Livro Tombo de 1979, p. 98.

projetos propostos pela regional<sup>91</sup>. Estes projetos consistiam em formas políticas e pedagógicas que as pastorais deveriam aplicar nas comunidades, dentro da perspectiva de cada localidade. Nas reuniões eram identificadas as possíveis falhas e avanços encontrados na condução das propostas designadas e era decidido pelo representante da central regional o caminho que deveria tomar para as possíveis correções.

Esta organização na direção visou a integração da pastoral nas representações sociais que a comunidade expressava de um forma mais efetiva. Formas de direcionamentos que visava tornar a Igreja parte da comunidade. Assim, conseguiram o estabelecimento de uma ligação política e ideológica com a comunidade. Para articular estes objetivos dentro da comunidade e dar maior efetivação ao trabalho pastoral, as pastorais recebiam financiamentos mediante fundos financeiros da Igreja. Isto era expresso por setores de gestão financeira que cuidavam de dirigir os recursos que as centrais religiosas repassavam para a manutenção das pastorais, tendo por finalidade a manutenção econômica dos agentes pastorais e da organização dos movimentos sociais. Cada célula financiada cuidava em dirigir os valores enviados para serem empregados dentro da estruturação dos movimentos. Os agentes pastorais, que eram os representantes dos movimentos sociais como líderes da CPT, presidentes das associações de pescadores, recebiam valores econômicos para desempenharem suas funções dentro dos movimentos. Portanto, estabeleciam um vínculo de auxílio financeiro<sup>92</sup> entre Igreja e movimentos sociais para a difusão da política social da Igreja.

Esta articulação financeira e de militância dos movimentos pastorais, era desempenhado por indivíduos ligados às próprias comunidades onde o trabalho da Igreja era desempenhado, moradores do local. Estas pessoas eram denominadas de “agentes pastorais”. Ou seriam os militantes políticos em termos partidários. Estes agentes eram pessoas que apresentavam ligação com a Igreja, sendo membros de grupos da juventude católica, irmandade de marianos ou de Maria<sup>93</sup>. Apresentavam componentes com formação intelectual universitária e também com formação básica, e com capacidade de difusão e absorção muito boa de informações políticas sobre o cotidiano da comunidade. Eram filhos ou operários de fábricas locais, pescadores ou professores primários que apresentavam um nível de informação bom sobre o cotidiano político e social do município. Assim, podendo expressar nas reuniões da pastoral as dificuldades a serem superadas no bairro e município e aplicar as ações determinadas pela pastoral para corrigir problemas na localidade.

Tem-se, pois, que a Igreja construía as CEB's por meio do plano pastoral em um momento em que o regime ditatorial passava a determinar a expansão do regime econômico capitalista na sociedade brasileira. E também em um período em que a Igreja perdia poder de influência na esfera estatal, caso da perda da direção de parte do sistema educacional que estava sob sua direção, a expansão do divórcio na sociedade. Por estes fatores a Igreja rebuscou objetivos que foram propostos como forma de expansão de sua influencia política dentro da sociedade civil. Ela passou a direcionar sua força política para o grupo dos trabalhadores, que entre 1964 a 1970, não apresentavam uma representação política que poderia organizá-los, já que os partidos trabalhistas são postos na ilegalidade. Por encontrar este campo em aberto, a Igreja passou a estabelecer um Plano político que estabeleceu as CEB's.

---

<sup>91</sup> Arquivo da Arqu Diocese de Maceió. Pasta CEB's p. 1,2,3. Encontro do grupo de apoio ao setor CEB's. Regional Nordeste II.

<sup>92</sup> Arquidiocese de Maceió, Encontro do Grupo de Apoio ao setor CEB's. Pasta CEB's, Armário 2, Gaveta 3.

<sup>93</sup> Para o caso dos agentes que trabalharam com a Pastoral da Pesca no Município de Pilar - AL.

## **Considerações Finais**

O estudo deste contexto da Igreja passou pela necessária avaliação do papel exercido por este seguimento político ligados a ela, na sociedade brasileira e nordestina, que não cooptavam com o regime militar. Seguimentos estes que na região nordeste, devem ser analisados efetivamente como articuladores de lutas políticas. Com este princípio a análise da organização da instituição tinha a finalidade de demonstrar que outros seguimentos políticos foram capazes de organizarem uma alternativa política contra as ações propostas pelo Regime Militar. Termo, fora do ciclo dos partidos políticos, na legalidade e ilegalidade, e dos grupos paramilitares que existiam. Esta relação que foi estabelecida dentro das comunidades por meio de organismos sociais como é caso das CEB'S. chama a atenção. Pois emergiu da relação com indivíduos de origem popular e com baixa instrução de caráter institucional. Mas com poder de ação política dentro das comunidades que viviam. Mais ainda relacionando-se com grupos que foram classificados como despossuídos, sem profissão e que se encontravam na miserabilidade. Sendo assim expressava uma relação de dialogo com as classes sociais em caráter comunitário. Proporcionalmente possibilitando também entender como as CEB'S passavam a dialogar com todas as esferas populares que formavam a comunidade em que eram instaladas e que benefícios políticos e sociais foram deixados como herança.

Visto que foram realizadas ações de articulações políticas propostas na regional nordeste, proporcionado por uma organização institucional milimetricamente direcionada e organizada. Chegando-nos a constatação de que o Vaticano exerce seu principio de Estado. Poderíamos colocar a posição das CEB's como organismos semelhantes aos partidos políticos que participam do Estado civil. Já que elas apresentam uma estrutura semelhante em organização e direcionamento político de instrução perante os militantes. Mas com uma direção de instrução rígida, sem possibilidade de mudança por contestação das bases ou animadores da organização. Esta formação política abre a visão de que a Igreja planejou e precaveu-se previamente de possíveis modificações que poderiam ocorrer dentro da sociedade brasileira. Elas que seriam acompanhadas passo a passo por seguimentos que possibilitasse a influencia da Igreja. Este estudo nos possibilita entender o papel que Igreja desempenha dentro de nossa sociedade, observamos uma instituição ligada aos valores políticos.

## UMA NOVA IDENTIDADE PARA A DIOCESE DE NATAL: O CASO DO PADRE JOÃO MARIA NA DÉCADA DE 1930

Antonio Ferreira de Melo Junior

### Introdução

Quem vai ao bairro de Cidade Alta, um dos centros comerciais de Natal, e percorre as antigas construções de Natal, dispostas entre padarias, lojas, bancas de camelôs, vai observar monumentos como a Catedral Antiga, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, as Irmandades, as Lojas Maçônicas. Olhando mais atentamente, o observador notará que algo liga todas essas construções: a ‘Praça Padre João Maria’. Se em um dia da semana parar naquela Praça, o observador notará que existe uma estátua do padre João Maria e que muitos fiéis a limpam e ornamentam com flores zelosamente. Esse foi o percurso que deu origem ao presente trabalho. A influência da religião católica é evidente.

O padre João Maria Cavalcanti de Brito (1848-1904) é entendido por alguns católicos de Natal como o “Santo de Natal”, por isso, foi aberto o seu processo de beatificação em 2002. Isso mostra que o padre João Maria ainda funciona como recurso de identidade para a Diocese de Natal. Investigando a história dessa devoção, desse recurso identitário, descobrimos que a primeira biografia do padre João Maria foi escrita pelo monsenhor José Ferreira Alves Landim (1887-1967) em 1935, ou seja, no contexto de crise das organizações familiares norte-rio-grandenses e do Levante Comunista (Cf. PEIXOTO, 2012, p. 294-301). Assim sendo, acreditamos que nosso trabalho justifica-se por nos esclarecer acerca da religiosidade católica e da atuação política da Igreja oriundas da década de 1930.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o padre João Maria na narrativa<sup>94</sup> do monsenhor Alves Landim e sua incorporação ao Jornal *A Ordem*, fundado em 1935 para ser o porta-voz da Diocese de Natal. Para tanto, lançamos mão como fontes da obra *Um perfil de sacerdote* (1936), de autoria de Alves Landim, bem como os Jornais *A Ordem* e *A República*. Para a problematizarmos os textos, lançamos mão dos escritos de Hans Ulrich Gumbrecht (2004) e de Wolfgang Iser (1996), ambos articuladores da estética da recepção, referenciando-nos teórica e metodologicamente, do mesmo modo que em respeito à noção de identidade, abordada a partir dos escritos de Jörn Rüsen (2004, p. 135-158; 2012, p. 45-59).

### SER CATÓLICO NA DIOCESE DE NATAL: O PADRE JOÃO MARIA COMO UM EXEMPLO

*Natal- o “caes da Europa, foi o cenário escolhido por Deus para a ação mais ampla e decisiva do padre exemplar, do vigário modelo, do varão santo, que será sempre lembrado e chorado, como uma visão que se foi, é verdade, mas que ainda enche de consolo e alívio aos que sofrem e choram na vida [...] (LANDIM, 1936, p. 89).*

---

<sup>94</sup> Por narrativa entendemos “o estabelecimento de uma organização temporal, através de que o diverso, irregular e acidental entram em uma ordem; ordem que não é anterior ao ato da escrita mas coincidente com ela; que é pois *constitutiva* de seu objeto [...]” (LIMA, 1989, p. 17. Grifo no original).

*E será essa, verdadeiramente, a hora da Saudade, quando o poente se vestir de cores violáceas e os lírios se abrirem, ao frescor da tarde serena: pois, foi numa tarde triste, mas serena e florida, que, à bordo de um túmulo, nos despedimos do inesquecível pastor e amigo- o padre João Maria (A REPÚBLICA, 24/10/1940, p. 7).*

Os trechos acima procuram mostrar que há uma retomada paulatina da figura do padre João Maria pelos fiéis católicos e que esse tipo de retomada encontra-se legitimada pela narrativa do monsenhor Alves Landim.

Com efeito, os trabalhos antigos e recentes sobre o tema dispõem o monsenhor Landim como o primeiro produtor de uma história do Santo (Cf. BARROS NETO, 2002; BOANERGES, 1956; NAZARENO, 1951, p. 97-104). É forçoso notar que os títulos de todos os textos referentes ao padre João Maria encontram-se escritos em Landim (1936). Nesse sentido, entendemos que a narrativa do monsenhor Landim e as obras desdobradas a partir dela funcionam como “produções de presença”, por produzirem um novo relacionamento espacial e sensorial entre objetos tangíveis e corpos humanos, fazendo emergir atitudes consideradas metafísicas (Cf. GUMBRECHT, 2004, p. XIII- XV), do que é exemplo a concepção de um padre como um Santo<sup>95</sup>. Por outro lado, a condição de “objetos” pode ser ressaltada, ainda, porque desde 1919 a antiga Praça da Alegria recebeu o nome de Praça Padre João Maria, ganhando um busto do padre supracitado; e passou a ser palco de celebrações católicas quando do aniversário de morte do Santo. Entendemos, igualmente, que essa produção de presença não está fora do campo político, o que é perceptível pelas movimentações no dia 24 de outubro. Data de morte do padre João Maria, esta efeméride marca também o Golpe de Estado que veio a embasar a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e disso a imprensa norte-rio-grandense estava consciente, pois se comemorava igualmente a implantação do Estado Novo (Cf. A REPÚBLICA, 24/10/1941).

Na continuação deste raciocínio, examinaremos dois textos do Monsenhor Alves Landim: o artigo escrito para o Jornal *A Ordem* (14/07/1935) e o livro *Um perfil de sacerdote*, o qual, embora só publicado em 1936, foi escrito em 1935, como mostram o *Nihil obstat* e o *imprimatur* de Dom Marcolino no início da obra, datando de 7 de julho (Cf. LANDIM, 1936, p. 1). O livro, portanto, é anterior ao artigo.

Entendemos que, tendo o padre João Maria como um modelo, monsenhor Landim objetiva em seu livro apresentar traços biográficos do Santo, no intuito de que este se torne modelo para outrem. Ele justifica essa operação com a associação entre patriotismo e catolicismo, argumentando que a história do padre João Maria tem “rasgos de patriotismo e fulgores de fé” e que “O amor ao Brasil e ao Catolicismo reclama que este tesouro venha a público” (LANDIM, 1936, p. 5)<sup>96</sup>.

Nessa associação entre patriotismo e catolicismo, o principal inimigo identificado pelo monsenhor Landim é o comunismo. No ano de 1934, o Terceiro Livro de Tombo narra um discurso que monsenhor Landim fez no seminário de Olinda. Nessa parte, ele

---

<sup>95</sup> Acreditamos que a ideia de *produção de presença* desenvolvida por Hans Ulrich Gumbrecht (2004), ao retomar a filosofia de Heidegger e uma concepção peculiar de metafísica, elementos que a historiografia tendeu a dispor como a- históricos, permite a apreensão do pensamento conservador católico, na medida em que este tem como princípio a necessidade de parar o movimento histórico. Sobre as bases teóricas do pensamento católico conservador, ver: MANOEL, 2004, especialmente os capítulos 3 e 4. Ver, também: RODRIGUES, 2005, capítulos 1 e 2.

<sup>96</sup> A narrativa do monsenhor Landim caiu, por assim dizer, em solo fértil. Desde o final do século XIX, se desenvolveu na historiografia do Rio Grande do Norte, sob influência das organizações familiares, a ideia de associar um clérigo ao progresso e ao Estado. Ver: ALMANAK DO RIO GRANDE DO NORTE, 1897, p. 1- 22, onde são descritas as ações do padre Miguelinho.

destaca a importância dos padres para o desenvolvimento da sociedade. Existem várias profissões: engenheiro, advogado, professor, dentre outros, mas, alerta-nos o autor, tais profissões apenas se preocupam com o “horizonte de vida presente”. O padre é diferente:

*Só o padre olha mais longe e mergulha o raio de sua ação além da terra: nas passagens do sofrimento. Ele arrebanha homens e sabe que é pastor de estrelas; é guieiro de pecadores e prepara santos para o céu (LANDIM, 1934, fl. 26).*

É nesse espírito que o padre João Maria é tornado um significado para a cidade de Natal e, com isso, se abria uma discussão sobre o combate aos comunistas, haja vista que eles aparecem nesse tipo de narrativa como essencialmente contrários aos padres. Com efeito, os comunistas são, aqui, os “inimigos dos padres” (LANDIM, 1934, fl. 26). Para monsenhor Landim, essa inimizade decorre de um equívoco, não dos comunistas, mas sim dos padres. Ele argumenta que os padres se aliaram aos ricos e poderosos e acharam que isso por si só bastava, esquecendo-se, assim, dos pobres. A consequência disso foi o rancor dos pobres que fortaleceu os comunistas. Diante disso, ele considera necessário

*[...] buscar pois os pobres. Evangelizar aos pobres, foi o gesto do Mestre. Com os pobres, bem juntos deles desfaremos o equívoco e ainda poderemos salvar o mundo desta bandeira vermelha que se vem desfraldando por aí afora (LANDIM, 1934, fl. 26 V).*

Além da oposição aos comunistas, existe na obra a oposição à maçonaria. No Brasil, a chamada Questão Religiosa tornou-se uma questão de Estado na qual Dom Vital, então bispo de Olinda, teve papel proeminente. No caso do Rio Grande do Norte, o que mais chamou a atenção na Questão foi a excomunhão do padre Bartolomeu da Rocha Fagundes, por este ter se negado a abandonar as lojas maçônicas. Na passagem do século XIX para o XX em Natal estava claro que ser católico era muito distinto de ser maçom<sup>97</sup>.

A escrita do monsenhor Landim não deixa isso escapar. Para ele, padre João Maria foi o único elemento realmente grande surgido em Natal durante o século XIX. Muito diferente do padre Fagundes, considerado apóstata, João Maria ficou com a Igreja, foi a “voz dela”, pois ele, muito inteligente (assinava e lia uma revista em francês) conservou-se modesto. Nas palavras do próprio monsenhor Landim (1936, p. 93), ele sabia que “lhe cabia um recanto mais obscuro e modesto onde trabalharia com os olhos mais em Deus para abençoá-lo, do que nos homens para aplaudi-lo”. As críticas ao padre João Maria, contudo, não deixaram de existir, uma vez que fica colocado por monsenhor Landim que “Tais expressões cabiam bem nos lábios de certos maçons que ainda traziam as cicatrizes produzidas pelo azorrague que os pulsos fortes de d. Vital souberam tanger com tanta segurança...” (LANDIM, 1936, p. 94).

Apesar da oposição aos maçons, percebemos pela citação acima certa tentativa de conciliação em relação à maçonaria: com efeito, monsenhor Landim parece imputar as críticas ao padre João Maria e, portanto, à Igreja, a uma geração de maçons marcados pela atuação de d. Vital. Dá-se a entender que existem maçons que não criticam a

---

<sup>97</sup> Sobre a Questão Religiosa, ver: ARRAIS, 2004, p. 254-359. Sobre a repercussão da Questão no Rio Grande do Norte, com base em fontes oriundas da Maçonaria, ver: SILVA, 2011, especialmente o capítulo 3.

Igreja; que estão próximos dela. Como ele sublinhou, citando o senso de humor e o prognóstico de João Maria, a República veio forte (“braba”), mas futuramente se acalmaria (“amansaria”) (Cf. LANDIM, 1936, p. 113).

Portanto, por meio do exame até agora empreendido, percebemos que virtudes como apego aos mais pobres, humildade e fidelidade à doutrina da Igreja são elementos dispostos pelo monsenhor Landim como fundamentais para se pensar a santidade do padre João Maria e, assim, para também pensar a oposição aos comunistas e aos maçons. Assim fazendo, ele constrói uma identidade católica pautada na presença do padre João Maria. Vejamos os demais elementos identificados pelo monsenhor e relacionemos isso ao texto do jornal *A Ordem*.

Outros atributos são direcionados ao padre João Maria. A piedade dele seria algo natural e se diferenciava por demais da de outros católicos. Essa piedade exemplar se materializaria na dedicação total aos sacramentos, especialmente o da confissão, com o esforço incondicional de ministrá-los aos fiéis. Ele andava a cavalo por vários quilômetros nessa intenção. Essa prática, que por si só diferenciava a piedade do padre João Maria, escreve monsenhor Alves Landim, era uma piedade esclarecida: ele lia francês, assinava uma revista nessa língua. Esse esclarecimento seria traduzido na boa relação do padre com os fiéis (Cf. LANDIM, 1936, p. 95). Assim, podia anotar o autor que “o coração do padre João Maria era um tesouro de bondade” e sua caridade, “completamente cega”, de tal modo que “pedir-lhe era ter a certeza de ser atendido” (LANDIM, 1936, p. 99).

Nessa dinâmica de ter a certeza de ser atendido, o padre João Maria é caracterizado por um profundo zelo pela Igreja. Foi assim que ele teria se tornado o “pai dos negros forros”, como um dos principais motivadores da abolição de escravos no Rio Grande do Norte.

Humildade, inteligência, apego aos pobres e fidelidade à doutrina da Igreja são os elementos atribuídos pelo monsenhor Alves Landim (1936) ao padre João Maria, de modo a mostrar a importância dele para o Rio Grande do Norte. No capítulo intitulado “Oito de setembro”, nome de um jornal comandado pelo padre João Maria durante o período imperial, sintetiza o padre João Maria como um sacerdote integral:

*João Maria era um sacerdote integral: zeloso pela salvação das almas, desprendido do que era da terra, para pregar melhor o que era do céu, ele o fez sempre com a palavra, com o exemplo e, até mesmo, com a pena de jornalista (LANDIM, 1936, p. 115).*

Essa síntese, cujo novo elemento é o jornalismo, vai ser retomada no jornal *A Ordem*, de 14 de julho de 1935. No entanto, há uma mudança de referência na apropriação do escrito do monsenhor Landim pelo órgão oficial da Diocese de Natal. Segundo Wolfgang Iser (1996, p. 11), a repetição de um texto já o altera, pois, ao ser enfatizado um ponto de vista, a realidade é excedida. Nesse sentido, a seleção do texto é compreendida como uma potencial mudança de referência do texto, um acontecimento, inserindo-o em novas hierarquias que, com o papel do leitor, produzirão um efeito.

Intitulado “Oito de setembro”, o artigo do Jornal consiste em uma versão reduzida do capítulo produzido pelo monsenhor Landim (1936): 14 de julho é a data de fundação do jornal, propositalmente lançado na efeméride da Revolução Francesa como elemento contra-discursivo e a escolha pelo texto do monsenhor indica que ele podia ser estratégico para o projeto do Jornal, projeto este que visava disseminar a ordem, em uma sociedade entendida como anárquica. Assim sendo, o padre João Maria aparece aqui não somente como um Santo, mas, sobretudo, como um elemento essencial de disseminação da ordem.

O texto escrito para o Jornal *A Ordem* começa com a metáfora do “sacerdote integral”, mas a integralidade não é referida aos atributos recorrentes no livro: zelo pelas almas, desprezos pelos bens materiais e pregação “do céu” por meio do exemplo de vida e, sobretudo, da atividade como jornalista são os elementos retomados. Então, esse texto procura apresentar o padre João Maria como um exímio jornalista, de modo a estabelecer o Jornal *A Ordem* como continuador de uma linha de raciocínio visível desde o período imperial. A escrita do monsenhor Alves Landim funcionaria, assim, como um elo entre vários interesses da Diocese, tais como piedade e culto, Moral de Costumes, Doutrina Católica e problema econômico-social (Cf. A ORDEM, 15/07/1935).

Monsenhor Landim mostra que a fundação do Jornal *Oito de Setembro* ocorreu por conta da perspicácia do padre João Maria, que notou que o contexto era muito difícil para os católicos. Com o novo Jornal, o Santo fê-lo a “verdadeira voz da paróquia”. Mais ainda: o padre João Maria esforçou-se por manter o Jornal e assim o fez até a sua morte. O ano de manutenção do Jornal foi um período de “anos de luta” e de “vitória concretizada”.

O esforço do padre João Maria, conforme monsenhor Landim apresenta, chegou até à apelação à generosidade dos católicos. Não se intimidou em pedir recursos financeiros aos seus paroquianos. Pelo seu papel de destaque como jornalista, ele seria um sacerdote muito diferenciado:

*Qual o sacerdote que mesmo nos tempos de hoje, logra bom êxito nas tentativas de um jornal doutrinário, noticioso, de boa orientação que sirva de órgão de defesa e propagação da fé?! (LANDIM, 1935, p. 2. Grifo nosso).*

Um jornalista com um jornal doutrinário. O jornalismo como propagação e defesa da fé católica. É essa a imagem do padre João Maria no Jornal *A Ordem*. Assim procedendo, a Diocese de Natal entende ser o referido padre uma figura digna de respeito e importante na definição de sua identidade, ou seja, para a resposta da pergunta “O que eu sou?”. Dado o campo de atuação da imprensa católica, podemos argumentar que isso atrelou a imagem do padre João Maria a uma determinada identidade católica, de uma forma que entendia a imprensa como uma verdadeira voz da paróquia. Tal identidade foi constituída em oposição ao comunismo e à maçonaria. O processo de beatificação do padre João Maria prova o alcance que ela tem e o fato do primeiro número do Jornal ter sido lançado no dia 14 de julho de 1935 nos esclarece muito nesse sentido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da “Crise de 1935”, monsenhor Alves Landim escreveu sobre o padre João Maria apontando a sua forma de ser católico como oposta ao comunismo e à maçonaria. Essa forma, simbolizada pela metáfora do “sacerdote integral”, foi aceita por muitos católicos. No mesmo contexto, o recém-criado Jornal *A Ordem*, órgão oficial da Diocese, incorpora a narrativa do monsenhor Landim acerca do padre João Maria, ratificando uma identidade católica pautada nele, de modo a ligar os seus vários campos de atuação. Para tanto, ele dá um novo sentido à metáfora do “sacerdote integral”.

O estudo acerca da presença do padre João Maria na narrativa do monsenhor Alves Landim permite o esclarecimento acerca do surgimento de novas formas de manifestações religiosas dentro do catolicismo, bem como da forma de atuação política da Igreja no Rio Grande do Norte no período pós-1930. O processo de beatificação do



padre João Maria foi enviado para o Vaticano juntamente com os processos de D. Vital e de Padre Cícero, e é por essa beatificação que alguns católicos lutam ainda hoje, como mostra o seguinte trecho de um folheto:

*Alcançando uma graça por intermédio do padre João Maria, favor contactar pelo endereço e telefone abaixo. Que Deus o abençoe (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE LOURDES, 2010, fl. 2 V).*

## Fontes e Referências Bibliográficas

- 24 DE OUTUBRO. **A República**, 24/10/1941.
- ALMANAK DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal: Renaud e Empreza Graphica, 1897.
- ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**: a formação do espaço público do Recife no século XIX. São Paulo: Humanitas, 2004.
- BARROS NETO, Manoel do Rêgo. **A caminho da caridade**. Natal: Barros Neto, 2002.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Production of Presence: What Meaning Cannot Convey**. California: Stanford University Press, 2004.
- ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. São Paulo: Editora 34, 1996.v. 1.
- LANDIM, Monsenhor José Alves. **Oito de setembro**. *A Ordem*, 14/07/1935.
- \_\_\_\_\_. **Um perfil de sacerdote**. Natal: Imprensa Industrial, 1936.
- \_\_\_\_\_. **Terceiro Livro de Tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação**, 1930-1944 (Acervo da Cúria Metropolitana de Natal/RN).
- LIMA, Luiz Costa. **A aguarrás do tempo**: estudos sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- MANOEL, Ivan. **O pêndulo da história**: tempo e eternidade no pensamento católico (1800- 1960). Maringá: EDUEM, 2004.
- MEDEIROS, José Mario de. **Dom Marcolino por ele mesmo**. Natal: EDUFRN, 2009.
- NAZARENO, Israel. Saudação a Alves Landim. **Revista da Academia Potiguar de Letras**, n. 1, 1951, p. 97-105.
- PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE LOURDES. *Pe. João Maria- o “Santo de Natal”*. Natal/RN: Editora Gráfica, 2010.
- PEIXOTO, Renato Amado. A Crise de 1935 no Rio Grande do Norte: a tensão entre as identidades estadual e a nacional por meio do caso norte-rio-grandense. In: **Anais do VI Simpósio Internacional Estados Contemporâneos**. Natal: UFRN, 2012. v. 1. p. 294-301.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem**: uma revista de intelectuais católicos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RÜSEN, Jörn. Tradition and Identity: Theoretical Reflections and the European Example. **Taiwan Journal of East Asian Studies**, v. 1, n. 2, December, 2004, p. 135-158.
- \_\_\_\_\_. Tradition: a principle of historical sense-generation and its logic and effect in historical culture. **History and Theory**, n. 51, December, 2012, p. 45-59.
- SECTORES de acção. **A Ordem**, 15/07/1935.
- SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **A Questão Religiosa no Rio Grande do Norte**: o conflito entre Maçonaria e Igreja Católica no século XIX. Natal/RN: monografia em História/UFRN, 2011.

SOARES, Antonio. O 35º aniversário da morte do padre João Maria. **A República**, 24/10/1940.

SOARES, Boanerges (Org.). **Padre João Maria**. Natal: Ave Maria, 1956.

## ABRINDO A “PORTA DO CÉU”: O ESTABELECIMENTO DAS COMUNIDADES JUDAICAS NO NORTE DO BRASIL OITOCENTISTA

Antonio Gutemberg da Silva

*[...] a natureza aqui, além de misteriosa, é quase sempre pontual. Às cinco e meia tudo ainda era silencioso naquele mundo invisível; em poucos minutos a claridade surgiu como uma súbita revelação, mesclada aos diversos matizes do vermelho, tal um tapete estendido no horizonte, de onde brotavam miríades de asas faiscantes: lâminas de pérolas e rubis; durante este breve intervalo de tênue luminosidade, vi uma árvore imensa expandir suas raízes e copa na direção das nuvens e das águas, e me senti reconfortado ao imaginar ser aquela a árvore do sétimo céu.*

*(Milton Hatoum: 1989 p.65).*

A contribuição dos judeus, assim como muitos imigrantes originários de diversas partes do globo, com culturas e costumes infindos, que vem ao longo do século XIX fazer o Brasil, é imensa e incontestável. Este século, apresenta-se como um período que reúne uma série de garantias ao imigrante, tornando-se um período de acentuado fluxo migratório para o Brasil.

Garantias como, o processo de abertura comercial, as necessidades de mão de obra, a emancipação política brasileira, a fartura em matérias primas essenciais à nova indústria que rompia na Europa, a fama do Eldorado e conjugação de fatores externos e intrínsecos a cada povo que migra para o Brasil, fazem o período Oitocentista, um marco na imigração e consequentemente na ampliação demográfica e na formação étnica e identitária do Brasil.

O último censo demográfico realizado no século XIX, no Brasil apresenta um total de pouco mais 17 milhões de pessoas, aumento considerável em relação às demografias anteriores, uma vez que o primeiro censo do Brasil, realizado no governo de D. Pedro II, contou uma população de pouco mais de 10 milhões e, este aumento se deu, sobretudo em relação à imigração estrangeira vivenciada neste século.

No caso do número de judeus, não há como termos uma demografia precisa da população que migra e reside no Brasil ao longo do século XIX, pois os dados são muitas vezes contraditórios e devem passar por uma análise criteriosa quanto a sua coleta, sendo que, ao concebermos um período de grande fluxo migratório, os dados são sempre transeuntes e não condizem com uma totalidade precisa e concreta.

Há de se considerar, a dificuldade de acesso em relação à coleta dos dados, a identificação e a consequente sonegação da etnia, seja por medo de se assumir ainda num país predominantemente católico, que resguardava as cinzas aquecidas da política antissemita ou pelo fato da miscigenação ter contribuído para uma redefinição identitária, levando muitos a se identificarem e se apresentarem como cidadãos brasileiros e brancos.

Os dados do censo de 1900<sup>98</sup> apresentam os seguintes números em relação ao quantitativo de distribuição da população judaica do Brasil, por Estado, no final do século XIX.

---

<sup>98</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Brasil – IBGE.

Alagoas	2
Amazonas	153
Bahia	17
Ceará	25
Distrito Federal	202
Espírito Santo	30
Maranhão	2
Minas Gerais	37
Pará	211
Paraíba	6
Paraná	17
Pernambuco	8
Rio Grande do Norte	5
Rio Grande do Sul	54
Rio de Janeiro	25
Santa Catarina	1
São Paulo	226
TOTAL	1.021

Esses números apresentam-se um tanto contraditórios, quando observamos as considerações acerca da demografia dos judeus nos estudos de Benchimol (1998,74), pois segundo o pesquisador, no período de 1810 a 1850, antes mesmo do crescimento da exploração da borracha no Norte, ou seja, antes do ciclo da borracha, já haviam chegado à Amazônia brasileira e peruana cerca de 300 famílias de judias e outras 700 entre 1851 a 1910.

*[...] os grupos mais numerosos e influentes que aqui aportaram foram os judeus sefaraditas e forasteiros que emigraram do Marrocos, no período de 1810 a 1910. Nesses cem anos chegaram cerca de 1.000 famílias judias marroquinas e de outras origens, antes e durante o ciclo da borracha. Essas famílias estavam distribuídas: 650 para o Pará, 200 para o Amazonas e 150 para a Amazônia Peruana (Iquitos).*

A contradição com os números apresentados pelo Censo de 1900, colocam-se ainda maiores, ao observamos as ponderações de Jacob Lestchinsky<sup>99</sup>, no seu livro sobre as migrações judaicas aqui no Brasil e na Argentina, pois segundo suas pesquisas, migraram para o Brasil entre 1840 e 1942 cerca de aproximadamente 71.360 judeus, caracterizando-se por apresentar números crescentes que vão desde as primeiras décadas do século XIX, relacionando-se, sobretudo, em decorrência do avanço da economia seringalista no Norte e das crises políticas e econômicas que assolavam a Europa e a África, bem como das mudanças que se faziam no Brasil.

<sup>99</sup> LESTSCHINSKY, Jacob. “Migrações Judaicas 1840-1956”. In RATNER, Henrique (org.). **Nos Caminhos da Diáspora**. Centro Brasileiro de Estudos Judaicos. São Paulo. 1972. p. 27-65.

Já no século XX, a imigração crescente de judeus se associa intensamente como resultado das políticas Imperialistas, o ‘progresso’ da industrialização e as políticas antissemitas que vieram da Europa, fazendo do Brasil ponto de refúgio mediante as guerras e perseguições religiosas. Além do Brasil, outros lugares aqui na América se constituem como porta de entrada para muitos imigrantes como: Estados Unidos, Canadá e Argentina.

Os mais de 71, 000 judeus que migraram para o Brasil, segundo Jacob Lestchinsky, (1972, p. 41-54), foram distribuídos da seguinte forma:

ANO	TOTAL DE IMIGRANTES JUDEUS
1840-1880	500
1880-1900	1.000
1901-1914	8.750
1915-1920	2.000
1921-1925	7.139
1926-1930	22.296
1931-1935	13.075
1936-1939	10.600
1940-1942	6.000

As temporalidades apresentadas na tabela se mostram distintas, pois levasse em consideração, acima de tudo, o período ao qual se vivia no Brasil, contribuindo, tanto para o aumento, quanto para o recrudescimento do quantitativo de imigrantes, cada momento migratório terá uma causa superior, não podendo ser encarada de forma única, porém o número de judeus será sempre superior ao apresentado no Censo de 1900.

No censo de 1900, o número de indivíduos que se declararam judeus, fora muito pouco, embora nas primeiras décadas do século XIX, a imigração tenha sido menor que em relação a meados do século XIX, onde temos um crescimento relativo, no entanto, vê-se que os registros feitos por Jacob Lestchinsky e depois referendados por Samuel Benchimol, apontam um número mais expressivo de judeus, indo buscar estes dados em fontes como registros de naturalização de estrangeiros, passaportes, certidão de casamentos e óbitos dentre outros, referendam estes pesquisadores como números mais eficazes.

Estes números devem ser encarados com flexibilidade, se levarmos em consideração os imigrantes que não se naturalizaram, não sendo assim encontrados seus registros, ou ainda aqueles que o censo não conseguiu contar, por dificuldades de acesso, ou ainda pela própria fuga de muitos imigrantes, fugindo seja da burocracia do processo de naturalização, seja em relação ao medo que traziam dos seus lugares de origem.

A naturalização ou a contagem no censo poderia ser para muitos um atestado de localização para aqueles que estavam fugindo, principalmente das perseguições religiosas que foram cometidas nos seus lugares de origem, uma vez que o próprio decreto nº 1950 de 12/07/1871, delegava algumas exigências em relação ao Ato de Naturalização. No artigo 6º, [...] *o solicitante deverá declarar seus princípios religiosos*

*e sua pátria; se é casado ou solteiro; se com brasileira ou estrangeira; se tem filhos e quantos; de que nome; sexo, idade, religião, estado e naturalidade.*<sup>100</sup>

Dados os pontos antagônicos em relação aos números, temos nas tabelas dois fatos em comum, o primeiro é que existe um consenso em torno da imigração nos primeiros anos do século XIX, quanto ao pequeno número, havendo uma imigração maior a partir do século XX e o segundo é que a imigração judaica dá-se de modo crescente ao longo do século XIX, permeando a formação de comunidades judaicas já no início do século, além de ganhar diferentes rotas ao longo não somente das costas brasileiras como também de algumas regiões interioranas.

Os judeus do século XIX apresentavam-se dispersos, sem ligação entre os Estados, será, somente no Norte que teremos a formação de uma comunidade judaica mais organizada, na qual não só teremos os primeiros cemitérios judaicos, como também as primeiras sinagogas.

Assim, associado ao Rio de Janeiro, em termos migratórios, e, em certos momentos, superando esta demografia, será na região Norte, que os judeus se caracterizam por uma imigração mais intensa, vindos principalmente da África, oriundos do Marrocos, habitando e narrando suas vidas no Pará e no Amazonas, como assinala a pesquisadora Blay (1997, p. 33): [...] *os judeus provém, sobretudo da Europa Ocidental (ashkenazim), onde tinham vivido por séculos. Houve também uma leva migratória proveniente do Norte da África, especialmente do Marrocos e da cidade livre de Tânger (sefardim).*<sup>101</sup>

Em meio a um período de instabilidades políticas e de (in)definição de uma identidade nacional, os imigrantes judeus que partem para o Norte, narram uma nova constituição de si, uma nova possibilidade de vida, sobrevivendo as dificuldades contidas nas terras de onde migraram, ansiando um construto de vida social, religiosa, cultural e, sobretudo econômica.

A priori, a maioria dos judeus que migra para o Norte é oriunda do Marrocos, fugindo das péssimas e insalubres condições de vida a qual eram assolados, sendo que esta precariedade não se limitava somente, a falta de condições financeiras, mas também a intolerância religiosa e, diversos outros fatores como nos apontam Benchimol (1998, p. 14) em seu livro *Eretz Amazônia*, fazendo uma alusão da Amazônia a uma Terra Prometida.

*O êxodo dos judeus marroquinos é explicado através dos diferentes fatores de expulsão: pobreza, fome, perseguição, discriminação, destruição de sinagogas, etc., como de forças de atração e favorecimento, tanto de ordem política e econômica oferecidos pelo Brasil e Amazônia, como a abertura dos portos, tratados de aliança e amizade, extinção da inquisição, liberdade de culto, abertura do Rio Amazonas à navegação exterior e outros elementos que contribuíram para buscar a Amazônia – a nova Terra da Promissão – a Eretz Amazônia.*

---

<sup>100</sup> Decreto nº 1.950, de 12 de julho de 1871. Autoriza o governo a conceder carta de naturalização a todo estrangeiro que a requerer, maior de 21 anos, e tendo residido no Brasil ou fora dele, em seu serviço por mais de dois anos.

<sup>101</sup> BLAY, Eva Alterman. *Judeus na Amazônia*. In: SORJ, Bila. **Identidades Judaicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Imago, Ed., 1997, p. 67-86.

Esses judeus marroquinos, que migram para o Norte, sendo sua maioria de origem Sefaradita, carregando muita cultura do mundo Ibérico, falavam dialetos como o hebraico, o ladino e raquitia (Haquitia), possuindo ainda relações com comunidades no estrangeiro, marcaram a primeira leva de judeus a partir da primeira década do século XIX, as vésperas do nascimento do Brasil Imperial.

Cerca de aproximadamente 80% dos judeus que imigraram do Marrocos, vieram de cidades marítimas e portuárias, Tetuan e Tanger, Ceuta, Arcila, Larache os demais de Fez, Casablanca, Rabat, Marrakesh dentre outras. Esses judeus que lá viviam, tinham chegado ao Marrocos e outras partes do Nordeste da África, depois da expulsão dos judeus da Península Ibérica em 1492.

A pergunta que devemos fazer é, por que o destino escolhido para fugir da pobreza, das doenças e epidemias, do apedrejamento de judeus vivos e mortos, da fome, da destruição das sinagogas, das guerras, das conversões e dos martírios e das perseguições e sofrimentos como um todo, fora para o Norte do Brasil, em especial o Pará e a Amazônia?

Contudo, As diásporas e migrações judaicas, estão longe de se pensar e serem encaradas como uma caravana mercantil, ou como um povo nômade. É importante referendar suas migrações no tocante a sua relação com o outro, numa contínua barganha, imbricada com necessidades de liberdade religiosa e a busca de felicidade e fortuna.

Assim, torna-se imprescindível reescrevermos a história dos judeus na Amazônia, localizando-os num tempo de definição de um Brasil que almejava ser Moderno, abrindo suas portas para a imigração, e, conseqüentemente construindo novas identidades, em meio a comunidades judaicas que vão se inscrevendo na História deste Brasil Imperial, formando famílias judaicas, comunidades judaicas, às quais imbricadas a outros imigrantes terão intensa participação na construção de uma Amazônia etnicamente plural.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

BARNAVI, Elie (dir.) **História Universal dos Judeus** – da gênese ao fim do século XX. Editora Cejup. São Paulo/Belém, 1995.

BENCHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia** – Os Judeus na Amazônia. Manaus: Editora Valer, 1998.

BENTES. Abraham Ramiro. **Das Ruínas de Jerusalém à verdejante Amazônia**. Formação da 1ª Comunidade Israelita Brasileira. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.

DE LUCA, T. R. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153

FALBEL, Nachman. **Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil**. Federação Israelita de SP. São Paulo, 1984.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GRINBERG, Keila. **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HATOUM, Milton. **Relato de Um Certo Oriente**: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **Relato de Um Certo Oriente**. Companhia das Letras, 1989.

- HELLER, Reginaldo Jonas. **Judeus do Eldorado: reinventando uma identidade em plena Amazônia: a imigração dos judeus marroquinos e do norte da África para o Brasil (Pará e Amazonas) durante o século XIX.** Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- KAYSERLING, Meyer. **História dos Judeus em Portugal.** Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1971.
- LESSER, JEFFREY. **A Negociação da identidade nacional.** São Paulo: UNESP, 2001.
- LESTSCHINSKY, Jacob. “Migrações Judaicas 1840-1956”. In RATNER, Henrique (org). **Nos Caminhos da Diáspora.** Centro Brasileiro de Estudos Judaicos. São Paulo, 1972.
- LOEWENSTAMM, Kurt. **Vultos Judaicos no Brasil. Uma contribuição a história dos judeus no Brasil. Volume II. Império.** 1822 – 1889. Livraria – Editora: Monte Scopus. Rio de Janeiro 1956.
- \_\_\_\_\_. **Imperador D. Pedro II: O Hebraísta no Trono do Brasil.** 1825 – 1891. São Paulo: Centauro, 2002.
- MATTOS, Yllan de. **A última Inquisição: Os meios de ação e funcionamento do Santo Ofício no Grão-Pará pombalino (1750-1774).** Jundiaí, Palco Editorial: 2012.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MORAIS, Raymundo. **Na Planície Amazônica.** 7. ed. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1987.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** In: *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- ROTH, Cecil. **A Standard Jewish Encyclopedia.** Doubleday & C., Garden City, N. Y. 1962.
- SEREBRENICK, S. e Lipiner, E. **Breve História dos Judeus no Brasil,** Ed. Biblos, Rio de Janeiro, 1962.
- SORJ, Bila. **Identidades Judaicas no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.
- VILLALTA, Luiz. **1789-1808: O Império luso-brasileiro e os Brasis,** São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- WOLF, Frieda e Egon. **Judeus no Brasil Imperial.** Uma Pesquisa nos Documentos e Noticiários Carioca da Época. Centro de Estudos Judaicos, Rio de Janeiro. 1975.
- \_\_\_\_\_. **Sepulturas de Israelitas II.** Uma pesquisa em mais de trinta cemitérios não-israelitas. Cemitérios Comunal Israelita do Rio de Janeiro. 1983
- \_\_\_\_\_. **Dicionário Biográfico IV.** Processos de Naturalização de Israelitas, século XIX. CCI. Rio de Janeiro, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário Biográfico VI.** Genealogias Judaicas. Rio de Janeiro 1990.

#### **JORNAIS:**

Anglo- Brazilian Time.  
 Correio do Rio de Janeiro  
 Diário do Rio de Janeiro.  
 Diário Mercantil.  
 Jornal do Commercio.  
 Jornal O Annunciador.



## LEGADO AFRICANO NO BRASIL, DO CANDOMBLÉ À UMBANDA: UM ESTUDO DE CASO EM POÇÕES/BAHIA

*Celio Silva Meira  
Marília Flores Seixas de Oliveira*

### **O Legado**

É difícil precisar qual foi a época exata em que foram trazidos os primeiros africanos para as terras brasileiras, segundo Artur Ramos (1946), apesar de já haver um comércio intenso nas Índias Ocidentais, não havia documentação segura provando a entrada de negros oriundos da África no Brasil e apenas em 1538 é que se tem notícia oficial da chegada dos primeiros escravos, num carregamento regular de tráfico com o objetivo de substituir a mão-de-obra indígena (Ramos, 1946).

Havia, neste momento da história econômica do Brasil, a necessidade de mão de obra para trabalhar na monocultura de cana e na produção de açúcar, além dos serviços domésticos e de “ganho” em todos os pontos do Brasil, sobretudo nas capitais e cidades costeiras:

*Chegou aqui uma aluvião de negros escravos, provindos da Guiné, do Congo, de São Tomé, da Costa da Mina, mais tarde de Moçambique e de outros pontos da África. E em todo o século XVI, XVII, XVIII, os negros africanos aqui entraram (Ramos, 1946, p. 268).*

Foi na religião que o negro encontrou um dos seus mais importantes instrumentos de resistência contra a escravidão, o culto aos orixás, deuses de origem africana que, no Brasil, passaram a ser cultuados nos terreiros de candomblés nas mais diversas regiões do país, com diferentes nomes e expressões: candomblés na Bahia, Xangôs em Pernambuco, Terecô ou Tambor-de-mina no Maranhão etc.

Como afirma Bastide (2001), uma África brasileira, sincrética, composta de negros, brancos e índios, e é dessa mistura que nasce a cultura afro-brasileira, híbrida por formação e trajetória.

Dentro de um terreiro de religião afro-brasileira, independente da nação e da região em que ele se situe, temos uma síntese de várias regiões de uma África mãe, nas presenças dos mais diversos orixás ou vodunsis e de seus respectivos "axés". A palavra *axé*, segundo Bastide (2001), designa, em nagô, a força invisível, a força mágico-sagrada de toda divindade, de todo ser animado, de todas as coisas. Sem ela não tem candomblé.

### **Relação das entidades afro-brasileiras com os elementos da natureza**

O sistema religioso do candomblé brasileiro funciona também como um sistema organizador amplo, que relaciona os orixás a outros elementos do mundo, como as cores, os dias da semana, os atributos sociais, os animais, as plantas, as forças da natureza etc.

Em especial entre os candomblés jejes-nagôs, há uma relação entre as divindades e os dias da semana, com cada dia sendo dedicado a um ou a mais orixás. Esta classificação é variável, podendo haver diferenças entre tradições distintas. Vale uma ressalva, que essa distribuição entre orixás e dias da semana não é uniforme para todas as nações de candomblé, até mesmo porque, em solo africano, os dias da semana são

diferentes dos nossos, apenas quatro, tendo os escravos de adaptar-se à semana de sete dias, logo os deuses foram redistribuídos de modo diferente (Ramos, 1942).

Sendo as religiões afro-brasileiras, ao longo das suas existências, vítimas das mais diversas formas de perseguição, a princípio pelas autoridades policiais e depois perseguidos e condenados por algumas religiões judaico-cristãs, repudiados por muitas das classes ditas cultas, cresceu à margem da cultura oficial brasileira. Assim, enquanto se resguardavam contra as perseguições, os adeptos das religiões de matriz africana viviam outra realidade cultural, um modo singular de ver e interpretar a vida e o universo vivido. Póvoas (2006, p. 214) afirma que:

*Todo um modo sui generis de pensar, de interpretar, de agir, curar, comunicar-se com o sagrado era posto em prática no terreiro, cuja vida transcorria à margem da civilização branca que, a todo custo, tentava sufoca-lo.*

Até aqui mostramos um candomblé baseado em princípios africanos, tomando como referência os modelos Jêjes-nagôs, comumente cultuados em alguns estados brasileiros como Bahia e Rio de Janeiro. Porém, posteriormente surgiu uma outra forma de religião não mais tão centrada na matriz africana e sim com um grande sincretismo, com suas origens baseadas genuinamente no Brasil e em especial nas culturas indígenas, católica e africana dentre outros, a Umbanda.

## **O surgimento da Umbanda no Brasil**

A cultura africana em nosso país sempre foi renegada e vista pelo viés dominante como uma categoria de cultura *diferente, menor, inferior* à cultura ocidentalizada, judaico-cristã.

A partir da década de 1970, as práticas da cultura negra, e, em especial, as religiosas, começam a sair da clandestinidade, entendendo-se esse movimento de afirmação como algo embrionário, passando tais práticas a serem valorizadas como específicas e particulares, buscando-se, então, um rompimento com a tradição do sincretismo religioso entre o candomblé e o catolicismo, sobretudo na Bahia. Vale ressaltar que fatores de ordem sócio histórica contribuíram para que esse rompimento pudesse eclodir: Em sua obra “*A Verdade Seduzida*”, Muniz Sodré (1942, p. 100) mostra esse rompimento na seguinte síntese:

- 1830, Abolição do tráfico negreiro, o que permitiu aos negros um olhar sobre a sua real situação de marginalizados.
- As revoltas que ultrapassaram as fugas individuais ou coletivas, sendo que essas ocorreram num momento político em transformação de uma fase colonial para uma visível independência.
- O surgimento dos terreiros, que começam a sair da clandestinidade, embora sofrendo todas as formas de repressão, tanto de ordem policial, onde eram comum as invasões e prisões dos seus adeptos por estarem praticando magia-negra e subvertendo a ordem social que era vista como a religião que praticava o mal, e adorava o diabo nas suas mais diversas formas. Pois, diferia do proposto pelo cristianismo ocidentalizado e enraizado em terras brasileiras.

Todos esses acontecimentos contribuíram de forma decisiva para uma atenuação do preconceito acerca da cultura negra, no entanto, vale ressaltar que o negro após sua

“libertação” passou a sofrer outro tipo de discriminação relacionada à falta de oportunidade na sociedade.

Neste novo contexto histórico, social e principalmente econômico surgido no Brasil no século XX - provocado, sobretudo, pelo processo de industrialização principalmente no eixo Sul-Sudeste, pelo rápido crescimento da população urbana, especialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, e pela presença de uma infraestrutura herdada do ciclo do café (capitais acumulados, transportes, energia elétrica etc.) -, começou a haver uma acelerada expansão industrial quase sempre dedicada à produção de bens de consumo não duráveis, como alimentos, vestuários e calçados (Garcia, 2005). A partir desse momento, o Brasil entrou numa nova fase econômica. Tal realidade não incorporou o grande contingente de recém-libertos da escravidão, sem trabalho e sem preparo para o mercado que exigia agora uma mão de obra qualificada para o mundo da indústria. Eles foram jogados mais uma vez na marginalidade social, indo morar às margens das cidades que cresciam vertiginosamente, formando uma parcela significativa de desempregados e, conseqüentemente, o início do processo de favelização brasileira, ou seja, o quadro social dos ex-escravos foi de miséria. Foram abandonados à “própria sorte”, sem um programa governamental de inserção social. Como aponta Negrão (1996, p. 44).

*A repressão exercida no período imperial foi apenas episódica. Teria sido o Código Penal do período republicano, datado de 11 de Outubro de 1890, o marco da repressão institucionalizada. Três artigos encadeados deste código (16,157 e 158) proibiram respectivamente o exercício ilegal da medicina, a “prática magia do espiritismo e seus sortilégios”, que se constituíam em formas de exploração da credulidade pública e, por último, o curandeirismo. Estavam criados os instrumentos legais que possibilitavam a acusação, o enquadramento legal e as penas.*

Foi a partir dessa realidade brasileira que surgiu um novo fenômeno religioso com suas raízes fundadas nas culturas africanas, europeias e indígenas - a Umbanda. Segundo Ortiz (1991, p. 15).

*O nascimento da religião umbandista coincide justamente com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial e de classes. A um movimento de transformação social correspondente um movimento de mudança cultural, isto é, as crenças e práticas afro-brasileiras se modificam tomando um novo significado dentro do conjunto da sociedade global brasileira. Nesta dialética entre social e cultural, observamos que o social desempenha um papel determinante.*

Foi na primeira década do século XX que se teve as primeiras notícias sobre as casas dessa religião genuinamente brasileira que consegue agregar elementos das três religiões da nossa matriz étnica: do índio, traz o culto aos caboclos e aos espíritos dos antepassados; dos africanos, o culto aos orixás, aos ancestrais; do europeu, a presença do espiritismo como meio de comunicação com os mortos. Dessa síntese tem-se os primeiros cultos da Umbanda. Uma religião que traz uma mistura de outras religiões, um pouco de cada coisa, como atesta Prandi (1991, p. 49):

*A Umbanda que nasce retrabalha os elementos religiosos incorporados à cultura brasileira por um estamento negro que se dilui e se mistura no refazimento de classes numa cidade que, capital*

*federal, é branca, mesmo quando proletária, culturalmente europeia, que valoriza a organização burocrática da qual vive boa parte da população residente, que premia o conhecimento pelo aprendizado escolar em detrimento da tradição oral, e que já aceitou o Kardecismo como religião, pelo menos entre setores importante fora da igreja católica.*

A Umbanda relaciona-se assim, desde o início, a práticas religiosas de diversas origens, incluindo o espiritismo Kardecista de origem europeia que, ao chegar ao Brasil acabou se envolvendo com as religiões afro-brasileiras a ponto de se confundir com as mesmas. Como afirma Berkenbrock (1997, p. 143) “O espiritismo tanto influenciou em muitos aspectos as religiões afro-brasileiras, como também estas influenciaram fortemente o espiritismo praticado no Brasil”.

Autores como Lísias Nogueira Negrão (1996) e Maria Helena Vilas Boas Concone (1985), afirmam que a Umbanda “*é um sistema religioso estruturalmente aberto*” o que acaba de certa forma, justificando essa diversidade de formas. Para eles, a Umbanda está em constante construção, transformação e adaptação e esse entendimento é profundamente necessário para uma melhor compreensão da mesma.

Um outro fator importante e característico da Umbanda foi o fato dela ser uma religião essencialmente urbana, típica das periferias das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, logo não teve dificuldade de adaptação no processo de urbanização ocorrido no Brasil naquele período dos anos 30, 40 e 50 juntamente com e industrialização do país (Negrão, 1996).

Diante disso, resta-nos uma pergunta: que identidade afinal tem a Umbanda? Não se pode afirmar que seja católica pelo fato de ter absorvido elementos do catolicismo, e nem que seja de matriz africana, por que não absorveu elementos somente desta e nem tão pouco indígena ou espírita. Simplesmente não é possível classificar a Umbanda dentre destes outros modelos, mas, sendo uma das religiões de origem também afro-brasileira, com tradição baseada na oralidade, pode apresentar modalidades múltiplas. Conseguiu absorver elementos diversos de cada religião, embora não tenha assumido uma identidade única com nenhuma dessas correntes religiosas.

Berkenbrock (1997) afirma que a identidade das religiões afro-brasileiras não pode ser definida a partir de fora, ou seja, de um modelo religioso pré-definido. Esta identidade poderá ser definida a partir de dentro, dos seus adeptos. Neste sentido, a identidade religiosa é marcadamente contextual, social e histórica, podendo ser variável

## **A constituição da Umbanda no município de Poções – BA**

O povoamento da área onde atualmente se situa a cidade de Poções remonta à segunda metade do século XVIII, como consequência da expansão da empresa colonial portuguesa. Ainda que a motivação inicial para a incursão dos bandeirantes pelo interior da colônia e, em especial, pelas áreas sertanejas baianas, tenha sido a procura por metais preciosos, a instalação de inúmeras fazendas na região propiciou o surgimento de outras atividades fundamentais para a fixação do colono e expansão dos seus domínios: a pecuária, sobretudo, a bovina, a agricultura de subsistência e a cultura do algodão

Sob o ponto de vista populacional, os primeiros habitantes do município foram os índios, dos grupos pataxós, imborés e camacãs. Na segunda metade do século XVIII chegaram os colonizadores portugueses, que trouxeram os escravos negros. Posteriormente foi de grande influência a chegada de imigrantes europeus, principalmente os italianos, que chegaram no início do século XX.

Poções possui uma área total de 966,3 km<sup>2</sup>, ocupada por 44.152 habitantes, densidade demográfica 45,7 hab./km<sup>2</sup> sendo que a maioria (31.753) mora na zona urbana, cabendo à zona rural 1/3 da população total (12.399).

### **Sobre a Umbanda em Poções**

Foi essa religião, a Umbanda, uma mistura de elementos diversos, que acabou penetrando no município de Poções por volta da década de 1940, valendo ressaltar que as informações acerca do seu surgimento são informações de cunho oral (parentes e filhos de santo de terreiros de Umbanda da época e moradores antigos da comunidade que viveram esses acontecimentos) não tendo o município registros históricos escritos sobre este tema, como possíveis notícias antigas de jornais locais ou registros de boletins de ocorrência.

O município de Poções tem, atualmente, cerca de 23 terreiros de religiões de matrizes africanas, sendo maioria terreiros de Umbanda. Boa parte está localizada em áreas *rururbanas* (Garcia, 2005) que ficam entre a zona urbana e rural, geralmente onde se localiza a população mais carente da cidade. Estas zonas são locais propícios para a instalação destes terreiros, pois os mesmos exigem áreas geralmente territoriais grandes.

Estes terreiros cultuam, dentre outras entidades, orixás de origem africana, tais como Exus e Pombagiras, Ogum dos mais variados tipos (como os Ogum de Ronda, Ogum de Lei, Ogum Beira-mar, Ogum Marinho), Iansã, Iemanjá, Oxum, Xangô, Oxóssi, Omolu (muito associado aos Pretos velhos), os Ibejês (ligando e São Cosme e São Damião). Por outro lado, são cultuados os Caboclos, com uma grande variedade de nomes e tipos (Caboclos das matas, Caboclos do sertão, Caboclos das pedreiras etc.). Outros tipos de entidades espirituais são "os encantados", em geral *marinheiros*, *marujos*, *navegadores* e *pescadores*, que, na maioria, têm suas histórias associadas a desencarnes nas águas profundas do mar. São *comandados* e *chefiados* pelo "Mestre Martim", considerado como grande *catimbozeiro* e que trabalha com as energias das águas do mar. Em algumas regiões são conhecidos como *baianos* ou *marujeiros*. Estas entidades quase sempre se apresentam bêbados, e tem em suas danças o balanço das ondas do mar. Suas cores são o branco e o azul, e ritualmente são vestidos de marujos, tendo no peixe o seu símbolo máximo, comendo todos os tipos de frutos do mar, fumando, bebendo cerveja, cachaça e outros tipos de bebidas.

Cada um destes terreiros tem suas especificidades e calendários próprios, rendendo homenagem aos mais diversos tipos de entidades. Costumam ter suas festas de certas maneiras ligadas às da Igreja Católica, principalmente na época da semana santa, época em que quase todos os terreiros são fechados em respeito ao período sagrado católico, reabrindo no sábado de aleluia.

Os primeiros terreiros de Umbanda que se tem notícias no município de Poções, segundo as fontes orais, datam da primeira metade do século XX.

Segundo entrevistas realizadas com pais e mães de santo e parente destes, sobretudo os mais antigos, é possível se ter uma noção histórica do período de início desses cultos em Poções. Nas palavras de Mãe Bibiu de Ogum<sup>7</sup>:

*Quando eu era menina e ia ao Açude, em cima do paredão do Açude tinha um homem que rezava e passava banhos e tocava tambor, o nome dele era seu Fulô, ou Padrinho Fulô. Eu tinha 07 anos de idade e hoje tenho mais de 40. Ele tinha muitos filhos-de-santo e até hoje ainda existe muitos deles aqui em Poções. Só que não querem mais saber disso não.*

Outro fato interessante acerca da chegada da Umbanda em Poções, segundo algumas entrevistas, foi o grande fluxo migratório, o chamado “vai e vem” de nordestinos poçoenses para o Sudeste brasileiro, sobretudo para o eixo São Paulo e Rio de Janeiro, à procura de trabalho e, conseqüentemente, de uma possível melhoria de vida. De acordo com Sene (1998, p. 359), “com o processo de industrialização, a região Sudeste pôde se tornar efetivamente o grande polo de atração de migrantes, que saíam de sua região de origem em busca de emprego ou de melhores salários.”

Ainda sobre o tema em questão, Prandi (1991, p. 51) afirma que:

*Os migrantes nordestinos que representam menos de 3% da população paulista em 1940, chegarão a 10% nas décadas de 60 e 70 e a 13% em 1980. Dentre eles, os maiores contingentes são os baianos, seguidos dos pernambucanos, desde 1940 até hoje, suplantados, conjuntamente, apenas pelos mineiros. Em 1980, quando a região Metropolitana da Grande São Paulo ultrapassa os 12 milhões de habitantes, nada menos de um milhão são nordestinos chegados há menos de dez anos, sem contar os que aqui residem por mais tempo.*

As migrações pelo território brasileiro, assim como qualquer movimento populacional, ocorreram por motivos que impelem a população a se deslocar pelo espaço de forma permanente ou temporária. Ao longo da história, verificamos que esses movimentos migratórios estão associados a fatores econômicos.

Foi, portanto, também graças a esses movimentos internos da população, com a saída para o eixo Sul-Sudeste brasileiro e com o conseqüente retorno para Poções, que muitos terreiros de Umbanda se instalaram, como atesta o seguinte depoimento de Dó de Preto-Velho Nagô<sup>8</sup>:

*Fui para São Paulo com 20 anos e lá conheci minha primeira esposa, que era de lá, do interior de Taubaté e meu sogro mexia com isso, era espírita de mesa branca e atendiam todas as terças e quarta feiras, acabei precisando frequentar para fazer alguns trabalhos e por lá fiquei, até que um dia recebi meu primeiro guia que era um Preto-Velho Nagô. Depois disso, não parei mais de receber entidades, e tornei membro da casa de meu sogro, meu casamento não deu certo e vim embora para a Bahia, para a região do Capim de Cheiro aqui em Poções, e comecei a mexer com isso, e logo surgiram os primeiros médiuns, e tudo se iniciou.*

Ainda segundo o depoente:

*Vim para a cidade (Poções), onde não pretendia mexer com nada disso, mas foi mais forte do que eu [...], uma vizinha precisou dos meus préstimos e eu fiz o primeiro trabalho aqui na cidade, a notícia se espalhou porque o trabalho deu certo, e começaram a me procurar mais para outros e outros, foi quando montei meu centro aqui na rua. E várias pessoas me procuraram e continuam a procurar até hoje, não cobro, dão o que podem e sempre voltam para outros trabalhos e me dão mais, sou feliz por Deus ter me dado esse dom de ajudar aos que precisam. Quando eu cheguei para aqui conheci um outro médium que também veio de São Paulo, que trabalhava aqui em Poções, mas foi morar em Minas, hoje ta lá.*

Percebemos que a migração para outras regiões do país, além de procurar melhoria de vida, também contribuiu para a disseminação da Umbanda pelos mais recônditos lugares do Brasil.

Percebe-se que uma parte significativa da religião Umbandista em Poções foi trazida pelo fluxo migratório dos Poçoenses em busca de melhores condições de vida em outras cidades do Brasil, em especial as do Sudeste. Essas casas primeiras se instalaram por aqui e foram entrando em contato com outras formas de culto também ligado a Umbanda como nos relata a Ialorixá Mãe Bibiu de Ogum<sup>9</sup>:

*No início eu tinha apenas alguns caboclos e com o tempo fui cultuando e recebendo outros para compor o “meu navio”, hoje ele está completo. A minha Padilha foi assentada por Mãe Bia, anos depois, quando eu já tinha mais de 20 anos de idade. Assim também foi com o Caboclo Laje Grande e com meu Boiadeiro, que até então eu não os recebia.*

Em depoimentos de pessoas locais ligadas à Umbanda, é perceptível a mistura com outras formas de culto, agregando para si elementos vários:

*Eu não mexia com esse negócio de jogo de cartas de baralho não, um dia conheci uma cartomante que me ensinou a arte de jogar, ai fui jogando, gostando e aprendendo e foi dando certo, e comecei a jogar com mais credo. Um dia enquanto jogava recebi uma Pombagira, que fez toda a leitura para mim. O nome de ela é Iaba (Depoente X<sup>10</sup>).*

É deste emaranhado de situações sociais, econômicas e políticas que a Umbanda chega à cidade de Poções por volta dos anos 30 do século passado e se estende por todas as décadas seguintes, cada vez mais prosperando e aderindo a novas situações advindas de outras culturas, sejam elas locais ou vindas de outras regiões do Brasil.

## **Fontes e Referências Bibliográficas**

- BASTIDE, R. **O candomblé da Bahia**: rito nagô. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz; revisão técnica Reginaldo Prandi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BERKENBROCK, V. J. **A experiência dos orixás**: um estudo sobre a experiência religiosa no candomblé. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CONCONE, M. H. V. B. **Umbanda**: uma religião brasileira. São Paulo: FFLCH, USP, CED, 1985.
- GARCIA, H. C. **Geografia**: de olho no mundo do trabalho. São Paulo: Scipione, 2005. v. único.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. p 254 e 255
- NEGRÃO, L. N. **Entre a crua e a encruzilhada**: formação do campo umbandista em São Paulo. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996.
- ORTIZ, R. **A morte branca do feiticeiro negro**: umbanda e sociedade brasileira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PÓVOAS, R. do C. Dentro do Quarto. In: CAROSO, C.; BACELAR, J. (Orgs.). **Faces da tradição Afro-brasileira**: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 2006. p. 257-88.

PRANDI, R. Pombagira e as faces inconfessas do Brasil. In: **Herdeiras do axé**. São Paulo: Hucitec, 1996.

RAMOS, A. **A aculturação negra no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional, 1942. v. 224.

\_\_\_\_\_. **As culturas negras no novo mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional, 1946. v. 246

SODRÉ, M. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.



## **BEBERAGENS, BATUQUES E FEITIÇOS: RELAÇÕES ENTRE A CRENÇA E A CURA NO FINAL DOS OITOCENTOS EM MARUIM – SE**

*Daiane de Jesus Oliveira*

### **Introdução**

Em 20 de abril de 1889 foi aberto um inquérito policial contra o curandeiro Balbino Leite. Segundo essa fonte ele estaria ministrando “substâncias venenosas a pessoas do povo”, causando a morte de um jovem chamado Antônio e agravado o estado de saúde de uma mulher chamada Maria.<sup>102</sup> Mas, os testemunhos presentes em tal documento apresentam ricos detalhes que ajudam a compreender as concepções de doença e de cura da segunda metade do século XIX.

O jogo de escalas usado pela abordagem micro-histórica permite uma análise minuciosa dos comportamentos relacionando-os, quando necessário, ao contexto macrossocial, dessa forma, enriquece a pesquisa histórica, já que partindo do “micro” existem muito mais questões a serem examinadas do que as que são exploradas por modelos totalizantes e generalizantes.

A historiografia brasileira por um longo tempo percebia o curandeirismo como algo que existia somente para cobrir os espaços deixados pela medicina durante os períodos em que essa ciência não havia alcançado a eficiência que presenciamos atualmente e de que os curandeiros seriam procurados por pessoas pobres, ignorantes e supersticiosas. Essa visão passou a ser questionada a partir da década de 1990, quando alguns historiadores, embasados em pesquisas antropológicas e sociológicas, perceberam que as pessoas possuíam explicações para a origem da doença e seu consequente tratamento que orientavam suas escolhas.

As concepções de doença e de cura foram consideradas bases estruturantes das representações da doença e da saúde que aparecem na principal fonte que analisamos. Estas, por sua vez, são capazes de comandar atos e definir identidades.<sup>103</sup> Assim, o enfoque dado permitiu que o curandeirismo fosse visto livre dos estereótipos que limitavam o seu entendimento.

### **Vendendo “beberagens” e combatendo feitiços**

Em 20 de abril de 1889, o médico Antônio Freire de Mattos Barretto foi à Promotoria Pública da cidade de Maruim munido de uma garrafa contendo um líquido desconhecido. Ele estava decidido a provar que a substância possuía “ação corrosiva” e que foi responsável por ter agravado o estado de saúde de Maria, mulher de Manoel Antonio Pacatuba. Com essa denúncia foi aberto um inquérito policial contra o curandeiro Balbino Leite, a fim de apurar o caso. Ele foi o primeiro a testemunhar e acrescentou que “examinando-a encontrou-a sofrendo de uma gastro enterite aguda (...) ministrando-lhe um laxante de risagnige [?] alçainado.”

A segunda pessoa a testemunhar foi Bernardino José d’Oliveira que declarou ter quarenta e cinco anos, morar em Maruim, ser casado e pedreiro. Ele desconhecia o caso

---

<sup>102</sup> AJES. MAR/C. 2º Of. *Inquérito Policial*, cx. 01/1014. 20/04/1889.

<sup>103</sup> CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

de Maria, porém, sabia que o falecido Antônio “andando adoentado de um catarro foi se tratar do malefício fora d’esta cidade e que voltando veio em pior estado, e que agravando-se o seu estado a testemunha ouviu em certa ocasião vomitar sapo e cabelos pela boca”.

Bernardino não acusa diretamente o réu ao afirmar “que hoje mesmo ouviu da mãe do finado Antonio dizer ao Delegado de Polícia que Balbino havia dado remédio ao dito Antonio e que ignora o efeito que produzira os tais remédios”.

Ninguém melhor para esclarecer informações sobre a misteriosa morte de Antonio do que sua própria mãe dele, que esteve com ele durante esse difícil momento. Ela se chamava Maria Flora do Espírito Santo, disse ter aproximadamente cinquenta anos e que era casada. O depoimento dela contradiz o de Bernardino. Em primeiro lugar, indicou que o finado sofria “de uma fraqueza nas pernas” e não de “catarro”. Em segundo lugar, disse que não aceitou a garrafa que continha a substância curativa e novas pistas aparecem.

Maria Flora explicou ter conversado com uma pessoa “na rua do Rozario” a respeito do sofrimento de seu filho e que esta concluiu que um “malefício” tinha provocado o estado em que ele se encontrava, chegando a lhe indicar um homem chamado Barnabé “que curava d’estas coisas” e morava em Sacco do Bomfim no Município de Divina Pastora. A mãe de Antonio continua dizendo que

*seu filho para ali se dirigindo entendeu-se com a pessoa apontada, esta deu-lhe duas jarras com uma beberagem digo uma beberagem branca e água adocicada com gosto amargo, e que seu filho passando a fazer uso da dita beberagem deu logo em vomitar cabelos enrolados, sapo e grangugito, e até ela testemunha viu em uma das ocasiões seu filho sofrer um grande ataque que o prostrou para vomitar uma cobra que ela testemunha ainda viu a cabeça fora não sabendo se conseguiu expeli-la ou não; que depois de tal remédio começou seu filho a deitar grande quantidade de matéria pelo a boca e água de sangue por baixo.*

Dando continuação ao testemunho, aparece uma possível explicação sobre o envolvimento de Balbino nessa história.

*achando-se seu filho em tal estado apareceu em sua casa Balbino de tal declarou que era sócio ou companheiro da pessoa que tinha curado seu filho e que este nada mais tinha, apenas precisava deitar fora uns restos e que isto faria tomando umas garrafas preparadas por ele Balbino; que pedindo ela testemunha a Balbino para preparar as garrafas, este lhe disse que não podia, porquanto estava muito agravado com Bernardino pai do doente porque dizer que ele Balbino estar matando seu filho a pretexto de cura-lo de malefício que ela testemunha não foi ver a garrafa que afinal Balbino prometeu dar, porque a isso se opôs seu finado filho receoso de que Balbino estando intrigado com seu pai lhe desse qualquer veneno.*

Não é comum ver curandeiros trabalhando em sociedade com outros, pelo menos não encontramos essa informação entre os autores que foram consultados sobre o tema. Por que razão Balbino se declarou sócio de Barnabé?

A boa fama de um curandeiro dependia dos resultados do seu trabalho, se curasse alguém a notícia logo corria pelas vilas e cidades e outras pessoas iriam procurá-lo. Antônio, por exemplo, saiu de Maruim em busca de Barnabé que estava no Povoado

Saco do Bomfim pertencente ao município de Divina Pastora pela boa reputação que este construiu entre as pessoas, sendo dessa forma que a mãe dele soube desse terapeuta popular e o aconselhou a encontrá-lo. E mais, não se importou com a distância, que naquela época não era desprezível, mesmo se tratando de municípios vizinhos, viajando no lombo de um cavalo ou de um jumento como era comum na época, pois os automóveis ainda não haviam sido inventados. Provavelmente, Balbino estava aproveitando a fama dele dizendo ser seu sócio para adquirir credibilidade.

Mas, temos outra questão a ser respondida: de que forma Balbino poderia estar causando o “malefício” se Maria Flora afirma que não recebeu o remédio feito por ele? Ela teria motivos para mentir sobre o ocorrido?

Se a mãe de Antônio deu ou não o remédio feito por Balbino, é impossível saber. Ela poderia sentir culpa e por isso encobrir o que fez. Mas, devemos pensar que se trata de uma mãe que acaba de perder um filho. Nesse momento de sofrimento, essa mulher apontou o suposto sócio do réu, deixando claro que “seu filho agravou-se mais depois dos remédios que lhe foram dados pelo tal Barnabé sócio de Balbino, a ponto de sucumbir quarta-feira d’ esta semana”.

Entretanto, que motivos teria esse curandeiro para causar tal mal a Antônio segundo a visão de Bernardino, levando em conta que o desentendimento entre os dois aconteceu somente após a acusação feita por ele a Balbino?

Quanto a Barnabé, Maria Flora explica “que seu filho antes de morrer dissera a ela testemunha que a pessoa do sócio do Bomfim que o curara trocara o nome, dando a uns com Barnabé e a outros um nome diverso que ela testemunha não se recorda agora.” Portanto, fica sendo uma figura misteriosa para nós.

Firmino Manoel Pereira foi a última pessoa a testemunhar. Ele se declarou viúvo, ter trinta anos, morar em Maruim e exercer a profissão de banqueiro. Sobre o caso afirmou

*que sabe que Balbino de tal a pretexto de curar de feitiçaria tem dado beberagens a diversas pessoas como bem a ela testemunha a quem Balbino já deu uma garrafa contendo aguardente do reino, casca de jurema, alho e muito fumo; que estes remédios não lhe tendo feito benefício nenhum ela testemunha não quis pagar, o que deu lugar a Balbino que entregou ao Delegado de polícia.*

Firmino Pereira continua dizendo que

*sabe que a mulher de Manoel Pacatuba que mora perto d’ele testemunha foi também tratada por Balbino e que não tendo pago toda a quantia ajustada foi ameaçada por Balbino de levá-la ao batuque de cemitério, e que poucos dias depois d’ esta ameaça esteve ela mortalmente doente, a ponto de o Sargento do destacamento ir buscá-lo para obrigá-lo a dar remédio à doente, e que esta fazendo uso de uma beberagem pelo mesmo dada passou a lançar pequenos molhos de cabelos, retalhos de chita e palha de empalhar cadeira e pedras pelos ouvidos; que depois foi chamado o Doutor Mattos que deu à doente remédios depois do qual a doente fez muita obra e melhorou.*

Segundo o depoimento do médico Antônio Barretto a substância feita por Balbino teria causado prejuízo a saúde de Maria. Entretanto, Firmino apresentou uma explicação diferente, em que a enferma piorou depois da ameaça feita pelo curandeiro, que se sentiu prejudicado com o não pagamento de seus serviços. Ela, então, ficou abalada a

ponto de chamar um sargento, que devia compartilhar das mesmas crenças, já que o obrigou a elaborar um medicamento, que podemos considerar um antídoto contra feitiçaria. Depois tal mulher passou a apresentar sintomas semelhantes aos de Antonio, expelindo objetos, caracterizando, dessa forma, que havia sido alvo de bruxaria.

O ato de expelir “sapo e cabelos pela boca”, são características que apontam que a enfermidade teria sido causada por meio de feitiçaria. No Brasil colonial era muito comum as pessoas apresentarem tais manifestações após terem sido vítimas de algum “malefício”, como bem expôs Laura de Melo e Souza em seu livro “O diabo e a Terra de Santa Cruz”.<sup>104</sup> Segundo a autora a doença era materializada e os elementos usados pelos feiticeiros deveriam ser colocados para fora do corpo “pela boca, pelo ânus, pela vagina, através da própria pele”, inclusive animais vivos e os cabelos representavam “energia vital”, sendo utilizados “positiva e negativamente”.

Nesse sentido percebemos que houve uma continuação da explicação da origem das doenças provocadas por forças “sobre-humanas” do período colonial até o século XIX. Procurar curandeiros, por essa razão, estava plenamente de acordo com esse entendimento, pois se Antônio e sua família acreditavam que ele estava enfeitado iria precisar de alguém com poderes para fazer um contra-feitiço e esse papel era desempenhado por curandeiros, daí ele ter buscado a ajuda de Balbino.

O princípio da expulsão de elementos usados pela feitiçaria a fim de obter a restauração da saúde também aparece no discurso de Maria Flora. Mas, são incluídos dois novos: o “grangugito” e “uma cobra”. Esses fazem parte da variedade de animais que poderiam ser expelidos.<sup>105</sup> O uso de laxantes, como prescreveu Antônio Barretto a Maria não está alheio a essa noção, pois seu fim também é o de liberar materiais do corpo. Porém, os médicos se baseavam na teoria dos humores, que considera o corpo um microcosmo regido pelos quatro elementos da natureza e sujeito às forças dos astros, a doença, estranha ao organismo, destrói o equilíbrio, então, a fim de restabelecê-lo ela devia ser expulsa. Os feitiços, por outro lado, eram manipulados por seres humanos e não pela natureza.<sup>106</sup>

Embora não tenha produzido o efeito esperado por Firmino, a “beberagem”, conhecida no Nordeste como “garrafada” e vendida nos mercados até a atualidade, continha ingredientes que constam no “Dicionário de Medicina Popular” editado pela primeira vez em 1842 e que foi um grande sucesso de vendas no Brasil. A “aguardente” era usada para “excitar as forças”; a “casca de jurema” resolvia problemas de “inchações”; o “alho” como “estimulante para o estomago” e “vermifugo para as crianças”; e o “fumo” contra “clysteres nas hernias estranguladas, na asphyxia, paralysis da bexiga, epilepsia, tétano, etc.”.

A referência ao “bатуque de cemitério” enquanto prática realizada pelo réu para ameaçar Maria, nos aproxima mais da identidade de Balbino e da compreensão do medo que ele despertou em Maria, Bernardino e Antonio. O batuque é uma religião de origem africana cujos primeiros terreiros surgiram no Rio Grande na primeira metade do século XIX, entretanto, esse termo pode ter outro sentido conforme indicou Ari Oro: “Bатуque é um termo genérico aplicado aos ritmos produzidos à base da percussão por frequentadores de cultos cujos elementos mitológicos, axiológicos, linguísticos e ritualísticos são de origem africana.” O temor desencadeado por Balbino fica mais

---

<sup>104</sup> SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

<sup>105</sup> Idem, p. 174.

<sup>106</sup> RIBEIRO, Márcia Moisés. **A ciência nos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997, p. 73.

compreensível, então, quando o ligamos ao modo como as pessoas percebiam os negros, que eram conhecidos no Brasil como grandes feiticeiros.

Outra situação semelhante a esta ocorreu com a curandeira Maria Antônia, durante a segunda metade do século XIX. Ela foi uma das quatro pessoas que tratou uma jovem, mas a família desta responsabilizou a curandeira de tê-la envenenado. A explicação para isso estaria na sua origem étnica, negra forra, e pela condição de mulher.<sup>107</sup>

A base da acusação contra Balbino Leite era a venda de substâncias venenosas. Em relação ao falecido Antonio se pronunciaram as testemunhas Bernardino José, que o acusa indiretamente e Maria Flora, que apontou o curandeiro Barnabé. Sobre a enfermidade de Maria, o médico Antonio Barreto culpa o indiciado diretamente e Firmino também. Não temos como saber se as “beberagens” feitas por ele seriam capazes de matar ou desenvolver malefícios a saúde, mas, o que nos interessa são as representações que orientavam a busca do curandeirismo enquanto prática de cura e não julgar quem estava “certo” ou “errado” e também não se trata de fazer uma defesa aos curandeiros.

O processo foi arquivado em cartório em 1º de julho de 1889. Balbino não foi convocado a depor e nem condenado. Embora não haja informações sobre o seu destino, podemos supor que esse curandeiro, livre das acusações, tenha continuado a vender suas beberagens.

### **Considerações finais**

Não foi possível saber detalhes da vida de Balbino Leite, assim como fez Carlo Ginzburg (2006), com seu personagem Menocchio em “O queijo e os vermes”, pois encontrar fontes revelem dados da vida de pessoas das classes menos favorecidas é uma raridade, mas nem por isso devemos cruzar os braços e deixar de extrair o máximo possível de informações dos fragmentos que foram deixados por indivíduos de diferentes épocas.

O fato de a ciência médica não conhecer a etiologia e a cura de muitas doenças, não impediu as pessoas de criarem suas lógicas de interpretação em relação ao adoecimento do corpo e de como tratá-lo. Nesse sentido, o curandeirismo deve ser compreendido como uma prática de cura que faz parte da cultura do Brasil e que foi comum a índios, negros e brancos, que formaram o povo brasileiro, portanto, algo que lhes era comum, e em que era empregado o conhecimento da flora e da fauna na elaboração de medicamentos, junto a força espiritual que era atribuída aos curandeiros.

Percebemos que independente de ter alcançado a cura ou não, os indivíduos que praticavam o curandeirismo eram percebidos como figuras que possuíam poderes sobrenaturais, tanto para fazer o bem, quanto o mal. A crença em feitiços estava presente nas representações sobre a origem das doenças e direcionava a busca pela prática de curandeirismo, que, diferente da medicina acadêmica, trabalhava com o lado espiritual.

Antes da escolha do agente da cura vem a crença e, até a ciência precisa dela. A medicina teve que construir uma representação coletiva que lhe imputasse legitimidade e isso veio se concretizar com a repressão dos curandeiros e ao mostrar resultados positivos com a descoberta de tratamentos eficazes no combate as doenças a partir de

---

<sup>107</sup> WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço: as práticas da cura no sul do Brasil. (1945-1880)**. 1ª edição, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

1940.<sup>108</sup> Esse processo não ocorreu sem resistências populares, já que as mudanças nem sempre são absorvidas de forma passiva.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- ORO, Ari. Religiões afro-brasileiras do Rio do Sul: passado e presente. **Revista Estudos Afro-asiáticos**, p. 345 – 384.
- BURKE, Peter. Trad. Sérgio Góes de Paula. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CAMPOS, Eduardo. **Medicina popular do Nordeste: superstições, credices e mezinhas.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.
- CHALHOUB, Sidney et al. (org.). **Artes e Ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de Medicina Popular.** Paris: Editora A. Roger & F. Chernoviz, 1890. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/>. Acesso em: 23/12/2008.
- ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. IN: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GUIMARÃES, Maria R. C. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos.** Vol. 12, n.2, p. 501-14, maio-ago. 2005.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ORO, Ari. Religiões afro-brasileiras do Rio do Sul: passado e presente. **Revista Estudos Afro-asiáticos.**
- PIMENTA, T. S. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). **História. Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. V(2): 349-72 jul. -out. 1998.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. **Ciência nos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII.** São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930).** São Paulo Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Henrique Batista e. **História da Medicina em Sergipe.** Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2007, p. 258.
- Silva, Wellington Barbosa da. “Uma autoridade na porta das casas”: Os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX (1830-1850). **SAECULUM - Revista de História**, nº 17; João Pessoa, jul/dez, 2007.
- SOARES, M. de S. Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. VIII(2): 407-38, jul.-ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n2/a06v08n2.pdf>. Acesso em: 28/12/2007.

<sup>108</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na república rio-grandense (1889 – 1928).* Santa Maria: Ed. da USC, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar:** Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço:** as práticas da cura no sul do Brasil (1845-1880). 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

\_\_\_\_\_. Curar como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. *Tempo*, Rio de Janeiro, n°19, pp. 13-25. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n19/v10n19a02.pdf>. Acesso em: 28/12/2007.

**AJES.** MAR/C. 2º Of. Inquérito Policial, cx. 01/1014. 20/04/1889.

**AJES.** MAR/C 2º OF. Inquérito Policial. Cx. 01/1014. 23/07/1897.

Fala com que o presidente Francisco de Corrêa Cunha Barretto abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura. Typ. do Jornal de Sergipe, 2 de março de 1884.

Fala do Presidente de Província Olympio M. dos Santos Vital. Typ. da Gazeta de Aracajú, 03 de abril de 1888.

## CONFIRMAÇÃO DE UMA CARTA PATENTE: A CRIAÇÃO DA COMPANHIA DE FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO NO PERNAMBUCO SETECENTISTA

*Davi Celestino da Silva*

Ao buscar fazer da América portuguesa o espelho do mundo Lusitano fora imposto o Direito que se transforma em instrumento de aplicação à cambiante realidade cotidiana dos valores tidos por universais e permanentes<sup>109</sup>. Vale ressaltar que no Brasil vigiram três formas de leis: As régias; Eclesiásticas e Inquisitoriais, que por sua vez misturavam-se à atender exigências de duas esferas, a saber, a defesa da Igreja e sua Ortodoxia, como também a defesa da unidade das consciências imposta pela Coroa portuguesa, até porque era muito íntimo e inseparável a relação entre *Cruz e Coroa, Altar e Trono, Religião e Império* no mundo Ibérico. Desse modo a Instituição do Tribunal do Santo Ofício revelou-se uma importante e fundamental *peça* na conjuntura do controle social, principalmente no que toca aos assuntos relacionados à matéria de fé.

Nossa presente comunicação busca abordar no contexto da presença da Santa Inquisição em Pernambuco, a dinâmica e a influência da Familiatura Inquisitorial na sociedade da Capitania de Pernambuco, e o quanto essa sociedade estava sujeita aquela instituição no período de 1654 e 1750. Para tanto tal abordagem envolvendo a Familiatura do Santo Ofício, será direcionada no âmbito da História social sob a perspectiva do professor António Manuel Hespanha. Vale aqui ressaltar o fator do nosso recorte temporal, devido ao fato em que nesse período em destaque ocorreu um significativo aumento acerca dos pedidos ao hábito de Familiar do Santo Ofício tanto na Metrópole, quanto nas conquistas do Ultramar, como nos revela Veiga Torres<sup>110</sup> em seu artigo:

*A análise dos processos de habilitação dos pretendentes à carta de Familiar vai permitir- nos verificar que, por um lado a burocracia inquisitorial foi permeável à procura de carta por parte de gente de muita “qualidade”, da mais alta aristocracia do Reino, e dos lugares mais cimeiros da sua governação, sem que a todos fosse concedida, por razões de “sangue”, e que por outro lado, a procura e a concessão de carta de Familiar a gente de “menor qualidade”, particularmente a partir do último quartel do século XVII, foi crescendo em completa dissonância com as necessidades funcionais da instituição<sup>111</sup>.*

Solicitava Antônio Francisco Monteiro através do requerimento ao Conselho Ultramarino à confirmação de sua carta patente de capitão da companhia de Familiares do Santo Ofício da vila do Recife. O posto provido pelo então governador, e *capitão general* da Capitania de Pernambuco, o conde de Villa Flor, Antônio de Souza Manoel e Menezes, necessitava assim de uma confirmação real, pois sem a tal confirmação o

---

<sup>109</sup> SIQUEIRA, Sônia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, RJ, Julho/ Setembro de 1996. p. 497.

<sup>110</sup> José Veiga Torres é professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

<sup>111</sup> TORRES, José Veiga. **Da Repressão Religiosa Para a Promoção Social: A Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil**. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11594/1/Da%20Repress%C3%A3o%20Religiosa%20para%20a%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20Social.pdf>



referido capitão Antônio Francisco Monteiro encontrava-se impossibilitado de exercê-lo:

*e porque para continuar no exercício do dito posto, necessita de ser confirmado nelle por Vossa Magestade, assim como o forão seus antecessores, Roque Antunes Correa, e Christovão de Freitas Guimarães, como se ve das certidões que também apresenta*<sup>112</sup>.

Partindo daquela citação observa-se a complexidade de alguns dos ofícios praticados na América portuguesa, que só funcionavam a partir da concessão real, mesmo seu ocupante já o estar exercendo. Tal procedimento só sustenta a teoria da complexidade entre a Metrópole e suas colônias. Mas afinal o que representava essa companhia de Familiares do Santo Ofício da Vila do Recife? Para buscar responder essa pergunta, torna-se tão necessário primeiramente explanar quem eram os Familiares do Santo Ofício, categoria de funcionários inquisitoriais leigos que cuidavam em auxiliar o Tribunal da Santa Inquisição Portuguesa no que toca a assuntos relacionados à matéria de fé.

Na obra *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente ignoram*, escrita pelo Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo em fins do século XVIII, há uma referência ao termo Familiares no que toca a História eclesiástica:

*Assim dizemos hoje os que pertencem a uma família, e são conmensaes, e apaniguados dela. Porém não era assim em os documentos monásticos, que nos restam desde o século X até o XIII. Neste se tomava quase sempre por aquelles seculares, que doando todos os seus bens, ou grande parte deles a algum mosteiro, ou qualquer outra casa ecclesiástica, ou religiosa; umas vezes se entregaram eles mesmos ao serviço da tal corporação debaixo da obediência do seu prelado; outras vezes ligados com o matrimônio, ficavam em suas casas, como caseiros colonos, ou usufructuarios dos ditos lugares santos, que os fazem participantes de todas as boas obras, que nas ditas corporações se faziam, ou pelo tempo se houvessem de fazer*<sup>113</sup>.

Como se percebe partindo daquela citação o termo *familiar* já denota uma representação de caráter íntimo, de proximidade, como também o de pessoa devota ao universo eclesiástico. De acordo com os estudos inquisitoriais, a referência em relação ao aparecimento do cargo de Familiar do Santo Ofício vem desde o período medieval: *Nas suas origens mais remotas, a referência aos Familiares aparece na Inquisição medieval em carta de Inocêncio IV aos Inquisidores de Florença em 1282, aludindo-se a esses funcionários como integrantes e dependentes do Santo Ofício*<sup>114</sup>. A presença dos Familiares do Santo Ofício em cerimônias públicas era inescapavelmente permeada por representação solene, onde os mesmos acompanhavam os réus aos autos-de-fé.

<sup>112</sup> AHU\_ACL\_CU\_015. Cx.109, D. 8471

[post. 1770, setembro, 7] **Requerimento do Capitão da Companhia dos Familiares do Santo Ofício do Recife, Antônio Francisco Monteiro ao Rei D. José I, pedindo confirmação de carta patente. Anexos: 3 Docs.**

<sup>113</sup> VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. **Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal se usaram e que hoje Regularmente ignoram**. Obra do Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, sendo sua primeira edição nos anos de 1798/ 1799.

<sup>110</sup> CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da Fé: Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial**. São Paulo: Edusc, 2006.

O grande ponto a ser considerado sobre essa categoria se deu através do aumento significativo com relação ao pedido do hábito de Familiar do Santo Ofício, especificamente no último quartel do século XVII. O que a historiografia inquisitorial específica é que enquanto há um aumento do número de Familiares inquisitoriais, tanto na Metrópole, quanto na América portuguesa, o mesmo não ocorre com o número de vítimas, ou seja, o cargo de Familiar do Santo Ofício criou um dispositivo voltado à promoção social, tornando aquela categoria socialmente distinta no corpo da sociedade de Antigo Regime.

José Veiga Torres<sup>115</sup> manifestou um posicionamento com precisão tal em relação à perspectiva em analisar a Familiatura do Santo Ofício na perspectiva da distinção social que merece ser citado:

*Com os dados estatísticos que adiante referiremos, pode constatar-se que a expansão da procura da Carta de Familiar segue uma curva simetricamente inversa à curva de declínio da actividade repressiva, e que a curva de expansão dos quadros burocráticos, particularmente dos Comissários e Notários, acompanham, não a actividade repressiva, mas sim a curva da procura da Carta de Familiar. A expansão do número de Familiares e Notários corresponde mais visivelmente à expansão de Familiares, por serem os eclesiásticos que, representando o Santo Ofício nas cidades, vilas e povoações de maior importância demográfica, aí tinham a fundamental tarefa de realizar os inquéritos sobre as genealogias, a eventual impureza de “sangue”, ou ainda sobre o estatuto social, costumes e cabedais dos pretendentes à Carta<sup>116</sup>.*

Partindo daquela citação observamos que a *Familiatura* inquisitorial representou a partir do segundo quartel do século XVII no corpo da sociedade de Antigo Regime uma mobilidade social<sup>117</sup>. Vale ressaltar que a procura pelo hábito de Familiar do Santo Ofício também encontrava-se dentro da arquitetura de poderes, entre Portugal e suas colônias, em que incorriam homens de negócios, comerciantes de grosso trato, fidalgos. Como bem demonstrado na obra *Na Trama das Redes*:

*Enfim, uma infinidade de diferentes indivíduos que tinham conhecimento das conexões existentes entre os vários espaços e as pessoas que neles se movimentavam. Indivíduos vinculados por diferentes por diferentes tipos de laços, compartilhando determinados fins e estratégias, potencializando, desse modo, seus recursos individuais, bem como os dos grupos dos quais faziam parte<sup>118</sup>.*

<sup>115</sup> José Veiga Torres é professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

<sup>116</sup> TORRES, José Veiga. **Da Repressão Religiosa Para a Promoção Social- A Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia**. Artigo disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11594/1/Da%20Repress%C3%A3o%20Religiosa%20para%20a%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20Social.pdf>

<sup>113</sup> Para entender melhor esse conceito de mobilidade social ver **História e Teoria Social**, de Peter Burke, In: **Mobilidade Social e Distinção Social**. p. 103.

<sup>114</sup> FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs). **Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI- XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 23.

Ao dialogarmos a partir deste comentário encontramos nos indícios no que toca as dinâmicas e relações de poderes envolvendo a Familiatura inquisitorial do Santo Ofício português, e os poderes locais especificamente a partir da segunda metade do século XVII na capitania de Pernambuco, uma série de jogos de interesses particulares, na extensa rede clientelar no interior do Pernambuco colonial. Como bem nos lembra nosso Michelet dos trópicos, Pereira da Costa, os Familiares do Santo Ofício representaram uma categoria composta por pessoas gradas. Segundo o autor dos Anais Pernambucanos:

*[...] existiam, em número ilimitado, os **Familiares do Santo Ofício**, que serviam gratuitamente, \_\_ **pela muita honra e distinção com que eram tidos**. [...] Além das regalias inerentes ao cargo, conseguiram os familiares do governador d. Antônio de Souza Manuel de Menezes, (1763- 68) a criação de uma companhia de infantaria para os auxiliar no seu serviço.*<sup>119</sup>

Além daquela prerrogativa que logravam os respectivos funcionários inquisitoriais, vale aqui mais uma vez ressaltar a criação da companhia dos Familiares do Santo Ofício da cidade de Olinda e praça do Recife pelo então monarca Dom João V no século XVII. Tal procedimento régio evidencia tratar-se de uma categoria que ao longo de sua existência vinham adquirindo prestígio a sociedade, seja no reino, como nas sociedades ultramaras.

Ao mencionarmos a palavra distinção social para aquela categoria não se comete nenhum erro gramatical, pois aos moldes colonialistas, esses cargos inquisitoriais representaram bem uma significativa mobilidade social. Obras como *Tratos e Mofatras* e a *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, abordaram de forma precisa e profunda a trajetória de vida de homens que através do hábito de Familiar do Santo Ofício almejavam dentre outros objetivos cargos municipais e administrativos<sup>120</sup>. A própria aquisição de um hábito de Familiar do Santo Ofício, possuía uma conotação de aproximação ao conceito da nobreza reinol, apesar da assertiva de Evaldo Cabral de Mello que no Brasil não se pode conceber a existência de uma elite colonial, como uma avaliação positiva na referência à elite senatorial romana ou à elite governamental inglesa do século XIX. No mais talvez em alguns momentos do Segundo Reinado<sup>121</sup>.

---

<sup>119</sup> COSTA, F.A. Pereira da. 1851- 1923. **Anais pernambucanos 1493- 1590**. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria d Assuntos Culturais, 1983. V. 1. II. (Coleção pernambucana – 2ª, fase, 2). p. 139.

<sup>120</sup> Respectivamente no livro *Tratos e Mofatras* do professor George Cabral, da UFPE, aborda um trabalho prosopográfico que reconstrói a biografia coletiva de um segmento social, ou seja, o grupo mercantil do Recife colonial no período entre cerca de 1654 a 1759. Neste trabalho o autor analisa a trajetória de vida de homens que vieram buscar na América portuguesa fortuna. E que através de mecanismo de mobilidade social como o do hábito de Familiar do Santo Ofício, almejavam cargos e prestígios na sociedade da capitania de Pernambuco. O segundo trabalho se volta ao estudo envolvendo a denominada guerra dos mascates, no artigo: **Nobres e Mascates na Câmara do Recife, 1713- 1738**, de José Antônio Gonsalves de Mello, em que o autor analisa essa disputa entre a nobreza da terra e os comerciantes reinóis, em que estes últimos. Denominados de mascates eram defamados pela nobreza por serem seus ofícios vinculados ao defeito o mecânico. Entretanto o trabalho resulta num excelente quadro em que podemos observar uma composição dos vereadores e procuradores que fizeram parte da jovem Câmara da cidade do Recife. Dentro desse mesmo quadro podemos observar a significativa presença da Santa Inquisição, através da Familiatura, ou seja, 90% dos vereadores e procuradores também exerciam o papel de Familiar do Santo Ofício.

<sup>121</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco 1666- 1715**. p. 7. São Paulo: Editora 34; 2012 (3ª edição).

Entretanto o que dizer com relação a uma categoria de funcionários que tem a chancela do próprio monarca reconhecendo sua importância dentro do corpo social da então Nova Lusitânia?

*Dom João por graças de Deos Rey de Portugal e dos Algarves de / quem (?) (?) (?) África Senhor da Guiné e da Conquista / navegação, Comércio de Ethiopia, Arabia. (?) e da India / (?) faço saber aos que esta minha Carta Patente levam que / todo Respeito a me representar a Christóvão de Freitas guimarã / es estar, provido por Duarte Silva Pereira Tibão governador e / Capitão general da Capitania de Pernambuco com posto de / Capitão da Companhia dos Familiares do Santo Officio de Pernambuco da Cida / de Olinda e praça do Recife; o qual posto provera por lhe / por lhe parecer conveniente a meu serviço por evitar desordens / pellos ditos Familiares Repugnando obedecer aos coronéis das ordens / por Razão dos seus privilégios e haver na Cidade da Bahia Companhia de Familiares; atendendo ao dito Christóvão de / Freitas guimarães, seu também Familiar do Santo Officio e con / correrem nelle as partes e Requezitos necessários para bem o / par o dito posto tanto pela qualidade de sua pessoa, e bem pro / cedimento, como por me haver servido de Capitão da ordenança / na provisão de Pernaguá distrito de Figueira do Rio grande do / Sul e havendo prestado no Refferido posto com boa Satisfação, (?) / contando as ordens de que fora encarregado e (?) nelle / inteligência, e actividade para qualquer emprego, e porque pa / ra de lhe daqui em diante se haverá com a mesma satis / fação em tudo o de que for encarregado de meu serviço com / forme a confiança que faço de sua pessoa: Hey por bem / de o confirmar ( como por esta confirmo) com o dito posto de Ca / pitão da Companhia dos Familiares do Santo Officio da Cida / de Olinda e Praça do Recife, sem subordinação aos / Coronéis do distrito e havendo ocasião de pegar com Armas, ou / Rebate o dito Capitão com a sua Companhia para segui / das ordens que pelo governador lhe foram mandadas; com o qual / posto não haverá soldo algum de minha fazenda, mas gozará / de todas as honras, privilégios, liberdade, isenções, e franquias, / que com Razão de lhe lhe pertencerem. Pello que mando ao meu / governador e Capitão general de Pernambuco conheça ao dito Chris / tóvão de Freitas Guimarães por Capitão da Refferida compa / nhia e como tal o haverá estima e o diche Servir (?) o di / to posto de (?) da mesma pessoa, e juramento que se lhe deu quan / do (?) entrou aos officiais e Soldados da dita Companhia onde / na também que contudo lhe obedeção e Cumpra suas ordens por es / cristo, e de palavra Como devam e São obrigado que por (?) / (?) detelo lhe mandas passar esta Carta Patente da confirma / ção por duas vias por mim assignada e Sellada com o Sello gran / de de minha Armas Dada na Cidade de Lisboa occidental aos, / Seis dias do mês de Abril de mil Setecentos trinta e Seis // El Rey // \_\_\_\_\_ João Carvalho (?) // João de Souza // O Se / cretário Manuel Caetano Lopes de (?) (?) // Pedro / Pedro Alexandrino de Abreu Bernardo (?) \_\_\_\_\_ E para / que do Refferido consta lhe passei apresenta com vontade do despa / cho retro Lisboa Sete de Setembro de mil Setecentos e Setenta <sup>122</sup>.*

<sup>122</sup> AHU\_ ACL\_ CU\_ 015. Cx.109, D. 8471

No referido trecho daquele estrato encontramos indícios relevantes - ainda que se faz necessário um estudo mais aprofundado acerca dos Familiares do Santo Ofício- que venham corroborar à nossa análise acerca em conceber os Familiares do Santo Ofício como uma categoria que se comporta dentro dos quadros de uma elite local, apesar da crítica, por sinal bastante elucidativa de Evaldo Cabral de Mello:

*[...] frequentemente os historiadores preferem correr o risco de ignorar: a inconfiabilidade dos conceitos históricos. A realidade é que, mais cedo ou mais tarde (melhor mais cedo), a aplicação de conceitos em história tem caráter estritamente aproximativo. Quando o historiador os espreme, na ânsia de retirar mais do que comportam, eles se esfarinham*<sup>123</sup>.

Ao dialogarmos com o referido autor d'*A fronda dos Mazombos*, compreendemos sim o risco do anacronismo, como também a aplicação *forçada* e inadequada de alguns conceitos que na maioria das vezes são simplesmente usados por historiadores a seu bel prazer. No entanto acreditamos que no que toca a perspectiva da análise sobre a Familiatura inquisitorial portuguesa, a partir do ultimo quartel do século XVII, seja no Portugal metropolitano, ou no império como um todo, tal perspectiva historiográfica sobre os Familiares do Santo Ofício, vem sendo através das novas atualizações analíticas enquadradas na perspectiva da promoção social, como bem demonstrado no trabalho de José Veiga Torres, que analisou e concebeu a Instituição do Santo Inquisição Portuguesa (1536- 1821), não apenas em termos da repressão, mas também a partir da perspectiva em termos da promoção social<sup>124</sup>. Ademais vale uma vez mais ressaltar também alguns fatos como o caso das nomeações que esses indivíduos que fizeram parte dos quadros burocráticos daquela instituição, lograram dentro do organograma da administração do Império Português.

O mesmo Veiga Torres manifestou um comentário em seu referido artigo com tal precisão que merece ser citado neste presente apontamento:

*O prestígio social crescente da Inquisição e os particulares privilégios aos portadores da Carta de Familiar do Santo Ofício, faziam desta uma espécie de Carta de Nobilitação, até porque, para além de constituir o documento mais seguro e prestigiado de comprovação da limpeza linhagística, alguns dos privilégios a que dava acesso, pela carga simbólica de distinção nobre que possuíam, aproximavam os Familiares das gentes nobres das localidades, sem que fossem nobres, nem por origem, nem por estatuto profissional*<sup>125</sup>.

Partindo daquela citação fica claro o porque da vontade de pertencimento aos quadros burocráticos inquisitorial, como bem nos lembra a historiadora Sônia Siqueira na obra *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*, ao ponto de certos indivíduos serem presos por se passarem por falsos Familiares do Santo Ofício, como

---

O referido trecho se encontra às páginas 7 e 8 do documento obtido pelo **Projeto Resgate**, que faz parte do acervo documental do Laboratório de Pesquisa e Estudo de História (LAPEH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

<sup>123</sup> MELLO, Idem. p. 8.

<sup>124</sup> TORRES, Idem.

<sup>125</sup> TORRES, Idem.p. 122.

também a presença do fato extraordinário de Familiares do Santo Ofício na América portuguesa antes da ordenação do Regimento de 1613<sup>126</sup>.

A escolha em nossa presente comunicação do documento referente ao requerimento do Capitão da Companhia dos Familiares do Santo Ofício do Recife,

Antônio Francisco Monteiro ao Rei D. José I, pedindo confirmação de carta patente, teve o intuito de ilustrar a análise acerca da categoria dos Familiares do Santo Ofício português, que de início buscaram em suas funções ordinárias a repressão no que toca a vigilância da fé. Entretanto esse seguimento repressor não encontrou espaço aos novos tempos e temporalidades que o mundo moderno abarcava. Tornou-se assim a Familiatura um *dispositivo* de mobilidade social, ou seja, uma categoria que logrou: *honras, privilégios, liberdade, isenções, e franquias*, tudo em nome dos Familiares do Santo Ofício.

### Fontes e Referências Bibliográficas

---

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**, In: **Mobilidade Social e Distinção Social**./ São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da Fé: Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial**. São Paulo: Edusc, 2006.

COSTA, F.A. Pereira da. 1851- 1923. **Anais pernambucanos 1493- 1590**. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1983. V. 1. II. (Coleção pernambucana – 2ª, fase, 2).

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs). **Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI- XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco 1666- 1715**. p. 7. São Paulo: Editora 34; 2012 (3ª edição).

MELLO, José Antônio Gonsalves. **Revista IAHGP**. In: **Nobres e Mascates na Câmara de Recife. 1713- 1738**. 1981. Vol. 53

SIQUEIRA, Sônia. **A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978. pp. 178-181.

SIQUEIRA, Sônia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, RJ, Julho/Setembro de 1996.

SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654- c. 1759)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012

TORRES, José Veiga. **Da Repressão Religiosa Para a Promoção Social: A Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil**. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11594/1/Da%20Repress%C3%A3o%20Religiosa%20para%20a%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20Social.pdf>

---

<sup>126</sup> Um fato que bem representa os falsos agentes inquisitoriais é o caso de Baltazar Coelho, morador em Lisboa, estante no Brasil em Pernambuco, prendeu algumas pessoas e as levou para a Inquisição lisboeta sem ser Familiar ou ter qualquer disto fazer. Acabou no auto público da fé de fevereiro de 1614, onde foi condenado a 2 anos de galés e a 50 açoites. Outro ponto bastante interessante a ser pontuado neste presente apontamento é a presença de Familiares do Santo Ofício na América Portuguesa antes de ser instituído o Regimento de 1613. Pois fora a partir deste código inquisitorial, que fora autorizado a presença dos referidos agentes a atuarem no Ultramar, inclusive no Brasil. Conferir em: A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial, à página, 178.

**Fontes Manuscritas Digitalizadas- Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. (LAPEH UFPE)**

AHU\_ ACL\_ CU\_ 015. Cx.109, D. 8471

**Fontes Impressas ou Digitalizadas**

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. **Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal se usaram e que hoje Regularmente ignoram**

# ENTRE O CORPÓREO E O SAGRADO: REFLEXÕES SOBRE AS LIBERDADES CORPORAIS NO CAMPO RELIGIOSO E CULTURAL E SUA INFLUÊNCIA NA MENTALIDADE E HÁBITOS DA SOCIEDADE

Débora Quezia Brito da Cunha

## INTRODUÇÃO

A história do corpo desempenhou durante muito tempo um papel secundário dentro da historiografia e, no Brasil, ela começa a aparecer com mais intensidade nas discussões acadêmicas, somente na década de 1990. Quando se pensou em estudar o período pós-guerra, foram deparadas novas percepções, não só da sociedade, como também do corpo, e o Brasil não estava alheio a estes acontecimentos.

Os nossos objetos de pesquisa dentro da historiografia muitas vezes surgem de achados, de novas fontes, de novas conexões entre as coisas, de comparações, ou surgem também de insatisfações com os acontecimentos existentes (ARÓSTEGUI, 2006: 470). Em se tratando da história do corpo, ela desempenhou um papel secundário durante algum tempo dentro da historiografia, sendo interpretada muitas vezes simplesmente como um mecanismo. Porém, em fins do século XIX e início do século XX, a relação entre o indivíduo e seu corpo começou a ser definida em outros termos, havendo maior liberdade em desvelar os corpos.

## O CORPO PRIMITIVO E O CORPO NA CULTURA CLÁSSICA

Desde os primórdios da humanidade, a presença física foi fundamental e requisitada como atributo necessário à sobrevivência da raça. O homem primitivo precisava de uma intensa participação corporal, essencialmente pelo predomínio da linguagem gestual como principal meio de expressão e por sua interação com a natureza. Os fenômenos naturais determinaram as relações sociais do homem primitivo. Nesse contexto o domínio da natureza se inseriu como base da organização social.

Não obstante, vale ressaltar que a importância corporal não era somente concebida como instrumento de sobrevivência. O esteticamente belo, a perfeição e a simetria eram considerados atributos essenciais ao corpo. Até mesmo “as relações sociais era construídas e consolidadas pelo corpo” (GONÇALVES, 1994, p. 18). Nesse sentido, o povo grego expoente civilizador de sua época instituiu as competições esportivas como meio da celebração das qualidades corporais. A presença corporal doutrinava o exercício do poder: o êxito nos torneios esportivos exercia um enorme fascínio social, chegando a determinar o resultado de guerras e disputas territoriais. Nesse respeito Gonçalves comenta:

*Nessas sociedades eram valorizadas as qualidades corporais como força, de destreza e agilidade, não somente em torneios e competições, também eram importantes para a vida militar e política. Vencer uma competição significava não somente a compreensão de uma superioridade física, mas muito mais: o reconhecimento do vencedor como um elemento superior daquela sociedade(1994, p. 18)*

As transformações que a estrutura social nessa fase da história humana assinalaram a alternância do enaltecimento da guerra e dos valores coletivos para a valorização do trabalho e do pensamento individual. A nova ordem social provocou a desintegração dos laços familiares e a desvalorização das qualidades físicas guerreiras,



inutilizadas pela condição de existência já estabelecida: o trabalho individual. Carlos Herold Júnior seguindo a mesma linha de raciocínio completa a consideração acima, afirmando:

*(...) o coletivismo, coragem, amizade, respeito aos familiares e a terra, tornaram-se setimentos que não mais respondiam a nova forma de ser social, corporalmente, a força, destreza, habilidade com as armas e cavalos, tornaram-se adjetivos que não eram mais concretizados pelas novas sociedades (1997, p. 8)*

Assim, no contexto de profundas transformações sobre as formas de conceber o corpo surgiu o pensamento dicotômico. Este, hipoteticamente, dividiu o homem em duas subunidades: coepo e mente. De acordo com Silvio Gallo, Sócrates inaugurou essa atividade sugerindo um repensar sobre a “unidade do ser”, terminando por percebê-lo como “corpo perecível e alma imortal” (2000). Nesses termos, o autor assinalou que também Platão intensificou essa relação, negligenciando ainda mais o valor do corpo. Surgiu desse entendimento a afirmação de que a alma seria eterna, pura, sábia, ao passo que o corpo seria mortal, impuro, degradante. Nessa linha de pensamento, o corpo era encarado como “uma verdadeira prisão capaz de obstruir a ascensão da alma ao plano ideal perfeito (2000, p. 62).

No início do século III a. C. as percepções sobre o corpo reveladas através da escultura demonstraram a preocupação com a mobilidade corporal. As representações artísticas adquiriram maior dramaticidade, buscando o contraste entre o nu e o vestido, a vida e a morte, a força e a debilidade física. Todavia, no momento em a dominação política do Império Romano se impôs, a construção do pensamento filosófico, e por consequência as acepções corporais instruídas por ele foram alteradas. Embora tenha sido atribuído ao culto do corpo um valor pagão, sendo até mesmo abolidas as Olimpíadas (pelo imperador Teodósio- séc. IV) a arte romana manteve-se orientada pela expressão do ideal de beleza grego-helenística, adotando também referências etruscas. Nos períodos posteriores, as representações do corpo adquiriram outras dimensões, subjugando-o a temas que potencializaram as questões míticas e religiosas (GOMBRICH, 1999).

## **O CORPO COBERTO NA IDADE MÉDIA E A PADRONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DA MODERNIDADE**

Na Idade Média o corpo serviu, mais uma vez, como instrumento de consolidação das relações sociais. A característica essencialmente agrária da sociedade feudal, justificava o poder da presença corporal sobre a vida cotidiana, características físicas como altura, cor de pele e peso corporal, associadas ao vínculo que o indivíduo mantinha com a terra eram determinantes na distribuição das funções sociais. Os homens eram submetidos a ordens rígidas e ao sistema de castas que impossibilitava qualquer tipo de ascensão social.

O homem medieval era extremamente contido, seus impulsos individuais eram proibidos. A presença da instituição religiosa restringia qualquer manifestação mais criativa. A moral cristã tolhia qualquer tipo de prática corporal que visasse o culto do corpo. A concepção dualística do homem foi retomada e reacendeu a visão do corpo corrupto e pecaminoso, considerada empecilho ao desenvolvimento da alma. Nas artes plásticas, como destacou Gombrich (1999), ficava evidente a projeção do “corpo coberto”, aparentemente exaurido de preocupações estéticas. No entanto, o crescimento e aperfeiçoamento da produção agrícola e dos meios de transporte da sociedade feudal e o

consequente acúmulo do excedente produzido geraram a anecessidade de ampliação do comércio entre os feudos, dando origem a importantes feiras ou centros comerciais que mais tarde originaram as cidade medievais. Essas modificações provocadas pelo acréscimo da produtividade agrícola aliado à expansão comercial, promoveram algumas das condições necessárias para o desenvolvimento e instalação da indústria moderna. Esse fenômeno somado a outras modificações sociais, segundo o historiador Georges Duby (1992), marcou uma série de transformações que desembocaram no surgimento do sistema capitalista, os costumes e tradições foram substituídos pelo mercado e pela busca de lucros monetários, sobretudo no que tange a determinações da divisão e execução das tarefas produtivas e da disponibilização das oportunidades de trabalho.

Na Renascença, as ações humanas passaram a ser guiadas pelo método científico. O corpo, agora sobre um olhar “cientificista”, serviu de objeto de estudos e experiências. A disciplina e o controle corporal eram preceitos básicos. Todas as atividades físicas eram prescritas por um sistema de regras rígidas, visando à saúde corpórea.

A obtenção do corpo sadio circundava a dominação do indivíduo: a prática física domava a vontade, contribuindo para tornar o praticante subserviente ao Estado. O dualismo corpo – alma norteava a concepção corporal do período, demonstrando a influência das concepções da antiguidade clássica.

## **O OLHAR O CORPO**

Durante as primeiras décadas do século XX, não se trava mais apenas de mostrar o corpo, mas também de moldar e exercitar os mesmo, e isto, vai acontecendo de forma constante durante todo o século. O culto ao corpo surge como uma manifestação do primado da vida privada individual. Na burguesia a aparência física contava muito, mas não se mostrava o corpo. A tradição cristã envolvia o corpo em suspeita e censura, ele merecia respeito, mas o excesso de atenção era expor ao pecado. A higiene, portanto era muito restrita: a água amolecia o corpo, portanto a sujeira era sinal de saúde. Lavar o corpo todo ainda não fazia parte dos cuidados higiênicos normais. O entre guerras é para a burguesia uma época de libertação do corpo e de outra relação com o físico e as roupas. As roupas se encurtam e as meias valorizam as pernas. A aparência física passa a depender do próprio corpo por isso é preciso cuidar dele. Surge uma nova preocupação a de se manter sedutora entre as mulheres.

As refeições se tornam mais leves. Tanto homens como mulheres começam a praticar exercícios físicos, por surgirem oportunidades de mostrar o corpo. Crescem a procura por esportes individuais. A reabilitação do corpo certamente constitui um dos aspectos mais importantes da vida privada. Vemos a valorização por exercícios físicos que tem como fim o próprio corpo sua aparência e bem-estar. Tratar o corpo assume um lugar importante na vida privada. Mostra-se cada vez mais o corpo ele não é apenas assumido e reabilitado, mas também reivindicado e exposto à visão de todos. O corpo se tornou o lugar da identidade pessoal.

Tudo que ameaça o corpo se reveste de uma gravidade inédita. A sensibilidade da violência aumenta. As ameaças da idade e das doenças preocupam e o cuidado pelo corpo aumenta. A norma social dita à aparência jovem, as pessoas não querem mais envelhecer. A morte não é vista mais como algo normal. Viver se torna um direito. A saúde se torna uma preocupação constante. O Estado começa a intervir por causa da saúde pública, as vacinas passam a ser obrigatórias. O Estado torna a medicina acessível a todos. O hospital se torna um refúgio para os doentes. Assim, o cuidado com o corpo

sai do espaço privado para o público. As pessoas passam a nascer e a morrer num mesmo local, o hospital.

No fim da década de 60, houve alguns movimentos que trouxeram consigo um desempenho novo para o corpo, seus primeiros papéis foram nos movimentos individualistas e igualitaristas “de protesto contra o peso das hierarquias culturais, políticas e sociais, herdadas do passado”. As aspirações na esfera do individualismo colocaram o corpo no centro de discussões culturais, transformando assim a sua existência como objeto de pensamento. Desde então, ele traz consigo marcas de gênero, classe ou de origem, e isto não pode mais ser apagado, quando se pensa no corpo (CORBIN; et all, 2008: 7-8-9).

Um exemplo dentro da análise de gênero, pensando o âmbito da masculinidade, é que durante a primeira metade do século XIX, a imagem do corpo masculino se modifica e tomam outras formas, o homem romântico começa a ser substituído pela potência muscular. Após este período, as atitudes americanas perante os exercícios físicos, assim como sua percepção das formas corporais ideais, vão mudar de modo significativo. É imposta a ideia de que os americanos podem e devem transformar de modo ativo suas formas e modelos corporais (COURTINE, 2005: 90-91). Esta mudança de pensamento com relação ao corpo masculino não se aterá apenas aos Estados Unidos; no Brasil, no início do século XX, o Rio de Janeiro começa um processo onde a cultura do corpo ganha lugar e o homem romântico e erudito perde espaço para esta nova percepção masculina.

“Na construção da masculinidade, o homem passa por experiências que lhe ensinam o que significa desempenhar seu papel. O masculino como categoria serve para identificar comportamentos, e configurações em um campo de representações” (NOLASCO apud MATOS, 2000: 27). Estas experiências explicam muitas vezes comportamentos adotados pelos homens de determinado período. O masculino durante muito tempo assume o papel principal em vários âmbitos da sociedade, mas isto não quer dizer que as mulheres estavam alheias a este processo. Pensando em um modelo familiar e social dominante na época de 1945 a 1964, período que engloba os anos deste estudo, a distinção entre gêneros divide a autoridade: ao homem cabe o poder sobre as mulheres, ele era considerado “chefe da casa”, responsável pelo sustento da esposa e do lar. Estas relações são propostas por um conjunto de normas sociais do período, mas “aparecem em termos de representações como naturais, desistoricizadas e válidas para todas as classes” (BASSANEZI: 8).

A masculinidade é um ponto importante para entendermos o remo e as posturas adotadas pelos remadores, pois de certa forma era no esporte onde se podia extravasar as posturas e impor certa masculinidade nos gestos. No caso do Remo, questão central neste trabalho, sua característica até pouco tempo atrás, era de um esporte caracterizado pelo predomínio masculino. Na atualidade, os esportes comportam integrantes femininos, porém na década de 1950, ele era um esporte destinado aos homens. Devido a isto, que esta pesquisa se utiliza da masculinidade como recorte de gênero para estudar o esporte de regatas.

## **O ESPORTE E O REMO**

O termo Sport já era presente nos meios de comunicação do Rio de Janeiro no século XIX, e neste período deve-se entender a diversidade deste termo, pois neste escritos, a tourada, a patinação, o boxe, os primórdios do atletismo, enfim, estas práticas esportivas tão díspares, que envolveram até mesmo banhos de mar, eram assim considerados como “Sport” (MELO, 2001: 27). Os esportes modernos como

conhecemos na contemporaneidade diferem dos antigos “não apenas por introduzir a noção de recorde, mas fundamentalmente no que se refere aos respectivos „cimentos sociais” e a concepção de corpo associada às tendências dominantes nos respectivos modos de produção” Os esportes nascem na sociedade industrial e são inseparáveis de suas estruturas e funcionamento (PRONI, 2002: 37). Uma mudança significativa que pode ser considerada está relacionada ao desempenho, pois cada vez mais o esporte é medido e cronometrado, buscando superar as marcas e potência dos corpos.

No século XIX, as preocupações em moldar o corpo através de instrumentos corretores são deixadas de lado, a pedagogia esportiva buscava exercitar o corpo para que ele fosse moldado e aperfeiçoado, melhorando as formas corporais e os músculos. “Aqui também se especializam os aparelhos sobre os quais devem se aplicar as forças previamente medidas, orientadas e contabilizadas” (VIGARELLO, 2005: 30). Estas pedagogias, que buscavam o rigor e precisão de cada evolução do corpo, constituem-se em materiais que se encarregam de normalizar o trabalho: pesos, bastões, sistemas de apoio e sustentações, e vários outros utensílios especializados capazes de promover e guiar as forças. É a evolução deste tipo de aparelhagem corretiva que melhor representa as visões de um treinamento novo, em que o corpo pode se tornar ele mesmo um instrumento e que este período irá formalizar (VIGARELLO, 2005: 31). Além deste tipo de aparelhagem, o próprio corpo é condicionado e pensado com parte do esporte. No caso do remo ele é pensado e moldado para o melhor desempenho da prática esportiva, porém antes disso, falemos da história deste esporte.

O Remo no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, tem seus remanescentes na metade do século XIX, com as primeiras corridas de canoa. As mudanças significativas no que se refere a ocupação e utilização do mar e das praias, passam a ser utilizadas para atividades de lazer, como piqueniques. É neste momento que as primeiras corridas de canoa surgem, e vão se configurando ao longo dos anos (MELO, 2001: 46-47). É claro que esta prática teve início também no Rio Grande do sul, em finais do século XIX, e em São Paulo. A escolha do Rio de Janeiro como o marco inicial do remo nesta pesquisa ocorre em função dos registros das primeiras corridas de canoa serem nesta cidade e da difusão do remo e da cultura do culto ao corpo no Brasil que se configura com o surgimento dos clubes de regatas, com maior representatividade no Rio de Janeiro neste período.

O Rio possuiu uma experiência diferenciada de São Paulo, isto se deve em parte ao processo de crescimento da cidade, que é bastante diferenciado do Rio de Janeiro (MELO, 2001: 128). Além disso, a utilização do mar começa a se configurar com o recuo ao pudor, que vai ganhando força já no início do século XIX e alavanca seu processo com o século XX. Foi necessário superar a barreira de algumas tradições seculares como a proibição de mostrar as pernas, proibição de urinar em público, “a fim de não despertar pensamentos pecaminosos em relação a moral religiosa. O corpo, no entanto, vai progressivamente se desvelar sob o efeito combinado da moda e do turismo balneário” (SOHN, 2008: 110). O maiô é um exemplo dos „progressos”. Além disso, transformando-se na década de 1930 em um lugar de ócio e de lazer, a praia, ainda por cima, convida a expor o corpo desnudo para apresentar um bronzeado perfeito, símbolo agora de boas férias. Esse desvelar que os corpos começaram a ter em público sofre um impacto também na vida privada, acentuando uma dimensão mais sexuada, a nudez começa a ser naturalmente desenvolvida nas relações íntimas. Desde então, os homens e mulheres não podem mais disfarçar com seus corpos, os cânones de beleza física se mostram muito exigentes. O recuo do pudor implica em um novo trabalho sobre o corpo entre musculação e dietas para o emagrecimento, mas o pudor oficial obedece a regras

estritas até os anos de 1950, e a publicidade também não se demora a liberar (SOHN, 2008: 110 – 111).

### Fontes e Referências Bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: São Paulo: Edusc, 2006, p.470.

BASSANEZI In CUNHA, Jorge Luiz da et all. **Cartas de Homens: o discurso sobre a masculinidade na seção “Da mulher para a mulher” na década de 50**. In: WWW.histedbr.fae.unicamp.br/acer\_histedbr/seminário/seminário8/\_files/hden92kg.do. Acessado em 27 de outubro de 2010.

COURTINE In, SANT’ANNA, Denise Bernuzzi (org). **Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais**. 2ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

DUBY, Georges. **A Idade Média na França**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

GOMBRICH, E. H. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, Pensar, Agir, Corporeidade e Educação**. Campinas: Papirus, 1994.

HEROLD, Carlos Junior. Do corpo treinado pela necessidade à necessidade do treino: uma análise histórica do corpo no processo de construção da antiga sociedade grega. **Revista da Educação Física**. Maringá, v.8, 1997.

MATOS, Maria Izilda dos Santos. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 2000.

MELO, Victor Andrade de. **Cidade esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. 2001.

PRONI, Marcelo. Brohm e a organização capitalista do esporte. In: PRONI, Marcelo. **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores associados, 2002.

RIAL In PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilla. **Masculino, feminino, plural: gênero e interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

SANT’ANNA In BUENO, Maria Lúcia; CASTRO, Ana Lucia de. (org.) **Corpo território da cultura**. São Paulo: Anna blume, 2005.

SOHN In CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo: as mutações do olhar, o século XX**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

VIGARELLO In CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo: as mutações do olhar, o século XX**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

VIGARELLO In SANT’ANNA, Denise Bernuzzi (org). **Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais**. 2ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

## A FORMAÇÃO DOS REINOS DE MALI E GANA E EXPANSÃO ISLÂMICO-MUSULMANA SOBRE O OLHAR DE AL-IDRISE E AL-BAKRIR NOS SÉCULO XI E XII.

*Egberto Moraes Barboza*

No século XI Abū Ubayd Abd Allāh ibn Abd al-Azīz al-Bakrī (1014-1094), mais conhecido com Al Bakri, viajou pela região do Magrebe coletando informações históricas e geográficas. Um século mais tarde Abu Abd Allah Muhammad al-Idrisi al-Qurtubi al-Hasani al-Sabt (1099-1165) – Al Idrisi - deixa outro registro escrito de suas impressões ao percorrer a mesma região. Os dois autores escrevem textos em momentos diferentes que relatam processos históricos e experiências do cotidiano do reino de Gana e dos primórdios do Império de Mali.

No período entre os séculos VII e XII o reino de Gana foi considerado um dos maiores existentes no Sudão Ocidental, seus reis davam ao país o título Aucar que significava o “*rei do ouro*”<sup>127</sup>. Pois, como assevera Nehemia Levtozion *O Reino de Gana pode ser considerado um “estado nacional”*<sup>128</sup>, seus reis eram de origem soninquês, onde se situavam grande parte de suas terras. Para o reino de Gana que não era de tão grande expressão territorial o que lhe importava era a quantidade de gente sob seu controle. Gana não era visto como um império, não tinha o interesse de fazer uma unificação ou conversão dos povos que lhe circundavam *visto em uma perspectiva romana*<sup>129</sup>, o Reino só queria dominar o comércio e os Oasis que faziam parte do seu território. Já no fim do século VIII o Reino de Gana começa a ser visto por muitos escritores que começam a citá-lo em várias crônicas, o astrônomo Al-Fezari confirmava que o território de Gana como o país do ouro, Al-Khwarizmi inseri Gana em seu mapa mundi que foi inspirado no de Ptolomeu entre outros estudiosos.

*Gana, como estado, possuía um núcleo coeso de poder, mas era sobretudo uma enorme influência. Nele havia povos que respondiam diretamente ao rei e outros que, sujeitos a seus sobas tradicionais ou a seus conselhos de anciães, apenas se sabiam ligados ao caia-maga (o rei de Gana) por vínculos espirituais, pelo dever militar e pelo pagamento de tributos. As mais diversas formas de organização política conviviam dentro do reino, cuja frágil estrutura era quiçá permanentemente refeita pela ação das armas, com cisões e acréscimos de súditos, e mantida pela divisão dos povos em segmentos de nobres, homens livres, servos e escravos*<sup>130</sup>.

A atividade militar do Reino de Gana não era de combater ou tentar invadir o território que circundava o reino, mas sim de defender-se dos invasores que queriam aumentar suas áreas de influência - berberes, Tacrur, Gaô e vários outros grupos. Seus maiores embates aconteceram os povos berberes que tentaram invadir seu território inúmeras vezes para dominar os portos caravaneiros que ficavam na margem meridional do Saara e os entrepostos comerciais entre os desertos do Saara e Fezzân.

<sup>127</sup> APPIAH, Kwame Anthony

<sup>128</sup> SILVA, Alberto da Costa, *A Lança e a Enxada, A África antes dos portugueses*, p 277;

<sup>129</sup> El FASE, Mohammed, *História Geral da África. África do século VII ao XI*;

<sup>130</sup> SILVA, Alberto da Costa, *A Lança e a Enxada, A África antes dos portugueses*, p 277;

Os berberes A conquista árabe e a conversão dos berberes ao islamismo determinaram duramente seu destino histórico. Essa conversão se estabeleceu completamente somente no século XII. O espírito de independência e a tendência ao puritanismo cultural geralmente reconhecidos nos berberes explicam por que eles foram contra a dominação árabe e a ortodoxia islâmica, mas isso não impediu a islamização e nem a arabização desses povos. A primeira classificação das tribos berberes, válida para a segunda metade do século XIV, foi fornecida pelo historiador árabe Ibn Khaldun. A leste se situavam os Lowata da Cirenaica, de Tripolitânia, do Djerid e do Aurès, a oeste, os Branès e os Zenata. Desempenham um importante papel no Oeste africano, com os movimentos populacionais. Atribui aos berberes antigos ocupantes do deserto do Fezzân, um papel de povo intermediário entre a província africana e o “país dos negros” (*bilād al-Sūdān*), atual e globalmente designado sob o nome de Sudão, comporta não somente as bacias do Senegal, do Níger e do Chade, mas, igualmente, os países mais meridionais da savana e da floresta<sup>131</sup>. Os berberes viram que poderiam se mover com maior velocidade em atravessando o deserto com o uso dos dromedários. Procurou ser um povo independente constituindo uma grande confederação nômade, conduzindo o povo a manifestar a uma oposição ao novo poder árabe. Os berberes inicia uma denominação formando novos grupos massūfa, lamtūna e djuddāla. Este conjunto de população se encontra no Sul, em contato com a área controlada por Gana. O controle da situação política e econômico está sob domínio dos soninquês.

Os soberanos de Gana exerceram um restrito e eficaz controle âmbito econômicos, particularmente na minas de ouro e as condições da sua aquisição. O soberano de Gana, para manter o domínio nos meios das transações econômicas ao Sul do Saara, começa a cobrar taxas sobre as operações, na entrada e na saída das mercadorias do seu território. Gana desempenha assim o papel fundamental no comércio destes produtos indispensáveis para África Subsaariana. Os mecanismos econômicos no centro dos quais se encontra Gana, com isso ele pretende manter o monopólio de produto (neste caso o ouro).

Os combates que aconteciam entre Soninquês e os berberes eram para tentativa de domínio das rotas comerciais do deserto, pois quem dominasse estas rotas teriam o controle econômico e comercial do território desértico. Mesmo com várias tentativas e confrontos de invadir o território ganês, não existe relatos que os berberes conseguiram dominar o povo, com isso surgiram vários acordos entre os reis dos dois povos.

## Fontes e Referências Bibliográficas

História geral da África, III: África do século VII ao XI / editado por Mohammed El Fasi.– Brasília: UNESCO, 2010, cap. **Os povos do Sudão: movimentos populacionais**;

SILVA, Alberto da Costa, **A Lança e a Enxada, A África antes dos portugueses.**

APPIAH, Kuame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

---

<sup>131</sup> História geral da África, III: África do século VII ao XI / editado por Mohammed El Fasi.– Brasília: UNESCO, 2010, cap. Os povos do Sudão: movimentos populacionais p. 145.

- BARTHES, Roland. Da ciência a literatura. **O rumor da língua**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. **A aula**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- BAKRI (Al-) **Description de l'Afrique septentrionale**. Paris: Slene, 1965, BASIL, Davidson. **Revelando a velha África**. Lisboa: Prelo, 1977.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- COMPAGNOM, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- CORNEVIN, Robert, Marianne. **Histoire de l'Afrique**. Payot, Paris, 1964. COSTA E SILVA, Carlos Alberto. **A enxada e a lança**. São Paulo: Edusp, 1992. FAGE, J.D. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- FASI, M. EL. (ed.). **África do século VII ao XI. História geral da África**. Vol. III, Brasília, Unesco, 2010.



## “D. SEBASTIÃO”, O “REI ENCOBERTO”: LEITURA DO SEBASTIANISMO NA OBRA A PEDRA DO REINO DE ARIANO SUASSUNA.

*Emanoela de Lima Maracajá*

É perceptível ao longo da obra de Ariano Suassuna a ligação com o Sertão, no qual este espaço é marcante na sua obra principalmente na Cidade de Taperoá/PB. Nasceu na cidade de Nossa Senhora das Neves então Capital Paraibana em 16 de julho de 1927. Filho do então Governador, João Urbano Vilar Vasconcelos Suassuna e Rita de Cássia Dantas Villar Suassuna. Com pouco mais de três anos de idade, seu pai governava o estado da Paraíba, no período de 1924 a 1928, quando foi assassinado no Rio de Janeiro, por consequência de divergências políticas que desencadearam na Paraíba às vésperas da Revolução de 1930.

Certo tempo depois, sua família deslocou-se se para Taperoá, onde Ariano, nas fazendas “Onça de Malhada e Carnaúba”, vivenciou experiências fundamentais para sua formação, através do contato com cantadores, mamulengos, violeiros, o circo e cordéis. Para Suassuna, o contato com o “Romanceiro Popular” foi de fundamental importância para construção do seu discurso.<sup>132</sup>

Como podemos observar “Romance d’a Pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta” a descrição e a influencia do espaço do sertão na obra do autor Paraibano; “Uns doze graus abaixo da Linha Equinocial, aqui onde se encontra a Terra do Nordeste, medida no Mar, mas entrando-se umas cinquenta Léguas para o Sertão dos Cariris Velhos da Paraíba do Norte, num Planalto pedregoso e espinheiros onde passeiam Bodes, Jumentos e Gaviões, pedra sem outros roteiro que os serrotes de pedra cobertos de Coroas-de-frade e mandacarus; aqui nesta bela concha, sem água mas cheias de fósseis e velhos esqueletos petrificados, vê-se uma Rica Perola, engastada em Fino Ouro, que em fino Ouro, que é muito nobre e sempre Leal Vila de ribeira de Taperoá, banhada com um rio do mesmo nome.(SUASSUNA, 2012, p.33)

Ariano Suassuna utiliza dos movimentos ocorridos na Serra do Rodeado (1819) liderado por Silvestre e o movimento da Pedra do Reino no Município de São José do Belo Monte 1936-1838 na Comarca de Flores na construção de sua narrativa no Romance da Pedra do Reino. De acordo com Roger Chartier todo documento seja ele literário ou não, é representação do real que se esforçariam por apreender sob modalidades diversas, filosóficas ou literárias. A oposição entre realidade e representação é assim encarada como primordial para distinguir tipos de história, ao mesmo tempo discriminar tipos de texto<sup>133</sup>.

Isaura Queiros discorre a cerca dos dois movimentos messiânicos citados acima, seus líderes pregavam o retorno do rei Português D. Sebastião que morreu na batalha. D.Sebastião desapareceu em quatro de agosto de 1578, na guerra de Alcácer-Quibir no Marrocos.

Silvestre dos Santos, ex -soldado líder do movimento da Serra do Rodeado, construiu uma capela próximo a uma pedra que considerava encantada e que dentro dela falava uma santa que só ele ouvia, expirando por ela pregava que sairia de dentro

---

<sup>132</sup> MARTINS, Josefrania Vieira. **O Reino Encantado do Sertão: Uma crítica da produção e do fechamento da representação do sertão no romance de Ariano Suassuna.**-2011, 207 pag. Disponível em [http://bdt.d.bczm.ufrn.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4961](http://bdt.d.bczm.ufrn.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4961), pag 83-84.

<sup>133</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990. Pag 62.

da pedra, um lugar onde estava uma Cruz e o Rei D. Sebastião com seus exércitos, no qual transformaria os líderes do movimento em príncipes, os pobres em ricos, e os ricos ficariam mais ricos, se atacados D. Sebastião os tornaria invisíveis, ou seja, feliz de quem habita-se a cidade de Paraíso Terrestre.<sup>134</sup>

O movimento de São José do Belo Monte, inicialmente teve como líder João Antônio que pregava o retorno do Rei desaparecido, a partir das leituras de cordel, no ano de (1936), mais foi contido por autoridades da região. Dois anos depois (1938), o movimento ressurgiu com o novo líder, João Ferreira pregava que o reino só desencantaria a partir do derramamento de sangue, na crença deste povoado, quando D. Sebastião ressuscitasse as pessoas sacrificadas, se eram pobres voltariam ricas, poderosas e imortais, se fossem negras voltariam brancas, e os velhas voltariam jovens.<sup>135</sup>

Ambos movimentos sebastianistas, estão presentes no “Romance d’A pedra do Reino”, no qual o personagem Quaderna reconstrói sua linhagem genealógica real sertaneja a partir deste fatos, no Terceiro Império quando seu avô, o “execrável” D. Ferreira, ordena os sacrifícios na Pedra do Reino para desencanto de D. Sebastião, seria necessário o derramamento de Sangue, no qual quem se apresentasse voluntariamente ressuscitaria três dias depois com “Grandes do Império”, como podemos observar as representações dos dois movimentos messiânicos, assim como no romance, é fortemente marcante a presença dos ritos e símbolos religiosos como meio de desencanto e ressurreição de D. Sebastião, e instauração de um reino com tempos melhores.

Para Chartier, “representação” é a imagem que remete a ideia e a memória os objetos ausentes, e que nos apresenta “tais como são”. Nesse primeiro sentido, a representação nos permite ver o “objeto ausente” (coisa, conceito ou pessoa), substituindo-o por uma “imagem” capaz de representá-lo adequadamente. Representar, portanto, e fazer conhecer as coisas mediatamente pela “pintura de um objeto”, “pelas palavras e gestos”, “por algumas figuras, por algumas marcas” – tais como os enigmas, os emblemas, as fabulas, as alegorias.<sup>136</sup>

Nas narrativas de Quaderna, personagem do romance de Suassuna, Silvestre dos Santos é representado no Personagem Dom Silvestre I “o Rei do Rodeador, do primeiro império”, como observamos acima pregava o retorno do Rei D. Sebastião. No romance D. Silvestre morreu sem deixar descendente (seu irmão e seu primo, seriam os pais de João Antonio e Pedro Antonio dos Santos e João Ferreira Quaderna) teve um reinado curto, seu trono era uma Pedra sertaneja, Catedral, Fortaleza e Castelos, Dali, ele pregava a ressurreição do rei Português, sangrento, casto sem mancha que foi Dom Sebastião “o desejado”(…). O primeiro reinado dos Quadernas terminou, com a queda gloriosa do Rei D Silvestre I, degolado a fio da espada (...). (SUASSUNA, 2012, p. 68-71) Quaderna segue uma sequência de impérios messiânicos considerando o seu grau de parentesco existentes historicamente ou criados na ficção de Suassuna entre os líderes das seitas sebasticas (SANTOS, 2009, p.129)

O segundo Império (Folheto VIII), nas narrativas Quaderna teve como Rei “Dom João I, “O precursor”, no qual liderou o movimento de 1836, está passagem do Romance corresponde ao movimento liderado meu mamulengo João Antonio Vieira dos Santos

---

<sup>134</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no Mundo.**(por) Maria Isaura Pereira de Queiroz. 2ª Edição . São Paulo. 1976. Pag 205

<sup>135</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no Mundo.**(por) Maria Isaura Pereira de Queiroz. 2ª Edição . São Paulo. 1976. Pag 206

<sup>136</sup> CHARTIER, Roger. **Defesa e ilustração da noção de representação.** Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Pag 16-17.

na Comarca de Flores; “(...) Pouco iria dura, porém, a tranquilidade plebeia que meus antepassados afetavam na Vila Bela da Serra Talhada, porque vocação de Rei é mesmo que o Diabo para tentar o sangue de minha família! Lá um dia, o infante Dom João Antonio Vieira dos Santos, filho de Dom Gonçalves José, sabendo da gloriosa história vivida pelo seu tio, El Rei Dom Silvestre I, inflamo se também da sagrada ambição da profecia, e proclamando se Rei, Iniciou o segundo Império (...) munido de pedrinhas mais ou menos formosas que ele mostrava misteriosamente, dizia aos incautos habitantes daquele lugar serem elas dois brilhantes finíssimo tirado por ele de uma mina encantada que lhe fora revelada. Inspirado num velho folheto, do qual nunca se apartava e que encerrava um desses contos ou lendas, que andavam muito e voga sobre a morte do Rei D.Sebastião, na Batalha do Alcacer-Quibir na Africa. (Suassuna, 2012, p. 72)

Nos impérios seguintes Suassuna relata o fato ocorrido no ano de 1936-1938, o Terceiro Império das linhagens dos Quadernas tem como Rei D. João II o “Excrásavel”, movimento este, relacionado ao trágico movimento de Pedra Bonita liderado por João Ferreira; (...) O Terceiro Império é que realmente selou o sangue dos Quadernas com estigma indelével da realeza, a carta-relatório omite uma porção de fatos importantes ligado a política dos Quadernas(...). Foi em maio de 1838 que se deu “instante de fulminação” do Império da Pedra do Reino. Naquele mês, meu bisavô teve a gloriosa coragem de iniciar o banho de sangue que deveria se estender numa verdadeira guerra sertaneja, “a Guerra dos Reinos (...). (SUASSUNA, 2012, p.77-76)

Como podemos ver nas citações acima, a presença dos elementos messiânicos sebastianistas, nos três impérios citados, assim como o seguintes é composto por representações do movimento sebastianista, a exemplo dos símbolos e ritos que compõem o movimento para desencantamento e ressurreição do rei Português, “Como a Justiça para ser boa, começa a caça, era porem entre os súditos do Reino que deveria iniciar a matança; os que se apresentassem voluntariamente para degola, ressuscitaria daí há três dias com o “grandes do império”, belo poderosos, eternamente jovens imortais (SUASSUNA, 2012, p.77)”.

Na crença de João Ferreira, líder do movimento da comarca de Flores, D. Sebastião ressuscitaria com derramamento de muito sangue, assim como na obra de Suassuna no personagem D.João II. O quarto Império saga Quadenesca durou apenas um dia (17 de maio de 1938) tinha com líder Dom Pedro I. Reinado que está relacionado a Sucessão de João Ferreira pelo seu cunhado João Antonio, durante a carnificina em Pedra Bonita.

O Quinto Império (Folheto X) está apenas no plano literário da obra de Suassuna, para Idelette Fonseca, a criação de um quarto Império no romance tem como função estabelecer uma sucessão sem falhas, que torna Quaderna a pretendente ao trono do Quinto Império, literário e mítico.<sup>137</sup> Na versão de Quinto Império de Quaderna, o viés sebástico terá apenas um cunho predominantemente literário. (SANTOS, 2009, p.144)

É perceptível na obra “A Pedra do Reino” uns dos elementos messiânicos presente, a figura do “Profeta”, representado em alguns dos personagens com os Reis antepassados dos Quadernas, ou como na Figura de Quaderna que autodenomina. “O Decifrador, Rei e Profeta do Quinto Império e da Pedra do Reino do Brasil (SUASSUNA, 2012, p.151). De acordo com Isaura Queiroz, o “messias” é sempre o “anunciado” por um personagem anterior (profeta) que lhe profetiza a vinda, ou ele

---

<sup>137</sup> SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. **Em demanda da Poética Popular**: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial/ Idelette Muzart Fonseca dos Santos – 2ª edição. Ver- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009, p.85.

mesmo aparece, prega sua doutrina, para em seguida volver trazendo “Novos Tempos”.<sup>138</sup> No romance, Quaderna que é “profeta” e “sacerdote” da religião “Católica Sertaneja”, prevê a ressurreição do Primo “Sinésio”, e seus antepassados com Silvestre I também “profeta”, pregava o retorno de D. Sebastião.

Com base em Idelette Fonseca, os movimentos messiânicos ocorridos no Brasil, como a Guerra dos Doze, Canudos, os movimentos de Paraíso Terrestre e Pedra Bonita, assim como as lutas das famílias oligarcas pelo poder, compõem o universo mítico da obra.<sup>139</sup> Suassuna utiliza de fatos passados para explicar os acontecimentos do presente, um dos acontecimentos é o desaparecimento de D. Sebastião, no qual Suassuna utiliza em sua narrativa para construir o mito sebastianista em sua obra, assim como utiliza da lenda da ressurreição do rei português na figura de “Sinésio” um dos personagens, como também usa o fato para explicar a genealogia de Quaderna, narrador e personagem principal do romance.

De acordo com José Hermano Saraiva, D. Sebastião desapareceu em quatro de agosto de 1578 na guerra de Alcácer-Quibir no Marrocos. O sucessor de Sebastião foi cardeal Henrique que morreu em 1580, então a coroa de Portugal passou a Felipe II o herdeiro mais próximo, por ser castelhano era considerado por muitos como estrangeiro. Com isso Portugal teve de aceitar a dominação espanhola, a perda da soberania portuguesa contribui para desenvolver no povo a crença de que o Rei morto na batalha ressuscitaria e libertaria o povo português.

É perceptível nos movimentos messiânicos ocorridos na Serra do Rodeado (1819) e o movimento da Pedra do Reino no Município de São José do Belo Monte (1836-1938), ambos no interior de Pernambuco, surgem a partir de alguma crise cultural, política, social em que o país ou região vivenciam e buscam na crença religiosa um acalento para suportar tais crises. O messianismo acredita na profecia de um ser enviado pelo divino, no qual está encarregado de trazer a felicidade, a igualdade, paz, assim como acabando com as injustiças sociais. Estes movimentos tem um líder espiritual que os orienta a população a seguir um caminho e prepara os fieis para vinda do salvador.<sup>140</sup>

Portanto, pós a morte, Sebastião passou a ser o rei “perdido” ou “encoberto, o sebastianismo nasceu a partir de histórias que sugiram de sua sobrevivência e boatos de um príncipe perseguido que recuperaria sua coroa.<sup>141</sup> Como podemos observar no romance, a representação do mito de ressurreição de D. Sebastião “o desejado” na figura do Rapaz – do – cavalo – branco ou Sinésio, o “Alumioso”, que desapareceu no mesmo dia do assassinato de seu pai, Dom Pedro Sebastião.

## Fontes e Referências Bibliográficas

SUASSUNA, Ariano. **Manifesto do Movimento Armorial**. 1974.

<sup>138</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e No Mundo*. (por) Maria Isaura Pereira de Queiroz. 2ª Edição. São Paulo. 1976. P. 30.

<sup>139</sup> SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. *Em demanda da Poética Popular: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial/ Idelette Muzart Fonseca dos Santos – 2ª edição*. Ver- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009, p 80.

<sup>140</sup> FONTANA, Mônica. **Sebastianismo em Pernambuco: memória dos movimentos da Serra do Rodeador e da Pedra do Reino**. Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres, do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/104244627642445520103256149235606801672.pdf>. Acessado em Agosto de 2013. Pag1-2.

<sup>141</sup> DELUMEAU, Jean. *1923- Mil anos de Felicidade: Uma historia do Paraíso/ Jean Delumeu; Tradução Paulo Neves- São Paulo; companhia das letras,1997. Pag 182*

- \_\_\_\_\_, *Romance d'a Pedra do Reino e o Principe do sangue do vai-e volta*. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972.
- ANDRADE, Joel Carlos de Sousa. **Os Filhos da Lua: Poéticas Sebastianistas na Ilha dos Lençóis-MA**. Dissertação apresentada por: *Joel Carlos de Souza Andrade*. Disponível em [www.historia.ufc.br/admin/upload/Dissertacao%20Joel.pdf](http://www.historia.ufc.br/admin/upload/Dissertacao%20Joel.pdf). Acessado em agosto de 2013.
- ARAÚJO, Robson Victor da Silva. **Da Ibéria ao Sertão: Reminiscência e resíduos ibero-medievais na epopéia paraibana de Ariano Suassuna**-2012.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_, 1945- **A historia e Leitura do Tempo/ Roger Chartier**; [tradução de Cristina Antunes]-2.ed- Belo Horizonte- Autentica Editora, 2010 (ensaio geral).
- \_\_\_\_\_. **Defesa e ilustração da noção de representação**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Pag 16-17. Disponível em [www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/.../955](http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/.../955). Acessado em Julho 2013.
- DELUMEAU, Jean. 1923- **Mil anos de Felicidade: Uma historia do Paraíso/ Jean Delumeu**; Tradução Paulo Neves- São Paulo; companhia das letras, 1997.
- FONTANA, Mônica. **Sebastianismo em Pernambuco: memória dos movimentos da Serra do Rodeador e da Pedra do Reino**. Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres, do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/104244627642445520103256149235606801672.pdf>. Acessado em Agosto de 2013
- HERMANN, Jacqueline. **No Reino do Desejado – A Construção do Sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- MARTINS, Josefrania Vieira. **O Reino Encantado Do Sertão: Uma crítica da produção e do fechamento da representação do sertão no romance de Ariano Suassuna**.- 2011, 207 pag. Disponível em [http://bdtd.bczm.ufrn.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4961](http://bdtd.bczm.ufrn.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4961). Acessado em Julho de 2013
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e No Mundo**. (por) Maria Isaura Pereira de Queiroz. 2ª Edição . São Paulo. 1976.
- SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. **Em demanda da Poética Popular: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial/ Idelette Muzart Fonseca dos Santos – 2ª edição**. Ver- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009
- SANTOS, Tânia Lima do. **A (Re)Escritura Mítica Do Sebastianismo No romance D'a Pedra Do Reino, De Ariano Suassuna**. Tânia Lima dos Santos.- João Pessoa, 2009. Disponível em [www.cchla.ufpb.br/ppgl/images/pdf/tania.PDF](http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/images/pdf/tania.PDF). Acessado em Agosto de 2013.
- SARAIVA, José Hermano, **História concisa de Portugal/ Jose Hermano Sraiva**-1979. Publicado Europa America-359p.

## **CRISTÃOS NOVOS: ENTRE DESACATOS AO CRUCIFIXO, AOS SANTOS E À VIRGEM MARIA**

*Ernania Santana Santos*

### **A PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO À AMÉRICA PORTUGUESA**

O presente estudo fará uma análise dos casos de desacatos ao crucifixo, aos Santos evangelhos e à virgem, durante a primeira visitação do Santo Ofício à América Portuguesa, tendo como base para tais reflexões, a documentação correspondente ao “*Livro das Confissões da Bahia*”; *Livro das Confissões de Pernambuco*,” e por último, o “*Livro das Denúncias da primeira visitação ao Brasil.*” A primeira visitação do Santo Ofício a América Portuguesa, ainda em processo de colonização, se deu em 1591- 1593 na Bahia, e em 1593-95 em Pernambuco, realizada pelo visitador padre Heitor Furtado de Mendonça, que chegou à região em companhia do governador geral, D. Francisco de Souza.

Durante o primeiro século de nossa colonização, o nordeste açucareiro apresentava uma realidade diversa, plural, e heterogênea, composta por elementos católicos, negros, indígenas e judaicos que mesclaram-se na colônia, criando uma religião sincrética e intrinsecamente colonial.

Cabia a ação do Santo Ofício somar esforço no sentido de homogeneizar a humanidade inviável, trazer a fé católica os idólatras e infiéis da colônia a fim de se povoar e aproveitar a dita terra, punindo os transgressores, blasfemos, hereges, sodomitas, falsários, dando-se a sentença e executando. (SOUZA, 1986, p. 71).

Um aspecto extremamente importante observado nas inquirições, é que diferentemente da segunda visitação em que as pessoas esquivaram-se muito a prestar informações, nessa primeira na sua totalidade absoluta, conforme de praxe nas anotações do notário do santo ofício, consta que os denunciadores e confitentes apareceram sem ser chamados, e muitos denunciavam em um mesmo momento, diferentes pessoas.

Os inquiridos, embora não chamados a prestar declarações, já que se tratava do período da graça, faziam por espontânea vontade, chegando mesmo a voltar outro dia, por ter lembrado de outras informações que consideravam importantes. Durante essas declarações, era perguntado ao denunciante quem estava presente no momento do fato ocorrido, e sempre era citado pelos mesmos os nomes das testemunhas que estavam presentes. Nos casos das confissões, as declarações caracterizavam pela sua imprecisão, ao mesmo tempo em que pareciam incompletas, certamente porque os confitentes estavam implicados, dessa forma, respondiam evasivamente, ou dizendo não saber ser aquelas práticas contrárias a lei cristã.

Uma observação importante, é o fato de que os denunciados falavam sobre as suas opiniões heréticas, e argumentavam contra a fé católica não apenas com pessoas simples e ignorantes, ou seus pares, mas também com religiosos, que naturalmente por esses últimos eram repreendidos, uma vez que não queriam por em risco a fé propagada pela ordem eclesiástica.

O ritual com que iniciava-se a inquirição era uma regra padrão para todos os inquiridos, primeiramente o denunciante colocava a mão direita sobre os santos evangelhos, depois fazia-se o juramento prometendo dizer em tudo a verdade, ao final

das suas declarações prometia-se ter segredo pelo juramento que recebeu. Essa fórmula encontra-se em todos os processos inquisitoriais.

## **DESACATOS AO CRUCIFIXO, AOS SANTOS EVANGELHOS E À VIRGEM MARIA**

Serão expostos aqui os dados da pesquisa inerente à primeira visitação do Santo Ofício da inquisição à América Portuguesa, sobre a identificação dos casos de desacatos ao crucifixo aos Santos Evangelhos e à Virgem Maria, que compreende os que se denominaram como: cristãos velhos, cristãos-novos, ciganos, e não identificados. Nesse sentido, a análise dos dados nos permite compreender a trajetória dos blasfemadores que se fizeram presentes de forma marcante no período que compreende o primeiro século de colonização no Brasil, bem como, o período do estudo, quer pelas suas confissões, quer pelas denúncias realizadas em mesa, ao notário do Santo Ofício.

A documentação analisada apresenta uma grande diferença quanto aos tipos de blasfêmias cometidas pelos grupos pesquisados, nesse primeiro grupo aqui citado, nota-se que em cem por cento dos casos apurados, os cristãos novos foram responsáveis por cometerem blasfêmias classificadas como anti-cristãs, e por práticas judaicas como, açoitar crucifixo, descrer dos evangelhos, e negar a divindade de Cristo.

Conforme se observou na documentação em anotações do notário do Santo Ofício feita na mesma folha ao lado da denúncia, açoitar crucifixo é igual a culpa judaica. O desrespeito ao crucifixo foi uma das infrações mais comuns na colônia, sobretudo nos dois primeiros séculos, e em todos os casos de desrespeito dessa natureza foram atribuídos a judeus e cristãos novos. Nas denúncias da Bahia, é possível observar casos de cristãos-novos como Branca de Leão que fora denunciada por vários desacatos como: açoitar crucifixo; depois de beber um pouco de água jogar com ódio o resto em um crucifixo; cuspir em imagem de Deus ou de um santo e fazer escárnio; zombar e rir de pessoas que rezavam diante de nosso senhor crucificado, etc.

Os desacatos a crucifixos fazem parte de estereótipos antiquíssimos, que através dos tempos foram imputados a diferentes categorias sociais marginais ou marginalizados. Cuspir no crucifixo, arrastá-lo pela casa, esmagá-lo com os pés, urinar sobre ele foram crimes imputados aos templários no século XIV, integrando o processo monumental com que Filipe, o belo, destruiu esta ordem e o seu poderio.<sup>142</sup>

Esses tipos de desacatos e desrespeito a crucifixos citados acima foram os encontrados com maior frequência na documentação pesquisada como, por exemplo, podemos citar os casos de cristãos-novos como Nuno Fernández, que foi denunciado por tirar de debaixo da sua cama um crucifixo para açoitar; Antônio Serrão, que mantinha posto em uma certa parte de sua casa uma imagem de Cristo crucificado, na qual todos os da sua família e congregação iam urinar; João Nunes, que tinha um crucifixo em um canto de sua casa, onde ele fazia suas necessidades corporais, e que fora encontrado por um pedreiro denominado João, que andando lhe consertando a casa onde morava o João Nunes, lhe achara o crucifixo no dito lugar. Nessa denuncia João Nunes é citado como Rabí da lei dos Judeus na vila de Olinda, onde vivia.

Para os desacatos ao crucifixo, *Mello* propõe uma explicação às incidências dos casos, seguindo a visão de Guinzburg baseada no sincretismo herético de Menocchio: sob o impacto das convulsões religiosas dos séculos XV e XVI, que afloraram crenças

---

<sup>142</sup> Laura de Mello e Souza, *o Diabo e Terra de Santa Cruz*, pg.113.

populares e heréticas. Procurando varrê-las, as duas reformas chamaram atenção sobre elas e, de certa forma, asseguraram sua perpetuação.<sup>143</sup>

No entanto, nos autos da primeira visitação à Bahia, uma das presenças mais constantes, é a da cristã-nova, Branca de Leão, citada pelos denunciante à mesa do Santo Ofício, tanto entre o número total geral, mas também no grupo dos cristãos-novos, por 8 (oito) pessoas diferentes por desrespeito ao crucifixo. Nesse caso, e em todos os casos de cristãos-novos denunciados por essas culpas, não se percebe esse sincretismo proposto por Mello, mas sim, poderemos analisar como um indício típico de um dos vários casos de cristãos-novos que apesar de se denominarem assim, não abandonaram suas antigas tradições e se mantiveram na sua fé tradicional.

Branca de Leão era de família de cristãos-novos, filha de Maria Lopez e de mestre Afonso que aparece denunciado por Bastião Paz, por ter fama pública e geralmente dito por todos na cidade, que sua mulher e seus filhos, açoitavam crucifixo às sextas-feiras. Nesse sentido, quando Branca de Leão fazia essas práticas, sugere que tinha a intenção de preservar seus costumes judaicos e praticar sua antiga fé.

Os desacatos aos Santos e à Virgem Maria também aparecem constantemente na documentação analisada, praticados na sua maioria absoluta por cristãos-novos. Para Mello, esses tipos de práticas tem seu primórdio em tradições antigas, comuns às populações da Europa ocidental, entretanto, primeiramente em Portugal e, depois na colônia, ganharam traços específicos que acabaram por diferenciá-los bastante dos congêneres de outras partes da Europa.<sup>144</sup>

Entre os blasfemadores que mais questionaram a virgindade de Nossa Senhora aparece nos autos o cristão-novo Manuel de Paredes que foi denunciado por 5 (cinco) pessoas diferentes, das quais quatro das denúncias contestavam a virgindade de Maria, na medida em que dizia que “Nossa Senhora mãe de Deus não era virgem, ou que não podia ser virgem.” Em outra denúncia, Manuel de Paredes é acusado de induzir a sua mulher, Paula de Bairros, que não “rezasse a N. Senhora, dizendo que a mesma fora uma mulher baixa e seu filho outro tal, que andara enganando o mundo naquele tempo e que os judeus era gente nova e fidalga.”

A hostilidade nos casos de blasfêmias dirigidas a Maria pode ser facilmente explicada. Como já vimos, os cristãos-novos que não abandonaram sua fé religiosa antiga, não reconheciam na hierarquia eclesiástica nenhuma autoridade especial nas questões de fé, atribuídas a Maria. A Virgem Maria e outras Santas, aparecem por vezes tratadas como pessoas comuns, desprovidas de qualquer tipo de respeito ou idolatria, como mostra Fernão Gomes, alfaiate a que chamam Dalcunha, que pedindo uma vez esmola para N. Senhora da Ajuda, disse as seguintes palavras, “coitada de N. senhora se eu não fora.”

Durante o depoimento dos denunciante e dos confitentes, diante das estranhas opiniões referidas pelas testemunhas, o inquisidor perguntara primeiramente se os acusados estavam falando sério ou brincando, no caso dos denunciante após o término da denúncia, era comum perguntar se perceberam o estado em que se encontravam os acusados quando disse as ditas blasfêmias, se eram sãos da mente, se estavam alcoolizados ou se estavam em seu siso normal. Na maioria dos casos, os acusados estavam falando sério e não estavam loucos.

---

<sup>143</sup> Idem, pg.115.

<sup>144</sup> Idem, pg. 115.



## OS CRISTÃOS-NOVOS E SUAS FUNÇÕES NA COLÔNIA

A partir das denúncias relatadas também foi possível perceber um retrato do Brasil colonial, no que diz respeito a mais importante atividade econômica no período dessa visitação, que compreende também os cristãos-novos como partícipes desse processo. A colônia portuguesa permitia, aos que dispunham de recursos em moeda corrente, vultosos lucros. Desse modo, atraiu os cristãos-novos perseguidos pela inquisição, que impossibilitados de desenvolverem seus negócios na metrópole, inicialmente empenharam-se no comércio, mas rapidamente tornaram-se agentes financeiros, fornecendo capital para a realização de safras e para a compra de escravos, adquirindo açúcar e vendendo na Europa com grandes lucros.<sup>145</sup>

A despeito das funções desempenhadas pelos cristãos-novos na colônia, a documentação pesquisada mostra uma diversidade de ofícios, como: mercadores que em alguns casos ascenderam à condição de proprietário de engenho; mestre de açúcar – era o mais especializado dos trabalhadores, espécie de engenheiro de produção – rendeiro de engenho, e etc. Contudo, observou-se uma predominância para os cristãos-novos que se denominavam lavradores.

Que a produção canavieira fora de suma importância no cotidiano desses colonizadores, em que algumas vezes o açúcar foi comparado a um “Deus” pelos blasfemadores, não se pode negar, contudo, convém analisar melhor essa afirmação nos casos de denúncias de blasfêmia que se seguem. “A fé mostrava por isso mesmo, contornos tradicionais, arcaicos, onde a demanda de bens materiais e de vantagens concretas assumia grande importância, como se fosse uma espécie de contrato do tipo “toma lá-da cá”.<sup>146</sup>

Pero Nunes, cristão-novo, rendeiro do engenho Del Rei, aparece em duas denúncias de blasfêmias por comparar o açúcar a “Deus.” Na primeira é denunciado por Maria Roiz, cristã velha, que ouviu dizer do dito seu marido que Pero Nunes, indo ao engenho da cidade buscar o açúcar ou dízimo de Deus, disse vendo estar de baixo da pilheira, “olhai onde está Jesus Cristo.” Contraditoriamente, na segunda denuncia feita por Fernão Ribeiro de Souza, cristão velho, e que se refere ao mesmo engenho da cidade, a denúncia aparece da seguinte maneira: indo uma vez ao engenho da cidade e vendo o açúcar que estava apartado para o dízimo de Deus, estar no chão mascabado e preto, disse pois, “este é o vosso Deus, assim o tratais,” chamando Deus ao açúcar.

Não é fácil entender pelos autos do processo, qual dos dois casos apontados é o verdadeiro, se o primeiro em que a blasfêmia é dirigida a Jesus, ou no segundo quando dirigida a Deus, ou ainda, se os dois são verdadeiros, bem como, não dá para atestar em que momento foram ocorridos, se no mesmo dia, se em dias diferentes, mas, o fato é que esse tipo de blasfêmia semelhante aparece também dirigida como desacato à N. Senhora, cometida por um mestre de açúcar, também cristão-novo não identificado, que fora denunciado por Antônio Dias, padre da companhia de Jesus, que ouviu dizer segundo sua lembrança ao dito padre Brás Lourenço em São Vicente, costa deste Brasil, que estando um mestre de açúcar enformando o açúcar nas formas, disse que se ali estivesse N. Senhora também a encorparia naquela forma.

Como podemos perceber, as denúncias se caracterizavam principalmente pela imprecisão dos fatos para quem as fazia, chegando ao ponto de uma mesma denúncia, aparecer de forma diferente na boca de outros acusadores. A maior parte dos denunciantes repetia acusações “por ouvir dizer” e não por eles próprios testemunhado,

<sup>145</sup> Vera Lúcia Amaral Ferlini. A civilização do açúcar, pg. 72

<sup>146</sup> Laura de Mello e Souza, o Diabo e Terra de Santa Cruz, pg.109

nesse sentido predominavam as informações provenientes de diz-que-diz e murmurações, e são raros os depoimentos baseados em fatos objetivos.

Deixando de apreciar essa questão da imprecisão das afirmações dos denunciantes, e voltando-se para o entendimento da comparação do açúcar a “Deus”, percebe-se duas intenções óbvias nas palavras de Pero Nunes. A primeira de dar a devida importância ao açúcar como principal produto de exportação e geração de lucros, que custeava as despesas e sustento das famílias, mas também, na segunda de cometer desacatos e negar a fé católica que idolatrava a divindade de Jesus.

No que diz respeito a relação entre cristãos-novos e cristãos velhos, nos testemunhos recolhidos pelo inquisidor na documentação analisada, fica notório que apesar de ter se constatado uma maioria absoluta de denúncias realizadas por cristãos velhos contra cristãos-novos, não se percebe o que se chamaria de uma verdadeira animosidade cometida por parte dos primeiros em relação aos segundos, no máximo desaprovação.

As fontes utilizadas nessa pesquisa corroboram com as proposições de *Ferlini*, onde aponta que a relação entre cristãos-novos e cristãos velhos, nunca foi um obstáculo intransponível, observando laços intensos que se desdobraram muito além de simples amizades, motivadas também em parte por conveniência e interesses distintos dos primeiros em relação aos segundos e vice-versa. Diz a autora: “O cristão-velho, senhor de engenho, dependia do cristão-novo, comerciante e capitalista. Casando-se com a filha de um senhor, o cristão-novo buscava a ascensão social e a segurança.”<sup>147</sup>

É claro que ninguém estava disposto a admitir ter escutado com aprovação os discursos de um suspeito de blasfêmia, e em muitos casos quando perguntado pelo inquisidor como viam as proposições dos acusados, diziam “eu o vejo conversando com muita gente e acho que é amigo de todo mundo”, aparecem repetidamente as menções aos cidadãos que, apesar de ser sabido serem cristãos-novos, e praticarem as culpas mencionadas, eram também muito bons cristãos e homens de bem. Mas, apesar disso, nada impediu que fossem à mesa do Santo Ofício, para disparar uma denúncia contra o acusado, abrindo caminho para a desconfiança e uma investigação mais pormenorizada.

Nesse sentido, as denúncias se davam contra amigos; como é o caso de Ciprião Velho, cristão velho, que apesar de constar nos autos, que era compadre e amigo de Manuel de Paredes – cristão-novo – não hesitou em denunciá-lo por ter cometido a blasfêmia de dizer que Maria não era virgem ou não podia ser virgem; contra parentes, como foi o caso de Júlio Pereira – cristão velho – quando disse que estando na ilha São Tomé um procurador por nome Aleixos Lopez – cristão-novo, e passando ele denunciante viu grande concurso de gente que corria para sua porta e logo ouviu dizer em voz pública que Aleixos Lopez estava espancando um seu filho e que o dito filho estava gritando que prendessem seu pai Aleixos Lopez, porque era judeu e tinha um crucifixo e que açoitava, e seu pai rogava que se calasse, e sentindo o dito Aleixos que lhe tratavam de lhe prender fugiu para as roças.

Quanto à periodicidade em que os fatos mencionados pelas testemunhas ocorreram, tanto nas denúncias, quanto nas confissões, não se percebe um predomínio ou maior incidência de um período em detrimento de outro, o que se observa é que os fatos remontam a períodos variados como: um dia, alguns meses, poucos anos, ou ainda, muitos anos atrás. Até mesmo em alguns casos, as denúncias são dirigidas a indivíduos já falecidos há alguns anos, como por exemplo, podemos citar os

---

<sup>147</sup> Vera Lúcia Amaral Ferlini. A civilização do açúcar, pg. 73

casos de Branca de Leão, a mais citada em toda a documentação, mestre Afonso, pai de Branca de Leão e Pero Nunes, todos cristãos-novos defuntos.

Outro dado importante do ponto de vista do aspecto social, a ser considerado refletido a partir da observação feita na documentação no período dessa visita, é que na maioria dos casos de denúncias, como era de praxe ao final de cada testemunho, o denunciante era convidado a assinar sua confissão ou sua denúncia, e como muitas vezes não sabia assinar, assinava pela testemunha o notário do santo ofício Manuel Francisco. Com certeza a maioria não frequentou escola alguma e para os poucos que sabiam ler e escrever, percebe-se a dificuldade com que faziam, pelo tipo de caligrafia deixada no papel.

## CONCLUSÃO

Desde o ano de fundação da inquisição portuguesa, em 1536, quando publicou seu monitório, documento em que constava a lista dos delitos a serem confessados ou denunciados ao Tribunal, a principal ferramenta da investigação foi o interrogatório, que causou temor e trauma à maior parte dos inquiridos. Outros crimes foram encontrados nos autos, como a sodomia, a feitiçaria, a bigamia, mas foram as blasfêmias heréticas que se constituíram no foco principal da ação do Tribunal lusitano, fato que possibilitou a preferência em punir os convertidos ao cristianismo que eram acusados de judaizar, os chamados cristãos-novos.

O que a inquisição exigia dos seus confitentes era que trouxessem todas as suas culpas na memória para fazer delas uma inteira e verdadeira confissão, dizendo a verdade pura para que sua alma pudesse ser salva. A cada confissão repetiam como era de praxe aquele tribunal que deveria examinar melhor sua consciência, esquadrinhá-la mesmo, desvendando assim as intenções mais ocultas. Os testemunhos se seguiam, e o mais aconselhado era se apresentar ao inquisidor e admitir sua culpa, mas, ao mesmo tempo declarar, que nunca acreditara em suas próprias afirmações heréticas.

Era comum após os depoimentos dos confitentes e denunciante que prometessem total obediência à Santa Igreja, dizendo que não acreditavam e nunca acreditaram em nada que não fossem os mandamentos de Deus e da igreja e que pretendia viver e morrer na fé cristã, dentro do que a Santa Igreja romana católica e apostólica ordenava. Algumas penitências espirituais eram aplicadas, a depender da culpa poderia ser leve, como confessar nas quatro festas principais a saber: natal, páscoa da ressurreição, espírito santo e Assunção de Nossa Senhora, ou pesada como o degredo ou o uso do hábito penitencial – o sambenito.

A insistência na simplicidade da palavra de Deus, a negação das imagens sacras, das cerimônias e dos sacramentos, a negação da divindade de Cristo, a adesão a uma religião prática baseada nas obras, a polêmica pregando a pobreza contra as “pompas” da Igreja, a exaltação da tolerância, a negação da virgindade de Maria, são também idéias propostas pelo moleiro friulano. Já para os cristãos-novos, indicam que as idéias e culpas em sua grande maioria apontavam para sua antiga tradição religiosa.

A análise da documentação nos possibilitou penetrar na mentalidade dessa instituição que a todo custo buscou se manter soberana nos assuntos da fé, tendo como objetivo não somente reaproximar o indivíduo tido como herege da fé cristã, mas utilizá-lo como exemplo nas suas punições, para justificar suas arbitrariedades e intimidar outras pessoas, sendo que para chegar a conseguir seu objetivo se fez necessário a colaboração de todo um aparato burocrático do Estado, que buscava dar

contornos claros ao sistema e passar a imagem de instituição inquestionável perante a sociedade.

Quantos às denúncias atribuídas aos cristãos-novos, na sua totalidade foram classificadas como anti-cristãs, com maior incidência de três tipos específicos: a negação da divindade de Cristo, tendo como principal blasfemador Pero Nunes; os desacatos ao crucifixo, repetido frequentemente por Branca Leão; e a negação da virgindade de Maria tanto difundida por Manuel de Paredes. Para esses não era preciso venerar suas relíquias ou imagens: "Quanto às relíquias dos santos, são como qualquer braço, cabeça, mão ou perna, acho que são iguais aos nossos braços, cabeças, pernas e não devem ser adoradas ou reverenciadas, não se deve adorar as imagens, e sim Deus."

Por fim, conseqüentemente fruto das suas inquirições e investigações impelindo as pessoas a fazerem delações que jogavam as pessoas umas contras as outras, essa primeira visitaçao tenha provocado desentendimentos entre os amigos, parentes, vizinhos, chegando a provocar ruptura nas relações entre cristãos-novos e cristãos velhos, criando preconceitos nunca antes ocorridos.

### Fontes e Referências Bibliográficas

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar: séculos XVI a XVIII**. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GUINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História da Inquisição**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1993.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **A inquisição em Sergipe: do século XVI ao XIX**. Aracaju: Sercore Artes Gráficas, 1989.

MOTT, L. *Bahia: inquisição e sociedade* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010. 294p. ISBN 978-85-232-0580-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos novos na Bahia: a Inquisição no Brasil**. 2ª ed. São Paulo:

Perspectiva, 1992.

OLIVEIRA, Marques. **A Sociedade Medieval Portuguesa**, 4ª. Ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1981, p. 172.

PIERONI, Geraldo, **Banidos: A inquisição e a lista dos cristãos novos condenados a viver no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SIQUEIRA, Sonia. **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. 9ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. **Confissões da Bahia: santo ofício da inquisição de Lisboa**. Org. Ronaldo Vainfas, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

1º. Livro das denúncias do santo ofício ao Brasil por Heitor Furtado de Mendonça. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/ViewerForm.aspx?id=2318685>. Acesso em: 10 de dezembro de 2012.

Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Confissões da Bahia 1591-1592. Prefácio de Capistrano de Abreu, Rio, F. Briguiet, 1935.

Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Confissões de Pernambuco 1593-1595, ed. J. A. Gonsalves de Mello, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

Livro 5 das ordenações Filipinas. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15p>. Acesso em: 24 de dezembro de 2012.

## IRMÃOS DE FESTA, MORTE E FÉ: A IRMANDADE DOS MARTÍRIOS EM CACHOEIRA/BA (1765 – 1857)

Gabriella Oliveira Bonomo

### As Irmandades

O Recôncavo baiano em meados do século XVIII e início do XIX encontrava-se no auge da economia açucareira e fumageira. Pela proximidade com a Capital, a cidade de Salvador, e possuir rios que foram de suma importância para o transporte de alimentos e produtos em geral, a vila de Cachoeira, juntamente com as vilas de São Francisco e Santo Amaro, tornou-se a segunda região econômica mais importante da Bahia.

Nesse contexto regional e econômico as irmandades eram numerosas, sendo de brancos, negros livres, crioulos e escravos, existiam também as formadas apenas por africanos que se subdividiam conforme as etnias de origem, em sua maioria de angolanos, jejes e nagôs.

As irmandades eram, em suma, associações baseadas em uma forte hierarquia e tinham o intuito de cooperação, demonstração de fé, construção de redes de sociabilidades e ajuda mútua dos irmãos associados a ela. Para fazer parte de uma determinada Irmandade era necessário estarem de acordo com as regras que eram impostas pela instituição, escritas no compromisso<sup>148</sup>.

Entendemos as irmandades como um espaço onde os irmãos buscavam se agrupar com a intenção de reaver o que foi perdido ou proibido desde o traslado de sua região de origem até o novo mundo. Isso em relação a sua cultura, seus costumes, por sua vez relacionado à religiosidade e principalmente aos costumes da morte. Pois acreditamos que a união em categorias ou etnias dar-se principalmente pelas experiências vividas desde o continente africano até os novos costumes e novos ciclos de parentesco nos quais irão se envolver no novo mundo. Será então a partir de seus costumes em comum que esses irmãos se agrupariam e desenvolveriam ao longo dos séculos uma mestiçagem religiosa e cultural que tanto marcou a história do Recôncavo Baiano.

### As festividades

As festas das Irmandades representavam um momento único para os irmãos, tinha um significado moral, demonstrando através delas a grandeza que as Irmandades possuíam, “pois era o momento em que esta era reconhecida como parte de um corpo social”<sup>149</sup>. Quanto mais pompa, brilho, danças, músicas haviam durante a festa realizada, de maior prestígio seria a Irmandade, “... para a realização das festas dos santos padroeiros, os irmãos se empenhavam ao máximo”<sup>150</sup>.

---

<sup>148</sup> “No Compromisso estavam contidos os objetivos da irmandade, o seu funcionamento, as obrigações de seus membros, assim como os direitos adquiridos ao se tornarem membros dessas associações.” QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem o meu Parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Século XVIII). FAPESP, São Paulo, 2002. Pág. 74

<sup>149</sup> QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem o meu Parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Século XVIII). FAPESP, São Paulo, 2002. Pág. 111

<sup>150</sup> SOUZA, Marina M. *Reis Negros no Brasil Escravista*: História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte - MG -Editora UFMG. 2002. Pág.184

Segundo Sara Farias, o catolicismo vivenciado pelas Irmandades era típico Barroco, “repleto de sobrevivências pagãs, com seu politeísmo disfarçado, superstições e feitiços”<sup>151</sup>. Era o momento em que os negros africanos deixavam transparecer sua cultura e seus costumes.

Enfim, a festa realizada pelas Irmandades tinha objetivos diversos, demonstrar status, riqueza e principalmente uma liberdade que não havia em dias comuns por parte dos sujeitos escravizados.

A Irmandade do Bom Jesus dos Martírios, como consta no compromisso datado de 1765 dizia que a sua festa deveria seguir da seguinte maneira:

*com toda solenidade, e decência divida ao divino culto, com sacramento exposto, missa cantada, sermão, muzica e a Igreja decentemente ordenada, e haverá da porta da Igreja para fora luminárias roqueiras, tambós, trombetas, e o mais que se pratica em qualquer função: assistirão na Igreja no dia da festa os Irmaos compostos com suas capas das que uza a Irmandade, nesse dia se confeçaram e comungarão todos os que puderem ou quiserem por sua devoção para mayoraugmento e bem espiritual de suas almas (...)*<sup>152</sup>

Percebemos a intenção da Irmandade de realizar a festa com a maior pompa possível, com a utilização de seus tambores, da música e principalmente com a presença de todos os irmãos, esses vestidos adequadamente para a ocasião, com suas capas.

Sobre as festas Nicolau Parés aponta: “As festas e folias como os calundus, eram eventos espetaculares que favoreciam uma liberdade social de certos indivíduos ou grupos e ofereciam um espaço institucionalizado para a concorrência na procura de status e poder”<sup>153</sup>. Tal acumulação de poder e riqueza material eram muitas vezes interpretadas com um sinal dos deuses e a prova da força do indivíduo ou da instituição. Então fazer uma festa onde houvesse música e folia era demonstrar para a sociedade tal status para a instituição e conseqüentemente para os irmãos que dela faziam parte. “Nessas festas o sagrado e o profano freqüentemente se justapunham e às vezes se entrelaçavam”<sup>154</sup>.

Analisando mais uma vez o trecho acima do compromisso sobre a festa percebe-se a presença de “tambós e trombetas”, instrumentos que vez ou outra eram também encontrados nas festividades, como na documentada festa em Santo Amaro em 1808, citado por Reis<sup>155</sup>, para a realização de um batuque, que era o termo utilizado no século XVIII com referencia aos ajuntamentos de negros que se envolviam com danças e toques de palmas<sup>156</sup>. Essa relação pode ser complementada com o fato de serem os Jejes, especialmente os libertos, os responsáveis pela institucionalização do candomblé. Parés afirma:

---

<sup>151</sup> FARIAS, Sara Oliveira. **Irmãos de cor, de caridade e de crença**. A irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia. Séc. XIX. Dissertação apresentada ao Mestrado de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador, 1997. Pág. 108

<sup>152</sup> Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, ereta no Convento de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Cachoeira, Bahia – 1765. Cap. IX

<sup>153</sup> PARÉS, Nicolau. **A Formação do Candomblé: história e ritual da tradição Jeje na Bahia** – 2.ed. – Campinas, SP. Unicamp, 2007. Pág. 110

<sup>154</sup> REIS, João. **A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX**. Companhia das letras. 1991. Pág. 62

<sup>155</sup> REIS, João. **Recôncavo Rebelde: Revoltas escravas nos engenhos baianos**. 1990. Pág. 103

<sup>156</sup> Parés, Nicolau. **A Formação do Candomblé: história e ritual da tradição Jeje na Bahia** – 2.ed. – Campinas, SP. Unicamp, 2007. Pág. 101, nota 2.

*A participação nas Irmandades não era uma fachada, mas essas pessoas encontravam um espaço alternativo para a perpetuação de valores, disposições emocionais, orientações existenciais, próprias da cultura africana.*<sup>157</sup>

Percebe-se a mobilização para que fosse organizada uma festa em grande estilo, “a organização dos eventos festivos de responsabilidade da irmandade, enquanto ao capelão ou vigário da paróquia cabia a assistência nas celebrações e em outros atos litúrgicos”<sup>158</sup> tendo no compromisso um valor estipulado para o pagamento dessas assistências dos capelães ou vigários.

Ainda sobre a citação do compromisso acima, percebe - se a preocupação em ter uma procissão divina, com as devidas pompas. Fato que demonstra mais uma vez a necessidade de mostrar a sociedade e até mesmo as outras irmandades da cidade o quanto a irmandade dos Martírios teria a capacidade de fazer tal feito, capacidade essa social e econômica.

### **Assistência, sufrágios e funerais.**

*Os africanos comuns, e os pobres em geral, se associavam a irmandades católicas, entre outras razões, para melhor solenizar suas mortes [...] As irmandades procuravam ser eficientes na mobilização de seu pessoal, devidamente aparatado, carregando bandeiras, cruzes e velas, além do esquite coletivo da associação. As irmandades negras criaram cargos cujos ocupantes se dedicavam a avisar os irmãos sobre o falecimento dos associados*<sup>159</sup>.

Um dos principais fatores que despertavam o interesse dos negros em associarem-se a uma irmandade era o auxílio em caso de pobreza e um funeral decente, com sepultamento e sufrágios necessários para a alma do defunto e tudo que fosse importante para uma boa morte e salvação. Através das irmandades o funeral se transformava num ritual significativo,<sup>160</sup> assim como Sara Farias, Marina Souza aponta que os funerais africanos eram cercados de danças, cantos, rituais especiais, ficando “fácil entender a rapidez com que os africanos e seus descendentes se integraram nessas associações católicas (...)”<sup>161</sup>.

A morte e a vida além dela (era) é um dos maiores medos humanos. Os africanos possuíam rituais fúnebres próprios, porém, pela repressão religiosa portuguesa acabaram incorporando maneiras portuguesas no morrer; os africanos mantiveram muitas de suas tradições, sendo uma característica inegável em ambas as culturas: a boa morte.

---

<sup>157</sup> IDEM. Pág. 111

<sup>158</sup> REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Dissertação de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas, São Paulo. 2005. Pág. 114

<sup>159</sup> REIS, João. **História da vida privada no Brasil, Império**: a corte e a modernidade nacional. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista – 95. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 122 e 123.

<sup>160</sup> FARIAS, Sara Oliveira. **Irmãos de Cor, de Caridade e de Crença**: A Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do Século XIX. UFBA, Salvador, 1997, Pág. 96.

<sup>161</sup> SOUZA, Marina M. **Reis Negros no Brasil Escravista**: História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte - MG -Editora UFMG. 2002. Pág.186.



*O temor da morte, no entanto, não deve ser visto como medo sem controle. O grande medo mesmo era morrer sem um plano [...] a preparação facilitava a espera da morte e aliviava a apreensão da passagem para o além*<sup>162</sup>.

A preocupação de africanos com os enterros se deve ao descaso dos senhores quando ocorria o falecimento de um escravo.

*Frequentemente abandonados nas portas das igrejas ou nas praias para que fossem levados pela maré da tarde [...] não raras as vezes os senhores mandavam conduzir seus corpos para lugares ermos, e outras faziam sepultá-los em covas rasas que cães e outros animais descobriam.*<sup>163</sup>

Esses motivos se juntam com a própria preocupação da passagem para o mundo do além. O compromisso dos Martírios determinava que falecendo algum irmão era de obrigação do procurador avisar aos demais irmãos, principalmente os que faziam parte da mesa para acompanhamento do corpo. Os irmãos da mesa deveriam vestir suas capas, acenderem velas ou tochas e acompanhar o corpo até o local do sepultamento, de acordo com a vontade do defunto, muitas vezes expressa no seu testamento, o irmão que não comparecesse no funeral do outro corria o risco de não ter ninguém no seu quando a hora chegasse. Essas capas (Huma capa de veludo azul, bordada..... com quatroestrelasde prata), uma cruz (HUma cruz de madeira, coberta de veludo “guarmada” de prata) entre outros estão presentes no inventário dos bens da Irmandade de 1855<sup>164</sup>.

Em 1852, foi elaborada uma relação de bens pelo thezoureiro Feliciano da Paz Barreto. Nesse documento consta, além dos bens acima já mencionados, a existência de um caixão, provavelmente para o momento em que algum irmão desfavorecido economicamente viesse a falecer, esse seria utilizado paro o mesmo. Nesse mesmo documento constam duas imagens de santos. A primeira de Santa Efigênia (Ifigênia) que era uma santa católica, responsável pela disseminação do cristianismo na África<sup>165</sup>, desta forma percebemos que foi preservado seu culto entre tais africanos. A segunda imagem de Nossa Senhora da Conceição, uma das diversas invocações de Maria<sup>166</sup>.

---

<sup>162</sup> REIS, João. **A Morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. Companhia das letras. 1991. Pág. 95

<sup>163</sup> QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem o meu parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII) – São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. Pág.156

<sup>164</sup> APEB. Livro de assentamento de tombos dos bens e alfaias das Irmandades e Ordens Terceiras de Cachoeira, com dados sobre as irmandades do Bom Jesus da Paciência e do Bom Jesus dos Martírios, (1852-1870).

<sup>165</sup> Ifigênia foi uma Princesa da Núbia que teria se convertido ao cristianismo tendo sido batizada pelo apóstolo São Mateus. Indiferente aos prazeres mundanos e aos requintes da corte tornou-se religiosa fundando um convento. Após a sua conversão, seu tio, que usurpara o trono, desejou desposa-la. Diante da negativa de Efigênia, o rei teria mandado atear fogo à sua habitação religiosa que foi milagrosamente salva por intercessão aos céus. APUD - REGINALDO, Lucilene (2009). Irmandades e devoções de africanos e crioulos na Bahia setecentista: histórias e experiências atlânticas. OLIVEIRA, A. J. Machado (2002) “*Os Santos Pretos Carmelitas*”: culto dos santos, Catequese e devoção negra no Brasil Colonial. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense.

<sup>166</sup> APEB. Livro de assentamento de tombos dos bens e alfaias das Irmandades e Ordens Terceiras de Cachoeira, com dados sobre as irmandades do Bom Jesus da Paciência e do Bom Jesus dos Martírios, (1852).

Logo após o falecimento o irmão tesoureiro tinha o cuidado de mandar rezar vinte e cinco missas de esmola, no valor de 240 réis, para auxílio da família do irmão falecido. Existia também a permissão de sepultar os filhos dos irmãos, por conta da irmandade, que tivesse até doze anos de idade. Aqui percebemos que a solidariedade extrapolava o associado chegando os direitos a família.

Os irmãos eram obrigados a acompanhar o enterro. Segundo Sara Farias essa era característica da grande maioria das irmandades de negros, quando um membro de uma irmandade falecia, todos os demais associados tinham obrigação de acompanhá-lo em grande estilo. Era um sinal de solidariedade para com o defunto e seus familiares e, sobretudo, um gesto de caridade cristã<sup>167</sup>.

A morte era um dos principais momentos da irmandade, junto com a procissão e a festa. Era o momento de pagar pelos pecados, e de subir aos céus. Por isso, quando em vida, os irmãos buscavam de toda maneira agradar o senhor para que na sua morte pudesse receber em troca a salvação.

### **Histórias e Experiências: Os Desejos Post-Mortem**

Em meados do ano de 1838, vivia na Vila de Cachoeira, o africano Gervásio José de Almeida, vindo da costa da África, liberto, casado com Fabiana Francisca de Souza Almeida e pai de duas filhas com sua esposa, Maria Carolina e Maria Felismina. A segunda era casada com Manoel Ferreira d'Assunção, todos libertos. Gervásio declarou em seu testamento ter outra filha antes de seu matrimônio com Fabiana, chamada Ludovina, sendo a mãe uma escrava de uma senhora que morava em São Gonçalo, distrito de Cachoeira. No momento em que escrevia seu testamento se encontrava em estado delicado, possivelmente doente<sup>168</sup>. Seus testamenteiros foram em primeiro lugar sua mulher, em segundo seu genro e em terceiro sua filha.

Segundo Nicolau Parés o período em que mais chegou escravos a Bahia foi entre 1770 e 1850<sup>169</sup> e provavelmente foi nesse momento em que Gervásio tenha desembarcado nas terras da América portuguesa. Pois em 1838 era escravo do senhor José de Almeida. Gervásio, como cita em seu testamento, fazia parte de duas irmandades: a do Bom Jesus dos Martírios, fundadas por Jejes, e de São Benedicto. Seu funeral foi realizado no Convento do Carmo, mesmo conjunto que estava localizada a Irmandade dos Martírios.

Consta em seu inventário que ele gastou com seu funeral um total de 10\$260 réis. Esse gasto foi subdividido para o Vigário e os demais sacerdotes do convento do Carmo, e para a “muzica”, uma quantia de 17\$000. Tocar música em sepultamento também era uma forma de demonstrar status. Quanto mais simples fosse o funeral, menor era o prestígio e os bens da pessoa. Um funeral digno precisaria possuir a maior pompa possível, e era mais do que necessário uma passagem que representasse alegria, respeito e acima de tudo o maior número de pessoas possíveis. Fazer parte de várias irmandades também significava ter um enterro com um grande número de pessoas.

Ainda nessa parte do inventário consta pagamento para outras irmandades da qual ele não fazia parte, mas que foram pagas para acompanhar seu enterro. Nesse caso

---

<sup>167</sup>FARIAS, Sara Oliveira. **Irmãos de Cor, de Caridade e de Crença: A Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do Século XIX.** UFBA, Salvador, 1997, Pág. 93.

<sup>168</sup>Testamento e inventário de Gervásio José de Almeida. Arquivo Regional de Cachoeira, 1838, Caixa: 107. Proc. 1041.

<sup>169</sup> PARÉS, Nicolau. **A Formação do Candomblé: história e ritual da tradição Jeje na Bahia** – 2.ed. – Campinas, SP. Unicamp, 2007. Pág. 42

consta a Irmandade da Paciência, que supostamente sua filha fazia parte, pois no documento de recibo ele trata sua filha como irmã. Outras irmandades que aparecem é a do Rozário e SS. C. de Maria, cada uma recebendo um pagamento no valor de 4\$000, ou seja, foram doadas esmolos para que o enterro tivesse maior pompa possível.

Ainda são mencionados gastos com sera, com a armação, a quem fez as mortaldas no qual seria enterrado, aos panos dessa mortalda, a quem fez o caixão, a pessoa que fez a abertura do testamento, ou seja, a pessoa que iria fazer com que suas vontades fossem cumpridas, enfim, gastos que nos mostram tamanha a importância de se ter um funeral e sepultamento de grandeza material, ressaltando o ideal de ir ao mundo espiritual da melhor forma possível, com o intuito de salvação da alma.

É importante ressaltar que a passagem para o outro lado, para o outro mundo, era algo que deveria ser realizado e muito bem feito. Os ritos de passagem eram fundamentais para a segurança da alma do defunto e também para os vivos, afinal de contas o medo de almas rondando pelas ruas era algo que as pessoas temiam.

*Ao contrário, se o morto passa ao outro mundo feliz e plenamente, ele poderá interceder pelos vivos junto aos deuses, inclusive facilitando – lhes a futura incorporação na comunidade dos mortos. Daí terem as pessoas todo o interesse de cuidar bem de seus mortos, assim como da própria morte<sup>170</sup>.*

Essa cultura que envolve a morte, ainda segundo João Reis, se tornou algo corriqueiro na sociedade baiana a partir do século XVIII, no Brasil e na Bahia. O que se remete a cultura funerária africana e portuguesa, haja vista, que em ambos os lugares haviam a necessidade de se ter uma boa morte e uma boa passagem para o outro mundo, a fim de propiciar ao morto a paz de espírito.

Na cidade de Cachoeira, fazendo uma análise nos livros de óbitos, percebe-se a importância da Santa Casa de Misericórdia em relação ao costume de um dar ao morto um funeral adequado. Encontra-se registros de enterros em seu cemitério de indigentes, de pessoas encontradas nas ruas que através de membros ou pessoas ligadas à Santa Casa forneceram enterros em seu espaço<sup>171</sup>.

Era comum que os desejos dos defuntos ficassem registrados em seus testamentos, local onde eles se preparavam para uma morte digna, agradecendo a Deus primeiramente e pedindo perdão aos seus pecados para que sua alma pudesse seguir o caminho da luz. Tomo como exemplo nosso já conhecido Gervásio que em seu testamento diz:

*Sou catholico romano, em cuja fé tenho vivido e justifico ... marca; por isso rogo ao santo do meo nome, ao anjo da minha guarda queirão interceder por mim a meo senhor Jesus Christo que a salvação da minha alma<sup>172</sup>.*

Para seguir o caminho de paz era comum listar nos testamentos suas dívidas, herdeiros e até mesmo filhos ilegítimos, assim como dedicar a essas pessoas missas e deixar-lhes os bens que conseguiu durante sua passagem no mundo terreno. Dedicar os bens a essas pessoas era um ato que não significava bondade simples e pura. Fazendo-o

---

<sup>170</sup> REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo. Companhia das letras, 1991. Págs. 89-90

<sup>171</sup> Livro de Registro de Óbito de Cachoeira, Fórum Augusto Teixeira de Freitas, Livro 4c, 5c.

<sup>172</sup> Testamento e inventário de Gervásio José de Almeida. Arquivo Regional de Cachoeira, 1838, Caixa: 107. Proc. 1041.

assim sua alma estaria se libertando dos bens materiais e mais uma pronta para ingressar no mundo espiritual.

O que precisasse ser feito para que a passagem entre os dois mundos fosse tranqüila estaria registrado em testamentos, inclusive libertar os escravos, as vezes sem custo, mas havia os que libertavam sob alguma condição, seja de acompanhar filhos até certa idade, cuidar de maridos, esposas, valia de tudo para alcançar o paraíso. Em seu testamento, Gervásio deixa sob condições de liberdades três escravos, sendo que eles teriam que passar por avaliações e seria abatido a partir do valor acertado cem mil reis, equivalente a sua terça parte dos bens. Ou seja, como era um bem compartilhado com sua família ele não os libertou de imediato, ou não pôde fazê-lo sozinho, mas a sua parte do negócio não seria cobrada.

## Considerações

As irmandades religiosas, como vimos, chegou na América Portuguesa com o intuito de facilitar e evangelizar também os africanos, apesar de muitos deles já conhecerem tal religião, a cristã, já em solos africanos. Em suma serviram, também, como forma de reunir grupos com interesses e costumes em comum.

As Irmandades, em grande parte, eram uma maneira de reunir indivíduos em busca de ideais e solidariedade em comum. Para a Igreja e para a Coroa era uma maneira de torná-los cristãos, mais ainda para a Coroa como afirma Caio Boschi. Na cidade de Cachoeira no Recôncavo Baiano essas irmandades encontraram “solos” favoráveis para seu crescimento e proliferação. Cachoeira nasceu com a agricultura açucareira e fumageira que traz consigo uma grande quantidade de escravos que por sua vez precisavam ser “cristianizados”.

A irmandade dos Martírios da cidade de Cachoeira, fundada por Jejes, uma nação africana dentre tantas outras que surgiram nesse momento na região, permitiu aos africanos estar perto dos seus “parentes”<sup>173</sup>, e buscarem a união e solidariedade entre si. O objetivo nesse trabalho foi o de analisar e a irmandade dos Martírios, entender a relação entre os irmãos que dela participava. Para isso citamos elementos sociais sobre o Recôncavo e a vila de Cachoeira.

---

<sup>173</sup> Conceito de parentes utilizado por João José Reis em *A morte é uma festa*.

## LIÇÕES DE CRISTIANISMO NO COMPÊNDIO DE ELIAS SARMENTO (1920)

*Jaciara de Aguiar Viana*

### **Introdução**

A renovação do cristianismo brasileiro no início do século XX ocorre pelas ameaças ao seu projeto de formação, abalado pelo crescente ideário positivista do qual poucos intelectuais escapariam, até mesmo os que pregavam a derrocada da sociedade burguesa. Embora houvesse uma profunda divergência de princípios entre cristianismo e positivismo, no caso brasileiro, a convivência entre aqueles que postulavam suas respectivas propostas, não chegou a ter profundos conflitos, como ocorrida com os anarquistas. Não é demais recordar a tomada de fôlego do grupo católico no início do século XX, com a circulação de impressos, a exemplo do jornal alagoano **O Semeador**, com a primeira edição em 1913, associações e intelectuais no porte de D. Sebastião Leme, Julio Maria, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Esses intelectuais católicos iriam fazer circular obras com a intenção de confrontar o pensamento laico na esteira do positivismo, anarquismo, liberalismo, socialismo, cientificismo e pensamento artístico.

A retomada dos valores cristãos exporá um pensamento de cunho conservador, até pela manutenção do dogma cristão, quando comparado com aqueles relacionados aos positivistas, cientificistas, liberais e socialistas. Entretanto, esses valores cristãos tentavam dialogar com essas novas demandas sociais do século XX.

No referido texto abordaremos sobre o compêndio do alagoano Elias Sarmiento publicado em 1920, este pode exemplificar a dimensão conservadora do pensamento católico, quando ele se apropria dos dez mandamentos bíblicos para servir de moralização das crianças. Trata-se de inculcar o dogma cristão de forma menos dirigida, ou seja, através de um livro didático, com fábulas carregadas de lições moralizantes.

Os alertas do historiador francês Marc Bloch (2001)<sup>174</sup> são importantes para análise desse material didático na medida em que trata da necessidade de conhecer o tempo mental dos humanos e a dificuldade de ser depurado, afinal qualquer testemunho como tantos outros narra não àquilo que viu, mas o que foi estimado a ver. Veiga (2007) traz o cenário do Brasil republicano com as mudanças no cenário político, mas com ênfase na história da educação brasileira, nos dará base para alguns apontamentos da obra “O Dote” de Elias Sarmiento.

Abordaremos abaixo uma breve reflexão sobre a articulação entre cristianismo, educação e positivismo, pois, exclusivamente no Brasil, o cristianismo foi utilizado como um meio para consolidação das vertentes teóricas positivistas, quadro que em Alagoas não foi diferente a partir de uma leitura mais analítica da obra *O Dote*.

### **Relações entre Cristianismo, Educação e Positivismo.**

---

<sup>174</sup> BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Prefácio LE GOFF Jaques, apresentação à edição brasileira SCHWARCZ, Lilia Moritz. Tradução: TELLES André. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2001

No Brasil década final do século XIX segundo Veiga (2007, p. 239)<sup>175</sup> foi aprovado a legislação da escola pública e entre os seus parâmetros foi instituída a educação laica, embora ela tenha convivido em associação com as orientações de preceitos cristãos e positivistas de Augusto Comte, as duas perspectivas educacionais foram formadoras da base para a implantação do regime republicano, ambos formando moralmente o povo, ora para atender ao estado nacional, ora para aproximá-lo da transcendência. Na obra *O Dote* do autor Elias Sarmiento, há uma forte ênfase em preparar os indivíduos para o campo do divino e a obediência a Deus deveria estar acima de todas as coisas, Sarmiento (1920, p. 6)<sup>176</sup> afirma que: “Assim, quer na adversidade quer na abundância, não te esqueças de que tudo é transitorio contingente na face da terra, excepto amar a Deus sobre todas as cousas e aos proximos, como a nós mesmos”. Embora, a obra também aponta indícios de que o autor esteve preocupado em atender as demandas do estado nacional no momento em que ele incentivava aos seus alunos a adotar uma profissão, Sarmiento (1920) afirma que:

*[...] antes que te dediques a qualquer dos ramos dos conhecimentos humanos, estuda primeiramente o que mais te possa appetecer, não te inclinando, nem por vaidade nem por desamôr ao trabalho, para profissão que não possa ser adquirida e bem desempenhada pela tua intelligencia. (p.43)*

No século XIX é importante lembrarmos que a corrente positivista irá se firmar com a consolidação da economia capitalista, valorizando o conhecimento científico em detrimento do progresso. É notório que nesta época a igreja já tinha perdido parte de seu poder absoluto, mas, precisava encontrar meios para manter-se de pé e aproximar-se dos novos ideais, retirar destes as teorias e adequá-los as doutrinas cristãs.

A partir do movimento renovador da igreja precedida pelo papa Leão XIII, o padre brasileiro Júlio Maria destacou-se, ao colaborar com o ressurgimento do catolicismo, de forma que evitasse aquele velho tradicionalismo litúrgico e inseri-lo nas novas demandas das esferas sociais. Assim, o catolicismo pretendia se apresentar como o único caminho capaz de regenerar aqueles tempos, pela via da moralização social. Por meio da análise de Cruz (2008)<sup>177</sup>

*Pode-se considerar que o padre Júlio Maria tenha sido um moderno, no sentido em percebeu a necessidade de a igreja se colocar ao lado do povo e abandonar a aliança com as classes privilegiadas. Denunciou, escreveu e polemizou sobre a ignorância e a inoperância do catolicismo brasileiro. Em termos políticos, defendeu a República e as perspectivas de liberdade que poderiam ser criadas para o catolicismo [...] (p. 6)*

Essa bandeira de liberdade pregada pela igreja que chegaria ao povo por meio do novo regime político foi uma estratégia para que ela não perdesse seus fiéis e

---

<sup>175</sup> VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

<sup>176</sup> SARMENTO, Elias. **O Dote**. 1. ed. Maceió: M. J. Ramalho, 1920.

<sup>177</sup> CRUZ, André Silvério da. **O pensamento Católico à procura na Primeira República Brasileira**. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/cruz-andre-gp01.pdf>> Acesso em: 20 julh. 2013.

continuasse junto às massas. A nova reorientação da Igreja é apresentada por Cruz (2008) ele explica que:

*A partir da década de 1920, a igreja organizou-se efetivamente para uma atuação mais decisiva, apresentando reivindicações mais amplas no cenário sócio-cultural brasileiro e republicano, tanto nas esferas de sua legitimidade jurídico-constitucional valendo-se de seus direitos e tradição, quanto nas esferas da educação, amálgama de difusão do ideário cristão católico. (p. 8).*

Assim, os valores cristãos de certo modo precisavam ser exaltados por meio da circulação de periódicos para competir com os chamados inimigos do catolicismo, uma vez que nessa década foi fundado no Brasil o Partido Comunista e pairava um forte receio de que no Brasil se tornasse uma nação de perfil ateuista, sem orientação religiosa.

A obra de Sarmiento é uma forma de divulgar e reafirmar os valores cristãos, embora o autor se utilize de um tipo de cristianismo que a Igreja da época já não pregava, de cunho fundamentalista uma tentativa de manter a identidade religiosa antes que ela fosse absorvida pela a ação da cultura moderna.

### **Reflexões sobre a obra de Sarmiento**

O livro trata-se de um compêndio dividido em duas partes; a primeira delas é destinada aos ensinamentos morais e cívicos, carregadas de princípios cristãos, de viés conservador, ao ministrar em pequenas lições bíblicas, a doutrina da obediência, a contenção dos desejos, o amor à pátria o incentivo a viver para a família entre outros. Isto demonstra que o novo ideário político implantado ao Brasil teria de se adequar aos velhos preceitos cristãos, ainda fortemente arraigados na educação brasileira. Essa similaridade com os dez mandamentos escritos por Moisés pressupõe que Elías Sarmiento tinha intenções de conduzir seus alunos pelo caminho de um cristianismo que pouco dialogaria com as demandas das novas gerações. O autor alagoano propõe na primeira parte do seu livro o qual ele só o intitula na segunda parte de lições de *Educação Moral e Cívica* lições que devem ser objetivos almejados e alcançados pelos alunos para levá-los ao progresso moral e material da humanidade, assim também como pregava o positivismo. Abaixo, expomos o índice da primeira parte do livro *O Dote* que é objeto de nossa análise:

<b>Índice</b>	<b>Pag.</b>
Amar a Deus	5
Não Furtarás	8
Não Matarás	11
Não deshonrarás	14
Honrar pai e mai	17
Não jurar em vão	20
Não cubiçarás	23
Foge do jogo	26
Poupa as arvores	30
Amar a Patria	32
Vive para a família	36
Elevar o Brasil	39
Adopta uma profissão	43

Nascer do pó	46
Sê justo	50
Cultiva os campos	53
As vinte e cinco armas	50

Na segunda parte<sup>178</sup> do compêndio são apresentadas lições de língua portuguesa com a intenção de manter a matriz linguística tanto na sua escrita como oralidade de palavras pouco usual, à época, escritas incorretamente ou com seu sentido alterado.

Nós nos determos apenas na primeira parte d’*O Dote*, editado na década de 1920, e adotado nas escolas públicas de Maceió. Elias Sarmiento (1872-1936), conforme Barros (2005)<sup>179</sup>, ficou conhecido por suas polêmicas gramaticais, e para escrever em jornais utilizou-se de pseudônimos como Padre João Pindoba e João Patavina. O autor alagoano viveu em um período de profundas transformações no mundo e no cenário brasileiro, para o qual o regime republicano apontava mudanças políticas, econômicas sociais e educacionais. Com a implantação da República e os anseios de um progresso futuro, os dogmas cristãos foram utilizados como um método de organizar a sociedade e inculcar em suas mentes os comportamentos desejados por grupos dominantes, dessa forma esses grupos por meio de seus intelectuais utilizaram a escola para adequar seus preceitos a religião, seria este um caminho mais simples de moralizar a sociedade e fazer com que ela conhecesse e se adequasse ao novo modelo positivista que por meio da ordem viria então o progresso.

Sobre o livro iremos abordar no texto os escritos das lições, regra geral, voltadas para as necessidades de moralizar a sociedade a partir dos princípios cristãos, tanto que os títulos das lições foram inspirados nos dez mandamentos bíblicos.

Sarmiento (1920)<sup>180</sup> em sua obra demonstra a defesa que fez ao cristianismo e se põe contra a ameaça ateísta, este foi um período que o mundo via a Revolução Comunista e aqui no Brasil como já foi enfatizado anteriormente também foi a década da criação do Partido Comunista, para a igreja uma possível implantação do comunismo no Brasil representaria a queda da igreja. Nesse período alguns intelectuais se puseram contra esta vertente Arduini (2011, p. 3)<sup>181</sup> explicita que, a partir de uma conferência de Amoroso Lima, realizada em Belo Horizonte no ano de 1935, com o título “Educação e Comunismo”, explicitava que: [...] A principal “doença” seria o comunismo, que deveria ser combatido pela doutrina social da Igreja Católica. Neste sentido, no primeiro capítulo do livro Sarmiento (1920) já ressaltava:

*Quanto mais o ateísmo tenta, por meio de argumentos futeis, arrefecer nos corações o amor de Deus que dignifica a alma, ensinando-lhe, no caminho da vida, a pratica das virtudes christans, tanto mais elle, resistindo ás chammas da descrença, augmenta e fructifica no seio da humanidade. (p. 05)*

<sup>178</sup> A segunda parte do livro não será discutida, pois, trata-se de reflexões sobre a gramática, por causa de certas mudanças na a escrita de algumas palavras que estavam perdendo seu sentido real ou estavam sendo mudadas a sua forma de escrita. Esta parte não será o objeto de nossa análise, pois, o autor se desvincula da temática moralizante de principio para abordar exclusivamente regras para a escrita de palavras da Língua Portuguesa.

<sup>179</sup> BARROS, Francisco. **ABC das Alagoas**: Dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Brasília: Senado Federal, 2005.

<sup>180</sup> SARMENTO, Elias. **O Dote**. 1. ed. Maceió: M. J. Ramalho, 1920.

<sup>181</sup> ARDUINI, Guilherme Ramalho. **De Júlio Maria à Ação Católica: contribuições para a história do laicato católico brasileiro (1900-1947)**. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308239341\\_ARQUIVO\\_Anpuh2011GRArduini.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308239341_ARQUIVO_Anpuh2011GRArduini.pdf)> Acesso em: 19 julh. 2013.



Mais adiante, neste mesmo capítulo, a crença no amor a Deus traz a ideia de um cristianismo para o qual a criança deveria estar preparada para a vida eterna. A necessidade de contenção dos desejos terrenos significava que a vida era transitória. Segundo Sarmento (1920, p. 5)<sup>182</sup> “Homens ha que se revoltam, presos ás cousas terrenas, aos prazeres transitorios da carne que amolentam o espirito, ao brilho do ouro que os torna orgulhosos, contra a necessidade da morte, como se este não fosse o argumento mais valioso da equidade divina”. Assim, o bom cristão era aquele que procurava viver uma vida simples, preparando o espírito e deixando de lado os prazeres da carne.

Nessa época a igreja criou os documentos pontifícios para ser colocar sobre as posições referentes a sua doutrina ou as questões espirituais e as mudanças que aconteciam no cenário político e social, estes,

*[...] sumariam a posição da Igreja diante das múltiplas questões humanas: a sociedade civil, a relação entre o governo dos homens e a direção espiritual da Igreja. Tais documentos procuram lembrar os ensinamentos da doutrina cristã e a posição dos católicos frente ao mundo moderno.*

*Os documentos papais não foram as únicas fontes de referência para a educação dos fiéis colocados em prática pela ação do Padre Júlio Maria e D. Sebastião Leme, nesse processo coube também a importância dos periódicos como a revista A Ordem, que não só divulgava os documentos da doutrina romana, mas também transmitia o pensamento de autores católicos como Maïestre, Bonald, Veuillor, Maurras. Além dessa afirmação doutrinária, procurava-se construir uma cultura superior católica como defendia Alceu Amoroso Lima, e combater outras correntes de pensamento, como o positivismo, a maçonaria, o espiritismo, revelando o lado conservador, e às vezes até intolerante em relação a outras vertentes, principalmente no caso de questões religiosas e espirituais. (CRUZ 2008 p. 9)<sup>183</sup>*

Embora, esse embate estivesse nos documentos oficiais o que de fato preponderou foram as adequações que a igreja precisou fazer para manter-se próximos de seus fiéis e por isso continuou presente na educação por meio dos intelectuais que escreveu compêndios para exaltar a vivência do bom cristão e a dedicação a pátria, assim, o cristianismo era um caminho para moralizar os indivíduos que precisavam dedicar-se ao crescimento da nação.

Em algumas das lições nas quais o aluno deve aprender esses preceitos morais, Sarmento se utiliza de contos ligados ao cotidiano, particularmente de pessoas não bem-sucedidas por praticarem atos considerados ilícitos para o dogma cristão. O cristianismo do início do século XX primava pela formação de um cristão ilustrado, por isso esse valor dado aos livros, eles teriam uma capacidade de correção do espírito, isso também pregava o positivismo visto que os livros corrigiriam os homens do misticismo pelo conhecimento da ciência. Associado a ambos os postulado, a crença no trabalho como regenerador. Isso se evidencia em seu texto, no capítulo intitulado “Não Furtarás”:

---

<sup>183</sup> CRUZ, André Silvério da. **O pensamento Católico à procura na Primeira República Brasileira.** Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/cruz-andre-gp01.pdf>> Acesso em: 20 julh. 2013.

*[...] Como Job, aquelle espirito varonil da lenda sacra, perdi um dia, depois de ter luctado annos e annos, todos os haveres adquiridos com o suor do meu rosto.*

*Pesava-me demasiado, nesse tempo, a familia e eu, sem amparo de braços amigos, muitas vezes senti, entre a penuria e a estreiteza do campo de acção, um como esmorecimento quasi mortal.*

*Mas, por felicidade minha, veio-me, não sei como, pairar ás mãos um alfarrabio precioso, onde li um theoria philosophica, consoladôra e divina.*

*Nella aprendi eu a superioridade, que o espirito deve manter, quando o corpo experimenta as agruras da existencia, proprias da materia. [...]*

*E eu já não sabia contar as vezes em que, de dia ou de noute, ao collo de tua mãe tu choravas com fome, inconsolavelmente. [...]*

*Vinham-me, quando te via orvalhado de lagrimas, impetos de escalar, a horas mortas da noute, os paços da aristocracia, para furtar o pão que dentro nelles havia em abundancia.*

*Mas para logo, vencido pelas exhortações da religião, recuava, apavorado da triste fama, que te iria legar.*

*O alfarrabio tornou-me heroe e, resignado, tolerei, como os martyres do Christianismo, os aculeos do supplicio.*

*E, num daquelles momentos de profunda amargura, fitei o ceo, immenso zimboreo que Deus semeou de estrellas brilhantes, eternamente movimentadas, e jurei vencer a adversidade, limpo de penas e culpas. [...]*

*Entreí de novo a trabalhar, como dantes, cheio de esperanças no futuro.*

*O trabalho, meu filho, revigorando o corpo, tem o poder de curar as dores do espirito e afugentar os pensamentos maleficos.*

*Vê, pois, como fui feliz na propria indigência, vencendo a idéa do crime, que tem quasi sempre, como causas, a ociosidade ou a miseria.*

*Ouviste, meu filho?*

*Accrescenta ao patrimonio moral que te deixo, a limpidez de minha consciência*

*Não furtei.*

*- Não furtarás.*

As lições moralizantes, como esta, já haviam sido introduzidas no aprendizado infantil de forma mais sistematizada desde o século XVII. Era preciso, a partir de então, não mais associar ao aprendizado as torturas imputadas pelos mestres esta forma de correção de conduta fez sucesso no mercado editorial do Ocidente.

Seguindo adiante em nossa reflexão avaliamos que esta era uma época na qual a visão liberal da educação estava cada vez mais se firmando, portanto notamos através da leitura do texto uma leitura já era direcionada às crianças, com a finalidade de naturalizar sua relação com o mundo. Assim é possível ver essa proposta no capítulo *Nascer do Pó*, no qual o autor induz a pensar que, para ser herói, nobre, grande, pouco importava nascer em choupanas ou palácios. Aqui os princípios do positivismo se associam com o cristianismo, pelo apelo emocional ao sacrifício e a abnegação. Para Deus nascemos iguais, assim como pregava a lei do direito natural de John Locke no século XVII: todos os indivíduos nascem naturalmente iguais, o sucesso dependerá da luta que cada um irá travar. As oportunidades são dadas, e o indivíduo torna-se

responsável pelo próprio sucesso ou pelo fracasso. Nessa linha de pensamento Sarmento (1920)<sup>184</sup> explica que:

*Individuos ha que costumam menosprezar os que, nascendo humildemente, se elevaram, pelo esforço proprio, ás mais honrosas posições no seio da sociedade. [...]*

*De modo que, comquanto nascido do pó, pode o homem sahir victorioso da obscuridade da sua origem, pondo em exercicio a força da sua vontade, que é um auxiliar de primeira grandeza. (pag. 48)*

Como se pode avaliar, as aproximações entre cristianismo, positivismo e liberalismo se articulam num emaranhado de valores que chegam sob a forma de contos lúdicos para a infância. Neste sentido, a capacidade de incorporação de valores é mais eficiente, especialmente pela faixa etária na qual se encontram essas crianças. Sarmento retoma esses elos quando aponta que algumas sociedades já se encontravam em outro estágio de desenvolvimento: “Como os mais adiantados, haveremos de chegar um dia, á mesma posição de prosperidades, logo que se alarguem os nossos conhecimentos profissionaes” (1920, p. 54). Assim como julgavam os positivistas, Elias compreende que o Brasil ainda se encontrava abaixo das nações de grande porte, embora houvesse potencial de riqueza natural, mas, ainda era preciso desenvolver o pontecial cultural ou moral.

As lições “Não matarás” (p. 11), “Não deshonrarás” (p. 14), “Honrar pai e mãe” (p. 17), “Não cubiçaras” (p.23) exploram temas ligados aos mandamentos bíblicos, conforme as leis de Moisés. A vida terrena por ser passageira deveria cuidar de disciplinar a mente e o corpo para assim inculcar os bons hábitos para conviver de forma harmoniosa em sociedade. Vejamos o que recomenda o autor para combater, por exemplo, a cobiça (1920 p. 24)<sup>185</sup>:

*Entre os delictos moraes, a cubiça occupa um logar saliente, tornando-nos maus. De modo que nos cumpre evital-a, collocando-nos muito acima desse desejo vehemente, que porventura possam despertar, em nosso intimo, os bens adquiridos por outros. Emquanto ella se apresenta sempre, como attestado deponente dos bons costumes, os sentimentos de emulação constituem, pelo contrario, uma virtude merecedôra de applausos e digna de ser imitada.*

Nesse sentido a perspectiva positivista para combater a cobiça poderia ser traduzida em estimular os sujeitos a crescerem por seus próprios esforços, pela honestidade e harmonia com os outros. Assim vemos que o sistema educacional tomou para si a responsabilidade de “civilizar” o homem desde a mais tenra idade, quer dizer, tirá-lo do “estágio da barbárie inicial”, entretanto podemos compreender que aqui o cristianismo propõe que não é correto olhar as conquistas alheias com desejo de tê-las, e sim que se tenha apenas o tamanho do fruto do seu trabalho de acordo com o que esta exposta na doutrina cristã “ganharás teu sustento pelo suor do teu rosto” assim, os positivistas também acreditavam que este era um principio importante e necessário para elevar a nação.

---

<sup>184</sup> SARMENTO, Elias. **O Dote**. 1. ed. Maceió: M. J. Ramalho, 1920.

<sup>185</sup> SARMENTO, Elias. **O Dote**. 1. ed. Maceió: M. J. Ramalho, 1920.

Este é um período de formação do Brasil em seu novo cenário político e educacional, nesse sentido a partir das análises de (Veiga, 2007, p.260)<sup>186</sup> “A ideia de reordenar a população, introduzindo novos hábitos condizentes com uma sociedade civilizada, integrou a mentalidade republicana” [...]. No capítulo “Não cubiçaras” (p. 23) ainda encontramos no texto a influência do determinismo biológico, outra aproximação aos postulados positivistas:

*O homem é e será, enquanto pizar a superfície da terra, um producto do meio ou da propria vontade, quando consegue dominar-a e dirigir-a convenientemente.*

*Será um producto do bom meio ou do meio corruptor, se por um delles se deixar vencer; mas será uma criação da propria vontade, se ao serviço d’esta puzer todas as forças phisicas ou moraes (SARMENTO, 1920, p. 24).*

Este homem como um produto do meio é aquele individuo para o qual a formação de seu caráter dependerá do meio em que vive. Ele será influenciado pelas relações de convivência visão que para alguns autores mais atuais é de fato preconceituosa. Esse discurso passava pela preocupação da Igreja que orientava a retidão de comportamento, e o cuidado com as más companhias.

Na lição “Foge do jogo” (p. 26) Sarmiento (1920)<sup>187</sup> tem o cuidado em orientar seus alunos sobre os males de uma vida de vício, que prejudica o indivíduo e a todos que convivem ao seu redor. Ele explicita que:

*Todos os vicios desencadeiam horriveis tempestades nas almas por elles dominadas. Mas nenhum dentre tantos que affligem a humanidade, geram tantos males, como o jôgo – lepra que infecciona a reputação, miasma que destroe os sentimentos da honra e da probidade. Aquelle que madruga em casas de tevolagem, entra, vencido pela ancia dos ganhos faceis ou por força dos prejuisos, que tenta disforrar, a esquecer a família que cêdo vem a ficar privada do pão da subsistencia.*

*[...] Do teu coração dedicado á família fugirá, immediatamente, o amôr com que acariciavas as cabeças innocentes dos teus filhos e a fronte, quasi sempre envergonhada e afflicta, da esposa estremecida e fiel. Jogadôr, já não serás, como dantes, aquelle espirito são e recto que nem por sonho seria capaz de mentir, deante dos naipes, para furtar, nem de furtar, para ter sempre no bôlso o necessario á alimentação do vicio.*

*E’ que o jôgo tem a propriedade de matar, á mesa verde, todas as affeições, as que tributamos á honra, pelo desvio da consciencia, as que reservamos para os entes queridos, pela preocupação dos ganhos illicitos ou dos prejuisos. Todos quantos se entregam, de corpo e alma, a esse monstro, ou morrerão na miseria, ou a olhar, atravez das grades do carcere, a liberdade que lhes vira as costas. (SARMENTO, 1920 p.26)*

Esses são alguns cuidados no processo de moralização veiculado na escola no intuito de que este indivíduo possa se adequar ao modelo social que necessita de

<sup>186</sup> VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

<sup>187</sup> SARMENTO, Elias. **O Dote**. 1. ed. Maceió: M. J. Ramalho, 1920.

homens ativos para o trabalho e os viciados seriam inúteis para a sociedade, princípio importante para o positivismo.

Na última lição analisada por nós, com o título: “As vinte e cinco armas” (p. 57), o autor comenta sobre a natureza como entidade divina e exemplifica com os animais. Embora irracionais todos têm uma arma de defesa, e que para o homem em vez de dentes, garras aguçadas concedeu-lhe o privilégio da razão:

*Por isso, comquanto desprovidos d'aquelles elementos de defeza, a natureza, mãe extremosa e previdente, nos dotou, em compensação, de um poder superior ás garras das feras – a intelligencia que formou essas vinte e cinco letras do alphabeto, mais luminosas, segundo disse o poeta Guerra Junqueiro, do que todas as constellações do firmamento (SARMENTO, 1920, p. 59).*

É a partir do princípio de compreensão do homem como ser racional que possibilitou a criação das letras do alfabeto, segundo o autor, ele teria então as armas necessárias para civilizar e moralizar a sociedade e guiá-la para o caminho do conhecimento. Este tinha como intuito o novo modelo de sociedade industrial, baseando-se nas ideias de civismo, eugenia e higienismo vertentes do positivismo que no Brasil conviveram sem muitos conflitos com o pensamento cristão utilizando-o como ferramenta para organizar o novo modelo político e econômico do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo a escrita do texto apresentando um cristianismo não renovado, mas de cunho fundamentalista, manteve os princípios necessários para a implantação dos pressupostos teóricos positivistas que pregavam primeiro a ordem para obtenção do progresso, nesse período o Brasil ainda vivia sobre as influências do antigo Regime Imperial e para a nova organização política republicana era preciso limpar o país de alguns resquícios que não mais interessavam a República, a escola e o discurso ideológico cristão foram utilizados como ferramentas importantes e necessárias para organizar o país e inculcar na sociedade as vertentes positivistas que deram base à formação do Regime Republicano, assim, cristianismo e positivismo se articularam com tranquilidade como é notório na obra de Elias Sarmiento as características cristãs que se adequavam muito bem aos propósitos republicanos.

Portanto, avalio a obra como parte importante para a construção histórica de uma época dentro daquele contexto social, que certamente foi necessária para reafirmar os valores patrióticos e cristãos da nação brasileira. As lições escritas por Sarmiento, quando abordam temas sobre a importância do trabalho, escolha de uma profissão, o cuidado em evitar práticas ilícitas como o roubo e a jogatina, o incentivo ao crescimento do individuo por seus próprios esforços, entre outras, se articulam fortemente com o projeto republicano. O fato de ser uma produção editada por um alagoano também nos ajuda a compreender sobre quais ideais circulavam nas escolas do estado de Alagoas, e evita que tomemos aqueles livros didáticos escritos por autores do Sul e Sudeste brasileiro como responsáveis por veicularem ideias que expressam um pensamento nacional. Portanto, podemos elaborar uma leitura mais correta da História da Educação no nosso país, com suas diversidades e dificuldades no enfrentamento dos dilemas nas diversas épocas do nosso passado.

# OS LADRÕES DAS HONRAS E A REPRESSÃO DAS DESONRAS. A AÇÃO DO JUÍZO ECLESIAÍSTICO NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS (1640-1750)<sup>188</sup>

Jaime Ricardo Gouveia

## Introdução

O sistema de vigilância e disciplinamento da cristandade, cuja acção se exerceu durante toda a época moderna, assente na “disciplina da alma, do corpo e da sociedade” – como bem viu Paolo Prodi - funcionou com base em mecanismos verticais e horizontais que a Igreja concebeu<sup>189</sup>. Com eles almejava-se alcançar um conjunto de comportamentos colectivos conformes, tendentes a uma obediência tácita indispensável ao exercício do poder.

Essa constituição de automatismos, de uniformização social, implicava o seguimento de um código de conduta comum e uma rigorosa subordinação dos fiéis leigos e clérigos à autoridade central da Igreja. Porém, tanto a disciplina como a ordem não eram recebidas por todos, mesmo pelo clero, de forma passiva, motivo porque foi indispensável a activação de uma série de meios e a implementação de uma série de políticas de vigilância e disciplinamento para atalhar os desvios, através da armação de uma rede que apanhasse os seus protagonistas.

É sobre os resultados dessa acção, no domínio específico da luxúria não heresiarca do clero, empreendida pelo Juízo Eclesiástico, que incide este estudo, com um foco comparativo no espaço luso-americano, privilegiando como unidades de análise os bispados de Coimbra e Maranhão e a capitania de Minas Gerais, no período compreendido entre 1640 e 1750.

## *Emendar costumes e desterrar vícios: a ação das visitas pastorais*

As visitas pastorais eram o principal instrumento de que os antístites dispunham para um cabal exercício de vigilância nas suas dioceses<sup>190</sup>. Não se detectam diferenças de monta em relação à maneira como nos vários territórios do Atlântico português o discurso montado requeria um mesmo modelo de visita pastoral. No que concerne à prática, aferir-se-ão os resultados quantitativos da acção desse mecanismo, elegendo unidades espaciais com fundos documentais que o possibilitam, isto é, o bispado de Coimbra e a capitania de Minas Gerais.

Eram profundamente distintos os espaços em análise. O primeiro trata-se de um dos mais importantes bispados do Portugal moderno, bem estruturado sob o ponto de

---

<sup>188</sup> Este artigo resulta de um capítulo da dissertação de doutoramento que apresentei ao Instituto Universitário Europeu de Florença, arguida em Outubro de 2012, sob orientação de Bartolomé Yun Casalilla e co-orientação de José Pedro Paiva: GOUVEIA, Jaime Ricardo - *A Quarta Porta do Inferno. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Florença: IUE, 2012, 496 pgs., a qual retoma algumas das reflexões e procura responder a outras tantas interrogações colocadas na minha dissertação de mestrado publicada em 2011: GOUVEIA, Jaime Ricardo – *O Sagrado e o Profano em choque no confessionalário. O delito de solicitação no Tribunal da Inquisição. Portugal, 1551-1700*. Viseu: Palimage, 2011, 300 pgs.

<sup>189</sup> PRODI, Paolo (dir.) – *Disciplina dell’ anima, disciplina del corpo e disciplina della società tra medioevo ed età moderna*. Bologna: Società editrice il Mulino, 1994.

<sup>190</sup> PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p.290-291.

vista da organização sub-diocesana, sede de um dos três tribunais distritais da Inquisição Portuguesa e centro por excelência da formação dos quadros da Igreja. Era um território com um volume de eclesiásticos considerável e presumivelmente com uma vigilância apertada sobre o seu comportamento moral. O segundo, no período em análise, foi um dos espaços brasileiros que mais concentrou a atenção e a presença de indivíduos e, por consequência também, de clérigos. Seguem-se os quadros da distribuição do número de denúncias pelos vários territórios referidos.

**Quadro 1** – Número de clérigos denunciados nas devassas das visitas pastorais de acordo com a natureza do delito (1640-1750)

Circunscrição administrativa		N.º tot. de denúncias contra clérigos <sup>191</sup>	N.º tot. de clérigos denunciados <sup>192</sup>	N.º denúncias por luxúria		Denunciados por outros crimes <sup>193</sup>
				SR	CR	
Coimbra (1640-1750)	Cidade (8 paróquias)	212	177	136	171	41
	Arceidiagado de Seia (123 paróquias)	1814	1395	911	1293	484
	Arceidiagado de Penela (92 paróquias)	1422	1065	632	927	433
	Arceidiagado do Vouga (146 paróquias)	3026	2292	1389	1935	903
	Total	6474	4929	3068	4326	1861
Cap. Minas (1721-1750)		291	265	164	187	101
<b>Total</b>		<b>6765</b>	<b>5194</b>	<b>3232</b>	<b>4513</b>	<b>1962</b>

SR – Sem reincidências; CR – Com reincidências

Fonte: AUC - Devassas da cidade de Coimbra, livros 12 a 38; AUC - Devassas do arceidiagado de Penela, livros 1 a 62; AUC - Devassas do arceidiagado de Seia, livros 1 a 67; AUC – Devassas do arceidiagado do Vouga, livros 1 a 91; AEM – Devassas, 1721-1750.

Como facilmente se percebe, no bispado de Coimbra foi incomparavelmente maior o número de denúncias apuradas contra clérigos por delitos do foro luxurioso, comparativamente à Capitania de Minas. Na diocese do Mondego registaram-se 862 casos e na região aurífera brasileira apenas 187.

<sup>191</sup> Inclui o número de clérigos denunciados por qualquer tipo de delito e respectivas reincidências.

<sup>192</sup> Exclui o número de reincidências.

<sup>193</sup> Idem.

**Quadro 2** – Comparação entre o número de denúncias contra clérigos por delitos do foro luxurioso apuradas no bispado de Coimbra e Capitania de Minas, 1721-1750.

Circunscrição administrativa		Número de denúncias no campo da luxúria	
		Sem reincidências	Com reincidências
Bispado de Coimbra	Cidade	23	29
	Arceidiagado de Seia	251	332
	Arceidiagado de Penela	105	118
	Arceidiagado do Vouga	289	348
	<b>Total</b>	<b>668</b>	<b>827</b>
Capitania de Minas	Com. Ribeirão do Carmo	62	74
	Com. Rio das Velhas	65	73
	Com. Rio das Mortes	19	21
	Com. Sêro Frio	17	19
	Com. Paracatu	s.d.	s.d.
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>187</b>	

Com. – Comarca; s.d. – sem dados disponíveis

Fonte: AUC - Devassas da cidade de Coimbra, livros 35 a 38; AUC - Devassas do arceidiagado de Penela, livros 56 a 62; AUC - Devassas do arceidiagado de Seia, livros 54 a 67; AUC – Devassas do arceidiagado do Vouga, livros 70 a 91; AEM – Devassas, 1721-1750.

Os territórios mais “produtivos” em delações foram os mais densamente povoados e aqueles onde o número de paróquias era também maior. Por conseguinte, o arceidiagado do Vouga, aquele que tinha uma área mais extensa e o mais elevado número de paróquias, 146, fazendo crer que o número de clérigos aí era maior, foi aquele onde se registaram mais ocorrências. Seguiu-se o de Seia, que tinha 123 paróquias; o de Penela, que contava com 92 paróquias e finalmente a cidade de Coimbra que estava repartida em 8 paróquias<sup>194</sup>. O mesmo se verifica na capitania mineira. As comarcas de Ribeirão do Carmo / Ouro Preto e Rio das Velhas, zonas de mineração por excelência foram aquelas que concentraram os maiores quantitativos de denúncias, porquanto eram aquelas que tinham os maiores quantitativos populacionais e, presume-se, de clérigos.

O panorama de 6474 denúncias contra clérigos durante um século, independentemente do crime e incluindo as respetivas reincidências, autoriza a conjecturar que o clero que exercia o seu ministério no bispado de Coimbra não passou à margem do fenómeno imoral. Recorde-se, aqui, as 2458 denúncias de solicitação apuradas no espaço luso-americano entre 1640 e 1750. Evidentemente que esse número fica aquém das 3068 denúncias relativas a delitos morais no campo da luxúria, na sua esmagadora maioria relativos a amancebamentos e concubinatos, apuradas apenas no bispado de Coimbra no mesmo período. Mais aquém fica se o número de referência incluir as reincidências, o qual sobe para 4326 denúncias. Trata-se de uma estatística relativa a apenas uma das 13 circunscrições eclesiásticas em que o reino se encontrava dividido durante o período em estudo. Muito embora não existam dados disponíveis

<sup>194</sup> CARVALHO, Joaquim; PAIVA, José Pedro – A diocese de Coimbra no século XVIII. População, oragos, padroados e títulos dos párocos. *Revista de História das Ideias*, vol.11 (1989), p.175-267.



para as restantes é possível presumir que na metrópole o número de ocorrências relacionadas com concubinatos e amancebamentos era de longe mais alto do que as ocorrências de solicitação, até porque, note-se, as denúncias concernentes a esse delito que provieram do bispado de Coimbra foram apenas 201. O mesmo se pode dizer da Capitania de Minas, cujo número de denúncias por comportamentos luxuriosos não heresiarcas do clero ultrapassou de forma expressiva as 114 denúncias de solicitação efetuadas em todo o Brasil. Daí se conclui que a luxúria clerical teve muito mais expressão em delitos como os concubinatos e amancebamentos do que em crimes como a solicitação ou a sodomia. Permite ainda concluir que, tendo em conta que o número de delitos relacionados com a moral sexual foi incomparavelmente maior do que os de outra natureza; considerando a frequência com que os acusados eram indiciados da sua prática com mais do que uma mulher; tendo em conta que eles pressupunham a aceitação reiterada da prática luxuriosa, esporádica ou pontual de uma cúmplice, era fácil os clérigos contactarem carnalmente com uma mulher. É crível, por conseguinte, que os casos de solicitação, pela gravidade que supunham, fossem também no geral tentações instintivas, atos irreflectidos e provavelmente cometidos por aqueles que desejavam apenas um contato carnal pontual e discreto ou que tinham mais dificuldade em contactar livremente com as mulheres, caso dos regulares.

De acordo com os estudos existentes sobre o reino havia um predomínio dos delitos contra a moral sexual católica<sup>195</sup>. O quadro apresentado, relativo à capitania de Minas, aponta também para uma predominância das infrações luxuriosas no quadro da totalidade de delitos cometidos pelo clero na colónia brasileira. Eram sobretudo clérigos escandalosos que viviam de “portas adentro” com mulheres pardas, com quem tinham filhos, e não tendo pejo em mostrar as suas cúmplices<sup>196</sup>. Muitos deles, além da luxúria, acumulavam outras falhas no seu ministério, caso do vigário de Pitanga, “embrulhador e alicerce de todas as duvidas e embrulhadas” que havia na sua paróquia, e do seu coadjutor António Pontes, chefe de uma pequena milícia armada de mulatos que lhe faziam os mandados<sup>197</sup>.

### **A acção dos auditórios eclesiásticos**

Em 1712, Bento Freire de Abrantes, pároco da freguesia de S. Gião, bispado de Coimbra, foi pronunciado na visita pastoral por incesto e adultério com uma Maria, casada com Julião Marques. Chegou a ser colocado em cativo. Persistiu no crime e em 1730 foi pronunciado em 8.º lapso. A partir de então mudariam os rumores, asseverando-se que andava amancebado com Águeda, solteira, filha da anterior referida: “[...] pario secretamente huma criança que não apareceu, que dizem ser do preditto padre”<sup>198</sup>.

Constava-se ainda que os pais da referida moça eram consentidores no pecado. Alexandre Alves, uma das testemunhas do amancebamento não tinha dúvidas que ele “hera ladrão das honras”. Ter-se-á presumido o mesmo no Auditório e instaurou-se-lhe um processo. O réu ainda apelou para a Relação de Braga, dizendo que tinha

---

<sup>195</sup> Para a diocese de Coimbra veja-se: PAIVA, José Pedro – A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. *Lusitânia Sacra*. 2.ª série. tomo III (1991), p.71-110. Para a diocese do Algarve veja-se: LEAL, Bruno – *La crosse et le batôn*. Paris: Gulbenkian, 2004, p.414-415; 451.

<sup>196</sup> Um exemplo em AEM – Devassas, Ribeirão do Carmo, 1722-1723, fl.21.

<sup>197</sup> AEM – Devassas, Pitanga, 1727.

<sup>198</sup> AUC – Caixas da Câmara Eclesiástica, III, D, 1, 6, 1, 1, doc.10, fl.1-15.

apresentado recurso alegando inimizades com os delatantes mas o tribunal metropolitano não foi de encontro às suas pretensões<sup>199</sup>.

O processo citado é um dos poucos que subsistiram até aos dias de hoje. Devido à perda quase total da documentação emanada dos auditórios eclesiásticos em Portugal e no Brasil é possível apenas reconstituir linhas gerais da sua atuação no campo da luxúria clerical, sendo impossível estimar com rigor o número de processos que instauraram. Não deixa de se perder, porém, a capacidade de se estabelecerem indicadores relativamente a uma correlação do volumoso número de denúncias com o número de processos e de se avaliar o grau de efectividade do disciplinamento. Uma vez que à margem de muitas das acusações exaradas nos livros de devassas, ou inclusive nas pronúncias dos culpados, eram apostas informações relativas ao cumprimento de penas, seria importante verificar se as causas, e quais, seguiam os normais trâmites judiciais. Do mesmo modo, dado que depois de determinada denúncia os acusados eram confrontados com a admoestação de que seriam castigados com todo o rigor em caso de reincidência, seria importante avaliar quantos clérigos incorriam em relapsia e que sanções lhe eram cominadas, isto é, conviria perceber se o disciplinamento aplicado pela máquina judicial diocesana era efectivo.

Não obstante as limitações de cariz documental enunciadas para responder cabalmente às linhas de pesquisa levantadas, o que se extrairá da análise da documentação compulsada será um mero indicador que não deixa de ser válido para a constituição de hipóteses na compreensão da atividade dos Auditórios no terreno dos comportamentos morais ilícitos do clero. Começar-se-á pelo Auditório Eclesiástico de Coimbra.

### **Quadro 3 – Número de causas pendentes contra clérigos no Auditório Eclesiástico de Coimbra (1696 e 1706)<sup>200</sup>**

---

<sup>199</sup>Idem, ibidem, loc. cit.

<sup>200</sup> Importa explicar as designações jurídicas dos articulados processuais exarados neste quadro: Libelo – Articulado escrito que continha os pressupostos de determinada acusação. Embargos ordinários – Processo de embargo de determinada causa judicial através de acções conhecidas como *excepções dilatórias e excepções peremptórias*. As primeiras eram formuladas por alegação de suspeição ou incompetência dos oficiais do Auditório Eclesiástico, dos autores da causa ou dos respectivos procuradores; as segundas diziam respeito a provas que anulavam os libelos acusatórios. Assinação de dez dias – Determinação de um prazo de dez dias para o réu interpor determinada prova, pagar determinada dívida ou alegar embargo. Provas negativas – Livramento dos acusados através do qual assinavam termo de negação das acusações e respectiva apresentação de provas. Petições justificativas – Petições através da qual se requeria ao tribunal autorização para o incumprimento de determinada ordem judicial apresentando-se, para isso, justificação. Monitórios – Título executivo judicial que versava sobre as alegações provadas contra determinado réu e o admoestava a pagar o ónus da culpa. Acções de assinados – Determinação de prazos para interposição de provas, pagamento de dívidas, alegação de embargos e outros procedimentos indispensáveis ao despacho de determinada causa. Louvações – Espécie de protocolo assinado entre o juiz, as partes e os procuradores após a qual se daria vista dos autos processuais aos louvados para que se sobre eles se pronunciassem. Citações da parte – Documento através do qual se pronunciava o nome dos envolvidos como culpados em determinada causa. Era uma espécie de chamamento das partes em juízo. Com ele se iniciava um processo judicial. Denúncias da justiça – Denúncias despoletadas pelo Auditório Eclesiástico nas pessoas do promotor ou meirinho depois de apurarem determinadas ocorrências contra clérigos. Denúncias da parte – Denúncia formulada por uma das partes contra outra das partes. A parte acusadora era designada de “autor”. Autos remetidos pelos arceprestes – Causas beneficenciais, criminais, usurárias e matrimoniais que ultrapassavam a competência jurisdiccional dos vigários forâneos. Cartas de seguro – Escritos que atestavam que determinado réu podia livrar-se em liberdade, em regra por não se presumir a sua fuga, mencionando que estava seguro, isto é, confiado à responsabilidade de alguém ou em sítio certo com residência fixa. Podiam ser *negativas* ou *confessativas*, consoante o réu confessasse ou negasse as acusações de que era alvo, podendo, em ambos os casos, livrar-se em liberdade. Sumários remetidos pelo juízo secular – Alguns processos instruídos

Audatório Eclesiástico de Coimbra						
Causas	1696-1701			1702-1706		
	Total	Rel. Cler.		Total	Rel. Cler.	
		N.º abs.	%		N.º abs.	%
Libelos	75	16	21,3	728	152	20,9
Embargos ordinários	--	--	--	361	185	51,2
Assinação de dez dias	--	--	--	34	25	73,5
Provas negativas	--	--	--	161	52	32,3
Petições justificativas	--	--	--	40	12	30,0
Monitórios	298	13	4,4	1606	761	47,4
Ações de assinados	21	10	47,6	--	--	--
Louvações	3	1	33,3	--	--	--
Citações da parte	10	7	70,0	--	--	--
Denúncias da justiça	400	72	18,0	--	--	--
Denúncias da parte	52	33	63,5	--	--	--
Autos remetidos pelos arcepresbiteros	30	3	10,0	--	--	--
Cartas de seguro	121	40	33,1	--	--	--
Sumários remetidos pelo juízo secular	3	2	66,7	--	--	--
Total	1113	197	17,7	2510	791	31,5

Rel. Cler. – Relativas a clérigos (contra ou envolvendo clérigos)

Fontes: AUC – Caixas da Câmara Eclesiástica, III, D, 1, 6, 2, 12, doc.2; AUC – Caixas da Câmara Eclesiástica, III, D, 1, 6, 2, 28, doc.24.

Duas coisas são de relevar, desde logo. Em primeiro lugar, que o Audatório Eclesiástico de Coimbra entre 1696 e 1706 teve em mãos um volume significativo de causas para instruir e dar despacho. Em segundo lugar, o número de clérigos envolvidos nessas causas é, no cômputo geral, significativo. A percentagem de clérigos com causas pendentes nos dois períodos apresentados, correspondente a 17,7% no primeiro e a 31,5% no segundo, é prova inequívoca de que os clérigos do bispado se viram envolvidos com frequência na justiça diocesana, enquanto réus e autores, percebendo-se que a mesma agia quando acionada, ainda que não se saiba com que grau de rigor nem com que desfecho.

---

pelos tribunais seculares revelavam determinadas ocorrências que extravasavam a sua competência jurisdicional, pelo que os faziam transitar de julgado enviando-os para as instâncias judiciais competentes. Explicação baseada em GOMES, Alexandre Caetano - *Manual Prático, Judicial, Cível e Criminal, em que se descrevem recopiladamente os modos de processar em hum, e outro Juízo...* Lisboa: Oficina de Caetano Ferreira da Costa, 1766.

**Quadro 4** – Número de causas pendentes contra clérigos no Auditório de Coimbra em 1738

<b>Auditório Eclesiástico de Coimbra</b>					
Bispado		<b>Causas contra clérigos no ano de 1738</b>			
		Libelos	Denúnc. em poder do vig. geral	Devassas	Total
Coimbra	Cidade	12	15	1	28
	Arc. Seia	44	25	5	74
	Arc. Penela	35	24	2	61
	Arc. Vouga	66	61	2	129
	Não se sabe	6	7	0	13
<b>Total</b>		<b>163</b>	<b>132</b>	<b>10</b>	<b>305</b>

Fontes: AUC – Caixas da Câmara Eclesiástica, III, D, 1, 6, 2, doc.20; AUC – Caixas da Câmara Eclesiástica, III, D, 1, 6, 2, 19, doc.8; AUC – Caixas da Câmara Eclesiástica, III, D, 1, 6, 2, 8, doc.9.

Sobre as transgressões que atentavam contra a moral sexual estabelecida o quadro apresentado nada diz. Contudo, sabendo-se que entre os delitos cometidos pelo clero os dessa natureza eram os mais frequentes, e tendo em conta que do volume total de causas pendentes há uma parte considerável de clérigos envolvidos, supõe-se que foram instruídos no Auditório vários processos contra clérigos luxuriosos, o que faz presumir que o juízo eclesiástico procurou regrar o comportamento moral dos clérigos da diocese. É difícil estabelecer correlações precisas do volume burocrático relativo às causas contra clérigos que pendiam no tribunal pelos períodos cronológicos apresentados. A oscilação estatística entre as 197 causas referentes a 1696-1701 e as 791 relativas a 1702-1706 e ainda as 305 respeitantes ao ano de 1738 autorizam apenas a considerar que os clérigos figuram amiúde no cômputo de causas do Auditório, ora na posição de réu ora na condição de autor, o que não deixa de evidenciar também uma acção expedita das instâncias judiciais próprias.

Quanto às sentenças pouco se sabe. Elas ficavam ao arbítrio dos julgadores das causas e aumentavam de acordo com a gravidade das ocorrências e do grau de relapsia. Há eco, nos poucos processos completos existentes, de que algumas das sanções eram pesadas, nomeadamente o degredo para as galés. Porém, como se sublinhou, a escassez documental não autoriza a concluir que assim era na maioria dos casos. Tal como se verificara na Inquisição, também nos Auditórios não se nota que o Brasil fosse um destino preferencial para o cumprimento desse tipo de pena, existindo também casos de degredados para Angola e Ilha do Príncipe<sup>201</sup>.

Centre-se agora a atenção no Auditório Eclesiástico do Maranhão. Sigo, neste contexto, o trabalho de Pollyanna Gouveia. Tal como esta demonstrou, as denúncias apuradas não se centralizavam apenas na sede do bispado, embora seja inegável que a maioria dos processos fossem oriundos de São Luís. A partir da documentação preservada, surpreende em certa medida a penetrabilidade que o poder episcopal tinha na região sob sua jurisdição, malgrado a grande extensão do território e as longuíssimas vacâncias dos antístites. Apesar de no século XVIII estes terem residido em S. Luís apenas durante 37 anos, tal não foi impeditivo da existência e, sobretudo, acção do

<sup>201</sup> Veja-se AUC – Caixas da Câmara Eclesiástica, III- D, 1.º, 6, 2, 21, doc.4.

Auditório. Nesses períodos vacantes o tribunal funcionava sob o comando do vigário geral que se articulava com os demais agentes necessários<sup>202</sup>.

**Quadro 5** - Documentos do Auditório Eclesiástico do Maranhão (séc.XVIII)<sup>203</sup>

<b>Auditório Eclesiástico do Maranhão</b>	
<b>Causas</b>	<b>N.º</b>
Autos e feitos de denúncia e queixa	59
Autos e feitos diversos	21
Autos de devassa	11
Autos e sumários	7
Sentenças	5
Feitos cíveis de libelo	6
Autos e feitos de notificação	19
Autos de embargo	19
Autos de monitório	30
Autos de libelo cível	14
Assinação de dez dias	50
Autuamentos diversos	3
Autos de justificacção	16
Feitos cíveis de justificacção	5
Feitos cíveis de súplica	19
Autos cíveis de recurso	4
Autuamentos de ofício	1
Feitos cíveis de acção cominatória	9
Autos e feitos de libelo crime	45
Feitos crimes de apresentacção	6
Feitos crimes	5
Autos de execucao	12
Feitos cíveis de agravo	3
Livro de registo de denúncias	60
<b>Total</b>	<b>429</b>

É crível que o espólio actualmente existente, exarado no quadro acima apresentado, não dê conta da totalidade de documentos produzidos pelo Juízo Eclesiástico do Maranhão durante essa centúria. Os números apresentados são um mero indicador que aponta para uma máquina judicial actuante. Tal como no bispado de Coimbra, também no do Maranhão existia uma maior abundância de leigos do que de clérigos entre os envolvidos nas malhas da justiça diocesana. Evidentemente que esse volume de causas instruídas, durante uma centúria, não se aproxima sequer do total de causas pendentes no tribunal conimbricense.

O Auditório Eclesiástico possuía não só um aparato burocrático solidamente constituído, como estava absolutamente inserido nas discussões jurídicas que se faziam

<sup>202</sup> MENDONÇA, Pollyanna Gouveia – *Parochos imperfeitos: Justiça Eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial*. Niterói: dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2011 (versão policopiada), p.2; 20.

<sup>203</sup> Construído com base em MENDONÇA, Pollyanna Gouveia – *Parochos imperfeitos...*, cit., p.73-86; 144-154; 226-271.

na longínqua metrópole, já que, muitos dos agentes desse juízo, eram formados pela Universidade de Coimbra<sup>204</sup>. Tal como no Maranhão, noutros territórios brasileiros, as máquinas judiciais diocesanas desenvolveram uma acção de vigilância e disciplinamento contra os clérigos residentes no território sob sua jurisdição. Assim foi na capitania de Minas.

**Quadro 6** – Número de processos instaurados pelo Juízo Eclesiástico na capitania de Minas contra clérigos entre 1720 e 1750

Capitania de Minas										
Processos (ou articulados de processos) contra clérigos 1720-1750										
Dívida	Conta	Denúncia	Crédito	Relação	Cobrança	Juízo	Libel	Execução	Justificação	Tot.
1	1	1	1	1	10	9	10	11	3	<b>48</b>

Dos processos que na capitania de Minas foram instaurados entre 1720 e 1750, não se sabe quantos diziam respeito a questões criminais do foro luxurioso. Também não foi possível estimar, em relação a este território, a correlação entre o número de denúncias e o número de processos. Mas percebe-se que, no cômputo geral, a actividade efectiva dos juízos eclesiásticos superou a Inquisição.

### À guisa de conclusão: o impacto

Do universo de processados no campo da luxúria heresiarca foram escassíssimos os casos daqueles que voltaram a ser denunciados<sup>205</sup>. O mesmo poderá ser dito das denúncias, constituindo verdadeiras excepções os casos daqueles que voltavam a cair nas malhas inquisitoriais. As acusações não “caíam em saco roto”. Eram apenas em *cadernos*, o réu era admoestado de que o seu nome constava já da documentação do Tribunal e a sua causa era arquivada à espera de novas provas que lhe acrescessem a culpa. Nessa altura, não haveria tantas margens para contemplanções, e o réu, muito embora não fosse castigado com o rigor de um relapso, seria sentenciado com mais facilidade e muito dificilmente seria relevado. O Santo Ofício acabava assim por continuar a exercer o seu poder e controlo sobre o clero, disciplinando grande parte dos indiciados como solicitantes, através da admoestação administrada no momento da tomada de decisão da arquivação do processo<sup>206</sup>. Presume-se assim que, em regra, as reprimendas surtiram efeito. O considerável volume de auto-delações revela inequivocamente que os escrúpulos da consciência derivavam mais do medo das consequências de uma segunda denúncia, do que propriamente do pejo das ações praticadas.

No que respeita ao Juízo Eclesiástico a percentagem de clérigos reincidentes no bispado de Coimbra e na capitania de Minas foi relativamente baixa, não chegando aos 23% e 14%, respectivamente. A percentagem alta de não reincidentes, 77,4 no bispado de Coimbra e 86,6 na capitania de Minas, aponta para uma eficiência da acção de

<sup>204</sup> Idem, ibidem.

<sup>205</sup> Exemplos em DGARQ/TT – Inquisição de Coimbra, proc. n.º6471 e proc. n.º6905; DGARQ/TT – Inquisição de Lisboa, proc. n.º9166 e proc. n.º9166-1.

<sup>206</sup> Como é óbvio isto acontece apenas em relação aquelas denúncias completas que deram origem a várias sessões, e onde o réu é chamado a depor.

vigilância e disciplinamento empreendida. Porém, o Juízo Eclesiástico tinha um entendimento diferente da Inquisição acerca da “reincidência”, considerando que esta acontecia quando o delito era cometido com um mesmo cúmplice, ao passo que o Santo Ofício considerava reincidente o clérigo que voltasse a cometer o delito independentemente de ter recorrido ao mesmo ou a outros cúmplices.

Significa isto duas coisas. Uma vez que os clérigos eram processados quase exclusivamente quando apenas eram reincidentes, ao não serem considerados relapsos pela prática de acções luxuriosas desde que cometidas com cúmplices diferentes, podiam viver uma vida inteira no pecado sem nunca serem processados. Podiam também permanecer no comportamento desregrado beneficiando da leveza das multas pecuniárias previstas para aqueles que se considerava terem incorrido apenas em primeiro lapso. Despender meia dúzia de réis e mudar anualmente de cúmplice era, neste contexto, uma maneira eficaz de permanecer num comportamento luxurioso anos a fio e sem grande incómodo.

No Algarve 25% dos acusados não foram condenados e só 3% receberam castigos graves como prisão e degredo. Na diocese do Funchal apenas 55% das delações mereceram punição com a aplicação de multas. Em Mariana apenas 20% dos denunciados foram condenados. A tendência geral das acusações nos bispados de Coimbra, Viseu e em várias circunscrições de visita existentes no arcebispado de Braga, Açores e concelho da Lourinhã, foi a mesma<sup>207</sup>. No Maranhão, ainda que não se saiba qual a percentagem dos denunciados que foram processados, sabe-se que foram fulminados 168 processos contra clérigos dos quais apenas uma minoria, 36, tinham sido instaurados por reincidência<sup>208</sup>. Ainda que alguns desses processos por relapsia mostrem que alguns clérigos persistiam três, quatro e até cinco vezes, nos crimes pelos quais haviam sido processados, a verdade é que não deixa de ser baixa a estatística da reincidência e baixo também o índice de incorrigíveis, não obstante, em regra, mesmo em relação a estes últimos casos mais graves, as penas não fossem pesadas.

A maior parte dos clérigos do bispado de Coimbra e da capitania de Minas que reincidiram, 694 e 22, respectivamente, fizeram-no uma vez, isto é, incorreram formalmente em acções luxuriosas apenas duas vezes. No bispado de Coimbra essa maioria, traduzida por 61,2% da totalidade de reincidências, não foi tão expressiva como na capitania de Minas, onde os clérigos que reincidiram apenas uma vez representaram 90,9% do total de reincidentes e não houve situações de mais do que duas reincidências. Significa isto uma de duas coisas. Ou no bispado de Coimbra, e sobretudo na capitania de Minas as acusações e respectivas admoestações em primeiro lapso serviram de emenda aos eclesiásticos luxuriosos tendo portanto impacto nos seus comportamentos ao coibi-los de ulteriores acções delinquentes ou, eles aproveitaram a concepção de reincidência do Juízo Eclesiástico e souberam dar a volta ao sistema, trocando de cúmplice para evitarem serem indiciados em segundo lapso.

Preconizavam os códigos normativos dos auditórios que a prática reiterada do lapso aumentava a sua gravidade, podendo dar origem a um processo judicial quando os réus incorriam em mais de três lapsos. Para esses casos, em que seriam tidos como convictos na continuação do pecado, prescreviam um agravamento substancial das penas pecuniárias (muito mais elevadas do que aquelas que estavam previstas para os

---

<sup>207</sup> Dados apresentados sob a forma comparativa e citação dos respectivos estudos onde se colhem, em PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé...*, cit., p.278-285.

<sup>208</sup> MENDONÇA, Pollyanna Gouveia – O tribunal episcopal do bispado do Maranhão: dinâmica processual e jurisdição eclesiástica no século XVIII in FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Salles de – *A Igreja no Brasil. Normas e práticas durante a vigência das Constituições primeiras do Arcebispado da Baía*. S. Paulo: UNIFESP, 2011.

leigos) e a possibilidade de prisão, degredo e excomunhão, cuja aplicação ficava ao arbítrio dos juízes do Tribunal. Porém, as fontes não evidenciam senão uma fraca ressonância empírica deste género de condenações, com vários clérigos luxuriosos a incorrerem em comportamentos luxuriosos com a mesma cúmplice mais de três vezes, sem sobre eles se exercer uma acção correctiva. Registaram-se casos de clérigos que ultrapassaram o limiar dos dez lapsos, significando isso a manutenção de uma vida marital explícita durante uma década, tão só merecedora de condenações pecuniárias sob a forma anual e aplicadas quando das inspecções visitacionais diocesanas<sup>209</sup>. Daqui se concluí, uma discrepância entre as penas previstas e aplicadas<sup>210</sup>.

Poder-se-á dizer que a vertente mais persuasiva, traduzida na admoestação, em detrimento da punitiva, vertida em penas pecuniárias leves, foi um forte contributivo para a persistência da luxúria clerical. Conclui-se, ainda, que existia uma maior fragilidade e falibilidade do processo de vigilância e disciplinamento empreendido pelas instâncias judiciais diocesanas comparativamente ao exercido pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição.

Não parece poder pôr-se em causa que tanto o Juízo Eclesiástico como o Tribunal do Santo Ofício puseram em marcha uma acção vigorosa de vigilância que lhes permitiu exercer algum domínio sobre o clero. Ainda que através do espólio documental compulsado ressalte a acção do Santo Ofício como mais eficaz, nenhuma dessas instâncias judiciais conseguiu erradicar em absoluto situações de prevaricação no campo da luxúria. A acção dos mecanismos de vigilância e disciplinamento desses comportamentos mais não foi do que uma célula de defesa da ortodoxia de um sistema tipo imunitário que nunca deixou de ser atacado.

---

<sup>209</sup> Veja-se, por exemplo, AUC – Devassas do arcediagado de Seia, livro n.º44 (1705-08).

<sup>210</sup> O mesmo tipo de benevolência para com os clérigos infractores da Lourinhã no século XVII foi notado em LUÍS, Maria dos Anjos Fernandes – Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII. *Lusitania Sacra*. 23 (Janeiro-Junho 2011), p.180-182. James Farr, centrado sobre o clero libidinoso da Borgonha entre os séculos XVI e XVIII concluiu o mesmo para o século XVI, advogando porém que no século XVII a repressão se intensificou FARR, James R. – *Authority and Sexuality in Early Modern Burgundy (1550-1730)*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1995, p.64-65.



## ROSÁLIA SANDOVAL E AS IMAGENS DE UMA FORMAÇÃO CRISTÃ FEMININA NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XX

Joyciane da Silva Souza

### Introdução

Uma provável pista para compreender a produção literária da romancista alagoana Rosália Sandoval (1876-1956) pode ser pela intenção da autora em transformar a referida obra numa missão pedagógica. Sua poesia, contos e romances parecem se articular ao ideário cristão, no momento em que ela dirige ao público, em particular, ao feminino. Tal escrita pode ser avaliada como aquela na qual se acomodava a uma determinada ordem social, embora timidamente apontasse elementos de mudanças do papel social da mulher naquele início do século XX para além de “rainha do lar”. De qualquer modo, não se trata de uma “escrita pelas margens”, pelo contrário, ela reforça e mescla, como grande parte da escrita dessa época, uma pedagogia “cristã-positivista”. Alguns traços ilustram este aspecto, como a acomodação e exaltação aos valores familiares, aos gestos de piedade e de caridade em relação aos desafortunados economicamente, mas também com estímulos à superação daquela condição social, e o triunfo em nome do bem-estar da humanidade.

Embora não tenha sido uma mulher de escrita revolucionária, ela colaborou para que o feminino lentamente pudesse quebrar os protocolos estabelecidos pela sociedade de sua época. O termo civilidade aparece na obra da escritora alagoana como sinônimo de instrução, higiene, comportamentos regrados, tendo por base tanto os preceitos cristãos quanto aqueles associados ao mundo moderno da ciência, da indústria e da vida democrática. Portanto, o comportamento marcado por valores patriarcais recebia da autora um desejo ora de acomodação, ora de ruptura, como assim veremos em trechos da obra aqui analisada.

Colocados esses aspectos, a nossa intenção neste texto é a de compreender e analisar as noções de formação feminina veiculada na obra de Rosália Sandoval, e assim poder associar com o que circulava em relação às concepções de mulher à época. Para tanto examinaremos o compêndio *Através da infância*, publicado pela autora na cidade de Recife, em 1918. Composta com 27 lições a obra tem por finalidade moralizar as crianças, com histórias que retratam cenas de um suposto cotidiano infantil.

Inicialmente discutiremos as marcas do cristianismo, mesclado ao positivismo, na formação feminina brasileira, em seguida faremos uma leitura dos escritos da autora nos quais avaliaremos as noções de feminino e suas perspectivas ao mesmo tempo modernas e patriarcais. As leituras de Oliveira (2000)<sup>211</sup>, Chamon (2007) e Inácio Filho e Silva (2004) nos ajudaram na análise dos contos, com destaque, sobretudo para as imagens formuladas em torno da mulher e sua educação no contexto de consolidação da República brasileira.

### A marca cristã - positivista na formação feminina brasileira

---

<sup>211</sup> O estudo realizado por Oliveira (2000) revela particularidades do pensamento e da vida da autora aqui em estudo, e as marcas sociais daquele início do século XX. Esmiuçaremos nos escritos de Sandoval essa relação entre a sociedade patriarcal, a religião e a formação feminina.

O percurso do feminino na educação brasileira pode ser compreendido a partir de um confinamento ao lar, depois liberada para o espaço de sala de aula e finalmente para a imprensa. Para esta, utilizava-se de pseudônimos, não que tal uso fosse exclusivo às mulheres que enveredavam por esse caminho, mas era uma forma de resguardá-las de uma época e de seus estereótipos advindos do predomínio do poder masculino.

A leitura da obra de Magda Chamon (2005) nos ajudou a investigar as relações entre magistério primário e feminino entre os séculos XIX e XX. Nas referidas épocas, à mulher foi confiada em grande parte a educação das meninas, por estas representarem um dos grandes pilares na formação do estado nacional ainda patriarcal: a família. As imagens de esposa e mãe marcaram a trajetória da mulher no magistério, assim como de sua escrita na imprensa do final do século XIX. Ambas as atividades significavam uma extensão do seu “instinto maternal”, pois tanto a imprensa quanto a escola eram lugares de educar modos e mentes femininas. Este vínculo ao lar numa e noutra tarefa trouxera consequências graves para a profissão docente, dado o pouco prestígio social e salarial associados à profissão do magistério primário. No mesmo rastro de Sandoval encontrava-se outra professora e poeta alagoana, Alcina Leite Pindahyba. Ao publicar *Campesinas* (1889)<sup>212</sup>, ela também veicula a imagem de uma mulher ordeira, submissa e ligada fortemente à religião.

O lugar da mulher no mundo das letras começou a se desenhar com a compreensão de que com a instrução ela educaria melhor a sociedade. A ela se confiaria o futuro da nação. Para Inácio Filho e Silva (2004), as primeiras décadas da República brasileira marcariam uma disputa acirrada entre o velho e o novo, o rural e o urbano, o público e o privado, o poder da aristocracia rural e os democratas. Cuidar da formação feminina era um sinal de progresso social, além de ser grande colaborador na formação de uma identidade nacional.

Mas a supremacia masculina ainda permaneceria por longa data, até a mulher conquistar um lugar no espaço público, que não fosse apenas o magistério e a imprensa, ou melhor, um lugar no qual não tivesse essa associação imediata entre ser mulher e ser mãe e esposa. Ainda se continuaria com a imagem de fragilidade, abnegação, de comportamento volúvel tanto quanto a criança, por isso, se reforçava o entendimento de que o seu lugar de vida social seria apenas no interior do lar. Saindo desse confinamento ela sempre gerava desconfianças intelectuais e morais não apenas no público masculino, mas também feminino. Aquele sim era um espaço privilegiado para ela, e onde poderia se dedicar com esmero nas prendas domésticas e a educar bem aqueles que comporiam o futuro da nação. O casamento ou a vida religiosa apareciam como as únicas opções a seguir. Uma mulher solteira era motivo de vergonha e de deboche social, apenas a função de professora ajudava a salvá-la desta condição, porque ali ela poderia realizar a tarefa para a qual nascera. Este imaginário de enclausuramento do feminino era devedor dos princípios cristão, comparando a mulher à figura de Maria, a fim de evitar o outro caminho: o de tornar-se Eva. Na condição de Maria, ela se realizava com os êxitos dos filhos e do marido<sup>213</sup>, na condição de Eva ela cairia em desgraça moral e social.

O período inicial da República tendia a romper com esses estereótipos. Para Inácio Filho e Silva (2004, p.05):

---

<sup>212</sup> Tanto a obra de Rosália Sandoval quanto de Alcina Leite foram transcritas conforme o original e encontram-se disponíveis no site <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/cea/>

<sup>213</sup> RAGO, M. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1980-1930*. In: Inácio Filho e Silva. *Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): Do lar para a escola ou da escola para o lar?*. Revista HISTEDBR On-line, Nº 15 - Setembro/2004. p. 4.

*Finalmente, no decorrer da Primeira República, a mulher passou a ser vista como meio possível para o progresso, e como a grande responsável em desenvolver a mais nobre tarefa de sua existência: formar o homem. Visão esta que vinha da crescente necessidade de ordenação do País. Juntamente com essa ideia cresceu o setor urbano e as influências do escolanovismo que desenvolveram novas possibilidades.*

Neste sentido, a educação feminina poderia significar uma forma de romper com o velho, e assim pondo em destaque uma sociedade num patamar superior. Entretanto, as intenções não acompanhavam os gestos, porque nas “escolas ou internatos religiosos visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, procurando resguardá-la dos desvios que pudessem atingir a imagem da mulher perfeita (instruída para o lar, e para o esposo)” (MANOEL, 1996. p. 86 apud INÁCIO FILHO E SILVA, p. 6). Em outras palavras, esses colégios serviam como lugar de preparação para o casamento.

Chamon (2005) reflete sobre alguns pontos referentes às relações sociais e às raízes históricas da subordinação e da exclusão das mulheres dos espaços de sociabilidade. Essas observações facilitam na discussão sobre a influência da religião no processo de construção da imagem idealizada para o feminino, como “dóceis, virtuosas e abnegadas” cabendo-lhes a responsabilidade “pelo trabalho de preparação de mentes e comportamentos para os interesses da pátria. (p.16)”. Conforme a autora, com a intensificação da vida urbana, surge uma camada intermediária. Nela começa a se recrutar “[...] os indivíduos ligados ao jornalismo, às letras e, principalmente, à política. (p.70)”. Ao lado dessas proposições, a Igreja católica buscava recuperar seu prestígio perdido. Kulesza (2002, p. 3) lembra que foi “através do saber letrado que a igreja católica no Brasil redefiniu seu papel na sociedade republicana, recuperando e ampliando o poder que detinha desde os tempos coloniais”.

Um suposto abalo ao projeto de formação da Igreja Católica deu-se com os ideais republicanos e o postulado positivista, cujas propostas tornavam a educação laica. A Constituição de 1891 proibia explicitamente o ensino religioso nas escolas públicas. Modificações profundas do ponto de vista das disciplinas que seriam ministradas demonstram o quanto a Igreja estaria alijada dessa formação. Entretanto, as marcas estruturais do cristianismo católico estavam entranhadas na formação do povo brasileiro, desde tempos remotos de nossa formação escolar e familiar, por isso, as relações entre Igreja e Estado brasileiro foram redefinidas apenas sob o ponto de vista legal. Os embates sobre a laicização do ensino não expressavam, de fato, os vínculos entre governos e religiosos. Eles não haviam se rompido com o nascimento da República (KULESZA, 2002).

De qualquer modo, os sobressaltos sofridos pela Igreja Católica entre os séculos XIX e XX não era apenas uma questão nacional. Não por acaso o Papa Leão XIII publicou uma encíclica em 1892<sup>214</sup> quando redefiniu os rumos da Igreja Católica para o século XX. Conforme Kulesza (2002 p.12), uma das saídas foi investir novamente no saber letrado, ou na qualificação intelectual dos seus quadros, com o intuito de recuperar e ampliar o poder que ela detinha anteriormente. A intenção era que a partir de então o humano seria guiado por meio da escolarização para os valores cristãos, meio mais seguro de propagar a fé cristã e restabelecer socialmente os princípios católicos. Desse modo, a Igreja Católica criaria um grupo de intelectuais que teria em suas publicações uma defesa da formação naqueles princípios, ao combater à doutrina

---

<sup>214</sup> Informação contida no texto de Passos (1998, p. 7), quando o mesmo discorre sobre a organização que impulsionou o processo de romanização da igreja no Brasil.

positivista, socialista, científicista e, sobretudo, comunista, que ameaçavam se espalhar pelo Brasil.

Apesar dessas “ameaças ideológicas”, poucos materiais didáticos que circulavam no interior da escola brasileira no início do século XX escapavam às orientações cristãs, pois parecia haver certa conveniência de propósitos com relação à obediência e a hierarquia e nenhum confronto ao projeto de ascensão da burguesia, pelo menos não na dimensão que fizeram os anarquistas naquele período. Havia sim uma defesa explícita dos princípios cristãos sobre a permanência do ensino religioso. Sobre o contexto Passos (1998, p. 10) discorre que:

*O movimento pela volta do ensino religioso estava integrado com o processo de recatolização da sociedade, em face das ideias laicizantes na sociedade. Isso não era um fato isolado. Naquele contexto, essa cruzada tinha uma causa mais profunda que era a formação de novas gerações de acordo com os princípios católicos, em vista do seu efeito duplicador no futuro. [...] Como forma de recompensar esta situação, a pedagogia catequética entra na trama da história como um elemento integrante do processo de regeneração dos valores cristãos. Sob o pretexto dos perigos do modernismo e do positivismo.*

A Igreja entrava em crise de seus postulados não exatamente pelo projeto positivista, mas por constatar que a humanidade cada vez mais se preocupava com o mundo material e distanciava-se da sua relação com o divino. O diálogo com essa nova geração precisava ser renovado através de outros canais de manifestação do dogma católico, como a circulação de periódicos e livros de autoria tanto dos intelectuais que ela passaria a formar, quanto de uma grande maioria deles historicamente ligados a ela pelos laços, sobretudo, de uma sociedade de matriz patriarcal como a nossa.

### **Rosália Sandoval e o difícil lugar do feminino numa sociedade patriarcal**

Como antecipamos, a obra de Rosália Sandoval tem merecido pouca atenção dos estudos acadêmicos, com exceção de Oliveira (2000), não encontramos outros trabalhos concluídos ou em andamento, recorremos a ela para elaborar alguns traços biográficos de Sandoval. Nascida em Maceió, provavelmente no ano de 1876, Rita de Souza, pseudônimo Rosália Sandoval, pertenceu a uma família pobre e de afrodescendente. Órfã desde criança, ela era irmã do poeta Sebastião de Abreu<sup>215</sup>, e tiveram que enfrentar grandes dificuldades financeiras para sobreviver. Acrescido a isso, a condição de mulher pobre e negra potencializava e limitava o espaço de trabalho de Sandoval numa época na qual, regra geral, sobre a mulher pesava uma desconfiança tanto moral quanto intelectual.

Apesar das adversidades, ela tornou-se poeta e educadora, inicialmente fora de Alagoas, em Recife (1903 e 1904)<sup>216</sup>, depois no Rio de Janeiro<sup>217</sup>. No que se refere à

---

<sup>215</sup> De acordo com JUNIOR, H. L. de Sá (2013). Disponível em: <http://www.alagoanidades.com.br/?p=1133>, Sebastião de Abreu dedicou-se desde cedo ao jornalismo, escrevendo crônicas e artigos para diversos jornais da capital alagoana. Foi, ainda, redator do *Jornal de Debates* e de *O Madrigal*. Pertenceu à Boêmia Artístico-Literária Alagoana. Deixou versos espalhados em diversos periódicos alagoanos, principalmente nos jornais *Gutenberg*, *Evolucionista*, *Correio de Maceió* e *Correio de Alagoas*.

<sup>216</sup> Informações trazidas por OLIVEIRA (2000, p. 42), No estado de Pernambuco Rosália colaborou com as revistas *O Lyrio*, *Polyantho*, *O Orvalho* e *A Lyra*.

docência, ela foi professora primária nos municípios alagoanos de Porto de Pedras e União dos Palmares, sendo transferida em novembro de 1906 para cadeira de Piquete<sup>218</sup>. Teve seus versos inicialmente publicados em vários em vários periódicos, locais, de Recife e da capital do país, entre eles estão o *Almanaque Literário Alagoano*, nos anos de 1900 e 1901, com os textos: *Considerações* (prosa), *Viúva* (poema), *Eterno Ideal*, *Entre Lágrimas* (prosa), *Novembro*, *O Rosal* (1903), *O Lyrio*, *Polyantho*, *O Orvalho e a Lyra* (revistas de Pernambuco), *Evolucionista*, em Alagoas, *Correios de Alagoas* (1904), *O ABC* (1908 e 1909), *A notícia* (1931), *O Diário de Maceió* (1933) e *A Tribuna* (1902 e 1903). Mais a frente lança-se como autoras de obras, ao publicar *Através da Infância* (1918 - Recife), *Curso elementar de portuguez* (1921 – Viçosa/AL), todas publicações realizadas no Nordeste. Na década de 1920 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde lecionou português e Frances no Colégio Parthenon, e conseguiu publicar várias outras produções, como *Quando as roseiras floriam* (1947), *Versos alheios* (1930), *Queda e ascensão* (1952), *Preces à Humanidade* (1954). Na referida cidade ela viveu grande parte da sua vida sozinha e distante de sua terra natal, e lá falecera em 1956<sup>219</sup>.

### As lições de formação cristã nos escritos de Sandoval

Embora tivesse conquistado a imagem de mulher pública, Rosália Sandoval se punha numa condição rebaixada quando comparada a imagem masculina<sup>220</sup>, conforme Oliveira (2000). Ela expôs em suas produções o resultado da formação que tivera, ligados a um forte traço cristão-patriarcal.

Na apresentação da obra *Através da Infância* verifica-se no discurso de Rosália o desejo de formar o feminino numa versão “cristã-ilustrada”, como ela própria seguira. Desse modo, se era capaz de ao mesmo tempo ser moderna e preservar determinada ordem social, traço que se articulava muito bem aos postulados do pensamento positivista. A regeneração do corpo social somente seria possível quando se evitasse o distanciamento do homem em relação a Deus, cujo caminho havia corrompido a alma humana naqueles tempos modernos. Esse modo de interpretar as relações humanas daquela época encontrava-se na referida obra: “Juntas, procuramos ilustrar o espírito, desenvolvendo as faculdades intellectuaes e cultivando as qualidades nobres da alma.” (SANDOVAL, 1918, p. 11).

Desde o início da obra Sandoval demonstrava um de seus princípios referentes à busca pela liberdade feminina por meio dos estudos. Para isso, ela se utiliza de figuras linguísticas sutis, porém objetiva, no sentido de argumentar em torno do conhecimento como uma ferramenta essencial para a mulher alcançar uma posição social superior aquela na qual se encontrava.

Como antecipado, a formação cristã estava impressa em suas obras, revelando uma renovação daqueles dogmas que permitia dialogar com os princípios cristãos e a ciência moderna, fato constatado no poema “A esperança”, da obra aqui em análise. No

---

<sup>217</sup> De acordo com OLIVEIRA (2000, p. 52), Rosália mudou para o Rio de Janeiro na década de 30, as obras em destaque foram: *Versos Alheios* (1930), *Quando as roseiras floriam* (1954), *Queda e ascensão* (1952) e *Preces à humanidade* (1954).

<sup>218</sup> Informação que consta na obra *Dicionário mulheres de Alagoas ontem e hoje*, publicada em 2007 pela EDUFAL. Organizadoras: Enaura Quixabeira Rosa e Silva e Edilma Acioli Bomfim.

<sup>219</sup> Dados que constam na obra *Rosália Sandoval: histórias de um resgate*, de Luciana F. Oliveira, publicada em 2000.

<sup>220</sup> Observação constatada no trecho da obra *Através da Infância* (1918, p. 11) “[...] Não assumo a responsabilidade que só aos mestres compete.” (p.11).

conto, a autora faz apologia à religião com a representação da fé e da esperança, sentimentos, segundo ela, partilhados por todos os humanos independentes de classe social: “Eu quero ser a esperança – dizia Berenice – porque a esperança vive no coração de todos. O rico, o pobre, o mendigo... todos alimentam a esperança.” (p.93)

Em outro momento, a fé é apresentada como base para alcançar a salvação e que pode se transformar em sentimento que impulsiona o triunfo sobre os problemas: “E a fé? – disse Nair meio séria. Quero ser a fé porque a fé é que nos salva e nos ampara; a fé é a coroa da esperança. Com a fé realizamos as nossas aspirações.” (p. 93)

De certo modo, esta forma de encarar a vida alimentava tanto o ideário cristão quanto positivista, por este estimular os indivíduos a vencerem os obstáculos da vida. A pátria ansiava por esse perfil de cidadão para alcançar os patamares de uma nação civilizada. Apesar de fazerem apologia aos conhecimentos científicos, na mesma medida, o ideário positivista fazia apelo emocional pela luta, sacrifício e abnegação de cada um por uma vida reta e justa, em nome do triunfo da humanidade.

Em defesa de uma posição mediadora de ambas as concepções, a autora mostra em outra passagem as relações entre ciência e religião, pois se trata de construções humanas que coexistem socialmente, “[...] A morte nada destrói. Há entre a vida e a morte uma constante permuta. Nada se perde no universo diz-no a sciencia. A morte não destrói; transforma. (p.95). Como se observa, e conforme Oliveira (2000), o cristianismo de Sandoval dialogava com a nova ciência e os postulados positivista, portanto, é um cristianismo que requer formação ilustrada. A escola entra nesse projeto como aspecto central de formadora e modeladora de mentes e corpos.

No conto “Os creados” a autora ressalta o sentimento de piedade em relação aos desafortunados do ponto de vista econômico como pregava o cristianismo. Em diálogo entre duas donas-de-casa a autora busca enfatizar a prática da solidariedade e compaixão:

*[...] o que me tem dado o que pensar, é o modo por que trata a criadagem. Acho que dá importância de mais a essa gente. [...] Essa gente, minha boa celestes, não merece nada... Gente humilde de mais. [...] Que culpas têm esses pobres de sua condição humilde? Que hão de fazer, se o destino não lhes deu um berço aristocrático. (SANDOVAL, 1918, p. 97-98)*

O estímulo ao sentimento de piedade é um dos mais requisitados na formação do feminino realçada por Sandoval na obra em análise. Ele funciona como uma forma de regeneração da humanidade por meio da religião. As relações sociais expostas no referido conto revelam os traços profundamente patriarcais carregados pela autora, ao tratar os empregados em “seu lugar devido”, “condição natural”, apenas cabia agora olhá-los também como humanos, não como elas, senhoras bem postadas socialmente, mas dignos de piedade e caridade. Uma “melhor” condição do que a de escravo pensava possivelmente a autora.

Em outros dois contos “Jesus” e o “vigário” ela reafirma os valores de um cristianismo que exige crença num ser superior, capaz de salvar-nos dos nossos pecados: “[...] nasceu Aquelle que havia de realisar a mais sublime das missões – regenerar a humanidade.” (p. 83). Nesta “lição”, Sandoval expõe em sua completude a fé que alimentava na religiosidade cristã: “[...] sua palavra – um verbo que todos podiam conjugar; sua doutrina – uma luz que não se apagará jamais, conservando intacto o seu brilho. (p.83)”. De um modo ou de outro, Rosália Sandoval participou desse momento de revigoração da Igreja Católica. A respeito, Passos (1998, p.10) lembra que havia um movimento que atuava em favor da recatolização da sociedade,

“[...] essa cruzada tinha uma causa mais profunda que era a formação das novas gerações de acordo com os princípios católicos, em vista do seu efeito duplicador no futuro.”

Em um dos trechos do conto “O vigário” parecia haver um gosto natural pelas imagens em torno de figuras religiosas. Ao escolher um personagem para representá-lo, o menino decide ser um vigário: “O menino, satisfeito, declarou: ‘Eu vou phantasiar-me de vigário – o Padre José.’ [...] Pois não duvidem - continuou elle – vou representar o padre José, com todos os ff e rr. Cada um modificava a sua opinião todos os dias; o Paulo , entretanto, não mudava. (p. 55)”.

Na lição “Adeus à infância” o feminino tem um lugar social para além do espaço doméstico, como o mundo das letras: “Sou quase uma mocinha. Estou crescida [...] Já não corro convosco entre arvoredos. Passarinhos, adeus! ‘stou vos deixando, [...] ficareis livres, como sempre voando! E eu atada às lições mais complicadas.” (p. 107). Mas as letras tinham a função apenas de regular mentes e corpos, e assim as mulheres poderiam educar corretamente aqueles que comporiam o futuro da nação.

Revela-se que havia uma preocupação em atentar para a preparação da mulher de acordo com estereótipos femininos permanentes, “ensinava que a mulher deveria aceitar a natureza dada por Deus (a imagem da pureza, submissão e o exercício das atividades naturais como cuidar da casa, do marido e dos filhos, bordar, costurar...)” (INÁCIO FILHO E SILVA, 1998, p. 3). Assim se expressa em passagem do referido conto: “Quanto deveres a mamãe me aponta! Quanta coisa me ensina... que acho graça caber tanta virtude, já sem conta, no coração, tão pequenina taça!” (p. 108)..

No ultimo conto Sandoval faz apologia à família como o espaço social de maior importância para o progresso da nação, solicitação que cabia bem aos propósitos positivistas:

*Cultivae, com esmero, o amor à família, minhas jovens queridas, e tende presente em todas as ocasiões que – aquelle que torna o seu lar um paraíso, conduz, com o seu exemplo, cada membro da família a manter a felicidade em cada futuro lar. Dessa felicidade depende também a felicidade da pátria. (SANDOVAL, 1918, p. 120)*

A formação familiar e escolar eram lugares de interessavam tanto aos propósitos do cristianismo quanto positivista. A humanidade como finalidade última resumia-se numa crença naquelas instituições postas acima. Se elas estivessem em perigo, em perigo estaria a humanidade. Em Rosália Sandoval, a ideia de felicidade se resumia numa família bem consolidada, o que talvez pelo seu estado de orfandade tivesse colaborado com essa representação de família.

## Conclusões

O que se avalia em relação ao conjunto dos escritos dessas mulheres é que, embora veiculassem ideias de conformação do papel da mulher de boa esposa e mãe, elas buscavam um lugar de divulgação da escrita feminina, num mundo marcadamente masculino. Intencionalmente ou não mulheres como Rosália Sandoval deixaram um legado extraordinário para que outras publicassem suas produções ao longo do século XX.

Por meio dos escritos da autora supomos acessar as imagens de feminino que se constituíram no início do século XX. Em vista disso direcionamos nossa atenção para aqueles traços que nos permitiram revelar marcas da formação da mulher voltada para o

espaço familiar, cumprindo o papel de esposa e mãe. Ao tempo em que Sandoval também expôs um olhar no qual a mulher necessitava se libertar do seu lugar tradicionalmente imposto por uma sociedade ainda profundamente patriarcal.

### Fontes e Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Luciana Andrade. **Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2008.

CHAMON, Magda. **Trajetória de Feminização do Magistério: ambiguidades e conflitos**. BH: Ed. Autêntica, 2005.

CRUZ, André. O pensamento Católico à Procura de Lugar na Primeira República Brasileira. In: **Anais do X Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões – “Migrações e Imigrações das Religiões”**. Assis, ABHR: 2008. ISBN: 978-85-88463-36-3. Disponível em [HTTP://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/cruz-andre-gp01.pdf](http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/cruz-andre-gp01.pdf). Acesso em 05/07/2013.

INÁCIO FILHO, Geraldo; SILVA, Michelle Pereira. Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar? In: **Revista HISTEDBR On-line**, Nº 15 - Setembro/2004.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Igreja e Educação na Primeira República. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; SCOCUGLIA, Afonso Celso (Org.). **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, Luciana Fonseca. **Rosália Sandoval: histórias de um resgate**. Universidade Federal de Alagoas. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira. Maceió, 2000.

PASSOS, Mauro. **A pedagogia catequética e a educação na primeira República do Brasil (1889-1930): seus pressupostos e suas relações**. Editora: Universidade Pontifícia Salesiana, 1998.



## LEONARDO BOFF: A ESCRITA DE UMA ECLESIOLOGIA MILITANTE

Jaqueline Leandro Ferreira  
Roberta Gerciane Viana de Araújo

Os reflexos do Concílio do Vaticano II e seus desenvolvimentos em Medellín e Puebla ofereceram mudanças inquestionáveis na Igreja latino-americana, especialmente representada pelos clérigos que adotaram a Teologia da Libertação. Inserida em um contexto sócio-político de ditaduras e por uma gritante desigualdade social, característica da maioria dos países “subdesenvolvidos” da América latina, a Igreja Católica, até então indiferente aos problemas sociais desses países, passa por uma mudança substancial ao refletirem sobre as lutas de libertação nos países latino-americanos que levaram as origens a Teologia da Libertação que pretendia repensar o papel da igreja e, principalmente, o abismo que havia entre a fé e a prática libertadora dos cristãos. “As primeiras elaborações da teologia da libertação se fazem quase em curto-circuito com as exigências políticas da luta libertadora, estabelecidas por uma análise marxista da opressão.” (CATÃO, 1986:82).

Especialmente levando em conta o pluralismo político dos países latino-americanos e a partir de uma (re)leitura do evangelho para pensar as condições sociais, o comportamento político passa a ser analisado a luz da fé. Nas raízes dessas mudanças O Concílio do Vaticano II convocado por João XXIII no dia 25 de dezembro de 1961 pela Constituição Apostólica *Humane salutis* chama a comunidade católica nas figuras dos seus representantes para tratarem dos problemas da humanidade, tendo como ponto central a renovação da igreja para “reaproximar-se” dos cristãos. Ponto fundamental para entender o primeiro pontapé para o desenvolvimento da teologia da libertação na década de 70 nos países latino-americanos.

*O concílio abandonou explicitamente uma eclesiologia de poder (concepção da Igreja fundada na hierarquia), para adotar uma eclesiologia da comunidade, em que a Igreja é concebida como a comunidade dos cristãos que se reúnem em cada lugar do mundo. (CATÃO, 1986: 37)*

Tomadas às devidas proporções a igreja se abre ao mundo moderno e o modo de ser do cristão moderno, grande parte dos conciliares passaram a pensar a igreja como uma comunidade de fiéis dos quais deve falar uma linguagem e perceber os problemas destes cristãos para aproximá-los da igreja transformando-a numa instituição missionária. Em 1968 na Colômbia acontece a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, convocada pelo Papa Paulo VI. Os bispos aí presentes passam a repensar a realidade latino-americana ressaltando a necessidade do empenho na luta contra as estruturas injustas dessas sociedades. Neste sentido, funda-se a teologia da libertação tendo como base a reflexão teológica pastoral sobre a necessidade da luta contra a injustiça.

Em 1979 ocorre a Terceira conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla<sup>221</sup>, no México, convertendo a ação da igreja para a justiça e ao amor para a transformação das estruturas injustas da sociedade. Nesta direção a teologia da libertação seria a reflexão e resposta para o problema da pastoral da igreja

---

<sup>221</sup> Puebla pensa na direção da igreja-para-o-mundo e Medellín da igreja-no-mundo.

“especialmente colocada no contexto, em que a luta pela libertação constitui uma exigência fundamental do Evangelho e uma antecipação do Reino de Deus<sup>222</sup>. (CATÃO: 1986:63). A partir de então a questão da libertação será pensada sob o prisma do evangelho, estando, contudo, vinculada a uma conjuntura histórica do contexto latino-americano.

*A nova proposta teológica é reconhecer uma vertente do mistério de Deus até hoje pouco explorada pelos cristãos: a libertação pela qual lutam os homens é caminho privilegiado da salvação. Trata-se de uma articulação nova, em que a libertação aparece como “figura histórica da salvação”. Sendo assim, ela faz conhecer o melhor mistério de Deus, conhecê-lo sob a luz renovada, com um brilho até agora insuspeitado: ela gera a teologia da libertação, como se habituou denominar este novo clarão do mistério de Deus.*

Num contexto brasileiro alguns autores ganham destaque como representantes dessa corrente teológica nas décadas de 70 e 80, dentre estes frei Leonardo Boff, autor de inúmeros livros sobre a ideia de teologia da libertação e que será objeto dessa pesquisa a partir de uma obra em especial, *Igreja: carisma e poder (1982)*, já que, seu conteúdo causou um grande incômodo a igreja católica, levando seu autor, inclusive a ser “condenado” pela igreja romana com o silêncio obsequioso por um ano. Esboçando duras críticas a estrutura hierárquica da instituição católica, a falta de envolvimento desta com os problemas sociais dos seus fiéis, a invalidação dos direitos humanos dentro da própria igreja, etc. Assim, pretendemos nesta pesquisa problematizar como o autor trata a ideia de hierarquia dentro da igreja católica e quais indicações faz no sentido de pensar uma nova estrutura para a igreja católica. Neste sentido o autor propõe uma maior atenção a prática, não que se negue a importância da reflexão teológica, contudo o autor ressalta que a partir desta deve-se verticalizar-se ações práticas que tomem de empréstimo os problemas e injustiças sociais dos cristãos para que juntos, igreja e homem, possam lutar pela justiça, especialmente se tratando da América Latina. Assim, saindo de uma estrutura hierarquizada de poder a igreja se abrirá ao mundo e suas conturbações.

Ora, Segundo o referido autor (1982) a igreja se fez presente no mundo mediante um pacto, em momentos específicos, com o Estado, e, em grande medida, mostra-se insensível aos problemas humanos que ocorrem fora de seus limites, contudo, muito prioriza pelo fortalecimento de sua estrutura de poder, relacionando-se com outros seguimentos hierárquicos para fortalecer um pacto entre hierarquias. Neste sentido a obra de Leonardo Boff (1982) esbarra em um dos aspectos mais agudos da Instituição católica romana, que é a sua estrutura hierárquica, mantida de forma quase “intocável” e detentora de um poder amplo e que, segundo o autor, não mais se adequa a realidade do “homem moderno”. Esse modelo viola a promoção dos direitos humanos como o da liberdade, por exemplo, já que sua organização eclesial não pode ser contestada, invadindo, assim o direito de liberdade em seu interior.

*É manifesta a centralização do poder decisório na Igreja, fruto de um longo processo histórico no qual se cristalizaram formas que talvez encontrassem validade ao tempo de seu surgimento, mas que hoje provocam conflitos com a consciência do direito e da dignidade da pessoa humana que possuímos (BOFF, 1982:61)*

---

<sup>222</sup> Noção escatológica.

Afora isso a estrutura católica, segundo Boff (1982) marginaliza uma grande quantidade de pessoas, especialmente, leigos, mesmo aqueles que possuem um alto nível intelectual e teológico em detrimento de um funcionamento que se faz de forma cooptada dentro do círculo restrito dos que detêm o poder eclesial. Neste sentido a um forte controle ideológico que impede questionamentos da sua estrutura e do seu poder. Ora, um dos questionamentos lançados por Boff é justamente sobre a posição que a igreja pretende conservar, a de manter-se “imutável” mesmo quando está inserida em contextos históricos distintos, não assumindo as perguntas de seu tempo<sup>223</sup>, mantendo-se numa estrutura que não atende as necessidades do cristão. E ressalta, “Se a teologia não considerar estes fatores históricos e não os inserir em sua apresentação da fé cristã, então a regula fidei se torna uma caricatura de realidades peremptas e vazias” (BOFF, 1982:69).

A obra *Igreja: carisma e poder* do frei Leonardo Boff sofreu duras críticas e seu autor teve que prestar esclarecimentos a várias instâncias da igreja católica, chegando mesmo a ter que se esclarecer-se com o então cardeal da cidade de Roma, Ratzinger. Inicialmente julgado pela Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé do Rio de Janeiro, o autor Boff teve seu livro visto com receio pelo Presidente da Comissão Dom Karl Josef Romer que afirma entender o livro de Leonardo Boff (1982) como sendo de:

*Ampla divulgação também no meio de pessoas que não têm todo o instrumentário crítico-intelectual para enfrentar problemas e argumentos neles expressados, não posso (eu, Josef Romer) (grifo nosso) deixar, Frei Leonardo, de lhe manifestar mui fraternal e respeitosa minha apreensão. (ROMER, 1982:29)<sup>224</sup>*

Essa correspondência trocada pelo frei Leonardo Boff entre as instâncias da igreja como da Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé do Rio de Janeiro, a Congregação para a Doutrina da Fé de Roma e os documentos que se referem a Palavra Conclusiva da Congregação para a Doutrina da Fé sobre alguns pontos do livro *Igreja Carisma e poder*, foram reunidos pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos na obra *Roma Locuta Documentos sobre o Livro Igreja: Carisma e Poder de Frei Leonardo Boff* e serão utilizados nessa pesquisa como fonte para a proposta aqui lançada. Ademais a fonte por excelência desta pesquisa é o próprio livro *Igreja: carisma e poder*, que, por si, já é um documento de extrema importância e que em grande medida não foi estudada pelos historiadores para se pensar a teologia da libertação a partir da proposta do frei Leonardo Boff nas décadas de 70 e 80. Especialmente por se tratar de uma obra que estava inserida em um contexto histórico bem peculiar, onde vários países da América latina viviam ditaduras militares e uma consequente violação dos direitos do homem, por isso mesmo foi uma das preocupações do autor, Boff (1982), elaborar toda uma crítica sobre o posicionamento (ou a falta dele) da igreja católica frente a estas realidades.

Algumas obras se fazem pertinentes para se pensar a Teologia da Libertação e sua contestação aos modelos católicos, dentre as quais a do próprio Leonardo Boff, em seu livro *Teologia do Cativo e da libertação*(1987) que faz uma leitura do evangelho a partir da realidade latino-americana, atentando para a condição de opressão e

---

<sup>223</sup> Os grandes teólogos como S. João, S. Paulo, Orígenes, Agostinho, Tomás de Aquino, Möhler, Rahner e outros tiveram a coragem de assumir as perguntas de seu tempo e do arsenal da fé buscar respostas pertinentes. Isso não se fez pela pura repetição de fórmulas, mas tentando recriar uma nova gramática e sintaxe para a fé em cada época. (BOFF, 1982:69)

<sup>224</sup> In: *Roma Locuta Documentos sobre o livro Igreja: carisma e poder de Frei Leonardo Boff*. Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Editora Vozes Limitada, Petrópolis.

submissão, em um contexto histórico que sofreu com as ditaduras militares e ressaltando a condição dos países subdesenvolvidos como subprodutos dos países desenvolvidos e opulentos em um sistema injusto e explorador, Boff (1987) adverte para a necessidade de, em um ambiente de cativeiro, se trabalhar de uma forma libertadora, inspirada pelo evangelho. Outro trabalho notável para entender a teologia da libertação é a obra de Francisco Catão, *O Que é Teologia da Libertação (1986)* onde o autor elenca sobre o desenvolvimento da teologia da libertação e a emergência de uma nova tomada de posição da igreja frente aos problemas da América Latina. De forma breve o autor resalta o contexto histórico do Concílio do Vaticano II e as conferências de Medellín e Puebla, evidenciando seus principais aspectos e suas imbricações nas igrejas latino-americanas, contudo o autor não análise de forma mais aprofundada as questões históricas, pois, assim como o próprio sugere, sua intenção é apresentar de forma clara e simples o desenvolvimento da teologia da libertação na América Latina e suas raízes no Concílio do Vaticano II.

De acordo com Boff (1987) a hierarquia mantida dentro da Instituição Católica se faz a partir de uma série de produções simbólicas que sustentam determinados rituais que por si já se estruturam a partir de determinadas hierarquias. Não é a toa, por exemplo, que certos rituais, como a “escolha” de um novo papa, se faz de forma restrita àqueles que detêm determinado poder dentro da Instituição. Neste caso entendemos tal produção a partir do conceito de Bordieu de *poder simbólico*. Segundo Boff (1987):

*A atual estrutura de poder da igreja é devoradora de representações de poder que possuem séculos de existência e que nela convergiram. Duas especialmente cabe ressaltar: a experiência com o poder romano e com a estrutura feudal. Deles assumiu costumes, títulos, expressões, símbolos de poder. (BOFF, 1982:71).*

Além de detentores e produtores desse material simbólico, esses representantes também criam e controlam o discurso oficial, marginalizando assim aqueles chamados de leigos que estão na base dessa pirâmide. “Na igreja vigora uma inegável divisão e, desigualdade: um grupo produz material simbólico e o outro apenas consome” (BOFF, 1982:75). Entendemos ainda que a ideia de *representação* de Roger Chartier pode nos orientar quanto a determinadas características como, por exemplo, a construção de representações deu - e dão, tomadas as devidas proporções - sentido ao presente e de certa forma “autorizam” e “justificam” um dado comportamento, poder, hierarquia, etc. Levando em conta o que afirma Chartier sobre a construção de representação ao afirmar que:

*As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1985:17)*

Pois bem, como bem nos anuncia Chartier (1985) essas representações não são construídas de forma ingênua, mas, se fazem em meios de concorrência e proferem espaços de poder e dominação que se reforça na produção de símbolos que constituem uma determinada consciência em determinado espaço- não, necessariamente única e estável. Assim, por exemplo, essas representações e símbolos religiosos são forjados para manter o interesse de um grupo específico, que, ademais, ressaltam a importância de uma estrutura hierárquica e assim detêm um poder específico. Notadamente,

segundo Boff, a igreja católica assumiu determinadas características romanas e feudais que ressaltam inclusive nosso entendimento sobre ela. Assim, ao pensar em igreja-instituição não a percebemos simplesmente como a comunidade dos que creem e testemunham a presença de um Cristo, “mas entendemos a organização desta comunidade dos fiéis, com sua Hierarquia, com seus poderes sagrados, com seus dogmas, com seus ritos, com seus cânones e com sua tradição” (BOFF, 1987:83)

*A igreja até 312, mais movimento que instituição, passou a ser a grande herdeira das instituições do Império: o direito, a organização em dioceses e paróquias, a centralização burocrática, os cargos e a titulação. A igreja-instituição se acomodou de bom grado às realidades políticas e às uniformidades inexoráveis. Encetou uma trajetória de poder que chegou até o presente e cujo acaso, parece, nos é dado entrever. (BOFF: 1987:88)*

Ora, permanecendo inalterada, a igreja católica, tal como estrutura hierárquica, torna-se um mundo dentro do mundo, já que, se fecha, segundo o referido autor, as questões do seu tempo. Quando deveria caminhar de acordo com as transformações históricas pelas quais passa a comunidade, visando assim não “perder o ritmo da história” (BOFF, 1987:84). Pois bem, é a partir das formulações das críticas supracitadas que Leonardo Boff lança mão de uma nova igreja católica que se faria, especialmente, a partir das Comunidades eclesiais de base (CEB) voltando-se para o povo e seus problemas, a igreja atinge o povo e o evangeliza. Desta forma é também pensada uma nova distribuição de poder, evitando centralizações, e não, necessariamente, abolindo representantes eclesiais, mas a presença destes se fariam nas comunidades para garantir uma maior participação dos cristãos dentro das comunidades. Tal situação evitaria o que para o autor é um dos grandes entraves para a igreja aberta ao povo que é a existência de um centro de poder, romano, que conduz a igreja como *una* sem levar em conta contextos sociais distintos. Assim, segundo o autor, novas formas de *ser igreja* já se fazem observar nas comunidades eclesiais de base, e estas seria a grande transformação que possibilitaria a quebra de uma estrutura hierárquica, e fariam a igreja voltada aos problemas dos cristãos enquanto comunidade e seus membros participantes.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. 3ª edição editora: Vozes, Petrópolis, 1982.  
\_\_\_\_\_. **Teologia do cativo e da libertação**. 5ª edição editora: Vozes, Petrópolis, 1987.
- CATÃO, Francisco. **O que é Teologia da Libertação**. 2ª edição editora: brasiliense, São Paulo, 1986.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand. 1989 - 1994.
- Roma Locuta Documentos sobre o livro Igreja: carisma e poder de Frei Leonardo Boff**. Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Editora Vozes Limitada, Petrópolis.
- SIMÕES, Daniel Soares. Polêmica antiprotestante e cultura histórica católica in: Cultura Histórica e Historiografia: legados e contribuições do século 20/ Cláudia Engler Cury; Elio Chaves Flores; Raimundo Barroso Cordeiro Jr. (organizadores). – João Pessoa: Editora Universitária/ UEPB, 2010.**

## ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE AS IRMANDADES DE HOMENS NEGROS NO BRASIL COLONIAL

Lívia Gomes da Silva

As irmandades, fossem elas de homens brancos ou de homens negros, foram comuns em todo o Brasil, fazendo parte da composição social das cidades enquanto representava os interesses dos grupos que as constituíam. A historiografia referente a essas associações é vasta em quase todo o país, principalmente nos estados de Minas Gerais, Recife e Bahia.

Estas associações eram uma das poucas maneiras que foram permitidas aos negros de viverem em coletividade com seus iguais. Já existentes na Europa Ocidental desde os séculos XII e XIII, as irmandades teriam a função de proteger seus membros dos infortúnios que assolaram a Europa no final da Idade Média. Elas representavam, segundo o historiador A. J. R. Russell-Wood, o nascimento de uma consciência naquele continente. Seguindo essa mesma linha a historiadora Célia Maia Borges afirma que:

*A defesa mútua fazia parte comum dos códigos dos grupos. Victor Ribeiro defende que as associações fraternais surgiram com fins de libertação e independência, e foram como uma resposta contra a violência dos senhores feudais, uma resistência aos invasores e, mais tarde, adquiriram valores de ordem religiosa ou de piedade. (BORGES, 2005, p. 46)*

Portugal, mesmo sendo um dos menores países da Europa, possuía uma grande quantidade de colônias. Estas estavam marcadas com as principais características da colonização lusitana, como a forte centralização administrativa e a transferência da responsabilidade pelos serviços espirituais e sociais do setor público ao privado. Essas características foram tão forte que as associações fraternais que foram trazidas para as colônias seguiam estatutos e regras iguais às da metrópole portuguesa.

No Brasil colonial as irmandades negras surgiram de forma lenta e gradual, tanto é que será apenas nos séculos XVII e XVIII que poderá ser sentido o impacto dessas organizações. Essa lentidão deve ter ocorrido devido ao receio das autoridades leigas e eclesiásticas de que as associações de negros pudessem representar uma ameaça à supremacia dos brancos. E, além disso, o surgimento de um espírito associativo dos escravos também foi um processo muito lento. Sendo um fenômeno extremamente urbano, o desenvolvimento das irmandades negras variou de uma região para outra, principalmente por causa da economia predominante em cada uma delas. Igualmente ao modelo da metrópole, elas tinham um importante papel na organização social e religiosa.

Marcelo Mac Cord, em seu livro “O Rosário de D. Antônio: Irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife 1848-1872”, vai definir as irmandades como associações leigas reunidas no catolicismo dito “tradicional”. Essa concepção também é trazida pela pesquisadora Virgínia Almoêdo, em sua tese de Mestrado, “ Pretos e Brancos: a serviço de uma ideologia de dominação ”.<sup>225</sup>

Para o historiador Caio César Boschi as irmandades dos homens negros não vão ter apenas a função religiosa, mas também serão responsáveis pela coesão e proteção

---

<sup>225</sup> MAC CORD, Marcelo. *O Rosário de D. Antônio: Irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. p. 38.

social desses indivíduos, uma vez que não havia a distinção entre o espiritual e o temporal. Neste sentido pode se compreender essas associações como uma condição de vida, e de morte, para estes homens.<sup>226</sup>

Russell-Wood vai trazer a ideia das irmandades como respostas associativas a uma necessidade coletiva e individual de negros e mulatos que viviam na colônia. Essas necessidades se dividem em três categorias: (1) educação religiosa, devido a negligência das autoridades eclesiásticas locais; (2) assistência médica, pois os negros eram desprovidos desse elemento; (3) busca de uma identidade, pois, segundo este autor, todas as formas de manter uma tradição africana foram reprimidas, representando uma perda total da identidade africana.<sup>227</sup>

Cada um desses elementos vai ser buscado pelos negros dentro das irmandades, na tentativa de adaptar-se ao novo mundo que lhes impunha pressões socioeconômicas e uma política de discriminação.

*Negros e mulatos, fossem escravos ou libertos, eram negligenciados pela igreja, sofriam privações físicas e doenças e eram alijados de qualquer ideia de coletividade. Uma reação a todas essas necessidades foi a criação de irmandades. (RUSSELL-WOOD, 2005, p, 198)*

A ideia de irmandades como meio de integração do homem negro na sociedade dominante é trazida por Célia Maia Borges. Essas associações leigas funcionariam como forma de compensar o afastamento do negro de suas relações sociais, dando-lhes uma nova organização cultural.

*As instituições confraternais dos homens negros eram entidades orgânicas, moldada por um corpo de normas, ao qual os respectivos irmãos se submetiam, sendo prescritas obrigações aos seus membros nos rituais, incluindo regras que interferiam em suas vidas cotidianas. Agir como um irmão supunha um aprendizado cultural que, aos poucos, ia introjetando nele novos valores e novas representações coletivas. (BORGES, 2005, p. 33)*

Fazendo uma análise da historiografia sobre as irmandades dos homens negros, Marcelo Mac Cord vai apontar alguns vieses interpretativos onde as associações vão ser colocadas como espaços de acomodação ou de resistência ao sistema escravocrata vigente no período colonial. Segundo Mac Cord, os historiadores Eduardo Silva e João José Reis vão além de uma simples polarização, entendendo que tanto os senhores quanto os escravos seriam grupos heterogêneos, pois já possuíam suas rivalidades, línguas e religião.<sup>228</sup>

Para Julita Scarano e Antônia Quintão as irmandades funcionariam como um espaço de resistência e luta, pois ali eles poderiam se perceber como homens, e não como um objeto, e identificar os problemas em comum que a escravidão trazia, dando-lhes dignidade. Mac Cor chama a atenção para o fato de que esse viés poderia trazer

---

<sup>226</sup> BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2005. p. 150.

<sup>227</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – 2005. p. 195-197.

<sup>228</sup> MAC CORD, 2005, p. 47.

interpretações generalizadas como o da liberdade ser o mote principal dessas associações.<sup>229</sup>

Já para os historiadores Décio Freitas e Virgínia Almoêdo as irmandades seriam espaços de solidariedades étnicas e identidades coletivas que tinham intrínsecos os objetivos dos senhores de escravos. Portanto, associar-se a essas entidades resultaria na alienação dos negros de sua real condição de escravos. Neste sentido, as irmandades seriam espaços de acomodação.<sup>230</sup>

Seguindo essa mesma linha de acomodação e alienação, Mac Cord apresenta a ideia do sociólogo Florestan Fernandes. Para este, o negro se ilude com a possibilidade de ascender socialmente entre os seus ao ocupar cargos nas irmandades.

*Ser Juiz da Mesa Regedora de uma irmandade significava ocupar seu posto máximo. Isto representava manter um controle sobre os outros irmãos e dar a última palavra quanto a aplicação do compromisso. Está claro que se a irmandade sofria fiscalização das autoridades constituídas, seria o Juiz a responder, em última instância, aos seus reclames. Ele deveria manter a irmandade dentro da ordem, mas isto também lhe conferia prestígio na comunidade. (MAC CORD, 2005, p. 49)*

Para Caio César Boschi, a participação numa irmandade no período colonial representaria para os negros uma das poucas formas de associar-se entre si, mesmo que fosse através de um processo de sincretismo fundamentado na cristianização do negro. Além disso, a adesão a uma irmandade mostrava a força dos laços de coesão grupal entre os escravos. Segundo o autor, mesmo que essas instituições não lutassem contra a escravidão, foram elas que mantiveram o grupo social dos negros unidos.

*Embora não objetivassem a destruição do sistema, as irmandades davam aos negros a oportunidade de desabafar suas agruras, expressar suas necessidades e, até mesmo tentar influir em seu futuro, procurando tornar suas vidas mais suportáveis. Por isso, elas foram palcos privilegiados da sociabilidade praticada na colônia. (BOSCHI, 1986, p. 152)*

Boschi, se referindo a Minas Gerais, afirma que as irmandades, por serem instituições pertencentes à Igreja Católica, não poderiam combater a escravidão para poder continuar existindo. Uma vez que “catolicismo e escravidão não eram entes que reciprocamente se anulassem”. (BOSCHI, 1986, p. 155)

Esse autor defende ainda a ideia de que as irmandades negras eram mais uma forma de preservar as relações de dominação do branco sobre o negro, uma vez que não havia conscientização de classe pelos grupos dominados, mostrando aí uma falta de consciência política.

*Assim, dominados ideologicamente, alimentando a ilusão de sua igualdade para com os brancos no plano da religião, negros escravos, negros forros e, de certa forma, os mulatos terminavam por minimizar a expressividade cultural de seus grupos originais. Anulando o potencial de suas primitivas culturas, incapacitados de fazerem valer seus interesses de classe, naturalmente tornando-se presa mais dócil*

---

<sup>229</sup> Ibidem, 2005, p. 51.

<sup>230</sup> Ibidem, 2005, p. 48-49.



*também para o controle ideológico do branco. (BOSCHI, 1986, p. 156)*

Outro fator apontado por Boschi para tornar a irmandade um espaço de acomodação e de dominação é a questão de admissão por etnia. Mais do que a própria riqueza, a origem étnico-racial a qual o indivíduo negro pertence vai determinar sua entrada, ou não, em uma irmandade. Evitava-se nas confrarias de negros a entrada de irmãos de etnias diferentes. Para o autor, isso vai representar separação política e social.

*Se para brancos ele em nada alterou sua composição de dominação, para os negros e mulatos veio demonstrar como originalmente eles estavam divididos e, por isso mesmo, não perceberam que tais dissensões eram extremamente benéficas somente aos brancos, pois que seccionamento de grupos, em última análise, significava menos perigo para o Estado. Desunidos, os grupos sociais facilitavam sua subordinação ao fortalecido Estado. (BOSCHI, 1986, p. 160)*

Neste sentido, entende-se que a religião foi um instrumento de canalização das tensões em proveito do Estado, igualando negros e brancos diante de Deus, mas não enquanto homens. A irmandade teria aqui a função dupla de por um lado dar ascensão social ao indivíduo negro e, por outro evitar resistências violentas ao sistema imposto.

*Pela religião, a Coroa e, por extensão, as camadas dominantes definiram e prescreveram as normas de comportamento social na colônia, exercendo o controle de um grupo menos numeroso sobre a conduta dos integrantes da grande massa da população. Pela conformidade e coercitividade, o Estado modelou a personalidade e a conduta dos indivíduos, ao adotar mecanismos sociais capazes de contornar, reprimir e canalizar as tensões latentes naquela sociedade. (BOSCHI, 1986, p. 172)*

É preciso perceber que as irmandades são mais do que relações de negociações e conflitos, são mais complexas. “Ao invés de simplesmente conformar ou resistir, a irmandade cruza interesse de diversos atores, onde cada um deles se apropria do espaço confraternal dentro de suas possibilidades.” (MAC CORD, 2005, p. 54). Isso significa que os indivíduos negros tinham motivações diferentes para procurarem uma irmandade, fosse de natureza religiosa, de luta ou por imposição de seu senhor.

No caso de Alagoas, a historiografia é escassa. Tem-se os trabalhos de Ernani Méro<sup>231</sup>, em que se vê a compilação de informações sobre a história das Igrejas de Penedo, tratando rapidamente das irmandades que funcionavam nelas, porém sem fazer nenhum tipo de reflexão a respeito. Temos ainda o texto “Irmandades” de Félix Lima Junior, com uma análise superficial das confrarias que funcionava em Alagoas no século XIX, principalmente com base em seus compromissos. Na introdução de seu livro Lima Junior apresenta algumas colocações quanto às irmandades de negros que funcionavam no Estado.

*A irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a de São Benedito<sup>232</sup> eram quase privativas de modestas pessoas de côr – ou melhor, privativas, na sua totalidade, de pobres negros escravos, arrancados,*

<sup>231</sup> MÉRO, Ernani. *Templos, ordens e confrarias*. História religiosa de Penedo, Maceió, SERGASA, 1991.

<sup>232</sup> O autor não especifica qual irmandade está se referindo.

*bárbara e criminosamente, às suas aringas no continente negro e trazidos nos ‘túmbeiros’, para cultivar debaixo do chicote do feitor desapiadado a terra americana. (LIMA JUNIOR, p. 08)*

Méro era um católico assíduo e fervoroso, fato extremamente perceptível em seu livro. Ele faz uma análise superficial das igrejas de Penedo, principalmente na questão estrutural e arquitetônica, se referindo vagamente às irmandades. Ele faz apenas a transcrição de alguns termos de compromisso e livros de finanças dessas associações.

Será o pequeno texto de Guiomar Alcides de Castro “História da Igreja dos Martírios”, que podemos encontrar um trabalho um pouco mais reflexivo, pois ela enfatiza a situação da irmandade dos Martírios, que havia sido fundada por negros, mas que ao se firmar seu compromisso, proibia a entrada de pessoas de cor. A autora coloca, citando Craveiro Costa, que a Irmandade foi se “aristocratizando”.<sup>233</sup>

No Brasil inteiro, principalmente em Minas Gerais e Pernambuco, houve a presença constante das Confrarias. Em Alagoas também se organizaram desde cedo essas instituições e assim como no Recife e em Minas, aqui elas também deveriam refletir os preconceitos e divisões sociais da época em que funcionaram. Porém, por falta de uma historiografia mais ampla pouco se sabe sobre elas. É interessante buscar como elas se estabeleciam e funcionavam e qual o papel que indivíduo negro, que estava associado a uma Irmandade, tinha dentro da sociedade alagana no século XIX.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX.** Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2005.

CASTRO, Guiomar Alcides de. **História da Igreja dos Martírios.**

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos.** São Paulo: Difel, 1972.

JUNIOR, Félix Lima. **Irmandades.** Secretaria da Educação e Cultura – Departamento de Ciência e Cultura. Maceió, 1970.

MAC CORD, Marcelo. **O Rosário de D. Antônio: Irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1948-1972.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

MÉRO, Ernani. **Templos, ordens e confrarias.** História religiosa de Penedo, Maceió, SERGASA, 1991.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial.** Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – 2005.

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão.** São Paulo: Brasiliense, 1976.

---

<sup>233</sup> CASTRO, p. 17.

## REPRESENTAÇÕES DO RACISMO NO JORNAL DE ALAGOAS EM 1912: DAS DISPUTAS POLÍTICAS À HIERARQUIA RACIAL<sup>234</sup>

*Lwdmila Constant Pacheco*

Até o ano de 1917 Alagoas era uma região localizada ao sul da Capitania de Pernambuco, quando se emancipou tornando-se Capitania de Alagoas. Eleita comarca no ano de 1774, Alagoas já mantinha focos de povoamento desde o século XVI, a exemplo de Penedo, fundada em 1575, e Porto Calvo em 1585. Segundo Lindoso (2011), de Penedo surgiu a conquista dos sertões alagoanos, e de Porto Calvo, a sociedade tutelar dos donos de terras, de escravizados e de fábricas de açúcar. Nessa época, a escravidão negra servia, principalmente, para o cultivo da cana de açúcar, matéria-prima que foi essencial para o desenvolvimento dos engenhos banguês. E foi graças ao processo de destruição do quilombo dos Palmares, a partir de 1664, com a distribuição das terras quilombolas para a devida colonização, que foi se *formando a antiga Capitania de Alagoas* (LINDOSO, 2011, p. 45).

Como escreveu Duarte (2010, p. 30), o negro foi introduzido no Brasil como *animal de carga, destinado ao trabalho servil e esquecido a sua condição humana (...). Puseram-no diante de dilemas e imposições, de violências e aniquilamentos, de constrangimentos e obrigações (...)*. Porém, mesmo com esse tratamento desumano, os escravizados reagiram e mantiveram de formas diversas suas peculiaridades culturais e personalísticas que em Alagoas foram misturadas e recriadas tornando a herança negra única e irrepetível, além de imprescindível para a configuração do território local. E se, a despeito das previsões e desejos no período pós-abolição, o negro sobreviveu, não o fez sem vivenciar uma situação de tensão e opressão permanente, com novas reformulações que se davam na vida social e cultural.

Apesar da constante tensão entre negros e brancos, senhores e escravos e da hierarquia da cor estabelecida no país durante a escravidão, que legitimava a opressão e as constantes contra-ofensivas dos oprimidos, constata-se que na Alagoas do período imediatamente após a abolição, havia uma espécie de “pseudotolerância” para com essa população que afirmava a cultura afro-brasileira. Essa tolerância era sustentada, dentre várias hipóteses, pelo medo sentido pelos hegemônicos ainda como uma herança escravista, onde a quilombagem (MOURA, 2001) gerava uma tensão constante entre os senhores de escravos e suas “peças”. Esse medo dizia respeito à ameaça dos quilombos e das rebeliões do contingente escravizado, que era numericamente superior aos brancos livres e escravagistas. Assim, quanto mais se temia uma contra-ofensiva dos escravizados, mais se firmavam os maus tratos. Quanto mais se maltratava, mais medo gerava nos gozes de que houvesse vingança proporcional.

Ianni (1978) concorda que o medo sentido pelos colonos no período escravocrata instigava a violência praticada contra os escravizados, que eram sua propriedade ao mesmo tempo em que eram seus inimigos. Porém, para ele, essa justificativa precisa estar associada à condição do sistema vigente que tinha a escravidão como sistema de produção de mais-valia absoluta. O escravizado é, ao mesmo tempo, produto e força de trabalho. Com isso, é alienado duplamente: como pessoa, enquanto propriedade do senhor, e em sua força de trabalho, faculdade sobre a qual não pode ter comando. A alienação em que vive o escravizado provoca uma modalidade singular de alienação do colono: a alienação pela condição de prisioneiro da situação escrava.

---

<sup>234</sup> Esse artigo é parte do trabalho de conclusão de curso de especialização em História Social do Poder da UFAL, orientado pela professora D<sup>a</sup> Irineia Maria Franco dos Santos.

Com a abolição da escravatura em 1888, a condição de marginalização do descendente de africano se acentuou: destituído de sua função no sistema, relegado à situação de vulnerabilidade pessoal, social e espacial, os ex-escravizados que antes eram peças fundamentais para a manutenção do sistema escravista, passaram a serem vistos como peças de descarte na nova configuração do trabalho assalariado.

## O século XX e as oligarquias

Concomitantemente ao fim da escravidão houve a proclamação da república do Brasil que foi comandada durante anos por líderes militares, a exemplo dos Marechais alagoanos: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Após um longo período militarista no Brasil, Prudente de Moraes assumiu o governo e, como relata Apratto (2009, p. 73) (...) *foi desmontando a estrutura criada no governo anterior e desmilitarizando o país; por isso, sofreu forte reação jacobina*. Jacobino, termo francês ligado aos revolucionários do século XVIII, no Brasil se referia ao ideal republicano do século XIX que visava à superação do período imperial. Após a proclamação da República em 1889, que se pretendia liberal, o termo jacobino se referia aos radicais, principalmente os militares e positivistas.

O liberalismo que preconiza a descentralização do poder central promoveu autonomia aos Estados que, *marginalizando as camadas populares, derrotando os últimos inconformados monarquistas e os republicanos militaristas* (APRATTO, 2009, p. 74), fez das elites agrárias estaduais o centro do controle governamental. Todos os possíveis cargos políticos/governamentais foram, nesse período, ocupados por membros de famílias tradicionais.

Em Alagoas estabelece-se a oligarquia Maltina que durou doze anos. Esta foi assumida por Euclides Malta, – político sertanejo de Mata Grande, casado com a filha do renomado Barão de Traipú, que o elegeu governador do Estado em 12 de junho de 1900. Seu governo foi marcado pelo controle partidário, dos órgãos municipais, pela prática clientelista, pelo nepotismo e patrimonialismo. Porém, apesar de uma postura caudilhesca, Euclides Malta se mostrou um diplomático líder de Estado ao estabelecer alianças com representantes de segmentos hegemônicos, criando um clima pacífico entre as classes agrárias, fornecendo ajuda a instituições e prestigiando a Igreja Romana (APRATTO, 2009).

Depois de um longo período de estabilidade oligárquica no país, surgem grupos oposicionistas que ensejam uma modificação nas lideranças políticas estáveis. Uma campanha anti-oligárquica se iniciou no país e em Alagoas ganhou força principalmente após a oposição divulgar o nome de Clodoaldo da Fonseca para a candidatura do Estado – figura popular, parente do presidente da República e pertencente ao exército. Fernandes Lima, um dos oposicionistas, aproveitou a situação de mudança no Estado e de insegurança do governo vigente para insuflar a população a não mais pagar os impostos, aumentando ainda mais o clima de desorganização e conflito na sociedade alagoana.

Somaram-se às críticas da imprensa aos governistas, boletins distribuídos à população e a instalação no dia 17 de dezembro de 1911 da já citada Liga dos Republicanos Combatentes em Homenagem a Miguel Omena, uma espécie de *guarda revolucionária popular* (APRATTO, 2009, p. 97) que tornou ainda mais tensa a disputa pela predileção nas eleições vindouras. A Liga, comandada pelo militar reformado do Exército, Manoel Luís da Paz, encabeçou várias ações em prol do ataque ao governo vigente. Após poucos dias de sua fundação, reuniu-se no Mercado forçando comerciantes a fecharem suas lojas e barracas e encerrarem seu expediente às 9 horas da

manhã, invadindo, posteriormente, a residência do intendente da capital, Luís Mascarenhas. Este teve que fugir com a mulher pulando o muro de casa. Segundo Júnior (2001), para estabelecer o pânico na cidade, grupos de desordeiros capitaneados pelos combatentes da Liga, fizeram fechar às pressas o Mercado Municipal na véspera de natal do ano de 1911. Também, no intuito de fazer o intendente Dr. Luiz de Mascarenhas renunciar ao cargo, o insultaram e chegaram a (...) *fazer uma diversão, à bala, em frente a residência do gestor dos negócios municipais* (JÚNIOR, 2001, p. 154).

A oposição, que já tinha atacado Euclides Malta por todos os lados não podia deixar de atacar sua suposta ligação com as Casas de religião de matriz africana, os chamados Xangôs. Euclides Malta, assumidamente católico, era associado extra-oficialmente às Casas de Xangô, em grande número pela capital nesse período. Assim, através dessa rede de relações e a inevitabilidade da deposição do governo, como um ato de desforra final, as Casas de Xangô foram atacadas pelos populares e praças da guarnição, que quebravam tudo o que encontravam e recolheram à cadeia os mais afamados pais de santo.

Tal fato, herdeiro de um processo de sublevação contra o governo vigente, teve seu ápice em fevereiro de 1912 e serviu como alavanca política para a destituição definitiva de Euclides Malta do governo. A sociedade alagoana que já se encontrava insatisfeita com a situação econômica do Estado e após a campanha de desmoralização do governo, sentiu-se pessoalmente ofendida com a presença da religião africana não só nas ruas da cidade de Maceió, mas como mantenedora de Euclides Malta no poder.

Assim, sem perspectiva de se manter no poder, Euclides Malta parte para Pernambuco e nunca mais volta a Alagoas, findando sua longa oligarquia. Tal acontecimento poderia ser interpretado por alguns como tendo os melhores resultados possíveis: expulsou Euclides Malta do Estado, silenciou os batuques negros incômodos, higienizando o Estado que se pensava branco, católico e, conseqüentemente, puro, da influência negra, feiticeira e corrompida.

## **Representações sociais do Racismo em 1912**

As representações sociais são sentidos produzidos coletivamente que se generalizam e se estabilizam criando uma familiaridade onde antes havia fraturas, ou falta de sentidos. As representações se entrecruzam e se cristalizam mutuamente através de uma palavra, de um gesto ou de uma reunião no cotidiano impregnando nossas relações, nossas produções e nossa comunicação (MOSCOVICI, 2003). Dessa forma, as expressões linguísticas difundidas popularmente sobre as religiões de matriz africana, se tornam o principal mote de relação para com as mesmas. E, à medida que tais expressões são corroboradas oficialmente, como no caso dos jornais impressos, a relação entre a população racista e tais Casas religiosas, que antes era de caráter privado, ganha legitimidade de ação pública racista.

A estratégia política de associar a figura do oligarca Euclides Malta às Casas de Xangô, misturando e intensificando o descontentamento com ambos, favoreceu uma explicitação hostil frente ao Xangô, ao passo que assumir a hostilidade ao oligarca era o comportamento esperado:

*A repulsa provocada entre o povo em geral pelos últimos actos do Sr. Euclides Malta rapidamente transformou-se em ódio, quando se soube que o execrado governador de Alagoas, escapando-se pelos fundos do palácio para tomar em Bebedouro, longe das vistas do povo, um expresso com destino a Cinco Pontas (...). Esse ódio que*

*alastrara se por todos aquellos que não faziam parte da camarilha abjecta e da reduzida guarda de escribas do refinado oligarcha como enorme caldeira efervecente, augmentou, quando se teve a certeza de que o Sr. Euclides Malta, antes de sair ás escondidas, ordenára maior força na pilha da bruxaria.*<sup>235</sup>

Repulsa e ódio são sentimentos que os jornais atribuem à população em relação ao governador e, conseqüentemente às Casas de Xangô. Alega-se que o governador com sua fuga sorrateira e sua suposta e insistente relação com as casas de *feitiçaria barata*<sup>236</sup>, mantém um comportamento de afronta para com a população que exige publicamente reparações ascéticas por tantos anos de dominação pela *bruxaria* e pela covardia de seu governo. Essas reparações iniciaram-se com a invasão dos *covis de fetiche ignorante* após a fuga do *inepto* governador para o Estado vizinho, com a intenção de livrar Alagoas definitivamente desses *antros endemoniados* que tanto prejuízo causou para o Estado. Citando tais prejuízos, o Jornal de Alagoas chega a enumerá-los: Tais Casas mantinham em completa desorganização a polícia, e em completa debandada todos os outros poderes orgânicos do Estado, favorecendo *manhosamente uma centena de praças, que nunca existiram, em proveito dessas casas*<sup>237</sup>.

Nota-se em tais matérias, que, apesar de adjetivos inferiorizantes, há associados aos mesmos, certo poder que parece contradizer o menosprezo frente a essas Casas. Isto é, associado aos adjetivos *fetiche ignorante, antros endemoniados, feitiçaria barata* vê-se a declaração de que Euclides Malta construiu uma oligarquia longa graças, justamente, ao apoio que tinha de tais Casas e que essa ligação desorganizava o Estado, a polícia e as demais esferas do poder. Além de condenar a morte pessoas que porventura se opusessem ao governo e a ligação deste estabelecida com as Casas. Como exemplo, temos o relato que consta no Jornal de Alagoas de 4 de fevereiro de 1912, em que há a denúncia de que estavam jurados de morte os candidatos da oposição Clodoaldo da Fonseca e José Fernandes de Barros Lima, e a matéria de 12 de fevereiro de 1912 que relata que no ato da devassa foram encontrados despachos malignos contendo os nomes ou figuras que representassem os opositores do governo. Isto é, o poder do *xangô* atua nas esferas micro – condenando pessoas à morte – e macro – desestruturando o Estado.

Segundo Bakhtin (2010), a língua é um fato social que se origina da necessidade de comunicação. É na fala onde se estabelecem os valores sociais contraditórios. Os conflitos da língua refletem conflitos de classe: é através da linguagem que se materializa as hierarquias, dominação e resistência. Por isso que todo signo é ideológico. A ideologia, conjunto de idéias sociais, históricas e políticas que tem o intuito de ocultar a realidade, as explorações econômicas, as dominações e relações de poder (CHAUÍ, 2001), é um reflexo das estruturas sociais. Assim toda mudança estrutural requer uma mudança na língua, toda mudança na língua modifica a estrutura social.

As estratégias usadas contra o governador Euclides Malta, sendo a principal delas a sua ligação com as Casas de Xangô, não podem ser vistas como apenas um forte álibi para derrubá-lo, precisam ser pensadas também como uma acusação conveniente que gera como conseqüências secundárias a sanção de um incômodo em relação à presença

<sup>235</sup> Jornal de Alagoas. *Bruxaria: Xangô em Ação – a oligarchia e o “ogum”, o povo invade os covis – documentos preciosos – Um bode sacrificado – Exposição de ídolos e bugigangas.* 4 de fevereiro de 1912. Catálogo Odè-Ayé.

<sup>236</sup> Idem. Op. Cit.

<sup>237</sup> Idem. Op. Cit.

massiva das Casas de Xangô em Maceió. A ordem estabelecida, com suas condições de dominação, direitos e imunidades, privilégios e injustiças sustenta-se por ser sentida como natural. A dominação, assim, se mantém através de uma violência simbólica, que Bourdieu (2005, p. 7) define como uma violência suave (...) *insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento*, ou até do desconhecimento, do reconhecimento e do sentimento.

A ambiguidade presente na adjetivação do Xangô demonstra o quão ambígua é a relação da população com a presença negra, misteriosa e poderosa pelo oculto dos rituais e pela resistência histórica das religiões de matriz africana. Um lugar que é caracterizado como sendo *foco de prostituição e indolência* precisa, por ser perigoso, passar pela prova *deante dos olhos bem abertos de milhares de pessoas*<sup>238</sup>, a comprovar o que se designa decisão e ação exclusiva da população: adentrar os designados antros, descrita pelo Jornal de Alagoas (1912) como uma pequena sala, cheia de pinturas grosseiras, hieróglifos de ídolos, bancos imundos e porcarias misturadas a poeira e suor de negro, intitulada também de panela de feitiço. *Eis todo o cortejo bestial que cercava e prestava mão forte ao governo do Sr. Euclides Malta.*<sup>239</sup>

Os adjetivos pejorativos destinados a Euclides Malta eram redirecionados tanto aos xangôs, como também ao próprio Estado de Alagoas que se encontrava num *pântano*, numa *anarquia*, com a *justiça postergada e vencida* e os municípios entregues às *figuras perigosas e ao banditismo*<sup>240</sup>. Sobre o racismo linguístico propriamente dito, que é caracterizado como a discriminação arbitrária usando a cor e traços negros como forma de legitimação de argumentos inferiorizantes, há em fontes da imprensa expressões de desvalorização que caracterizaram as pessoas negras, descendentes de africanos e pertencentes ao xangô, especialmente quando se referem aos líderes religiosos: a feição de *símio* de Tio Salu, a risada de *megera* e *olhos esgazeado de víbora* de Tia Marcelina quando em transe, os *canticos desafinados e o infernal batuque* dos rituais religiosos e a alegação de que tais pessoas são descendentes dos negros africanos – *raça atrasada e fraca, ignorante e cega, que vive uma vida selvagem em cubatas que mais se assemelham a covis de feras que a Europa culta diariamente dá caça*<sup>241</sup>.

Por o Brasil ser um país colonizado, explorado e miscigenado, onde foi negada a possibilidade ontológica indígena e africana, restou como única alternativa a aderência a uma concepção eurocêntrica de mundo que, ao mesmo tempo em que gera uma negação da formação brasileira, produz um engodo alienante que faz crer em um ideal de branqueamento que na prática, nunca será alcançado. Segundo Fanon (2008), um povo colonizado é um povo castrado na sua criatividade de recriação, já que no geral, não admite a parcela de dominados que o constitui, ainda mais sendo essa parcela superior a do dominante. Essa crença em uma pureza racial eugênica é reconhecida nas expressões distanciadas que os jornais descrevem os eventos ocorridos contra as Casas de Xangô e seus adeptos. A forma irônica com que a notícia do Jornal de Alagoas de 8 de fevereiro de 1912 relata a exposição dos objetos apreendidos na devassa de 2 de fevereiro do

---

<sup>238</sup> Jornal de Alagoas. *Bruxaria: Xangô em Ação – a oligarchia e o “ogum”, o povo invade os covis – documentos preciosos – Um bode sacrificado – Exposição de ídolos e bugangas*. 4 de fevereiro de 1912. Catálogo Odè-Ayé.

<sup>239</sup> Idem. Op. Cit.

<sup>240</sup> Idem. Op. Cit.

<sup>241</sup> Jornal de Alagoas. *Bruxaria: Xangô em confusão – Mais notas e informações – Os mystérios da carne – “Santo” de Santa Luzia do Norte*. 8 de fevereiro de 1912. Catálogo Odè-Ayé.

mesmo ano, reflete o tom de pilheria e vitória da oposição frente às ações contra Euclides Malta e o Xangô:

*A sala da “Liga” estava transformada em museu e tinha o aspecto alegre de um presepe em noite de natal (...). Lá estavam garbosos, na sua fealdade de obra mal acabada, “oxalá”, “oghum-taió”, “oghum-china”, “xangô-nilê”, “xangô-china”, “azuleijú”, “oyá”, “oxum-êkum” e tantos outros “santos” que a idolatria africana phantasia para illudir os incautos e ignorantes.*<sup>242</sup>

Como se não bastassem às matérias oficiais que deturpam a imagem dos xangôs e seus adeptos e de Euclides Malta, outras chamadas do Jornal de Alagoas, essas num tom de galhofa e cômico, se utilizam dessa suposta ligação para intensificar ainda mais a idéia pejorativa dos cultos de origem africana e desqualificar o governador Euclides Malta. Nas chamadas para o carnaval, uma sátira do que seria um cordão com *oghum taió na frente, - Euclides em corpo e alma fazendo medo a carranca do entrudo*<sup>243</sup>, sendo associado ao *Rei do Congo, rei do mal*.

O nome de Euclides Malta enegreceu, isto é, passou a ser associado com todos os adjetivos que se associavam os negros e sua cultura e herança africanas. Após o dia 2 de fevereiro de 1912, com a vitória do intento da devassa e da expulsão de Euclides Malta do Estado, as descrições referentes ao seu governo se distanciam cada vez mais de críticas a administração, a organização e a política. O jornal do dia 8 de fevereiro de 1912 está repleto de referências sobre a devassa, a vitória dos opositores, como textos pejorativos, irônicos e degradantes, que estreitam ainda mais a ligação entre Euclides Malta e o xangô. A chamada de *cáfila maltina*, ou *canalha maltina*, inclui políticos partidários, apoiadores e adeptos do xangô, que são misturados na sua *monstruosidade moral, hábitos corruptos*, praticantes de *nefandos crimes pela causa negra da Infamia*. Em contrapartida, os opositores são os *bons e invencíveis correligionários de honroso oposicionismo* em busca da *conquista da liberdade e dessa felicidade publica que outr’ora enchia de alegria e riso o coração do povo de Alagoas*.<sup>244</sup>

Também nessa mesma reportagem de 8 de fevereiro, novamente o povo surge como a instância que decidiu sobre o destino de Alagoas e que elegeu Euclides Malta como o *grande homem que lhe escarrará a podridão geral*, e seus correligionários como *os empreiteiros da miséria de Alagoas*. O povo demonstrou, não pela primeira vez, *francamente o seu justo ódio ao delapidador da Honra de Alagoas*.

Quer dizer, qualquer ação, mesmo que seja atroz e embalada pelo ódio, é justa quando se têm como fim a conquista do *Bem soberano*. É a oficialização, legitimação da barbárie. A guerra de raças do século XVIII vai ser retomada pelo racismo de Estado no século XIX. O direito de vida e morte associado ao soberano representa uma desnaturalização desses processos radicais, tornando-o parte do campo do poder político.

A devassa não se restringiu ao dia 2 de fevereiro de 1912, nem a pilhéria à observação dos objetos apreendidos das Casas invadidas, pois, na matéria do Jornal de Alagoas de 8 de fevereiro de 1912 registra-se que *continua a caça aos covis dos feiticeiros* em Pratagy, Santa Luzia do Norte, Atalaia, Tabuleiro do Pinto, Alagoas e outros lugares. E ainda registra na matéria que continuarão divulgando informações

---

<sup>242</sup> Idem. Op. Cit.

<sup>243</sup> Jornal de Alagoas. *Bruxaria: Xangô em confusão – Mais notas e informações – Os mystérios da carne – “Santo” de Santa Luzia do Norte*. 8 de fevereiro de 1912. Catálogo Odè-Ayé.

<sup>244</sup> Idem. Op. Cit.



sobre essa caça, para que o público conheça *essas cousas da baixa política do sr. Euclides Malta*.

Blocos carnavalescos que antes eram declaradamente de origem negra se tornam uma sátira a essa referência quando instituem desfiles que fazem críticas à religião *precedidos do infernal batuque análogo*, trazendo *o endiabrado grupo um arsenal de “santos” e “bugigangas”*. *Grande massa popular acompanhava o chistoso grupo; que com muito espírito exibia-se pelas ruas danças macabras. Magnífico!*<sup>245</sup>

Satirizando e mantendo a rechaça às referências da *parda tyrannia oligarquica e a negra tyrannia do xangô*<sup>246</sup>, o povo se desinfetava dos *micróbios maltinos*, numa fusão entre Euclides Malta e os xangôs que simplificava em um só alvo a fonte de todos os males do Estado. O uso assim, de representações oficiais contra Euclides Malta (pardo) e o xangô (negro), são fortalecidas pelas manifestações extra-oficiais com o mesmo teor semântico: de rechaço, inferiorização, racismo, satanização e descarte. Criase assim, um sistema de valores, ideias e práticas com a função de estabelecer uma ordem que possibilita as pessoas a se fixarem em seu mundo e controlá-lo, e favorece a comunicação visto que os valores se tornam comuns, compartilhados. A concepção intolerante e racista exteriorizada no ano de 1912 se ancora numa naturalização dessas práticas a tal ponto que tornam invisíveis tanto a negritude alagoana quanto o racismo que a invisibiliza.

## Considerações Finais

As referências trazidas no Jornal de Alagoas no ano de 1912 em Alagoas demonstram um viés tendenciosamente racista e contra-hegemônico se considerarmos que o dito Jornal surgiu como expressão oposicionista política, isto é, manifestava justamente as insatisfações e ataques da oposição frente ao governo vigente, qual seja: a oligarquia Malta.

Expressões como: *Bruxaria, feitiçaria barata* em referência aos cultos de xangô, *covis de feitiço ignorante, antros endemoniados, foco de prostituição e indolência* em referência ao espaço dos cultos, além das expressões de degradação moral e estética relacionadas aos negros e as negras frequentadores dos cultos, como *prostituição e indolência, símio, megera* refletem toda uma gama de representações sociais oriundas do período escravista brasileiro, em que a escravidão negra para ser justificada usava do alibi da inferiorização dos africanos, sendo estes, seres a serem domesticados, já que a África é uma terra denominada de *atrasada*. Mas, não só das heranças escravistas de hierarquia racial se sustentam as representações encontradas nos jornais de Alagoas do começo do século XX, também do período pós-abolicionista que instaurou o racismo científico como forma de justificar a nova condição do ex-escravizado.

Tais expressões se configuram como representações sociais, que são palavras, expressões e ideias familiares à maioria da população graças a um processo de pensamento baseado na memória e em conclusões passadas (MOSCOVICI, 2003). Isto é, as representações divulgadas sobre o xangô nos jornais, nada mais são do que ideias recorrentes e familiares à população por motivo da escravidão e de todo o passado colonial, de imposição de uma ideologia que hierarquiza a cor e a raça. Assim, o que o Jornal de Alagoas favorece é uma espécie de oficialização do pensamento recorrente, com o intuito de deturpar a imagem do governador Euclides Malta e destituí-lo do

---

<sup>245</sup> Jornal de Alagoas. *Prato do dia; Por nossa porta; Nas ruas; A volta do Oligarcha*. 20 de fevereiro de 1912. Catálogo Odè -Ayé.

<sup>246</sup> Jornal de Alagoas. *Reflexões*. 24 de fevereiro de 1912. Catálogo Odè-Ayé.

cargo, mas, também declarar guerra a uma herança que insiste em resistir e manifestar seu poderio: a herança negra.

Pela perduração no tempo e no espaço é que se supõe que o ataque aos xangôs traz como base um racismo fundacional, herdado da colonização escravista e que se sustenta até os dias de hoje pela necessidade da manutenção do status quo que favorece uma determinada parcela da população. O Quebra de Xangô, assim, não findou em 1912, perdurou enquanto perseguição oficial e nos dias de hoje ecoa como herança racista na sociedade alagoana moderna que negligenciou durante décadas tal evento de seus interesses.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

- APRATTO, Douglas. **Metamorfose das Oligarquias**. Maceió: EdUFAL, 2009.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 14ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- DUARTE, Abelardo. **Folclore Negro das Alagoas – Áreas da cana-de-açúcar**. Pesquisa e interpretação. 2ª Ed. Maceió: EdUFAL, 2010.
- FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.
- IANNI, O. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- JÚNIOR, Félix Lima. **Maceió de Outrora**. Vol. 2. Maceió: EdUFAL, 2001.
- LINDOSO, Dirceu. **A Razão Quilombola – Estudo em torno do conceito quilombola de nação etnográfica**. Maceió: EdUFAL, 2011.
- MOURA, Clóvis (org.). **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil**. Maceió: EdUFAL, 2001.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais – Investigações em Psicologia Social**. 4ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- JORNAL DE ALAGOAS (Maceió) – 1912.

## O ATIVISMO RELIGIOSO DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA NA RESISTÊNCIA A INVASÃO HOLANDESA AO NORDESTE AÇUCAREIRO: UMA LEITURA DO SERMÃO “PELO BOM SUCESSO DAS ARMAS DE PORTUGAL CONTRA AS DE HOLANDA” (1640)

*Marcelo Floriano da Silva*

Um dos mais importantes autores do período colonial da história brasileira, é sem dúvida o padre Antônio Vieira (1608 - 1697), o qual o poeta Fernando Pessoa outorgou o título de imperador da língua portuguesa, embora muitos considerem sua obra apenas de caráter literário, é inegável que Vieira foi mais que um literato, uma vez que sua obra é bastante abrangente e diversificada, indo dos sermões a textos proféticos e apologéticos.

Logo percebe-se que o jesuíta não foi apenas um escritor, mas um observador do seu tempo. Além de observar, o agir permeou toda sua existência, durante a vida foi um excelente orador sacro, missionário e político. No entanto, mais que um observador do seu tempo, o imperador da língua portuguesa foi um personagem atuante nas decisões que envolveram a província brasileira e o reino de Portugal, desta forma, a obra de Antônio Vieira não pode ser resumida através apenas de seu discurso engenhoso, assim como denomina José Antônio Saraiva.

Precisamos interpretar, boa parte da obra vieiriana como ação diante o mundo de seu tempo. E suas principais armas perante este mundo foram a oratória e sua escrita. Partindo da segunda, para este trabalho, temos como fonte histórica o sermão “Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda” de 1640, o qual será objeto de estudo para essa empreitada, uma vez que nos propomos a discutir a ação do jesuíta na resistência a invasão holandesa ao nordeste açucareiro, período que é denominado por diversos estudiosos de Brasil holandês (1624 – 1654).

Pregado em 1640 na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, local bem sugestivo pela situação por qual passava a província com a invasão holandesa. O sermão tem por objetivo persuadir e converter o público frente ao tema tratado, neste dia, mais que nunca deve ter chamado atenção, pelo fato de ter sido direcionado ao próprio Deus com suas súplicas ou questionamentos sobre o desamparo da providência divina frente ao reino português e suas possessões ultramarinas, principalmente, em relação a província do Brasil. “Exuge, quere abdomes, Domine? Exurge, et ne repellas in finem. Quare faciem tuas avertis? Oblivisceris inopiae notrae et tribulationis notrae? Exurge, Domine, adjuva nos, et redime nos propter nomem tuum<sup>247</sup>”, utilizando as palavras do livro de Salmos como sua exegese bíblica principal, Vieira volta-se diretamente aos céus, “Levante-te, por que dormes senhor? E a que sono refere-se o nosso pregador? Para compreendermos melhor sobre qual sonolência divina o padre jesuíta está protestando é necessário conhecer o quadro histórico da época, mesmo que de maneira breve.

O sermão “Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda” reflete o contexto histórico da época de Vieira que era da União Ibérica (1580 – 1640), em que a coroa portuguesa está sobre a cabeça da monarquia espanhola dos Filipes, desde a morte do monarca D. Sebastião no norte da África após uma cruzada desastrosa para o

---

<sup>247</sup> Levanta-te, por que dormes, Senhor? Levanta-te e não nos desampares para sempre. Por que apartas teu rosto, e te esqueces da nossa miséria e da nossa tribulação? Levanta-te, Senhor, ajuda-nos, e resgata-nos por amor de teu nome. (Sl. 43,23,24,26)

futuro português. Nosso jesuíta nasce dentro deste contexto de submissão a coroa espanhola.

Neste momento, um dos poucos reinos que tinha condições de rivalizar contra a coroa espanhola enriquecida com ouro de suas colônias americanas após a expansão ultramarina do século XVII a qual tornou a Espanha uma das principais potências da época. Os holandeses foram um dos poucos povos que ousaram enfrentar os espanhóis, isso já desde fins do século XVI, visto que já lutavam por autonomia contra a própria Espanha, além da concorrência comercial entre ambas, um ponto a mais nas disputas batavo castelhana era o fator religioso entre cristãos e protestantes calvinistas que gerava animosidade entre ambos, após as reformas religiosas do século XVI.

Antes da união ibérica e até mesmo durante a junção das duas coroas ibéricas os holandeses eram parceiro comercial de Portugal e comercializavam com a Espanha em relação ao negócio do açúcar, referente a província do Brasil, assim como observa Ronaldo Vainfas:

*[...] Antes mesmo da União Ibérica, os mercadores holandeses desempenhavam papel importante na distribuição do açúcar do Brasil nos mercados europeus. Mas este papel somente se agigantou, paradoxalmente, durante a União Ibérica, entre os anos 1609 e 1621, período que Espanha e Províncias Unidas fizeram uma pausa na sua guerra particular. Foi durante a chamada Trégua dos Doze Anos que os mercadores flamengos receberam autorização para comerciar com Portugal, Espanha e domínios ibéricos no ultramar, o que fizeram ancorados nas redes comerciais sefarditas – as casas mercantis dos judeus portugueses refugiados em Amsterdã, desde o início do século XVII, com ramificações nos quatro cantos do mundo. (VAINFAS, 2011, p. 44 – 45).*

Com o fim da Trégua dos Doze Anos, a situação mudou radicalmente, pelo fato dos embargos comerciais imposto pela coroa espanhola nas relações comerciais entre os reinos, principalmente entre Portugal e Holanda nos negócios relativos ao comércio do açúcar do nordeste brasileiro impossibilitou a continuidade deste comércio de forma amistosa.

A criação da Companhia das Índias Ocidentais em 1621 tinha por objetivo defender os interesses flamengos em relação ao negócio do açúcar e foi o primeiro passo em direção a uma ofensiva violenta na busca de controlar esse comércio, “a empresa acionária que reunia capitais das sete províncias calvinistas, com destaque para a Holanda e a Zelândia” (VAINFAS, p. 44), ou seja, os capitais que financiava a Companhia da Índias Ocidentais eram calvinistas o que dava uma tonalidade ainda mais sombria para Vieira em relação aos embates luso flamengos.

A ofensiva holandesa ao nordeste brasileiro não demoraria em acontecer, pois 1624 ocorre a primeira investida sobre a Bahia, tendo o próprio Vieira por testemunha ocular dos embates neste primeiro momento. Para Antônio Vieira os holandeses eram inimigos duplamente, porque de um lado representavam uma ameaça ao territórios ultramarinos portugueses, principalmente a província do Brasil, e por conta, da religião calvinista dos flamengos, a qual segundo o jesuíta ameaçaria todo trabalho missionário feito nestas terras e até mesmo a Igreja Católica nesta parte do Novo Mundo.

Embora não tendo logrado êxito no primeiro momento a invasão a Bahia. O segundo intento militar flamengo ocorreu em Pernambuco em 1630 o qual abriu as portas para domínio holandês sobre uma boa parcela do nordeste, causando o temor por parte do jesuíta da perda de toda província do Brasil.

As vitórias sucessivas dos batavos, pôs em risco o reduto português dentro do nordeste açucareiro que era a Bahia o que seria a perda, praticamente da província brasileira para os holandeses, assim observa Vainfas o momento caótico que vivia o território baiano por volta de 1640:

*A situação do Brasil hispano-português tornou-se calamitosa em 1640, quando o almirante Jan Lichthart bombardeou a costa baiana, comandando uma esquadra de vinte navios. Povoados e engenhos do litoral baiano foram destruídos pelos tiros de canhão enquanto a população, em pânico, rogava aos céus pelo fim de pesadelo. O próprio Antônio Vieira, pregando em maio de 1640 sobre o Rosário, não se conteve ao abordar sobre esta guerra, e bradou: “Deus não quer a restauração do Brasil”. (VAINFAS, 2011, p. 79)*

Atuante como sempre, Vieira não poderia ser indiferente a situação vivida pelos baianos, e durante o período da ocupação batava o pregador sempre utilizou o púlpito para abordar tema dos conflitos flamengos no nordeste, e foram diversos sermões dedicados aos conflitos no nordeste, podemos citar os sermões: Primeiro Sermão de Santa Cruz (1638), Sermão da Visitação de Nossa Senhora a Santa Izabel (1638), Sermão XII do Rosário (1639), esses são alguns sermões que a guerra contra os hereges aparece como tema tratado pelo jesuíta.

No entanto, é o “Sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda” em que o nosso pregador chega ao ápice de seu ativismo religioso, buscando defender o poder do reino português no Brasil. Como foi dito antes, o sermão visa converter seus ouvintes a favor das causas divinas e Vieira o utiliza magistralmente como arma para inflamar ou pelo menos dá um alento à população que vive a angústia de uma possível invasão holandesa a Bahia. Desta forma, interpreta Alfredo Bosi o momento e o sentido em que foram pregados os sermões que tratam da invasão holandesa, principalmente o que serve de base ao nosso trabalho:

*[...] A iminência do perigo, a narração expressionista dos seus males, o repto à resistência dos colonos bem como os rogos ao auxílio divino serão uma constante no sermonário político-religioso de Vieira nesse período turbulento de nossa vida colonial. (VIEIRA, 2011, p. 19)*

Vieira em 1640, na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda em solo baiano inicia a pregação de seu sermão, utilizando o salmo 43 de Davi como exegese bíblica principal para dialogar com Deus a respeito do desamparo aos portugueses, dizendo: “Levanta-te, por que dormes, Senhor?” (VIEIRA, 2011, p. 246). Já ouvimos a exortação inicial do sermão no princípio deste trabalho, mas por que Antônio Vieira queixa-se que o senhor está a dormir em relação as misérias de seu povo? Este é o primeiro ponto a questionar-se, pois qual seria a desatenção de Deus com esse povo?

O nosso padre jesuíta acredita que a História é o local, onde Deus semeia através da providência divina seus desígnios para cada povo. A concepção cristã da história está baseada na promessa de salvação assim como interpreta Karl Lowith:

*[...] toda a história não é um período vazio em que nada acontece, nem um período em que tudo pode acontecer, mas o tempo decisivo de experiência e discriminação final entre o trigo e o joio. O seu conteúdo constante são variações de um tema: a chamada de Deus e a resposta do homem a ela. Viver a história como um intervalo significa viver uma tensão extrema entre vontades contrárias, entrando numa*

*corrida cujo objetivo não é nem um ideal nobre nem uma realidade concreta, mas a salvação. (LOWITH, 1991, p. 185)*

A história do povo lusitano desde sua fundação na mítica Batalha de Ourique<sup>248</sup> em que a providência divina auxilia diretamente a vitória dos portugueses, os quais a partir deste momento recebem a missão de levar a fé através da bandeira do cristianismo na frente de suas ações pelo mundo, o pregador expressaria esse entendimento em um outro sermão bem afrente do tempo deste sermão pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, isso em 1670 no Sermão de Santo Antônio:

*[...] O Reino de Portugal, quando Cristo o fundou e instituiu, aparecendo a El-Rei (que ainda não era) D. Afonso Henriques, a primeira palavra que lhe disse foi: volo, quero. Como o reino de Portugal havia de ser tão filho da igreja católica. E lhe havia de fazer tão relevantes serviços [...]. (VIEIRA, 2000, p. 281).*

O reino de Portugal, sendo um instrumento da vontade divina, como concebe o pregador, visto que “a providência que semeia sinais imediatamente postula o saber exclusivo de uma ciência que exige o aval canônico da tradição eclesiástica (...) na interpretação aos sucessos atuais da história prática coletiva e instrumental” (PÉCORA. 2001, p. 17). O comentário feito dentro do sermão pelo pregador requer a utilização das Sagradas Escrituras, que exigem que Vieira não seja apenas exegeta, “para conhecer o sentido da palavra de Deus”; como compreende Saraiva, é necessário conhecer “todos os recursos da gramática, da lexicografia, da etimologia, da retórica, da filologia” (SARAIVA. 1998, p. 72-73)

Todos os conhecimentos citados acima o padre Antônio Vieira os domina e põe-se na posição de um exegeta interprete dos desígnios divinos, vendo os indícios da ação providencial sobre o reino português seja pelo milagre de sua fundação na qual herdou uma missão em relação ao cristianismo de propagá-lo e defendê-lo. Desta maneira, a própria etimologia do nome do reino lusitano é mais um indício de sua missão apostólica, assim como observa o padre Vieira:

*[...] os portugueses primeiro se chamaram Tubales (de Tubal) que quer dizer mundanos, e depois chamaram-se lusitanos, para que trouxessem no nome a luz: mundanos para que trouxessem no mundo; porque Deus os havia de escolher para luz do mundo. (VIEIRA. 2000, p. 282)*

Para o pregador é justo questionar a sonolência divina em relação a causa lusitana, “levanta-te, por que dormes, Senhor? Pois as derrotas e tribulações se multiplicam e sendo o Reino de Portugal seu instrumento de ação dentro da história mundana, as constantes derrotas eram inexplicáveis, por isso no início do sermão Vieira faz alusão as glórias passadas quando Deus os utilizava como seu instrumento:

*[...] os mais velhos viram, em parte, com seus olhos as obras maravilhosas, as proezas, as vitórias, as conquistas, que por meio dos portugueses obrou em tempos passados vossa onipotência. (...) Vossa*

---

<sup>248</sup> Mítica batalha que ocorreu em 1139 em teria ocorrida uma intervenção divina, pois ao aparecer Afonso Henriques, primeiro monarca português, o próprio Cristo havia segurado a vitória mesmo que o exército luso estivesse em grande desvantagem. Além da revelação da vitória na batalha, ocorre outra revelação que diz a respeito um projeto grandioso à nova nação que está nascendo.

*mão foi que venceu e sujeitou tantas nações bárbaras belicosas e indômitas, e as despojou do domínio de suas próprias terras, para nelas os plantar, como plantou com tão bem fundadas raízes, e para nelas os dilatar, como dilatou e estendeu em todas as partes do mundo, na África, na Ásia, na América[...] (VIEIRA, 2011, p. 246).*

O presente de penúrias e derrotas é de total contraste do passado de vitórias e glórias lusitanas e a única explicação é a retirada da proteção divina, isto é, a sonolência da providência em relação a seu instrumento propagador da fé cristã pelo mundo. Desta feita, "não hei de pregar hoje ao povo, não hei de falar com os homens: mais alto hão de sair minhas palavras ou minhas vozes; a vosso peito divino se há de dirigir todo o sermão" (VIEIRA, 2011, p. 248)

Ainda no primeiro capítulo do sermão Vieira nega que a provável causa das tribulações bélicas contra os flamengos seja de ordem política por conta da união ibérica, pois a situação poderia ser a mesma "se vivera um Dom Manoel, um Dom João, o terceiro ou a fatalidade de um Sebastião não sepultara com ele os reis portugueses. Mas o mesmo profeta, no mesmo salmo nos dá o desengano desta imaginação" (VIEIRA, 2011, p. 250).

Já no segundo capítulo a interrogação seria se o povo português não haveria cometido algum pecado e a situação que estavam vivendo poderia ser um castigo. Antônio Vieira usa em seu sermão o exemplo do povo de Israel que depois de liberto do Egito, cometeu o pecado de idolatria, adorando um falso Deus e mesmo com toda sua ira Deus os perdoou, através do apelo de Moisés, visto que deixar os israelitas morrerem no deserto seria prejudicial a própria honra do criador, pelo fato de se questionar que o mesmo não seria o verdadeiro Deus que só tinha libertado para morrerem no deserto.

O jesuíta irá acompanhar esse raciocínio e utilizará para defender a volta da providência divina na concretização das vitórias lusitanas, pois do contrário a obra de evangelização estaria ameaçada, porque tanto o índio quanto negro seguiriam o exemplo dos vencedores holandeses calvinistas, os hereges representantes da falsa fé.

O sermão desenvolve-se em linhas gerais argumentando os males causados por uma eventual vitória batava e com a consequente perda da província Brasileira todo trabalho de difusão do Cristianismo através da Igreja Católica iriam por água a baixo. Além claro do caos e da carnificina que ocorreria com o êxito militar dos holandeses sobre a Bahia como imagina o padre Vieira:

*Finjamos pois – o que até fingido e imaginado faz horror, finjamos que vem a Bahia e o resto do Brasil a mãos dos holandeses: que é o que há de suceder em tal caso? Entrarão por esta cidade com fúria de vencedores e de hereges; não perdoarão a estado, a sexo nem a idade; com os fios dos mesmos alfanjes medirão a todos. Chorarão as mulheres, vendo que se não guarda decoro à sua modéstia; chorarão os velhos, vendo que se não guarda respeito às suas cãs; chorarão os nobres, vendo que se não guarda cortesia à sua qualidade; chorarão os religiosos e veneráveis sacerdotes, vendo que até as coroas sagradas os não defendem, chorarão, finalmente, todos, e entre todos mais lastimosamente os inocentes, porque nem a estes perdoará – como em outras ocasiões não perdoou – a desumanidade herética. [...]*

*Entrarão os hereges nesta igreja e nas outras; arrebatarão esta custódia em que agora estais adorado dos anjos; tomarão os cálices e vasos sagrados, e aplica-los-ão a suas nefandas embriaguezes. Derrubarão os dos altares os vultos e estátuas dos santos, deformá-*

*las-ão, e metê-las-ão no fogo, e não perdoarão as mãos furiosas e sacrílegas nem as imagens tremendas de Cristo crucificado, nem as da Virgem Maria. [...]*

*Enfim, Senhor, despojados assim os templos, e derrubados os altares, acabar-se-á no Brasil a cristandade católica, acabar-se-á o culto divino, nascerá erva nas igrejas como nos campos, não haverá quem entre nelas. Passará o dia de Natal, e não haverá memória de vosso nascimento; passará a Quaresma e a Semana Santa e não se celebrarão os mistérios de vossa Paixão[...]. (VIEIRA, 2011, p. 265-266)*

O quadro pintado por Vieira em relação a uma possível conquista holandesa da Bahia e conseqüentemente do Brasil, chega a ser Apocalíptico diante de tantas violências que causariam os flamengos. Diante disso, percebe-se o ativismo do pregador, buscando convocar todas as pessoas para luta contra os holandeses, mesmo que o sermão seja direcionado a Deus, protestando por sua indiferença a causa lusitana. Sendo desta forma, coube o pregador chamar a atenção de Deus a causa portuguesa, imagino qual não foi a persuasão aos demais para engrossarem a resistência a invasão holandesa ao nordeste.

Percebe-se que ocorre um deslocamento das causas do conflito por parte do pregador, que para ele não são nem políticas nem econômica e sim religiosa, porque os flamengos estão pondo em risco toda a Igreja Católica nesta parte do Novo Mundo. Para isso não ocorrer é preciso vencer o herege calvinista e sendo uma guerra mais religiosa do que política ou comercial, cabe a todo português defender a verdadeira fé cristã representada através da Igreja de Roma, pois foi a missão confiada ao Reino de Portugal e por extensão herdada por todos os indivíduos, assim como Vieira se refere em uma analogia entre a vida de Santo Antônio, o Estado português e seu povo.

*[...] A Antônio, porém, disse-lhe Cristo era a luz do mundo, e não só disse a Antônio, que era português, senão a todos os portugueses. E qual é o qual pode ser a razão desta diferença tão notável? A razão é, porque os outros homens por instituição divina, têm só obrigação de ser Católicos, o Português tem obrigação de ser Católico e dever de ser Apostólico; os outros tem obrigação de crer a fé, o Português tem obrigação de a crer, e mais de propagar. [...]. (VIEIRA, 2001, p. 281)*

Durante a vida de Vieira, esse pregador, missionário e político foi de intensa ação, por isso mesmo, não foi diferente durante o período de existência do Brasil-holandês, visto que a atuação do jesuíta foi intensa e seu ápice em relação a invasão holandesa foi a pregação do Sermão pelas armas de Portugal contra as de Holanda, pois sua principal arma na resistência não foi a espada, mas sim sua oratória e seus sermões, e no momento de maior perigo, a convocação para enfrentar o herege calvinista dirigiu-se diretamente a Deus, tendo Cristo a frente de seus exércitos. Qual português não empunharia sua espada em defesa da cristandade e de Portugal?

## **Fontes e Referências Bibliográficas**

VIEIRA, António. **Sermões**. (Org. Alcir Pécora) Tomos 1 e 2. São Paulo: Hedra, 2000  
\_\_\_\_\_. **Sermões**. Tomo 3: Cartas do Brasil. (Org. João Adolfo Hansen) São Paulo: Hedra, 2003



- \_\_\_\_\_. **Essencial Padre Antônio Vieira.** (Org. Alfredo Bosi). São Paulo: Penguin Classics Companhia das letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. **História do Futuro.** (Introdução, actualização do texto e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu) 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Escritos históricos e políticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BESSELAAR, José Van der. **Antônio Vieira.** Profecia e polêmica. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- HANSEN, João Adolfo. “**O padre Antônio Vieira – Sermões**”. In: MOTA, Lourenço Dantas ( org.). Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Transcendência, poder e cotidiano.** As cartas de missionário do Padre Antônio Vieira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- PÉCORA, António Alcir B. **Teatro do sacramento.** A unidade teológica e retórica-política dos Sermões. São Paulo: EdUSP, 1994.
- VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira: Jesuíta do rei.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011
- SARAIVA, António José. **O discurso engenhoso.** São Paulo: Perspectiva, 1980.
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Vol. I – **Memória História.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- LOWITH, Karl. O sentido da história. São Paulo: Edições 70, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso.** Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

## A MANUNTENÇÃO DAS PRÁTICAS JUDAÍCAS A PARTIR DAS MULHERES NO BRASIL COLONIAL

*Priscila Gusmão Andrade*

No ano de 1591 chega ao Brasil, o inquisidor Heitor Furtado de Mendonça - passando de 1591 a 1595 e visitando o que hoje nós chamamos de Nordeste brasileiro -, sua vinda marca o primeiro contato direto que o Brasil terá com a inquisição, pois sabemos que nesse país não havia um tribunal inquisitorial instituído, não podemos deixar de citar que o contato indireto já havia, por parte dos familiares do Santo Ofício, que estavam presentes em Portugal e em suas possessões além-mar.

O presente trabalho pretende estudar a figura da mulher nesse contexto a partir do livro da Primeira Visitação as partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco, a figura das cristãs-novas que foram denunciadas ao Santo Ofício durante a primeira visita da inquisição nesse país, mostrando as táticas apresentadas por elas para a continuação da religião de seus antepassados.

Em 1531 Clemente VII expede a bula “Cum ad Nihil Magis”, a qual instituiu o Tribunal do Santo Ofício em Portugal, entretanto para o início efetivo das atividades inquisitoriais no país foi necessário à edição de uma nova bula, datada de 1536 e de mesmo nome. Assim o tribunal estava pronto para espalhar sua malha entre os lusitanos e suas províncias, promovendo o patrulhamento do respeito à ortodoxia, atuando sobre os pecados dos cristãos- novos, mais fortemente, e dos cristãos velhos que descumpriam com os mandamentos impostos para a salvação, aspecto tal que se tornou mais intenso após a reforma católica, após o concílio de Trento (1545-1563).

A implantação do Tribunal em Portugal muito se associa a presença da figura Judia ou Cristã-Nova, pois em 1497 os Judeus são forçadamente convertidos a Cristãos nesse país. Marcelo Campos, em sua tese de doutorado vai chamar a atenção para a forma como a figura Judia estava marcada na mentalidade Cristã dessa época, o mesmo coloca: “O Judeu era na mentalidade coletiva, a alteridade negativa, demonizada e vista sob prisma maléfico”. (CAMPOS, 2002, p. 19). Afirmação tal que nos mostra como a implementação do tribunal era inevitável no país lusitano, principalmente após a implantação do mesmo na Espanha, em 1478, e das pressões da mesma sobre Portugal. Pressões que tiveram seu estopim com o casamento de D. Manuel, Rei de Portugal, com a filha primogênita de Fernando e Isabel da Espanha, onde uma das cláusulas do casamento era a expulsão dos Judeus que viviam no reino português.

Também a respeito deste tema, fala-nos Geraldo Pieroni: “De fato, a inquisição foi introduzida em Portugal com a finalidade de fiscalizar e de punir judeus forçadamente convertidos ao catolicismo, ou seus descendentes, (...)”. (PIERONI, 2000, p.62).

Após a consolidação, o santo ofício foi legislado com a seguinte hierarquia: Inquisidor Geral, que era auxiliado pelo conselho geral do Santo Ofício (três membros), essa primeira patente era seguida por três inquisidores, logo após quatro deputados, em seguida o promotor, os comissários, os notários (três membros), o procurador dos presos (dois funcionários), o meirinho, o alcaide, os médicos (dois membros), o cirurgião, os capelães e por último os familiares.

Assim percebemos que à medida que a inquisição se consolidou e se difundiu pela população portuguesa, os mesmos passaram a ficar sob olhares vigilantes do tribunal.

Em teoria todos estavam sujeitos aos processos de punição do mesmo, fruto da sua ampla liberdade de ação, desde o camponês mais afastado, do colono no Brasil ao nobre cortesão, mostrando a constante pressão a qual vivia esta população. No livro I do Regimento da inquisição portuguesa fica demarcada a jurisdição dos inquisidores: *Procederão contra todas as pessoas Eclesiásticas, seculares e regulares, de qualquer estado, e condição que sejam, que forem culpadas, suspeitas, ou infamadas no crime de judaísmo, ou em qualquer outra heresia.*<sup>249</sup>

Os inquisidores consideravam preciso levar sua presença para todos os distritos do reino, fazendo-se conhecidos e assim temidos por todos. Sendo então criado o tribunal de Lisboa o qual agia sobre as possessões do além-mar da África e do Brasil e o de Goa (o único no mundo colonial) que agia sobre as possessões asiáticas e enviava visitantes para possessões mais distantes tais como a China, Japão e Ormuz. Os visitantes inspecionavam a obediência à ortodoxia, coletando denúncias e confissões a respeito de desvios da conduta estabelecida. Essa abrangência da troca de informações e das denúncias se deu através da disseminação dos agentes, tais como os familiares e os comissários e a promoção constante da denúncia e confissão.

Cabe aqui mostrar o destaque dos últimos, familiares, na manutenção da “memória” constante de que existia um tribunal que jugava as heresias, principalmente nas localidades do “mundo português” que não possuíam um tribunal instituído. A esse respeito, Bruno Feitler coloca: “A nomeação de agentes locais que, para além de suas eventuais (e importantes) atividades inquisitoriais, também eram a “lembrança viva” do tribunal, o permitiu”. (FEITLER, 2007, p.138). Ou seja, a figura dos familiares e a “importância” dos mesmos em manter na vida da população a lembrança da existência do Santo Ofício, principalmente se levarmos em conta o baixo número de visitas que ocorriam nessas localidades, mais afastadas. O que colocava essas pessoas em uma situação de “maior liberdade”, mas também de lembrança constante, de que deveriam ser bons cristãos.

Em meio as grandes pressões que estavam acontecendo em Portugal, contra a figura do agora Cristão-novo, podemos entender que a vinda dessas pessoas para a possessão além-mar da América portuguesa, - fosse por degredo ou por vontade própria - se associava a uma fuga desse ambiente, e conseqüentemente imaginar o significado, para os mesmos, da presença do primeiro visitante, Heitor Furtado, ao Brasil.

Se havia então essa constante vigilância em cima da população havia também as burlas praticadas pelos mesmos, as *táticas* e *resistências* que eram constantemente exercitadas por parte dos colonos. Ao pensar no significado de tais conceitos, nos apropriamos do que é colocado por Michel de Certeau:

*chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] A tática não tem lugar se não o lugar do outro. E por isto deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. [...] Em suma, a tática é a arte do fraco. [...] a tática é determinada pela ausência do poder. (de CERTEAU, 2009, págs. 94 e 95).*

Podemos então perceber que as táticas são as astúcias utilizadas pelos “mais fracos”, é o burlar o poder e assim uma forma de resistência dos indivíduos. É o fazer acontecer a *microrresistência*.

---

<sup>249</sup> **Regimento do Santo Ofício da Inquisição, dos reinos de Portugal**, Lisboa, na Oficina de Manoel da Silva, 1640, Livro I, Tít. III, § VII.

E assim os cristãos-novos (que ainda mantinham a fé na religião Judaica) se utilizavam de diferentes táticas e resistências para manter viva, de alguma forma, a religião de seus antepassados. A estrutura familiar se apresenta como de notável importância para a cultura judaica, a esse respeito Lina Gorenstein coloca: “A família era a célula *mater* da sociedade judaica, uma das condições essenciais de sua durabilidade.” (GORENSTEIN, 2005, p.220). E sobre o mesmo tema nos fala Angelo Assis em seu trabalho sobre as “Macabeias da colônia”, como a união familiar é um símbolo da comunhão do homem com Deus, e como isso foi advindo das constantes diásporas e perseguições que sofreu o povo Judeu ao longo da história.

E importante papel possuem as mulheres na estrutura familiar judia (já o pertencimento na cultura judaica é repassado a partir da figura materna), exercendo a função de preservar a identidade e os costumes dos antepassados e de zelar pela obediência dos fundamentos do judaísmo. Importância que se amplia com o domínio cristão e proibição de se praticar os “ensinamentos de Moisés”, pois os Judeus que resistiam as imposições vigentes, o faziam dentro do lar, dentro de seu espaço privado, espaço em maior parte “pertencente” a mulher. A esse respeito Angelo Assis coloca “As mulheres, que já desempenhavam papel fundamental na formação religiosa dos filhos no judaísmo tradicional, ganhariam ainda maior destaque na orientação da profusão de fé dos familiares por conta das proibições vigentes no mundo português” (ASSIS, 2012, p.311).

No que diz respeito à dificuldade de se manter alguma prática judaica em um mundo cristão, Lina Gorenstein nos fala: “Mesmo entre os que escolheram manter o Judaísmo, tinham que ser ao mesmo tempo católicos praticantes; não tinham livros judaicos, ninguém para instruir seus filhos no hebraico, sem as tardes de sábado para o estudo e debate;” (GORENSTEIN, 2005, p.322). Mostrando-nos assim a dificuldade de se manter a religião e a necessidade da tradição oral para transmitir o conhecimento dos antepassados, além da consequente “modificação” do judaísmo, que não era um sistema autônomo e autorreferente para essas pessoas, sendo considerado que os cristãos-novos praticavam uma religião marrana.

No livro das primeiras denúncias podemos perceber como se apresentavam as táticas utilizadas por essas cristãs-novas, como na passagem que se segue, que é uma denúncia da Cristã Velha, Joana Fernandes contra a Cristã Nova, Branca Dias:

*a ditta Branca Dias guardava os sabbados, porque sendo costume da ditta Branca Dias em todos os outros dias da semana fiar algodão e andar vestida do seu vestido da semana, ella denunciante vio a ditta Branca Dias nos sabbados de todo o ditto ano que em huma casa aprendeo, não fiar nunca e vio que nos dittos sabbados pella menha se vestia com camisa lavada e apertava a cabeça com seu toucado lavado e vestia nelles ho melhor vestido que tinha (...) nos sabbados jantava a ditta Branca Dias mais cedo que nos outros dias e nos sábados chamava acima do sobrado as ditas suas filhas (...) e todos hiam então acima jantar com ella sendo costumadas a nunca irem jantar com elaa nos outros dias da semana (...). (Denúncias, 1984, p.31).*

Podemos a partir deste fragmento perceber o papel de uma Cristã Nova de guardar algumas características da cultura judaica, como o sábado, que para os Judeus representa o Shabat - que não é visto apenas como um dia de “descanso” para os fieis, pois envolve outros aspectos bem mais complexos, estando ligado a criação e ao espírito de liberdade -. Na denúncia que Barbara Castellana faz contra sua madrasta Branca Mendes, que era mãe de dois irmãos seus, também encontramos tais ações;

*Vio no dito espaço de tempo que sempre a ditta sua madраста guardava os sabbados sendo dias de trabalho e nelles não fiava nem cosia, nem fazia outros serviços que era costumado fazer nos dias da semana e sempre nas sextas feiras dygo e nos mesmos sabbados se vestia de camisa lavada e toucado lavado, (...). (Denúncias, 1984, p.101).*

Percebemos também o papel da mulher, de repassar aspectos da religião de Moisés, religião de seus antepassados, mas que é “impedida” de ser praticada por conta das proibições vigentes, mas que no interior do lar, nas nuances do dia-a-dia consegue permanecer, de determinada maneira.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

*PRIMEIRA, Visitação do Santo Ofício as Partes do Brasil: Denúncias e confissões de Pernambuco 1593-1595.* Prefácio de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. 509+158p. Il. (Coleção Pernambucana – 2ª. Fase, 14).

**ASSIS, Angelo Adriano Farias de. Macabeias da colônia: Criptojudaísmo Feminino na Bahia.** São Paulo: Alameda, 2012.

**CAMPOS, Marcelo Pasche. As relações entre inquisição e Estado em Portugal na época moderna.** Doutorado em História. Niterói: UFF, 2002.

**CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer; 16. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.**

**FEITLER, Bruno. Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste. 1640-1750/Bruno Feitler. – São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007.**

**GORENSTEIN, Lima. A inquisição contra as mulheres: Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.**

**PIERONI, Geraldo. Os excluídos do Reino: A inquisição Portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.**

# HISTÓRIA MARGINAL E RESISTÊNCIA: O PERCURSO HISTÓRICO DE UM TERREIRO DE CANDOMBLÉ EM JUAZEIRO DO NORTE

*Reginaldo Ferreira Domingos  
Alexsandra Flávia B. de Oliveira*

## Introdução

A história que se propõe dissertar neste ensaio só é possível em razão dos caminhos tomados pela própria História e seus reflexos sobre os métodos utilizados. A história dos grandes fatos, dos nomes importantes de reis, presidentes, etc foram substituídos pela História Social e Cultural, pela história de toda e qualquer agente sócio-histórico. As representações de todos os sujeitos participante da história agora é fruto de pesquisa e investigação no processo de reconstrução e compreensão da história. Personagens fora das grandes conjunturas já integram as descrições da história como agentes históricos (PINSKY, 2010; FERREIRA e FRANCO, 2009).

Tais formas metodológicas de analisar e contar a história ocorreram em função dos questionamentos surgidos com a “Escola do Anaes”, 1929 na França. A *École des Annales* inquiriu a história elitista, seus métodos individualista e de narrativas factuais. Década de 60, influenciada pelo pensamento francês e novos atores até então subalternizados, surge a Micro-História que abre mais as possibilidades de entender a história das pequenas conjunturas, pessoas comuns valorizadas. Indagações emergidas a exigiam novas formas de ver o mundo permitindo a inserção de novos aspectos acerca da pesquisa e da narração da história e as mudanças no método e ensino dessa área do conhecimento (FERREIRA e FRANCO, 2009; BORGES, 2005; PINSKY, 2010).

Diante das novas exigências pode-se destacar a ação de agentes sociais cobrando sua participação nas narrativas históricas. As ações da população negra brasileira que começaram ainda nos anos de 1960 a cobrar sua participação e inserção na sociedade. Na sociedade durante mais de três séculos foram negados direitos fundamentais ao negro. O cerceamento a liberdade, a não participação na sociedade e o racismo foram durante muito tempo a forma de controlar e impedir a ascensão social; a história também foi outra forma de invisibilizá-la ou subalternizá-la. Tais condições refletiram no presente uma maior dificuldade da inserção do negro no seio social e a negação de uma história digna a ser contada (CUNHA Jr., 2011; DCN, 2004).

Entretanto, nem por isso a população negra, marginalizada dos direitos de ser, sucumbiu frente as forças contrárias que decepava suas ações e desejos de mudar, as resistências ocorreram por toda a sociedade desde o início da colonização. A partir do século XIX, de forma mais intensiva século XX e XXI, em ações esporádicas ou em atos mais densos e contínuos a população negra vem tomando consciência crítica sobre a organização da sociedade e exigindo participação na história. Essa aptidão a consciência crítica para a libertação do pensamento, de combate ao racismo e a estrutura segregacionista preestabelecida, vem crescendo e ocupando lugares que deveriam ser garantidos muito antes (CUNHA, 2006; LIMA, 2009).

Assim, mediante as condições sócio-históricas é que a Lei 10.639/2003 vem modificar a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional do ano de 1996. A LDB, até então, não propunha a necessidade de discutir as questões voltadas à cultura e história negra. Durante muitos anos a história dessa população ficou a margem dos olhares e quando vinha à tona surgia de maneira distorcida e aviltante. A história

traçada acerca da África, da população negra, dos afrodescendentes e sua participação na sociedade nacional sempre trazendo perspectivas negativas que invisibilizava a ação de ator negro ou colocava em situação apenas de subalternidade interferindo na formação identitária (LIMA, 2005; MOREIRA e CÂMARA, 2008).

Diante das novas perspectivas de ver e narrar a história e, especificamente, a história do negro no Brasil é que nos propomos trazer à tona parte dessa história. Para tanto é que recorremos a História Oral, um dos meios que nos proporciona a edificação de fatos ocorridos, pois ela nos oferece a constituição das estruturas sócio-culturais que aqui nos interessam. Deste modo, tendo como fonte a memória e a oralidade que promoverão um alargamento na visão histórica, uma vez que “o trabalho da história oral junto a segmentos populares resgata um nível de historicidade que comumente era conhecida através da versão dos meios oficiais” (MONTENEGRO, 1994, p. 16).

Devemos ficar a par que não são apenas documentos oficiais, relatos de pessoas públicas e grandes nomes da História dita “oficial” positivista que validam a realidade. Visto que, é importante a convivência para a transmissão da tradição e das memórias, assim como é importante conservar e transferir essa tradição para que permaneça viva e assegurada a sobrevivência do grupo (BONVINNI, 2001).

### **Situando o local da pesquisa: Juazeiro do Norte o *locus* de estudo**

A cidade de Juazeiro do Norte dista 500 km de Fortaleza, na Região do Cariri, extremo sul do Estado. Cidade-santuário para onde se desloca um grande número de romeiros em busca de milagres ou em pagamento destes já consumados. Junto a outras cidades foi importante núcleo de povoamento na época colonial. Constitui uma das áreas de maior concentração demográfica do Estado.

Em se tratando do contexto histórico de Juazeiro do Norte Gohn (2003) afirma que no século XX houve dois grandes movimentos, um deles em 1913, a qual a autora chama de *Movimento no Sertão do Cariri-Ceará*; e outro em 1914, *Movimento Milenarista*. Ambos surgem no contexto que envolve uma relação entre religiosidade, representada na figura do Padre Cícero, e política. Lopes (2004) chamará esses movimentos de Sedição de Juazeiro<sup>250</sup>, cidade vista como espaço de sagrado e profano.

Na cidade tem predominado a religiosidade popular ligada a figura do Padre Cícero, visto como conselheiro e profeta que veio para salvar aqueles que o tem como salvador. Mesmo em meio a esta arraigada presença, há outras diferentes e expressivas manifestações de religiosidade. Ou seja, a existência de uma forte constituição da religiosidade popular não significa necessariamente a ausência de outras manifestações religiosas. Assim, encontram-se o kardecismo espiritista, igrejas evangélicas e uma pequena representação d'A igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias. Seja a partir de grande representações ou com menor visibilidade as expressões são mantidas e continuadas pelos seus seguidores. Nesse contexto localizamos também um número significativo de lugares sagrados base africana.

Em 2010 o secretário da Associação Caririense Espírita e Umbanda (ACEU)<sup>251</sup> nos informou que região do Cariri, especificamente Crato, Juazeiro do Norte e

---

<sup>250</sup> O presidente Hermes da Fonseca (1910 - 1914) criou a Política da Salvação com objetivo de combater os grupos oligárquicos existentes. No Ceará Nogueira Accioly foi substituído por Franco Rabelo, todavia, a forma de governo coronelista, violência e arbitrariedade continuaram. Na tentativa de por fim ao poder accyolista Franco Rabelo invade a cidade do Crato, cuja prefeitura estava nas mãos de um accyoli e colocar um rabelista. Essa política ameaçava Juazeiro do Norte, dezembro de 1913 sofre o primeiro ataque rabelistas; com apoio de muitos romeiros e sob o comando de Floro Bartolomeu Juazeiro vence os confrontos locais e vai a Fortaleza conseguindo depor Franco Rabelo (LOPES, 2004).

<sup>251</sup> ACEU foi criada em 18 de abril de 1988.

Barbalha, havia registrado 236 casas de Umbanda e 14 de Candomblé. Temos, assim, uma ideia da dimensão e da presença negra nas terras cariense no tocante a religiosidade. Em anos anteriores esse número chegou a atingir o dígito de 350 registros de casas de Umbanda, todavia, no decorrer dos anos muitas deixaram de ser associadas em função de descontentamento ou porque fecharam.

No caso de Juazeiro, o secretário mostra que existe um número de registro, mas que na verdade não garante quantidade exata desses espaços religiosos, uma vez que, nem todas as casas existentes têm registro na associação. No ano de 2010 havia 165 terreiros de Umbanda e 8 de Candomblé na cidade de Juazeiro do Norte. Tem-se que evidenciar que esses são números de cadastros na ACEU e que os mesmos não revelam precisamente a quantidade de terreiros de Umbandas e Candomblés na cidade. Porém, a partir dessas análises é plausível julgar que são determinantes na manutenção de um grupo social, pois na cidade a presença dos cultos de origem africana é mantida como *locus* de resistência e propagação da cultura e religiosidade.

Gohn (2003) nos fundamenta na compreensão de que esses pequenos grupos são relevantes na perpetuação de sua história. Pois as transformações sócio-culturais não são frutos apenas de superestruturas e sim influências subjetivas individuais. Todo e qualquer indivíduo participa da formação histórico-social do seu mundo. Ou seja, as estruturas de uma forma ou de outra, crenças e convicções são afirmadas no contexto histórico com as atuações das pessoas como motores históricos dos eventos, situando os acontecimentos e as ocorrências em seus devidos lugares, como produto das ações e das práticas sociais e não como resultados de determinações macrogerais.

Pois as culturas são costumes, formas e procedimentos de atuação dos humanos na História; constrói-se na História, é resultado da interação homem e contexto histórico. A História está permanentemente se modificando, mas ao mesmo tempo é continuamente influenciada por valores que se sedimentam em tradições, são também transmitidas de geração a geração. E a História de um povo incide no processo de assimilação, reelaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política de uma nação (KARNAL, 2010; GOHN, 2003; FERREIRA e FRANCO, 2009).

### **Religiosidade, racismo e resistência: história do terreiro *Iabasé de Xangô e Oxum***

Apesar de hoje existe afirmativa de ações discriminatórias com os praticantes de religiões de origem africana, porém em menor proporção quando comparada com 50, 40 ou 30 anos atrás. A mudança de pensamento social brasileiro são perceptíveis nas quatro caminhadas contra a intolerância religiosa que ocorreram em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 e 2013. Logo, podemos entender que essas manifestações ocorridas na cidade são provas cabais dessa alteração social em defesa do combate ao racismo. Não obstante é notável, nas falas dos agentes, a preocupação em demonstrar permanência ações racista quando se trata de religiões de base africana.

*Em 67 era uma coisa muito oculta... Hoje, que nós já estamos mais evoluídos, nas pessoas ainda existe aquele preconceito, chamam a gente de macumbeiro [...] Eu fui deserdada da minha família, eram as minhas tias que me criaram. Elas falaram assim: você tem que escolher entre seus Orixás e a minha casa. (Entrevistada 1).*

Podemos notar também que o racismo, mesmo tendo sido expresso em momentos passados, permanece vivo na memória dos indivíduos. A fala de outros dois



entrevistados reforça essa análise da dinâmica do racismo no cotidiano dos sacerdotes praticantes de religiões de raízes africanas.

*Acho que hoje tá mais... assim, quebra de barreira, quebrar esse preconceito [...] Pessoal discriminam o Candomblé sem conhecer, eu já sofri preconceito no colégio, tinha colega e tudo, eles não sabiam que eu era do Candomblé a partir do momento que souberam começaram a si afastar de mim (Entrevistado 2).*

*Porque já houve muito preconceito quanto a cultura africana né? Hoje não, hoje você ver muito assim... é mais liberto. Sempre que uma pessoa fala bem de uma coisa, já tá quebrando um certo... [preconceito] né? (Entrevistado 3).*

Então é em meio a essa dinâmica do racismo, entre passado e presente, que surge o terreiro *Iabasé de Xangô e Oxum*. Nasceu num período em que muitos terreiros estavam em processo de extinção. Afirma-se a existência de terreiros na década de 1920 e relatos orais dessas casas nas anos 70 e 80, contudo, no início da década de 80 deixaram de funcionar. Como podemos observar no relato abaixo:

*[...] Eu vi falar que existiu um terreiro entre Juazeiro e Crato [...] Assim eu ouvi [...] uma vez um comentário pela boca do próprio João de Lira [...] Da década de 80 [...] pra cá já não existia [...] esse terreiro foi antes [...] esse terreiro aí não conheci, porque os terreiros do meu tempo conheci tudinho, até outros que faz muito tempo que se acabaram, como o do finado Aragão [...] um dos primeiros [...] Nezim [...] Zé Pretim [...] finado Salvino, esses daí eu conheci [...] esses daí muitos deles se acabaram em 85, 86 (Entrevistado 3).*

O terreiro da *yalorixá Delewi* emerge nesse contexto em que uns estão se exaurindo e fechando suas portas, outros surgindo e mantendo-se no exercício de sua função enquanto espaço religioso de transmissão e resistência. Afirma-se que houve muita mudança comparada com anos 80, 90 e início de 2000. Terreiro esse que possui mais de 30 anos e é o mais antigo ainda em funcionamento. Surgido no ano de 80 sobreviveu às perseguições e proibições tanto da sociedade quanto dos órgãos públicos.

A história do *Iabasé de Xangô e Oxum* começa com a história da sua atual mãe de santo, *Delewi*. No ano 1967 a então criança Marlene, com seus 7 anos de idade teve o seu primeiro sinal de incorporação. O fato ocorrido em 8 de dezembro foi marcante e determinou o caminho que a garotinha deveria seguir. Morando na cidade de Senhor do Bonfim, Bahia, procurou a mãe Laura a qual identificou que os *Orixás* desejavam a iniciação daquela criança e fez a obrigação<sup>252</sup>.

*Era em Bonfim [...] Na igreja de Senhor do Bonfim, em plena lavagem de 8 de dezembro, todo mundo fazia homenagem a Oxum e eu tava na missa [...] Simplesmente a Oxum me bolou, em 67, eu tinha 7 anos [...] E mãe Laura foi a primeira pessoa que pôs a mão no meu Ori<sup>253</sup>, na minha cabeça [...] (Entrevistado 1).*

<sup>252</sup> São cerimônias realizadas para o *Orixá* ou *Orixás* representantes dos iniciados. Neste caso específico foi um cerimonial de ligação ou primeiro contato com o orixá. Muitos casos usam a expressão fazer trabalho.

<sup>253</sup> Palavra em *Yorubá* que significa cabeça. A expressão colocar a mão na cabeça é fazer as obrigações primeiras pedidas pelo *Orixá*.

Em 1974, com seus 14 anos, a garota veio embora para Juazeiro do Norte junto com suas tias. O discurso predominante era de que a cidade era terra santa e que não existia “macumbeiro”<sup>254</sup>. No intuito “curar” ou colocar no esquecimento da garota os fatos que ocorreram em Bonfim. As tias venderam os pertences e vieram morar na cidade. Entretanto, a mudança não garantiu nem muito menos afastou a adolescente das raízes africanas. Aqui teve contato com Bartolomeu, pai de santo, que iniciou a menina no Candomblé. O relato da entrevistada permite ter uma aproximação maior com a realidade na qual ela viveu naquele momento:

*Aí depois de 7 anos foi que eu conheci meu pai, Onedejê, na época ele era filho de Kamunkan. Foi em 74, eu tinha 14 anos [...] foi coisa do destino, porque minha tia veio embora pra cá para o Juazeiro, porque aqui não tinha macumbeiro e ela vendeu tudo lá e no fim viemos morar aqui [...] Eu lembro como se fosse hoje, eu cheguei aqui no dia 27 de dezembro de 74. Conheci meu pai dia 1º de janeiro de 75. Foi assim ô, eu vinha da missa e escutei só o tambor e logo despertou um interesse [...] Aí fiz minha obrigação e eu recebi um cargo [...] (Entrevistado 1).*

Aos 14 anos de idade, feitas as obrigações, ingressou de vez no Candomblé. As tias informadas da iniciação da adolescente na religião resolveram proibi-la de frequentar. Então, logo aconteceu um fato marcante na vida da garota, o ultimato dado pelas tias que a criavam, ela deveria escolher a religião ou a casa das tias e não teve dúvida, optou pelo Candomblé. Indignação, orgulho de ser de Candomblé e perseverança de continuar sem temer o racismo é observado na fala:

*Eu renunciei tudo, eu tinha 14 anos e não me arrependo, porque eu fiz meu Orixá [...] Hoje eu sou yalorixá, eu tenho mais de 30 anos [...] Eu conto quando fui catulada<sup>255</sup>, tá entendendo? Eu conto de 75 pra cá, porque de 67 até 75 eu era uma abian<sup>256</sup> [...] Eu fazia parte do Candomblé, mas eu não era um iaô [...] Então a partir dos meus 15 anos... Meu presente de 15 anos foi meu Orixá [...] (Entrevistado 1).*

Bartolomeu José Coutinho, *Onedegê*, também é a figura central na abertura e configuração do terreiro foco desta narrativa. Ele foi iniciado em Maceió, Alagoas, com o pai de santo *kamukan*, este anos depois faleceu e Bartolomeu renovou suas obrigações na cidade de Aracaju, estado de Sergipe. Em meados de 70 *Ondegê* já era pai de santo e possuía seu terreiro, na Rua Santa Rosa, bairro do Socorro, Juazeiro do Norte.

No ano de 1980 já havia a execução de alguns trabalhos no terreiro *Iabasé de Xangô e Oxum*, rua Leão XIII, bairro do Socorro. Mas somente em 1982 é inaugurado. Seu primeiro *babalorixá* foi Bartolomeu que permaneceu a frente até 1985 quando a dona Maria Luiza, mãe pequena do barracão assumiu. *Kamuqueazaze*, nome no

---

<sup>254</sup> A palavra deriva de macumba instrumento de percussão. Logo, macumbeiro é o músico responsável por tocar o instrumento. Todavia, a expressão é uma das formas verbais de manifestar a discriminação para com os praticantes de religiões de matrizes africanas.

<sup>255</sup> Significa cortar o cabelo, porém, muitas vezes é entendida nas falas dos iniciados como o próprio processo de iniciação. Na verdade é parte dele, pois para a realização da iniciação existe um conjunto de atividades, como corta o cabelo e a raspagem da cabeça. Esse procedimento simbólico, pois é na cabeça que habita o *Orixá*, nela se concentração as energias, ela permite o contato entre o material e espiritual.

<sup>256</sup> É a pessoa que entra na religião de Candomblé, fez uma obrigação inicial, mas não se iniciou na religião. Quando iniciado tornar um *iaô*, filho ou filha de santo.

Candomblé de dona Maria, foi avançando a idade e surgiram problemas de saúde e teve que deixar o terreiro em 1994. A mãe *Delewi*, mãe *Kota*<sup>257</sup>, assumi o lugar central do terreiro. A mãe *Kamuqueazaze* ainda permanece morando no terreiro, mas não exerce de forma efetiva, em razão de sua saúde debilitada, nenhuma atividade.

Os depoimentos da mãe *Delewi* demonstram felicidade e prazer em ter assumido a incumbência de tão grande importância. Manter-se na função requer muito tempo de aprendizagem, dedicação e responsabilidade, a prática dos cultos e o processo de transmissão dos ensinamentos estão principalmente nas mãos da *yalorizá*. A perpetuação das práticas religiosas é o combustível que a alimenta, ela revela seu interesse e preocupação em conservar os ensinamentos religiosos africanos.

*[...] Meu pai fez minha obrigação e eu recebi um cargo [...] como a mãe criadeira [...] Todo iaô [...] eu ficava 21 dias, pra ensinar as rezas, os ensinamentos... Porque dentro do ronco<sup>258</sup> tem muitos fundamentos, tem preceitos [...] O meu pai me ensinou muita coisas [...] Eu passei 17 anos sendo mãe criadeira, cuidando, ajudando, aprendendo, porque não é fácil [...] porque você vai fazer um Orixá, você tem que saber os fundamentos (Entrevistado 1).*

O terreiro de Candomblé *Iabasé de Xangô e Oxum*, representado na mãe *Delewi*, configura parte da resistência negra enquanto espaço de continuação da religiosidade. Local que busca manter os ensinamentos, transferir os ritos e os princípios da religiosidade. Assim, podemos comprovar quando da existência de filhos e filhas de santo de seu terreiro que vão além do espaço de culto levando os ensinamentos recebidos. O anseio por ruptura de fronteiras para além do espaço religioso também faz parte do cotidiano do Candomblé. Como podemos perceber:

*Porque vai ultrapassar porque você tá fazendo filhos de santo e eles vão e moram não nesse axé, moram em outros canto [...] eles vão manter o seu próprio terreiro, ou seja, já passou desse terreiro o ensinamento pra outro [...] Tem também os convidados, pessoas que não são ingressados, que vem aqui, conversam, ver, assiste, perguntam, aí aprendi e isso eles passam pra quem? Pra amigos para os familiares [...] (Entrevistado 2).*

Apesar dos praticantes notarem o dinamismo da cultura com relação ao contexto sócio-histórico, eles entendem que algo de essencial permanece e que este permanecer deve ser preservado e repassado. Os sacerdotes percebem que as novas gerações são segmentos importantes na transferência dos ensinamentos e para elas devem ser direcionadas as atenções. Isto é, os jovens e os mais novos dentro do culto são focos principais nesse processo, eles garante o continuar da história e da religiosidade.

*A minha intenção é dá caminhos a minha nação, a minha família Delewi. Porque tudo isso vai de geração, porque a gente não pode receber um cargo e ficar com ele parado, o Axé tem que ser passado, ele é uma energia que não pode ficar só pra mim. Eu quero dividir tudo isso. Porque o caminho do Candomblé é a continuação, é o*

<sup>257</sup> *Kota ambelai*, origem angola-congo, é a mulher que toma conta dos iniciados. Neste caso específico está sendo usado apenas uma forma de contração da palavra: *Kota*.

<sup>258</sup> É um quarto reservado aos iniciados. Faz parte do processo de iniciação, as pessoas ficam recolhidas nesse espaço aprendendo os ensinamentos, como realizar as práticas ritualísticas, como fazer os alimentos para os *Orixás*, etc. Entendido também como espaço sagrado.

*andamento dele... Que tem que dá [...] pela continuação de tudo aquilo que a gente tem, de tudo aquilo que a gente aprendeu, porque a gente não pode prender o que a gente tem. A gente tem que passar [...] E não deixar morrer, sempre dá continuidade (Entrevistado 4).*

## Conclusão

As ponderações nos fazem refletir que devemos olhar a história do terreiro como lugar de história e de produção da vida daqueles que antes foram marginalizados pela forma de contar história. As novas perspectivas permitiram a construção de novas histórias com novos atores históricos; não apenas aqueles velhos olhares científicos presos ao modelo hegemônico e que somente eles puderam decidir o que é e o que não é história. Entende-se que todas as outras possibilidades de pensar a história e narrá-la devem ser buscadas permitindo então trazer novos atores e novos fatos ocorridos.

Deste modo, para nós, seria um erro pensar a história de terreiro de Candomblé junto ao modelo metodológico da historiografia que predominou durante muitos anos, perspectivas econômicas, políticas e dos grandes nomes adotadas nas literaturas durante muitas décadas e, hoje, superadas não permitiria trazer à tona a história marginal do *Iabasé de Xangô e Oxum*.

Outro ponto a se concluir acerca da narração e compreensão da história do *Iabasé de Xangô e Oxum* é o fato de se perceber a luta e a resistência dada na continuidade de suas práticas a qual não pertence ao modelo estabelecido pela conjuntura predominante da cidade. Enfim, as microrrelações também são transformadoras das realidades sociais das quais o homem faz parte. O fato de se praticar a cultura afrodescendente, no contexto contemporâneo da cidade, suas manifestações e ações são possíveis constatações da luta e resistência de um que anda na contra mão da padrão moral dominante de religiosidade local.

## Fontes e Referências Bibliográficas

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais: para o ensino da cultura e história africana e afrobrasileira. Brasília: MEC/SEF, 2004.
- BONVINI, Emílio. **Tradição Oral Afro – Brasileira**: As razões de uma vitalidade. Revista do Programa de Estudos História da PUC/SP. Nº 22. 2001.
- CUNHA Jr. Henrique. **Metodologia Afrodescendente de Pesquisa**. Revista Brasil, UNESP, 2006-1.
- \_\_\_\_\_. **Cultura afrocearense**. In: CUNHA Jr., Henrique (orgs). **Artefatos da Cultura Negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, FRANCO, Renato. **Aprendendo História**: reflexão e ensino. São Paul: Editora Brasil, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- LIMA, Ivan Costa, ROMÃO, Jeruse, SILVIERA, Sônia Maria (org). Educação Popular afro-brasileira. Florianópolis: Editora Atilênde (Núcleo de Estudos Negros), 2002.
- LIMA, Ivan Costa, NASCIMENTO, Joelma Gentil do (org). Trajetórias Históricas e Práticas Pedagógicas da População Negra no Ceará. Fortaleza: Imprece, nº 1, 2009.
- LIMA, Heloísa Pires. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil.
- KARNAL, Leandro (org). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 6ªed. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e CÂMARA, Michelle Januário. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio e CANDAU, Vera Maria (org). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Juazeiro e Caldeirão**: espaços de sagrado e profano. In: SOUZA, Simone de., (org). **Uma nova História do Ceará**. 3ª ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Novos temas nas aulas de História**. 1ªed. São Paula: Contexto, 2010.

# A IRMANDADE DO BOM JESUS DA PACIÊNCIA DE CACHOEIRA: UMA ANÁLISE DE SEU COMPROMISSO, 1853.

Rodrigo do Nascimento Amorim

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta fazer uma análise e discursão acerca do compromisso da Irmandade do Bom Jesus da Paciência, fundada na cidade de Cachoeira – Ba durante o século XIX. O compromisso era o documento de referência das irmandades e nele constavam as regras, direitos e deveres dos irmãos que deveriam estar de acordo ao desejarem fazer parte da instituição. Ele compõe uma parte de minha dissertação de mestrado que venho escrevendo no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (UFBa), com o apoio da Capes, na qual eu busco analisar, além dos aspectos administrativos e de devoção contidos em documentos como compromisso, livro de receita e despesa, as práticas sociais e religiosas dos irmãos e suas relações com a instituição e a sociedade.

A Irmandade da Paciência foi fundada e composta por irmãos crioulos, negros nascido no Brasil, e teve seu compromisso escrito no ano de 1853. Ela funcionou durante um longo período no Convento do Carmo da cidade, juntamente com mais duas irmandades: a Irmandade do Bom Jesus dos Martírios, composta por irmãos africanos jejes e a Irmandade da Boa Morte.

As irmandades eram instituições religiosas católicas implantadas desde início da colonização portuguesa no Brasil. Segundo João Reis, em *A Morte é uma festa*, tais instituições existiam em Portugal desde o século XIII e seguiam o modelo das instituições medievais europeias, que cultuavam um santo de devoção. Além de sua função religiosa, as irmandades tinham função assistencial, oferecendo a seus membros ajuda em casos de doenças, enterro digno, ajuda para pagamento de dívidas e até mesmo para pagamentos de alforrias dos irmãos que ainda estavam presos as correntes da escravidão. A sua criação no Brasil era livre e dependia da reunião de um grupo de devotos, que elaboravam um compromisso, ou estatuto, que era aprovado pela Igreja e o Estado.

Elas eram separadas por estratos e/ou categorias sociais e na região do Recôncavo baiano e de modo geral na América Portuguesa eram divididas, também, por grupos étnicos, quando formadas por indivíduos de diferentes “nações” africanas. Nesse caso, elas tinham em seus compromissos critérios de admissão dos associados: de acordo ao pertencimento a um determinado grupo étnico, quando formado por africanos, ou pertencimento a uma determinada categoria social e pureza racial, quando formada por brancos.

Assim, africanos angolas, nagôs, jejes criaram suas instituições limitando-as a outros africanos, haja vista que algumas delas admitiam associados de outras “nações” mediante pesadas contribuições e restrição na participação da sua Mesa Administrativa. A Irmandade dos Martírios, por exemplo, composta por africanos jejes aceitavam outros africanos mediante pagamento no valor quinze vezes<sup>259</sup> maior do que o que seria pago por um irmão da mesma procedência. Tais limitações podem ser explicadas pelo fato destas instituições de cor se caracterizar como um espaço de afirmação social e cultural

---

<sup>259</sup>BONOMO, Gabriella O. Trabalho de conclusão de curso da Universidade Federal da Bahia, Campus XVIII, intitulado: *Experiências e compromisso: A Irmandade do Bom Jesus dos Martírios de Cachoeira, 1765-1857.*

de um grupo, um espaço propício para preservar as tradições dos africanos e seus descendentes e forjar novos elementos culturais com a cultura em contato, como discutiremos mais adiante.

O artigo está dividido em duas partes: no primeiro momento buscaremos destacar o cenário na qual a Irmandade da Paciência estava inserida, a cidade de Cachoeira. Posteriormente partiremos para a análise e discussão do compromisso, observando questões referentes a entrada dos irmãos, rituais de festa e de morte, cargos eletivos, dentre outros, dialogando com a bibliografia sobre o tema para seu melhor entendimento.

## **A VILA DE CACHOEIRA ENTRE O AÇÚCAR, O TABACO EO PARAGUASSÚ**

A região do Recôncavo Baiano está localizada ao redor da Baía de Todos os Santos e segundo Kátia Mattoso corresponde a uma orla de quase trezentos quilômetros, onde as suas vias de comunicação se dão através dos pequenos rios que se lançam na Baía<sup>260</sup>. A vila de Cachoeira se tornou importante através do seu porto, onde se encontra o rio Paraguaçu, funcionando como entreposto comercial, de transição de pessoas e animais entre as regiões do próprio Recôncavo, o sertão e a cidade de Salvador.

Baseado na economia da *plantation*, os solos massapês proporcionaram o cultivo da cana-de-açúcar e do fumo em grande escala. Ambos os itens lideravam a pirâmide de exportação da América Portuguesa no período colonial e imperial. Segundo Barickman, a freguesia do Iguape, local onde estavam localizados os mais grandiosos engenhos<sup>261</sup>, representava a terça parte de todo o açúcar exportado pela América Portuguesa. Essa conjuntura geográfica e econômica vai favorecer ainda mais a presença de escravos, conforme aponta Jadson Luíz:

*A próspera Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, em termos econômicos atraiu a partir dos anos de 1750 um considerável numero de cativos e libertos. Configurando naquela época, uma pluralidade étnica no interior da comunidade escrava, sendo visível a presença dos negros em grande escala, nas povoações, principalmente nos engenhos<sup>262</sup>.*

Nascimento ainda afirma que cerca de 100 a 150 mil escravos do Sudão central, excluindo os iorubas, cruzou o Atlântico entre meados do XVIII e a primeira década do XIX<sup>263</sup>.

A presença do fumo, esse na zona oeste de Cachoeira, na tentativa de diversificação dos produtos agrícolas durante o século XVII, possibilitou a cidade uma maior dinâmica de seu porto, haja vista que a região possuía um solo adequado para o cultivo e o fumo era um produto que tendia a maior participação de uma população mais pobre, o que não significa pensar que era uma economia de baixa renda, mas que a

---

<sup>260</sup>MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX*. Uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. Pág. 51

<sup>261</sup>BARICKMAN, Bert J. *E se a Casa-Grande não fosse tão grande?* Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. Revista Eletrônica Afro - Ásia – UFBA. Vol. 29-30. 2003. Págs. 79-132. Pág. 86

<sup>262</sup>SANTOS, Jadson Luíz dos. *Cachoeira III Séculos de História e Tradição*. Salvador, EGBA, 2010. Pág. 32

<sup>263</sup>NASCIMENTO, Luiz Dias do. *Bitedô: Onde moram os nagôs: redes de sociabilidade africanas na formação do candomblé jêje – nagô no recôncavo baiano*. Rio de Janeiro, CEAP, 2010. Págs. 25 -26

maior participação nas lavouras do fumo era de cativos, o que significa que os proprietários dispunham desse contingente para exercer tais funções.

O fumo, então, possibilita ao Recôncavo, e principalmente a Cachoeira, certo desenvolvimento em relação as outras vilas e a vinda de cada vez mais cativos, pois como afirma João Reis, o fumo baiano era comumente trocado por escravos. Em 1814, o próprio autor diz que havia segundo as estimativas cerca de 40.800 escravos no Recôncavo Baiano<sup>264</sup>. Mas a inserção desses escravos nesse “Novo Mundo” é o que nos interessa. Marina de Mello e Souza, em *Reis Negros no Brasil escravista*, afirma que *os africanos, postos a trabalhar sobre o regime forçado, foram introduzidos ao cristianismo, aspecto indissociável da expansão portuguesa, que legitimava por meio da ação evangelizadora seu direito sobre os povos e terras descobertas*<sup>265</sup>. Foi nas irmandades que esses indivíduos buscaram se inserir. A autora ainda afirma que *a organização de africanos e seus descendentes em irmandades leigas foi um dos padrões sociais comuns à vasta região que constitui o universo de relações escravistas e coloniais em torno do oceano atlântico*<sup>266</sup>.

Os historiadores que se debruçam sobre o estudo das irmandades de negros procuram analisar a instituição a partir do seu funcionamento, em seus aspectos administrativos e econômicos, assim como as questões ligadas a devoção, fé e os rituais da morte. Compreender a partir desses aspectos um dos principais objetos dos irmãos associados, a afirmação étnica e social. Perceber como esses rituais e atitudes estavam ligados as suas convicções e experiência e como esses elementos, de acordo as possibilidades, se sobressaiam nos momentos festivos, nas procissões e até mesmo nos conflitos que pudessem existir. Assim como afirma Julita Scarano: *as irmandades funcionavam como centro de encontro da população local, para que assim fosse possível atender os seus interesses e discutir sobre os seus objetivos como instituição*<sup>267</sup>.

## **CRIoulos NO PODER: O COMPROMISSO DA IRMANDADE DA PACIÊNCIA**

As irmandades eram instituições legais perante o Estado e a Igreja, mas, para que assim fosse como já mencionamos, era necessário ter o seu compromisso aprovado de acordo as leis e regras das autoridades. O compromisso era o que regia essas instituições. Configurava-se em um livro que continha as obrigações de todos os irmãos, os cargos eletivos e como deveriam proceder as procissões e as festas em homenagem aos santos de devoção. Ou seja, era um documento que caracterizava a irmandade e que legitimava o seu funcionamento perante o que era legal. Como vimos, as irmandades de cor costumavam ser divididas em grupos de procedência ou nações, com intenções de, nesse espaço, reproduzir e recriar laços culturais que envolviam o grupo.

A inserção dos africanos no mundo cristão foi algo obrigatório e que fazia parte do projeto de expansão do cristianismo e conseqüentemente da ação colonizadora. Sendo assim, eles *buscaram formas de se inserir na nova sociedade, o que fizeram combinando elementos das culturas em contato*<sup>268</sup>. A Irmandade do Bom Jesus dos

---

<sup>264</sup> Idem, Pág. 100

<sup>265</sup> SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2002

<sup>266</sup> Idem, p. 162

<sup>267</sup> SACARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. Pág. 02

<sup>268</sup> SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2002, p. 159



Martírios de Cachoeira, por exemplo, composta por africanos Jejes, teve seu compromisso questionado pelo fato de “os jejes serem tirados ao paganismo da África”, referência aos batuques transcritos no compromisso ou a possíveis casos anteriores relacionados ao seu modo de festejar. (PÁRES, 2007). Em relação a aprovação do compromisso da Irmandade da Paciência os documentos mostram que não houve qualquer impedimento para sua aceitação.

O compromisso era, portanto, um documento escrito pelos irmãos no qual deveria normatizar o funcionamento da instituição. Ou seja, na teoria – aquilo que estava exposto no documento – e o que era praticado poderiam ser algo muito diferente. As irmandades de cor eram um espaço, antes demais nada, que dava aos negros uma autonomia, um local possível para criar, reelaborar e agir de acordo a sua cultura e a partir dos seus costumes e das possibilidades que lhes eram dadas. E, como afirma Thompson, *a lei pode estabelecer os limites tolerados pelos governantes*, ela não estar presentes nas reuniões secretas ocorridas dentro de um espaço restrito aos associados, ela não dá forma a perspectiva de vida de cada um. Ou seja, apesar de serem instituições regularizadas por lei, pela Igreja e pelo Estado, o que acontece em suas reuniões, em suas festas e procissões, muitas vezes ocorrem sem a vigilância dos mesmos, mas que ainda assim poderá estar de acordo com aquilo que é proposto em seu compromisso. Cabe ao historiador, como também aponta Thompson, perceber aquilo que não está explícito nas fontes e, sendo assim, partiremos para o nosso objetivo neste artigo, a análise e discursão do compromisso da Irmandade da Paciência de 1853.

Já mencionamos no início que a Irmandade da Paciência foi fundada e era composta majoritariamente por crioulos, negros nascidos no Brasil. Para fazer parte era preciso pagar uma entrada de “dois mil reis”, e anualmente uma quantia de “trezentos e sessenta mil reis”. Dois mil reis, por exemplo, correspondia a *uma arca de bom tamanho velha* que consta no inventário de um irmão, Manoel da Silva Soledade<sup>269</sup>. Os registros desses irmãos ficavam segundo o próprio compromisso em um livro de entrada, que infelizmente não tivemos acesso até o momento. É válido ressaltar que não estamos tratando somente dos bens econômicos que estavam evidenciados nessas quantias que eram pagas na entrada e em outras ocasiões, mas, também, naquilo que envolve o caráter devocional, pois como afirma Mauro Dillmann Tavares:

*o que não estava apenas “regido pelo contratual” e que se materializava na obediência aos ditames do compromisso (estatuto) e no pagamento de anuidades – permite-nos alcançar as demonstrações particulares e coletivas de fé e de devoção<sup>270</sup>.*

Ou seja, fazer parte de uma irmandade e arcar com os variados tipos de taxas e esmolas tinha um significado que ia além do fato de se fazer presente em um espaço assistencialista, de ajuda mútua e de afirmação social, existia, também, o caráter devocional e da fé.

A única restrição no momento da entrada era a idade. Maiores de 50 anos tinham que pagar uma quantia maior em relação aos demais: “seis mil reis” de entrada e “quatro centos reis” anuais e querendo ser enterrado pela Irmandade dará a quantia de “vinte e cinco mil reis”. O direito ao enterro proporcionado pelas irmandades era algo que levava muitos indivíduos a participarem dessas instituições. A perspectiva de vida, talvez não fosse muito longa e pode ter sido esse o motivo de pessoas acima de 50 anos

---

<sup>269</sup>ARC, documento avulsos

<sup>270</sup>TAVATES, Mauro Dillmann. *Irmandades, Igreja, decocção no sul do Império*. São Leopoldo. Oikos, 2008. Pág. 34

pagarem uma taxa maior e possuírem cláusula caso desejassem que o enterro fosse feito pela Irmandade. Dillmann Tavares chama a atenção para as motivações de fé e devocional ligadas aos rituais da morte, do mesmo modo que João Reis quando diz que *rituais funerários adequados é fundamental para a segurança de mortos e vivo*, e (...) *se o morto passa ao outro mundo feliz e plenamente, ele poderá interceder pelos vivos junto aos deuses*<sup>271</sup>.

Um dado importante que o compromisso nos mostra é a participação das mulheres. Nele consta que farão parte da mesa administrativa “oito mordomas”, “duas subprocuradoras e huma procuradora”. De fato é algo que chama atenção, de 20 pessoas que faziam parte da mesa administrativa, 11 seriam mulheres. A participação de mulheres nas irmandades, segundo João Reis, era vista como um fator importante para facilitar o relacionamento com os homens. Em alguns compromissos, segundo a historiografia sobre as irmandades, alguns autores afirmam que a entrada de mulheres nas confrarias era de certa maneira facilitada, justamente com tal objetivo. Entretanto, apesar de ser uma quantidade alta, eram cargos inferiores e com pouco destaque. Mas, ainda assim, delegar cargos específicos a mulheres pode ter sido importante para atraí-las.

Em relação a participação na mesa administrativa, percebemos que para fazer parte de algum cargo importante, era preciso além de ser crioulo, ter influência e prestígio na sociedade, assim como para ser associado era necessário ser uma pessoa bem vista socialmente. Além desses aspectos era preciso ter uma estabilidade financeira, pois as quantias que pagavam para ser presidente ou vice eram altas, haja vista que era o cargo mais importante da Irmandade. O que seria então ser uma pessoa de prestígio, com influência e bem vista pela sociedade? Como exemplo, temos o caso do tesoureiro da Irmandade, durante os anos de 1837 a 1839, o irmão José Pedro da Silveira. Segundo alguns dados encontrados, testamentos dos irmãos, árvore genealógica, dentre outros, descobrimos que em Cachoeira, a família Silveira era, e ainda hoje é, dona de terras em Capoeiruçu e Boa Vista (distritos da cidade). Segundo a memória urbana da cidade foram proprietários de escravos, artistas (marceneiros, alfaiates) e ligados ao Montepio dos Artistas, sociedades abolicionistas, irmandades e candomblé<sup>272</sup>. Ser, portanto, influente, de prestígio e bem visto era possuir terras, possuir escravos, ou seja, bens que possibilitassem transmitir a sociedade de um modo geral um poder simbólico e materialista que os faziam distinguir-se dos menos desafortunados.

O momento em que havia maior mobilização dos irmãos era na procissão, seguida da festa. A mesma deveria ser realizada no terceiro domingo da Quaresma em homenagem ao “Nosso Senhor”. Nesse dia, a mesa deveria se reunir para tomar partido das condições financeira da confraria e se preparar para o grande momento. Papel fundamental nessa ocasião era do tesoureiro, que deveria averiguar o cofre da Irmandade para garantir os gastos da procissão. A procissão deveria ser como de “costume” seguindo as santíssimas imagens dos setes passos de Jesus. No compromisso fica claro que durante a procissão todas as irmandades da cidade que quisessem seriam bem vindas a participar. Existia um rígido ritual que envolvia o antes, o durante e o depois. Todos os irmãos deveriam estar presentes e vestidos adequadamente para a ocasião, juntamente com suas insígnias. A preparação era algo importante e necessário, iniciando com o sermão, com a presença de todos, assim como no recolher dos santos.

---

<sup>271</sup>REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo. Companhia das Letras, 1991. Pág. 90.

<sup>272</sup>Agradeço ao historiador Luiz Cláudio Dias do Nascimento que me relatou sobre a importância dessa família em comunicação pessoal.

A procissão era marcada, também, como o dia que os irmãos irão se mostrar para sociedade. O simbolismo que cercava o evento, esses ligados a fé e a devoção, tinha uma preocupação, também, de ser bem realizado e com suas devidas pompas, como se destaca no compromisso:

*os irmãos comparecerão neste dia na melhor ordem possível, compostos de trajes pretos afim de se solenizar o ato e aqueles que deixarem de comparecer ficarão sujeitos a multas impostas*<sup>273</sup>

Ou seja, percebe-se a necessidade de uma vestimenta adequada e da maior quantidade possível de irmãos, sendo que aqueles que não fizeram presença pagaram uma multa estipulada. A preocupação de realizar uma procissão ideal a ser bem vista pelo público soma-se com a intenção de disputa entre as irmandades. Tavares fala que *tratando-se de disputas, não podemos deixar de citar aquelas relativas à precedência nas procissões, um antigo costume entre as irmandades (...)*<sup>274</sup>. É bem provável que em nos períodos que antecedessem a procissão as irmandades existentes na cidade recebessem convites para participar da solenidade. Porém em lugares secundário, com seus santos de devoção. O lugar representado pela procissão e a necessidade de ocupar um melhor lugar no cortejo significava maior prestígio da confraria.

A exteriorização da fé, como aponta Martha Abreu<sup>275</sup>, foi o marco dessas instituições que chegaram até o século XIX e que fizeram delas os principais agentes desse tipo de catolicismo. As festividades promovidas pelas irmandades tinham como características a diversidade de elementos que eram peculiares ao grupo constituinte da instituição. Edilece Couto afirma que o *tempo festivo, portanto, promove a sociabilidade e o sentimento de pertencimento e identidade em um determinado grupo social. Possui intrínsecas relações com os aspectos políticos, econômicos e sociais*<sup>276</sup>. Por isso, nos compromissos das irmandades poderiam existir algumas limitações em relação a entrada e participação dos irmãos. Em relação a Irmandade da Paciência, por exemplo, tinha uma restrição em relação a etnia, era proibido a presença dos “pretos africanos”, como já foi mencionado. Essas limitações podem nos remeter a alguns significados. Entendendo esse espaço como um o local de afirmação social e cultural é possível cogitar que nos momentos de exposição, festas, procissões, esses elementos aparecessem nos rituais que envolviam o ambiente festivo, agregando aqueles que se identificassem. Mesmo que os significados fossem distintos, numa perspectiva individual. A exposição à sociedade estava além de uma demonstração festiva, mas, também, de afirmação de um grupo.

As festas, assim como as procissões, tinham um significado que transcendiam o ato puro e simples de festejar. Elas se caracterizavam pelo seu caráter polissêmico e tinha um papel, antes de tudo, simbólico. Segundo João Reis, as festas escravas sejam elas institucionais, ou seja, ligadas às irmandades e a Igreja, ou de caráter lúdico apenas, tornavam possíveis a realização de rituais que estavam ligados ao reforço da identidade étnica, a solidariedade entre os escravos e libertos, o conflito entre as diferentes nações

---

<sup>273</sup> Compromisso da Irmandade do Bom Jesus da Paciência do ano de 1853, Cap. 4 Art. 14.

<sup>274</sup>TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades, Igreja no sul do Império...* Pág. 166.

<sup>275</sup>ABREU, Martha. *Nos requebros do divino: lundu e festas populares no Rio de Janeiro no século XIX*. In: Maria Clementina Pereira. Carnavais e outras f(r)estas. Campinas. Ed. Unicamp/CECULT. 2002, p. 247-180.

<sup>276</sup>COUTO Edilece Souza. Devoções, festas e ritos: algumas considerações. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá, 2008. Pág. 02

e, também, as revoltas. Tais características são possíveis de ser observadas quando no compromisso, da Irmandade da Paciência, é colocada uma série de rituais que deveriam ser seguidos rigorosamente por todos os irmãos, desde o sermão, as vestimentas e até mesmo o trajeto. Tavares afirma que:

*(...) ao festejarem seus santos de devoção, os leigos vivenciavam a religiosidade a seu modo, a partir do entendimento da crença católica, em que veneração e adoração ao orago representavam essa crença e a viabilidade da relação entre as coisas sagradas e profanas<sup>277</sup>.*

E era no domingo de Páscoa que tais rituais se deixavam transparecer. O dia de celebrar o “Nosso Senhor” marcava o início dos festejos para os irmãos da Paciência. Era o dia de celebrar com festa, missas, sermões e muita música a sua devoção e, por isso, mobilizava todos os irmãos. Para que fosse realizada com todos os ingredientes necessários haveria de ter um gasto, que muitas vezes poderia ser o empecilho da celebração devido a pouco dinheiro e joias no cofre. Mas, caso não houvesse uma quantia suficiente para celebrar como se idealizava, o dia da festa não deveria ser passado com um dia qualquer. No compromisso é colocado que ainda assim há de se celebrar uma “Missa de Verso” e publicar e fazer tomar posse os novos mesários devidamente eleitos.

Através de uma análise prévia do compromisso percebemos, portanto, que a Irmandade do Bom Jesus da Paciência possuía algumas restrições em relação a presença de outros irmãos que não estivessem de acordo aos suas regras de bom costume e que fosse bem visto na sociedade e, principalmente em relação aos pretos africanos, deixando transparecer nesse momento possíveis conflitos entre ambos grupos étnicos. Era comum que as confrarias buscassem disputar entre tantas outras um lugar de destaque no âmbito social e para isso era necessário, além de boas pessoas para dirigirem a mesa administrativa, realizar grandiosas festas como observamos.

## Fontes e Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. **Nos requebros do divino: lundu e festas populares no Rio de Janeiro no século XIX.** In: Maria Clementina Pereira. Carnavais e outras f(r)estas. Campinas. Ed. Unicamp/CECULT. 2002, p. 247-180.

BARICKMAN, Bert J. **E se a Casa-Grande não fosse tão grande?** Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. Revista Eletrônica Afro - Ásia – UFBA. Vol. 29-30. 2003. Págs. 79-132.

CALDERÓN, Valentin. **O Convento e a Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira.** Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. 1976

COUTO, Edilece Souza. **Devoções, festas e ritos: algumas considerações.** Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá, 2008.

NASCIMENTO, Luiz Dias do. **Bitedô: Onde moram os nagôs: redes de sociabilidade africanas na formação do candomblé jêje – nagô no recôncavo baiano.** Rio de Janeiro, CEAP, 2010. Págs.

PARÉS, Nicolau. **A Formação do Candomblé: história e ritual da tradição Jeje na Bahia – 2.ed. – Campinas, SP. Unicamp, 2007.**

---

<sup>277</sup>TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades, Igreja e Devoção no sul do Império do Brasil...* Pág. 200

- REIS, João José. **A Morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo. Companhia das Letras, 1991. Pág. 90.
- REIS, João. **Recôncavo Rebelde Recôncavo Rebelde:** Revoltas escravas nos Engenhos Baianos. 1990. Pág. 100
- SACARANO, Julita. **Devoção e escravidão:** a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- SANTOS, Jadson Luíz dos. **Cachoeira III Séculos de História e Tradição.** Salvador, EGBA, 2010.
- SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravista:** história da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2002
- TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades, Igreja, decocção no sul do Império.** São Leopoldo. Oikos, 2008.

## ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A RELAÇÃO FÉ-PROMESSA NO SANTUÁRIO VIRGEM DOS POBRES MACEIÓ-AL

*Yolanda Silva Mendonça*

Existem variados estudos sobre diversidade religiosa no Brasil e dentro destes percebe-se que a religiosidade popular é bem expressiva no nordeste do país. Isso demonstra que as crenças populares ligadas ao catolicismo e ao povo expressam uma relação com o sagrado que em muitos casos se colocam em oposição ou complementação ao catolicismo oficial orientado por Roma, o qual se fundamenta de maneira clerical, trinitário e sacramental.

No que tange a religiosidade popular são os fatores mágicos que põe em teste a eficiência do sagrado através de promessas. Temos também a grande influência dos “santos” e suas “especialidades” que por muitas vezes realizam pedidos. Com os pedidos realizados, os devotos homenageiam seus santos com festas, romarias, pagamento de promessas ou mesmo procissões. No caso de não ser atendido o devoto poderá praticar punições ou algum castigo com a imagem, como exemplo temos a imagem de Santo Antônio consagrada como santo casamenteiro que no caso do pedido não realizado é posto de cabeça para baixo num copo de água.

Com relação à fé-promessa voltada à devoção de Maria, mãe de Jesus, esta é muito frequente em todo Brasil principalmente em virtude das aparições ocorridas nos mais diversos Estados. O mais próximo é o caso de Cimbres, no interior pernambucano, no qual Nossa Senhora apareceu para duas meninas. O local ainda hoje recebe peregrinos. Em Alagoas, especificamente em Maceió, a devoção à Virgem dos Pobres em Maceió iniciou por intermédio de uma freira alemã que na década de 1980 trouxe a referida imagem para uma capela que, posteriormente, se tornou o Santuário de Virgem dos Pobres.

Posto isto, percebe-se que a fé do indivíduo se manifesta na própria experiência que se estabelece na relação fé-promessa, portanto, para melhor explicar tal questão, utilizo, além da revisão bibliográfica, a análise de algumas entrevistas realizadas para este trabalho. Se a fé e a promessa se constituem como categorias que se manifestam historicamente, portanto, “se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, ele não produz sentidos” (ORLANDI, 2005: 49) e é justamente esta busca de sentidos que se tentará esboçar neste capítulo.

O que se percebe é que a relação da fé e da promessa em sentido de troca, só adquire eficácia simbólica a partir do momento em que a fé é compartilhada por todos, desde o momento em que os valores, as normas, toda a simbologia inerente ao rito religioso, possuem sentido para os indivíduos e é isto que faz com que as manifestações populares acerca da religião tomem formato próprio. Sendo a religiosidade popular uma manifestação sincrética e miscigenada que muitas vezes se opõe ao catolicismo oficial e em outras circunstâncias o alimenta fazendo com que os indivíduos sejam fiéis mais organicamente solidários às doutrinas católicas, percebe-se que a própria contraditória se manifesta como efeito positivo da dádiva, onde o indivíduo se torna próximo do santo a quem ele é devoto. Nesse caso, segundo Mauss (apud Lanna, 2000) percebe-se que a dádiva é definida nos seguintes termos:

*Mauss já definia a dádiva de modo amplo. Ela inclui não só presentes como também visitas, festas, comunhões, esmolas, heranças, um sem número de 'prestações' enfim – prestações que podem ser 'totais' ou 'agonísticas'. (LANNA, 2000: 175)*

Lanna (2000) continua explanando e chega a seguinte orientação do que se constituiria essa relação de troca presente em “Ensaio sobre a Dádiva”, de Marcel Mauss:

*(...) nele se postula um entendimento da constituição da vida social por um constante dar-e-receber. Mostra ainda como, universalmente, dar e retribuir são obrigações, mas organizadas de modo particular em cada caso. Daí a importância de entendermos como as trocas são concebidas e praticadas nos diferentes tempos e lugares, de fato que elas podem tomar formas variadas, da retribuição pessoal à redistribuição de tributos. (LANNA, 2000: 175)*

Seguindo a mesma linha, Laburthe-Tolra e Warnier (2010) dão mais detalhes do funcionamento desse esquema sobre o sentido da dádiva, quando afirmam que,

*(...) ela é por definição voluntária, e, por isso, gratuita. Entretanto todas as sociedades obrigam os indivíduos a praticar a troca. A dádiva é, ao mesmo tempo, voluntária e obrigatória. Ela possui uma das características do fato social tal com o definia Durkheim: impõe-se ao indivíduo. É coercitivo. (LABURTHE-TOLRA; WARNIER, 2010: 341)*

Essa relação é bem perceptível, principalmente, nas trocas religiosas em que o promitente faz sua oferta voluntária, mas que segue um comportamento coletivo padrão próprio dos promitentes, cumprindo assim sua obrigação, na espera de que a divindade presenteada da mesma forma cumpra a sua parte, estabelecendo um laço de compromisso.

Essa relação de troca – dar e receber – é bem expressada por Lanna (2000) quando afirma que,

*(...) ao receber alguém estou me fazendo anfitrião, mas também crio, teórica e conceptualmente, a possibilidade de vir a ser hóspede deste que hoje é meu hóspede. A mesma troca que me faz anfitrião faz-me também um hóspede potencial. Isto ocorre porque “dar e receber” implica não só uma troca material, mas também uma troca espiritual, uma comunicação entre almas. (...) Ao dar, dou sempre algo de mim mesmo. Ao aceitar, o recebedor aceita algo do doador. Ele deixa, ainda que momentaneamente, de ser um outro; a dádiva aproxima-os, torna-os semelhantes. (LANNA, 2000: 176)*

O convívio entre o promitente e a divindade faz com que ambos se tornem próximos, inclusive justificando a própria relação existente entre o promitente e o santo a quem ele é devoto. Nesse caso, a eficácia da relação construída na interlocução entre o sagrado e o profano, própria da cultura mestiça do povo brasileiro, faz com que os santos sejam vistos como entidades familiares a quem recorremos quando temos algum problema – quase um pai, uma mãe, um tio ou um padrinho a quem o promitente tem

muito respeito, resguardando, no entanto, o sentido dual e próximo do sagrado e do profano.

Voltando a temática principal deste trabalho que trata da relação fé e promessa é bem visível essa relação dos frequentadores ou promitentes como Pereira (2003) denomina o indivíduo que promete algo para sua divindade em troca de algum benefício material (casa, trabalho), ou imaterial (saúde, felicidade, paz).

No santuário, observei vários rituais que algumas pessoas faziam, como por exemplo, acender velas, trajar roupas brancas, andar descalças, mas sempre seguiam os mesmos procedimentos de fazer alguma oração silenciosa acompanhada do sinal da cruz e em seguida acendiam as velas. Esses rituais religiosos são semelhantes aos descritos por Laburthe-Tolra e Warnier (2010), quando afirma que:

*(...) são procedimentos mais ou menos estereotipados ou elaborados, compostos por atos e símbolos, que se manifestam frequentemente por objetos, e palavras provenientes de um longínquo passado. (...); os ritos tentam, pela repetição, criar uma espécie de temporalidade específica, e talvez mesmo escapar do correr do tempo. (LABURTHE-TOLRA; WARNIER, 2010: 206)*

No entanto, cabe aqui fazer a distinção entre os ritos e o culto, já que: “É preferível reservar este último termo a homenagem prestada a uma divindade. As cerimônias do culto compõem-se de ritos, mas nem todos os ritos são culturais”. (LABURTHE-TOLRA; WARNIER, 2010: 206). Dessa forma vê-se que nem todos os ritos adotados pelos devotos tem relação direta ao culto “oficial” à divindade, como por exemplo, o fato de vestir branco, próprio das religiões de matriz africana, o que mostra o sincretismo religioso.

Alguns fiéis esperavam para ver queimar as velas, outros se distanciavam. O ato de acender velas é uma das maneiras de demonstrar agradecimento pelo milagre recebido, mas podemos citar outros tipos como os ex-votos:

*O ex-voto do sertão nordestino, antropomorfo, zoomorfo, polivisceral ou vegetal, além de esculpido em madeira, aparece modelado no barro e, mais raramente, com recorte de metal prateado ou dourado. Além de representações totais ou parciais do corpo humano ou de um animal em madeira, barro, papel, cera, metal, isopor, podemos encontrar nos santuários, ermidas, capelas e cruzeiros de devoção popular os seguintes milagres: joias, espigas de milho, cabelos, óculos, mortalhas, cadeiras de rodas, livros escolares, peças de renda, fotografia, cartas, flores, grandes cruzes de peregrinação, velas, vestidos de noiva, placas com inscrição, mamadeiras, diplomas de formatura, enfim, uma infinidade inesgotável de objetos que correspondem à multiplicidade de situações vividas pelos ofertantes. (PEÑA, 1981: 21)*

Durante as entrevistas realizadas, pude perceber a eficácia dos pedidos, pois, em sua maioria os promitentes relataram que foram atendidos, ou seja, foram agraciados pela divindade com aquilo que entendem como um milagre. Todos os entrevistados relataram a credibilidade e a confiança que possuíam na sua crença.

Iremos agora fazer uma breve descrição sobre as entrevistadas e, posteriormente, se fará a análise do que as mesmas relataram em blocos temáticos para melhor visualização o desenvolvimento sobre os questionamentos propostos nas entrevistas.



A primeira entrevistada foi Cicera Bernades de Lima Santos com 70 anos, aposentada, negra, estatura mediana, aparentemente tem a saúde frágil e dificuldade para caminhar, o rosto bem sofrido, de expressões fortes. A entrevista ocorreu no dia 06 de janeiro de 2011. Ao chegar à residência da entrevistada no período da tarde a mesma já se encontrava a minha espera, a cumprimentei e solicitei se era possível fazer a gravação, visto que, a entrevista sendo gravada facilitaria a descrição com mais exatidão. Sentamo-nos na sala da residência e iniciamos a entrevista, procurei ser clara e direta nos questionamentos para que a mesma pudesse compreender o que buscava. Em alguns momentos tentei esticar um pouco mais as respostas, para que ela falasse mais da experiência de fé como também sua relação com as promessas.

A segunda entrevistada Josilda Correia dos Santos tem 45 anos, secretária, parda, estatura mediana, aparenta ser bem calma, magra e com algumas manchas no rosto. A entrevista ocorreu no dia 11 de janeiro de 2011. Quando cheguei à residência da entrevistada quem me atendeu foi sua filha, que comunicou minha chegada. A recepção foi bem calorosa e nos encaminhamos para a sala, solicitei a possibilidade da gravação, a mesma prontamente aceitou. Iniciei meus questionamentos relacionados à fé e a relação com as promessas.

A terceira entrevistada foi Cicera Maria de Mendonça tem 82 anos, é aposentada, branca, estatura média, bem carismática, forte, e possui um rosto bem expressivo. A entrevista ocorreu em 20 de janeiro de 2011. Ao chegar à residência fui recebida pelo esposo da entrevistada. Fui bem acolhida, neste caso nos encaminhamos para mesa da cozinha, visto que dona Cicera Maria estava com algum alimento em cozimento. Então questioneei sobre a possibilidade de realizar a gravação da entrevista a mesma indicou não haver problema. Logo em seguida iniciei meu trabalho realizando os questionamentos referentes ao objeto de pesquisa.

Passo agora a expor trechos das entrevistas em blocos temáticos para que sejam mais visíveis os entendimentos sobre os temas em questão.

Ao tratar do tema divindade as entrevistadas relataram o seguinte:

A entrevista Cicera Maria afirma:

*“Mas de todo jeito ela sempre me atende, e eu gosto muito da minha Virgem dos Pobres”.*

*Já a entrevistada Cicera Bernades disse:*

*“Eu confio nela (Maria identificada como Virgem dos pobres) e em Deus primeiramente”.*

*E Josilda Correia relatou:*

*“(...) eu mesmo com fé fui a Virgem dos Pobres pedir uma graça de conseguir a minha casa graças a Deus consegui (...)”.*

Nestes relatos podemos observar a confiança na divindade baseada na fé, a primeira citação revela o sentido de propriedade com o sagrado, “minha Virgem dos Pobres”. Em seguida temos a situação condicional, que revela “eu confio em Maria”, mas Deus deve está em primeiro lugar, identificamos então uma hierarquização na escala da fé. E a terceira que pediu com fé a Maria, mas que foi pela graça de Deus que realizou o seu pedido.

Quando questionada sobre a realização de promessa, dona Josilda Correia revelou:

*“Significa é muitas coisa né, a promessa é uma graça, vai a Virgem dos Pobres e com a devoção pedindo que muitas pessoas vem fazer uma promessa (...)”*.

Cicera Bernardes relatou que:

*“Não é tão assim de pedir uma graça hoje e amanhã alcançar. Eu sei que a gente vai pedindo até que um dia aconteça”*.

E Cicera Maria disse:

*“Oxe, eu tenho muita fé e acredito quando agente faz um pedido com fé a gente alcança e só faz promessa quem tem fé”*.

A promessa pode ter diversos significados, mas a princípio se relaciona com o pedido realizado, relacionando a devoção<sup>278</sup> que se traduz na escolha de uma divindade que o atenda o seu pedido. Temos também a questão do imediatismo no atendimento da promessa, quando Cicera Bernades destaca a necessidade de continuar pedindo até que se realize.

Já sobre as promessas, indagada sobre o que se pede e quando se pede, Cicera Bernades relatou que:

*“Saúde eu sempre vou pedindo para ela (Maria identificada como Virgem dos Pobres) me ajudar e por ai vai. Melhor para pedir é quando a gente tá aperreada a gente vai pede pra ver se acontece né. Não tenho um mês certo. É porque na minha geração não tem”*.

Temos o seguinte relato de Josilda Correia:

*“Peço pela saúde e paz para meus filhos e pra mim também, e por todas eu rezo não só por mim, mas todas as pessoas que me pedem oração tem muitas que lembram mais assim de mim em geral eu peço por todas as pessoas peço minha paz e paz no mundo... por exemplo, eu mesmo com fé fui a Virgem dos Pobres pedir uma graça de conseguir a minha casa (...)”*.

E Cicera Maria afirmou:

*“A gente pede mais pela saúde. Sempre que precisa, mas eu peço sempre pela saúde”*.

É possível entender porque a saúde é um motivo frequente nos pedidos e que ocorre uma continuidade deste pedido, ou seja, ele sempre é renovado, pois de forma geral essas senhoras já tem idade avançada e pela sua condição financeira nem sempre tem acesso a tratamento de saúde adequado. Foi descrito por uma das entrevistadas que o melhor momento de pedir é quando se encontra em dificuldade e outra revela que

---

<sup>278</sup> Ligação próxima com a divindade, ou com a sua especialidade.

deve ser efetuado o pedido sempre que se precisa. No trecho de Josilda ela ainda relata a situação de interceder por outras pessoas, no caso são familiares ou amigos que solicitam que a mesma faça oração (pedido) por eles. Temos também segundo motivos materiais é a casa algo é usualmente solicitado pelos promitentes no Santuário.

Quando se fala em agradecimento dona Cicera Bernades disse:

*“Eu acendo velas, mas faixas eu nunca coloquei não. Pago missa (...) faço minhas orações de agradecimento a minha Mãe dos pobres”.*

Já Josilda Correia informou:

*“Eu como sempre faço promessa e antes de recebê-la continuo e já ia agradecendo e recebia. Sempre recebia (...) graças a Deus consegui ai eu fui agradeci mandei fazer uma placa agradeci mandei um rapaz colocar ai desde então, nunca deixei”.*

*E Cicera Maria revelou:*

*“(...) ia rezar três pai-nosso com ave-maria, nos pés dela e primeira viagem que eu fazia era visitar ela (Virgem dos Pobres) e levei um maço de velas para acender pra ela”.*

Neste trecho podemos identificar como se evidencia o agradecimento dos pedidos realizados, enfatizando o que as entrevistadas realizam acender velas, pagar missa<sup>279</sup>, fazer orações, colocar faixas. Como também o caso que mesmo antes de receber o pedido já vai agradecendo seria uma maneira de persistir até que o pedido se realize.

Quando tratamos do quesito fé as entrevistadas identificaram as seguintes afirmações.

A entrevistada Josilda Correia relatou sobre a fé:

*“Pra mim a fé é tudo, a pessoa sem fé não alcança nada, nada é realizado tem que ter fé mesmo. Tem pessoas que diz a fala em fé, a fé é tudo. Se a pessoa não tiver fé não consegue nada. E eu graças a Deus tô satisfeita, sempre minha palavra é essa a fé. Tudo é fé se não tiver fé não consegue nada”.*

Já Cicera Maria afirmou:

*“Eu tenho muita fé em nossa senhora, em Jesus e também no meu padre Cícero. A gente acredita que tudo que se pede com fé com a ajuda dos santos, Deus atende”.*

Nesse assunto Cicera Bernades disse:

*“Eu acho que a fé é confiar, pedir confiando”.*

---

<sup>279</sup> Esta expressão se traduz em costume de se colocar intenções na celebração da missa, que pode ser em forma de interseção pela saúde de alguém, agradecimento de algum pedido realizado ou até mesmo por quem já faleceu.

Podemos observar que a palavra “fé” foi repetitiva na argumentação das entrevistadas, evidenciando que na sua falta não se consegue nada. E finaliza com agradecimento a divindade. Já Cicera Maria remonta para questão da intercessão, pois, pedindo as demais divindades Deus, sendo soberano, realiza o pedido.

As entrevistadas expressaram caminhos bem semelhantes no que tange à participação no Santuário e às promessas, as quais novamente se identificam nos pedidos pela saúde tanto si, quanto para os parentes, com os pedidos atendidos constatamos a entrega de ex-votos como também orações de agradecimentos. A fé na figura intercessora de Maria (Virgem dos Pobres) é de fato frequente entre os promitentes e faz com que a relação se estreite cada vez mais entre o fiel e a divindade, como podemos citar na fala de uma das entrevistadas, que se refere à Maria (Virgem dos Pobres) como “santinha”.

Num contexto geral podemos perceber nas entrevistas é que a promessa constitui uma forma de se alcançar uma graça desejada, uma forma de intermediação entre o sagrado e o profano. Nesse caso, temos que a própria expressão da religião como um fato social que, no caso da relação fé-promessa, perpassa pela obtenção do que é desejado, como a cura de uma doença ou mesmo o resgate financeiro do indivíduo. O que Manoel (s/d) expressa em seu artigo encontra respaldo na própria realidade, onde a religião ultrapassa os limites divinos e age no meio social. O rito eclesial expressa uma forma de conduzir o indivíduo ao caminho que melhor expresse seu desejo e o “pagamento” da promessa expressa à gratidão, o respeito, a confiabilidade, a “magia”, o crescimento da fé e a demonstração para o outro de que aquela graça alcançada pode ser conseguida por todos.

De fato, pode-se constatar como uma socialização iniciada pelo meio oficial que é a igreja se tornou com o passar do tempo uma manifestação do catolicismo popular no Santuário Virgem dos Pobres, a cultura dos promitentes que se relaciona com a fé sob a intermediação de Maria para a realização de sua promessa fazendo com que a divindade colabore para que ocorram as trocas simbólicas expressas com ex-votos.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

- ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 2000.
- ALVES, Rubens. **O que é religião?** São Paulo: Loyola, 2003.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. **Cultura popular brasileira**. 2. ed. São Paulo: Martiz Fontes, 2007.
- BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Org. Luiz Benedetti; trad. José Barcelos. São Paulo: Paulus, 1985.
- BITTENCOURT, José. **Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico”. In: **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória do Sagrado**. Estudos de Religião e Ritual. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA**. São Paulo: Loyola, 2000.
- CHIRON, Yves. **Os milagres de Lourdes**. São Paulo: Loyola, 2000.
- CIPRIANI, Roberto. As Formas Religiosas de Dürkheim. In **Manual de sociologia da religião**. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2007. Coleção Ciências Sociais.

- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano – A essência das Religiões**. Lisboa: L.B, 1982.
- ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Antropologia Social da Religião**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1978.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: a época colonial**. v. 1, 8ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- LABURTHE-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean- Pierre. **Etnologia-Antropologia**. Trad.: Anna Hartmann Cavalcanti. 5ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LANNA, Marcos. **Notas sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva**. Revista. Sociologia Política. Curitiba, 14: p. 173-194, jun. 2000.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, ciência e religião**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MANOEL, Ivan Ap. HISTÓRIA, RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE in. **Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História**.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MELO, Luís Gonzaga de. **Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In.: DESLANDES, Suely Ferreira (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.
- \_\_\_\_\_ (et al.). **Sujeito & Discurso**. São Paulo: Editora da PUC-SP (Série Cadernos PUC – 31). 1988b.
- \_\_\_\_\_ **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. 6 ed.. São Paulo: Pontes, 2005.
- PALEARI, Giorgio. **Religiões do povo: um estudo sobre a inculturação**. São Paulo: Ave Maria, 1990.
- PEDROSA, Tânia de Maya. **Arte popular de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 2000.
- PEÑA, Roberto Santos. et al. **Promessas e Milagre: no santuário do Bom Jesus do Matosinho**. Brasília: Pró Memória, 1981.
- PEREIRA, Pedro. **Peregrinos: um estudo antropológico das peregrinações a pé a Fátima**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Magia**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- SANCHIS, Pierre (Org.). **Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- STEIL, Carlos Alberto. **O sertão das romarias**. Um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa. Petrópolis: Vozes, 1996.
- STEIL, Carlos Alberto et al. **Maria entre os vivos**. Reflexões teóricas e etnográficas sobre aparições marianas no Brasil. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

**SIMPÓSIO 3 – POR UMA  
ESCOLA HISTÓRICA  
LATINO-AMERICANA**

## **“O SÍMBOLO MÁXIMO”: A CONSTRUÇÃO SÍMBOLICA DA FÍGURA DE D. PEDRO II**

*Augusto Henrique Guedes Batista*

Esse trabalho é fruto de leituras feitas na disciplina de História do Brasil II do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG Paraíba da obra “As Barbas do Imperador” da historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schuwarcz. Nossa discussão é centrada na simbologia construída da figura de D. Pedro II. A infância do menino Pedro e o fim do reinado de seu pai, D. Pedro I, são relevantes, pois é nesse momento que tem início o projeto de solidificar uma Monarquia brasileira de caráter europeu. E através dos estudos, de Roger Chartier<sup>280</sup>, sobre a construção do Estado moderno, no século XV, podemos ver que o Segundo Reinado brasileiro estava revestido por símbolos e signos que justificavam o poder monárquico. O Pedro, genuinamente brasileiro, representava, desde sua infância, a permanência da então elite imperial, que aumentou sua influência no primeiro reinado e ainda era muito conveniente se apoiar na figura de um monarca. Para Roger Chartier a representação pode ser definida como,

*...dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma “imagem” capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. (CHARTIER, 1985, p.20)*

O Primeiro Reinado vem sendo abordado pela historiografia como período entre a proclamação da independência e a libertação nacional, que seria em 1831, quando se consolidava de fato a autonomia e D. Pedro I era superado pelos Liberais. Entretanto, o Primeiro Imperador conseguiu estruturar a continuidade imperial, fazendo deste país uma ilha monárquica em meio a um mar de repúblicas. Então na madrugada de 2 de Dezembro de 1825, depois de quatro filhas, D. Leopoldina de Habsburgo e D. Pedro I de Bragança são agraciados com o nascimento do príncipe batizado com o nome D. Pedro de Alcântara. Essa criança nasceu com o destino traçado, cresceu envolvido por uma mística resultada da representação divina, herança da realeza medieval europeia, e das aspirações de manter o Império a salvo da fragmentação. De toda forma, a criança era justificada como o Augusto, da nação, por meio da sua linhagem. Ele representava o resultado de três importantes casas reais europeias que eram os Bourbon, dos Habsburgo e dos Bragança, seu batizado foi tomado por uma mística incomum.

No primeiro aniversário, o pequeno príncipe, felizmente não entendia o que estava acontecendo. Sua mãe se encontrava enferma, e após dez dias do aniversário, ela faleceu e como não se bastasse suspeitavam que a causa fosse os ciúmes. Já que D. Pedro I, como se sabe, mantinha diversos casos amorosos chegando a tornar público, lógico que de forma implícita, como no caso da viscondessa de Santos que ele a transformou em

---

<sup>280</sup> O historiador Roger Chartier é um dos historiadores de maior importância teórica na área da história cultural do momento desenvolvendo trabalhos abordando temas como história do livro, da leitura e do leitor. Ver A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo; Memória e Sociedade. DIFEL Difusão Editorial, LTDA. Lisboa. Rio de Janeiro, 1985.

Marquesa. Nesse contexto, Pedro de Alcântara, estava meio esquecido, no Paço, devida as conturbações da família e da política, mesmo sendo o pequeno símbolo, representando o monarca “puramente brasileiro” com o futuro exigido pelos anseios. A infância, do segundo imperador, parece ser extremamente planejada pelos tutores, os horários eram rígidos e o menino era empenhado. Estudava Escrita, Aritmética, Geografia, Desenho, Francês, Inglês, Música e Dança.

Segundo Chartier podemos designar símbolo enquanto,

*...todas as categorias e todos os processos que constroem “o mundo como representação”. Daí o destinar uma função universal ao espírito de conjunto das produções, quaisquer que sejam, provenientes da ordem da representação ou da figuração; daí, conseqüentemente, a extenso máxima fornecida ao conjunto de símbolo para o qual remetem todas as formas ou todos os signos graças aos quais a consciência constitui a “realidade”. (CHARTIER, 1985, p. 20)*

E no conturbado período Regencial, em ano de 1835, já se cogitava a ascensão de D. Pedro II ao trono, que pela Constituição, era para acontecer em 1843 quando atingisse a maioria. Os liberais cariocas se animavam com essa medida, pois apostavam na saída da Monarquia, os conservadores sabiam das intenções, mas se mantiveram neutros porque não podiam combater o discurso de que a figura do Imperador unificaria toda a nação. Mas se no princípio essa medida não passou de uma manobra política, aos poucos, essa medida foi tomando ares de real salvação nacional.

No começo da adolescência, D. Pedro II, passa a ser uma necessária imagem a ser exposta nos jornais, repartições, no papel moeda. Mesmo não sendo o monarca sagrado, ainda, sua imagem começava a ganhar o Império. Ele aparecia raramente com roupas de passeio, mas sempre portando seus signos e símbolos que identificava sua realeza.

Frustrando as intenções liberais, o Brasil voltava ao princípio monárquico. Com o golpe da maioria, de fato, D. Pedro de Alcântara agora D. Pedro II personificava em si o Império. Em 18 de julho de 1841 a cidade do Rio de Janeiro se viu em festa. A Corte se vestia com o que havia de melhor, pois iria acontecer o maior ritual já visto no país. Esse ritual acompanhava o modelo napoleônico, com uma simbologia herdada das Monarquias europeias medievais. D. Pedro II foi tomado por diversos apetrechos que simbolizavam a divindade e a soberania daquele homem superior sobre os outros.

Então os rituais que remontavam no Brasil uma tradição europeia foram programados. Regras foram colocadas para a entrada do Imperador na capital do Império, organizando grande cortejo que ia do Paço de São Cristóvão ao Paço da Cidade, cada grupo social assumia seu papel. No dia 18 de julho, a sagração do Imperador acontecia na Capela Imperial; a cerimônia estava tomada pelos signos, símbolos e insígnias que representavam o Império, através da porta-insígnias. E não eram poucas, havia o manto do fundador imperial, a mão da justiça, a espada do Ipiranga, a Constituição do Império, o globo imperial, as oferendas, o anel e as luvas, o cetro, a espada do Imperador, a coroa e etc. Ainda participavam de tal evento, estandartes, armas, bandeiras e os hinos da Independência e do Imperador, as continências, as entoações em latim, tudo acontecendo em perfeita ordem. Era um universo de símbolo, ou simbologia, que representava o Império. A purificação das mãos, do Imperador, durante o banquete era algo que atingia diretamente o espírito das testemunhas, pois, aquela gestualidade representava o céu na terra; essa encenação a muito não se fazia no ritual português.



Essa reprodução monárquica europeia medieval, nos trópicos, era muito curiosa a população largamente mestiça e negra, e os brancos de descendência ibérica. O jovem monarca com suas características austríacas era louro de queixo alongado e traços afilados que fazia com que ele se destacasse em meio aquela população. Então mesmo tentando reproduzir as experiências europeias, o Império brasileiro, construiu uma experiência única. Essas cerimônias públicas não representam apenas, mas também constroem as relações entre a sociedade e o Estado. E onde o Imperador não estivesse existia agora os monumentos, as armas, as cores, os emblemas, a moeda, as imagens que o representava, e também o Estado e a Nação.

Nos primeiros anos de reinados, D. Pedro II, se distanciava do cenário político para dar continuidade aos seus estudos. Mas os debates dos tempos regenciais continuavam os mesmos, o perigo eminente das rebeliões separatistas se colocava acima das desavenças entre Liberais e Conservadores. No primeiro momento, o Clube da Maioridade segue governando o Império, da mesma forma que os regenciais, o de D. Pedro até aí era de reinar nas artes, cultura e ciências. Sua figura justificava também o poder, ou o governo, do Clube da Maioridade.

Lilia Moritz Schwarcz<sup>281</sup> diz, que nesta fase a, o rosto limpo e a falta de barbas, em D. Pedro, causa ansiedade naqueles que o usavam para governar. A aparência jovial também se mostrava como problema, sendo aí que entra as imagens construídas com o intuito de envelhecer o Imperador adolescente. As pinturas sempre o colocavam com expressão serena, longe de qualquer de emoção ou arroubo da juventude; havia também a intenção de passar uma imagem de predestinado para governar, as imagens eram meticulosamente planejadas. Nas imagens, D. Pedro II, hora aparecia mais virado para a esquerda hora para a direita, sempre na presença de algum dos símbolos imperiais como o trono, o cetro, livro da Constituição, espada. O interessante é que na maior parte do tempo do segundo Reinado o Imperador é um homem jovem, mas ficou imortalizado nos livros didáticos com a imagem de velho.

Durante esse distanciamento, do segundo Imperador, de fato se ocupou das artes e das ciências e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se mostra como um dos preferidos projetos do Monarca. O Instituto tinha o objetivo de escrever uma História oficial do Brasil, mas não só havia o compromisso com a História. A Literatura foi extremamente utilizada num projeto de nacionalismo romantizando a figura do índio, o nativo brasileiro representava algo de genuíno para a nação, D. Pedro II gostava dessa intenção, nesse contexto a figura do índio foi incorporada a simbologia nacional. Por sua vez, o Imperador, não só apoiava como financiava alguns dos literatos, que, através de suas obras produziam essa figura romantizada do índio. Mas D. Pedro II foi, num certo tempo, mais ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do que a Assembleia Geral, ao Instituto ele comparecia a centenas de sessões durante o ano já na Assembleia participava apenas da abertura e do encerramento, no começo e no fim do ano, não passava de uma formalidade. E se a Monarquia no Novo Mundo era vista com desconfiança, no próprio Império também havia aqueles descontentes e o Instituto se empenhava num projeto cultural com o propósito de acabar com esse descontentamento interno.

Um pouco mais velho, o Monarca brasileiro, passa por outras ocasiões solenes de Coroação, representadas em pinturas, em que o ritual ganha aspectos tropicais como frutas da terra, com os tradicionais louros, mas cercado por ramos de tabaco e café. Nesse caso também foram incorporados símbolos de progresso e modernidade como o vapor, o navio, o globo, os livros e a paleta; que vinculam o Monarca tropical aos

---

<sup>281</sup> Historiadora e antropóloga, atualmente é professora titular da Universidade de São Paulo. Lilia Moritz Schwarcz possui vasta publicação entre livros e artigos e outras publicações científicas.

ganhos da civilização.

Ainda tratando da construção simbólica da figura do segundo Imperador, a representação de seus monumentais palácios é uma constante. Figurando ao lado da família imperial, aparecem com frequência, desenhos e mais tarde fotos das residências de D. Pedro II. No Brasil imperial, existia uma diferenciação entre as moradas da nobreza e a do Imperador. A nobreza tinha suas residências chamadas de palacetes e o Imperador, apenas o Monarca, possuía o palácio. E o Palácio do Imperador era administrado pelo mordomo-mor, que era nomeado pelo Imperador junto com outros oficiais que lhe deviam obediência.

O Paço da cidade existe desde quando D. João desembarcou no Rio de Janeiro, o Príncipe Regente tomou como sua morada o Palácio dos Vice-Reis, que ficava próximo ao cais. O Paço foi se transformando a cada reinado, foi onde D. Pedro de Alcântara foi educado. Outra importante residência imperial era o Paço da Boa Vista também conhecida como Quinta da Boa Vista. Essa residência foi construída por um importante comerciante que presenteou D. João com a propriedade. Os três monarcas que governaram o país moraram nessa propriedade, pelo menos por algum tempo. Era nessa propriedade que os monarcas preservavam mais suas intimidades, levando em consideração a beleza natural do local.

A Fazenda de Santa Cruz, foi outra importante propriedade real. A Fazenda era moldurada por mar, praia, mata, planície, serra e montanha. A exuberância da natureza somada ao trabalho dos jesuítas fez daquilo tudo um modelo de rentabilidade e convivência, essa Fazenda foi incorporada ao Estado depois da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. O interessante é que os jesuítas, nesta fazenda, iniciaram jovens negros na música, costume mantido por D. João, e herdado por D. Pedro II que também incentivou. Esta fazenda passou a ser a residência de verão da família real e posteriormente da imperial.

Podemos dizer que a propriedade imperial mais surpreendente foi o Palácio construído numa região montanhosa, onde se fundaria a cidade de Petrópolis. A construção dessa cidade era um sonho de D. Pedro I, sendo realizada por D. Pedro II. Essa residência era para ser de verão, mas o Imperador vez por outra visitava a cidade e se hospedava em seu Palácio. Aquela cidade que nasceu ao redor do Palácio Imperial, como já disse, era Petrópolis, a cidade de Pedro.

Mais tarde, na década de 60, é quando o monarca governa livre dos tentáculos regenciais, a Guerra do Paraguai se mostra, para o Imperador, o auge do seu Governo e o começo do fim da Monarquia. O Monarca, quando avisado dos eventos que deram início ao conflito, sem pensar muito, foi o mais rápido possível à fronteira com o exército, foi uma grande surpresa já que o Imperador era um homem das letras. E em seguida apareceu um arsenal de imagens, usando a figura do Imperador, como meio de mobilizar a sociedade brasileira. Durante essa guerra podemos ver que D. Pedro II chegou a governar o Império de forma contundente, no fim da guerra, a caçada a Solano Lopez mesmo com a crítica geral foi bancada pelo Imperador. Então não podemos afirmar que ele era apenas mais um símbolo, mas podemos acreditar que ele foi o símbolo máximo de um sistema de governo no seu país.

### **Considerações finais**

Neste trabalho buscamos analisar o simbolismo criado na figura Imperador D. Pedro II e em seu entorno. Com esse intuito nos utilizamos do livro “As Barbas do Imperador”, da historiadora Lilia Moritz Schwarcz. Essa importante obra da historiografia brasileira sobre o segundo Império brasileiro nos possibilitar pesquisar

sobre a simbologia, ou até mesmo sobre as representações em torno da figura do Imperador D. Pedro II. Schuwarcz em seu livro “As Barbas do Imperador” analisa vários aspectos da vida do Imperador D. Pedro Segundo. Procuramos aqui destacar alguns aspectos que essa obra trata a respeito do segundo Imperador nas três fases de sua vida, na infância, na adolescência e toda fase adulta. Com esse trabalho pude perceber que a simbologia Imperial de fato representava o poder ou o governo dessa nação. O Imperador e seus signos e símbolos remontavam no Brasil, uma monarquia ao estilo europeu medieval. Mas ressalto que essa foi uma experiência única onde havia um Imperador de aparências germânicas, uma grande população negra outra mestiça, e uma menor parcela da população que era branca.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – Entre Práticas e Representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo; Memória e Sociedade; Difel; 1985. Rio de Janeiro.  
SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**. Cia das Letras, 1998. Rio de Janeiro.

## DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA: RELAÇÕES DE PRODUÇÃO EM ASSENTAMENTOS NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Franciel Coelho Luz de Amorim

### O CAPITALISMO BUROCRÁTICO: DOS ESTUDOS DE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI À DEFINIÇÃO E APLICAÇÃO POR ABIMAEEL GUZMÁN

A análise do processo de desenvolvimento capitalista nos países da América Latina cerca-se de especificidades que precisam ser observadas e estudadas a partir das particularidades de cada país. Países como Peru, Brasil, México<sup>282</sup>, por exemplo, tiveram processos de penetração e desenvolvimento do capitalismo, com semelhantes características, sobretudo nos processos de independência, da predominante concentração territorial como herança colonial e em função o consequente problema agrário, pautado na distribuição e na propriedade da terra, configurando a semifeudalidade<sup>283</sup>.

A realidade peruana foi estudada e explicada por José Carlos Mariátegui que revelou em seus estudos que o processo de independência no qual derivou a república não alterou a estrutura feudal da colônia e com isso a antiga classe detentora da propriedade da terra manteve suas posições firmes durante a República, ou seja, a manutenção das estruturas feudais. “A antiga classe feudal – camuflada ou disfarçada de burguesia republicana – conservou suas posições. A política de desamortização da propriedade agrária iniciada pela revolução da independência [...] não levou ao desenvolvimento da pequena propriedade.” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 68). Nesse sentido as relações semifeudais<sup>284</sup>, muito longe de serem liquidadas, prosseguiram-se no contexto da república.

A servidão e o latifúndio são expressões de herança do feudalismo colonial preservadas no processo de independência e mantidas sobre a República. O termo Latino-americano de correta adequação para caracterizar a intensidade da semifeudalidade é o gamonalismo que segundo Mariátegui (2010, p. 54-55) explica um fenômeno:

*O termo ‘gamonalismo’ não designa só uma categoria social e econômica: a dos latifundistas ou grandes proprietários de agrários. Designa todo um fenômeno. O gamonalismo não está só por os gamonales propriamente ditos. Compreende uma larga hierarquia de funcionários, intermediário, agentes, parasitas, etc. O índio alfabeto*

<sup>282</sup> Sobre a realidade Mexicana Isidro Serrano em sua obra “*Revolución agrária y semifeudalidad*” elenca toda a estrutura de caráter extremamente feudal do país, sobre tudo, ressalta um dos elementos importantes, “a fazenda, o que seria a forma típica das relações feudais e semi-feudais no México até bem entrando no século vinte. As duas formas básicas de características de relações de produção das fazendas foram a renda da terra (principalmente meação) e serviços pessoais, na forma de peonagem [...]” (SERRANO, 1991, p. 09, tradução nossa).

<sup>283</sup> Alberto Passos Guimarães em sua obra “*Quatro séculos de latifúndio*” enfatiza essa característica de manutenção da semifeudalidade também no Brasil pós-processo de independência afirmando que “a estrutura agrária não se alteraria em suas linhas fundamentais: mantinham-se intactas as características coloniais e feudais do sistema de produção na agricultura brasileira”. (GUIMARÃES, 1977, p. 89).

<sup>284</sup> Relações não assalariadas e que, portanto, não se configuram como relações capitalistas como a meia, a terça, pagamento em trabalho, etc.

*se transforma em um explorador de sua própria raça porque se põe a serviço do gamonalismo. O fator central do fenômeno é a hegemonia da grande propriedade semifeudal na política e o mecanismo de Estado.*

A partir de meados da segunda metade do século XX Abimael Guzmán retoma os estudos de Mariátegui sobre a realidade Peruana, bem como de outros países Latino-americanos com as mesmas expressões de desenvolvimento capitalistas, ou seja, com predomínio de um capitalismo atrasado definido por Guzmán como capitalismo burocrático. Um tipo de capitalismo que se delineia nos países dominados pelo imperialismo<sup>285</sup>.

Países que apresentam também o problema da distribuição e da propriedade da terra e com isso a contradição entre o latifúndio e o campesinato sem terra ou com pouca terra. São países que não resolveram o problema da terra, ou seja, o problema agrário e camponês. O capitalismo burocrático “é o capitalismo que impulsiona o imperialismo em um país atrasado; o tipo de capitalismo, a forma especial de capitalismo, que impõe um país imperialista em um país atrasado, seja semifeudal, semicolonial.” (GUZMÁN apud CAMPOS, 2012, p. 09, tradução nossa).

O conceito já tinha sido formulado por Mao Tse-tung no processo de revolução chinesa, no qual aplicou aos países que não realizaram revolução burguesa. Nesses países a solução do problema agrário transfere-se para as revoluções proletárias, sendo que Guzmán formula e aplica uma concreta definição do conceito de capitalismo burocrático sobre o prisma da realidade peruana à realidade Latino-americana. Assumimos aqui as considerações de Martín Martín (2007a e 2007b) ao colocar Guzmán como o atual herdeiro e continuador das teses de Marx, Engels, Lênin e Mao Tse-tung. Assim Guzmán (1988, p. 46, tradução nossa) definiu o capitalismo burocrático:

*[...] sobre uma base semifeudal e sob um domínio imperialista, desenvolve-se um capitalismo, um capitalismo tardio, um capitalismo que nasce amarrado a semifeudalidade e submetido ao domínio imperialista [...]. O capitalismo burocrático desenvolve-se ligado aos grandes capitais monopolistas que controlam a economia do país, capitais formados [...], pelos grandes capitais dos grandes latifundiários, dos burgueses compradores e dos grandes banqueiros; assim vai-se gerando o capitalismo burocrático preso [...], ao feudalismo, submetido ao imperialismo e monopolista, e isto tem que ser levado em conta, é monopolista. Este capitalismo, em certo momento da evolução, combina-se com o poder do Estado e utiliza os meios econômicos do Estado, o utiliza como alavanca econômica e este processo gera outra fração da grande burguesia, a burguesia burocrática; desta forma dar-se-á um desenvolvimento do capitalismo burocrático que já era monopolista e transforma-se por sua vez em estatal.*

Os países de capitalismo burocrático são caracterizados por relações pré-capitalistas no campo, pois mantém relações semifeudais conforme descritas por Martín

---

<sup>285</sup> Conceito definido por Lênin em 1916. Sua Teoria mostra que o capitalismo atingiu uma fase superior de seu desenvolvimento. O autor afirma que “o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância à exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre países capitalistas mais importantes”. (LÊNIN, 2000, p. 88).

Martín (2007a): 1) A manutenção de relações de produção (regimes de propriedade de natureza pré-capitalistas; 2) Manutenção e reprodução de um campesinato minifundista (que se apresenta com formas coletivas ou privadas); 3) Leis, decretos, ações e outras disposições de natureza jurídica, política e ideológica que atam o campesinato a terra, incluídos nesse bojo, o total controle sobre os trabalhadores diaristas, chamadas de ações clientelistas (Patriarcais, de patronato e apadrinhamento).

Através do capitalismo burocrático se torna possível o entendimento da questão agrária, do problema camponês. Sobretudo os ciclos de miséria que os cercam, a expulsão de muitos camponeses de suas origens para as periferias das cidades, as relações capitalistas no campo sobre a ótica da fase imperialista. A propriedade latifundiária aponta para a alta concentração de terra nas mãos de poucos. Contrário a grande propriedade latifundiária está à pequena propriedade (os minifúndios) que se distribuem em torno dos latifúndios, mas sem conseguir pelo menos uma produção de inteira subsistência; são condicionados assim como os camponeses sem terra a sua submissão às relações de semifeudalidade.

Na produção agrícola da região do Vale do São Francisco essas relações são comuns, consequência direta da política de reforma agrária ao estabelecer vários assentamentos próximos das grandes propriedades/fazendas de alta produção agrícola e que, principalmente no período de colheita, necessitam de uma gigantesca e temporária mão de obra. Também tem uma economia submetida inteiramente ao mercado internacional, na qual os interesses sociais, políticos e econômicos são vinculados pelas grandes potências da Europa e dos EUA. Ficando, assim, definida a dominação imperialista sobre a região do Submédio São Francisco e elencado elementos que caracterizam um país com predomínio do capitalismo burocrático.

## **O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO VALE DO SÃO FRANCISCO E A SITUAÇÃO DA CLASSE CAMPONESA ASSENTADA**

Na década de setenta foi discutida uma política de irrigação no Vale do São Francisco através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), dando largada para a implementação dos projetos de irrigação, com intuito de atrair os pequenos produtores, organizando-os em cooperativas, na intenção de gerar uma base de emprego e reter a força de trabalho das zonas rurais para os polos irrigados. Chilcote (1990, p. 334) coloca que “depois de quinze anos de atividade, apenas 307 colonos estavam trabalhando a terra, sendo 105 em bebedouro, 49 em mandacaru e 153 em maniçoba”. O autor afirma ainda que “o governo ofereceu crédito oficial e estimulou a iniciativa privada a organizar projetos: assim estabeleceram-se na região a Agrovale (7.000 hectares), a Alfanor (4.000 hectares) e a Cica-Norte (500 hectares)”.

As grandes empresas foram se estabelecendo, principalmente por terem todo um aparato e incentivo de recursos subsidiados pelo governo. A visão dos políticos locais era de tornar por meio da irrigação o submédio do São Francisco como um celeiro de exportação no setor agroindustrial para o mercado mundial. Todo o conjunto de potencialidades da região atraía cada vez mais nesse processo, agroindustriais de todas as partes, que ansiavam o cultivo das novas culturas como o tomate, a cebola, melão, manga, uva etc... Acabaram por deixar no esquecimento os velhos cultivos já aqui estabelecidos como mandioca, milho, feijão e etc.

*A estrutura montada na região para contemplar o modelo agrícola, requeria pesados investimentos e os custos de sua manutenção eram elevados. Para viabilizar a agricultura irrigada, o governo bancou o grosso dos investimentos criando e repassando a utilização das estruturas a empresários e aos colonos, além de subsidiar o crédito agrícola e, até mesmo, anistiando dívidas em certas circunstâncias. Em decorrência do papel que o Estado assumiu, a contabilização dos custos da produção era feita de maneira irreal, pois não levava em conta os subsídios diretos e indiretos. (LOPES, 1997, p. 161).*

Essa política de subsídio assumida pelo Estado durou apenas até a década de 1990, momento em que o Estado submete os colonos e empresários agroindustriais assegurar por si só a manutenção dos projetos de irrigação. Sem o apoio do Estado e principalmente na crise econômica, estabelecida a partir dos anos oitenta, muitas fazendas não conseguem subsidiar e manter intactas seu nível de desenvolvimento, levando-as a falência. Com isso, despontaram várias lutas cuja reivindicação era à aplicação da política de reforma agrária e, na extensão territorial compreendida entre os municípios de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, se conformaram dezenas de assentamentos nas áreas que compunham as fazendas que não conseguiram se manter na crise. Falidas foram ocupadas.

*Parte das fazendas que outrora receberam todo o apoio oficial e que serviram de vitrines para expor as potencialidades da região, como as fazendas Safra, Catalunha, Varig, Ouro Verde e outras de menos significação, quebraram. [...] o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra invadiu algumas das fazendas que no passado serviram de vitrine da irrigação, mas que se encontravam em estado de abandono ou de semiabandono. (LOPES, 1997, p. 163).*

Buscamos na observação direta a situação de vida e de produção em assentamentos conformados no Vale do São Francisco a partir das diversas lutas sociais com objetivo da aplicação da reforma agrária nessas propriedades, como acima citadas, assim como na fazenda Ouro Verde no município de Lagoa Grande e Catalunha, que fica situado na divisa de limites entre os municípios de Lagoa grande e Santa Maria da Boa Vista - PE. Adotamos como critério de escolha o fato de serem assentamentos decorrentes de ocupações feitas pela massa camponesa sem terra nas fazendas abandonadas ou semiabandonadas a partir da grande crise do mercado agroexportador nos finais da década de 1990.

Como o trabalho ainda está em andamento os resultados são apenas parciais. Identificamos que em decorrência do processo de Reforma Agrária ocorrido no assentamento Ouro Verde (segundo dados do INCRA e dados colhidos *in loco*) que na antiga propriedade com área agricultável de 430 hectares foram assentadas 100 famílias, sendo somente entorno de 45 ha com infraestrutura de irrigação. Cada família obteve um lote com 3,0 ha de terra agricultável para produção, sendo que a área irrigada para cada família foi de 0,5 ha. Assim como podemos observar nos dados do INCRA na tabela<sup>286</sup> abaixo:

---

<sup>286</sup> Tabela 1 com Informações gerais do Projeto de Assentamento Ouro verde, consultada no laudo técnico do INCRA nº 28/99.

Denominação do imóvel	P. A. Ouro Verde
1) Decreto lei	Portaria: 045 de 15/03/97
2) Data de desapropriação	-
3) Data de imissão de posse	-
4) Obtenção de compra	Portaria: 0245 de 30/09/1995
5) Publicado:	Em 01/10/96
6) Data de criação do P. A.	
5) Valor da terra nua	R\$ 260.854,02
6) Valor total das benfeitorias reprodutivas	R\$ 1.211.387,48
7) Valor total das benfeitorias não reprodutivas	R\$ 331.420,14
8) Valor das benfeitorias (6 + 7)	R\$ 1.542.807,62
9) Valor total do imóvel (5 + 8)	R\$ 1.803.661,64
10) Área Total	539,8134 há
11) Valor do imóvel por ha (9 / 10)	R\$ 3.341,26
12) Custo médio / família	R\$ 1.944,89
13) Área de reserva legal	107 ha
14) Área de preservação permanente	1,9000ha
15) Área agricultável [(10 – (13+14))]	430.91 há
16) Número atual de famílias	100 famílias
17) Área média das parcelas (15 / 16)	3,0 ha
Número de famílias agregadas (não cadastradas)	
Número de vagas ou famílias excedentes	

De início observamos a reprodução de um campesinato minifundista como a segunda característica da semifeudalidade conforme Martín-Martín (2007a), pois todos os lotes se enquadram na categoria de minifúndios<sup>287</sup>. Hoje segundo estimativas dos assentados a área plantada chegou aos 70 ha, ficando assim 350 ha na inatividade, se configurando como indício de ruína do assentamento.

Ao lado identificam-se várias fazendas/empresas com grande produção de frutas e que utiliza da mão de obra disponível no assentamento, isso acontece, principalmente, pelo fato das famílias crescerem e se multiplicarem enquanto os lotes ficam fixos em 3,0 hectares com produção em 0,5 ha.

Podemos elencar uma série de dificuldades encontradas no assentamento como a própria falta de assistência técnica por parte do INCRA e demais órgãos do governo; venda da produção para atravessadores, já que não possuem sistema de escoamento; etc. Ao adotarmos as formulações de Serrano (1991), identificamos que a luta pela terra no assentamento ficou galgada apenas a um caráter reformista do Estado pelo processo de Reforma Agrária. “[...] a luta por a terra, como qualquer outra luta, pode prestar-se a fins meramente reformistas – e a Secretária da Reforma Agrária [o INCRA no caso do Brasil] existe para assegurar que assim seja”. (SERRANO, 1991, p. 03-04, tradução nossa e acréscimo nosso).

<sup>287</sup> Denomina-se como minifúndio a propriedade agrícola com um diminuto tamanho cujo cultivo não satisfaz as exigências alimentares e de subsistência do cultivador, sendo forçado há dividir seu tempo entre seu pedaço de terra, e as grandes propriedades próximas (os latifúndios), onde aluga seus braços e os de sua família.



O *Assentamento Catalunha* nos traz uma conseqüente realidade da política reformista do Estado (a Reforma Agrária), um programa com vários tramites burocráticos que se resume na manutenção da concentração da terra e conseqüente predomínio da semifeudalidade. Conforme os dados da pesquisa junto aos camponeses assentados, a antiga propriedade denominada também de Catalunha foi ocupada em 1996 por um total de 800 famílias camponesas sem terra, ficando somente 600 famílias por determinação do INCRA. Cada família ganhou um lote de aproximadamente 11 ha para uma área total de 6.892 ha. Em relação à quantidade de famílias, o assentamento constitui-se o maior da região Nordeste.

Algumas medidas e ações do Estado tomadas pelos órgãos da Reforma Agrária, principalmente o INCRA, foram de encontro aos reais objetivos da política Nacional de Reforma Agrária que é de suprimir ou sufocar a luta da massa camponesa por aparatos burocráticos sem fim e de conseqüente ruína futura para a comunidade assentada. “A reforma agrária tenta sufocar a luta por a terra ao canalizá-la por tramites burocráticos sem fim. Entrega uma parte da terra a uma minoria a preço da subordinação completa ao estado reacionário.” (SERRANO, 1991, p. 1, tradução nossa).

A antiga fazenda possuía um sistema de irrigação industrial de altíssimo custo com 21 pivores de irrigação, que foi mantido para o assentamento provocando o endividamento. Com isso o fornecimento de energia foi retido causando a impossibilidade de irrigação e de produção, fato que segundo alguns assentados constituem o motivo principal da ruína total do daquela área. Podemos observar na imagem 1, o antigo sistema de irrigação da fazenda, agora pertencendo aos assentamento Catalunha, em total estado de ruína<sup>288</sup>.



<sup>288</sup> Imagem 1: estado do antigo sistema de irrigação industrial da fazenda, herdado para irrigação do assentamento Catalunha. FONTE: Pesquisa de campo em Ago. de 2013.

Foi possível identificar ainda em pesquisa junto aos assentados que a comunidade recebeu alguns investimentos para reforma das residências, mas não houve direcionamento de investimentos que propiciasse a implantação de um novo sistema de irrigação para ativar a produção do assentamento. Em torno de 30 famílias com lotes as margens do rio conseguiram, com recurso próprio e de maneira conjunta, irrigar pelo sistema de micro aspersores seus lotes, os quais produzem permanentemente.

Um dos assentados, o Sr. Adelmir Antero Carvalho nos afirmou que “quem passa nas BR’s olha mais para as casas do que para os lotes, então eu acho que o governo está mais preocupado em ter uma visão da moradia e não da produção<sup>289</sup>”. Nesse sentido, existe um contraste interno de realidades na comunidade do assentamento, assim como se observa abaixo na imagen 2<sup>290</sup>:



A Reforma Agrária provocou no Assentamento a sustentação da semifeudalidade em sua terceira característica conforme Martín-Martín (2007a) a partir do campesinato atado a terra por diversos procedimentos, tais como: as ações empreendidas pelo Estado com investimentos; a lei da reforma agrária que obriga os camponeses a permanecerem fixos nos lotes para futuro direito a posse ou pelo talismã do título da propriedade, uma vez que mesmo depois de terem o título de posse da terra, seguem presos aos lotes sem as mínimas condições de produção.

---

<sup>289</sup> Entrevista realizada em pesquisa de campo em Ago. de 2013.

<sup>290</sup> Imagen 2: a esquerda a média de 30 famílias que por estarem as margens do rio e com recursos próprios irrigaram seus lotes através do sistema de micro aspersores e a direita está a situação dos demais lotes, a quase totalidade, em ruína total e constante. FONTE: Pesquisa de campo em Ago. de 2013.

*As grandes burguesias do Terceiro Mundo (burocráticas, fundamentalmente compradoras e grandes proprietárias da terra) em convivência com as dos países imperialistas, a partir dos anos sessenta, vão desenvolver o capitalismo burocrático no campo através de múltiplas e diversas leis de reforma agrária, cuja característica principal é que foram leis de compra e venda de terras que não destruíram a semifeudalidade, [...]. (MARTÍN MARTÍN, 2007b, p. 10).*

Constituem, portanto, num enorme contingente de mão de obra abundante e com isso são submetidos a ter que trabalhar nas fazendas instaladas próximas do Assentamento, principalmente durante o período da colheita que é de três meses, aproximadamente; assinam um contrato de trabalho no qual chegando o término da experiência - a colheita - é rescindido e voltam para a realidade ociosa do assentamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o Vale do São Francisco é reconhecido, nacional e internacionalmente, como centro da fruticultura irrigada, considerada fonte de prosperidade e tida por muitos como “local de oportunidades”. Em contrapartida, as realidades aqui apresentadas assim como os índices sociais refletem em outra realidade.

Para Martín Martín (2007b, p. 04) “o número de camponeses no mundo atual supera a metade da população do planeta. Nunca antes na história do homem houve tal número de camponeses sobre a terra”. O autor afirma ainda que “o problema camponês converteu-se em uma das questões chave que a maioria dos povos do mundo devia resolver para ocupar seu lugar real no caminho do progresso da humanidade”.

Portanto, o desenvolvimento capitalista nos países subdesenvolvidos da América Latina, assim como o Brasil, procede via um capitalismo atrasado (capitalismo burocrático), com uma economia dominada pelas potências imperialistas, com a manutenção de relações semifeudais no campo e com o problema da distribuição da terra gerando uma grande concentração da propriedade territorial (latifúndios). Tornando-se essencial estudarmos sobre a contradição existente entre o latifúndio e o campesinato sem terra ou com pouca terra, conseqüente às diversas lutas sociais que se desencadeiam em busca do direito a terra e por fim o próprio caráter Reformista adotado pelo Estado na tentativa de controlar/mascarar a situação.

## Fontes e Referências Bibliográficas

CAMELY, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira**: um estudo sobre o estado do Acre. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009. (Tese de Doutorado).

CAMPOS, Miguel. **Puka Amauta**: vida y Obra del Presidente Gonzalo a los 20 años de su detención, 2012. Disponível em: <[http://www.cedema.org/uploads/Puka\\_Amauta.pdf](http://www.cedema.org/uploads/Puka_Amauta.pdf)>. Acesso em: 13 de Ago. de 2013.

CRILCOTE, Ronald. H. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: USP, 1990.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Paz e terra, 1977.

GUZMÁN, Abimael. **Entrevista al presidente Gonzalo**. Comitê Central do Partido Comunista del Perú, 1988. Disponível em: <[http://www.solrojo.org/pcp\\_doc/pcp\\_0688.htm](http://www.solrojo.org/pcp_doc/pcp_0688.htm)>. Acesso em: 22 de Ago. de 2013.

\_\_\_\_\_. **Para entender a Mariátegui**. Partido Comunista del Perú, 1968. Disponível em:

<[http://www.archivochile.com/Ideas\\_Autores/mariategui\\_jc/s/mariategui\\_s0063.pdf](http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/mariategui_jc/s/mariategui_s0063.pdf)>.

Acesso em: 21 de Ago. de 2013.

ISIDRO, Serrano. **Revolución agrária y semifeudalidad**. México: Centro de Investigación Popular – Editorial La Chispa. Disponível em: <<http://mprmexico.blogspot.com/2000/09/revolucion-agraria-y-semifeudalidad.html>>. Acesso em: 08 de jul. de 2012.

LÊNIN, V.I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2000.

LOPES, Esmeraldo. **Opara**: Formação histórica e social do submédio São Francisco. Petrolina: Franciscana, 1997.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. 2 ed. São Paulo: expressão Popular, 2010.

MARTÍN MARTÍN, Victor O. **El papel del campesinado el la transformación del mundo atual**. Málaga: Zambra, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Teoria e prática das guerras camponesas no marxismo do século XXI**. Campinas: UNICAMP, V Colóquio do CERMARX, 2007b.

#### **REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS**

INCRA. **PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento Ouro Verde**, 2002.

**SIMPÓSIO 4 – O ATLÂNTICO e a  
GLOBALIZAÇÃO: OS PROCESSOS  
de CIRCULAÇÃO, COLONIZAÇÃO,  
COMÉRCIO e MESTIÇAGENS  
(SÉCULOS XVI ao XIX)**

## RELAÇÕES DE PODER E PRÁTICAS POLÍTICAS NA OUVIDORIA DO SERGIPE D'EL REY

*Adailton Andrade*

### INTRODUÇÃO

No Brasil Colônia, a figura do Ouvidor tinha por função aplicar a Lei da Metrópole; era totalmente diferente do modelo clássico, pois não representava o cidadão, atendia ao titular do poder, reportava ao rei em Portugal o que acontecia na colônia.

O presente artigo propõe uma discussão acerca das relações de poder e práticas políticas no período colonial português na província do Sergipe D'el Rey em atenção as relações entre ouvidores, capitães mores, igreja e cada de câmara, poder este exercidos pelos ouvidores nas relações políticas administrativas da província em especial nas questões de moradia, tendo em vista que a casa era um dos itens em disputa quando havia a nomeação dos ouvidores-mores. Aqui, analisaremos as relações e atuação dos ouvidores da comarca de São Cristóvão, que exercem seus cargos entre 1696 até e 1820 com a independência política administrativa da Bahia.

Segundo SILVA, 2001 O Ouvidor, era um dos “funcionários” que tinha maior poder dentro da capitania. As suas atribuições eram amplas, e, ao longo do período colonial, ele terá suas atribuições acrescidas de novas funções. No momento da criação do cargo em 1534, suas atribuições.

Para Foucault, (2001) a ideia de poder é bem diferente da tradicional, segundo a qual o poder se apresentava como uma realidade única, estática e soberana, para ele o poder era assim apresentado tradicionalmente, a verdade sobre o poder. Refere-se ao poder como algo localizado:

Ainda descreve Foucault, (2001) que O poder, isto não existe, há, um lugar qualquer, ou emanando de um ponto qualquer, algo que é um poder, (Tal ideia) parece-me descansar sobre uma análise falsificada, e que, em todo caso, não se dar conta de um número considerável de fenômenos.

NUNES, (1989) descreva com muita propriedade que as ouvidorias ressurgiram no Brasil como reflexo do processo de redemocratização, de forma divergente de sua origem. A figura do Ouvidor no caso brasileiro foi introduzida no período colonial. Em 1549, Tomé de Sousa nomeou o primeiro Ouvidor-Geral do Brasil, Pero Borges. Sua função era de representar a administração da justiça real portuguesa, atuando como juiz em nome do rei.

Assim, inicia-se em Sergipe a colonização sob um conjunto de circunstância bem desfavorável. A administração compunha-se de um capitão-mor, ouvidor, provedor-mor da fazenda, escrivães, almoxarifes, um Conselho, que era o órgão do município e um presídio.<sup>291</sup>

A administração portuguesa em São Cristóvão variou de acordo com as condições culturais e econômicas das regiões ocupadas pelos portugueses. Ela podia ser direta, com os funcionários da metrópole substituindo as autoridades locais, ou indireta, utilizando-se das autoridades locais subordinadas a funcionários da metrópole.

O poder como direito, pelas formas que a sociedade se coloca e se movimenta, ou seja, se há o rei, há também os súditos, se há leis que operam, há também os que a

---

<sup>291</sup> FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2 ed., Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe.



determinam e os que devem obediência. O poder como verdade vem se instituir, ora pelos discursos a que lhe é obrigada a produzir, ora pelos movimentos dos quais se tornam vitimados pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão.

Ainda comenta FREIRE que ao ouvidor e provedor-mor competia zelar pelos interesses da justiça e da fazenda. A feição social em Sergipe não poderia fazer exceção da que se revela em todos os centros populosos da colônia, em vista da semelhança do elemento étnico e a política administrativa que Portugal tinha instituído, em substituição de enfeudação e sob a qual ia submeter-se a marcha dos acontecimentos, nesta pequena circunstância do país, e em São Cristóvão não foi diferente.

Essas elites da época ou as autoridades assim constituídas, não compartilhava com os interesses do rei, cada um procurava ter uma maior expressão de poder de mando em suas relações, que muitos lutavam por espaços e suas vaidades estavam acima de qualquer governo, e nessa disputa resultaram sérios acontecimentos, que abalaram profundamente a ordem pública. Essas lutas caracterizavam a vida oficial daqueles tempos, entre os capitães-mores, ouvidores e câmaras. Dependiam da falta de precisão nas atribuições de cada um destes funcionários que, entregues às suas paixões e sem um regimento que traçasse com clareza suas funções, exorbitavam.

Segundo FREIRE, os espíritos viviam em um choque de intrigas. O bem geral era completamente esquecido pelos representantes do poder, cuja atenção ficava presa às dissensões, provocadas por questões pessoais. Manoel da cruz silva contribuiu para torná-los mais efervescentes. Sua indisposição, para com o ouvidor, fica bem clara nas seguintes palavras que dirigiu ao soberano por carta de 2 de junho de 1755.<sup>292</sup>

Observamos em FREIRE que a igreja também buscava espaço nos poderes de mandos na capitania o próprio padre assume também em um certo tempo o papel do ouvidor.

O autor citado a cima diz que o clero secular já faz parte do governo, em cujas deliberações poderosamente influem. O padre Bento Ferraz, que é o Vigário da capitania é também o loco-tenente de Manoel Miranda Barbosa, em cuja ausência dirige a administração em dezembro de 1600. O padre Gaspar Fernandes é o ouvidor e o juiz dos regimentos em 1602, além das funções espirituais que representa.<sup>293</sup>

Essa pesquisa busca justamente entender as relações entre essas autoridades que não se entendiam em vários aspectos, principalmente nas questões de jurisdição, as sucessivas questões de jurisdição que provocavam lutas entre os provedores, ouvidores e capitães-mores; as repetidas queixas dos moradores, contra os excessos das administrações, e ainda mais, a falta de um regimento que catalogasse as atribuições dos capitães-mores, foram as causas do ato de 1º de outubro de 1663, pelo qual o conde de Óbidos, D. Vasco Mascarenhas, baixou o regimento dos capitães-mores.

FREIRE, (1977) escreve que o abuso do poder provocou esse levante em um povo eminentemente ordeiro e obediente. E uma deposição nesses tempos em Sergipe, além de demonstrar tendências autoritárias do poder público, revela já os primeiros delineamentos de uma integração na opinião. Os desmandos do ouvidor Sebastião de Lobo motivaram seu desterro (1663).<sup>294</sup>

---

<sup>292</sup> Sucederam na administração os seguintes capitães-mores: Manoel Francisco (1747). Manoel da cruz silva (1751), Duarte Fernandes lobo pontes, cuja administração foi de poucos meses, pois, tendo sido nomeado em julho de 1755 pelo governador, teve de dar posse a José de matos Henrique, em outubro do mesmo ano, por ter sido nomeado pelo rei em 1755. FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe** P.158

<sup>293</sup> Carta de sesmaria do padre Bento Ferraz. Sua vigária terminou-se em 1602, sendo substituído pelo Padre Gaspar Fernandes. Carta de sesmaria do Padre Gaspar Fernandes.

<sup>294</sup> Na carta de nomeação de Matias Leal, de abril de 1668, para capitão da companhia de ordenanças de Sergipe, vemos o seguinte: "Porquanto convém que todos os homens de negocio, forasteiros da capitania

Caio Prado Júnior (1994) em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, faz um análise e uma crítica ao sistema jurídico colonial, afirmando que as leis não só não eram uniformemente aplicadas no tempo e no espaço, como frequentemente se desprezavam inteiramente, havendo sempre, caso fosse necessário, um ou outro motivo justificado para a desobediência. E daí a relação que encontramos entre aquilo que vemos nos textos legais e o que efetivamente se pratica é muitas vezes remota e vaga, se não redondamente contraditória”.

Sergipe conquista sua autonomia jurídica em 1696 com a criação da comarca de Sergipe, sendo Diogo Pacheco de Carvalho nomeado como primeiro ouvidor.

Em 1697, o governador-geral do Brasil ordenou ao ouvidor-geral de Sergipe, Diogo Pacheco da Carvalho, a criação de vilas nas povoações de Itabaiana e Lagarto, e outra no Porto da Cotinguiba. Naquele mesmo ano, a Câmara de São Cristóvão instala a sede da Vila de Santo Amaro, em homenagem ao fundador Amaro Aires da Rocha, no Porto da Cotinguiba. Contudo, Martins de Azevedo<sup>295</sup> não queria a vila no porto. Além de prejudicar seu engenho, a localidade sofria com as inundações.

São Cristóvão foi fundada por Cristóvão de Barros, no dia 1º de Janeiro de 1590, época em que Portugal estava sob domínio do Rei Felipe II da Espanha. Tombada pelo patrimônio histórico nacional desde 1939, desenvolveu-se segundo o modelo urbano português, em dois planos: cidade alta, com sede do poder civil e religioso, e cidade baixa, com o porto, fábricas e população de baixa renda.

De acordo com PRADO (1919:96) o governador geral da colônia dividiu a ouvidoria em duas: uma foi para a Bahia e a outra foi para Sergipe (sede em São Cristóvão). Deste modo, o Governador em 13 de julho de 1696 baixa a portaria sobre os limites das ouvidorias em Sergipe e Bahia, o que fica explícito em alguns trechos do texto exposto abaixo:

*[...]porquanto Sua majestade que Deus guarde, foy servido mandar crear de novo dous lugares de ouvidores, e que hum deles tenha a sua residencia na Bahia, e a sua jurisdição corra da cidade, começando de Itapoan para a banda do sul nas terras em que chega até ally o distrito da Bahia e que o outro tenha a residência em Sergipe [...] Bahia e julho 13 de 1696- Dom Joam de Lancastro (PRADO, 1919: 97-98)*

LACERDA (2000, p.14) afirma que havia ouvidores no Brasil<sup>296</sup> desde o processo de colonização (décadas do século XVI), porém estes seriam representantes dos donatários, sendo responsáveis pela eleição de juízes e oficiais das câmaras e atuavam na esfera cível e penal com distintas funções. Só com os Governo-Gerais o ouvidor teria sua importância consolidada na colônia.

Sendo assim, a primordial importância do Ouvidor no processo de colonização estava no fato dele exercer inúmeras funções com o objetivo de corrigir erros de administrações anteriores a colônia, bem como centralizar a administração colonial. Sabe-se que o ouvidor lavrava e promulgava leis, agia como comissários de justiça e

---

de Sergipe d'El-Rei se organize uma companhia de infantaria de ordenanças, a exemplo de que nesta praça resolvi se formasse a qual serve agregada a um dos terços deste presidio etc". Neste tempo foram feitas diversas nomeações de militares para os diversos distritos de Sergipe, como Itabaiana, Lagarto. Rio S. Francisco, etc.

<sup>295</sup> Capitão-mor das ordenanças da Villa Nova de Sto. Antônio Real de El-Rei do rio S. Francisco, Atual Penedo

<sup>296</sup> O primeiro Ouvidor-Geral a desembarcar no Brasil foi pero Borges em 1549, trazido por intermédio de Tomé de Souza (Governador-Geral da Coroa Portuguesa)



acolhiam denúncias e reivindicações da população a respeito de corrupção ou abuso outrora cometidos por funcionários do governo.

Os ouvidores de capitânias não eram apenas juizes, o seu papel no governo e administração, extrapolava essa função.

Segundo os estudos do pesquisador Fernando Soutelo, ele conclui que As próprias autoridades que passavam a viver na capitania eram obrigadas a residirem em casas alugadas, recebendo para isto uma ajuda de custo anual.

O ouvidor da comarca tem aposentadoria em todas as vilas, e havendo falta de tal casa na cidade, a Câmara dava uma quarenta mil réis anualmente para pagar aluguel da que habita, o que tendo sido representado pelo atual governador de Sergipe à Bahia, se lhe mandou dar igual quantia do cofre da defesa da dita cidade da Bahia, para aquela aplicação.

Soutelo ainda comenta que esta situação vinha de longe, Em 1711, o capitão-mor tivera de mudar-se para a roça do vigário, por ter o senhorio tomado a casa que ele alugava.

Como vimos anteriormente (arquitetura civil) somente tivemos residência de governadores do século XIX, quando se comprou um sobrado em São Cristóvão, o qual passaria por obras de reconstrução até 1825. Na cidade, existiu um quartel<sup>297</sup> bastante cômodo, para se aquartelar duas companhias, com a cavalaria, feito há três anos a esta parte um belíssimo terreno que foi doado a Sua Majestade por um morador da cidade e compreende esse terreno bastante grande para construir quaisquer edifícios, terminando os seus fundos em uma fonte de boa água; e foi feita aquela obra à custa dos milicianos voluntariamente.

Nesta pesquisa trabalhamos com alguns conceitos que nortearão a pesquisa que são fundamentais aqui presente. Conceitos estes para expor as ideias aqui explanadas. O primeiro desses, é a relação de poder e praticas políticas o segundo é patrimônio cultural, a análise de documentos da província de Sergipe sobre a criação da Ouvidoria, que teve a sua sede em São Cristóvão.

Em todo o mundo, a preocupação com a preservação do patrimônio histórico encontra-se em ascensão, devido aos seus valores e significado simbólico.

Outro conceito a ser abordado é cultura material e imaterial que nesse trabalho é entendida como a soma de um conjunto de componentes na área ideológica, sociológica e material. É a partir daí que houve a diferenciação entre níveis materiais e imateriais da cultura. De modo que a cultura imaterial seria o pensamento oral ou escrito, sua observação dependendo do ângulo de visão do observador. Por outro lado, a cultura material tem características físicas que são resultados de um processo social que atua desde a seleção da matéria-prima até sua funcionalidade para determinado grupo ou região. Bem, vale ressaltar que o universo material dá suporte ao fenômeno social compartilhando suas ideias e relações sociais.

Procuramos também nessa pesquisa resgatar, através da cultura material, as evidências sobre a localização da sede da Ouvidoria em Sergipe no Brasil Colônia compreendendo os anos de 1696 a 1820, tendo em vista que a preocupação com a preservação do patrimônio histórico encontra-se em ascensão devido aos seus valores e significado simbólico como referencial de um povo e entender todo processo de socialização dessas autoridades. Sendo assim, neste sentido se faz indispensável pesquisar questões de caráter indireto na busca da compreensão do problema proposto.

---

<sup>297</sup> Obra do século XIX, provavelmente. Isto porque, ao tratar da necessidade de desenvolver a educação secundária em Sergipe, o Presidente Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque sugeria ao Ministro do Império instalar o quartel no convento do Carmo. Ver: NUNES, Maria Thétis. Sergipe Provincial I, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, p. 161.

Busca-se compreender como foi instalada a ouvidoria em Sergipe ao longo do período colonial, a importância da ouvidoria em Sergipe colonial como era seu funcionamento.

A realização dessa pesquisa pressupõe a utilização de uma leitura documental a análise de documentos da época e bibliografia pertinentes ao tema que darão suporte ao estudo com o intuito de reforçar e aprofundar o referencial teórico.

Portanto, foram utilizados os relatórios do IPHAN, as monografias, livros, trabalhos publicados em eventos. Assim, será utilizada toda a documentação disponível que trate do objeto de pesquisa, como também os resultados de escavações arqueológicas presentes em relatórios do IPHAN.

Por conseguinte serão evidenciadas as interpretações de alguns autores sobre a questão da Ouvidoria e sua atuação na província de Sergipe.

O desenvolvimento da Capitania de Sergipe tendo seus moldes dentro de uma política mercantilista Filipina tem o objetivo de levar grandes lucros ao tesouro Real.

A agricultura e a pecuária foi o que mais desenvolveu no início da colonização e com a doação das sesmarias inicia-se o desenvolvimento da capitania. Em 1694 a Câmara de São Cristóvão já solicitava um ouvidor, mas isso só acontece dois anos mais tarde. Sendo assim, a Capitania de Sergipe D'el Rey passou a ter, por definitivo, seu ouvidor começando uma disputa dos ouvidores pela casa sempre quando saía um Ouvidor.

Ao concluir este trabalho analisamos o papel dos Ouvidores da Capitania de Sergipe e as relações de poderes durante a separação jurídica com a Bahia visando resgatar a importância no funcionamento administrativo da Capitania bem como, a ação dos mesmos no sistema jurídico-político implantado no Brasil colonial e, com recorte em Sergipe especialmente, seus desdobramentos no período acima citado.

Desde 1696, quando D. João de Lancastro ampliou o território sergipano até Itapoã, que passou a servir de linha divisória entre as duas comarcas, até 1727 quando foram erguidas as povoações de Inhambupe, Itapicuru e Abadia em vilas, foram sucessivas as reclamações dos habitantes destas localidades contra as autoridades de Sergipe, a cuja jurisdição não queriam a pertencer. Eram dominados pelas tradições de seus avós, pois quem estas terras tinham sido exploradas à custa das forças baianas, que estenderam até lá a colonização.

À administração da Bahia queriam eles pertencer, desde quando apelavam para o *uti possidetis*. O ato da coroa anulou esse direito. Além disso, era de conveniência aos habitantes da zona de litígio a jurisdição das autoridades da Bahia, porque a ação da lei lhes chegaria lenta e demorada.

Os ouvidores de capitânias não eram apenas juizes, o seu papel no governo e administração, extrapolava essa função. A própria legislação, “transformava-os num poderoso agente centralizador, pelo menos na letra da lei”, principalmente no século XVIII, quando ocorre uma nítida tendência à centralização dos poderes nas mãos do Estado Português.

Com toda a organização da colônia, São Cristóvão ainda necessitava de uma estrutura administrativa física para melhor servir os interesses da coroa portuguesa, não existe uma quantidade de imóveis para melhor atender a demanda dos funcionários da corte, poucas casas e estas casas eram motivos de disputas e as constantes brigas na sucessão das autoridades das leis mostram que sim existiu uma casa a disposição da ouvidoria.

Segundo ainda Luís Fernando Ribeiro Soutelo em seus apontamentos sobre a arquitetura colônia em São Cristóvão, ele escreve que São Cristóvão, contudo, devia ter alguns pobres prédios públicos, estritamente os necessários para atender às exigências

de cidade. Os arquivos registram, na oitava década dos setecentos, petições às autoridades lusitanas requerendo recursos para a construção de uma casa de Câmara e cadeia. Aquelas que existiam em São Cristóvão estavam deterioradas, em especial a cadeia de onde, fugiam os presos. Em seu pleito alegavam as diminutas rendas da Capitania, as quais não davam para cobrir as despesas em razão da cobrança daquelas dar-se em Salvador<sup>298</sup>.

Idêntico pedido seria renovado uma década depois conforme súplica que, em 26 de março de 1792, a Câmara de São Cristóvão dirigia ao Príncipe Regente D. João. As próprias autoridades que passavam a viver na capitania eram obrigadas a residirem em casas alugadas, recebendo para isto uma ajuda de custo anual.

O Ouvidor era um dos “funcionários” que tinha maior poder dentro da capitania. As suas atribuições eram amplas, e, ao longo do período colonial, ele terá suas atribuições acrescidas de novas funções. No momento da criação do cargo em 1534, suas atribuições eram voltadas a ordem, disciplina voltadas a obediência das leis. O primeiro ouvidor mor despachado para Sergipe foi o Dr. Diogo Pacheco de Carvalho, nomeado a 15 de março de 1696, tomando posse a 5 de junho do mesmo ano.

Sergipe como comarca ficou com seu território ampliado, deslocando-se mais para o sul sua linha divisória.

Tendo D. João de Lencastre ordem do soberano para dividir as duas comarcas, a fim de traçar-se o limite de jurisdição e competência.

Entendemos que o processo de colonização em Sergipe, existiu diversas formas de manifestação do poder político, seus conflitos e contradições, que compunham o espaço privilegiado por Portugal na capitania de Sergipe para execução do seu projeto colonizador. Nesse contexto destacamos o papel dos ouvidores com seus amplos poderes na Capitania do Sergipe Del Rey, mas com disputa de poder com outras autoridades.

Para compreender o papel dos ouvidores que se levem em conta o contexto jurídico-político que os mesmos estavam inseridos através da compreensão desse contexto, que surgirá a possibilidade de vislumbramos a ação dos mesmos sem incorremos no risco de cometermos anacronismos, entender como era a vida cotidiana de São Cristóvão, capital da província na época.

Vale ressaltar que o século XVIII, na história de Sergipe é um dos períodos de grande importância para a compreensão da formação do povo Sergipano, alguns chamam de Sergipanidade, período esse que alguns historiadores como Felisbelo Freire, Ivo do Prado, Lima Júnior, Maria Thetis Nunes e tantos outros, assim também conhecido como Sergipe provincial é justamente esse período que nos propomos a analisar.

Destacamos, que a questão da justiça e a atuação dos ouvidores nessa fase, suas relações, seus agrupamentos suas elites, dentro de um contexto de relação e disputas de poder.

É preciso que se diga que ouvidores em São Cristóvão assim como os demais agentes burocráticos da coroa portuguesa estavam inseridos dentro de um sistema complexo, que não parece lógico sob o olhar desatento de homens dos séculos passados, acreditamos que esse viés de análise apontará uma abordagem distinta de como convencionalmente a historiografia analisa a questão.

A leitura dos documentos mostraram que o poder sempre esteve presente nas relações sociais, políticas, econômicas e afetivas nas sociedades. O tema Relações de Poder e Práticas políticas na Ouvidoria do Sergipe D’el Rey se prolonga nas reflexões

---

<sup>298</sup> Idêntico pedido seria renovado uma década depois conforme súplica que, em 26 de março de 1792, a Câmara de São Cristóvão dirigia ao Príncipe Regente D. João.

dos autores no sentido de mostrar que o poder não mais se centraliza no sistema estatal, mas se fragmenta, se enrosca e se dissemina através de diversos grupos sociais. A ótica de Michel Foucault permite captar as relações de poder entre os agentes sociais.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- FREITAS, L. S.; Funari, P. P. A. **Cultura Material, prática arqueológica e gênero: um estudo de caso.** In: Pedro Paulo Abreu Funari. (Org.). *Cultura Material e arqueologia histórica.* Campinas: IFCH-UNICAMP, 1999, v. , p. 275-317
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979, 295 p.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** São Paulo: Vozes, 1987, 277 p.
- FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe.** 2 ed., Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- LACERDA, Arthur Virmond de. **As Ouvidorias do Brasil Colônia.** Curitiba Juruá, 2000.
- NUNES, Maria Thetis. A vida urbana na capitania de Sergipe Del Rey. **Sergipe Colonial II.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.170-215
- \_\_\_\_\_. **Sergipe Colonial I.** UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Sergipe Provincial II (1840/1889).** – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006
- PRADO, Ivo do. **A Capitania de Sergipe e suas ouvidorias.** Rio de Janeiro: Pap. Brasil, 1919.
- SALGADO, Graça (org). **Fiscais e Meirinhos – Administração no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira 1985.
- MOTT, L. **Documentos relativos a Sergipe Del Rei.** Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2009.
- Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. II-33, 16, 3, Folha 14. apud. MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey; população, economia e sociedade.** Aracaju: FUNDESC, 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. ( org.) - **História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial** – 2 vols. São Paulo/ Rio de Janeiro, Difel, 1973.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo,** 24º ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. p.301
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História Econômica de Sergipe (1850-1930).** Aracaju, Editorial UFS, 1987.
- LACERDA, Arthur Virmond de. **As ouvidorias do Brasil Colonial,** Curitiba: Juruá, 2000.
- LIMA JÚNIOR, Antônio Francisco de Carvalho. **Monografia Histórica do Município de Itabaiana.** In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. II, ano II, 1914.

# LUTA A OLHOS ABERTOS: DISCUSSÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIAS DO ESCRAVO NEGRO NO PERÍODO COLONIAL DO “BRASIL”.

*Alexsandro Soares Fausto  
Juliana Gomes da Silva Santos*

## **Introdução**

Este trabalho tem como objetivo discutir, através de pesquisa bibliográfica os aspectos que permitiram a possibilidade de abertura para fugas e negociações de escravos negros no período colonial do “Brasil”. Propomo-nos a refletir as formas que esses atos se manifestaram na sobrevivência cotidiana dos escravos negros em território brasileiro, partindo do pressuposto que essas possibilidades de fugas e negociações de escravos negros só foram possíveis devido à estrutura política, economia e social portuguesa implantada no território “brasileiro”, que tendo interesses peculiares divergentes dos demais países expansionistas, possibilitou brechas, para tal resistência negra (FRAGOSO, 1993).

Num primeiro momento discutiremos sucintamente como foi modo de colonização parasitário português aqui no “Brasil”, destacando que as hierarquias do estado português mesmo rígido adaptaram - se ao novo mundo para conservar sua sociedade arcaica e dependente. No segundo momento discutiremos as formas encontradas pelos escravos negros de se sobressaírem e amenizarem a opressão do sistema colonial, destacando suas artimanhas e esperteza que envolvia desde o jogo com as ambiguidades, construindo um tipo de sincretismo, até a manipulação das influências de seus senhores. E por último debateremos sobre uma das formas mais expressivas de resistências escrava negra no “Brasil” o quilombo, símbolo forte do poder negro diante das coerções do sistema colonial Brasileiro. Desta maneira, nesse trabalho nos propomos a analisar as maneiras encontradas pelo escravo de mostrar sua não alienação, através de uma guerra silenciosa travada no cotidiano colonial, na superação diária da escravidão.

## **Uma sociedade arcaica: intenções e realidade “brasileira”.**

Para diversas nações, o expansionismo marinho significou modificações visíveis em suas estruturas sociais, políticas e econômicas. Sendo a ação expansionista motivadora de modificações nos modelos de produção e econômico. Para Portugal, a colonização teve um caráter expressivo diferente dos demais países desbravadores. Primeiramente, porque sua estrutura social e política no momento de sua expansão ainda guardavam todas as formas do chamado Antigo Regime. As estratificações sociais estavam desordenadamente desproporcionais, estimando que a população camponesa não passava de 1/3 da população, enquanto a grande minoria constituía o clero e a aristocracia, sobreviviam e sobressaíam-se sugando sua manutenção desta classe (FRAGOSO, 1993). A resposta para a crise do Antigo Regime foi à continuação do modo arcaico de subsistência do estado português em suas colônias, sendo a expansão e a colonização ultramarina a resposta ideal para a permanência desta sociedade arcaica [...] o arcaísmo é, isto sim, um verdadeiro projeto social, cuja viabilização depende no fundamental da apropriação das rendas coloniais (idem, 27) Assim não havendo a

incapacidade de adotar o sistema capitalista de produção, mas a necessidade de manter-se em uma estrutura aristocrática, como diz Fragoso:

*A colonização ultramarina transformou-se em condição de possibilidade para a existência dessa estrutura. Como resposta feudal à grande crise por que passava a economia e sociedade portuguesas, a Expansão Marítima e a ulterior colonização modificaram a antiga sociedade lusitana para preservá-la no tempo. (FRAGOSO e FLORENTINO, 26: 1993)*

Essa sociedade estamentada em hierarquias e privilégios senhoriais fora reproduzida no “Brasil”, tendo aqui modificações em suas estruturas de estados e corporações que não tiveram dimensões tão fortes e delimitados quanto no contexto português, mas reproduziu-se toda a intensidade da forma hierárquica da sociedade portuguesa. Em território “brasileiro a base para a sustentação da nobreza fora agora formada pelos nativos e em seguida por negros escravos que formavam os pilares para a subsistência dessa estrutura”. Nesse novo mundo com a formação de uma população de índios e em seguida a de negros africanos, substituindo os camponeses, criaram realidades que necessitaram ser conciliadas aos princípios de ordens portuguesas aqui transferidas “O Brasil, demonstrou a flexibilidade da sociedade por ordens e sua adaptabilidade a novas categorias e situações sociais” (SCHWARTZ, p. 213,1988). Todavia, a sociedade brasileira organizada no ideal português assentava-se em sua máxima na distinção entre escravos e livres. Tendo também a realidade do “Brasil” influenciado nas formas de organização e ação da colonização de Portugal, sendo os índios e os negros africanos os limites dessa forma de organização; sendo assim enquadrados em novas categorias de cor e cultura. O modo econômico, baseado na exploração da mão de obra, e a situação social que foram condicionados e explorados para a manutenção da nobreza implantada aqui se caracterizaram de maneira escravocrata e paternalista, todavia, alguns fatores delimitadores e as propostas de integração como é o caso das intenções da igreja, na própria organização colonial possibilitaram brechas na estrutura do sistema colonizador “abrindo caminhos” aos escravos, como menciona Schwartz:

*O papel da igreja Católica na insistência sobre a humanidade dos escravos, a elegibilidade dos cativos como membros da igreja e, conseqüentemente, seu direito a participação nos ritos e privilégios e, por fim a, existência de outras formas de subordinação na sociedade foram todos fatores delimitadores do relacionamento entre senhores e escravos. (SCHWARTZ, 214:1988).*

Destarte que o alicerce parasitário construído pela sociedade portuguesa (re) produzia no Brasil colônia fora construído para a exploração e como tal nossa sociedade foi desenvolvida de maneira a ser dependente de formas exteriores. Esse alicerce onde o colono, “povo brasileiro”, vivia em função de algo externo, sendo explorado é apontado por Caio Prado Junior (1997). Segundo Prado, esta situação de dependência é perceptível, porém sua condição não é total. Com isso, escravos, engenhosamente, puderam construir nessa sociedade estamentada formas próprias de sobrevivência, que de certo conservaram a manutenção desse sistema econômico externo, mas foram capazes de criar suas próprias condições internas de produção que possibilitaram certa “autonomia” e a criação de forças que iam contra o sistema colonial. Percebendo-se

dessa maneira que dentro da hegemonia ibérica foi possível a formação, mesmo que ínfimo de um mercado interno com características próprias, diz Cardoso:

*(...) também é verdade que as atividades de conquista e colonização tiveram como resultado o aparecimento de sociedades cujas estruturas internas possuem uma lógica que não se reduz exclusivamente ao impacto da sua ligação com o mercado mundial em formação e com as metrópoles europeias. (CARDOSO, 127: 1980)*

Mesmo com essas pequenas exceções no sistema colonial implantados aqui, o senhorialismo na colônia “brasileira” é de fato o ponto marcante nessa sociedade dominada e dividida em classes. A escravidão e a raça criaram novos critérios, porém as formas fixas de ação da presença portuguesa aqui reproduziram suas características natas. Pois “Brasil” colônia como analisa Schwartz, na classe subalterna ninguém estava livre da ação da escravidão.

### **Possibilidades de resistência no sistema colonial.**

A ideia de submissão e alienação a respeito do escravo negro no Brasil vem tomando perspectivas diferentes ao longo dos anos, estudos que dão outro olhar a esse objeto observam e desmistificam essa maneira de analisar esse perfil de escravo apenas como um elemento passivo que coagindo e maltratado pelo sistema vigente não se mostrava consciente da sua exploração e de suas coerções. Ao contrário do que narra à historiografia tradicional, notou-se que os escravos negros perceberam espertamente as brechas, das estratificações, que o sistema colonial dispunha e astutamente souberam manuseá-las as suas disposições “Escravos africanos, crioulos, mulatos, pardos cabras, todos eles tiveram que achar ou criar caminhos, dentro do sistema escravista colonial, para deixarem o cativo e, em seguida, construir certa estrutura material de vida” (PAIVA, p.94.2009). Trazidos com o intuito de serem mãos -de- obras escrava especialmente nas lavouras de cana de açúcar e café o contingente escravo africano vindo para o “Brasil” compreendiam boa parte da população de algumas províncias como é o caso da Bahia e Minas Gerais. Vindos de diversas etnias que possuíam língua, costumes e deuses diferentes, o novo mundo para esses escravos negros tornou-se uma jaula onde as opressões desse novo mundo e a convivência com suas comunidades rivais de sua terra natal, em certo ponto, tiveram que ser transformadas em ações que possibilitassem uma forma de resistência. Como explica Sodré:

*Desde o início, os senhores (proprietários) evitavam reunir grande número de escravos de uma mesma etnia, estimulavam as rivalidades étnicas e desfavoreciam a constituição de famílias. Os folguedos, as danças, os batuques – a “brincadeira” negra –eram permitidos (e até aconselhados por Jesuítas) tanto por implicarem válvulas de escape como por acentuarem as diferenças entresas diversas nações. (SODRÉ, 93: 2005)*

Esse aspecto em determinados contextos puderam possibilitar algo muito significativo no processo de resistência do negro em território “brasileiro” que corresponde ao caráter inteligentíssimo de jogar com as ambiguidades ideológicas do sistema, manipulando um sincretismo onde puderam recriar na clandestinidade suas formas de culto a seus ancestrais, retomando em certos pontos que recriavam sua forma

de vida comunitária a qual dispunham em seu país” Assim, a herança cultural africana estava sendo preservada entre os escravizados vindos para o Brasil, mesmo com adaptações, o que pode ter significado em última análise, a formação de comunidades parcialmente fechadas ao universo cristão “(PAIVA, p.93, 2009).

A revolta e as condições de resistência desse povo ultrapassam a forma da fuga individual e coletiva que fora em último caso o desfecho para a escravidão. As intimidações contra os seus senhores na grande maioria das vezes não consistia em acabar com o sistema escravista, mas sim a obtenção de melhores condições de vida. Distante do que observamos nos livros didáticos mais tradicionais, os escravos negros não somente enfrentavam seus senhores através da força seja ela individual ou coletiva, as revoltas de grande porte como a formação de quilombos e mocambos no dia a dia transformavam-se em formas pacíficas de resistência por meio de desobediências, pequenos atos de violência e pela autonomia cultural. Como menciona Silva:

*Os escravos também não enfrentaram os senhores somente através da força, individual ou coletiva. As revoltas a formação de quilombos e sua defesa, a violência pessoal, conviviam com estratégias ou tecnologias pacíficas de resistência. Os escravos rompiam a dominação cotidiana por meio de atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural. A própria acomodação escrava tinha um teor sempre ambíguo. (SILVA, 32:1989)*

O cotidiano convergia desta maneira numa guerra não convencional, porém os escravos negros compreendiam que o poder de negociação com seus “superiores” em determinado momento não funcionaria e aí a força deveria ser utilizado. Senhores e escravos buscavam ocupar lugares que pudessem usufruir suas influências, os senhores por receio do grande contingente de negros, como é o caso da Bahia, e os escravos por sua condição de subalterno.

Em muitos casos a docilidade mostrava-se como aspecto importante para o escravo conseguir suas aspirações que girava na maioria das vezes na obtenção da carta de alforria ou na possibilidade deste poder eventualmente comprá-la “As adaptações às circunstâncias do cativo poderiam significar um melhor tratamento e, mais tarde a Carta de Alforria. Neste caso o Objetivo é alcançado através de um misto entre resistência e alienação, real ou teatralizada, o que confere a tais estratégias um caráter eminentemente pragmático” (PAIVA, p.87/88. 2009). Além disso, arte de negociar esteve presente nas ações de resistência negra, os escravos, especialmente os *ladinos* uma africano aculturado que tinham um pouco maior de mobilidade na sociedade escravocrata, utilizavam sua astúcia e procuravam na defesa de si próprio utilizar-se do prestígio, nas ocasiões do dia a dia, de seus senhores para conseguirem algo que ou algum favor que lhe fosse de bom para com sua condição com autoridades e homens livres “Os escravos procuravam tirar vantagem do prestígio de seus donos nos embates cotidianos com autoridades e homens livre. Muitas vezes faziam isso à revelia do senhores (...)” (SILVA, p.48. 1989).

### **Quilombo um ponto a expressão “formal” da resistência negra**

Uma das formas de resistência mais expressiva que se se revelaram contra a opressão da escravidão no período colonial foi a formação de quilombos. Refúgios que foram símbolos da força negra em território “brasileiro”. Nos quilombos não se refugiavam somente os fugitivos negros, mas também os índios, e há relatos de que



brancos também os habitavam (GOMES, 2005). O quilombo significou um meio de livrar-se da opressão sofrida nos engenhos. Com ajuda dos índios, estes tinham conhecimentos para enfrentar os empecilhos encontrados no caminho, os fugitivos negros formavam os quilombos no meio da mata, este era um lugar estratégico visto que as tropas enviadas pela Coroa em busca dos fugitivos negros teriam maior dificuldade em chegar até os quilombos. Essa aliança contra a opressão não eram bem vista com bons olhos por todos os grupos indígenas como aponta da aliança dos fugitivos negros com os índios aponta Gomes “Apesar das possíveis alianças, nem todas as sociedades indígenas viam com bons olhos as formações de inúmeros mocambos. Como estes adentravam as florestas atraía a ira das expedições militares, que se aproveitava para também perseguir os índios (p.59, 2005).

Confirmando a sua resistência contra o poder colonial, os escravos negros construíram esses quilombos com uma organização social bem estruturada devidamente hierarquizada. Tinham como base econômica, além da pesca e da caça, a agrícola, cultivavam feijão e diversos legumes. Contavam também com uma economia extrativa, pois a floresta lhes proporcionava alimentos, frutos. Com os usos das palmeiras fabricavam cachimbos, cestos, as folhas das palmeiras eram usadas para cobrir suas casas, nas palavras de Alencastro (2010) a presença de palmeiras era a garantia de casa comida e de um modo de vida tradicional. A produção econômica não era somente para a subsistência da população quilombola, servia também para as trocas mercantis com moradores das localidades próximas que muitas vezes serviam como afronta ao poder colonial, resultando numa rede social e mercantil significativa. Esta relação mostra que os quilombos não viviam isolados e possuíam corpo e significações próprias que o faziam uma bolha dentro dessa sociedade escravocrata, como diz Gomes:

*Ao contrário de interpretações mais clássicas da historiografia, em nenhuma parte do Brasil os mocambos permaneceram isolados. Sua capacidade de interação com diversos outros setores sociais eram o que mais assustava autoridades e fazendeiros. Frequentemente, os mocambos desenvolveram práticas econômicas integradas às economias locais e suas relações sociais eram complexas. Em muitas regiões brasileiras foram –de fato- reconhecidos como povoados de camponeses. (GOMES, 22: 2005).*

Além de uma organização social bastante estruturada logicamente desenvolveram uma forte organização militar, pois muitos dos fugitivos escravos já tinham experiências em combates enfrentados na África com comunidades adjacentes, tal experiência era posta em prática quando as tropas enviadas pela Coroa os atacavam, o envio de expedições a fim de destruir os quilombos não tinham o resultado esperado diante dessa forma e organização militar que os quilombos, a exemplo de Palmares, apresentavam, deste modo, tentativas de negociação foram organizadas pela Coroa, explica Gomes:

*Há muito tempo as autoridades coloniais tinham percebido que somente o envio de tropas militares não seria a solução para acabar com os palmaristas [...]. Com relação a Palmares, no contexto do último quartel do século XVIII, as autoridades coloniais também acenaram com a possibilidade de tentar acordo com os palmaristas afim de que paralisassem ataques e se mantivessem vivendo em seus mocambos no alto das serras. (GOMES, 123:2005)*

Porém, tais tentativas de “conciliação” não tiveram êxito, e as investidas coloniais continuavam e, a resistência negra quilombola as rebatia. Contudo, podemos observar

com que os fugitivos escravos conseguiram adequar-se no novo mundo, trazendo consigo vivências, práticas, crenças de seu local de origem. Pode-se dizer que o quilombo significou um meio de recriar seu local de origem, mas não só isso significou um local onde era garantido a moradia, o sustento, enfim a liberdade. Podemos desta forma perceber que o quilombo significou a superação da opressão dos cativos negros ao chegar a um mundo para eles “estranho”, e ter que se adequar a esse novo mundo enfrentando os empecilhos ao decorrer do caminho.

### **Considerações finais**

Pelo que foi até aqui discutido, podemos compreender que as estruturas portuguesas implantadas em nosso território alimentavam a maneira arcaica desse sistema que vivia em função do exterior. E, espertamente aproveitando-se das desordens do sistema português implantado no Brasil, os cativos perceberam nas brechas dessas estruturas de relações as formas exatas de mostrarem sua “autonomia, podendo mostrar mesmo que em pequena escala suas ações de não aceitação de seu estado de prisioneiro, criando e moldando algumas ações cotidianas que possibilitaram sua resistência diária”. Podemos assim observar uma visão diferente daquela tradicional e estigmatizada do escravo, compreendemos que os cativos mostravam-se ciente de sua posição subalterna, mas que não constituíam indivíduos impossibilitados e totalmente submissos às vontades senhoriais, mesmo quando dóceis mostravam-se extremamente inteligentes e hábeis.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

- GOMES, Flavio. **Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul**- São Paulo: Contexto, 2005.
- Mocambos de Palmares: histórias e fontes (Séc. XVI-XIX) / Flávio Gomes (org.). - Rio de Janeiro: 7letras,2010. Artigo- história geral das guerras sul - atlânticas: o episódio de palmares- Luiz Felipe de Alencastro- pp.61-99.
- O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840 / João Fragoso, Manolo Florentino. – Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos em Minas Gerais do Século XIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. 3ª edição- São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2009.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, 23ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1997.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade Colonial, 1550-1835**; tradução Laura Tei-xeira Motta- São Paulo: Companhia das letras, 1988.
- SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**-São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**- Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 3ed.

## A IMPLANTAÇÃO DA JUSTIÇA COMO PROCESSO COLONIZADOR: CAPITANIA DE PERNAMBUCO SÉCULO XVIII

Amanda RAfaella Gadêlha Mangueira

A justiça na América portuguesa seria implantada com a chegada do capitão-mor Martim Afonso de Sousa, a partir da qual o rei D. João III concedia poderes judiciais. Como aborda Graça Salgado<sup>299</sup> em seu livro: ***Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial***; livro este que trata a estrutura administrativa, fazendária, judicial e eclesiástica do Estado Português. Partindo dos estudos de Graça, na obra citada, podemos compreender melhor a chegada da Justiça na América Portuguesa:

*Em 1530, Martim Afonso de Sousa recebeu um documento régio que lhe dava poderes quase absolutos para aplicar a lei nas terras que viesse a descobrir. Sua alçada estendia-se a condenações até a morte natural (pena de morte), sem que houvesse possibilidade de apelação, exceto no caso de o acusado ser fidalgo, quando caberia recurso a Lisboa. Por outra carta de poderes da mesma data, era-lhe conferido o direito de criar ofícios de Justiça necessários à montagem da administração judicial na Colônia. A expedição 'colonizadora' de Martim Afonso de Sousa tinha caráter oficial, vale dizer, era financiada pelo Tesouro Real, o que fez do próprio comandante um enviado direto do poder do Estado luso. (SALGADO, 1985: pp. 73-74)*

Este acontecimento foi o marco inicial da estrutura judicial na América Portuguesa. Apesar de pioneira, a Justiça do século XVI é diferente da atual, segundo Graça Salgado: “A expressão ‘justiça’, no período colonial, assumia uma conotação bem mais ampla do que a atual. Àquela época, além de se referir à organização do aparelho judicial, também era utilizada como sinônimo de lei, legislação, direito”. (SALGADO, 1985: p. 73). Neste período a justiça abrange o aparelho judicial, como: os oficiais de justiça; responsáveis pela legislação: criação de leis e o direito: julgamentos em casos cíveis e crimes. Além de, está ligada com a administração tendo a Coroa portuguesa o objetivo de manter uma centralidade e ao mesmo tempo uma fiscalização, pois os funcionários judiciais fiscalizavam uns aos outros, tendo a justiça facilitado o processo colonizador português na América Portuguesa.

A Coroa com a finalidade de facilitar a colonização da América Portuguesa optou pelo sistema de capitanias hereditárias, doando terras, em forma de sesmarias, da América Portuguesa para serem colonizadas por particulares. Com esse sistema a Coroa concedeu poderes aos particulares através da carta de doação, aos chamados donatários, sendo os mesmos responsáveis pela administração judicial na colônia.

Na América Portuguesa as terras foram divididas em capitanias hereditárias para facilitar o processo colonizador. O rei Dom João III, as instituiu. No total foram instituídos 14 distritos, que foram partilhados em 15 lotes e repartidos entre 12

---

<sup>299</sup> Nesta obra, *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*, a autora aborda os traços gerais da administração no processo de colonização da América Portuguesa. Salientando a organização administrativa, judiciária, fazendária, eclesiástica e militar.

donatários, ao qual receberam as terras como doação do governo português e tinha a finalidade de ocupar, povoar e produzir nas terras doadas e que viera a descobrir.

Os donatários, no entanto, não foram isentados de pagar impostos à monarquia. A partir da instituição das capitanias foi inserido o sistema de sesmarias – pedaço de terra devolvido ou abandonado, prática comum durante a América Portuguesa. Cabia a estes donatários permitirem que os colonos cultivassem estes pedaços de terra e os tornassem novamente produtivos.

A Lei das Sesmarias estabelecida em Portugal, em 1735, foi posteriormente adaptada a realidade da América portuguesa. Caso o proprietário não fertilizasse a terra para a produção e a semeasse, esta seria repassada a outro agricultor que tivesse interesse em cultivá-la, então as terras não mais eram doadas, mas concedidas.

Porém não era qualquer um que chegasse ao governo português que iria conseguir um pedaço de terra. Geralmente eram pessoas que tivesse laço com a classe dos nobres portugueses em Portugal, os militares ou os que se dedicassem à navegação, e tivessem o mérito de ganhar uma sesmaria. Cada colono que recebia a sesmaria tinha um registro feito pelas autoridades competentes, denominado cartas de sesmarias.

Na carta de sesmarias tinha informações variadas dos colonos, tais quais: o local de moradia dos colonos, informações de caráter pessoal e familiar, e a propriedade adquirida pelo colono era herdada, doada ou ocupada e seus limites, se havia trabalhadores, quantos, e que tipo de mão de obra era utilizada e o local da propriedade.

Temos como exemplo a Carta de Sesmaria, Capitania de Pernambuco no séc. XVIII, que se deu ao Sargento Mór Bento Glz Vieira, que encontramos na APEJE, na Documentação Histórica Pernambucana, que diz:

*D. Fernandes Miz Mascarenhas de Lencastro do Conselho de S.M.G.<sup>or</sup> e Capitão G<sup>l</sup>. de Pernambuco e mais capitanias anexas e etc. Faço saber aos que esta carta de doação de sesmaria virem que o sargento mór Bento Glz Vieira me representou a petição cujo theor é o seguinte: Sr. Dizo Sargento mor Bento Glz Vieira S.<sup>v</sup> do engenho de Grujaú, que partem para a banda do norte com terras de Lima Pereira e da parte do Sul com terras do engenho Caraúna, e pela outra parte com terras do engenho de Morenos, e porque esta sorte de terras são mattas que estão devolutas sem aproveitamento algum e nem se sabe que tenham dono, portanto a VS<sup>ã</sup>. pede seja servido dar-lhe de sesmaria a dita sorte de terra na forma confrontada .E.R.M. Informe o Provedor da Fazenda Real, ouvindo o Procurador. Olinda 15 de Março de 1701 “Rubrica”. [...] E Havendo outro sim respeito ao que S.M. me encomenda no Cap.<sup>o</sup> 15 do regimento desde Governo, hei por bem de lhes fazer mercê dar ao suplicante acima nomeado (como pela presente dou de sesmaria) em nome de S.M. nos mesmos lugares partes testadas que confrontão em sua petição a sorte de terras que pede na forma da ordem do dito S.<sup>r</sup>, pagando de fôro por cada légua seis mil reis a qual povoará no tempo de cinco anos, aliás se darão por devolutas e as possuirá e gosará o dito suplicante elle e seos herdeiros não prejudicando a terceiro com todas as suas mattas, agôas, campos, testadas, logradouros, e mais uteis que nelas se acharem, e será obrigado a dar pela dita terra caminhos livres ao concelho para fontes pontes ou pedreiras, e a requerer a confirmação desta data S.M. que D.<sup>s</sup>S.<sup>e</sup> em termo de dois anos; pelo que ordeno a todos os ministros da Fazenda, e justiça destas capitanias a que o conhecimento desta carta pertencem lhe fação dar a posse real, effectiva e actual na forma costumada e debaixo das clausulas referidas e das mais da Ord. Tit.<sup>o</sup> das sesmarias, que p.<sup>r</sup> firmeza de*

*tudo lhe mandei passar a presente por mim assignada e selada com o sinete de minhas armas aqual se registrará nos livros da Secretaria deste Gov.<sup>o</sup> nos da Fazenda real e nos do foral real de que é Escrivão o Cao.<sup>m</sup> Manoel da Cunha e sem esta precisa circunstancia não terá vigor nem validade alguma a presente carta de sesmaria. Dada neste R.<sup>e</sup> de Pern.<sup>co</sup> em os treze dias do mez de Abril “Lizardo Ribeiro Monção” a fez anno de 1701. O Secretario Antonio Barboza de Lima e fez escrever . D. Fernando Miz Mascarenhas de Lencastro. (Secretaria de Educação e Cultura – Biblioteca Pública – Documentação Histórica pernambucana – Sesmarias Vol. I 1689-1730. Recife – 1954. Pp. 66-67).*

As sesmarias eram validadas em registros públicos efetivados junto às paróquias locais. O que facilitava descobrir a quem pertencia uma dada localidade. Como dito anteriormente Martim Afonso de Sousa foi o primeiro donatário de terras, onde teve a responsabilidade não só de implantar a justiça na América portuguesa, como também de fazer produzir a terra a qual lhe foi concedida, sendo responsável pela Capitania de São Vicente.

Segundo António Manuel HESPANHA<sup>300</sup>, no seu artigo: A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: **O Antigo Regime nos Trópicos (Séculos XVI-XVIII)** ressalta que a história política e institucional do Império português carece de uma revisão quanto a centralidade da Coroa, com as suas instituições, o seu direito e os seus oficiais. Para ele não existe uma estratégia geral para a expansão portuguesa, e sim tópicos. Quando afirma: “Não existe estratégias geral para a expansão portuguesa. Mas sim, tópicos que justificam”. Uma justificativa era a ideia de cruzada e de expansão da fé. Outra justificativa, segundo o autor era: “O engrandecimento do rei ou das finalidades do comércio metropolitanos ou, mais tarde, de população”. (HESPANHA. 2003: p.169). Sendo assim, para o Brasil, portugueses de “bons costumes” eram enviados como “capitães das aldeias”, pois acreditavam que os nativos não tinham capacidade de autogovernar.

Porém esta centralidade política, administrativa e judicial pretendida por Portugal, na sua colônia na América, fora bastante flexível com relação à aplicação das leis. Pois o ato de aplicar a justiça para pessoas que não tinha os costumes dos portugueses poderiam gerar problema. A respeito dessa questão a prof<sup>a</sup> Jeannie Menezes comenta:

*Distantes destes centros produtores da cultura jurídica, os súditos de Pernambuco desempenharam um papel no demandar da justiça buscando substituir a doutrina pelo costume, aproximando a ação dos juízes dos interesses da “nobreza política”, aqueles que dela não faziam parte teriam mais dificuldades para ingressar em juízo e alcançar a justiça para suas contendas. (MENEZES, 2010: p. 75)*

Com isso, os particulares responsáveis pela implantação da justiça na América portuguesa, passaram a atuar na aplicação de leis nas terras que viessem a descobrir. Atuaram também nas condenações, exceto quando os fidalgos estivessem envolvidos. E ainda, na distribuição dos ofícios de justiça para a montagem da administração judicial na colônia. Esses poderes eram concedidos através da carta de doação passadas aos

---

<sup>300</sup> Historiador português do direito, António Manuel Hespanha, além da obra acima citada também é autor do livro. *História as Instituições: época medieval e moderna*. Coimbra: Alamedina, 1982, onde ele aborda nesta obra a história das instituições no Império Português.

donatários, que nesse período atuavam com autonomia na colônia, sendo esta autonomia dada pelo rei.

Com a implantação do governo-geral em 1548, os donatários perderam poder com relação a esfera da justiça. A criação do cargo de ouvidor-geral<sup>301</sup> ao lado do governador-geral teve por finalidade a fiscalização dos donatários, que por sua vez tiveram alçada reduzida, devendo dar apelação e agravo as sentenças ao ouvidor-geral.

As atribuições do ouvidor-geral criado em 10 de março de 1534, fora mencionadas na Carta de Doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, como cita SALGADO, na obra sua obra *Fiscais e Meirinhos*.

*Cargo: Ouvidor (Criação: 10.3.1534).*

*Nomeação: pelo capitão – mor (donatário).*

*. Atribuições:*

*1. Conhecer, por ação nova, de apelação e agravo em toda a capitania e até dez léguas de onde estiver.*

*2. Do que conhecer, por ação nova, ou por apelação e agravo:*

*- causas cíveis: não haverá apelação nem agravo até a quantia de cem mil-réis; daí para cima dará apelação à parte.*

*- causas crimes: juntamente com o capitão e governador (donatário), ter jurisdição e alçada até morte natural em escravos, gentios, peões cristãos e homens livres, sem apelação nem agravo; nos fidalgos, ter alçada até dez anos de degredo e cem cruzados de pena sem apelação nem agravo, exceto para os crimes de heresia (quando o herético lhe for entregue pelo eclesiástico), traição, sodomia e moeda falsa, sobre os quais tem alçada até morte natural.*

*3. Presidir, pelo capitão e governador (donatário) a eleição dos juízes ordinários e oficiais de justiça.*

*((SALGADO, 1985: pp. 129)*

O desembargador Pero Borges foi o primeiro ocupante do cargo de ouvidor-geral, nomeado diretamente pelo rei, segundo Varnhagen, na sua *coleção História Geral do Brasil* no Tomo 1, o autor tece o seguinte comentário:

*Para o cargo de ouvidor-geral, com alçada e autoridade de passar provisões em nome del-rei, foi nomeado o desembargador Pêro Borges, que servira de corregedor no Algarves, e que tinha reputação de homem, se bem que no Brasil veio a adquirir a de excessivamente severo e pouco caridoso. No regimento que recebeu foi-lhe concedido conhecer nas causas crimes por acção nova; e teve alçada até morte natural, exclusive, nos escravos gentios e peões cristãos livres; aos quais, quando competisse pena de morte, poderia esta aplicar-se sem apelação, concordando nela o governador-geral, e não concordando,*

<sup>301</sup> Segundo Graça Salgado na sua obra *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*, 1985, p. 129, o cargo de ouvidor foi criado em 10/03/1534. Sua nomeação dar-se-á pelo capitão-mor (donatário). São atribuições do ouvidor: 1. Conhecer, por ação nova, de apelação e agravo em toda a capitania a até dez léguas de onde estiver. 2. Do que conhecer, por ação nova ou por apelação e agravo: - causas cíveis: não haverá apelação nem agravo até a quantia de cem mil-réis; daí para cima dará apelação à parte. – causa crimes: juntamente com o capitão e governador (donatário), ter jurisdição e alçada até morte natural em escravos, gentios, peões cristãos e homens livres, sem apelação nem agravo; nos fidalgos, ter alçada até dez anos de degredo e cem cruzados de pena sem apelação nem agravo, exceto para os crimes de heresia (quando o herético lhe for entregue pelo eclesiástico), traição, sodomia e moeda falsa, sobre os quais tem alçada até morte natural. 3. Presidir, pelo capitão e governador (donatário), a eleição dos juízes ordinários e oficiais de Justiça. Documentação retirada da fonte: Carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, de 10/03/1534, em H.A.B., vol. 2, pp. 193-202.

teria de remeter os autos ao corregedor da corte, com preso.  
(VARNHAGEN,1978,Tomo 1, pp. 233-234)

Por volta de 1548 a administração judicial na colônia começou a estruturar-se com relação às áreas administrativas, com limitação no governo-geral, pode ser compreendida como propõem Graça Salgado, na obra já citada *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*, achamos necessário criar um quadro com os dados fornecidos, para melhor visualizar a divisão jurídico-administrativa na América portuguesa.

Cargo	Área de atuação
Juiz de Vintena	Povoações, localidades mais afastadas, com população entre vinte e cinquenta habitantes e que não constituíam um município.
Juízes Ordinários	Termos ou Municípios.
Ouvidor	Comarca
Ouvidor-geral	Capitania
Governador-geral	Capitania

Quadro 1: originada da fonte da obra *Fiscais e Meirinhos*. p. 75<sup>302</sup>

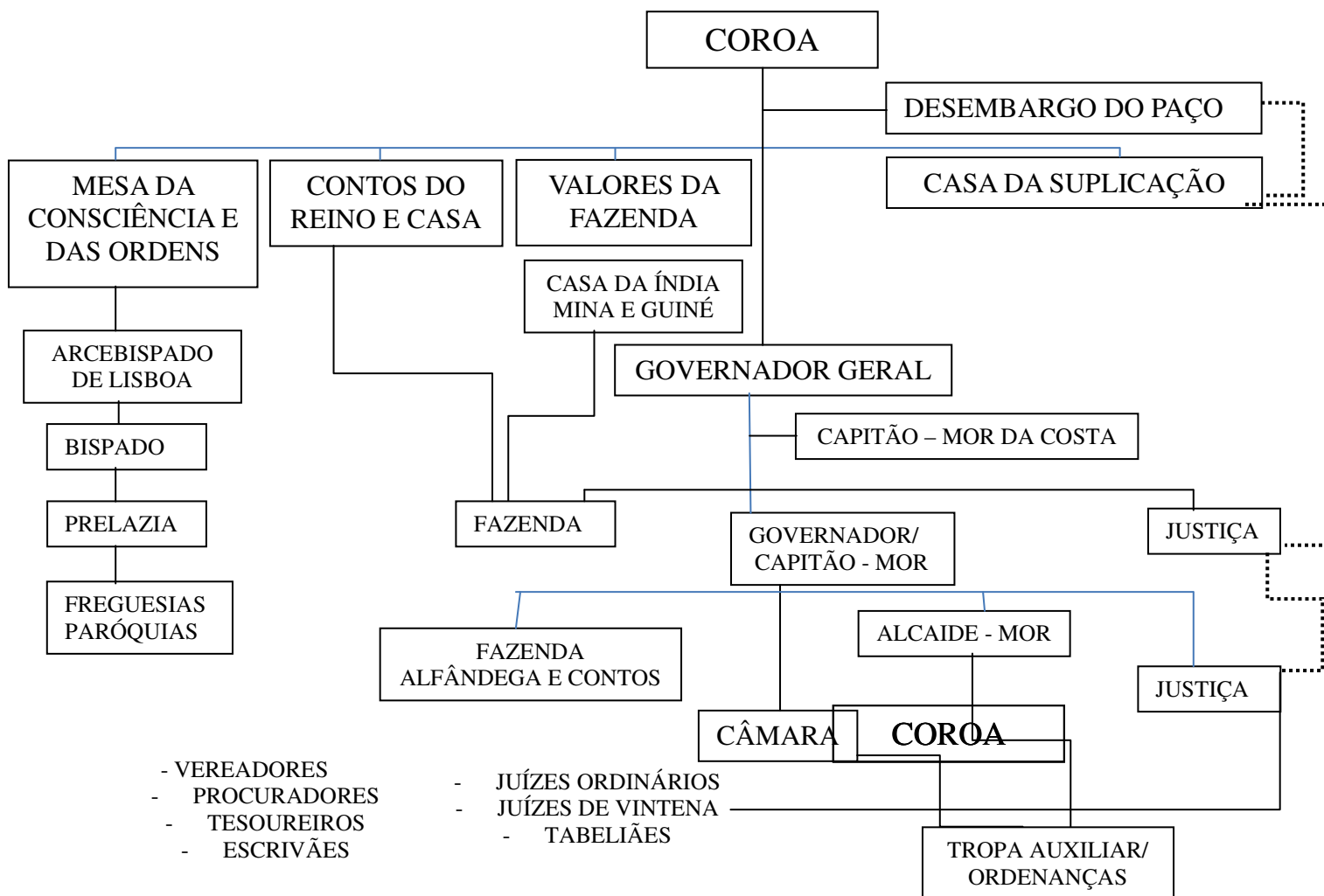
Além disso, o governo-geral tinha autoridade máxima da Justiça na Colônia o Ouvidor-geral, subordinado administrativamente apenas ao governador-geral. Julgava recursos vindos dos ouvidores das capitanias e dispunha de poderes para investigar a aplicação da legislação em todas as localidades. Acima dele, mas no Reino, encontrava-se a Casa da Suplicação, para onde se dirigiam as apelações e agravos das sentenças proferidas. Daí cabia recurso ao Desembargo do Paço, que apresentava ao rei a decisão final.

Cada oficial dispunha de oficiais menores como: escrivães, que detinha a responsabilidade de escrever autos e processos; tabeliães, que garantia a validade dos documentos e os meirinhos, responsáveis por fazer diligências e prender os suspeitos.

Em termos de eficácia, a justiça da América portuguesa do século XVI não será tão diferente no século XVIII, como diria a professora Jeannie Menezes em seu artigo: *A Justiça de fora parte – Indivíduos, Tribunais e usos da norma em PE no século XVIII*, publicado na Revista *Clio*, a fala do padre Antonio Vieira, com relação as coisas públicas do Brasil atrelada a sua origem, seria: “retrato e espelho de Portugal”. (MENEZES, 2011). Apesar de ter passado alguns séculos o aparato judicial não se modificou na sua essência, foram criados novos cargos e novas jurisdições e até novas instituições, mas a justiça colonial continuou a ‘beber’ do modelo da justiça portuguesa. Porém vale salientar que a justiça no séc. XVIII não estava mais atrelada a informalidade dos ritos, nem tampouco na autonomia dos donatários, ouvidores ou até mesmo dos juízes.

Abaixo um organograma para ilustrar a burocracia e bem como a centralidade.  
Organograma<sup>303</sup>: 1548-1580

<sup>302</sup> Além das informações fornecidas na Quadro 1, o Juiz de Vintena era escolhido dentre os moradores do lugar pela Câmara Municipal mais próxima. Com relação aos Juízes Ordinários eram eleitos pela Câmara Municipal, com alçada sobre as demandas ali acontecidas; não eram ‘letrados’, não tinham formação jurídica. Já os ouvidores-gerais eram nomeados pelos donatários, ou pelo rei, como dito no alvará de 5 de março de 1557, nas capitanias da Coroa, além de atuar no julgamento dos recursos dos juízes ordinários, conheciam processos, por ação nova, de questões surgidas até dez léguas ao redor de onde estivesse.



As funções judiciais da época eram bastante complexas, muitas vezes as funções judiciais confundiam-se com as funções administrativas e também com as funções policias. Numa jurisdição menor da Capitania, Comarca, existia o oficial judicial, o ouvidor.

Com a chegada dos juízes de fora fins do século XVII e no início do século XVIII, a organização da justiça local em Pernambuco ganha um novo oficial de justiça, que diminuirá os poderes do ouvidor. Cada capitania possuía um ouvidor da Comarca, que neste período suas atribuições eram semelhante a dos ouvidores-gerais, porém numa jurisdição menor que é a comarca.

Tendo com isso a justiça contribuído para o processo colonizador português na América. Pois era responsável por manter uma “ordem” uma “paz” na colônia e ao mesmo tempo uma centralidade com a coroa. Que muitas vezes se fazia presente com seus oficiais régios que fiscalizam os agentes na América portuguesa. Todo um aparato

<sup>303</sup> O organograma acima está na obra Fiscais e Meirinhos de SALGADO, 1985.



judicial bastante burocrático mas, que mantinha uma certa centralidade no rei, que era a ordem suprema.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

BICALHO, Maria Fernanda.(org). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português Séculos XVI – XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Cidade e o Império**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português. Revisão de alguns envios correntes. In: **O Antigo Regime nos Trópicos (Séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **História das Instituições: Épocas medieval e moderna**. Livraria Almedina, Coimbra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Às Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político Portugal – séc. XVII**. Livraria Almedina, Coimbra, 1994.

\_\_\_\_\_. **Poder e Instituições no Antigo Regime: Guia de Estudo**. Edições Cosmos, Lisboa 1992.

LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). **Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

MELLO, Mário. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, vol. XXXII de 1932.

MENEZES, Jeannie da Silva. **A Justiça de Fora parte – Indivíduos, Tribunais, e usos da norma em PE no século XVIII**. CLIO. Revista de Pesquisa Histórica, Recife: 2011.

MENEZES, Jeannie da Silva. **Sem embargo de ser fêmea**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco. 2010.

SALGADO, Graça (org.). **Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial**. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 1985.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial, 1550-1835**. Editora Perspectiva, São Paulo: 1985.

\_\_\_\_\_. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**, Tomo 1, Editora Melhoramentos, 1978, pp. 223-234.

#### **FONTES:**

Ementas do Arquivo Histórico Ultramarino

Arquivo Público Estadual de Pernambuco - Secretaria de Educação e Cultura – Biblioteca Pública – Documentação Histórica Pernambucana – Sesmarias Vol. I 1689-1730. Recife – 1954.

# O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO CONTEXTO BRASILEIRO: O TRABALHO PRODUTIVO E O TRABALHO IMPRODUTIVO SEGUNDO ADAM SMITH.

*André Luciano da Silva*

## INTRODUÇÃO

O processo da Abolição da Escravidão do negro no Brasil (1888) é uma realidade “interpretada e escrita” ainda em nossos livros didáticos de forma bem superficial; aliás, de maneira bem enxuta e direta e que impede uma interpretação mais detalhada e rica, tanto sobre o processo da “vinda” quanto o de “libertação” dos negros no contexto brasileiro.

Essa hipótese é justificada pela ideia de que quem conta e elabora a história dos homens são os conquistadores e não os conquistados.

Nestes preceitos é evidente a busca da manutenção da estrutura social através da defesa da história dos vencedores, pelos próprios vencedores. E como bem advoga Ana Lúcia G. de Faria em sua obra *Ideologia no Livro Didático (1984)*: o próprio livro didático imprime e reimprime ideológica e até mecanicamente esses anseios no educando através da intermediação do educador (FARIA, 1984). Assim, “[o livro didático] é um dos veículos utilizados pela escola para transmitir a ideologia dominante.” (FARIA, 1984, p. 09).

E neste cenário, categorias fundamentais como a econômica, a política e a ideocultural que embasaram aquele processo histórico social [a escravidão do negro no Brasil] não são apreciados. Tornando-se uma verdade metafísica, a questão da abolição dos negros em solo brasileiro passa a ser direcionada a uma visão única, direta, e focalizada – ou seja, a de um acontecimento heroico, necessário, e fruto unicamente dos anseios dos movimentos abolicionistas da época, ou da boa vontade dos dirigentes do país.

Um exemplo dessa superficialidade e até ingenuidade de como é contada aquele fenômeno na historiografia nacional é notado em um dos poemas citados e utilizados por Faria (1984, p. 39) quando analisa alguns livros didáticos brasileiros do ensino fundamental de 1977:

*13 DE MAIO*

*Viriato Correia*

*O dia 13 de maio, data em que a princesa assinou a grande lei da abolição, foi o mais bonito dia de festa que já houve no Rio de Janeiro. Nunca se havia visto tanta alegria, tanta música e tantas flores. Os negros choravam de alegria diante da alegria do povo. Ao terminar a assinatura, Isabel chegou à janela do palácio. A praça inteira, a uma só voz, aclamou o nome da princesa que acabava de tornar os brasileiros todos iguais.*

E neste percurso criassem: heróis [Zumbi dos Palmares, por exemplo.], heroínas [Princesa Isabel, por exemplo.], datas comemorativas [O Dia Nacional da Consciência Negra, por exemplo.] etc., que corroboram para a estruturação de um senso comum, de uma cultura popular/folclórica, e que por sua vez, desemboca numa interpretação estéril do que foi a abolição do escravismo do negro, nacionalmente. É óbvio que esses

personagens e essas datas são fundamentais para a memória do que foi aquele acontecimento histórico, no entanto, eles são apenas lembrados de forma focalizada, superficial, datadas e não comportam uma análise reflexiva ampla de sua real função no contexto brasileiro.

Assim, outros elementos como: a forte pressão política, econômica e ideológica dos países de capital central, como a Inglaterra e a França, os quais se tornaram exemplos aos demais países que almejassem o desenvolvimento de suas economias - através da industrialização, do acúmulo do lucro [da expropriação da mais-valia], do individualismo, da defesa da propriedade privada, e da organização do trabalho em assalariado e livre - não são utilizados como fenômenos que corroboraram para o desenvolvimento da abolição da escravidão do negro no Brasil. Ou seja, os anseios econômicos propagandeados pelos países europeus, acima aludidos, tornaram-se diretrizes para as demais nações em relação ao desenvolvimento de suas economias, porém essa interpretação não é apreciada em nossos livros didáticos.

Contudo, neste percurso, parece-nos fundamental compreender alguns elementos acerca da relação entre a necessidade do desenvolvimento econômico, propagandeado e defendido nos países de capital central e suas refrações no fenômeno da abolição da escravatura no contexto brasileiro. E para essa discussão partiremos da obra celebre *A Riqueza das Nações* (1776) do teórico e economista Adam Smith (1723-1790), na qual ele defende a não utilização da força de trabalho escrava e advoga a implantação da força de trabalho assalariada e “livre” como “forma evoluída de organização da produção”. Esta obra torna-se uma referencia mundial para a estruturação das economias estatais e ao mesmo tempo inflamou os discursos dos movimentos abolicionistas da época.

Diante disso, é neste contexto que o presente artigo tem como objetivo discutir sobre essa relação entre desenvolvimento econômico e abolição da escravatura no contexto brasileiro, partindo da obra de Smith. Dando ênfase às categorias do trabalho produtivo e improdutivo para compreender porque este pensador advogava o fim da escravatura, e como suas ideias estavam presentes no discurso abolicionista da época.

## **AS PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS PARA A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO CONTEXTO BRASILEIRO.**

A maioria dos textos nacionais sobre a discussão da Abolição da Escravatura no Brasil esteve direcionada pelos ideários teóricos e práticos exteriores, principalmente os dos países de capital central; como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos. Mas, por quê?

Observando o grau de instrução no cenário brasileiro no século XIX, Antônio Penalves Rocha (2000, p.40) advoga que “há que se considerar que a população brasileira dos princípios do século XIX era predominantemente iletrada, o que vale dizer que os letrados formavam uma minoria numericamente inexpressiva”.

A educação escolar nesta época era precária, desorganizada, e quase inexistente, principalmente para a massa popular [negros escravos, miseráveis, mulheres, etc.], e assim o número de leitores, de escritores brasileiros, em sua maioria composto pela classe burguesa brasileira tiveram que buscar no exterior o desenvolvimento de seus estudos, principalmente nas universidades europeias. E assim, de acordo com Rocha (2000, p.38) o ideário abolicionista também “foi trazido para o Brasil – a segunda maior sociedade escravista da América –, nas primeiras décadas do século XIX,

principalmente por estudantes brasileiros que tinham freqüentado universidades européias, como as de Coimbra, Montpellier, Edimburgo e Estrasburgo”.

Diante disso, é compreensível que os ideários pregados nos países europeus, e neste caso, acerca da questão da escravidão do negro, da sua abolição etc., vão sendo absorvidos de acordo com as discussões teóricas que circulavam naqueles ambientes acadêmicos. Segundo Rocha (2000, p.40) “Portugal e Brasil, dos fins do século XVIII e início do XIX, estavam dentro da esfera de influência da cultura letrada francesa, além de os mais importantes textos ingleses que condenavam a escravidão terem (sic) sido traduzidos, a partir dos fins da década de 1780”.

É neste contexto também que Rocha (2000), observando a influência do pensamento abolicionista, principalmente o francês, e o inglês, no contexto brasileiro através de alguns livros didáticos nacionais da época<sup>304</sup>, explana que o discurso abolicionista em nosso território foi um reflexo das ideias pregadas e defendidas nos países industrializados, principalmente em relação às esferas econômica e política.

Sabendo dessa influência europeia no pensamento brasileiro, quais foram as vertentes que embasam as discussões teóricas sobre a questão da abolição da escravidão do negro na Europa?

Segundo Andréia Firmino Alves em seu artigo *Civilização x Barbárie: Reflexões sobre a Escravidão no Brasil (1810-1837)* “de maneira geral, as reflexões e críticas sobre a escravidão na Europa a partir do século XVIII estão calcadas em três grandes linhas de pensamentos” (ALVES, sd, p. 03). Uma religiosa, outra embasada na defesa do direito inalienável dos homens a liberdade e, por fim, uma estruturada na defesa do desenvolvimento econômico de uma Nação.

A primeira vertente – a religiosa- ganhou força na América do Norte e na Europa a partir do movimento *Quaker* que relacionava a escravidão a um ato pecaminoso. Segundo a autora acima referenciada “a ação *Quaker* teve início no segundo quartel do século XVII e encaminhou várias propostas políticas para o fim do tráfico e da escravidão” (ALVES, sd, p.03). No entanto, como observou Adam Smith:

*A Igreja de Roma teve grande mérito nessa obra; e é certo que já no século XII o Papa Alexandre III publicou uma bula sobre a emancipação geral dos escravos. Todavia, parece ter sido isso mais uma exortação piedosa do que uma lei drástica que exigisse obediência por parte dos fiéis. A escravatura continuou a existir quase em toda parte e durante vários séculos (SMITH, 1996, p. 384, grifo meu).*

A segunda vertente – a defesa da liberdade como um direito do homem- expõe que:

*Tendo Locke, Montesquieu e Rousseau como os principais articuladores, esta vertente compreendia a liberdade como um direito inalienável. No entanto, estes mesmos autores defendiam a escravidão em determinadas circunstâncias historicamente colocadas. [...] Segundo Montesquieu, a escravidão, por sua natureza, não é boa: não é útil nem ao senhor nem ao escravo, a este porque nada pode fazer*

---

<sup>304</sup> Os textos referidos são os seguintes: *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos no Brasil, sobre os modos e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar* (1821) de João Severiano Maciel da Costa; *Memórias economo-políticas* (1822) de Antonio José Gonçalves Chaves; *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura* (1825) de José Bonifácio de Andrada e Silva e “Da Liberdade do Trabalho” (1851) de José da Silva Lisboa.

*de forma virtuosa, àquele porque contrai dos seus escravos toda sorte de maus hábitos [...] porque se torna orgulhoso, irritável, duro, colérico, voluptuoso e cruel. [...] os escravos são contra o espírito da constituição, só servem para dar aos cidadãos um poder e um luxo que não devem ter. (ALVES, sd, p.03-04).*

Em seu celebre livro *O Espírito das Leis* (1748) Montesquieu “condenou a escravidão sob os argumentos de que era uma instituição incompatível com a moral e, portanto, uma violação do direito natural, contrária ao espírito da monarquia, incoerente com o direito civil, inconciliável com o cristianismo e com um rendimento inferior ao do trabalho livre” (ROCHA 2000, p.44).

A terceira – a econômica

*se fundamentava em cálculos econômicos. Argumentava-se pela observação que o trabalho escravo era menos lucrativo que o trabalho livre. Dos principais defensores dessa idéia estavam os fisiocratas, em especial Turgot. Mais tarde com a publicação da Riqueza das Nações, Adam Smith daria ênfase a esse aspecto econômico defendendo que o escravo trabalharia menos por não ter o incentivo da propriedade. (ALVES, sd, p.03).*

Posto isso, é na terceira esfera - a econômica- que o presente artigo almeja discutir, pois se as ideias dos *Quaker* não foram universais e teve poucos efeitos; para os movimentos abolicionistas as ideias de Montesquieu, principalmente, foram primordiais; no entanto, para a burguesia progressista brasileira as ideias de Adam Smith foram as que mais impulsionaram a alavanca para o processo de abolição da utilização da força de trabalho dos negros no Brasil. Porém, não com um intuito humanista, mas como uma necessidade vital para o desenvolvimento da economia nacional. Daí ser necessário observar como Adam Smith compreendia a questão do escravismo.

### **O TRABALHO PRODUTIVO, O TRABALHO IMPRODUTIVO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SEGUNDO ADAM SMITH: Alguns conceitos primordiais na obra *A Riqueza das Nações* para a defesa da abolição da utilização da força de trabalho dos negros.**

Na história da economia humana, Adam Smith (1723-1790) encontra-se na fase da Escola Clássica e Científica Econômica, a qual se estende do fim do século XVIII ao início do século XIX, e assim embasa as posturas econômicas e filosóficas das praxes dos países que se encontravam em efervescente aceleração econômica naquele período.

Smith [pensador, economista, filósofo e teórico sueco, considerado o “pai da economia moderna”] em contraposição a alguns elementos da escola econômica anterior - a Escola Fisiocrata do início do século XVIII, a qual tinha como baluarte o pensador, médico e teórico francês François Quesnay (1694-1774) - defendia “o livre caminhar do mercado”, além de negar a ideia fisiocrata de que a riqueza dos homens derivava apenas da terra.

É com a publicação de sua obra celebre *A Riqueza das Nações* (1776) que as ideias de Adam Smith ganharam maiores espaços, e posteriormente elas foram absorvidas pelo ideário burguês que se gestava. No entanto, resalvamos que neste artigo apenas nos focaremos nas questões do trabalho produtivo e trabalho improdutivo e de

como o autor compreendia a utilização da força de trabalho escrava no processo produtivo de uma Nação.

Para Smith, há uma ordem evolutiva e natural na história humana embasada em leis naturais. Quer dizer, a história dos homens era orientada por uma vontade natural e progressiva, e que para este pensador ela apresentava estágios crescentes de desenvolvimento. Assim, para ele houve, os estágios: da caça e da coleta, do pastoreio, da agricultura e por fim, o do comércio. Ou seja, havia uma ordem hierárquica que direcionou o homem da selvageria (estágio da caça e o da colheita) até chegar ao estado civilizado (o comércio), de forma natural.

Nestes estágios os homens se desenvolviam a partir da busca do atendimento de suas necessidades individuais, quer dizer, as próprias necessidades dos homens e suas aptidões e destrezas para respondê-las foram os motores que fizeram com que eles - os homens- evoluíssem. Observando isso, Smith defende que foram as saciedades dos interesses individualistas dos homens que os projetaram para outra forma de sociabilidade mais evoluída.

Smith ainda observa que “o estímulo” que fez com os homens progredissem de um estado natural para outro estava relacionado à sua necessidade de sempre buscar melhorias de condições de vida, ou seja, “o esforço uniforme, constante e ininterrupto de toda pessoa, no sentido de melhorar sua condição [...] é suficientemente poderoso para manter o curso natural das coisas em direção à melhoria (SMITH, 1996, p. 343)”. Daí, este teórico expõe que o homem utiliza-se das buscas de suas satisfações e dos seus egoísmos e individualidades para sobreviver, e ao mesmo tempo em que ele faz isso mantém a progressão da naturalidade do mundo.

Ele observa ainda que o homem

*[...] terá maior probabilidade de obter o que quer [de atender a sua necessidade], se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer — esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. (SMITH, 1996, p. 74)*

O que Smith expõe é o homem moderno, o homem que comercializa, e que busca todo o tempo acumular suas posses. Neste sentido, o teórico sueco exalta a característica das concorrências e do egoísmo dos homens em sempre ter mais como essenciais e naturais para o desenvolvimento do comércio. Ora, para isso o homem deve ser livre para comercializar suas mercadorias, e a o mesmo tempo o próprio comércio não deve ser regulado por nenhuma instituição, pois ele é natural.

Diante desse contexto, o mercado torna-se um fenômeno natural, pois ele é orquestrado de acordo com as individualidades naturais dos homens em atender as suas necessidades, as suas individualidades. E se havia uma ordem evolutiva natural que direcionava o homem a um estágio melhor, e superior de vida, não fazia sentido algumas economias ainda utilizar de formas de produtividades consideradas atrasadas, como por exemplo, a escravidão dos homens.

Para Smith (1996), a escravidão era inconcebível numa sociedade comercial moderna porque desrespeitava as leis naturais que regulavam os sucessivos estágios do desenvolvimento humano. Além de que os escravos não tinham propriedades, eles já eram propriedades de outros homens, e desse modo não eram encorajados a se arriscarem na natural, porém feroz concorrência comercial.

O próprio ato da produção escravista era incentivado pela violência e não pela livre vontade dos negros em acumular, em buscar melhorar suas condições econômicas. Gerando ociosidade e um descompasso produtivo por parte dos negros e um grande comodismo entre os capitalistas que utilizavam ainda dessa estrutura de exploração da força de trabalho humana.

Em suma, “numa sociedade escravista, o desejo e a livre iniciativa individuais de um escravo estavam limitados pela sua condição social, o que impedia a plena realização do bem-comum” (ALVES, sd. 05-06). E observando o caso do Brasil colônia, “o escravo contribuía apenas para a realização do bem material de seu proprietário. As relações sociais e os valores morais da sociedade luso-brasileira vinculavam-na ao Antigo Regime, [...] organizada em ordens que estabeleciam, para cada indivíduo, uma localização definidora de direitos políticos” (ALVES, sd. 06).

A posição do negro na estrutura produtiva escravocrata nacional não contribuía para a sua ascensão econômica. Sem liberdade, e sem propriedade essa era a condição imposta ao negro. E para Smith isso impedia a natural evolução da sociedade. Eram uma afronta as leis naturais que regiam o mundo dos homens, e conseqüentemente o comércio. “A escravidão simbolizava a desordem para uma elite intelectual que planejava a construção de um Estado independente e a transformação da sociedade colonial em uma sociedade comercial, civilizada e moralmente desenvolvida” (ALVES, sd 05).

Ora, mas isso não quer dizer que o trabalho dos negros não fosse produtivo, e que as ideias de Smith estavam relacionadas apenas a um capricho da evolução natural do mundo dos homens, onde o autor buscava modernizar e enquadrar os países a essa condição de progressão natural do desenvolvimento da humanidade.

Primeiro o trabalho dos negros era produtivo, mas não atendia as exigências econômicas e políticas do desenvolvimentismo natural do comércio. Mas não é só isso a própria organização do trabalho escravo não era tão rentável quanto o do trabalho livre e assalariado e isso era o ponto chave, o essencial era o mais lucro. “A liberdade do negro” era apenas uma condicionante que fortaleceria a economia moderna. O negro ainda estaria em condição de escravidão, porém mais moderna, agora ele era “livre” e que para sobreviver deveria vender a sua força de trabalho em troca de um salário.

Uma dessas justificativas para a busca do mais lucro encontra-se nas noções das categorias do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo. Mas o que é trabalho produtivo e improdutivo para Smith e por que a abolição da escravidão entra nessa história?

Para Smith (1996, p. 333) existe um

*tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo, que não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. Assim, o trabalho de um manufator geralmente acrescenta algo ao valor dos materiais com que trabalha: o de sua própria manutenção e o do lucro de seu patrão. Ao contrário, o trabalho de um criado doméstico não acrescenta valor algum a nada.*

Ou seja, para o pensador sueco existem dois tipos de trabalhos: aquele que acrescenta uma substância no final do processo laboral, no seu valor, o qual ele denomina de trabalho produtivo, e aquele tipo de trabalho que não adiciona valor algum, o trabalho improdutivo.

Observa-se que esse objeto tornou-se uma mercadoria vendável, algo que pode ser comercializado. Ou seja, “o trabalho do manufator [enquanto trabalho produtivo] fixa-se e realiza-se em um objeto específico ou mercadoria vendável, a qual perdura, no mínimo, algum tempo depois de encerrado o trabalho (SMITH, 1996, p. 333)”.

Observa-se ainda que esse “mais valor” é atribuído ao objeto, e que ele é “produzido no objeto”. Assim, o marceneiro que utiliza a madeira – o objeto- e constrói uma cadeira, para vendê-la, desenvolveu um trabalho produtivo, pois acrescentou mais valor ao objeto – a madeira, e que se concretizou no momento em que a cadeira - a mercadoria-, foi comercializada, foi vendida. Já o trabalho improdutivo não há a produção de uma substância a mais - o mais valor. Por exemplo, uma ama de leite quando cuida do filho de um burguês não acrescenta nada a nada. E segundo Smith (1996, p. 333-4) o trabalho de todos eles [improdutivos] “morre no próprio instante de sua produção”. Não gera, não produz.

São nestes preceitos em que Adam Smith (1996, p.334) observa que

*O trabalho de algumas das categorias sociais mais respeitáveis, analogamente ao dos criados domésticos, não tem nenhum valor produtivo, não se fixando nem se realizando em nenhum objeto permanente ou mercadoria vendável que perdure após (sic) encerrado o serviço, e pelo qual igual quantidade de trabalho pudesse ser conseguida posteriormente. O soberano, por exemplo, com todos os oficiais de justiça e de guerra que servem sob suas ordens, todo o Exército e Marinha, são trabalhadores improdutivos.*

O interessante a ressaltar na citação acima é que Smith considera tanto trabalhador o homem que produz valor quanto o homem que não produz. Ou seja, todos eles trabalhavam, mas nem todos produziam o “mais-valor”.

Ora, diante disso, há outra assertiva evidente: a de que os trabalhadores produtivos, por sua vez, sustentam os trabalhadores improdutivos e os que não trabalham, e, conseqüentemente essa produção de “mais valor” geraria a riqueza nacional, a qual todos gozavam, porém nem todos a produziam. Assim, “tanto os trabalhadores produtivos como os improdutivos, e bem assim os que não executam trabalho algum, todos são igualmente mantidos pela produção anual da terra e da mão-de-obra [força de trabalho] do país (SMITH, 1996, p. 334)”.

Ou seja,

*Os trabalhadores improdutivos, e os que não trabalham, são todos mantidos por uma renda: primeiramente, por aquela parte da produção anual, originalmente destinada a constituir uma renda para determinadas pessoas, seja como renda da terra ou como lucros do capital; ou, em segundo lugar, por aquela parte da produção que, embora originalmente destinada apenas a repor um capital ou a manter trabalhadores produtivos, não obstante isso, quando chega às suas mãos, toda porção dela que ultrapassar sua própria manutenção pode ser empregada para manter, indiferentemente, pessoas produtivas ou pessoas improdutivas. (SMITH, 1996, p. 335).*

Bem, já é possível observarmos a relação entre o trabalho produtivo, o trabalho improdutivo - segundo Smith - e a necessidade da abolição da escravatura do negro.



Numa sociedade escravista, assentada na relação de dominância da força de trabalho do negro [neste instante tomaremos o caso do Brasil Colônia como exemplo,] os senhores de canaviais estão à mercê do trabalho produtivo dos seus escravos, e para que os escravos trabalhem é necessário punir, exemplificar com brutalidades, castigar e vigiá-los, tarefas de um capataz. O negro não trabalha pela sua boa vontade, trabalha porque ele é coagido a trabalhar, por isso a todo o momento a liberdade daquelas condições é uma necessidade vital e almejada por eles.

No final do dia o negro não acumulou nada para si, mas sim para o seu proprietário. Diante disso, o negro ainda poderá se recusar a trabalhar, pode se rebelar, pode fugir, pode encher-se de cólera e atacar seu senhor, etc. e isso é prejudicial ao dono da propriedade e conseqüentemente ao desenvolvimento do comércio. As rebeliões, as fugas, a irá desses indivíduos causam um ambiente tempestuoso que deve ser evitado. De suma, o trabalho dos escravos sem dúvida é produtivo, porém é perigoso, e pode causar a ociosidade por parte do negro.

Já com o “trabalhador livre” não há essa temperança, pois ele é livre para vender a sua força de trabalho a quem quiser, [teoricamente], e assim conseguir um salário que atenderá as suas necessidades. Além disso, a necessidade do trabalhador sempre querer melhorar as suas condições de vida são alavancas que o impulsionará sempre a querer mais, o que, por sua vez não gerará a ociosidade e a passividade por parte do trabalhador assalariado e livre. O proprietário terá sempre trabalhadores operosos, disponíveis a vender a sua força de trabalho e movidos pela busca de atender a suas necessidades.

Em suma, o trabalho assalariado e livre é mais rentável, mais produtivo que o trabalho escravo. Enquanto aquelas condições forneciam um trabalhador disposto a trabalhar, estas condições poderiam sucumbir à ociosidade, e a pouca produtividade, ocasionando um ambiente de incertezas e perigos. Daí ser necessário mudar essas relações de produtividade escravista para uma mais produtiva, e evoluída.

As ideias de “liberdade dos negros”, daquelas condições, era uma necessidade também econômica, a necessidade de trocar à estruturação produtiva do Brasil. E essas necessidades são mais absorvidas, principalmente, em período dos discursos republicanos, de mudanças, de transformações sociais, políticas e econômicas, onde muitas dessas ideias estavam embasadas nos ideários dos países que já utilizavam as formas de exploração do trabalho assalariado e livre. Também não é coincidência que o ato da Proclamação da República (1889) ocorra um ano após a Abolição da Escravatura do Brasil (1888).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As ideias econômicas e políticas de Adam Smith estão no bojo dos discursos abolicionistas. E certamente é uma das facetas que direcionaram o fenômeno da abolição da escravatura do negro em solo nacional.

Distanciando das historiografias dos livros didáticos, e da pedagogia oficial, buscamos apontar outra justificativa para aquele acontecimento histórico que é tão fetichado pela ideologia dominante. Observando que o fenômeno da abolição da escravatura no Brasil tinha como intencionalidade, numa ótica econômica, uma necessidade de desenvolvimento econômico.

## Fontes e Referências Bibliográficas

ALVES, Andréia Firmino. **Civilização x Barbárie: Reflexões sobre a Escravidão no Brasil (1810-1837)**. Disponível em < <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais7/Trabalhos/xCivilizacao%20X%20Barbarie%20-%20Reflexoes%20sobre%20a%20escravidao%20no.pdf> > Acesso em 15 de julho de 2013 às 10h50min.

FARIAS, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

ROCHA, Antonio Penalves. Ideias antiescravistas da ilustração na sociedade escravista brasileira. **In: Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.20, nº 39, p.43-79, 2000.

SMITH, Adam. **In: Riqueza das Nações: investigações sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. Nova Cultural, São Paulo, 1996. (Os Economistas).

## **O BASTIÃO DESAMPARADO: ADMINISTRAÇÃO E MISÉRIA NA FORTALEZA DOS REIS MAGOS (1598 – 1700)**

*Arthur Gabriel Frazão Bezerra Alves*

No final do século XVI, o rei Felipe I de Portugal (e II de Espanha) ordenou o governador geral do Estado do Brasil, que enviasse expedições comandadas por Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho, capitães mores de Pernambuco e da Paraíba, respectivamente, para conquistar definitivamente a capitania do Rio Grande. O principal objetivo da campanha era afastar os franceses e conquistar a região em que habitavam diversos grupos indígenas, fazendo desse território a “ponta da lança” para avanços da colonização portuguesa a oeste e noroeste.<sup>305</sup>

Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor da capitania de Pernambuco comandou a expedição. Em sua companhia estava o jesuíta espanhol Gaspar de Samperes, experiente em arquitetura militar. Segundo Olavo de Medeiros Filho, Samperes foi um dos autores do traçado presente na fortaleza dos Reis Magos, fundada na barra do rio Potengi em seis de janeiro de 1598, razão pela qual recebeu o seu nome.<sup>306</sup> Inicialmente sua estrutura foi feita em taipa, ou seja, uma arquitetura vernacular à base de argila (barro) e cascalho.

Jerônimo de Albuquerque assumiu o comando da fortaleza em 24 de junho, após Mascarenhas Homem declarar que a edificação estava em estado de defesa. As obras prosseguiram para implementação de pedras na estrutura, a fim de aumentar a resistência contra as intempéries naturais. Os muros de terra resistiam melhor a disparos de canhão do que os de pedra, mas as chuvas e marés castigavam constantemente os muros da fortaleza.<sup>307</sup>

A Relação das Praças e Fortes do Brasil, documento datado de 1609 e escrito por Diogo Campos Moreno, traz consigo informações valiosas a respeito da situação que se encontrava a fortaleza no início do século XVII. O relatório afirmava que a fortaleza ainda estava em construção, algumas paredes não possuíam sequer 18 palmos de altura, faltavam-lhe os parapeitos e entulhos para se poder lajear, e sobre o lajeado poder andar a artilharia. Com isso se isentariam de cotidianamente ter gastos com hastes de madeira. Diogo Campos ainda ressaltava a necessidade de se terminar a obra, pois “convém terminar a fortaleza e provê-la de moradores, pois, como fica dito, a terra tem com que sustentar os que nela trabalhem”.<sup>308</sup>

As investidas neerlandesas na América Portuguesa tiveram início em 1624, quando foram avistados navios com bandeiras holandesas nas proximidades do Recôncavo Baiano. Com uma frota considerável, conquistaram a cidade de São Salvador da Bahia, sede do governo-geral do Brasil Colônia. A ocupação holandesa

---

<sup>305</sup>PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 123.

<sup>306</sup>MEDEIROS FILHO, Olavo. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997, p. 21.

<sup>307</sup>POSSAMAI, Paulo César (Org.). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil: Estudos de História Militar na Idade Moderna**. In: São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 225.

<sup>308</sup>GOLSALVES DE MELO, José Antonio. **A Relação das Praças Fortes do Brasil (1609) de Diogo de Campos Moreno**, p. 190. Apud: MEDEIROS FILHO, Olavo. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997, p. 23.

durou cerca de um ano, quando foram expulsos por uma armada restauradora, enviada pela Coroa Ibérica em 1625. Após cinco anos, os holandeses aportaram novamente na costa do Estado do Brasil, dessa vez, conquistando capitania de Pernambuco e expandindo-se pelas demais capitanias do Norte.<sup>309</sup>

Em 1633, os holandeses invadiram o Rio Grande e dominaram a fortaleza dos Reis Magos, que passou a se chamar castelo de Keulen, em homenagem ao comandante Mathias van Keulen, conselheiro da Companhia das Índias Ocidentais.<sup>310</sup> O espião Adriano Verdonck, a serviço dos holandeses, relatou em 1630 que a fortaleza dos Reis Magos era a melhor que existia em todo o Brasil. As paredes possuíam cerca de dez polegadas e eram tão resistentes quanto belas. Verdonck já chamava atenção ao motivo pelo qual a fortaleza foi erguida naquela localidade: “Junto ao mesmo forte, para o lado do norte, fica o rio chamado Rio Grande, um muito grande e belo lugar; por esse motivo e porque os franceses e os ingleses ali aportavam frequentemente seus navios”.<sup>311</sup>

As obras na fortificação prosseguiram sob o domínio holandês. Os neerlandeses fizeram da fortaleza o centro de suas atividades na região, e dessa forma, não poderiam descuidar da sua estrutura. Em 1638, foram chamados dois mestres pedreiros de Recife, João Rodrigues e Antonio Pires, bem com um engenheiro português chamado Cristovão Alvares, e juntos comandaram as restaurações e melhorias da fortificação.<sup>312</sup>

No entanto, com o abandono da guarnição holandesa presente na capitania do Rio Grande, após a rendição do Recife em 1654, a fortaleza não sofreu ataques.<sup>313</sup> A edificação ainda não estava concluída quando os portugueses e brasílicos reocuparam a capitania e as obras foram retomadas de forma lenta.<sup>314</sup> A situação econômica para a retomada das obras na fortaleza estava difícil. O vice rei, Dom Vasco de Mascarenhas, ordenou que os recursos para a construção da fortaleza fossem remanejados para a alimentação das tropas. Segundo o historiador Paulo Possamai, os holandeses exigiram uma pesada indenização para desistir do Brasil, e os portugueses ainda estavam em conflito com os espanhóis que não reconheciam a ascensão da dinastia de Bragança ao trono lusitano.

Quando a guerra de Restauração da independência portuguesa (1640-1668) frente à Espanha terminou, o Estado português estava envolto de dívidas com as nações que o auxiliaram na independência da Espanha. A crise econômica foi agravada pelo grande número de concessões feitas aos estrangeiros no comércio colonial, para garantir o reconhecimento da família Bragança ao trono português e também pelo início da

---

<sup>309</sup>CARDOSO, Halisson Seabra; PEREIRA, João Paulo Costa Rolim; GONÇALVES, Regina Celia. Guerras e alianças: os potiguara no conflito luso-holandês (1630-1654). In: POSSAMAI, Paulo. **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

<sup>310</sup>MEDEIROS FILHO, Olavo. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997, p. 26.

<sup>311</sup>MEMORIA oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade bem como Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrito em 20 de maio de 1630. In: MELLO, José Antonio Gonçalves de. Fontes para a História do Brasil Holandês. Recife: CEPE, 2004. Tomo I: A Economia Açucareira. PP.

<sup>312</sup>GALVÃO, Hélio. **História da fortaleza da barra do Rio Grande**. 2ª Edição, Natal: Fundação Hélio Galvão; 1999, p. 88.

<sup>313</sup>POSSAMAI, Paulo César (Org.). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**: Estudos de História Militar na Idade Moderna. In.: São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 226.

<sup>314</sup>GALVÃO, Hélio. **História da fortaleza da barra do Rio Grande**. 2ª Edição, Natal: Fundação Hélio Galvão; 1999, p. 134.

produção de açúcar nas Antilhas, que reduziu o preço internacional do produto, fonte primária de recursos para a coroa.<sup>315</sup>

Esta difícil situação da Coroa portuguesa com a redução dos tributos e os gastos militares com a Guerra de Restauração agravaram a situação militar da colônia. As autoridades régias não possuíam recursos suficientes para administrar os reparos nas fortalezas, os pagamentos dos soldos e a compra de materiais bélicos. Devidos aos conflitos entre as autoridades por jurisdição, principalmente entre o governador de Pernambuco e o governador-geral do Estado do Brasil, a situação militar de capitânicas periféricas eram agravadas pelo não recebimento dos recursos. O governo de Pernambuco entre 1664-66 foi exercido por Jerônimo de Mendonça Furtado, que segundo Evaldo Cabral de Melo, estava envolvido em diversas acusações a respeito de seu mandato. As acusações eram várias: interferência no judiciário, sequestro de bens, execução de dívidas, desvio de recursos públicos, quebra do monopólio comercial ao fazer negócio com franceses, conivência com os devedores da fazenda real e desobediência as ordens do vice-rei. Todos esses conflitos com a lei culminaram na prisão do Governador, em 31 de agosto de 1666.<sup>316</sup> O exemplo das desobediências ocorridas durante este período, encontram-se em cartas enviadas da Bahia, exigindo socorro imediato para capitania do Rio Grande, quase sempre executadas de forma paliativa. Ao conjecturar sobre o não cumprimento das ordens enviadas da capital, por parte de Jerônimo de Mendonça Furtado, pode-se pensar que o governador de Pernambuco não tinha recursos para suprir todas as necessidades das capitânicas vizinhas.

Em 10 de maio de 1664, o vice-rei, conde de Óbidos, escreveu ao Governador de Pernambuco uma solicitação de socorro à capitania do Rio Grande, salientando que já havia ordenado a seu antecessor, Francisco de Brito Freire, que enviasse à dita capitania “socorro a Fortaleza do Rio Grande com a infantaria que lhe parecesse, farinha e algumas coisas mais [...] necessário para o sustento daquela guarnição e reedificação da mesma Fortaleza.”<sup>317</sup> A solicitação do conde de Óbidos a Francisco Brito Freire, não foi completamente atendida segundo o capitão mor do Rio Grande, que alegou ter recebido apenas sete soldados, 90 alqueires de farinha e quase nenhum recurso para mantimento das forças. Dessa forma, a o vice-rei ordena a Jerônimo de Mendonça Furtado:

*Vossa Mercê o tenha assim entendido: e ainda que por hora parece podem as pazes livrar do cuidado de ser invadida, sempre convém estar segura, e que Vossa Mercê lhe remeta gente, e os mantimentos para ela, de que mais principalmente pende a sua conservação.*<sup>318</sup>

Na mesma data supracitada, o vice-rei escreveu a Valentim Tavares Cabral, o capitão mor do Rio Grande, assegurando que já tinha tomado ciência da situação da guarnição presente na fortaleza e da quantidade de homens enviados por Francisco de Brito Freire. A respeito disso, o conde de Óbidos foi incisivo: “Sobre este particular não há que deferir: os provimentos vão”. Restava apenas a Jerônimo de Mendonça Furtado, a quem já se havia escrito, o envio da infantaria e mantimentos para o Rio Grande.

<sup>315</sup> MELLO, Evaldo Cabral. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 246-250.

<sup>316</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. 2ª Edição São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 21-25

<sup>317</sup> Coleção Documentos Históricas, Volume 09, p. 170-171.

<sup>318</sup> Coleção Documentos Históricas, Volume 09, p. 170-171.

Quanto à fortaleza, o vice-rei ordenou que a obra tivesse continuidade da maneira que fosse possível, até que estivesse concluída.<sup>319</sup>

Posteriormente, os oficiais da Câmara de Natal escreveram ao rei em 1665, alertando as péssimas condições que ainda se encontrava a fortaleza dos Reis Magos. Alegavam ainda que dos doze soldados que existiam apenas seis continuam no serviço, devido à falta de recursos, que os fizeram largar as obrigações. Outra reclamação foi direcionada ao vice-rei, que afirmou não poder ajudá-los, propondo que os dízimos arrecadados na capitania, fossem direcionados para pagamento da guarnição. Os camaristas solicitavam à coroa que sustentasse uma guarnição de oitenta soldados, mais artilheiros e oficiais necessários, além de pólvora e munição. Segundo eles, o investimento em segurança traria mais desenvolvimento à região, e conseqüentemente mais contribuintes para a coroa.

*Pedimos a Vossa Majestade mande reedificar as ruínas da dita fortaleza para que sombra dela se povoe esta Capitania e tenha Vossa Majestade sua Real Fazenda nela lucros, porquanto se fazem dois engenhos de açúcar far-se-ão mais se Vossa Majestade puser seus benignos olhos nesta nossa petição.*<sup>320</sup>

Dessa forma, os funcionários da Câmara tinham a intenção de mostrar que os investimentos trariam retorno financeiro a coroa, e que a ajuda do rei era fundamental para o desenvolvimento da capitania que se encontrava pouco povoada, e os dízimos e impostos pagos não eram suficientes para sustentar a guarnição.

Valentim Tavares Cabral conferiu aval ao documento enviado pela câmara, acrescentando uma queixa. Segundo ele, já havia outros pedidos enviados ao vice-rei, conde de Óbidos, solicitando homens e munições, mas nada tinha sido feito, pois o capitão mor da capitania de Pernambuco não atendia as ordens enviadas da Bahia, devido às desavenças existentes entre o conde de Óbidos e Jerônimo de Mendonça Furtado.<sup>321</sup> Segundo Paulo Possamai, o desentendimento não era o único fator da falta de assistência das capitânicas periféricas a Pernambuco. As dificuldades estavam ligadas à própria administração de Pernambuco, já que o conde de Óbidos, afirmava que seu antecessor, Francisco Barreto (1657-ana Paula pererira costa Le das armas, 1663), havia ordenado ao governo de Pernambuco que guarnecesse a fortaleza dos Reis Magos com 80 soldados, mas nenhuma atitude foi tomada nesse sentido.<sup>322</sup>

Além dos problemas com a estrutura física da fortaleza, Valentim Tavares Cabral escreveu em carta direcionada ao rei, alegações que muitos custos para manutenção do efetivo militar estavam sendo arcados pelo próprio capitão mor, tendo em vista a falta de auxílio por parte do governador de Pernambuco.

*[...] lhe tenho sustentado a minha custa sendo pobre com [arcação?] do [conducto?], todo o tempo aqui estou, de que hoje estou empenhado em mais de 300 reis, só assim de sua conservação; de aqui em diante não poderei fazê-lo, por que [vem?] o ordenado que Vossa Magestade me faz mercê por anno, sem paga. Imposive lhe a*

<sup>319</sup> Coleção Documentos Históricas, Volume 09, p. 177.

<sup>320</sup> Carta dos oficiais da Camara de Natal ao Rei D. Afonso VI. Natal, 28/071665. AHU, Avulsos, RN, cx. 1, doc. 7.

<sup>321</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. 2ª Edição São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 21-25

<sup>322</sup> POSSAMAI, Paulo César (Org.). A fortaleza dos Reis Magos na segunda metade do século XVII. In: \_\_\_\_\_, **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil: Estudos de História Militar na Idade Moderna**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 228.

*[conspiração?] desta fortaleza, sendo desta forte socorrida pesso o (por serviço de Vossa Magestade) ao Vice Rey, responde me que repare como puder, visto que Pernanbuco não acode; Vossa Magestade esteja no conhecimento desta verdade, para que com efeito me mande socorrer com os 80 soldados (quando menos) destas praças de Pernanbuco ou Bahia [...].*<sup>323</sup>

Tomando posse do cargo de capitão mor do Rio Grande em 1669, Antonio Barros Rego e Castanho, informou que encontrou a fortaleza com apenas um soldado, e este era filho de seu antecessor, Valentim Tavares Cabral. O novo capitão-mor conseguiu alistar sete soldados, mas o governador-geral proibiu o provedor da Fazenda Real do Rio Grande de outras despesas além de 60\$000 em farinha, e os soldados debandaram. Em 26 de janeiro de 1671, uma carta régia ordenou ao capitão-geral de Pernambuco que enviasse uma remessa de vinte e cinco soldados de infantaria e pólvora.<sup>324</sup>

O visconde de Barbacena e governador-geral do Estado do Brasil, Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça, escreveu em 10 de novembro 1671 ao governador de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, que os capitães mores da Paraíba e do Rio Grande enviaram uma solicitação de mantimentos militares, pois suas praças estavam quase sem munições e pólvora. Fernão de Sousa, como vizinho mais próximo destas capitânicas, deveria ajudá-los da forma que os recursos de seus armazéns permitissem, e que ordenasse ao Provedor da Fazenda Real de Pernambuco que o faça aviso dos recursos que seriam levados para as capitânicas.<sup>325</sup>

Segundo Kalina Vanderlei Silva, enviar tropas para as capitânicas próximas era obrigação imposta com frequência a Pernambuco. Em 1674, a coroa ordenou ao governador de Pernambuco, dom Pedro de Almeida, que enviasse à capitania do Rio Grande um engenheiro, um alferes, um sargento, vinte e cinco soldados e munição para suprir as necessidades da Fortaleza dos Reis Magos. Ainda segundo Silva, para a câmara de Olinda não se tratava de um simples envio de tropas e mantimentos militares para o Rio Grande. A problemática se estabelecia no sustento dessa guarnição, devido a dificuldade no envio dos recursos.<sup>326</sup>

Com a eclosão da Guerra dos Bárbaros em meados de 1687, ocorreram assaltos a senhores de todo o sertão, incluído os colonos que habitavam a ribeira do rio Ceará-Mirim, a cinco léguas da capital. Várias casas-fortes foram construídas, onde os moradores buscavam refúgio: Cunhaú, Goianinha, Mipibu, Guarairas, Potengi, Utinga. Em decorrência do extremo risco em que se encontravam os moradores de Natal, um dos oficiais da Câmara do Rio Grande foi até a Bahia solicitar socorro, devido a proximidade que os índios chegaram de Natal.<sup>327</sup>

Em 17 de junho de 1687, o então governador-geral do Estado Brasil, Mathias da Cunha escreveu uma carta para o governador de Pernambuco, avisando que a capitania do Rio Grande estava sofrendo ataques do *gentio bárbaro*, e em um deles, sessenta pessoas (brancas e negras) foram mortas. O capitão mor do Rio Grande alegara

---

<sup>323</sup> Carta dos oficiais da Camara de Natal ao Rei D. Afonso VI. Natal, 28/07/1665. AHU, Avulsos, RN, cx. 1, doc. 8.

<sup>324</sup> GALVÃO, Hélio. **História da fortaleza da barra do Rio Grande**. 2ª Edição, Natal: Fundação Hélio Galvão; 1999, p. 138.

<sup>325</sup> Coleção Documentos Históricos, Volume 10, p. 24.

<sup>326</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação Cultura da Cidade do Recife, 2001, p. 179-180.

<sup>327</sup> PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 124-125.

que não possuía recursos bélicos e de contingente para defender o povo, mostrando as deficiências presentes no cenário militar desta capitania. Mathias da Cunha segue com sua solicitação, enfatizando a necessidade do socorro o quanto antes:

*Vossa Senhoria mande logo socorrer com a brevidade possível a dita Capitania com toda a gente e munições que puder ser; para que aqueles moradores não padeçam a sua ultima ruína, na assolação com que os bárbaros a vão continuando.*<sup>328</sup>

A subordinação da fortaleza dos Reis Magos a Pernambuco garantia o sustento da guarnição, mas também era seguida de problemas. Em dois de junho de 1689, os oficiais do Senado da Câmara de Natal escreveram ao rei, pedindo que os soldados fossem recrutados no Rio Grande, pois o índice de deserção por parte dos soldados de Pernambuco era elevado. Entretanto, solicitavam que os pagamentos dos soldos continuassem a ser arcados por Pernambuco. A Coroa, porém, decidiu que tanto a fortaleza como toda a capitania deveriam continuar sob a administração de Pernambuco. Em 1701 o Rio Grande foi separado da jurisdição da Bahia e foi anexado a Pernambuco, pois dessa forma para a Coroa, a mobilização contra os gentios seria facilitada por causa da distância.<sup>329</sup>

A fuga dos soldados parecia, para Kalina Vanderlei, a única forma de resistência possível para as ordens da Coroa. O recrutamento militar, mais especificamente os deslocamentos para as capitanias nos arredores de Pernambuco, impostos pela Coroa, eram os motivos mais frequentes para a deserção.<sup>330</sup>

Em uma carta escrita para o governador de Pernambuco, em 14 de março de 1688, Mathias da Cunha ordenou que os prisioneiros cativos na Guerra dos Bárbaros, fossem direcionados à fortaleza dos Reis Magos. Além disso, o governador-geral ainda solicitava que fossem enviados 80 infantes, “pois é uma lastima que a melhor fortaleza” que Portugal tinha em suas conquistas, tivesse poucos moradores e apenas um artilheiro incapaz.<sup>331</sup>

Em 1693, foram direcionadas diversas cartas à Coroa, enviadas pelo Conselho Ultramarino, para informar o estado de ruína da capitania do Rio Grande e da fortaleza dos Reis Magos, em consequência da Guerra dos Bárbaros. Sugeria então, que o rei contratasse alguém que pudesse recolocar a fortaleza em estado de defesa.<sup>332</sup>

No ano de 1699, foi solicitada pelo governador geral ao governador de Pernambuco, uma movimentação de tropas burocrática, com a quantidade de trinta soldados, para que se juntassem aos vinte que se faziam presentes no Rio Grande:

---

<sup>328</sup> Coleção Documentos Históricos, Volume 10, p. 245.

<sup>329</sup> POSSAMAI, Paulo César (Org.). A fortaleza dos Reis Magos na segunda metade do século XVII. In: **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil: Estudos de História Militar na Idade Moderna.** São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 229.

<sup>330</sup> Kalina Vanderlei. **O miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial.** Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação Cultura da Cidade do Recife, 2001, p. 254.

<sup>331</sup> Coleção Documentos Históricos, Volume 10, p. 263-267.

<sup>332</sup> POSSAMAI, Paulo César (Org.). A fortaleza dos Reis Magos na segunda metade do século XVII. In: **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil: Estudos de História Militar na Idade Moderna.** São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 230.



Sua Magestade me manda faça remete para a fortaleza do Rio Grande mais trinta soldados, para que com os vinte que lá tem faça o número de cinquenta pelo Capitão da dita fortaleza lhe insinuar serem-lhe necessários nela o dito número de cinquenta soldados.<sup>333</sup>

No século XVII, a fortaleza dos Reis Magos sofreu severas mudanças, principalmente no que cerne sua importância em determinadas situações. É necessário compreender que ela era, acima de tudo, um símbolo de poder da Coroa portuguesa no Rio Grande, e sua estrutura e contingente estavam diretamente ligados à população que vivia em seus arredores. Em diversos documentos são retiradas várias informações a respeito da sua estrutura, contingente militar e armamentos, que em quase todo o século XVII se mostrou deficiente. A historiografia já produzida a respeito desse tema colabora para que a situação da fortaleza seja melhor compreendida e interpretada. Certamente uma análise conjunta da situação vivida pela Coroa portuguesa, capitania de Pernambuco e da capital Bahia, podem auxiliar na criação de uma nova perspectiva de análise acerca do abandono que se fez presente na fortaleza. As divergências jurisdicionais também se mostram fundamentais para se entender a temática, visto a dependência do Rio Grande em relação a Pernambuco e Bahia. Em determinados períodos do século XVII, a relação entre o governador-geral e o governador de Pernambuco, afetava de forma direta o envio mantimentos, militares e materiais bélicos ao Rio Grande.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação Cultura da Cidade do Recife, 2001, p. 254.
- POSSAMAI, Paulo César (Org.). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**: Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2000.
- GALVÃO, Hélio. **História da fortaleza da barra do Rio Grande**. 2ª Edição, Natal: Fundação Hélio Galvão; 1999.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. 2ª Edição São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MEDEIROS FILHO, Olavo. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.
- MELLO, Evaldo Cabral. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- GOLSALVES DE MELO, José Antonio. **A Relação das Praças Fortes do Brasil (1609) de Diogo de Campos Moreno**, p. 190. Apud: MEDEIROS FILHO, Olavo. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997, p. 23.

---

<sup>333</sup> Documentos Historicos., cód 39, fl. 112-113. Apud. Kalina Vanderlei. **O miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação Cultura da Cidade do Recife, 2001, p. 213.

Documentos Historicos., cód 39, fl. 112-113. Apud. Kalina Vanderlei. **O miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação Cultura da Cidade do Recife, 2001, p. 213.

MEMORIA oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade bem como Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrito em 20 de maio de 1630. In: MELLO, José Antonio Gonçalves de. Fontes para a História do Brasil Holandês. Recife: CEPE, 2004. Tomo I: A Economia Açucareira.

Carta dos oficiais da Camara de Natal ao Rei D. Afonso VI. Natal, 28/071665. AHU, Avulsos, RN, cx. 1, doc. 7.

Carta dos oficiais da Camara de Natal ao Rei D. Afonso VI. Natal, 28/071665. AHU, Avulsos, RN, cx. 1, doc. 8.

Coleção Documentos Históricos, Volume 09, p. 170-171.

Coleção Documentos Históricos, Volume 09, p. 177.

Coleção Documentos Históricos, Volume 10, p. 24.

Coleção Documentos Históricos, Volume 10, p. 245.

Coleção Documentos Históricos, Volume 10, p. 263-267.

## AS LETRAS E OS HOMENS DE COR NO BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DE ROGER BASTIDE

Deise Albuquerque

### UM INTÉRPRETE DE MÚLTIPLOS OLHARES

Não é sem mérito que o sociólogo francês, Roger Bastide, figura algumas relações de intérpretes do Brasil<sup>334</sup> – pensadores que a partir de sua obra, vislumbraram lançar luz sobre a compreensão da sociedade brasileira. Muito embora seu nome não partilhe o nível de reconhecimento de outros importantes intelectuais – chegando até mesmo a ser desconhecido por alguns –, Bastide sem dúvida foi um pesquisador, sociólogo e professor comprometido com seus temas de pesquisa, sobretudo quando esses se relacionavam ao Brasil, segunda pátria que adotou, seja pela influência dos anos de pesquisa aqui vivenciados, ou pelas amizades que cultivou com brasileiros. Seja como for, ainda se faz necessário colocar em evidência a riqueza da obra bastideana<sup>335</sup> como aporte teórico no âmbito das ciências sociais. De forma específica, na seara do conhecimento histórico a obra do autor ainda é desconhecida e pouco aproveitada.

A diversidade de temas na produção intelectual de Roger Bastide sobre o Brasil, já foi assinalada por vários autores brasileiros, entre eles Maria Isaura Pereira de Queiroz e Fernanda Áreas Peixoto. Também é possível um panorama da acuidade de suas obras no livro organizado por Roberto Motta *Roger Bastide hoje: raça, religião, saudade e literatura*<sup>336</sup>, que conta com trabalhos de autores nacionais e internacionais.

A respeito do interesse de Bastide pela literatura, Glória Amaral<sup>337</sup> informa que a partir de sua pesquisa pessoal sobre poesia brasileira descobriu os textos desse autor, e que após realizar um levantamento, chegou ao número de 279 publicações (entre livros, artigos, textos em jornais, resenhas) em Literatura. Dessa cifra, a maior parte é dirigida a Literatura Brasileira. Para Amaral, a diversidade temática do sociólogo tem relação com o perfil do intelectual francês do século XIX, para o qual as amarras temáticas não eram suficientes para comportar “um homem munido das qualidades tradicionalmente francesas – cultura geral, vivacidade, clareza, raciocínio lógico e talento literário<sup>338</sup>”. Eis o século em que Bastide nasceu.

Afora a ambição enciclopédica supramencionada, quando vem para o Brasil em 1938, encontra ainda os ares da Semana de Arte Moderna, e estabelece amizade com alguns modernistas. Aliado a isso, Bastide que já apreciava e escrevia sobre literatura, encontra aqui alunos que se interessavam mais por Literatura, que por Sociologia.

*Daí se explica que ele vai abordar a Literatura Brasileira. Ele quer entender o Brasil. Quando Bastide chega ao Brasil, o que vai lhe interessar é o traço da brasilidade. Era por isso que ele se interessava. Ele foi parar na Literatura em busca de um método capaz*

<sup>334</sup> Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>335</sup> Os termos “obra bastideana” e “pensamento bastideano”, doravante usados encontram-se largamente espalhados em MOTTA, Roberto. (Org.) **Roger Bastide hoje**: raça, religião, saudade e literatura. Recife: Bagaço, 2005.

<sup>336</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>337</sup> AMARAL, Glória Carneiro. A crítica literária de Roger Bastide. In: MOTTA, Roberto. (Org.) **Roger Bastide hoje**: raça, religião, saudade e literatura. Recife: Bagaço, 2005.

<sup>338</sup> AMARAL, Glória Carneiro, Op. Cit., p. 214.

*de abarcar uma realidade tão heterogênea. Seu ponto de partida foi a obra dos poetas e foi aí que ele começou a estudar a poesia afro-brasileira. Por esses caminhos, ele vai acabar nos estudos das religiões afro-brasileiras como meio de compreensão dessa nova civilização. Dessa forma, ele se interessou primeiro pela literatura e, depois, pelas religiões*<sup>339</sup>.

Nesse trabalho se dará ênfase às consequências intelectuais desse conhecimento e interesse de Bastide pelas letras brasileiras, especificamente, àquela que diz respeito aos homens de cor, e à produção escrita produzida por eles e sobre eles. Portanto, pretende-se situar a contribuição de Roger Bastide a partir de sua análise sobre a produção escrita do homem de cor no Brasil, construída pelo autor nos textos: *A poesia brasileira e Estereótipos dos negros na literatura Brasileira*, todos publicados em 1953<sup>340</sup>, no 3º volume de *Estudos Afro-Brasileiros*<sup>341</sup>.

Antes de iniciar propriamente essa discussão, cabe esclarecer que para fins desse artigo, compreende-se a categoria *homem de cor*<sup>342</sup> como aquela formada por homens não brancos.

Interessa ainda dizer que não se pretende fazer uma crítica da crítica literária (de viés sociológico) construída por esse intelectual, que refletia em parte a mentalidade da época em que os textos foram produzidos, mas sim expor em linhas gerais o pensamento de Bastide a respeito do papel do homem de cor como agente histórico criador de cultura. Igualmente no que se refere à construção de estereótipos sobre o homem de cor na literatura brasileira, sejam eles forjados por indivíduos brancos ou não brancos, situando o pensamento desse autor no seu próprio contexto histórico, e buscando compreender sua contribuição para a História.

## LITERATURA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA

Em *A poesia Afro-Brasileira (1943)*, Bastide busca na poesia brasileira as permanências africanas, impressas na alma e na poesia do homem de cor. Para tanto, vai situar o escritor no seu meio social, ou no dizer de Michel de Certeau, no seu lugar de escrita<sup>343</sup>, querendo evidenciar a influência da ancestralidade africana na criação literária desses homens. Quer, sobretudo, assinalar o início de uma poesia genuinamente afro-brasileira, reconstituindo nesse texto, através da análise de obras e autores, o nascimento dessa poesia.

Essa poesia afro-brasileira que o sociólogo aspirava encontrar pode ser compreendida por uma poesia feita por homens de cor nascidos no Brasil, e que revelasse uma africanidade que ele entendia estar impregnada no sangue desses homens, por mais que esses, não raro, lutassem contra ela, ou mesmo que a rejeitassem na sua escrita e na própria vivência.

Assinala que a poesia afro-brasileira é inicialmente marcada pela imitação dos estilos europeus, já que o escritor de cor, primeiro desejava inclusão no meio artístico, e por tanto, filiava-se aos modelos dos brancos e que apenas de maneira obscura, no

---

<sup>339</sup> Idem, *Ibidem* pp. 217-218

<sup>340</sup> *A Poesia Brasileira* foi originalmente publicada em 1943, tendo sido republicada nessa edição dos *Estudos Afro-Brasileiros*.

<sup>341</sup> BASTIDE, Roger. **Estudos Afro-Brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1953.

<sup>342</sup> Sobre a categoria *homem de cor* no pós-abolição até meados dos anos 40, Cf. BARROS, José D'Assunção. **A Construção Social da Cor**. Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>343</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

substrato de sua poesia, revelava sua africanidade. De tal modo que no anseio de ascender socialmente e de consolidar-se no meio intelectual, amiúde, os negros disfarçavam seus sentimentos sob os signos poéticos dos brancos<sup>344</sup>.

Esse é o caso da musa do filho de mulato, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, *Glaura*, a quem o poeta da Arcádia dá ares de ninfa grega. No entanto, Bastide realça o papel desse estilo para a construção de um protesto nativista, posto que essa estética literária primasse por uma aproximação com a natureza, que se desdobra, numa tomada de consciência sobre a própria pátria. Os poemas de Alvarenga, para o sociólogo, encerram-se nos modelos da Arcádia, e poderiam ter sido escritos por qualquer poeta branco, por isso não podem ser considerados a gênese de uma poesia afro-brasileira<sup>345</sup>.

No que diz respeito à importação de modelos literários europeus, João Almino aponta que no período colonial, a literatura brasileira era uma extensão de tendências portuguesas, inglesas, francesas, espanholas e italianas. O que seria alvo de questionamento pelo Movimento Modernista em 1922. Dessas tendências, as influências que notadamente marcaram a literatura produzida no Brasil foram o realismo e o barroco<sup>346</sup>.

O romantismo, para Bastide, por sua proposta de universalidade foi a estética que permitiu as primeiras nuances de uma poesia afro-brasileira:

*[...] movimento popular que subsistiu à literatura estratificada (gêneros nobres para as classes cultas, nobreza e burguesia, e folclore para os trabalhadores) por uma literatura universal, atingindo todas as classes da sociedade, o Romantismo tendo sido para a estética o que a Revolução foi para a política a substituição da ideia de hierarquia dos talentos pela de igualdade<sup>347</sup>.*

Com esse trecho podemos perceber que a estética romântica, além de propor universalidade ainda trouxe a ideia de igualdade, o que seria basilar para a formação dessa poesia do homem de cor que Bastide almejava encontrar. Todavia, teria o movimento romântico permitido isso?

O primeiro poeta mulato analisado pelo autor no âmbito desse movimento é Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa. Em sua epopeia sobre a independência do Brasil, o poeta deixa reverberar um sentimento de fusão social que na verdade não existia, e assim o que poderia ser uma poesia de reivindicação racial, toma ares de reivindicação nativista, onde o escravo permanece ausente. Seria na poesia de Laurindo José da Silva Rabelo que os escravos seriam incorporados ao ideal de liberdade do romantismo. Entretanto, Bastide adverte que esse poeta pensou a liberdade para os escravos como ato de caridade dos senhores brancos<sup>348</sup>. Permanecendo assim o negro como elemento passivo no processo histórico.

O Romantismo foi bem aceito entre os poetas de cor porque permitia, ainda que em nível simbólico, a igualdade racial. Possibilitou, além disso, a sublimação da desgraça econômica do homem de cor e da desigualdade social, transfigurando a dor dos homens dessa categoria, e aproximando-a no nível literário, a dor do homem

---

<sup>344</sup> BASTIDE, Roger. Op., Cit.

<sup>345</sup> Idem, Ibidem.

<sup>346</sup> ALMINO, João. De Machado à Clarice: a força da literatura. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. Formação: histórias. 3ª ed. São Paulo: Senac São Paulo, 1999.

<sup>347</sup> BASTIDE, Roger. Op., Cit., p. 25

<sup>348</sup> Idem, Ibidem.

branco<sup>349</sup>.

Bastide arremata que era necessária a superação desse esforço de identificação com o lirismo do branco para o nascimento da poesia afro-brasileira e isso só se daria na fase derradeira do romantismo, com a poesia do abolicionista Luiz Gama.

Esse último, filho de escravo – também vendido como escravo pelo pai – enxergava claramente que a independência não mudara a situação social dos homens de cor, mas apesar de ter tomado consciência dos valores africanos herdados em seu sangue, produziu uma poesia romântica que segundo o pensamento bastideano poderia ter sido produzida por qualquer homem branco, que quisesse escrever sobre os negros. Observou que isso era menos culpa de Luiz Gama, do que do meio, de onde ele conservou o estigma do apadrinhamento – da estética dos brancos, nesse caso –, para ascensão social e cultural<sup>350</sup>.

A despeito dessas considerações, o francês assinala que a sátira, ao contrário do lirismo, era campo mais aberto e fecundo para a gestação da poesia afro-brasileira, e aqui ressalta a poesia satírica de Luiz Gama, que trouxe à baila o elemento africano<sup>351</sup>.

A poesia de Gonçalves Dias é um capítulo a parte em *A Poesia Afro-Brasileira*, considerando a importância do poeta para a literatura brasileira. Esse filho de português com uma cafuza<sup>352</sup> conjugava em si os três elementos étnicos brasileiros. Sua poesia é inclusive dividida em temas portugueses, indígenas e africanos. No entanto, o que Bastide quer deixar claro é que nesse autor, o romantismo é, sobretudo, um romantismo europeu impregnado de um indianismo em detrimento do elemento negro, já que os temas negros são abordados a partir de uma sensibilidade do branco<sup>353</sup>.

Para além, o autor deixa claro que “o elemento poético africano não consiste na escolha de temas afro-brasileiros, mas na afetividade ou no espírito com os quais certos assuntos são abordados”<sup>354</sup>. Nesse sentido, o tema da saudade do negro na poesia de Gonçalves Dias, se afasta do sentido do banzo que marca a diáspora negra para o Novo Mundo – e que se refere principalmente à desintegração étnica –, para ser traduzida numa saudade de tradição portuguesa: uma saudade aceitável e relacionada ao patriotismo. A temática do amor também é deturpada por Dias, na medida em que é esvaziada de seu conteúdo de reivindicação racial – explícita na poesia de artistas menos conhecidos –, para se constituir no ideal do amor, pelo amor. Assim, a poesia sobre o negro em Gonçalves Dias não é compreendida por Bastide como poesia afro-brasileira.

Na poesia romântica de Gonçalves Crespo<sup>355</sup>, o elemento negro ocupa lugar de honra, onde o poeta consegue cruzar a melodia amorosa de brancos e negros, através do tema do amor impossível entre uma mulata e o senhor branco, relevando a ânsia do negro em se tornar branco, nostalgia que viria a se repetir na obra de Cruz e Souza.

De acordo com Bastide, o Simbolismo – estilo literário de origens nórdicas – foi o berço da poesia afro-brasileira, cujo representante principal é exatamente esse descendente de africanos supracitado. O autor discorre que esse fato está relacionado ao meio, uma vez que Cruz e Souza nasceu em Santa Catarina – estado de forte influência alemã – o que possibilitou o contato com o pessimismo filosófico germânico,

---

<sup>349</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>350</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>351</sup> BASTIDE, Roger. Op., Cit.

<sup>352</sup> Usa-se o termo cafuzo, no Brasil, para designar os descendentes da miscigenação entre negros e índios.

<sup>353</sup> BASTIDE, Roger. Op., Cit.

<sup>354</sup> Idem, *Ibidem*, p. 48

<sup>355</sup> Depois de partir para Portugal abandonou o romantismo, sendo um dos introdutores do parnasismo no país.

especialmente o de Schopenhauer. O simbolismo, segundo Bastide afiança, é estética requintada, destinada à aristocracia, por essa razão, se configura no melhor meio para um intelectual de cor – como é o caso desse poeta – ascender ao mais alto escalão social, através das letras. Tratou então de ser o mais “ariano” entre os simbolistas<sup>356</sup>.

Partindo para a obra poética de Cruz e Sousa, Bastide assevera que o poeta imprimiu na primeira parte de sua produção a obsessão pelo branco que marca o simbolismo europeu. Só posteriormente o poeta foi seduzido pela poesia noturna que o tornou, segundo o autor de *A Poesia Afro-Brasileira*, o percussor da mesma. Essa poesia noturna pode ser compreendida como um processo de ressignificação da cor negra, no campo poético. “A noite apresenta dois aspectos na obra de Cruz e Sousa. Ora muito doce e muito boa, [...] é a noite dos simbolistas. Ora a noite feiticeira, satânica povoada de terrores e fantasmas. É o que chamarei de tema da noite africana”. Para o autor, esse poeta, a partir do reconhecimento do lado noturno e africano de sua alma, torna-se inesquecível<sup>357</sup>.

Sobre a importância da poesia de Cruz e Souza para o movimento Simbolista, compete dar espaço às palavras do próprio Bastide:

*Trata-se da transfusão da poesia de um sangue em outro sangue, de uma raça em outra raça, da poesia que seja mais nórdica, mais difícil, mais imaterial, num cérebro de africano, de filho de escravo; e tentei mostrar que, nessa passagem tomava o Simbolismo formas novas sonoridades inéditas, transformando-se cristalizando-se em músicas desconhecidas*<sup>358</sup>.

Nessa menção fica claro porque Bastide atribui a gênese da poesia afro-brasileira, ao poeta. E o fez, exatamente por esse ter conseguido uma contribuição ímpar dentro da estética simbolista, transladando o movimento de origem ariana em uma poesia de tons africanos.

Bastide lembra ainda que para melhor compreender a poesia afro-brasileira, é preciso ter em mente seu contexto histórico, e o meio social do homem de cor<sup>359</sup>. Considerando que a primeira obra citada por Bastide é de fins do XVIII, e que o surgimento da poesia afro-brasileira, segundo o autor, se encontra na segunda parte de *Faróis* (publicado em 1900) de Cruz e Sousa, temos aí um percurso de pouco mais de um século de processos históricos que influenciaram as vidas e obras desses homens de cor.

Enquanto Silva Alvarenga escrevia o poema *Glaura*, o Brasil ainda era uma colônia escravista de Portugal. O íterim até a poesia noturna de Cruz e Sousa foi marcado pela independência política, e por duas monarquias constitucionais. Período de pouco ganho social para a população de cor, exceto pela consagração legislativa da abolição da escravidão em 1888 – processo adiado pelas elites e por elas orquestrado, do qual o Brasil já havia se furtado de realizar, sendo o último no continente americano, o que era alvo de críticas e pressões políticas internacionais.

Não é objetivo aqui tratar da questão da escravidão e do abolicionismo, mas sim da contribuição do sociólogo Roger Bastide para a compreensão do trabalho intelectual dos homens de cor, e sobre os homens de cor no Brasil. Isso dito, no que se refere à constituição dessa poesia afro-brasileira que Bastide ansiava encontrar, é compreensível que por mais que existissem condições estéticas anteriores ao Simbolismo, para o seu

---

<sup>356</sup> BASTIDE, Roger. Op., Cit.

<sup>357</sup> BASTIDE, Roger. Op., Cit., p. 70

<sup>358</sup> Idem, Ibidem, p. 83

<sup>359</sup> Idem, Ibidem.

nascimento, no Brasil, possivelmente, as mentes consumidoras de poesia – a elite intelectual e artística do país – não estivessem prontas antes da abolição para ver a ascensão artística de um homem de cor, através de um universo simbólico construído a partir de matizes originais, matizes essas derivadas da subjetividade de descendentes de africanos. Por outro lado, a poesia imitativa dos moldes europeus que Bastide assinala ter marcado a produção de alguns escritores de cor, não apenas, mas também, poderá ser entendida como uma tática<sup>360</sup> para garantir a penetração desses indivíduos – diferenciados na cor –, num meio social literário dominado por uma maioria branca.

Após a gênese no Simbolismo de Cruz e Sousa, Bastide aponta outros continuadores dessa poesia afro-brasileira como Bernardino Lopes com sua poesia de festa – exaltação dos modos de vida aristocráticos, e a poesia de dor de Perilo D’Oliveira – não uma dor individual, mas uma dor coletiva relacionada ao reconhecimento de ocupar uma posição inferior na sociedade. O verso livre, conquista da poesia a partir do século XX, “libertava o gênio africano, impaciente e loquaz, da prisão das técnicas<sup>361</sup>”, permitindo assim a expressão artística dos poetas afro-brasileiros.

Os limites de *A Poesia Afro-Brasileira* referem-se à poesia de Lino Guedes – último poeta afro-brasileiro mencionado pelo sociólogo –, marcada pelo tema do puritanismo negro.

A partir da segunda obra bastideana aqui em exame *Estereótipos dos negros através da literatura*, permanecemos no campo literário, por onde Roger Bastide esquadriha os estereótipos dos negros em várias obras e autores da literatura produzida no Brasil.

O autor justifica a escolha de sua fonte: Prefere a literatura porque entende que os escritores quando expressam seus sentimentos por meio da escrita, carregam consigo e transpõem para o texto, imagens coletivas que se impõem sobre a sua subjetividade. No entanto, isso não quer dizer que a literatura seja necessariamente reflexo do meio, mas por ela é possível apreender esse meio em que o autor da obra literária está imerso, sua luta contra ele, ou ainda uma tentativa de fuga desse meio. Para além, através do uso da literatura quer fazer vista “à evolução dos estereótipos que mudaram com a passagem do trabalho servil ao trabalho livre.<sup>362</sup>”

O autor complementa que é possível, no entanto, encontrar na literatura brasileira a inversão dos estereótipos negativos, operação que mostra como esses estão arraigados na construção literária, bem como possibilitam, através de uma leitura a contrapelo, identificá-los<sup>363</sup>. Bastide, nesse texto trás estereótipos de escritores brancos sobre os negros, e entre os próprios homens de cor. Nessa análise, o autor vai buscar desde as imagens do mulato vaidoso, e do negro que cheira ruim em Gregório de Matos, até Aluísio de Azevedo que em *O Mulato* revela a assimilação dos estereótipos dos negros para os mulatos.

Assim, o sociólogo recolhe em diversas obras literárias entre os séculos XVII e XIX exemplos de imagens construídas sobre os homens de cor, sendo a mais comum a do *negro como trabalhador servil e da sensualidade da mulher de cor*, por Tomás Antônio Gonzaga, a *do negro como sinônimo de barbárie*, em Cláudio Manuel da Costa, a *do negro supersticioso*, em Manuel Inácio da Silva Alvarenga. A *do mulato traidor de sua raça*, por Luiz Gama, e a série: *a feiura do negro, negro ruim versus*

---

<sup>360</sup> O conceito de *tática* aqui compreendido foi desenvolvido por Michel de Certeau. Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3ª ed. Vozes: Petrópolis, 1998.

<sup>361</sup> BASTIDE, Roger. Op., Cit., p. 105.

<sup>362</sup> Idem, Ibidem, p. 113

<sup>363</sup> Idem, Ibidem.



*negro bom, o negro como animal sensual e sexual, o negro feiticeiro e da a negra luxuriosa*, recolhidos nos trabalhos de Bernardo Guimarães. José de Alencar incorpora a essa safra *a sujeira do negro, sua embriaguez, seu caráter pueril, o cabelo pixaim do negro, sua semelhança com o cão. A criminalidade do negro* não escapou a Machado de Assis<sup>364</sup>.

Considerando a evolução histórica dessas imagens, Roger Bastide aponta que na literatura do período colonial os estereótipos estão relacionados ao trabalho servil compulsório, enquanto que a partir do século XIX, na segunda fase do Romantismo, tem início uma apologia ao africano, e, por conseguinte, uma inversão dos estereótipos negativos sobre o negro. Isso não significou a supressão dos mesmos, nem a diminuição desses, mas apenas uma mudança no âmbito da produção escrita relacionada às demandas desse século, sobretudo a liberdade dos cativos. Durante o Romantismo – é Bastide quem o diz – os estereótipos estarão mais relacionados aos tipos sociais. “[...] o Romantismo não chega até a diversidade das pessoas humanas, único meio de fazer estereótipos gerais, mas estaca a meio caminho entre o coletivo e o singular, admitindo para alguns tipos preconceitos desfavoráveis e concedendo a outros o benefício de preconceitos aparentemente mais favoráveis”<sup>365</sup>. Assim fica claro que o Romantismo no Brasil acompanha – em certa medida – as mudanças sociais, buscando adaptar-se e comprovando a interligação entre a arte literária e a sociedade. Portanto, a segmentação dos estratos sociais, principalmente entre os homens de cor, conduz a uma especificação desses estereótipos nas obras.

O texto chega ao seu término, com Bastide nos mostrando a mudança de finais do XIX, através do Naturalismo, especificamente em *O Mulato* que mostra como o preconceito racial vai tomando contornos de um preconceito de cor, na medida em que a figura do mulato passa a incorporar os estereótipos dos negros. O que está relacionado ao fato do mulato, a esse tempo, se transformar em concorrente direto do branco nos setores econômico e social. Desclassificar o mulato era então uma forma de atravancar seu movimento ascensional<sup>366</sup>.

As últimas palavras desse texto vêm acompanhadas de um sintoma do pensamento racial da época. Bastide considera que esses estereótipos podem continuar a serem encontrados na literatura contemporânea (à escrita do texto), mas de forma mais latente, devido ao clima de democracia racial que domina o país. Prontos, contudo, a despertar quando a ascensão do homem de cor ameaçar a posição social do homem branco.

Stuart B. Schwartz, analisando o conceito de povo numa sociedade escravocrata como foi o Brasil, assinala que tão logo a obra colonizadora se implementa e o Brasil se configura como “base econômica do sistema imperial português<sup>367</sup>”, emerge a questão do “caráter dos habitantes do Brasil”. Nesse sentido, o rei era senhor de uma terra abastada, mas de um povo que não fazia jus a ela. Em contrapartida ao vigor econômico, o Brasil era considerado pela maioria dos portugueses como um lugar perigoso: reduto para o exílio; ou mesmo apenas um lugar para enriquecer. Considerando os padrões europeus, questionava-se o tipo de comunidade que poderia advir de habitantes diversos culturalmente.

---

<sup>364</sup> Para as referências às obras literárias utilizadas na crítica de Bastide Cf. BASTIDE, Roger. Op., Cit., pp. 116-128

<sup>365</sup> BASTIDE, Roger. Op., Cit., p. 124

<sup>366</sup> BASTIDE, Roger. Op., Cit.

<sup>367</sup> SCWARTZ, Stuart, B. “Gente da terra brasiliense da nação”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. Formação: histórias. 3ª ed. São Paulo: Senac São Paulo, 1999, p. 108-109

Segundo esse historiador, o Brasil sempre teve significados diferentes, para pessoas diferentes, em momentos diferentes de sua história. Ou seja, as divisões sociais e culturais influenciavam na maneira como os brasileiros pensavam a si mesmo, dentro do momento colonial. É apenas do início do século XVIII uma maior nitidez sobre o caráter mestiço da população brasileira<sup>368</sup>.

Assim, a concepção de um povo para o Brasil foi amadurecendo para consolidar-se apenas no início do século XIX. Por esta razão, não causa estranhamento que nossos poetas e escritores coloniais vissem com maus olhos – e que isso reverberasse na escrita –, uma população tão diversa da Europa que lhes fornecia as estéticas e modelos para a produção literária.

É pertinente ainda considerar as observações Thomas Skidmore sobre raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, quando nos diz que grande parte do pensamento brasileiro foi construído através da importação de teorias estrangeiras. Dessa forma, não apenas no ambiente artístico, mas ainda de forma mais impregnada e nociva, teorias racistas penetraram nas mentes da intelectualidade brasileira, endossando os aspectos negativos dos negros e nativos, e também do processo de mestiçagem perceptível na grande maioria das cidades brasileiras<sup>369</sup>.

Ainda segundo esse autor, até 1910 os intelectuais ainda acreditavam que o Brasil poderia “branquear” sua população por meio do incentivo a imigração de contingentes europeus, e que isso resolveria o problema social do Brasil. A formulação sistemática do ideal do branqueamento para o caso brasileiro se deu, a partir da década de 20, a partir do pensamento de Oliveira Viana, que realizou um esforço de conciliação entre a teoria racista e a realidade brasileira, através da relativização dessas teorias racistas. Viana usou os termos do racismo para louvar a miscigenação no Brasil, trabalhando dentro de uma perspectiva histórica do fenômeno, sendo por isso sua obra compreensível e se transformado em síntese final do ideal de branqueamento no país<sup>370</sup>.

Se a partir dos anos 20 a intelectualidade brasileira chegava a um consenso sobre o caráter essencialmente mestiço de sua população, a década seguinte forneceria a confirmação de que o país caminhava no rumo certo, considerando-se o anti-modelo da Alemanha nazista de Hitler. Era consenso que essas ideias poderiam destruir a “unidade” que as famílias brasileiras agora gozavam<sup>371</sup>.

O historiador norte americano complementa que com o alvorecer da década de 30, outro fator seria fundamental para dar a certeza aos intelectuais brasileiros de que a questão racial no Brasil estava resolvida: a comparação com outro anti-modelo: o da segregação racial nos E.U.A. Aos olhos dos brasileiros, países desenvolvidos como Alemanha e E.U.A. ainda eram extremamente atrasados quando se referia à segregação de minorias. Eis a crítica do último país do continente americano a abolir a escravidão e que passava agora a exemplo de integração racial, que sobre o mito da democracia racial de Gilberto Freyre<sup>372</sup>, sua maior propaganda.

Do que foi argumentado, a literatura brasileira comentada por Roger Bastide nos trabalhos *A poesia afro-brasileira* e *Estereótipos de negros na literatura brasileira*, mostra em certa medida, a dificuldade da intelectualidade brasileira de criar uma literatura independente dos modelos europeus antes da década de 1920, problema

---

<sup>368</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>369</sup> SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro** (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>370</sup> SKIDMORE, Thomas. Op., Cit.

<sup>371</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>372</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998. Publicado pela primeira vez em 1933.

especialmente vivenciado pelos escritores de cor que tentavam seu lugar nos círculos literários formados por uma maioria de homens brancos, e que, portanto, tinham que adequar sua escrita ao gosto da época. Ainda mais, quando essa própria literatura do qual tentavam avidamente fazer parte, reproduzia uma ampla variedade de estereótipos sobre negros e descendentes de negros, alicerçados em premissas científicas de inferioridade das raças e no racismo que adentrou as mentes sincronizadas com as teorias racistas do século XIX.

E se transpusermos as palavras de Bastide para os nossos dias? Terão sido superados esses estereótipos na literatura brasileira? Ou um exame mais acurado, em um ou outro gênero – considerando a pluralidade existente hoje –, nos mostrará a atualidade das palavras desse brasilianista? Que relações a permanência histórica dessas imagens sobre o homem de cor exprime? Possivelmente pesquisas futuras poderão contribuir para compreender de que maneira as construções literárias do mundo globalizado contemporâneo representam – ou não, os homens de cor.

### Fontes e Referências Bibliográficas

ALMINO, João. De Machado à Clarice: a força da literatura. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. Formação: histórias. 3ª ed. São Paulo: Senac São Paulo, 1999.

AMARAL, Glória Carneiro. A crítica literária de Roger Bastide. In: MOTTA, Roberto. (Org.) **Roger Bastide hoje: raça, religião, saudade e literatura**. Recife: Bagaço, 2005.

BASTIDE, Roger. **Estudos Afro-Brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1953.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª ed. Vozes: Petrópolis, 1998.

MOTTA, Roberto. (Org.) **Roger Bastide hoje: raça, religião, saudade e literatura**. Recife: Bagaço, 2005.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. Os Brasis de Roger Bastide. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCWARTZ, Stuart, B. “Gente da terra brasiliense da nação”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. Formação: histórias. 3ª ed. São Paulo: Senac São Paulo, 1999.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

## TECENDO REDES: A PRÁTICA DO COMPADRIO DE ESCRAVOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES/PB - 1862

*Eduardo de Queiroz Cavalcante*

Aos vinte e um dias do mês de setembro de mil oitocentos e sessenta e dois, os pretos Marcelino e Antônia, escravos de Luís Vicente de Melo Medeiros, se dirigiram ao Oratório da Timbaúba nesta Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, para batizarem seu filho legítimo, Crispim, que teve como padrinhos Galdino Fernandes da Cunha e Thereza Maria de Jesus<sup>373</sup>.

Assentos de batismo como este encontrado na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres<sup>374</sup> nos possibilitam fazer uma análise tanto quantitativa, como qualitativa da escravidão negra paraibana, em terras caririzeiras, pois permitem reconstruir fragmentos da história dos escravos não só a partir da perspectiva demográfica, mas também das relações socioculturais, nos levando a compreender as relações sociais e de poder estabelecidas ao longo do período oitocentista.

Registros como estes são fundamentais para entendermos as relações de compadrio estabelecidas pelos escravos, uma vez que a partir deles será possível fazer um mapeamento de quantos escravos nasceram no período estudado, quantos deles possuíam o nome de seu pai e sua mãe no registro batismal, quantos foram batizados por pessoas livres e quantos por cativos.

Estudos com esta perspectiva surgiram no Brasil principalmente a partir dos anos de 1980, inspirados na História Social Inglesa, que de acordo com Barros (2009) é construída em ocasião ao surgimento da Escola dos *Annales* em oposição a História Política Tradicional. Assim, a História Social passou a se voltar para o estudo das grandes massas, ou para o estudo dos grupos sociais de várias espécies, ao contrário do que se produzia até então, a biografia dos grandes homens e a história das grandes instituições.

Um dos principais expoentes da História Social vai ser o inglês Thompson que buscou apreender em seus estudos as camadas populares a partir das experiências humanas, analisando os seus costumes e suas expressões simbólicas. Neste caso a experiência passa a ser experimentada como sentimento, como parte da vida cotidiana que é incorporada na cultura a partir de normas criadas, obrigações familiares e de parentesco e organização da vida rural e urbana. "A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo<sup>375</sup>".

Dessa forma, se utilizando do conceito de experiência proposto por Thompson os historiadores sociais vão abrir um leque de possibilidades para o estudo da escravidão em terras brasileiras, abordando temas como a família, a prática do compadrio, religiosidade, abolição, escravidão urbana, o papel social das mulheres e dos libertos e a alforria, temas até então não trabalhados pela historiografia tradicional. Nas palavras de Rocha (2009), a História Social:

---

<sup>373</sup> Assento de batismo localizado no livro de Batismo de 1862-1864 localizado na Igreja Matriz de São João do Cariri p. 117.

<sup>374</sup> Freguesia que atualmente corresponde ao atual município de São João do Cariri/PB, na qual trabalho na dissertação do mestrado analisando as relações de sociabilidade dos escravos e libertos por meio da prática do compadrio e pela análise da formação de famílias escravas no período que compreende de 1850 a 1872, com a orientação da professora Dra. Solange Pereira da Rocha.

<sup>375</sup> THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

*[...] cria novas abordagens para a construção do conhecimento histórico e trazem a tona indivíduos comuns valorizando atitudes e comportamentos das classes populares, aparentemente insignificantes, cujas ações constituíram como estratégias para sua sobrevivência ou a construção de suas identidades. (ROCHA, 2009, p.73-74)*

Com isso essa nova História Social rompe com a visão patriarcalista de Gilberto Freyre, que defendia a tese de que a escravidão em terras brasileiras se deu de forma harmônica<sup>376</sup>, se distanciando também dos escritores da Escola Sociológica Paulista<sup>377</sup> que analisam a escravidão como um sistema baseado apenas na violência, procurando mostrar apenas a crueldade do sistema. Distanciando-se desta perspectiva, os historiadores sociais vão analisar a escravidão a partir de uma nova ótica, tomando como referência a História Social porque, ao contrário de Freyre, não mostram os negros como seres passivos. Também, ao contrário dos sociólogos paulistas, não tratam o negro como coisa, objeto: agora a história social da uma nova abordagem ao estudo do negro, onde mulheres e homens escravizados passam a ser vistos como sujeitos da sua própria história<sup>378</sup>, pois mesmo com a violência do sistema os negros (as) construíram uma lógica de sobrevivência e resistência, que passavam pela negociação cotidiana entre senhores e escravos. Nas palavras de Flávio Gomes (2003):

*(...) Até a década de 1960 falava-se de escravo tão somente. A sociedade escravista aparecia como homogênea; ora branda, ora cruel. Só havia espaço para senhores e escravos, e o palco privilegiado era a casa-grande, a plantation e a economia agroexportadora. (...) poucos espaços havia para os sujeitos históricos, os escravos. Essa foi a principal contribuição historiográfica a partir da década de 1980 e, especialmente, na década de 1990. A escravidão generalizante e o escravismo cederam a vez para as histórias e as experiências dos escravos (GOMES, 2003, p.7)*

Dentre essas inúmeras possibilidades de estudo que a História Social oferece, nos deteremos a estudar as relações de compadrio<sup>379</sup> e o tema da família escrava<sup>380</sup>, estudos que ainda geram muitas controvérsias e críticas, uma vez que está impregnado no senso

---

<sup>376</sup>Para um melhor esclarecimento ver: FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

<sup>377</sup>Dentre os Historiadores da Escola sociológica Paulista que analisam a escravidão destacando a crueldade do sistema podemos destacar: CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 e FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, 2 vols. São Paulo: Dominus, Edusp. 1965.

<sup>378</sup>Para um melhor aprofundamento desta perspectiva do negro como sujeito histórico ver: MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003. Obra inaugural da História Social no Brasil.

<sup>379</sup>Para um melhor aprofundamento sobre as relações de compadrio ver: GUEDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org). **Escravidão & Invenção da Liberdade**. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

<sup>380</sup>Para melhor entendimento sobre família escrava ler: SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

comum e na maioria dos estudos do século XX, que escravos não constituíram famílias<sup>381</sup>.

## PURGANDO O PECADO ORIGINAL: O ATO RITUALISTICO DO BATISMO

A prática de registrar os sacramentos de batismo, casamento e óbito nem sempre existiram, prática esta que vem se tornar obrigatória para os dois primeiros com o Concílio de Trento (1560-1565), e para o último com o *Rituale Rommanum* (1614).

Desta forma, a Igreja Católica passa a ter um controle maior sobre a vida das pessoas, principalmente no século XVI devido ao avanço do protestantismo. Temendo a perda de fiéis, a Igreja Católica revigora a prática dos sete sacramentos e estimula o sacramento da confissão, como uma forma de vigiar e controlar a vida íntima das pessoas.

Entre todos os sacramentos, o do batismo era o primeiro e o mais importante, ele abria as portas para que as pessoas pudessem receber os demais sacramentos. Segundo as doutrinas da religião Católica, o batismo é a oportunidade da salvação da alma, conseguia-se com o batismo o perdão de todos os pecados, inclusive o pecado original, uma vez batizado, estas pessoas deixariam de serem pagãs, gentios e passariam a serem cristãos e mais ainda filhos de Deus.

De acordo com a 1<sup>o</sup> Constituição do Arcebispado da Bahia (1707) todas as crianças poderiam ser batizadas independentemente de filiação: legítima, natural ou adulterina, as crianças expostas e nascidas por meio do sacrilégio também deveriam ser batizadas. O ideal é que estas crianças fossem batizadas até oito dias de nascida para não correr o risco de morrer pagã sem conhecer a Jesus. Esses batizados eram recomendáveis que ocorressem na pia batismal da igreja, mas também poderiam ser realizados nos oratórios particulares ou por pessoas instruídas na fé cristã.

Conforme Bassanezi (2012) este sacramento deveria ser realizado pelo pároco, apenas quando a criança corresse risco de vida. Poderia ser realizado por qualquer pessoa desde que esta tivesse boa intenção e proferisse as palavras “Eu te Batizo em Nome do Pai, do Filho, e do Espírito Santo. Amém”, mesmo assim, posteriormente, os pais destas crianças deveriam se dirigir a igreja a qual faziam parte para informar o pároco do acontecido, para que este fizesse o lançamento do batismo desta criança no livro de assentos da paróquia.

O sacramento do batismo significava para a Igreja Católica a passagem do mundo “pagão” para o mundo cristão. Este sacramento ocorria quase sempre nas igrejas onde a criança estaria na presença do pároco, dos pais e dos padrinhos, sendo logo em seguida elaborado pelo padre o assento batismal que compunha a data do batismo e do nascimento do bebê, assim como o nome da criança, sua legitimidade, condição social e cor; registravam-se também os nomes dos pais e dos padrinhos e suas respectivas condições sociais (livres, escravos e forros); por fim, o padre eventualmente anotava o nome da freguesia de domicílio dos pais e padrinhos. Como podemos observar no exemplo abaixo:

*Aos 15 dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e dois, na fazenda Pereiro desta Freguesia de São João, batizei pelos santos óleos a Cosme, nascido a 22 de agosto deste mesmo ano de 1862,*

---

<sup>381</sup> Dentre os estudiosos que contestam a formação de famílias escravas podemos destacar: GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

*filha legítima do preto Dionízio e Raquel escravos de Bellino da Costa Villar, viúvo, foram padrinhos Paulo Professor de Maria e Anna Maria da Conceição moradores no Pereiro Freguesia de São João (Assento de batismo presente no livro de Batismo de 1862-1864 localizado no acervo da Igreja Matriz de São João do Cariri p. 143).*

Dessa forma, temos que os africanos trazidos da África para o Brasil e os filhos destes que nasceram em terras brasileiras recebiam o sacramento do batismo como uma forma utilizada pelos brancos de justificarem a escravidão, dando ao escravo a oportunidade de salvação da alma e uma possibilidade de vida eterna após a morte.

A expansão colonialista contribuiu para que a religião católica se expandisse para além da Europa, atravessando o Atlântico e chegando ao Brasil, contribuindo, assim, para que a Igreja expandisse seu domínio sobre as terras recém-descobertas, ampliando o controle a partir dos registros paroquiais cuja guarda e proteção estão sobre o comando dos vigários devendo, estes registros, permanecer na paróquia em que for realizado.

Juntamente com a religião Católica que se expande ao longo do mundo Atlântico, alguns dos seus rituais permanecem, como no caso das relações de compadrio entre famílias que inicia-se com o sacramento do batismo, o mesmo possuía o significado de “renascimento espiritual”, por isso, os padrinhos agora passariam a exercerem o papel de “pais espirituais”. Este compromisso significava privilégio e deveres de ambas as partes, devendo haver obediência, fidelidade e respeito por parte do afilhado e cuidado sempre que os afilhados precisassem por parte dos padrinhos, estabelecendo-se, assim, relações entre os compadres. Nas palavras de Matoso (2003):

*O padrinho, o compadre, a madrinha, a comadre, assumem responsabilidades idênticas as dos pais. Ao ser batizado, o escravo passa a ter um padrinho. Para os africanos adultos batizados em série, o padrinho é desconhecido, imposto como o próprio batismo. Mas para o crioulo, o padrinho terá sido escolhido, terá assumido o compromisso. [...] O padrinho tem obrigação de dar assistência ao afilhado: ajuda espiritual, sem dúvida, mas também material, e são raros no Brasil os padrinhos que não levam a sério suas responsabilidades (Matoso, 2003, p.132).*

Trazendo esta relação de apadrinhamento para a análise dos registros de batismos dos escravos podemos perceber que os escravos se utilizaram destas relações para tentarem conseguir alguns privilégios, dentre eles, a tão sonhada carta de alforria. A maioria dos escravos era batizados por pessoas livres e de uma condição mais elevada na hierarquia social. Além dessa possibilidade de ganhar a alforria se pegarmos a cultura africana veremos que os padrinhos passariam a fazer parte efetivamente da família, pois os mesmos concebiam a família de um modo estendido, onde englobava não só os membros consanguíneos, mas também membros de irmandades religiosas a que pertenciam e os compadres.

## **FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES**

Este território foi estabelecido em 1750 sob a invocação de Nossa Senhora dos Milagres, inicialmente chamada de Freguesia do Cariri de Fora, depois Vila de São João

do Príncipe, Vila de São João ou Vila de São João do Cariri, atualmente município de São João do Cariri.

São João do Cariri é o município mais antigo do Cariri paraibano, atualmente sua área territorial é de 702 km<sup>2</sup>, com uma população de 4.438 habitantes e está a 458m de altitude e a uma distância de 216,0Km da capital paraibana, João Pessoa.

No entanto, nem sempre São João do Cariri possuiu esta extensão territorial, de acordo com Medeiros (1990) a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres chegou a abranger cerca de 1/3 do atual território da Paraíba, pertencendo a ela Campina Grande e as atuais microrregiões do Agreste da Borborema e parcialmente do Piemonte da Borborema, incluindo as fazendas que beiravam as Ribeiras das Espinharas e do Sabugi, limitando-se ao norte com a Freguesia de Senhora Sant'Ana do Caicó, com a Freguesia de Nossa Senhora das Neves da cidade da Parahyba, e de Nossa Senhora do Pilar, ao sul.

No que diz respeito a economia da Vila Real de São João do Cariri, na segunda metade do século XIX podemos perceber no discurso do Presidente da Província Francisco Araújo Lima que:

*A produção algodoeira é uma quantidade superior a mil arrobas; a cana de açúcar para mil rapaduras, a mandioca para trezentos alqueires de farinha, o milho para quinhentos ditos, o feijão para trezentos ditos; o arroz igual ao número de alqueires; queijo, gado vacum, para mil cabeças dito cavalari para seiscentos ditos (Leal, 1993, p.55).*

Desta forma notamos que na década de 1860, época em que este discurso foi produzido, a economia da Vila Real de São João do Cariri era mista e de subsistência, não possuindo um produto central de exportação. O que vem confirmar o discurso de Rohan (1850), que na descrição sobre a vila citada anteriormente, afirma que a agricultura e a pecuária se destinava ao consumo interno.

Dinoá concorda com Leal afirmando que neste período a povoação do Cariri de Fora era o principal centro econômico de todo o interior, estando sua economia baseada na criação e no comércio de gado *cavalari* e *vacum*. Percebe-se assim que a economia da região era bastante diversificada.

No que diz respeito a população podemos destacar a presença de brancos, negros, índios, pardos, cabras, mestiços, mamelucos, semi-brancos e crioulo. Ainda se utilizando de Rohan percebemos que na década de 1850 a população da Vila Real de São João do Cariri era composta por 10.984 pessoas sendo estas divididas entre livres (9455) e escravas (1529). Se comparado com os grandes plantéis do Sudeste a quantidade de escravos pode ser considerada mínima, mas analisando a conjuntura econômica que já foi citada anteriormente na qual se destacava a produção para a subsistência este número pode deixar de ser mínimo e se tornar expressivo para a região.

## **PERFIL DA POPULAÇÃO ESCRAVA DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES NO ANO DE 1862**

Neste tópico buscamos mostrar a população escrava da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres que estava sendo batizada no período de 1862, para logo em seguida traçarmos o perfil dos compadres escolhidos para os filhos das escravas como nos mostra a tabela a seguir:



**TABELA 1- TIPO DE FILIAÇÃO DOS BATIZANDOS ESCRAVOS, 1862.**

<b>FILIAÇÃO</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>	<b>TOTAL</b>
Natural	12	34	46
Legítima	12	8	20
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>42</b>	<b>66</b>

Fonte: Livro de registros de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, 1862-64 Acervo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres.

Fazendo uma análise da tabela citada acima podemos observar que durante o ano de 1862 sessenta e seis pessoas (66) entre homens e mulheres na condição jurídica de escravos foram batizados nas Capelas e nos Oratórios particulares que compunham a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. Identificamos um percentual maior de nascimento de pessoas do sexo feminino (63,6%) se comparado ao masculino (36,4%) resultando numa diferença de 27,2%.

Ainda analisando a tabela percebemos que houve uma equiparação no tipo de filiação da população masculina onde 50% dos nascimentos foram frutos de uniões legítimas, portanto, reconhecidas pela igreja, no entanto, nos outros 50% observamos o tipo de filiação natural, na qual consta apenas o nome da mãe da criança.

Fazendo a mesma análise para a população escrava batizada no ano de 1862 percebemos uma disparidade maior no tipo de filiação se pegar como referência a população feminina, onde 81% será composta de filiação natural e apenas 19% será composta de filiação legítima.

Ao analisarmos sem separar os sexos observamos que ainda há uma predominância maior de filiação natural (69,7%) se comparada com o tipo de filiação legítima (31,3%), isso não implica dizer que os filhos frutos de uma filiação natural não conheçam os seus pais, no entanto podemos pressupor que alguns destes escravos recém batizados poderiam ter contato com os dois pais, entretanto por estabelecerem relações consensuais e não legitimadas pela Igreja Católica o nome deles não constariam nos registros de batismo, sendo muitas vezes presentes na criação de seus filhos e ausentes nas documentações.

O nome do pai poderia até está ausente na documentação, no entanto o nome dos padrinhos sempre estariam presentes nem que fosse apenas um deles o que era permitido pela legislação da época. Como observamos na tabela a seguir.

**TABELA 2- PADRINHOS E MADRINHAS DOS ESCRAVOS, 1862**

<b>PADRINHOS/MADRINHAS</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>	<b>TOTAL</b>
Padrinhos/madrinhas livres	22	36	58
Padrinhos/Madrinhas cativas	1	3	4
Padrinho Livre/Madrinha Cativa	0	1	1
Padrinho cativo/Madrinha Livre	0	1	1
Um só Padrinho	1	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>42</b>	<b>66</b>

Fonte: Livro de registros de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, 1862-64 acervo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres.

Durante o ano de 1862 na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres observamos, a partir da tabela a escolha feita pelos escravos para apadrinharem seus filhos e construir laços de solidariedades dentro e fora do cativeiro.

Constamos a predominância de padrinhos e madrinhas livres para apadrinharem os filhos dos escravos que estavam sendo batizados. Essa predominância acontece tanto entre os batizados do sexo masculino (91,7%) quanto do sexo feminino (85,7%). Como nos mostra o assento a seguir:

*Aos vinte e nove dias do mês de maio de mil oitocentos e sessenta e dois anos no Oratório da Carnaúba filial desta Freguesia de São João do Cariri o Reverendo Paulino Villar dos Santos Barbosa de minha licença batizou solenemente a Camila parda, nascida a quinze de março deste mesmo ano filha natural de Eva escrava de Umberlino Vilar de Araujo casado, sendo padrinhos Adeodato Vilar de Araujo e sua mulher Olimpia Josefina de Araujo, todos desta freguesia e do que para constas mandei fazer o presente assento em que assino (Assento de batismo localizado no livro de Batismo de 1862-1864 localizado na Igreja Matriz de São João do Cariri p. 82).*

Um destes casos em que uma criança escrava foi batizada por pessoas livres é o exemplo de Camila, que foi batizada por Adeodato Vilar de Araujo um grande fazendeiro e proprietário de escravos da época na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

No caso dos batismos do sexo masculino do total de vinte e quatro, vinte e dois (91,66%) escolheram serem batizados por padrinhos e madrinhas livres, um por padrinho e madrinha cativa (4,16%) e num destes registros encontramos um caso em que uma criança foi batizada por um só padrinho (4,16%) como veremos a seguir:

*Aos dezesseis dias do mês de março de mil oitocentos sessenta e dois anos, no Oratório da Serra Branca, nesta Freguesia de São João do Cariri, o Reverendo Alípio Emiliano Cordeiro da Cunha de minha licença batizou solenemente a Brás crioulo, nascido a dois de fevereiro deste mesmo ano, filho legítimo de João e Margarida, escravos de Antônio José Alves Pequeno, sendo padrinho Manoel Rodrigues Bezerra Cangaú, todos desta Freguesia, do que para constas mandei fazer o presente assento em que assino (Assento de batismo localizado no livro de Batismo de 1862-1864 localizado na Igreja Matriz de São João do Cariri p. 63).*

Neste caso podemos perceber que os pais de Brás preferiram que ele fosse apadrinhado por uma única pessoa, o senhor Manoel Rodrigues Bezerra Cangaú, o que não era comum à época, mas permitido pelas Constituições do Arcebispado da Bahia de 1707.

Ainda analisando a tabela podemos perceber que observando os batismos das crianças do sexo feminino não foi diferente os resultados, de um total de quarenta e dois batizados, trinta e seis mulheres foram apadrinhadas por casais livres (85,71%), três foram apadrinhadas por cativos (7,14%), em um caso apenas por uma madrinha livre e um padrinho escravo (2,38%), outro deles foram batizados por padrinho livre e madrinha cativa (2,38%) e um apenas por um só padrinho (2,38%).

Assim como percebemos no registro de batismo de Joana que foi batizada por um padrinho escravo e uma madrinha livre.

*Aos vinte e três dias do mês de julho de mil setessentos e sessenta e dois anos, na Caqueira nesta Freguesia de São João do Cariri o reverendo Herculano Xavier da rocha de minha licença batizou solenemente a Joana parda, com vinte e quatro dias de nascida, filha natural de Josefa escrava de Maria Ursola de Gouveia solteira, sendo Padrinhos Feliz escravo e Anna Maria da Conceição, todo desta freguesia, do que para constas mandei fazer o presente assento em que assino (Assento de batismo localizado no livro de Batismo de 1862-1864 localizado na Igreja Matriz de São João do Cariri p. 100).*

Observa-se, assim, que a maioria das alianças construídas entre os escravos foram com padrinhos situados na hierarquia social mais elevada se comparada com a condição da família dos batizados, construía-se assim relações para cima, da mesma forma como a Brüger (2006) também detectou em São João Del Rei.

Depois de comentamos sobre o tipo de filiação dos escravos que estavam sendo batizados, falamos um pouco sobre os padrinhos e as madrinhas que eram escolhidos para apadrinharem os filhos dos escravos e, por fim, nos resta a indagação de que cor eram estas pessoas que estavam sendo batizadas como escravos?

**TABELA 3- COR DOS ESCRAVOS QUE ESTAVAM SENDO BATIZADOS**

<b>COR/ESCAVOS</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>	<b>TOTAL</b>
Preto	6	7	13
Pardo	5	17	22
Crioulo	7	11	18
Mulato	1	1	2
Sem Identificação	5	6	11
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>42</b>	<b>66</b>

Fonte: Livro de registros de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, 1862-64 Acervo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres.

Fazendo uma análise da tabela acima observamos a predominância da cor parda (33,33%) seguida pela crioula (27,27%), preta (19,69%), mulata (3,03%), sem contar que em cinco (7,57%) assentos de batismo o pároco não colocou a cor da pessoa que estava sendo batizada.

Não sabemos ao certo qual o critério o pároco adotou para indicar a cor da criança que estava sendo batizada. Acreditamos que muitas vezes este pároco chegava a se confundir ao registrar a cor da criança, pois se analisarmos veremos que a cor preta seria para aquelas pessoas que teriam vindo da África, no entanto, treze crianças são batizadas como pretas, onde na realidade estas deveriam serem batizadas como crioulas uma vez que faziam parte da 1º geração de africanos aqui no Brasil. Como podemos observar no assento abaixo:

*Aos treze dias do mês de abril de mil oitocentos e sessenta e dois anos, na Capela das pombas filial desta matriz de são João do Cariri o Reverendo Genuino Walfrido de Sousa Gurjão de minha licença, batizou solenemente a Maria preta, com quinze dias de nascida, filha natural de Silvana (rever) escrava de Izabel Maria do Livramento, sendo Padrinhos Felipe e Delfina, casados também escravos, todos desta freguesia e do que para constas mandei fazer o presente assento em que assino (Assento de batismo localizado no livro de*

*Batismo de 1862-1864 localizado na Igreja Matriz de São João do Cariri p. 77).*

Este estudo da cor dos escravos ainda será mais bem definido ao longo da dissertação de mestrado que ainda esta em percurso, onde procuraremos traçar a cor do pai e da mãe e ver qual a cor o escravo foi batizado, ficando assim esta tarefa para trabalhos posteriores.

Fazendo uma análise dos casos de apadrinhamento na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres no ano de 1862 pudemos observar o predomínio de padrinhos e madrinhas livres para os filhos de escravos, seguido de padrinho e madrinha cativo. Observando, assim, que na maioria dos casos os escravos preferiam estabelecerem relações de compadrio com pessoas de condições mais elevadas na hierarquia social.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

Acervo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, Igreja Matriz de São João do Cariri, **Livro de Batismo de 1862-1864.**

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1707. São Paulo: Typografia de Antonio Louzada Antunes, 1853.

BARROS, José de Assunção. **História Política e História Social.** In: O Campo da História: especialidades e abordagens. 6º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p.106-124.

BASSANEZI, Maria Silvia. **Os eventos vitais na reconstituição da história.** In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. (Org.). O Historiador e suas fontes escritas. São Paulo: Contexto, 2012, p. 141-172.

BRUGGER, Sílvia **Maria Jardim. Poder e Compadrio:** Apadrinhamentos de escravos em São João Del Rei (Séculos XVIII e XIX). In. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (orgs.). Nomes e Números: Alternativas Metodológicas para a História Econômica e Social. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

GOMES, Flavio dos santos. **Experiências atlânticas:** ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003.

LEAL, José. **Vale de Travessia.** Campina Grande: Gráfica santa Fé Ltda, 1993. P.55.

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora.** São Paulo: Editora Camargo Soares,1990.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista:** população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

## **AS RELAÇÕES ESCRAVOCRATAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1630-1654): SER NEGRO DURANTE O DOMÍNIO HOLANDÊS**

*Elaine Cristina Vieira Da Silva*

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Desde os primeiros registros do Brasil, enviados para Europa pelos portugueses no início do século XVI, eram repassadas informações sobre a beleza desse território e de facilidades para se conseguir fortunas rápidas. Como é exposto por Pero Vaz de Caminha, relatos que nestas terras tudo que se plantava nascia. Durante o período de domínio holandês na Capitania de Pernambuco segundo Pierre Moreau, havia se espalhado na Holanda que as terras brasileiras eram centro de riquezas, onde era possível fazer rápidas fortunas, tendo uma extensão territorial com capacidade de acomodar toda a Europa. Tais relatos de diferentes invasores e períodos históricos fizeram do Brasil um dos locais mais desejados do mundo por países europeus nos séculos XVI e XVII.

Para assegurar o controle dessas terras, Portugal no século XVI, compreendeu que se fazia necessário a colonização dessa região, assim, para a colônia brasileira era necessário se produzir lucros com mão de obra, de preferência com baixo custo, constituindo o processo de tráfico e escravização negra; experiência já utilizada em outras colônias européias. No entanto, o tráfico no século XVII, na Capitania de Pernambuco tornou-se mais intenso devido à presença holandesa, pois, a Companhia das Índias Ocidentais conseguiu o monopólio do tráfico e a escravização negra.

As relações escravocratas na Capitania de Pernambuco durante o período holandês (1630-1654) foi interessante por possuir características que em alguns pontos se intercalaram no imaginário social, ora com aspectos positivos, ora como negativos. Dessa maneira, pretendemos analisar aspectos ligados à vida dos escravos durante esse período, fazendo uma correlação entre os métodos portugueses e holandeses de tráfico e escravização negra no século XVII.

O objetivo central é trazer para discussões em dias atuais, questões de grande importância histórica do período colonial na formação do povo brasileiro no processo de escravização e segregação social, principalmente referente à cor da pele. O árduo trabalho realizado nos engenhos e plantações pelos escravos, dentre outros aspectos abordados no presente artigo.

### **Ser Negro sob Domínio Holandês**

A princípio os holandeses não se mostraram favoráveis a utilização de negros nos trabalhos a serem realizados na Capitania de Pernambuco. Em 1630, holandeses letrados do Conselho Político de Pernambuco, localizado no Recife reprovavam o comércio humano; a imundície dos navios negreiros causava repugnância. No entanto, em um curto espaço de tempo esta realidade muda completamente. Sete anos após a invasão da Capitania, os holandeses, de pessoas contrárias ao trabalho dos africanos

escravizados, possuíam o domínio do lucrativo comércio do tráfico de escravos. Gonsalves de Mello escreve quanto a esses episódios que:

*Em contato com as necessidades da colônia e, em especial dos engenhos, os holandeses foram pondo de lado os escrúpulos no que dizia respeito à escravidão. É verdade que chegaram a pretender substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. O parecer do Supremo Conselho dizia: “achamos que os engenhos devem ser laborados por homens brancos, mas que da Holanda não há aparência que tais trabalhadores possam ser esperados, assim como de Portugal, e por isso devemos servir-nos dos negros.” (MELLO, 2001, pág. 186).*

Essa postura dos holandeses em relação à escravidão negra apresentada no início da invasão à Capitania de Pernambuco não é difícil de ser compreendida, pois, ao contrário dos portugueses que já possuíam anos nessa atividade, para os holandeses e outros representantes dos Países Baixos era uma experiência nova, porém, como é exposto por Gonsalves de Mello, quando cita o parecer do Supremo Conselho, percebemos que em contato com as necessidades de mão de obra na nova colônia, essa atividade passa a ser considerada indispensável. Segundo o holandês Arnoldus Montanus “sem escravos não é possível fazer coisa alguma no Brasil [...] e por nenhum modo podem ser dispensados: se alguém sentir-se nisto agravado, será um escrúpulo inútil.” (MELLO: 2001, pág. 187). Não é difícil encontrarmos em livros sobre esse período frases como: sem os negros não há Brasil. Não apenas por serem indispensáveis nos trabalhos, mas também pelo fato do tráfico se mostrar um excelente negócio para os holandeses, pois os negros eram comprados em regiões africanas como Guiné e revendidos aos judeus residentes no Recife e a senhores de engenho por valores que variavam entre cinco e vinte vezes o valor que tinha sido pago por estes na África. (DANTAS SILVA, 2003). E o Brasil dos holandeses se construía com sangue e suor dos escravos.

A situação do negro tomou proporções críticas, pois nos primeiros anos de permanência no Brasil os recursos enviados aos holandeses eram escassos, mal dava para alimentação dos soldados. Com isso, o arquipélago de Fernando de Noronha, tornou-se uma espécie de depósito de escravos que não eram segundo os holandeses proveitosos (velhos, mulheres e crianças). Os escravos deveriam trabalhar até não ter mais condições por estar velho demais ou doente, dentre outros aspectos proporcionados pela escravidão. Quando o cativo não possuía mais força para os trabalhos a ele impostos, esse era jogado a própria sorte no arquipélago. Segundo o holandês Ernst van Den Boogaart:

*Os homens deviam trabalhar na construção das fortalezas. Mas o governo colonial considerou as mulheres e as crianças como consumidores supérfluos [...] tratou primeiro de desfazer-se dos negros que para quem não era possível encontrar empregos úteis [...] desnudos, as caras pretas como ébano, curtidas, azeitonadas, e de cor fumegadas; os olhos rodando nas órbitas com uma expressão feroz; e*

*os corpos, tão magros e secos como esqueletos, teriam inspirado medo aos mais decididos*<sup>382</sup>. (BOOGAART, 2005, pág.28).

Assim, torna-se possível percebermos que esses colonizadores não demonstravam preocupações com os negros e a durabilidade da vida destes. Se o escravo morresse devido ao trabalho ou castigo que sofrera seria comprado outro e colocado em seu lugar, as facilidades em se conseguir os cativos eram tantas que os escravos eram tratados como ferramentas descartáveis de trabalho.

Os engenhos eram verdadeiras máquinas de torturas, neles os cativos se alimentavam menos que os escravos das plantações e das casas grandes. A alimentação era baseada na água que era lavado os bagaços das canas; dormiam pouco, em lugares com mais pessoas que espaços livres. Também eram expostos ao calor escaldantes dos fornos e caldeiras, sem ao menos poderem reclamar, pois tal atitude resultaria em castigos severos. Aos que trabalhavam no campo havia a recomendação do Conselho dos XIX<sup>383</sup> que fossem colocados nos trabalhos mais árduos, mais degradantes e expostos ao sol, justificavam dizendo que faziam isso: “Por que é sabido que os pretos suportam o calor do sol melhor do que os nossos.” (MELLO, 2001, pág. 185). E através dessa justificativa se é reafirmado à necessidade dos negros para os trabalhos a serem realizados nas regiões invadidas.

A seguir nos cálculos desenvolvido por Roberto Simonsen, com base em seus estudos econômicos, teremos uma análise detalhada, do rendimento da colônia com o comércio negreiro e o trabalho escravo.

*A produção total do açúcar no século XVII está computada em 180 milhões de arrobas. Admitindo-se uma produção média de 50 arrobas por escravo [...] concluiremos que o século XVII absorveu, na produção açucareira, 520 mil escravos. Desses teriam sido importados do continente africano no máximo 350 mil. Durante a ocupação, os holandeses, [...] O total do volume de açúcar exportado alcançaria, no máximo, 450 milhões de arrobas. [...] verificaremos que seria necessário para sua produção, na pior das hipóteses, 1.300.000 escravos [...] número de escravos importados para agroindústria do açúcar. (SIMONSEN apud DANTAS SILVA, 2005, pág. 01).*

Um fato interessante que podemos perceber nos cálculos desenvolvidos por Simonsen, é que durante o período holandês foram traficados mais escravos que durante o período português, detalharemos mais para melhor compreensão. Percebemos que durante o século XVII os portugueses importaram em média 520.000 escravos. Nesse mesmo século foram traficados pelos holandeses aproximadamente 1.300.000 escravos. Logo poderíamos constatar que foi durante o período holandês que se traficaram mais escravos neste século (XVII). Todavia devemos observar que esses números não podem ser considerados exatos, tratam de estimativas e probabilidades, porém, nos auxiliam na formação de teorias como a que foi anteriormente citada.

---

<sup>382</sup> BOOGAART, Ernst van Den. **Morrer e Viver em Fernando de Noronha 1630-1654**. Artigo organizado por GALINDO, Marcos. Viver e Morrer no Brasil Holandês/ Ernst van Den Boogaart; Frans Leonard Schalkwijk; Benjamin Nicolas Teensma. Massangana: Recife, 2005. (pág. 19-46)

<sup>383</sup> CONSELHO DOS XIX - direção da Companhia das Índias Ocidentais em Amsterdã entre 1630 e 1653.

No entanto, eram traficados mais escravos pelos holandeses, como observamos anteriormente, estes colonizadores preferiam os escravos fortes e do sexo masculino, e quando esses não apresentavam mais condições de trabalhos eram traficados novos escravos, aumentando assim o fluxo de cativos a desembarcar em terras brasileiras. Já os portugueses, traziam para estas terras, homens e mulheres que se reproduziam, formando novos escravos nascidos no Brasil, fato que causava significativa diminuição do tráfego de escravos africanos. Também formaram outro tipo de escravo os mistos, frutos dos envolvimento com as outras etnias aqui existentes. No processo de miscigenação, o próprio português se envolvia com as escravas, formando os escravos mulatos.

Com o passar dos anos, alguns holandeses foram percebendo a necessidade em se cuidar da durabilidade da vida de seus escravos, pois a alta mortalidade desses estava trazendo muitos prejuízos. O número de óbitos durante o processo de importação destes também era alto. “Segundo uma carta datada de 12 de junho de 1648, escrita no Recife e endereçada ao conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais, em Amsterdã, de 554 negros embarcados no Regenboge, faleceram 172 e dos 350 embarcados no Bruynyis, 109 faleceram.” (DANTAS SILVA, 2005, pág.01). Com isso os holandeses tinham que fazer mais viagens e, conseqüentemente, tinha-se mais gastos. Um fato nesta questão chama a atenção, os próprios holandeses perceberam a superioridade portuguesa no transporte de escravos, que mesmo com navios menores conseguiam desembarcar quantidades maiores de negros, a mortalidade nos seus navios era menor. Pieter Morthamer percebeu tais aspectos e alerta aos seus compatriotas:

*Os Portugueses são muito melhores comerciantes de escravos que nós. Eles conduzem em uma pequena caravela, com facilidade, 500 negros, ao passo que os nossos grandes navios transportam em uma vez apenas 300. À força de limpeza a bordo, uma boa alimentação, com fornecimento de cobertas aos negros, os portugueses conseguem que nos seus navios as mortes sejam em menor número. Além disto, eles acostumam os negros, na África, à vida de escravo de sujeição. Quando seguirmos estes exemplos, teremos melhores mercadorias, menor mortalidade a bordo e poderão atingir no Brasil maiores preços. (MORTHAMER apud MELLO, 2001, pág. 190-191).*

Na correlação entre escravidão e religião na colônia é possível analisar que o senhor português de acordo com suas crenças religiosas não obrigava seus escravos ao trabalho nos dias considerados santos. No entanto, a mesma situação não incidia com o senhor holandês, pois este, de acordo com sua cultura religiosa<sup>384</sup> acreditava que o acúmulo de riquezas seria um sinal de escolha divina, ou seja, que quanto maior fosse o rendimento contraído pelo indivíduo maior seria a chance dele ser um dos predestinados.

De acordo com tais compreensões os escravos eram obrigados a trabalhar todos os dias do ano, contribuindo assim para que seus senhores aumentassem suas riquezas e o anseio da ‘salvação’, pois o sucesso da vida terrena era vista como sinal da aprovação de Deus. Entretanto, para muitos escravos o que mais perturbava era a proibição holandesa dos cânticos negros. Pois os portugueses agrediam o corpo, mas permitiam em algumas ocasiões seus cantos. Por essas condições para muitos negros a dominação

---

<sup>384</sup> Igreja reformada holandesa de características calvinista.



holandesa era considerada mais enérgica que a portuguesa. Observamos esta questão na análise que Gonsalves de Mello faz de uma *Generale Missiven*<sup>385</sup>.

*Para os escravos era quase um castigo trabalhar para os flamengos. Trabalhavam todos os dias da semana e nem aos domingos tinham licença para folgar ou para invocar seus orixás. Apesar da proibição do trabalho aos domingos, esta não era respeitada, sobretudo no interior, pelos holandeses. Daí diz uma Generale Missive, procede a preferência dos negros pelos senhores portugueses, que nos dias de santos “que são muitos” não os fazem trabalhar. (MELLO, 2010, pág. 197).*

Todavia, este aspecto não era uma regra, pois havia também casos de escravos que conseguiram melhores padrões de vida com os senhores holandeses. Não apenas negros escravos, mas mulatos livres que conseguiram elevar sua posição financeira, como foi o caso de Domingos Fernandes Calabar, este conseguiu benefícios durante as lutas do processo de invasão se destacando na história deste período por ter sido o grande facilitador da conquista holandesa. Pelos portugueses, identificamos o negro Henrique Dias, que chegou a conseguir títulos nas tropas luso-brasileiras e benefícios como alforriar alguns familiares, por conta de sua bravura nos confrontos contra o invasor holandês. Houve também os que conseguiram fugir de seus senhores por conta da confusão causada pelas lutas.

Um ponto em comum entre holandeses e portugueses consiste no fato que ambos, a princípio, não demonstraram muita preocupação na formação religiosa do negro. A Igreja Católica os consideravam seres sem alma, e os pastores da Igreja Reformada os viam como seres que já nasciam condenados: ambos utilizavam destas justificativas para escravizar os negros. Gonsalves de Mello expõem em “*Tempo dos Flamengos*” (2001), que os pontos que causavam maiores revoltas seriam: para os portugueses a interferência em suas crenças, e para os holandeses em suas finanças. Com o passar dos tempos ambos os invasores permitiram a participação dos negros em algumas cerimônias, porém, esses sempre ficaram em locais afastados do restante das pessoas.

O processo de tráfico e escravização negra no período colonial foi sem dúvida, o mais cruel do domínio holandês na Capitania de Pernambuco. Porém, em regiões africanas, estes colonizadores trouxeram episódios de sistemas de segregação racial (ao negro somente era permitido o acesso a lugares considerados de má qualidade para brancos). Percebe-se assim que os holandeses discriminavam os negros também, no seu país de origem, por ter as características físicas típicas de povos da região.

Talvez seja exagerado falar desta forma, mas imaginemos, a colonização no Brasil se constituiu como símbolo da miscigenação e com uma elevada desigualdade social e econômica proveniente dos portugueses, como seria a colonização holandesa, já que tratavam o negro de forma mais rígida, consoante o tratamento adotado para com os negros africanos; visto que, houve práticas de segregação racial no Brasil durante o período holandês. Não apenas quando escravizaram o negro, mas porque “Procuraram os holandeses manter as populações, branca e de cor afastadas.” (MELLO, 2001, pág. 195). Gonsalves de Mello expõe esses aspectos como sendo um dos menos fraternos dos holandeses.

---

<sup>385</sup> *Generale Missiven*: eram longas cartas que levavam informações sobre a colonização para o Conselho dos XIX.

As colônias na África se apresentavam neste contexto, como reais noções do que provavelmente teria acontecido com nosso país “uma minoria de louros explorando e dominando um proletariado de gente de cor, ao contrario do que nos legaram os portugueses, uma terra de brancos confraternizando com negros e índios.” (MELLO, 2001, pág. 199). Veremos esses aspectos com mais prioridade a seguir, quando trabalharemos Os Holandeses no Brasil: Processo de mestiçagem. Onde observaremos esse aspecto na Capitania de Pernambuco durante o domínio holandês e a importâncias das misturas étnicas/raciais no êxito do processo de colonização brasileira.

## **Os Holandeses no Brasil: Processo de Mestiçagem**

O período colonial brasileiro está relacionado às heranças culturais fruto da mestiçagem aqui ocorrida; um legado cultural em grande parte pela colonização portuguesa, mesmo não tendo ocorrido de maneira honrosa. Não foram episódios isolados os envolvimento sexuais dos portugueses com as negras e índias, sendo esses consentidos ou não. Os colonizadores que para o Brasil vieram não trouxeram suas famílias, assim sendo, as negras dentre outras atividades eram utilizadas para fins sexuais. Mesmo depois de vários anos de colonização portuguesa e já com famílias formadas, essas atividades continuaram. Para estudiosos como Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, dentre outros, era clara a preferência dos portugueses por mulheres negras ou mulatas.

*A forma peculiar do racismo brasileiro decorre de uma situação em que a mestiçagem não é punida, mas louvada. Com efeito, as uniões inter-raciais, aqui, nunca foram tidas como crime nem pecado. Provavelmente porque o povoamento do Brasil não se deu por famílias européias já formadas, cujas mulheres brancas combatessem todo o intercuro com as de cor. (RIBEIRO, 2006, pág. 207).*

Com os Holandeses essas práticas não eram consideradas tão naturais, sendo estes, proibidos de qualquer envolvimento sexual com as negras. Não por terem uma forma mais branda de enxerga os negros, mas pelo fato de considerá-los como animais irracionais, nesta perspectiva, o envolvimento com negras seria considerado algo absurdo, outros indivíduos holandeses enxergavam os negros como seres possuidores de impurezas, como se esses pudessem contaminá-los os tornando inferiormente iguais, devido à aproximação. Os holandeses, de acordo com suas concepções deveriam ser superiores. Esse aspecto serviria de justificativa para muitos antropólogos como Darcy Ribeiro explicar em séculos posteriores o insucesso do período em que os holandeses passaram em regiões do Nordeste brasileiro.

Os traços faciais fortes das negras era uma característica que não agradava aos holandeses, porém, em países africanos onde se tinha a ausência de mulheres brancas esses “[...] se mesclavam por longo tempo, gerando uma vasta camada mestiça que continuou até que a população branca se homogeneizasse [...]” (RIBEIRO, 2006, pág. 217). No caso do Brasil isso não foi preciso, pois a população era composta por outros biótipos femininos, formados pelas nativas brasileiras e as misturas raciais já existentes nessas terras (mulatas, caboclas e cafuzas).

Outro motivo para que teoricamente não houvesse o envolvimento destas etnias, foi que depois de fixados em terras brasileiras os holandeses começaram a trazer

prostitutas dos Países Baixos, surgindo assim na Capitania de Pernambuco as “bodegas, os mais vis bordéis do mundo.” (MELLO, 2001, pág. 117). Assim, perceberemos que enquanto os portugueses aqui se mesclaram com as populações índias e negras, fazendo bases próximas as de sua metrópole os holandeses se mantiveram afastados gerando em terras brasileiras mundos isolados. Buarque de Holanda explica que:

*Os portugueses já aludia à ausência, neles de qualquer orgulho de raça. Em resultado de tudo isso, a mestiçagem que representou, certamente, notável elemento de fixação ao meio tropical não constituiu, na América portuguesa, fenômeno esporádico, mas, ao contrário, processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua. (HOLANDA, 1995, pág. 66).*

Contudo, inegavelmente houve pontos positivos do período holandês na vida dos escravos, sendo neste período que os cativos tiveram maiores oportunidades de fuga. Durante as lutas do processo de invasão os holandeses destruíram engenhos, incendiaram vilas e degolaram moradores, com tais aspectos os senhores de escravos portugueses e luso-brasileiros preocupados em se defender dos invasores, se descuidavam quanto à vigilância para com os negros, este episódio se apresentou como característica benéfica para muitos cativos, pois facilitou as fugas e com elas a formação de quilombos. E nesses quilombos foram sendo implantadas estruturas sociais que se assemelhavam aos da terra mãe África.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tornando-se assim possível fazermos algumas considerações relevantes, tais como: os holandeses tinham uma forma de preconceito racial mais intenso. Enquanto para os portugueses, as relações com outras raças foram, em certas ocasiões, incentivadas a ponto não terem tanto estranhamento por haver o intercuro com países africanos há anos posteriores ao descobrimento do Brasil. Os holandeses como observamos não eram muito adeptos as misturas raciais e implantaram em algumas regiões os sistemas de segregação racial.

Renomados historiadores brasileiros, que se destacam em pesquisas referentes ao período de dominação holandesa, apresentam teorias que devem ser analisados. Para Gonsalves de Mello, os holandeses não se mostraram muito fraternos quando tentaram afastar a população negra das outras, e que as colônias holandesas na África nos dá noções do que poderia acontecer com o Brasil se tivesse sido colônia holandesa. Já Cabral de Mello, observa o período holandês como sendo mais próximo dos direitos humanos, isso em uma visão geral.

Contudo, não podemos generalizar ao ponto de dizermos que todos os holandeses tinham gestos fraternos para com os escravos, ou que todos os holandeses seriam desumanos para com eles, pois assim como os portugueses houve estes dois aspectos. A dominação holandesa e a portuguesa no Brasil, ou parte deste, enquanto colônia são importantes: as peculiaridades de ambos os períodos nos ajudam enquanto pesquisadores ou curiosos em geral a estudarmos as bases da formação do povo brasileiro.

## Fontes e Referências Bibliográficas

- DANTAS SILVA, Leonardo. **A Escravidão no Brasil Holandês**/Diário de Pernambuco. 2003. Disponível em: <<[http://www.old.pernambuco.com/diario/2003/09/29/especialholandesesf131\\_0.html](http://www.old.pernambuco.com/diario/2003/09/29/especialholandesesf131_0.html)>>  
>  
Acesso em: 08 de Fevereiro de 2013.
- GALINDO, Marcos.(org) **Viver e Morrer no Brasil Holandês**/ Ernst van Den Boogaart; Frans Leonard Schalkwijk; Benjamin Nicolas Teensma - Recife: Massangana, 2005. BOOGAART, Ernst van Den. **Morrer e Viver em Fernando de Noronha 1630-1654**. (pág. 19-46).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: Influências da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- MOREAU, Pierre. **História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**/ Pierre Moreau e Roulox Boro; São Paulo: Itatiaia, 1979.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentimento do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

## CIVILIZAR PELA EDUCAÇÃO: O SPI E SUA PROPOSTA EDUCACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS EM ALAGOAS

*Gilberto Geraldo Ferreira*

### **Introdução**

No final do Século XIX para início do XX se consolidou parte dos ideais republicanos como projeto de sociedade nacional. No tocante aos indígenas, o ideário seria civilizar para inseri-los a sociedade nacional por meio de ações integracionistas como saúde, trabalho e educação. O SPI, foi criado pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910<sup>386</sup>, subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/MAIC, constituído como lugar no qual se buscava centralizar e manter o monopólio do exercício de diversos poderes sobre os povos nativos. Sua finalidade seria implantar, gerir e reproduzir tal forma de poder de Estado, com suas técnicas (práticas administrativas), principais normas e leis, constituídas e constituintes de um modo de governo sobre o que seria denominado de índio (ou seu plural, índios), status que se engendra e transforma ao engendrará-lo (LIMA, 1995).

Para organizar a atuação, o SPI foi dividido em nove Inspetorias Regionais (IR). A IR 4 que correspondia a Região Nordeste estava subdividida em doze unidades de ação ou Postos Indígenas, coordenada por um escritório central no Recife. Por intermédio do Pe. Alfredo Dâmaso, em 1944 o SPI estabeleceu um posto indígena em Porto Real do Colégio (AL), e pela mediação de Carlos Estevão de Oliveira (1943) desde a década de 1930, os Xucuru-Kariri passariam a ser reconhecidos em 1952 pelo mesmo órgão (ARRUTI, 2004), ano em que se foram instaladas as escolas indígenas em Alagoas<sup>387</sup>.

O campo de ação indigenista oficial criado em Palmeira dos Índios e em Porto Real do Colégio, com a instalação de unidades administrativas das ações indigenistas, procurava coordenar a situação local do ponto de vista do Estado, incluindo, a educação formal (SILVA JR, 2007). A história da atuação oficial junto aos índios ao longo do Século XX é reveladora da tentativa de concentração de serviços em mãos de órgão públicos do Governo Federal, isto é, dos dispositivos administrativos de poder destinados a anular a heterogeneidade histórico-cultural submentendo-a a um controle com algum grau de centralização e a imagem de homogeneidade fornecida pela ideia de uma nação (LIMA, 1995).

A Educação escolar assumia o papel, enquanto discurso, de constituir e nomear os sujeitos como indígenas. As ações do SPI constituíam um conjunto de práticas chamadas de indigenismo, que pode ser compreendido num conjunto de ideias e práticas relativas à inserção de povos indígenas em sociedades tidas como submetidas e submissas ao Estado nacional, com ênfase especial na formulação de métodos para o tratamento das populações nativas, operados, em especial, segundo uma definição do que seria índio (LIMA, 1995). Nessa perspectiva a instalação de escolas em Palmeira

---

<sup>386</sup>Decreto nº 8.072, de 20 de Junho de 1910. Legislação Informatizada-Dados da Norma. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-norma-pe.html>. Acessado em: 27/06/2011.

<sup>387</sup>Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, em Maio de 1952, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas. Museu do Índio/Serviço de Documentação-SEDOC, Microfilme. 179, Fotograma 35/37 e 50.

dos Índios e em Porto Real do Colégio introduziu a educação formal pelo SPI e teve como principal objetivo a integração dos índios à sociedade regional.

A nossa concepção de educação formal deve se aproximar ao que Cambi (1999) define, quando diz que ao longo dos tempos, ela vem sendo compreendida por grupos ou massas como autonomia, constituindo antagonismos aos anseios das elites na busca da homogeneização ou conformação por meio dos Estados nacionais. De fato, o “propósito central da educação permaneceria a aspiração utópica ao desenvolvimento de personalidades autenticamente humanas”, por difícil que seja realizá-las. Assim, a “nossa tradição cultural e intelectual” e pedagógica, no seu aspecto mais genuíno e mais alto, continuaria a viver e a agir como paradigma de desenvolvimento da humanidade, ainda que se adaptando a condições profundamente novas.

Nos argumentos de Oliveira (2011, p. 49) a escola tornava-se um instrumento crucial na divulgação dos ideais republicanos, como o nacionalismo, colocando-os na prática do cotidiano do Posto, por meio da valorização da bandeira, do hino, dos heróis nacionais e na exigência da oficialização da língua portuguesa.

O projeto educacional destinado aos indígenas implementado pelo SPI, talvez tivesse uma proposta próxima ao que se estaria pensando no mesmo período para os trabalhadores rurais, como previa a Constituição Federal vigente. Almeida (2009, p. 287) argumenta que a educação rural é vista como um instrumento capaz de formar, de modelar um cidadão adaptado ao seu meio de origem, mas lapidado pelos conhecimentos científicos endossados pelo meio urbano.

Observam-se intenções do poder público de prover o meio rural de escolas já no século XIX. Porém, a partir de 1930 os programas de escolarização do meio rural ganharam corpo. Talvez o forte movimento migratório ocorrido no país no período 1910/1920 como desencadeador de um olhar mais atento para a educação rural, contexto em que surge o “ruralismo pedagógico”, que pretendia uma escola integrada às condições locais, objetivando assim fixar o homem no campo. A ideia de fixação do homem ao campo exaltava de forma romantizada uma educação voltada à “vocação” do país, entendida como agrária. Da terra deveria o homem retirar a sua felicidade e somente nela conquistaria o enriquecimento próprio e do grupo social do qual fazia parte. O entendimento comumente realizado parece estar sedimentado na concepção de educação rural, como aquela que, além de ensinar a ler, contar e escrever pode incluir técnicas agrícolas em seu currículo e assim estará contribuindo para fixar o homem no campo<sup>388</sup>.

Para o Nordeste (NE) as escolas indígenas serviriam para incorporar os índios à massa de trabalhadores rurais (mão-de-obra) nacionais, no grande projeto da Década de 1930 (Governo Vargas) de interiorizar o Estado. Existia ainda o medo do “perigo comunista” da recente Década de 1920, pois a Coluna Prestes percorreu o interior do NE<sup>389</sup>. É importante destacar que os indígenas também interagem com essa lógica à medida que procuravam ser assistidos por esses órgãos do Estado.

Este texto se concentrará nesta Inspetoria Regional 4, mais especificamente em duas escolas coordenadas pelo Posto Indígena (PI) Irineu dos Santos, no município de Palmeira dos Índios, que atendeu os índios Xucuru-Kariri e também no PI Alfredo Dâmaso na cidade de Porto Real do Colégio, destinado a assistir os índios Kariri-Xokó,

---

<sup>388</sup> ANTONIO, Clésio Acilino; LUCILINO, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo:** Processos históricos e pedagógicos em relação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a05v2772.pdf>. Acessado em 30/07/2011.

<sup>389</sup> É importante registrar que os indígenas também interagem com essa lógica à medida que procuravam ser assistidos por esses órgãos do Estado. A pesquisa contribuirá mostrando como os indígenas se utilizavam dessa “assistência”.

ambos os postos com suas escolas situadas em Alagoas. Vale ressaltar que, na época havia dois povos indígenas em Alagoas oficialmente reconhecidos pelo Estado brasileiro.

### **Educar para civilizar**

Para os povos indígenas a educação tradicional promove uma forma humana de aprender, articulada a um processo dinâmico de geração a geração em que os mais velhos assumem papel importante, construindo com os mais jovens valores que expressam culturalmente a sobrevivência e existência do grupo. Ferreira (2013, p. 129) argumentou que isso é possível verificar pela capacidade que os povos indígenas têm de manter sua história por meio das práticas – mesmo quando esteve “silenciada” – e das memórias do grupo. Nas sociedades indígenas, os mais velhos sempre tiveram um papel importante na transmissão dos conhecimentos aos mais jovens. São eles os responsáveis pelo relato das histórias antigas, da memória, das restrições de comportamento, das concepções de mundo. Eles são agentes de ligação do grupo.

A educação formal implementada pelos religiosos no período colonial e imperial até o SPI, na República, tem em comum lidar com a tensão de duas formas distintas de aprender e ensinar. As pedagogias têm em si mesmas características opostas, politicamente carregadas de intenções e instruções que projetam a lugares distintos. A presença da Escola do SPI deve ser analisada com estas tensões, para não sufocar as autonomias dos indígenas em forçar a reelaboração das propostas da instituição durante seu período de atuação no Estado (1926-1967).

Grande parte da produção sobre o SPI é pensada a partir dele para sua atuação com os indígenas. É preciso considerar que a resistência dos indígenas ocorreu por meio de organizações, debates, conflitos, confrontos e enfrentamentos que inscrevem mudanças na forma de atuar da instituição. O fim do SPI em 1967 foi fortemente marcado pelo discurso da corrupção de funcionários do órgão retirando dos indígenas um protagonismo enquanto sujeitos históricos. Talvez, a dinâmica das populações indígenas na elaboração de suas contraações com Estado tenha sido tão relevante quanto à ideia de corrupção de funcionários. As tentativas de cooptação de pessoas das comunidades para assumirem cargos na instituição pode revelar um grau elevado de resistência, na medida em que essa prática passou a existir.

As escolas do SPI tinham como base em seu currículo e prática pedagógica ensinamentos que projetassem os indígenas ao civismo, ao trabalho incluindo regras comportamentais corporais e de culinária considerando os gêneros, compondo um conjunto de ações como elementos necessários para uma ideia de nação que se propõe civilizada. Oliveira (2011, pp. 44-45) argumenta que além dos reforços positivos como premiações na forma de objetos desejados pelos índios, a escola tornava-se um instrumento crucial na divulgação dos ideais republicanos, como o nacionalismo, colocando-os na prática do cotidiano do Posto, por meio da valorização da bandeira, do hino, dos heróis nacionais e na exigência da oficialização da língua portuguesa. A educação indígena para o SPI consistia em dar-lhe a ideia de pátria e seu culto cívico, alfabetização dos menores e adultos, ensino de trabalhos manuais e domésticos, prática agrícola e pecuária, limpeza e higiene.

A implantação das escolas pelo SPI se enquadrava nas propostas ideológicas e pedagógicas para a educação no campo. Assim como para grande parte desses trabalhadores, as escolas destinadas aos indígenas também teriam carências em suas instalações físicas e aparatos mínimos para o funcionamento dos exercícios educacionais e inclusive pedagógicos. Os vários relatórios, memorandos e ofícios

solicitando materiais de uso escolar, podem indicar algo estruturante na educação brasileira, quando se trata, da sua destinação para grupos subalternos sejam urbanos ou rurais. Por várias vezes agentes de postos indígenas faziam estas solicitações<sup>390</sup>. Até a década de 1940, o ensino primário dividiu-se, grosso modo, entre as instituições particulares da Igreja Católica Romana e as mal equipadas escolas públicas, 90% das quais nas áreas rurais, que constavam de uma única sala, sem instalações sanitárias (LEVINE, 1980, p. 38).

Os indígenas se reconstituem utilizando a instituição do Estado – a escola – como elemento fundante de novos processos formativos que constituirão novas relações e articulações externa e interna, possibilitando a projeção de lideranças que iniciarão movimentos indígenas nas décadas seguintes para a busca do reconhecimento étnico. O espaço escolar passaria a funcionar também como lugar de encontros, reuniões, rituais católicos. O lugar é construído em tensão, em conflitos, em que os modelos educativos formais se confundem e misturam simultaneamente aos processos formais tradicionais inerentes aos indígenas.

O SPI enquanto órgão do Estado, com sua proposta principal que seria consolidar o pensamento rondoniano<sup>391</sup>, continuamente defendido por Darcy Ribeiro<sup>392</sup>, não teria consumado efetivamente seu projeto, acredita-se que as produções sobre este órgão e o período são convincentes no diz respeito às críticas tecidas nos últimos anos, a exemplo da obra de Antonio Carlos de Souza Lima<sup>393</sup>, porém, não seria necessário elaborar uma crítica positiva ou negativa da instituição, apenas compreender que, enquanto processo formativo, foram possíveis circular novas expectativas do *ser indígena* no Nordeste, não exatamente como definiram Rondon e Ribeiro, mas uma história possível, possibilitando inclusive, o Estado reelaborar suas estratégias de atuação nas áreas indígenas.

É possível identificar oito aldeamentos em Alagoas<sup>394</sup> até a sua extinção oficial dos no final do século XIX por meio de decreto datado de 1872<sup>395</sup>. O surgimento do SPI data de 1910 e sua atuação no Estado alagoano indica as décadas de 1940 e de 1950 chegando à destituição do órgão em 1967 que iniciará o período correspondente a FUNAI. As mudanças cartográficas podem revelar duas situações. A primeira é uma inserção de parte da população indígena ao meio rural e urbano a exemplo de Atalaia e a segunda indica o reagrupamento de povos em outras áreas em que não havia aldeamento – esta cartografia é identificada a partir da década de 1980. – É nesse sentido que aparece o lugar do SPI. Ele surgiu para inserir os indígenas à sociedade nacional e essas

---

<sup>390</sup>“Este posto necessita de ferramenta, uma máquina datilografia, móveis, material escolar, e outros objetos necessários para uma repartição. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1953. Folha 000019, assinado pelo agente ou responsável pelo Posto Irineu da Silva Melo”. MUSEU DO ÍNDIO/Sedoc. Mic. 167, fot. 19, em 31/10/1953.

<sup>391</sup>Cândido Mariano da Silva Rondon foi componente da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas, explorando sertões do Mato Grosso, no ano de 1892 e foi idealizador e criador do Serviço Nacional de Proteção aos Índios – S/R.

<sup>392</sup>Ver: RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis, Vozes 1977.

<sup>393</sup>Ver: LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indenidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1995.

<sup>394</sup>Jacuípe, Cocal, Urucu, Limoeiro, Santo Amaro, Atalaia, Palmeira dos Índios, Collegio ou Porto Real do Colégio. ANTUNES, Clovis. **Índios de Alagoas**: Documentários. Maceió, Governo de Alagoas, 1984.

<sup>395</sup>CUNHLA, Silvino Elvídio Carneira da. Relatório com que ao Exm. Sr. Luiz Rômulo Perez de Moreno passou a administração da Província das Alagoas, no dia 22 de dezembro de 1872 o Exm. Sr. Dr. Silvino Elvídio Carneiro Cunha. Maceió, Typografia Comercial de Antônio de Antônio José da Costa. 1872. Ver: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). **Os Índios nas falas e relatórios Província das Alagoas**. Maceió, EDUFAL, 1999.



populações com o apoio da academia e ONGs transformaram as ações num projeto de reelaboração e ressignificação do ser indígena.

Nessa perspectiva, não seria um mérito do órgão, mas dos processos históricos configurados no período. Isso não se deu isoladamente. Os indígenas seriam os principais atores sociais, sem negar a importância de pessoas que comungavam de projeto da Igreja Católica com a atuação de Alfredo Dâmaso e Carlos Estevão de Oliveira que foram nas comunidades iniciando uma espécie de identificação de áreas indígenas. Quando reconhecidas, passaria a ser assistidas pelo SPI.

A escola não só fazia parte do projeto do SPI, da Igreja, como também era de interesses dos indígenas. A ideia de civilizar-se pode não ter sido a projeção dos nativos, a história faz perceber que a resistência pode se dá com os instrumentos fora de sua cultura: a educação formal. Esta parece ser um caminho sem volta para a humanidade.

Os indígenas quando participavam de reuniões fora de suas comunidades são envolvidos e julgados por outros códigos e linguagens que se dão em grande medida por meio de aprendizados da educação formal. Isso pode indicar, em grande medida, uma das necessidades da escola nas comunidades pelo olhar dos indígenas. Deve ser também considerado que no Nordeste, os processos históricos revelam necessidades de sobrevivência profissional não só para os indígenas, mas para as massas rurais do período, como meio de produção e o consumo.

A documentação analisada<sup>396</sup> indica grandes quantidades de pedidos de instrumentos ou ferramentas para o trabalho com os indígenas no campo e persistentemente materiais escolares. Podemos sugerir que havia de fato essa carência de ferramentas? Basta levar em consideração o tempo de uso de um machado. Quanto à escola, todavia, é de ser considerado que os materiais de uso didático e pedagógico se resumiam em cadeiras, mesas, giz, quadro, lápis, borrachas, régua, estiletes, cartilhas, quadro, cadernos e mochilas ou sacolas. Os espaços físicos foram cedidos casas inicialmente pelos indígenas e posteriormente construíram dois grupos com duas salas de aulas, um em Palmeira e outro em Porto Real do Colégio.

### **Algumas considerações**

O propósito deste texto, inicialmente, foi discutir as escolas e seus processos formativos no período do SPI, porém, durante sua elaboração sentimos a necessidade de voltar algumas décadas e relacionar com outros períodos posteriores. Isso se justifica pela necessidade de indicar as articulações que se configuraram antes, durante e depois para possibilitar a compreensão da instituição e dos indígenas em seu espaço e tempo.

Se a escola também fazia parte do projeto do SPI para transformar os indígenas em trabalhadores assemelhados aos demais alagoanos no campo, talvez as práticas como tentativa de efetivação não tenham sido “eficazes” do ponto de vista do Estado. As dificuldades administrativas e de gerenciamentos se davam pela própria burocracia estatal que se constituía como um dos principais empecilhos PA construir uma educação formal com o mínimo de qualidade, ao passo que não se conseguia instrumentos físicos como a construção de escolas e mobiliários necessários ao funcionamento com eficácia.

Da criação do SPI em 1910 a sua destituição em 1967 dois povos indígenas são assistidos pelo órgão, os Kariri-Xocó e os Xucuru-Kariri, posterior a esta dada, nos anos de 1970 e 1980 outros dois povos começam a fazer parte dos processos de intercâmbio

---

<sup>396</sup>Mf. 179, fotog. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. 1952. Microfilme nº 167, fotograma nº 19, em 31/10/1953.

sóciohistórico ou de etnogênese, como os Jiripancó em Pariconha e Wassu-Cocal em Joaquim Gomes.

As dinâmicas provocadas pelas tensões locais possibilitaram elaborar contornos específicos para cada povo, à educação formal do SPI teve papel singular no fortalecimento do movimento indígena alagoano, toma dimensões abrangentes, contribuindo para a reorganização de outros povos no Estado, serão bases para os indígenas nos anos de 1970 a 1990, contribuindo para nova cartografia nos anos de 2003, em que foram reconhecidos oficialmente 11 povos indígenas em todo Estado de Alagoas<sup>397</sup>.

A escola, nesse processo, não pode ser reduzida a prática da transmissão de conteúdos em que se ensina a codificar palavras e textos, ela, assume uma singularidade na reelaboração de contornos específicos de para cada grupo, que utiliza estrategicamente fazendo parte de outras reivindicações dos indígenas, em que a principal delas é o direito a existência, compreendendo os momentos históricos em que vivem.

### Fontes e Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Educação rural: uma história esquecida?** In: STEPHANOU, Maria; Bastos, Maria Helena C. (Orgs.). História e memória da educação no Brasil. Vol. III: século XX. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 2009.

ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). **Os Índios nas falas e relatórios provinciais das Alagoas**. Maceió, EDUFAL, 1999.

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCILINO, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo: Processos históricos e pedagógicos em relação**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a05v2772.pdf>. Acessado em 30/07/2011.

ANTUNES, Clovis. **Índios de Alagoas: Documentários**. Maceió, Governo de Alagoas, 1984.

ARRUTI, José Maurício Andion. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, LACED, 2004.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo, UNESP, 1999.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **A educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada em Alagoas**. Maceió, EDUFAL, 2013.

LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indenidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Priscila Enrique de. **“Cada qual tem um pouco de médico e louco”:** políticas de saúde e mediações culturais entre SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e os indígenas. UNICAMP, Campinas, SP, 2011. (Tese de Doutorado em História).

SILVA JÚNIOR. Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano**. Salvador, UFBA, 2007. (Dissertação de Mestrado em História).

### Documentos

---

<sup>397</sup>Xucuru-Cariri, Kariri-Xocó, Wassu-Cocal, Aconã, Karapotó, Tingui-Botó, Jiripancó, Karuazu, Katokinn, Koiupanká e Kalankó.

- Decreto nº 8.072, de 20 de Junho de 1910. Legislação Informatizada - Dados da Norma. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-norma-pe.html>. Acessado em: 27/06/2011.
- Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. 1952.
- Microfilme nº 167, fotograma nº 19, em 31/10/1953.

## EMPREENDIMENTOS, RIQUEZAS E TROCAS CULTURAIS NOS SERTÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA. SÉCULO XVIII.

*Isnara Pereira Ivo*

### Introdução

Nos primeiros anos do século XVIII, três europeus encontravam-se organizando bandeiras que partiram do sertão de Minas Novas, rumo aos sertões da Bahia. Pedro Leolino Mariz, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa foram os principais protagonistas destas entradas. O primeiro era nascido em Roma, organizou o empreendimento de conquista dos sertões da Bahia, protagonizando grandes feitos aos olhos da Coroa portuguesa nos primeiros anos Setecentistas. Ele foi o responsável pela descoberta de minas de salitre da serra de Montes Altos, no Alto Sertão da Bahia e também pela expulsão dos paulistas de Minas Novas do Araçuaí e pela prisão de Manuel Nunes Viana, em 1722.<sup>398</sup>

João da Silva Guimarães, filhos de portugueses mulatos, era pardo, sesmeiro e morador da Vila do Carmo (atual cidade mineira de Mariana) e recebeu diretamente do rei de Portugal Dom João V (1706-1750), em Lisboa, a patente de capitão-mor das Ordenanças do distrito de Sumidouro, na Vila de Nossa Senhora do Carmo, conforme justificado pelo rei ao governador-geral da Capitania das Minas, Dom Lourenço de Almeida. Guimarães, depois de ter sido indicado por Mariz para a conquista dos sertões de Minas Gerais, seguiu para o Sertão da Ressaca (hoje, grosso modo, Centro-Sul da Bahia), Alto Sertão da Bahia (Rio de Contas e Caetité), e para o recôncavo, registrando em seu percurso a descoberta de esmeraldas, diamantes, ouro e a incessante busca das lendárias minas de prata, supostamente ali existentes. João Gonçalves da Costa, português e preto forro, foi pioneiro das imersões portuguesas nos sertões da Bahia, principalmente no Sertão da Ressaca. Nascido na Cidade de Chaves, em Trás-os-Montes, provavelmente por volta de 1720, envolveu-se no processo de conquista dos sertões. Era reconhecido pelas autoridades coloniais como um grande desbravador e conquistador de gentios, recebendo, em 1744, a patente de capitão-mor do *Terço de Henrique Dias* para auxiliar o mestre-de-campo João da Silva Guimarães, encarregado do empreendimento. Após a morte de Guimarães, Costa assumiu, oficialmente, a tarefa de conquista do Sertão da Ressaca e, já no início do século XIX, obteve o reconhecimento público de membros da nobreza lusitana que, ao relatarem a exploração das margens do rio Pardo, registraram: “não produz um século um homem com o gênio deste capitão-mor, tem 80 e tantos anos, e todas as suas paixões tendem a estas aberturas e descobertas, em que tem gasto o que é seu, e arrisca frequentemente a própria vida”.<sup>399</sup>

Estes três europeus foram os protagonistas da interiorização portuguesa nos sertões de Minas Gerais e da Bahia no Setecentos. Em nome do rei, adentraram matas e rios em busca de riquezas que pudessem agraciar os cofres metropolitanos. Como

---

<sup>398</sup> Viana era português nascido no Minho e foi o principal líder da Guerra dos Emboabas, conflito contra o controle dos paulistas nas explorações das riquezas descobertas no sertão da Bahia e de Minas Gerais no início do século XVIII.

<sup>399</sup> Sobre trajetórias destes três europeus, ver: IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2012.*

entender a presença desses homens que, de anônimos em seus lugares de origem, conseguiram desempenhar funções de destaque no governo colonial? A expansão intercontinental empreendida por portugueses e espanhóis fomentou circulações inéditas, envolvendo agentes dos quatro cantos do mundo. Essa movimentação, em escala planetária, alimentou grandes deslocamentos demográficos, junto com a circulação de experiências culturais, também inéditas, ainda que parcialmente. A circulação de pessoas de origens distintas e distantes, trazendo consigo os mais inusitados conhecimentos, crenças, práticas, sentimentos e gostos, tonificaram o continente com novas cores, formas e costumes.

### **Breve discussão sobre trocas culturais e mundialização ibérica**

O processo de mundialização aqui considerado refere-se às ações resultantes das ambições planetárias experimentadas por um conjunto político sob o poder do rei Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), a partir de 1580, quando a união das duas Coroas ibéricas acrescentou Portugal e suas possessões de além-mar à herança de Carlos V. As monarquias católicas, sob controle de um único soberano, edificaram um gigantesco Império que perdurou até 1640, abrigando uma diversidade de lugares, práticas, línguas e os mais distintos diálogos em espaços não-europeus: católicos e seguidores de Confúcio, em Macao; judeus; anglicanos e calvinistas em Pernambuco; negros islamizados e católicos em Salvador, na Bahia.

Os trânsitos intensificados pela expansão ultramarina ibérica permitiram a conexão entre estes mundos, até então tidos como apartados. Estes movimentos fizeram circular experiências e representações, promovendo o contato, ainda que parcial, entre elementos de universos culturais dos mais longínquos lugares. Alguns indivíduos realizaram ligações entre os espaços mundializados, levando artigos, corpos e crenças, ao passo que se constituíam mediadores entre universos díspares. Além de permitir a conexão entre universos culturais diferentes, a mobilização de homens circulando nas diversas partes do mundo pertencentes ao Império marítimo português, sedimentou os alicerces da dominação lusitana em espaços longínquos, como aqueles resultantes dos empreendimentos de Mariz, Guimarães e Costa. Como eles, diversos missionários, artistas e aventureiros também abriram caminhos por entre mares e florestas. A lista dos que transitaram pelo mundo ibérico é tão extensa que é praticamente impossível avaliar quantos homens, desde o século XVI, estiveram nestas partes do mundo, vivenciando experiências de conquista. Esta situação permite-nos pensar sobre a medida e a intensidade desses movimentos e sua importância e responsabilidade nos contatos estabelecidos entre mundos.

Várias pessoas circularam por cenários inóspitos, não só do mundo ultramarino lusitano, mas de todo o planeta. Esses transeuntes, com suas experiências efêmeras, circulando em diversas partes do mundo, foram os responsáveis pelos nexos entre universos antes desconectados. Aqui a reflexão converge, privilegiadamente, para aqueles que, mesmo em culturas adversas, conseguiram deslocar-se do anonimato e protagonizaram, em escalas variadas, transferências culturais entre mundos distintos. Estamos nos referindo àqueles que, nas redes do cotidiano, se aproximaram e mantiveram contato com “o outro”, dilataram fronteiras e, por vezes, a suprimiram, e tornaram permeáveis universos culturais antes ignorados.

A África dos séculos XV e XVI foi o *locus* das primeiras imersões europeias em larga escala. Foram os mulatos e os brancos, sendo alguns destes deportados, outros

aventureiros ou cristãos novos, denominados “lançados”,<sup>400</sup> os primeiros encarregados europeus de imergirem no universo tropical africano. De acordo com Boulégue eram, em sua maioria, provenientes da ilha de Santiago, em Cabo Verde; outros seriam europeus não-portugueses, mas assimilados à cultura lusitana.<sup>401</sup> Estes deslocamentos já ocorriam em todo o continente africano e foram expandidos com as conquistas oceânicas e comerciais daquele momento. Os lançados, vivendo como africanos, absorvendo crenças cabo-verdianas e são-tomenses, foram os intermediários entre as sociedades locais e o mundo português. Modificaram sua forma de comer, vestir e morar, chegando até a adotar as divindades da terra, tornando-se responsáveis por uma arquitetura mestiça luso-africana. Segundo Costa e Silva, esses intermediários eram auxiliados pelos *grumetes* — africanos semidestribalizados, cristãos e de posição superior. Além disso, as pequenas aldeias de lançados eram compostas de comunidades extremamente heterogêneas: “nobres, plebeus e ex-escravos, portugueses reinois, cabo-verdianos de nascimento e europeus de diferentes nações, brancos, mulatos e negros aportuguesados ou mestiços culturalmente”.<sup>402</sup>

As circulações dos lançados na costa africana permitem-nos pensar que a experiência acumulada pelos portugueses e seus agentes, na África, inspiraram a Coroa a repetir estratégias semelhantes do outro lado do Atlântico. Nos primeiros anos do século XVI, tem-se o registro de uma das primeiras presenças europeias na costa brasileira. Personagem de iconografia, lendas e relatos fantásticos, Diogo Álvares Correia, o Caramuru, sobrevivente de um naufrágio na ilha de Itaparica, viveu com os índios tupinambás e, casando-se com uma indígena, aprendeu a sua língua e adotou, então, um nome gentílico, tornando-se o primeiro registro de imersão cultural europeia na América lusitana.<sup>403</sup>

Aventurando-se pelos sertões da colônia, interiorizando os pilares do processo da integralização metropolitana, os sertanistas foram os responsáveis pelas trocas culturais próprias de um mundo em movimento e em constante processo de mediações, conexões e misturas. Ao adentrarem as regiões não litorâneas, inseriram os sertões no movimento planetário das monarquias católicas: entre eles, o Sertão de Minas Novas do Araçuaí; o Sertão da Ressaca, o Alto Sertão da Bahia, Rio de Contas e Caetité. O sertão do rio Doce e o sertão do rio São Mateus foram, também, os cenários das aventuras e conquistas do superintendente das Minas, Pedro Leolino Mariz, do mestre-de-campo João da Silva Guimarães e do ex-escravo português, o capitão-mor da Conquista, João Gonçalves da Costa.

A historiografia que retrata o sertão surgiu com a história dos sertanistas e bandeirantes nos primeiros anos do século XVIII. Nela, a categoria “sertão” foi utilizada

---

<sup>400</sup> O termo “lançados” ou “tangomaus” (portugueses lançados na Guiné) pode derivar do verbo lançar, jogar fora, degredar, explicando assim o estatuto social desses agentes. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul. Século XVI e XVII*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p. 48.

<sup>401</sup> VENÂNCIO, José Carlos. Mestiços em África: mediadores culturais naturais. In: LOUREIRO, Rui Manuel & GRUZINSKI, Serge (Coords.). *Passar as fronteiras*. Lagos. 1999. (Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais. Séculos XV a XVIII. 1997). p. 184.

<sup>402</sup> SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002. p. 240.

<sup>403</sup> Para Janaína Amado, a historiografia não tem dúvida da existência desta personagem, mas também não a comprova com veemência, apesar de Gabriel Soares de Sousa ter escrito sobre um naufrago encontrado nas costas da Bahia em companhia do donatário Francisco Coutinho. A autora registrou que, a partir dos poemas épicos de Santa Rita Durão e dos relatos do padre Simão de Vasconcelos, o registro de Caramuru perpetuou-se em obras posteriores. AMADO, Janaína. *Diogo Álvares, o Caramuru, e a fundação do Brasil*. Cascais, 1998. (Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais – Mito e Símbolo na História de Portugal e do Brasil). p. 175-209.

para identificar as regiões não-litorâneas e referia-se a lugares pouco povoados, nos quais a atividade econômica limitava-se à agropecuária. Desde os tempos coloniais, considerado “inculto e cheio de façanhas barbarescas” o sertão foi concebido como o abrigo da pobreza, da desordem e do isolamento, características opostas à forma de viver das regiões litorâneas, consideradas espaços privilegiados para a “civilização”, para a diversidade econômica e para o exercício da política.

Os sertões aqui analisados, Sertão de Minas Novas, Sertão da Ressaca e Alto Sertão da Bahia, foram territórios de conflitos de interesses privados em função de uma ordem pública distante e pouco definida para estes lugares. Durante todo o século XVIII, as comarcas do Serro do Frio e de Jacobina, muito distantes entre si, outorgavam a tutela administrativa destes sertões. O domínio político exercido pelos potentados locais escapava ao controle das iniciativas públicas de governantes que pouco sabiam acerca dos limites de suas atribuições, a exemplo, os conflitos de jurisdição existentes entre as Capitanias da Bahia e de Ilhéus sobre questões referentes à política colonizadora de João Gonçalves da Costa no Sertão da Ressaca.

Os sertanistas, ao buscarem riquezas e acumularem grandes propriedades rurais, foram os responsáveis pelo ir e vir de práticas culturais num trânsito até então desconhecido para estes lugares. A mobilidade coisas e pessoas verificados redimensionam-se com a constatação de que estes espaços eram, por excelência, um *locus* não só de trocas, mas também de conhecimentos. Tais condições permitem afirmar que eram “espaços para a origem e criação de uma cultura nova e mestiça”.<sup>404</sup>

O termo “cultura” foi constantemente aplicado para entendimento dos mundos pré-modernos e para análise das realidades sociais da modernidade e da contemporaneidade, alimentando a compreensão de que pode existir uma totalidade coerente, estável, capaz de orientar e condicionar os comportamentos de determinados grupos sociais ou espaços sócio-históricos. Esse autor chama a atenção para outra problemática de igual envergadura: a ideia de que alteridade e identidade atribuídas a grupos sociais ou indivíduos singularizam e particularizam características estáveis e invariantes. O autor exemplifica como a História da América, preocupada em narrar o confronto entre Astecas e espanhóis, negligenciou a existência de “grupos múltiplos, móveis ou estratificados a que se ligavam os protagonistas dessa história”.<sup>405</sup>

### **Administrando conflitos, riquezas e culturas.**

Pedro Leolino Mariz, na segunda década do XVIII, foi enviado para o norte de Minas Gerais sob as ordens do quarto vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Menezes, com o objetivo inicial de expulsar os irmãos paulistas Domingos e Francisco Dias do Prado, primeiros descobridores de ouro na região. No decorrer do século XVIII, Mariz tornou-se o braço direito dos oficiais régios no combate aos amotinados do norte de Minas Gerais, e o responsável pela construção da estrada para escoamento do salitre, empreendimento que interligou os sertões da Bahia e de Minas Gerais ao espaço Atlântico.

O maior problema para as entradas aos sertões era a presença de “gentio bárbaro” que afligia os sertanistas, daí a necessidade de munição e formação de tropas para garantir o avanço das conquistas no norte de Minas Gerais, no Sertão da Ressaca e no Alto Sertão da Bahia, especialmente em Minas Velhas do Rio de Contas, terras

---

<sup>404</sup> SILVA, Célia Nonata da. *Sertão mestiço*. Mandões e bandidos na capitania das Minas. 343 p. Tese. (doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004. p. 150.

<sup>405</sup> GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 51.

concebidas pelo rei como a *joia mais preciosa do Brasil*: " desta diligência ao coronel Pedro Leolino Mariz [...] e com ordem nossa fizera ajuntar no rio das Contas muitos paulistas e outras pessoas práticas no sertão [...] reputam essa grande parte do sertão pela joia mais preciosa do Brasil e que tudo o que resultasse desta expedição me darei conta.

O fato é que Mariz, por determinação do vice-rei, comandou tropas para expulsão dos paulistas em Minas Novas e Serro do Frio, assim como lhe fora autorizado fazer, em 1736, "sobre os motins do sertão contra a devassa que iria se realizar", quando enviou uma tropa de dez dragões para socorro do ministro e "castigo dos rebeldes".<sup>406</sup> O maior empreendimento de Mariz foi ter encontrado salitre na serra dos Montes Altos, no Alto Sertão da Bahia, região fronteira com o norte de Minas Gerais. Este minério foi importante para munição de exércitos e o governo português o importava da Ásia cujas possessões foram perdidas para a Inglaterra, situação que colocou Portugal dependente da pólvora inglesa.

Os diálogos culturais inaugurados a partir da exploração do salitre fomentaram as trocas de saberes, não somente entre sertanistas e asiáticos, mas também entre alemães, suecos e ingleses com suas técnicas e ferramentas. A Coroa sabia da falta de especialistas e instrumentos necessários à construção da fábrica para exploração do salitre e, por isso, estimulou o emprego de conhecimentos europeus nos sertões: "a estabelecerem-se as fábricas era necessário que da corte viessem os materiais precisos, e homens práticos, e experientes na purificação do salitre, por não haver em toda a América um só capaz para semelhante emprego".<sup>407</sup>

Mariz envolveu indígenas locais na abertura dos caminhos para condução do salitre até o porto de São Félix, no recôncavo, e o porto de Camamu, no sul da Capitania da Bahia. Solicitou junto às autoridades coloniais, com concessão de patente, a nomeação de capitão dos índios ao autóctone Valério de Sousa, de nação Aracapá, destacando sua habilidade em arregimentar os "índios dispersos pelo sertão das povoações, rio Pardo e sertão circunvizinho".<sup>408</sup> Convocou, também, o capitão-mor da Conquista João Gonçalves da Costa, de larga experiência na abertura de caminhos e no trato com os índios: "hei de expedir ordem ao capitão-mor da Conquista do Sertão da Ressaca João Gonçalves da Costa para fazer descer o gentio mongoyo que se há de empregar neste serviço".<sup>409</sup>

### **À guisa de considerações finais.**

A circulação de elementos culturais no continente americano foi dinâmico. Assim, não só portugueses e espanhóis transitaram entre os espaços pertencentes às suas

---

<sup>406</sup> Arquivo Público Mineiro (doravante APM). SC 44. 1734.1737. Registro de cartas e ordens régias, avisos, respostas e cartas do governador. f. 127v e APM. SC 54. 1736. Registro de cartas do governador a autoridades da capitania ao Conde de Sarjedas e de cartas de autoridades ao governador. Carta do governador a Pedro Leolino Mariz. 30.08.1736. f. 47v.

<sup>407</sup> Carta régia de 15.09.1758. ACCIOLI, Ignácio. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Anotações: Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925. v. 2. p. 220.

<sup>408</sup> Anais da Biblioteca Nacional. Volume XXXI. Portaria de Pedro Leolino Mariz, mestre-de-campo e comandante e intendente das Minas Novas do Arassuahy, na qual encarrega Valério de Sousa a abertura de uma estrada e o nomeia capitão dos Índios. Vila do Bom Sucesso das Minas Novas do Arassuahy, 08.02.1758. p. 280. Doravante Anais BN, acréscimo do número do volume, das informações sobre o documento e do número da página.

<sup>409</sup> Anais BN. Volume XXXVI. Ofício do governador Dom Fernando José de Portugal para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o estabelecimento de nitreiras e artificiais, por conta da Fazenda Real, na serra dos Montes Altos e a abertura de uma estrada desde esta serra até à Vila de Camamu, de cuja diligência fora encarregado José de Sá Bittencourt Accioli. Bahia, 08.05.1800. p. 244.



Coroas, mas também índios, negros, técnicos africanos e europeus de diversos lugares, circulavam de uma parte a outra. As pretensões econômicas das pessoas que circulavam pelo mundo nem sempre correspondiam aos de seus reinos, ademais, “ocorria de o excedente econômico regional ser consumido pelos próprios colonos ou trocados fora dos mares singrados pelos navios das Metrôpoles”. Alencastro ainda enfatiza que “possuir e controlar nativos não garantia a transformação do trabalho extorquido em mercadorias agregadas aos fluxos metropolitanos”. Do ponto de vista político, “a expansão mercantil não conduzia necessariamente ao reforço do poder monárquico”.<sup>410</sup> Estas circunstâncias do Império ultramarino português, entre os séculos XVI e XVIII, explicam a forte presença de pessoas de diferentes nações na colônia, exercendo, inclusive, postos de comando como foi o caso do italiano Pedro Leolino Mariz. A naturalidade da situação foi atestada na fala do governante de Minas Gerais ao afirmar que cabia a “um português e um italiano a demarcação das capitâncias deste estado”.<sup>411</sup>

A aceitação de estrangeiros na colônia era permitida quando não acarretava problemas ao governo português, mas, muitas vezes, era estimulada, quando a presença de técnicos especializados era necessária, como foi visto no processo de abertura da estrada do salitre por Pedro Leolino Mariz. Também vários mineradores espanhóis foram encaminhados para auxiliar no trato com as jazidas minerais no Brasil, em função de suas experiências com mineração no Novo Mundo. Por outro lado, os portugueses que se instalaram no Brasil não possuíam maiores experiências para a prática da mineração e detinham apenas “algum conhecimento das veias de Adiça, perto de Lisboa, exploradas vez ou outra”.<sup>412</sup>

Técnicos portugueses e de outros países, com experiência nos métodos praticados na Europa, foram trazidos para auxiliarem na exploração e beneficiamento de metais. Os saberes alemães já presentes no processo de exploração do salitre também se fizeram presentes na exploração metálica em Minas Gerais dos primeiros anos do século XVIII. Em 1717, Dom Pedro de Almeida destacou o trânsito destes saberes pela Europa e a necessidade da presença deles nas Minas: “os mais afamados mineiros do mundo são os Saxônicos, e não os Húngaros, e dos primeiros se servem na França, Inglaterra, e Alemanha, e nas mesmas minas da Hungria, os que nelas trabalham são Saxônios”.<sup>413</sup> Desde o século XVI que a obra *De re metallica* do germânico Georgius Agrícola circulava pela Espanha e pelas Índias com os dispositivos práticos acerca da extração de metais utilizados pelos saxônicos. Consta que Felipe II, em 1557, teria adquirido um exemplar das lições de Agrícola que, posteriormente, foram disseminadas em Nova Espanha, Nova Granada e Peru, mas no Brasil, pouco se sabe acerca da circulação de tratados de mineração durante a colônia.<sup>414</sup>

Ao contrário do que ocorreu nas terras espanholas, no Brasil, os portugueses não tiveram contato com populações nativas que detivessem conhecimentos e técnicas no

---

<sup>410</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico sul. Século XVI e XVII. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p. 12.

<sup>411</sup> Revista do Arquivo Público Mineiro (doravante RAPM). Ano VI, fascículo I, janeiro a março de 1901, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais. (CD 02/06, slide 650, p. 339, versão digitalizada). Carta de Dom Lourenço de Almeida. Vila Rica, 20.11.1729.

<sup>412</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: *História geral da civilização brasileira*. Época colonial. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977. t. 1, v. 2. pp. 228-258. p. 240.

<sup>413</sup> APM. SC 04. Carta de Dom Pedro de Almeida sobre se mandarem vir mineiros de Saxônia. Vila Rica. 12.12.1717. f. 500-503.

<sup>414</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: *História geral da civilização brasileira*. Época colonial. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977. t. 1, v. 2. pp. 228-258. p. 249.

trato com metais, dado que não impediu que outras contribuições indígenas fossem possíveis. A capacidade indígena de “memorização geográfica” e “vivacidade dos sentidos” foi muito utilizada pelos sertanistas nos deslocamentos pelas matas densas e pelos cursos dos rios, em busca das descobertas minerais.<sup>415</sup> Os índios eram valorizados não apenas como guias, suas forças de trabalho faziam-se presentes não só nas áreas de mineração, mas também nas lavouras e engenhos. Ademais, os instrumentos indígenas, tais como tambetás, carumbés e mundeús são indícios da presença indígenas nas práticas mineradoras.<sup>416</sup>

No que concerne aos negros, sua presença foi constante nas lavras. A inserção de técnicas e instrumentos africanos no trabalho de mineração é consensual entre pesquisadores. Difícil tem sido determinar as procedências dos conhecimentos transferidos, relidos e adaptados por negros nos sertões de Minas Gerais, na verdade, escravos oriundos de diversas regiões africanas que foram enviados para o Brasil desde o século XVI, possuindo experiências diferenciadas no que concerne ao trato com os metais. Possivelmente estes saberes, migrados de um para o outro lado do Atlântico, foram inspiradores nos processos de fabricação de ferramentas indispensáveis à atividade minerária, sobretudo aqueles instrumentos originários de ferro fundido como os enviados para as casas de fundição de Minas Novas do Araçuaí e da Vila de Rio de Contas.

A migração de escravos destas regiões para o Brasil dependeu de diferentes conjunturas políticas e econômicas. O aumento da exportação de escravos da Costa do Ouro coincide com a conjuntura específica de intensa exploração aurífera nos sertões de Minas Gerais que, para França Paiva, explica-se pelas demandas dos mineradores lusobrasileiros que preferiam os negros “Mina”, terminologia genérica destinada aos escravos oriundos desta região africana ou exportados de algum destes portos ali localizados, principalmente o do porto de Ajudá.

O próprio monarca português tornou público que os mineiros acreditavam que só achariam ouro se tivesse uma negra ‘mina’ em suas explorações. Igualmente o naturalista Bittencourt Accioli, continuador da abertura do caminho do salitre, iniciada por Pedro Leolino Mariz, afirmou que os escravos Benguela e Moçambique (regiões com tradição em metalurgia) eram mais adaptáveis ao trabalho de extração do salitre. O fato é que sob o termo “mina” estavam os escravos de diversas partes do continente africano, tanto da costa como do interior, incluindo as localidades que produziam ouro.

As crenças e práticas africanas aplicadas na busca, na exploração e na fundição de metais, nos sertões, transitaram no universo cultural das Minas, interligando conhecimento de mineração e metalurgia indispensáveis ao desenvolvimento do trabalho mestiço que agregou não apenas negros, mas também indígenas, europeus e sertanistas da Bahia e de São Paulo. Os sertões da América portuguesa abrigaram imagens em caleidoscópio forjadas a partir de uma emaranhado de cores, formas, línguas e saberes vindos de distintos lugares. As formas de convivências oriundas do processo de encontros culturais foram condicionadas pelas permeabilidades e/ou impermeabilidades das fronteiras culturais que teceram o caráter idílico ou conflito das novas formas de relações entre os homens. No universo cultural do Novo Mundo essas relações eram, acima de tudo, inusitadas e responsáveis pelos pigmentos que

---

<sup>415</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994a. , pp. 19-154.

<sup>416</sup> Tambetás são vasos de cerâmica, carumbé é um termo que designa um instrumento usado para o transporte do material extraído nas lavras até os locais de apuração. Mundeú é o termo usado para o tanque onde a lama aurífera adquirida com o desmonte dos morros era armazenada para a decantação do metal.

desenharam um novo quadro de cores em mutação tonado palco pelas conquistas ultramarinas do império lusitano.

### Fontes e Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico sul. Século XVI e XVII. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AMADO, Janaína. **Diogo Álvares**, o Caramuru, e a fundação do Brasil. Cascais, 1998. (Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais – Mito e Símbolo na História de Portugal e do Brasil). p. 175-209.
- GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres “connected histories”. **Annales HSS**, Paris, n.1, p. 85-117, janvier-février, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Les quatre parties du monde**; historie d’une mondialisation. Paris: Éditions de La Martinière. 2004
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: **História geral da civilização brasileira**. Época colonial. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977. t. 1, v. 2. pp. 228-258.
- \_\_\_\_\_. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994a.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho**: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2012.
- \_\_\_\_\_. Trânsito, conquistas e aventura na América portuguesa: o sertão baiano no século XVIII. **Dimensões**. **Revista de História** (UFES), v.21, pp.63-82, 2008.
- PAIVA, Eduardo França. Mandioca, pimenta, aljôfares: trânsito cultural no império português. *Naturalia & mirabilia*. pp. 107-122. p. 107-108. In: STOLS, Eddy; THOMAS, Werner & VERBERCKMOES, Johan (Eds.). **Naturalia, mirabilia & monstrosa en los imperios ibéricos**. Louvain: Leuven University Press, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Trânsito cultural, conquistas e aventuras na América portuguesa. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Sons, formas, cores e movimento na modernidade atlântica. Europa, Américas e África**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/Fapemig-PPGH-UFGM, 2008. (coleção Olhares).
- \_\_\_\_\_, IVO, Isnara Pereira, MARTINS, Ilton Cesar. **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo/Belo Horizonte/Vitória da Conquista: Annablume/PPGH-UFGM/Edições Uesb, 2010. (coleção Olhares).
- SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança**. A África antes dos portugueses. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A manilha e o libambo**. A África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- SILVA, Célia Nonata da. **Sertão mestiço**. Mandões e bandidos na capitania das Minas. 343 p. Tese. (doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.
- VENÂNCIO, José Carlos. Mestiços em África: mediadores culturais naturais. In: LOUREIRO, Rui Manuel & GRUZINSKI, Serge (Coords.). **Passar as fronteiras**. Lagos. 1999. (Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais. Séculos XV a XVIII. 1997).
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. **Varia história**. Departamento de História. Belo Horizonte: Minas Gerais, 1999, abril. 21. p.181-189.

APM. SC 44. 1734.1737. Registro de cartas e ordens régias, avisos, respostas e cartas do governador. f. 127v e APM. SC 54. 1736. Registro de cartas do governador a autoridades da capitania ao Conde de Sarjedas e de cartas de autoridades ao governador. Carta do governador a Pedro Leolino Mariz. 30.08.1736. f. 47v.

Carta régia de 15.09.1758. ACCIOLI, Ignácio. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Anotações: Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925. v. 2. p. 220.

Anais BN. Volume XXXI. Portaria de Pedro Leolino Mariz, mestre-de-campo e comandante e intendente das Minas Novas do Arassuahy, na qual encarrega Valério de Sousa a abertura de uma estrada e o nomeia capitão dos Índios. Vila do Bom Sucesso das Minas Novas do Arassuahy, 08.02.1758. p. 280.

Anais BN. Volume XXXVI. Ofício do governador Dom Fernando José de Portugal para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o estabelecimento de nitreiras e artificiais, por conta da Fazenda Real, na serra dos Montes Altos e a abertura de uma estrada desde esta serra até à Vila de Camamu, de cuja diligência fora encarregado José de Sá Bittencourt Accioli. Bahia, 08.05.1800. p. 244.

RAPM. Ano VI, fascículo I, janeiro a março de 1901, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais. (CD 02/06, slide 650, p. 339, versão digitalizada). Carta de Dom Lourenço de Almeida. Vila Rica, 20.11.1729.

RAPM. SC 04. Carta de Dom Pedro de Almeida sobre se mandarem vir mineiros de Saxônia. Vila Rica. 12.12.1717. f. 500-503.

## **“OS SERTÕES”: UMA ANÁLISE DA OBRA EUCLIDIANA SOBRE A MISCIGENAÇÃO NO BRASIL E A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO XX**

*Janaína Leandro Ferreira*

Em fins do século XIX e início do XX o Brasil passa por um período de intenso debate a cerca dos caminhos que formatariam o pensamento social brasileiro. Nos debates intelectuais da época serão recorrentes as preocupações com os grandes temas do momento, lembremos que estamos falando de dois períodos significativos e que tiveram bastante influência nas contendas que transcorreria toda a transição do XIX para o XX no Brasil. O pós- abolição (1988) e a ainda jovem “República” (1989) trouxeram debates bastante contraditórios e teorias incertas sobre o futuro da nação brasileira. A discussão da “miscigenação” vinculada as contendas na busca pela construção da identidade nacional, estavam no alvo da preocupação da grande maioria da elite intelectual da época. Segundo, Shwarcz (2000) em *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*, o panorama dos fins do século XIX no Brasil foi um período bastante emblemático, o país era apresentado como um caso único e singular de extrema miscigenação racial, e era assim, com esse festival de “cores” que o país era representado no exterior. As teses “eugênicas” importadas da Europa surgem como uma chance de tirar o país do “atraso” ao qual estava inserido influenciando fortemente o pensamento social brasileiro nesse momento histórico. A tese do branqueamento foi refletida nas artes plásticas e na grande maioria das expressões artísticas, e a literatura não ficará a margem dos debates.

Entendendo que o debate entre História e Literatura constitui um campo próspero e fecundo para a pesquisa histórica, possibilitando ao historiador andar pelos caminhos da “ficção” hoje com bastante segurança, graças à contribuição teórica de vários autores e do alargamento das fontes propostas desde 1929 com os *Annales*, admitimos aqui o uso da Literatura como fonte na medida em que está “representa” ou permite uma possibilidade de interpretação dada época, permitindo que o profissional da história possa perceber em uma dada “obra ficcional” os anseios dos indivíduos e da sociedade em determinado tempo e espaço, acreditando que nenhum texto é produzido ao acaso, como nós propõe o historiador francês, Roger Chartier (1990):

*A relação do texto como o real (que pode talvez definir como aquilo que o próprio texto apresenta como real, constituindo-o como um referente situado no seu exterior) constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação de escrita. O que leva, antes de mais, a não tratar as ficções como simples documentos, reflexos realistas de uma realidade histórica, mas a atender à sua especificidade enquanto texto situado relativamente a outros textos e cujas regras de organização, como a elaboração formal, têm em vista produzir mais do que mera descrição (...). O real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efectivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sai escrita. (CHARTIER, 1990. p. 63)*

A literatura, pois, repercutirá intensivamente as teorias deterministas que buscaram explicar o possível “retrocesso” da nação brasileira. Este trabalho pretende

problematizar as questões que cercam o intenso debate sobre a introdução do pensamento europeu no Brasil em fins do século XIX e início do XX, tendo como referência a obra, *Os Sertões* (2002), de Euclides da Cunha<sup>417</sup>, publicada no ano de 1902. A partir disso pretendemos pensar como a introdução do naturalismo e do evolucionismo foi *apropriado* pelo pensamento social brasileiro? Como o projeto de nação é *representado* na literatura brasileira da época expressando as “problemáticas” centrais do início desse século, tais como a miscigenação e o projeto de “nação” brasileira?

Inicialmente para levarmos a discussão adiante, são relevantes alguns esclarecimentos, tomamos a obra de Euclides da Cunha *Os Sertões* (2002) por se tratar de uma obra que não se pode dissociar da própria História do Brasil, em especial, dentro do recorte que nos disponibilizamos a tratar. Para tanto é relevante pensarmos também a partir de outros nomes bastante representativos nas polêmicas literárias do fim do século XIX e da transição para o XX.

A chamada “geração de 1870” introduziu no Brasil a cultura histórica moderna, ao romper de certa forma as amarras do pensamento religioso na produção literária, em proveito de uma visão mais laica de mundo, que se assemelhava ao pensamento da Ilustração na Europa no século XVIII na intenção de construir um saber *secular e temporal*. A partir de então concepções que ligam literatura e sociedade vão representar as grandes problemáticas sociais do Brasil. As Faculdades de Direito e os Institutos Históricos e Geográficos serão os grandes divulgadores das concepções de História e de Ciência, na segunda metade do século XIX e boa parte do XX, com a introdução da história natural e da etnologia, nos debates historiográficos, o que promovendo uma incansável tentativa por parte da elite intelectual brasileira de interpretar a sociedade com as lentes das concepções naturalista e etnológicas de mundo.

Sobre a produção intelectual brasileira e a descrição da nação brasileira através de interpretações ligadas a questões de *meio* e *raça* como fontes de criação de novas formas e temas para a literatura nacional, e a produção artística e intelectual, a antropóloga e historiadora Shwarcz (2000), esclarece:

*Modelo de sucesso na Europa de meados dos oitocentos, as teorias raciais chegam tardiamente ao Brasil, recebendo, no entanto, uma entusiasta acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, que na época se constituíam enquanto centros de congregação da reduzida elite pensante nacional. A entrada e aceitação dessas novas interpretações não significaram, porém, uma ocorrência isolada. Com efeito, os anos 70*

---

<sup>417</sup> Biografia do autor de *Os Sertões*: Manuel da Cunha, avô paterno de Euclides era português comerciante que se estabeleceu na província da Bahia no começo do séc. XIX casou-se anos mais tarde com Teresa Maria de Jesus, de família sertaneja. Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, pai de Euclides deixa a província da Bahia, indo residir no Rio de Janeiro onde exerceu a profissão de guardador de livros por muitos anos, mais tarde casaria com a filha de um proprietário de terras, Eudóxia Moreira, em 20 de janeiro de 1866 nasce Euclides da Cunha na fazenda Saudade, município de Cantagalo, ficaria órfão de mãe três anos depois. A formação intelectual do autor parece ter mesmo um caráter de “nomadismo” característica elencada por boa parte de seus críticos, estudou em vários colégios do interior fluminense e na Corte. Teve como professor em um deles Benjamim Constant, com quem se encontraria novamente na Escola Militar. Dedicou-se a carreira de engenharia, mas assentaria praça novamente na Escola Militar em 1886. Depois de uma breve estada em São Paulo sairia em 1897, como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, para os sertões bahianos. Como livro a rigor deixou só *Os Sertões*, publicado em 1902, as outras publicações são artigos de jornais, poesias, crônicas e o livro *A Margem da História* lançado em 1909 pouco tempo depois de sua morte. (SODRÉ, 1995)

*serviram de palco para uma série de fenômenos que conviveram de forma densa (...) a década de 70 é entendida como um marco para a história das ideias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um ideário positivo evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental. (SCHAWARCZ, 1993: p. 14)*

Como a própria autora aponta a adoção da ideia do “espetáculo da miscigenação” brasileira levava os intelectuais a intensos debates, que dificilmente chegavam a conclusões plausíveis de aceitação unânimes, se reconhecia que se tratava de um caso singular de extrema miscigenação, no entanto, diferentes eram os modelos e teorias utilizados para diagnosticar o caso brasileiro, contudo seriam as teorias raciais que se apresentariam com as mais viáveis justificações para “explicar” o atraso do projeto de nação brasileira. Acreditamos que para além dos problemas mais urgentes relativos à substituição de mão-de-obra o interesse era garantir de alguma maneira a hierarquização social estabelecendo critérios de diferenciações.

A narrativa de *Os Sertões* (2002) trás de forma bastante emblemática as concepções naturalistas e principalmente a ideia de degeneração como prejudicial ao progresso e a civilidade da nação, a obra “representaria”, pois, a miscigenação como a principal responsável pelos riscos ao progresso e as nacionalidades, o argumento era que a introdução de elementos demasiadamente “heterogêneos” em sentidos étnicos, acarretaria a destruição da identidade brasileira. É importante ressaltar mais uma vez que as teorias naturalistas de Buffon, por exemplo, segundo Ventura (1991), “foram amplamente revisitadas pela elite intelectual brasileira, legitimando a ideia de que as condições físicas, o *Meio*, juntamente com o clima, a alimentação e o excesso entrecruzamento de “espécies” distintas destinariam o indivíduo e conseqüentemente levariam a nação ao não progresso e a degeneração”, Euclides da Cunha<sup>418</sup>, ao tratar o caso singular de miscigenação brasileira, relata:

*Convindo em que o meio não forma as raças, no nosso caso especial variou demais nos diversos pontos do território as dosagens de três elementos essenciais. Preparou o advento das sub-raças diferentes pela própria diversidade das condições de adaptação. Além disso, (é hoje fato inegável) as condições exteriores atuam gravemente sobre as próprias sociedades constituídas, que se deslocam em migração seculares aparelhadas embora pelos recursos de uma cultura superior. Se isto se verifica nas raças de todo definidas abordando outros climas, protegidos pelo ambiente de uma civilização, que é como plasma sanguíneo desses grandes organismos coletivos, que não diremos da nossa situação muito diversa? (CUNHA, 2002: p. 62)*

Ora, observamos que no trecho em que o autor tenta desvendar a complexidade do problema etnológico brasileiro, descrevendo *O Homem*, que dentro de um território com condições de meio já bastante problemática, a variação climática e a própria gênese desse povo já seria por si um grande problema em um país que não teria um grau de

---

<sup>418</sup> Enviado aos sertões da Bahia em agosto de 1897 como correspondente do *Estado de São Paulo*, para cobrir o desenrolar da *Guerra de Canudos* a obra terá significativa aceitação no meio literário cinco anos mais tarde com a publicação. A narrativa literária euclidiana incorpora de certa maneira a tradicional descrição dos relatos de viajantes, apesar de possuir formação militar e jornalística, é visão científica que prevalece a sua escrita.

“civilidade” adequada. Traz de maneira bastante clara a suposta “resposta” para inferioridade da evolução social brasileira, admitindo que o indivíduo, seria extremamente influenciado, não somente pelo determinismo geográfico, mas no caso brasileiro, a “degeneração” teria alcançado um grau de tanta indefinição, juntamente com a contribuição “determinante” da variação climática que os sujeitos exposto a esse tipo de variação juntamente com as “dosagens de três elementos essenciais da gênese de nosso povo”, ou melhor, o cruzamento entre “as três raças”, fariam do mestiço um entrave ou um obstáculo deveras preocupante a época para a universalização dos princípios liberais da jovem República. De acordo com Ventura (1991) algumas informações são interessantes e passíveis de problematizações para a questão da degeneração racial, segundo o autor, médicos, etnólogos e intelectuais estavam empenhados em utilizar as explicações “europeias” e adaptá-las ao caso brasileiro na intenção de entender os destinos da nação. Nina Rodrigues, por exemplo, em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1884)*, tentou pensar que lugar atribuir aos antigos escravos recentemente libertos e seus descendentes na sociedade brasileira?

Os negros, segundo o autor do século XIX, eram uma linha resistente a “civilização ariana” no discurso civilizador, a predominância da “raça” negra na sociedade brasileira contradizia os princípios fundamentais do liberalismo, visto que a “raça” negra e seu estado atrasado na escala evolutiva, segundo as teorias racistas, eram um problema para sociedade teriam uma inclinação a criminalidade, a loucura e a paranoia. O índio e o mestiço em níveis diferenciados, também apresentariam esse nível de criminalidade e dependeria de uma vigilância. A degeneração, resultante do cruzamento de raças dispare e da herança “incivilizada” de seus ancestrais permaneceria em suas “essenciais”. Essas questões estão mais uma vez presentes em *Os Sertões (2002)*.

*A mistura de raças mui diversas é na maioria dos casos prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia exprimem estágios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado. (CUNHA, 2002: p. 73)*

Embora houvesse a discordância em relação ao problema da raça como empecilho a constituição da nacionalidade, e a posição variassem em relação à mestiçagem, o fato é que a posição euclidiana quanto à mestiçagem é bastante clara, a negatividade em relação à população “mui diversa” dentro do projeto “civilizador”. As teorias de “evolução social” atualizadas ao caso brasileiro, no caso o evolucionismo de Herbert e Spencer defendia a ideia de *unidade original da espécie*, ou seja, de acordo com esse pensamento as raças se encontravam em estados evolutivos diferenciados na escala social, o que era inclusive aplicado a continentes e povos, como no caso da Europa e do Brasil. Para eles o resultando do progresso estava estritamente ligado a ideia de uma raça pura e superior, nesse caso, o branco/europeu estaria na escala mais alta da hierarquização social, em contrapartida os mestiços seriam incapazes de compreender as principais premissas dos ideias republicanos. Embora a narrativa dos *Os Sertões (2002)* esteja cheia de contradições ao passo que a obra avança em horas o



autor chegando inclusive a questionar as investidas violentas em Canudos como atitudes “bárbaras” por parte dos que se diziam os representantes da República e consequentemente representariam “o poder civilizador”, o conflito “representado” na obra é justamente um choque entre processos de “misturas” ou “mestiçagens” que divergem em suas essenciais ancestrais. De um lado a mestiçagem litorânea: “o mestiço – mulato mamaluco ou cafuz -, menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes superiores” que resulta o mulato. E o mestiço sertanejo que “antes de tudo era um forte, não tem o raquitismo exaustivo do mestiço neurastênico no litoral”, marcado pela mestiçagem principalmente entre brancos e indígenas, ou seja, não carregariam esses últimos a “marcas” tão expressivas do negro em sua linhagem, segundo Ventura (1991). Nestas perspectivas claramente diferenciando o mestiço do litoral e o do sertão com uma lógica inversa, o sertanejo teria uma vantagem a seu favor “o isolamento histórico” a que foi submetido juntamente com a “ausência” até certa medida de componentes africanos, ou seja, partindo ainda do pressuposto na inferioridade da raça negra em detrimento das demais, Euclides da Cunha valoriza até certa medida o homem do sertão como sendo componente de uma região onde ainda se podia encontrar um reduto de contornos de uma cultura nacional “isolada” dos prejuízos da miscigenação exacerbada. De acordo com Carvalho (1999), em *Brasil: Nações Imaginadas*, “a utilização do cientificismo que recorrentemente era utilizado para explicar dentro das perspectivas de determinismo climático e racial, ainda impedia que o nosso país tropical e mestiço fosse visto como competidor sério a corrida da civilização”, no máximo e nas melhores das hipóteses era objeto de campanhas civilizatórias dirigidas pela elite, argumenta ainda o autor que, a República foi fecunda em campanhas civilizatórias, em muitos casos com métodos nada “civilizados” algo que vai ser questionado e inclusive alvo de severas críticas do próprio Euclides da Cunha ao tratar das investidas das tropas do Exército brasileiro ao Arraial de Canudos.

No mais, interessante é perceber as próprias divergências em relação ao “problema” da miscigenação no Brasil, dentro dos centros intelectuais, ora, a “apropriação” das teorias europeias que foram introduzidas no país, não se deu de forma ingênua ou desinteressada, o desafio para a época era utilizar das ideias que mais se adequasse aos interesses das elites econômicas e adapta-las para produzir um argumento plausível para questão racial da ainda jovem nação brasileira. Conforme Ventura (1991) “as concepções racistas se tornariam parte da identidade das elites em uma sociedade bastante hierarquizada, conservadora e autoritária”. Encontraram no “racismo” científico uma funcionalidade, pensar e, sobretudo, responder os questionamentos frente ao futuro da nação. Para tanto a identificação dos letrados com essas teorias foi à maneira mais viável a época desses “homens pensantes”, “homens de ciência” ou “elite intelectual” brasileira de garantir uma aproximação com os interesses e necessidades dos novos valores metropolitanos. O prestígio do debate da mestiçagem e especialmente as teorias de branqueamento foram “apropriações” originais das teorias raciais europeias amplamente difundidas na Europa do século XVIII, que chegam ao Brasil e serão superadas depois de intensos debates para solucionar o dilema racial brasileiro na tentativa de escapar as previsões pessimistas sobre o futuro da civilização brasileira, deveras, esse debate pode ser percebido em boa parte das produções intelectuais da época, mas como sabemos o dilema da busca da identidade nacional brasileira ainda vai perdurar por todo o século XX.

## Fontes e Referências Bibliográficas

- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de História e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- CUNHA, Euclides Da. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2002.
- CHARTIER, Roger: **A História Cultural entre praticas e representações**; tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DIDIER, Maria Thereza. **Miragens Peregrinas: Sertão e Nação em Euclides da Cunha e Ariano Suassuna**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; vol 1, 1994.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; vol 2, 1994.
- GÁRATE, Miriam V. **Civilização e barbárie n'Os Sertões: entre Domingo Faustino Sarmiento e Euclides da Cunha**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2001.
- KUNST, Rafael Vicente. **Os usos da Antiguidade clássica na elaboração dos conceitos de barbárie e civilização na obra *Os Sertões***. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Rio Grande do Sul; 2012.
- Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/dissertacoes.asp>
- Acesso: 18/ 03/ 2013.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras; 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. **Revisão de Euclides da Cunha**. In: *Obra completa*. (org) Afrânio Coutinho; 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

# **O HOLOCAUSTO NEGRO NA BACIA DO CONGO: COMO O REI LEOPOLDO CHEGOU E INSTAUROU UM REGIME DE EXTERMÍNIO NA BACIA DO CONGO ENTRE 1884 A 1908.**

*Jefferson Gustavo Lopes de Albuquerque  
Flaviano Fernandes da Silva*

## **Introdução**

Na segunda metade do século de XIX, com a necessidade de expandir o capitalismo os países europeus se lançaram à corrida imperialista em busca de mercados, matérias-primas, ocupação territorial, prestígio nacional e solução para os efeitos do crescimento demográfico na Europa, uma vez que as cidades europeias estavam sofrendo com o inchaço urbano motivado pelos constantes aumentos da miserabilidade dos pobres que viviam nas cidades.

Neste panorama, a Bélgica do rei Leopoldo II estava galgando uma possessão dos territórios africanos na conferência de Berlin onde foi estabelecida a partilha da África entre as principais potências europeias. Todavia, o que causa mais estranheza é como o rei supracitado conseguiu um território tão vasto e rico, visto que a Bélgica não tinha uma posição geopolítica no que se refere ao âmbito internacional, sobretudo, prestígio político e econômico, comparando-se com os seus concorrentes: França, Portugal, Inglaterra e Alemanha.

O rei Leopoldo fez uma verdadeira engenharia para conseguir esse território, pois ele conseguiu chegar ao Congo face a várias adversidades que o cercavam. A primeira delas era a opinião pública do seu próprio país que não o apoiava nesta empreitada; a segunda foi na conferência de Berlin, onde a França se opôs, mas ele acalmou a desconfiança dos franceses, prometendo a prioridade na possível venda do território africano à França<sup>419</sup>.

Com a posse do Congo, Leopoldo fez, pelo mundo, uma propaganda dos seus feitos benéficos ao povo africano onde era conhecido como um grande filantrópico, porém isso não passava de retórica do rei, pois no Congo se instaurou um regime repressor que exterminou quase a metade da população congoleza em detrimento da sua fortuna pessoal.

## **Os caminhos do rei**

Como já foi relatado neste texto, o rei Leopoldo fez um esforço tremendo para ter a possessão do Congo, ou seja, a colonização belga no Congo pode ser considerada obra de um só homem: Leopoldo II. Então, neste sentido, iremos relatar, em seguida, quais foram os caminhos trilhados pelo rei para chegar a obter um território que era oitenta vezes maior que a Bélgica.

O Leopoldo II era um homem ambicioso e sempre informado do mundo dos negócios. Ao acordar, a primeira coisa que ele procurava eram as notícias internacionais dos jornais, sobretudo, o comércio exterior. Desde muito cedo, o rei era

---

<sup>419</sup> Sobre o assunto consultar HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. *A África na sala de aula: visita á história contemporânea*. Selo negro edições, ano 2005.

entusiasmado com a história do "descobrimento" e exploração dos europeus na América. Ele passou a investir na companhia do canal de Suez e até tentou comprar um território, mas foi frustrado, pois quem tinha a colônia na época não estava disposto a vender, por motivo simples: era muito lucrativo.

Com o panorama da entrada na África, com o pretexto de levar a civilização técnica-científica para os povos considerados pelos europeus "primitivos", Leopoldo fugiu um pouco desta retórica para criar a sua: proteger os nativos africanos dos traficantes de escravos árabes. Essa justificativa era muito plausível na época por que estava em voga a proibição do trabalho escravo, pois essa prática não cabia na nova ética econômica nascente. O capitalismo industrial, capitaneado pela Inglaterra - que se tornou a maior economia mundial daquele momento - queria e lutava para que os escravos fossem libertos, pois só assim eles iriam se transformar em proletariado para poder consumir seus produtos industrializados. E, com essa retórica, Leopoldo II ganhou vários adeptos, principalmente, várias organizações abolicionistas na Inglaterra e no mundo.

Para afirmar a sua imagem de um homem humanista, o rei Leopoldo II vivia divulgando aos jornais europeus os seus futuros investimentos na qualidade de vida dos nativos, segundo o historiador Hochschild (1998):

*Os cientistas, linguistas e artesãos que ensinariam habilidades práticas aos nativos. Todos os postos teriam laboratórios para estudar o solo local, o clima, a fauna e a flora, e todos seriam bem supridos do material para os exploradores: mapas, objetos de troca, roupas, ferramentas para consertar instrumentos científicos e enfermarias com os remédios mais modernos (p. 55).*

Além disso, o rei patrocinava vários estudos sobre a região geográfica do Congo, pois, em 1876, teve início, em Bruxelas, a conferência geográfica de Leopoldo, com a presença de geógrafos renomados que tinha o objetivo de discutir e estudar a região para fins de explorá-la, mas é evidente que isso não era explícito por nenhum dos participantes, pois basta lembrar que o discurso oficial era de monitorar as regiões para, posteriormente, levar os benefícios para as tribos "atrasadas" do ponto de vista técnico-científico, segundo rei Leopoldo II e seus lacaios.

Aliada a toda propaganda humanista criada pelo rei, o mesmo estava à procura de informações dos desbravadores da "nova África", esses eram homens de muito prestígio na corrida imperialista na África, pois eles tinham informações bastante preciosas para quaisquer expedições. Neste sentido, o rei belga vivia se debruçando em vários noticiários de toda parte do mundo com objetivo de procurar informações dos exploradores, principalmente Stanley, que era um explorador famoso por desbravar regiões que antes homem algum tinha se atrevido a chegar. Este era a pessoa certa que o rei estava à procura para dar início aos seus planos de colonização do Congo. Portanto, com a notícia de que Stanley estava de volta a Europa, o rei lhe fez um convite para almoçar na Bélgica, no seu palácio. Eram muito claras as intenções do rei para com Stanley, ou seja, queria o rei que Stanley fosse trabalhar para ele no Congo com uma proposta de contrato muito sedutora, conforme escreve Hochschild:

*O contrato de Stanley era de cinco anos; ele receberia 25 mil francos por anos durante o tempo que passasse na Europa e 50 mil (mais ou menos 250 mil dólares, em moeda de hoje) por ano durante o tempo que passasse na África. E, claro, Leopoldo custaria a força expedicionária que iria acompanhá-lo. (ibidem, p.*

O rei já tinha convencido tanto a opinião pública internacional quanto as organizações abolicionistas e também os missionários religiosos que também estavam na cruzada contra o tráfico de africanos para o serviço escravo, pois é sabido, que os missionários queriam evangelizar os povos que não tinham "alma" e por isso iriam salvá-los, segundo a concepção dos missionários cristãos. Entretanto Leopoldo só faltava convencer diplomaticamente as potências imperialistas na conferência de Berlin (1885), com o objetivo de apaziguar os conflitos em torno dos territórios, pois a África já estava sob domínio dos europeus pelo processo de "roedura"<sup>420</sup>.

Para convencer da sua intenção "humanística" com o povo do Congo, Leopoldo cooptou para o seu lado Henry Shelton Sanford, que era ligado ao partido republicano, influente nos meios empresariais, pois era um aristocrata com convicção ideológica liberal, esse mesmo homem conheceu Leopoldo II, onde o mesmo viu uma oportunidade de usar a influência dele nos Estados Unidos, para que lhe apoiassem na conferência de Berlin, ou seja, Sanford foi o lobbyista do rei Leopoldo nos Estados Unidos, onde através dos seus trabalhos, havia várias manchetes de jornais norte-americanos fazendo apologia ao trabalho do rei Leopoldo no Congo para que o governo estadunidense reconhecesse a partilha reivindicada pelo rei da Bélgica. Por outro lado, a promessa feita por ele a Sanford, era que, uma vez instalado no Congo, seria posta uma política econômica de livre circulação de mercadoria sem taxas alfandegárias e nem impostos das empresas privadas que iriam explorar os recursos naturais até por que Sanford era um liberal confesso e via nessa promessa o Leopoldo II como uma espécie de homem com convicção liberal e democrático, o que de fato o rei não era, mas Sanford confiou nele, embora vindo a arrepender-se profundamente, principalmente, quando viu que o rei cobrava pesados impostos das empresas concessionárias que exploravam os recursos naturais de Congo.

### **A filantropia do extermínio**

O rei Leopoldo com sua retórica de combate ao tráfico negreiro seduziu muita gente pelo mundo, inclusive da sociedade de proteção aos aborígenes, uma respeitável organização de direitos humanos da Grã-Bretanha.

Outra forma de arrecadar dinheiro para a exploração do território congolês foi a abertura de concessão para empresas privadas de outros países, como França, Alemanha, Estados Unidos etc. isso ocorreu quando o rei Leopoldo II via que não podia explorar todo esse território sozinho, mas cobrava às companhias estrangeiras 50% dos recursos naturais extraídos nas explorações e, assim, o rei decepcionou aqueles que acreditaram no livre comércio defendido por ele outrora, principalmente, Sanford.

Leopoldo II, como muitas pessoas do século XIX, acreditava que o trabalho forçado aos moldes europeus iria "civilizar" os nativos, entretanto, o rei, propositada e fanaticamente, acreditou nessas premissas com uma só intuição: instaurar um regime de trabalho forçado em detrimento do uso desta mão de obra para o trabalho na sua colônia, pois assim conseguiria ter um lucro maior. Embora não usasse deste discurso

---

<sup>420</sup> Para conhecer melhor essa expressão consultar HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. Selo negro edições, ano 2005.

abertamente. O primeiro produto a ser explorado no Congo foi o marfim, uma espécie de plástico, porém mais refinado e muito valorizado por seu valor exótico, no entanto, foi esse produto o responsável pelas primeiras vítimas do rei Leopoldo.

Para coletar o marfim, os exploradores precisavam de um número grande de pessoas, pois as caminhadas à procura de marfim, carregando os equipamentos, eram longas e cansativas e, ao mesmo tempo, humilhante para os colonos brancos. Entretanto, a solução era recrutar a mão de obra nativa, mesmo sendo à força. Esse recrutamento dos nativos era levado a efeito pelos exploradores pela invasão de tribos onde quem oferecesse algum tipo de resistência era assassinado. Contudo, os exploradores acharam uma forma mais "eficiente" para conseguir a mão de obra: sequestravam mulheres e Com isso, não hesitaram recorrer à chantagem só para obrigarem os "recrutados" a trabalharem a quantidade de horas que estipulavam, e que variavam entre 12,14 ou até 16 horas por dia. Esse excesso de trabalho forçado, muitas vezes, causava a morte de muitas pessoas, pois as condições de trabalho eram piores, afora os castigos a que eram submetidos aqueles que não trabalhassem segundo o ritmo estabelecido pelos colonizadores. E, somado ao supradito, ainda vale salientar que também usavam de trabalho semi-escravo com as crianças, o que só fez aumentar a estatística da taxa de mortalidade<sup>421</sup>.

Já em 1890, a Europa descobriu que o látex servia para a produção de borracha que tinha uma finalidade mais prática e eficiente para a produção de pneus mais leves. Mas o grande problema era que nem todos iriam gostar desta descoberta, sobretudo, população do Congo, uma vez que foi em detrimento da borracha que a população congoleza foi violentamente massacrada. E, em decorrência disso, o rei Leopoldo teve sua riqueza pessoal aumentada em 76 vezes, contudo, esse dinheiro era gastado com luxo pessoal e também na construção de belíssimos prédios em Bruxelas. E, ainda vale acrescentar, que também esse dinheiro era "levado" nas fundações "humanísticas" que o rei mantinha de fachada.

Com o advento da demanda enorme de borracha, o Congo de Leopoldo se transformou no maior produtor do mundo e para isso precisava de uma mão de obra ainda maior e que fosse mais disciplinada ao ponto de usar formas e métodos ainda mais violentos do que os da coleta de marfim. O recrutamento forçado, como já pontuado, era através das aldeias, onde as mulheres e filhos dos homens eram sequestrados. Com isso, os administradores tanto do rei Leopoldo quanto das empresas estipulavam uma quota bastante alta, fazendo as pessoas trabalharem uma quantidade enorme de horas. E caso não atingissem a quota eram castigados ou dos seus familiares se decepava a mão e/ou o nariz, para servir de exemplo. Os agentes das empresas eram recompensados por castigar ou matar mais nativos, pois isso era uma forma de mostrar aos administradores que estavam trabalhando bem, e essa arbitrariedade bárbara e desumana abria espaço para que esses agentes matassem pessoas, como faziam, por qualquer motivo com o simples fim de serem premiados.

Para a força publique (força paramilitar de Leopoldo no Congo) recrutar mão de obra para a extração de látex não era uma tarefa muito difícil, pois mesmo quando as tribos se evacuavam das suas aldeias eles tinham que voltar por uma questão de necessidade, uma vez que, eles tinham que recolher comida, pois eles plantavam sua alimentação perto das aldeias. Os soldados da força publique ficavam de sentinelas a

---

<sup>421</sup> Para conhecer melhor sobre a taxa de mortalidade nas aldeias congoleza consultar M'BOKOLO, ElikIa. **África negra, história e civilizações: do século XIX aos nossos dias** tomo II, p.347.

espera dos povos que voltavam a busca de comida e assim os prendiam e levavam para o acampamento. Esse acampamento parecia mais um campo de concentração e tinha uma vigilância reforçada, sendo nele comum, todos os dias, a tortura, os maus-tratos, etc. aliados às condições péssimas de trabalho e assassinatos daqueles que se recusavam a trabalhar.

O Congo se tornou no final do século de XIX, o maior produtor de borracha do mundo e que tinha sua produção exportada para a Europa, mas para que essa mercadoria escoasse era preciso um sistema de transporte que fizesse essa produção chegar a seu destino final, e o principal transporte foi o trem. Entretanto, a construção das linhas férreas se tornou uma verdadeira matança de pessoas por acidentes de trabalho e condições precárias em locais insalubres, onde vitimavam-se europeus que viam para trabalhar na área mais qualificada, porém para esses, quando ocorria um acidente eles reivindicavam melhorias e até abandonavam a obra, mas os negros não tinham esse direito e se, por acaso, eles (negros) recusassem eram castigados a base de chicote ali mesmo: nos trilhos.

### **A resistência dos nativos**

Nem sempre as submissões dos negros foram de forma pacífica e sem luta, pois muitas nativos se organizaram para resistir. Essa resistência poderia ser armada com guerrilhas que, por vezes, ganhavam apoio de soldados negros da força pública que se revoltavam pelos maus-tratos a que eram submetidos. Ou a resistência vinha com a sabotagem das companhias concessionárias. Segundo Isaacman e Vansina (2010):

*Havia também casos de trabalhadores que, descontentes, sabotam o equipamento agrícola, queimavam os entrepostos, roubavam armazéns das companhias concessionárias<sup>5</sup> e dos negociantes locais e destruíam os meios de transportes e as linhas de comunicação (p.206).*

Essas resistências foram todas reprimidas brutalmente e muitos desses revoltosos eram deixados vivos e levados para serem brutalmente torturados na frente dos outros nativos para que surtisse o efeito "pedagógico", ou seja, para ninguém se atrevesse a tentar resistir.

### **Considerações finais**

Portanto, este texto teve como objetivo principal levantar o debate acerca da colonização do rei Leopoldo II no Congo, discutindo vários aspectos do que foi a entrada do rei Leopoldo no Congo e sua administração pessoal, pois com todo o esforço, inclusive financeiro. Ele iria de qualquer forma compensar seus gastos com uma colonização brutal que matou quase a metade da população congoleza, cerca de 10 milhões. Porém a nossa proposta deste artigo não é por si só mostrar o extermínio do rei Leopoldo e sim o esquecimento que uma boa parte da historiografia ocidental tem com relação aos crimes bárbaros da época da corrida imperialista na África e na Ásia e as consequências deixadas até hoje nestes países: fome, guerra, instabilidade política e ditaduras ferrenhas que de alguma forma tiveram apoio dos seus antigos colonizadores. Por outro lado, essa mesma historiografia tem a tendência de supervalorizar os crimes cometidos por ditaduras totalitaristas como a nazista (Hitler) e a comunista (Stálin).

Neste sentido, antes mesmo de qualquer gulag stalinista, ou campo de concentração nazista, os povos africanos já conheciam propriamente essas práticas bárbaras dos países ditos civilizados que, por sinal tinha uma ética econômica e política liberal nos seus países, mas na África empreenderam verdadeiras matanças em detrimento dos monopólios de seus países.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

HOCHSCHILD, Adam. **O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial.** São Paulo: companhia das letras, 1999.

HERNANDEZ, Leite Maria Gonçalves leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo. Selo negro, 2005.

BICALHO, Letícia Canêdo. **A descolonização da Ásia e da África: processo de ocupação colonial: transformações sociais nas colônias: os movimentos libertação.** São Paulo. Editora da universidade estadual de Campinas, 1985.

LENIN. **Imperialismo: fase superior do capitalismo.** São Paulo. Editorara global, 1979. Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914, Allen Isaacman e Jan

Vansina, in: BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África: África sob dominação colonial volume VII, 1880-1935.** São Paulo. Editora Cortez, 2010.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações: do século XIX aos nossos dias tomo II,** ano 2007. Lisboa. Edições Colibri.



## COMÉRCIO DE ALMAS: A ROTA COSTA DA MINA/PERNAMBUCO NA SEGUNDA METADE DO XVIII

*Jéssica Rocha de Sousa*

Tema clássico da historiografia brasileira o comércio atlântico de escravos é objeto de exaustivas pesquisas que tentam compreender a dinâmica desse processo que se prolongou durante três séculos de nossa história. Este estudo, resultante de pesquisa feita no âmbito do Programa de Iniciação Científica voluntária (PIC-UFRPE), busca sistematizar um conjunto de informações sobre o nosso porto que se encontram dispersas, para a partir da análise documental traçar os pressupostos desse extenso e lucrativo comércio que se desenvolveu entre Pernambuco e África no XVIII, particularmente durante o governo em Pernambuco de José Cesar de Meneses.

A partir da segunda metade do século XVIII uma nova ordem administrativa ligada às questões mais pragmáticas de governança se estabelecerá em Portugal, a permanência de José Cesar durante treze anos, entre 1774 e 1787, a frente do governo é indicativa da sua habilidade de mediar os interesses locais e metropolitanos<sup>422</sup>.

Estudar a relação de Pernambuco no tráfico atlântico durante o período escolhido sem tratar da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba seria incorrer em gravíssimo erro, durante parte do governo de José Cesar de Meneses, ela exerceu o monopólio sobre a compra e venda de escravos da Costa Africana para a dita capitania. Para tal a obras clássicas de Antonio Carreira<sup>423</sup> e José Ribeiro Júnior<sup>424</sup> tornam-se fundamentais para melhor compreensão da dinâmica exercida pela empresa.

A companhia Geral de Pernambuco e Paraíba que será tão duramente atacada pelo povo e pelo governador como fonte de todas as desgraças que se abateram sobre a capitania<sup>425</sup>, nascerá no contexto das reformas pombalinas exercidas pelo marquês durante o reinado de D. José I, visando uma maior centralização do poder real. Processo reformista que se inicia com a crise política que se estabeleceu após o terremoto em Lisboa no ano de 1755<sup>426</sup>.

O resgate de escravos na Costa da Mina constituía-se em uma importante e lucrativa rota para os comerciantes de Pernambuco e Bahia, que dominavam e disputavam esse setor mercantil para aquela região, deixando pouca ou nenhuma brecha para a inserção da Coroa como podemos ver: através de instrução enviada para o Marquês de Valença, governador da capitania da Bahia no ano de 1779 pelo secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Mello e Castro:

---

<sup>422</sup> JUNIOR, José Inaldo Chaves. Biografia e micro-história: diálogos possíveis para uma história da governança no Império Português (Capitania da Parayba, c.1764-1797). Revista Cantareira, Rio de Janeiro, 15ª edição, jul.-dez. 2011.

<sup>423</sup> Carreira, Antonio. As Companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba. Lisboa: Presença, 1982.

<sup>424</sup> JÚNIOR, Ribeiro José. Colonização e Monopólio no nordeste brasileiro- A companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780). São Paulo: Hucitec, 2004

<sup>425</sup> Cartas das câmaras de Recife, Goiana e Olinda endereçadas a rainha D. Maria I. AHU – Avulsos de Pernambuco Cx. 127. Doc. 9656. AHU – Avulsos de Pernambuco Cx. 130 Doc. 9830. AHU- Avulsos de Pernambuco Cx. 133 Doc. 10009.

<sup>426</sup> A este respeito ver: SUBTIL, José. O terremoto político (1755-1759) – memória e poder. Lisboa: EDIUAL,2007.

*Sem fazermos a menor reflexão nos gravíssimos inconvenientes que poderiam resultar a este Reino, em deixarmos o comércio da Costa de África entregue nas mãos dos Americanos, lhes permitimos particularmente aos habitantes de Bahia e Pernambuco, uma ampla liberdade de poderem fazer aquela navegação e negociar em todos os portos daquele continente [...]*<sup>427</sup>

A instrução evidencia o pouco controle do Reino sobre os negócios entre Brasil e Costa da Mina, principalmente porque desde 1637, os holandeses, além de outras áreas no continente africano controladas por Portugal, dominavam o Castelo de São Jorge da Mina. Um dos maiores problemas deste comércio eram os produtos levados do Brasil e que se empregavam nas compras de escravos daquela região, ouro e tabaco.

O tabaco de terceira qualidade era autorizado para as trocas comerciais na África, muitos comerciantes aproveitando-se da dificuldade de se distinguir a qualidade do produto e do fraco controle das autoridades coloniais na fiscalização das embarcações, transportavam na forma de contrabando o tabaco de primeira qualidade, produto que estava sob o erário régio.

Esses gêneros que eram transportados dos portos brasileiros aquela Costa por via de contrabando acabavam por abastecer franceses, ingleses e holandeses que em troca do ouro e tabaco brasileiros davam a esses comerciantes fazendas da Europa que vinham também sob a forma de contrabando para os portos brasileiros.<sup>428</sup>

Na tentativa de superar essa barreira e exercer maior controle sobre a região, o governo português passou a promulgar uma série de leis, alvarás e regimentos tentando coibir este comércio tão prejudicial ao erário régio<sup>429</sup>. Primeiramente a tentativa da coroa foi regulamentar e controlar a rota comercial, e o fez, delimitando a quantidade de embarcações por período destinadas aquele porto, beneficiando dessa forma os maiores traficantes que durante a vigência da norma detiveram o monopólio do comércio para região. Tal medida mostrou-se infrutífera, pois deu ensejo a majorar o contrabando, sendo premedida a coroa por autorizar a livre navegação entre as praças desde que cada embarcação não levasse uma quantidade superior a 3.000 rolos de tabaco.<sup>430</sup>

A liberdade do comércio para Costa da Mina fez com que o contrabando aumentasse ainda mais, tornando-se o seu combate em verdadeira obsessão para metrópole<sup>431</sup> a dita liberdade também feriu seriamente os interesses dos comerciantes que detinham o monopólio sob a região. Os mencionados, organizados propuseram por diversas vezes a coroa a criação de uma companhia de comércio: “Companhia Geral da Guiné” que operando por seus benefícios deteria direitos exclusivos da navegação com

---

<sup>427</sup> Martinho de Melo e Castro, “Instrução para o Marquez de Valença, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia”, Anaes da biblioteca nacional do Rio de Janeiro, BN, v. XXXII, 1910, p. 442.

<sup>428</sup> FERREIRA, Roquinaldo. “A arte de furtar”: redes de comércio ilegal no mercado imperial ultramarino português. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs). Nas tramas das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P.205-241.

<sup>429</sup> SATBEN, Ana Emilia. **Negócios de Escravos: O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701 – 1759)**. Curitiba: UFPR, 2008. 118 P. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

<sup>430</sup> CARREIRA, Op. Cit. P. 218. Martinho de Melo e Castro, “Instrução para o Marquez de Valença, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia”, Anaes da biblioteca nacional do Rio de Janeiro, BN, V. XXXII, 1910, P. 443.

<sup>431</sup> FERREIRA, Roquinaldo. Op. Cit. P. 212.

a Costa da Mina<sup>432</sup>. No entanto a Companhia não chegou a ser fundada, provavelmente Pombal já pensara a criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.

Excluídos do processo e frustrados em suas tentativas de coibição do contrabando, os portugueses buscaram novas formas de controle, que tinham como principal objetivo o redirecionamento do comércio humano para os portos de Angola, que por ser tratar de uma conquista portuguesa contava com um maior número de funcionários e aparato fiscalizador. As leis que eram emitidas pela Coroa desde 1730, tinham por objetivo privilegiar os comerciantes reinóis que desejavam controlar o abastecimento de escravos para as praças da Bahia e Pernambuco<sup>433</sup>.

Assim surge a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba em 1759, detentora do “comércio exclusivo das duas capitanias de Pernambuco e Paraíba, com todos os seus distritos, e nos quais ninguém mais podia extrair, mercadorias, gêneros ou frutos”<sup>434</sup>. Dessa forma, em tese, os portugueses teriam resolvido metade do problema, fazendo cessar as relações comerciais entre Pernambuco e Costa da Mina como nos faz crer a mesma instrução de 1779 que afirma “que excluindo-se os naturais de Pernambuco daquela navegação e entregando-se o comércio e a extração dos negros da dita Costa a Companhia Geral de Pernambuco; este foi o meio eficaz com que ficou cessado o dito contrabando, pelo que respeita a esta capitania.”<sup>435</sup> Pelo texto da Instrução, seria a Companhia de Pernambuco e Paraíba, agora responsável por todo o comércio com a costa da África feito pelos homens de negócio da Praça do Recife. Incluíam-se evidentemente os portos tanto da Costa da Mina como o de Luanda.

As diversas medidas metropolitanas que tinham por objetivo cessar as negociações entre Costa da Mina e Pernambuco, combatendo desta forma o problema recorrente do contrabando, beneficiando os comerciantes reinóis, não foram suficientes para desarticular a rota que permaneceu a ser explorada.

Em ofício do ano de 1778 em que José Cesar fala sobre os abusos que tem cometido a Companhia Geral, ele irá nos revelar dados importantes a respeito do comércio atlântico de escravos para a capitania de Pernambuco antes e depois do estabelecimento da Companhia. O primeiro dado diz respeito à quantidade de embarcações que chegaram ao porto do Recife vindas da Costa da África como se pode visualizar no quadro abaixo:

**Quadro 1** - Número de embarcações que vieram da Costa Africana para o porto de Recife

<i>Período</i>	<i>Nº de embarcações vindas de Angola</i>	<i>Nº de embarcações vindas da Costa da Mina</i>
1742-1759	121	63
1759-1777	78	25

Fonte: Ofício do governador de Pernambuco Jose Cesar de Meneses ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. AHU – Avulsos de Pernambuco cx. 130 doc. 9823.

Outro dado importante é a quantidade de escravos desembarcados por estas naus.

<sup>432</sup> “Estatutos da Nova Companhia que alguns dos principais comerciantes da praça da cidade da Bahia pretendiam fundar para exploração do comércio da Costa da Mina”, Anaes da biblioteca nacional do rio de Janeiro, BN, V. XXXI, 1909, P. 242-246.

<sup>433</sup> SATBEN, Ana Emilia. Op. Cit. P. 86.

<sup>434</sup> CARREIRA, Antonio. As Companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba. Lisboa: Presença, 1982, P. 224.

<sup>435</sup> “Instrução para o Marquez de Valença, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia”, Anaes da biblioteca nacional do Rio de Janeiro, BN, V. XXXII, 1910, P. 443-444.

**Quadro 2 - Número de escravos desembarcados no porto de Recife**

<i>Período</i>	<i>Nº de escravos vindos de Angola</i>	<i>Nº de escravos vindo da Costa da Mina</i>
1742-1759	38.383	16.189
1759-1777	29.733	7.801

Fonte: Ofício do governador de Pernambuco Jose Cesar de Meneses ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. AHU – Avulsos de Pernambuco cx. 130 doc. 9823.

Contabilizando uma média e aproveitando os dados arrolados pelo governador entre os anos de 1759 a 1777 veremos que o número de embarcações destinadas a esse comércio por ano girava em torno de 4,3 e que no período anterior a instalação da companhia esse número chegava a 7 embarcações anuais. Em ofício anterior, do ano de 1775 José Cesar envia para Martinho de Melo e Castro o mapa das “embarcações, marinheiros e pescadores que existiam na dita capitania e em suas anexas” declarando haver apenas 7 embarcações em Pernambuco que se destinavam a navegação para Costa da África, sendo 6 corvetas e 1 galera<sup>436</sup>. Eram elas:

**Quadro 1 – Navios da Companhia destinados a navegação para Costa da África**

<i>Nomes dos Navios</i>	<i>Tipo de Embarcação</i>
Postilhão	Corveta
Santíssimo Sacramento	Corveta
Guia	Corveta
Rozário Santo Antônio	Corveta
Santo Antônio	Corveta
Natividade	Corveta
Rozário N. Sr. <sup>a</sup> . Antônio e Almas	Sumaca

Fonte: Lista dos Navios que a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba possui. AHU – Avulsos de Pernambuco Cx. 126, Doc. 9604. Carreira. Antonio. As Companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba. Lisboa: Presença, 1982, Pag. 226-227.

Ao estabelecermos uma média anual para a entrada de escravos vindos de Angola, utilizando os dados coletados pelo governador, nos 17 anos anteriores a fundação da companhia, chegamos ao número de 2.257 (escravos desembarcados por ano) e, após 18 anos do estabelecimento da mesma, chegamos ao número de 1.651 (escravos desembarcados por ano) o que consiste numa queda percentual de cerca de 36,70%. A demonstração desses números nos leva a concluir por um possível quadro de declínio da economia local, já que, o trabalho escravo constituía-se em força motriz da sociedade pernambucana. Podemos também inferir que apenas os números oficiais estão reduzidos, pelo simples fato de o contrabando suprir a monocultura de braços, sendo essa estratégia mais vantajosa para as elites agrárias locais, que adquirindo a mão de obra na traficância, faziam baixar as estatísticas da Companhia de Geral de Comércio.

Através da análise dos quadros podemos perceber que o comércio com a Costa da Mina não foi de todo cessado apesar da fraca representatividade que essa rota irá assumir durante a vigência da Companhia. Os mapas de arrematação dos contratos reais,

<sup>436</sup> AHU – Avulsos de Pernambuco, Cx. 120, Doc. 9196.

que funcionavam quase exclusivamente como único mecanismo de arrecadação tributária<sup>437</sup> é um dos indícios que nos conduz para a afirmação desta conclusão.

No ano de 1777 o subsídio de 3.500 réis que pagavam os escravos da Costa da Mina pela entrada na alfândega da capitania, estavam sob a administração da Fazenda Real<sup>438</sup> evidenciando a falta de interesse dos particulares em arrematar o dito contrato. Algum tempo depois no ano de 1784 esse mesmo contrato e o de o de “mil réis por cabeça dos mesmos escravos, os quais não tiveram lance e ficarão administrados por conta da real fazenda”<sup>439</sup> também não foram comprados. Esses dados nos fazem pensar em duas hipóteses: A primeira é que mesmo sem ninguém adquirir os ditos contratos referentes aos subsídios dos escravos vulgarmente chamados de minas, os números apresentados provam que o comércio entre as duas praças não deixou de existir nem durante a permanência do monopólio da companhia até o ano de 1780 nem após como nos mostra o segundo documento.

Afirmção que também nos demonstra lista do ano de 1777 dos navios que possuía a Companhia Geral, bem como as rotas praticadas por eles. Podemos ver na tabela abaixo que existiam duas embarcações destinadas ao comércio direto entre Pernambuco e Costa da Mina.

**Quadro 2- Destino Da Navegação Das Embarcações Da Companhia Geral - 1777**

<i>NOMES DOS NAVIOS</i>	<i>ROTAS</i>
Postilhão	De Lisboa para Benguela
Santíssimo Sacramento	De Angola para Pernambuco
Guia	De Angola para Pernambuco
Rozário Santo Antônio	De Angola para Pernambuco
Santo Antônio	De Lisboa para Angola e Pernambuco
Natividade	De Pernambuco para a Costa da Mina
Rozário N. Sr. <sup>a</sup> . Antônio e Almas	De Pernambuco para a Costa da Mina

Fonte: Lista dos Navios que a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba possui. AHU – Avulsos de Pernambuco Cx. 126, Doc. 9604. Carreira. Antonio. As Companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba. Lisboa: Presença, 1982, Pag. 227.

A segunda questão levantada é a do contrabando. Se comprovadamente o comércio entre Costa da Mina e Pernambuco não se extinguiu e se anos antes da instalação da companhia essa rota era tão lucrativa para os homens de negócio estabelecidos no Recife porque a falta de interesse em arrematar esse contrato? Outra evidência é que na mesma relação dos contratos reais adquiridos no ano de 1777, um tal Luis Pereira Viena irá comprar por 3 anos o direito sob o subsídio do tabaco<sup>440</sup>, principal produto usado para trocas na Costa da Mina como admite o governador que

<sup>437</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: O Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs). **Na trama das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 466.

<sup>438</sup> “Mapa dos contratos reais da capitania de Pernambuco com o cálculo de seus respectivos avanços extraídos da demonstração que a direção daquela capitania remeteu a junta da companhia geral de Pernambuco e Paraíba no ano de 1777”. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Orig. Ms. Coleção de Pernambuco, Doc. 40.

<sup>439</sup> AHU – Avulsos de Pernambuco, Cx. 151, Doc. 10932, Recife, 26 de março de 1784.

<sup>440</sup> AHU – Avulsos de Pernambuco cx. 130 doc. 9823

em ofício de 1778 afirma: “o tabaco é o principal gênero para o comércio dos escravos que naquele porto (Costa da Mina) se faz”<sup>441</sup>.

No mesmo ofício José Cesar irá falar sobre a decadência em que se encontra a lavoura de tabaco em Pernambuco.

*No tempo presente é que eu vejo esta lavoura em tal decadência que se ela continuar poderá vir a exterminar-se de todo, porque a formalidade com que a companhia geral aqui faz as suas compras do tabaco não promete outra coisa.*<sup>442</sup>

Se essa lavoura encontrava-se em tal estado de decrepitude porque o interesse em se arrematar o subsídio da mesma? A análise atenta dos dados nos leva a suspeitar que a falta de interesse de se arrematar o subsídio dos escravos vindos da Costa da Mina, reside nas vantagens e facilidades de se comprar escravos por vias ilegais, longe das taxas tributárias e dos altos preços praticados pela companhia.

Ainda no mesmo ofício em que detalha o número de cativos e embarcações que entraram no porto de Recife de 1742 a 1777, José Cesar de Meneses versará sobre a questão do tráfico atlântico para Pernambuco em paralelo com as praças de Bahia e Rio de Janeiro. O governador afirma que “Os escravos no Rio de Janeiro se vendam por muito menos do que nesta praça os vendem a companhia geral” e isso poderia ser comprovado pelas transações efetuadas entre as duas Praças, pois a direção da Companhia Geral, por falta de moeda em Pernambuco, os permutava por dinheiro. Eles eram “sempre os melhores e mais escolhidos e se vão lá vender por muito menos que nesta praça”. Os que em Pernambuco ficavam eram de “ruim qualidade e carestia” provocando um “maior desembolso, a que o lavrador fica sujeito tanto no maior número que deveria comprar, quanto na qualidade”. Os lavradores residentes na capitania eram forçados a substituir o plantel constantemente, pois logo “morrem pela sua ruim qualidade e moléstias com quem já vem contaminados”, sendo vendidos aqui cinco vezes mais caros, “do que se costuma pagar os melhores da Bahia e Rio de Janeiro [...]”<sup>443</sup>.

O ofício deixa claro que o abastecimento de escravos para a capitania de Pernambuco monopolizado pela companhia geral deixava muito a desejar. Não só pela “ruim qualidade dos escravos”, mas pelos altos preços que a dita cobrava por eles em relação a outras praças brasileiras. O governador ainda afirma que os lavradores tinham uma dupla perda quando adquiriam esses escravos: ter que comprá-los em maior quantidade e substituí-los mais rapidamente.

Também se pode inferir que esses mesmos particulares “pernambucanos” financiassem viagens de resgate de escravos para a Costa da África durante a vigência do monopólio da Companhia. O contrabando de escravos era uma preocupação constante do governador, ilícitudes e descaminhos durante o seu governo, foram práticas recorrentes e difíceis de serem cessadas<sup>444</sup>, ocupando lugar cativo na pauta das documentações trocadas entre o governador e o Secretario de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro.

Como demonstramos o comércio com a costa da mina permaneceu na vigência do governo de José Cesar sem, ter, no entanto a grande representatividade dos anos anteriores ao advento da companhia geral. Durante o período onde este teria cessado,

---

<sup>441</sup> AHU – Avulsos de Pernambuco cx. 130 doc. 9823

<sup>442</sup> AHU – Avulsos de Pernambuco cx. 130 doc. 9823

<sup>443</sup> AHU – Avulsos de Pernambuco cx. 130 doc. 9823. Recife, 13 de julho de 1778.

<sup>444</sup> AHU – Avulsos de Pernambuco Cx. 133 doc. 9966, Recife, 5 de março de 1779.

floresceram as relações comerciais com Angola que passará a deter a liderança deste setor mercantil para Pernambuco.

Realizar a análise do tráfico de escravos durante o governo de José Cesar de Meneses constitui-se em grande desafio já que os dados do tráfico entre Pernambuco e África para a segunda metade do XVIII ainda não foram estudados. Além disso, dentro do período temos uma mudança no padrão de organização desse comércio, que se dá a partir da extinção do monopólio da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, essa nova condição de navegação vem junto a uma escassez de fontes para o período pós 1780.

## Fontes e Referências Bibliográficas

### *Impressos*

CARREIRA, Antonio. **As Companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba**. Lisboa: Presença, 1982.

DIAS, Érika. A capitania de Pernambuco e a instalação da Companhia Geral de Comércio. In: Congresso internacional: O espaço Atlântico de antigo regime: poderes e sociedades. Actas P. 1 - 20. Disponível em: [http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/erika\\_dias.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/erika_dias.pdf). Acesso em: 27 de fevereiro de 2013.

FERREIRA, Roquinaldo. “A arte de furta”: redes de comércio ilegal no mercado imperial ultramarino português. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs). **Na trama das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João.; BICALHO, M<sup>a</sup> Fernanda; GOUVÊA, M<sup>a</sup> de Fátima. (Orgs.) **O Antigo Regime nos Trópicos (Séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

JUNIOR, José Inaldo Chaves. **Biografia e micro-história: diálogos possíveis para uma história da governança no Império Português (Capitania da Paraíba, c.1764-1797)**. Revista Cantareira, Rio de Janeiro, 15<sup>o</sup> edição, jul.-dez. 2011.

JÚNIOR, Ribeiro José. **Colonização e Monopólio no nordeste brasileiro- A companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)**. São Paulo: Hucitec, 2004.

SATBEN, Ana Emilia. **Negócios de Escravos: O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701 – 1759)**. Curitiba: UFPR, 2008. 118 P. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: O Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs). **Na trama das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SUBTIL, José. **O terremoto político (1755-1759) – memória e poder**. Lisboa: EDIUAL, 2007.

### *MANUSCRITOS*

AHU- Avulsos de Pernambuco Cx. 128, Doc. 9719

AHU – Avulsos de Pernambuco Cx. 133 doc. 9966.

AHU – Avulsos de Pernambuco cx. 127 doc. 9670.

AHU – Avulsos de Pernambuco, Cx. 122, Doc. 9339.  
AHU – Avulsos de Pernambuco, Cx. 132, Doc. 9957.  
AHU – Avulsos de Pernambuco Cx. 130 doc. 9823.  
AHU – Avulsos de Pernambuco, Cx. 127, Doc. 9663.  
AHU – Avulsos de Pernambuco, Cx. 151, Doc. 10932.  
AHU – Avulsos de Pernambuco Cx. 126, Doc. 9604.  
AHU – Avulsos de Pernambuco, Cx. 120, Doc. 9196.  
AHU – Avulsos de Pernambuco Cx. 127. Doc. 9656.  
AHU – Avulsos de Pernambuco Cx. 130 Doc. 9830.  
AHU- Avulsos de Pernambuco Cx. 133 Doc. 10009.  
Anaes da biblioteca nacional do rio de Janeiro, BN, V. XXXI, 1909,P. 242-246.  
Anaes da biblioteca nacional do Rio de Janeiro, BN, V. XXXII, 1910, P. 443-444.



## **O QUILOMBO: ORIGINAL DE ÁFRICA, ADAPTADO AO BRASIL COLONIAL**

*José Edivaldo Leite de Lima*

### **Introdução**

Tradicionalmente a nossa história descreve o quilombo como um reduto negro no início do período colonial, quando os negros eram trazidos da África para serem escravizados pelo branco europeu. Isso é o que aprendemos na escola e, conseqüentemente, reproduzimos pelo resto da vida, assim como outros acontecimentos da história brasileira. Na verdade o quilombo não foi apenas constituído por negros, outros elementos, como o índio e até mesmo o branco livre, fizeram parte desta instituição que deve ser considerada como uma sociedade paralela no período colonial. O que tem sido produzido ultimamente sobre o quilombo, ajuda-nos a conhecer melhor e meio que desmistificar o que aprendemos na escola.

Na década de 1940 Caio Prado Junior dá início ao que ficaria conhecida como “Escola do sentido da colonização” onde se discutia o sentido da colonização portuguesa no Brasil e a qual deram continuidade: Celso Furtado e Fernando Novais, em oposição a esta corrente Ciro Cardoso e Jacob Gorender elaboram a discussão sobre o “modo de produção escravista colonial” (Fragoso, 1993). Para João Fragoso as duas correntes tinham a percepção da importância da atividade escravista no Brasil colônia, porém era uma análise um tanto quanto deficiente, pois era impossível entender a atividade em questão sem conhecer como ela ocorria em sua essência. Ou seja, desde a África até chegar aos portos da América portuguesa, pois a América portuguesa e a África eram partes do grande Império Atlântico Português, com isso estavam dentro do contexto de dominação portuguesa.

Partindo deste pressuposto observado por Fragoso, para entender melhor o quilombo no Brasil é necessário também conhecer seus precedentes, sua origem e qual a importância desta instituição entre os negros africanos. Portanto, é preciso voltar a África dos séculos XV e XVI para entender melhor o quilombo aqui no Brasil.

É sabido que tanto Brasil quanto África foram colonizados pelos portugueses, em tentativa de atingir às Índias. Então nesse caminho que partia da Península Ibérica até o Oriente foram surgindo muitas novidades e muitas possibilidades aos olhos dos portugueses, tanto no campo econômico como no âmbito religioso. Engana-se quem acha que os portugueses sempre escravizaram os africanos, esse é mais um equívoco que pára em nossas mentes.

Segundo Ronald Raminelli, em 1483 começaram as relações amistosas entre os portugueses e o manicongo, o rei do Congo, esse estreitamento de relação foi muito benéfico aos portugueses, pois logo o manicongo se mostrou interessado a receber a religião cristã como sua fé. Isso causou uma transformação no modo de vida do reino do Congo, o rei foi batizado com nome cristão e as instituições políticas começaram a funcionar de forma similar às de Portugal. Raminelli faz um paralelo entre a ocupação da África ocidental com a ocupação de Brasil e Japão, ele chega à conclusão que nos três casos um dos instrumentos mais eficazes da colonização foi, sem dúvida, a cristianização, nestes casos os portugueses procuravam converter os governantes locais e assim eram seguidos pela população, mas é claro que cada caso é um caso, principalmente em se falando do Império Atlântico Português, pois em cada local os interesses lusitanos eram diferentes. Na África era interessante a conversão do povo do

Congo, pois os portugueses acreditavam que no interior do continente existia um reino cristão, o Reino de João Prestes, ao qual serviria de apoio para destruir os mulçumanos, que por séculos ocuparam a Península Ibérica, além disso, havia interesses do comércio de cobre e escravos capturados pelo reino do Congo. Isso mostra que ao contrário do que muitos acham, pelo menos no início havia uma relação amistosa entre portugueses e africanos, é claro que por interesses de ambos os lados.

#### Origem do Quilombo

A região onde se encontrava o reino congolês era habitada por outros povos conhecidos como bantu, juntamente com o povo do Congo. Bantu não era uma etnia, era a matriz das línguas faladas por estes diferentes povos. Segundo Kabenguele Munanga, estes povos eram os lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, entre outros que viviam entre a atual Angola e Rep. Democ. Do Congo. Lembrando que a história da África é em grande parte passada a partir da tradição oral, Munanga descreve como se deu a origem do quilombo em África.

De acordo com o pesquisador a história do quilombo envolve diferentes povos do espectro bantu, esse é um fato curioso, pois estes povos viviam em constantes disputas territoriais, conseqüentemente isso terminava em guerra, inclusive incentivadas pelos portugueses após sua chegada a África, pois tinha interesse na captura de membros dos povos vencidos que eram transformados em escravos.

A tradição oral fala que a história do quilombo se mistura com a história dos povos bantu que se envolvem para formar esta instituição. Tudo começa, segundo a mitologia, no Império Luba, localizado na atual Rep. Democ. Do Congo, governado por Kalala Ilunga Mbidi, com a sua morte foi gerada uma disputa entre seus filhos para sucedê-lo. O perdedor, Kimbinda Ilunga, pariu com seus seguidores em busca de outra região para povoar, nesta busca por um novo território encontraram em seu caminho um reino cujo governante havia falecido, deixando como herdeira do trono sua filha Rweej. Segundo as pesquisas de Munanga, a princesa ficara encantada com Ilunga e o pediu em casamento, por o rapaz pertencer a um grupo diferente isso acarretaria em uma resistência por parte dos demais integrantes do reino, para que Ilunga fosse aceito como rei Rweej usou como desculpa a tradição bantu em que a mulher não poderia governar durante o período menstrual, pois isto traria má sorte ao grupo.

Com a chegada de um estrangeiro ao governo deste grupo foi gerando um grande descontentamento entre parentes da rainha e algumas camadas da população, os insatisfeitos acabaram se desmembrando do reino e buscando novos territórios para povoar, liderados por Kinguli, irmão da rainha Rweej. O grupo seguiu em direção a Angola, na viagem entrou em contato com os jaga, um grupo de guerreiros nômades que habitavam a região.

Segundo Kebengele Munanga, a tradição oral diz que os jaga ao sair vencedores de uma batalha adotavam os jovens do grupo perdedor para fazerem parte de seu exército, e até matavam os recém-nascidos, filhos de integrantes do grupo para que não atrapalhassem nas campanhas militares. O grupo liderado por Kinguli aliou-se aos jaga formando assim um poderoso grupo de guerreiros que, para Munanga, esta sociedade forneceu para Kanguli uma estrutura firme que unia indivíduos estranhos desvinculados de suas linhagens que foram derrotadas e um exército com disciplina militar que podiam derrotar os reinos do norte e do oeste de Kwanza. Então, com a união dos referidos grupos é que se dá a origem do quilombo que Munanga resume da seguinte forma:

*A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos ritos de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regime de super-homens invulneráveis às armas de inimigos<sup>445</sup>.*

Esses acontecimentos se sucedem já no século XVI, paralelamente já havia começado o tráfico negreiro para Portugal e para as colônias, entre elas o Brasil. E conhecendo a origem do quilombo na África é mais fácil entender as razões de ele ter sido instituído pelos negros escravos aqui no Brasil.

No Brasil existiram vários quilombos, em diferentes locais e de diversos tamanhos, porém o mais famoso é o de Palmares, isso certamente pelo tamanho de sua população, que se estima que atingiu em seu auge o número de vinte mil habitantes. Acredita-se que o quilombo dos Palmares tenha surgido em 1597, portanto, no início da atividade escravista no América portuguesa. No início do tráfico negreiro os africanos vinham, pelo menos em sua maioria, da parte acidental da África, mais especificamente da Angola e Congo, isso significa dizer que esses negros pertenciam, ao mesmo “espectro” territorial ao qual são conhecidos como povos bantu. Ou seja, os primeiros africanos vinham de regiões onde os grupos já haviam passado pela experiência do quilombo.

### **A participação do índio**

É claro que aqui no Brasil não ocorreria o quilombo da mesma forma que na África. Alguns aspectos contribuíram para isto, o principal e que vale a pena destacar é que, os africanos se encontravam em um lugar totalmente estranho, com uma geografia desconhecida, então mesmo fugindo das fazendas onde eram escravizados, seria praticamente impossível sobreviver no meio do mato onde nada conheciam.

Vale lembrar que mesmo antes da chegada dos africanos aqui na América Portuguesa o trabalho escravo já era usado pelo europeu, que chegou a este lado do Atlântico e dominou os nativos, portanto os índios foram escravizados antes dos negros africanos terem sido trazidos para o Brasil. Com isso não é difícil de imaginar onde os negros conseguiram o conhecimento necessário para explorar as matas que rodeavam as fazendas. A aproximação com o índio também possibilitou aos negros o conhecimento sobre as ervas, que possuíam propriedade medicinal, ou que funcionavam como veneno.

A ligação de índio e negro não possível apenas por eles terem submetidos à mesma condição de dominação por parte do branco europeu, além disso, os traços religiosos eram bem semelhantes entre os dois grupos, como por exemplo, a veneração aos antepassados, e até mesmo o respeito pelos indivíduos mais velhos vivos do grupo, também havia em comum a ligação com a natureza onde os deuses eram percebidos nos fenômenos naturais.

### **Conclusão**

---

<sup>445</sup> (Kabengele Munanga, Origem e histórico do quilombo na África, Revista USP, 1995-96, p.60).

Diante dessas afirmações é perceptível que há um certo equívoco quando pensamos em quilombos e imaginamos uma comunidade onde vivam os negros que fugiam dos engenhos, ou que o quilombo foi uma invenção desses negros. Podemos afirmar, então que os negros tiveram ajuda dos índios para conseguir sobreviver na mata, e não apenas isso, com ajuda dos nativos foi possível localizar os melhores pontos para construir as fortificações, como exemplo podemos citar o quilombo dos Palmares localizado na Serra da Barriga, essa localização permitia aos quilombolas terem uma visão estratégica do que acontecia aos arredores.

Além dos índios, temos ainda no quilombo e até presença de brancos livres e de moças, filhas dos senhores de engenho que eram capturadas pelos negros, isso deve ter contribuído para que o quilombo fosse tão odiado a ponto de várias vezes ter sido atacado até sua destruição.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

PRADO, C. J. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**, 23º Ed. São Paulo, Brasiliense, 1997.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo regime colonial (1777-1808)**, 2º edição. São Paulo, Ed. Hucitec, 1978.

FRAGOSO, J; BICALHO, M. F; GOUVÊA, M. F. (orgs.) **O Antigo Regime dos trópicos – A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**, 2º edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, J; FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.**

KABENGELE. M. **Origem e histórico do quilombo na ÁFRICA**. Revista USP, São Paulo (28): 56-63, Dezembro/Feveireiro 95/96.

## AGENCIAS POLÍTICO- CULTURAIS NEGRO-AFRICANAS E OS DISCURSOS COLONIZADORES NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

*Josinaldo Sousa de Queiroz*

As características culturais de origem africanas que sobreviveram no Novo Mundo só foram possíveis graças as insistentes tentativas de construção e ressignificação por parte dos homens e mulheres negros trazidos nas famosas “barcas dos infernos” que, dia a dia, resistiam à política oficial que visava à erradicação de todo e qualquer costume que tivesse ligações com práticas de matrizes afro e afro-brasileiras. Não se mediu esforços por parte da coroa, vice-reis, governadores e dos colonos que no geral não partilhavam dos costumes “gentílicos” em tentarem desterrar tão “abomináveis” práticas fossem elas linguísticas, culturais ou comportamentais. Tais costumes eram vistos pela elite branca como um desafio as normas e condutas tão bem elaboradas pelo império português e levadas cuidadosamente ao Brasil.

Tal preocupação destinada pela elite branca levou-a a agir de forma “repressiva e [a] supressão completas das manifestações africanas; erradicação total ou substancial de todos os fatores que fossem, direta ou indiretamente, essenciais para a continuação da tradição africana; [por fim] adoção de uma série de mecanismos sociais, da persuasão amigável ou do suborno à coação e à violência física, pelos quais os portugueses buscaram assimilar tradições consideradas de origem africanas”. (RUSSEL-WOOD, 2005, p.145. Grifo meu).

Boa parte da sociedade colonial carregava o medo constante de revoltas e levantes por parte dos escravos. Esse medo se explica pela inferioridade numérica de brancos na colônia e pela própria diversidade étnica e cultural dos grupos africanos que causava estranhamento aos colonizadores europeus. Qualquer prática cultural negro-africana que estivesse fora do alcance de compreensão linguística, religiosas ou culturais dos senhores escravistas eram alvos de suspeitas e denúncia. Vários decretos foram baixados pela Coroa portuguesa a pedido dos colonizadores proibindo manifestações de danças, músicas e batuques por africanos e seus descendentes. Obviamente essas proibições não alcançavam sucesso pleno ou, na maioria das vezes, tinha efeito de pouca duração, pois eram marcas da resistência dos homens e mulheres africanos ou os negros e negras nascidos no Brasil. Homens e mulheres negros e negras souberam ultrapassar as fronteiras da negação da liberdade social e, “juntos compartilharam um imaginário de liberdade, ao afirmarem as suas identidades africanas...” (APOLINÁRIO, 2007, P.115.)

Diante das pressões objetivava pelos escravos que teimavam em continuar com as suas festas (danças, músicas e batuques) o senhor escravista ora reprimia ora negociava com os seus escravos permitindo a realização de práticas culturais africanas em suas fazendas ou espaços urbanos dos arraiais e vilas coloniais.

É difícil, para muitos historiadores, aceitar que o grupo social escravo, numa sociedade escravista em que o seu instrumento principal de manutenção era a violência, tenha tido relações negociáveis com a classe senhorial. Não se quer afirmar que havia relações idílicas entre escravos e senhores, mas sim padrões de negociações que poderiam partir dos próprios escravos (APOLINÁRIO, 2007, P 115).

Historiadores como João José Reis e Eduardo Silva abriram discussões relativas a essa nova abordagem do Escravismo Moderno. Eles informam que “na defesa de suas instituições e de si próprios os escravos inventavam e levavam à quase perfeição uma

singular astúcia pessoal na exploração das brechas do poder escravocrata” (REIS E SILVA, 1989, p 7). Os homens e mulheres negras souberam, nas malhas do sistema, criar, dissimuladamente, espaços de negociação e, ao mesmo tempo, de autonomia, diante dos senhores escravistas (APOLINÁRIO, 2007, P 116).

Escravos e senhores estabeleciam regras no sentido de obterem colaboração um do outro, cada qual dispondo dos recursos e táticas que dispunham. Para tanto é preciso refletir a cerca do que afirmou Silvia Hunold Lara (1988), que nem só da “pedagogização do castigo” se faziam as relações entre senhores e escravos, para, além disso, existiam relações de afeto, de negociação. As formas de negociações entre senhores e escravos se davam de várias formas desde a economia própria do escravo como a brecha camponesa, a “liberdade” que as quituteiras tinham em vender seus produtos durante o dia pelas ruas, as alforrias dadas por mérito e/ou compra, os terços e irmandades que amenizavam o martírio dos cativeiros dando novas formas e esperanças para o cotidiano de sujeitos que, historicamente, foram relegados à margem de uma sociedade que se proclamava europeia.

Dentre as preocupações da elite colonial as que parecem ter tido mais destaques foram os ajuntamentos de negros em locais públicos e privados. Nessas reuniões, muitas vezes despreziosas e livres de qualquer ideia de levante, escravos africanos se comunicavam em sua língua materna e, por dadas vezes, cantavam e dançavam nos arrabaldes das praças e vilas.

*Essas reuniões designadas de batuques sempre eram vistas de forma negativa e vítimas dos olhares desconfiados. Além disso, tais danças ganharam, por parte da igreja e colonos católicos, a conotação de demoníacas, ritualísticas e de conteúdo supersticioso e sinônimas de desordem social. No período colonial e do império, as danças de terreiro dos escravos negros, designadas de batuques, são qualificados comumente como diversão “desonesta”, sobretudo pelos representantes do poder político-administrativo e religioso, manifestando-se o temor de que se tratassem de rituais pagãos e atuassem como fermento de desordem social e revoltas. (DIAS, 2001, p.859).*

No Livro V das Ordenações Filipinas se encontra a seguinte recomendação

*Que os scravos, não vivão per si, e os Negros não fação bailos em Lisboa.*

*1. E bem assi na cidade de Lisboa, e huma legoa ao redor, se não faça ajuntamentos de scravos, nem bailos, nem tangeres seus, de dia, nem de noite, em dias de Festa, nem pelas semanas, sob pena de serem presos, e de os que tangerem, ou bailarem, pagarem cada hum mil réis para quem os prender, e a mesma defesa se estenda nos pretos forro. (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1592, p. 1229).*

Estas festas quase sempre realizadas a noite passaram a ser descritas por autoridades e cronistas coloniais, no século XVIII, de forma caricata e depreciativa. Segundo Paulo Dias (2001) o primeiro relato sobre as danças tenha sido descrito pelo

holandês Zacharias Wagener, escrivão de Mauricio de Nassau. A cena que tinha presenciado foi descrita por um desenho e um manuscrito sob o título “Danças de Negros” em dado trecho ele descreveu um grupo de escravos da capitania de Pernambuco

*Incansavelmente dançam, com os mais variados saltos e contorções [...] e da maneira mais descontraída [...] tomando uma bebida feita de açúcar chamada Grape”. E nesta atividade “se sujam tanto de poeira, que às vezes nem se reconhecem uns aos outros. (DIAS, 2001, p. 860)*

Na Bahia, no ano de 1655, D. Francisco Manuel de Melo teve seu estudo perturbado pelos “Bayles de Bárbaros”, registrando aquele momento de “frenesi” em um soneto:

*Mortos da mesma morte o dia e o vento/ a morte estava para estar  
sezuda  
Que desta negra gente em festa ruda/ Endoudece o lascivo  
movimento”<sup>446</sup>.*

Percebe-se a visão caricata dos senhores a respeito das danças religiosas empregadas pelos negros, nas fazendas coloniais. O primeiro trecho descrito acima associa a dança dos negros ao consumo de álcool, desordem com destaque para as práticas que eram consideradas de gente “bárbara” e “primitiva” além de serem de total reprovação por parte da sociedade que se dizia europeia e cristã, dotada de códigos morais religiosos. O segundo trecho retrata a visão de seu autor sobre o que ele considera o momento que leva os negros a “movimentos luxuriosos” e que incitam os “prazeres”. As práticas culturais de negros e negras representadas pelos senhores escravistas enquanto atos de “desordens” eram sempre “motivadas pela dança a que chamam batuque, que se não pode exercitar sem o consumo de bebidas e mulheres prostituídas”<sup>447</sup>.

Em vinte e dois de março, no ano de 1780, na capitania real de Pernambuco o então governador José César de Meneses escrevia em ofício para o secretário do Conselho Ultramarino – Martinho de Melo e Castro – sobre a resposta que deu a uma carta recebida do Tribunal da Santa Inquisição, que falava a respeito das danças e cerimônias feitas pelos negros escravos daquela capitania.

Escrito na Mesa do Santo Ofício, no dia vinte e cinco de novembro, no ano de 1779 seguia uma denúncia ao então governador da capitania de Pernambuco José César de Meneses que governou entre os anos de 1774 – 1787. A denúncia era sobre as danças que se realizavam pelos “pretos católicos naturais do gentio de Angola, e com especialidade os da Costa da Mina que usando de danças acompanhadas dos Ritos, e cerimônias gentílicas e supersticiosas, com que nas trevas da sua desgraçada gentildade costumavam festejar, e adorar as suas falsas Divindades”<sup>448</sup>. Continuando o discurso discriminador fruto do seu tempo, a denúncia continua suas assertivas informando que

---

<sup>446</sup> Tinhorão, 1988, p. 31

<sup>447</sup> Tinhorão, 1988, p. 31

<sup>448</sup> OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de sua resposta à carta recebida do Tribunal da Inquisição a respeito das danças e cerimônias dos negros e o procedimento que teve com os missionários daquela praça. Anexos: 6 docs. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 135, D. 10140

as “cerimônias gentílicas” causavam verdadeiras desgraças aos caminhos cristãos, pois os africanos continuavam os seus cultos denominados pelo colonizador como “falsas divindades”. E o que mais causou motivos de revolta era que os negros e negras faziam questão de realizar seus momentos de divertimentos em espaços públicos. Quantos desejos de liberdades de expressão e de sensualidade não causavam em homens e mulheres dos espaços coloniais portugueses, não só escravos e forros africanos e os nascidos na América Portuguesa, mas aos ditos europeus que viviam sob o jugo nas normas inquisitoriais que os impediam de expressar os seus desejos “profanos” das danças e umbigadas que só as etnias de origens africanas sabiam expressar de forma tão performáticas, alegre e subjetivamente livres.

As “danças de negros” eram conhecidas pela Igreja como de origem dos escravos da Costa da Mina. Portanto eram reconhecidos como “desordem de escravos Minas”. As danças ocorriam há tanto tempo na capitania de Pernambuco que:

*“nem as contínuas e repetidas admoestações dos Missionários [Barbudinhos] Apostólicos que Sua Majestade foi servido mandar a esse Estado conseguiram por um fim. E refletindo no quanto devem ser prudentes e suaves os meios, que se devem aplicar para destruir, a que não poderá ocorrer a nossa vigilância, cuidado, e deliberações, nenhum encontramos, e consideramos mais proveitoso, e ativo para esse fim que consultar a autoridade e poder de Vossa Excelência”*.<sup>449</sup>

A denúncia terminava com o pedido de que o governador da capitania ajudasse os missionários “que publicamente a repreenderem e detestarem, para mais vivamente conceberem os delinquentes o horror que merece a sua culpa”<sup>450</sup>.

Em resposta, José César de Meneses diz que recebe

*a estimável carta de Vossa Excelência escrita em Mesa de 25 de novembro do ano próximo passado [1779] na qual em substancia me recomenda Vossa Excelência queira eu aplicar-me a erradicar o depravado e abominável costume que se tem nesta terra os Pretos de dançar; e também empregar a minha proteção aos missionários que publicamente repreendem e detesta aquela pervertida abominação, porém como a recomendação de Vossa Excelência me parece fundada em noticias que se não verificam*<sup>451</sup>.

Prosseguia a resposta dizendo que se se proibisse o divertimento (as danças) de homens e mulheres penosamente inseridos no sistema escravista da colônia seria custoso. Além disso, não conservavam nas cerimônias as acusações feitas em Mesa pelo Santo Ofício. Não seria “verossímil que estando aqui um Bispo, tantos Párocos, e Prelados, e tantos Missionários com tantos antecessores meus, nenhum deles achasse razão para se proibirem tais danças”<sup>452</sup>.

José César de Meneses mostra-se contrário as atitudes impostas pelos religiosos capuchinhos e seus clérigos sobre a forma como agiram com os negros daquela capitania, que dançavam em seu dia de folga. E, apesar dos seus valores de base católica pronto para proteger as normas do catolicismo, ele [José César de Meneses] não poderia permitir que missionários usassem de força ao invés da persuasão [com os negros

---

<sup>449</sup> Idem

<sup>450</sup> Idem

<sup>451</sup> Idem.

<sup>452</sup> Idem



escravos]. A resposta dada a dita carta da Mesa do Santo Ofício se encerra com os procedimentos que o governador teve para com os missionários asseverando no que fora representado na dita denúncia era “calunioso e falso”. Ambos os relatos estão encerrados no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, em Lisboa, e mais tarde foram digitalizados pelo *Projeto Resgate Barão do Rio Branco*.

Para a análise dos relatos descritos acima procuramos atingir a historicidade dos textos documentais aqui tomados como discursos: o lugar de significação, de confrontos, de sentidos, de estabelecimento de identidades, de argumentação etc. Como uma das finalidades, sair do nomeado, do interpretado e procurar entender esses textos como discursos que produziram e produzem efeitos de sentidos a serem compreendidos. (ORLANDI, 2008). Para atingir tal objetivo procuramos seguir a disputa discursiva surgida entre o governo secular e o governo religioso presentes na documentação oficial estabelecendo sentidos sobre esses discursos a respeito das práticas culturais dos negros assim como entender os motivos que levaram tanto a igreja como o governador a advogarem uma mesma causa, mas de formas distintas gerando conflitos nas respectivas administrações religiosa e secular.

Para além do que estão presentes nos discursos ambos se revelam como formas estratégicas de manutenção e ordenação de uma sociedade escravista. Por um lado José César de Meneses temeroso com possíveis levantes, via na sua atitude em permitir as danças uma maneira de negociar com os negros escravizados da capitania. Segundo o governador José César nada justificava as atitudes dos religiosos que em certo episódio adentraram a casa de uma mulher negra casada e quebraram seu instrumento. Ao saber do ocorrido o governador imediatamente repreendeu as atitudes dos clérigos e os fizeram restituir a dita mulher. Esses acontecimentos, na capitania de Pernambuco, nos revela a forma como o governador enxergava a possibilidade de manutenção da escravidão através da política de negociações. Permitindo, sobretudo, que os negros, promotores das danças, fugissem da dura realidade do cativo por meio dos sons produzidos por atabaques que moldavam e caracterizavam os rituais tão caros as comunidades africanas e seus descendentes.

Outro viés de análise presente nos discursos da administração colonial são as repetidas afirmações justamente das brechas de resistências criadas pelos homens e mulheres negros africanos que construíram espaços de sociabilidade e de resistências negociáveis através das dessas já citadas danças e batuques. Insistiam com as suas práticas culturais e religiosas em um mundo baseado nas normatizações do vigiar e punir embasadas nos ditames inquisitoriais impostas pela Igreja Católica.

Assim como José César de Meneses, Antonil na primeira década do século XVIII percebia a importância em permitir certas práticas aos escravos como fator de controle social e ideológico

*Negar-lhes totalmente seus folguedos, que são o único alívio do seu cativo, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente...* (ANTONIL, 1982, p. 161)

Antonil assim como o governador de Pernambuco percebeu que era possível adentrar nas negociações que existiam entre senhores e escravos, mostrando que, para além de um sistema escravista baseado na violência “havia uma posição intermediária: a da

negociação, a do compromisso com o sistema, a da engenhosidade no sentido de conquistar, em meio a todas as diversidades, um espaço onde se pudesse construir o próprio viver” (SILVA e REIS, 1989).

Essas negociações propiciavam aos escravos maior abertura para a preservação e realização de suas práticas culturais. Em certa medida, boa parte das manifestações culturais de matrizes africanas na contemporaneidade foi possível graças a esses espaços de resistência escrava que surgiam (muitas vezes forçados) entre senhores e cativos, ao longo do período colonial e imperial.

O discurso religioso funcionava como forma de repressão e manutenção da ordem escravocrata. Segundo o jesuíta Vieira “Comparava a África ao inferno, onde o negro era escravo de corpo e alma, o Brasil ao purgatório, onde o negro era liberto na alma pelo batismo e a morte a entrada no céu.” (SOUZA, 1986, p. 79).

Essa transição entre a terra da escravidão (América Portuguesa) e o pecado (África) tendo o céu como única saída para a liberdade definitiva nada mais era do que uma forma de assegurar que a escravidão era justa e necessária. A escravidão era um “inferno necessário”, claro muito mais para os homens e mulheres africanos obrigados a passarem pelo crivo da Diáspora. A metrópole entraria em ruínas sem a presença de cativos na colônia. Tal artifício ideológico fora abraçado não só por senhores e governadores, mas também pela igreja legitimando o sistema escravocrata e suas práticas desumanas.

Por outro lado para alguns vassalos de El Rei de Portugal era necessária a proibição dos divertimentos descritos nos documentos como “desordenados e escandalosos” não só pelo medo que essas manifestações culturais fossem fermentar a violência e desordem social que podiam ser promovidos pelos escravos e escravas, mas pela possibilidade também de causar “gravíssimo dano” a “consciência dos que a produziam assim como a de toda a população que as assistiam”. Ou melhor, podiam corromper os desejos e sentidos dos ditos cristãos que lutavam para não defraudarem os caminhos policiados pela Igreja.

Para os colonizadores os africanos e seus descendentes marcados pelo sistema escravista não poderiam e nem deveriam perpetuar suas crenças e práticas culturais no Novo Mundo sendo forçado a assimilar o catolicismo. No entanto os documentos citados revelando danças e batuques negros vêm desconstruir os desejos da administração colonial de reproduzir as normas lusitanas em terras brasílicas. O que não se percebeu, de início, é que a colônia escravista estaria fadada ao sincretismo, isso explica as inflamadas palavras de que as “danças pareciam a mesma religião [católica]”<sup>453</sup>. A imensa intolerância com as práticas sincréticas fizeram as autoridades baterem-se muitas vezes contra congadas, batuques, reisados entre outras práticas culturais de origem africanas. “Estes fatos parecem indicar que o culto dos santos negros e das Virgens negras foi, inicialmente, imposto de fora ao africano, como uma etapa da sua cristianização; e que foi pensado pelo senhor branco como um meio de controle social, um instrumento de submissão para o escravo” (SOUZA, 1986, p. 93).

Durante o período colonial e imperial é possível, mesmo com a escassa documentação sobre a repressão ou aceitação das práticas culturais africanas, percebermos que os homens e mulheres negros africanos e seus descendentes, inseridos no sistema escravocrata, conseguiam barganhar pequenos espaços de “liberdades” e construir e/ou ressignificar suas práticas culturais mesmo diante dos discursos

---

<sup>453</sup> OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de sua resposta à carta recebida do Tribunal da Inquisição a respeito das danças e cerimônias dos negros e o procedimento que teve com os missionários daquela praça. Anexos: 6 docs. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 135, D. 10140.

contrários e as atitudes repressivas sejam por parte da igreja ou da administração colonial. Ambos, José César de Meneses e a Igreja Católica, fazem parte dessa lógica escravista em que diferentes discursos objetivavam apenas uma coisa: a manutenção e ordenamento do sistema escravista. Pautavam-se na “aceitação” ou na repressão desses costumes configurando visões colonizadoras distintas no Novo Mundo.

O constante deslocamento de pessoas pelo atlântico trouxe não só a mão de obra, mas com ela crenças, religiões e conhecimentos centenários preservados pela tradição oral das etnias africana, posteriormente, difundidos na América Portuguesa e, notadamente na capitania de Pernambuco e suas anexas. Cria-se dessa forma, novas relações interétnicas e ressignificando outras pautas culturais.

A sociedade colonial empregou esforços para acabar com as manifestações culturais africanas seja por meio da força ou pelas imposições das normatizações católicas, mas não conseguiram romper os laços culturais da Mãe África no processo de sociabilidade negra em terras pernambucanas. Não obstante, sabe-se que também homens e mulheres negros criaram estratégias políticas de adaptações ao novo contexto colonial em que se encontravam adaptando muitas vezes as suas festas e crenças as normatizações religiosas católicas, como é o caso das irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor, para que pudessem dar continuidade as suas pautas culturais de raízes africanas. Vítimas de repressão ou gracejadas pela a “aceitação” da elite escravista as práticas culturais africanas sobreviveram e atualmente são reconhecidas como um dos grandes contribuintes para a formação cultural do povo brasileiro enquanto sociedade pluriétnica e pluricultural

## Fontes e Referências Bibliográficas

### *FONTES*

OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de sua resposta à carta recebida do Tribunal da Inquisição a respeito das danças e cerimônias dos negros e o procedimento que teve com os missionários daquela praça. Anexos: 6 docs. AHU\_CU\_015, Cx. 135, D. 10140.

### *SITES*

<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>

### *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão Negra no Tocantins Colonial**. Vivências escravistas em Arraias (1739-1800). 2. Ed. Goiânia: Kelps, 2007.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Volume 1: Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 18ª edição.

JANECSON, István e KANTOR, Iris. **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa** (Volume 1). São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2001.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**. Editora Paz e Terra, 1988.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **TERRA A VISTA: DISCURSO DO CONFRONTO - VELHO E NOVO MUNDO**. UNICAMP, 2008.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Tradução de Maria Beatriz Medina. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Laura de Melo. **O diabo na Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

**SENHORA DE INFINITAS TERRAS:  
A CASA DA TORRE E SUAS “SESMARIAS” NA CAPITANIA DA PARAÍBA  
(1757-1776)**

*Kleyson Bruno Chaves Barbosa*

No ano de 1757, consta um requerimento no Arquivo Histórico Ultramarino, referente à capitania da Bahia, de Dona Inácia de Araújo Pereira, e do seu neto, Garcia d'Ávila Pereira Aragão, herdeiro do senhorio da Casa da Torre da cidade da Bahia, enviado da capitania da Bahia, sede do governo na América Portuguesa, ao rei de Portugal, D. José I<sup>454</sup>. Tal requerimento solicitava que fosse anulada a decisão do governador da Paraíba, o qual, segundo os senhores da Casa da Torre, havia mandado distribuir as terras dos mesmos que possuíam na região do Piancó e do rio do Peixe. Nessa mesma região, os Ávilas alegaram em seu favor que havia muitos anos possuíam várias terras, com sítios de criar gados e plantar lavouras, nas quais as arrendavam para as pessoas que as pediam, cobrando, portanto, foro e renda sobre essas terras.

Segundo a mesma documentação, em finais dos anos de 1756, o governador da Paraíba, Luís Antônio de Lemos Brito, por meio de editais, ordenou que quem possuísse terras nos sertões referenciados (Piancó e rio do Peixe) teriam o prazo de três meses para solicitar a concessão da sesmaria, com o risco de que elas poderiam ser concedidas a quem as pedisse. Defendendo-se, novamente, os senhores da Casa da Torre alegaram que devido ao fato de que a cidade da Paraíba distava cerca de 200 léguas da cidade da Bahia, localidade na qual eles possuíam sua sede, não foi possível ficar sabendo do lançamento dos editais, e, portanto, ficaram impossibilitados de solicitarem as sesmarias possuídas no sertão da capitania da Paraíba, ou apresentarem os títulos obtidos por eles.

Ao longo de dois séculos, XVI e XVII, a família dos Ávilas chegou a formar um patrimônio que correspondia a terras que compreendiam vastas regiões da atual região Nordeste: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí<sup>455</sup>. Seu patrimônio foi formado por meio da concessão de grandes sesmarias realizadas pela Coroa, como forma de recompensa àqueles que desbravaram o sertão em busca de riquezas. Devido ao fato de que em meados do século XVII o número de pessoas que se aventuravam a povoar o interior da colônia era pequeno, grandes extensões de terras eram concedidas pelos provedores, não sendo considerado um problema, pois representavam possibilidades de explorações econômicas naquele momento<sup>456</sup>.

O patrimônio da Casa da Torre era, portanto, enorme, reunindo bens e terras, que fazia com que a família Ávila fosse poderosa e influente no período colonial. Durante esse período, observa-se um histórico de conflitos com pequenos sesmeiros, posseiros, rendeiros, cultivadores, agricultores, entre outros, quanto à posse de terra e limites de extensões das suas sesmarias. Esses conflitos acabavam sendo remetidos até à Coroa Portuguesa, a fim de que fossem solucionados, envolvendo não somente esses agentes,

---

<sup>454</sup> REQUERIMENTO dos senhores da Casa da Torre da cidade da Bahia, Inácia de Araújo Pereira, e seu filho, Garcia de D'Ávila Pereira Aragão ao rei [D. José] solicitando impedimento da ordem do governador da Paraíba que mandou distribuir a Terra do Pinhão rio do Peixe, propriedade dos suplicantes. AHU-Baía, Papeis Avulsos, Cx. 132, D. 10322.

<sup>455</sup> PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição:** a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – família e propriedade no Nordeste colonial. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p.76.

<sup>456</sup> ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting land into property in the Portuguese Atlantic World, 16<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> century.** 2007. 366 f. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Johns Hopkins University, Baltimore, 2007. p. 276.

como diversas instâncias administrativas da colônia portuguesa na América, resultando em ordens régias que influenciavam no sistema de sesmarias adotado na colônia.

Em 1753, por exemplo, o rei D. José I, enviou uma carta régia ao governador de Pernambuco, Luis Correa de Sá, a fim de solucionar contendas e litígios entre herdeiros de Francisco Dias de Ávila, Francisco Barbosa Leam, Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Sertao, Francisco de Sousa Fagundes, Antonio Guedes de Brito, e Bernardo Vieira Ravasco, contra moradores do Piauí, sertão da Bahia e Pernambuco, provavelmente, pelo fato de cultivadores e posseiros terem se recusado a pagarem as rendas cobradas pelos tais herdeiros por meio de seus procuradores, que representavam os senhores da Casa da Torre nas diversas áreas das quais possuíam sesmarias. Em resolução de 11 de abril e 02 de agosto de 1753, foram anuladas todas as datas, ordens e sentenças da narrativa que culminou na carta régia de 20 de outubro de 1753, reafirmando também a extensão das sesmarias em três léguas de comprimento por uma légua de largura, devendo haver uma separação de uma légua entre duas sesmarias, sendo generalizado para todo o território brasileiro.

Márcia Motta, comentando sobre a provisão de 1753, argumentou que ela teria sido “uma tentativa de intervir e controlar o processo de ocupação territorial e talvez tenha sido promulgada para solucionar os conflitos oriundos da dinâmica de formação do patrimônio da Casa da Torre”<sup>457</sup>. Esse processo de formação foi o que permitiu um número de terras extensas para a Casa da Torre, e representava uma força que a Coroa Portuguesa pretendia limitar. Segundo Costa Porto, a carta régia de 20 de outubro de 1753 instalou uma reavaliação das sesmarias concedidas, e entendia que as terras haviam sido doadas para que fossem cultivadas e não para repartirem, ou arrendarem e aforarem, dando a outras para conquistá-las<sup>458</sup>, conforme fazia a Casa da Torre. Depois de 1753, o posseiro obteve vantagem, pois a preferência era para quem cultivasse os sítios, mesmo se fossem rendeiros<sup>459</sup>. Mais uma vez ressalta-se que era uma tentativa régia de limitação de poderes que se faziam grandes aos seus na colônia, como o caso dos grandes senhores de terras.

Em 04 de novembro de 1756, na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, referente à documentação da Paraíba, há o registro de que o capitão-mor do Piancó, Francisco de Oliveira Ledo<sup>460</sup>, em requerimento ao rei D. José I, informou que no ano de 1753 o próprio rei havia emitido uma ordem na qual anulava todas as datas e sesmarias de Francisco Dias de Ávila, passando tal ordem para os oficiais da Câmara do Pará, ao governador e ouvidor-geral, aos oficiais da Câmara da capitania do Maranhão, ao Vice-Rei, Chanceler da Bahia, ao Governador de Pernambuco, e aos oficiais da câmara de Piauí<sup>461</sup>. Portanto, Francisco de Oliveira Ledo fazia referência direta à carta régia de 20 de outubro de 1753. Ele ainda argumentou que os ministros da capitania da Paraíba não queriam entender esta ordem. Denunciou que

---

<sup>457</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2009. p.134.

<sup>458</sup> PORTO, Costa. **Estudo sobre o Sistema Sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária, 1965. p.90.

<sup>459</sup> Ibid. p. 122.

<sup>460</sup> Para maior compreensão sobre a família Oliveira Ledo na capitania da Paraíba ver monografia defendida por COSTA, Renata Assunção da. **Uma nova conquista: A família Oliveira Ledo e o processo de ocupação espacial do sertão do Piancó (1663-1730)**. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

<sup>461</sup> REQUERIMENTO do capitão-mor do Piancó, Francisco de Oliveira Ledo, ao rei [D. José I], solicitando passar ordem aos governadores de Pernambuco e Paraíba, para que cumpram a ordem, anulando as datas e setenças de Francisco Dias de Ávila, acabando, assim, com as injustiças sofridas pelo suplicante, promovidas por uma herdeira de Ávila, que se diz senhora de infinitas terras. AHU-Paraíba, Papeis Avulsos, Cx. 19, D. 1507.

*uma Dona Inacia Pereira de Araújo herdeira de dito Francisco Dias de Avila e sequer incultar senhora de infinitas terras vetando com litígios ao suplicante, e aos próprios povoadores. Pede a Vossa Majestade lhe faça mercê mandar [pela?] a mesma ordem vá para a capitania de Pernambuco e Paraíba para assim se acudirem as injustiças correntes e todas da Suplicada. E Receberá Mercê.*

Conforme exposto no início deste trabalho, Dona Inácia Pereira de Araújo requeria ao rei D. José I o anulamento das concessões de terras consideradas suas que haviam sido doadas para outros pelo governador da Paraíba, informando que este havia emitido editais em fins do ano de 1756, para que fossem pedidas sesmarias das terras, correndo o risco de que fossem concedidas a outras que o fizessem. Portanto, a denúncia de Francisco de Oliveira Ledo de que os ministros da Paraíba não queriam entender a ordem de 20 de outubro de 1753, no mês de novembro de 1756, e a informação no requerimento de Dona Inácia Pereira de Araújo de que em fins do mesmo ano o governador da Paraíba parece ter atendido essa ordem, permite perceber o efeito causado pela carta régia emitida, e também se pode pensar na influência que o capitão-mor Francisco de Oliveira Ledo possuía junto às autoridades da capitania da Paraíba. A família Oliveira Ledo foi responsável pelo desbravamento do sertão da capitania da Paraíba, na segunda metade do século XVII, chegando a ocupar a família de Teodósio de Oliveira Ledo cerca de dois terços do agreste e da parte ocidental do Cariri<sup>462</sup>.

Dessa forma, no dia 20 de março de 1757, Severina Vieira, viúva do capitão Luiz Mendes de Sá, moradora no sertão do Piancó, recebeu uma sesmaria, que segundo a requerente correspondia ao sítio Várzea do Ovo, o qual havia sido comprado pelo seu marido da Casa da Torre<sup>463</sup>. Essa sesmaria foi concedida pelo governador da Paraíba, Luiz Antônio de Lemos Brito, o mesmo acusado de emitir os editais e conceder terras da Casa da Torre na capitania da Paraíba. Já no dia 28 de abril de 1757, Joanna Maia Martins, também viúva, do ajudante Pedro Velho Barreto, recebeu uma sesmaria na mesma situação de Severina Vieira. A requerente alegou que o marido havia comprado as terras solicitadas da Casa da Torre, acusando os vendedores de não possuírem títulos, a não ser sua “antiga e quase imemorial posse”. Já esta concessão ocorreu no governo de José Henrique de Carvalho<sup>464</sup>. Ainda no ano de 1757, outra sesmaria foi concedida na capitania da Paraíba, a qual consta a referência sobre a Casa da Torre. O capitão Basílio Rodrigues Seixas, morador no Recife, alegou que há cerca de 20 anos povoou com gados vacum e cavalari o sítio São Gonçalo, na ribeira das Piranhas, o qual havia pagado rendas à Casa da Torre, e devido ao fato de que a mesma não possuía título algum do seu domínio, requeria a sesmaria devido ao fato de ter povoado, recebendo, portanto, a concessão no dia 05 de novembro de 1757<sup>465</sup>.

A concessão de sesmarias em terras referenciadas como anteriormente pertencentes à Casa da Torre cresceram ao longo dos anos seguintes, denotando que os rendeiros/posseiros estavam preocupados em obter o justo título de sesmaria,

---

<sup>462</sup> COSTA, Renata Assunção da. Op. cit.

<sup>463</sup> CARTA de sesmaria doada a Severina Vieira, em 20 de março de 1757. Plataforma SILB – PB 0451. A Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-Brasileiro) é uma base de dados que pretende disponibilizar on-line as informações das sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa no mundo atlântico. Acesso em: 11 set. 2013. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br>>.

<sup>464</sup> CARTA de sesmaria doada a Joanna Maia Martins, em 28 de abril de 1757. Plataforma SILB – PB 0452.

<sup>465</sup> CARTA de sesmaria doada a Basílio Rodrigues Seixas, em 05 de novembro de 1757. Plataforma SILB – PB 0463.

conscientes do que foi acordado na carta régia de 1753. Observando as cartas de sesmarias que foram concedidas na capitania da Paraíba, ressalta-se o fato de que há uma maior concentração de pedidos, e, conseqüentemente, de concessões na região mais afastada do litoral, durante o século XVIII. Entre os anos de 1757 a 1776, foram concedidas, pelo menos, 279 sesmarias na capitania da Paraíba. Deste número, um conjunto de 31 sesmarias, sendo a maioria delas localizadas na região do Piancó, chama a atenção, pois o texto das justificativas das cartas faz referência à Casa da Torre. Os requerentes dessas sesmarias concedidas alegavam que o local em que solicitavam suas sesmarias havia sido da Casa da Torre, ou, então, que haviam comprado dessa família as tais terras, sem ter recebido um título de sesmaria que comprovasse a sua efetiva posse, a não ser uma simples escritura, conforme já exposto em algumas cartas. Outros declaravam ser rendeiros/posseiros da mesma Casa da Torre, e, alguns mais ousados, denunciavam a Casa da Torre como possuidora indevida das tais terras, sentindo-se *senhora intrusamente de extensas terras*, nas palavras dos próprios suplicantes.

Assim, em 20 anos, 31 sesmarias foram concedidas em terras consideradas como pertencentes à Casa da Torre, conforme a *tabela 1* abaixo<sup>466</sup>; além das sesmarias que podem ter sido concedidas, sem haver referência nas cartas que pertenciam à Casa da Torre, mas que os senhores dessa Casa entendiam assim, visto o pedido já em 1757 da Dona Inácia de Araújo para que as concessões realizadas pelo governador da Paraíba fossem anuladas. Das 31 sesmarias que se tem conhecimento mais direto em relação à Casa da Torre, 26 requerentes de 26 sesmarias alegaram que haviam comprado as terras da Casa da Torre; dois alegaram que haviam pagado rendas a essa mesma Casa; um informou que possuía as terras pagando foro; um havia arrematado; e outro não informou o meio pelo qual havia obtido as terras requeridas, mas assinalou que as terras eram conhecidas como pertencentes à Casa da Torre.

**Tabela 1:** Sesmarias concedidas em terras ditas pertencentes à Casa da Torre na Capitania da Paraíba entre os anos de 1757-1776.

Sesmarias	1757	1758	1759	1760	1761	1762	1764	1765	1768	1776	Total
Quantidade	3	1	12	3	3	2	1	3	1	2	31

Os 26 requerentes, que haviam solicitadas as terras compradas por sesmarias, insistiram em relatar que haviam recebido apenas um título de compra da Casa da Torre. Portanto, percebe-se uma clara necessidade de receber o título justo de sesmaria, ao invés de apenas uma *simples escritura de venda* de terra. Outro ponto que chama atenção é a referência em algumas cartas da carta régia de 20 de outubro de 1753. Em uma delas, por exemplo, concedida em 06 de março de 1760, o requerente Doutor Manoel de Araujo de Carvalho, que era Cônego da Catedral de Olinda,

*diz que como legitimo herdeiro de seus paes Coronel Manoel de Araujo Carvalho e D. Anna da Fonseca Gondim, possui a mais de 60 annos um sitio de crear gados, chamado Olho d'Agua, na ribeira do rio do Peixe, povoado por seu pae, e não obstante pagar foro á casa da Torre que se achava indevidamente senhora de todas as terras que outros descobriram e povoaram, e porque S. M. pela ordem de 20 de*

<sup>466</sup> São as seguintes cartas: PB 0451, PB 0452, PB 0463, PB 0469, PB 0491, PB 0493, PB 0494, PB 0495, PB 0497, PB 0502, PB 0504, PB 0505, PB 0513, PB 0514, PB 0515, PB 0518, PB 0525, PB 0528, PB 0537, PB 0548, PB 0554, PB 0559, PB 0583, PB 0585, PB 0614, PB 0622, PB 0624, PB 0626, PB 0653, PB 0715 e PB 0716.



*Outubro de 1753 anulou aquellas doações e domínios que tinha a casa da Torre e outras, mandando dar por nova graça aos cultivadores*<sup>467</sup>

Portanto, a justificativa de que Sua Majestade havia anulado as doações e domínios da Casa da Torre pela ordem régia de 1753 parece ter surtido efeito para que o requerente recebesse sua sesmaria. Diferentemente de 1756, quando o capitão-mor Francisco de Oliveira Ledo denunciava que os ministros da Paraíba não estavam atendendo a resolução régia. O que se verifica depois desse ano é que ela foi posta em prática na capitania da Paraíba, sendo concedidas, pelo menos, 31 sesmarias em terras ditas pertencentes da Casa da Torre. Bartolomeu Pereira Dantas também fez referência à ordem régia de 20 de outubro de 1753, na qual o requerente alegou que fosse concedida a sesmaria “como [...] se mostrava de outro decreto junto pelo qual ordena S. M. se dê preferência das ditas terras aos cultivadores e povoadores”<sup>468</sup>. Outro ponto que merece destaque é a justificativa de que os cultivadores e povoadores é que deveriam receber a sesmaria, e não aqueles que a arrendavam, conforme consta na mesma carta de 1753.

Em 1764, Francisco de Santa Cruz de Jesus afirmou que possuía um sítio de terras na ribeira do Piancó, o qual havia comprado da Casa, e “porque ouve dizer que as muitas terras que a mesma casa possui se julgão devolutas, por não haver tirado data dellas”, pretendia obter com “justo” título o tal sítio por sesmaria<sup>469</sup>. Nesse ano, já haviam sido concedidas, de acordo com a *tabela 1*, 24 sesmarias em terras da Casa da Torre, com destaque especial para o ano de 1759, quando são doadas 12 sesmarias. Em 1776, o capitão-mor José Gomes de Sá, por sua vez, informou que de acordo com as ordens de Sua Majestade, a posse e o título das terras da Casa da Torre haviam sido anuladas “pelo decreto passado no anno de 1753, dando por este preferencia aos rendeiros”<sup>470</sup>.

Dessa forma, alguns suplicantes utilizaram a ordem régia de 20 de outubro de 1753 para requererem o título de sesmaria, garantindo a sua posse na forma da lei. A simples escritura de venda recebida da Casa da Torre não seria suficiente para que estes cultivadores sentissem-se seguros, e a tendência da Coroa em apoiá-los nas ordens régias emitidas possibilitou que eles recebessem o justo título do seu domínio sobre as terras que ocupavam.

Com o requerimento enviado por Dona Inácia de Araújo Pereira, no ano de 1757, o rei D. José solicitou o parecer, sobre a questão que envolvia as terras doadas pelo governador da Paraíba na capitania de sua jurisdição, do governador de Pernambuco, por provisão emitida em 26 de setembro de 1757, que foi respondida em forma de carta no dia 16 de fevereiro de 1759 por Luís Diogo Lobo da Silva ao próprio rei.

O governador de Pernambuco informou que para atender a ordem do rei D. José I fora preciso procurar notícias a respeito do assunto que envolvia a disputa de terras em questão na Provedoria da Paraíba. Para ele, seria normal encontrar na Provedoria o registro dos títulos das sesmarias, visto que parte das terras envolvidas em disputa estavam na jurisdição da Paraíba. Entretanto, o governador foi informado por resposta do sargento-mor Governador interino, do Provedor, do Procurador, e do

---

<sup>467</sup> CARTA de sesmaria doada a Manoel de Araujo de Carvalho, em 05 de novembro de 1757. Plataforma SILB – PB 0528.

<sup>468</sup> CARTA de sesmaria doada a Bartolomeu Pereira Dantas, em 05 de novembro de 1757. Plataforma SILB – PB 0525.

<sup>469</sup> CARTA de sesmaria doada a Francisco de Santa Cruz de Jesus, em 31 de julho de 1764. Plataforma SILB – PB 0614.

<sup>470</sup> CARTA de sesmaria doada a José Gomes de Sá, em 24 de março de 1776. Plataforma SILB – PB 0614.

escrivão, todos da capitania da Paraíba, que não havia registro que indicasse posse dos senhores da Casa da Torre naquela região ou “jus adquirido sobre as ditas terras”. Entretanto, Luís Diogo Lobo da Silva ressaltou que os senhores da Casa da Torre apresentavam uma certidão, na qual constava que André Vidal de Negreiros, que havia sido governador da capitania de Pernambuco, havia passado, em 22 de julho de 1658, sesmarias ao capitão Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira, que, por sua vez, haviam estabelecido acima do rio São Francisco, indo das regiões povoadas até a última aldeia do gentio Moipura, e para a parte do norte até a Serra do Araripe<sup>471</sup>. Portanto, uma área extensa, e sem limites precisos.

Em seus diários de viagem pelo sertão, em 1728, João da Maia da Gama, governador da Paraíba entre 1708 e 1717 e governador do Maranhão entre 1722 e 1728, e ferrenho opositor da Casa da Torre, registrou a sua indignação contra esta família que se dizia senhora de extensas terras. Ao escrever sobre as extensas sesmarias concedidas nos séculos XVI e XVII, o governante registrou o seguinte:

*Gracia de Avilla [...] da Caza da Torre que tendo no tempo dos Fillipes huã conceção de 50 legoas de terra e não se asentando ainda hoje com serteza qual seja a dita cerra principio desta data, e não tendo nunca havido medição destas terras, sequer, Gracia de Avilla com esta data e com outra que ouve de 20 legoas se hir senhorear de todos os certões por mais de trezentas legoas porque quer ser S. das terras do certao da Par.<sup>a</sup>, nos careris, Pinhançô e Peranhos e Rio do Peixe, e quer ser S. das terras de Jaguaribe aonde entre elle, ou seus collonos, e Procuradores e athe gados.*<sup>472</sup>

Neste pequeno trecho, observa-se a imprecisão do tamanho das sesmarias concedidas, o que fazia com que famílias poderosas arrogassem para si o domínio de terras além do que podiam cultivar ou do que, na verdade, estavam na extensão das sesmarias concedidas. Portanto, essas sesmarias gigantes, concedidas nos séculos XVI e XVII, as quais algumas estavam com terras ainda a descobrir revelava um intuito de “apropriar-se, previamente, por via jurídica, dos potenciais recursos existentes em uma determinada região”<sup>473</sup>.

Moniz Bandeira, utilizando as anotações do padre João Antônio Andreoni em “Cultura e Opulência do Brasil”, argumentou que o sertão da Bahia, embora tivesse uma dimensão territorial extensa, pertencia “quase todo a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre e a do defunto mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito”.<sup>474</sup> Segundo Pedro Calmon, a região do Piauí permanecera “despovoada e desconhecida” até meados do século XVII. O seu devassamento teria ocorrido pela pecuária, irradiada da Bahia, com sertanistas como Domingos Jorge Velho, os irmãos Sertão, Garcia d’Ávila da Casa da Torre, e os Guedes de Brito. Quando conquistavam

---

<sup>471</sup> CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao rei [D. José I], sobre o requerimento de Inácia de Araújo Pereira, viúva de Garcia de Ávila Pereira, em que pede que não tenha efeito as sesmarias que tem dado o governador da Paraíba, [José Henrique de Carvalho], por se tratar de terras pertencentes à sua família. AHU-Pernambuco, Papeis Avulsos, Cx. 88, D. 7174.

<sup>472</sup> MARTINS, F. A. de Oliveira. **Um herói esquecido**, diário de João da Maia da Gama. Vol. II. Lisboa: Coleção Pelo Império, 1944. pp.25-26.

<sup>473</sup> PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. Op. cit. p.118.

<sup>474</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo** – A Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. 2.ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 236. João Antônio Andreoni era reitor do Colégio da Bahia, em 1697, publicando “Cultura e Opulência do Brasil” sob o pseudônimo de André João Antonil em 1711.

as terras, eles pediam sesmarias infinitas, possuindo muitas e muitas léguas<sup>475</sup>. Além das já citadas terras na capitania da Paraíba, vistas nas cartas de concessão de sesmaria deste artigo, a mesma Casa da Torre dominava “uma extensão de 260 léguas de testada na capitania de Pernambuco, à margem do rio S. Francisco, entre o qual e o Parnaíba apossou-se de mais de 80 léguas”<sup>476</sup>.

Retomando à sesmaria concedida por André Vidal de Negreiros, Luís Diogo Lobo da Silva ainda informou que a ela não havia sido confirmada por Vossa Majestade. O governador de Pernambuco argumentou que a sesmaria era entendida pelos senhores da Casa da Torre de acordo com as localidades referenciadas na carta concedida por André Vidal de Negreiros, sendo, portanto, o fundamento deles para persuadir a posse de uma terra tão extensa, que era uma considerável soma de terras em um vasto continente<sup>477</sup>.

O parecer do governador de Pernambuco era de que a data concedida foi realizada “contra a forma de direito e ordens de Vossa Magestade”. Entre os argumentos defendidos pelo governador, consta o que afirmava que não era permitido conceder porções ilimitadas e tão excessivas, devido à dificuldade de tornar o solo culto, e povoando a terra no prazo de cinco anos, ocasionado incômodo para o povo e agricultura, e prejuízo dos dízimos de Vossa Majestade, com perdas consideráveis da Real Fazenda, perceptível nas terras que ainda estavam incultas e desaproveitadas compreendidas na extensão da data de sesmaria referenciada. Com isto, observa-se a importância do cultivo nas sesmarias que foram concedidas. Autores como Costa Porto (1965), Laura Beck Varela (2005), Carmen Alveal (2007) e Márcia Motta (2009) ressaltaram o caráter condicional do sistema sesmarial. Era preciso que o sesmeiro cumprisse certas condições, para que a sesmaria continuasse em sua posse, podendo ser revertida para a Coroa, caso o sesmeiro não cumprisse tais condições. Entre as cláusulas exigidas pelo sistema sesmarial, elencadas por Costa Porto, constam: tornar a sesmaria produtiva no prazo de cinco anos; registrar nos livros da Provedoria; e nos últimos anos do século XVII, pedir confirmação régia<sup>478</sup>. Carmen Alveal, em sua tese, demonstrou como o número de confirmações régias efetivadas, se comparada ao número de concessões de sesmarias realizadas em território da América portuguesa, foi ínfimo, resultando em uma grande parte de sesmarias que não atendiam às cláusulas do sistema de sesmarias<sup>479</sup>. Conforme o governador de Pernambuco argumentou, a Casa da Torre possuía terras que não estavam de acordo com as cláusulas do sistema de sesmarias elaboradas em fins do século XVII e durante o século XVIII, pois a sua extensa sesmaria possuía extensas áreas devolutas e desaproveitadas.

Luís Diogo Lobo da Silva ainda argumentou que os senhores da Casa da Torre pediam pensões nas terras que possuíam domínio. Entretanto, a Fazenda de Sua Majestade sofria prejuízo, com pequenas quantias para “animar a agricultura para adiantar a recepção dos seus Dízimos”<sup>480</sup>. Anteriormente, em 1728, João da Maia da Gama já havia registrado em seus diários, que a Vossa Majestade se agradaria muito de

---

<sup>475</sup> CALMON, Pedro. Os Procuradores. In: **História da Casa da Torre** – Uma dinastia de pioneiros. 2.ed. aumentada. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958. p.87.

<sup>476</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit. p. 236. Na Plataforma SILB há o registro de seis extensas sesmarias concedidas pelo governo de Pernambuco a Francisco Dias D’Ávila, entre 1681 e 1684. Plataforma SILB – PE 0353, PE 0375, PE 0377, PE 0379, PE 0380 e PE 0381.

<sup>477</sup> AHU-Pernambuco, Papeis Avulsos, Cx. 88, D. 7174.

<sup>478</sup> PORTO, Costa. Op. cit. p.62.

<sup>479</sup> ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Op. cit.

<sup>480</sup> AHU-Pernambuco, Papeis Avulsos, Cx. 88, D. 7174.

10 mil reis por ano de cada fazenda, os quais os moradores não negariam em oferecer, por se livrarem de continuadas violências cometidas pela Casa da Torre<sup>481</sup>.

Apesar do parecer do governador de Pernambuco, que apresenta em seus argumentos ser contrário à manutenção dessa extensa sesmaria de terra, em 18 de janeiro de 1760, consta uma consulta do Conselho Ultramarino, referente à capitania da Bahia, na qual foi ordenado por este mesmo órgão que as sesmarias concedidas pelo governador da Paraíba nas terras dos Ávilas fossem revogadas<sup>482</sup>. Entretanto, na prática, as sesmarias continuaram sendo concedidas, conforme se observa na *tabela 1*, sendo cerca de 12 sesmarias concedidas entre 1761 e 1776, que se sabe a respeito da citação direta à Casa da Torre na justificativa de concessão de sesmaria, por parte dos requerentes. No jogo de relações estabelecidas entre os diversos agentes na sede da colônia, na qual estava estabelecida, e no reino, a influente família Ávila pode ter trabalhado para que o parecer do rei fosse favorável para si. Entretanto, a política sesmarial adotada pela Coroa, desde finais do século XVII, e continuando no século XVIII, com várias ordens régias emitidas, limitava ainda mais o acesso à terra, o que se mostrava insustentável à continuação de tão vastas terras, que iam da Bahia até o Piauí.

### Fontes e Referências Bibliográficas

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting land into property in the Portuguese Atlantic World, 16<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> century**. 2007. 366 f. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Johns Hopkins University, Baltimore, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo** – A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. 2.ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CALMON, Pedro. Os Procuradores. In: **História da Casa da Torre** – Uma dinastia de pioneiros. 2.ed. aumentada. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao rei [D. José I], sobre o requerimento de Inácia de Araújo Pereira, viúva de Garcia de Ávila Pereira, em que pede que não tenha efeito as sesmarias que tem dado o governador da Paraíba, [José Henrique de Carvalho], por se tratar de terras pertencentes à sua família. AHU-Pernambuco, Papeis Avulsos, Cx. 88, D. 7174.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre o requerimento de Inácia de Araújo Pereira, viúva de Garcia D'Ávila Pereira, e seu filho, solicitando que não tenham efeito as sesmarias, que tem dado o governador da Paraíba, das terras já povoadas e possuídas pelos suplicantes. AHU-Baía, Cx. 143, D. 11005.

COSTA, Renata Assunção da. **Uma nova conquista: A família Oliveira Ledo e o processo de ocupação espacial do sertão do Piancó (1663-1730)**. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MARTINS, F. A. de Oliveira. **Um herói esquecido**, diário de João da Maia da Gama. Vol. II. Lisboa: Coleção Pelo Império, 1944.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2009.

---

<sup>481</sup> MARTINS, F. A. de Oliveira. Op. cit. p. 27.

<sup>482</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre o requerimento de Inácia de Araújo Pereira, viúva de Garcia D'Ávila Pereira, e seu filho, solicitando que não tenham efeito as sesmarias, que tem dado o governador da Paraíba, das terras já povoadas e possuídas pelos suplicantes. AHU-Baía, Cx. 143, D. 11005.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição:** a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – família e propriedade no Nordeste colonial. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PORTO, Costa. **Estudo sobre o Sistema Sesmarial.** Recife: Imprensa Universitária, 1965.

REQUERIMENTO do capitão-mor do Piancó, Francisco de Oliveira Ledo, ao rei [D. José I], solicitando passar ordem aos governadores de Pernambuco e Paraíba, para que cumpram a ordem, anulando as datas e setenças de Francisco Dias de Ávila, acabando, assim, com as injustiças sofridas pelo suplicante, promovidas por uma herdeira de Ávila, que se diz senhora de infinitas terras. AHU-Paraíba, Papeis Avulsos, Cx. 19, D. 1507.

REQUERIMENTO dos senhores da Casa da Torre da cidade da Bahia, Inácia de Araújo Pereira, e seu filho, Garcia de D'Ávila Pereira Aragão ao rei [D. José] solicitando impedimento da ordem do governador da Paraíba que mandou distribuir a Terra do Pinhaço rio do Peixe, propriedade dos suplicantes. AHU-Baía, Papeis Avulsos, Cx. 132, D. 10322.

VARELA, Laura Beck. **Das Sesmarias à Propriedade Moderna:** Um Estudo de História do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

## **DA ESPADA À PENA: ESTUDO DE TRAJETÓRIAS DOS CAPITÃES-MORES DO RIO GRANDE NO SÉCULO XVIII**

*Leonardo Paiva de Oliveira*

O presente artigo pretende analisar a dinâmica imperial portuguesa no que diz respeito à circulação e hierarquização dos sujeitos e dos espaços no Império português, mas focando esse funcionamento a partir da capitania do Rio Grande e os capitães-mores que lá atuaram durante o século XVIII. Estudando as suas trajetórias a partir de, principalmente, suas cartas patentes, procura-se perceber se essa dinâmica também se aplica ao caso do Rio Grande, assim como também se pretende situar o lugar desta capitania na hierarquização espacial para o Império e as prováveis consequências decorrente dessa situação para os homens que aqui atuaram como capitães-mores.

Uma das tarefas fundamentais do Império português para a boa administração de todas as suas conquistas era a designação de nomes para o exercício de funções mais variadas possíveis em seu território no ultramar, principalmente com o alargamento e desenvolvimentos deste. As seleções que exigiam mais cuidados eram sobre aqueles cargos que tinham a responsabilidade de se fazer aplicar a vontade da coroa no governo diário de suas conquistas, como os de capitães-mores, governadores e vice-reis. Para essas seleções, o perfil esperado do candidato variava de acordo com o lugar em que ele fosse atuar e também com as qualidades sociais dele. (CUNHA, 2005, p.71-72).

A administração colonial portuguesa teve como uma grande característica a circulação dos sujeitos na ocupação de cargos, os de governança principalmente<sup>483</sup>, pelo Império. Essa estratégia adotada pela Coroa visava ampliar a capacidade de percepção de seus governantes para a diversidade dos problemas enfrentados, entre os ambientes mais distintos levando em consideração a pluralidade geográfica e cultural de suas conquistas, assim como também a semelhança entre eles, para que a partir deste ganho de experiência e alargamento de visão, os sujeitos envolvidos nessa circulação pudessem fazer uma melhor administração. Desta maneira, segundo Maria de Fátima Gouvêa (2001, p.308-309),

*desenvolvia-se, assim, uma maior percepção da diversidade dos problemas enfrentados, bem como da similitude de situações e estratégias passíveis de uso no exercício da soberania portuguesa em áreas tão distantes e díspares entre si. Dessa maneira, tomava também forma um complexo processo de hierarquização dos homens encarregados dessa gestão governativa, bem como dos espaços geridos.[...] Hierarquizando os homens por meio dos privilégios cedidos em contrapartida à prestação de serviços de governo, produziam-se múltiplas aspirais de poder, articuladas entre si, viabilizando uma governabilidade tão característica da forma como se exercia a soberania portuguesa sobre seu Império ultramarino.*

Analisando de uma maneira mais detalhada essa circulação no Império português, Nuno Gonçalo Monteiro, mostrou que entre o ano de 1700 até 1826, dos 871 nomes por ele analisados, 326 ocuparam tais cargos em mais de um lugar. É interessante notar ainda que desses 326, os que tiveram uma circulação continental mais ampla era a

---

<sup>483</sup> Neste caso consideram-se como cargos de governança os de vice-reis, governadores-gerais e capitães-mores.

menor parte desse grupo e também o que correspondia aos cargos mais elevados, enquanto ao restante que dizia respeito aos cargos de menor importância, essa circulação continental foi intensa, chegando muitas vezes a se concentrar em um território em específico, como apenas na América portuguesa, assumindo cargos em capitânias diferentes, por exemplo.

É interessante destacar que para a nomeação dos governadores era levando em consideração questões sociais e de méritos que o governo exigia do candidato, analisando aqui as qualidades e os serviços já prestados pelo indivíduo, mas também era considerado o próprio interesse do candidato em aceitar ou não o cargo. Para isso, muitas vezes havia negociações em que era exigido do governo algumas mercês, como títulos, terras ou remunerações. Com relação às remunerações, o Império português adotava estratégias importantes para a atração de pessoas para cargos em lugares pouco desejados, valorizando tais lugares, uma vez que eram concedidas mais mercês no intuito de atrair mais candidatos e também facilitando o acesso aos cargos importantes.

Outra característica importante adotada pela Coroa portuguesa na administração de seu Império diz respeito à hierarquização espacial de suas conquistas. Diante do vasto território do Império ultramarino, existiam muitas diferenças com relação à valorização deles. Alguns eram mais estimados que outros, e isso se evidenciava de acordo com a titularidade dos cargos de governo como também pela própria ordenação destes cargos. Ou seja, quanto mais importante fosse o território para a Coroa, mais alta seria a titulação nobiliárquica das pessoas que ocupavam os principais cargos por lá. Vale destacar que as posições das conquistas ultramarinas não eram fixas, e mudanças hierárquicas aconteceram entre os séculos XVI, XVII e XVIII. Pode-se tomar como exemplo uma comparação entre os governantes do Estado do Brasil e do da Índia. No século XVII, a importância da Índia para Portugal era superior a do Brasil, e isso se evidenciava por meio da origem social de seus governantes e na própria titulação dada a estes no cargo máximo daquele território, que era o de vice-rei, enquanto no Brasil ainda era normalmente designado como governador-geral.

Analisando o perfil dos 24 vice-reis que atuaram na Índia, entre 1630 e 1820, é possível constatar que todos nasceram em Portugal e apenas 3 encontravam-se na Índia no momento de sua nomeação. Todos eles pertenciam à primeira nobreza do reino, entretanto apenas 7 pertenciam a casas com grandeza. Porém, por fim, desses 24, 17 morreram ou já fazendo parte da grandeza ou então legando esse título aos seus sucessores. Fica evidente nesse caso a importância do cargo de vice-rei da Índia na ascensão nobiliárquica. Com relação ao recrutamento social dos governadores-gerais do Brasil, no século XVII, eram todos pertencentes à primeira nobreza do reino, entretanto, o rigor na seleção deles era menor se comparado ao do Estado da Índia. Na América portuguesa tiveram casos de filhos segundos, fenômenos que não aconteceram na Índia, e também foram menos os que se elevaram à Grandeza posteriormente à ocupação do cargo. Esse cenário mudou, contudo, no passar do século XVIII, quando todos os governadores-gerais e posteriormente vice-reis, ou pertenciam ou vieram a se tornar integrantes titulares com Grandeza do reino, e também vale destacar que a própria designação para o cargo máximo no Brasil mudou, a partir de 1720, quando todos os que ocuparam tal cargo eram agora chamados de vice-reis. Apesar de que antes dessa data o Estado do Brasil teve ainda 3 vice-reis, mas esse número é pouco significativo caso se compare com a quantidade de governadores-gerais que foram 31. Na Índia, onde os vice-reis quase sempre tiveram este título, a partir de 1765 deixaram de tê-lo, mostrando nesse caso o ganho de importância que o Brasil passou a ter principalmente no século XVIII com relação à Índia (MONTEIRO, 2001, p. 264). Vale a pena destacar

que os rendimentos do Brasil aumentaram consideravelmente nessa época enquanto que os da Índia caíram (MONTEIRO, 2001, p. 268).

Pode-se então afirmar com segurança que no século XVIII o Brasil ganhou significativa importância para o Império português, isso porque a aristocratização dos cargos nesse território ficou evidente não apenas para o cargo mais alto, o de governador-geral/ vice-rei, mas também nos demais cargos de governança. Agora é importante ressaltar que se deve distinguir claramente o governo geral, os governos das capitânicas principais e das capitânicas subalternas. Existia uma hierarquia entre essas divisões que refletia diretamente na hierarquia social de seus governantes. Os governadores gerais destacam-se por terem sido sempre selecionados entre os fidalgos mais politicamente significativos. E enquanto aos casos de Pernambuco e Rio de Janeiro, existiu a prevalência de fidalgos, embora as suas origens fossem menos aristocráticas do que os da Bahia. E por fim, nas capitânicas de menor importância, os cargos de governança eram logicamente ocupados por pessoas de menor “qualidade”. Outros argumentos utilizados para se perceber a elevação da importância do Brasil para a Coroa seria o fato de, ainda no século XVII, o Brasil ter sido elevado a principado e também ter ganhado o direito de representação nas Cortes<sup>484</sup> e até mesmo a própria mudança do nome do extinto Conselho das Índias para Conselho Ultramarino, neste caso em específico, mostrando a importância ganha não só do Brasil mas do Atlântico como um todo. (GOUVÊA, 2001, p. 294)

Nuno Gonçalo Monteiro, ao analisar os governantes do século XVII e os do século XVIII, mostra que é possível perceber claramente que houve essa aristocratização ou elitização dos recrutados, seja nas principais capitânicas ou nas menores. No caso do Brasil, os descendentes de titulares da primeira nobreza de corte e de fidalguia, passam de 20% dos nomeados no século XVII para 45% no século XVIII. E nas principais capitânicas passam de 57% para 82%. Em algumas delas essa mudança é bem significativa. No Rio de Janeiro, os fidalgos passaram de 50% para 83%, no Grão-Pará, o aumento foi de 7% para 63% e tem também o caso de São Paulo/São Vicente, onde o número foi de 1% para 79%. Nas capitânicas menores, esses números são menos impactantes, mas ainda assim percebe-se um aumento de 5% para 15%. Aqui apenas merece destaque a Paraíba, onde o número de fidalgos chegou a 56%. É possível notar também que no decorrer do século XVIII houve uma clara redução no número de brasílicos e naturais das terras, nomeados. Na América portuguesa a porcentagem desce de 20% durante o século XVII para 10% no seguinte. (MONTEIRO, 2005, p. 104) Nas capitânicas maiores, o acesso por parte de brasílicos quase não existiu. Estes quando conseguiam chegar aos cargos de governanças foram nas capitânicas menores, e mesmo assim, de forma reduzida se comparado ao século anterior. A nomeação de reinóis e da nobreza relativamente elevada passou a ser cada vez mais comum, no sentido de evitar que os poderes locais não tivessem tanta autonomia. Estes novos governantes raramente se enraizavam para evitar que terminassem envolvidos nas tramas locais, explicando dessa maneira mais um porquê da grande rotatividade dessas pessoas. A Coroa tentava dessa maneira fazer-se mais presente em suas possessões.

É importante destacar que durante o período da união das Coroas ibéricas verificou-se uma tentativa de propiciar maior uniformização e generalização dos procedimentos administrativos das conquistas portuguesas, tendo como exemplo a ser

---

<sup>484</sup> Maria de Fátima Gouvêa, na obra *Antigo Regime nos Trópicos*, problematizou de forma interessante esse ganho de importância que sofreu o Brasil. Para ela a elevação à principado e o direito de representação nas Cortes foi um reflexo não apenas do próprio crescimento da importância do Brasil, mas também da fragilidade da Coroa naquele período inicial do pós Restauração. Então a Coroa através da economia de privilégios tentava ganhar/fortificar a lealdade de seus súditos.



seguido o Estado da Índia. Sendo substituída a maioria das capitânias donatárias por governos sob controle régio, tal mudança resultou na necessidade de nomeações para os cargos de governança recém-criados. Como consequência foi necessário criar uma tramitação processual mais uniformizada e que precisava da intervenção de vários órgãos da monarquia. Ainda durante o período da união das Coroas ibéricas houve algumas mudanças com relação ao governo das conquistas que foram muito significativas, dentre elas está a determinação para que os mandatos passassem a ter no máximo três anos de duração. Outra mudança diz respeito à avaliação do trabalho feito por esses governadores, que a partir daquele momento estariam sujeitos à inspeção judicial, o que significava que para conseguirem outros cargos posteriormente, eles dependeriam de uma avaliação positiva.

Como já foi dito anteriormente, existia uma distinção hierárquica nos cargos correspondentes às capitânias principais e as secundárias, ou, capitânias anexas e que essa hierarquia refletia na “qualidade” das pessoas que ocupavam tais cargos em tais lugares. Consequentemente, a forma de se escolher um governador geral/ vice-rei e um governador, ou capitão-mor era diferenciada de acordo com a importância da capitania. A seleção de governador-geral ou vice-rei raramente passava pelo Conselho Ultramarino, e era uma matéria exclusiva da “alta política”, que se resumia a longos debates entre o secretário de Estado com os membros do conselho de Estado (MONTEIRO, 2001, p. 257), enquanto o processo de seleção dos governadores das capitânias passava por diversas instâncias e consultas. Primeiramente abria-se um prazo para a candidatura, depois o Conselho Ultramarino iria analisar os nomes e dispô-los em uma lista organizada hierarquicamente para depois mandar para o Rei e assim conseguir o despacho régio. As pessoas que ocupavam a governança-geral normalmente eram militares com qualificada nobreza e fidalguia e as que ocupavam os governos das capitânias eram soldados de fortunas – militares experientes, mas que não necessariamente tinham qualidade de nascimento. Os critérios para a escolha dos nomes para ocuparem os cargos de governança nem sempre eram os mesmos, isso mostrava muitas vezes as divergências que existiam dentro do próprio conselho. Alguns integrantes do conselho, os letrados principalmente, optavam por pessoas que tivessem experiência e qualidade comprovada nos serviços anteriores, independentemente da origem social da pessoa. Esse tipo de critério diferia do régio e dos integrantes aristocráticos do conselho. Para eles, o que garantiria a eficácia do candidato seria o grau de elitização do indivíduo.

Nos anos vinte do século XVIII, entretanto, o número de nomeações de governadores que foram escolhidos sem passar pelo Conselho Ultramarino aumentou significativamente, e o que é também interessante de se destacar é que o número de capitânias que não mais adotavam o sistema de concurso<sup>485</sup> para escolha, também aumentou. Analisando os casos, logo se evidenciou que as capitânias de maior importância deixaram esse tipo de processo de escolha mais cedo que as de menor importância (MONTEIRO, 2005, p.100). Em Minas, o último foi em 1724, em São Paulo em 1730 e no Rio de Janeiro em 1739. Nas capitânias menores, esse tipo de concurso permaneceu ainda por um tempo, como no Rio Grande do Norte que durou até 1760 e no Ceará e na Paraíba até 1761. Agora algo importante a se destacar é que a extinção dos concursos para a seleção de governantes não significou uma plebeização desses cargos, muito pelo contrário, terminou acentuando ainda mais o seu caráter elitista (MONTEIRO, 2005, p.101).

---

<sup>485</sup> Nuno Gonçalo se utiliza desse termo para designar o processo de seleção para os cargos de governança que os candidatos passavam no Conselho Ultramarino, processo este já descrito na página anterior.

Pôde observar até agora a circulação dos sujeitos em ocupações de governança pelo Império Ultramarino, a distribuição espacial deles de acordo com as suas “qualidades” e também a própria hierarquização dos espaços das conquistas e como esse processo sofreu mudanças no passar do século XVII para o XVIII. Agora focar-se-á na capitania do Rio Grande e os capitães-mores que lá atuaram durante o XVIII no intuito de se perceber essa dinâmica imperial descrita nas páginas acima em uma escala mais micro.

Antes de analisar os capitães-mores, cabe fazer uma pequena discussão sobre esse cargo. O que era um capitão-mor e quais as suas atribuições? Para Vicente de Lemos e Tarcísio Medeiros, que tratam em específico dos do Rio Grande do Norte, eles eram os representantes do governo português que exerceram a administração na terra potiguar, desde a fundação da Fortaleza dos Reis Magos, em 1598, quando Jerônimo de Albuquerque foi nomeado comandante dela, até José Francisco de Paula, em 1806, sendo este o último capitão-mor do Rio Grande do Norte. Depois desse período aqueles que ocupavam este cargo eram denominados de governadores. É interessante destacar ainda que a denominação Rio Grande do Norte foi posta em uso somente no ano de 1750, antes disso era designada apenas como Rio Grande. As atribuições do capitão-mor, apesar de muitas vezes estes agirem além delas,

*se limitavam ao provimento interino dos cargos de fazenda, justiça, milícia e guerra e na concessão de sesmarias, dependente de confirmação régia. Não podiam intervir nas deliberações do Senado da Câmara, da Fazenda e da Justiça. A sua exercia-se mais imediatamente na manutenção da ordem pública, na inspeção das tropas e fortalezas, na proteção devida às autoridades outras da Capitania, às quais poderiam representar, ficando todos os seus atos sujeitos à devassa, quando deixassem o governo. (LEMOS; MEDEIROS, 1980, p.13)*

Analisando os regimentos que tratavam das funções dos capitães-mores, foram dois no total, um em 1530 e outro em 1663, é interessante notar que a quantidade de atribuições mais do que dobraram, de seis para 13. Pode-se inferir dessa maneira que ocorreu um significativo aumento das responsabilidades desse cargo, inclusive as obrigações militares foram muito mais esmiuçadas. Agora uma mudança muito significativa dizia respeito ao poder de concessão de terras. No primeiro regimento na atribuição de número seis, era assim colocado: “Dar terras de sesmarias às pessoas que julgar merecedoras”. Já no regimento de 1663, a atribuição de número 13 afirmava: “Não doar terras em sesmarias nas capitanias reais”. Vale salientar que mesmo depois desse regimento os capitães das Capitanias do Norte, anexas as de Pernambuco, continuaram concedendo terras sendo isso inclusive foco de queixas por parte do governador dessa última<sup>486</sup>.

Analisando a trajetória dos 15 capitães-mores que atuaram no Rio Grande/ Rio Grande do Norte durante o século XVIII, percebe-se que todos eles, sem exceção, eram

---

<sup>486</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre cartas dos capitães-mores do Rio Grande do Norte, Salvador Álvares da Silva e Domingos Amado, acerca das razões que tinham para passar patentes de alguns postos militares e dar provimento de ofícios de justiça e fazenda e cartas de sesmaria; e da queixa contra o capitão dos índios da Aldeia de Guajiru e o missionário da Companhia de Jesus, padre Pedro Tabora, que não mandaram os índios que pediram para levar cartas ao Ceará. AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 1, Documento 81.

militares com bastante experiência. Experiência esta adquirida por meio de, principalmente, uma grande rotatividade pelo império, seja no mesmo cargo, ou então em outros cargos, também militares, mas com patentes mais elevadas. Importa lembrar aqui que essa rotatividade era o reflexo comum da dinâmica imperial. Com relação aos locais de atuação dos 15, 10 estiveram atuando fora da América portuguesa, como em Lisboa, Goa, Angola, Alentejo e Mazagão, enquanto os cinco restantes limitaram-se a atuar somente entre as capitânicas do Brasil. Observando os cargos que ocuparam, quase todos militares, percebe-se um gradativo crescimento de patente. Toma-se como exemplo o caso de Domingos Amado, que atuou como capitão-mor no Rio Grande entre 1715 e 1718. Antes de vir para esta capitania, ele atuou por mais de 18 anos na província da Beira, que fica em Portugal, de início como praça de soldado, depois como sargento supra, foriel-mor, alferes e por fim como capitão de infantaria. Foi aumentando de patente na medida em que participava de diversas batalhas, principalmente em cidades da Espanha durante a Guerra da Sucessão Espanhola<sup>487</sup>. Vale destacar que a participação em guerras era muitas vezes usada como argumento para fazer o pedido de alguma mercê, e neste caso pode-se perceber que a sua participação na Guerra da Sucessão foi muito bem lembrada pelo rei para assim conceder a Domingos Amado o cargo de capitão-mor. Ainda sobre este capitão, após o seu período de atuação no Rio Grande ele foi condecorado com o Hábito da Ordem de Cristo no ano de 1720, mostrando que os seus serviços à Coroa foram positivamente reconhecidos .

Outro nome interessante de ser analisado é o de José Pereira da Afoncela, capitão-mor do Rio Grande entre os anos de 1721 e 1728. Antes de vir para o Rio Grande, serviu durante 33 anos no terço da Armada em Pernambuco, Angola e Bahia, e também no terço da Junta de Comercio Geral, que servia de guarnição na cidade de Olinda. Foi praça de soldado, sargento supra, alferes e capitão de Infantaria. Atuava continuamente em Olinda até que foi mandado pelo rei, como alferes, para socorrer ao reino de Angola. Voltando ao Brasil chegou a atuar na Bahia e posteriormente foi promovido a capitão de Infantaria, fazendo o comboio de embarcações que vinham para a América portuguesa. Nessa função chegou a entrar em conflito contra naus francesas que se encontravam nas proximidades de sua rota marítima, conflito este decorrente muito provavelmente da Guerra da Sucessão. José Pereira da Afoncela continuou naquele cargo até ser nomeado capitão-mor do Rio grande. Observando desta maneira, mais um caso de ganho de experiência militar que foi responsável pelas suas elevações de patentes bem como também há aqui um caso de atuação de circulação não somente entre capitânicas do Brasil, como também fora do próprio continente.

Há também o caso de João de Teive Barreto Menezes, capitão-mor no Rio Grande entre 1734 e 1739. Antes de assumir tal cargo teve uma experiência militar de mais de 19 anos nas ilhas e no próprio Reino. Nesse período, atuou como capitão de infantaria no Funchal e no Regimento da Armada Real, envolvendo-se no comboio do governador das ilhas, no comboio de diversas naus indo inclusive até à Bahia e também auxiliou no resgate de cativos no Mazagão. Neste caso a experiência marítima desse indivíduo é vasta e qualificada e é reconhecida pelo próprio rei quando este afirmou na carta patente de João de Teive para a nomeação deste para o cargo de capitão-mor do Rio Grande: “Em todos os ditos embarques e ocasiões se haver o suplicante sempre com grande atividade e zelo do meu serviço cumprindo suas obrigações de navegante com faina

---

<sup>487</sup> Acredita-se ser a Guerra da Sucessão Espanhola, pois em sua carta patente para assumir o cargo de capitão-mor do Rio Grande, é descrita a sua participação em conflitos em algumas cidades espanholas durante o período da dita guerra.

marítima[...]”<sup>488</sup>. Após ser capitão-mor no Rio Grande ele ainda chegou a ocupar esse mesmo cargo na capitania do Ceará em 1743. É interessante destacar que ele ganhou o título de fidalgo cavaleiro, um importante título nobiliárquico, em 1709, portanto antes de suas atuações descritas acima, por isso cabe um estudo mais detalhado desse sujeito para entender o porquê de ele ter conseguido esse título.

Como último exemplo, toma-se o caso de Francisco Xavier de Miranda Henriques, moço fidalgo da casa real, que foi capitão-mor do Rio Grande entre os anos de 1739 e 1751. Antes de ser nomeado nesta capitania teve uma atuação por mais de dezoito anos em Mazagão, no norte da África. Lá atuou como praça de soldado de cavalo e posteriormente passou a ser cavaleiro, para por fim, tornar-se capitão de infantaria. Durante esse período que esteve em Mazagão foi destacada a sua luta contra os mouros, que por várias vezes foi descrito em sua carta patente ter lutado com muito valor e obediência contra eles. Após chegar ao Brasil, depois de governar o Rio Grande, ele ainda ocupou esse mesmo cargo em mais duas capitanias, no Ceará e posteriormente na Paraíba.

Dos 15 capitães-mores que atuaram no Rio Grande no século XVIII, descobriu-se até o momento que pelo menos cinco deles atuaram neste mesmo cargo em outras capitanias pelo Brasil. Foram eles: Sebastião Nunes Colares, Salvador Alvares da Silva, Domingos de Morais Navarro, João de Teive de Barreto e Menezes, e Francisco Xavier de Miranda Henriques. Sebastião Nunes atuou na capitania do Sergipe em 1694<sup>489</sup>, ou seja, onze anos antes de assumir a capitania do Rio Grande; Salvador Alvares assumiu a capitania do Ceará em 1717<sup>490</sup>, dois anos depois de seu governo no Rio Grande; Domingos de Morais assumiu a capitania do Espírito Santo em 1740<sup>491</sup>, nove anos após o Rio Grande; João de Teive esteve no Ceará em 1743<sup>492</sup>, quatro anos após o Rio Grande; e por fim, Francisco Xavier assumiu o Ceará em 1754<sup>493</sup> e posteriormente a Paraíba em 1757<sup>494</sup>. Ao analisar esses dados, pode-se perceber que de todos eles, somente um teve sua atuação como capitão-mor em outra capitania antes do Rio Grande, enquanto os restantes circularam por outras capitanias como capitães-mores apenas depois da experiência no Rio Grande. Sendo assim, pode-se dizer que o Rio Grande foi um espaço de transição<sup>495</sup> que possibilitou a continuidade dos cargos de

---

<sup>488</sup> REGISTRO da patente Real em que foi provido João de Teive Barreto Menezes no posto de Capitão-mor desta Capitania, por Sua Magestade. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte : 1701-1822*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

<sup>489</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino referente a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor de Sergipe del Rey. Escolhido Sebastião Nunes Colares, por 3 anos, entre outros candidatos. AHU-Sergipe, Papéis Avulsos, Caixa 01, Documento 64.

<sup>490</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 5, f. 684v-685.

<sup>491</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 18, f.405.

<sup>492</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear João de Teive Barreto. AHU-Ceará, Papéis Avulsos, Caixa 3, Documento 37.

<sup>493</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. José I], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Francisco Xavier de Miranda Henriques. AHU-CEARÁ, Papéis Avulsos, Caixa 5, Documento 60.

<sup>494</sup> DECRETO do rei D. José I, nomeando Francisco Xavier de Miranda Henriques capitão-mor da Paraíba, por três anos. AHU-Paraíba, Papéis Avulsos, Caixa 20, Documento 1548.

<sup>495</sup> Entende-se como espaço de transição, pois antes de assumirem o cargo de capitão-mor, todos esses indivíduos, com exceção de Sebastião Nunes Colares, só tinham passado por experiências militares e depois que passaram pela primeira experiência de governo no Rio Grande, puderam dar continuidade a esta função político administrativa em outros lugares.

governança desses homens. Se houve ou não uma elevação hierárquica de seus estatutos devido a sua atuação nesta capitania, ainda não se pode confirmar, mas que pelo menos possibilitou a continuidade política desses homens, acredita-se que sim.

Ao fim da análise desses 15 nomes, é interessante relevante notar como a maioria teve uma trajetória militar muito semelhante. Soldado, alferes e capitão de infantaria, essas eram as patentes percorridas mais comuns entre eles. Assim como também tinham em comum uma experiência de atuação em lugares diversos, desde a América portuguesa, até a Índia. Isso tudo antes de assumirem o cargo de capitão-mor do Rio Grande, que para a maioria foi uma primeira experiência de governança. Por isso, como já afirmado anteriormente, considera-se o Rio Grande como um espaço de transição, onde esses homens deixaram de exercer funções estritamente militares para exercerem também funções de governança.

### Fontes e Referências Bibliográficas

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico. In: BICALHO; FERLINI. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 69-92.

CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 117-154.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.285-314.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, 1630-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 155-202.

LE MOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte: 1701-1822*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 93-115.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 249-284.

SALGADO, Graça. In: \_\_\_\_\_ *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

REGISTRO da Patente do Capitão-mor Antônio Carvalho de Almeida. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte : 1701-1822**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

REGISTRO da patente de Capitão-mor desta Capitania, que Sua Magestade foi servida passar a Sebastião Nunes Colares. LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio.

**Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte** : 1701-1822. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

REGISTRO da patente de Capitão-mor desta capitania, que Sua Magestade foi servida passar a André Nogueira da Costa. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio.

**Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte** : 1701-1822. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

REGISTRO da patente de Capitão-mor desta Capitania, que Sua Magestade, que Deus guarde, foi servido passar a Salvador Álvares da Silva. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte** : 1701-1822. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

REGISTRO da patente Real pela qual foi provido ao posto de Capitão-mor desta capitania Domingos Amado, que tomou posse em 20 de junho de 1715. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte** : 1701-1822. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

REGISTRO da patente real pela qual foi provido no posto de Capitão-mor desta Capitania do Rio Grande – Luiz Ferreira Freire. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte** : 1701-1822. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

REGISTRO da patente de Capitão-mor desta Capitania em que foi provido José Pereira de Afonca. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**: 1701-1822. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

REGISTRO da patente por onde tomou posse do cargo de Capitão-mor desta capitania Domingos de Moraes Navarro. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**: 1701-1822. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

PATENTE porque foi provido João de Barros Braga no posto de Capitão-mor desta Capitania. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte** : 1701-1822. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

REGISTRO da patente Real em que foi provido João de Teive Barreto Menezes no posto de Capitão-mor desta Capitania, por Sua Magestade. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte** : 1701-1822. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

REGISTRO de uma patente de Sua Magestade, que Deus guarde, passada ao Capitão-mor desta Capitania Francisco Xavier de Miranda Henriques. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte** : 1701-1822. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

REGISTRO da carta patente de Pedro de Albuquerque Melo, de Capitão-mor desta Capitania, por Sua Magestade, que Deus guarde. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte** : 1701-1822. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

REGISTRO da Carta de Capitão-mor desta capitania, passada a João Coutinho de Bragança. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte** : 1701-1822. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

CÓPIAS autenticadas de uma carta patente e uma Provisão do Conselho Ultramarino, relativas à nomeação do Capitão-mor do Rio Grande do Norte, Joaquim Félix de Lima. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do**

**Rio Grande do Norte: 1701-1822.** Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

PATENTE Real do Capitão-mor desta Capitania a Caetano da Silva Sanches. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte: 1701-1822.** Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre cartas dos capitães-mores do Rio Grande do Norte, Salvador Álvares da Silva e Domingos Amado, acerca das razões que tinham para passar patentes de alguns postos militares e dar provimento de ofícios de justiça e fazenda e cartas de sesmaria; e da queixa contra o capitão dos índios da Aldeia de Guajiru e o missionário da Companhia de Jesus, padre Pedro Taborda, que não mandaram os índios que pediram para levar cartas ao Ceará. AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 1, Documento 81.

# O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: INFLUÊNCIAS DO PROCESSO CIVILIZADOR

*Lilian Bárbara Cavalcanti Cardoso  
Roseane Maria de Amorim*

## INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de um Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O Ensino de História e o Processo Civilizador: traços da disciplina de História nos primeiros decênios do Século XX no Ensino Primário (1915- 1946)” que objetivava fazer uma análise do ensino de História e seu papel perante a disseminação da identidade nacional, através da análise de três obras de circulação nos anos iniciais no período em foco.

Buscamos aqui trazer uma discussão acerca das influências do Processo Civilizador no ensino de História, levando em consideração a importância desse período para constituição da História como disciplina escolar nos anos iniciais. O Ensino de História passou por um processo histórico para se constituir como disciplina. Consideramos importante delinear alguns aspectos relacionados à História como um campo de conhecimento e à História como área de ensino.

Fonseca (2006) explica que a História subordinou-se por muito tempo à Teologia e à Filosofia. Somente alcançou estatuto científico, com procedimentos metodológicos voltados à investigação, no século XVIII. Sua afirmação científica ocorreu no momento em que as ciências de uma forma geral alcançavam posições mais sólidas e reconhecidas. De acordo com a autora, a constituição da História com estatuto científico não coincide com a trajetória da História ensinada, porque durante muito tempo, da Idade Média ao século XX, confundiu-se com a história sagrada, ensinada na escola sob a influência de igrejas cristãs. Um movimento que paulatinamente influencia o ensino de História se refere às preocupações ilustradas com a educação, no contexto do reformismo inspirado no Iluminismo (séc. XVIII), que defendiam princípios laicistas das propostas iluministas e seus modelos para a educação, pautando-se na perspectiva positivista de uma formação para o progresso humano.

Este trabalho busca investigar as influências oriundas dos movimentos ideológicos no final do século XIX e na primeira metade do século XX, em relação às políticas educacionais vigentes nesse período, em especial na disciplina de História, sendo este o principal objeto deste estudo, considerando a importância dessas influências para a concretização dos objetivos da educação nessa época, que traziam em sua essência influências ideológicas de intelectuais ligados aos mais altos setores da sociedade. Entre uma das suas principais funções, destacamos sua utilização como instrumento pedagógico na construção da identidade nacional, através de conteúdos como instrução moral e cívica, que eram reflexos da concepção positivista, uma das tendências educacionais da época mais presentes nos currículos escolares.

Para tanto, buscamos através de um estudo bibliográfico fundamentar e contextualizar a nossa investigação. Entre as referências utilizadas, destacamos: para conceituar o processo Civilizador, Norbeth Elias (1994); Fonseca (1993), Nívia Fonseca (2006) e Bittencourt (2008 e 2005) e Rosa Souza (2008).



## O Processo Civilizador e suas influências na formação da Identidade Nacional do Brasil

Para Norbert Elias (1994), não é fácil resumir em algumas palavras tudo que se pode descrever como civilização:

*O conceito de “civilização” refere-se a uma variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode-se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos (p. 23).*

Esses conceitos são expressões do orgulho da consciência ocidental, que se julga uma sociedade superior a sociedades primitivas e contemporâneas, ou seja, a sociedade ocidental procura descrever o que é civilização e isto lhe constitui o caráter especial. O Brasil herdou em muito a consciência nacional do ocidente, especificamente da Europa.

Na sociedade europeia, a civilização se processa entre os séculos XIII e o século XIX. Pode se destacar, nesse período, o desenvolvimento da sociedade da corte. No século XIX, tem-se o início da sociedade burguesa, que conhecerá ao longo do século XX um novo processo de mudança nos costumes.

*Entre as mudanças que envolvem a sociedade europeia e que são diversas e complexas [...], não vem em último lugar aquela que se refere ao costume de vida, às regras de comportamento social e, portanto, ao estilo da vida civil. Tais transformações procedem, como é óbvio, das classes altas -aristocráticas e burguesas - e toda a vida dos indivíduos, dos grupos e das sociedades em geral (CAMBI, 1999, p. 308).*

O processo de mudança nos costumes ocorrido ao longo desse período pode ser descrito como o avanço do processo civilizador. A sociedade europeia do século XIX, altamente refinada, não chegou àquele grau de refinamento rapidamente, mas gradualmente. Alguns dos costumes do final da Idade Média seriam considerados como *bárbaros* pelos europeus do século XIX. Isso inclui desde o modo de se portar à mesa, o uso dos talheres, o modo como os alimentos são preparados e até o comportamento em relação às funções corporais.

*Trata-se de regras que abrangem a linguagem, o uso do corpo e as relações sociais, dando vida a códigos que, por um lado, remetem à tradição cavalheiresca exacerbada e enfatizada pela cultura barroca e quem vêm definir todo cerimonial de comportamento bastante complicado e totalmente efêmero, mas que tem uma conotação de reconhecimento e de distinção social (CAMBI, 1999, p. 308).*

O processo civilizador, ou seja, que molda os costumes que mais tarde caracterizariam um homem como civilizado, polido, cortês, é moldado por meio do despertar da ansiedade nos jovens, a fim de adequá-los ao padrão de conduta social desejado na época. Não só dos juvenis como também intelectuais almejavam o processo civilizador. Nesse sentido, o indivíduo é posto como protagonista do imaginário e da ação educativa.

*Trata-se de formar um sujeito autônomo, problemático, consciente, empenhado na construção de si e do seu mundo exterior (valores, ideais, estilos de vida), assim como do seu papel no mundo social, que depende, agora, de uma escolha que não deve ser aceito como um destino (CAMBI, 1999, p. 311).*

Nisso se caracteriza a pedagogia moderna nos séculos XIX, e continua nos séculos seguintes. Primeiramente, molda-se o comportamento das elites culturais ou econômicas, e depois esse comportamento é “popularizado”. Esse processo vai se utilizar da educação que agora possui um caráter controlador e conformador.

Os intelectuais desse período centraram suas obras nos parâmetros da consciência ocidental de civilização, o que implicava numa educação que ocasionava a concretização de uma identidade nacional cortês. No Brasil, a concepção chega com os jesuítas, e passa por processos de reformulações, chegando à constituição de uma classe de intelectuais preocupados com a ordem e progresso do país, como foi o caso de Benjamin Constant, baseados nos parâmetros positivistas em que a sociedade está em desordem, deve ser reorganizada a partir das ideias, seguida da moral, e, por fim, da política, pois muitos dos intelectuais desse período pertenciam ao partido liberal.

*O conceito subjacente a esse movimento esclarecido de reforma, socialmente crítico, é sempre o mesmo: que o aprimoramento das instituições da educação e da lei será realizado pelo aumento dos conhecimentos. Isto não significa “erudição” no sentido alemão do século XVIII, porquanto os que aqui se expressam não são professores universitários, mas escritores, funcionários, intelectuais, cidadãos refinados dos mais diversos tipos, unidos através do medium da “boa sociedade”, os salons (ELIAS, 1999, p. 61) [grifo do autor].*

A produção historiográfica brasileira caracterizava-se por seu traço tradicional, comumente chamado de positivismo, e os livros didáticos produzidos acompanhavam as tendências de uma história essencialmente política e militar, épica e esmaltadora dos grandes feitos dos grandes vultos da nação. A civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir (ELIAS, 1999, p. 62). Por tudo o que foi dito, é possível considerar que o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX constituem um período importante para a construção de um campo de estudos acerca do ensino de história, quando se discutiu a tradição historiográfica herdada do Império, buscando novos paradigmas para a historiografia e o ensino da história nacional, considerados estratégicos para a República.

### **O ensino de História nos primeiros decênios do século XX: um olhar para a constituição da disciplina de História**

O ensino de História sempre esteve presente nas escolas primárias, a princípio sendo usada somente nas aulas de leitura. Com o decorrer dos anos do século XIX, com a organização da educação, sua importância foi ampliada com o intuito de disseminar uma história nacional e servir como instrumento pedagógico importantíssimo na construção da identidade nacional. Segundo Fonseca, “a disciplina de História não é a mesma desde a época de sua constituição no século XIX” (2006, p. 70). Alguns elementos ligados às práticas escolares e concepções historiográficas persistem no

ensino dessa disciplina. Para entendermos de que forma se deu a constituição do ensino de História como disciplina escolar, destacamos suas origens na escolarização desde a colônia aos anos 1930, enfatizando seus objetivos, conteúdos, métodos e matérias didáticos.

A princípio, no período colonial, quando os jesuítas eram os responsáveis pela instrução brasileira, o ensino de história não tinha se constituído como disciplina escolar. Conforme Fonseca, “era por meio de historiadores da Antiguidade grego-romana que os estudantes inicianos tinham contato com a história, visando os cinco eixos definidos no *RátioStudiorum*<sup>496</sup>” (FONSECA, 2006, p. 39). Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, ocasionada pela Reforma Pombalina, “o ensino de História aparecia como “estudos superiores”, em que o governo recomendava o estudo de História da Religião e das Antiguidades Gregas romanas” (FONSECA, 2006, p. 39). Ainda assim, não se tornava uma disciplina escolar.

A História só vem ter alguma organização como disciplina no período imperial, nos anos 20 e 30 do século XIX, quando é estabelecido um objetivo definido de modo que se organizava como um conjunto de saberes, ministrados com metodologias próprias, porém não tinha conteúdos definidos. O ensino dessa disciplina nas escolas elementares era associado ao ensino de leitura e tinha a intenção de disseminar a identidade do país recém-independente, conforme afirma Bittencourt (2005):

*A escola elementar, também denominada como primária ou “primeiras letras”, após se tornar um Estado independente e monárquico, era lugar destinado a ensinar a “ler, escrever e contar”. Os professores das escolas elementares deveriam, segundo os planos de estudos propostos em 1827, utilizar para o ensino de leitura entre outros textos “a Constituição do Império e História do Brasil (p. 60).*

As autoridades educacionais exigiam que nas aulas de leitura se utilizasse a Constituição do Império e História do Brasil como conteúdo, no entanto o que se via na prática, o que imperava era o ensino da História Sagrada, em que a história dos heróis da pátria se misturava com a história dos santos católicos, e estes serviam como exemplos de fé, de comportamento, de caráter, sendo colocados como verdadeiros heróis. Mesmo após o advento da República e a separação entre Estado e Igreja, ainda encontraremos a influência religiosa nos livros usados na disciplina de História, como veremos nas análises dos livros deste trabalho.

As características do ensino de História no período imperial são consideradas o estopim para uma prática de formação da identidade nacional, em que se escolhe como protagonistas vultos nacionais e religiosos, traduzindo-se na história biográfica. A metodologia do ensino desta disciplina se dava através das aulas de leitura em voz alta, por meio de textos religiosos ou patrióticos, e dessa forma incutindo nos sujeitos os princípios que fortificavam o senso moral por meio de deveres com a pátria, traduzindo-se na instrução da Moral e Cívica, conteúdos que serão dados no ensino primário até a década de 50 e 60 do século XX. Os métodos de ensino mais comuns nessa época, como podemos perceber, era a memorização, na qual aprender saber de cor, por exemplo, os episódios históricos (datas comemorativas) e grandes homens (história biográfica).

Durante o século XIX a necessidade de construir uma história nacional ganhou uma maior ênfase. Dessa forma, é criado o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

---

<sup>496</sup> Conjunto de normas criado em 1599, para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas.

(IHGB), que tinha o fim de construir uma identidade brasileira, e esta estava voltada para a constituição de uma nação branca e cristã seguindo os moldes de civilização da Europa, que era considerada uma Grande Nação. Conforme Fonseca (2006, p. 46), esses anseios civilizatórios justificava a aprovação do projeto do branqueamento<sup>497</sup>:

*Essa preocupação explica a vitória do alemão Karl Philipp Von Martius no concurso de monografias promovido pelo IHGB, sobre o melhor plano para se escrever a história do Brasil. Von Martius propunha uma história que partisse da mistura das três raças para explicar a formação da nacionalidade brasileira, ressaltando o elemento branco e sugerindo um progressivo branqueamento como caminho seguro para a civilização.*

O projeto desse alemão, apesar de considerar as contribuições dos três povos que compuseram o Brasil, tinha uma essência de hierarquização, pois destacava o branqueamento da raça para obtenção do progresso. A educação serviria como meio de disseminação dessa identidade e nesse caso, a disciplina de História foi de extrema importância para que esses ideais civilizatórios fossem impregnados nas cabeças das crianças brasileiras e futuros cidadãos. Em “sua gênese, a disciplina de História foi objeto de disputas entre ideologias dominantes” (MOREIRA e SILVA, 2011, p. 43).

A ideologia<sup>498</sup> que predominava nos currículos escolares do ensino primário no final do século XIX e nos primeiros decênios do século XX foi o positivismo pedagógico, que no ensino de História buscou desenvolver o gosto pela História da Pátria para criação de um espírito nacionalista, através de princípios como a moral e o civismo.

Não podemos deixar de destacar a influência do modelo francês, que no princípio organizou a educação brasileira. Os materiais didáticos desse período, como também os livros de História, eram de origem francesa, traduzidos para o português. Além disso, foi esse paradigma francês que inspirou a criação do Colégio D. Pedro II, em 1837, o qual instituiu uma série de programas curriculares, que serviam de modelo para todo o “ensino secundário” do país. Fonseca (2006, p. 48) afirma que a História foi constituída como disciplina no ensino secundário, quando foi incluída no plano de estudos desse colégio, passando por várias reformas. “A partir daí, além das diretrizes de formação moral e cívica dos jovens, o ensino de História apresentaria a marca da preocupação com os métodos, delineando-se mais claramente o seu perfil como disciplina escolar” (FONSECA, 2006, p. 50).

Como podemos notar, durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, várias reformas curriculares foram realizadas, atribuindo conteúdos históricos por série ou agrupando conteúdos que antes eram dados em separado. Na fala de Selva Fonseca (1993, p. 49) “pensou-se numa organização dos conteúdos do ensino de História Universal, ao qual ficou dividido em história: Antiga, da Idade Média,

---

<sup>497</sup> O IHGB apresentou esse projeto em 1883 como uma proposta de como escrever a História do Brasil.

<sup>498</sup> Para entendermos do que tratava essas correntes ideológicas, é necessário definir o que é ideologia. Para Marilena Chauí (2004), a ideologia é uma forma de interpretação da realidade feita por pensadores da sociedade que explicam a partir do ponto de vista da classe dominante, com a função de ocultar a aparência de indivisibilidade social e de diferenças naturais entre os homens. Indivisão social, quando os republicanos falavam em amor à nação/pátria introduzindo o pensamento de igualdade entre os homens sem distinção de raça ou cultura, maquiando as diferenças naturais e sociais. A autora afirma que esse princípio leva o sujeito a pensar que as desigualdades sociais, econômicas e políticas não são produzidas por uma divisão de classe, mas de esforços pessoais, sendo fruto da busca da felicidade individual.

Moderna e Contemporânea, e História do Brasil numa posição secundária, sendo esta, reconhecida como disciplina autônoma no período do Estado Novo, em 1940”. Porém, a História Sagrada continuou sendo proposta no ensino elementar durante este período.

Com a implantação do regime político republicano, os objetivos do ensino de História continuavam com a função de fortalecer o espírito nacionalista. Fonseca (2006, p. 51) fala que nessa época “a discussão de formar homens cívicos através do ensino de História do Brasil, procurava romper com a História Sagrada e História Profana do século anterior”. Para tanto, foi instituído a inclusão da disciplina Instrução Moral e Cívica, cuja origem provém do período imperial, porém com um caráter republicano.

No início do século XX, as reformas educacionais proporcionaram uma modernização e ampliação dos currículos escolares no ensino primário, porém essas reformas tinham como princípio norteador as ciências em prol da educação dos filhos dos proletariados, os quais deveriam ser preparados para o trabalho nas indústrias e no comércio. Nesse sentido, a História assume o seu papel ordenador e civilizador, através do estudo biográfico, que exaltava os grandes feitos, os grandes homens, geralmente europeus ou líderes políticos brasileiros, excluindo a participação dos povos que fazem parte da História do Brasil, como a comunidade afro-brasileira e a indígena, por acreditarem que seus costumes, vida e cultura eram inferiores à cultura que se tinha como exemplo. Nesse sentido, essa foi a História do Brasil contada nas escolas, tendo como base o caráter elitista, mentora de preconceitos que ainda hoje fazem desses sujeitos excluídos da formação da História Nacional.

Os anos 30 foram marcados pela consolidação de uma memória histórica e patriótica nas escolas primárias. Através de reformas entre os anos 30 e 40 e a criação do Ministério da Educação, ocorre uma centralização e organização das políticas educacionais proporcionando uma consolidação do ensino de História como disciplina escolar. Na perspectiva de Fonseca (2006):

*As concepções unitaristas e nacionalistas de educação, presentes desde o século XIX, foram acentuadas pelas reformas Francisco Campos, de 1931, e Gustavo Capanema, de 1942, que elegeram o estudo da História como instrumento central na educação política, e a disciplina História do Brasil como fundamental na formação moral e patriótica. Essa educação encontrada nos livros didáticos importantes instrumentos e junto às festas cívicas, constituíram eficaz arsenal pedagógico (p. 73).*

Um fator importante citado pela autora, ressaltado neste trabalho, deve-se, por ser o seu objeto de estudo, a importância dada ao livro como instrumento pedagógico. O livro, nesse caso, tem sido considerado um instrumento de disseminação que atua como mediadores entre concepções, práticas políticas e culturais, sendo estes fundamentais para a manutenção de determinadas visões de mundo e de história. “O livro didático têm sido, de fato, responsáveis pela permanência de discursos fundadores da nacionalidade” (Fonseca, 2006, p. 73).

Os materiais didáticos do ensino primário e secundário, a princípio, muitos de origem europeia traduzidos para o português, outros editados por sócios do IHGB, traduziam os princípios civilizadores destacados para o método catecismo. Segundo Bittencourt (2005), esse método se baseava em perguntas e respostas, como um questionário, enfatizando o método mnemônico. Além do método de decorar, existiam as histórias contadas, em que narradores encantavam com contos e histórias, para fazer as crianças dormirem. Entretanto, os livros didáticos de História dos anos iniciais

continuavam servindo como livros de leitura, com utilização de textos de história da nacional e textos com temas religiosos.

Com o advento do movimento dos pioneiros, nos anos de 1930, Anísio Teixeira, baseado no modelo norte-americano de ensino, traz para os currículos educacionais uma nova proposta de ensino de História, atrelada aos estudos sociais, a qual tinha a Geografia e a História juntas. Porém, esses anseios foram esquecidos por algum tempo, sendo resgatado, com grande ênfase, no Regime Militar entre os anos de 60 e 70, com características regionalistas, de estudo da geografia e da história da região em que o sujeito estava inserido. Segundo Fonseca (1993), o princípio básico do ensino de Estudos Sociais era de cunho psicológico (método ativo), o qual visava introduzir as crianças nos temas da sociedade, com base nas realidades mais próximas destas, tanto no espaço (geografia), como no tempo (história). Com isso, nada mudou no ensino de História no período militar, pelo contrário só acentuou, no sentido que além desses objetivos da disciplina de Estudos Sociais englobava educação moral e cívica, deixada como herança tradicional, em que se “impunha um ensino diretivo, acrítico, no qual a história aparecia como fatos isolados no tempo, típico dos parâmetros positivistas do início do século” (FONSECA, 2006, p. 58).

Nesse sentido, o ensino de História do Brasil na República é a representação de um contexto social, em que a identidade deste expressaria a construção de suas experiências no tempo, em que a leitura do passado deveria inspirar confiança no futuro da nação. Em outras palavras, nesse processo de construção de identidade nacional, era necessário identificar no passado os elementos capazes de contribuir para legitimação da Nação. Heróis, símbolos, hinos e celebrações foram articulados de modo a constituir um espaço nacional-republicano simbólico.

## CONCLUSÃO

A História construída e transmitida através do ensino de História nas escolas primárias do início do século XX estava vinculada a um nacionalismo extremo, cujo objetivo era transformar o Brasil numa nação civilizada aos moldes dos países europeus. Muitos intelectuais ligados à educação desse período enxergavam na Instrução Moral e Cívica um instrumento para cultivar nos brasileiros o amor à Pátria. Entre os conteúdos disseminados por esta disciplina, destacar-se: culto à bandeira, grandes heróis nacionais e europeus, exaltação a natureza, princípios de comportamento e condutas, o bom e mau cidadão, entre outros. Esses temas buscavam um só objetivo – formar o cidadão obediente à pátria e civilizado.

Ao contar uma História do Brasil cujos protagonistas são heróis nacionais e europeus, excluía a participação do principal agente dessa história – o povo brasileiro. No início da formação da identidade nacional, o anseio por tornar o Brasil uma nação independente fez as autoridades de a monarquia fundarem o IHGB para se construir a História do Brasil. Seus sócios eram os responsáveis por essa elaboração. Como vimos anteriormente o projeto de branqueamento estava pautado numa história de exclusão, pois a mistura étnica era considerada um fator negativo para o tão sonhado progresso.

Nesse sentido, buscamos neste trabalho entender as origens das práticas escolares contidas no ensino de História. O processo de constituição dessa ~~como~~ disciplina é de extrema importância para entendermos a persistência de certas práticas de ensino que se tornaram tradição na disciplina de História, e que promovem o fracasso dos alunos, rotulando-a como matéria “decorativa”. Dessa forma, concordamos com Fonseca (2006), ao afirmar que:

*O estudo da história do ensino de História pode esclarecer muito mais do que se imagina sobre as questões que envolvem o trabalho de historiadores e de professores, questões que vêm se acumulando nos cantos das salas de aulas, que atropelam o caminho desses profissionais e que nem sempre podem ser respondidas pelas observações diretas e pela reflexão sobre o seu cotidiano.*

A autora sintetiza a importância de um estudo reflexivo sobre a história do ensino de História. Os saberes e metodologias do ensino de História no final do século XIX e início do século XX ainda hoje se encontram vivos nas salas de aula e nos livros didáticos de História, um pouco mudados, mas presentes no referencial teórico-metodológico adotado. Na verdade, a tendência tradicional é uma das abordagens do ensino contemporâneo. A perspectiva tradicional, originária da concepção positivista da história, está na prática de visualizar o passado como uma verdade.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez Editora, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2004.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e Ensino de História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada.** Campinas: Papirus, 1993.

SILVA, Rosa Fátima. **Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil.** In.: Educação, sociedade e cultura no século XIX. Caderno Cedes, ano XIX, nº 51, novembro, 2000.

## O NEGRO OU O “PROBLEMA DO NEGRO” NA VISÃO DE ARTHUR RAMOS

*Luana Tiek Omena Tamano*

Já dizia Arthur Ramos que seu interesse pelo estudo do negro tinha duas origens: a primeira, que ele considerava a legítima, datava de suas impressões de infância, dos contatos que travou com os trabalhadores negros de engenho e as mucamas de casa; a segunda, os trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), aquele que “morreu debruçado sobre o problema da raça negra no Brasil” (RAMOS, 1935).

Formado em medicina, já em 1926, quando funcionário do Instituto Médico Legal e do Hospital São João de Deus, ambos na Bahia, entrou em contato com os trabalhos de Nina Rodrigues e a partir de então enveredou pelos estudos antropológicos, que viriam a se intensificar na década de 1930, ainda que fortemente marcado pela influência da psicanálise e da psicologia social. Com relação aos trabalhos do autor de *Os africanos no Brasil*, destacou aqueles voltados à população negra, uma vez que esse era seu grande interesse. Isso explica o porquê ter privilegiado tais estudos de Nina em detrimento de outros, como os de saúde pública, como avaliou Corrêa (2006, p. 136).

Em 1934, o médico/antropólogo alagoano publicou sua primeira obra sobre o negro: *O negro brasileiro*. Com esta publicação passou a ter maior visibilidade fora do país, pois tal obra despertou a atenção de muitos pesquisadores estrangeiros interessados pelo estudo da questão racial nas Américas. Segundo Campos (2002, p. 16), o livro articula os seus conhecimentos em psicanálise com os conhecimentos sobre a etnografia dos negros no Brasil.

Ainda no decênio de 1930, publicou mais três trabalhos a respeito do “problema do negro”, a saber: *O folclore negro no Brasil* (1935), *As culturas negras no Novo Mundo* (1937) e *The negro in Brazil* (1939). As obras ainda trazem traços da psicologia social, influência marcante na vida intelectual do autor que continuou a publicar material sob esta vertente como foi o caso de *Introdução à psicologia social* de 1936. Tal influência é nítida em suas obras, que mesclam seu conhecimento da psicologia, psicanálise e antropologia.

### **Os estudos sobre o negro**

Segundo Ramos, foi ele o iniciador do movimento contemporâneo de reivindicação científica e humana do Negro no Brasil (RAMOS, 1937). Na verdade, ele foi um dos responsáveis pela retomada de tais estudos que há muito tempo andava silenciado no país. Como dissera o próprio, desde a morte de Nina Rodrigues em 1906, poucos foram os que mereceram destaque no andamento de tais pesquisas como fora o caso de Manuel Quirino.

Na década de 1930 floresceram, no cenário nacional, uma gama significativa de trabalhos nessa temática sob pontos da vida material e imaterial dos negros no Brasil que anos mais tarde diria Sérgio Buarque (1978, p. 13), estar mais voltado ao lado “[...] pitoresco, anedótico, folclórico, em outras palavras o aspecto *exótico* do africanismo”. Ponto também percebido por Ramos já em 1937 quando afirmou ser este um dos entraves ao “estudo científico do negro” (RAMOS, 1979, p. XX), não sabendo ele que seria, anos depois, acusado da mesma atitude que condenava.



*É ainda uma forma de exploração. Fez época com os nossos viajantes estrangeiros dos períodos colonial e imperial. O negro foi então olhado como animal 'interessante', de um grande 'pitoresco' aos olhos dos louros viajantes e contadores de história [...] Evidentemente, há nestas páginas [...] muita coisa aproveitável como objeto de estudo no sentido de se reconstituir todo um picture lore da vida social e familiar da Colônia e do Império. Mas a acentuação desta nota de pitoresco deixa dúvidas quanto ao rígido critério objetivo e científico de certos ensaios, onde o negro aparece nos dois pólos inevitáveis do sofrimento e do pitoresco. Quando escapa de um, cai no outro (Ibid., p. XXI).*

Herdeiros ou forjadores de uma herança que fundamentava uma escola que, por sua vez, fundamentava suas posições intelectuais, como aponta Corrêa (2001), os chamados/autoproclamados discípulos de Nina Rodrigues, capitaneados por Arthur Ramos, levaram a cabo a ideia de uma Escola Nina Rodrigues<sup>499</sup>, na qual estavam circunscritos além do supracitado, Edison Carneiro (que negará, anos mais tarde, a existência de tal Escola), Aydano do Couto Ferraz e Afrânio Peixoto, sob o círculo - grupo baiano - em contraposição ao grupo de Recife liderado por Gilberto Freyre, cujo estudo sobre o negro já vinha se desenvolvendo conjuntamente com outros pares a exemplo de Ulisses Pernambucano. Essa querela entre os grupos procurava, sobretudo, delimitar fronteiras, estabelecer filiações de pesquisa/estudo/sistematização sobre o negro no Brasil, bem como fundamentar quem eram as referências, autoridades no assunto no país. Este embate fica explícito no prefácio ao 2º volume de *Novos estudos afro-brasileiros* (referente ao I Congresso afro-brasileiro de 1935), publicado pela Biblioteca de Divulgação Científica (da qual Ramos era diretor) em 1937, quando Ramos (1937, p. 13) declarou que a publicação do referido livro, “realiza um elo de aproximação cordial entre a escola de Nina Rodrigues e o grupo que, no Recife sob alta inspiração de Gilberto Freyre, tomou esta iniciativa magnífica que foi o 1º Congresso afro-brasileiro”.

Intensificado no decênio de 1930, os estudos sobre o negro se tornou recorrente no país e no mundo, haja vista o interesse estrangeiro pelo país da mestiçagem, fazendo com que pesquisas, congressos, intercâmbios de estudo com instituições de ensino internacionais fossem realizados no país, bem como livros e artigos fossem publicados. É nesse período também que são realizados os dois congressos afro-brasileiros ocorridos em Recife e Salvador, respectivamente em 1934, sob a liderança de Freyre, e 1937 sob a organização de Edison Carneiro, Aydano do Couto Ferraz e Reginaldo Guimarães.

Os dois eventos não deixaram de demonstrar a querela, dita mais acima, entre baianos e pernambucanos pela hegemonia nos estudos relativos aos negros no Brasil<sup>500</sup>. Três anos após ter sido realizado o I Congresso em 1934, no Recife, os baianos organizaram o II, criticado por Freyre, e ainda declararam ser esse congresso uma justa homenagem a Nina Rodrigues (e mais uma vez a Escola é chamada). É de se lembrar também de que contrapondo a opinião de Roquette-Pinto com relação à primazia de Freyre na retomada de tais estudos, Ramos declarou ter sido esta tarefa empreendida

---

<sup>499</sup> Como afirmou Campos (2002, p. 62), tal Escola manteve o cumprimento do compromisso de estabelecer uma filiação temporal, senão teórica pelo menos temática, conformando uma mesma linha de pensamento e organizando os textos e a pesquisa segundo a mesma gama de sugestões, condição necessária para a existência de uma “escola”.

<sup>500</sup> Sobre as disputas entre os dois grupos (baianos e pernambucanos) consolidadas na realização dos Congressos Afro-Brasileiros, ver Silva, 2010.

pelos seguidores de Nina, a “sombra de sua escola imensa” (RAMOS, 1937, p. 12) desde 1926. E isso fica ainda mais claro quando afirma, em *Novos estudos afro-brasileiros*, que

*Quando a atenção dos estudiosos brasileiros ainda não se achava, como hoje, voltada para assuntos de etnografia e sociologia negro-brasileiras, eu levantava, na Bahia, o brado de alarme contra a conspiração de silêncio, que devia cessar. Afrânio Peixoto encabeçava a reedição de obras raras ou esgotadas de Nina Rodrigues. Monografias várias apareceram, contendo observações e estudos, que retomaram o fio interrompido com a morte do Mestre baiano [...] (Ibid., p. 13. Sublinho meu).*

Aqui ele não só discorda de Roquette-Pinto, como afiança sua posição de iniciador dessa retomada do assunto, englobando outro membro da Escola Nina Rodrigues.

Com as publicações em 1935 de *Estudos afro-brasileiros*, prefaciado por Roquette-Pinto e de *Novos estudos afro-brasileiros* em 1937, prefaciado por Arthur Ramos, ambos relativos ao I Congresso, são visíveis as trocas de farpas entre os organizadores de ambos os eventos. Enquanto o grupo baiano deixava explícita sua homenagem a Nina Rodrigues, Freyre não deixava de declarar no livro de 1937 a igualmente homenagem ao médico/antropólogo maranhense, publicando conjuntamente com o livro supracitado o retrato de Nina, “[...] que deu tão grande impulso aos estudos afro-brasileiros impondo-se ao respeito dos africanologistas de toda parte” (FREYRE, Apud SILVA, p. 76). Ou seja, de um lado o grupo de Recife e do outro o da Bahia: no meio Nina Rodrigues, cujos espólios (de sua figura e estudos) eram disputados.

Os eventos buscaram tratar de vários assuntos relacionados ao negro e sob variadas correntes teóricas. Desta forma, foram apresentados trabalhos sobre a música, cultura, religião, literatura, o negro na sociedade brasileira, entre outros. Conforme Silva (2010, p. 40), dos 23 trabalhos inscritos no II Congresso, 13 abordavam assuntos relativos “às manifestações culturais e à religião de matriz africana”.

Ambas as reuniões contaram com a participação de representantes dos núcleos acadêmicos/científicos (Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Melville Herskovits, Roger Bastide, Edison Carneiro, Donald Pierson, entre outros), bem como de membros de religiões afro-brasileiras (*babalorixás, yalorixás*, filhas de santo). Vale destacar que Freyre enfatizou o não exclusivismo acadêmico no I Congresso, por ele organizado; enquanto o II Congresso deixa claro ser esse evento rigorosamente científico. Igualmente é válido lembrar, como argumentado por Silva (2010, p. 79), que Freyre somente destacou a presença de representantes das religiões afro-brasileiras no congresso de Recife quando soube da realização do encontro de Salvador. Isso muito relacionado ao fato dele saber dos encantos que as manifestações religiosas negras provocavam nos estudiosos do assunto, no Brasil e no mundo.

Enfim, percebe-se que a disputa entre os dois grupos era intensa e nítida. O que não se pode perder de vista é a importância que tais congressos tiveram como meio divulgador de trabalhos a respeito do negro.

## **O negro na sociedade brasileira por Arthur Ramos**

É recorrente na escrita de Ramos a afirmação de que não existiam ações preconceituosas com relação aos negros no Brasil, quando muito, restritas ao Sul do

país. Neste caso, avistamos que a explicação se dá pela maior incidência da imigração portuguesa nas demais localidades brasileiras, estando a do Sul mais restrita a outros povos, como alemães; e isso tendo em vista o pensamento do antropólogo alagoano com relação aos portugueses e seu processo colonizador. Esse estudioso defendia ter sido esta colonização a mais liberal de todas, devido à tolerância dos portugueses no trato racial.

Com relação às discriminações raciais, em entrevista concedida (1948), afirmou que as discriminações, quando existentes, estariam mais ligadas a questões de classe do que de raça. O fato de não observar atos discriminatórios no país, bem como limitar os preconceitos à região Sul, advém de sua visão sobre as relações raciais entre os brasileiros que seriam harmônicas. Esta seria a propalada democracia racial.

E é baseado nesta democracia racial que Ramos, principalmente na década de 1940, diante de sua experiência nos EUA e o contato direto com as relações raciais neste país, enfatizará a inexistência de minorias raciais no Brasil. E isso porque “O contato de raças no Brasil é tal, que não possuímos grupos que se considerem a si próprios, como minorias. Deste modo não temos no Brasil, nem minorias de raça nem quaisquer outras espécies de minorias [...] (RAMOS, 1943, p. 142)”.

Quando citou algumas sociedades, associações ou movimentos negros, a exemplo do Centro Cívico Palmares, Frente Negra Brasileira, União Negra Brasileira, Frente Negra Pelotense e Centro de Cultura Afro-brasileiro (RAMOS, 1942), afirmava que esses movimentos não tinham um caráter separatista ou de isolamento da comunidade branca, simplesmente por não ter “necessidade, hoje, de adotar atitudes de defesa extremada, em separação absoluta *vis-à-vis* da comunidade branca [...]” (Ibid., p. 142 Sublinho meu). Para ele, as reivindicações desses grupos eram de ordem econômica e cultural, esferas nas quais “subsistem alguns preconceitos”, já que no aspecto político seus direitos eram iguais aos do branco. Então, enfim, porque da existência destas associações? Segundo o próprio antropólogo em análise,

*Essas agremiações visam a afirmação desassomburada da origem racial do Negro, no Brasil, como um protesto à atitude de vergonha da cor da epiderme, que muitos dos próprios Negros sentiam, em face da comunidade branca. Embora não se trate de arregimentações, em vista de color line, contudo há o desejo de afirmação das origens raciais, e a proclamação dos direitos iguais, de ordem econômica, política e cultural de Negros e brancos. Não há hostilidade. Não há atitudes extremadas. Não há separação social. Não há linha de cor como na América do Norte (Ibid., p. 143).*

Algumas notificações a respeito desta citação se fazem necessárias. Primeiro com relação à grafia da palavra negro que sob a pena de Arthur Ramos sempre era escrita com inicial maiúscula. E porquê? Na página 75 de *A mestiçagem no Brasil*, ele escreveu que “[...] nos meios universitários americanos tanto se generalizou o emprego da expressão Negro com N maiúsculo, que se encontrarmos, num livro, a palavra *negro* com o N minúsculo, sabemos tratar-se de algum autor imbuído de preconceitos racistas [...]”. Seria esta a razão para que o próprio Ramos usasse a palavra com o N maiúsculo? É uma hipótese plausível. Ainda na ordem desse discurso, ele afirmava que a grafia da palavra também era destinada aos indivíduos brancos, mas com alguma gota de sangue negro. Sabe-se que pela lei norte-americana bastava apenas uma gota de sangue negro para que uma pessoa fosse assim classificada. Essa posição norte-americana configurava o que Oracy Nogueira em seu livro já clássico *Tanto preto quanto branco*

(1983), considerava ser o preconceito de origem em contraposição ao de marca (baseado no fenótipo), praticado no Brasil.

Com relação a sua afirmação, na citação, da vergonha da cor da pele sentida pelos próprios negros, posta dessa forma, parece, à primeira vista, que Ramos depositava naqueles o complexo de inferioridade. Ao que parece, sua afirmação configurava mais uma constatação. Até porque ele mesmo afirmava que foi essa uma atividade branca iniciada com a chegada dos europeus na África, que, para justificar seus “propósitos de rapina e conquista”, criou o mito da inferioridade negra. Disse ainda que, já no Brasil, “com os castigos, as deformações, as doenças do escravo, as condições deficitárias que lhe criou o regime escravocrata se formou o ‘complexo de inferioridade’, responsável por um mito análogo ao criado pelo europeu” (RAMOS, 1942, p. 113-114).

Ao falar que estas associações tinham como objetivo, também, a proclamação de direitos iguais na esfera política, o autor de *O negro brasileiro* entra em contradição, uma vez que uma página atrás de seu *A aculturação dos negros no Brasil*, de onde provem a citação, afirma que “Negros, mulatos e brancos participam da vida comum, com direitos políticos iguais” (Ibid., p. 142).

E, por fim, é notável sua insistência em contrapor a realidade brasileira com a norte-americana no tocante às relações raciais. Isso se torna ainda mais evidente após sua estada nos EUA e em obras escritas após essa viagem, ou seja, na década de 1940.

Em todas essas associações ele destacou não haver qualquer intenção de segregação com os brancos, qualquer tipo de hostilidade, nem atitudes extremadas (RAMOS, 1942, p. 143). No caso do Centro de Cultura Afro-brasileiro, sediado em Recife, citou uma parte do manifesto dessa associação em que se lê: “não faremos lutas de raças contra raças, porém ensinaremos aos nossos irmãos negros que não há raça superior nem inferior e o que faz distinguir uns dos outros é o desenvolvimento cultural” (Apud RAMOS, 1942, p. 144). É válido lembrar que houve uma boa recepção da ideia da democracia racial por parte dos afrobrasileiros, mesmo que tenha tido opositores de sua existência. Sua ideia não foi posta em dúvida pelos negros de imediato. O discurso de um país racialmente democrático só passou a ser revisto pelos negros no final dos anos 1940, mas ainda de forma tímida e oscilante<sup>501</sup>. Nessa operação, o Teatro Experimental do Negro (TEN)<sup>502</sup> teve um papel bem significativo.

---

<sup>501</sup> Nesse sentido ver Guimarães (2001); (2004); (2006).

<sup>502</sup> O TEN foi criado no ano de 1944, por iniciativa de Abdias do Nascimento. Segundo o próprio Abdias (2004, p. 210), o TEN “[...] se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra [...]”. Uma das propostas do TEN era a criação de peças teatrais focalizando os problemas sociais vividos pelos afrodescendentes no Brasil e não mais encenações dramáticas focadas no folclore, autos e folguedos remanescentes do período escravocrata ou ainda aquelas cuja encenação do negro estava circunscrita a papéis cômicos, caricaturais e exóticos. Um dos principais órgãos de divulgação de seus trabalhos foi o jornal *O Quilombo*, dirigido por Abdias do Nascimento, que circulou entre os anos de 1948 e 1951 (uma edição fac-similar do jornal foi editada pela Editora 34 em 2003). Havia no jornal uma coluna intitulada Democracia Racial, composta por artigos assinados por Arthur Ramos, Gilberto Freyre e outros. Soa estranho a existência de uma coluna sobre a democracia racial em um jornal como *O Quilombo*, mas, como observou Guimarães (2003, p. 12) “[...] é preciso não confundir o significado que tinha então o termo ‘democracia racial’ com o que passou a ter depois dos anos 1960 [...] nos anos 1940 e 1950 essa era a retórica de uma coalizão progressista e anti-racista, que estendera o significado mais restrito e conservador da ‘democracia étnica’ de Gilberto Freyre para transformá-la em palavra de ordem de uma inserção realmente igualitária, em termos políticos e culturais”. Sob a égide da democracia racial, o que esses intelectuais envoltos n’*O Quilombo* acreditavam era, nas palavras de Guimarães (Ibid., loc., cit), “[...] vencer o conservadorismo das elites políticas e culturais do país para estabelecer, em definitivo, a redenção do povo negro, sem obstar o projeto

Nesse momento, havia entre os negros, e seus movimentos organizados, a crença na democracia racial, mesmo que apontassem resquícios de discriminação. Nos anos 1950, essa crença passou a se transformar, cada vez mais, em um ideal, conforme Guimarães (2001, p. 150).

Em entrevista concedida à revista *Diretrizes* do Rio de Janeiro em agosto de 1939, algumas perguntas foram feitas a Ramos que nesta época já era uma das maiores autoridades no assunto, a respeito do negro na sociedade brasileira. Com relação ao abandono dos estudos sobre os negros, desde a morte de Nina Rodrigues, Ramos respondeu que tudo se devia ao preconceito, pois de nenhuma outra forma se explicaria a “tremenda conspiração do silêncio” que se seguiu aos primeiros trabalhos de Nina, a quem enfatiza os erros teóricos advindos da ciência de sua época que postulava as teses raciais.

Ainda tomando por base a entrevista supracitada, ele fala das acusações de modismo de estudos como o do negro. Afirma que não há nada de moda de Negro, como querem alguns, e sim “um interesse tardio pelo assunto, que é ‘permanente’, como o índio ou o imigrante europeu [...]” (1942, p. 324. Sublinho meu). E com relação às pesquisas empreendidas sobre o assunto no Brasil, destacava serem estas ainda incipientes. Um esboço em poucos aspectos. E ao pensar na produção norte-americana, já vasta, trata de nossa “ridícula bibliografia”.

Ao abordar sobre a valorização do índio como elemento nacional, em detrimento do negro que era visto com desprezo em algumas camadas intelectuais, usando as palavras do entrevistador, o alagoano em estudo fala do romantismo que atingiu os brasileiros, elevando a figura do indígena, bradado pelo pensamento roussoniano. O que chama a atenção, neste caso, é a afirmação de Ramos de que o ameríndio brasileiro era inferior ao negro no plano cultural. Afirmação que, conforme ele, era irrefutável pela antropologia cultural. O uso da classificação superior/inferior que aqui é usada na esfera cultural e não racial, abolida por ele, foi pauta nas críticas de alguns de seus revisionistas contemporâneos (Corrêa, 2001; Maio, 1997; Campos, 2002, Hofbauer, 2006). Na visão destes estudiosos, a troca de conceitos (racial por cultural) não muda a lógica, ou seja, não se fala mais de raças, mas ainda assim em uma hierarquia que mantém a essência racial.

No que concerne à mestiçagem, Ramos dedicou páginas publicadas ao seu estudo, em plano mundial e local, como exemplifica sua última obra (póstuma) *A mestiçagem no Brasil*<sup>503</sup>. Obras anteriores a esta já traziam sua opinião, firmadas por meio de extensas revisões bibliográficas, acerca do processo de misturas raciais e culturais no Brasil, nas quais enfatizava não haver qualquer cientificidade nos preceitos de inferioridade racial direcionadas aos negros, indígenas e mestiços; procurando deixar claro que tais preceitos tinham razões políticas. No plano cultural falava em culturas atrasadas e adiantadas, creditando ao processo aculturativo, bem como melhores condições de vida, a possibilidade das culturas atrasadas ‘evolüem’ por meio do contato estabelecido com os povos de cultura adiantada. Conforme Ramos (1934; 1942), essa classificação não tinha qualquer embasamento racial. Em suas palavras, “esses conceitos de ‘primitivo’, de ‘arcaico’, são puramente psicológicos e nada têm que ver com a questão da inferioridade

---

nacionalista de uma nação mestiça”. Sobre o assunto ver os trabalhos de Barbosa (2004) e Guimarães (2003, Introdução).

<sup>503</sup> A referida obra foi escrita originalmente em francês – *Le métissage au Brésil*, no ano de 1949. Tal material foi encomendado por Josué de Castro, cuja proposta era analisar os problemas humanos localizados nas regiões tropicais e apresentá-los ao público europeu. Vale lembrar que a encomenda/obra está inserida no contexto do pós-guerra. Esse livro somente foi traduzido para o português em 2004. Análises sobre a obra foram realizadas por Tamano (2011), Campos (2002), Barros (2005), Pereira (2004).

racial” (2001, p. 32). Em *A aculturação negra no Brasil*, enfatizou as palavras acima ao dizer que “a aplicação de psicologia social de Lévy-Bruhl a esses fenômenos não implica a aceitação da tese de uma mentalidade primitiva como característica racial” (1942, p. 271).

O fato é que considerava a cultura negra como atrasada e que sua religiosidade respondia por esse atraso, sendo a “[...] a consequência do pensamento mágico e pré-lógico, independente da questão antropológico-racial” (2001, p. 31). Mas afinal, o que significava uma mentalidade pré-lógica? E por que a religião negra era considerada primitiva? É em Lévy-Bruhl que se encontra a resposta, mediada por Ramos. As representações de ideias e as percepções lógicas, por exemplo, deveriam ser apreendidas com base na racionalidade, vistas como fenômenos intelectuais, porém para os primitivos, o lado emocional impregnava suas concepções de mundo e de tudo que lhes cercava. A mentalidade pré-lógica se baseava em representações míticas, que, por sua vez, confundiam o subjetivo com o objetivo. Portanto, a religião de origem africana era definida por Ramos como primitiva, e a macumba<sup>504</sup> seria sua expressão no Brasil. Uma religião baseada em rituais mágicos. Em suas orações e preces rituais, afirmou ser possível encontrar os processos da mentalidade primitiva nas fórmulas de iniciação mágica, já descrita por Lévy-Bruhl, tais como: a crença no poder mágico dos nomes, das fórmulas, dos números, a crença nos espíritos, a interpretação mística dos acidentes e das doenças (RAMOS, 1942, p. 271).

## Conclusão

Ao longo de suas obras, Ramos buscou trabalhar, com o auxílio teórico da psicologia social, psicanálise e antropologia cultural, a cultura de matriz africana, com atenção à religiosidade. Para ele as culturas negras transplantadas para o Brasil não permaneceram, em sua grande parte, em seu estado original. E isso ocorreu, como apontou o autor (RAMOS, 1979, p. 241), devido a dois processos psicossociais de relevante significado: a) a separação dos indivíduos dos seus grupos de cultura; e b) os contatos de raça e de cultura com a miscigenação, na ordem biológica, e com a aculturação, na ordem cultural. Segundo ele, a aculturação (com suas variantes: aceitação, adaptação, reação) era um processo positivo, pois permitia um intercâmbio cultural de modo a melhorar a cultura negra, apontada por ele como atrasada (e aqui preceitos da psicologia social).

Trabalhou sobre a escravidão no Brasil, religião de matriz africana, procedência étnica dos negros trazidos ao Brasil com o tráfico, mestiçagem física e cultural, folclore, relações raciais, democracia racial, colonização portuguesa (*O folk-lore negro no Brasil*. Demopsicologia e psicanálise (1935); *O negro brasileiro* (1934; 2001); *As culturas negras no Novo Mundo* (1937); *A aculturação do negro no Brasil* (1942); *Guerra e relações de raça* (1943); *O negro na civilização brasileira* (1939; 1956); *A mestiçagem no Brasil* (1949; 2004). Invalidou as teorias raciais, considerou as circunstâncias históricas, apresentou o negro como elemento constitutivo do povo brasileiro e não como um contribuinte, considerou o peso tanto das teorias raciais quanto do sistema escravista sobre o negro, com a destruição de sua identidade. E ainda que tenha

---

<sup>504</sup> Disse ele ser a macumba (candomblé, Xangô, Catimbo) dos Negros brasileiros religião e ritual mágico. Sobrevivência de cultos africanos. Mais do que isso, enfatiza, é a expressão da religiosidade primitiva dos Negros do Brasil, herdeiros de seus antepassados do continente negro (RAMOS, 1942, p. 145-146).

utilizado teorias hoje criticadas, ou sincretizando-as em suas análises, bem como defendendo a existência de uma democracia racial no país, seus trabalhos não perdem validade enquanto meios profícuos de se entender a utensilagem mental da época concernente aos estudos sobre o negro no Brasil e para a compreensão da história do pensamento brasileiro, desaguando nas conformações ideológicas de hoje.

Quando se começou a questionar os motivos pelos quais os negros eram tratados e vistos como meros objetos de estudo, muitas críticas foram direcionadas a essa geração, mas não se deve e nem se pode perder de vista o significado histórico de seus trabalhos e o empenho em discutir sobre uma população estigmatizada por décadas e silenciada nos mais variados âmbitos da vida social. Temas até então relegados como pontos secundários de nossa formação retornaram como cruciais à compreensão de nossa história: escravidão, origem étnica dos negros trazidos ao Brasil, relações raciais (ainda que amparadas no discurso da democracia racial), religião afro-brasileira (e a compreensão da necessidade de liberdade de culto)<sup>505</sup>.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- BARROS, Luitgarde O. C. **Arthur Ramos e as dinâmicas sociais do seu tempo**. Maceió: EDUFAL, 2005.
- CAMPOS, Maria José. **Arthur Ramos: luz e sombra na antropologia brasileira. Uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940**. São Paulo, 2002. 281f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (USP).
- CARNEIRO, Edison. Situação do negro no Brasil. In: **Estudos Afro-Brasileiros**. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro no Recife. Rio de Janeiro: Ariel, 1937.
- CORRÊA, Mariza. Raimundo Nina Rodrigues e a ‘garantia da ordem social’. **Revista USP**, São Paulo: EDUSP, n. 68, p. 130-193, 2005-2006.
- \_\_\_\_\_. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Depois da democracia racial. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v. 18, n. 02, p. 269-287, 2006.
- \_\_\_\_\_. Intelectuais negros e as formas de integração nacional. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 50, p. 271-284, 2004.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: **Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2003, p. 11-12.
- \_\_\_\_\_. Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito. **Revista Novos Estudos**. São Paulo, n. 61, p. 147-162, 2001.
- HOFBAUER, Andréas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2006.
- HOLANDA, Sergio B. de. Negros e brancos. In: \_\_\_\_\_. **Cobra de vidro**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 11-14.
- MAIO, Marcus Chor. **A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, 1997. 346f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto

---

<sup>505</sup> Neste caso vale lembrar do documento redigido no II Congresso Afro-Brasileiro, no qual constava a necessidade de liberdade de culto às religiões afro-brasileiras que eram perseguidas, tendo seus xangôs fechados, pais e mães de santo presos, cultuadores violentados, objetos de cultos apreendidos. Perseguição que, nas palavras de Edison Carneiro (1937) persiste nos últimos 60 anos, contrariando a constituição. Tal documento foi assinado pelos participantes do Congresso.

Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IUPERJ/UFRJ).

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004.

PEREIRA, Cláudio Luiz. Elogio da mestiçagem. **Revista Afro-Ásia**. Bahia, n. 31, 2004, p. 375-379.

RAMOS, Arthur. **A mestiçagem no Brasil**. Tradução de Waldir Freitas Oliveira. Maceió: Edufal, 2004.

\_\_\_\_\_. **O negro brasileiro**. Etnografia religiosa. 5.ed. RJ: Graphia, 2001.

\_\_\_\_\_. **As culturas negras no Novo Mundo**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

\_\_\_\_\_. **A aculturação negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1942.

\_\_\_\_\_. **Guerra e relações de raça**. Rio de Janeiro: Departamento Editorial da União Nacional dos Estudantes, 1943.

\_\_\_\_\_. **Lista dos brasileiros de qualquer raça que influenciaram sobre a vida dos negros: personalidades históricas e vultos de destaque da campanha abolicionista; cientistas e escritores; poetas, músicos e pintores**, 1937. Originais manuscritos. In: Acervo pessoal – sessão de manuscritos, Biblioteca Nacional.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: **Novos Estudos Afro-Brasileiros**. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. Segundo tomo. Rio de Janeiro: Biblioteca de Divulgação Científica, Civilização Brasileira, 1937, p. 11-14.

\_\_\_\_\_. Convidando uma geração a depor. **O Jornal**, 14/04/1935. Entrevista concedida a Rosário Fusco.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. **Africanos e Afro-descendentes nas origens do Brasil: raça e relações raciais no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Rio-Grandense de história e geografia do IHGRS (1940)**, 2010. 276f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TAMANO, Luana T. O. **A mestiçagem no microscópio: entre a detração e a particularização, permaneceu a democracia racial. Uma análise de A mestiçagem no Brasil de Arthur Ramos (1930-1950)**. São Paulo, 2011, 235 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (USP).



# ENTRE O COMÉRCIO E O CONTRABANDO NO ATLÂNTICO: ARTIGOS DE LUXO E A ALFÂNDEGA NO RECIFE SETECENTISTA

*Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira*

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca compreender as dinâmicas que perpassavam o comércio Atlântico, as estruturas do governo e administração da capitania de Pernambuco e das normativas legais para viver as experiências sociais, numa sociedade marcada pela diferença.

Iniciamos a reflexão pela questão do que era ser nobre nas conquistas durante o Setecentos. Ser nobre foi fazer parte de uma elite colonial, lugar conquistado não pelo nascimento, mas pelos feitos memoráveis e cabedal, necessitando de demonstrações deste lugar através de elementos que os diferenciem das camadas inferiores, como o fausto nas apresentações públicas. Foi o vive a lei da nobreza, ou seja, roupas, adornos e dos escravos e criados, cavalos e até carruagens elementos que mostravam prestígio e poder. Nosso tema tenta analisar esses instrumentos de diferenciação social, onde ostentar, não era para qualquer pessoa.

As autoridades e a nobreza local participavam de um espetáculo de legitimação dessa diferenciação social perante a população, pois ao mesmo tempo as camadas inferiores eram parte importante deste espetáculo. (LARA, 2007:55).

No *Dictionnaire universel de commerce, d'histoire naturelle ET dès arts ET métiers*, por Jacques Savary, diz que o luxo sempre foi tradicionalmente identificado como o que é supérfluo nos gastos, pois como já diria o famoso Padre Vieira, “todos aspiram ao supérfluo e isto é o que se chama luxo”; logo a palavra seria imediatamente associada à ideias de consumo e até mesmo ao desperdício. (CHAVES, 2006: 163).

Assim o luxo era reservado para quem poderia pagá-lo, mas antes, para poder usufruir deste privilegio de diferenciação, era necessário que tivesse permissão legal para tal. Silvia Lara cita a pragmática de 1749 que seguiu a lei 1677 que aborda a necessidade de se cuidar, dos bons costumes e de limitar o uso de artigos de luxo, por pessoas que não fizessem parte da elite. Entre esse artigos estão enfeites, botões, tecidos com ouro e prata entre outros itens. (LARA, 2007:89).

O especialista José Roberto citando o livro *Diálogo das Grandezas do Brasil de 1618*, que explicita o comércio legal destes artigos arrola entre eles: louçaria, sedas e brocados vistos nas cidades e vilas mais ricas e prósperas. Eles eram almejados e que promoviam distinção. Assim fazer parte de um grupo que possuísse um jogo de porcelanas das índias era sinal de ter conquistado um diferencial, visto que louças do tipo europeias fosse já um artigo banalizado (LEITE, 1986:154).

Outro ponto relevante de ser destacado é a comparação dos valores dos utensílios de mesa, que podem ser de: porcelana, estanho e prata. Como já comentamos anteriormente as louças europeias tinham um valor inferior às louças da Índia; o estanho era muito utilizado no Brasil, seja pela sua praticidade e durabilidade, porém seu valor era bem elevado. Muitas vezes igual ou superior à louça da Índia, sendo seu valor inferior somente ao da prata. Além de ter seu valor e prestígio, o utensílio de prata tinha valor de cachê servia como moeda de troca e de investimento, já que no Brasil eram escassas as moedas e as trocas eram feitas por produtos (BRANCANTE, 1950:128-129).

As joias além de adornarem e demonstrarem o poder aquisitivo de seus donos tiveram a mesma utilidade comercial que os utensílios de prata, eram uma aplicação de capital (BRANCANTE, 1950:129) Segundo Silvia Lara, a utilização de joias e de vestimentas de luxo podiam mostrar a presença ou a ausência de riqueza perante a sociedade e ainda funcionava como instrumento diferenciador entre uma escrava e uma forra. Foi visto com maus olhos pela sociedade e pelos religiosos a ostentação das negras e onde “o que era luxo e poder, em um corpo branco, podia torna-se luxúria e submissão, se usado sobre uma pele mais escura” (LARA, 2000:183).

Existiu um combate das autoridades e dos religiosos no sentido de proibir e coibir a utilização de artigos de luxo por escravas e pessoas de cor. Dentro do universo da sociedade colonial a utilização desses artigos era uma arma na guerra pela visibilidade no espaço social. A utilização pelos negros de brincos, colares e balangandãs poderiam significar sua devoção e culto a alguma divindade, proximidade de escravos de seus senhores, diferenciação e superioridade entre os grupos. Intenções que não eram facilmente decodificadas pelo seu senhor,<sup>506</sup> como explica perfeitamente Silvia Lara:

*Entre o mundo dos senhores e o da escravidão abria-se um enorme espaço para o embate entre intenções e sentidos, de lutas travadas com pedaços de panos e enfeites, em busca de identidades e diferenças afastamentos e aproximações. Um espaço minado e escorregadio, em que estavam imbricadas questões morais, raciais, de gênero e, sobretudo, culturais. (LARA, 2000:183).*

Encontramos na documentação uma lista dos gêneros que eram proibidos de entrar na Alfândega de Pernambuco.<sup>507</sup> Dentre muitos nos deparamos com diversos artigos de luxo e presumimos que poderiam entravam ilegalmente no Recife Setecentista. Eis a lista: cordões de fio de ouro e prata, sedas, rendas que não forem confeccionadas no reino, faqueiros, cristais, chocolateiras, caixinhas de pão para aparelhos chá, louça de toda qualidade, e as das Índias, encontramos até moveis para adorno de casas produzido fora do reino<sup>508</sup>.

Analisando a documentação, percebemos uma imensa preocupação da coroa em limitar ao máximo as brechas por onde poderiam escoar os produtos contrabandeados através das malhas burocráticas que envolviam alfândega. As engrenagens procuravam principalmente os produtos das outras nações, em especial a França,<sup>509</sup> mas também, em meio a esta vigilância, havia uma tolerância pelas entradas de produtos oriundos da Ásia<sup>510</sup>.

Existem indícios muito fortes no que se refere ao contrabando, parece-nos que era continuo e existia um mercado consumidor ativo para esses produtos. Variáveis aparecem no decorrer da documentação que abrem diversas suposições acerca do tema contrabando.

Procuramos com essa pesquisa, entender as engrenagens sociais que estavam por traz da utilização e comércio dos produtos de luxo e o seu papel na sociedade colonial. Compreendemos que para cada sociedade o supérfluo, o luxo, exerceu um fascínio e serviu para mostrar um diferencial social a exemplo de:

---

<sup>506</sup> O Balangandã é uma penca de miniaturas que pode ser de prata ou de ouro que se unem em uma fivela, muito decorada e ligada em uma corrente.

<sup>507</sup> APEJE, arquivos permanentes, série OR.14 Folha 139

<sup>508</sup> Idem

<sup>509</sup> Idem

<sup>510</sup> APEJE, arquivos permanentes, série OR.14 Folha 121-123.

*No continente africano, além de vestuário, o pano tem grande uso nos funerais, para o amortalhamento de cadáveres. Por vezes um mesmo defunto vai para a sepultura, embrulhado em panos cujo número pode oscilar de escassas dezenas até uma centena. Tudo depende do poder econômico do morto ou da família, ou ainda, da categoria social, se régulo ou sacerdote, se simples chefe de família (CARREIRA, 1982:202).<sup>511</sup>*

Muito já se falou sobre “fazendas de negros” (FERREIRA, 2001:351), dessa forma não podemos deixar de frisar a relação e a importância do comércio que existia de fazendas comercializadas para utilização dos negros africanos e que viabilizava a mercancia de escravos. Esse comércio ultramarino era tenso e muito complexo, pois Portugal deveria controlar todas as transações realizadas por suas colônias, porém o que sabemos o que já demonstrou a historiografia e que elas tinham certa autonomia. Esta “liberdade” acabava excluindo a metrópole em várias relações de comércio.

Roquinaldo Ferreira fala já explicou como se dava esse comércio transatlântico:

*Da cidade, as fazendas iam para Angola por dois caminhos. Primeiro eram levadas pelos navios negreiros que iam de Salvador para Luanda — daí explicando a sobrevivência dos laços entre as duas regiões mesmo numa altura em que os baianos já tinham se especializado no tráfico com a Costa da Mina. O segundo caminho incluía dois outros portos brasileiros importantes no tráfico com Angola - Recife e Rio de Janeiro —, para onde as fazendas eram vendidas antes de serem transportadas em navios negreiros para Luanda. A importância de Salvador era tamanha que os negociantes do Rio de Janeiro enviavam seus navios até a Bahia para adquirir as fazendas asiáticas (FERREIRA, 2001:351-353).*

Analisando o que Ferreira afirmou e as fontes consultadas no Arquivo Histórico Ultramarino, percebemos que as trocas de mercadorias, contrabandeadas da Bahia com Pernambuco, e de Pernambuco com a Bahia eram comuns em nosso período<sup>512</sup>. Encontramos indícios muito consistentes de embarcações apreendidas com o selo da alfândega da Bahia em Pernambuco.<sup>513</sup> Embarcações pequenas entravam em nossos portos, abarrotadas de contrabando em caixas de açúcar, com o selo da Alfândega da Bahia<sup>514</sup>. Os artigos considerados de luxo aparecem citados em grande parte dos produtos apontados como contrabandeados na documentação, eram da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba que também fazia o comércio desses artigos.

O espetáculo do poder (LARA, 2007:55) promovido pela sociedade Colonial era o que sustentava esse comércio ilegal de mercadoria, esses produtos eram de um valor muito elevado e por conta disso se buscava burlar a lei em busca de baratear a sua aquisição, chegando-se aos de itens de desejos, sem que estes pagassem impostos para levar o selo real.

Observamos que alguns produtos estão arrolados nas listas em medida de côvados. Um côvado equivale aproximadamente a 45 cm que seria a medida do cotovelo até as pontas dos dedos.<sup>515</sup>

---

<sup>511</sup> Ibidem p.208

<sup>512</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.133, D. 10012.

<sup>513</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.121, D.9245

<sup>514</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.121, D.9245.

<sup>515</sup> Encontrado no site: <http://www.teologiabasica.com/medidas.html>

Em 23 de novembro de 1775, foi apreendida uma sumaca no porto do Recife, abarrotada de contrabando de artigos de luxo em caixas de açúcar. A embarcação vinha do porto do Uma, e os produtos estavam escondidos nas caixas de açúcar, entre esses produtos estavam: peças de chitas da Índia, facas flamengas, peles marroquinas, berlanha de Holanda, druguete rei, sergilha de França entre outros produtos advindos de vários lugares do mundo.<sup>516</sup>

Percebemos dessa forma, a nítida diferença de variedade e de quantidade advindos de uma única apreensão de produtos de luxo na capitania de Pernambuco, fazendo-nos repensar como esse comércio tido como ilegal, supria a capitania com uma variedade de produtos considerável, visto que nas encomendas realizadas pela Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba aos artigos de luxo, se limitavam muitas vezes aos produtos derivados da Seda que detinham 86% dos valores de todas as encomendas feitas pela companhia dos anos de 1760 a 1776.<sup>517</sup>

Nesse documento que lista o contrabando, são tantos tipos de tecidos produtos para a confecção de roupas, e ornamentos para a manutenção dos vestuários. Que nos leva ao questionamento se nas embarcações, da Companhia, também não se trazia contrabando e se altos funcionários da coroa não estavam envolvidos nisso? Quando observamos as listas com os valores de custo, percebemos que os produtos alcançam altos preços, e que para adquiri-los era necessário ter cabedal. Assim, não podendo teoricamente ser feito esse contrabando por pessoas que não tivessem capital para isso, agregando-se prestígio para conseguir ultrapassar as barreiras alfandegárias e utilizando-se de estratégia para corromper seus funcionários. A preocupação principal era de não ser denunciado, pois quando se denunciava um navio com contrabando o denunciante ficava com o terço do que foi apreendido, por isso, todo o cuidado era pouco. Em cada recanto era possível detectar um inimigo a espreita, para aqueles que viviam das ilicitudes<sup>518</sup>.

No estatuto da Junta de Comércio no parágrafo seis e sete, há esclarecimentos de como se deve proceder nos sentenciamentos e castigos aos descaminhos da fazenda promovidos pelo contrabando.<sup>519</sup> O próprio Rei fala nesse documento sobre a desigualdade das penas existentes, em comparação com o Reino de Portugal:

*O resultando desta desigualdade, que os réus de um mesmo crime sejam mais favorecidos, ou menos castigados no Brasil, que no Reino; porque perdendo somente a fazenda apreendida, ou sendo lhes imposta a pena do três dobro nos casos, em que ela se incorre, não ficam inabilitados para servirem ofícios de justiça, ou de fazenda, e para mais negociarem por si, ou por interposta pessoa; nem contra os mesmos réus tem a minha Real Fazenda a sua intenção fundada, como, para arrancar as raízes de tão prejudicial delito, foi por mim determinado nos mesmos estatutos.<sup>520</sup>*

Observamos que o contrabando na colônia era tratado de forma diferente em relação ao reino, pois a correspondência real deixa clara a sua preocupação em não inabilitar para o exercício de funções tanto na justiça quanto na fazenda, aqueles pegos

---

<sup>516</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.121 D. 9245 – 09/12/1773- Cd PE

<sup>517</sup> Oliveira, Luanna. Artigos importados consumidos pelas elites pernambucanas. In: Oliveira, L. M. V.S. *Do Porto às portas: O caminho dos artigos de luxo na capitania de Pernambuco ( século XVIII)*. Recife: UFRPE, 2013. P.50-53.

<sup>518</sup> APEJE, arquivos permanentes, série OR. 13 Folhas 57 e 58.

<sup>519</sup> Ibidem Folha 57.

<sup>520</sup> idem

nos descaminhos do contrabando. Considero esta postura real como um indício de que o contrabando era feito por funcionários da coroa, como fica claro no trecho acima citado. Inferimos que estes oficiais estavam em colocações chaves, que os permitia escamotear as regras mergulhando o comércio num mar de ilegalidade das cargas.

Na Colônia entravam produtos contrabandeados que tinham diversas origens, o que nos leva a perceber a importância que os artigos de luxo tinham e a forma como entravam no Recife setecentista, de sua origem e de como era distribuídos pela capitania, sendo mais um indício que comprova a entrada de artigos de luxo pela Alfândega da capitania de Pernambuco, legitimando dessa forma nossa pesquisa.

## **Fontes e Referências Bibliográficas**

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.121, D.9245

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.121, D.9245.

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.133, D. 10012.

APEJE, arquivos permanentes, série OR. 13.

APEJE, arquivos permanentes, série OR.14.

BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRANCANTE, Eldino da Fonseca. **O Brasil e a louça da Índia**. São Paulo, 1950.

BRANCANTE, Eldino da Fonseca. **O Brasil e Louça da Índia**. São Paulo: Elvino Pocai, 1950.

Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

CHAVES, Cláudia . **O Outro lado do Império: as disputas mercantis e os conflitos de jurisdição no Império Luso-brasileiro**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 7, p. 163, 2006.

FERREIRA, Roquinaldo. **Dinâmica do comércio intracolônial; Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)**.

LARA, Silvia H. **Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII)**. In: SILVA, Maria Bratriz Nizza da (Org.).

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEITE, José Roberto Teixeira. **As Companhias das Índias e a porcelana chinesa de encomenda**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

LIMA, T. A. **Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX**. Anais do museu paulista, história e cultura material (nova série), São Paulo, v. 3, p. 129-191, 1996.

### **Manuscritos:**

#### **Monografia:**

Oliveira, L. M. V.S. **Do Porto às portas: O caminho dos artigos de luxo na capitania de Pernambuco (século XVIII)**. Recife: UFRPE, 2013

PIJNING, E. . **Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII**. Revista Brasileira de História, São Paulo, SP, v. 21, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SILVA, Maria beatriz Nizza da, **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

**NOTAS SOBRE A REDE DE SOLIDARIEDADE ENTRE OS MORADORES DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/ÁGUA BRANCA/AL (1864)<sup>521</sup>**

*Maíra Michelle Pereira da Silva  
Marília Lima de Araujo*

*Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão no trato, porque até agora não houve quem andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se em andara arranhando ao longo do mar como caranguejos<sup>522</sup>.*

Ao atentarmos para as laudas da historiografia brasileira, constataremos a tímida presença de registros das experiências dos homens e mulheres que ocuparam o sertão do país. Desse modo, a célebre frase do seiscentista Frei Vicente do Salvador aqui é evocada como motivação para que como historiadores deixemos de negligenciar o estudo do passado do sertão brasileiro.

Desse modo, a execução desta pesquisa objetiva a todo tempo responder a questões que emergem do interesse da sociedade do Alto Sertão Alagoano em se ver reconhecida ocupando as laudas da História de Alagoas. Em particular responder a sociedade aguabranquense, através da leitura das fontes primárias - livros de Assento de Batismo e livro de Casamento, disponíveis a secretaria da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, no município de Água Branca-AL questões sobre seu passado oitocentista, em especial ao que se refere ao convívio de homens livres e escravos nos rituais católicos realizados na Paróquia Nossa Senhora da Conceição.

Assim, para compreendermos a construção de laços de solidariedade entre os homens livres e escravos, egermos a família escrava como alvo de investigação.

Novos estudos sobre a escravidão no Brasil revelam novas histórias de negociações e conflitos vivenciadas no cotidiano de senhores e escravos<sup>523</sup>. Entretanto, tais estudos continuam privilegiando o Litoral do país, principalmente localidades em São Paulo, pois é nessas regiões como afirma Robert Slenes, que estão inúmeros registros demográficos sobre a escravidão e casos de registros de casamentos pela Igreja entre escravos. “(...) em São Paulo as uniões consensuais entre escravos teriam sido sacramentadas pela Igreja e, portanto documentada mais frequentemente do que em outras províncias.”<sup>524</sup>

Os estudos recentes sobre escravos nos cativeiros mostram que havia a constituição de famílias, e que a formação desses núcleos não tinha propósito apenas de resistência, mas que surgiu da intimidade dentro do cativo, onde a união estável era

---

<sup>521</sup> Esse artigo apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada Laços cativos: rede de solidariedade entre os escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição/Água Branca/AL (1864) -1888), desenvolvida sob a orientação da Profa. Msc. Sheyla Farias Silva (UFAL/Campus do Sertão).

<sup>522</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975, p. 59.

<sup>523</sup> SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**- Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, Século XIX. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2º ed. 2011.

<sup>524</sup> SLENES, Robert W. **Lares Negros, Olhares Brancos**: História da Família Escrava no Século XIX. SP, 1988. Revista Brasileira de História. Vol. 8 nº. 16. p. 193.

predominante na cultura dos cativos. Deixando de lado a historiografia tradicional<sup>525</sup> que ver a relação do escravo baseada na promiscuidade, tratando o escravo apenas como instrumento de trabalho incapaz de formar laços afetivos. Como afirma Slenes.

*Os escravos certamente não puderam criar as instituições familiares que eles desejavam [...] os senhores, contudo, também não puderam construir suas posses exatamente como eles queriam; muito menos conseguiram transformar seus trabalhadores em máquinas desprovidas de 'todas as formas de união e de solidariedade' e reduzidos a 'condições anônimas de existência'.<sup>526</sup>*

A nova historiografia olha para o escravo como ser que constitui laços afetivos, qual se preocupava com a formação de famílias como forma da construção da sua identidade mesmo meio a dificuldade das grandes lavouras. De acordo com Maria Teixeira “As famílias nuclear e extensas eram instituições ativas e, ao contrário do que era compreendido pelas teses da historiografia tradicional, os escravos eram regidos por normas formuladas pela própria comunidade negra.”<sup>527</sup> Segundo Slenes as uniões estáveis eram favoráveis para os escravos que viviam em lavouras médias e grandes.

*Quando as condições de vida dos escravos permitiam a formação de relações sociais com certa continuidade no tempo (como era o caso nos plantéis com 10 ou mais cativos em lugares como Campinas, eles optavam por esse tipo de união<sup>528</sup>.*

A relevância da família escrava na historiografia se relaciona às estratégias de forjar redes de solidariedade e resistência no cativo. Assim, a família escrava se tornou um lócus importante de tensões, na perspectiva do controle social por parte da casa-grande e na conquista de regalias pela senzala.

É com base nessa nova historiografia sobre a família escrava, que pretendemos estudar a história dos homens e mulheres que teceram suas histórias no Alto Sertão Alagoano no Oitocentos. Para isso nesta pesquisa sobre laços cativos: rede de solidariedade entre os escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca-AL. Para esse artigo, nos restringiremos basicamente a análise de duas fontes, os registros paroquiais de casamento e batismo (1864). Com análise dessa documentação, buscamos compreender como homens e mulheres estabeleceram seus arranjos familiares e assim responder para sociedade aguabranquense sobre o tipo de organização familiar predominante na freguesia de Nossa Senhora da Conceição quer seja extensas ou nucleares, a incidência de casamentos endogâmicos, as formas de solidariedade entre os membros da família e verificar os índices de ilegitimidade.

Diante desse contexto apresentaremos aqui alguns resultados preliminares da pesquisa sobre a rede de solidariedade entre os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Conceição/Água Branca/AL. Assim segue alguns dados retirados dos livros 1 paroquial de casamento e batismo (1864).

---

<sup>525</sup> MALHEIRO (1976), NINA RODRIGUES (1982).

<sup>526</sup> SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**- Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, Século XIX. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2º ed. 2011, p. 123-124.

<sup>527</sup> TEIXEIRA, Maria Heloísa. **Reprodução e famílias escravas em Mariana** (1850-1888). São Paulo. 2001, p. 91.

<sup>528</sup> SLENES, Robert W. **Lares Negros, Olhares Brancos**: História da Família Escrava no Século XIX, p. 194.

Com base nos dados do livro de casamento percebemos que os noivos recorriam a benção religiosa para o matrimônio, mesmo com impedimentos. Dentre os motivos de impedimentos destacam-se com maior número, os pedidos de dispensa por laços consanguíneos de 2º e 3º graus. Ainda com análise do livro de casamento demonstra, o pequeno índice dos viúvos que se casavam novamente. Em relação aos sobrenomes predominava entre os homens está Vieira Barros, o qual sempre vinha do pai. E o sobrenome de Conceição aparece em maior número entre as mulheres, estas que tinham os sobrenomes iguais aos das mães. Nos batismos analisados até o momento desse artigo, notamos que o vigário encomendado, não registrava a cor dos fregueses. Entre os registros foi encontrado um caso de uma escrava que batizou seu filho, onde consta natural e apenas o primeiro nome da escrava, seguido pelo completo o nome da sua proprietária.

Com o avanço da pesquisa pretendemos ampliar nossas informações a respeito da sociedade aguabranquense do século XIX, como forma de conhecer um pouco mais sobre suas relações familiares, e assim preservar suas raízes, mantendo viva a identidade dos moradores de Água Branca-AL. Desse modo pretendemos que seus resultados se apresentem de dois modos: digitalizar todos os manuscritos tutelados pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição relacionados ao século XIX, para confeccionar um banco de dados a partir das informações catalogadas e disponibilizá-lo de forma digital para a comunidade acadêmica.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

Livro de assento de batismo (1864)

Livro de Casamento (18464)

SLENES, Robert W. Lares Negros, **Olhares Brancos**: História da Família Escrava no Século XIX. SP, 1988. Revista Brasileira de História. Vol. 8 n°. 16.

TEIXEIRA, Maria Heloísa. Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888). SP, 2001. 168 f. Dissertação (Pós-Graduação em História Econômica) - Universidade de São Paulo.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**- Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, Século XIX. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2º ed. 2011.



## CONTENDA DA PÓLVORA: PODER E JURISDIÇÃO NO RIO GRANDE SETECENTISTA (1737)

*Marcos Arthur Viana da Fonseca*

Conflitos de jurisdição ocorreram durante todo o período colonial. Era frequente que oficiais da Coroa entrassem em disputa entre si. Estes conflitos possuíam diversas razões. Em alguns casos poderiam advir de questões pessoais mal resolvidas entre os ocupantes dos postos<sup>529</sup>. Outras vezes poderiam ocorrer devido a interesses pessoais de um funcionário ou interesse de um grupo ligado a este oficial. Muitas vezes os conflitos ocorriam por causa da superposição jurisdicional. Nestes casos o motivo recaía mais sobre a própria Coroa do que seus oficiais, quando não especificava os limites de jurisdição dos cargos. Porém, muitas outras vezes os conflitos ocorriam por causa dos próprios magistrados, ao realizarem diversas interpretações da lei e seguirem uma orientação divergente da legislação régia.<sup>530</sup> Desse modo, este artigo propõe-se a analisar a disputa pelo poder e conflito jurisdicional ocorrido na capitania do Rio Grande do Norte durante o ano de 1737 acerca da construção do armazém de pólvora, entre o capitão-mor João de Teive Barreto de Meneses e o provedor da Fazenda Real da capitania Timóteo de Brito Quinteiro.

A instalação da Fazenda Real na colônia ocorreu por meio do regimento de 1548, que possuía 30 artigos, e um regimento anexo para os provedores das capitanias com 53 pontos. Com poucas mudanças, estes dois regimentos estabeleceram as obrigações e deveres dos funcionários fazendários por todo o período colonial.<sup>531</sup> A organização da Fazenda Real foi disposta jurisdicionalmente de acordo com espaços político-administrativos. Cada capitania possuía um provedor e este era responsável pelas atividades de arrecadação tributária, fiscalização da alfândega, sustentação dos segmentos militar e eclesiástico além de outras atividades, como o repasse de numerários à Coroa. Também estavam sob sua alçada as questões judiciais que envolvessem rendas ou tributos com valor inferior a dez mil réis. Caso a questão excedesse o valor, a ação deveria ser movida para o provedor-mor, que se situava na Bahia.<sup>532</sup>

Contudo, apesar dos provedores possuírem uma grande jurisdição, regulamentada pela legislação real, sobre os assuntos da Fazenda e da Alfândega, como questões tributárias e pagamento de soldos, além de autoridade sobre os gastos da Fazenda Real em cada capitania, não se pode pensar que estes funcionários régios detinham total autonomia sobre suas funções e cargos, a ponto de disporem deles como bem entendessem. Segundo Mozart Vergetti Menezes, o cargo de provedor era obtido somente graças a uma mercê real.<sup>533</sup> Desse modo, o agraciado conectava-se à pessoa do

<sup>529</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 37.

<sup>530</sup> ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos: Aspectos da administração colonial, Pernambuco – Século XVII**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997. p. 1-6.

<sup>531</sup> MENEZES, Mozart Vergetti de. **Colonialismo em ação**: Fiscalismo, Economia e Sociedade na capitania da Paraíba (1647 – 1755). 2005. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 35-36.

<sup>532</sup> MENEZES, Mozart Vergetti de. **Colonialismo em ação**: Fiscalismo, Economia e Sociedade na capitania da Paraíba (1647 – 1755). 2005. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 37-38.

<sup>533</sup> Idem, p 44.

rei, devendo retribuir o seu serviço ao monarca da melhor forma possível. E esta retribuição poderia vir na forma de um excelente exercício do ofício. O autor ainda menciona o ato de investigação da administração de um funcionário régio por parte da Coroa, as residências, como uma forma de controle.<sup>534</sup> Dessa forma, a Coroa poderia exercer um controle sobre os provedores de duas formas. A primeira era a possibilidade de se inculcar o medo nos funcionários régios de que atos ilegais ou que quaisquer ações que lesassem a Fazenda Real seriam punidos em uma residência. Assim tentava-se evitar que tais atos ou ações realizadas com a finalidade de enriquecer alguns provedores, e empobrecer a Fazenda Real, não ocorressem. Porém, se as ações ocorressem, a Coroa poderia investigar os culpados com a realização da residência, e posteriormente puni-los.<sup>535</sup> Pode-se observar que apesar dos extensos poderes concedidos aos provedores, eles ainda estavam sob jurisdição real e deveriam obedecer a Coroa.

Porém, não eram apenas os mecanismos de controle exercidos pela Coroa os únicos limitadores dos poderes dos provedores. As ingerências de outros funcionários régios em sua área de jurisdição levavam a uma limitação das suas atribuições sobre emolumentos e deveres, diminuindo a sua área de ação. Um exemplo foi a disputa jurisdicional que envolveu o bispo de Pernambuco, frei Luiz de Santa Teresa, e o juiz de fora Antônio Teixeira da Mata, no ano de 1750. A disputa ocorreu sobre qual esfera detinha a jurisdição (e o direito) de abrir o testamento de um religioso, se a eclesiástica ou a secular. O juiz de fora Antônio Teixeira da Mata prosseguiu à abertura do testamento, que estava sob sua alçada, entretanto o bispo frei Luiz de Santa Teresa teve outro entendimento e se opôs fortemente ao magistrado em uma guerra judicial intensa. É possível perceber que o bispo estava interessado nos bens deixados pelo religioso, um padre, que havia escolhido a alma como herdeira. Este interesse fez o bispo se opor e se intrometer na jurisdição do juiz de fora.<sup>536</sup> Outro exemplo foi o conflito ocorrido entre André Vidal de Negreiros e Francisco de Brito Freyre. Quando Vidal de Negreiros assumiu o governo da capitania de Pernambuco, em 1657, entrou em choque direto com o governador-geral Brito Freyre. Uma das causas foi a questão dos provimentos militares. A volumosa legislação régia sobre este tema era ambígua sobre qual autoridade detinha a atribuição de indicar os postos militares vagos, e ambos os governadores tinham interesse nesta questão, pois o vencedor da disputa possuiria uma ampla influência jurisdicional.<sup>537</sup> Outra disputa ocorreu entre o governador de Pernambuco, Félix José Machado, e os capitães-mores do Ceará e do Rio Grande sobre a questão da doação de sesmarias no ano de 1715. Os ditos capitães-mores estavam concedendo sesmarias, o que segundo o governador de Pernambuco era um desrespeito a sua jurisdição.<sup>538</sup> Esses conflitos de jurisdição não ocorriam somente nas capitanias principais da América portuguesa, como Pernambuco, mas em capitanias periféricas também, como a capitania do Rio Grande do Norte.

---

<sup>534</sup> Idem, p. 45.

<sup>535</sup> LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. - Natal: EDUFRRN, 2008. p. 163.

<sup>536</sup> COELHO, Maria Filomena. **A justiça d'além-mar: lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (século XVIII)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

<sup>537</sup> ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos: Aspectos da administração colonial, Pernambuco – Século XVII**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997. p. 92-96.

<sup>538</sup> ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century**. 2005. 387 f. Tese (Doutorado em História) – John Hopkins University, Baltimore. p. 176-177.

A provedoria da Fazenda Real da capitania do Rio Grande foi criada durante o século XVII, datada de 1662, e o provedor respondia à provedoria-mor na Bahia. Com a subordinação da capitania como anexa a de Pernambuco, a provedoria ficou sujeita ao seu provedor. Ao provedor da Fazenda do Rio Grande do Norte cabiam todas as prerrogativas que lhe eram concedidas pelo Regimento de Tomé de Souza, com a diferença que com a anexação do Rio Grande a Pernambuco, o provedor deveria enviar as rendas públicas a Pernambuco, para que a provedoria duartina remetesse a quantidade necessária para as despesas da capitania mais ao norte.<sup>539</sup> A disputa pelo poder e o conflito de jurisdição ocorreu em torno da construção do armazém da pólvora da cidade de Natal, no ano de 1737, e envolveu as duas principais autoridades régias na capitania, o capitão-mor e o provedor.

João de Teive Barreto de Meneses foi nomeado capitão-mor do Rio Grande no ano de 1734. Segundo sua carta patente, serviu por 19 anos como capitão de infantaria do Funchal e no Regimento da Armada Real, nas ilhas do Atlântico. Conduziu vários navios da Armada Real, estando a frente da frota anual da Bahia em 1722 e 1725; da frota que levou o cardeal da Cunha ao Levante em 1721 e o governador de Mazagão a dita praça em 1727; e no retorno de Mazagão, em 1727, combateu os argelinos muçulmanos no norte da África. João de Teive era cavaleiro fidalgo da Casa Real e como demonstra sua carta patente, possuía ampla experiência militar.<sup>540</sup> Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, a sua nomeação para o cargo de capitão-mor estava alinhada à política imperial da Coroa de nomear nobres e fidalgos para ocupar os cargos administrativos nas Conquistas. A ‘primeira nobreza do Reino’, que consistia na nobreza titulada de Portugal, era designada para a administração dos principais governos, como Rio de Janeiro, Bahia, Estado da Índia ou Minas Gerais. As capitanias mais periféricas eram governadas por pessoas de nobreza inferior, como os fidalgos. A nomeação de João de Teive foi precedida por uma seleção a qual alguns candidatos enviaram seus currículos e certidões comprobatórias ao Conselho Ultramarino, a espera da nomeação régia para o cargo de capitão-mor. Dos candidatos ao posto, nenhum possuía um hábito de uma ordem militar ou possuía foro de fidalgo.<sup>541</sup> Segundo Laura de Mello, a nobreza e a estirpe ilustre dos administradores coloniais permitiam um melhor exercício do seu governo, pois eles incutiam um sentimento de honra e prestígio para com os colonos.<sup>542</sup> Isto leva a crer que João de Teive foi escolhido tanto pela sua larga experiência militar, como por ser um fidalgo.

---

<sup>539</sup> Não existe nenhuma legislação régia que tenha anexado a provedoria da Fazenda Real do Rio Grande a de Pernambuco. Pode-se supor que no contexto da *Guerra dos Bárbaros*, a provedoria da Fazenda Real de Pernambuco tenha assumido o suporte econômico da capitania do Rio Grande devido as ordens do governador-geral, Matias da Cunha (1687-1688), tornando esta última provedoria dependente. Para mais informações, ver LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. - Natal: EDUFURN, 2008, p. 170 e ALVEAL, C. M. O. Os desafios da governança e as relações de poder na capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva. (Org.). **Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa**. João Pessoa: Ideia Editora; Natal: EDUFURN, 2013. p. 35.

<sup>540</sup> Cavaleiro fidalgo era um título de nobreza concedido pelo rei geralmente aos servidores da Casa Real. Para mais informações ver CARDIM, Pedro. **A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos**. In: Tempo, Rio de Janeiro: Sete Letras, v. 7, n. 13, p. 13-59, jul. 2002.

<sup>541</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear João de Teive Barreto e Meneses, a 14 de Março de 1734. AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 3, Documento 190.

<sup>542</sup> SOUZA, L. M. . **O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. v. 1. p. 148-166.

Timóteo de Brito Quinteiro era um bacharel com título de doutor formado em direito pela Universidade de Coimbra. Ele exercia o cargo de escrivão da Alfândega de Pernambuco há mais de nove anos e já havia exercido o cargo de tesoureiro da Fazenda de defuntos, ausentes, resíduos e capelas de Sergipe Del Rey. Foi nomeado como provedor da Fazenda Real do Rio Grande em 1734. Sua nomeação foi precedida também por uma seleção onde alguns candidatos entregaram seus currículos e certidões comprobatórias. Seus concorrentes eram dois militares, sendo um deles o antigo provedor da Fazenda Real, Domingos da Costa Silveira. O provedor anterior afirmou que deveria ser escolhido por causa dos seus feitos militares durante a *Guerra dos Bárbaros* e pelo seu exercício na provedoria da Fazenda. O terceiro concorrente, Matias Lopes de Medina, serviu como sargento no regimento do Algarve tendo participado na invasão da Espanha, em 1708, no contexto da Guerra de Sucessão Espanhola. Depois obteve o cargo de escrivão da administração do contrato do sal. O nomeado, contudo, foi Timóteo de Brito.<sup>543</sup> Segundo Schwartz, os reis portugueses utilizavam a classe de formados em direito em Coimbra, os magistrados, como o apoio e sustentação aos planos e poderes da própria monarquia. A Coroa empregava sistematicamente estes magistrados principalmente nos cargos de justiça, mas também em outras áreas, com o intuito de criar uma burocracia forte e centralizada, que ligada ao rei, executasse e guardasse a política monárquica.<sup>544</sup> Pode-se afirmar que esta nomeação ocorreu devido à categoria especial em que Timóteo de Brito pertencia de magistrado. A Coroa escolheu “profissionalizar” o cargo de provedor com um bacharel, com o intuito de tornar mais eficiente a administração fiscal.

O conflito de poder ocorrido entre as duas autoridades principais da capitania ocorreu por causa da construção da casa da pólvora da capitania do Rio Grande.<sup>545</sup> A Cidade do Natal possuía um armazém, feito de taipa e barro, que guardava a pólvora da cidade, em conjunto com o paiol da fortaleza dos Reis Magos. Contudo, após uma forte chuva, o armazém ruiu e a sua estrutura foi totalmente danificada. O capitão-mor, João de Barros Braga (1731-1734) e o provedor da Fazenda Real, Domingos da Silveira, aprovaram em 1734 a construção de um novo armazém com recursos da Fazenda Real. Entretanto, esta construção não havia sido aprovada pela Coroa. Em ordem régia de 25 de maio de 1735, D. João V informou ao capitão-mor, João de Teive, e ao provedor, Timóteo de Brito, que apesar da construção ter sido iniciada sem o seu consentimento, ele aprovava a edificação da obra. A nova construção do armazém previa não somente um prédio para armazenar a pólvora da cidade, mas também outras dependências ordenadas por João de Barros Braga e Domingos da Silveira, como uma parte do prédio para a guarda das armas e munições, outra para servir como dormitório aos guardas e soldados da cidade e uma parte para funcionar como cartório e cofre da Fazenda Real, sendo executadas ali as arrematações dos dízimos. D. João V, contudo, ordenou que as três instâncias fossem construídas, obrigando o armazém de pólvora a ser edificado na região mais distante e longe das casas dos habitantes.<sup>546</sup> Interessante observar que a

---

<sup>543</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a nomeação de pessoas para o cargo de provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, por 3 anos. Resolução a nomear Timóteo de Brito Guerreiro, a 17 de Março de 1734. AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 3, Documento 191.

<sup>544</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 74-82.

<sup>545</sup> A construção de uma casa de pólvora no termo da cidade do Natal era uma medida de estratégia importante, pois possibilitaria que seus moradores obtivessem mais facilmente os meios de se defender contra uma invasão.

<sup>546</sup> CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Timóteo de Brito Quinteiro, ao rei [D. João V] reafirmando que não havia necessidade da obra de construção de um novo armazém de pólvora,

construção do novo prédio não tinha a função de somente guardar a pólvora, mas de abrigar também um dormitório para os soldados que assistiam na cidade e um cartório para a Fazenda Real. Pode-se supor que havia um interesse das autoridades da capitania em construir outros prédios para facilitar o exercício da administração. A destruição da antiga casa da pólvora serviu como um excelente pretexto para a construção destes novos prédios, que consistiam em um dormitório militar e um cartório para a Fazenda Real. Este interesse pode ser percebido no consenso sobre a construção do armazém com as novas dependências entre João de Barros Braga e Domingos da Silveira mesmo sem a aprovação real.

Apesar da autorização régia, as obras da construção do armazém não haviam sido iniciadas. João de Teive ordenou ao provedor da Fazenda Real por meio de portaria, em 29 de dezembro de 1736, que liberasse os recursos para a construção do armazém. Segundo o capitão-mor, a conjuntura de guerra do momento, quando os franceses ocupavam a ilha de Fernando de Noronha, exigia a construção de uma casa capaz de armazenar e de oferecer pólvora aos habitantes da cidade, para a sua proteção. O provedor da Fazenda Real, no entanto, teve um entendimento diferente. Segundo o provedor da Fazenda Real, várias questões impediam a aprovação dos recursos para a execução da obra. A primeira era a que Timóteo já havia informado ao rei que era desnecessário a construção de um armazém na cidade, pois a fortaleza já contava com um paiol para guardar a pólvora. A segunda era a necessidade de autorização régia para realizar qualquer despesa com os recursos da Fazenda. A terceira era a falta de dinheiro nos cofres da Provedoria, que se encontrava totalmente comprometida com o pagamento dos oficiais e do socorro aos soldados do presídio do Assú.<sup>547</sup>

O capitão-mor respondeu a Timóteo de Brito por portaria, em 3 de janeiro de 1737, que sem embargo das “*frívolas dúvidas*”, o provedor deveria dar início à execução da obra em observância da ordem régia de 25 de maio de 1735 e por causa da limitada capacidade de armazenamento de pólvora da fortaleza dos Reis Magos. O provedor da Fazenda não cumpriu a portaria e recorreu ao governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira (1727-1737). Em 6 de fevereiro de 1737, Timóteo de Brito ordenou ao escrivão da Fazenda Real que passasse uma cópia da carta que havia recebido do governador. Duarte Sodré Pereira ordenou a Timóteo de Brito, que mesmo que houvesse ordem régia e dinheiro para a execução da obra, esta não deveria ser executada, pois o rei havia sido enganado, pois sendo a cidade do Natal “*uma miserável aldeia de poucas cabanas de palhas*”, a pólvora do armazém poderia ser roubada pela pouca quantidade de pessoas para proteger o prédio.<sup>548</sup>

João de Teive, porém, não ficou satisfeito com a resposta que recebeu do provedor e enviou nova portaria, em 9 de fevereiro de 1737, ordenando que sem nenhum embargo ou desculpa, o provedor desse ordem ao almoxarife para a construção da obra, de modo a que Timóteo de Brito deixasse de ser um “*régulo, desobediente as ordens reais*”. Timóteo de Brito respondeu ao capitão-mor que não podia executar as suas ordens, pois havia sido proibido pelo governador de Pernambuco, além de ele mesmo ser contra a construção da obra por parecer custo desnecessário à Fazenda. Além disso, a provedoria não possuía recursos suficientes para o prédio. Em seguida, o provedor anexou a sua resposta a ordem régia de 1730 que proibia a interferência dos capitães-mores do Rio Grande nos assuntos e jurisdição da Fazenda Real.<sup>549</sup> Podemos

---

que só ocasionaria despesa desnecessária à Fazenda Real e sobre abusos do capitão-mor João de Teive Barreto e Meneses. AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 4, Documento 232.

<sup>547</sup> AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 4, Documento 232.

<sup>548</sup> AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 4, Documento 232.

<sup>549</sup> AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 4, Documento 232.

perceber que o provedor da Fazenda Real era contra a construção da obra. Porém, Timóteo de Brito não tinha autoridade para evitar a construção do armazém, pois havia sido aprovada pelo próprio rei. A única forma de embargar a obra seria a de recorrer ao oficial imediatamente superior ao capitão-mor sobre os assuntos militares. Desse modo, Timóteo de Brito recorreu ao governador de Pernambuco. A capitania do Rio Grande havia sido anexada a Pernambuco em 1701, e desde então o governo dos capitães-mores haviam tornado-se subordinados a Olinda, e posteriormente Recife, tendo os capitães-mores realizado a cerimônia de vassalagem de preito e homenagem aos governadores de Pernambuco desde à anexação.<sup>550</sup> Segundo o capítulo nove do regimento destes governadores, cabia a esta autoridade a guarda e a defesa das fortificações militares, além da jurisdição sobre as munições, artilharia, soldados e pólvora de Pernambuco e das capitanias anexas.<sup>551</sup> Assim, pode-se supor que Timóteo esperava que a jurisdição que o governador de Pernambuco possuía pudesse ser capaz de embargar a obra.

O governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, escreveu novamente ao provedor da Fazenda em 21 de fevereiro acerca da construção do armazém. Ele ordenou que Timóteo de Brito não cumprisse as ordens que recebera de João de Teive acerca desse assunto. Segundo o governador, a obra prejudicava o serviço real e como governador e capitão-general das capitanias anexas, ele embargava a execução da obra até decisão régia em contrário. Segundo Duarte Sodré, o capitão-mor já havia sido informado da interdição da obra pelo provedor, que aguardava a chegada da frota de 1737. Além disso, não havia a necessidade da construção do prédio, pois na fortaleza havia armazém suficiente para os caixões e barris de pólvora que haviam sido enviados do Recife. Segundo o governador, a aprovação da obra havia sido dada somente por engano ao rei e aos seus ministros, pois a cidade possuía apenas 40 vizinhos morando em pobres casas de barro ou madeira e os soldados que ali viviam se recolhiam a fortaleza, ficando a pólvora desprotegida e condenada a cair nas mãos dos inimigos, que poderiam assim queimar cidade.<sup>552</sup> Segundo Duarte Sodré, o próprio João de Teive o havia informado da inexistência de pessoas nas vizinhanças da cidade, sendo que os seus moradores se recolhiam à fortaleza, que contava com 100 soldados, em tempos de perigo. Por isso a casa da pólvora não poderia ser construída fora da fortaleza. Segundo o governador, se o rei tivesse sido informado desta notícia anteriormente, não havia aprovado a construção da obra, e por isso Duarte Sodré embargava a edificação do armazém.

Os franceses representaram uma grande dor de cabeça para a Coroa portuguesa durante todo o século XVIII. Corsários franceses visitavam a costa do Brasil com o intuito de saque ou de contrabando. Em algumas ocasiões, a dor se transformou em uma verdadeira ameaça de conquista do território. Corsários franceses, Durlec e Duguay-Trouin respectivamente, saquearam a cidade do Rio de Janeiro em 1710 e 1711. Ainda em 1762, no contexto da Guerra dos Sete Anos, a Coroa francesa planejou a conquista da cidade de Salvador do Rio de Janeiro, com a instalação de um vice-reino francês. Assim, a ameaça francesa de ocupação da ilha de Fernando de Noronha deveria ser levada em consideração.<sup>553</sup> Duarte Sodré ainda mencionou que João de Teive estava obrigado a obedecer as suas ordens, além de não possuir jurisdição para obrigar o

---

<sup>550</sup> MENEZES, Mozart Vergetti de. **Jurisdição e poder nas Capitanias do Norte**. Saeculum (UFPB), v. 14, p. 11-26, 2006.

<sup>551</sup> INFORMAÇÃO Geral da Capitania de Pernambuco [1749]. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVIII, 1906, pp. 117-496.

<sup>552</sup> AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 4, Documento 232.

<sup>553</sup> BICALHO, M. F. B. . **A Cidade e o Império**: Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 51-80, 259-297.

provedor a executar obras com recursos da Fazenda Real, nem prendê-lo e suspendê-lo de suas funções. O governador ainda mencionou o capítulo 17 do regimento dos governadores de Pernambuco, o qual concedia plena jurisdição do governador sobre o capitão-mor, o qual prestou preito e homenagem nas mãos do dito governador.<sup>554</sup>

É possível perceber que partir deste momento ocorria uma disputa por poder entre as autoridades das capitanias. Ambas as autoridades, capitão-mor e provedor, buscavam impor as suas opiniões sobre a necessidade ou não da construção da casa de guardar a pólvora. O choque de interesses levou a uma disputa por poder, na qual o vencedor iria impor o seu ponto de vista sobre o outro. Desse modo, cada um dos conflitantes, um buscava amparar suas ações em fundamentos sólidos, de modo a convencer a Coroa que sua posição correta, para o bem da República, diferentemente do seu adversário. O capitão-mor, João de Teive, fundamentava o seu argumento na lei e no direito. Seu intento de construir o armazém estava amparado pela ordem régia de 25 de maio de 1735. A legislação régia, tanto as Ordenações como as leis extravagantes, pertenciam ao ordenamento jurídico do direito do Reino, um dos ordenamentos jurídicos válidos no Império português. O direito do Reino estava ligado estava ligado à Coroa, e à pessoa do rei, como supremo legislador.<sup>555</sup> Deste modo, a construção do prédio era não somente legítima, como expressava a vontade real. Além disso, a construção do armazém da pólvora atendia às necessidades de defesa da capitania, frente à possibilidade de ataques franceses vindos da ilha de Fernando de Noronha. A segurança militar da capitania era de jurisdição do capitão-mor da capitania. Por isso, a execução da obra era não somente legítima e legal, validada pela ordem régia, mas também pelo direito do Reino, como também justo e necessário para a defesa da capitania, estando sob jurisdição do capitão-mor.

Já Timóteo de Brito também recorreu fundamentar a sua argumentação no direito. O provedor não desejava a construção do armazém de pólvora. Ao sugerir o caráter desnecessário do armazém da pólvora, além da falta de recursos da Fazenda Real, Timóteo esperava conseguir a revogação régia da ordem de executar a construção. Devido à insistência do capitão-mor, contudo, Timóteo solicitou a interferência de uma nova autoridade, o governador de Pernambuco, na expectativa de que a questão fosse resolvida a seu favor. Como o governador era a autoridade imediatamente superior e possuía uma posição contrária à ordem régia de 25 de maio de 1735, o provedor esperava que o capitão-mor desistisse do intento de construir o prédio, pois havia recebido uma ordem do seu superior hierárquico proibindo-o de tentar executar a obra. Desse modo, o provedor fundamentava suas ações não somente na cultura política da razão de Estado joanina, mas também no cumprimento das ordens do governador de Pernambuco, que possuía jurisdição sobre as capitanias anexas.

A disputa pelo poder entre João de Teive e Timóteo de Brito iniciada pelo impasse da construção do armazém da pólvora transformou-se em uma disputa jurisdicional que envolveu uma terceira autoridade, o governador de Pernambuco. Enquanto João de Teive esperava que a legislação régia fosse executada, e as obras do armazém fossem iniciadas, Timóteo de Brito negava-se sistematicamente a cumprir as portarias do capitão-mor. O provedor levou a contenda a Duarte Sodré, o governador de Pernambuco, que embargou a ordem régia até decisão régia em contrário. O governador utilizava a sua autoridade como capitão-general das capitanias anexas e superior imediato do capitão-mor, para suspender as suas portarias e as tentativas de cumprir a

---

<sup>554</sup> AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 4, Documento 232.

<sup>555</sup> HESPANHA, António Manuel. Porque é que existe e em que consiste um direito colonial brasileiro. In: PAIVA, Eduardo França. (Org.). **Brasil-Portugal**: sociedade, culturas e forma de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Annblume, 2006. pp. 21-41.

ordem régia de 25 de maio de 1735. Duarte Sodré também alegava que a ordem régia havia sido aprovada por um engano do rei e dos seus ministros, e que se D. João V possuísse todas as informações, não teria aprovado a construção do armazém. O embargo da legislação régia era uma realidade possível. Segundo António Manuel Hespanha, alguns dos motivos para o descumprimento da legislação era a alegação de que a Coroa estava mal informada sobre os acontecimentos, e por isso a execução da ordem régia lesava os recursos reais ou direitos adquiridos de seus vassallos.<sup>556</sup> Duarte Sodré deliberadamente impugnou a ordem régia de 1735 e proibiu o capitão-mor de executá-la até a decisão régia sobre o assunto.

Fica claro aqui, que o conflito que envolveu a ordem régia sobre a casa de pólvora esteve muito mais ligado ao exercício de jurisdição de poder do que a eventual necessidade de defesa da cidade. A autoridade que conseguisse executar ou não a obra demonstraria o exercício efetivo do poder atribuído ao seu cargo, ou mais além, conquistado pelo usuário. Se por um lado, João de Teive tentava de todo modo construir o armazém, imiscuindo-se na jurisdição da Fazenda Real, era para demonstrar sua autoridade, além de agregar realizações e obras ao seu governo. Os argumentos jurídicos da ordem régia e da necessidade de defesa militar validavam as suas ações e buscas pelo poder. Já por outro lado, ao recusar aprovar a obra e fazer valer a sua autoridade e jurisdição sobre a Fazenda Real, Timóteo de Brito também procurava demonstrar o seu poder, ao negar a utilização de recursos em obras desnecessárias. Todavia, diante da ordem régia apelou para o governador de Pernambuco, que como possuía o poder e compartilhava da mesma opinião embargou a ordem régia. O envolvimento de Duarte Sodré no conflito apenas agravou o caráter jurisdicional do conflito, pois ao proibir a execução da obra, o governador queria afirmar a sua autoridade sobre as capitanias anexas. Do mesmo modo, ao tentar cumprir a ordem de 1735, João de Teive queria demonstrar sua autoridade sobre a capitania e governá-la, independente das intromissões do governador de Pernambuco.

## Fontes e Referências Bibliográficas

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos: Aspectos da administração colonial, Pernambuco – Século XVII**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.
- ALVEAL, C. M. O. Os desafios da governança e as relações de poder na capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva. (Org.). **Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa**. João Pessoa: Ideia Editora; Natal: EDUFURN, 2013. p. 35.
- ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century**. 2005. 387 f. Tese (Doutorado em História) – John Hopkins University, Baltimore.
- BICALHO, M. F. B. . **A Cidade e o Império: Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDIM, Pedro. **A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos**. In: Tempo, Rio de Janeiro: Sete Letras, v. 7, n. 13, p. 13-59, jul. 2002.

---

<sup>556</sup> HESPANHA, António Manuel. Porque é que existe e em que consiste um direito colonial brasileiro. In: PAIVA, Eduardo França. (Org.). **Brasil-Portugal: sociedade, culturas e forma de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Annblume, 2006. p. 26.



CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Timóteo de Brito Quinteiro, ao rei D. João V reafirmando que não havia necessidade da obra de construção de um novo armazém de pólvora, que só ocasionaria despesa desnecessária à Fazenda Real e sobre abusos do capitão-mor João de Teive Barreto e Meneses. AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 4, Documento 232.

COELHO, Maria Filomena. **A justiça d'além-mar: lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (século XVIII)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a nomeação de pessoas para o cargo de provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, por 3 anos. Resolução a nomear Timóteo de Brito Guerreiro, a 17 de Março de 1734. AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 3, Documento 191.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear João de Teive Barreto e Meneses, a 14 de Março de 1734. AHU-RN, Papéis Avulsos, Caixa 3, Documento 190.

HESPANHA, António Manuel. Porque é que existe e em que consiste um direito colonial brasileiro. In: PAIVA, Eduardo França. (Org.). **Brasil-Portugal: sociedade, culturas e forma de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Annblume, 2006. p. 21-41.

INFORMAÇÃO Geral da Capitania de Pernambuco [1749]. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVIII, 1906, pp. 117-496.

LE MOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte : 1701-1822**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1980. v. 2.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. - Natal: EDUFRN, 2008.

MENEZES, Mozart Vergetti de. **Colonialismo em ação: Fiscalismo, Economia e Sociedade na capitania da Paraíba (1647 – 1755)**. 2005. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MENEZES, Mozart Vergetti de. **Jurisdição e poder nas Capitânicas do Norte**. Saeculum (UFPB), v. 14, p. 11-26, 2006.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, M. F. B. (Org.) ; FERLINI, V. L. A. (Org.) . **Modos de Governar: Ideias e prática políticas no Império português**. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2005. p. 93–115.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, L. M. . **O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

## COLONIZAÇÃO, TRABALHO E MISTIÇAGEM EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX

*Maria José Barboza*

O texto que apresento é parte das reflexões iniciais realizadas para a Dissertação de Mestrado. Trabalho no qual pretendo pensar a política de formação do trabalho livre atrelada a política de terra do século XIX. Acredito que a conjuntura – que reúne a formação do trabalhador livre, a política de terra, a expansão dos mercados e o desenvolvimento do capitalismo – está vinculada ao discursivo desaparecimento dos índios em algumas regiões do Império e especialmente em Pernambuco, pois os discursos acerca da agricultura, da demarcação de terras e homogeneização de índios, negros e brancos através da mestiçagem evidenciam essa relação.

Dito isso, é importante ressaltar que no Império do Brasil a expansão dos mercados e o desenvolvimento do capitalismo para – José Murilo de Carvalho – possuem relação com a formação do estado nacional. Na obra *A Construção da Ordem*, o historiador mostra que o desenvolvimento do capital brasileiro ou acumulação primitiva do capital pode ser entendido como a formação do Estado brasileiro. E que passado o momento de formação do estado-nação o governo passou a se preocupar com o desenvolvimento econômico, buscando aproveitar os potenciais dos setores produtivos, especialmente, a agricultura. Os investimentos no setor agrário, por meio, da construção de estradas de ferro e engenhos centrais mostrou tal preocupação. No que se refere aos gastos com a imigração europeia, o historiador vai dizer que os gastos foram pouquíssimos e que não passou de retórica para acalmar os proprietários do sul. (CARVALHO, 2007).

Para Evaldo Cabral de Melo, no que concerne a imigração europeia, as colônias do sul contavam com maiores incentivos do governo imperial do que as colônias nas regiões de povoamentos mais antigas, como o Nordeste. “O norte não se beneficiou dos seus favores, os investimentos feitos em matéria de imigração foram raras, inclusive nas suas grandes províncias, como Bahia e Pernambuco, cuja influência política pesava na política geral”.(CABRAL, 1984: 61)

Na província de Pernambuco a política de imigração europeia não obteve bons resultados por dois motivos: o primeiro se refere aos investimentos do governo imperial, pois as províncias do norte não receberam tanto subsídios para esta política quando comparadas com as províncias do sul. (Idem) O segundo era a crença de que o trabalhador europeu não serviria para o trabalho no campo nas províncias do norte, devido ao clima, o trabalho agrícola em áreas tropicais, como o das antigas regiões de colonização seria possível apenas ao africano, considerando o aspecto físico.

Entretanto, a província de Pernambuco encontrou para a imigração europeia um importante defensor, o advogado Henrique Pereira de Lucena que dava exemplos, acerca da ocupação holandesa em Pernambuco e até de sua rápida passagem pelo Maranhão. Para Cabral, os exemplos dados pelo advogado na verdade não afirmavam e nem desmentia a adaptabilidade do imigrante europeu ao trabalho no campo da lavoura tropical. “É sabido que a dominação neerlandesa foi predominantemente urbana e que a corrente imigratória que se deslocou dos países baixos em direção ao Nordeste dedicou-se a atividades eminentemente citadinas como o comércio, o artesanato e o serviço público; e que quem se arriscou às lides rurais, fê-lo na condição de senhor de engenho e de lavrador de cana, não de trabalhador braçal”.(Idem, 65)

A política realizada por Henrique Pereira em defesa da imigração possui relação com a extinção dos aldeamentos indígenas e com as noções de mestiçagens. Uma vez

que ao trabalhador livre eram conferidas duas valorações igualmente importantes. A primeira diz respeito a sua força de trabalho, vista como superior quando comparada à força do trabalho escravo que caminhava para a extinção, e a segunda representava um meio de civilizar as “camadas inferiores” daquela sociedade.

Os homens que compunham o “mundo do governo” viam no imigrante um meio de civilização dos povos indígenas. Entre eles, Varnhagen membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que defendia a importância de incentivar a vinda de imigrantes europeus, pois seriam fundamentais na construção de uma nação e povo civilizado. A nação que Varnhagen e seus contemporâneos queriam edificar possuíam os “pés na América” e os olhos voltados para a Europa. A vinda de imigrantes representava a garantia e permanência da cultura e da “civilização” europeia, tendo em vista que os homens da “boa sociedade” pretendiam construir uma nação que fosse um desdobramento da Europa na América. Para Odália, “a opção por uma nação branca e europeizada representava a concretização, no Império, de uma forma superior de civilização, em meio a uma população diversificada etnicamente, pois trazia consigo os elementos básicos em torno dos quais uma nação civilizada deveria constituir-se: lei, ordem, religião e autoridade”. (JANKE, apud ODÁLIA, 2009)

Os debates no IGHB, especialmente, as ideias defendidas acerca da nação e nacionalidade brasileira por Francisco Adolfo de Varnhagen deram o norte da política indigenista no XIX. Acredito, na articulação entre tais debates e a política pernambucana, especialmente, no segundo momento do Império do Brasil. Considerando que Pernambuco, embora seja um espaço específico não se constituiu dissociado do Império como um todo. Para mim, a conjuntura que reúne a formação do trabalhador livre, a questão da terra e a vinda de imigrantes europeus possuem relação com a homogeneização de índios, negros e brancos na província de Pernambuco, pois o discurso oficial evidencia essa relação.

Em Pernambuco a fala oficial vem associada à ideia de homogeneização, misturar os homens indígenas à gente europeia que chegava por meio da imigração significava, para os homens do governo, o meio e a forma de civilizar e solucionar o problema da mestiçagem. Os índios e a condição mestiça representaram em alguns momentos para intelectuais e políticos um entrave na marcha para a civilização. Todavia, a temática acerca do mestiço adquire sentidos diversos ao longo do século. Tais significados se distanciam e se aproximam chegando até mesmo a coexistirem num dado momento do Império do Brasil.

No processo de formação da nação brasileira, de um Brasil que no século XIX precisava criar sua identidade como nação independente:

*a partir de uma população étnica, linguística e culturalmente heterogênea. Nascidos no Brasil, escravos e livres somavam-se a multidão de imigrantes europeus de diferentes origens e línguas, de indígenas de diferentes procedências, descidos como administradores ou escravizados em guerras justas, disputando os significados do torna-se brasileiro (LIMA, 2003:13)*

A província de Pernambuco, embora, seja um espaço específico não se constituiu dissociado das ideias de intelectuais e políticos do Império como um todo. Os debates no IGHB, especialmente, as ideias defendidas acerca da nação e nacionalidade brasileira por Francisco Adolfo de Varnhagen deram o norte da política indigenista no XIX. Por isso, acredito, na articulação entre tais debates e a política pernambucana, particularmente, no que concerne a política de terra e a imigração europeia somadas ao discursivo desaparecimento dos índios.

A política de terras realizada na província de Pernambuco em meados do século XIX – especialmente a partir da Lei de Terras de 1850 e, sobretudo, após o decreto de 30 de janeiro de 1854 que manda regulamentar a Lei de número 601 da mesma – vai fazer eclodir na província pernambucana conflitos sociais que se relacionam com as questões de mestiçagem, envolvendo valores que definiriam os projetos para o Império do Brasil naquele momento da historiografia brasileira.(GUIMARÃES,1998)

No caso da província de Pernambuco, tais conflitos relacionados ao mestiço estavam atrelados, entre outras coisas, ao discurso de seus presidentes acerca do desaparecimento dos índios naquele espaço, bem como dos seus aldeamentos. A fala oficial vem associada à ideia de homogeneização, misturar os homens indígenas à gente europeia que chegava por meio da imigração significava, para os homens do governo em Pernambuco, o meio e a forma de civilizar e solucionar o problema da mestiçagem. Os índios e a condição mestiça representaram em alguns momentos para intelectuais e políticos um entrave na marcha para a civilização. Todavia, a temática acerca do mestiço adquire sentidos diversos ao longo do século. Tais significados se distanciam e se aproximam chegando até mesmo a coexistirem num dado momento do Império do Brasil.

A fala oficial sobre a mestiçagem vem acompanhada de desvalorizações e valorizações que ora atribui ao indígena à criminalidade e ora atribui ao mestiço um sentido valoroso através da política de branqueamento que confere ao mesmo uma positividade ao ponto de, mais tarde, constituir representação da democracia racial. (HAUSER, ano:11) Parte dessa valoração deve-se à política de imigração.

A intensificação da política de imigração, seja na província de pernambucana ou no Império como um todo, confere aos europeus o papel de interagir junto aos índios e aos africanos, integrando-os a proposta de civilização da nação. A integração era realizada através da cultura do imigrante europeu, como por exemplo, a religião cristã católica, vista na província de Pernambuco como um meio não só de vivência da fé, mas um caminho capaz de moralizar as camadas “inferiores” da sociedade.

Para mim, as questões que envolvem o trabalho livre e a terra possuem vínculo com o discurso acerca do desaparecimento dos índios em algumas regiões do Império e especialmente em Pernambuco. Todavia, a pesquisa e leituras feitas até aqui sobre o tema, não são suficientes para o desenvolvimento dos argumentos no que se refere a essa questão. Por outro lado, a reflexão realizada em *Terras, Índios e Mestiços em Pernambuco no Século XIX*, me deu o norte para pensar para pensa-la.

Após a aprovação da Lei de Terras de 1850 o século XIX assistiu à ocupação de terras de modo incontrolável, por meio de posseiros que acumulavam grandes extensões de terras, com limites definidos por acidentes geográficos naturais como um rio, uma queda de água etc. As propriedades adquiridas por ocupação, não possuíam estatuto legal eram compradas e vendidas à vontade. As alterações decorrentes da Lei são percebidas em Pernambuco. A legislação mudou a estrutura do campo da província: os trabalhos acerca da discriminação das terras públicas ocorrem simultaneamente às políticas de libertação dos escravos, da tentativa de implantação da imigração e de novos padrões de controle da mão de obra rural, que vai ser realizado:

*A partir dos diferentes tipos de ‘colônias’ que criadas, extintas, transformadas e agrupadas, numa intensa busca da medida exata entre a tutela daquela população, que a ordem demandava, e a liberação de homens e terras, que o progresso pedia. Por isso, a extinção de aldeamentos indígenas no Nordeste, e especialmente em Pernambuco, não pode ser pensada apenas como desenvolvimento de uma serie de ações que poderíamos ordenar cronologicamente sob a*

*ideia de uma política indigenista com lógica própria, mas, antes, ele deve ser compreendida dentro desse quadro de alterações que compõem a reordenação dos padrões de intervenção e controle sobre a população rural pobre nordestina num momento de transição das realidades de trabalho para o capitalismo.*(ARRUTI, 1995: 66)

A citação mostra que a política indigenista no século XIX deve ser pensada no contexto de alterações sociais que o oitocentos comporta. O século XIX é heterogêneo, diverso e passou por grandes transformações. Como afirmou Manuela Carneiro, “o único século que conheceu três regimes políticos: embora dois terços do período se passem no Império, ele começa ainda na colônia e termina na República Velha”.(CUNHA, 1992: 133) A política indigenista no século XIX carrega as marcas de todo o processo histórico que teve início no período colonial.

A política indigenista no século XIX apresenta duas características básicas: a primeira indica a mudança de foco em relação à perspectiva colonial, pois deixa de ser uma questão de mão de obra para ser uma questão de terra (Idem), mas que, a meu ver, não está totalmente desvinculada da questão de mão de obra. A segunda vai ser o estreitamento do terreno no qual se articula e se decide a política indigenista. Tal situação vai ser marcada por rebeliões e eventuais petições junto ao imperador, através do qual os índios reivindicam seu direito de usufruir da terra. Acredito que esses aspectos da política indigenista possui relação com a formação do trabalho livre e por meio da documentação estarei investigando, e tentando comprovar.

## **Fontes e Referências Bibliográficas**

Relatórios da Província de Pernambuco (1850-1889)

ARRUTI, José Maurício. “Morte e Vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno regional”. In. **Revista Estudos Históricos** FGV, vol 8 n° 15

BARBOZA, Maria José. **Terras, Índios e Mestiços em Pernambuco no século XIX**. Monografia da Graduação. Departamento de História PUC-Rio, junho 2011

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranambuco: Herança e Poder Indígena Nordeste séculos XVI-XVII**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org) **Legislação indigenista no século XIX** Edusp/ comissão pró-índio, São Paulo, 1992

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed. 2007

JANKE, Leandro Macedo. “Constituindo o povo brasileiro” In. **Lembrar para mudar: o memorial orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta**. Dissertação de Mestrado – PUC, Rio de Janeiro, 2009

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos**

MELO, Evaldo Cabral. **O Norte Agrário e o Império**. Editora Nova Fronteira/ Pró-Memória Instituto Nacional do Livro, 1984

## ESCRAVIDÃO E A “LEI PARA INGLÊS VER”: A EXPERIÊNCIA DOS AFRICANOS LIVRES NA REAL FÁBRICA DE FERRO IPANEMA, SOROCABA-SP (1840-1850).

Mariana Alice P. Schatzer Ribeiro

Nos últimos anos, a produção acadêmica sobre a história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil passou por grandes mudanças, multiplicando seus temas e abordagens. A renovação dos estudos sob a inspiração marxista inglesa de E.P. Thompson<sup>557</sup> fez com que a história social privilegiasse as ações de sujeitos históricos específicos. Atualmente, as novas gerações influenciadas por tal inspiração, passam a utilizar também a legislação como fonte e problemáticas historiográficas, acerca do trabalho escravo e do tráfico africano (no nosso caso a de 1831). Segundo Sílvia Hunold Lara<sup>558</sup>, as questões ligadas ao direito e às leis podem marcar, definir e redefinir as relações e negociações sociais dos trabalhadores dos séculos XVIII e XIX. Desse modo, somos influenciados duplamente por Thompson, em primeiro lugar nas questões formuladas a partir do direito e das leis, mas principalmente pelo conceito de *experiência*.

Sendo assim, esta comunicação, nascida dos estudos desenvolvidos sobre a historiografia da escravidão, tem por objeto a análise da experiência dos africanos livres, presentes na Fábrica de Ferro Ipanema, por meio de seu trabalho, cotidiano e vivências entre 1840 a 1850. Os africanos livres tem sido objeto de estudos específicos recentes, a maioria deles inicia-se a partir dos anos 2000, e têm procurado a singularidade destes homens e mulheres, em meio ao seu convívio aos escravizados. De modo geral, as novas pesquisas têm procurado evidenciar a relevância destes trabalhadores pensando-os como um grupo à parte dos escravos, como de fato eram, através do status jurídico de “*tutelados*”.

Porém, mesmo sendo considerado um grupo diverso dentro da legislação, a documentação<sup>559</sup> aponta que africanos e escravos não recebiam diferenciações em seu tratamento, através da moradia, trabalho e vestuário dentro do plantel fabril, mas sim que havia uma preocupação e penalização maior perante os primeiros (que será analisado posteriormente). Dessa forma, é de interesse compreender a natureza e formulação destas relações que envolveram os africanos no empreendimento, mas antes é preciso considerar como surgiu esse grupo de trabalhadores.

### Os africanos livres e a legislação de 1831.

Desde a Convenção de 1817, a categoria dos africanos livres começou a ser efetivamente pensada, quando o Império português aceitou que os navios provenientes do comércio de escravos fossem examinados e julgados pelos ingleses, através de comissões mistas no Rio de Janeiro e Serra Leoa. Após a independência do Brasil, em 1822, as pressões dos ingleses aumentaram e os mesmos só reconheceriam a autonomia política do país, caso fosse extinto o tráfico de escravos. Assim, cedendo às pressões em

---

<sup>557</sup> THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>558</sup> LARA, Sílvia H. *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p.10.

<sup>559</sup> As fontes desta pesquisa encontram-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo, mediante as localizações: CO 5215 (1840-1848) e CO 5216 (1849-1870).

23 de novembro de 1826 é assinado o tratado anglo-brasileiro, que exigia a abolição do mesmo em três anos, condição ignorada pelos brasileiros e pelas autoridades.

Não obstante, após intensos debates no senado outra lei é promulgada: a de 07 de novembro de 1831, escrita pelo Marquês de Barbacena, a qual declara a abolição do tráfico de escravos. Os africanos apreendidos deveriam servir de mão-de-obra ao Império brasileiro na condição de “aprendizes” e após 14 anos de tutela deveriam ser emancipados<sup>560</sup>. Ao serem capturados os africanos eram enviados à Casa de Correção na Corte e de lá eram distribuídos para o trabalho em estabelecimentos públicos ou a particulares.

Obviamente para a maioria dos africanos presos após esta data até 1850, a legislação não foi cumprida. O Estado brasileiro acabou por usar estes trabalhadores segundo as necessidades de grandes contingentes de mão-de-obra não onerosa em obras públicas e particulares reforçava sua autoridade através da tutela. Logo, o trabalho desses homens e mulheres na Fábrica de Ferro longe de ser exceção, era comumente usado em outros estabelecimentos imperiais como: a Fábrica de Pólvora da Estrela-RJ, a Casa de Correção da Corte, o Hospício dos Alienados- SP, etc. Segundo Enidelce Bertin:

*Eles forneciam a mão de obra para as tarefas indispensáveis que requeriam uma força de trabalho regular e confiável e que eram rejeitadas pelos trabalhadores livres. [...] Os africanos serviam como um contingente móvel de trabalhadores forçados engajados em incontáveis projetos de desenvolvimento espalhados pelo país.<sup>561</sup>*

Em 1845 surgiu o tratado Bill Aberdeen que determinava que o governo inglês julgaria os navios como piratas em tribunais ingleses, onde quer que fossem capturados. Com este acordo começou a declinar o número de africanos capturados com o tráfico, mas foi apenas em 1850, através da Lei Eusébio de Queirós, que houve a abolição total mesmo.

## **Os africanos livres em Ipanema**

A Fábrica de Ferro Ipanema foi a primeira indústria siderúrgica da América Latina. Nela trabalharam operários e muitos dos quais na condição de africanos livres, além de estrangeiros e escravos.

*Desde os seus primórdios, a Fábrica São João do Ipanema foi um marco para a história da indústria no Brasil. De uma tentativa modernizadora preconizada pelo governo português a partir de 1811, a companhia passou por diversas fases, permanecendo como uma importante referência tanto econômica quanto estratégica.<sup>562</sup>*

---

<sup>560</sup> Na maioria dos casos, a legislação não foi respeitada e ficou conhecida como: “lei para inglês ver”, ou seja, medida criada apenas para cumprir os acordos com a Inglaterra.

<sup>561</sup> BERTIN, Enidelce. *Os meia cara. Os africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2006, p. 10.

<sup>562</sup> DANIELI Neto, Mario. *Escravidão e Indústria: Um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João do Ipanema- Sorocaba (SP)-1765-1895*, Dissertação de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2006, p. 170.

Durante os séculos XVIII e XIX, as indústrias no Brasil se estabeleciam fora das áreas urbanas, usufruindo fontes de energia, fornecimento de matéria-prima e eram bastante artesanais. No caso da fábrica Ipanema a escolha da cidade de Sorocaba ocorreu devido a presença de “hum puro mineral de ferro”<sup>563</sup> pedra calcária e boas pederneiras, ou seja fontes de matéria prima. Quanto à origem da Fábrica de Ferro os indícios são precários, remontam 1765, com a primeira amostra de ferro enviada pelo governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Souza. Este por sua vez a enviou para o Marquês de Pombal, que afirmou que: “as explorações de minas de ferro se mostravam mais úteis que as de ouro”.<sup>564</sup>

A criação da fábrica foi uma tentativa de modernizar a economia brasileira, em um lugar de boa localização geográfica. Além disso, também servia para promover uma maior ocupação do território, esforço entre o governo central e provincial para alcançar objetivos políticos e econômicos vantajosos. Após o período de criação, a fábrica passou por diversas fases incluindo o Alvará de proibição das manufaturas, ferro e tecido no Brasil, que predominou até 1810. Neste ano o Alvará foi revogado por D. João VI, que a partir de sua mudança para o Brasil buscava dinamizar a economia. Em 1834 assume a direção da fábrica o Major João Bloem, permanecendo até 1845. Durante sua administração vieram os primeiros africanos livres e foi um período de apogeu e muitos conflitos. A partir de 1845, Ipanema contou com cinco diretores até o ano de 1865, entre eles o Barão de Itapicuru e o general Ricardo Gomes Jardim (1848-1849). Após longo período de crise financeira e decadência de mão-de-obra, o empreendimento encerra suas atividades em 1895, que passa a aquartelar uma guarnição do Exército brasileiro até 1937.

O primeiro grupo de africanos que chegou à Fábrica Ipanema em 1835, proveniente da Corte. No ato de entrega dos mesmos o Presidente da Província de São Paulo lembrava as obrigações do administrador do estabelecimento perante eles:

*Esperando por último este governo, que o sobredito senhor diretor terá da sua parte a maior vigilância não só sobre a conservação destes indivíduos, a fim de que não possam a vir a ser presa de algum ambicioso que os desencaminhe e os reduza a cativo, como mesmo sobre o seu bom tratamento e competente ensino*<sup>565</sup>.

Na fábrica as condições de controle disciplinar e tempo de trabalho tornavam o regime de trabalho muito exaustivos devido pela própria natureza do estabelecimento, como demonstra o contrato de trabalho com um mestre ferreiro: “*Os trabalhos diários da oficina são de 5 horas da manhã até as 8 horas da noite, bem entendido no verão se terá meia hora para o almoço e uma hora e meia para o jantar, no inverno meia hora para o almoço e uma hora para o jantar*”<sup>566</sup>.

Além disso, os africanos livres ocuparam as mais variadas funções no processo de produção, como também em atividades complementares e de apoio como mestre de fundição, mestre moldador, mestre de refino, mestre ferreiro, oficial ferreiro e de

<sup>563</sup> PEREIRA, Osny Duarte. *Ferro e Independência*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 203.

<sup>564</sup> DANIELI Neto, Mario. *Escravidão e Indústria: Um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João do Ipanema- Sorocaba (SP)-1765-1895*, Dissertação de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2006, p.85.

<sup>565</sup> AESP- EO 570 fl 23v. 28.06.1835. Ofício do Presidente Francisco Antonio de Souza Queirós ao diretor da fábrica

<sup>566</sup> AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, 25 de maio de 1835. Ofício da diretoria da fábrica. Ordem nº CO 5214.



fundidor, criação de animais e agricultura (estes dois últimos realizados principalmente pelas crianças e mulheres). Quanto à rotina eles eram obrigados a realizar inúmeras atividades no plantel, como participar das missas, seguir os preceitos da fé cristã; sem esquecer-se da vigilância e opressão diária dos feitores.

Outro dado importante é com relação à moradia precária dos cativos, a qual o diretor discorre em relato de 1842:

*A senzala construída sobre duas antigas casas de guardar carvão e cavacos, não serve para o fim a que é destinado, porque além de não estar acabado, ela não oferece comodidade alguma aos desgraçados africanos e escravos que nela são obrigados a dormir [...].<sup>567</sup>*

Pode-se perceber nesta fonte, a condição precária a qual os africanos eram submetidos, pois sequer havia um alojamento especial aos trabalhadores, e sim, um espaço estabelecido, talvez no improvisado. Vale ressaltar também, o termo “*desgraçados*”, utilizado pela autoridade da fábrica ao mencionar sobre os mesmos. Provavelmente a palavra empregada deve ter sido mais no sentido piedoso, (devido àquela situação), do que na forma acusadora e intolerante. Logo, os africanos livres eram um grupo peculiar de trabalhadores forçados e severamente limitados, os quais o governo imperial utilizou a legislação a fim de controlar suas vidas e, principalmente, para agir em favor da manutenção do sistema escravista, camuflada na tutela.

## **Os trabalhadores tutelados**

Como dito anteriormente, é de interesse compreender as experiências dos africanos livres dentro do plantel fabril, esse grupo de trabalhadores com característica jurídica peculiar, que infelizmente, na maioria dos casos foi estabelecida apenas no papel. Para tal, abordaremos alguns documentos que retratam esta condição, ressaltando que a pesquisa encontra-se na fase de estudo dos dados e fontes encontradas, logo as conclusões retratadas aqui são frutos de uma análise ainda não encerrada acerca do objeto.

## **População e funções dos africanos na Fábrica**

Ao serem capturados nos navios apreendidos, os africanos eram enviados à Casa de Correção, na Corte, e em seguida enviados para as instituições públicas ou a particulares. Desse modo, a Fábrica de Ferro não foi a única a receber o grupo de escravizados tutelados, que também foram destinados, por exemplo, à Fábrica de Pólvora da Estrela-RJ, o Hospício dos Alienados- SP, etc. No entanto, Ipanema contou com um grande número de africanos ao longo do período estudado, como demonstra a tabela a seguir:

---

<sup>567</sup> AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, 27 de outubro de 1842. Relatório da Fábrica. Ordem ° CO 5216.

**Tabela 01: População de africanos livres na Fábrica de Ferro<sup>568</sup>:**

Ano	Homem	Mulher	Menores	Total
1836	30	18	-	
1837				48
1841	-	-	-	104
1843	76	19	08	103
1845	66	16	08	90
1846	196	23	21	240
1848	-	-	15	144
1851	114	21	06	141

Pode-se perceber que durante o ano de 1846 existiu o maior número de trabalhadores no empreendimento. Além disso, houve um imenso cuidado dos administradores em documentar esses tutelados, pois há diversas listas nominais, étnicas e quantitativas sobre os mesmos na fábrica. Grande parte dos grupos era proveniente de regiões como: Angola, Moçambique, Congo e Benguela, ademais a maioria eram homens com idade entre 15 e 40 anos. Todavia, conforme abordado anteriormente, tanto africanos, quanto escravos exerciam as mais diversas atividades como ferreiros, carpinteiros e auxiliares, por sua vez é preciso a diante analisar um pouco do dia-a-dia dos tutelados.

### **Cotidiano: alimentação, trabalho e saúde.**

Uma das primeiras informações relevante acerca do tratamento não diferenciado entre africanos e escravos foi com relação à alimentação, conforme demonstra esta fonte:

*[...] No caso de simultânea falta de feijão e arroz, o almoço dos escravos e africanos constará de angu de fubá, e o jantar de carne-fresca, regulando-se as rações para os do serviço do mato e os que trabalham dentro da fábrica, assim tem nesses casos canjica para a ceia [...]*<sup>569</sup>.

Em primeiro lugar, a administração fazia questão de quantificar exatamente os alimentos que cada trabalhador receberia ao longo do dia-a-dia, não só os alimentos como as roupas que seriam utilizadas. Entretanto, tal organização algumas vezes apenas se manifestava no papel, pois já foram encontrados também documentos acerca de manifestações e queixas dos escravizados sobre falta de vestuário (principalmente no inverno) e comida. Além disso, vale lembrar a fonte citada no início, que relata o local de moradia: uma senzala improvisada aonde permanecia escravos e africanos livres. Outro dado importante, diz respeito à saúde: “[...] Os escravos e africanos doentes que são em número de 19, se acham no hospital entregues a si mesmos, visto que não há quem lhes aplique remédios[...]”. Assim, no cotidiano e, embora alguns tutelados tivessem consciência de sua condição de trabalho diversa, na prática não houve

<sup>568</sup> AESP- CO 5214. 21.07.1836, CO 5215. 28.02.1842, 21.10.1843, 25.10.1845, CO 5216 27.10.1851.

<sup>569</sup> AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, 30 de dezembro de 1848. Ordem n°5215.

diferenciações de tratamento entre africanos e escravos, as diferenças apareceram somente ao que diz respeito à coerções e vigilância.

Não obstante, há vários documentos que retratam especificamente sobre a saúde dos africanos, existe uma correspondência, a qual o Presidente da Província de São Paulo, alerta o diretor do estabelecimento sobre a presença de bexigas em um africano recém-chegado<sup>570</sup>, o qual deveria ser isolado dos outros trabalhadores a fim de evitar o contágio. Sabemos que a longa travessia transatlântica e as condições precárias a bordo dos navios negreiros faziam com que os africanos adoecessem logo após chegarem ao Brasil. Também foi possível identificar que havia uma preocupação das autoridades com os escravizados, no entanto, a mortalidade dos mesmos era muito elevada, pois, não existiu na maioria das vezes um tratamento adequado, ressaltando assim a condição exaustiva e precária, a qual foi vivenciada.

A partir das informações retratadas acima, outros elementos passaram a intrigar os questionamentos sobre o objeto, como por exemplo: já é notório na historiografia da escravidão, o fato de escravos ao vivenciar as mesmas experiências, seja nas fazendas, ou cidades terem estabelecido laços de compadrio, família e solidariedade; sendo que o mesmo também ocorrera com os africanos livres. Não obstante, no caso de Ipanema é preciso saber se esta mesma vivência cotidiana fez com que os dois grupos de trabalhadores também estabeleceram algum tipo de laço entre si. O interessante, é que até o momento estudado as fontes não demonstram isso, principalmente no aspecto das fugas e conflitos, os quais são de interesse desvendar com estudos mais profundos posteriormente.

## **Conflitos e fugas na Fábrica de Ferro**

Os africanos livres foram trabalhadores extremamente vigiados pelas autoridades provinciais/ imperiais, mas principalmente pelos seus responsáveis particulares ou de estabelecimentos públicos, devido à crença de sua possível capacidade de violar a ordem instaurada. De acordo com Elciene Azevedo<sup>571</sup> não eram os africanos uma “categoria de criminosos”, porque na realidade eram os próprios que sofriam um crime, por serem “pessoas livres”, mantidas ilegalmente no cativeiro. Outro dado relevante é a preocupação das autoridades do Estado com a “corrupção dos costumes” que a presença dos africanos poderia gerar. Segundo Jaime Rodrigues<sup>572</sup>, o temor seria devido aos males que a presença dos africanos trazia à sociedade e à segurança pública, esse medo branco se intensificou após a Revolta dos Malês, em 1835, na Bahia.

Assim, os trabalhadores passam a ser temidos não apenas como indivíduos, mas também como sujeito coletivo. Esta interpretação do historiador faz muito sentido e podemos seguir a mesma linha de raciocínio do autor e articulando-o com o seguinte documento: “[...] *Agora tenho de representar a Vossa Excelência que tais africanos são perigosíssimos, e devem ser quanto antes daqui afastados para evitar-se a tempo funestas consequências [...]*”.<sup>573</sup>

---

<sup>570</sup> AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, 23 de setembro de 1845. Correspondência de Manoel da Fonseca Lima e Silva, do conselho da Presidência da Província. Ordem nº 5215, Folder nº20.

<sup>571</sup> AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2010, p. 130.

<sup>572</sup> RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. UNICAMP- CECULT, 2000.

<sup>573</sup> Ofício do diretor da Fábrica São João do Ipanema ao presidente da província de São Paulo, 21 de março de 1849. Ordem nº CO 5216 (1849-1870).

Os tutelados ao terem consciência de sua condição, aliada a um cotidiano exaustivo e precário, obviamente reagiram através dos meios que dispunham, seja através das fugas ou dos conflitos, podendo até mesmo se revoltar ou convocar outros trabalhadores, por isso a preocupação do administrador da fábrica em afastar alguns africanos considerados “mais rebeldes”. Os relatos acerca das escapadas são numerosos, até o momento foi identificado, que em sua maioria, os homens se aventuravam nas fugas, seja em grupo, ou isoladamente e que esta era recorrente, mesmo após terem sido capturados:

*Participo a Vossa Excelência. que no dia 28 de abril passado fugiu do serviço desta Fábrica, o africano livre Caetano, de mais ou menos 30 anos de idade, magro, estatura mediana, preto retinto, e de rosto bexigoso; sendo o mesmo que por já se achar na cadeia de São Paulo, em castigo de outra fugida, me fora remetido pelo Juiz Municipal e Delegado da mesma cidade, em 20 de janeiro de 1843.*<sup>574</sup>.

Além disso, embora as fugas de africanos fossem uma constante, uma em especial chamou a atenção: em ofício de 1841<sup>575</sup>, o diretor da fábrica, o Major João Bloem relata o fato de escravos que teriam se evadido recentemente, terem fugido novamente e participado de um episódio repleto de violência física contra os policiais, pois os africanos retiraram as facas dos mesmos ferindo-os no momento da abordagem. Em seguida foram recapturados pelas autoridades, porém fugiram uma terceira vez. O interessante desta fonte, é que o diretor narra possíveis castigos e coerções aos trabalhadores, porém sem entrar em detalhes.

Ademais, há o pensamento consolidado na historiografia de que os escravizados não foram passivos e reagiam com os meios que dispunha. Atualmente, nos interessa saber se a violência contra as autoridades fora uma exclusividade dos africanos livres, como também, é preciso descobrir se isto acontecia apenas com os trabalhadores de Ipanema, ou se era uma atitude comum aos africanos de outros estabelecimentos públicos.

## Conclusão

O texto apresentado foi apenas um recorte da atual pesquisa de Mestrado, a qual ainda há questionamentos, análises e considerações a realizar. Por sua vez, a historiografia ainda carece de estudos que deem ênfase ao cotidiano desses trabalhadores, seu modo de viver, pensar e agir durante sua atuação nos empreendimentos públicos ou particulares. Assim, a importância do presente trabalho encontra-se no aprofundamento da experiência desses africanos (livre de direito, escravos de fato) na fábrica, ou seja, suas práticas cotidianas, costumes, resistências, fugas, conflitos e solidariedades.

Por conseguinte, tal estudo pode vir a recuperar um fragmento do mundo do trabalho compulsório, no século XIX, visto que a consciência dos tutelados da sua condição oficial de não escravo era usada como premissa para suas reivindicações; encarando-os como sujeitos históricos e atuantes à resistência do sistema escravista,

<sup>574</sup> AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, 01 de maio de 1844. Ordem nº5215 (1840-1848).

<sup>575</sup> Ofício de Major João Bloem, diretor da fábrica ao Presidente da Província, Coronel Rafael Tobias de Aguiar. AESP, Fábrica de Ferro Ipanema, 03 de julho de 1841. Ordem nº CO 5215 (1840-1848).

podendo assim, somar-se aos estudos referentes à escravidão e liberdade dos povos africanos e afro-brasileiros.

### Fontes e Referências Bibliográficas

**AESP-** Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fábrica de Ferro Ipanema. Ordem nº CO 5215 (1840-1848).

**AESP-** Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fábrica de Ferro Ipanema. Ordem nº CO 5216 (1849-1870).

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2010.

BERTIN, Enidelce. *Os meia cara. Os africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2006.

DANIELI Neto, Mario. *Escravidão e Indústria: Um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João do Ipanema- Sorocaba (SP)-1765-1895*, Dissertação de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2006.

LARA, Sílvia H. *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_, Sílvia H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. In *Projeto História*, Revista da Pós-graduação PUC-SP: São Paulo, nº 16, fev. de 1998.

MAMIGONIAN, Beatriz G.. *O direito de ser africano livre. Os escravos e as interpretações de 1831*. In *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de História Social*, org. Sílvia Hunold Lara e Maria Nunes Mendonça, Ed. Unicamp: Campinas, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Do que “o preto mina” é capaz: etnia e resistência entre africanos livres*. In *Afro-Asia*, 24 (2000), pág.71-95.

MATTOS, Ilmar Rohloff, de. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

PEREIRA, Osny Duarte. *Ferro e Independência*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

REIS, João J. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1989.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. UNICAMP- CECULT, 2000.

\_\_\_\_\_, Jaime. *Ferro, Trabalho e Conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema*, in *História Social UNICAMP*, Campinas, nº 4/5, 1997.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa, vol. 1*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## AS EXPERIÊNCIAS DOS AFRICANOS NAS IRMANDADES DA PARAHYBA OITOCENTISTA: RECONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS NO MUNDO ATLÂNTICO

*Matheus Silveira Guimarães*

O ano era 1842. O mês de março completava décimo quinto dia e Quitéria Pereira de Sousa procurou o cartório do tabelião Joaquim Rodrigues Segismundo para abrir seu testamento. De acordo com este tabelião, Quitéria o procurara devido ao fato de não saber ler nem escrever. Ela nasceu na Costa da Mina e foi trazida para a cidade da Parahyba do Norte<sup>576</sup> aos oito anos de idade. Devido a sua pouca idade, não se recordava mais dos pais. Com o tempo, conhecera José Pereira de Sousa com quem se casara e herdara o sobrenome. Ambos não tiveram filhos juntos. Por este fato, escolheu como herdeira de seus bens Anna, que era filha natural de Antonia de Figueredo e do já falecido capitão Luis José Figueredo. Uma das preocupações trazidas pelo testamento de Quitéria estava a sua sepultura, que deveria ocorrer na Capela de Nossa Senhora do Rosário, sede da Irmandade de mesmo nome, a quem seus testamenteiros deveriam dar uma esmola de 20 mil reis (LIVRO DE NOTAS, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 1841-1846, fl.18v)<sup>577</sup>.

A vida de milhões de pessoas como Quitéria, que foram retiradas da África forçadamente e levadas pelo Atlântico ajudaram a construir uma relação muito forte entre a África e as Américas. O laço estabelecido entre os dois lados do Atlântico não eram apenas econômicos e políticos, mas também culturais. Não podemos pensar a formação histórica do Brasil e da África em separado, mas fazendo parte de um mesmo complexo, de um mesmo mundo, o *mundo atlântico*.

Dentre as várias maneiras de se pensar essas interrelações culturais, estão as manifestações religiosas. A Igreja Católica, instituição que contribuiu para legitimar o processo de colonização e escravização implementado pelos portugueses, foi talvez o elemento mais presente na construção do mundo atlântico. Serviu não apenas para os colonizadores iniciarem práticas de dominação, como também para os escravizados africanos se adaptarem a uma nova vida a eles impostas, construindo novas formas de sociabilidades. Nesse sentido, destacamos as irmandades religiosas.

Devido à presença lusa nas terras da África, muitos habitantes deste continente já tinham contato com as irmandades religiosas. Ao chegarem ao Brasil, muitos deles viram nessas instituições uma maneira de criar e fortalecer determinados laços de solidariedade, visando construir novas condições de vida sob o cativeiro.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais aprofundada acerca da população africana que vivia na província da Paraíba na primeira metade do século XIX, desenvolvida no mestrado do Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). O objetivo específico deste trabalho é analisar algumas das práticas utilizadas por essas pessoas africanas na luta pela reconstrução de suas vidas após serem retiradas de suas terras e de seus laços sociais, destacando as práticas religiosas das irmandades. Dessa maneira, pretendemos inserir a história da Paraíba em um complexo mais amplo, o mundo atlântico, e perceber fragmentos das experiências vividas por essas pessoas traficadas para a América.

---

<sup>576</sup> Diferenciaremos aqui os termos “Parahyba” e “Paraíba”. Até o ano de 1930, a capital da Paraíba (hoje denominada João Pessoa) era homônima ao Estado. Dessa maneira, para evitarmos confusão, utilizaremos o termo “Parahyba” para nos referirmos à cidade e “Paraíba” quando estivermos tratando da província/estado.

<sup>577</sup> Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, doravante, IHGP.

A globalização, fenômeno tão discutido nos dias atuais, não é recente. Sem dúvida, vivemos uma nova fase desse processo, talvez mais dinâmico e multifacetado. Contudo, desde o final do século XVI, com o processo de expansão europeia, diversas interconexões tem se estabelecido de maneira mais intensa entre as várias regiões do mundo. A história do Brasil não pode ser pensada fora desse contexto de interação política, econômica e cultural.

Quando, em 2000, Luis Felipe de Alencastro publicava sua obra que se tornou clássica, *O Trato dos Viventes*, o autor defendeu que a formação histórica do Brasil se deu a partir de suas relações com a África pelo Atlântico Sul. Para ele, “O que se quer, ao contrário, é mostrar como essas duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo” (ALENCASTRO, 2000, p. 9). Para o autor, o que se formou foi “uma realidade aterritorial, sul-atlântica”. O Brasil teria se formado para além do território que conhecemos como brasileiro (ALENCASTRO, 2000, p.20).

Uma das análises pioneiras nessa perspectiva foi proposta por Sidney Mintz e Richard Price (2003). Esses autores, escrevendo no início da década de 1970, acreditavam que não poderíamos compreender as sociedades na América após a colonização europeia sem levarmos em consideração aspectos culturais africanos. Eles apresentam uma abordagem antropológica do que denominam “cultura afro-americana”. Partindo da premissa de ser impossível uma “aculturação”, ou seja, perder todas suas crenças, valores e, em geral, herança cultural. Apesar de haver uma relação desigual entre europeus e africanos em prol dos primeiros, estes conseguiram, na medida do possível, manter algumas de suas práticas culturais (MINTZ; PRICE, 2003).

Assim, se deu nas terras da América e da África, um processo de reconstrução cultural e aproximação dos dois lados do Atlântico. Um dos principais personagens dessa aproximação (forçada) eram os escravizados levados de um lado a outro do oceano. Como afirma Paul Gilroy ao propor uma análise sobre o que ele denominou de “Atlântico Negro”, os navios (também os negreiros) devem ser o ponto de partida (GILROY, 2001, p.38). Foi em torno do comércio de africanos que girou a construção do mundo atlântico. Dessa maneira, podemos afirmar que

*o comércio de braços humanos não aproximou apenas as praias que ficavam frente a frente, mas estendeu sertão adentro o seu alinhavado. [...] Assim, a África recebeu e africanizou a rede, a mandioca e o milho, enquanto o Brasil e Cuba faziam seus dendê, a malagueta e a panaria da Costa (SILVA, 2003, p.54).*

Esse complexo e dinâmico relacionamento construído no Atlântico interferiu também em questões religiosas. Construiu-se, com isso, o que Thorton chamou de “religião afro-atlântica, identificada com frequência como cristã, especialmente no Novo Mundo, mas, na verdade, era um tipo de cristianismo que podia satisfazer o entendimento das religiões africana e europeia” (THORTON, 2004, p.312). Os africanos aceitaram as premissas religiosas cristãs, mas não abandonaram suas crenças por completo.

Retornemos, então, à nossa personagem inicial. Quitéria Pereira de Sousa, como afirmou no seu testamento, tinha nascido na Costa da Mina e chegou à cidade da Parahyba do Norte aos 8 anos de idade. Infelizmente, a documentação não nos permite identificar sua idade e, por consequência, o ano que possivelmente ela tenha vindo para

a cidade. Contudo, algumas informações do testamento pode nos levar a acreditar que Quitéria já possuía laços sociais estabelecidos na cidade da Parahyba há um tempo considerável. Isso porque, além de provavelmente ela ter sido liberta – pois se veio para o Brasil dessa região da África com tal idade, por certo, veio escravizada –, tinha sido casada, possuía escravos e indicava uma herdeira para seus bens. Ou seja, Quitéria tinha conquistado um espaço de sociabilidade interessante para uma africana e isso não se deu em um curto espaço de tempo.

O que nos chama bastante atenção no testamento de Quitéria está no fato de sua filiação à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a quem ela pretende destinar a esmola de 20 mil reis por ocasião de sua sepultura. Não sabemos ao certo a data de criação da dita irmandade. Contudo, conseguimos identificar na documentação referências a esta desde o século XVIII, quando em 1767, um requerimento direcionado ao rei de Portugal pedia a confirmação de seu compromisso (AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 24, D. 1831). Um século depois, em 1867, tal compromisso foi renovado e aprovado por lei provincial (COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Capital, AHWBD, 1867)<sup>578</sup>.

De acordo com o compromisso desta Irmandade, ela deveria ser

*Composta de pessoas de cor preta, assim homens, como mulheres, livres, libertos ou escravos, seja qual for a nação a que pertençam, com tanto que professem a Religião Catholica e Apostólica Romana (COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Capital, AHWBD, 1867, fl.01).*

Diante dessa diretriz, cabe-nos pensar que tal irmandade era composta majoritariamente por africanos, tendo em vista ser direcionada a pessoas “pretas” e de qualquer “nação”. Todavia, admite também a entrada de pardos e brancos, desde que apenas para devoção, sem assumir nenhum cargo.

Além de Quitéria, identificamos outro membro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Seu nome era Francisco Gangá. Dois anos após Quitéria ter aberto seu testamento, o africano Francisco Gangá também procurou o tabelião Joaquim Rodrigues Segismundo para fazer o mesmo. No dia quinze de fevereiro de 1844, Francisco e sua mulher Cosma Corrêa abrem seu testamento afirmando que

*Morrendo qualquer um deles queriam ser acompanhados pelas suas irmandades sendo sepultados na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o que o sobreviver mandará dizer [ilegível] seis missas pela alma do que morrer pelos quais pagará a esmola de costume (LIVRO DE NOTAS, IHGP, 1841-1846, fl.165).*

O local da sepultura juntamente com o fato de serem “pretos” nos leva a acreditar que a Irmandade referida era a de Nossa Senhora dos Rosário. De acordo com o compromisso da mesma Irmandade, qualquer um de seus membros ao morrerem seriam acompanhados por seus irmãos. Logo após o enterro, todos iriam à Igreja e rezariam “três Padres Nossos e três Ave Marias à Paixão sagrada do Nosso Senhor Jesus Cristo em sufrágio da alma do irmão que ficou sepultado” (COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Capital, AHWBD, 1867, fl.10v).

A quantia da “esmola de costume” a ser dada não conseguimos descobrir. O ato das esmolos era uma das características mais marcantes das irmandades. Não apenas

---

<sup>578</sup> Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, doravante, AHWBD.



ajudava o sustento financeiro da própria instituição, como também tinha um aspecto simbólico. A esmola significava um ato de caridade e humildade, duas práticas que determinariam uma vida cristã. Para as irmandades, as esmolos eram tão importantes que “Existia nas irmandades a figura do *esmoler* [sic], que percorria as ruas das povoações, das vilas e das cidades para recolher as esmolos, nos sábados ou domingos” (LIMA, 2009, p.94).

Outra questão que gostaríamos de destacar diante do caso de Francisco Gangá e sua esposa é a sua naturalidade. Provavelmente, Francisco teria nascido na região de Angola. Afirmamos isso ao considerarmos a origem de seu nome “Gangá”. Este provavelmente era uma referência ao termo *n’ganga* que, em Angola, assumia um caráter religioso (CALAINHO, 2001, p.160; MATTOS, 2009, p.52). Não seria absurdo pensar na possibilidade de Francisco Gangá ser um sacerdote, ou filho de algum, nos seus tempos de África. Dessa maneira, temos um africano, membro de uma irmandade cristã e que carrega seus laços com seu continente de origem.

Da mesma forma com Francisco Gangá, possível “Angola”, fazia parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em vários lugares do país, isso também ocorria. A historiografia acerca das irmandades apontam para o fato de que geralmente, as irmandades do Rosário eram dominadas pelos africanos “angolas”, o que não impedia a presença de outros grupos, mas a participação destes era limitada (REIS, 1996; SOARES, 2000; REGINALDO, 2011). Isso ocorria, principalmente, pelo fato de os portugueses já terem levado o culto dessa santa às terras da região de Angola e Congo.

Como nos mostra Lucilene Reginaldo, o processo de colonização da África pelos portugueses desde o final do século XV se deu ao lado da dominação religiosa. No caso da região da África Centro-Occidental, nos reinos do Congo e Angola, a religião católica foi aceita pelas elites políticas como uma maneira de obter vantagens junto aos europeus e fortalecer as hierarquias sociais da região. Com a expansão do catolicismo por esta parte do continente, surgiram várias irmandades. Uma delas foi a de Nossa Senhora do Rosário que logo foi bem recebida (e até apropriada) pelos escravizados e libertos (REGINALDO, 2011).

Um dos motivos para que a imagem de Nossa Senhora do Rosário fosse tão bem aceita por essas pessoas, talvez consistisse no fato de que as orações presentes no Rosário (Pai-Nosso e Ave Maria) serem de fácil compreensão (MEGALE, 2001, p.431, SOUZA, 2002, p.160). Independente disso, o que vale ressaltar é que as irmandades do Rosário foram, assim, uma das linhas que ligavam as duas pontas do Atlântico.

Até o presente momento da pesquisa, o que nos têm sido apontado é uma forte presença da população banto, mais especificamente vindos de Angola, na cidade da Parahyba do Norte. Estudos como o de Rocha (2006) demonstram essa maioria considerável de africanos que tinham sua “nação” identificada como “Angola”. Luciano Mendonça de Lima (2008), ao trabalhar a região do agreste da Paraíba, também constata essa característica. Isso se dava, provavelmente, pelo fato de a província da Paraíba estar inserida nesse mundo atlântico mediante sua vizinha Pernambuco. A influência de Pernambuco sobre a Paraíba e a dependência desta remonta ao processo de conquista e colonização<sup>579</sup>. Essa relação também era expressa pela entrada de africanos. A província pernambucana possuía seu mercado de pessoas escravizadas atrelados, principalmente, às terras de Luanda em Angola (ROCHA, 2006).

A região Centro-Occidental da África era composta por vários reinos, destacando-se o do Congo e o de Andongo, conhecido por Angola, que faz referência a um metal

---

<sup>579</sup> Ver, por exemplo, Gonçalves (2007) que aborda a relação entre as elites da Paraíba e Pernambuco nos primeiros anos de ocupação da capitania.

que possuía naquela região um poder simbólico muito grande (MATTOS, 2009). Foi dessa região que foi traficado o maior número de africanos para Pernambuco e Paraíba, todos falantes da língua banto. Foi de lá que, muito provavelmente, veio o africano Francisco Gangá, membro da Irmandade de Nossa Senhora dos Rosários dos Homens Pretos da Capital.

Porém, apesar de haver a possibilidade de essa irmandade ser dominada pelos “angolas”, a irmandade aceitava pessoas de qualquer nação. Não podemos esquecer Quitéria de Sousa, que fazia parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ou seja, era talvez uma irmã espiritual de Francisco. Contudo, não era da região de Angola e, sim, da Costa da Mina.

A região denominada de “Costa da Mina” compreende ao que hoje conhecemos por Gana, Benin, parte da Nigéria, e é também conhecida como África Ocidental. Pernambuco também estabeleceu com tal região redes de comércio, nas quais, provavelmente, um navio negreiro tenha trazido Quitéria. Na Bahia, João José Reis aponta para alguns conflitos existentes entre os “minas” e “angolas” (REIS, 1996). Não sabemos ao certo até que ponto havia esses conflitos na cidade da Parahyba do Norte. Talvez a pequena quantidade de africanos na região tenha levado a uma maior aproximação destes, independente de suas origens na África. Talvez pessoas como Francisco Gangá e Quitéria Pereira de Sousa tenham construído uma relação de solidariedade mediante a Irmandade analisada.

Outro ponto que podemos destacar em relação ao papel das irmandades na construção do mundo atlântico diz respeito ao papel das mulheres na organização das Irmandades. No caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Capital da Paraíba, o compromisso admitia a participação das mulheres na composição da mesa regedora. O capítulo 21 do mesmo documento admite que além dos cargos constitutivos da mesa que deveriam ser compostos por meio de eleição, haveria os cargos de juíza e escritvãs, sempre em pares que deveriam ser eleitas uma liberta e outra escrava (COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Capital, AHWBD, 1867, fl.15). Além do “pragmatismo masculino” proposto do João José Reis (1996, p.8) para explicar essa situação, podemos acreditar que essa definição também teria aspectos africanos, pois, conforme Naiara Alves

*a participação feminina nas irmandades negras denota, mais uma vez as relações entre as religiões, que coexistiam nessas instituições, ou seja, existia um movimento circular entre o imaginário católico e o de descendente africano. Já que os descendentes africanos seguindo uma lógica pertencente à cultura de seus antepassados, aceitavam e valorizavam o papel da mulher dentro do ambiente religioso. Transportando essa participação para suas irmandades, prestigiando suas rainhas, e registrando em suas ordens de compromisso a existência de uma escritvã e de uma juíza (ALVES, 2006, p.70).*

Mas, talvez, o caso mais explícito do papel das irmandades na construção do mundo atlântico se expresse nas festas. As irmandades funcionavam em torno das festas. Nessas datas, geralmente em homenagem ao santo ou santa padroeira, todos os irmãos vestiam-se a caráter para comemorar. Para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Capital, o dia 28 de dezembro era o dia especial. Para organizá-la, a mesa reunia-se com mais de um mês de antecedência, voltando-se, principalmente, para as finanças que permitiriam a realização das festas. Em tais festividades, as expressões culturais africanas vinham à tona com mais evidência. O maior exemplo disso consistia

na coroação dos Reis do Congo. Como o próprio nome sugere, há uma referência direta às estruturas administrativas da África (SOUZA, 2002).

Mas as festas das irmandades negras não se caracterizavam apenas pela coroação dos Reis, como também por muita música e dança. Como nos mostra Maria Vitória Lima,

*As festas negras mais significativas e de que conseguimos vestígios na documentação foram o samba, o batuque, o entrudo, o carnaval; e as patrocinadas pelas irmandades negras: Reinado do Rosário/Congo; Maracatus e Cabinda. Há referências a pessoas livres negras, no final do Século XIX e início do XX, que dançavam, em grupos de cabocolinhos, assim como a cavalhada, e outras manifestações populares (LIMA, 2009, 103).*

A autora fez essa afirmação não apenas baseada na documentação, quanto no relato de alguns memorialistas da cidade. Para tais, essas mesmas expressões culturais eram todas praticadas diante da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde tinha sede a Irmandade já referida. Dessa maneira, tínhamos na festa, podemos dizer, o ápice das aproximações criadas pelo mundo atlântico. Uma data de comemoração católica no Brasil feito por pessoas vinda da África, coroando seus reis simbolicamente, ao som de batuques de origem africana. Em muitas dessas festas, provavelmente, estiveram presentes africanos vindos de Angola, como Francisco Gangá, e da Costa da Mina, como Quitéria de Sousa, que tiveram nestas uma forma para as reconstruções identitárias após o trauma vivido após a travessia do Atlântico e o processo de escravização no Brasil.

\*\*\*

Tentamos demonstrar no decorrer dessas páginas um aspecto da vida de milhões de pessoas que foram trazidas da África para o Brasil e submetidas a um regime de trabalho forçado. Arrancadas de suas terras natais, esses africanos não perderam sua humanidade e tentaram reorganizar suas vidas socialmente, por meio de novas relações sociais construídas. Uma delas foram as Irmandades religiosas.

Surgidas na África e na América em um contexto de tentativa de colonização, as irmandades foram utilizadas pelos europeus como um mecanismo de dominação religiosa nessas duas áreas. Essas instituições, contudo, foram utilizadas pelos africanos a partir de outra perspectiva. Diante de uma situação em que estavam submetidos à escravidão, essas pessoas viram nas irmandades um local para construir laços de sociabilidades. Apesar de assumirem uma prática religiosa católica, esses africanos e africanas não perderam suas formações culturais, seu valores. Continuaram expressando-as das mais variadas maneiras, inclusive, dentro das irmandades. Ao estudarmos as irmandades, podemos identificar traços da cultura africana reconfigurada. Dessa maneira, essas pessoas ajudaram a construir uma complexa relação cultural entre os dois lados do Atlântico.

A província da Paraíba não estava fora desse processo e também participou desse complexo mundo atlântico. Recebeu pessoas escravizadas que atravessaram o Atlântico e construíram a história da região. Trazendo casos como o de Quitéria Pereira de Sousa e Francisco Gangá e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, tentamos demonstrar como a Paraíba se inseriu nas relações estabelecidas com a África e com essas pessoas, vivendo nessa província, estabelecendo uma ponte e reduzindo as distâncias entre as margens atlânticas.

## Fontes e Referências Bibliográficas

Livro de Notas da cidade da Parahyba do Norte. **Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)**, 1841-1846.

Requerimento de confirmação do Compromisso da Irmandade. **Arquivo Histórico Ultramarino (A. H. U.)**. AHU-ACL-CU-014, Cx. 24, D. 1831, 1767.

Lei número 288 da Assembleia Provincial da Parahyba do Norte. **Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Capital. Arquivo Histórico Waldemar Duarte (A.H.W.D.)**, cx.055, 1867.

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de cor e de fé: irmandades negras na Parahyba do Século XIX**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Filipe. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALAINHO, Daniela B. Jambacousses e Gangazambes: feiticeiros negros em Portugal. **Afro-Ásia**, n. 25-26, p. 141-76, 2001.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora 34/Universidade Cândido Mendes, 2001.

GONÇALVES, Regina Célia. Guerra e açúcar: a formação da elite política na capitania da Paraíba (séculos XVI e XVII). In: OLIVEIRA, Carla Mary S. e MEDEIROS, Ricardo P. (Orgs.). **Novos olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007, p. 23-67.

LIMA, Luciano M. de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2008.

LIMA, Maria Vitória Barbosa de. **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2010.

MATTOS, Regiane Augusto de. As sociedades africanas. In: **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 11-61.

MEGALE, Nilza Botelho. **Invocações da Virgem Maria no Brasil: história - iconografia - folclore**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Cândido Mendes, 2003.

REGINAL, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas Irmandades Negras no tempo da Escravidão. **Tempo**. v.2, n.3, 1996. p. 7-33.

ROCHA, Solange Pereira da. **Travessias atlânticas: Rotas do tráfico e a presença africana na Paraíba colonial**. **Portuguese Studies Review**, Vol. 14, No. 1, 2006. p. 279-

SILVA, Alberto da Costa e. **Um Rio Chamado Atlântico - A África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

SOUZA, Marina de Melo e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400 – 1800**. Tradução Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

# A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGROPECUÁRIO DE ALAGOAS

*Nadson Alexandre Vasconcelos Júnior  
Marta da Silveira Luedemann*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo explora o surgimento e a organização do espaço agropecuário alagoano; verifica a modernização e a expansão da agroindústria de Alagoas; investiga os investimentos em infraestrutura de transportes, ocorridas no decorrer do século XX, para atender o escoamento da produção de açúcar e álcool; como também analisa as condições socioeconômicas apresentadas pela população de Alagoas hoje.

A organização do espaço agrário de Alagoas foi determinada historicamente e por sua natureza. As mesorregiões de Alagoas apresentam características naturais distintas, importantes para a organização das atividades agrárias, que configuram determinações geográficas: o Sertão, com clima semi-árido, má formação de solos e rios temporários; o Agreste, com regime de chuvas mais regular, rios perenes e solos; a Zona da Mata, com alta pluviosidade, vales úmidos, rios perenes e solos de maior fertilidade.

No Brasil Colônia, os empreendimentos econômicos que mais se destacaram foram: os engenhos de cana-de-açúcar, produção escravista para exportação, na zona da mata, cujas propriedades de terras são oriundas de sesmarias e donatarias; a pecuária bovina, com relações de trabalho semifeudais, constituiu a hinterlândia da economia açucareira. A partir dessas duas atividades agropecuárias, outros cultivos constituíram a hinterlândia da cana-de-açúcar: a mandioca, o feijão, o milho, o fumo e o algodão.

Os investimentos na expansão e modernização da produção de açúcar em Alagoas aconteceram mais intensamente no fim do século XIX, com a instituição das usinas e por influência da I Revolução Industrial. Na passagem para o século XX, algumas famílias e novos investidores construíram usinas de cana-de-açúcar para abastecer Europa e o EUA. No decorrer do século XX o governo federal interveio e financiou a industrialização do açúcar e do álcool. A partir da década de 1950, uma nova fase se instaura, a ocupação dos tabuleiros incorporou a revolução técnicas do EUA.

A bacia leiteira, instalada em Alagoas nos anos 1940, alcança hoje onze municípios e provê a indústria de laticínios para o mercado alagoano e exporta leite para outros estados do Brasil.

A infraestrutura de transportes criadas em Alagoas, durante o século XX, serviam principalmente para atender ao escoamento da produção canavieira. Hoje os investimentos em grandes obras de infraestrutura que ocorrem em Alagoas são decorrência dos últimos investimentos realizados pelo governo federal.

A condição socioeconômica do estado alagoano possui traços herdados do período colonial brasileiro. Alagoas atualmente é o estado brasileiro com os piores indicadores sociais, ainda que tenham acontecido melhoras na última década.

## A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGROPECUÁRIO DE ALAGOAS

A formação do espaço agrário alagoano inicia no período colonial, quando uma grande parte do que se produzia era destinada ao mercado europeu. A cana-de-açúcar era a principal cultura produzida nas terras do estado. Os engenhos de açúcar haviam se

tornado os mais rentáveis empreendimentos econômicos do mundo, desde final do século XVI; nesta época o território alagoano pertencia à capitania de Pernambuco, essa ligação política e econômica atravessará os anos do Império e da República, até que em 1817 as terras de Alagoas recebem a nomeação de capitania independente (CARVALHO, 2009, p. 6, 10, 12).

As características físicas e ambientais existentes em Alagoas foram fundamentais para o desenvolvimento da agropecuária nas terras alagoanas. As condições naturais, como também os elementos técnicos, ajudaram na implantação e manutenção da agroindústria alagoana. Diégues Júnior (2006, p. 36) e Manuel Correia de Andrade (1997) explicam que os vales dos rios apresentavam as condições geográficas propícias à cultura da cana-de-açúcar no Nordeste.

Muitos núcleos urbanos de Alagoas nasceram ao redor dos engenhos banguê (Cf. Diegués Jr., 2012, p. 25), mas outras atividades também promoveram o processo de povoamento do interior do estado (LIMA, 1992, p. 135). Com a ampliação da produção açucareira nos vales orientais alagoanos, e conseqüentemente da hinterlândia pecuarista, surgiu a necessidade de mais espaço para aquelas áreas de produção de cana-de-açúcar, pois eram usadas as várzeas e pequenos tabuleiros (LIMA, 1992, p. 89).

A criação e expansão da pecuária de gado se tornou uma concorrente da ampliação das atividades açucareiras, isso fez com que ocorresse o deslocamento das atividades pecuaristas bovina para os sertões no início do século XVIII (ANDRADE, 2007). A faixa do litoral foi ocupada pelo monopólio açucareiro nas terras mais férteis (GUIMARÃES, 1989, p. 61). Ainda no século XVIII as atividades pecuaristas nos sertões alcançaram seu apogeu. O gado criado nesta região abastecia os principais centros urbanos do litoral do nordeste. As atividades latifundiárias pecuaristas, como também a açucareira, além de influenciarem no contexto político alagoano, também provocaram muitos problemas sociais para Alagoas. Essa estrutura, com base semifeudal, impediu por séculos o crescimento e o desenvolvimento econômico do estado (GUIMARÃES, 1989, p. 160, 202, 203).

No século XIX outra atividade agrária ganhou destaque no espaço agropecuário alagoano, foi a produção do algodão, que em Alagoas recebeu excelentes condições para o seu desenvolvimento: boas terras, climas adequados, mão-de-obra abundante, declínio das atividades açucareiras. A cultura do algodão exigia pouco investimento financeiro e dispensava o uso de uma tecnologia sofisticada. Por volta do ano 1824, ocorreu a primeira exportação de algodão alagoano que totalizou 13.960 arrobas, com destino ao Porto inglês de Liverpool, em 1865 essa cultura conseguiu ultrapassar a cana-de-açúcar (LIMA Jr., s/d, c, p. 1, 3). A cultura algodoeira se destacou bastante, sendo produzida na Zona da Mata, durante crises da exportação açucareira, e se interiorizou para o Agreste e o Sertão alagoano.

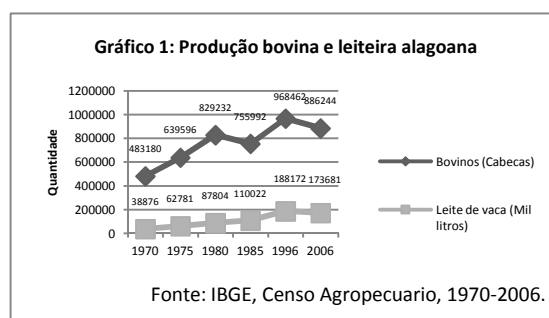
Até o final século XIX, o algodão foi um dos mais importantes produtos da economia alagoana (*idem, idem, idem*, p. 6). A cultura algodoeira oscilou conforme a demanda internacional, e conseguiu assegurar a sua exportação para indústrias têxteis até a crise de 1929.

Durante o século XX, algumas culturas foram fundamentais para o abastecimento do mercado consumidor sertanejo, dentre elas se destacaram o algodão, feijão, milho, mandioca etc. No Agreste, a produção de fumo foi a mais importante, frente àquelas que também se produzia no sertão, como da palma forrageira. Atualmente o fumo está sendo substituído por produção diversificada para o mercado local, com ênfase na mandioca. A Zona da Mata produzia basicamente a cana-de-açúcar, com lavouras secundárias de mandioca, batata doce, inhame, milho e feijão; havia também presença da pecuária bovina (*idem, idem*, p. 3, 5 e 6).

Ainda no decorrer do século XX as atividades agropecuárias ganharam destaque com o surgimento da bacia leiteira alagoana, na década 1940, quando foram introduzidos animais da raça holandesa e Schwytz, para elevar a produção de leite e a qualidade dos rebanhos (LIMA Jr., s/d, b, p. 6, 9).

A bacia leiteira atingiu seu auge entre as décadas de 1970 e 1980, chegando a ser até a mais produtiva do Nordeste. Sua produção diária podia alcançar até 110 mil litros de leite, no início do século XXI, nos períodos úmidos (CAVALCANTE Fo., 2004, p.113). Atualmente, esta produção abastece a indústria de laticínios de Alagoas e exporta leite para outros estados brasileiros. A produção se concentra entre os municípios do agreste e do sertão: Pão de Açúcar, Palestina, Olho D'Água das Flores, Monteirópolis, Jacaré dos Homens, Batalha, Jaramataia, Major Isidoro, Belo Monte, Minador do Negrão e Cacimbinhas (MDA, 2011, p, 17).

Observa-se, no gráfico 1 ao lado, que há um crescimento bem considerável na produção leiteira, entre 1970 e 1995, a produção aumentou 338,03%. Porém entre 1995 e 2006 ocorreu uma queda produtiva de 7,70% na fabricação de leite de vaca em Alagoas, o que aponta como efeito de períodos de seca. Segundo a Pesquisa Trimestral do Leite (IBGE, 2013) em 2012, Alagoas atingiu a quantidade de leite cru, resfriado ou não, de 79,971 mil litros. Atualmente, grande parcela da produção é destinada aos programas sociais do governo federal, como Fome Zero.



O efetivo de bovinos (seja para corte ou leiteiro), aumentaram 71,61% entre os anos 1970 e 1980. Desta última década até 1985, ocorreu uma queda produtiva de 8,83% do número de animais. A partir 1985 até 1996, a produção bovina voltou a aumentar significativamente em 28,10%. No ano de 1996 até 2006, o efetivo de bovinos decresceu novamente com uma taxa de 8,48% (vide o gráfico 1). Como reflexo da crise dos anos 1990 até 2002. A Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2013) destaca que em 2011 os efetivos dos rebanho bovinos em Alagoas atingiram 1.268.304 de cabeças de gado (leiteiro e de corte).

Diante dos aspectos geográficos ligados a organização e a produção no espaço agropecuário alagoano, salientamos os constantes problemas socioeconômicos enfrentados pelos produtores durante os períodos das estiagens e das secas. Andrade (1988, p. 63, 64) descreve os períodos em que as grandes secas ocorreram, “fim do século XVIII – 1700/1792, no final do século XIX – 1877/1880 – e no século XX – 1915/1919, a de a 1932, a de 1952, a de 1958, a de 1970 e a de 1979/1984”. Soma-se atualmente a mais recente seca, iniciada em 2012, considerada a pior dos últimos quarenta anos, cujos efeitos ainda estão sendo verificados.

## INVESTIMENTOS NA EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA DE ALAGOAS

O processo de expansão e modernização da agroindústria açucareira alagoana ocorreu mais intensamente por volta de 1845, quando foi utilizada pela primeira vez a energia a vapor para sustentar as caldeiras dos engenhos alagoanos. Os investimentos técnicos na produção de cana provocaram aumento na fabricação de açúcar. Nessa perspectiva “os engenhos de açúcar em Alagoas, por volta de 1871, totalizavam 483



unidades que produziam 2.638.969 sacos de açúcar; em 1891, a produção elevou-se para 6.057.486 sacos” (LIMA Jr., s/d, a, p.8).

Ainda na segunda metade do século XIX o Governo Imperial resolveu alterar os velhos engenhos banguês em unidades industriais avançadas. Assim, através das inovações tecnológicas foram criados os engenhos centrais. Tais ações objetivavam aumentar a produção, reduzir o custo produtivo, escoar melhor a produção e tornar o setor mais competitivo no mercado internacional (CARVALHO, 2009, p.15, 16).

Durante as últimas décadas do século XIX a Revolução Industrial técnica penetrou em Alagoas para atender a produção do açúcar (DIÉDUES Jr., 2010, p. 33, 34). Na década de 1890 surgem as primeiras usinas de cana-de-açúcar (CARVALHO, 2009). Tais investimentos e avanços, porém, não conseguiram solucionar os antigos problemas existentes no contexto social alagoano, a forte concentração de terras, os baixos salários e o atraso socioeconômico vivido por boa parte da população.

De acordo com Carvalho, “em 1922 é superada a produção dos engenhos banguês, o rendimento agrícola era de somente 20 toneladas de cana por hectare”. A transformação técnica ocorrida na produção agrícola estava em andamento. Também, “não existiam tratores e não se fazia a seleção de variedades. Inexistia a adubação química e a irrigação por aspersão, que somente surgem na segunda metade da década seguinte” (2009, p. 13).

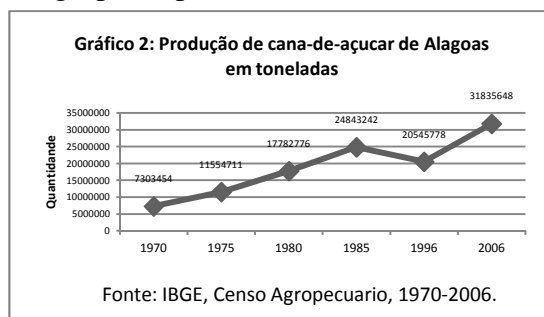
Lima Júnior aponta que “em 1933 o Governo Federal criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), durante o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de estabelecer uma divisão regional do trabalho da atividade açucareira em todo o país, estabelecendo mecanismo e cotas de produção” (s/d, a, p.10). O instituto tinha o objetivo de garantir preços mínimos e financiar a produção de açúcar e álcool.

Na segunda metade do século XX, Alagoas recebeu apoio federal para investir e ampliar a área plantada da cana-de-açúcar, principalmente no sul do território e em direção ao Agreste; esse auxílio aumentou o número de usinas e destilarias de álcool (CARVALHO, 2009, p. 25, 27). O tabuleiro foi ocupado com a irrigação, utilização de insumos agrícolas para corrigir a fertilidade do solo e o uso de maquinaria, esses fatores elevaram o custo, porém aumentaram a produção açucareira.

A partir de 1990, Alagoas passou por um processo de reestruturação produtiva. Carvalho (2009, p. 6) explana que o estado “atingiu um total de 27 usinas e as 33 destilarias (22 anexas e 11 autônomas). Nesse período, essas empresas empregavam mais de 100 mil trabalhadores e representavam a principal atividade agroindustrial de 57 dos 102 municípios alagoanos”. Por causa do processo de modernização apresentado pelo setor sucroalcooleiro às usinas menos competitivas desapareceram e a produção de açúcar e álcool se concentraram nas mãos de um pequeno grupo empresarial.

Entre 1970 e 1985, o aumento da produção de cana-de-açúcar em Alagoas alcançou 240,15%, isso sobretudo por causa do PROÁLCOOL. Entre 1985-1996 – período marcado pelo intenso abastecimento de álcool combustível no mercado interno, seguido do fim do IAA e dos subsídios à produção de álcool –, verifica-se que o saldo deste período é negativo, com queda de 17,30% na produção canavieira. A produção açucareira, porém, continuou crescendo no decorrer do final do século XX e início do século atual (vide o gráfico 2).

A década de 1990 foi economicamente negativa para a produção de álcool, contudo, a partir dos anos 2000, houveram novos fatos que reaqueceram a produção canavieira: os acordos do Protocolo de Kioto, ampliando o consumo do álcool



combustível no mercado internacional; a produção do carro flex no Brasil, permitindo ao consumidor escolher o tipo de combustível no momento da compra nos postos de gasolina; e o importante crescimento do valor do açúcar no mercado internacional. Entre 1996 e 2006 a produção apresentou novos crescimentos de 54,95%. Esses aumentos refletiam os investimentos no setor sucroalcooleiro alagoano. A Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2013) aponta que em 2011 a produção de cana-de-açúcar atingiu 29.257.108 de toneladas.

## **INVESTIMENTOS EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO ESTADO DE ALAGOAS**

Sobre os investimentos em grandes obras de infraestrutura realizados em Alagoa, apontam-se os realizados pelo governo federal e estadual, no decorrer do século XX, que foram importantes para o setor sucroalcooleiro (CAVALCANTE Fo., 2004, p. 55). Na década 1940, foi criado o Porto de Maceió, como esforço da Associação Comercial de Alagoas e com forte incentivo dos exportadores de algodão.

Na década de 1950, ocorreram investimentos nos transportes ferroviários. As primeiras ferrovias alagoanas atravessavam as terras de muitos engenhos e usinas de açúcar da Zona da Mata em direção ao porto em Jaraguá; até que esse meio de transporte se tornou insuficiente para atender a demanda do escoamento da cultura da cana-de-açúcar, então as rodovias tomaram maior relevância (*idem, idem*, p.55). A rede ferroviária apresentada por Alagoas hoje é basicamente de transporte de passageiro, com poucos investimentos.

A partir dos anos de 1960 houve transformações relevantes na infraestrutura: em menos de vinte anos o estado teve expansão nas áreas de telefonia, estradas, água, saneamento e energia elétrica, realizados por empresas estatais, como a Telasa, Casal, Ceal e DER. O antigo Banco de Alagoas, Produban, também realizou investimentos no interior alagoano (CARVALHO, 2012, p. 60).

Para oferecer um maior suporte ao escoamento da produção agrária, entre as décadas de 1970 e 1980 alguns investimentos foram feitos na infraestrutura de Alagoas através de um programa rodoviário que atingiu toda a Zona da Mata de Alagoas; as estradas faziam a ligação entre as usinas com as principais rodovias. Através do PROÁLCOOL vários investimentos do governo federal foram realizados em infraestrutura de transporte (*idem, idem*, p. 56, 57), permitindo que Alagoas alcança-se uma malha rodoviária de 12.931 km, com dois eixos viários, BR e AL, integrando Alagoas internamente e externamente (página do BNB na web).

O Hoje, porém, Alagoas não possui condições financeiras para financiar as grandes obras de infraestrutura do Estado. O financiamento é realizado pelo governo federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), porque desde 1987 o governo estadual concedeu isenção de impostos aos usineiros.

Assim, a atual estrutura social e econômica apresentada por Alagoas é marcada pela dependência de verbas federais. A dívida externa com a União impossibilita o Estado de investir e administrar suas obras infraestrutura (CARVALHO, 2012, p. 8, 9, 48, 49).

## **DADOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO ALAGOANA**

Os aspectos socioeconômicos apresentados por Alagoas hoje possui relação direta com o seu modelo econômico agrário predominante. Atualmente o estado possui os piores indicadores socioeconômicos do país, com as maiores taxas de analfabetismo, mortalidade infantil, menor expectativa de vida e o mais baixo IDH do Brasil. Porém, nos últimos anos, devido aos investimentos federais o estado apresentou melhoras nos índices (CARVALHO, 2012, p. 6, 8).

Desde segunda metade do século XIX até 2010 a população de Alagoas apresentou um constante crescimento populacional, exceto entre 1920 e 1940 (vide o gráfico 3). Esse aumento da população, no decorrer da história, foi influenciado por diversos fatores econômicos e políticos.

O crescimento populacional na zona rural e urbana em Alagoas, entre 1950 e 2010, apresenta significativas variações (vide o gráfico 4). Em 1980 a população urbana ultrapassou em número os habitantes que moram nas zonas rurais, devido ao êxodo rural. A população urbana de Alagoas teve constantes aumentos, enquanto que a população das zonas rurais a partir de 1991 até 2010 apresentou quedas (CARVALHO, 2012, p. 17).

Alagoas apresenta taxas de mortalidade infantil elevadas, conforme se observa nos dados do início do século XXI (vide a tabela 1). Segundo o IPEA, Alagoas tem apresentado queda em sua taxa de mortalidade infantil, porém o estado ainda detém o maior índice de mortalidade infantil do Brasil (2012, p. 19, 20).

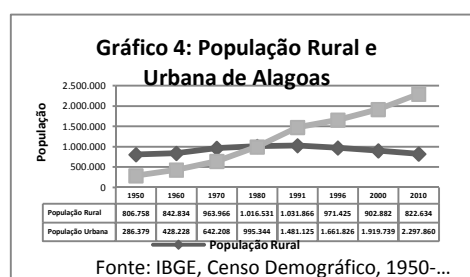
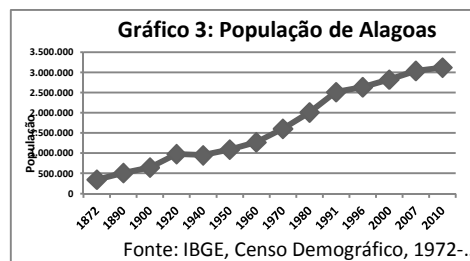


Tabela 1: Alagoas - Taxa de Mortalidade Infantil							
ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
ALAGOAS	55%	51,8%	49%	46,4%	44,4%	42,7%	41,2%
NORDESTE	39,3%	36,9%	34,8%	32,7%	31,2%	29,8%	28,7%

Fonte: Situação Social do Estado-IPEA, 2012, p. 41.

O índice de Gini aponta a grande concentração de renda entre os alagoanos. Em 2009 o Estado apresentou uma taxa de Gini de 56,93%, enquanto que o Nordeste se destacou com 55,68%, e o Brasil 54,01% (PNAD/IBGE e Ripsa/MS *apud* IPEA, 2012). Alagoas ainda é um dos estados brasileiros com distribuição de renda mais concentrada (CARVALHO, 2012, p. 11).

O salário médio mensal pago aos alagoanos até 2009 estava entre os piores do Brasil. A pesquisa sobre a Situação Social dos Estados (IPEA, 2012, p. 25) revela que “o rendimento médio do trabalho em Alagoas foi de R\$ 562,36 em 2001 (sendo que, no Brasil, essa média foi de R\$ 1.039,41 e, no Nordeste, de R\$ 623,49) e em 2009 aumentou para R\$ 759,59 (Brasil: R\$ 1.116,39; Nordeste: R\$ 743,56)”. Uma comparação estatística pode ser feita com dados do IBGE (vide a tabela 2).

Tabela 2: Alagoas - Valor do Rendimento Médio Mensal (em reais)										
ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
REND A/R\$	185	202	236	235	262	346	380	402	416	461

Fonte: IBGE – Series Estatísticas / Acessado em Julho de 2013.

Na zona rural a situação é mais grave, o IPEA (2012, p. 26) destaca que “o rendimento do trabalho rural era de R\$ 299,29 em 2001 e de R\$ 425,23 em 2009”. Hoje, 62% da população de Alagoas é considerada pobre (CARVALHO, 2012, p. 9).

A escolaridade possui fortes relações com a sua renda média mensal: a população alagoana, acima de 15 anos, apresentam as mais altas taxa de analfabetismo do país. O baixo grau de instrução educacional e as elevadas taxas de analfabetismo também revelam o atraso socioeconômico de Alagoas (CARVALHO, 2012, p. 13, 124). (vide a tabela 3).

<b>Tabela 3: Alagoas - Taxa de Analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais</b>															
AN	19	19	19	19	19	19	19	20	200	20	20	20	20	20	
O	92	93	95	96	97	98	99	01	2	03	04	05	06	07	08
TAX	35,	33	34,	36	36,	34,	32,	30,	31,	30,	29,	29,	26,	25,	25,
A%	85	,8	83	,2	23	69	76	59	18	41	51	26	44	14	74
<b>Fonte:</b> IBGE, Censo Demográfico, 1992-2008 / Acessado em Julho de 2012.															

O grau de escolaridade da população alagoana com mais de 14 anos é menor do que média brasileira e do nordeste em todos os anos, entre 2001 e 2009. Em Alagoas, essas médias são de 4,2 e 5,7 (respectivamente) anos de estudo. A população da zona rural apresenta uma média ainda mais baixa, 3,8 anos de estudo em 2009 (IPEA, 2012, p. 26).

As características socioeconômicas atuais apresentadas por Alagoas estão diretamente ligadas aos traços antigos herdados do modelo econômico do período colonial brasileiro, com aspectos semifeudais, forte concentração de terras e baixa diversificação produtiva.

Os indicadores sociais e econômicos analisados apresentaram melhoras desde final dos anos 1990, aprofundando nos anos 2000 e 2010. Porém essas mudanças ainda são pouco expressivas para a realidade vivida hoje pelos alagoanos (CARVALHO, 2012, p. 6, 23).

## CONCLUSÃO

A organização do espaço agropecuário de Alagoas foi determinada durante a colonização brasileira. As atividades agrárias atuais apresentam uma forte relação com o Período Colonial, ligadas à concentração latifundiária, semifeudalismo e ausência de diversificação produtiva em algumas regiões; tais características se refletem nas condições de pobreza da população hoje.

A distribuição espacial das produções agropecuárias nas terras alagoanas, como a cana-de açúcar, mandioca, milho, arroz, feijão, fumo, algodão etc., como também a cultura bovina de corte e leite, se instalaram a partir condições naturais, e do aperfeiçoamento tecnológico desenvolvidos em Alagoas.

No decorrer da história, um dos mais beneficiados setores produtivos alagoanos, com os investimentos em infraestrutura, foi o sucroalcooleiro; esse setor hoje se constitui como um dos mais avançados do país, tal característica é decorrente dos investimentos técnicos concentrados na seleção de sementes, adubação, irrigação, maquinários etc., que foram realizados intensamente desde final do século XIX.

Os investimentos realizados hoje na infraestrutura das estradas, ferrovias e portos alagoanos, financiadas pelo governo federal, são necessários para a dinâmica da

importação de produtos e exportação da produção agropecuária alagoana. No decorrer do século XX boa parte dessa infraestrutura foi destinada a atender as necessidades econômicas do escoamento produtivo; nesse contexto inaugurou-se o primeiro porto em Jaraguá, no ano de 1940. Os investimentos na rede ferroviária aconteceram intensamente na década de 1950. Ainda na segunda metade do século XX ocorreram investimentos na malha rodoviária alagoana.

As melhoras socioeconômicas apresentadas por Alagoas, desde final dos anos 1990 até os dias atuais, são insuficientes para atender as reais necessidades que a população alagoana necessita. Os quatro séculos de produção canavieira e pecuarista não ajudaram a melhorar os índices socioeconômicos de Alagoas. Hoje Alagoas destacasse como a federação brasileira com as piores taxas de analfabetismo, concentração de renda, violência, mortalidade infantil, expectativa de vida e o mais baixo IDH do Brasil.

### Fontes e Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia. **Nordeste: Alternativas da Agricultura**. São Paulo: Papirus, 1988.

\_\_\_\_\_. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: FJN/Massagana, 2007.

\_\_\_\_\_. **Usinas e destilarias das Alagoas**. Maceió EDUFAL, 1997.

ADESG. **1º Ciclo de estudos sobre segurança nacional e desenvolvimento: A Agricultura em Alagoas, Perspectivas de sua Diversificação (T.G.4)**, 1970.

CARVALHO, Cícero Pérciles. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió: EDUFAL, 3º Ed., 2009.

\_\_\_\_\_. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2012.

CAVALCANTE Filho, Arnóbio (Coord.). **Alagoas: Novo tempo de oportunidades. Infraestrutura urbana**. Maceió: IOGRAM, 2004.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**. Nº 179, Mai-Jun 1964.

DIÉGUES Jr., Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste: Documentário da vida rural**. Maceió: EDUFAL, 2006.

\_\_\_\_\_. **O bangüê nas Alagoas: Traços da influencia do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: EDUFAL, 3º Ed., 2010.

\_\_\_\_\_. **População e açúcar no Nordeste do Brasil: A concentração Agro-industrial: A usina**. Maceió: EDUFAL, 2º Ed., 2012.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IPEA. **Situação Social Nos Estados**. Brasília, 2012. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13926&Itemid=2](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13926&Itemid=2) Acessado em 14 de Jun. de 2013.

LIMA, I. Fernandes. **Ocupação espacial do estado de Alagoas**. Maceió: SERGASA, 1992.

LIMA, Jr., José Roberto. **A atividade açucareira em Alagoas**. Mimeo, s/d (a).

\_\_\_\_\_. **A pecuária e a ocupação do sertão alagoano**. Mimeo, s/d (b).

\_\_\_\_\_. **A cultura algodoeira em Alagoas**. Mimeo, s/d (c).

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia Leiteira**. 2011. Disponível em:

[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio036.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio036.pdf). Acessado em 27/06/2013.  
<http://www.bnb.gov.br>  
<http://www.ibge.gov.br>  
<http://www.ipea.gov.br>

## AGASSIZ - A CIÊNCIA DAS DESIGUALDADES.

*Ricardo Alexandre Santos de Sousa*

A ciência frequentemente é uma amante traiçoeira. Alguns personagens que chegaram ao mais alto nível no panteão dos cientistas são hoje relegados ao mais profundo esquecimento ou, pior, tomados como dogmáticos e avessos à verdadeira ciência.

A disputa pela hegemonia do saber científico e as mudanças paradigmáticas que ocorrem ao longo do tempo deixam pelo caminho aqueles que, apegados às suas velhas proposições, recusam-se a migrar para novas teorias.

Um desses personagens, festejado na primeira metade do século dezenove como um dos grandes naturalistas de seu tempo foi o suíço Jean Louis Rodolphe Agassiz. Hoje porém, quando lembrado, Agassiz é associado a um fazer científico que ruiu em fins do século XIX.

Agassiz nasceu em 28 de maio de 1807 próximo ao lago de Morat na Suíça, ao sopé do Monte Vully. O menino, filho de um pastor protestante, teve boa formação. Com apenas dezessete anos deixou sua cidade natal e rumou para Zurich onde inicia seus estudos em medicina.

Pouco tempo depois, Agassiz transferiria seu curso para a Universidade de Heidelberg. Essa, contudo, não seria o destino final do jovem estudante.

Em Heidelberg, o desejo de estudar medicina vai desaparecendo e em seu lugar toma forma o intuito de dedicar-se à história natural. Assim, o jovem, mais uma vez, transfere-se para outra instituição, a Universidade de Munich, onde pode dedicar mais tempo ao estudo do naturalismo.

A essa altura o pai do jovem Agassiz, preocupado com o futuro do rapaz, resolve manifestar-se. Interfere na correspondência entre o rapaz e sua mãe, em que o assunto da história natural vinha sendo tratado. Diante da escolha do filho, exorta-o a valer-se da ciência natural, como seu "balão" com o qual poderia viajar o mundo, porém jamais abandonasse a medicina, essa deveria ser o seu "paraquedas"( AGASSIZ, E. 1887: 52 - 53).

Embora promettesse ao pai jamais abandonar a medicina, pouco tempo após sua chegada a Munich, Agassiz já dedicava-se inteiramente ao estudo das ciências naturais em detrimento da carreira como médico;

Naquela Universidade, o jovem teve contato com o botânico von Martius<sup>580</sup>, que ensinava técnicas de fazer observações em viagens (Idem. p. 40). Para além da relação entre professor em aluno, von Martius e Agassiz desenvolvem uma relação bastante fraterna, a ponto de visitar o mestre todas as quartas-feiras de modo a conhecer as coleções do botânico e ouvir histórias das viagens daquele às terras do Brasil.

*É, sobretudo nas visitas ao Sr. Martius que eu vou com maior prazer, pois ele nos fala sempre de sua viagem ao Brasil, de onde retornou após alguns anos com magníficas coleções que nos mostra cada vez que vamos vê-lo.(AGASSIZ, E. 1887. p.43).*

---

<sup>580</sup>Carl Friedrich Philippe von Martius (1794 – 1868), médico, antropólogo e botânico, estivera no Brasil em 1817 com Johan Batist von Spix em expedição científica que acompanhava a grã-duquesa austríaca Leopoldina que vinha consumir seu casamento com o príncipe D. Pedro, filho do Rei de Portugal.

Aos poucos o jovem suíço cativa a confiança de von Martius, que decide incumbi-lo de concluir o trabalho de von Spix, seu companheiro nas viagens ao Brasil que morrera sem publicar a importante obra acerca da ictiologia<sup>581</sup> do Brasil.

Antes mesmo de Agassiz comunicar a seus familiares o importante trabalho para o qual fora designado, seu pai seria efusivamente cumprimentado em cerimônia pública pelo honroso trabalho que seu filho empreendia, designado pelo botânico von Martius.

Diante da óbvia constatação que em Munich não levava avante seus estudos de medicina conforme a vontade paterna, o jovem escreve uma carta ao pai reiterando a promessa de dedicar-se ao estudo da medicina. Porém, somente após a conclusão de sua verdadeira paixão, as ciências naturais.

O estudo sobre os peixes brasileiros, com base nas amostras recolhidas por von Spix, em sua memorável viagem ao Brasil com von Martius, é concluído em 1829 e dedicado a Cuvier<sup>582</sup>.

Não a toa Agassiz dedicara seu importante trabalho ao, provavelmente, mais reconhecido naturalista de sua época. Desde sua passagem por Heidelberg, em seus estudos sobre anatomia, fisiologia e zoologia, o jovem tivera contato com a obra de Cuvier e ficara bastante impressionado com *recherche sur les fossile*<sup>583</sup>, em que o estudo da zoologia e geologia produzira uma interpretação bastante original para um impasse da época, a descoberta de fósseis de animais pré-históricos completamente desconhecidos.

Cuvier, que resistia às hipóteses lamarquistas de evolução das espécies, elaborou uma teoria segundo a qual catástrofes periódicas ao longo da existência do planeta levavam ao desaparecimento de espécies inteiras de seres vivos. O que justificava as descobertas de fósseis de animais jamais vistos em diferentes sedimentos de tempos remotos, sem abalar a convicção da grande maioria dos cientistas da época, a fixidez das espécies. Em outras palavras, os seres vivos não estariam sujeitos a evoluções constantes ao longo do tempo como pretendia Lamarck<sup>584</sup>.

A admiração do jovem a Cuvier não pode ser entendida como um caso isolado. O naturalista chegou a ser referido como o "Aristóteles da biologia" por seus contemporâneos. Em seu gabinete de estudos, Cuvier recebia amostras de espécies dos mais variados cantões da terra e mesmo os mais eminentes cientistas da época, como o geólogo inglês Charles Lyell prestava homenagens ao prodigioso talento de Cuvier.

---

<sup>581</sup> Estudo dos peixes

<sup>582</sup> Georges Cuvier (1769 - 1832), cujo nome era Leopold Nicolas Frederic Cuvier. Trata-se de um dos mais importantes naturalistas da primeira metade do século XIX. Desenvolveu vários estudos na área de anatomia comparada e paleontologia. Foi adepto da teoria da fixidez das espécies e criador do catastrofismo como explicação para a extinção de espécies de períodos anteriores.

<sup>583</sup> *Recherches sur les ossements fossiles de quadrupèdes, où l'on rétablit les caractères de plusieurs espèces d'animaux que les révolutions du globe paroissent avoir détruites* (4 volumes, 1812).

<sup>584</sup> Jean Baptiste Pierre de Monet, Chevalier de Lamarck, em 1788 tornou-se assistente de Buffon no departamento de botânica do então *Jardin du Roy* e em 1793. Quando a instituição se reorganizou como Museu de História Natural, Lamarck foi indicado como professor de "animais inferiores", atualmente chamados de invertebrados, segundo a nomenclatura dada por ele (Mayr. 1998. p. 385). A partir de suas pesquisas com esses seres, o naturalista elaborou uma hipótese onde fatores ambientais como clima, modo de vida ou alimentação poderiam ter o efeito de ao longo de várias gerações estimularem um mecanismo de transformação nos indivíduos de uma espécie. Um esforço repetido de, por exemplo, uma girafa para comer folhas na copa das árvores mais altas, faria com que a geração subsequente apresentasse um alongamento progressivo no pescoço numa forma de adaptação do ser ao meio.



*Entreí ontem no sanctum sanctorum de Cuvier e é verdadeiramente característico do homem. Por toda parte exhibe a extraordinária capacidade de metodização, que é o grande segredo dos feitos prodigiosos que ele realiza anualmente, sem aparentar qualquer dificuldade. (LYELL. Apud. GOULD. 1992. p. 94).*

Em 1831, após concluir o curso de ciências naturais, bem como o de medicina, conforme prometeu ao pai, Agassiz mudava-se para Paris. Após algum tempo na Cidade Luz, o obstinado jovem já se encontrava frequentando o *sanctum sanctorum* de Cuvier. Local onde não somente conviveu com o mestre, como também desenvolveu fraterna relação com naturalista e viajante alemão Alexander Von Humboldt<sup>585</sup>.

Sob o olhar atento de Cuvier, Agassiz desenvolveu sua obra *Recherches sur les poissons fossiles*. A dedicação do jovem pesquisador parece ter cativado o velho Cuvier que faleceu não muito tempo depois, deixando para Agassiz suas anotações, um verdadeiro tesouro certamente cobiçado por muitos cientistas da época.

Os laços entre Agassiz e Alexander von Humboldt permanecem estreitos mesmo após a morte de Cuvier e a volta de Agassiz para a Suíça, de onde trocava correspondências frequentes com o viajante, a quem chegou a se referir em uma das cartas como amigo e benfeitor. Foi por meio de Humboldt que Agassiz, enfim conseguiu uma colocação como professor na Universidade de Neuchatel.

Humboldt foi uma das grandes figuras das ciências no século XIX<sup>586</sup>. Seu trabalho sobre a distribuição de organismos sobre o globo, em especial as plantas trouxe uma nova perspectiva à forma de classificar dos historiadores naturais. Antes da perspectiva humboldtiana tendia-se a concentrar-se num tipo específico de planta ou animal ainda não descrito, ao passo que Humboldt procurava ver tal espécie inserida em seu ambiente de origem, ou seja, como parte de determinada paisagem denominada pelo pesquisador de "província geológica" (KNIGHT. 1981:116 - 117).

Agassiz naturalmente tendia a pensar a ciência a partir das bases de seus mestres. Com von Martius aprendera o caráter investigativo e exploratório típico de um grande naturalista, além da forma meticulosa na classificação de novas espécies, com Cuvier, Agassiz entrara em contato estreito com a perspectiva da fixidez das espécies e criacionismo e, enfim, com Humboldt adaptara o modelo de "províncias geológicas" para a classificação de espécies vegetais para o que denominou de "províncias zoológicas", conceito utilizado pelo autor na classificação de animais, que levava em conta, não somente o clima, mas um conjunto de fatores que seriam condicionantes para que determinados animais se encontrassem fixados em regiões geográficas restritas do globo e, via de regra, não migrassem para outras.

---

<sup>585</sup> Alexander Von Humboldt era irmão do ministro prussiano e linguista Wilhelm von Humboldt. Alexander tornou-se muito conhecido por sua viagem exploratória com Luis-Antoine Bougainville à América Central e do Sul de 1799 a 1804.

<sup>586</sup> Segundo Lorelai Kury, a abordagem humboldtiana da natureza procura fazer com que o viajante meça de maneira sistemática e precisa os fatores físicos que intervêm em cada lugar. Dessa forma, temperatura, altitude, pressão, umidade, além de investigar os hábitos das principais espécies vegetais que compõem a paisagem estudada (KURY. 2001,b. p. 865). Esse tipo de percepção da natureza procura transportar em coleções, não somente amostras das espécies, mas, na medida do possível, as próprias sensações do viajante no local estudado. Sendo assim, a descrição detalhada, localização, pinturas que retratem a paisagem local são de suma importância. Nesse sentido, o estilo pitoresco das representações iconográficas dos locais visitados, seus costumes e suas espécies assumem uma função científica (*Id.* p. 879).

*Ao estudar a distribuição geográfica dos animais e das plantas, Agassiz desenvolveu uma teoria sobre <<centros de criação>> . Ele acreditava que as espécies foram criadas em seus devidos lugares e, via de regra, não migram destes centros. Outros historiógrafos defendiam a tese da criação em um único local, à qual se seguiu uma migração extensiva. (GOULD.2003. p. 31).*

A carreira de Agassiz parecia bastante promissora. O jovem tinha seu talento reconhecido por importantes nomes da ciência de sua época e soube tirar proveito dos bons contatos que conseguira para empreender importantes trabalhos.

Em seu trabalho *Recherches sur les poissons fossiles*, reelaborou o modelo classificatório dos peixes. Como um separacionista convicto tomava qualquer pequena característica para classificar peixes cujas semelhanças eram evidentes, como espécies diferentes. Divergia assim de taxonomistas "aglutinadores" que tendiam a tomar tais pequenas diferenças como insuficientes para a classificação de uma nova espécie.

Agassiz chegou a classificar três espécies diferentes de peixes, diferenciando-os apenas por variações na denteição, o que outros paleontologistas tomariam como variações periféricas, insuficientes para determinar a classificação de uma nova espécie (GOULD, 1992: 32).

Entretanto, suas investigações não se restringiam ao campo da ictiologia, herdada de von Spix. Em 1834, o suíço fora informado por meio de uma carta de Charles Lyell que a Sociedade Geológica de Londres o havia escolhido para receber o prêmio de mil libras esterlinas como forma de encorajar suas pesquisas no campo da geologia.

O prêmio dizia respeito a uma viagem que Agassiz havia empreendido uma expedição aos Alpes e suas pesquisas com relação aos glaciais. Foi ele o primeiro cientista a propor que o planeta teria passado por um período glacial num passado distante. Suas pesquisas mostravam por meio de evidências geológicas que toda a Suíça, em tempos passados, teve seu território coberto por geleiras, tendo então, um clima semelhante ao da Groelândia.

Embora o amigo Humboldt aconselhasse Agassiz a concentrar seu talento em um campo mais restrito do que despende energia investigando áreas tão diversas ao mesmo tempo, Agassiz insistia em seus diversos estudos. Provar que o planeta passara por variações climáticas radicais seria um argumento a mais na teoria do catastrofismo de Cuvier e uma arma contra os evolucionistas.

Embora insatisfeito com a diversificação que Agassiz dava a suas pesquisas envolvendo-se em várias áreas de uma só vez, foi Humboldt que, em 1845, conseguiu junto à Sua Majestade Frederico IV da Prússia financiamento para que Agassiz levasse avante suas pesquisas geológica nos Estados Unidos. Aquela altura da vida o pesquisador já era casado e pai de três filhos, o que demandou uma série de arranjos familiares, já que apenas Agassiz viajaria ao continente americano. A mulher e as filhas menores ficariam em casa de um parente próximo enquanto o menino mais velho permaneceria na escola em Neuchatel.

Se Agassiz tinha a intenção de fixar moradia na América do Norte, não é possível precisar, mas o fato é toda a conjunção se deu para que isso acontecesse. Sua universidade em Neuchatel passava por momentos de incerteza já que o partido republicano daquela localidade proclamara a independência frente à monarquia prussiana, além disso a Universidade de Cambridge em Massahsetts convidou o naturalista para ocupar a cadeira de História Natural. Não fosse esses motivos suficientes a esposa de Agassiz, que sempre tivera uma saúde precária veio a falecer.

Assim, Agassiz fixou residência nos Estados Unidos e contraiu matrimônio em 1850 com a americana Elisabeth Cary e mandou vir seus filhos da Europa para o novo lar nas Américas.

Foi em solo americano que Agassiz passou a atuar em mais uma área das ciências, além da geologia, zoologia, ictiologia, botânica, etc. No novo mundo Louis Agassiz torna-se um arauto defensor do poligenismo, fazendo conferências por várias regiões da América ao defender a posição de que as raças humanas teriam surgido em diferentes lugares no globo de forma totalmente independente umas das outras. Essa posição fazia frente aos monogenistas, que acreditavam ser o gênero humano originário de um único casal, conforme afirmavam as Escrituras Sagradas.

A primeira vez que Agassiz teve contato mais prolongado com um ser humano de pele negra foi na América, e a forma como relatou tal experiência choca até mesmo os espíritos menos sensíveis.

*Foi em Filadélfia que tive pela primeira vez um contato prolongado com os negros; todos os empregados de meu hotel eram homens de cor. Mal posso lhe expressar a dolorosa impressão que experimentei, particularmente porque a sensação que eles me inspiraram vai contra todas nossas ideias a respeito da confraternização de todo tipo [genre] de homens e da origem única de nossa espécie. Mas a verdade deve estar acima de tudo. Não obstante, senti compaixão por seu destino ao pensar que se tratava realmente de homens. Contudo, é-me impossível reprimir a impressão de que eles não são feitos do mesmo sangue que nós. Ao ver suas faces negra com lábios grossos e dentes disformes, a carapinha de suas cabeças, seus joelhos torcidos, suas mãos alongadas, suas grandes unhas curvas, e principalmente a cor lívida da palma de suas mãos, não pude deixar de cravar meus olhos em seus rostos para mandá-los se conservarem à distância. E, quando estendiam aquelas mãos horrendas em direção a meu prato a fim de me servir, desejei ter a coragem de me levantar e sair à procura de um pedaço de pão em qualquer outro lugar, em vez de jantar servido por gente como essa. Que desgraça para a raça branca ter ligado sua existência tão intimamente à dos negros em certos países! Que Deus nos livre desse contato! (AGASSIZ. L. 1846 apud GOULD. 2003. p 31 -32).*

Agassiz ao deparar-se com um ser humano diverso daqueles com os quais frequentemente convivia teve uma reação de repulsa, o que poderia ser, até certo ponto explicável se levarmos em conta o espanto que o desconhecido pode causar àqueles que se encontram na zona de conforto de conseguir mais ou menos facilmente classificar o que está ao seu redor.

Quanto à humanidade dos negros que o serviam, o naturalista não parecia fazer qualquer objeção, já que, em meio à confusão de sentimentos, experimentava compaixão por aqueles negros, pois se tratavam "realmente de homens"

Levando-se em conta que Agassiz era um cientista habituado a lidar com novas espécies de plantas, peixes e outros animais e que seu trabalho era frequentemente, dentre tais espécies, classificar indivíduos que não eram anteriormente conhecidos, pode causar espanto sua atitude frente aos homens que o serviam. Afinal, de um cientista que estava sempre em contato com o novo esperava-se uma atitude menos espantada frente ao "novo" de sua própria espécie.

Ao levar-se em conta os paradigmas científicos sob os quais o naturalista se abrigava, pode-se ao menos intuir o tipo de raciocínio que fez com que sua aversão ao

"outro" acabasse por torná-lo um dos principais defensores do poligenismo de sua época.

Na América, Agassiz aplica seu pensamento sobre a classificação das espécies também ao gênero humano. Tal qual pensara centros de criação diferentes para as diversas espécies segundo as, já mencionadas, províncias zoológica, passa a imaginar centros de criação diferentes também para as raças humanas.

Agassiz, contudo, não foi o inventor do poligenismo como teoria. Essa já existia de longa data e tinha dentre os homens das ciências de seu tempo adeptos e oponentes.

Um dos primeiros poligenistas foi o médico inglês John Atkins (1685 - 1757). Atkins era um cirurgião da marinha britânica que ao fim de sua carreira passou a escrever livros acerca de suas viagens e impressões. Em 1723 em seu livro *Voyage to Guinea*, afirmava-se convencido de que negros e brancos não teriam uma origem comum.

Outro defensor do poligenismo no século XVIII foi Voltaire. No seu *Traité Metaphysique* afirmava, "Os brancos barbados, os negros de lã, os amarelos de crina, os homens sem barba, não vêm do mesmo homem" (POLIAKOV. 1974:152).

Poligenistas sustentavam que o meio não seria determinante na modificação da estrutura física do ser. Recorrendo a dados acerca da mortalidade de europeus na África Tropical, afirmavam que as raças de determinados locais não poderiam se aclimatar a outros.

Muitos, de fato afirmavam que as raças humanas eram espécies distintas. Tais espécies variavam em número a depender do autor, desde duas até vinte e quatro diferentes. A forma de classificar os diferentes tipos de homens também eram as mais diversas, desde a capacidade de civilizar-se até às medições cranianas, tudo poderia ser sinal de diferenciação (STOCKING, 1988:6).

Monogenistas, por outro lado, atinham-se ao mito bíblico da criação do ser humano, a partir de um único casal. Embora Agassiz, tal qual Cuvier, fosse um criacionista não tomava por provável a hipótese bíblica. Nesse ponto suas convicções científicas acerca da fixidez das espécies e das províncias zoológicas faziam-lhe acreditar que haveria diferentes espécies de seres humanos, criados para os diferentes climas e, via de regra não se adaptavam a ambientes para os quais não tinham sido moldados.

Na conferência que proferiu para cientistas e amigos em Charleston na Carolina do Sul em 1847, afirmava que além de advirem de diferentes origens, negros e brancos fisiológica e anatomicamente provavelmente eram de espécies distintas (LURIE. 1960:257).

O cientista posicionava-se contra a escravidão, tanto por questões humanitárias quanto por achar nociva à raça branca a convivência constante e prolongada com raças diversas. Entretanto, suas conferências em defesa do poligenismo, acabava por fornecer aos senhores sulistas, argumentação científica que "confirmava" a desigualdade entre as diferentes raças.

Pode-se imaginar, de uma forma um tanto mecânica, na comparação entre poligenistas e monogenistas, que os segundos teriam posições mais humanitárias frente aos primeiros, visto acreditarem, em última instância, serem os seres humanos de diferentes raças aparentados. Porém, ao examinarmos as práticas de poligenistas ou monogenistas, perceberemos que agir humanitariamente ou não, não era uma consequência automática de suas filiações nessa área.

Muitos dos que defendiam o monogenismo de forma sistemática, a partir da crença de que as raças estariam em estágios diferenciados de evolução, viam as raças

negra, asiática etc. como mais próximas a primatas como o orangotango do que próximos à raça ariana, tida como mais evoluída.

O médico e naturalista holandês, Pierre Camper ( 1722 - 1789) era um monogenista. Consoante sua hipótese os ângulos faciais, medidos por diversas linhas por ele traçadas, eram capazes de mostrar o quanto seres humanos e mesmo outros animais se aproximavam do tipo ideal. Quanto maior fosse o ângulo formado por essas linhas, mais o indivíduo se aproximaria do padrão de perfectibilidade. Segundo suas pesquisas, o detentor do maior ângulo facial era o europeu enquanto o ângulo facial dos africanos era muito próximo do de orangotangos. Todavia Camper insistia que Deus teria criado um só homem e exortava o europeu a "estender a mão fraterna aos negros, e reconhecê-los como descendentes do primeiro homem, que nós todos considerávamos como nosso pai comum" (POLIAKOV, 1974:138).

A posição de Camper não era muito diversa de um dos mais aguerridos colaboradores de Agassiz na divulgação do poligenismo como a hipótese mais viável cientificamente para explicar as diferenças entre as raças. Esse era um aristocrata da Filadélfia graduado duas vezes em medicina, uma delas pela, então famosa, Universidade de Edimburgo. Seu nome era Samuel Geoge Morton (1799 - 1851) autor de *Crania Americana* de 1839 (GOULD, 2003: 41 -42).

Em sua obra pesquisa Morton reuniu ao longo de sua vida mais de mil crânios humanos, sendo seu grande ossuário conhecido como "o Gólgota americano". Seu objetivo ao reunir tão grande coleção era estabelecer uma hierarquia racial a partir do tamanho médio do cérebro de cada raça. Consoante suas medições os cérebros da raça caucásica seria em média maior que de índios, negros, malaios, semíticos, e outros. Visto que a caixa craniana fornecia uma medida fidedigna do cérebro que aquela abrigara, Morton enchia a cavidade craniana com sementes de mostarda branca peneirada, bastava completar a operação medindo o volume das sementes para obter o volume do cérebro correspondente ao crânio examinado<sup>587</sup>.

Alguns desses pesquisadores eram filantropos e humanistas. Muitos deles, como Agassiz, apegados aos paradigmas científicos que os abrigavam e ancorados em seus preconceitos pessoais não tinham a dimensão ou negligenciavam a implicação política de seus discursos ou, em ultima instância na implicação que tais discursos poderiam ter na vida de grande parcela da população.

Cabe a reflexão de que se a ciência não é feita em uma "torre de marfim" tais implicações, políticas, sociais e, sobretudo, éticas devem ser levadas em conta todo o tempo.

### Fontes e Referências Bibliográficas:

AGASSIZ, Elizabeth Carry. Louis Agassiz: *sa vie et sa correspondance* [sic]. Paris: Librairie Fishbacher. 1887. disponível na Internet via <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2038271/f1.pagination>. Arquivo consultado em 09 de agosto de 2013.

---

<sup>587</sup> O paleontologista de Harvard Stephen Jay Gold procurou repetir e analisar a experiência de Morton em 1978 e, embora não encontrasse qualquer evidência de fraude deliberada do pesquisador, chegou a resultados bastante equitativos entre o volume cerebral dos crânios da coleção de Morton. Gould atribui as distorções feitas pelo pesquisador à suas crenças *a priori*, que frequentemente o conduziram a erros na análise. Ver Gould, 2003.

- AGASSIZ, Elizabeth e Louis. *viagem ao Brasil:1865 –1866*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- GOBINEAU, Joseph Arthur. **Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas**. Barcelona: Editorial Apolo, 1937.
- GOULD, Stephen. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A galinha e seus dentes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KNIGHT, David. **Ordering the world – a history of classifying man**: Burnet Books, 1981
- KURY, Lorelai B. **A sereia amazônica dos Agassiz**: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 157 – 172. 2001
- LURIE, Edward. **Louis Agassiz: a life in science**. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.
- MAYR, Ernest. **O desenvolvimento do pensamento biológico – diversidade, evolução e herança**. Brasília: Ed. UNB. 1998.
- POLIAKOV, Leon. **O mito ariano, ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- SOUSA, Ricardo A. S. de. **Agassiz e Gobineau – as ciências contra o Brasil mestiço**. Dissertação de Mestrado do curso de Pós-graduação em História das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. 2008. Disponível na internet via: [WWW.fiocruz.br/ppghcs/media/dissertacaoricardoalexandre.pdf](http://WWW.fiocruz.br/ppghcs/media/dissertacaoricardoalexandre.pdf) . Arquivo consultado em 09 de agosto de 2013

**FOI BAPTIZADO SOLENEMENTE COM OS SANTOS OLEOS: A PRÁTICA DO RITUAL DO BATISMO ENTRE A POPULAÇÃO NEGRA E ESCRAVIZADA NA FREGUESIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES, 1786-1787<sup>588</sup>**

*Solange Mouzinho Alves*

*O Baptismo é o primeiro de todos os Sacramentos, e a porta por onde se entra na Igreja Catholica, e se faz, o que o recebe, capaz dos mais Sacramentos, sem o qual nem-um dos mais fará nelle o seu effeito. [...]. Pelo Baptismo professa o baptizado a Fé Catholica, a qual se obriga a guardar; [...]. Quanto a necessidade, e importância deste Sacramento devemos crer, e saber, que é totalmente necessário para a salvação, [...]. Por tanto devem os pais ter muito cuidado em não dilatarem o Baptismo a seus filhos, porque lhes não suceda sahirem desta vida sem elle, e perderem para sempre a salvação (CONSTITUIÇÕES DO ARCEBISPADO DA BAHIA, Livro primeiro, Título X, p. 12-14).*

São sete os sacramentos da Igreja Católica: Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Extrema unção, Ordem e Matrimônio. Entre estes, o mais importante e “primeiro”, conforme expõe as Constituições do Arcebispado da Bahia (1707), é o batismo. Como vimos na epígrafe, este sacramento é o mais importante porque é através dele que o indivíduo torna-se apto para receber os demais e, principalmente, porque é “necessário para a salvação”. Logo, os pais deveriam preocupar-se de batizarem suas crianças na tenra idade para não correrem o risco de falecerem e perderem a salvação de suas almas.

Uma experiência que exemplifica este dado, foi o que ocorreu em 20/12/1786 quando Anna levou sua filha Narcisa, parda, para ser batizada. Os avós maternos foram identificados: Feliz e Maria escravizados de Dona Maria [Jose?]. Mãe e filha eram escravizadas de outro proprietário, Antonio Pereira de Castro. Contudo, o batismo não contou com a presença de padrinhos, foi realizado as pressas pelo Capitão Jozé Pereira de Castro, pois a criança estava em perigo de vida<sup>589</sup>. Constatamos, desta forma, a importância do batismo, pois, como vimos, acreditava-se que se a pessoa falecesse sem receber o batismo, sua alma não seria salva.

Para o ritual do batismo, deveriam estar presentes os pais da criança, o padrinho e a madrinha e para a participação destes dois últimos havia algumas condições impostas, a saber:

*[...] mandamos, que no Baptismo não haja mais que um só padrinho, e uma só madrinha, e que se não admittão juntamente dous padrinhos, e duas madrinhas; os quaes padrinhos serão nomeados pelo pai, [...] ou mai, ou pessoa, a cujo cargo estiver a criança; e sendo adulto, os que elle escolher. E mandamos aos Parochos não tomem outros padrinhos senão aquelles, que os sobreditos nomearam, e escolherem, sendo pessoas já baptizadas, e o padrinho não será*

---

<sup>588</sup> Este trabalho faz parte do Projeto de Pesquisa *Entre os “santos oleos” e a escravidão: histórias de homens e mulheres escravizados na Vila Real de São João do Cariri, 1773-1822* que vêm sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, nível mestrado, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Solange Pereira Rocha. A pesquisa encontra-se em andamento e os dados aqui apresentados poderão ser modificados.

<sup>589</sup> Livro de registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, 1786-1837, folha 1.

*menor de quatorze [...] anos, e a madrinha de doze, salvo de especial licença nossa. E não poderão ser padrinhos [...] o pai, ou mãe do batizado, nem também os infiéis, hereges, ou públicos excomungados, os interdictos, os surdos, ou mudos, e os que ignorão os princípios de nossa Santa Fé; [...]. (CONSTITUIÇÕES DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1707, Livro primeiro, Título XVIII, p. 26. Grifos nossos)*

Observamos que deveria haver a existência apenas de um padrinho e uma madrinha e estes não deveriam ter menos de 14 e 12 anos, respectivamente, e não poderiam ser os pais da pessoa a ser batizada. Além disso, a legislação deixa evidente que a escolha dos padrinhos e madrinhas é um direito dos pais e, no caso dos adultos, estes quem deveriam fazer a escolha. Esse dado nos é importante, principalmente quando verificarmos a situação dos escravizados mais adiante.

Outra questão que merece destaque refere-se à relação estabelecida entre as pessoas envolvidas no batismo, a legislação eclesiástica determina:

*[...] o Sacerdote, que baptizar, declare [...] aos ditos padrinhos, como ficção sendo fiadores para com Deos pela perseverança do baptizado na Fé, e como por serem pais espirituais, tem obrigação de lhes ensinar a Doutrina Christã, e bons costumes. Também lhes declare o parentesco espiritual, que contrahirão [...] o qual parentesco conforme disposição do Sagrado [...] Concílio Tridentino, se contrahe somente entre os padrinhos, e o baptizado, e seu pai, e mãe; e entre o que baptiza, e o baptizado, e seu pai, e mãe; e o não contrahen os padrinhos entre si, nem o que baptiza com elles, nem se estende a outra alguma pessoa além das sobreditas (CONSTITUIÇÕES DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1707, Livro primeiro, Título XVIII, p. 26-27. Grifos nossos.).*

Constatamos que a relação estabelecida entre o batizando, o pai, a mãe, e destes com o padrinho e a madrinha é uma relação de parentesco espiritual, conforme determinação da própria Igreja. Padrinhos e madrinhas se comprometem perante o próprio “Deos” de serem responsáveis pela educação religiosa e dos “bons costumes” das crianças, ou seja, tornam-se “seus pais espirituais”. Tais imposições não se limitavam às pessoas livres, se estendiam para a população escravizada também. Segundo a legislação eclesiástica de 1707 os escravizados mereciam uma atenção especial, pois “são os mais necessitados desta instrução pela sua rudeza”. Em consequência disto, deveriam ser mandados por seus “amos e senhores” à Igreja para que obtivessem educação religiosa. Em outras palavras, isso significava dizer que a população escravizada deveria participar dos rituais da Igreja. E de fato participaram como veremos a experiência de alguns escravizados na Freguesia Nossa Senhora dos Milagres entre os anos de 1786 e 1787.

Sobre os laços estabelecidos neste ritual, Gudeman e Schwartz (1998) mencionam que não se restringiam ao âmbito social da Igreja, “[...] uma dimensão peculiar do compadrio é que ele é produzido na Igreja entre indivíduos que o carregam para fora da instituição formal. O compadrio é projetado para dentro do ambiente social” (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p.37). Os citados autores chamam atenção que os laços efetivados no compadrio são produzidos na Igreja, mas não se limita a este ambiente, tais relações são transpostas para o convívio social, isto é, para “fora da instituição formal”.



Observamos, desta maneira, que o espaço religioso através dos seus rituais também se realizou muito das experiências dos escravizados, especialmente no ritual do batismo. Uma vez levando seus filhos e filhas para serem batizados, esses pais e mães escravizados deveriam escolher aqueles que seriam os protetores espirituais de seus filhos, ou seja, os padrinhos e as madrinhas e sabemos que tais escolhas deveriam partir dos pais, conforme vimos na legislação eclesiástica. Sabendo disso, cabe-nos agora levantarmos alguns questionamentos: se a escolha de padrinhos e madrinhas era empreendida pelo pai e pela mãe, quem o pai e mãe de condição escrava escolheram para apadrinharem seus filhos? Eram pessoas de sua mesma condição social, livres, libertas/forras? Será que os vários sujeitos sociais (livres, libertos e escravizados) formavam grupos fechados ou se relacionavam entre si?

Ao pesquisar os batismos realizados na Freguesia Nossa Senhora das Neves, no espaço litorâneo da Província da Paraíba, entre os anos de 1851-1860, constatamos que a tendência maior entre os escravizados era firmar o parentesco espiritual com as pessoas de condição livre. Por exemplo, no período estudado levantamos 3.931 batismos, entre estes 441 ou 11,2% foram de batizandoos escravizados. Estes, por sua vez, 330 ou 8,7% escolheram padrinhos livres, no caso das madrinhas livres esse percentual aumentou, 408 ou 10,3%. Este dado, porém, não foi uma especificidade da Freguesia Nossa Senhora das Neves, outras Freguesias litorâneas, como as de Livramento e Santa Rita, pesquisadas por Solange Rocha (2007), apontaram para esta mesma direção: a preferência em se ter padrinhos e madrinhas livres. Mas, qual o significado de se ter um padrinho e uma madrinha livre para o escravizado?

O historiador Flávio Gomes (2003), ao pesquisar sobre os escravos fugitivos nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro no século XIX constatou que muitos, quando recapturados, recorriam aos seus padrinhos para que estes intervissem junto aos seus proprietários com o objetivo de atenuar os castigos. Isto nos remete ao que a autora Solange Rocha (2007) afirmou, ao pesquisar o compadrio nas Freguesias Nossa Senhora das Neves, Livramento e Santa Rita no século XIX. Segundo esta, “a expressiva presença de pessoas livres como protetores espirituais deve estar relacionada à busca de aliados para sobreviver na sociedade escravista” (ROCHA, 2007, p. 257). Sem dúvidas, um padrinho e/ou uma madrinha livre para uma pessoa escravizada seria estratégico para a sobrevivência em uma sociedade escravista, como era a Freguesia Nossa Senhora das Neves.

Além disso, ter padrinhos livres poderia significar a possibilidade da conquista da carta de alforria, conforme três experiências levantadas:

*Aos onze de julho de mil oitocentos e sincoenta e dois, na Matriz desta Cidade de minha licença o Reverendo Coadjutor Antonio de Mello Muniz Maia, baptizou solenemente a parvula Anna, parda, forra, com dois mezes e vinte dias de nascida, filha natural de Maria escrava de D. Fermina Rodrigues de Mello; digo que a parvula – **Anna = he forra porque a mesma Dona Fermina Rodrigues de Mello disse na minha presença e nas das testemunhas abaixo assignadas que havia forrado a dita parvula Anna, pella quantia de cem mil reis; e que como havia recebido esta quantia da mão de João Antonio Marques, podia a referida parvula = Anna = gozar em todo tempo de sua liberdade, e que, para em todo tempo constar comigo assignaria, este termo = forão padrinhos João Antonio Marques e N. S. das Neves, do que para constar foi escrever este assento que assignei (Livro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-54, AEPB, folha 79. Grifos nossos)***

*Aos onze de julho de mil oitocentos e sincoenta e dois, na Matriz desta Cidade, de minha licença o padre Coadjuntor Antonio de Mello Muniz Maia baptizou solenemente ao parvulo = Vicente = crioulo, forro, nascido no primeiro de dezembro do ano de mil oitocentos e sincoenta e um, filho natural de Catharina, crioula escrava de Dona Joaquina d'Oliveira; digo que o parvulo Vicente é forro que a mesma dona Anna Joaquina d'Oliveira disse na minha presença e na das testemunhas abaixo assinadas que havia forrado o dito parvulo = Vicente = pela quantia de setenta e cinco mil reis, a que, como havia recebido esta quantia da mão de João Pereira [danificado], podia o referido parvulo Vicente gozar em todo tempo de sua liberdade [...]. Forão padrinhos João Pereira Rabello Braga e Dona Umbelina Candida de Barros [...] (Livro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-54, AEPB, folha 78. Grifos nossos)*

*Aos vinte três de dezembro de mil oitocentos e sincoenta e três, na Matriz desta Cidade de minha licença o padre Joaquim Antonio Leitão, baptizou solenemente a Virgília, parda, forra por seu padrinho, nascida aos vinte seis de junho deste ano, filha natural da parda Benedicta, escrava de Francisco Ferreira de Novaes, branco, casado, foi padrinho o Doutor Antonio Carlos de Almeida e Albuquerque, do que para constar fiz escrever este assento que assignei (Livro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-54, AEPB, folha 140. Grifos nossos)*

Observamos, nos exemplos destacados, que filhos e filhas de mulheres escravizadas conseguiram a alforria comprada pelos seus padrinhos e, no caso de Virgília, seu pai espiritual era um homem distinto socialmente, o Doutor Antonio Carlos de Almeida e Albuquerque. Essas crianças, cujas mães eram cativas, conseguiram ser batizadas como libertas pelo fato de seus padrinhos terem comprado a sua liberdade. Isso demonstra a importância de ter um padrinho livre e com distinção social como foi a experiência de Virgília, pois esses padrinhos tinham condições para isso, ou seja, eram “aliados” adicionais com quem poderiam contar para sobreviver na sociedade escravista.

Entretanto, isto foi o que ocorreu na Freguesia Nossa Senhora das Neves, uma das Freguesias litorâneas da Província da Paraíba em meados do século XIX. Como se davam as sociabilidades entre os escravizados em outros espaços e em outro momento histórico, na Freguesia Nossa Senhora dos Milagres que no século XVIII era denominada como um espaço sertanejo? A pesquisa encontra-se em andamento, mas buscaremos fazer alguns apontamentos a partir de algumas experiências levantadas entre os anos de 1786 e 1787. Vejamos.

A citada freguesia, segundo Henrique B. Rohan (1911), foi criada em 1718 e pertencia a Vila de São João. A economia estava voltada para a criação de gados “vaccum, cavallar, cabrum e ovelhum”. A prática da lavoura nesta região era muito limitada, mas plantava-se “algodão e mandiôcas, legumes e cereaes para o consumo”. A freguesia abrigava, ainda, as seguintes povoações: Alagoa do Monteiro, Carahuba, Fundão, Pombas, S. Thomé e Congo (B. ROHAN, 1911, p. 346). Observamos, desta maneira, que a Freguesia Nossa Senhora dos Milagres sobrevivia economicamente da criação de animais e a lavoura era incipiente, era neste contexto econômico que estava inserido os escravizados da referida Freguesia.

No que se refere à vida social, os escravizados participavam dos rituais da Igreja levando seus filhos e filhas para receberem os santos óleos como veremos agora. Foi o caso da Josefa, mãe da Maria, esta identificada como parda, ambas escravizadas de José da Costa de Oliveira que em 26/08/1786 levou sua filha para ser batizada. Quem a escravizada Josefa escolheu como padrinhos de Maria? O pároco registrou como padrinho João Pimentel e sua mulher Joana como madrinha da criança. Não foi especificada a condição social dos padrinhos, mas acreditamos que sejam pessoas livres, pois as pessoas escravizadas por se tratarem de ser um bem deveria constar o nome dos seus respectivos proprietários<sup>590</sup>.

De forma similar agiu [Otávia do Ó?], mãe de Thereza, 3 meses, esta registrada como preta. Mãe e filha eram escravizadas de Francisco Alves Pequeno. Os padrinhos escolhidos foram Manoel Gregório da Luz e sua mulher Cosma da Silva, certamente eram pessoas livres. O batismo foi realizado em 06/10/1786<sup>591</sup>. Em 04/03/1786, Joanna, mãe de Domingas, esta preta com 1 ano e meio de idade batizou sua filha. Mãe e filha eram escravizadas de Domingos de Abreu e Lima. Domingas teve como padrinho Cosme e madrinha, Ignacia, provavelmente pessoas livres. Consta no registro que eram moradores de um lugar denominado como “feijão” e que a mãe andava fugida com a criança<sup>592</sup>. Identificamos outro caso da mesma localidade em que mãe e filho estavam fugidos, mas veremos mais adiante.

Rita, gentio de Angola, em 08/03/1787 batizou seu filho Joaquim, este preto com um mês de idade. Eram escravizados de Jozé da Costa Ramos. A escravizada Rita estabeleceu o parentesco espiritual com Jozé Lopes, casado e Anastácia Maria, solteira, filha de Antonio Fernandes, padrinho e madrinha certamente de condição livre tendo em vista que o pároco não especificou a condição jurídica<sup>593</sup>. De forma semelhante agiu Izabel, também identificada como gentio de Angola ao batizar, em 20/03/1787, seu filho Francisco, este crioulo com 1 mês de idade. Estes tiveram como proprietário Manoel Munis do Rego. Izabel escolheu como padrinho Antonio Jozé, solteiro e madrinha [?] Rodrigues, solteira<sup>594</sup>.

Observamos nas experiências citadas exemplos de pessoas escravizadas que escolheram como padrinhos e madrinhas de seus filhos pessoas de condição livre. Estabelecer o parentesco espiritual com indivíduos livres era estratégico para os escravizados. Um padrinho e uma madrinha livre poderiam ter mais recursos financeiros para com os cuidados com o seu filho ou filha espiritual, poderia, por exemplo, comprar a carta de alforria, certamente era uma expectativa que se tinha por parte dos pais escravizados, lembremos que na Freguesia Nossa Senhora das Neves levantamos alguns casos de crianças que obtiveram a alforria através de seus padrinhos.

Contudo, a pesquisa que temos realizado na Freguesia Nossa Senhora dos Milagres no final dos setecentos têm nos apontado que os escravizados também firmaram o compadrio entre os de sua mesma condição. Vejamos alguns casos.

Foi o que aconteceu com Feliciano, mãe da Maria que foi batizada em 24/08/1786. Mãe e filha eram escravizadas de Theodózio Gomes da Siqueira. Feliciano escolheu como padrinho de Maria, Jozé Ribeiro escravizado de [Tomé Ribeiro?] e madrinha, Ignacia, escravizada de Antonio Alves Jesus<sup>595</sup>. Tereza, parda, mãe de João, também pardo, nascido em 28/12/1786, batizou seu filho em 14/01/1787. Eram

---

<sup>590</sup> Livro de registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, 1786-1837, folha 1.

<sup>591</sup> Livro de registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, 1786-1837, folha 1.

<sup>592</sup> Livro de registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, 1786-1837, folha 5.

<sup>593</sup> Livro de registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, 1786-1837, folha 5.

<sup>594</sup> Livro de registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, 1786-1837, folha 6.

<sup>595</sup> Livro de registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, 1786-1837, folha 1.

escravizados de Manoel [?]. Tereza estabeleceu o compadrio com José e Mariana, escravizados de João da Costa Ramos<sup>596</sup>.

Opção semelhante fez, em 04/03/1787, Joanna, mãe da Maria, esta preta com três anos de idade. Ambas escravizadas de Manoel Barbosa. Maria teve como pais espirituais Feliz e Catharina, escravizados de Dona Maria José. Consta na documentação que eram moradores “no Feijão” e que a criança “anda com a mai fogida e não apareceu”<sup>597</sup>. Também estavam fugidas Joanna e sua filha Domingas, como vimos anteriormente. Temos, assim, duas escravizadas e seus filhos, de uma mesma localidade, mas com proprietários diferentes que fugiram.

Em 23/03/1787 o casal Manoel, gentio de Angola e Damianna, crioula batizaram seu filho Valentim, crioulo, nascido em 20/02/1787. Eram escravizados de Manoel Assumpçam Xavier. Os pais estabeleceram o parentesco espiritual com Jozé e Domingas, escravizados de Anna Paulla Fernandes da Costa<sup>598</sup>.

Observamos que os escravizados Feliciano, Tereza, Joanna, Manoel e Damianna, optaram por padrinhos e madrinhas de seus filhos pessoas de sua mesma condição, escrava. Segundo Kátia Mattoso (1982), o compadrio firmado entre pessoas de condição escrava servia para reforçar laços de solidariedade já existente entre os escravizados, ou seja, também era uma ação estratégica.

Silvia Brügger (2007) ao pesquisar sobre o compadrio em São João Del Rei (Minas Gerais) entre os anos de 1736 e 1850 verificou que a população escravizada estabeleceu o compadrio tanto com pessoas de sua mesma condição, isto é, escravizadas, como pessoas livres. Para Brügger esta ação de escolha não era aleatória, existia uma lógica:

*Para as escravas, a escolha dos padrinhos parecia oscilar, preferencialmente, entre os dois extremos sociais: padrinhos livres, visando provavelmente a possibilidades de ganhos, para seus filhos ou para si, ou cativos, para reforçar as teias sociais estabelecidas na própria comunidade escrava (BRÜGGER, 2007, p. 319. Grifos nossos)*

A lógica, a estratégia era obter ganhos no caso de padrinhos livres ou reforçar laços de solidariedade nos casos de padrinhos escravizados. Contudo, não temos dados suficientes para indicar se ocorreu na Freguesia Nossa Senhora dos Milagres uma tendência para a preferência de padrinhos livres ou escravizados, mas o que queremos ressaltar neste momento é a prática do batismo entre os escravizados, observamos que estes também deveriam participar deste ritual, conforme estipulado pela legislação eclesiástica.

Vimos através das experiências citadas que os escravizados fizeram escolhas de com quem estabeleceriam o parentesco espiritual. Neste sentido, ressaltamos a ação dos escravizados neste processo. Por algum tempo vigorou na historiografia a percepção do escravo como “coisa”, submisso e conformado a sua condição de cativo. Observamos, contudo, que suas escolhas eram estratégicas e objetivava uma melhor sobrevivência no sistema escravista, o que nos faz entender que de forma alguma havia conformação com sua condição cativa. Levantamos, inclusive, duas experiências de duas escravizadas que fugiram da escravidão.

---

<sup>596</sup> Livro de registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, 1786-1837, folha 4.

<sup>597</sup> Livro de registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, 1786-1837, folha 4.

<sup>598</sup> Livro de registro de Batismo da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, 1786-1837, folha 5.

Lembremos-nos da escravizada Joanna que estava fugida com sua filha Maria de três anos e outra escravizada com o mesmo nome Joanna que também estava fugida com sua filha, Domingas, de 1 ano e meio. As duas Joannas pertenciam a proprietários diferentes, Manoel Barbosa e Domingos de Abreu Lima, respectivamente, mas eram da mesma localidade conhecida como “Feijão”. Eram estas duas mães escravizadas parentes, amigas, planejaram juntas a fuga? Certamente. É uma hipótese. Suas filhas foram batizadas no mesmo dia 04/03/1787 e eram relativamente crescidas, a Maria tinha três anos e Domingas, um ano e meio, o que facilitaria a fuga, pois seria mais difícil fugir com um bebê recém-nascido. A legislação eclesiástica (1707) estipulava que a criança deveria ser batizada nos primeiros dias de nascida, porque as duas meninas foram batizadas já crescidas? Teria sido adiado pelas mães como estratégia? Domingas recebeu o nome do proprietário, seria uma estratégia da mãe para não levantar suspeitas? E os padrinhos? Teriam auxiliado nesta fuga? Provavelmente. São muitos os questionamentos e que procuraremos responder ao longo da pesquisa a partir das experiências das pessoas escravizadas.

Entretanto, podemos destacar nestes exemplos as estratégias de ação destes escravizados. Observamos que a escolha de padrinhos e madrinhas por parte dos escravizados era estratégica. Tinham-se expectativas ao se estabelecer estas sociabilidades, sobretudo com as pessoas livres, as quais poderiam comprar a carta de alforria, por exemplo. Isto demonstra toda a complexidade de uma sociedade escravista que ao ser analisada não pode ser percebida pelos “seus extremos”, ou seja, pelo “mundo dos escravizados” e o “mundo dos livres”, esses mundos devem ser analisados a partir de suas interações que de fato interagiram como a pesquisa na Freguesia Nossa Senhora dos Milagres tem nos indicado.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. Livro de batismo da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, 1786-1837.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1707. São Paulo: Typografia de Antonio Louzada Antunes, 1853 [1707].

ALVES, Solange Mouzinho. **Batismo e Compadrio**: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860. João Pessoa, Monografia, UFPB, 2011.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 9-14; 315-347.

GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas**: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.). **Escravidão & Invenção da liberdade**. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX. Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2008.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2010.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, [1982] 2003.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2007.

ROHAN, Henrique B. Chrographia da província da Parahyba do Norte. **Revista do IHGP**, nº 3, p. 165-365, 1911.

SCHWARTZ, Stuart. “Gente da terra braziliense da nasção”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 105-125.

\_\_\_\_\_. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Tradução Jussara Simões. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Eleonora Félix. **Escravidão e resistência escrava na “Cidade D’Arêa” oitocentista**. Dissertação (Mestrado). Campina Grande, UFCG, 2010.

## O “MESTRE” NINA RODRIGUES E SUA “TROYA NEGRA” COMO MODELO DE ESCRITA

*Thyago Ruzemberg Gonzaga de Souza*

Até a década de 1950 a pesquisa sobre o negro no Brasil teria vivenciado, pelo menos, dois momentos distintos ou duas gerações. O primeiro momento é o da fundação, no qual são iniciados na virada para o século XX no Brasil os estudos sobre os africanos e seus descendentes, desenvolvidos por intelectuais que interpretariam as teorias do racismo científico de uma maneira original ao explicar a realidade do negro e do mestiço. O segundo ocorre na década de 1930, quando os estudos consolidam-se com a fundação das universidades no Brasil, junto com estas instituições surgiram os primeiros especialistas das humanidades, profissionalizando as áreas de atuação intelectual. Ocorre nessa transformação um aprimoramento do rigor científico, devido à adoção de teorias e metodologias específicas, a entrada de teorias da antropologia cultural norte-americana que trouxe grandes mudanças epistemológicas em trabalhos que procuram analisar as problemáticas da nação.

Nina Rodrigues foi um dos precursores da primeira geração, realizando as primeiras pesquisas sistematizadas sobre a população negra. Em “Os Africanos no Brasil” ele coloca uma epígrafe de Silvio Romero, intelectual e jurista pernambucano que realizou importantes pesquisas sobre a literatura e cultura brasileira a partir da década de 1870, nos moldes das teorias do racismo científico.<sup>599</sup> No texto, Romero clama para que os especialistas se apressem, pois os últimos africanos estariam prestes a desaparecer do Brasil. Ao colocar essa epígrafe, Rodrigues colocou o seu trabalho como a resposta ao clamor de Silvio Romero, se colocou na posição do pesquisador que respondeu o chamado e assumiu a responsabilidade. No final da Introdução do livro, fica bem claro o seu papel como precursor, ao afirmar que: “É a um ensaio de sistematização destes estudos que consagro o presente livro, destinando-o ao conhecimento de uma das preliminares do problema, a história dos Negros colonizadores.”<sup>600</sup> De acordo com Rodrigues não lhe constava quem houvesse feito isso.

Na segunda geração dos estudos sobre os negros no Brasil, se destaca o trabalho de Arthur Ramos, esse intelectual surgiu no ambiente acadêmico aproximadamente vinte anos depois da morte de Nina Rodrigues. Fez parte de uma geração que junto com Gilberto Freyre, Edson Carneiro e outros, procuraram pensar o papel do negro na sociedade e culturas brasileiras, a partir da perspectiva da antropologia cultural estadunidense, dialogando com o pensamento de Franz Boas e de seus discípulos, tema que será melhor explicado em outro capítulo. Se Arthur Ramos e Raimundo Nina Rodrigues são membros de gerações distintas, por que é tão importante para o desenvolvimento dessa dissertação a comparação entre seus textos?

Arthur Ramos depois de formado em medicina e psiquiatria pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1926 foi trabalhar no Instituto de Medicina Legal Nina Rodrigues. Essa instituição congregou alguns personagens que construíram uma identidade intelectual baseada no interesse comum por temáticas de pesquisa e uma herança intelectual de Raimundo Nina Rodrigues. Estamos falando da *Escola Nina Rodrigues*, um grupo de intelectuais e eruditos baianos da década de 20 - se nem todos

---

<sup>599</sup> ROMERO, Silvio. Estudos sobre a poesia popular do Brasil. Apud: RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. 2010. op. cit. p. 7

<sup>600</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 2010. op. cit. p. 18

nasceram na Bahia, pelo menos tiveram sua formação superior ou atividade profissional nesse estado - principalmente médicos que procuraram desenvolver pesquisas nas temáticas que o “mestre” Nina Rodrigues já havia trabalhado: a medicina-legal, a psicologia, a antropologia e o problema do Negro. Sobre essa *Escola* no momento não iremos muito além, mas reservaremos uma parte em outro capítulo para analisar esse *locus* de produção. Em suas obras, Arthur Ramos está a todo o momento mencionando seu vínculo a *Escola* e, ao mesmo tempo, reivindicando um lugar como herdeiro intelectual do “mestre”. Vejamos como ele aborda no livro “O Negro na civilização brasileira” o início da pesquisa do “mestre” Nina Rodrigues e, também, a sua filiação a essa corrente de pensamento:

*Foram os aspectos sociológicos da Medicina que sempre lhe retiveram a atenção. E aí, ao lado de muitos trabalhos sobre Medicina Social, teve as suas vistas voltadas para o estudo dos grupos negros da população, na Bahia. Os seus estudos foram conduzidos inicialmente para as religiões e o folclore dos candomblés na Bahia, escrevendo em 1896, o seu primeiro trabalho sobre o assunto, depois reunido em livro, O animismo fetichista dos Negros baianos.(...)<sup>601</sup>*

*Continuando os seus estudos, Nina Rodrigues alarga os primeiros objetivos, confinados apenas as religiões e seitas dos Negros. Passa a estudar o folclore, as tradições artísticas, a história... reunindo as suas observações num plano vasto, que teria o título geral de O problema da raça negra na América Portuguesa. (...)<sup>602</sup>*

De acordo com Arthur Ramos o médico maranhense teria se aproximado da temática do negro, por causa da Medicina Social, a sensação que é passada pelo seu texto é uma natural aproximação entre a Medicina Social e os estudos sobre o Negro no Brasil. Essa naturalidade poderia também justificar uma aproximação de Arthur Ramos com o tema, já que o seu percurso profissional é muito semelhante ao do mestre e ele haveria se especializado em medicina social e psiquiatria na Faculdade de Medicina da Bahia. A antropóloga Mariza Corrêa observa, não só a prática médica como o motivo que levou Rodrigues para a antropologia, mas também a influência na obra do autor do contexto maranhense, no qual a modernização e as questões raciais pareciam estar tensionando a sociedade.<sup>603</sup> Tratando da tradição intelectual que possivelmente havia no Maranhão da temática da questão racial, intelectuais como: Raimundo José de Souza Gayoso, João Francisco Lisboa, Aluísio Azevedo, Gonçalves Dias, Celso de Magalhães, etc. Corrêa afirmou que dentro dessa, possível, tradição estabelecida no meio intelectual maranhense a respeito da importância da questão das relações raciais, Nina Rodrigues aparentemente quebrou alguma regra dela ao se interessar pela pesquisa empírica dessa questão.<sup>604</sup> Então, Nina Rodrigues iniciou uma tradição de pensamento científico sobre a questão do negro no Brasil. Devemos observar como Arthur Ramos narra a sua entrada nesse pensamento:

---

<sup>601</sup> RAMOS, Arthur. **O negro na civilização brasileira**. 1971. op. cit. p. 206.

<sup>602</sup> Ibid. p. 207.

<sup>603</sup> CORRÊA, MARIZA. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. 2. Ed. rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. Coleção Estudos CDAPH, Série Memória. p. 64

<sup>604</sup> CORRÊA, MARIZA. **As ilusões da liberdade**. 2001. op. cit. p. 67.



*Com a morte de Nina Rodrigues, em 1906, os estudos científicos sobre o Negro ficaram interrompidos por um largo espaço de tempo. Dentro deste período de silêncio, a única voz que se levantou na Bahia, cheia de entusiasmo e emoção, em defesa do Negro brasileiro, foi a de Manuel Querino, ele próprio de origens africanas.(...)*  
*Em 1926, começamos [Arthur Ramos] a reunir, na Bahia, material de estudo sobre o Negro. Filiado à escola de Nina Rodrigues, como médico legista do Instituto que tem o nome do mestre baiano, encentamos pesquisas nos candomblés baianos, que deram origem aos seguintes trabalhos: Os horizontes míticos do Negro na Bahia (1932); A possessão fetichista na Bahia (1932); Os instrumentos musicais dos candomblés na Bahia (1932); O mito de Yemanjá (1932); O Negro na evolução social brasileira (Conferência na Universidade do Rio de Janeiro, 1933); As religiões negras no Brasil (Curso realizado em setembro de 1934). Ampliando os primitivos objetivos, estamos trabalhando na obra geral O problema do Negro no Brasil, da qual já há três volumes publicados, O Negro Brasileiro, O Folclore Negro do Brasil e As culturas Negras do Novo Mundo. Desejando sistematizar os estudos sobre o Negro, é criada a Biblioteca de Divulgação Científica, no Rio, que entre outros objetivos do seu programa de edições, tem reunido o maior número de trabalhos sobre o Negro no Brasil.<sup>605</sup> (grifo nosso)*

Observe que ele data a entrada para o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, como a entrada dele na corrente de pensamento da *Escola Baiana* ou *Escola Nina Rodrigues*. O termo “mestre” encontrado nessa citação foi repetido por Ramos em muitos escritos, ele jamais negou a herança, embora cunhasse críticas e correções aos escritos do “mestre”, principalmente no que diz respeito à perspectiva teórica do racismo científico marcante nas obras de Rodrigues.

São diversas as proximidades entre eles, nos permitindo fazer comparações: ambos foram médicos que tiveram sua formação na Faculdade de Medicina na Bahia, o primeiro no final da década de 1880 e o segundo no início da década de 1920. Havia também um elo entre eles por causa do interesse pelas mesmas áreas de pesquisa e atuação: medicina-legal, psicologia e estudos sobre o negro no Brasil. Mas a ligação principal, foi a proximidade intelectual, devido Arthur Ramos fazer parte da Escola Baiana. Discordamos de Mariza Corrêa<sup>606</sup> quando esta enfatiza que a influência de Rodrigues é apenas “retórica” em Arthur Ramos. Para nós é notório que esse autor ao revisar os conceitos e as ideias de seu “mestre” aproveita muito do que ele tinha produzido, compreendendo as obras dele como clássicas nos estudos dos negros e utilizando-as como fonte para suas pesquisas, dessa forma é possível afirmar que é foi uma herança construída por Ramos ao se filiar a Escola Nina Rodrigues. Isso acaba também por dar nome a Nina Rodrigues e um reconhecimento que estranhamente ele não alcançou em vida, principalmente pelo radicalismo de suas ideias. Outra importante proximidade é o método comparativo desenvolvido por Rodrigues, que Ramos adotou para suas pesquisas sobre o Negro brasileiro, cujo objetivo era “investigar as sobrevivências culturais no Brasil, fazendo o cotejo comparativo com culturas idênticas no Continente Negro”.<sup>607</sup>

Esses pesquisadores não produziram um discurso sobre os africanos e seus descendentes alheio à sociedade, pelo contrário, havia um diálogo entre eles, como

<sup>605</sup> RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. 1971. op. cit. p. 209.

<sup>606</sup> CORRÊA, MARIZA. *As ilusões da liberdade*. 2001. op. cit. p. 239

<sup>607</sup> RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. 1971. op. cit. p. 103

representantes, e seus objetos de pesquisa, o Outro. Nina Rodrigues e Arthur Ramos, tornaram-se *ogãs* de candomblés na Bahia, ou seja, receberam um título honorífico que é conferido pelo chefe do terreiro - ou por um orixá incorporado -, aos beneméritos do *ilê*<sup>608</sup> que contribuíram com sua riqueza, prestígio e poder. Ao receberem esse título assumiram uma postura de proteger esses grupos religiosos. Dessa maneira podemos concluir que essa representação era negociada ou dialogada. Para Ramos isso seria mais evidente, devido a sua influência dentro do movimento negro e da imprensa negra como intelectual e defensor da democracia social e étnica, na década de 1940 ele confirmaria a ideia de “democracia racial”. Jeffrey Lesser<sup>609</sup> demonstra que as identidades étnicas no Brasil foram negociadas entre os grupos marginalizados e as elites políticas e intelectuais, uma negociação que com certeza não parte da premissa de igualdade entre as partes, pelo contrário serviria para os grupos marginalizados conquistarem melhores condições na sociedade e, por outro lado, serviria para as elites controlarem e manterem a ordem.

Consideramos uma prioridade a compreensão da produção dos ensaios e dos significados construídos por Rodrigues, para poder compará-los aos de Arthur Ramos. Para realizar esse trabalho utilizamos a desconstrução de Jacques Derrida como método. A proposta é enfrentar os textos por meio de um mecanismo de abordagem que consistiria fundamentalmente no desmonte mesmo do texto visando revelar tudo que nele existe, inclusive os significados que não se oferecem explicitamente ao leitor.<sup>610</sup>

Desde a década de 1890 o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues inicia a sua vasta produção. Radicado desde 1891 na Bahia como professor da Faculdade de Medicina, dedica-se primeiro a medicina legal, mas posteriormente expandiu sua atuação também para outros campos, como a psicologia, a criminologia e a etnologia. Dentre as suas últimas produções estão os textos sobre o Quilombo dos Palmares, uma série iniciada no dia 20 de agosto de 1905 no jornal “Diário da Bahia” e continuada nos dias 22 e 23 do mesmo mês. Embora sejam escritos históricos, ou melhor, historiográficos, podem ser compreendidos como próximos as suas produções de etnologia, como discorreremos no decorrer deste capítulo.<sup>611</sup>

Com relação aos documentos, o escrito do médico não trouxe grandes novidades, retomou a utilização dos relatos do batavo Gaspar Barleus, produzidos durante o domínio holandês em Pernambuco. Esse relato foi publicado com o título “História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil”<sup>612</sup>, apenas uma pequena parte desse documento trata do combate aos mocambos dos Palmares. Um dos grandes méritos do texto de Nina Rodrigues é que, após sua utilização do relato de Barleus, este passou a ser uma das principais referências para o estudo do quilombo em suas origens, como observou Andressa M. B. Reis.<sup>613</sup>

---

<sup>608</sup> Ilê é o nome dado a casa de candomblé.

<sup>609</sup> LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.** São Paulo: Ed. UNESP, 2001

<sup>610</sup> DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** 4. reimp. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

<sup>611</sup> As edições que trabalhamos foram publicadas na “Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano” (RIAGP) em 1905, e no livro “Os Africanos no Brasil” de 1933. Ver RODRIGUES, Nina. A Troya Negra: erros e lacunas da História de Palmares. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.** Recife, v.11, n.63, p. 645-672, set., 1904.; RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<http://www.bvce.org>>

<sup>612</sup> BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil.** São Paulo: Edusp: Itatiaia, 1974.

<sup>613</sup> REIS, Andressa M. B. dos. **Zumbi: historiografia e imagens.** Franca, 2004.f. 158. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual de São Paulo. Franca. 2004. p. 23

Outra contribuição seminal de seu trabalho foi a indicação de que os mocambos dos Palmares teriam sido, destruídos por várias vezes, sendo posteriormente reorganizados em outros lugares da mata. Essa conclusão contrariava a versão corrente na historiografia até então, a de que haveria um mesmo e contínuo Palmares da sua fundação até o final. Nina ainda constituiu a cronologia de Palmares em três fases: Fase holandesa, de 1630 até a entrada de Rodolfo Baro em 1644; Fase da Restauração Pernambucana, que teria ocorrido de 1654 até a entrada de Fernão Carrilho em 1678; e Fase terminal, correspondendo ao período de 1679 até a destruição total em 1697. Nina considera também que houve conjugada a grande mobilidade territorial da sede do Quilombo uma mudança nas lideranças, assim, Zumbi seria um título de chefia e houveram, portanto, vários zumbis durante a existência dos Quilombos dos Palmares.

A maior colaboração de “Troia Negra” para a historiografia sobre o Quilombo dos Palmares está na ênfase dedicada à observação da composição racial, organização política, estrutura social e produção cultural desse espaço negro. Antes dos escritos de Nina Rodrigues não existiam trabalhos que explicassem, de maneira aprofundada como eram os mocambos. Os escritos que mencionavam algo sobre a organização interna desses espaços eram sempre curtos. Até o século XVIII, as narrativas históricas sobre Palmares se dedicavam as guerras impostas pelos colonizadores batavos ou portugueses. E durante o século XIX, a historiografia narrou o heroísmo dos que teriam derrotado o Quilombo, principalmente o grupo do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho.<sup>614</sup> Os historiadores França e Ferreira afirmaram acertadamente que a grande novidade do ensaio de Rodrigues era que ele teria feito “de Palmares um problema a ser discutido pelos estudiosos brasileiros, uma questão importante para entender o papel do negro na sociedade de então e o porquê da incapacidade de tal sociedade em avançar rumo à dita civilização.”<sup>615</sup>

O modelo narrativo encontrado nos escritos de Nina Rodrigues é o que foi seguido pelo Arthur Ramos, a estrutura do texto é o mesmo, apenas com pequenas alterações na ordem dos temas. Provavelmente as pequenas alterações encontradas foram ocasionadas por escolhas teóricas diferentes e devido às contingências enfrentadas por Ramos, já que seu texto era parte de um livro introdutório e escrito sob encomenda. Em muitos momentos, aparentemente Ramos repetiu o que já havia sido escrito por Rodrigues, esse tipo de situação confirma o nosso argumento de que ele assume a herança do “mestre”, também, no seu estudo sobre Palmares. Procurarei, a partir de agora, expor a organização dos textos dos dois pensadores, os textos que foram comparados são: “A Troia negra”<sup>616</sup> e “As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX – Palmares”<sup>617</sup> de Nina Rodrigues; e “A República dos Palmares”<sup>618</sup> de Arthur Ramos.

Podemos verificar em ambos uma introdução destacando a importância do tema para história do negro no Brasil. Nina Rodrigues abriu o seu escrito afirmando que algumas insurreições dos negros escravos “(...) se tem feito grandiosas epopeias da raça

---

<sup>614</sup> Essas colocações sobre a historiografia palmarina do século XVII ao XIX podem ser observadas em dois trabalhos: REIS, Andressa M. B. op. cit.; FRANÇA, Jean M. C.; FERREIRA, Ricardo A. **Três vezes Zumbi: a construção de um herói brasileiro**. São Paulo: Três Estrelas, 2012. p. 92.

<sup>615</sup> FRANÇA, Jean M. C.; FERREIRA, Ricardo A. op. cit.

<sup>616</sup> RODRIGUES, Nina. A Troia Negra: erros e lacunas da História de Palmares. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. 1904. op. cit. p. 646-671.

<sup>617</sup> RODRIGUES, Nina. As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX – Palmares. In: \_\_\_\_\_. **Os africanos no Brasil**. 2010 (1933). op. cit. p. 78-101.

<sup>618</sup> RAMOS, Arthur. A República dos Palmares. In: \_\_\_\_\_. **O Negro na civilização brasileira**. 1971 (1939). op. cit. p. 65-75.

negra. E a mais sabida, sem dúvida a mais notável, dentre todas a que melhor escapou ao ingrato ouvido dos pósteros, foi aquela que imprópriamente se crismou de República dos Palmares.”<sup>619</sup> O seu discípulo destacou a importância de Palmares, utilizando termos como: “(...) a primeira grande epopeia que o Negro escreveu em terras do Brasil.”<sup>620</sup>

Logo em seguida, ambos delimitaram o recorte temporal em que sobreviveu Palmares, que seria entre 1630 a 1697, mas, utilizando praticamente os mesmos termos, os dois afirmam que os negros fugidos já se instalavam pela região desde o início do século XVII.<sup>621</sup> O próximo tema abordado dentro desses textos, foi o crescimento de Palmares durante o domínio holandês, pois a luta dos batavos com os portugueses teria dado forças a Palmares, permitindo sua organização e crescimento. Nesse caso, Arthur Ramos cita Nina Rodrigues como referência.<sup>622</sup>

Nina Rodrigues<sup>623</sup> interpretou a existência do Quilombo dos Palmares como descontinua devido às várias vezes que aquele foi destruído pelas expedições e devido a sua capacidade de se reconstruir em outros lugares da mata. De acordo com ele, seria por causa disso que Palmares teve vários líderes durante a sua história, explicando o que foi escrito por Rocha Pita sobre a existência de vários Zumbis.

Essa interpretação dos eventos permitiu que o “mestre” lançasse mão de uma teoria da divisão da história de Palmares em três fases: o Palmares holandês, do início até ser destruído por Rodolfo Baro em 1644; o Palmares da Restauração Pernambucana, de 1644 até ser destruído em 1678 pela expedição enviada pelo governador Dom Pedro de Almeida; e o Palmares terminal, definitivamente destruído em 1697. O “discípulo” também trilhou esse caminho, adotando a teoria das três fases e identificando seu “mestre” como seu autor, porém ele não deu continuidade a perspectiva de que Zumbi era um cargo de liderança. Para Ramos, Zumbi, ou Zambi (é assim que ele prefere denominar) foi um indivíduo, o sobrinho do rei Ganga Zumba, que assumiu o trono após assassinar o seu tio acusando-o de traição.<sup>624</sup> O “discípulo” adotou a versão do documento doado pelo Conselheiro Drummond ao IHGB, “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida de 1675 a 1678”, publicado na RIHGB.

Essa versão sobre a existência de Zumbi, foi utilizada por Mario Behring (1876-1933) no artigo “A morte de Zumbi”, na *Kosmos* em 1906, revista literária que ajudou a fundar, era a primeira vez que Zumbi recebia estudo específico. Partimos do pressuposto que além da leitura do próprio documento publicado na RIHGB em 1876,

---

<sup>619</sup> RODRIGUES, Nina. A Troya Negra: erros e lacunas da História de Palmares. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. 1904. op. cit. p. 646; RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 2010. op. cit. p. 79.

<sup>620</sup> RAMOS, Arthur. A República dos Palmares. In: \_\_\_\_\_. **O Negro na civilização brasileira**. 1971 (1939). op. cit. p. 65.

<sup>621</sup> RODRIGUES, Nina. A Troya Negra: erros e lacunas da História de Palmares. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. 1904. op. cit. p. 646; RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 2010. op. cit. p. 79; RAMOS, Arthur. A República dos Palmares. In: \_\_\_\_\_. **O Negro na civilização brasileira**. 1971 (1939). op. cit. p. 65.

<sup>622</sup> RAMOS, Arthur. A República dos Palmares. In: \_\_\_\_\_. **O Negro na civilização brasileira**. 1971 (1939). op. cit. p. 66.

<sup>623</sup> RODRIGUES, Nina. A Troya Negra: erros e lacunas da História de Palmares. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. 1904. op. cit. p. 646; RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 2010. op. cit. p. 79

<sup>624</sup> RAMOS, Arthur. A República dos Palmares. In: \_\_\_\_\_. **O Negro na civilização brasileira**. 1971 (1939). op. cit. p. 66.

Arthur Ramos teria lido o texto de Mário Behring<sup>625</sup>, pois ele foi publicado, novamente, na RIAGA em 1930 – quando Behring ocupava o lugar de diretor da Biblioteca Nacional desde 1927 - e dificilmente como membro do IAGA e pesquisador do negro ele ignoraria essa publicação. Procuraremos discutir em outros momentos dessa dissertação o papel do Instituto Alagoano na visão de Ramos sobre o negro e sobre Palmares. Por ora podemos afirmar que a narrativa de Behring já destinava tons heroicos aos feitos dos Palmarinos, especialmente do seu último líder Zumbi.

O perfil do médico maranhense Nina Rodrigues para a etnologia é reconhecido, porém nesses textos que fazem parte dos poucos escritos de história, ele desenvolve uma surpreendente preocupação com a crítica documental. Ele expõe as documentações encontradas que podem auxiliar a compreender cada fase de Palmares, além disso, durante o texto ele faz diversas análises críticas aos documentos, utilizando a comparação na maioria dos casos. Dois documentos foram destacados por Rodrigues<sup>626</sup> como especiais para o estudo do Quilombo, o primeiro foi o relato escrito durante o domínio holandês pelo batavo Gaspar Barleus, o segundo foi o relato anônimo sobre as expedições enviadas por D. Pedro de Almeida contra Palmares, esse documento foi publicado pelo IHGB em 1859. A partir desses documentos Rodrigues construiu uma descrição da organização das povoações e das disposições das habitações dentro dessas povoações, também obteve o nome de diversos mocambos.

Sem a mesma sofisticação para explorar os documentos no texto como fez seu “mestre”, Ramos apenas falou sobre esses dois documentos, sua importância para o seu texto e os utilizou para demonstrar a organização das povoações e moradias.<sup>627</sup> Junto com a exposição desses dois documentos históricos, os dois autores afirmam que o relato doado pelo conselheiro Drummond ao IHGB em 1959, delimita o território ocupado ou dominado pelos quilombos em sessenta léguas, em vasta zona de palmeiras cortadas de matas, indo da parte superior do rio São Francisco até o sertão do cabo de Santo Agostinho. Evidentemente é muito possível que dois autores em momentos distintos consigam organizar os seus textos de maneira muito parecida, até mesmo escolher os mesmos documentos históricos, ou afirmar as mesmas coisas respaldados nesses documentos. Porém não podemos ignorar que nesse caso específico, o autor da geração posterior foi introduzido nos estudos sobre o negro, lendo o autor que ele alcunha de “mestre”, com relação ao conhecimento sobre o Quilombo dos Palmares não deve ter sido diferente. Contudo, também é muito possível que a leitura das fontes históricas feita por Arthur Ramos, tenha sido feita, muitas vezes, através dos textos ou olhos de Raimundo Nina Rodrigues.

Na próxima etapa existe uma diferença nas estruturas dos textos. Nina Rodrigues dedicou-se nesse estrato a expor primeiro a organização social, política, jurídica e a desenvolver uma comparação de Palmares com Estados Africanos.<sup>628</sup> Somente depois disso é que Rodrigues narra as expedições contra Palmares, até o suicídio de um dos

---

<sup>625</sup> BEHRING, Mário. A morte de Zumbi. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. n. 14, v. 27, 1930. p. 143-151.

<sup>626</sup> RODRIGUES, Nina. A Troia Negra: erros e lacunas da História de Palmares. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. 1904. op. cit. p. 648; RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 2010. op. cit. p. 80.

<sup>627</sup> RAMOS, Arthur. A República dos Palmares. In: \_\_\_\_\_. **O Negro na civilização brasileira**. 1971 (1939). op. cit. p. 67-68.

<sup>628</sup> RODRIGUES, Nina. A Troia Negra: erros e lacunas da História de Palmares. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. 1904. op. cit. p. 649-653.; RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 2010. op. cit. p. 82-86.

Zumbis e a dissolução do Quilombo dos Palmares.<sup>629</sup> Enquanto Arthur Ramos procurou primeiro expor a sucessão de eventos que ocorreram em Palmares, principalmente utilizando os dois documentos mencionados a pouco, percorrendo de maneira linear a história até o suicídio de Zumbi e a destruição definitiva do Quilombo.<sup>630</sup>

Para encerrar, o “mestre” analisou a composição racial e a produção cultural dos palmarinos, sendo esta a sua maior contribuição para uma nova perspectiva historiográfica sobre o Quilombo, uma vez que procurou explicar como este havia se organizado e mantido por tanto tempo e os motivos raciais de sua destruição. O seu discípulo encerrou seu texto de modo parecido, explicando as organizações política, social, econômica, militar e cultural de Palmares. As estruturas narrativas são homologas o que nos possibilita afirmar que os trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues foram compreendidos por seu “discípulo” como modelos literários. A sensação causada pela leitura comparativa desses textos, em diversos momentos, é que Arthur Ramos escreveu com os textos de Nina Rodrigues em mãos se preocupando apenas em impor o seu estilo próprio. Os trechos abaixo demonstram como em alguns momentos os textos dos dois autores são homólogos.

Observem-se os seguintes trechos de Nina Rodrigues: “*Macaco* era então a cidade real, a capital da federação. Tinha para mais de 1500 casas e era fortificada de um cerco de pau a pique e de fojos e estrepes de ferro.”<sup>631</sup>; “Depois de sanguinolentas e brilhantes lutas em 1695 e 1696 que o Visconde de Porto Seguro lamenta não tenham tido cronistas, Palmares tocava o seu termo.”<sup>632</sup> Comparando-os aos trechos encontrados em Arthur Ramos na mesma ordem apresentada anteriormente, as mudanças não são significativas tornando possível o leitor reconhecer a proximidade imediatamente: “Cerca Real do Macaco era a capital daquela confederação negra. Tinha mais de mil e quinhentas casas e era fortificada com uma cerca de pau-a-pique com estepes de ferro.”<sup>633</sup> ; “Infelizmente, esta ultima parte da história de Palmares, não teve o seu cronista como lamentou o historiador brasileiro Varnhagen. Sabe-se que as lutas se prolongaram anos seguidos e atingiram a sua intensidade máxima em 1695 e 1696.”<sup>634</sup> O Visconde de Porto Seguro referenciado por Nina Rodrigues, é o historiador Adolpho Varnhagen citado em Ramos.

## Fontes e Referências Bibliográficas

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. São Paulo: Edusp: Itatiaia, 1974.

BEHRING, Mário. A morte de Zumbi. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. n. 14, v. 27, 1930. p. 143-151.

<sup>629</sup> RODRIGUES, Nina. A Troya Negra: erros e lacunas da História de Palmares. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. 1904. op. cit. p. 653-665.; RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 2010. op. cit. p. 86-95.

<sup>630</sup> RAMOS, Arthur. A República dos Palmares. In: \_\_\_\_\_. **O Negro na civilização brasileira**. 1971 (1939). op. cit. p. 69-73.

<sup>631</sup> RODRIGUES, Nina. A Troya Negra: erros e lacunas da História de Palmares. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. 1904. op. cit. p. 649.; RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 2010. op. cit. p. 82.

<sup>632</sup> RODRIGUES, Nina. A Troya Negra: erros e lacunas da História de Palmares. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. 1904. op. cit. p. 663.; RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 2010. op. cit. p. 93.

<sup>633</sup> RAMOS, Arthur. A República dos Palmares. In: \_\_\_\_\_. **O Negro na civilização brasileira**. 1971 (1939). op. cit. p. 68.

<sup>634</sup> Ibid. p. 73.

- CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade:** a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. 2. Ed. rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. Coleção Estudos CDAPH, Série Memória.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** 4. reimp. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- FRANÇA, Jean M. C.; FERREIRA, Ricardo A. **Três vezes Zumbi:** a construção de um herói brasileiro. São Paulo: Três Estrelas, 2012. p. 92.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional:** imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001
- RAMOS, Arthur. **O negro na civilização brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil, 1971.
- REIS, Andressa M. B. dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Franca, 2004.f. 158. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual de São Paulo. Franca. 2004.
- RODRIGUES, Nina. A Troya Negra: erros e lacunas da História de Palmares. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.** Recife, v.11, n.63, p. 645-672, set., 1904.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<http://www.bvce.org>>

**SIMPÓSIO 5 –  
CULTURA, DIVERSIDADE  
e PATRIMÔNIO**



# FEIRA LIVRE DE BODOCÓ: ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO E TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AFROBODOCOENSE

*Alexsandra Flávia Bezerra de Oliveira  
Reginaldo Ferreira Domingos*

## Introdução

Situado no semiárido pernambucano, na Região do Araripe, e distando seiscentos e trinta e nove quilômetros (639 km) da capital, Recife, encontra-se o município de Bodocó. Seu nome, segundo a memória da população local, teria sido originário de uma planta aquática abundante na região que leva o mesmo nome – Bodocó; ou ainda, de um povo indígena chamado Bodorocós, que teria habitado o local.

No município de Bodocó, a farinha teve sua importância para além do suprir a necessidade de alimentação da população, pois propiciou o desenvolvimento econômico e social local através de sua comercialização nas feiras que ocorriam, e continuam acontecendo, às segundas feiras. Esse fato é notório, pois até o ano de 1924 Bodocó era apenas distrito do município de Granito, mas como situava-se próximo a Serra do Araripe onde havia uma grande produção de farinha tornou-se ponto de venda ofertando-a em suas feiras semanais, fato que provocou a migração de pessoas para o, então, distrito que teve como consequência o desenvolvimento do lugar em termos de urbanização, bem como a transferência da sede municipal de Granito para Bodocó e sua posterior emancipação (REGIÃO, fev. de 1975).

A farinha movimentou a feira de Bodocó por constituir a base alimentar do povo sertanejo àquela época, fato que deu oportunidade para a comercialização de outros produtos do lugar como panelas, potes, pratos, etc., de barro; sandálias, selas e outros produtos feitos de couro; móveis feitos de madeira como a “cadeira Bodocó”. Em fim, a feira trouxe a oportunidade de comercialização daquilo que era (é) produzido em terras bodocoenses.

A feira se constitui, então, em uma vitrine onde podemos observar as características do local em que ela é realizada, dessa forma a produção do município é ali exposta com todos os seus significados e processos históricos, assim quem é bom observador pode ver as africanidades e afrodescendências nessa produção que traz as tecnologias vindas da África uma vez que “... os africanos ocuparam muitos dos campos da produção, como fonte de conhecimento da base técnica e tecnológica” (CUNHA JR., 2010, p. 17) e, dessa forma aplicaram seus conhecimentos que foram transmitidos por gerações fato que propiciou a existência de produtos e técnicas afrodescendentes no município de Bodocó. Assim, cabe a nós procurarmos essas referências e significados identificá-los e divulgá-los para que haja justo reconhecimento e valorização da herança africana em nosso município.

As feiras livres e os mercados são fatos sociais produtores de intensas dinâmicas culturais, econômicas e sociais. As feiras dão vida própria aos lugares; são espetáculos públicos de organização de uma vida social se constituem como “*locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (DANTAS, 2007, p. 36). E, como estão envolvidas nas diversas relações tornam-se intrinsecamente ligadas às cidades uma vez que “a feira é parte da cidade e a cidade se desvenda pelo cotidiano da feira” (CALADO, 2010, p. 98).

Assim, o fenômeno cultural das feiras de Bodocó é o que nos instiga a adentrar nesse universo múltiplo e multiplicador das diversas manifestações histórico-culturais que lá existem para desvendarmos nas suas entrelinhas as suas diversas relações sociais, econômicas e culturais, que trazem consigo as memórias e o patrimônio cultural afrodescendente que semanalmente está exposto nas ruas bodocoenses.

## Memória

Trabalhar com a memória não é tarefa fácil por isso é interessante conhecer o que nos diz Pollak (1992) quando coloca os elementos constituintes da memória e suas características. Segundo ele, a memória é constituída pelos acontecimentos vividos pessoalmente e pelos acontecimentos “vividos por tabela” (p. 201), ou seja, pelo grupo ao qual a pessoa que lembra faz parte. Isso porque há a transmissão dos acontecimentos vividos pela coletividade e mesmo não tendo participado ficam de tal maneira no imaginário que se torna quase impossível da pessoa distinguir se participou ou não. “Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens” (p. 202) encontrados no decorrer da vida ou que são conhecidos pela memória coletiva, pois nem sempre é necessário conhecê-los pessoalmente, mas ter conhecimento, lembrança, de suas ideias, ações ou de suas vidas. Por último temos os lugares ligados às lembranças individuais – que podem ou não estar ligados a um tempo cronológico – ou às lembranças públicas onde encontraremos lugares de comemorações, monumentos, etc.

A memória é caracterizada, por Pollak (1992), a princípio, pela seletividade, pois “nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” (p. 203), pois há a preocupação em guardar aquilo que lhe é importante e descartar o que não teve uma importância notória. “A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento” (p.204) também influem na elaboração e reelaboração da memória e, por tanto, selecionam as lembranças. Além disso, a memória é um fenômeno construído. Essa construção pode ser consciente ou inconsciente e é dotada de uma organização realizada “em função das preocupações pessoais e políticas do momento” (p. 204).

Ecléa Bosi (1994), em seu trabalho “Memória e Sociedade”, faz uma discussão interessante acerca da seletividade da memória onde chama vários autores, entre eles Halbwachs (1990). Discutindo com esse autor é colocada a questão do refazer da memória e não reviver; a memória quando evocada refaz o passado a partir do presente e, por isso, não há o reviver o passado tal qual ele ocorreu. Sendo assim “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. (...) deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’...” (p. 55).

Ao realizarmos entrevistas para que os idosos nos cedam suas memórias entendemos que irão nos presentear com sua sabedoria construída e constituída pela ancestralidade. Esta por sua vez se manifesta através da oralidade que transmite conhecimentos adquiridos pela experiência vivida e reeditados no ato da fala onde ocorre a magia da palavra que “[...] é sopro, hálito, dicção, acontecimento e performance, índice de sabedoria. Esse saber torna-se acontecimento não por que se cristalizou nos arquivos da memória, mas principalmente, por ser reeditado na performance do cantador narrador e na resposta coletiva” (MARTINS, 1997, p. 146).

A continuidade dos costumes e das tradições garantida pela tradição oral não engessa a sociedade tornando-a parada no tempo. O novo sempre vem e os ancestrais

sabem disso, e transmitem seus conhecimentos dentro de uma dinâmica social de transformações onde a essência deve ser mantida como garantia da historicidade, identidade e permanência do grupo uma vez que a “ancestralidade é princípio histórico, incorpora as regras da vida material e imaterial, rege todas as estruturas dinâmicas da sociedade, compõem em si o próprio fator de mudança na sociedade” (CUNHA Jr., 2009, p. 10).

Assim, ao observar a prática da feira livre em Bodocó-PE procuramos encontrar as diversas manifestações das africanidades e afrodescendências que venham estar presentes na forma de comercialização, nos produtos que lá são expostos e ofertados para venda como artefatos em couro e barro, etc. Mas, sabemos que com o trato com a memória certamente nos deparamos com a herança africana por meio das lembranças evocadas que virão repletas de significados formulados a partir da vivência em grupo e transmitidos pela oralidade onde a palavra se constitui em força, hálito, sabedoria cristalizada na resposta coletiva onde deixa transparecer a presença e ação ancestrais no lembrar e falar o que lembra.

### **Feira Livre: espaço de exposição do patrimônio afrobodocoense.**

Entendemos como patrimônio cultural tudo aquilo produzido e deixado por um determinado grupo social, em tempo e espaço determinados como resultado dos conhecimentos adquiridos através de ensinamentos e experiências (MIRANDA, 2009).

Nesse sentido podemos dizer que “Patrimônio cultural é tudo que está implícito no território, é resultado da apreensão dos conhecimentos locais” que traz “valorização da história individual e coletiva” (BARRETO, 2012, p. 69). Há, porém a necessidade de especificarmos o patrimônio imaterial parte de fundamental importância na memória e para a identidade de um grupo social. A esse respeito a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) coloca que: “entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões conhecimentos e técnicas [...] que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultura” (UNESCO, 2003, p. 03).

Ainda precisamos observar que esse patrimônio, assim como a memória, não é estático. Os saberes, símbolos e signos são ressignificados por aqueles que recebem a herança, mas apesar da reelaboração mantém uma essência que conserva a identidade, pois “esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriada pelas comunidades e pelos grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade” (*Ide. Ibidem*).

A observação do patrimônio cultural afrodescendente em Bodocó é possível através de um passeio na feira livre que se constitui como uma grande vitrine à céu aberto. Podemos então definir a feira um lugar público de comércio onde há a reunião de vendedores e compradores em local e hora determinados e, geralmente, em um lugar descoberto em que se desenvolvem troca e comércio de mercadorias (MIRANDA, 2009).

Assim, podemos ver o fenômeno das feiras como um espaço de comércio onde uns vendem para manter seu sustento, outros compram no intuito de obter aquilo que lhes é necessário, em uma relação onde ocorre o abastecimento da cidade, a circulação de dinheiro, o desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que muitas famílias trazem para vender nas feiras o excedente de sua produção ou a produção especificamente voltada para ela. Mas, também, o desenvolvimento urbano e comercial

da cidade uma vez que grande movimento de pessoas ocasionado pelas feiras atraem outro tipo de comércio, o comércio fixo, que tende a se estabelecer aos redores dos espaços das feiras para aproveitar o fluxo de fregueses e oferecer seus produtos e/ou serviços. É comum encontrar pequenos comércios, chamados bodegas, mercados, lojas de importados, barbearias, farmácias, etc., próximo ou nos arredores das feiras (COELHO, 2008; MIRANDA, 2009; TREVISAN, 2008; MASCARENHAS, 1991).

A feira bodocoense é espaço múltiplo e de multiplicidades onde notamos que a presença de artefatos em couro, barro, caroá (fibra usada para tecer cordas, tecidos, etc.) eram garantidos nas feiras bodocoenses e produzidos por pessoas de diferentes localidades dentro do próprio município, assim como também era encontrada em abundância a farinha trazida em lombos de animais da serra até a sede municipal para serem comercializados. Com base nas lembranças, podemos afirmar que tais artefatos fazem parte do legado cultural africano no Brasil uma vez que a cultura do couro de gado, de artefatos em barro, entre outros, são partes do legado africano para a sociedade brasileira, pois os africanos ocuparam campos diversos na produção sendo fonte de conhecimento da base técnica e tecnológica vindas da África. Ademais observamos que, no sertão pernambucano, a mão de obra escravizada foi aplicada em diversas atividades que foram deixadas como herança aos afrodescendentes que habitaram o município e abasteciam a feira livre de Bodocó (CUNHA Jr., 2010 e 2011; VERSIANI e VERGOLINO, 2003).

As memórias já evocadas dos negros e negras nos contam histórias imbuídas de africanidades afirmando a existência e o protagonismo negros na História do município através de seu trabalho, sua arte e sua vivência. Fato que fica claro nas falas de pessoas como o senhor Joatan Marques, cordelista, o senhor Raimundo Pereira, sapateiro, o senhor João Leontino, agricultor, entre outros, que contam como testemunhas da História a presença de negros como maioria na produção de farinha de mandioca, produto muito procurado na feira, como mestre na arte de produzir em couro, na tecelagem, em fim, esses senhores entre outros e outras mostram, através de suas memórias, a importância da presença daqueles que foram esquecidos pela História dita oficial e, conseqüentemente, a necessidade de recontá-la através da evocação das memórias daqueles tidos como minorias sociais, mas que tanto influenciaram no desenvolvimento sócio histórico do local.

Nas falas de D. Maria de Lurdes e D. Osana Carneiro, mulheres negras, percebemos como era rica a produção em barro e sua exposição para venda nas feiras de Bodocó dessa tradição familiar em que as técnicas são passadas como herança: “aprendi com minha mãe, minha mãe trabalhava de louça e eu aprendi com ela, minha vó, minha sogra, minha família todinha trabalhava com barro...” (M<sup>a</sup> de Lurdes, 17/03/13). Essa arte era notada pelas pessoas que frequentavam a feira e notavam que “...tinha esses negócios feito de barro, boneco, do mesmo feito das panelas. Agente, chamava as loceiras, né? Louceira fazia louça de barro e umas [...] faziam boneco, cavalo, boi...” (Joatan, 14/02/13).

A arte de tecer também se constituiu em uma herança familiar D. Josefa da Silva nos contou que aos “dez anos o nosso emprego era fabricação de balaio. Tirar cipó na mata, assim eu e minha mãe. Eu ia pro mato tirar cipó mais ela. [...] nós trabalhava de caçoá<sup>635</sup> e balaio” (08/10/10). Sr Joatan se lembra que muitas outras coisas eram encontradas na feira: “tinha muito era coroá<sup>636</sup>, nera? Muita corda, capanga, né, pano de

---

<sup>635</sup> Grande cesto feito de cipó que serve para o transporte de objetos e/ou mercadorias em lombo de animais como mulas.

<sup>636</sup> Bromélia típica do Nordeste brasileiro cuja fibra é utilizada para tecer esteiras, cordas, etc. A sua fibra também é chamada de caroá.

preguiçosa [...] e era enfeitadinha” (14/02/13). Ainda sobre esses artefatos o Sr. José Leontino (06/03/13) nos dá a localização de outra família que também trabalhou tecendo o caroá: “era do sertão, eles são uma família de pretos que vivem ainda no sertão”.

Na produção de couro nós entrevistamos dois irmãos sapateiros, Sr. Raimundo Pereira e o Sr. Francisco Pereira que são conhecidos em Bodocó pela qualidade de seu trabalho. Eles não trouxeram essa arte como herança familiar aprenderam com um senhor oriundo do município de Exú-PE: “aprendi assim, tinha um velho aqui que ele era do Exu e, então, chamava-se [...] mestre Casimiro, ele era muito escuro, era negro” (Raimundo Pereira, 14/02/13). Mas, aprenderam a arte do mestre negro e a tornaram conhecida em toda região produzindo até os dias atuais as modelagens que ele os ensinou. Sr. José Leontino e Sr. Francisco Pereira lembram de outros que produziam em couro como: “Chico Simião, era bem moreno, e outros que eram bem caboclo” (José Leontino, 06/03/13), “Manuel Seleiro, Zé Chanda, tudo moreno como nós [...] mestre Cabrinha, negro...” (Francisco Pereira, 19/03/13).

Assim, percebemos como os artefatos da cultura negra estiveram e estão presentes em nosso município através da transmissão do conhecimento das técnicas de produção dos diversos produtos que trazem consigo a herança ancestral africana e afrodescendente. E vemos a feira como a vitrine de exposição de toda essa produção se colocando como uma peça chave na história de Bodocó, pois ao mesmo tempo em que traz à público as diversas manifestações culturais do povo bodocoense agiu como motor de desenvolvimento econômico, político e social do lugar, pois como já citado esse evento semanal trouxe fluxo de pessoas que acabou urbanizando e emancipando o, então, distrito fazendo-o cidade em 1924.

## **Conclusão**

Podemos afirmar que se encontram expostas na feira livre de Bodocó-PE uma verdadeira coleção de artefatos em couro, barro, materiais tecidos em fibras de caroá, como cordas, arreios, cabrestos, esteiras, etc., além da farinha que eram e são produzidos no próprio município e levado para serem comercializados, movimentando, assim a economia e a sociedade locais. Tendo como base as memórias de nossos entrevistados pudemos perceber que tais artefatos eram produzidos no interior do município, na zona rural, e trazido para a sede municipal, zona urbana, na ocasião da feira.

Temos propriedade, também com base nas memórias, para colocar que esses artefatos constituem uma coleção cultural africana e afrodescendente em nosso município sendo transmitido de geração a geração como tradição ancestral de famílias negras que são expostos na feira para serem comercializado, formando, assim o patrimônio cultural afrobodocoense presente semanalmente nas ruas da cidade sendo possível a convivência dos moradores do município vê-lo e transmiti-lo.

As africanidades e afrodescendências estão presentes na feira de Bodocó e, por tanto, em meio às manifestações culturais que lá estão encontramos as memórias, parte do patrimônio cultural e a identidade afrodescendente no município uma vez que “com o tempo a feira, espaço de sociabilidade, tornou-se referência na formação da identidade cultural do povo” (MIRANDA, 2009, p. 47). Identidade transmitida “de boca à orelha” através da oralidade pelos ancestrais às novas gerações a partir da manutenção da memória cultural que coaduna as pessoas de diversas partes município de Bodocó na

feira que acaba se constituindo numa exposição das manifestações culturais locais e, conseqüentemente das afrodescendentes.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- BARRETO, Rosivalda dos Santos. **Patrimônio Cultural, Infância e Identidade no Bairro do Bom Juá: Salvador/Bahia**. Fortaleza: UFC, 2012. (Dissertação Mestrado).
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CALADO, Lenira Maria Rodrigues. **Campo Grande e sua feira livre central; conhecendo a cidade através da feira**. Dourados, MS: UFGD, 2010 (Dissertação Mestrado).
- COELHO, Jackson Dantas. **Feiras Livres de Cascavel e de Ocara: caracterização, análise da renda e das formas de governança dos feirantes**. Fortaleza: UFC, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- CUNHA JR., Henrique Antunes. **História e Cultura Africana e os Elementos para uma Organização Curricular**. Texto Disciplina Pós-Graduação, Fortaleza: 2009-2.
- \_\_\_\_\_. **Tecnologia Africana na Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.
- \_\_\_\_\_. SILVA, Joselina e NUNES, Cícera (Org.). **Artefatos da Cultura Negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- DANTAS, Geovany Pachelly G. **Feira de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960/2006)**. Natal: UFRN, 2007 (Dissertação Mestrado).
- MARTINS, Leda Maria. **Afrografias de Memória**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.
- MASCARENHAS, Gilmar. **O Lugar da Feira Livre na Grande Cidade Capitalista: Conflito, mudança e persistência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. (Dissertação de Mestrado).
- MIRANDA, Gustavo. **A Feira na Cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e Campina Grande (PB)**. Recife: UFPE, 2009. (Dissertação de Mestrado).
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Revista de Estudos Históricos Nº. 10 – Teoria e História. Ano 1992/1. Revista do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.
- TREVISAN, Emerson. **Feira Livre em Igarauçu: uma análise a partir dos dois circuitos da economia; a convivência entre o formal e o informal**. Recife: UFPE, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, out. 2003. Disponível em: [www.unesdoc.unesco.org](http://www.unesdoc.unesco.org)
- VERSIANI, Flávio Rabelo, VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. **Posse de Escravos e a Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887**. EST. ECOM., São Paulo, V. 33, N. 2, p. 353-393, ABR/JUN, 2003. Acesso em Sciello, 23/01/13.
- REGIÃO. **Revista Região**. Crato, fev. de 1975.
- Francisco Pereira Sobrinho, 70 anos. Sapateiro. Residente à Vila Várzea do Meio no município de Bodocó-PE. Entrevistado em 19 de março de 2013.
- Joatan Marques de Oliveira, 73 anos. Militar reformado e cordelista. Residente na sede do município de Bodocó-PE. Entrevistado em 14 de fevereiro de 2013.

José Leontino da Silva, 78 anos. Aposentado como agricultor, realizou atividades como marchante e produtor de farinha. Residente na sede do município de Bodocó-PE. Entrevistado em 06 de março de 2013.

Josefa Brasilino da Silva, 60 anos. Agricultora e tecelã. Reside na Vila Sipaúba, município de Bodocó-PE. Entrevistada em 08 de outubro de 2010.

Maria de Lurdes de Souza Monteiro, 57 anos. Louceira. Reside na Vila Sipaúba, município de Bodocó-PE. Entrevistada em 17 de março de 2013.

Osana Ferreira Monteiro do Carneiro, 85 anos. Louceira. Reside no Sítio Carneiro, município de Bodocó-PE. Entrevistada em 17 de março de 2013.

Raimundo Pereira Sobrinho, 78 anos. Sapateiro. Reside na sede do município de Bodocó-PE. Entrevistado em 14 de fevereiro de 2013.

## **“REPAGINANDO O NOSSO FOLCLORE”: REFLEXÕES SOBRE OS NOVOS MOVIMENTOS CULTURAIS ALAGOANOS E SEU PROJETO DE CRIAR UMA NOVA IDENTIDADE ALAGOANA**

*Alicia Poliana Ferreira*

Muito se fala nesses últimos anos sobre a formação de uma identidade alagoana, o tal sentimento de alagoanidade que faria frente ao tão proclamado orgulho de ser pernambucano de nossos vizinhos. Essa tentativa de criar uma identidade alagoana passa por um resgate da cultura popular de nosso povo e está sendo feita hoje, sobretudo nos meios acadêmicos.

Esse sentimento de ser alagoano ou a falta dele, advém da maneira truculenta com que historicamente as classes dominantes trataram as camadas mais pobres da população que ocupavam uma posição subalterna em Alagoas. “Dominantes e dominados” sempre mantiveram uma relação mediada pela violência, coronéis e seus jagunços, pistoleiros de alugueis, assassinatos políticos por terras e brigas de família de toda sorte, e talvez no meio de toda essa violência que marcou nosso estado podemos dizer que “o Quebra de 1912” quando os terreiros de xangô de Maceió foram invadidos pela Liga dos Republicanos Combatentes por motivo de uma disputa política entre Euclides Malta e Clodoaldo da Fonseca, causou um grande trauma nos praticantes das religiões de matriz africana em Alagoas que teriam se evadidos para Pernambuco com medo da perseguição engendrada pela elite política de Maceió<sup>637</sup>.

Os seguidores das religiões dos orixás que aqui permaneceram desenvolveram, segundo alguns analistas, uma nova modalidade de xangô o “xangô rezado baixo”<sup>638</sup> e, com o passar dos anos, foram sendo desenvolvidas várias estratégias para se comemorar os dias específicos de cada orixá fazendo oferendas nas matas mais distantes. Muitas vezes, na calada da noite desenvolvendo, praticamente, “táticas de guerrilhas” para que cultos aos orixás fossem preservados em nosso Estado<sup>639</sup> até que houvesse liberação do toque nas casas mediante o registro nas federações responsáveis por organizar cultos e a autorização da delegacia. Além de ter silenciados os xangôs de Alagoas parecer que a violência arrasadora do Quebra de 1912 também teria conseguido silenciar e extinguir um folguedo que segundo os estudiosos<sup>640</sup>, mantinham uma relação íntima os terreiros de Maceió. Mesmo com poucas fontes disponíveis que geralmente remontam ao livro de Abelardo Duarte *O Folclore Negro nas Alagoas*, tornou-se consenso entre os pesquisadores da cultura popular alagoana existência do Maracatu em nosso Estado no começo do século XX, que teriam sido esquecidos e eliminados de nossa cultura graças debandada. Ocorrida após o quebra já que muitos daqueles chefes de terreiro que foram para Recife eram também mestres dos maracatus.

Contudo, fica a dúvida se o maracatu tinha um alcance tão grande eram tão disseminados na capital alagoana como afirmam alguns estudiosos<sup>641</sup> como puderam desaparecer tão facilmente da memória de Maceió? Por que os integrantes que aqui ficaram não preservaram esse folguedo? Podemos encontrar essa resposta mais uma vez

---

<sup>637</sup> Cavalcanti, Bruno César. “Bons e Sacudidos” – O carnaval negro e seus impasses em Maceió. p. 34-37.

<sup>638</sup> RAFAEL, Ulisses Neves. Xangô Rezado Baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912. Tese, UFRJ, 2004.

<sup>639</sup> Ver: Gira da Tradição

<sup>640</sup> Cavalcanti, Bruno César. “Bons e Sacudidos” – O carnaval negro e seus impasses em Maceió, p.32.

<sup>641</sup> Ver. Theo Brandão, Folclore de Alagoas, 1946. Abelardo Duarte, Folclore negro nas Alagoas, 2010 e Bruno César Cavalcanti, “Bons e Sacudidos” – O carnaval negro e seus impasses em Maceió, 2006.



na política da elite dominante que não aceitavam presença negra que cada dia mais se tornava mais acentuada na capital se queria uma Maceió modernizada condescendente com o ideal republicano de progresso com a *Belle Epoque* na qual os negros africanos era seu extremo oposto visto como povos bárbaros e atrasados era preciso livra Maceió dessa ignorância. Os folguedos dos negros teriam deixado de se apresentar no carnaval que cada vez mais tentava ganhar ares europeus, essa perseguição implacável seria responsável pelo fim do maracatu alagoano.

Não há a menor dúvida da barbárie sofrida pelo negro nesse Estado ao longo de sua historia. Mas apesar de terem quebrado as casas de Xangô essas desenvolveram estratégias de sobrevivência, como já dizemos. Então, por que as estratégias não foram capazes de abarcar os maracatus, uma vez que estes eram tão populares nesse meio? Medo de chama atenção? Sim, isso faria sentido, mas com passar do tempo por que não retomá-los? Os xangô e maracatus de Pernambuco também sofreram perseguições, mas desenvolveram estratégias de sobrevivência. Existem relatos de mãe de santo que mandavam seus filhos de santo saírem com o maracatu “disfarçado” no Recife<sup>642</sup>. Claro que cada Estado tem sua especificidade histórica e cultural, mas se o Maracatu em nosso Estado fosse tão arraigado em nossa cultura ele não teria sobrevivido na memória de nossa gente como essa memória ficou restrita as poucas fontes de jornais que não deixam claro o contexto das apresentações.<sup>643</sup> Além dos falados livros de Abelardo Duarte e Théo Brandão fontes essas muitas vezes inconclusivas, já que como segundo se sabe maracatu eram também um temo genérico por qual eram chamados outros folguedos como as congadas<sup>644</sup>, por exemplo. Podemos talvez inferir daí que o maracatu alagoano estivesse ainda em um processo incipiente ainda não enraizado em nossa cultura. A partir de então, levantar um debate sobre a retomada do maracatu em nosso Estado e sua importância para formação da cultura. Além da criação de uma identidade alagoana como alguns estudos e a recente retomada desse brinquedo em nosso Estado parecem sugerir.

## Recriação ou invenção

De fato o maracatu alagoano que é tido como a mais negra das nossas manifestações culturais, vem sendo resgatado hoje e praticado em sua maioria por uma classe média branca e universitária não estaríamos revivendo mais uma vez um processo de apropriação da cultura popular pelas classes dominantes como já aconteceu em outras épocas? Embora tais grupos como Baque Alagoana e Coletivo Afrocaeté<sup>645</sup> desenvolvam, segundo suas paginas na internet<sup>646</sup>, projetos sociais nas periferias de Maceió fazendo oficinas de musicais, onde ensinam jovens carentes a manusear os instrumentos do maracatu ao mesmo tempo em que ensinar as crianças sobre a cultura

---

<sup>642</sup> Ver. Silva, Ana Claudia Rodrigues da. Vamos Maracatucá: um estudo sobre o maracatus cearenses. UFPE. 2004. p.54.

<sup>643</sup> Cavalcanti, Bruno César. “Bons e Sacudidos” – O carnaval negro e seus impasses em Maceió. p.29.

<sup>644</sup> Ver. Silva, Ana Claudia Rodrigues da. Vamos Maracatucá: um estudo sobre o maracatus cearenses. UFPE. 2004. p.69.

<sup>645</sup> Refiro-me ao Baque Alagoano, fundado em 2007 e Coletivo Afrocaeté, fundado em 2009, pois são os dois principais grupos que normalmente são apontados como os responsáveis pelo retomada do Maracatu Alagoana, além deles tem a Corte de Airá, de Doté Elias, fundada em 2009, e que seria fruto da intervenção cultura do Coletivo Afrocaeté, nas periferias de Maceió, a Corte de Airá é o único Maracatu de Nação ligado aos terreiros de Candomblés no Estado de Alagoas.

<sup>646</sup> Disponível em: <http://maracatubaquealagoano.blogspot.com.br/>. Ultimo acesso: 30.10.12. <http://coletivoafrocaete.blogspot.com.br/>. Ultimo acesso: 30.10.12

afro-alagoana, estaria aí também presente o discurso contra o preconceito em relação negro e a cultura negra em Alagoas, estariam deste modo colocando em pratica os conceitos de interação social e de circularidade cultura (Burke,2008)<sup>647</sup> tão caros a esses jovens universitários.

Imbuído assim um caráter não alienado e revolucionário a essa cultura popular levando questões de política e poder para os mais oprimidos os moradores da periferia de Maceió como nos explicar Durval Muniz de Albuquerque Jr:

*Cultura popular torna-se sinônimo de “cultura não alienada”, manifestações estéticas voltadas para discussão da questão do poder e da política. Na verdade, esta chamada “cultura popular” é cada vez mais a cultura das classes média, insatisfeita com a sua pouca participação no mundo da política. O crescimento dos setores ligados às profissões liberais e serviços, nas grandes cidades, torna esta classe não apenas uma das principais consumidoras de artefatos e manifestações culturais do país, mas também uma das principais participantes deste movimento cultural, em que o popular e o povo parecem, cada vez mais, ser compostos dos estrados médios e burgueses.*<sup>648</sup>

Desse modo legitimam e recriam uma cultura popular mais palatável ao gosto dessa nova classe media alagoana ávida por uma identidade cultural que possa fazer frente a Pernambuco. Ao mesmo tempo em que se recente de sua pouca importância na cena política alagoana e nesse caso se apropriam das manifestações afro-alagoanas outrora tão combatidas para ironicamente lhe representar, dando a ela uma nova face branca de classe média e universitária. Por essa razão estaria instigado uma nova identidade cultural criada a partir dos acontecimentos do quebra de xangô utilizando esse terrível evento como ponto germinal para reconstrução histórica dessa nova identidade cultural, identificada pela primeira vez com a cultura negra alagoana.

Mas, acima de tudo, pautada nos interesses dessa classe média que se colocar como guardiã da cultura alagoana, responsável por sua divulgação e disseminação onde muita vez se dá por meio de shows que acontecem em bares frequentados pela mesma classe média. Ou seja, se tornar uma cultura popular feita pela classe média para o consumo da própria classe média onde o popular fica cada vez mais distante. E nesse afã de disseminar a ideia de um maracatu alagoano, agitadores culturais provenientes de uma classe média intelectual ligada ao meio acadêmico, que adaptam a cultura pernambucana para assim criar um novo mito de fundação dos maracatus em Recife, no qual segundo esses autores teriam sua origem em Maceió, colocando desde modo a capital alagoana como o verdadeiro ponto difuso desse folgado.

*Especialistas garantem que o maracatu surgiu em Alagoas e migrou para Pernambuco no início do século 20. Alguns relatos, inclusive, dão conta de que um dos maracatus mais tradicionais do Recife nasceu justamente em Maceió, no bairro da Cambona.*<sup>649</sup>

---

<sup>647</sup> Lima, Carlos Eduardo Ávila Casado. A reinvenção do Maracatu em Alagoas no século XXI. UFAL. 2008.

<sup>648</sup> Albuquerque Jr, Durval Muniz de. A Inversão do Nordeste e Outras Artes, p.189

<sup>649</sup>Melo, Luís Gustavo. A cor do som. Revista Graciliano, Maceió - Ano V – Nº 13. Março/abril, 2012. p.102.

Estaríamos vivendo um processo de recriação de uma tradição e, com base nesses “novos” elementos culturais “usurpados” de Pernambuco, reconstruiríamos uma nova identidade alagoana mais dinâmica e com um maior apelo atração entre os jovens da classe média, dadas às devidas proporções esse artifício de criação de uma tradição para assim legitimar uma identidade nacional ou cultural foi usado por todas as sociedades através do tempo como bem nos mostra o historiador Hugh Trevor-Roper quando nos explica como se deu a assimilação por parte dos escoceses das tradições Irlandesas.

*A criação de uma tradição das terras altas independente e a imposição da nova tradição e de seus símbolos eternos em toda a nação escocesa foi obra de fins do século XVIII”. Realizou-se em três etapas. Primeira, houve uma rebelião cultural contra a Irlanda: usurpou-se a cultura irlandesa e se reescreveu a história primitiva da Escócia, chegando-se ao cúmulo de declarar, na maior insolência, que a Escócia – a Escócia céltica – é que era a “mãe-pátria”, sendo a Irlanda a nação culturalmente dependente. Depois, houve a elaboração artificial de novas tradições das terras altas, que foram apresentadas como antigas, originais e características da região. E na terceira etapa houve um processo pelo qual tais tradições foram oferecidas às Terras Baixas escocesas históricas, a Escócia Ocidental dos Picts, saxões e normandos, e por elas adotadas.*<sup>650</sup>

Criando artificialmente uma “nova” tradição alagoana apresentando as como antiga dessa forma recontextualizam sua origem para assim inserir melhor a ideia de um maracatu alagoana no imaginário local, obtendo assim uma maior aceitação dessa manifestação popular caracteristicamente pernambucana<sup>651</sup> como um representante legítimo da cultura popular alagoana.

Nessa perspectiva, mas ainda sem pretensões conclusivas devemos deixar claro aqui que mesmo o maracatu tendo sua origem em Pernambuco isso não significa dizer que em Alagoas não se possa ter esse folguedo. O maracatu é uma manifestação popular com ritmo intenso e animado, tem um poder enorme de aglutinar as pessoas e vem sendo difundido em várias regiões do país como Ceará, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>652</sup>, sem que para isso precisem de uma ligação com qualquer tradição local antiga para justificar a prática dessa manifestação popular nessas regiões. O maracatu além de “afro” e pernambucano, é brasileiro como tal pode e devem ser praticadas em várias regiões do Brasil que vão assim reinventar ou inventar uma nova tradição popular ligada a esses grupos.

## Fontes e Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Inversão do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo. Editora Cortez. 1999.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Cultura negra e dominação**. São Leopoldo; RS: Unisinos. 2002.

BRANDÃO, Theo, **O reisado alagoano**. Maceió, EDUFAL. 1953.

---

<sup>650</sup> Trevor-Roper, Hugh. A invenção das tradições: A tradição das terras altas ( Highlands) da Escócia. A invenção das tradições. São Paulo: paz e terra, 2002.p.29.

<sup>651</sup>No período colonial as limitações fronteiriças eram outras e Pernambuco e Alagoas faziam parte do mesmo território até 1817, quando Alagoas foi desmembrada da capitania de Pernambuco.

<sup>652</sup> Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Maracatu\\_Na%C3%A7%C3%A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/Maracatu_Na%C3%A7%C3%A3o) . Último acesso: 25/11/12.

- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo; Editora Unisinos, 2008.
- CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo, Brasiliense. 1985.
- CAVALCANTI, Bruno César. **“Bons e Sacudidos” – O carnaval negro e seus impasses em Maceió**. Kulé kulé, NEAB/UFAL, Maceió, 2006.
- DUARTE, Abelardo. **Folclore negro nas Alagoas: áreas de cana-de-açúcar pesquisa e interpretação**. Maceió, EDUFAL. 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol.6**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira. 2011.
- HOBBSAWM, Eric. (Organizador). **A inversão das tradições**. São Paulo, Paz e Terra. 2012.
- LIMA, Carlos Eduardo Ávila Casado. **A reinvenção do Maracatu em Alagoas no século XXI** UFAL.2008.
- MELO, Luís Gustavo. **A cor do som**. *Revista Graciliano*, Maceió - Ano V – Nº 13. Março/abril, 2012. p.102.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo, Brasiliense. 2012.
- RAMOS, Arthur. **O Folclore Negro do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô Rezado Baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912**. Tese, UFRJ, 2004.
- SILVA, Ana Claudia Rodrigues da. **Vamos Maracatucá: um estudo sobre o maracatus cearenses**. UFPE. 2004.

## ENTRE O ÍNDIO E OS RELATÓRIOS: A TRAJETÓRIA DE GRACILIANO RAMOS NOS ANOS 1920

Aline da Silva Santos

### INTRODUÇÃO

Este ensaio apresenta o percurso de Graciliano Ramos ao longo da década de 1920, época equivalente a uma parte de sua vivência no município de Palmeira dos Índios. Ressaltamos sua contribuição no periódico *O Índio*, criado em 1921, hebdomadário no qual o referido intelectual publicou crônicas nas colunas “Traços a Esmo”, “Factos e Fitas” e “Garranchos”. Os escritos publicados neste jornal por Graciliano Ramos focalizavam alguns problemas existentes em Palmeira dos Índios, tais como: analfabetismo, carência de instituições escolares, fornecimento de água, iluminação pública e violência. Acentuamos também o significado dos *Relatórios* do prefeito da aludida cidade no final da mencionada década como marco na revelação do grande nome das letras nacionais que foi *mestre Graça*.

Partimos da caracterização do quadro sociohistórica das Alagoas no período em foco para aí situar a trajetória de mestre Graciliano, focando suas relações com a “Princesa do Agreste” e o modo de aparecer de seu exercício intelectual. Para tal buscamos apoio em Gramsci (1986; 1988) no intuito de configurar o tipo intelectual que se revela no modo de ser do jornalista de *O Índio*.

Partindo do suporte teórico referenciado, utilizamos alguns estudos sobre o intelectual alagoano (BARROS, 1984; OLIVEIRA, 2010; MORAES, 2012; LIMA, 2013) que nos possibilitam o vislumbre da gênese e processualidade da prática intelectual graciliânica, particularmente no que concerne à problemática educacional. Nesta diretriz examinamos registros do romancista publicados no referido jornal interiorano (nas aludidas seções) e, posteriormente inseridos nos livros *Linhas Tortas* (1970) e *Garranchos* (2012). Contemplamos, também, observações dos estudiosos em torno da produção de *Caetés* e algumas impressões acerca das cartas de amor a Heloísa, além do exame de elementos constantes nos *Relatórios* do prefeito de Palmeira dos Índios no final da década de 1920.

Este trabalho é produto das atividades de pesquisa realizadas pelo Núcleo de Estudos Graciliano Ramos (do CEDU-UFAL), do qual participam os autores, que desenvolve investigações em torno das relações entre Graciliano Ramos e o universo educacional, através da pesquisa “O modo de ser Graciliano Ramos ante o fenômeno da educação”. O Núcleo vem desenvolvendo (nos recentes períodos letivos) atividades de leitura e reflexão em torno dos escritos graciliânicos com alunos recém-ingressados no curso de Pedagogia, objetivando um sólido entendimento da realidade histórico-cultural alagoana.

### QUADRO HISTÓRICO: OS ANOS NA PRINCESA DO AGRESTE

Enquanto no âmbito das relações internacionais o contexto da segunda metade do século XIX era marcado pela corrida imperialista e pelas disputas político-militares entre as nações europeias – além dos sangrentos conflitos de classe no velho continente – no microcosmo dos interiores do Nordeste brasileiro vingavam as disputas pela terra

nos embates entre clãs familiares; o patriarcalismo e o coronelismo definiam as linhas gerais das relações de poder nos ermos sertões.

As relações sociais no Brasil de então têm como marca distintiva a crise do escravismo e a hegemonia da cultura cafeeira. Enquanto no Sudeste (particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo) as relações econômicas estavam centralizadas no café, “a introdução da usina na produção de açúcar marcou a tentativa de recuperação da economia nordestina, que passou a ser dotada de um alto nível de produção em escala industrial. Porém, tal inovação logo foi esvaziada pelo capital internacional” [...]” (AQUINO et al, 2000, p. 20). Simultaneamente, na Amazônia a produção da borracha colocava a exigência do trabalho assalariado. Urbanização, modernização e industrialização eram possibilidades que se insinuavam no ocaso do Império agonizante.

No final do século XIX o motor da economia nas Alagoas era constituído por três forças: a lavoura da cana-de-açúcar, a pecuária e o algodão. Este último possibilitou significativo progresso a algumas cidades do interior, e foi responsável “pelo surto inicial de industrialização do estado, no final do século XIX, ao propiciar o surgimento das indústrias têxteis, complementadas pelas vilas operárias que surgiriam em torno dessas fábricas no decorrer do século seguinte” (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 9). No sertão, na vila da Pedra, os ventos do progresso chegavam com os empreendimentos de Delmiro Gouveia.

Por essa época o sertanejo Sebastião Ramos retorna de Buíque (Pernambuco) para o solo alagoano indo se estabelecer em Viçosa. Nesta cidade o menino Graciliano realiza seus primeiros experimentos no universo das letras, com a criação do jornalzinho escolar *O Dilúculo* (1904). Da Princesa das Matas rumam os Ramos para Palmeira dos Índios, onde o coronel Sebastião adquirira a loja *Sincera*, em 1910. Nesse estabelecimento comercial o futuro escritor trabalharia como caixeiro<sup>653</sup> e – nas brechas de tempo – se dedicaria ao exercício da leitura: “devorava ele, ali mesmo na loja, sempre que contava com vagares, livros, jornais, revistas e almanaques que lhe caíssem nas mãos” (LIMA, 2013, p. 50).

Sebastião Ramos e Amália Ferro (sua companheira) descendiam da média propriedade rural do sertão das Alagoas. Suas famílias conheciam muito bem as histórias de violência e sangue, a barbárie da dominação senhorial. Tinham recursos materiais naquele mundo de semiservidão, mas não possuíam a autoridade material necessária para o mando supremo. Na cana estava o poder da terra: “O engenho, quisessem ou não, era a potência que escorava o prestígio político e social de quem se propunha falar grosso” (LIMA, 2013, p. 20). Desse aprendizado o coronel Sebastião extraiu a ciência da prudência e do cálculo na vida social e no trato dos negócios, lição repassada à alma de seu filho primogênito.

Entre as lições do mundo agreste e a tentação das letras flutuava a alma do jovem sertanejo na idade das decisões. Vieram as águas de 1910 para as Alagoas<sup>654</sup>. E antes da seca de 1915, Graciliano Ramos, o caixeiro da *Sincera*, era o retirante sertanejo que se aventurava no universo das letras e do jornalismo na capital da República. Deixava - provisoriamente- o mundo dos negócios pelo investimento no mundo da cultura. Eram os anos de formação de um intelectual que naquela quadra já impressionava seus contemporâneos mais próximos, pela voracidade das leituras, pelos escritos cometidos,

---

<sup>653</sup> Conforme Lima (2013, p. 44) “Ensaiava, assim, os seus primeiros passos no plano da realidade um dos indivíduos mais curiosos que o Brasil já produziu. Sonhou muito, mas sempre protestou que não tinha vocação para o sonho”.

<sup>654</sup> [...] no ano de 1910 as chuvas tinham sido catastróficas em todo o Estado de Alagoas (LIMA, 2013, p. 48).

pelo exercício do pensamento e pela disposição em contribuir no desenvolvimento intelectual daqueles que na Palmeira dos Índios o buscavam como mestre.

A aventura vai funcionar como um rito de passagem para um novo estágio na existência daquele vivente. Era o tempo de maturação, 1915: o ano da seca, da peste e do casamento. A força da fatalidade fá-lo trocar as letras pelo chão da caatinga, voltar aos carrascais e aos ares da *Sincera*, agora com o calor de Maria Augusta e a responsabilidade de um chefe de família. Esquecia, provisoriamente, Aluísio de Azevedo e Eça de Queiróz, Marx e Tolstói, pela urgência do atendimento a necessidades de outra natureza. Assim passaram-se os breves anos com Maria Augusta, entre o amor e o trabalho, na feitura de filhos numa cidadezinha do interior, até a morte da consorte, em 1920.

## **A TRAVESSIA DOS ANOS 20: A MATURAÇÃO INTELECTUAL DE UM ESCRITOR**

Valdemar de Souza Lima observa com argúcia o caráter de exílio da vivência do autor de *Vidas Secas* em Palmeira dos Índios, nas décadas iniciais do século XX, apontando a onipresença da *Sincera*, na vida do escritor. Poderíamos -partindo desse entendimento- assinalar a tensão entre os apelos da realidade e a tentação da Literatura, a antítese cultura-comércio na existência de Graciliano Ramos no período referido. O realismo implacável herdado da tradição dos Ramos e dos Ferro é contaminado pela alma de poeta – aqui entendida como inclinação visceral para o universo da cultura espiritual, da Literatura em particular- que vai marcar a opção fundamental do homem maduro, o intelectual das décadas subsequentes. Neste sentido cabe o destaque para a assertiva de Lima (2013, p. 77-78) acerca do exílio na *Sincera*:

*Entre aquelas quatro paredes, como uma espécie de exilado, viveu o mestre de Vidas Secas 19 anos, entregue ao seu negócio de tecidos e armarinho sem derivar para outro qualquer ramo de atividade econômica. Por assim dizer, não teve férias durante todo esse tempo, porquanto suas saídas se restringiam a saltadas às praças de Maceió e do Recife, aonde ia geralmente fazer sortimento e também um pouco de higiene mental. Mesmo as localidades próximas da nossa só esporadicamente visitava. Um exilado, portanto.*

Nessa ilha caeté o aprendente de escritor, já familiarizado com as lides do jornalismo, é atraído pelo padre Francisco Xavier de Macedo para colaborar no periódico semanal *O Índio*. Era o reencontro com as letras e a libertação do luto pela perda de sua amada Augusta. Era -principalmente- um canal aberto para o diálogo com seus concidadãos, apontando as feridas de sua cidade.

*O Índio* foi criado em janeiro de 1921. Graciliano Ramos colaborou com as 14 primeiras publicações desse periódico usando os pseudônimos J. Calisto, para os textos da coluna *Traços a Esmo*, Anastácio Anacleto, para os escritos da seção *Factos e Fictas* e X para as crônicas da coluna *Garranchos*. Nessas intervenções o jovem intelectual pensava os problemas da cidade, explicitando-os para os demais munícipes de maneira simples – não simplista – e com admirável senso de humor. A licenciosidade nos autoriza a afirmar que aí se anuncia o prefeito do final da década em Palmeira dos Índios – não com o blefe da demagogia, que passa a anos-luz de sua personalidade –

pela forma incisiva (destemerosa) com que expõe as feridas da cidade e pela umbilical solidariedade com aqueles socialmente situados no andar de baixo.

Trata-se de um intelectual que renuncia à sua origem de classe, é um desertor. Não quer o poder territorial (como Tertuliano Ramos de Oliveira, Pedro Ferro, os Tenórios, Holandas, Albuquerque, Cavalcantis) nem o poder econômico (como Paulo Jacinto e Delmiro Gouveia). Lera atentamente as lições do latifúndio, onde “[...] a gente do eito não exibia vontade; o regime era duro; o feitor, a segunda pessoa do proprietário do latifúndio -indivíduo considerável- tinha carta branca para casar e batizar” (LIMA, 2013, p. 20). O realismo da profissão de comerciante não o seduziu para os valores do capitalismo (apesar do aprendizado de escrituração mercantil), apenas apurou seu senso de cálculo como que preparando-o para a gestão da cidade. Demonstrou, como prefeito, que o sujeito pensante pode tornar-se inconveniente no ambiente marcado pela esperteza, onde se arrastam canalhas e imbecis.

## O JORNALISTA E O PREFEITO GRACILIANO RAMOS

O jovem intelectual Graciliano Ramos publicou alguns textos que tematizavam problemas existentes na Palmeira dos Índios, tais como: analfabetismo, carência de escolas, fornecimento de água, iluminação pública e violência; escritos publicados no hebdomadário *O Índio*, em 1921. Nos *Relatórios* do administrador público da Princesa do Agreste no final da referida década, retoma tais temáticas, não como jornalista, mas sim como um indivíduo imbuído de poder para intervir na realidade dos munícipes.

No texto “Canções belicosas”, escrito na coluna “Traços a Esmo” do periódico *O Índio*<sup>655</sup>, Graciliano Ramos tece críticas à escrita de músicas patrióticas, nomeando-as de “bojudas, infladas de palavras difíceis”. Referindo-se à letra do hino do soldado o jovem intelectual entende que esses cantos cívicos eram a causa

*[...] das enxaquecas de muita gente que tem ouvidos para ouvi-las, mas não tem estômago suficientemente forte para digeri-las. As canções patrióticas! Já leram acaso alguma delas? Já tiveram ocasião de fixar os olhos nas palavras que elas contêm [...] (RAMOS, 1970, p. 68).*

Na aludida crônica, Graciliano nos faz refletir, particularmente, sobre a letra do hino do soldado ao analisar alguns versos, conforme podemos evidenciar a partir do fragmento abaixo:

*‘Amor febril,  
Pelo Brasil,  
No coração  
Não há quem passe’.  
Que coisas extraordinárias havia naqueles versos, santo Deus! [...] (RAMOS, 1970, p. 69).*

O referido intelectual, dotado de um humor crítico, compara a letra desse canto cívico com a fala de um coronel do sertão que se expressava utilizando apenas os substantivos: “Dinheiro, burro, feijão, Bom Conselho, rapadura” (RAMOS, 1970, p.

---

<sup>655</sup> Fevereiro de 1921 (*Linhas Tortas*, p. 70).



69). Graciliano nos leva a questionar o sentido dos versos da aludida canção patriótica. Desse modo, questiona se o autor da letra do hino nacional poderia estar se referindo a um amor pelo Brasil quando afirma: “amor febril pelo Brasil não há quem passe”, porém problematiza: “É possível á um individuo ter um amor febril pelo país dotado de mazelas sociais?”

Aqui se afirma um traço característico da personalidade do escritor: homem de extrema coragem para defender seus princípios, suas convicções ideológicas e bastante preocupado com as questões de cunho social. Desconhecemos se algum intelectual anterior a Graciliano teve essa ousadia em criticar com fundamento e autoridade a escrita do autor do hino do soldado. Consideramos sua apreciação pertinente para refletirmos sobre o modo como ainda na atualidade há uma exaltação do nacionalismo por meio de canções patrióticas, sobretudo nas instituições de ensino, onde discentes entoam músicas patrióticas sem nem ao menos refletir sobre a escrita de seus versos, seguindo o exigido ensino patriótico, que nos anos de 1920 era ainda mais acentuado.

É válido ressaltarmos que foi justamente nos anos de 1920, em Palmeira dos Índios, que o escritor alagoano anunciou seu “impatriotismo”, o que virá com maior predominância no ano de 1936, quando Graciliano Ramos ocupava o cargo de Diretor da Instrução Pública<sup>656</sup> e baixou uma portaria proibindo que o hino de Alagoas fosse entoado nas instituições educativas do estado. (OLIVEIRA, 2010). Isto numa época (repressiva) em que estava se instaurando o Estado Novo no governo de Getúlio Vargas.

Na crônica que constitui a VI seção “Traços a Esmo” publicada em *O Índio*<sup>657</sup>, o escritor revela sua aversão à escola primária, sobretudo ao livro infantil. Destarte, referindo-se aos saberes destes livros, o aludido intelectual afirma:

*Aquelas coisas maçadoras, pesadas, estopantes, xaporosas, feitas como que expressamente com o fim de provocar bocejos, revoltam-me. Espanta-me que escritores componham para a infância pedantices rebuscadas, que as livrarias se encarregam de fornecer ao público em edições que, à primeira vista, causam repugnância ao leitor pequenino; embasbaca-me que professôres reproduzam fonograficamente aquêles textos indigestos; assombra-me ver aquilo adotado oficialmente (RAMOS, 1970, p. 76).*

O cronista, ao reportar-se a sua infância, revela o ódio aos livros de leitura de Abílio César Borges – O Barão de Macaúbas – precursor de livros didáticos no Brasil (SAVIANI, 2008), em razão da leitura desses livros não causar prazer ao público infantil. Para o escritor alagoano o que justificava a aversão das crianças aos livros eram as reminiscências da instituição de ensino como um lugar similar ao cárcere. Ideia que reaparece posteriormente em 1945, no seu livro de memórias *Infância*.

A questão dos livros inadequados para o universo infantil era apenas um dos pontos, que Graciliano enfatizou em sua escrita, outro era a questão da educação escolar na cidade de Palmeira dos Índios, assunto enfatizado na seção “Garranchos”, do periódico *O Índio*.

O autor de Caetés, no escrito “Garranchos IV”<sup>658</sup>, reclamava do governo da *Princesa do Sertão*, a criação de mais instituições escolares para os municípios. Ao reportar-se aos professores avaliava:

---

<sup>656</sup> O cargo de Diretor da Instrução Pública corresponde hoje ao de Secretário da Educação do Estado.

<sup>657</sup> Março de 1921 (*Linhas Tortas*, p. 79).

*É simplesmente horroroso que numa cidade como a nossa [...] não tenhamos quem nos ensine a ler, arrancando-nos a cegueira da alma. Bem longe vai de nós o progresso... O governo descurando a maior necessidade do povo, entrega a sua instrução a criaturas tão ineptas que mal podem frequentar o primeiro ano de um estabelecimento de ensino! Que podem elas ensinar, santo Deus, se nada sabem? Só por milagre. Milagres? Ah! Mas a poeira dos séculos apagou-lhes o vestígio! E a ignorância aumenta, e os crimes multiplicam-se! (RAMOS, 2012, p. 61).*

Santos (2013)<sup>659</sup> afirma que nesse período os docentes eram apenas nomeados para o cargo por políticos em todo o estado de Alagoas, pois não havia concurso para o ingresso na carreira. Graciliano Ramos se revelava nos anos de 1920, um cidadão preocupado com as questões educacionais, tanto que “instalou uma escola para os jovens que trabalhavam no comércio. Ensinava gratuitamente, aritmética, francês, história e português”. (BARROS, 1984, p.33).

Na década de 1920 o analfabetismo era gritante nas Alagoas, o escritor alagoano, como possuidor de grande cabedal de conhecimentos, não poderia silenciar ante a aludida temática. Destarte, no “Garranchos VI”<sup>660</sup> revela sua concepção sobre o analfabetismo. Referindo-se a população de Palmeira dos Índios expõe: “Voltamos a encarar de novo o grande mal que ameaça derruir a moral do povo: o analfabetismo. A ignorância arrasta a passos gigantescos, a multidão sertaneja ao abismo tenebroso do crime” (RAMOS, 2012, p. 65).

Vale salientar que nessa época era comum a associação entre ignorância e violência. Em decorrência desse fato se tinha todo um discurso que enaltecia o caráter luminar da escola, como elemento de progresso que poderia retirar a cidade do atraso em que se encontrava. Essa questão tinha tanta seriedade para *mestre Graça* que o fez iniciar uma campanha contra o analfabetismo na Palmeira dos Índios<sup>661</sup>.

Como prefeito da cidade de Palmeira dos Índios, o escritor alagoano publicou dois *Relatórios* no Diário Oficial do estado de Alagoas, no fim da década de 1920. Esses registros oficiais tiveram repercussão internacional e representaram um marco na revelação do grande intelectual que foi Graciliano Ramos.

No primeiro Relatório, publicado em 1929, o autor de Caetés faz menções à estrutura administrativa da Princesa do Agreste. No início desse documento, referindo-se a gestão do prefeito anterior, expõe:

*Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o Comandante do Destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Município tinha a sua administração particular, com Prefeitos Coronéis e Prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam (RAMOS, 1978, p. 161).*

---

<sup>658</sup> *O Índio*, 20 de fevereiro de 1921 (GARRANCHOS, p. 62).

<sup>659</sup> Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: *Graciliano Ramos: literato e gestor- contribuições à educação alagoana*, apresentado em 2013 na Universidade Federal de Alagoas.

<sup>660</sup> *O Índio*, 6 de março de 1921 (GARRANCHOS, p. 66).

<sup>661</sup> “Factos e Fitas II”, escrito publicado no livro *Garranchos Graciliano Ramos* (2012) organizado por Thiago Mio Salla.

Na conclusão, mestre Graça mostra sua retidão de caráter e lisura para a qual não fazia concessões:

*Procurei sempre os caminhos mais curtos. Nas estradas que se abriram só há curvas onde as retas foram inteiramente impossíveis. Evitei emaranhar-me em teias de aranha. [...] Fechei os ouvidos, deixei gritarem [...] Não favoreci ninguém. Devo ter cometido numerosos disparates. Todos os meus erros, porém, foram da inteligência, que é fraca. Perdi vários amigos, ou indivíduos que possam ter semelhante nome. Não me fizeram falta (RAMOS, 1978, p. 170).*

No segundo Relatório, publicado em 1930, referindo-se à iluminação pública da cidade, avalia: “A Prefeitura foi intrujada quando, em 1920, aqui se firmou um contrato para o fornecimento de luz. Apesar de ser o negócio referente a claridade, julgo que assinaram aquilo às escuras. É um *bluff*. Pagamos até a luz que a lua nos dá” (RAMOS, 1978, p. 178).

No que se refere a escolarização neste documento Graciliano Ramos é enfático quando afirma que “instituíram-se escolas em três aldeias: Serra da Mandioca, Anum e Canafístula. O Conselho mandou subvencionar uma sociedade aqui fundada por operários, sociedade que se dedica a educação de adultos” (RAMOS, 1978, p. 179). Inserido num contexto social em que o exercício da docência restringia-se ao tripé: escrever, ler e contar, Graciliano revelou ainda neste documento uma desconfiança em relação aos conteúdos ensinados nos estabelecimentos de ensino, como podemos evidenciar nesse trecho: “Presumo que estes estabelecimentos são de eficiência contestável. As aspirantes a professoras revelaram, com admirável unanimidade, uma lastimosa ignorância” (RAMOS, 1978, p. 179).

Ressaltamos a postura ética e rigorosa de Graciliano Ramos com a verba pública revelada ainda mais com a publicação de seus *Relatórios* como administrador público, numa época em que a corrupção predominava na política dos velhos coronéis. “Deixou [eternizada] a imagem emanada do seu trabalho e de significativas realizações, plasmando com a sua personalidade autoritária, marcante e honesta, a sua gestão” (BARROS, 1978, p. 42). Mestre Graça nos deixou, portanto, um exemplo admirável de “amor e zelo às coisas do povo”.

## Fontes e Referências Bibliográficas

AQUINO, Rubim Santos Leão de. [et al] – **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais – da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. Ed. 2ª. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BARROS, Ivan Bezerra de. **Graciliano era assim**. Maceió, Alagoas: SERGASA, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Ed. 6ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LIMA, Valdemar de Souza. **Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

- MORAES, Dênis de. **O velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. 1 ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2012.
- OLIVEIRA, Luciano. O caçador de hinos. In: **O bruxo e o rabugento: ensaios sobre Machado de Assis e Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2010.
- RAMOS, Graciliano. **Garranchos Graciliano Ramos**. (Org.) SALLA, Thiago Mio. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- \_\_\_\_\_. Linhas Tortas. **São Paulo: Martins, 1970**.
- \_\_\_\_\_. Relatórios. In: **Viventes das Alagoas**: quadros e costumes do Nordeste. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1978.
- SANTOS, Aline da Silva. **Graciliano Ramos: literato e gestor- contribuições à educação alagoana**. 2013, 58 f. Monografia. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.
- SAVIANI, Dermeval. **Histórias das idéias pedagógicas no Brasil**. 2ª ed. Rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: EDUFAL/SEBRAE, 2013.

## **ASPIRAÇÕES PROGRESSISTAS: A INAUGURAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO EM SERGIPE (1913)**

*André Luiz Sá de Jesus*

### **INTRODUÇÃO**

Nesta comunicação, vamos explicar os motivos que levaram a construção da primeira estrada de ferro em Sergipe, chamada de estrada de ferro Timbó a Propriá (EFTP), que foi inaugurada em 26 de maio de 1913. Esse recorte idealizado com base nas pesquisas para a monografia realizada no ano de 2013 com o título de “A primeira estação ferroviária de Aracaju (1913-1950): fontes para sua história” (SÁ, 2013), onde fizemos um levantamento e fontes primárias e secundárias sobre a história da ferrovia em Sergipe.

Primeiramente, partiremos do século XIX, a partir de diversas tentativas (de 1872 a 1898) de se inserir uma estrada de ferro no estado de Sergipe, pois, até o momento, não havia nenhuma ferrovia naquele estado. Essas tentativas oitocentistas, de se implantar estrada de ferro em Sergipe, fracassaram por diversos motivos como: perda de validade dos contratos, mudanças nos projetos, entre outros.

A partir do discurso do deputado do estado de Sergipe José Rodrigues da Costa Dória, apresentado à Câmara dos Deputados em 1903, discutiremos os argumentos apresentados para a construção efetiva de uma ferrovia no Estado de Sergipe.

Ainda, falaremos sobre o início dos trabalhos de construção da estrada de ferro Timbó a Propriá. Quando apresentaremos o levantamento dos recursos financeiros para os seus estudos preliminares, passando pela autorização concedida ao engenheiro civil Austrícliano Honório de Carvalho, pelas especificações do projeto aprovado em 1904 e pela entrega do primeiro trecho pronto pela empresa arrendatária Austrícliano de Carvalho & Cia, em 4 de abril de 1913.

Em seguida, apresentaremos acontecimentos que sugiram antes da inauguração da estrada de ferro Timbó a Propriá. O primeiro fato a ser abordado é a primeira viagem realizada, antes da inauguração oficial, pelo presidente do estado de Sergipe, José Siqueira Menezes, em fevereiro de 1913. O segundo acontecimento, é a entrega da concessão à empresa *Compagnie des Chemins de Fer de l'Est Brésilien*, que assumiu o controle da estrada de ferro Timbó a Propriá a partir de maio de 1913.

Por fim, vamos descrever como foi o acontecimento da inauguração da primeira estrada de ferro em Sergipe em 26 de maio de 1913.

### **AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO EM SERGIPE NO SÉCULO XIX**

No século XIX, principalmente a partir de 1850, o estado de Sergipe não dispunha de um sistema de transporte que facilitasse, de forma mais rápida e moderna, o escoamento das mercadorias e a integração das cidades do interior com a capital Aracaju. Nesse período, existia o transporte de barcos de pequeno porte para a o trânsito de mercadorias e pessoas, o que ainda não refletia as mudanças de transporte no cenário nacional. O transporte ferroviário, a partir da segunda metade do século XIX, é

incentivado pelo governo imperial no Brasil, a fim de desenvolver todas as regiões do país, principalmente no comércio, na indústria e na comunicação.

Diante disso, a partir de 1872, surgiram inúmeras tentativas de construção de uma primeira estrada de ferro em Sergipe. O estado se encontrava localizado entre duas ferrovias, a primeira era a estrada de ferro *Recife ao São Francisco*, e a segunda era a estrada de ferro *Bahia ao São Francisco*. Apesar de estar bem próximo geograficamente a essas duas ferrovias, o estado de Sergipe não tinha uma ligação efetiva com aqueles dois estados, ocasionando um isolamento ou uma dificuldade de locomoção interestadual tanto de pessoas quanto de mercadorias.

Essas tentativas de uma ligação estadual culminaram em uma quantidade de documentos oficiais, que foram emitidos, a fim de oficializar o início dos trabalhos da construção da ferrovia de Sergipe. Contudo, aquele montante de documentação não foi cumprido em vários momentos. Alguns deles perderam a validade, em outros, o projeto de engenharia ou estudo do traçado da ferrovia foi substituído. Essa série de documentos, que serão expostos a seguir, foram localizados no Inventário do Patrimônio Ferroviário de Sergipe realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Sergipe (IPHAN, 2009) e no Relatório proferido pelo presidente do estado Josino Menezes em 1904 (MENEZES, 1904).

Entre os anos de 1872 e 1882 foram emitidos cinco documentos oficiais, os quais falavam da construção de uma ferrovia no Estado de Sergipe, ligando o porto de Japararuba até a capela da cidade de Nossa Senhora das Dores (Resolução Provincial nº 950, de 6/5/1872, artigo 3º); a cidade de Aracaju à cidade de Laranjeiras (Lei Provincial nº 957, de 29/4/1873, artigo 6º); a cidade de Laranjeiras à vila de Simão Dias, onde se idealizou uma ramificação daquela estrada passando pela cidade de Itabaiana, Aracaju, povoado de Santo Antônio e Vila do Socorro (Resolução Provincial nº 1002, de 2/4/1875); a cidade de Maruim à cidade de Propriá (Resolução Provincial s/n, de 2/4/1875). Além disso, temos o decreto Provincial nº 3.128, de 7/10/1882, que concede um incentivo financeiro a uma possível empresa, que seria contratada pela administração Provincial, com garantia de juros sobre o capital necessário para a construção de uma estrada de ferro em Sergipe. Esta ferrovia partiria da cidade de Aracaju com destino final para a vila de Simão Dias, sendo que existiria uma ramificação para a cidade de Laranjeiras e a vila de Capela.

Durante os anos de 1884 ao ano de 1891, foram emitidos os seguintes documentos na tentativa de oficializar efetivamente o início da construção de uma ferrovia em Sergipe. O primeiro deles é o ato de 6/5/1884, de acordo com os artigos 25º e 26º da Resolução Provincial nº 1295, de 29/4/1884, a qual concedia a empresa *The Sergipe Railway Company Limited* a alteração e prorrogação do prazo de contrato de 8/1/1873, a prorrogação dos contratos de 18/12/1876, 11/1/1881 e 30/1/1882, além da fixação de uma estação ferroviária na cidade de Maruim. O segundo é o Decreto nº 619, de 1890, o qual dizia que o Governo do Estado de Sergipe concedia à Empresa das Obras Públicas do Brasil, a fim de criar uma companhia para a construção de uma estrada de ferro ligando a capital Aracaju à vila de Simão Dias, com uma ramificação para a cidade de Capela. Outro documento é o Despacho de 6/5/1890, que informava sobre a construção de uma estrada de ferro ligando a cidade de Itaporanga aos povoados Sapé e Lagoa Vermelha, à vila de Riachão, ao povoado Samba e ao local denominado Macota, terminando no Município de Tobias Barreto. Nessa mesma rota ferroviária, havia também uma ramificação partindo da vila do Riachão, passando pela vila de Itabaianinha até um ponto no rio Real. Ainda, localizamos o termo de 20/7/1891, que informava sobre o contrato de construção de uma estrada de ferro entre a cidade de Alagoinhas, no Estado da Bahia, terminando na margem do rio São Francisco, próximo

ao porto da cidade de Piranhas, no Estado de Alagoas, essa estrada de ferro passava pelo território de Sergipe. Além disso, há o decreto nº 323 de 16/5/1891, que modifica o traçado projetual indicado no decreto nº 619, de 2 de agosto de 1890, substituindo o trecho de Laranjeiras à Simão Dias, por outra linha que, partindo do quilômetro 6, fosse a Simão Dias, passando por Itaporanga e a vila de Lagarto. E, por último, o decreto nº 690, de 31/10/1891, que autorizava a Companhia Brasileira de Estradas de Ferro e Navegação a transferir a concessão da construção da estrada de ferro de Aracaju a Simão Dias para a Empresa de Obras Públicas do Brasil.

Também encontramos alguns documentos que foram produzidos entre os anos de 1893 e 1898, vejamos o que eles especificam. No Decreto s./n., de 31/8/1893, comentava sobre os estudos para a construção de uma ferrovia ligando Aracaju ao Rio Real, a partir do requerimento do concessionário Manoel Antônio Carneiro Leão, que encarregou as obras à Empresa de Obras Públicas do Estado da Bahia. No Decreto nº 1613, de 19/10/1893, houve uma transferência para a Companhia Estrada de Ferro do Norte do Brasil, a concessão da estrada de ferro de Aracaju a Simão Dias, da qual era cessionária a Empresa de Obras Públicas do Brasil. No Decreto nº 291, de 31/12/1894, prorrogava-se, até 31 de dezembro de 1896, o prazo para a construção da estrada de ferro Aracaju a Simão Dias. Na Lei nº 129, de 2/4/1895, autorizava-se a emissão de 3.500 contos de réis, em apólices de empréstimo, à “Companhia Estrada de Ferro do Norte do Brasil”, com a garantia do Decreto Federal nº 619, de 2/8/1890. No Decreto nº 2855, de 28/3/1898, declara-se caducos o privilégio, a garantia de juros e mais favores concedidos pelo decreto nº 619, de 2 de agosto de 1890. Na Lei nº 275, de 17/5/1898, informava-se sobre a construção de uma estrada de ferro ligando Aracaju à Simão Dias, com uma ramificação para a cidade de Capela. Finalmente, na Lei nº 315, de 10/12/1898, relatava-se sobre a construção de uma estrada de ferro ligando Aracaju a Capela, passando por Laranjeiras e Maruim, com uma ramificação que passava ao longo do Vale do rio Cotinguiba, que, partindo de Laranjeiras, alcançasse quinze quilômetros.

Diante desse cenário apresentado, podemos afirmar que todos os projetos acima mencionados fracassaram. Sobre esta situação, Menezes (1904, p.62) fala-nos que:

*Resultado de circunstancias de ordens diversas em que se perderam grandes capitães e grande somma de esforços e trabalhos, Sergipe permaneceu, de então em diante, verdadeira taboa rasa em que apenas se distinguem, perdidos em suas planícies, mal impressos traços que lembram esses projectos de uma ferro-via.*

Passados cerca de vinte e seis anos de emissões de documentos oficiais por parte do Governo Federal e Estadual, Sergipe, no início do século XX, ainda não contava efetivamente com um projeto de construção de uma estrada de ferro, que encurtasse a distância com o interior e com os estados vizinhos.

## **O DISCURSO DO DEPUTADO RODRIGUES DÓRIA EM 1903**

No ano de 1903, o deputado sergipano José Rodrigues da Costa Dória proferiu um discurso na Câmara dos Deputados na cidade do Rio de Janeiro. No qual, afirmava que: Sergipe, apesar de ser um estado banhado pelo mar, vivia isolado; a única navegação que o estado dispunha naquele momento era a navegação a vapor da Companhia Loyd Brasileira (MENEZES, 2000, p.15). Após o discurso, o deputado apresentou um projeto para a construção da ferrovia Timbó a Propriá.

Segundo Menezes (2000, p.15), em seu projeto, Rodrigues Dória alegava alguns problemas enfrentados pelo Estado de Sergipe e que seriam sanados com a construção de uma ferrovia. O primeiro era a longa distância entre Sergipe e a Capital Federal (Rio de Janeiro). O segundo estava relacionado com o fato ocorrido em 1903, onde houve uma epidemia de peste bubônica em Aracaju, que, pela distância de Sergipe para a Capital Federal, o socorro às vítimas ocorreu 20 dias após o surto da referida doença. O terceiro argumento era que Sergipe ainda não tinha seu desenvolvimento econômico por causa da ausência de uma linha férrea ligando a capital às demais cidades do interior. Afirmava também o sentido de inferioridade do Estado sergipano em comparação aos outros estados vizinhos.

Nos três argumentos apresentados por Rodrigues Dória em 1903, o problema central era o econômico, pois o projeto para a construção da estrada de ferro em Sergipe “tencionava abranger os vales agropecuários, alegando que a deficiência de escoamento dos gêneros produzidos em Sergipe seria sanada”<sup>662</sup>.

Diante do exposto, afirmamos que, para além das diversas tentativas frustradas no segundo quartel do século XIX, o esforço do deputado Rodrigues Dória foi finalmente efetivado e posto em prática no início do século XX com a construção e inauguração da ferrovia Timbó a Propriá no Estado de Sergipe.

## **O INÍCIO DOS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO DA FERROVIA (1904-1913)**

Após o discurso realizado por Rodrigues Dória na Câmara dos Deputados em 1903, foi aprovado o projeto para a construção da ferrovia no Estado de Sergipe, a partir do decreto legislativo nº 1126, de 15 de dezembro do mesmo ano.

No ano de 1904, a partir do intermédio do senador sergipano Olímpio Campos, houve um acordo entre o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Müller e o Presidente do Estado de Sergipe Josino Menezes, onde o governo de Sergipe comprometeu-se em realizar depósitos mensais conforme o orçamento de duzentos e vinte contos de réis levantados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, para os estudos preliminares da construção da estrada de ferro Timbó a Propriá. Como exemplo desses estudos, podemos ver a figura 1 que mostra o traçado daquela estrada de ferro.

---

<sup>662</sup> *O Estado de Sergipe*, nº 8.598, Aracaju, 8 de julho de 1911, p.1-2.



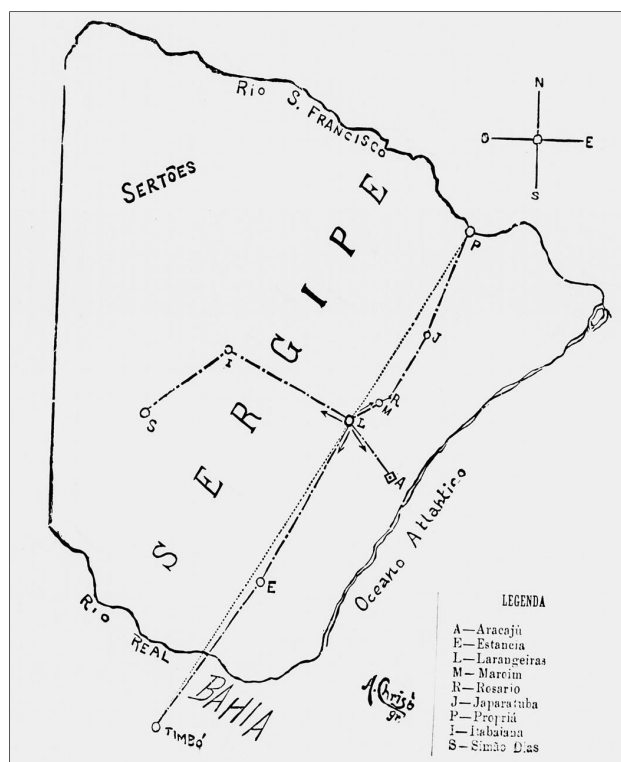


Figura 1: Mapa com o traçado da estrada de ferro Timbó a Propriá, com ramais para a capital e Simão Dias, conforme as instruções do Governo Federal de 1904.

Fonte: Menezes (1904, p.65).

Esses estudos levaram cerca de três anos para serem concluídos e foram divididos em três sessões, cada uma delas composta por um chefe de seção, um engenheiro ajudante, um condutor e dois auxiliares técnicos.

Segundo o decreto nº 7171, de 12 de novembro de 1908, o engenheiro civil Austrícano Honório de Carvalho é autorizado, pelo Ministério de Viação e Obras Públicas, a iniciar os trabalhos de construção da estrada de ferro de Timbó a Propriá:

*Autorisa o contracto de construção da Estrada de Ferro Timbó a Propriá. O Presidente dos Estados Unidos do Brazil, usando de autorização conferida no decreto legislativo n. 1126, de 15 de Dezembro de 1903 e no art. 22 n. VII, da lei n. 1841, 31 de Dezembro de 1907, e tenho em vista, outrossim, o processo da concorrência aberta por edital de 23 de Julho do corrente anno para a construção da Estrada de Ferro de Timbó á Propriá. decreta: Artigo Unico. Fica o Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas autorizado a contractar com o Engenheiro Civil Austrícano Honorio de Carvalho a construção da Estrada de Ferro de Timbó a Propriá, mediante as clausulas que com estes baixam, assignadas pelo mesmo Ministro. Rio de Janeiro, 12 de Novembro de 1908, 20º da Republica. Affonso Augusto Moreira Penna. Miguel Calmon du Pin e Almeida. (IPHAN, 2009).*

A estrada de ferro, segundo o relatório apresentado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas Doutor Francisco Sá, tinha as seguintes especificações:

*Esta estrada partindo de Timbó, no estado da Bahia termina em Propriá, á margem direita do S. Francisco, nos limites de Sergipe*

*com Alagoas. Ella serve directamente as villas de Barracão, Gerú, Itabianinha, Pedrinhas, Boquim, Itaporanga, Carmo, Japarutuba, Sítio do Meio, e ás cidades de S. Christovão, Aracaju, Larangeiras, Maroim, e Rosário; atravessa rios importantes e de margens fertilíssimas como o Pequara, o Itapicurú e o Real. De Timbó a Aracaju, são 220 kilometros, e desta ultima cidade no ponto terminal, em Propriá, são mais 124, o que perfaz a extensão total de 344 kilometros. (SÁ, 1910, p.148).*

Os trabalhos de construção foram iniciados no dia 3 de maio de 1909 na Bahia e dia 17 de junho em Aracaju. Na construção, devido à seca que assolou a região dos primeiros trinta quilômetros da estrada, o Governo do Estado de Sergipe empregou o maior número de pessoas que os trabalhos conseguiram comportar.

A construção do primeiro trecho, que compreendia a distância entre Timbó (hoje, Esplanada na Bahia) e Aracaju, foi concluída pela empresa arrendatária Austriclano de Carvalho & CIA em 4 de abril de 1913.<sup>663</sup>

### **A INAUGURAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DE TIMBÓ A PROPRIÁ (1913)**

Antes da conclusão dos trabalhos de construção do primeiro trecho da estrada de ferro de Timbó a Propriá, a estrada já era utilizada por parte do presidente do estado em viagem ao interior do estado. Nesse episódio, o presidente general José Siqueira de Meneses viajou para a cidade de Estância entre os dias 18 a 23 de fevereiro de 1913. A viagem foi organizada pelo chefe da empresa da estrada de ferro Timbó a Propriá, de modo que a comitiva presidencial “desfrutou de grande conforto, com vagão de 1ª classe, elegante, vasto e cômodo, onde eram servidos sanduíches, doces, cerveja, água mineral e água de coco”<sup>664</sup>.

Em 17 de maio de 1913, a estrada de ferro foi entregue à *Compagnie des Chemins de Fer de l' Est Brésilien*,<sup>665</sup> a qual ganhou a concessão de exploração da estrada de ferro em Sergipe. Antes da inauguração, por meio de mídia impressa local, a referida companhia já havia sugerido, por exemplo, alguns valores de passagens de Aracaju à Bahia em vagão de Primeira Classe<sup>666</sup>.

A inauguração do primeiro trecho, que compreendia Timbó na Bahia até Aracaju, estava anteriormente marcada para o dia 24 de maio de 1913. Então, devido às chuvas torrenciais, foi adiada. No dia 25 do mesmo mês e ano, mesmo sem a chegada da comitiva baiana, o presidente general Siqueira de Meneses promoveu no Palácio do Governo (da capital Aracaju) um baile com toda a sociedade sergipana, que durou entre as nove e meia da noite às uma e meia da madrugada do dia seguinte (IPHAN, 2009).

Segundo notícia no jornal *Diário da Manhã*, nº 652, no dia 26 de maio de 1913, por volta das cinco horas da tarde, chegaram à estação ferroviária de Aracaju a comitiva baiana composta por 30 componentes, além da banda de música do 1º corpo policial da Bahia e um corpo de guarda-civis. A comitiva, por todas as estações em que passaram, foi recebida com calorosa recepção pela população e com discursos dos representantes sergipanos. Chegando o trem inaugural na estação de Aracaju, a comitiva baiana foi

<sup>663</sup> *Diário da Manhã*, nº 613, Aracaju, 6 de abril de 1913, p.1.

<sup>664</sup> *Diário da Manhã*, nº 583, Aracaju, 28 de fevereiro de 1913, p.1.

<sup>665</sup> A *Compagnie des Chemins de Fer de l' Est Brésilien* funcionou, a partir da autorização pelo Decreto nº 8.939 (de 30 de agosto de 1911), de 1911 a 1922, quando teve seu nome substituído pela Companhia Ferroviária Este Brasileiro, segundo o Decreto nº 15.383, de 2 de março de 1922.

<sup>666</sup> *Diário da Manhã*, nº 644, Aracaju, 17 de maio de 1913, p.1.

recebida na gare da estação, pelo representante do presidente do estado, e conduzido, com sua comitiva, ao salão principal da estação. Logo depois, seguiram em bondes especiais até o hotel em que ficariam hospedados por conta do governo. Às oito da noite, a comitiva baiana foi recebida pelo presidente do estado, general José Siqueira Menezes, e por representantes militares, civis, eclesiásticos, do direito e da educação sergipanos, para um banquete, em que brindaram a prosperidade dos estados da Bahia e Sergipe ao som do hino nacional, tocado pelas bandas do 1º Corpo Policial da Bahia e do Corpo Policial sergipano. O jantar terminou às 10 horas da noite<sup>667</sup>.

No dia seguinte, a comitiva baiana, deixou a cidade embarcando as 14 horas na Ponte do Imperador para bordo paquete *Canavieiras*, que se achava atracado na ponte do Trapiche Lima (IPHAN, 2009).

## CONCLUSÃO

A ferrovia em Sergipe surgiu a partir dos insucessos das tentativas do século XIX. Essas tentativas foram frustradas por diversos motivos: não cumprimento dos contratos, perda de validade, entre outros motivos. Esses insucessos mantiveram o Estado com suas dificuldades em ter um sistema efetivo de transporte ferroviário por cerca de vinte e seis anos.

Finalmente, foi somente com a insistência do deputado Rodrigues Dória, com a colaboração do senador Olimpio Campos e do presidente do estado Josino Menezes, que de fato se concretizou a antiga aspiração sergipana de estar ligada por via férrea aos outros estados da federação, principalmente ao estado da Bahia.

O processo de projeto, construção e inauguração de uma estrada de ferro no Estado de Sergipe foi relatada, principalmente nos jornais locais e pelos políticos locais, como um acontecimento importante para o desenvolvimento econômico, territorial e social do estado de Sergipe.

## Fontes e Referências Bibliográficas

IPHAN (Brasil). **Patrimônio Ferroviário de Sergipe** (Inventário). Belo Horizonte: Iphan, 2009.

MENEZES, Daisy Lima de. **Os trilhos que chegam (...): O aparecimento do trem em Sergipe nas mensagens dos governos e nos jornais locais. (1898-1915)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2000. (Monografia de conclusão de curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe).

MENEZES, Josino. **Mensagem apresentada pelo presidente Josino Menezes**. Aracaju: Tipografia do “O Estado de Sergipe”, 1904.

JESUS, André Luiz Sá de. **A primeira estação ferroviária de Aracaju (1913-1950): fontes para sua história**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013. (Monografia de conclusão de curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe).

SÁ, Francisco de. **Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, pelo ministro de estado da Viação e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

---

<sup>667</sup> *Diário da Manhã*, nº 652, Aracaju, 28 de maio de 1913, p.1.

**Jornal Diário da Manhã**, nº 583, Aracaju, 28 de fevereiro de 1913, p.1.

**Jornal Diário da Manhã**, nº 613, Aracaju, 6 de abril de 1913, p.1.

**Jornal Diário da Manhã**, nº 644, Aracaju, 17 de maio de 1913, p.1.

**Jornal Diário da Manhã**, nº 652, Aracaju, 28 de maio de 1913, p.1.

**O Estado de Sergipe**, nº 8.598, Aracaju, 8 de julho de 1911, p.1-2.

# MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ANTIGOS ENGENHOS DE AÇÚCAR DE ALAGOAS

Bianca Machado Muniz

## Introdução

“A história do engenho de açúcar nas Alagoas quase se confunde com a própria história do hoje Estado”<sup>668</sup> – é difícil começar a escrever sobre o tema, sem citar uma das várias assertivas de Diegues Junior. Mesmo hoje, mais de 50 anos após a primeira edição de seu célebre livro<sup>669</sup>, “*O Bangüê nas Alagoas*”, seu texto continua atual, principalmente no que diz respeito à relação entre os engenhos bangüê e a história do Estado.

Embora estes engenhos estejam praticamente extintos, tendo sido substituídos pelas modernas usinas altamente informatizadas, a produção do açúcar não foi relevante apenas em contextos históricos passados, mas ainda é uma atividade de destaque no panorama econômico do estado. Assim, resulta imprescindível atualizar os vários capítulos desta história.

Este texto pretende se deter justamente nos remanescentes dos antigos engenhos bangüê, construções que atravessaram o tempo, e chegaram aos dias atuais a duras penas, representando um testemunho edificado desta história. Parafraseando Jacques Le Goff, toma o monumento como documento, ou seja, vai buscar nas marcas materiais as fontes do objeto de pesquisa. Portanto, embora tenha sido utilizada a bibliografia pertinente ao tema, os trabalhos de campo e a observação dos sinais edificados foram essenciais para a realização do estudo.

Em geral, a palavra engenho, designa toda a propriedade em que se desencadeava o processo de produção do açúcar, desde o plantio da matéria prima - a cana de açúcar - até as etapas de sua manufatura: moagem da cana, cozimento do caldo, e purga. Estas etapas costumavam se desenrolar em uma construção comumente chamada fábrica, que era subdividida em vários cômodos, que abrigavam cada uma das citadas etapas: a casa de moer, casa das caldeiras, casa das fornalhas e casa de purgar<sup>670</sup>. Outras atividades giravam em torno da fábrica: a descarga dos feixes de cana que seriam moídos, o descarte do bagaço, o encaixotamento do açúcar pronto, e o funcionamento dos alambiques, que muito freqüentemente estavam presentes para aproveitar o mel de furo, produto que sobrava da produção do açúcar.

Além da fábrica, a propriedade como um todo abrigava outras construções, como as famosas casas grandes, as senzalas, e as capelas. Até onde se tem notícia, só restaram nos engenhos de Alagoas a casa grande, a capela e a fábrica, esta em condições bastante precárias, como se pretende apresentar a seguir.

Tal afirmação encontra ancoragem em estudos realizados desde 2007, pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, do qual a autora faz parte. O grupo realizou trabalho de campo para identificação e mapeamento destas construções, além de rastreamento de fontes documentais – textuais e iconográficas. Este trabalho teve o IPHAN como instituição financiadora, e foi dividido em duas fases, tendo a primeira coberto a área de

---

<sup>668</sup> DIÉGUES JÚNIOR, 1980:23.

<sup>669</sup> A primeira edição data de 1948.

<sup>670</sup> A casa de caldeiras e a casa das fornalhas funcionavam em conjunto: a casa das dornalhas produziam o calor necessário ao cozimento do caldo na casa das caldeiras.

entorno da cidade de Porto Calvo, e a segunda, a região das lagoas Mundaú e Manguaba.

Em seguida, foram realizados projetos de aprofundamento histórico de um universo menor de engenhos, englobando os localizados na segunda região de estudo, próximos aos municípios de Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos e Pilar. Foi realizado também um trabalho de pesquisa no sentido de compreender o processo de produção do açúcar, e sua relação com os edifícios do engenho, com ênfase no prédio da fábrica, o que permitiu compreender a organização espacial destas construções. Além da consulta bibliográfica, foi fundamental a visita aos engenhos, uma vez que as referências textuais se detêm mais frequentemente na história geral dos engenhos, sendo difícil encontrar as que prestigiem uma ou outra característica de uma determinada unidade fabril.

Aqui, pretendemos analisar a situação atual das fábricas destes antigos engenhos, por serem as partes mais representativas do processo de produção de açúcar, como também por serem as mais frequentemente devastadas pelo tempo e pelo uso, só não se encontrando em pior estado que as senzalas, das quais se encontra no máximo a possível referência de localização.

### **A busca em campo por um patrimônio esquecido**

Apesar da representatividade histórica destas unidades fabris, não se tem notícia de nenhuma que tenha sido tombada no território alagoano, nem pelo município, nem pelo Estado, nem em nível nacional. Um primeiro passo foi dado pelo IPHAN, em 2007, com o projeto “Ações Regionalizadas: Identificação e Mapeamento de Engenhos”, já citado acima, e que reuniu a superintendências regionais de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Paraíba, visando a localização e estudo dos antigos remanescentes nestes estados, de forma a possibilitar futuras ações de salvaguarda deste patrimônio cultural<sup>671</sup>. Contudo, no que tange a Alagoas, o trabalho ainda se encontra na etapa de identificação da localização dos exemplares.

O reconhecimento destes engenhos como patrimônio poderia permitir tanto o reconhecimento de sua importância histórica, como também a possibilidade de sua conservação.

Por outro lado, não é de interesse da maioria dos proprietários que suas propriedades sejam tombadas, pois este ato resulta na limitação de interferências sobre o bem, sem acarretar nenhum retorno financeiro direto.

Assim, os engenhos encontram-se sujeitos a intervenções arbitrárias e depreciatórias de seus próprios donos. Sem nenhuma orientação e sem estarem sujeitos a nenhum instrumento legal, estes proprietários podem dispor desta memória construída da maneira que preferirem, sem que, de maneira geral, seja considerado o conteúdo histórico destas construções. Ações de manutenção ou “restauração”, de reutilização, como também de não intervenção, acabam se tornando nocivos para estas construções, que acabam não exercendo sua vocação de testemunhos históricos para as sociedades atuais.

É o caso, por exemplo, do engenho Varrela, onde foi realizado um processo de “restauração” e reutilização: o espaço da fábrica foi convertido em salão de festas. A estrutura se encontra visivelmente conservada – ou o que restou dela, isto é, os pilares e a cobertura. É difícil inclusive reconhecer a construção como tendo sido a fábrica de um

---

<sup>671</sup> Em Alagoas, o projeto foi executado pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, da qual a autora faz parte.

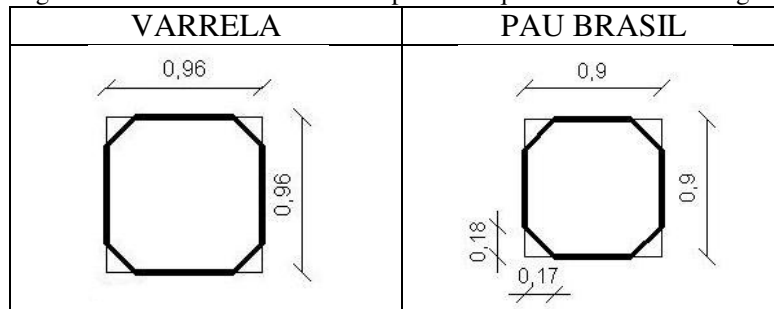
antigo engenho. Esta percepção só se tornou possível, devido a comparações com outras construções, no caso, com a fábrica do engenho Pau Brasil: através de levantamento de medidas das duas construções, pôde-se notar que as colunas possuíam quase as mesmas dimensões e mesma distancia entre uma e outras. O formato do telhado, as dimensões totais da construção foram outros aspectos observados. Embora as intervenções tenham permitido que a construção permanecesse em boas condições, pouco restou de vestígios de sua função original.



Engenho Varrela. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.



Engenho Pau Brasil. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.



Relação entre as medidas dos pilares dos engenhos Varrela e Pau Brasil. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.



Outra situação comum é a reutilização do espaço sem que sejam realizadas grandes modificações ou investimentos em “beneficiamentos” como os apresentados acima. Neste caso, as antigas fábricas frequentemente são transformadas em estábulos. As intervenções realizadas são as suficientes para adequar as construções ao novo uso. Foi o que aconteceu nos engenhos Grajaú de Cima e Hortelã. No Grajaú de Cima, tal foi a dimensão das modificações, que atualmente já nem se percebe a ligação entre o prédio da fábrica e o bueiro, que outrora deve ter composto o trem jamaicano da casa das caldeiras do engenho. No Engenho Novo a antiga fábrica está sendo utilizada não apenas para abrigar o gado, mas também para guardar equipamentos agrícolas.



Fábrica do engenho Hortelã convertida em estábulo. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.





Fábrica do engenho Grajaú de Cima convertida em estábulo. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.



Bueiro do engenho Grajaú de Cima, atualmente a metros de distancia da antiga fábrica, que se vê a direita. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.



Fábrica do Engenho Novo. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Se por um lado este tipo de reuso permite a conservação das construções, por outro também acabam por apagar os principais vestígios dos usos originais, inviabilizando seu reconhecimento. Além do mais, este tipo de reutilização não condiz com a importância histórica destas construções.

Finalmente, podemos destacar as construções que não tem recebido qualquer tipo de beneficiamento ou medidas de manutenção. Estes engenhos, expostos a agressões constantes dos agentes naturais, aos poucos vão se arruinando, e é possível que num futuro não muito distante, possam se transformar em ruínas ou num amontoado de resíduos.



Engenho Salgado. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

Estão em vias de chegar a este ponto os engenhos Pau Brasil e o Salgado. O Salgado é citado no Banguê das Alagoas como um dos mais antigos engenhos da região<sup>672</sup>. Boa parte da construção ainda se encontra de pé, sendo utilizada também como estábulo, mas devido à carência de cuidados, uma parte do telhado já caiu, e a parte restante se encontra bastante deteriorada. Como agravante, a queda das cobertas acarretou também a queda de pelo menos uma parte da



estrutura.

Outro engenho que se encontra em avançado estado de degradação, é o Engenho Pau Brasil. Sua característica principal é a permanência do sistema hídrico que movia o engenho, formado de açude, aqueduto e roda d'água. O sistema já não se encontra em funcionamento, mas a abundância de água evidencia a escolha da força que moveu o engenho. A roda d'água está incompleta, e a maior parte do prédio já ruiu. Os escombros existentes no local torna difícil a identificação de vestígios do antigo sistema manufatureiro. A área coberta que ainda permanece no local também não oferece segurança. Encontra-se em situação ainda pior o engenho Grajaú de Baixo, de onde só restou a roda d'água, partes do aqueduto e da murada do açude.



Engenho Pau Brasil. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.



Engenho Grajaú de Baixo, roda d'água e aqueduto. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

A importância da manutenção destes edifícios justifica-se por sua importância histórica indiscutível, e pela possibilidade de dar visibilidade ao antigo método de produção da cana, atualmente quase em total desuso. Além de assegurar a permanência destes prédios, com seus espaços construídos essencialmente para abrigar uma função

no processo de manufatura do açúcar, não menos importante seria compreender o funcionamento destes espaços, ampliando o significado destes lugares.

Estes prédios poderiam estar tanto compondo rotas de turismo cultural, como também atuando em iniciativas de educação patrimonial, onde a História de Alagoas poderia ser contada para além dos livros, in loco, através da ambiência destes espaços. Seria uma forma de acessar concretamente a memória destas construções, contribuindo para que não fique relegada à lembrança de alguns poucos.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Bangüê das Alagoas**. Maceió: Edufal, 1980.

GAMA, Ruy. **Engenho e Tecnologia**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

GOMES, Geraldo. **Engenho e arquitetura**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

# O PATRIMÔNIO PRÉ-HISTÓRICO DO BAIXO SÃO FRANCISCO: DELMIRO GOUVEIA

*Claudiane dos Santos Pereira*

## INTRODUÇÃO

O presente projeto foi desenvolvido com um intuito de reconhecer como se deu a ocupação no vale Sanfranciscano, tendo em vista as eventuais pesquisas desenvolvidas acerca dessa temática, considerada de extrema importância nas dimensões sociais, materiais, culturais e principalmente históricas para construção de uma identidade e consequentemente para preservação desse bem. Visa acrescentar informações a cerca das origens dos primeiros habitantes dessa região.

Cotidianamente nos questionamos acerca das nossas origens, e para resgatar parte desse patrimônio pré-histórico se faz necessário realizar pesquisas que possam satisfazer parte de nossos questionamentos. Algumas pessoas se apegam a crenças, teorias, hipóteses, haja vista que como um sujeito histórico o homem necessita criar sua própria identidade baseando-se em indícios materiais e imateriais. Tendo em vista esses questionamentos o problema que coloco a analisar é: **Como se deu a ocupação pré-histórica no baixo São Francisco?** Levando em consideração os vários vestígios da cultura material já encontrados em escavações arqueológica realizadas em locais da região.

O trabalho será dividido em algumas partes, a parte inicial trata de abordar algumas questões referentes ao desenvolvimento da Arqueologia no Brasil; em seguida serão discutidas as teorias sobre a ocupação no continente americano; os projetos arqueológicos que foram executados na região do baixo São Francisco e finalizando com as conclusões sobre como e de onde partiu os primeiros habitantes do baixo São Francisco tendo como base algumas referências teóricas.

Metodologicamente, se utilizou da pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e exploratório, onde foi realizado levantamento de dados, visitas ao Museu de Arqueologia de Xingó (MAX), análises de artigos, livros, teses e dissertações que versam sobre o tema. Os resultados obtidos servem como material de pesquisa e análise do público interessado, como também objetiva-se uma divulgação no espaço Acadêmico.

## DESENVOLVIMENTO

A bibliografia que se tem sobre os primeiros habitantes do Baixo São Francisco é bastante escassa, tendo em vista as dificuldades que existem no Brasil e de um modo geral em realizar pesquisa, não só por falta de profissionais especializados, mas principalmente pela falta de incentivo e financiamento por parte do governo. Felizmente nos últimos anos tem se desenvolvido vários projetos, mas ainda é muito pouco se comparado ao atraso que a arqueologia brasileira possui em relação a outros países.

A arqueologia brasileira, no seu estado atual ainda encontra-se defasada em relação aos métodos de pesquisas e teorias; muito dos trabalhos que vem sendo realizados ainda inclui teorias europeias para se analisar contextos divergentes ao que essas teorias se encaixam. No Brasil, os primeiros estudos de vestígios arqueológicos se

devem a P. Lund, um pioneiro da paleontologia, que encontrou em 1843 ossadas humanas misturadas com as de animais desaparecidos em cavernas da Lagoa Santa, em Minas Gerais. PROUS (2007: 9). Sobre essa descoberta MARTIN acrescenta que seu interesse era na realidade os fósseis da fauna extinta, sendo, portanto uma descoberta casual. No fim do século XIX, foram realizadas as primeiras escavações arqueológicas nos Sambaquis em Santa Catarina, por Von den Steinen. PROUS (2007: 10) E só na metade do século XX é que a arqueologia começou a ser implantada no Brasil sob orientação francesa e norte-americana. Particularmente na região Nordeste os estudos científicos sobre a Pré-história teve início tardiamente.

A primeira escavação arqueológica realizada no Nordeste foi em Pernambuco , a Gruta do padre por Carlos Estevão; O relato da sua pesquisa transforma-se numa interessante leitura[...]As numerosas informações arqueológicas sobre o nordeste existentes na bibliografia anterior ao seu trabalho até os anos sessenta, eram achados casuais e de apressadas coletas da superfície. MARTIN(1999: 39)

## DISCURSÕES SOBRE A CHEGADA DO HOMEM NA AMÉRICA

Para compreendermos como se deu a ocupação na região do Baixo São Francisco, é preciso entender como os primeiros homens chegaram ao continente, levando em consideração que as possibilidades de origem do homem na América são completamente nulas até o momento atual, devido às inúmeras evidências já encontradas e comprovadas que sua ascendência se deu no continente Africano. Muitas teorias foram levantadas, uma delas, a que possui maior aceitação é que a chegada do homem se deu a partir do Estreito de Bering, como cita a pesquisadora Betty Meggers (1979: 23-24)

*Quer tenha chegado há 12.000 ou há 40.000 anos o fato é que o homem entrou no Novo Mundo quando estava ainda subsistindo a base de plantas e animais selvagens. É tido como certo que ele entrou a pé, provavelmente numa época em que a água do mar, retida nos glaciares, deixava uma conexão terrestre entre a Sibéria e o Alasca.*

Outras teorias defendem que o homem chegou por outras vias, devido aos vários vestígios arqueológicos encontrados com datações bem mais antigas, como os encontrados em Sítios arqueológicos em São Raimundo Nonato Piauí, datados de mais de 50.000 anos, apesar de ser uma das mais debatidas como cita André Prous (2007: 22):

*No Brasil, o sítio mais discutido no final do século XX foi o abrigo da Pedra Furada [...], amplamente escavado ao longo dos anos de 1970-80. Até a base são encontrados carvões, conjuntos de pedra [...] plaquetas de quartzito com manchas vermelhas interpretadas com vestígio de pintura. [...] Recentemente, datações de mais de 20.000 e 40.000 anos foram obtidos para uma concreção que cobre uma pintura rupestre na mesma região, implicando antiguidade ainda maior dessa figura. Mas a datação recente direta do pigmento- por um método geralmente considerado mais confiável indicou a idade de menos de 4.000 anos. Dessa forma fica difícil acreditar na origem antrópica dos indícios mais antigos do Parque da serra da Capivara.*

Ainda foram descobertas outras evidências já comprovadas no Chile e até na América do norte com cerca de 30.000 anos, que deixam algumas indagações: Como o homem conseguiu atravessar esse Estreito em temperaturas tão baixas, que não pudesse ter sido capaz de desenvolver meios para atravessar pelas águas, logo que o nível do mar estava baixo e poderia haver muitas formações de ilhas que o ajudassem a migrar até o continente? Como explicar os achados arqueológicos na Austrália bem mais antigos que a chegada pelo Estreito, onde sua passagem só poderia ser realizada via marítima? Essas colocações permitem afirmar que a chegada do homem ao continente se deu não só pelo Estreito de Bering, mas também via marítima.

As condições climáticas influenciaram bastante para que o homem pudesse se deslocar até o continente, após esse período o clima foi se modificando e os glaciares foram derretendo, o nível do mar começou a emergir e a passagem sobre o gelo ficou inviável. Com relação ao modo de vida dos primeiros homens acredita-se que:

*os primeiros imigrantes viviam em pequenos bandos, compostos de famílias aparentadas. Os homens eram principalmente caçadores, e as mulheres coletavam provavelmente plantas selvagens comestíveis e executavam várias tarefas domésticas, tais como a preparação de peles para usar como protetores contra o vento, chuva e frio e o trançado de cestos.” Betty Meggers (1979: 27).*

Assim esses grupos foram se espalhando por vastas áreas em busca de alimentos e de locais seguros para garanti sua sobrevivência.

## **PROJETOS REALIZADOS NO BAIXO SÃO FRANCISCO**

No vale do São Francisco, as informações que se tem sobre a pré-história nessa região é proveniente de três projetos financiados pela CHESF: O projeto Sobradinho, o projeto Itaparica e o projeto Xingó de salvamento Arqueológico. A discussão da ocupação do baixo São Francisco, já havia sendo estudada por muitos pesquisadores e inclusive um grupo formado por pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que tinha como objetivo a localização e mapeamento de sítios arqueológicos às margens do rio São Francisco, nesse momento a decisão tomada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) de construir a Usina Hidroelétrica de Xingó, deu ênfase ao Projeto devido terem obrigação por lei de estabelecer (já que a área havia presença de materiais arqueológicos) o salvamento arqueológico em áreas a serem descaracterizadas por obras de engenharia. Assim ficou estabelecido um convênio entre a CHESF e a UFS de realizar esses trabalhos de salvamento. (SANTOS e MUNITA, apud, VERGNE, 2007).

As primeiras pesquisas iniciaram-se em 1988, do resgate arqueológico do patrimônio da área a ser inundada. Logo depois houve outras parcerias que impulsionou os estudos nessa região que fora dividida em três áreas: Área -1 que ocupa os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe; ÀREA- 2 engloba os estados de Sergipe e Alagoas abarcando o riacho Poço Verde e Talhado e a Área- 3 também entre os estados de Sergipe e Alagoas, mas entre o riacho Vitória Régia e o eixo da barragem da UHE de Xingó. Após realizada a prospecção do local constatou-se 56 sítios arqueológicos sendo: 11 habitações; 28 acampamentos; 15 registros gráficos e 02 habitações e cemitérios. Os procedimentos adotados na realização dos trabalhos adotaram-se os procedimentos

metodológicos de CHMYS<sup>673</sup>, que envolvia a prospecção vertical e horizontal, sondagens de 10x10 cm e, comprovada a existência de vestígios, novas sondagens de 1m2 e profundidade de 1m. JUNIOR&PALMEIRA (2006: 15)

De início foi efetivado um levantamento das informações bibliográficas sobre a região, conseguido nas Bibliotecas, Arquivos públicos, Institutos históricos e geográficos, UFS, e da Bahia, Fundação do Homem americano e no Setor de topografia da CHESF, em Xingó. (DANTAS& LIMA, 2006:11). Foram adotados alguns critérios para identificar esses sítios, como: Identificação dos terraços, presença de vestígios, e Identificação de abrigos.

## ASPECTOS HISTÓRICOS DO RIO SÃO FRANCISCO

As primeiras descrições do Rio São Francisco são relatos de cronistas, que abarcaram no litoral brasileiro a partir do ano 1500. Américo Vespúcio foi o considerado o descobridor desse grande rio, ao realizar as primeiras navegações em suas águas. Anos mais tarde o rio passou a ser descrito e desenhado em mapas que serviam de localização, o primeiro relato está contido no livro da nau Bretoa. As descrições mais detalhadas só foram escritas em 1587 por Gabriel Soares de Souza, inserindo a presença dos índios que ocupavam suas margens como: Caetés, Tupinambá e Tupuia.

Pesquisas posteriores relatam que o Rio São Francisco se caracteriza pela presença de três elementos principais- jesuítas bandeirantes e vaqueiros. OLIVEIRA (2005, P. 13) Aos poucos a região do Vale São Francisco foi sendo ocupado por fazendeiros, devido seu potencial hidrográfico indispensável para sobrevivência. Para Gabriela Martin (1999:52)

*O São Francisco é o grande rio do Nordeste, de extraordinária importância na vida regional. Suas cabeceiras estão situadas no planalto mineiro, de forma que o rio “nordestino” é principalmente o médio e o baixo curso do mesmo. Do planalto da Borborema recebe os tributários temporários de Pernambuco e Alagoas: o Pajéu e o Moxotó. A grande bacia do São Francisco foi centro de atração e caminho natural de grupos pré-históricos desde os fins do pleistoceno.*

Assim o Rio São Francisco antes mesmo dos europeus chegarem ao Brasil já havia sendo ocupado por diversas tribos que se utilizavam do mesmo para seu sustento, por isso é considerado passagem dos primeiros habitantes do baixo São Francisco que buscavam viver em suas margens sem se afastarem devido à região ser caracterizada como um ambiente de clima semiárido, “a vegetação da região era composta, principalmente nas proximidades da calha do rio, de uma caatinga arbustiva – arbórea, sobre os solos arenosos e rasos com ou sem afloramento rochoso.” Santos e Munita (2007:26).

---

<sup>673</sup>Igor Chmys, então diretor do centro de estudos e pesquisas arqueológicas da Universidade Federal do Paraná.



## RESULTADOS PRELIMINARES DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DO BAIXO SÃO FRANCISCO

Durante os trabalhos realizados pela equipe de pesquisadores encarregados do salvamento arqueológico da área onde seria construída a Usina Hidroelétrica de Xingó, foi demarcados na área que seria afetada pela Usina; 41 assentamentos pré-históricos e 15 sítios de registros rupestres, que possibilitou através dos materiais encontrados conhecerem alguns aspectos dos grupos pré-históricos que habitavam a região.

Dividiam-se em grupos caçadores-coletores e ceramistas, a área era rica em recursos faunísticos e ambientais, havia uma variedade de formas de enterramento e presença de rituais funerários complexos, viviam em diferentes abrigos, sítios abertos e abrigos sob-rocha. Foram escavados 13 sítios arqueológicos, de acordo com o Relatório final do Salvamento Arqueológico de Xingó (1998-245), onde obtiveram resultados expressivos destacando-se cerca de 22 mil peças.

Dentre os sítios escavados as informações mais relevantes foram coletadas no sítio Justino e São José II.

### SÍTIO JUSTINO

O sítio Justino localizado em 1990, na fazenda Cabeça do Negro, no município de Canindé do São Francisco; É um sítio a céu aberto, situado em um terraço fluvial na margem esquerda do rio São Francisco, na confluência com o riacho Curitiba. Está posicionado nas coordenadas 627561 E/ 8938881 N e apresenta uma área de 1.500 m<sup>2</sup> (VERGNE, apud, CASTRO, 2009: 170). Antes da escavação a área era uma roça de milho e feijão e apresentava, na sua superfície, muitos fragmentos cerâmicos, tendo sofrido forte ação antrópica. REVISTA CANINDÉ (2002:252)

Segundo Castro (2009-122) “O sítio Justino foi ocupado, sobretudo como cemitério, mas também como habitação, fato atestado pela presença de estruturas de fogueiras, restos alimentares, conchas, manchas escuras, objetos líticos e fragmentos cerâmicos”. As hipóteses iniciais seriam que a área poderia ter sido feito enterramentos de uma mesma ocupação ou de diferentes padrões culturais. A partir das análises em laboratórios dos materiais coletados durante as escavações<sup>674</sup>, verificou-se que em média foi ocupado, durante um longo período, por grupos ceramistas e não ceramistas. As datações em carvões de fogueiras demonstram uma sequência cronológica compreendida entre 8980 ± 70 BP (BETA 86745) e 1280 ± 45 BP (LYON, apud, CASTRO. P. 170). Essas datações situam a presença de grupos ceramistas nesta área do rio São Francisco em 4000 anos BP (VERGNE, 1995-1996).

De acordo com Santos e Munita (2007:27)

*... as ocupações ceramistas da região referem-se, basicamente, as tradições Tupis Guarani ou Aratu, as pesquisas Arqueológicas de Xingó têm fornecido novas perspectivas em relação ao estudo da penetração, da ocupação e da adaptação dos grupos ceramistas nas margens do São Francisco, uma vez que as cronologias dos Sítios*

---

<sup>674</sup> As pesquisas realizadas no sítio Justino ocorreram durante os anos de 1991 a 1994, sob a coordenação de Cleonice Vergne, da Universidade Federal de Sergipe.

*ceramistas de Xingó são mais antigas.*

A prática da agricultura desempenhou um importante papel para a fixação dos primeiros grupos humanos, sentindo a necessidade de estabilização em determinados locais, obrigando-os guardar seus alimentos, ao plantio de plantas comestíveis, a criação de algumas espécies de animais (que poderiam servir de companhia ou de estimação, evidenciados através de fosséis de animais enterrados juntamente aos esqueletos humanos); favoreceu também no processo da fabricação e aprimoramento de utensílios cerâmicos, necessários para guardar seus próprios alimentos, ainda utilizavam como objetos ornamentais e em rituais pós-morte.

## **SÍTIO SÃO JOSÉ II**

Localizado a margem alagoana, é um sítio a céu aberto, identificado na fazenda São José, nas coordenadas 620.700 E/ 8.945.440 N; foi escavado entre os anos de 1993 e 1994, pela equipe do Projeto de Arqueologia de Xingó. Através as escavações realizadas no local foram encontradas 437 fragmentos cerâmicos, 26 esqueletos, diversos vestígios líticos, carvão, restos ósseos, entre outros vestígios. Por meio desses vestígios foi concluiu-se que a área foi ocupada como cemitério e habitação.

Em relação às análises dos materiais, calcula-se um estimativa da primeira ocupação de  $3500 \pm 110$  BP (BETA 86739), corresponde a carvões de uma fogueira associada ao enterramento 6, decapagem 18; a segunda, de  $4140 \pm 90$  BP (BETA 86740), a carvões de uma fogueira situada na decapagem 19 (LUNA, apud, CASTRO, 2009: 190).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reconstruir o passado é importante para formação da identidade de um determinado povo, quase sempre essa reconstrução está associada ao trabalho do arqueólogo, dos quais muitas dessas memórias estão apenas registradas em vestígios, como os paleoíndios continente americano; Deixaram apenas vestígios, pois mesmo existindo sociedades tão complexas como os astecas como foi relatado nas das cartas de Hernán Cortez<sup>675</sup>, eles não possuíam domínio da escrita, e conseqüentemente não deixaram registros escritos como as sociedades do oriente próximo.

Apesar de ser um tanto desafiador para os pesquisadores, não impossibilita de reconstruir esse passado através dos registros arqueológicos, que são imprescindíveis, pois a partir deles pode-se fazer uma interpretação dos modos de vida de antigos povos como cita FUNARI( 2007:60)

*Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos actores sociais para produzir significado, em especial materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica.*

---

<sup>675</sup>CORTEZ, Hernan. **A conquista do México**. Porto Alegre, LP&M Editores, 1986.

A relação entre identidade e cultura material pode parecer difícil de ser observada, mas é a presença da cultura material que proporciona outro ponto de vista para as identidades. A cultura material pode fornecer elementos de identidades. Podemos destacar também o fato de que o longo período de tempo com que trabalham os arqueólogos oferece uma perspectiva cronológica para os estudos das identidades coletivas em uma determinada área arqueológica, permitindo observar elementos de mudança e de permanência. Nos estudos arqueológicos propostos atualmente, e que abordam a temática da identidade, sugere-se a interação de várias identidades, como, por exemplo, sexo e idade, gênero e etnia, sexo e poder (DÍAZ-ANDREU; LUCY, apud, CASTRO, 2009. P.16). Assim o papel do arqueólogo se torna imprescindível, pois cerca de 99,5% da história humana [...] só está representada por material lítico MANSUR, apud, FERNANDES (2011: 01).

A partir dos diferentes dados coletados, vestígios antrópicos, pinturas rupestres e uma inúmera quantidade de artefatos líticos e cerâmicos, constatou-se que os primeiros habitantes do Vale São Francisco pertenciam a grupos mongoloides como, aliás, todos os habitantes das Américas anteriores a colonização europeia, assim pode-se afirmar segundo Martin (1999) que a história do homem na região nordestina teria começado há aproximadamente 11 mil anos e desenrolou-se durante esses últimos onze milênios de forma que os primeiros índios brasileiros chegados ao nordeste pertenciam a grupos caçadores-coletores atraídos pela riqueza material. As vias mais antigas de povoamento na pré-história do Nordeste são ainda desconhecidas, pois o estado atual do conhecimento não permite afirmações com bases científicas seguras, porém, os primeiros indícios parecem indicar as terras altas, de tipo savana de Goiás, e as bacias do São Francisco e do Parnaíba. MARTIN(1999: 50)

Assim esses primeiros homens teriam chegado à região do São Francisco oriundo do planalto goiano e pela rede de afluentes do SO da Bahia. Outra teoria foi que eles poderiam ter cruzado as enormes áreas da caatinga até chegarem as nascentes do rio, segundo o Relatório Final do Salvamento Arqueológico de Xingó, apud, Ab`Saber (1998:284).

Percebe-se com as abordagens descritas que o que levou os primeiros homens a ocuparem essa região foi principalmente a riqueza do Vale Sanfranciscano, e o modo de sobrevivência se dava de acordo com o meio ao qual se encontravam, ou seja, os limites a que se detinham, por isso que ao descrever essa ocupação não se deve pensá-la de forma homogênea, pelo contrário foi uma mistura de diferentes grupos que passaram a ocupar a região e mesmo que descendessem de grupos que tinham um modo de vida diferente daquele do qual viviam, devem-se considerar os fatores ambientais, tais como clima, localização geográfica, enfim fatores físicos e até a inter-relação com outros povos que já habitavam ou que chegavam à região.

Assim pensar a ocupação pré-histórica por um determinado grupo, oriundo de uma única leva é algo que deve ser pensado e pesquisado mais a fundo. O que se sabe é que alguns desses grupos vieram do Planalto goiano, como fora colocado, mas os demais ainda se têm uma interrogação que merecem mais estudos e pesquisas. Isso na realidade é o objetivo de uma pesquisa investigar, esclarecer, mas principalmente gerar novas indagações.

## **Fontes e Referências Bibliográficas**

ALVES, Márcia Angelina. Teoria, métodos, técnicas e avanços na arqueologia

- brasileira. **Canindé, Revista do Museu de arqueologia de Xingó.** Canindé, Xingó, n.2, p. 09-51, 2002.
- CARVALHO, Olívia Alexandre de; OLIVEIRA, Cláudia. Sítio Jerimum, Xingó, Brasil: Primeira abordagem paleoantropológica. **Canindé, Revista do Museu de arqueologia de Xingó.** Canindé, Xingó, n.2, p. 103-118, 2002.
- CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de. **Marcadores de identidades coletivas no contexto funerário pré-histórico no Nordeste do Brasil.** Recife: UFPE, 2009. 244 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- CRUZ, Maria Tereza Souza. A ação educativa do MAX: Uma experiência em construção. **Canindé, Revista do Museu de arqueologia de Xingó.** Canindé, Xingó, n.2, p. 319-328, 2002.
- CORTEZ, Hernan. **A conquista do México.** Porto Alegre, LP&M Editores, 1986.
- DANTAS, Vladimir José; LIMA, Tania Andrade. **Pausa para um Banquete: Análise de marcas de uso de vasilhames cerâmicos pré-históricos do Sítio Justino, Canindé do São Francisco, Sergipe.** Museu de Arqueologia de Xingó. UFS, PETROBRAS/CHESF, 2006.
- FERNANDES, Henry Luydy Abranhm. **As lâminas de machado lascadas Aratu de Piragiba- BA.** Salvador: UFBA. 2011. 401 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- FILHO, José Alexandre F. Diniz. Modelos ecológicos e extinção da megafauna no pleistoceno. **Canindé, Revista do Museu de arqueologia de Xingó.** Canindé, Xingó, n.2, p. 53-82, 2002
- . Notas sobre a visitação ao Museu de Arqueologia de Xingó. **Canindé, Revista do Museu de arqueologia de Xingó.** Canindé, Xingó, n.2, p. 313-318, 2002.
- CORTEZ, Hernan. **A conquista do México.** Porto Alegre, LP&M Editores, 1986.
- KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 27. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil.** 3-ed. - Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.
- MEGGERS, Betty J. **América pré-histórica.** - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico de Xingó.** CHESF, UFS: Xingó, 1998.
- OLIVEIRA, Cláudia Alves et al. **Grupos pré-históricos do Sítio Jerimum região de Xingó- Canindé do São Francisco, SE.** Aracajú: MAX, 2005.
- PROUS, André (1944). **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país.** 2ed. revista- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007
- SANTOS, José Osman, MUNITA, Casimiro Sepúlveda. **Estudos Arqueométricos de Sítios Arqueológicos do Baixo São Francisco.** Museu de Arqueologia de Xingó. 2007.
- SILVA, Daniela Cisneiros. **Práticas Funerárias na Pré-História do Nordeste do Brasil.** Recife: UFPE, 2003. 154 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- SIMON, Christian; OLÍVIA, Alexandre de Carvalho; QUEIROZ, Albérico Nogueira de; CHAIX, Louis. **Enterramentos na Necrópole do Justino- Xingó.** Projeto de Arqueologia de Xingó: PETROBRAS, CHESF, UFS. São Cristovão -SE, 1999.
- VERGNE, Cleonice. Estruturas funerárias do Sítio Justino: distribuição no espaço e no tempo. **Canindé, Revista do Museu de arqueologia de Xingó.** Canindé, Xingó, n.2, p. 251-274, 2002.
- VERGNE, Cleonice; CARVALHO, Olívia Alexandre de; QUEIROZ, Albérico Nogueira

de. A diagnose do sexo e idade dos esqueletos humanos em sepulturas com ossos de animais no Sítio Justino (Canindé de São Francisco, Sergipe, Brasil). **Canindé, Revista do Museu de arqueologia de Xingó**. Canindé, Xingó, n.2, p. 275-282, 2002.

VERGNER, Cleonice; VITORIO Sônia Maria; SILVA, Suely G. A. Levantamentos Preliminares dos Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe. **CLIO-Série Arqueológica**, n 4, extraordinário. Anais do I Simpósio da Pré-História do Nordeste Brasileiro, (Recife, 1991). UFPE, p. 77-78.

VIEIRA JUNIOR, Almir Souza; PALMEIRA, José Arnaldo Vasconcelos. **Grupos Pré-históricos de Xingó-Um estudo cranioscópico e craniométrico**. Canindé do São Francisco: Museu de Arqueologia de Xingó, 2006.

**“PETRIFICADO FIQUEI! AINDA HOJE, ATÉ AGORA”:  
A MONUMENTALIZAÇÃO DE JOÃO SAPATEIRO NO CAMPO CULTURAL  
DE LARANJEIRAS/SE**

*Clovis Carvalho Britto*

O artigo analisa as estratégias de produção da crença no poeta João Silva Franco (1918-2008), conhecido como João Sapateiro, cujo legado instituiu uma memória topográfica protagonizada pela cidade de Laranjeiras/SE. Para além da análise de sua poética, visualizamos as estratégias de manipulação de seu legado destacando como o escritor, herdeiros legais e simbólicos promoveram agenciamentos em prol de sua distinção nas tramas da economia simbólica. Analisando a publicação de suas obras, a instituição de vigilâncias comemorativas e, principalmente, a instalação de estátuas em sua homenagem no centro da cidade de pedras e de palavras, observamos a trama de sua monumentalização como uma das figuras centrais na “batalha das memórias” que institui personalidades significativas no campo do patrimônio cultural de Laranjeiras/SE.

O autor chama para si a tarefa de dar voz àqueles tradicionalmente silenciados e, para seu empreendimento artístico, reescreve microscópicas relações, repassando a limpo a história oficial a partir de outras espacialidades. Na esteira das reflexões de Maria Cristina Machado (2002) poderíamos supor que ele teria desenvolvido uma sensibilidade sociológica, atrelada especialmente às transformações que caracterizaram o processo de emergência e configuração da sociedade capitalista no Brasil. Sentindo as dificuldades da profissionalização literária optou por desenvolver estratégias visando conquistar sua inserção mesmo que, para tanto, fosse necessário poetizar as contradições e a violência simbólica que presenciou ou ouviu contar, a exemplo das estratégias anteriormente desenvolvidas na prosa por Lima Barreto e João do Rio. No mesmo sentido, o poeta não inaugurou esse projeto sem antes beber na fonte da tradição lírica moderna e modernista. Ao privilegiar uma poesia que reabilita a marginalidade, ele se conectou com autores que desentranharam o heroísmo poético do lixo humano:

*No caso do Brasil, essa tendência tornou-se prática consciente e coletiva a partir dos modernistas de 22, que, rejeitando a distinção entre temas poéticos e não poéticos, optaram pela poetização do que até então permanecera fora das esferas poéticas. E o que estava fora dessas esferas também estava, muita vez, fora das margens sociais. É assim que vamos encontrar personagens como o carregador de feira-livre João Gostoso, de ‘Poema tirado de uma notícia de jornal’, de Manuel Bandeira, o moço leiteiro, de ‘Morte do leiteiro’, de Carlos Drummond de Andrade, os indivíduos ínfimos celestados pela poesia de Manoel de Barros, as ‘vidas obscuras’ iluminadas pela lírica de Cora Coralina, enfim, todos esses personagens que representam uma interpretação pessoal, um desdobramento da preferência modernista por poetizar os tipos humanos que até então permaneciam fora da poesia e da vida (YOKOZAWA, 2009, p. 201-202).*

A inserção marginal de João Sapateiro juntamente com sua ousadia contribuiu para que seu projeto literário trouxesse as marcas dessa tradição ao poetizar o considerado não poético tendo como especificidade o fato dessa tradição ser renovada a partir do olhar de dentro das margens. O escritor tinha consciência de que era necessário

incorporar a seus textos novos temas e problemas e, por isso mesmo, optou por reorganizar a história considerada oficial, recontando-a, selecionando-a, inserindo novos fatos, rasurando passagens e conferindo voz a personagens até então destinados ao esquecimento histórico. Nesse aspecto, seu projeto literário é pautado por uma memória espacializada onde Laranjeiras foi eleita como principal espaço memorial.

Desse modo, é relevante identificarmos o lugar onde ocorrem as relações descritas pelo imaginário do poeta: a poesia de Sapateiro é a poesia de Laranjeiras. Não há como negligenciar o laço umbilical. O autor deixa transparecer sua opção no antológico poema “Cântico aos Laranjeirenses”, escrito em 1950. A partir desse entendimento, podemos ousar e dialogar com a definição de memória topográfica de Willi Bolle (2000), formulada quando identificou na obra de Walter Benjamin afinidades entre as estruturas da cidade e dos indivíduos que nela vivem. Em suas interpretações, história, biografia e mitologia seriam fios de um mesmo tecido – a memória. A memória topográfica não reconstruiria os espaços pelos espaços, eles se tornariam pontos de referência para captar experiências sociais e espirituais. Laranjeiras transformou-se em palco para o estabelecimento dessa memória repleta de significados, captados e reconstruídos por João Sapateiro entre um exercício de afetividade e percepção crítica.

Conforme destacou Eclea Bosi (1994), as pedras são importantes para a memória dos velhos, lembranças e esquecimentos apoiados nas pedras das cidades onde viveram, representam tanto um elo entre passado e presente, quanto um testemunho que resistiu à passagem do tempo. Nesse sentido, a obra e o ofício do poeta se cruzam. As pedras de Laranjeiras são o suporte de memória que articulam a vida de seus moradores, auxiliando na elaboração de um mapa afetivo da cidade. Do mesmo modo, os sapatos artesanalmente consertados caminhavam sobre essas pedras e guardavam memórias em trânsito. Tempo e espaço articulados. Talvez seja por essa razão que Tilza Ribeiro (2009) afirme a função desintegradora do tempo, de desgastar as formas, umas mais firmes do que outras: “É o caso das pedras, que são apenas lavadas pelo tempo, mas não se movem. O tempo há de ser paciente para desgastá-las pouco a pouco” (p. 158). Torna-se um poderoso símbolo de permanência, de resistência.

Não é por acaso que escolhemos como título um dos versos do autor quando ele próprio problematiza essa condição: “Petrificado fiquei! Ainda hoje, até agora” (*In*: FRANCO; GUIMARÃES, 2008, p. 37), se referindo ao sentimento de timidez que carregou por toda vida, arrependido pelo beijo que não deu em sua primeira namorada, sentimento que resistiu ao tempo. Torna-se, segundo analisamos, uma importante metáfora da imortalidade.

Questões que remetem ao trabalho de Peter Burke quando avaliou a construção da imagem pública de Luís XIV a partir da máquina de propaganda do monarca e das interações entre poder e arte em *A fabricação do rei* (2009). Análise que descortina como o “imortal” foi fabricado e, por essa razão, se aproxima das pesquisas pioneiras das antropólogas brasileiras Regina Abreu (1996) e Alessandra El Far (2000) relativas ao trabalho de encenação/fabricação da “imortalidade” promovido por herdeiros e instituições detentoras de acervos pessoais no Brasil.

Ao discutir a fabricação da “imortalidade” de Miguel Calmon a partir da doação de seu acervo ao Museu Histórico Nacional, Regina Abreu (1996) oferece um instigante painel das estratégias de consagração no Brasil na primeira metade do século XX. Utilizando os objetos tridimensionais, o acervo documental do titular e as formas de gestão de sua memória como centro de sua investigação, demonstra como simples mortais podem “fabricar o imortal”, as condições que essa fabricação perdurou, se alterou e desapareceu. O trabalho analisa a construção da representação do homem público por seus familiares e pela instituição de guarda do acervo e oferece subsídios

para a compreensão das forças mobilizadas para a encenação da história brasileira. A doação do acervo Calmon ao museu não constituiu em um gesto desinteressado, sinaliza modos de formação e recomposição das elites e o alto capital de legitimação que o Museu Histórico Nacional deteve na elaboração de determinada versão da história do país. No intermezzo das tramas de consagração reafirma a importância da atuação pública do indivíduo para a fabricação do “imortal” e sua contribuição para a coletividade. Para tanto, a permanência póstuma se institui na batalha das memórias em torno da importância de seu legado, dos feitos conquistados pelo titular, de mecanismos de visibilização coerentes com o perfil que se pretende “imortalizar”. Se o Museu Histórico Nacional foi criado para guardar e expor relíquias e cultuar a lembrança dos grandes homens do país, o culto a certos objetos e personagens do passado seria uma forma de afirmá-los no presente. Daí os mecanismos simbólicos para selecionar os nomes que comporiam a história que a direção da instituição (e não apenas ela) queria ressaltar e a ciência de que, por meio das doações dos acervos, alguns grupos estariam se materializando (no caso, as elites aristocráticas) em troca de objetos não palpáveis, como honra, prestígio e legitimidade. Todavia, demonstra que essa tradição forjada composta pela eleição de “pessoas-símbolo da nacionalidade” necessita de constantes “guardiões” para que o discurso de autoridade se perpetue ou se atualize, sob o risco de o “imortal” ser desfabricado e de sua trajetória cair no esquecimento.

Interesses que permeiam o trabalho de Alessandra El Far (2000) quando investigou o papel da Academia Brasileira de Letras na criação e perpetuação de vultos literários, especialmente em suas três primeiras décadas de vida. Examinando a criação da Academia e a tentativa de configurar uma memória comum que unisse a nação em torno de um mesmo culto, demonstra como os membros da instituição desenvolveram mecanismos para o estabelecimento da “presença dos ausentes”. Visando zelar pela língua e pela literatura brasileira, abraçaram a tarefa de garantir e promover a memória de seus membros a partir do modelo da Academia Francesa que preconizava o estatuto da “imortalidade”: “todos aqueles que pertencessem aos quadros da associação nascente seriam qualificados de imortais, tendo seu nome e sua obra enaltecidos pelos demais e lançados à posteridade nas sucessivas sessões ordinárias e celebrativas” (p. 120). Para tanto, decidiram escolher um patrono para cada uma das 40 cadeiras que reafirmaria a tradição (mesmo que inventada), fabricar bustos e retratos, elaborar estudos biográficos, reunir os restos mortais de seus membros, e abrigar acervos e objetos pessoais dos literatos. Segundo informa, as estratégias de consolidação da memória institucional e das memórias de cada membro tinham seu ápice nas sessões destinadas a recepção de novos acadêmicos. Por meio de uma teatralização delineada minuciosamente, sublinhavam a tradição através de discursos que enalteciam a vida e obra dos patronos e membros já falecidos: “através de uma encenação repleta de detalhes, reafirmavam-se perante a sociedade, simultaneamente, o valor institucional de uma agremiação literária e a genealogia de seus integrantes” (p. 126). Com o tempo, as reuniões da Academia se tornaram um evento da alta sociedade carioca e, após a aquisição de certa estabilidade institucional, adotaram o uso do uniforme, confeccionado especialmente para essas celebrações. O fardão seria, conforme assinala El Far, uma forma de fixar os limites de uma “fronteira social”, que ao mesmo tempo distinguiria os acadêmicos e reforçaria a unidade do grupo e o valor da corporação. O que estava em jogo era encenar a “imortalidade” forjando uma linearidade genealógica entre seus membros e transformando determinados literatos em expoentes nacionais, tornando uma das instituições responsáveis, ainda hoje, por acionar determinadas engrenagens do campo literário.



Essa imagem se torna mais significativa quando observamos como os acervos pessoais de escritores colaboram para encenar a imortalidade de seus titulares e garantir, ao mesmo tempo, lucros simbólicos e econômicos aos seus herdeiros legais ou simbólicos. De acordo com Luciana Heymann (2009), as especificidades dos acervos pessoais possibilitam tanto a análise dos conteúdos e contextos de produção dos documentos, quanto dos investimentos de acumulação, ou seja, da intenção acumuladora, já que os acervos pessoais são submetidos não a injunções administrativas, mas aos desígnios do indivíduo: “Não se trata de descurar das relações que conectam atividades desempenhadas e registros documentais, mas de atentar também para a relação que cada titular manteve com documentos, para os usos que cada um deu aos registros e para os atributos que lhe foram conferidos” (p. 54). Desse modo, a pesquisadora demonstra que apesar de ser sugestivo pensar o arquivamento como uma “narrativa de si”, nem todos os procedimentos arquivísticos podem ser relacionados a motivações memoriais. O acervo documental resulta de diferentes gestos operados em diferentes momentos o que possibilita-nos captar temporalidades diversas dos próprios titulares para além de motivações únicas:

*Entender os conjuntos documentais de natureza pessoal como produtos de investimentos sociais mais do que como produtos ‘naturais’ da trajetória dos indivíduos, como depositários de valores e representações, e não, simplesmente, como registros de atividades, pode ajudar-nos a desvendar significados e avançar na tarefa de refletir sobre os procedimentos mais adequados ao seu tratamento. Investimentos pessoais, imagem pública e personalidade se objetivam nos arquivos pessoais e nos usos dados a eles pelos titulares ou por seus herdeiros, fornecendo chaves para sua compreensão que vão além das tradicionais associações entre trajetórias e documentos. Nem sempre a acumulação documental é reflexo de uma atividade passada; ela pode ser função de uma ação projetada para o futuro. Apenas pesquisas em profundidade, que tomem cada conjunto documental como objeto de análise, poderão desvendar usos e sentidos associados a cada arquivo pessoal (HEYMANN, 2009, p. 55-56).*

Compreender as relações entre acervos literários e economia simbólica consiste em considerar as estratégias de manipulação da memória dos titulares e os lucros simbólicos e materiais decorrentes dessa manipulação. Tarefa empreendida em vida pelos integrantes do campo de produção simbólico em busca do estabelecimento de legitimidades manifestas nas formas de prestígio, autoridade e distinção, conforme afirma Bourdieu (1983). As lutas pela distinção são constantes e torna-se necessário um contínuo processo de reavaliação, reinvenção e reverberação da memória literária dos agentes a quem se pretende “imortalizar”. Na verdade, os acervos literários possuem valor estratégico nesse processo, já que consistem em indícios e manifestação material de determinados aspectos da trajetória e das obras que interessam consagrar. Surgem, assim, mecanismos que conferem legitimidade (e ilegitimidade) a ações empreendidas em nome da prevalência de determinadas leituras sobre o passado (versões concorrentes) e do monopólio do direito de falar sobre o passado (capitais diferenciados).

É por essa razão que seguimos a opção de Luciana Heymann (2004) ao visualizarmos como os acervos interferem na construção de legados. Não apenas como herança material e política deixada às gerações futuras, mas entendidos como investimento social em virtude do qual uma determinada memória individual é

transformada em exemplar ou fundadora de um projeto, ou, em outras palavras, ao trabalho social de produção da memória resultante da ação de “herdeiros” ou “guardiães”: “a produção de um legado implica na atualização constante do conteúdo que lhe é atribuído, bem como na afirmação da importância de sua rememoração” (p. 3). Os agentes interessados se utilizam dos acervos como instrumentos úteis para a criação, manutenção e divulgação da memória do personagem, fomentando a criação de espaços de evocação da imagem e de atualização da trajetória do titular por meio de trabalhos acadêmicos, reedições, exposições, eventos e comemorações. Não desconsideramos as estratégias que o próprio titular forjou com vistas à criação de uma memória que sobrevivesse a sua morte, das quais a constituição do acervo pessoal seria um ilustrativo exemplo. Mas o que nos interessa é perceber as apropriações posteriores dessa memória e as formas de encenação da “imortalidade” instituídas pelos agentes e instituições que se revestem da condição de “herdeiros” ou “guardiães” dessa memória. Por isso a produção do legado se estabelece conjuntamente com a produção da crença nesse legado.

Para além da existência de uma trajetória e de um projeto criador considerado excepcional, torna-se necessário que a energia social produzida em torno de um nome próprio se estenda ao longo do tempo. Quanto maior a extensão cronológica do prestígio, maior é a eficácia dos mecanismos materiais e simbólicos mobilizados contra a ameaça do esquecimento. Desse modo, não basta ser um escritor conhecido e reconhecido em sua geração, é necessário reunir subsídios para que sua obra conquiste perenidade ou reconquiste o prestígio perdido ou não obtido em outros tempos. Tarefas empreendidas não apenas pelos herdeiros legais e simbólicos do autor, mas pelo conjunto de agentes que integram o espaço de possíveis expressivos de produção simbólica: escritores, editores, críticos literários, biógrafos, jornalistas, instituições de ensino e cultura, dentre outros. Aqui é importante compreendermos as ações empreendidas pelo artista (e *post mortem* pelos demais agentes) para a gestão e manutenção do capital de legitimidade acumulado. Ações que convergem para o estabelecimento de uma “marca” distintiva, identificada com o capital simbolizado por seu nome e renome e, conseqüentemente, com a posição ocupada no campo artístico.

Como exemplo dessas estratégias fundadoras do campo de produção simbólico, teceremos algumas reflexões iniciais a respeito das vigilâncias comemorativas e de outras ações em torno da monumentalização da vida e obra de João Sapateiro. Nesse sentido, um dos principais sustentáculos dessa “invenção da imortalidade” consistiu no acervo pessoal do poeta, fruto de seleções promovidas em vida pelo autor e posteriormente por seu filho, Joselito de Jesus Franco (Koka). Fabricar e guardar esses documentos configurava uma prática de olhar para si e construir uma identidade, selecionando e incorporando auto-representações e representações que outros elaboravam (Cf. DELGADO, 2003).

Os papéis de João Sapateiro consistiram em fruto de acumulação de décadas, a maioria elaborada em sua casa e em sua sapataria: “Discreto, mas de boa conversa, o sapateiro exibia, em sua oficina de trabalho, folhas de papel pautado, repletas de palavras escritas em letras de forma, fixadas nas paredes e nos poucos móveis de seu canto laboral. Eram trovas, pequenos e longos poemas, que surpreendiam a freguesia” (BARRETO, 2008, p. 7). Acervo documental que subsidiou as suas coletâneas de versos e rendeu uma “explosão discursiva” após sua morte em 2008. Esses discursos contribuíram para o que designamos de monumentalização de João Sapateiro no campo cultural de Laranjeiras/SE, ou seja, o processo de invenção da imortalidade, quando uma pessoa passa a integrar o patrimônio de uma nação ou região, tornando-se homem ou mulher-monumento (Cf. ABREU, 1994).

No ano de sua morte, a Prefeitura de Laranjeiras patrocinou a edição do livro *Mensagens: João Sapateiro*, organizado por Danielle Virginie Santos Guimarães (Edição de texto) e pelo filho do poeta, o também poeta Joselito de Jesus Franco – Koka (Pesquisa e seleção dos textos). A obra contou com poemas e fotografias do acervo do poeta e com textos introdutórios de Genaro Brota, Paulo Menezes Leite e Luiz Antônio Barreto. A publicação e promoção fazem circular no campo cultural sergipano lucros simbólicos em nome da obra do poeta em um sistema de reciprocidades que também eleva a patrocinadora, os organizadores e prefaciadores, espécies de fiadores da importância e da autoridade. Não é sem motivos também que fotografias e desenhos do autor marquem a capa e o interior do livro, em uma deliberada intenção biográfica e de marca distintiva no campo cultural.

Isso prova que além de seu conteúdo, a materialidade do acervo pessoal aciona memórias de e sobre João Sapateiro contribuindo para a fabricação de determinados repertórios sobre a personagem e, por isso mesmo, articulando valor econômico e simbólico. A gestão do legado consiste em promover a vida e obra do autor, reatualizando e ritualizando determinadas versões construídas por ele e por outros agentes de acordo com os interesses dos herdeiros, das instituições de guarda e promoção e do campo literário vigente.

Aqui nos aproximamos das leituras de Eneida Cunha (2003) ao analisar tais características na Casa de Jorge Amado, considerando que assim como um texto autobiográfico a Casa impõe sua própria narrativa, aberta à leitura, mas resistente a interpretações que possam desvirtuar, rasurar ou alterar a imagem instituída do escritor, especialmente à instituição de biografias alternativas. Ou seja, ao se tornar detentora e gestora de um acervo e, ao mesmo tempo, um centro cultural atuante na vida da cidade, a instituição “detém a prerrogativa de uma ‘atividade’, que se faz em prol da divulgação, autorizada, de uma determinada imagem do escritor e de uma determinada vertente de leitura de sua obra” (p. 127).

Além da família de João Sapateiro, é evidente que a Prefeitura Municipal de Laranjeiras se tornou uma das principais divulgadoras de sua vida e obra no campo cultural local. Durante o Encontro Cultural de 2009, ações em torno da memória do poeta foram coordenadas pela gestão municipal a exemplo da reedição de seu livro *Coisas do coração*, a exposição “O poeta desenhado” e a exposição de parte de seu acervo pessoal.

Conforme analisa Luciana Heymann (2004), as datas comemorativas não são dotadas de valor intrínseco, nem se justificam no passado. Seus significados resultam da atribuição de valor ao evento ou pessoa que se recorda, envolta nos imperativos do presente e nos lugares ocupados pelos agentes que comemoram. A importância desses eventos seria construir mecanismos que legitimariam ações em nome da memória (sobre qual leitura do passado e o monopólio do direito de falar sobre o passado), acionando, assim, a rede de economia simbólica em torno de determinadas pessoas e fatos. Nesse aspecto, possuir acervos consiste em uma estratégia importante para adquirir essa legitimidade. Eles embasam exposições, pesquisas, publicações e, ao mesmo tempo, constituem em forma de “atestar” a importância das comemorações: “os acervos documentais e o capital de testemunho de que são investidos ocupam um lugar central, bem como os acervos museológicos e os atributos de autenticidade que conferem às peças sua força simbólica” (p. 5). Também é importante destacar que não basta possuir acervos, mas desenvolver estratégias para utilizá-los como trunfos ao subsidiar homenagens, o prestígio das instituições e pessoas deles responsáveis, as redes de relações desses agentes, os contatos nas esferas acadêmicas, governamentais e junto a agências de financiamento.

Exemplos disso consistem na instituição do Prêmio de Poesia Popular “João Sapateiro”, instituído em 2009 pela Prefeitura Municipal de Laranjeiras através da Secretaria de Cultura e já em sua quinta edição e na criação do Espaço João Sapateiro no *Bureaux* de Informações Turísticas/Secretaria de Cultura. Esse espaço abriga uma estátua do poeta doada em 2012 pela Associação dos Artistas Plásticos do Estado do Sergipe – AAPLASA, com projeto e confecção de Valter Santos. Todavia, uma das ações de maior visibilidade empreendidas pela municipalidade consistiu na inauguração da escultura de dois metros do poeta no centro de Laranjeiras, em 22 de novembro de 2012, obra do artista Elias Santos que por sua vez também recebe/doa capital simbólico ao realizar a escultura.

O escritor cuja obra erigiu uma memória topográfica da cidade se torna parte dessa topografia ao ser petrificado, garantindo, assim, sua “imortalidade”. Diariamente dezenas de pessoas se deparam com a presença marcante da escultura afixada em um dos bancos do Largo da Prefeitura lendo um livro. Inaugurada nas comemorações da Semana da Consciência Negra, consiste na primeira de uma série de estátuas que integrarão o projeto “Largo das Esculturas”, que terão em breve mais obras, a exemplo das estátuas do pintor Horácio Hora e do mestre da cultura popular Seu Deca do Cacumbi.

Enquanto as outras esculturas não são confeccionadas, João Sapateiro permanece desde 2012 petrificado na solidão de sua leitura, despertando interesse sobre sua vida e obra e integrando a paisagem de Laranjeiras. É comum depararmos com turistas e moradores tirando fotografias, apresentando danças, cantando músicas ou descansando ao lado da estátua. Tornou-se duplamente um monumento, assim como ocorreu com as estátuas dos poetas Carlos Drummond de Andrade, no Rio de Janeiro-RJ, e de Henriqueta Lisboa, em Belo Horizonte-MG. Ou, nas palavras de Jacques Le Goff (2003), um documento-monumento, uma construção repleta de interesses que projeta uma imposição voluntária ou involuntária de futuro: “resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (p. 537-538).

## Fontes e Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ABREU, Regina. Emblemas da nacionalidade: o culto a Euclides da Cunha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.º 24, 1994.
- BARRETO, Luiz Antônio. Um poeta e seu ofício. *In*: FRANCO, Joselito de Jesus; GUIMARÃES, Danielle Virginie Santos (Orgs.). **Mensagens**: João Sapateiro. Laranjeiras/SE: Prefeitura Municipal, 2008.
- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

- CUNHA, Eneida Leal. A “Casa Jorge Amado”. *In*: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (Orgs.). **Arquivos literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- DELGADO, Andréa Ferreira. **A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- FAR, Alessandra El. “A presença dos ausentes”: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2000.
- FRANCO, Joselito de Jesus; GUIMARÃES, Danielle Virginie Santos (Orgs.). *Mensagens*: João Sapateiro. Laranjeiras/SE: Prefeitura Municipal, 2008.
- HEYMANN, Luciana Quillet. **De arquivo pessoal a patrimônio nacional**: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um “legado”. **XXVIII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto**: um pensador social na Primeira República. Goiânia: Ed. da UFG; São Paulo: Edusp, 2002.
- RIBEIRO, Tilza Antunes. Memória e lirismo das pedras e perdas em Cora Coralina. *In*: DENÓFRIO, Darcy França; CAMARGO, Goiandira Ortiz de (Orgs.). **Cora Coralina**: celebração da volta. Goiânia: Cãnone, 2009.
- YOKOZAWA, Solange Fiúza Cardoso. Confissões de Aninha e memória dos becos. *In*: BRITTO, Clovis Carvalho; CURADO, Maria Eugênia; VELLASCO, Marlene. **Moinho do tempo**: estudos sobre Cora Coralina. Goiânia: Kelps, 2009.

## **BROTANDO ENTRE AS PEDRAS: O ENSINO SUPERIOR NO SERTÃO DE ALAGOAS, 2008-2013**

*Cristina Rodrigues Gaia*

### **Introdução**

Este trabalho pretende estudar os desdobramentos da expansão do ensino superior no Brasil, a partir do estudo de caso da criação, pela Universidade Federal de Alagoas, do Campus do Sertão, entre 2008 e 2013. O Campus Sertão, localizado no município de Delmiro Gouveia, na microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco e atende a aproximadamente 1.200 estudantes tanto do Estado de Alagoas como dos estados de São Paulo, Bahia, Sergipe entre outros. Este Campus, inaugurado no dia 15 de março de 2010, possui seis cursos de graduação: Engenharia Civil, Engenharia da Produção, Letras, Pedagogia, História e Geografia. Além da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema, localizada no município do mesmo nome, que oferece outros dois cursos, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.<sup>676</sup>

A história do Campus do Sertão, não obstante ter sido inaugurado em março de 2010, pode ser melhor compreendido a partir dos debates e metas do “Plano de Consolidação, Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Alagoas 2008-2012”. A execução desse Plano, a partir do ano de 2008, portanto, oferece a compreensão de um marco temporal e institucional relativo ao processo que resultou na criação do referido Campus.<sup>677</sup> Segundo Oliveira, a aprovação por parte da UFAL deste Plano representava a adesão da instituição a política do ensino superior federal do período sintetizada no chamado REUNE<sup>678</sup>. E como marco final o ano de 2013, quando se observa o delineamento de um primeiro ciclo de memórias envolvendo a primeira gestão eleita através de consulta realizada junto à comunidade do Campus recém-criado. Essa eleição significou um passo importante, tanto em relação à participação democrática dentro do Campus como em relação à finalização das obras do prédio designado para abrigar a comunidade acadêmica do Campus Sertão, que inicialmente funcionou provisoriamente na Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão Silva, localizada no bairro Novo.

O campo de estudos sobre o ensino superior no Brasil, em particular, sobre o recente processo de expansão e de interiorização, tem despertado atenção de diferentes pesquisadores. Entre os estudiosos desse campo destaco os trabalhos de Cunha pela

---

<sup>676</sup> UFAL. **Histórico**. Campus do Sertão: Delmiro Gouveia. Disponível em: <[http://www.ufal.edu.br/sertao/institucional/copy\\_of\\_equipe](http://www.ufal.edu.br/sertao/institucional/copy_of_equipe)>. Acessado em 10/10/2013.

<sup>677</sup> UFAL. **Plano de consolidação, reestruturação e expansão Universidade Federal de Alagoas 2008-2012**. ALAGOAS, 2007, p. 4 e 5.

<sup>678</sup> O REUNI é um programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, criado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como forma de reconhecimento dos trabalhos das Federais no desenvolvimento social e econômico do Brasil. Sobre a adesão da Universidade Federal de Alagoas ao REUNI ver: OLIVEIRA, Renilda Correia de. “educação Superior, concepções e Funções Social da Universidade”. In. **Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, Ética e responsabilidade social**. Maceió, 2010, p.1-14.

preocupação em discutir e problematizar a história do ensino superior no país<sup>679</sup>. Destaco também, a tese de Cruz, “Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985”, que ao estudar história do movimento estudantil, do ensino superior e da sociedade em Sergipe, desvela meandros e significados atinentes a importância da expansão e organização do ensino superior entre as décadas de 1950 e 1980.<sup>680</sup> A leitura inicial destes e de outros trabalhos têm estimulado o interesse de analisar como se deu o processo de implantação do ensino superior no sertão alagoano. E dentro desse processo de expansão e de interiorização, compreender as facetas e os significados que esse processo produziu e tem produzido na região.

Em termos metodológico essa pesquisa faz uso da metodologia da história oral, mais precisamente da “história oral híbrida”<sup>681</sup>, inicialmente limitada a uma entrevista já realizada. Além dela, serão utilizados como fonte documentos produzidos pela universidade, pelo movimento dos professores e notícias publicadas nas mídias eletrônicas. Neste sentido, por ser fruto de uma pesquisa em andamento, a presente comunicação analisa a primeira entrevista realizada e discute alguns documentos escritos que foram gerados nesse período.

### **Plano de estruturação e criação do Campus Sertão.**

Em 17 de dezembro de 2007, a presidenta do CONSUNI/UFAL, professora Ana Dayse Resende Dorea, assinava a aprovação do Plano de Reestruturação e Expansão da UFAL, previsto para ocorrer nos anos entre 2008 a 2012. Com este ato iniciou-se o plano de implantação do ensino superior no Sertão de Alagoas.<sup>682</sup>

No “Plano de Consolidação, Reestruturação e Expansão Universidade Federal de Alagoas (2008-2012)”, estavam estipuladas as metas que deveriam ser alcançadas neste período. Entre esses objetivos encontrava-se a implantação do ensino superior na cidade de Delmiro Gouveia. Segundo Oliveira, naquele contexto, o índice de alunos no ensino médio formados na região justificava a demanda de vagas para o ensino superior na região.<sup>683</sup>

Apesar do “Plano de Consolidação, Reestruturação e Expansão Universidade Federal de Alagoas 2008-2012” ter estipulado que o Campus do Sertão seria organizado com a estrutura, do modelo pedagógico implantado no Campus de Arapiraca. Com metas de criação de programas para apoiar o desenvolvimento do Campus Sertão, exemplo: um Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), um Programa Permanente de Formação Contínua. E a infraestrutura do Campus teria em seu bojo programas já definidos de restaurante e residência universitária. Logo de início seu projeto teve uma redução devido a questões financeiras. Em razão dessa adequação o Campus foi efetivado com apenas um pólo e sua infraestrutura não apresentava planos de residência

---

<sup>679</sup> CUNHA, Luíz Antônio. “O Ensino Superior no octênio FHC”. In: **Educação e Sociedade**. v. 24, n. 82, Campinas, abr, 2003;. e: CUNHA, Luíz Antônio. **A Universidade Temporã** - o ensino superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

<sup>680</sup> CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985**. Salvador: PPGH, 2012.

<sup>681</sup> MEIHY, José Carlos Sede; Suzana I. Salgado Ribeiro. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, família**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 15.

<sup>682</sup> UFAL. **Resolução Nº 76/2007/CONSUNI/UFAL**, de 17 de dezembro de 2007.

<sup>683</sup> OLIVEIRA, Renilda Correia de. “educação Superior, concepções e Funções Social da Universidade”. In. **Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, Ética e responsabilidade social**. Maceió, 2010, p. 2.

e restaurante universitário. Além disso, seu modelo pedagógico sofre algumas modificações o que reduziu seu custo orçamentário.<sup>684</sup>

Os cursos que esse Campus, localizado em Delmiro Gouveia, e seu Pólo, em Santana do Ipanema, ofereceram são: no eixo educação: Letras, Pedagogia, Geografia, História; no eixo tecnologia: Engenharia Civil e Engenharia de Produção; no eixo gestão: Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Como dito anteriormente seu modelo pedagógico apresentaria um modelo próximo aos dos outros campi da UFAL. No Campus Sertão a formação dos seus discentes seguiu a seguinte estrutura curricular: os estudantes dos três eixos começam os estudos a partir de um tronco inicial, comum a todos, depois, já no tronco intermediário, cada eixo passa a ter disciplinas específicas comum a cada eixo, e somente no tronco profissionalizante é que cada curso passa a oferta para os alunos disciplinas específicas da área profissional<sup>685</sup>.

### **Inauguração do primeiro período acadêmico do Campus Sertão, na Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão Silva, em 2010.**

No dia 15 de março de 2010, estava sendo realizada a aula inaugural que deu início ao primeiro período acadêmico do Campus Sertão, 2010.1. As aulas iniciariam no espaço que é designado à Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão Silva, por se encontrar indefinida a infraestrutura do prédio do Campus.

Uma batalha estava vencida, a Universidade tinha chegado ao Sertão, porém, de que forma ela foi concretizada? No momento do início das aulas havia um ambiente de satisfação, ciente que o sertão estava progredindo, nas palavras proferidas em 2008, pela então reitora da UFAL, Magnífica Professora Ana Dayse Rezende Dórea “agora o Sertão vai virar mar; um mar de conhecimento e novas idéias para futuras gerações”, tudo era motivo para se comemorar. A mesma frase que depois seria, reiterada vezes, utilizada para criticar a falta de estrutura do Campus<sup>686</sup>.

A proposta era que os alunos, os professores e os técnicos, permanecessem, durante o período 2010.1, em uma sede provisória (o prédio da Escola Watson) e em agosto do mesmo ano passariam para o prédio do Campus, que estava previsto ser concluído naquele referido ano. Em entrevista ao site “Cada Minuto”, no dia da inauguração das aulas 15/03/2010, a Reitora Ana Dayse Rezende Dórea diz “esperamos ainda neste semestre inaugurar nosso prédio próprio em Delmiro Gouveia”<sup>687</sup>. Nesta entrevista, a Reitora da UFAL externou também alguns das expectativas relacionadas a aquela inauguração. Entre elas, que a juventude sertaneja agora teria mais oportunidade, que a região Nordeste passaria a ter profissionais qualificados; que os jovens estavam adentrando a universidade firmariam um pacto em prol da educação de qualidade. Ela comentou ainda que os investimentos na infraestrutura dos prédios (do

---

<sup>684</sup> Brasil. Serviço Público Federal Ministério da Educação. **Plano de Reestruturação e Expansão Universidade Federal de Alagoas 2008-2012**. Maceió – Alagoas, 2007, p.2.

<sup>685</sup> UFAL. **Programa de Expansão e Reestruturação da Universidade Federal de Alagoas**. Segunda etapa de interiorização. Maceió, 2009.

<sup>686</sup> PAULA, Felipe de. **Com estrutura precária, aulas da UFAL são suspensas no Sertão**: Professores da UFAL reivindicam implantação do Campus, transporte, biblioteca e contratação de professores. GAZETAWEB. Entrevista concedida a Wanessa Oliveira, realizada no dia 22/03/2011.

<sup>687</sup> DOREA, Ana Dayse Resende. **UFAL em Delmiro**: Ana Dayse diz que interiorização é projeto para desenvolvimento de Alagoas. Portal **Cada Minuto**, 15/03/2011. Disponível: <<http://cadaminuto.com.br/noticia/2010/03/15/ufal-em-delmiro-ana-dayse-diz-que-interiorizacao-e-projeto-para-desenvolvimento-de-alagoas>>. Acessado em 30/09/2013.



Campus e do seu Pólo), proporcionaria conforto e condições de funcionamento adequado para o funcionamento das atividades acadêmicas.

O espaço disponível para os acadêmicos – no início das atividades na escola Watson, era de 4 salas de aula, um laboratório de informática, uma sala dividida em vários setores: onde ficavam a administração geral e a acadêmica e os técnicos. Naquele momento, os professores, cerca de 20 profissionais, não tinham salas próprias. Em entrevista, professor de Pedagogia e depois diretor do Campus do Sertão, Ricardo Silva, salienta o desconforto e a surpresa quando viu o espaço onde iriam iniciar as aulas.

*De certa forma foi um choque, por que nós esperávamos outra realidade da Universidade, até então, vindo com os alunos, com toda a esperança, com toda uma construção de ideário ‘foi um choque’, a estrutura da obra não estava pronta e estava longe de se concluir. Nós dividimos a escola Watson com alunos de ensino médio e fundamental, dividir banheiro com crianças, dividir espaço de uma relação tão intensa. Para a universidade se fazer universidade naquele patamar realmente foi impactante.*<sup>688</sup>

Durante o período 2010.1 o corpo acadêmico e técnico do Campus viveu essa situação. Quadro que se manteve inalterado Já no período de 2010.2, em razão da não conclusão das obras do prédio do Campus. Ainda na Escola Estadual Watson novas salas foram cedidas pelo colégio para abrigar a UFAL. Na carta respostas reivindicações da Comissão de Mobilização Permanente do Campus Sertão, assinada pela Reitora Ana Dayse Rezende Dorea, ela salienta que o “início do primeiro semestre letivo de 2011, a UFAL providenciou mais espaço junto a Secretaria de Estado de Educação, à 11ª Coordenação Regional de Educação e Direção da Escola Estadual Watson (...), dando a garantia mínima de condições de funcionamento das aulas”<sup>689</sup>.

### **Reivindicações dos estudantes, dos professores e dos técnicos em 2011.**

O processo da segunda interiorização da UFAL, após a primeira ocorrida no ano de 2006, na Cidade de Arapiraca onde funcionam 16 cursos, passou a apresentar sinais de desgaste e de tensão. No caso do Campus do Sertão, os problemas passaram a se acumular: a falta de estrutura na sede provisória, o atraso na conclusão do prédio do Campus, a demora na contratação e no concurso de novos professores, o efetivo de professores na instituição sofria com o acúmulo de carga horária, a biblioteca era dividida com alunos do ensino fundamental e médio e os livros destinados aos universitários eram insuficientes, não havia política de transporte para os estudantes de outras cidades, havia problemas com a política de permanência dos estudantes e os professores não tinham espaço para orientação e pesquisa. Indignados com tal situação, um grupo formado por professores, alunos e técnicos, intitulados “Mobilização Permanente da Comunidade Acadêmica do Campus Sertão” iniciaram um movimento a favor da qualidade do ensino público.<sup>690</sup>

---

<sup>688</sup> SILVA, Ricardo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Delmiro Gouveia, 29/08/2013. (Projeto Vozes do Sertão nas tramas de Mnemósine).

<sup>689</sup> UFAL/Gabinete da Reitoria. **Resposta à pauta de reivindicações da Comissão de Mobilidade Permanente do Campus Sertão.** Maceió. 25/03/2011.

<sup>690</sup> Os professores eram em sua maioria do primeiro e do segundo grupo que veio lecionar no Campus Sertão: Marcos Ricardo de Lima, Felipe de Paula Souza, Marilza Pavezi, Adriana Deodato Costa, Mônica

De início, segundo o professor Ricardo Silva, por iniciativa dos professores do Campus houve uma paralisação das aulas, esses professores estavam apoiados por parte dos alunos e técnicos. Outra parte dos alunos em conjunto com DCE formou outro movimento, chamado “Aula Já”. Esses dois movimentos tinham objetivos diferenciados, enquanto a “Mobilização Permanente da Comunidade Acadêmica do Campus Sertão” queria a paralisação das aulas, o “Movimento Aula Já” desejava a continuidade das mesmas. A paralisação de fato existiu, porém, durou apenas uma semana, os professores estavam em estado probatório. Segundo Silva, “foram muitas ameaças, foram muitos contrapontos nesse sentido, de falas, de vigilâncias, de corte de salários, isso ocorreu, tem caso de dois ou três professores que sofreram esse tipo de retaliação”<sup>691</sup>.

Após esta contenda entre esses os dois movimentos – o do “Mobilização Permanente” e do “Aula Já” –, o período 2011.1 inicia novamente no espaço da escola Watson. Entretanto, no percurso do período 2011.1, um fato novo daria outros tons aos rumos dos acontecimentos, surge uma carta expedida pelo diretor da escola Watson o professor Mizael Pedro Nascimento para o Governo do Estado, no bojo desta carta o assunto principal era sobre a parceria da UFAL com o Estado. Em uma entrevista a Radio local – Delmiro FM – o diretor da Watson expõe para a população que a escola

*Watson já fez todo que poderia ter feito em questão de espaço, partindo da data que a carta reza, que é final do primeiro semestres do ano de 2011 da Universidade Federal de Alagoas, a Escola Watson Clementino de Gusmão e Silva não tem mais espaço para oferecer para a Universidade Federal de Alagoas, o que quer dizer isso gente, que a Watson chegou ao limite dela, se a UFAL vai recebe 600, 80, 200 ou 40 alunos a pergunta é pra onde vão*<sup>692</sup>.

Ao ter conhecimento de tal fato, os estudantes iniciaram seu próprio movimento. Segundo a estudante de história Sergiana Santos, os acadêmicos dos centros de história e geografia com outros estudantes desses cursos iniciaram uma conversa sobre o estado que se encontrava o ensino superior no Campus do Sertão, e logo após, convocaram os demais centros e estudantes em geral para uma assembléia estudantil no dia 16 de março de 2011. No mesmo dia decidido pela paralisação das aulas.<sup>693</sup>

O movimento de estudantes em razão do descontentamento dos estudantes frente à precarização das condições de ensino a qual estavam submetidos. O alunado se reuniu para reivindicar um lugar adequado e definido para estudarem, de preferência o prédio do Campus e pela consolidação da universidade no Sertão. Para Londe, estudante do curso de História e um dos participantes do movimento, “nos não queríamos somente o prédio, nos queríamos que a universidade, como o próprio nome diz, acontecesse, ou seja, a estrutura física é importante, mas ela tem que ser completa”<sup>694</sup>, esses estudantes

---

Regina dos Santos, Ricardo da Silva, Janaíla dos Santos Silva, Sheyla Farias Silva, Aruã Silva de Lima, entre outros..

<sup>691</sup> SILVA, Ricardo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Delmiro Gouveia, 29\08\2013. (Projeto Vozes do Ser-tão nas tramas de Mnemósine).

<sup>692</sup> Mizael Pedro Nascimento. **A possível paralisação da obra do prédio UFAL Campus Sertão.** Programa Microfone Aberto da Radio Delmiro Gouveia FM. Alagoas: Delmiro Gouveia, 12/05/2011.

<sup>693</sup> VITOR, Pablo. **Em busca da universidade.** [vídeo gravado pelos estudantes]. Alagoas: Delmiro Gouveia, março\2012, 30 min.

<sup>694</sup> VITOR, Pablo. **Em busca da universidade.** [vídeo gravado pelos estudantes]. Alagoas: Delmiro Gouveia, março\2012, 30 min.

reivindicavam por novos professores, aulas de qualidade e condições de espaços físicos adequados.

Quando o portão de acesso à escola Watson foi trancado pelos próprios acadêmicos, os professores participantes do movimento “Mobilização Permanente”, voltaram a questionar a maneira como estava funcionando o ensino superior no Sertão. Muitas das pautas dos estudantes que pararam as aulas foram tiradas do movimento “Mobilização Permanente”.

O movimento “Mobilização Permanente” em “Carta aberta à sociedade alagoana” no dia 17 de março de 2011, declarou a decadência que se encontrava naquele momento o ensino superior no Sertão:

*A política de interiorização do ensino superior apresenta uma proposta de formação aligeirada já que os currículos foram rebaixados, há uma sobrecarga de trabalho dos professores, dissociação das esferas de produção do conhecimento (ensino, pesquisa e extensão) e as dificuldades infra-estruturais, como ausência de um prédio próprio. (...) no Campus Sertão (...) faltam: uma biblioteca, condições específicas para pesquisa e há dificuldades de comunicação e transporte. (...) não há políticas de permanência estudantil de qualidade. Não há um restaurante universitário, residência universitária e transporte público.<sup>695</sup>*

Além do movimento “Mobilização Permanente” o movimento “Aula Já”, apoiado pelo DCE, passou a se manifestar. Em 18 de março esse movimento escreve uma carta para a comunidade, no qual afirmava “total discordância à paralisação”<sup>696</sup>. A paralisação dos discentes durou um mês, no percurso desse tempo os estudantes passaram dia e noite acampados em frente ao portão da escola Watson, no vídeo “Em Busca da Universidade”, o discente Rinaldo diz que.

*Participei da paralisação que aconteceu no dia 16 de maio de 2011, que durou um mês, esse um mês eu praticamente ia em casa só comer alguma coisa ou tomar um banho e voltar pra lá, por que ficamos acampados na frente da escola Watson<sup>697</sup>.*

Em 24 de outubro, as aulas do período 2011.1 retornaram, os estudantes conseguiram finalmente ocupar o prédio destinado a ser o Campus Sertão, no entanto as aulas foram realizadas em um canteiro de obra, pois o prédio ainda não estava concluído.

## **Considerações finais**

O caso do Campus do Sertão não é uma exceção, como ele, muitos campus, frutos da política de expansão e reestruturação das universidades, o REUNI, parecem também

---

<sup>695</sup>MOVIMENTO DE MOBILIZAÇÃO PERMANENTE. **Carta aberta à sociedade alagoana**. 17 de março de 2011.

<sup>696</sup>DCE\CAMPUS DO SERTÃO\UFAL. **Volta às aulas já**: carta do DCE do Campus do Sertão para a comunidade. 18/03/2011.

<sup>697</sup>VITOR, Pablo. **Em busca da universidade**. [vídeo gravado pelos estudantes]. Alagoas: Delmiro Gouveia, março\2012, 30 min.

ter passado por problemas e resistências em seus processos de implantação. Esta comunicação, entretanto, é apenas um esboço de uma pesquisa que se inicia. Por diversos motivos este trabalho não poderá neste momento precisa uma resposta, a tais questionamentos, porém analisa sobre o caso partícula do Campus Sertão é uma forma de conhecer um pouco da realidade das expansões educacionais do ensino superior do Brasil e com isso passar a ser mais crítico as organizações e metas sancionados nos programas educacionais do nosso país.

### **Fontes e Referências Bibliográficas:**

Brasil. Serviço Público Federal Ministério da Educação. **Plano de Reestruturação e Expansão Universidade Federal de Alagoas 2008-2012**. Maceió – Alagoas, 2007.

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985**. Salvador: PPGH, 2012.

CUNHA, Luíz Antônio . “O Ensino Superior no octênio FHC”. In: **Educação e Sociedade**. v. 24, n. 82, Campinas, abr, 2003.

CUNHA, Luíz Antônio. **A Universidade Temporã** - o ensino superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

DCE\CAMPUS DO SERTÃO\UFAL. **Volta às aulas já**: carta do DCE do Campus do Sertão para a comunidade. 18/03/2011.

DOREA, Ana Dayse Resende. **UFAL em Delmiro**: Ana Dayse diz que interiorização é projeto para desenvolvimento de Alagoas. Portal **Cada Minuto**, 15/03/201. Disponível: <<http://cadaminuto.com.br/noticia/2010/03/15/ufal-em-delmiro-ana-dayse-diz-que-interiorizacao-e-projeto-para-desenvolvimento-de-alagoas>>. Acessado em 30/09/2013.

MEIHY, José Carlos Sede; Suzana I. Salgado Ribeiro. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, família. São Paulo: Contexto, 2011.

MOVIMENTO DE MOBILIZAÇÃO PERMANENTE. **Carta aberta à sociedade alagoana**. 17 de março de 2011.

MOVIMENTO DE MOBILIZAÇÃO PERMANENTE. **Pauta de reivindicações**: Campus do Sertão\FAL. Alagoas: Delmiro Gouveia, 17/03/2011.

NASCIMENTO, Mizaél Pedro **A possível paralisação da obra do prédio UFAL Campus Sertão**. Programa Microfone Aberto da Radio Delmiro Gouveia FM. Alagoas: Delmiro Gouveia, 12/05/2011.

OLIVEIRA, Renilda Correia de. “educação Superior, concepções e Funções Social da Universidade”. In. **Pesquisa em Educação**: Desenvolvimento, Ética e responsabilidade social. Maceió, 2010.

PAULA, Felipe de. **Com estrutura precária, aulas da UFAL são suspensas no Sertão**: Professores da UFAL reivindicam implantação do Campus, transporte, biblioteca e contratação de professores. GAZETAWEB. Entrevista concedida a Wanessa Oliveira, realizada no dia 22/03/2011.

SILVA, Ricardo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Delmiro Gouveia, 29/08/2013. (Projeto Vozes do Sertão nas tramas de Mnemósine).

SILVA, Ricardo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Delmiro Gouveia, 29/08/2013. (Projeto Vozes do Ser-tão nas tramas de Mnemósine).

UFAL. **Histórico**. Campus do Sertão: Delmiro Gouveia. Disponível em: <[http://www.ufal.edu.br/sertao/institucional/copy\\_of\\_equipe](http://www.ufal.edu.br/sertao/institucional/copy_of_equipe)>. Acessado em 10/10/2013.

UFAL. **Plano de consolidação, reestruturação e expansão Universidade Federal de Alagoas 2008-2012**. ALAGOAS, 2007.

UFAL. **Programa de Expansão e Reestruturação da Universidade Federal de Alagoas**. Segunda etapa de interiorização. Maceió, 2009.

UFAL. **Resolução N° 76/2007/CONSUNI/UFAL**, de 17 de dezembro de 2007.

UFAL\Gabinete da Reitoria. **Resposta à pauta de reivindicações da Comissão de Mobilidade Permanente do Campus Sertão**. Maceió. 25/03/2011.

VITOR, Pablo. **Em busca da universidade**. [vídeo gravado pelos estudantes]. Alagoas: Delmiro Gouveia, março\2012, 30 min.

## ESTUDO SOBRE O MEMORIAL HISTÓRICO ACIOLI SOBRAL EM JAPARATUBA/SE

*Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso*

Essa intermediação institucionalizada foi definida por Russio e posteriormente discutida por outros museólogos como o *fato museal*. Este entendido como a relação entre o homem e o objeto em um cenário delinea a experiência ou experimentações pretendidas pelas instituições museais. Sua finalidade é proporcionar o prazer de conhecer. Assim, seja histórico, antropológico, científico ou qual definição seja dada, o objetivo sempre é o mesmo, o conhecimento.

Nessa direção, entende-se que independente da tipologia que classifica o museu, ou o realoca a um lugar específico, a instituição enquanto espaço que promove a comunicação é um espaço social e cultural por excelência e, por isso, deve ser compreendida a multiplicidade dos usos e da sua função educacional e inclusiva. Assim, é dentro dessa perspectiva que esse texto tem como objetivo construir um diagnóstico do Memorial Histórico Acioli Sobral apontando suas potencialidades enquanto instituição que preserva e comunica a memória e o patrimônio cultural da cidade de Japaratuba/SE.

### **A cidade: trajetória histórica**

Localizada na região do Continguiaba, a cidade de Japaratuba faz parte do rol das primeiras povoações existentes em terras sergipanas. O século XVII em Sergipe é marcado pelo processo de expansão do povoamento. Até o final do século XVIII, a Capitania de Sergipe contava com uma cidade - São Cristóvão - que era a capital; com seis vilas: Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas, Vila Nova do São Francisco e Tomar do Geru. Além das quatro povoações: Laranjeiras, Pacatuba, São Pedro (Porto da Folha) e Japaratuba (SANTOS e OLIVA,1998:46).

Japaratuba foi promovida a Distrito Administrativo pela Resolução Régia de janeiro de 1811, e só foi elevada a categoria de Vila em 1859. Atualmente a cidade tem uma população de 16.864 habitantes (IBGE,2010). Revela Góes (2002) que Inácio Joaquim Barbosa, o então presidente de Província, em 1854, transformou o distrito em Freguesia Nossa Senhora da Saúde de Japaratuba. Mas Japaratuba nasceu como missão. Acompanhando o movimento de expansão colonial as atividades missionárias também cresciam. As missões de aldeamento era um mecanismo de cristianização importante para o processo de expansão. Diz Santos:

*Foi a presença dos missionários na Colina do Lavradio, com seu trabalho de catequese, que deu o agrupamentos o nome de Missão, que num desafio ao tempo permanece ate hoje (...) logo depois da expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil, o antigo convento transformou se num cemitério público (SANTOS,1990:33).*

Na Missão de Japaratuba a catequese também foi um evento presente e útil não só aos desígnios da Igreja Católica, bem como aos próprios índios, porque existia uma legislação que proibia que os índios já catequizados ou “índios de consciência” fossem escravizados. Apesar de que nem sempre os colonos respeitavam as leis, mas a presença

dos missionários “criava embaraços para que os índios fossem retirados das aldeias e levados como cativos para as povoações dos brancos” (DANTAS,1991:35).

Segundo Góes (2002) foi somente no ano de 1704 que os Carmelitas Calçados chegaram liderados pelo frei João Batista da Santíssima Trindade. Eles se instalaram nas Canavieirinhas onde existia a tribo Boimé e, por causa da varíola que assolava a região, os sobreviventes se mudaram para um local chamado Alto do Borgado ou Lavradio, um dos lugares mais altos da região e que hoje se localiza logo atrás da Igreja Matriz Nossa Senhora da Saúde de Japaratuba (GOES,2002:115).

Ao estudar os índios em Sergipe, Mott(1986) identificou que estes estavam distribuídos em quatro grupos pertencentes a cinco regiões(aldeias) distintas que seriam: Água Azeda, Geru, Missão de Pacatuba, Porto da Folha(Missão de São Pedro) e a Missão de Japaratuba. Nesta última, o autor identificou o grupo Boimé, mas além deste existiam o Kiriri, o Caxago e Uruna. A autora Beatriz Dantas(1991) completa essa lista afirmando que também ocuparam o território sergipano os Tupinambá, Aramuru e os Karapotó. Considerando as informações levantadas por Luiz Mott(1986) sobre os índios de Sergipe Del Rey, percebe-se a importância destes na composição populacional e na formação social e cultural do povo de Japaratuba.

Conforme o texto de Cristian Góes “Japaratuba: terra da saúde”, divulgado no Caderno *Cinform Municípios: história dos municípios* publicado, em 2002, revela que após a chegada de Cristóvão de Barros aconteceram muitas guerras contra os índios. Conta-se que ao saber das conquistas de Cristóvão o cacique Morubixaba Japaratuba declarou sua rendição antes mesmo que se iniciasse uma guerra nessa região. No entanto, essa decisão não foi aceita por todas as tribos, e juntamente com o cacique Pindayba os índios resistentes foram mortos na Ilha de São Pedro de Porto da Folha.

Dentro dessa discussão Pedrinho Santos(1990) informa que a invasão do território sergipano só chegou ao fim em 1590 com a rendição dos irmãos caciques Japaratuba e Pacatuba e com a morte dos caciques Serigi, Surubi, Aperipê e Siriri. Assegura Góes (2002) que nesses primeiros anos após a conquista “foram doadas grandes quantidades de terras no regime de sesmarias. No dia 15 de julho de 1623, as terras que ficaram entre o rio Sergipe e o Japaratuba foram repassadas para Bernardo Corrêa Leitão, Francisco de Souza e Antonio Fernandes Guindastre” (GÓES, 2002:115).

Nas terras de Japaratuba cultivou-se a cana-de-açúcar, mas não só isso, existia a pecuária, a cultura familiar e a pesca. O açúcar garantiu a Japaratuba muitos baronatos a exemplo do Barão de Japaratuba, dono do engenho Topo, que teve seu título outorgado por Dom Pedro II.(GOES,2002). Isto porque em Sergipe a maior concentração de engenhos foi nos vales dos rios, principalmente daqueles que compõem as bacias Japaratuba, Sergipe e Vaza-barris. (OLIVA e SANTOS,1998:49). E Japaratuba, em 1900, tinha um total de 28 engenhos em funcionamento.

Nesse sentido, Almeida (1991) reflete que a autonomia política sergipana conquistada em 1822 estava relacionada ao crescimento econômico derivado do açúcar, fumo e algodão. Afirma que nos anos de 1807, Sergipe contava com “uma centena e meia de engenhos” e em 1823, “passa a possuir 347 engenhos...” (ALMEIDA,1991:79).

Ao discutir sobre a arquitetura sergipana do açúcar, autora Kátia Loureiro(1999), elencou diversos engenhos que prosperaram durante o ciclo do açúcar, dentre eles identificou o Engenho Cruzes em Japaratuba. Afirma a autora que a arquitetura dos engenhos em Sergipe data dos primeiros anos do século XVII e foi influenciada pela presença religiosa e continuou até meados do século XVIII. Essa influencia pode ser identificada nos engenhos Colégio, São Félix, Penha, Belém e Jesus Maria José. Ressalta ainda que a partir do século XIX a arquitetura das casas-grande assemelhava-se à mineira.

A realidade cultural que marca essa localidade perpassa o tempo e demonstra a riqueza cultural que a oralidade e as práticas sociais perduraram. Zózimo Lima, no livro *Variações em fá sustentido*, transcreve um texto seu publicado em janeiro de 1938, no Correio de Aracaju, sobre a festa de Reis de Japarutuba. Nesse texto, o autor capelense descreve sua impressão da festa:

*Em Japarutuba, à noite, do dia santo de Reis, eu tornei aos dias de minha mocidade. Voltei a ver as tradicionais cabacinhas, que servem para ensopar o peito arfante, farto e rijo das morenas, e ouvir, à meia noite, em plena praça o xistoso pregão do vaqueiro do reisado. Assisti, espetáculo inédito, na Igreja da Matriz, pelo sacerdote, após a missa, a coroação do rei e da rainha dos cacumbis. E não pude conter minha admiração em vendo o ritmo das vira-voltas e passadas das Taieiras acompanhadas pela cadencia monótona dos ritornelos. Não há em Sergipe, chegada ou marujada que se compare a que eu assisti na terra que tem a padroeira milagrosa Nossa Senhora da Saúde.(...) ainda se podem ser vistos hoje esses festejos e espetáculos tradicionais na velha Missão de Japarutuba. (ZOZIMO, 2003:52)*

Conforme afirmou Alencar(1998) no folclore é possível perceber a união os cantos, das danças, das tradições, da linguagem e histórias e, principalmente, da lúdica. Além disso, alega que as cidades de Japarutuba e Laranjeiras “são verdadeiros celeiros do folclore e se destacam pela permanência dos seus folguedos” (ALENCAR,1998:42).

Algumas expressões ainda podem ser vistas em Japarutuba como as Taieiras que nessa região assume um caráter mais profano, mas ainda mantém certa identidade com o ritmo e canos africanos nas suas manifestações. Além das Taieiras, identifica-se ainda hoje também o Cacumbi. Conforme Alencar(1998) os Reis do Cacumbi são coroados em missa solene na festa de Reis e “a chegada dos reis à Igreja obedece ao perfeito estilo do séquito real africano.” (ALENCAR,1998:76). Além desses, pode-se citar o Maracatu, fundado por Maria de Souza Campos; o Reisado de Dona Bernadete no povoado de Sapucaia e a Chegança.

## **A cidade e o memorial**

O Memorial Histórico Otávio Aciolli Sobral (MHAS) é uma referência para a cidade de Japarutuba. A Casa tem uma localização estratégica. Ela está alocada nas imediações da praça principal da cidade, a praça da Matriz.

A cidade de Japarutuba, como a maioria dos municípios sergipanos, está ligada a lógica que relaciona a funcionalidade administrativa à religiosa e à cultural. As principais representações políticas, religiosas e culturais convergem suas ações para o centro da cidade, principalmente para a Praça da Matriz, dando a esse lugar uma representação simbólica significativa. Esse é um aspecto positivo no sentido de pensarmos a visibilidade e a acessibilidade do Museu. Corroborando com essa idéia Carsalade(2010) assevera que os centros históricos “conferem identidade própria a cada cidade e, também por isso, são fortes elementos de identificação da população com sua própria cidade” (CARSALEDE,2010:83).

Além de ser um representante simbólico da história da cidade, a localização privilegiada do Museu proporciona o desenvolvimento das atividades turísticas. Assim, quando Murta e Albano(2005) analisa a relação do homem e os bens culturais e a experiência de visita, reflete sobre as formas de conhecimento que o turista/visitante



com o lugar desconhecido. O novo, a curiosidade e o deslumbramento são aspectos importantes que caracterizam essa experiência de visita. Afirmam que “o olhar do visitante procura encontrar a singularidade do lugar, seus símbolos e significados marcantes. Os ambientes, sobretudo as cidades, devem ser vistos como um enigma a ser desvelado pela exploração” (MURTA e ALBANO,2005:09).



Fig.01. Imagem aérea da praça da Matriz de Japaratuba. Japaratuba. 2013. Autoria de Cristina Barroso. Fonte: acervo do Memorial Histórico Aciolli Sobral.

O prédio que comporta o museu é uma antiga residência que pertenceu ao padre Caio Tavares que deixou a casa para os filhos. Estes a venderam para o prefeito Helio Sobral que fez a cessão para o funcionamento do Memorial como forma de promover o incentivo a democratização da cultura e consolidação da identidade do povo da região.

A riqueza da arquitetura do século XIX presente na estrutura do edifício sugere o poderio econômico da família que a construiu. Hoje, o prédio considerado histórico compõe o conjunto de casas situadas em volta da praça e é das poucas que ainda preserva traços originais e, assim, resguarda tanto em sua fachada como no seu interior a representação da memória local.



Fig.02. Fachada do Memorial Histórico Aciolli Sobral. Japaratuba. 2013. Autoria de Cristina Barroso. Fonte: acervo do MHAS.

A Casa onde hoje funciona o Memorial, além do significado histórico, é acolhedora e atraente. Trata-se de uma casa de esquina, com o pé direito mais alto que a via urbana. Não tem jardim, mas apresenta uma sacada através da qual só se tem acesso através de uma escada com cinco degraus. Ainda na sacada encontramos o piso original em ladrilho trabalhado em formas geométricas, típico da época.

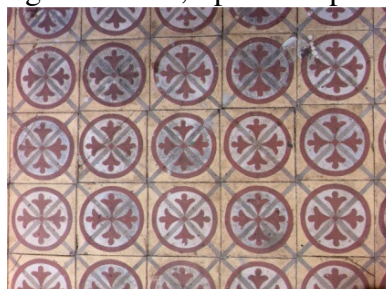


Fig. 03. Ladrilho da sacada do MHAS. Japaratuba. 2013. Autoria de Cristina Barroso.

Fonte: Acervo do MHAS.

É um edifício que comporta uma entrada simples e logo se consegue observar a composição estrutural interna da casa. As paredes são revestidas com painéis de madeira e afrescos pintados na parte superior da parede.



Fig. 04. Afrescos nas paredes. Japarutuba. 2013. Autoria Cristina Barroso.  
Fonte: acervo do MHAS.

Seria importante um estudo com a equipe do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para se identificar a originalidade dessa pintura e as possíveis intervenções que os afrescos podem ter sofrido ao longo do tempo.

A casa está dividida em 8 (oito) cômodos, uma sacada, um banheiro e uma copa. Todos os espaços estão ocupados com exposições permanentes e com todo o acervo exposto. A primeira sala à direita de quem entra, corresponde a parte administrativa do museu, a segunda sala comporta objetos sacros que pertenceram ao Pe. Caio Tavares, a terceira sala apresenta mobiliário e objetos da antiga casa, a quarta sala estão dispostos uma série de coleções diversas dispostas em mobiliários antigos e em estantes de ferro. A quinta sala está reservada para a cultura da região e para expor as obras e parte da história do artista Arthur Bispo do Rosário. Logo após encontra-se a copa e o banheiro. A descrição desses espaços pode ser melhor visualizada a partir da planta baixa desenhada pelo arquiteto da prefeitura de Japarutuba.

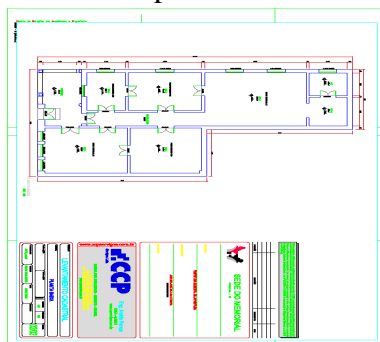


Fig. 05. Planta baixa do Memorial. Japarutuba. 2013. Fonte: acervo do MHAS.

### **A instituição e seu acervo: um diagnóstico**

Japarutuba ou a Missão, como é comumente conhecida, possui um único museu que salvaguarda uma série de objetos que não acompanham documentação necessária para saber se foram doados, comprados, trocados, se estão sob guarda temporária, se existem objetos emprestados, ou mesmo se algum deles chegaram na instituição por meio de coleta. Além destas, precisa-se de informações básicas sobre a data de

aquisição e a procedência. Sem essas informações o trabalho inicial de documentação e pesquisa torna-se mais complexo e, ao mesmo tempo, desafiante.

Acredita-se que a principal razão para isso foi a falta de conhecimento técnico dos dirigentes da instituição sobre a forma de trato com a documentação museológica. Acredita-se ainda que a falta de uma documentação organizada facilita inclusive o roubo de peças raras e importantes que faz parte do acervo deste Memorial.

Nele é possível encontrar objetos que pertenceram aos primeiros vigários da região, objetos referentes ao período áureo do açúcar, das casas-grandes, objetos que pertenceram a Arthur Bispo do Rosário e sobre o folclore da região. Bens culturais que devem ser estudados, inventariados, catalogados e disponíveis ao público por meio de exposições itinerantes, temporárias e de projeto de pesquisas desenvolvidos pela própria comunidade e especialistas. Seguindo a idéia de Murta e Albano(2005), onde diz que uma comunidade “que não conhece a si mesma dificilmente poderá comunicar a importância de seu patrimônio” (MURTA e ALBANO,2005: 11).

Conforme as orientações de Maria Inês Candido, no Caderno de Diretrizes Museológicas, a documentação museológica deve ser pensada como um mecanismo de preservação dos bens patrimoniais salvaguardados pelos museus. Nessa direção, ressalta que “é papel dos museus criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos / documentos são suportes, estabelecendo a intermediação institucionalizada entre o indivíduo e o acervo preservado” (CANDIDO,2006:32-33).

A higienização, digitalização e gerenciamento das informações serão realizados por uma equipe composta de funcionários e estagiários remunerados e voluntários que deverão receber cursos de capacitação e supervisão. A proposta que segue neste diagnóstico é a elaboração de uma base de dados digital para armazenamento das informações coletadas por esta equipe e, principalmente, do material digitalizado. Assim, compreende-se a urgência da criação dessa base tecnológica para a acomodação acervo já tratado e, posteriormente, disponibilizar aos pesquisadores e demais instituições culturais interessadas neste acervo.

Seguindo ainda as orientações do CONARQ(2010), o armazenamento dos representantes digitais do arquivo do MHAS, por se tratar de um acervo de média proporção e, conseqüentemente, de um volume maior em *bytes* devem ser utilizadas memórias secundárias. Recomenda-se então a utilização de um Servidor e discos compatíveis com o padrão RAID para backup de dados automático. A utilização de discos rígidos HD(*hard disks*) internos em configuração RAID proporciona maior segurança ao processo. Além disso, para facilitar o procedimento de segurança do acervo podem ser utilizados discos rígidos externos se a instituição os possuir.

Ao tempo em que for finalizado o banco de dados, as informações podem ser disponibilizadas na página do Memorial necessitando, assim, a aquisição de um sistema *Firewall* para a segurança do mesmo. Apesar da NOBRADE(2006) defender a “padronização de procedimentos em sistema de arquivos”, ela não interfere no “formato final dos instrumentos de pesquisa” geridos pelos arquivos. Esta norma:

*Tem por objetivo estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Cabe a cada entidade custodiadora e a seus profissionais a decisão acerca dos recursos utilizados para a descrição, bem como o formato final de seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas imprescindível a presença dos elementos de descrição obrigatórios (NOBRADE,2006:11).*

Após a organização e digitalização do acervo documental do arquivo corrente e permanente do MHAS, recomenda-se a digitalização do acervo museológico da instituição, inventariando e tombando os objetos. Estes podem a partir de então ser classificados em módulos de acordo com o projeto expográfico, bem como realocados para a reserva técnica. O próximo passo seria pensar nas formas de pesquisa sobre as coleções que compõem este acervo de modo a assessorar a produção dos textos e instrumentos informativos que possam ser utilizados durante as visitas às exposições permanentes, temporárias, itinerantes e nas ações culturais e educativas. Isto porque o objetivo dos museus é promover a comunicação das informações coletadas durante as pesquisas.

Meneses(1992) lembra que o museu enquanto lugar que coleta, preserva, expõe e estuda seus acervos provoca diversas formas de fruição do patrimônio que salvaguarda, seja através da contemplação, do sonho, do exercício da observação estética, da afetividade e do lúdico. Entretanto todas essas ações convergem para um mesmo aspecto, o exercício do conhecimento. Afirma ainda que no museu os objetos ao serem musealizados transformam-se em documentos, ou seja, a partir de então, são reconhecido como parte integrante do patrimônio. Isto é, adotam a função de prover o público de informações “ainda que, para isso, tenham que perder a serventia para a qual foram concebidos ou que definiu sua trajetória”(MENESES,1992:4).

Isto porque ao se tornarem parte do acervo da instituição os objetos ganham uma ressignificação, tornam-se bens patrimoniais e perdem a função que exerceu no passado. Assim, os objetos-documentos servem de testemunho. Ou seja, falam de uma determinada época, respondendo sobre a quem pertenceu, em que momento histórico, onde e com que finalidade foi criado. Segundo Maria Ines Candido “Partindo-se do pressuposto de que objetos / documentos são suportes de informação, o grande desafio de um museu é preservar o objeto e a possibilidade de informação que ele contém e que o qualifica como documento”(CANDIDO,2006:32). E o museu, através das suas exposições extrovertem essas informações ao público consumidor.

Ao discutir sobre quem seriam os produtores e consumidores de informação, Johanna Smit(1986) através do texto “O que é Documentação”, apresenta um dado importante para se compreender a distinção entre informação e o conhecimento transmissível. Afirma que “nem toda transferência de informação corresponde a uma transferência de conhecimento”(SMIT,1986:26).

Nesse sentido, a autora elucida que para realmente acontecer o exercício do conhecimento é necessário que a informação seja transferida de modo que o provável consumidor possa utilizá-la. Assim, nem toda informação presente no espaço expográfico se traduz em conhecimento. Ou seja, a informação que não está acessível é uma informação desnecessária, diz Smit “informação transferida desvinculada de outras informações ou sem explicação dos critérios de sua seleção e organização é informação pela metade, é informação inútil”(SMIT,1986:30).

Isto porque o museu é o lugar onde a interação público-objeto-conhecimento deve acontecer sem ruídos. Nesse sentido a construção da expografia deve ser concebida de forma clara e didática e pensando na experiência que o visitante pode recriar durante a visita. Avisa Cury que “conceber e montar uma exposição significa construir e oferecer uma experiência para o público”(CURY,2005:43). Isto porque a finalidade do museu não é apenas servir como um local para que sejam desenvolvidos estudos especializados, mas que seja um lugar que estimule a aprendizagem acessível a todos (VALLADARES, 2010).

Com uma organização espacial dos objetos e expositores precários, o Memorial Histórico Aciolli Sobral deve pensar na construção de uma reserva técnica e trabalhar com a ideia da produção de exposições temporárias. O amontoado dos objetos e as estantes que dão suporte a esses objetos dificultam e até corroboram para a degradação dos bens patrimoniais.

A exposição não forma um conjunto atraente e harmonioso, pelo contrario o excesso de objetos de diferentes épocas e temáticas corrobora para o empobrecimento da exposição prejudicando não só a expografia, mas principalmente a possibilidade do exercício de comunicação das informações ali presentes. A riqueza do museu não está ligada apenas na raridade dos objetos que guarda, mas na harmonia e no prazer que proporciona ao visitante.



Fig. 06. Acervo em exposição. Japaratuba. 2013. Autoria de Cristina Barroso.  
Fonte: Acervo do MHAS

Valladares(2010) aconselha que os ambientes não cansem os visitantes com excessos de informação ou mesmo de objetos em exposição. Uma visita monótona ou cansativa afasta a possibilidade do visitante voltar a instituição, além de dificultar a apropriação das informações dispostas. Os objetos devem então ser selecionados, devidamente alocados em suas coleções e dispostos de forma que sejam realmente percebidos pelos visitantes. Uma arrumação atraente e criteriosa, diz Valladares ao citar Stein, deve “atender satisfatoriamente os propósitos científicos de organização e conservação, sem esquecer a parte humana de prazer e ensinamento”(STEIN apud VALLADARES, 2010:115).

Diz o autor que a arrumação criteriosa consiste pensar na segurança do objeto, na conservação, iluminação adequada, numa cenografia que realce a peça, na seleção das coleções, na produção de bons textos e material informativo, na produção do discurso envolvente e criativo de forma que o público possa se reconhecer e degustar das informações apresentadas. Esse é outro fator passível de ajustes nas exposições do MHAS, as legendas e os textos estão inadequados a expografia.

### **Considerações finais**

Nessa direção, a equipe designada a dirigir o Memorial Histórico Aciolli Sobral deve pensar em formas avaliar tanto a estrutura, a proposta expográfica, as ações culturais e educativas. Mas para realizar as avaliações, é necessário demonstrar o valor da instituição e dos programas públicos que ela comporta. Devem, então, pensar em avaliar a eficiência das exposições e buscar sempre compreender como as pessoas se utilizam do espaço do museu e dos seus objetos. Greenhill (1998) aponta o caso dos museus da Grã-bretanha como um excelente exemplo de como ocorre o processo de

crescimento de grupos que trabalham dentro dos museus e que aprenderam a aplicar a avaliação.

Como todo processo avaliativo é documentado, fica fácil de observar a evolução, os erros e acertos desse museu. Essas avaliações respondem a necessidade do MHAS em saber como está o seu serviço ao público. Perceber quais melhorias pode implantar e como gerenciar melhor suas exposições de modo que os visitantes fiquem satisfeitos e para que ocorra a comunicação museal (GREENHILL, 1998:80). Dessa forma para que o MHAS seja atrativo, deve atentar-se para as necessidades da comunidade. A investigação sobre os visitantes constitui um meio essencial de obter informação para dirigir o museu. Cabe ao museu conhecer quem é o seu público, suas necessidades e o que pensam para que possam realmente cumprir sua função social demonstrando a riqueza do patrimônio cultural e a responsabilidade desta instituição em transmitir e preservar parte da história de Japarutuba e, conseqüentemente, da história de Sergipe.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- ALENCAR, Aglaé D'Ávila Fontes. **Danças e folguedos**: iniciação ao folclore sergipano. Aracaju: Secretaria do Estado da Educação do Desporto e Lazer, 1998.
- ALMEIDA, Maria da Glória Santana. Atividades produtivas. In: **Textos para a História de Sergipe**. Diana M. Diniz (coord). Aracaju: UFS/Banese, 1991.
- CANDIDO, Maria Inês. Documentação Museológica. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas 1**. Brasília: MINC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura/Superintendencia de Museus, 2006.
- CURY, **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.
- DANTAS, Beatriz Gois. Os índios em Sergipe. In: **Textos para a História de Sergipe**. Diana M. Diniz (coord.). Aracaju: UFS/Banese, 1991.
- DODEBEI, Vera Lucia Doyle. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Britts e MORAES, Nilso Alves de (orgs). **Memória, Identidade e Representação**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.
- GOES, Cristian. Japarutuba: terra da saúde. In: *Caderno Cinform Municípios*: história dos municípios publicado. Aracaju: Cinform, 2002.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean. "Quién acude a los museus." In: **Los Museus y sus visitantes**. Espanha: Trea, 1998.
- IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 05 de março de 2013.
- LIMA, Zózimo. **Variações em fá sustenido**: crônicas sergipanas. 2 ed. Amp. e Rev. Aracaju: Triunfo, 2003.
- LOUREIRO, Katia Afonso Silva. **Arquitetura sergipana do açúcar**. Aracaju: UNIT, 1999.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Para que serve um museu histórico? In: **Como explorar um museu histórico**: mobiliário, pintura, veículos, armas. São Paulo: USP/Museu Paulista, 1992.
- MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey**: população economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.
- MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina. Interpretação, Preservação e Turismo: uma introdução. In: **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Stela Maris Murta e Celina Albano (orgs.). Belo Horizonte: Ed UFMG; Território Brasilis, 2002.

NOBRAD.Disponível em:  
<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2013.

SANTOS, Lenalda Andrade e OLIVA, Teresinha Alves de. **Para conhecer a história de Sergipe**. Aracaju: Opção gráfica, 1998.

SANTOS, Pedrinho dos. **A proclamação da República na missão de Japaratuba**. Aracaju: Info Graphics e editora, 1990.

SMIT, Johanna. **O que é documentação**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.(Coleção Primeiros Passos.174).

VALLADARES, José Antonio do Prado. **Museus para o povo: um estudo sobre os museus americanos**. 2ed. Bahia: EPP, 2010.

## O HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS COMO CENÁRIO DA PASSAGEM DE LAMPIÃO EM LARANJEIRAS (SE)

*Danielle de Oliveira Cavalcante*

Em fins do século XVII e ao longo do século XVIII, ocorreram mudanças com a expansão colonizadora que segundo Frederico de Mello,

*Empurrou o homem, projetando-o no universo cinzento da caatinga, fez surgir um novo tipo de cultura, cujos traços mais salientes podem ser resumidos na predominância do individual sobre o coletivo – no plano do trabalho – e nos sentimentos de independência, autonomia, livre-arbítrio e improvisação, como características principais do homem condicionado pelo cenário agressivo e vastíssimo que é o sertão (MELLO, 2004, p.42).*

Com um olhar voltado para o Sertão, onde dois anos de seca mostravam-se suficientes para destruir o trabalho de dez anos. O sedentarismo é deixado para trás, nascendo a pecuária, a agricultura se limitava as necessidades de sobrevivência, criando assim o nomadismo, individualismo e o magro patrimônio do sertanejo, homem do ciclo do gado. (MELLO, 2004, p.43).

Dentro de um padrão de isolamento a que esteve destinado o sertanejo, desde o processo de colonização por mar, privilegiou o litoral, lugar com melhores atrativos econômicos, sertão “uma área pobre em minerais valiosos, em vegetação e em animais nativos; área de sol causticamente, de altas temperaturas, da falta quase completa de água” foi conservada e mantida viva certas formas de vida social primitivas chegadas ao Brasil e aqui misturadas com um padrão já existente nativo. Este efeito de isolamento produziria a sociedade sertaneja (MELLO, 2004, p.47).

O desbravamento do sertão selecionaria um tipo de homem, mais rude, autônomo, individualista, ignorante e vingativo. (MELLO, 2004, p.49)

*A violência empregada na satisfação de um ideal de vingança, em que o gesto de desafronta é visto como um direito e até mesmo um dever do afrontado, de sua família e de amigos mais chegados (MELLO, 2004, p.63).*

A tolerância para com a violência no universo cultural do ciclo de gado nordestino deve ser encarada como algo voltado ao próprio ciclo, portanto, destacando nesse universo a figura do valentão, “daquele homem que enganchava a granadeira e, viajando léguas e mais léguas, ia desafrontar um amigo, parente ou mesmo um estranho que tivesse sofrido algum constrangimento ou humilhação” (MELLO, 2004, p. 65).

Não havendo dúvidas quanto a que o cangaço tenha-se afirmado através das energias acumuladas de desempregados e de ociosos não eram majoritariamente ex-capangas, ex-cabras ou ex-jagunços. As forças que deram vida ao cangaço são as mesmas que inflaram estes outros tipos de criminalidade regional, conferindo-lhes



existências irmãs e, sob tantos aspectos, complementares e interdependentes, ao abrigo de uma mesma moldura de tempo e de espaço (MELLO, 2004, p.70).

*O emprego do capanga, do cabra e do jagunço fez-se largamente no Nordeste ao longo de todo o ciclo do gado, nas questões de terra, nas lutas de família e, de modo particular, nas disputas políticas (MELLO, 2004, p.75).*

Também irá existir nesse cenário do sertão outro personagem, o pistoleiro, que agirá normalmente sozinho, mata para obter um ganho, difere do cabra e do capanga, pois o mesmo não se relaciona diretamente com o mandante do crime, recebendo instruções e prestando contas a um intermédio, o chamado empreiteiro. (MELLO, 2004, p.77)

O homem do cangaço disputa a preferência com o próprio vaqueiro o representar de modo mais completo o conjunto dos atributos e qualidades que caracterizam o homem do ciclo do gado.

*Ao contrário do que teimam em afirmar certos intérpretes, não é possível surpreender uma relação de antagonismo necessária entre cangaceiro e coronel. Ambos se fortaleciam com a celebração de alianças de apoio mútuo, surgidas de forma espontânea por não representarem requisito de sobrevivência nem para uma nem para outra das partes, e, sim, condição de maior poder. (MELLO, 2004, p.87)*

Através dessa alianças, vantajosa para ambas as partes, o bando em diversas vezes colocava-se a serviço do fazendeiro ou chefe político, lembrando que este vínculo não produzia subordinação de nenhuma das duas partes, visto que a característica do cangaceiro que irá diferenciar dos demais personagens nordestinos é a ausência patrão. Mesmo através de alianças com fazendeiros.

Tem como características principais do cangaço: o caráter grupal, sua ambiência rural e seu traço marcante na ausência da subordinação a patrões ou chefes situados fora do bando. Sua organização é dada por Frederico Mello em três formas básicas: o cangaço-meio de vida; o cangaço de vingança e o cangaço-refúgio (MELLO, 2004, p. 89).

No século XIX, o Nordeste brasileiro viverá o mesmo panorama de insegurança do século anterior,

*é evidente que com o deslocamento do foco central do banditismo para o sertão, onde aliás ele viria a receber o batismo de cangaço ou cangaceirismo, não desapareceria o banditismo litorâneo. O que se quer dizer é que, a partir da primeira metade do século XIX, as evidências históricas demonstram que esta forma de criminalidade passa a se desenvolver no sertão em ritmo idêntico ao da sua decadência no litoral (MELLO, 2004, p. 95).*

Com essa epidemia de violência e banditismo no Nordeste do Brasil, o governo irá empenhar-se em combater essas causas e acredita que cessando os efeitos daquele flagelo e mediante a enérgica repressão ao crime, seja mantida a segurança individual e respeitada a propriedade, o que dificultará os planos devido a colaboração por parte do sertanejo ao bandido, a que será chamada de “sociedade coiteira” (MELLO, 2004, p.102).

*O que é doloroso em dizer é que essas populações criam toda espécie de obstáculos à ação da polícia, negando esclarecimentos aos comandantes das forças e facilitando a fuga dos bandidos (MELLO, 2004, p.105).*

*Essa “atmosfera de apoio” é um dos frutos mais característicos de uma cultura da violência, fruto e ao mesmo tempo exteriorização sensível e apreensível desta. No Nordeste pecuário brasileiro, ontem como hoje, esse indicador facilmente fornece ao analista a certeza de que ali se formou e ainda teima em existir – embora amortecida, é natural – uma cultura da violência de honra, hoje profundamente anacrônica mas que ainda tem força para lançar ferozmente famílias contra famílias em mais um ponto dos sertões pernambucanos e nordestinos, em disputas duradouras, acirradas e cruentas, e isto em pleno final do século XX, início do XXI (MELLO, 2004, p.105).*

Percebe-se em diversas narrativas sobre o cangaceirismo, tanto ontem como hoje, um sentido de dar ênfase ao que havia de trágico ou romântico e, assim, mais literalmente explorável naquele tipo de vida. “Fazer-se cangaceiro significaria, nessa visão, responder a uma afronta sofrida, passando o ofendido a desenvolver toda a sua ação guerreira na busca de uma vingança capaz de reintegrar-lhe o rígido quadro de honra.” (MELLO, 2004, p.115) O cangaceirismo seria uma forma de vingança, onde o cangaceiro agiria de forma a que viesse a integrar um grupo já existente ou, em um esforço, viesse a criar o seu próprio bando, a maiorias dos chefes desses grupos/bandos davam a maior expressão do gosto que faziam em ter uma vida voltada ao cangaço, dentro de uma realidade de sertão conturbado pelas disputas entre chefes políticos, lutas de famílias, ausência de manifestações rígidas e eficazes de um poder público.

*O cangaço representava na verdade, uma ocupação aventureira, um ofício epicamente movimentado, um meio de vida, ou até mesmo um amadorismo divertido de jovens socialmente bem situados, carentes de afirmação. Não se deve, por tudo isso, considerá-lo despido de atrativos ou estigmatizado pelas formas mais sensíveis de reproche social. A figura do cangaceiro, homem sem patrão, vivendo das armas, infenso a curvaturas, era razoavelmente bem-aceita naquele meio (MELLO, 2004, p.117).*

O personagem mais marcante do cangaço foi Virgolino Ferreira, o famoso Lampião, considerado como rei do cangaço foi o capitão mais temido no Nordeste do cangaceirismo. Lampião chegou a declarar o cangaço como um bom meio de vida e defini-lo como um grande “negócio”. Como forma de criminalidade grupal sem finalidades políticas ou mesmo ligadas a sentimentos de família. Não tendo objetivos além da simples sobrevivência e do ganho material, poder e notoriedade, os grupos têm a uni-los, não a consecução de ideal coletivo, mas a comunhão eventual de interesses individuais, sendo freqüentes os aliciação e as deserções.

Em várias capitais do Nordeste as proezas do cangaceiro impunham-se como assunto preferencial tanto de desocupados quanto de autoridades responsáveis, preocupadas com o estado de coisas. Difícil avaliar a tensão em que viviam as famílias recifenses, grande parte delas com ramificações no sertão. Lampião e o seu bando

atacavam fazendas em diversos Estados. O seu estilo inconfundível levava as pessoas a temerem com a sua presença.

*Às voltas com o grave problema das deserções que se seguiram ao revés em Mossoró, Lampião chega ao Pajeú, deparando-se com os primeiros e nada desprezíveis efeitos de um plano de governo concertado ainda no início do ano. É que, com o advento do governo Estácio Coimbra, o novo chefe de polícia de Pernambuco, Eurico de Sousa Leão, havia estabelecido novas diretrizes para a repressão ao banditismo. O ponto central de sua firme orientação repousava no combate sem tréguas aos coiteiros. Um a um iam descendo presos para a capital alguns dos principais aliados do cangaço (MELLO, 2004, p.199).*

Sem o coiteiro o cangaceiro não é nada. Em decorrência de sua incontestável eficácia, já em agosto de 1928, Lampião, com o grupo reduzido a meia dezena de cabras, abandona seu Estado natal, internando-se nos sertões da Bahia, o que permite ao chefe de polícia Sousa Leão desabafar:

*O banditismo, podemos afirmar com toda segurança, não mais existe em Pernambuco. O derradeiro troço de bandidos, chefiados pelo famigerado Virgulino Ferreira, Lampião, passou, a última vez em nosso território, vindo de alagoas, no princípio do ano transato. O grupo estava reduzido a três homens, inclusive o chefe (MELLO, 2004, p.199).*

Laranjeiras, a segunda cidade mais antiga do Estado de Sergipe tem um grande histórico comercial, levando o título no período entre 1865 - 1877 de empório comercial de Sergipe por estar em contato direto com as praças de Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Europa. Emprega em seus habitantes a cultura da cana e cereais, tendo no geral um solo muito fértil. É apresentadas como poucas no Brasil onde ainda se destaca uma forte presença da cultura material configurada na arquitetura colonial.

Laranjeiras será um dos cenários da fuga de Lampião e o seu bando, logo após serem expulsos de Pernambuco, citado anteriormente através de escritos do Frederico Mello, seu contato com essa região deixará até hoje traços no imaginário da população laranjeirense.

Por volta de 1928, no Hospital São João de Deus em Laranjeiras, sob a administração do Dr. Antônio Militão de Bragança, o qual segundo relata o Dr. Juliano Simões,

*Pois foi em Laranjeiras que o Dr. Bragança fez por mais tempo sua vida profissional, e sózinho. Seu consultório era bem montado; seu equipamento cirúrgico era abundante, variado para sua época, moderno. Por muito tempo foi o melhor consultório do Estado e de toda a região vizinha. Sua clientela era numerosa, ricos e pobres eram atendidos. Sua fama de bom clínico, sobretudo no tratamento das moléstias dos olhos, se espalhou por todo Sergipe e vizinhos Estados (SIMÕES, 1960, p.80).*

Teria atendido um fazendeiro pernambucano no Hospital, o qual precisou fazer uma cirurgia de retirada de um dos olhos, o qual logo após a cirurgia, na calada da noite,

fugiu do hospital deixando uma identificação para o Dr. Bragança, ter sido seu paciente o famoso cangaceiro lampião.

O Dr. Antônio Militão de Bragança deixa isso registrado em seu livro “A varíola em Laranjeiras”, o Dr. Juliano Simões também fala desse episódio marcante para a atuação da época num artigo em homenagem ao Dr. Bragança.

Dentro do que foi relatado pelo médico podemos perceber o nomadismo citado anteriormente como uma das características do cangaço, as vestimentas de lampião por se passar por fazendeiro, homem oponente e de grande recursos econômicos.

Essa breve passagem por Laranjeiras, faz com que até hoje Lampião esteja presente no imaginário da população circundante ao Hospital São João de Deus em Laranjeiras, essa história é contada em várias versões pela população que ali viveu e que cresceu ouvindo tal história, não era muito frequente essa vivência do cangaço em Laranjeiras até por não se tratar de uma região do sertão sergipano.

Laranjeiras também se mostrará abrangente não apenas na realidade do fenômeno mas também o mito que sobre este vai-se formando, em decorrência do agravamento e do envolvimento do nome dos mais bem-sucedidos capitães, parece ser o resultado de processo igualmente invariável e universal, com base no estudo do caso nordestino, apresenta duas faces curiosas e frequentes: a de seu surgimento ainda em vida de um personagem, com carreira do bandido, e a da sua permanência e mesmo crescimento após morte dessa personagem.

Durante um período de quase um ano, o bandido (Lampião) impõe-se um retraimento completo, dedicando-se com grande habilidade à formação de um novo quadro de aliados e protetores. Inteligente, já em meados de 1929, ao tempo em que vai retomando lentamente o ritmo anterior de suas atividades, Lampião dispõe do apoio de fortíssimos coiteiros, agora em regiões do sertão baiano e sergipano. (MELLO, 2004, p.209)

Os frutos da atividade diplomática de Lampião podem ser resumidos nestes três trunfos conseguidos: simpatia dos sertanejos baianos e sergipanos; adesão de novos cangaceiros, a ponto de lhe permitir a formação de grupo novamente numeroso mas que jamais voltaria a ultrapassar os cem homens sob comando direto e a organização de eficiente rede de coiteiros. Era o bastante. Ao menos em parte, seu poder estava restaurado (MELLO, 2004, p.209).

O cangaço só será extinto a partir de decisões como o acordo interestadual celebrado no Recife ainda ao fim de 1926 que, em meados de 1929, tropas pernambucanas passaram a perseguir Lampião em território da Bahia e de Sergipe, de modo sistemático, tal como já acontecera em relação aos territórios da Paraíba e Alagoas.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

AZEVEDO, Camarino Bragança de. **Doutor Bragança, esse varão laranjeirense**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.

BRAGANÇA, Antônio Militão. **A Varíola em Laranjeiras (1911-1912)**. Estado de Sergipe- Aracaju: Typ. Xavier, 1912. 53p.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco**. Trad.: João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MELO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: Violência e banditismo no nordeste do Brasil**. São Paulo. Editora A girafa, 2004.

SIMÕES, Juliano. Dr. Antônio Militão de Bragança. **Revista do IHGSE**. Aracaju, v.19, n.24, 1960, p.73-74.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, Coronéis** - Apogeu e Declínio do Coronelismo no Nordeste. Rio de Janeiro. 3ª Ed Editora EDUFF, 1988.

# PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS: UMA QUESTÃO DE VISIBILIDADE ÉTNICA

*Deisiane da Silva Bezerra*

## **Introdução**

A história de Palmeira dos Índios, município do Agreste alagoano, está intimamente ligada à presença indígena e impregnada de disputas territoriais e conflitos entre índios e não-índios. Embora a divulgação dessa história não seja do interesse das elites locais, cujas propriedades estão dentro da área apontada pelos indígenas e por Grupos Técnicos de antropólogos designados pela FUNAI, como território indígena.

Em suas obras, Torres(1984) e Barros(2011) pontuam acontecimentos importantes que marcam a história da formação do município de Palmeira dos Índios. Como a chegada do Frei Domingos de São José, em julho de 1770, ao então Vale da Promissão, parte mais plana e fértil das serras da Boa Vista, Goiti, Amaro, Kandará e Mandioca, habitado pela etnia Xucuru-Kariri.

O Frei permaneceu no local durante três anos, conquistou a confiança dos nativos, ao tempo em que conhecia o território, impulsionando a assimilação dos índios à religião e cultura branca. A legitimidade do direito do índio a terra se confirma em 23 de novembro de 1770, quando foi assinado pelo Rei de Portugal, Filipe III, o alvará que garantiria a concessão de terras aos indígenas.

Em 27 de julho de 1773, é emitida pelo Rei a carta de doação equivalente a meia légua de terras, registrada no Cartório de Garanhuns, pertencente à Sesmaria de Burgos, em posse da Viúva de Manoel da Cruz Vilela, Dona Maria Pereira Gonçalves, para a construção de uma capela em homenagem a São Jesus da Boa Morte, que ficou conhecida como Igreja Velha. A convite do Frei, novas famílias se instalavam em torno da igreja. E com a instalação da nova população; chegada de cada vez mais brancos naquelas terras e com a expansão da economia, as melhores terras iam sendo disputadas, dando início aos conflitos territoriais na região.

A história da presença indígena em Palmeira dos Índios; mobilizações; lutas em defesa do seu território, bem como pelo seu reconhecimento oficial enquanto povo originário serve como agente histórico que os insere nos contextos políticos locais. Percebendo assim, sua etnicidade como um fenômeno intimamente relacionado com as conquistas de seus direitos territoriais.

*[...]vários estudos antropológicos vem apontando a utilização da etnicidade para atingir fins políticos e econômicos. São autores que enfatizam esse caráter de instrumento da etnicidade, em vistas de interesses subjetivos, principalmente políticos e econômicos, de uma coletividade. Martins(1999; pág. 13).*

Quando o índio toma ciência de seus direitos étnicos, passa a entender o território não mais apenas enquanto meio de sobrevivência e espaço de produção e reprodução de uma identidade cultural, mas também enquanto espaço político, onde a luta em seus mais diversos contextos é imprescindível para garantir sua continuidade histórica.

## Invasão do Espaço Territorial Indígena

No ano de 1821, com a diminuição de seu espaço territorial, ocasionada pelo aumento populacional devido à chegada de cada vez mais imigrantes na Vila de Palmeira dos Índios, as melhores terras passaram a ser disputadas e os índios escorraçados para regiões periféricas. Diante dessa situação os indígenas se viram obrigados a reagir, recorrendo a Junta Governativa o direito sobre suas terras.

*Redigiram uma petição à Junta Governativa do Estado de Alagoas requerendo que fossem confirmados na légua de terras onde estavam vivendo, embora em situação de penúria. Alegaram posse secular dessas 3.000 braças, em quadro. Disseram ainda que de donos incontestes há muitos anos, precisavam no momento mendigar para sobreviver. No ano de 1822, o governo mandou o sargento mor José Gomes da Rocha, juiz de sesmarias, com sua equipe, para proceder a demarcação das terras requeridas. O trabalho foi executado com muito critério. Depois da terra medida, algumas esperanças. Torres (1984, p.30).*

Com a extinção dos aldeamentos na Província de Alagoas, no ano de 1872, as terras indígenas foram consideradas devolutas pelo poder instituído, e requisitadas pela câmara de vereadores do município. Com a destituição dos territórios, os indígenas deixam de ser vistos enquanto coletividade e passam a ser considerados “misturados”<sup>698</sup>. Apenas na década de 1920, o governo de Pernambuco reconhece as terras doadas para os extintos aldeamentos. Ficando o indígena sob a tutela do SPI - Serviço de Proteção ao Índio, que instala Postos Indígenas com propósitos assimilacionistas e econômicos. Dando início ao processo de territorialização próprio da Região Nordeste, que não funciona apenas como homogeneizador, mas como construtor de uma indianidade, fenômeno, segundo Oliveira Filho (1998), característico dos povos indígenas tutelados, reconhecidos oficialmente e sujeitos a relações políticas e econômicas estabelecidas a partir de reserva. Que se segue com as reivindicações e reconhecimento étnico de povos indígenas não reconhecidos.

*Nesse sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. Oliveira Filho (1998; pág 55).*

A incorporação do indígena, segundo Oliveira Filho (1998) é percebida em três momentos. A primeira através da expansão territorial e financeira da coroa por meio das missões religiosas, a fim de preservar o território da colônia e provocar uma assimilação sócio-cultural. A segunda através dos casamentos interétnicos entre indígenas e colonos brancos nos antigos aldeamentos. E a terceira por meio da Lei de Terras de 1850, que propicia a regularização das propriedades rurais, provocando uma expansão das vilas e

---

<sup>698</sup> “A partir da segunda metade do século XIX, sobretudo, os índios dos aldeamentos passam a ser referidos, com crescente frequência, como índios ‘misturados’.” OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** Mana, vol.4, n.º.1, p.47-77, Abr. 1998.

famílias de colonos que se instalam nas áreas rurais para se dedicar as atividades agrícolas. Dessa maneira provocando disputas territoriais com o indígena.

Com o seu território loteado, o que antes era uma das maiores aldeias da Província de Alagoas foi esfacelada. Os índios se juntaram na Fazenda Canto, propriedade que compreende 275ha de extensão territorial, adquirida pelo Governo Federal em 1952, para instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos, administrado pelo SPI- Serviço de Proteção ao Índio, órgão responsável pela tutela dos indígenas.

*Nesse contexto, a condição de desaldeado foi imposta ao indígena, pretendendo torná-lo indistinto aos nacionais. O processo de desaldeamento culmina na ausência de uma estrutura administrativa estatal exclusiva para tratar com um grupo étnico. Pode-se dizer que, neste período, a categoria índio perde força na sua expressão política para o Estado e os índios passam a se relacionar com o estado sem aparato administrativo que estabelecesse uma baliza legal, clara para esta relação. Os indígenas ficaram impossibilitados de reter seus territórios e ter assistência estatal. Desta forma, tem-se como referência deste processo para Alagoas o ano de 1872 e para o Estado brasileiro. 1910, um vácuo delimitado pela extinta dos aldeamentos e a criação do Serviço de Proteção aos Índios. Ressalta-se que não se pode sentir efeito imediato da criação do SPI para os índios de Alagoas, entretanto será com esta estrutura que, posteriormente, esses índios irão tratar. SILVA JÚNIOR (2013; pág. 19).*

Da extinção dos aldeamentos à criação do Posto Indígena, existe um vácuo na documentação oficial. Esse silêncio de certo modo, serviu ao indígena para que se organizasse politicamente, em busca do reconhecimento étnico e restituição territorial. Essa carência de subsídio historiográfico oficial, nesse caso específico, pós desaldeamento, limitou os estudos indígenas na região. E para viabilizá-los torna-se necessário recorrer a utilização de arquivos orais.

A sociedade exige que mesmo depois de ter passado por um constante processo de transformação a figura do índio tradicional, imortalizada nos contos românticos, arte e livros, permaneça intocável. Contradizendo o que diz a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de 2004 acerca do critério de autoidentificação, para a sociedade. É necessário provar que são índios, através das características físicas e culturais que ela imagina estáticas, para merecer o reconhecimento étnico. Contudo, é impossível modificar ou reverter o processo histórico de imposições e assimilações a que eles foram submetidos, provocando um processo de (re)construção identitária.

Geertz (1968) discute esse processo de significação e representação das expressões sociais de uma sociedade, considerando seu histórico de existência, forma de organização social e inter-relação com outras culturas. Tendo por objeto os significados e a importância do que está sendo transmitido, extrapolando as teorias de culturas engessadas, baseadas apenas em padrões comportamentais.

*O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assim uma cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência*



*experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. Geertz (1968; 15).*

A ideia de que não existem mais índios, baseada na exigência de uma cultura pura e imutável, serve ao usurpador, que passa a questionar o direito originário do indígena se valendo desse pressuposto para invadir o seu espaço territorial.

*[...]donos de terras usam o argumento da falta de identidade e de tradições indígenas para continuar usurpando propriedades e sugando as vidas dessas comunidades de descendentes. São argumentos pautados apenas no poderio econômico e na ideia falsa de um passado imutável. Mota (2008, p 44)*

A luta pela demarcação territorial evidencia o significado da terra para os que lutam pelo direito a mesma e reafirma a condição legal do indígena, que em busca pela sua sobrevivência física e étnica, toma consciência, se nega a aceitar passivamente o que lhe é imposto e se torna um sujeito político.

### **Visibilidade Étnica a Partir das Retomadas Territoriais**

O processo de visibilidade étnica dos Xucuru-Kariri perpassa por sua inserção nos contextos políticos locais e reconhecimento oficial que marcam a construção de uma etnicidade fundamentada no re-surgimento de uma identidade indígena fortalecida.

*Depoimentos de índios e registros bibliográficos revelam a presença do etnólogo Carlos Estêvão de Oliveira e a atuação do Pe. Alfrêdo Dâmaso. Em termos gerais, esses dados revelam/comprovam contextos de inter(-rel)ação/articulação entre índios e não índios no sentido de reconhecimento oficial de nativos que se localizavam em Palmeira dos Índios. São estas personalidades que como agentes de contato, contribuíram para aquisição da Fazenda Canto pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Martins (1999; Pág. 27).*

O ano de 1952 é marcado pelo início das reivindicações e mobilizações dos indígenas, liderados por Alfredo Celestino, pela posse do seu território e reconhecimento étnico, apoiados pelo Padre Alfredo Dâmaso, do Deputado Estadual Medeiros Neto e do antropólogo Carlos Estêvão de Oliveira, este último responsável pelo ressurgimento de referências documentais da etnia Xucuru-Kariri a partir do ano de 1937. Conscientes de seus direitos, os índios vieram a retomar o território Mata da Cafurna.

*Sobre a AI Mata da Cafurna, atualmente é composta por três glebas que foram ocupadas em diferentes momentos. A Mata da Cafurna, propriamente dita, foi doada pela prefeitura a partir da ocupação territorial pelos próprios índios, em 1980. Numa situação em que a prefeitura intencionava vendê-la, os Xucuru-Kariri, sob a liderança do cacique Manoel Celestino e pajé Miguel, e também contando com apoio/cumplicidade do comerciante Luiz Torres e do chefe de posto da FUNAI na época, resolveram "retomar" essa área. Martins (1999; Pág 28).*

Em seguida, no ano de 1986, através de processo legal, os índios retomam definitivamente as fazendas em posse de Everaldo Garrote e Pedro Benone, o que inclui a Lagoa dos Pagãos e a área onde foi construída a Igreja Velha. A partir destas mobilizações se inicia os processos de delimitação territorial indígena.

*Todo esse processo de mobilização culmina com a nomeação do GT-0411/88 de 11/04/88, coordenado pela antropóloga Maria de Fátima Campelo Brito, que delimitou a área com base na demarcação de uma légua em quadro realizada em 09/12/1822, que seguiu as normas da Carta Régia de 23/11/1700, que autorizava a doação de 1 légua em quadro para cada casal de 100 índios. A sentença entretanto somente foi lavrada em 17/04/1861 e logo em seguida o Presidente da Província de Alagoas decretou a extinção do aldeamento indígena em 03/07/1872. Carrara(2004; pág. 34).*

A terceira retomada territorial aconteceu no ano 1994 sob a liderança de Maninha Xucuru-Cariri. Um processo doloroso de lutas, perseguições e ameaças ao povo indígena, por parte dos posseiros, do qual os índios saíram vitoriosos.

*Tendo em vista um desmatamento iniciado por um comerciante de Palmeira dos Índios, na chamada mata da Jiboia, situada no entorno da Mata da Cafurna, os índios promovem, em 22/08/1994, a ocupação das fazendas Jiboia, de Hélio Alves de Carvalho e Brejinho de Leopoldino Torres. (2004; pág. 56).*

A última retomada territorial, na Fazenda Salgado, foi oficializada em 08 de março de 2012, quando os Xucuru-Kariri conquistaram na 8ª Vara Federal de Arapiraca/AL o direito de retomar mais essa parte do seu território. A mesma aconteceu de forma pacífica, estabelecendo um acordo de não-violência dos posseiros em relação aos indígenas. Dando início ao processo de avaliação de benfeitorias e pagamento de indenizações.

*O empenho dos representantes da Coordenação Regional de Maceió, da Procuradoria Federal Especializada e do Ministério Público Federal, foi fundamental para demonstrar a Justiça sobre a legitimidade na garantia do direito ao território do Povo Xucuru-Kariri. Desta forma, a justiça requereu a juntada aos autos do Ofício nº 35 e anexos, em que está consignado que a fazenda Salgado é área identificada e declarada como Terra Indígena nos termos da Portaria Ministerial nº 4033, de 14 de dezembro de 2010. Funai (2012)<sup>699</sup>.*

Através do Estudo dos Relatórios de Identificação e Delimitação da Área Indígena Xucuru- Kariri em Palmeira dos Índios/AL, é possível fazer uma avaliação da situação territorial indigenista neste município, que foi estudada por quatro GT's (Grupos Técnicos) encomendados pela FUNAI (Fundação Nacional dos Índios).

O primeiro relatório, coordenado pela antropóloga Maria de Fátima Campelo Brito, identificando e delimitando uma área de 13.020 hectares foi entregue em janeiro de 1989. Apesar da legitimidade histórica do território ter sido comprovada minimamente, a proposta deste relatório foi considerada inviável, pois o território

---

<sup>699</sup> **Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Coordenação Regional Nordeste.** Disponível em: <http://funai.alagoas.blogspot.com.br/2012/03/os-xucuru-kariri-conquistam-legalmente.html>. Acessado em: 12 de novembro de 2012.

delimitado cobria boa parte do perímetro urbano, que está nas mãos de posseiros não-índios. Além de ser uma alternativa que poderia trazer conflitos ainda mais graves entre os dois povos, legalmente seria inviável a cobrança de fôro das pessoas que ocupavam a área urbana da cidade.

O segundo, coordenado pelo antropólogo Adolfo Neves de Oliveira Júnior, identificando uma área de 13.670 hectares, entregue em fevereiro de 1996. Proposta que contava com a aprovação dos índios da Fazenda Canto e Mata da Cafurna.

O terceiro, coordenado pela antropóloga Sheila dos Santos Brasileiro em 1997, identificando uma área de 15.280 hectares (Que de acordo com a Funai, não foi entregue, embora tenha sido encontrado um memorial descritivo da terra indígena Xucuru-Kariri produzido pela FUNAI, em nome da antropóloga, de acordo com o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Xucuru Kariri/AL(2004). O mesmo foi impedido de ser continuado na primeira fase do processo demarcatório.

E o quarto, coordenado pelo antropólogo Douglas Carrara, delimitando uma área de 15.635 hectares, entregue em dezembro de 2004. No entanto, a FUNAI retirou o apoio à equipe, assim que foi iniciada a fase de elaboração do Relatório, dificultando sua produção. Proposta de delimitação que contava com aprovação consensual das representações políticas das aldeias: Coité, Cafurna de Baixo, Mata da Cafurna, Capela, Fazenda Canto e Boqueirão.

*Durante esse período, políticos e fazendeiros da região tomaram iniciativas no sentido de prejudicar todo o procedimento de identificação e delimitação já que facilitaram a invasão de duas fazendas no território que está sendo delimitado, para implantação de projetos de natureza social para os "sem terra" e "sem teto" da região, que já ocuparam as respectivas fazendas. Como sempre, todo esse processo ocorre sob ameaças da parte dos proprietários e políticos, que possuem áreas de terras na área em estudo, e que pretendem impedir a demarcação a todo custo, mesmo sabendo que a cidade foi construída em cima de uma aldeia indígena e seus cemitérios, existente pelo menos desde o século XVIII, conforme atestam os inúmeros documentos que possuímos e as diversas provas que estamos acumulando desde que começamos o estudo da região e da ocupação indígena. Carrara (2004; pág.9).*

Todos os relatórios produzidos pelos GT's criados, por meio de portaria, pela própria FUNAI, estranhamente nunca foram publicados, o que resultou num atraso do processo de demarcação que levou ao descumprimento dos prazos legais estabelecidos pela Constituição de 1988.

### **Palmeira de Todos, Menos dos Índios**

Na história recente do município de Palmeira dos Índios, os avanços no processo de demarcação territorial estão sendo recebidos pelos cidadãos afetados pela sua possível concretização, como ameaça as propriedades localizadas em terras indígenas. O discurso reproduzido por eles, é que o índio está requerendo a posse de bem mais terras do que eles realmente precisariam. No entanto, a população de 3.217 indígenas (dados

da FUNAI), atualmente ocupa uma área de 1.315 hectares, dos 6.927 hectares previstos na Portaria MJ nº 4.033 de 15 de dezembro de 2010<sup>700</sup>.

Na intenção de combater a ameaça da Demarcação, diversos setores da sociedade civil (Associação Comercial, Associação dos Motoristas Autônomos, CDL, Diocese de Palmeira dos Índios, FACOMPI, Loja Maçônica Princesa do Sertão, OAB, Igreja Batista, Rotary Clube, SINDILOJAS, Sindicato dos Empregados do Comércio, Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Servidores Públicos, Sindicato dos Trabalhadores na Educação, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) e lideranças políticas se organizaram no sentido de protestar e exigir que ela não se concretize. O protesto aconteceu no dia da emancipação política da cidade, em frente a Casa Museu Graciliano Ramos.

*Nesta quinta-feira (08), representantes do “Movimento Palmeira de Todos” estarão na Câmara Municipal juntamente com o vereador Júlio Cezar (que integra a comissão) para formular convite e pedir o apoio dos parlamentares neste processo. “Nossa luta não é contra o índio, mas contra a maneira como a FUNAI irresponsavelmente está tentando prejudicar os agricultores rurais” defendeu, Júlio. O prefeito James Ribeiro, que esteve em Brasília discutindo a demarcação de terras no Ministério da Justiça juntamente com o senador Renan Calheiros, mês passado, garantiu apoio irrestrito ao movimento, além de disponibilizar assessoria jurídica por meio de sua Procuradoria.TODO SEGUNDO (2013)<sup>701</sup>*

É explícito o interesse, principalmente dos membros da elite local em, através dos meios de comunicação e publicidade, convencer os demais setores da sociedade, cuja maioria também tem determinado interesse em impedir a concretização do processo demarcatório, de que seria uma injustiça prejudicar os proprietários rurais em detrimento aos indígenas.

Em respostas aos constantes ataques contra o povo indígena, e a paralisação do processo demarcatório, na V Assembleia do Povo Xucuru-Cariri, que aconteceu nos dias 09, 10 e 11 de outubro, se reuniram representantes do Povo Xukuru Kariri, Xukuru de Ororubá, MST, CPT, MCP, MTC, RECID, Coletivo Macambira, PCR, CIMI, UNEAL, FACESTA, UFAL – Campus Sertão, Coletivos Amigos e Amigas Xukuru-Kariri, MPDC e COJIPE, para discutir e reivindicar seus direitos.

*Nosso povo também vive um momento de ataques ao seu território tradicional com a articulação de políticos e fazendeiros do Estado para impedir que a FUNAI cumpra com o seu dever legal: realizar o levantamento fundiário para identificar os ocupantes não-índios de nosso território, concluindo o processo de demarcação, e por fim a violência contra os índios que permanece na região de Palmeira dos Índios. Carta da v Assembleia do Povo Xukuru Kariri (2013)<sup>702</sup>.*

---

<sup>700</sup> **Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Coordenação Regional Nordeste.** Disponível em: <http://www.funai.gov.br/ultimas/Informe%20seii/2010/239-2010.htm> Acesso em: 04 de junho de 2012.

<sup>701</sup> Todo Segundo.com.br. **Demarcação de terras: entidades preparam ato público em Palmeira dos Índios.** Disponível em: <http://www.todosegundo.com.br/portal/noticias.php?pg=noticia&id=4317>. Acessado em: 10 de agosto de 2013.

<sup>702</sup> Carta da v Assembleia do Povo Xukuru Kariri, Terra é mãe, fonte de vida e bem viver!. Disponível em: <https://www.facebook.com/download/preview/394377754025215>. Acessado em: 11 de outubro de 2013.

Embora o direito do indígena palmeirense a terra, se justifique em sua trajetória histórica, sua luta pelo reconhecimento étnico tem sido diária. Considerando os contextos em que a disputa territorial se insere, percebe-se que essa luta extrapola os limites da etnicidade se estendendo a cenários políticos e econômicos. Dando origem a interesses conflitantes entre população índia e não-índia.

## Conclusão

Considerando a travessia do processo histórico de conquista territorial em Palmeira dos Índios, envolvendo índios e não índios, que manchou a terra com o sangue indígena, nos vários conflitos tecidos pela ambição do não-índio, e tentativa de reação indígena. É importante fazer perceber, que mesmo o indígena tendo conquistado um lugar, apesar de mínimo, na legislação; esses direitos são constantemente desrespeitados, quando se trata em elevá-los da teoria à prática.

A partir da extinção dos aldeamentos na Província de Alagoas, o indígena precisou buscar alternativas para sua sobrevivência física, manutenção de sua organização social e culturas distintas.

Quando o índio se insere nos contextos políticos que envolvem as questões territoriais, buscando a efetivação de seus direitos étnicos, passa a entender sua identidade contrastiva enquanto instrumento de luta, se fortalecendo e reconstruindo, provocando o re-surgimento identitário indígena.

Observando esses agentes no processo de luta pela terra em Palmeira dos Índios, conclui-se que apesar de existirem mecanismos legais que asseguram aos índios sua posição de povo originário e senhores de suas terras. Para que estes se concretizem, se faz necessárias ações de ocupação, retomadas e mobilizações, para reafirmar esses direitos e garantir sua continuidade na história.

## Fontes e Referências Bibliográficas

BRITO, Maria de Fátima Campelo. **Relatório de Identificação e Delimitação da Área Indígena Xukuru-Kariri de Palmeira dos Índios – AL, 10/01/1989**. Funai: Brasília - 209 p. [Pasta 01]. 1989.

CARRARA, Douglas. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Xucuru Kariri/AL**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm> Acesso em: 26 de agosto de 2012.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp vii – xxv.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

MARTINS, S. A. C. Os Caminhos das Aldeias Xucuru-Kariri In: **A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena**. João Pacheco de Oliveira (Org.). 1ª. ed. Rio de Janeiro : Contra Capa Livraria, 1999.

MOTA, Clarice Novaes. Identidade e cultura: direito, direito, escolha ou objetos não identificáveis?. In: ALMEIDA, Luiz Sávio. SILVA, Amário Hélio Leite da (org) **Índios do Nordeste: Etnia, política e história**. Maceió: Edefal, 2008.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"?** **Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Mana, vol.4, n°.1, p.47-77, Abr. 1998

OLIVEIRA JUNIOR, Adolfo Neves de. Relatório do Grupo Técnico designado pela Portaria 0553/Funai de 05/06/1995. **Funai: Brasília - 92 f. 1996.**

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos: Os Xucuru-Kariri e o serviço de proteção aos índios no agreste alagoano.** Maceió: EDUFAL, 2013.

TORRES, Luiz Byron. **Os Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios.** 4 ed. Maceió: Copyright, 1984.

## O COTIDIANO NA CIDADE DE PANEAS DURANTE AS DÉCADAS DE 1940 A 1970: UM OLHAR ATRAVÉS DA MEMÓRIA

*Elielma Maria dos Santos*

Na presente pesquisa discutimos qual a relação entre os fatos ocorridos durante as décadas de 1940 a 1970 na cidade de Panelas, localizada no Agreste central de Pernambuco, distante a 180 km da capital, e a formação sociocultural do município. Buscamos focar um cotidiano marcado por transformações que provocaram nas pessoas o orgulho de pertencer ao meio social, compartilhando ideias, sonhos e crenças em comum e a participação de pessoas simples na construção da história local.

A cidade fundada ainda no século XIX preserva grandes objetos históricos como o engenho Amolar, construído durante o Império, os sítios arqueológicos, as comunidades quilombolas, a cultura popular, a Igreja do Bom Jesus, cartão postal da cidade, evidências de sua importância histórica, mas diante de todos esses símbolos, a história de vida das pessoas que viviam nesse contexto precisava ser resgatada e só assim poderíamos entender melhor a história panelense. Um tesouro enterrado que só depois de descoberto era possível dividi-lo com todos que ajudaram a conservá-lo repassando para as novas gerações permitindo assim aos mais jovens uma aproximação com a própria história e do município e assim, manter o elo entre o passado e o presente. A história local que estava apenas na memória dos mais velhos pouco a pouco se perdia diminuindo as possibilidades de ser registrada e fazer parte da historiografia do município, que possuía muitas lacunas a serem preenchidas. Através das entrevistas e dos documentos investigados, resgatamos lembranças individuais e coletivas que guardavam vestígios importantes de um cotidiano marcado por transformações, mudanças, conquistas, decepções, alianças e rupturas, aspectos importantes na construção histórica do município de Panelas.

### **Oralidade e Memória na Construção Histórica de Panelas**

A história oral e a memória foram de primordial importância para a realização desta pesquisa, já que para revisitarmos o passado histórico do município e poder registrar os fatos e acontecimentos, analisarmos as consequências e como cada um deles refletiu na vida e no cotidiano dos panelenses, era preciso ouvir as pessoas, suas lembranças e recordações, ir ao encontro de um tempo que para os mais jovens estava perdido. Grande parte da história local estava apenas na memória dos mais antigos moradores. Através da memória e das narrativas dos mais velhos foi possível reconstruir um elo que há muito tempo tinha sido cortado. Redescobrimos fatos que ficaram fora da história oficial, pois se tratava da história de vida daqueles que apesar de ajudarem no desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade, não tiveram seus nomes registrados nas páginas da história oficial, na visão de Bosi;

*A memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo*

*triumfalismo é a vitória do vencedor e pisotear a tradição do vencidos.*<sup>703</sup>

Através desse pressuposto, nós subentendemos que a história oral do município panelense vivia na marginalidade, pois as escassas pesquisas a respeito da historiografia local não demonstraram interesse maior por esse lado dos fatos. E mesmo que não tenham uma intenção de “pisotear” a tradição, vemos que de uma forma inconsciente a memória do povo e suas tradições a partir do momento que não são valorizadas, são indiretamente sufocadas, tanto pela história oficial, que ignora os relatos orais de quem participou ativamente de tais momentos, quanto pelas novidades culturais que de certa forma “diminui” os valores de outras épocas ao enxergar em muitos momentos os valores passados como obsoletos. No entanto, essa memória continua como uma fonte de água viva que ainda não foi descoberta. Certas lacunas tanto na história oficial quanto na oral são preenchidas como um quebra-cabeça, que aos poucos vai sendo montado pelos historiadores e os personagens da história, à medida que essas pessoas expressão suas experiências e contam suas ações o historiador analisa, seleciona e registra, transformando assim, tais fatos em história, são representações do que já se foi, reconstruídas e renovadas, com um olhar atual . Segundo Montenegro;

*A história enquanto representação do real se, refaz se reformula, a partir de novas perguntas realizadas pelo historiador ou mesmo da descoberta de outros documentos ou fontes. A elaboração da história está sempre voltada para o que se expressou ou se manifestou de forma pública ou privada... A história opera sempre com o que está dito, com o que é colocado para e pela sociedade, em algum momento, em algum lugar. Desses elementos, o historiador constrói sua narrativa, sua versão, seu mosaico. Esse fato evidente se apresenta bastante distinto do que foi vivido; no entanto, ele se ancora nos elementos resgatados da realidade, em outras histórias já produzidas*<sup>704</sup>

Para o autor, a história se reformula a partir do momento em que surgem novas dúvidas ou novos documentos, a história enquanto representação se coloca como versão de um acontecimento, representa o fato o mais próximo do real e cada vez que é revisitada traz à tona novas situações, momentos que não tinham sido analisados.

Diante disso, muitas lacunas vão se completando e novas perguntas surgindo, pois é no passado que encontramos o elo com o presente, reinventando e lançando novos olhares para os acontecimentos. Para Pesavento;

*Escrever a História, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro das questões de uma época. A História se faz como resposta as perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado*<sup>705</sup>.

---

<sup>703</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos. 3ª edição. São Paulo.** Companhia das Letras 1994. p.19.

<sup>704</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada. 3ª edição.** São Paulo. Editora: Contexto, 1994, p.19.

<sup>705</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural 2ª edição.** Belo Horizonte. Editora: 2005, p.59.



Dessa forma, a autora ressalta que escrever a História é ao mesmo tempo redescobrir os fatos, preencher as lacunas e renovar os significados dos acontecimentos, pois para cada geração haverá sempre novas dúvidas e outras respostas para aquilo que todos “já sabiam”. Para Bosi, “a história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos”<sup>706</sup>. Diante disso, o nosso objetivo foi analisar os relatos e entrevistas, para assim, compreendermos como os cidadãos panelenses se identificam com suas raízes, como vivem através de suas recordações e lembranças. O cotidiano, a narrativa e a memória, são recursos indispensáveis na realização dessa pesquisa. Para o historiador uma fonte histórica essencial para o registro dos fatos.

Há algum tempo, os documentos aceitos como fontes históricas eram os registros oficiais, elaborados de forma escrita, com os quais se registravam os acontecimentos. Por um longo tempo esses documentos serviam como provas absolutas. Com a Nova História, a forma de usar o documento foi transformada, pois deixou de ser o único instrumento de pesquisa, surgiram novas formas de se observar os fatos e a história passa a ser investigada, interpretada e não apenas registrada. Na visão de Adilson Filho;

*Os Annales*<sup>707</sup> ampliaram o conceito de fontes, temas e sujeitos; seu olhar descortinou zonas escuras, silêncios e áreas antes proibidas. Sua sensibilidade e acuidade históricas ensinaram a ver além da superfície factual, mostrando a profundidade de forças tectônicas que operam no interior, que se movem de dentro para fora, cristalizando e, ao mesmo instante, fragmentando a historicidade dos diversos atores sociais.<sup>708</sup>

Para o autor, os Annales não só ampliou o campo da pesquisa, mas possibilitaram a descoberta e o resgate de fatos e personagens que contribuíram para discutir os acontecimentos até então excluídos por aqueles que escreviam a História. Paul Veyne, na sua obra *Como se Escreve a História*, aponta que os Annales abriram caminhos antes desconhecidos ou pouco explorados. Para ele, os Annales dedicaram-se ao desmatamento dos campos e dos fatos antes desprezados ou simplesmente esquecidos pela historiografia tradicional<sup>709</sup>. Na obra *A Escola dos Annales – A Revolução Francesa da Historiografia* Peter Burke ressalta;

*A mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las.*<sup>710</sup>

---

<sup>706</sup> BOSI, *op. cit.*, 1994, p. 90.

<sup>707</sup> Revista fundada por Lucien Febvre e March Bloch, chamada de Revolução Francesa da Historiografia, por promover uma nova história, ampliando assim o campo da pesquisa antes voltada apenas para os grandes acontecimentos.

<sup>708</sup> ADILSON, Filho José. **Os Caminhos de Clio**. Interfaces de Saberes vol.1 jan/jul. João Pessoa: ideal 2001, p. 103.

<sup>709</sup> VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História, e Foucault Revoluciona a História**. 4ª ed. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília. Editora da UnB, 1998. p.29

<sup>710</sup> BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.p.126

Através das novas fontes se tornou possível analisar os acontecimentos de várias formas, seja pelo lado econômico, social, político, ou pelo aspecto cultural e religioso. Assim, entendemos que essas fontes são “diferentes lados de uma mesma moeda ou faces de plurais de cristal lapidado”<sup>711</sup>. Na ótica de Veyne, “podemos acrescentar que, se um mesmo “acontecimento” pode ser disperso por várias tramas, inversamente, dados pertencentes a categorias heterogêneas – o social, o político, o religioso... podem compor um mesmo acontecimento”<sup>712</sup>.

A Nova História não veio para substituir o antigo regime historiográfico, mas para ampliar o campo da pesquisa, introduzindo novas formas de investigação e ajudar a desvendar mistérios até então desconhecidos. Segundo Silva, depois dos Annales “a história alargou seu leque de leituras, estabelecendo um diálogo fértil com outros saberes, dessa forma, novas abordagens foram possibilitadas”<sup>713</sup>. A partir daí, assim como os documentos oficiais os escritos pessoais como cartas, correspondências, diários passam a ser investigados e analisados, pois trazem vestígios de momentos importantes na vida daqueles que os escreveram e, portanto, revela o cotidiano, a vida e os costumes de uma época, de um lugar.

## Os Espaços de Lazer da Sociedade Panelense

As cidades possuem em seus espaços, lugares onde os cidadãos mantêm suas relações de amizade e afetividades pessoais e profissionais. A cidade de Pánelas durante as décadas pesquisadas possuía poucos espaços de lazer para seus moradores, que buscavam, dentro de suas possibilidades, divertir-se e comemorar suas conquistas. O cotidiano era marcado por costumes simples, a praça central era o ponto de encontro dos moradores que aproveitavam para encontrar os amigos e conversar. Entre as décadas de 1940 1970, a cidade despontava timidamente entre os panelenses e logo dava seus primeiros passos para a modernidade, o teatro, o cinema, o show de calouros e as tradicionais festas religiosas, como a de São Sebastião e do Bom Jesus dos Remédios padroeiro da cidade. Todos esses acontecimentos marcavam a vida dos moradores, que buscavam nesses momentos não só o entretenimento, mas também praticar suas crenças e devoções.

As festas religiosas se destacavam como os momentos de entretenimento panelense. Uma associação entre o religioso e o profano reservava, durante o ano inteiro, momentos de alegria e muita comemoração. Quem morava na zona rural também aproveitava a vinda à feira e à missa do domingo para também se divertir. Para grande parte da população panelense, era um momento especial da semana. Fosse morador da cidade ou da zona rural, a missa fazia parte do cotidiano panelense. Era um bom motivo para encontrar os amigos, passear na cidade, paquerar na praça ou desfilar roupas novas. Segundo a senhora Maria José dos Santos, uma das primeiras televisões que chegou à cidade ficava no coreto e os moradores assistiam aos programas e as

---

<sup>711</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral, Memória, tempo, Identidade**. 2ª Edição. Belo Horizonte. Editora: Autêntica. 2010, p.15.

<sup>712</sup> VEYNE, *op. cit.*, 1998, p. 44.

<sup>713</sup> SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. **Entre a história e a literatura: as múltiplas letras, os múltiplos tempos, os múltiplos olhares em Graciliano Ramos**. Fênix- Revista de História e Estudos Culturais, n.04, out/Nov/dez. 2007, p.03

novelas que na época, era uma das únicas opções para os telespectadores. Diante disso, podemos observar o quanto a população fazia de coisas consideradas hoje, simples grandes momentos de lazer e se divertia.

O Cine Marechal Castelo Branco<sup>714</sup>, construído na década de 60 com capacidade para 250 lugares, trouxe um ar de modernidade, proporcionando cultura e lazer para os panelenses. Esse acontecimento alterou a rotina da sociedade. Tal mudança provocou nas novas formas de lazer, utilidades paradoxas como ambientes de exclusão e inclusão, provocando tanto a aproximação entre determinados grupos sociais como as classes mais abastadas quanto o distanciamento dos cidadãos que não possuíam poder aquisitivo para frequentar tais lugares regularmente. Por ser um signo de modernidade, trazia consigo um ar próspero no comportamento da elite social da época. A princípio, o cinema funcionava no mercado municipal, sem nenhuma estrutura física, funcionava de forma improvisada, depois a prefeitura construiu um cinema onde hoje é o prédio da câmara de vereadores de Panelas.

*Quem trouxe o primeiro cinema pra cidade foi seu Severino de Cupira. Botou o cinema aqui no mercado, depois Demócrito (Demócrito de Barros Miranda, prefeito entre 1969 à 1972) criou um cinema mesmo, bem organizado, onde hoje é a câmara municipal, era bonito demais<sup>715</sup>.*

O cinema era frequentado pelos moradores que assistiam aos filmes e logo transformaram o espaço em local de lazer. Mas, com o passar do tempo, o cinema não resistiu às televisões, que o substituíram. Segundo Maria José, “colocaram no coreto, no centro da praça, uma televisão e todo mundo ia pra lá assistir, quase não dava pra vê imagem, mas, era de graça. O cinema era pago e não tinha muitas opções de filme”<sup>716</sup>.

O Aselpa Show foi apresentado por muitos anos pelo seu idealizador, o professor, escritor e historiador Luis Manoel, que tinha uma ligação muito forte com a cultura local. Era uma espécie de show de talentos, onde a população participava disputando as melhores colocações, mostrando seus dons artísticos. Homens, mulheres e crianças, se apresentavam e eram avaliados pela mesa de jurados. Inspirado no *Programa do Chacrinha*, levava alegria e entretenimento a população que se reuniam no espaço do Teatro paroquial Dom Adelino para assistir ao show dos conterrâneos.

Todas as categorias de artistas se apresentavam principalmente cantores, atores que participavam do show em público. A festa era realizada todos os anos e mobilizava toda a população, que marcava presença assídua em todos os eventos. A cada ano era feita uma homenagem a uma mãe ilustre da cidade, já que o Aselpa show era realizado no mês de maio no dia das mães. A mesa de jurados tinha como convidados pessoas “ilustres e importantes da cidade” como o prefeito, o padre, o juiz, comerciantes locais, entre outros.

A população se divertia dentro de suas limitações, já que todas as iniciativas partiam na maioria das vezes dos próprios moradores, em realizava e produzia momentos de lazer e diversão no município que não podia oferecer recursos para patrocinar tais eventos que transformavam a rotina da cidade, principalmente quando

---

<sup>714</sup> Ver monografia do IBGE 1970

<sup>715</sup> Entrevista realizada no dia 10/07/2010, com o Sr. **Humberto Cordeiro de Souza**, professor desde 1977.

<sup>716</sup> Entrevista realizada no dia **Maria José dos Santos** realizada no dia 08/08/2010;

chegava a época das festas religiosas, como a festa do Padroeiro, Bom Jesus dos Remédios, e a de São Sebastião.

A cidade era enfeitada e a iluminação reforçada, principalmente na parte frontal da igreja, onde tradicionalmente eram colocadas centenas de lâmpadas coloridas, pelo saudoso Miro, transformando-a em cartão-postal, até hoje mais importante signo religioso da cidade. As festas eram pontos de encontro, mas também de reencontro, as pessoas retornavam à cidade para matar a saudade e reencontrar os parentes e amigos de que haviam se distanciado na maioria das vezes para buscar melhores condições de vida nos grandes centros urbanos, como, por exemplo, São Paulo ou Rio de Janeiro. Essas mudanças eram facilmente percebidas no visual da cidade, semanas antes dos festejos, os moradores se dedicavam cuidadosamente à ornamentação de suas casas, enfeitando as fachadas com adereços natalinos.

Resgatar a história de um lugar é mais que organizar os fatos históricos, é redescobrir um mundo de significados, de imagens, valores e lembranças, uma ligação saudosa, que podemos dizer ser motivo de orgulho por pertencer aquele lugar. Além disso, é uma oportunidade de analisarmos e refletirmos sobre os eventos ocorridos durante o desenvolvimento local. São representações de um passado que não volta, mas, que pode ser revisto e cada um que viveu tais momentos guarda sentimento e nostalgia e representam através de suas lembranças os acontecimentos do passado que voltam à tona em forma de “teatro da memória”.

*As narrativas são traduções dos registros das experiências retidas, contêm a força da tradição e muitas vezes relatam o poder das transformações. História e narrativa, tal qual História e memória, alimentam-se. Narrativas, sujeitos, memórias, histórias e identidades. É a humanidade em movimento. São olhares que permeiam tempos heterogêneos. É a História em construção. São memórias que falam.*

717

Durante a realização das entrevistas, percebemos que através da memória é possível resgatar minúcias, que propositalmente ou não, passaram despercebidas pela história oficial, deixando assim uma lacuna na própria história panelense. Por outro lado, as entrevistas também se mostram subjetivas, pois a própria memória é um produto da subjetividade humana, por isso a memória coletiva possui uma importância primordial na coleta dos fatos e na veracidade dos mesmos. Mesmo que a história, até então chamada de “oficial”, também possua certa subjetividade do ponto de vista economicamente dominante, ela se torna também uma grande contribuinte na realização de uma história escrita onde todos participem, pois a participação de todos nos fatos cotidianos ou históricos é algo inegável. Assim, não podemos esquecer um detalhe muito importante quanto à “memória e suas representações”. A representação tem a capacidade de se substituir a realidade que representa, construindo o mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem... “As representações se inserem em regime de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade”<sup>718</sup>. Cada indivíduo revive e recria situações que lhes foi de certa forma mais agradável ou o que lhes trouxe mais prazer, quando voltamos ao passado queremos apenas resgatar as coisas que nos projetou para o sucesso, mas, nem todos tiveram somente sucesso ou somente derrotas, cada um, individual ou coletivamente teve suas vidas modificadas. Para Delgado:

<sup>717</sup> DELGADO, *op. cit.*, 2010, p. 44.

<sup>718</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 2005, p. 41.

*A construção de representações sobre o passado é imutável, mas que pode ser ressignificado - é uma articulação, quase sempre marcada por disputas e por tensões, pois a memória e o reconhecimento histórico serve a diferentes senhores. Em outras palavras, não há neutralidade em qualquer forma de abordagem*<sup>719</sup>.

São personagens de uma trama na qual cada capítulo tem suas vidas transformadas de acordo com o desenrolar da história. Vivemos em uma sociedade onde estamos sempre em busca de referências e em busca de nossa identidade e ao mesmo tempo espelhamo-nos em outros para tais conquistas, mas, é preciso lembrar que a história é subjetiva, pois cabe ao historiador definir as fontes e a metodologia a seguir para que possa juntar as peças para montar o quebra cabeça que no final, vai retratar os fatos e acontecimentos. Para Veyne:

*A história como um romance, que seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página. Um campo inteiramente indeterminado, com uma única exceção: é preciso que tudo que nela se inclua tenha realmente acontecido. A história é um romance real*<sup>720</sup>.

Isso nos leva a entender que a exploração contínua da pluralidade das versões históricas nos conduz sempre a novas perguntas que nos levam á novas respostas. Portanto, cabe ao historiador transmitir os acontecimentos coletados em seu trabalho e não criar uma nova “verdade” oficial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Panelas durante as décadas pesquisadas vivenciou acontecimentos e fatos históricos que ficaram guardados na memória coletiva e individual dos moradores que, diante desses episódios, contribuíram direta ou indiretamente com a história local. Foram personagens anônimos, que apesar de não terem seus nomes nas páginas da historiografia oficial, contribuíram com a construção histórica assegurando a memória e, através da oralidade, repassado para os mais jovens, seus costumes e tradições e experiências, moldando a identidade social, religiosa e cultural do município.

A nossa discussão buscou resgatar essa história que até então estava na oralidade e precisava ser resgatada, e assim, compartilhada com os mais jovens e todos panelenses que buscam referências culturais, religiosas e sociais e da própria identidade e poder reconstruir o elo que há muito tinha sido quebrado entre o passado e o presente, interferindo, assim, na forma de observamos e analisarmos a nossa história local, repleta de objetos e fontes a serem explorados. Através da oralidade e da memória, pudemos então investigar os fatos e redescobrir a própria história do município. Ao longo do nosso trabalho, muitas respostas foram surgindo e logo algumas dúvidas se desfazendo. Muitos foram os personagens que contribuíram com a construção histórica de Panelas,

---

<sup>719</sup> DELGADO, *op.cit.*, 2010, p. 56.

<sup>720</sup> Ver: VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História, e Foucault Revolucionou a História**. 4ª ed. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília Editora de UnB, 1998.

pessoas simples, mas que dedicaram parte de suas vidas para ajudar a quem mais precisava, transformaram o cotidiano através de suas atividades e fazendo de coisas simples momentos importantes e que marcaram suas vidas e da coletividade. As festas, os pontos de lazer, muitas vezes improvisados pelos moradores sem muitos recursos, mas que levavam alegria para os panelenses, aqueles que se dedicaram à saúde local sem estrutura adequada, mas que ajudaram a cuidar das pessoas carentes e que transformaram isso num modo de vida que se dedicava sem remuneração.

As narrativas nos permitiram descobrir, pouco a pouco, boa parte da história local. A nossa pesquisa possibilitou um encontro entre o passado e o agora, restabeleceu um elo quebrado há muito tempo, dando oportunidade das novas gerações conhecerem e se identificarem com a história, se orgulhando de compartilhar do meio social, e da cultura local.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

- ADILSON, Filho José. **A Cidade Atravessada: Velhos e Novos Cenários belo-jardinense**. Recife. Editora: Comunigraf 2009;
- ADILSON, Filho José. **Os Caminhos de Clio**. Interfaces de Saberes vol.1 jan/jul. João Pessoa: ideal 2001;
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª edição. São Paulo. Companhia das Letras 1994;
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo. Ateliê editorial, 2003;
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral, Memória, tempo, Identidade**. 2ª Edição. Belo Horizonte. Editora: Autêntica, 2010.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada**. 3ª edição. São Paulo. Editora: Contexto, 1994;
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 6ª Edição. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder São Paulo. Editora Paz e Terra, 1995;
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História e História Cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte. Editora: Autêntica, 2005;
- SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. **Entre a história e a literatura: as múltiplas letras, os múltiplos tempos, os múltiplos olhares em Graciliano Ramos**. Fênix- Revista de História e Estudos Culturais, n.04, out/Nov/dez. 2007;
- VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História, e Foucault Revoluciona a História**. 4ª ed. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília Editora de UnB, 1998.

### **ENTREVISTAS:**

Creuza Marcolino Cordeiro da Silva professora e uma das atrizes do antigo Teatro Dom Adelino; entrevista realizada no dia 14/07/2010.

Francisco Alves Santana “Chico Candido” 106 anos, morador mais velho da cidade realizada no dia 06/07/2010;

Josefa Gessina de Santana, esposa do Sr. Francisco Alves Santana “Chico Candido” realizada no dia 06/07/2010;

## SENSIBILIDADES E ESPAÇOS: STALLYBRASS, ALBUQUERQUE JR. E A PÊSQUISA HISTÓRICA

*Elson da Silva Pereira Brasil*

Como pensar roupas historicamente? Será que uma peça de roupa carrega apenas o valor mercadológico que o Capitalismo imprime nela? É possível imprimir em uma peça de roupa outro valor? E os Espaços como lê-los? Como o historiador pode proceder no uso dos espaços enquanto aspecto a ser analisado em suas pesquisas? Qual a relação, possível, entre Roupas e os espaços no desenvolvimento da pesquisa histórica?

Nosso objetivo é responder parte dessas perguntas e incitar a formulação de outras, baseados em textos dos pesquisadores Durval Muniz de Albuquerque Jr. e Peter Stallybrass. Não pretendemos esgotar as possibilidades de trabalhar e conectar esses dois itens em uma pesquisa. Objetivamos discutir especificamente como dois textos de dois autores contemporâneos podem apontar novos/velhos caminhos para o estudo das roupas e dos espaços. As linhas desse estão costuradas por uma linha problemática que aponta caminhos para historiadores que leem com os olhos, e demais sentidos, do presente objetos e monumentos que o passado idealizou, desenhou e construiu. Esses por sua vez se tornaram monumentos que se confundem como documentos, que são ditos como patrimônio de todos.

### **As roupas e os sentidos: Stallybrass**

Divido em duas partes, *A vida social das coisas: roupas memórias e dor e O casaco Marx*, a obra de Peter Stallybrass é uma demonstração de como sensibilidade e dedicação a pesquisa podem caminhar juntos, que nós historiadores podemos trazer para a Histórica. Embora atue como professor de “Inglês e Literatura Comparada na Universidade da Pensilvânia” (STALLYBRASS, 2000, P. 127) o autor faz uma pesquisa pela literatura inglesa para demonstrar como as coisas tem um valor sensível que está intimamente relacionado com a memória. O Valor das coisas vai além do valor estipulado por Marx em *O Capital*. Utilizando-se de relatos que demonstram como o Próprio Marx, em vida, fazia vários usos de seu casaco assim como de outros objetos que possuía o autor vai discutir a possibilidade de lermos esses objetos de memória.

*Tornou-se um clichê dizer que nós não devemos tratar as pessoas como coisas. Mas trata-se de um clichê equivocado. O que fizemos com as coisas para devotar-lhe um tal desprezo? E quem pode se permitir ter esse desprezo? Por que os prisioneiros são despojados de suas roupas a não ser para que se despojem de si mesmos? Marx, tendo um controle precário sobre os materiais da autoconstrução, sabia qual era o valor de seu próprio casaco (Ibid. Id. p. 108).*

Percebemos que ao que autor tenta demonstrar é que nos apegamos as coisas, em contrapartida buscamos perceber nas coisas, nos objetos, nas mercadorias apenas o grau de fetiche como Marx descreve. Esquecemos-nos de perceber o valor sensível que essa coisa tem para nós. Valor que, segundo o autor, o próprio Marx não elenca em sua teoria do fetiche. Esse valor que é construído por nós no dia a dia que ao vestirmos nossas roupas damos a ela nossa forma, nosso cheiro nossa cor, a cor do homem que de

tanto andar sob o sol fez com que a roupa desbotasse, ou daquele outro que vive na sobra e sua roupa aparenta ser sempre nova. Esse valor não foi estipulado na fábrica nem no escritório do patrão que planejou lucrar com a venda daquela roupa. É um valor que pode não interessar a todos, mas que não pode ser negligenciados pelos historiadores de nosso tempo.

Dentro das descrições que o autor faz da relação de Marx com seu casaco cabe a seguinte pergunta: será que Marx conseguiria pesquisar no Museu Britânico sem seu casaco? Será que sem as oportunidades que o casaco apresentável lhe proporcionou seria possível em outras circunstâncias? Provavelmente não. Talvez, por isso o autor afirma que Marx reconhecia o valor de seu casaco.

Assim o autor nos faz pensar sobre como as aparências ainda são muito importantes na contemporaneidade, como ainda protocolamos modos de vestir e de se apresentar para determinado público. Disciplinamos os corpos para se comportarem de forma diferente em diferentes lugares. Assim somos levados a pensar que as pessoas não se vestiam e nem se comportavam iguais historicamente. Logo roupas, memórias e comportamentos são fontes possíveis para uma pesquisa.

Talvez sejamos nós historiadores do presente que negligenciamos e coisificamos nossas fontes, esquecemos as sensibilidades que lhe formaram e deformaram em dado tempo. Talvez tenhamos esquecidos que as coisas têm um valor, não apenas de compra e venda, sim um valor mais subjetivo, e por não tratarmos os sujeitos como coisa, roubamos o seu valor, tenhamos esquecido que esses sujeitos habitaram um tempo, uma roupa, uma sociedade que não os nossos, e precisem ser compreendidos como tal (STALLYBRASS, 2000).

Uma situação que nos leva a perceber a importância subjetiva das coisas é o seguinte: pensemos-nos cansados, depois de um longo dia de pesquisa em arquivos e mais arquivos. Durante esse dia encontramos centenas de documentos que são a chave para o desenvolvimento de nossa pesquisa e de nossa escrita. Digitalizamos, transcrevemos, fazemos todos os procedimentos. Quando percebemos já são cinco da tarde e o arquivo vai fechar. Agradecemos, por ter dado tempo de pesquisar cerca de cem documentos. Estamos com quase duas mil imagens. Saímos do arquivo de alma lavada e cansada, mal almoçamos. Qual a primeira coisa que pensamos? Talvez, quem nunca passou por essa experiência pense: “vou catalogar tudo assim que chegar em casa”, mas quem já foi em arquivo lembra que disse algo do tipo “tudo que eu mais quero é chegar em casa e tomar um banho e me jogar em minha cama”.

A cama aqui ganha um valor que ultrapassa o caráter mercadológico. Ela passa a ser o espaço do descanso, o lugar que absorverá o cansaço que obtemos durante o cansativo e prazeroso dia de pesquisa. Se formos pensar o valor que as coisas tem e colocarmos a cama como essa mercadoria - essa coisa - saberemos logo que o valor dela não é estritamente o valor de compra e venda nem muito menos o fetiche de ter uma cama. Sabemos, de certo, que a cama representa o sono que ela nos proporciona, o descanso e o aconchego são parte essencial de nossa pesquisa, e que o mero valor de mercadoria não é suficiente para expressar esse sentimento que a cama nos propôs durante a pesquisa. Muitas vezes só enfrentamos um dia cansativo, por saber que a noite terá uma cama que nos proporcionará um descanso.

Assim era o casaco para Marx, muito mais que um objeto de posse era o passaporte para entrar no Museu Britânico. Ainda hoje as roupas são um passaporte para quem deseja ir a determinados lugares como: Fórum, Câmaras legislativas e até festas. Um exemplo é o escritor Ariano Suassuna, que entre os muitos causos que conta em



suas aulas espetáculo<sup>721</sup>, conta que certa vez foi convidado para uma cerimônia oficial e no convite estava escrito “traje: esporte fino”, o escritor descreve que mandou fazer uma camisa vermelha cor do Esporte Clube, time de futebol do estado de Pernambuco e por cima pôs um terno preto. Para o autor essa foi uma forma de contrariar as pessoas que queriam dizer como ele devia se vestir. E Ironizar se vestindo ao seu modo Esporte fino. Vale lembrar que Ariano Suassuna é muito respeitado, e que não seria uma roupa inadequada que o impediria de ir para uma cerimônia, até porque o escritor fez deste traje, a roupa típica do “Ariano Suassuna” personagem/escritor. Mas podemos perceber, com isso, como, a sociedade exige dos sujeitos que eles adaptem seu modo de vestir. Como a sociedade é disciplinadora até nos modos de vestir, e como os sujeitos vão dentro dessa sociedade disciplinar criar memórias sobre as roupas e os objetos; criar novos significados que fogem os dados pela sociedade e que fazem que o cheiro da roupa, por exemplo, diferencie uns dos outros.

O exemplo de Ariano Suassuna permite pensar ainda que uma roupa que possibilitou a alguém se inserir em determinado ciclo social não é apenas um objeto de consumo, pode ser também uma coisa com valor sentimental, na qual se põe cheiro, odor, assim como também outras marcas memoriais, como: a mancha de bebida, o rasgão ao pular uma cerca após/durante uma aventura. Enfim, valores e marcas que ultrapassam as categorias de mercadoria ou de fetiche pela mesma, fazem daquilo, objeto de memória. E desfazer-se deles é como se aniquilar ou perder parte de si. “As coisas eram materiais – as roupas, as roupas de cama, a mobília – com os quais se construía uma vida; elas eram suplementos cujo desfazer significava a aniquilação do eu” (Ibid. id. P. 107).

O autor lembra que “uma característica necessária da transmissão, se é que ela ocorre, é que ela pode se extraviar” (Ibid. id. P. 46). Talvez para lembrar que os objetos de memória produzidos no passado podem não chegar ao presente, podem se extraviar na transportadora que é o passar do tempo, que passa implacável sem se preocupar com o descuido dos despreocupados deixando para trás os objetos que tinham o cheiro de meu bisavô, o aroma de minha avó. Algumas vezes ficam apenas fotos, imagens que denotam uma falsa presença que não se completa pela ausência do cheiro na roupa suada ou perfumada. Essa transmissão de informações e de sentidos que projetamos nos objetos às vezes nos falta e nos tornam desejosos por sentir e conhecer melhor o objeto pesquisado.

“E eu quero tentar prestar atenção às diferentes formas pelas quais as roupas fazem parte de nossa vida e marcam as rupturas que nela ocorrem” (Ibid. id. P. 26). Nesse sentido podemos pensar, ou nos perguntar como nós historiadores, ou pretensos historiadores, devemos nos permitir sentir o cheiro das roupas, o que eles nos dizem? Como escrevê-las? Para que escrevê-los?

A partir da leitura feita e da leveza em que ela nos envolve podemos dizer que são os cheiros que tornam nosso trabalho menos cansativo, mais sensível e próximo dos sujeitos que o tempo se preocupa em esconder e que agora sentimos seus cheiros em uma embalagem de perfume. Talvez a forma de escrever seja ditada pelo momento em que nos encontramos (DE CERTEAU, 1982), os aromas que a pesquisa nos faz sentir é que poderão inscrever-se por nós, sem, todavia aniquilar nossa presença no texto. E o motivo de escrever esses cheiros pode ser o desejo de esconder o cheiro de mofo que atormenta os arquivos que frequentamos, ou outro ainda mais forte é esconder as poeira que entope as narinas dos nossos métodos (BACELAR, 2011).

---

<sup>721</sup>Aula Espetáculo - Ariano Suassuna | SESC Vila Mariana. Disponível in: <http://www.youtube.com/watch?v=IjmKDvQ4knA>, acesso em: 09/10/2013.

## Os sentidos e o espaço: Albuquerque Jr.

Explorar e pesquisar o cheiro e o sabor, sentir e ouvir o passado com os olhos, ouvidos e os demais sentidos. Despertar em si a vontade de ouvir no documento as transformações que ocorreram ao longo da história. Mudanças nas formas, nas cores nos aromas dos espaços. A perceber isso nos propõe Albuquerque Jr. Os espaços não podem mais ser negligenciados enquanto objetos de investigação e de percepção do historiador. Tempo e espaço se traduzem mutuamente, nunca devemos esquecer. Atualmente, Professor de História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Durval Muniz de Albuquerque Junior vem desde sua Tese de Doutorado<sup>722</sup>, defendida Junto ao programa de Pós-graduação em História da Unicamp em 1994, explorando novas possibilidades e formas de leitura da espacialidade nordestina.

Partindo de um diálogo com a obra *Marcovaldo ou estações na cidade* de autoria de autoria de Ítalo Calvino, o historiador Albuquerque Jr. demonstra a urgência de o historiador passar a explorar mais as suas sensibilidades na leitura do espaço, ter quem sabe metade da sensibilidade que Marcovaldo tinha ao transformar o lugar, a cidade em que morava, em espaço habitado e modificado pelo seu olhar, o historiador deve abrir-se para transformar esses espaços em objetos de análises e pesquisas. “Creio que como Marcovaldo, um historiador deve ter um olhar diferente daquele que foi comum durante muito tempo na historiografia” (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 101). Nesse novo olhar, não mais, apenas, o olhar é suficiente, o cheirar, o sentir, o degustar o ouvir entra em cena como métodos de análise do espaço.

Ao analisar um conto onde Marcovaldo e sua família se aventuram num supermercado Albuquerque Jr. pensa sobre as inúmeras representações que esse fato tem e de como as espacialidades ultrapassam os espaços físicos. “Um espaço é um reticulado de ações, de trajetórias, é uma rede de relações de toda uma ordem, é uma trama de sentidos, é a projeção de imagens, sonhos, desejos, projetos, utopias. Um espaço é feito de natureza, de sociedade e de discurso” (Ibid. Id. P. 08).

Partindo do que faz Marcovaldo, Albuquerque Jr. não propõe um volta idílica a um estado de natureza a muito distante das sociedades modernas. A proposta é perceber a cidade como um espaço possível. Como um espaço que não passou inerte ao tempo e do nada surge para a modernidade. Pelo contrario a cidade só tem as características que lhe cercam por ser resultado de uma serie de transformações ocorridas ao longo do tempo.

Fala-se muito que nos afastamos da natureza, isso gera um discurso de naturalização da não observação do espaço que nos cerca. Como se só pudéssemos olhar, contemplar, observar uma natureza virgem, como se prédios, ruas até mesmo os buracos nas ruas não merecesse um pouco de nosso olhar de caminhante ou de historiador. Endurecemos nossa sensibilidade quanto aos espaços que habitamos e vivemos na utopia de um dia poder contemplar e historicizar uma natureza virgem ainda não violado pela sociedade moderna. “No mundo da mercadoria e do trabalho intensivo, não há tempo para uma relação de contemplação” (Ibid. Id. P. 106).

Assim como Marcovaldo que vai pescar seu próprio peixe e encontra um rio de um azul turquesa incomparável, um azul que só uma fabrica podia pintar no rio, poluindo-o. Cabe, portanto ao historiador perceber nesse azul a transformação, e outros aspectos que se aplicam ao ofício de historiador.

“O poder se insinua, demarcando espaços, definindo o permitido e o proibido, o dentro e o fora” (Ibid. Id. P. 111). Poder e espaço não são dissociáveis. O poder está

---

<sup>722</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O Engenho antimoderno: a invenção do nordeste e outras artes. Campinas, 1994. Tese de Doutorado em História apresentado ao PPGH-Unicamp.

disseminado nos espaços que nos vigiam ou são vigiados por algum saber que lhes confere poder de intervir nas nossas relações como espaço em que estamos.

Ao pensar os aspectos que proporcionam a escrituração de uma obra como a de Calvino, Albuquerque Jr. diz: “Ele [o texto] é possível a partir das condições sociais, econômicas e políticas de um dado tempo e lugar, que possibilitam o texto, mas vêm nele aparecer, a partir de dadas regras de produção do discurso literário, que também são histórica e socialmente situados” (Ibid. Id.).

Assim como nos relacionamos e lemos de forma diferente cada estação do ano, os modos de sentir humanos se constituem historicamente. Vemos, ouvimos, degustamos, cheiramos e sentimos diferente de nossos pais e dos pais de nossos pais, todavia disciplinados (FOUCAULT, 2010) por um dado sistema cultural, econômico etc. Nossa sensibilidade é histórica, lembra o autor. E essas diferentes formas de sentir constroem, destroem e reconstroem o espaço de acordo com seus modos de sentir em um dado tempo.

Ao pensar as formas de *construir paisagens*, Albuquerque Jr. aponta uma forma para cada sentido, paisagens: sonoras, táteis, olfativas e gustativas. No quadro que segue suprimi os exemplos práticos que o autor usa, de como perceber, no conto de Calvino, os espaços e a constituição de paisagens por meio das experiências citadas.

<b>Tipo de paisagem</b>	<b>Conto que serve de exemplo</b>	<b>Aspectos que relacionam o conto e a paisagem.</b>
Táteis	O ponto errado	Neblina que não permite o personagem enxergar ao seu redor. Para em um espaço estranho. Marcovaldo passa a ter uma experiência tátil.
Auditiva	Uma viagem com as vacas	Apertado no sótão onde mora, à noite no escuro do leito com sua mulher e filhos. Privado da luz (visão comprometida). Passa a constituir o espaço a seu redor por meio do que ouve.
Gustativa	A marmitta	O sabor da comida desperta em Marcovaldo lembranças de sua casa, da cidade,
Olfativa	A marmitta	Os cheiros da comida, o aroma das flores que o vento carregava, são aspectos que levam o personagem a reconstruir em suas memórias algumas paisagens.
Visual	Lua e GNAC	A luz de um letreiro reduzia a beleza noite, que durava apenas o tempo que este estava apagado, as belezas de um céu de estraladas eram cronometradas.

É a visão o aparelho, o sentido, privilegiado em nossa cultura ocidental. Associação da verdade com o ato de ver. “Nossa cultura se torna assim prevalentemente visual” (ALBUQUERQUE Jr. Op. Cit. p 121).

Ao finalizar seu texto Albuquerque Jr. pensa como a modernidade desperta nos indivíduos uma necessidade destrutiva de consumir. “A modernidade se apoia na ruína do que considera velho, tradicional, ultrapassado, na sua demolição e reconstrução”(Ibid. Id. 123).

## Em fim

Se tempo e espaço devem ser lidos com todos os sentidos, os nossos monumentos patrimoniais que estão localizados em determinado espaço e foram construídos em determinado momento no tempo, são um exemplo de espaços que merecem uma leitura que o ultrapasse as fronteiras do (d)escrito nas fontes manuscritas ou impressas. As paredes, o chão, o teto tem em si marcas do tempo quer seja por suas rachaduras e fissuras causadas pelas intempéries climáticas, ou, reformas que modificaram o espaço e foram o fazendo mudar de forma de acordo com a necessidade de cada situação.

As roupas não devem ser subestimadas, como demonstrou Stallybrass (2000) elas podem variar seu significado e agregar valores de memória e até a forma e o cheiro de quem a vestiu. Metamorfoseiam-se de passaporte para entrada em uma biblioteca, como no caso do velho Marx, à portadora de memórias, dores e ressentimentos de um passado próximo que insiste em invadir nossa memória, nesse caso ao lembrar a jaqueta de Allon White.

## Fontes e Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. O Espaço em cinco sentidos. Sobre cultura, poder e representações espaciais. In: \_\_\_\_\_ **Nos destinos de fronteira**. História, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008, p. 97-124.

\_\_\_\_\_. **O Engenho antimoderno**: a invenção do nordeste e outras artes. Campinas, 1994. Tese de Doutorado em História apresentado ao PPGH-Unicamp.

BACELAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011, 23-79.

CORBIN, Alain, Saberes e Odores. **O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 38. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

## ALAGOAS, CULTURAS E JUVENTUDES: A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA AS DIVERSIDADES

*Emanuelle de Oliveira Souza*

Este artigo parte dos resultados obtidos na pesquisa que gerou a dissertação *O que é ser jovem... aluno... e alagoano? - um estudo sobre referências culturais e identidades juvenis*, realizada no Mestrado em Educação Brasileira, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (CEDU-UFAL).

A pesquisa teve como objetivos investigar as representações de jovens sobre elementos da cultura alagoana; como tem sido tratada a cultura alagoana dentro do ambiente escolar; investigar aspectos das identidades dos jovens alagoanos a partir de suas representações; analisar as possíveis relações entre suas construções identitárias, enquanto jovens e alagoanos, e sua experiência escolar no Ensino Médio. Para tanto, o estudo foi realizado em uma escola pública estadual, situada na periferia de Alagoas, com jovens do terceiro ano do Ensino Médio, diurno e noturno. Foram utilizados três instrumentos metodológicos: o questionário, o grupo de discussão e entrevistas individuais.

Os relatos os jovens que participaram da pesquisa forneceram um rico material para análise das representações dos jovens sobre a experiência escolar e a vivência das diversas condições juvenis. Com foco nas questões desta pesquisa, procurei analisar algumas expressões que considere mais significativas com base nas ideias dos teóricos estudados.

Tenho a hipótese de que a falta de autoconhecimento, a falta de referências culturais, contribui para a falta da autoestima dos alagoanos, o que os leva a se enxergarem de forma inferior em relação a outros estados que por conhecerem melhor sua cultura, conseguem se impor e valorizam sua identidade cultural. O acesso às informações sobre a realidade cultural e social de Alagoas pode gerar subsídios para que os jovens alagoanos se posicionem criticamente diante do que é exposto na grande mídia.

Minha intenção não é defender um posicionamento essencialista, mas sim corroborar com “a necessidade de uma orientação multicultural, nas escolas e nos currículos, que se assente na tensão dinâmica e complexa entre políticas da igualdade e políticas da diferença” (SOUSA SANTOS, apud ABRAMO, 2003, p. 157). O multiculturalismo, em suas versões emancipatórias, baseia-se no reconhecimento das diferenças, da pluralidade de culturas, dos diferentes sujeitos socio-culturais<sup>723</sup> presentes nos variados contextos. Nesse aspecto, o conhecimento da cultura do outro deve partir do reconhecimento da minha própria cultura.

Uma das observações mais importantes que pude extrair dessa parte da pesquisa foi que a discussão sobre as culturas juvenis e as culturas em Alagoas pode e precisa ser realizada com mais frequência no ambiente escolar, os jovens apreciam a discussão sobre o tema, principalmente porque fala deles mesmos e os possibilita uma reflexão sobre a própria realidade, diferentemente dos conteúdos escolares impostos pelo currículo. Essa discussão possibilita uma maior compreensão do “eu” e do “outro”,

---

<sup>723</sup> “Seres de sociabilidade e cultura” (TEIXEIRA, 1996, p. 183). “São o resultado de um processo educativo amplo, que ocorre no cotidiano das relações sociais, quando os sujeitos fazem-se uns aos outros, com elementos culturais a que têm acesso, num diálogo constante com os elementos e com as estruturas sociais onde se inserem e as suas contradições. (DAYRELL, 1996, p. 142)

com base na reflexão sobre os símbolos que, como vimos, dão significado a experiência humana.

O sistema educacional legitimado pelo modelo sócio-cultural da modernidade aponta a escola como dispositivo social privilegiado para transformar os indivíduos em cidadãos. De acordo com Moreira e Candau,

*a escola é uma instituição construída historicamente no contexto da modernidade, considerada como mediação privilegiada para desenvolver uma função social fundamental: transmitir cultura, oferecer às novas gerações o que de mais significativo culturalmente produziu a humanidade (MOREIRA & CANDAU, 2003, p.23)*

Pode-se dizer que a educação escolar encontra-se num ponto crucial do seu desenvolvimento. As discussões tratam da universalização do ensino enquanto esse processo é permeado por uma fragilização da sua hegemonia enquanto instância de formação. A negação ou o negligenciamento da diversidade cultural presente no ambiente escolar causa conflito nas relações entre a escola e as diversas culturas cada vez mais latentes e contestadoras de seu espaço, fortalecendo o distanciamento e a falta de diálogo, em especial com o jovem, devido à sua forte necessidade de autoidentificação.

Para Sacristán (2005), a sociedade influencia e de certo modo pretende condicionar os indivíduos numa determinada nova forma de viver, e por isso, as práticas pedagógicas, geralmente são pautadas em currículos homogêneos que buscam contemplar as necessidades de todos sem diferenciação, sem olhar para cada um em sua individualidade. Para o autor, a escola nasceu e até hoje mantém em suas raízes a função de normalizar os corpos na sociedade, ou seja, tem a função de manter a sociedade como ela se encontra, ou ajudar a modificá-la quando ela requerer essa atitude.

O autor se contrapõe a essa postura e defende que os espaços escolares devem ser voltados ao aluno como um sujeito sócio-cultural.

*Se considerarmos que a educação deve continuar a propor modelos de ser humano e de sociedade, sem se limitar a adaptar-se às exigências do momento (o que não significa desconsiderá-las), não podemos ficar à espera do que nos peça o exterior e do que o mercado reclama. Devemos antes defender uma determinada atitude comprometida com um projeto democraticamente elaborado que sirva um modelo flexível de indivíduo e de sociedade. (SACRISTÁN, 2005, p.37)*

De acordo com Juarez Dayrell, “o mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil (DAYRELL, 2007, p. 1110.). Nesse aspecto, a sociabilidade aparece aliada às expressões culturais como dimensões da condição juvenil. Para este autor, para compreender os jovens é preciso levar em conta a dimensão da ‘experiência vivida’, que permite aprender a história como fruto da ação dos sujeitos. “Estes experimentam suas situações e relações produtivas como necessidades, interesses e antagonismos e elaboram essa experiência em sua consciência e cultural, agindo conforme a situação determinada.” (DAYRELL, 1996, p. 140)

Temos duas premissas como fundamentais na nossa pesquisa: a importância das referências culturais regionais desses jovens e o princípio de que as identidades se formam com base nas relações desses jovens com os grupos sociais do qual fazem parte.

Sobre essa característica, Carrano & Martins afirmam que “nos territórios culturais juvenis delineiam-se espaços de autonomia conquistados pelos jovens e que permitem a eles e elas transformar esses mesmos ambientes resignificando-os a partir de suas práticas específicas” (CARRANO & MARTINS, 2011, p. 46). Observa-se, já a partir dos textos produzidos pelos jovens, e mais ainda, nas outras etapas desta pesquisa, que os jovens anseiam e tentam se apropriar desses “espaços de autonomia”, a questão é se a escola contribui ou não para a conquista e o exercício da autonomia desejada. Tratar a relação entre cultura e juventude exige perceber como os jovens vivem essa juventude: as vulnerabilidades e potencialidades contidas em suas condições de vida e a pluralidade de expressões culturais que emergem da experiência dos grupos juvenis. É impossível refletir a respeito da construção das identidades juvenis sem considerar a sua relação com as “culturas juvenis”.

As discussões indicam que a escola poderia tomar um caminho diferente visando uma melhor resposta às exigências da sociedade atual, e principalmente das juventudes atuais. Fala-se de uma pedagogia multicultural, onde é considerada a “bagagem” cultural dos sujeitos, fugindo da imposição da verdade, dando lugar à construção do conhecimento partindo da realidade que cerca o indivíduo que aprende.

Para Moreira & Candau, “a escola é, sem dúvida, uma instituição cultural”. (2003, p. 159). Ela é um ambiente rico de experiências e entrelaçamentos de culturas. Seu cotidiano é preenchido não somente de sua rotina pedagógica, mas também das relações sociais que ali se desenvolvem e se intercalam. Se partimos dessas afirmações, se aceitamos a íntima associação entre escola e cultura; se vemos suas relações como intrinsecamente constitutivas do universo educacional, cabe indagar por que hoje essa constatação parece se revestir de novidade, sendo mesmo vista por vários autores como especialmente desafiadora para as práticas educativas. (*ib idem*, p. 160)

Terrazas, cuja dissertação de mestrado trata da cultura popular trabalhada no cotidiano de uma escola do município de Pilar, interior de Alagoas, argumenta que a cultura popular e a vida cotidiana, se referem a uma ação humana totalizadora que deve ser trabalhada na escola, porque serve a múltiplos propósitos educativos, e sobretudo para o mais importante, a valorização do entorno local (TERRAZAS, 2006, p. 16). Também neste sentido Franz Boas defendia que na medida em que cada cultura exprime um modo único de ser homem, ela tem o direito à proteção se estiver ameaçada. (CUCHE, 1999, p. 45).

Sob esse prisma, as referências culturais regionais podem ou devem ser trabalhadas no ambiente escolar? A consciência das referências regionais, precisa ser desenvolvida na escola? Minha intenção foi ouvir a opinião dos próprios estudantes a esse respeito. Respeitando a carga cultural de cada sujeito, valorizando o conhecimento que cada um traz. Considero que a percepção da identidade regional do indivíduo jovem é importante para que ele possa, conhecendo a suas referências culturais, se localizar diante da sociedade como um todo e interagir junto aos outros indivíduos, na construção dessa sociedade.

Quanto à preocupação sobre a identidade cultural dos jovens alagoanos, acreditamos que o desenvolvimento de atividades contínuas que gerem a identificação e afetividade dos jovens com a cultura de sua região, fomenta a autoestima e o interesse pela sua terra, e contribui para a preservação da identidade cultural desta e das futuras gerações. Podemos observar que esse aspecto também é contemplado nos PCN, quando lemos que,

*A identidade estará presente na afirmação e na autoestima do jovem estudante, no estudo antropológico das organizações familiares, das culturas alimentares, musicais ou religiosas, nas questões de identidade nacional diante da globalização cultural. Seu tratamento articulado, resultante de um entendimento entre professores de uma mesma escola, poderia promover um recíproco reforço no trabalho dessas e de outras disciplinas da área. As questões relativas à identidade podem ser abordadas até mesmo em termos das “tribos” nas quais alunos de muitas escolas urbanas se associam – em função de preferências musicais, de comportamento ou modo de vestir, da utilização peculiar que fazem de códigos comuns a toda a comunidade, como a língua portuguesa – facilitando a percepção de problemáticas sociais, antropológicas e psicológicas. (BRASIL, 2002, p.21)*

A criação de oportunidades de comparar aspectos da cultura alagoana com de outras culturas estimula a multiculturalidade, sem a perda das referências regionais. Nesse aspecto, consideramos fundamental o diálogo contínuo com os jovens para a observação de suas referências culturais, bem como o trabalho interdisciplinar, fortemente valorizado nos PCN.

*Desenvolver apreço pela cultura, respeito pela diversidade e atitude de permanente aprendizado, questionamento e disponibilidade para a ação – que são valores humanos amplos sem qualquer especificidade disciplinar e que, portanto, devem estar integradas a todas as práticas educativas. Mas isso só acontece se a formação for concebida como um conjunto, em termos de objetivos e formas de aprendizado. (BRASIL, 2002, p.16-17)*

Os PCN não são regras, mas bases referenciais à educação, pressupondo que escolas nas mais distintas regiões do país devam adaptá-los às suas peculiaridades locais e ou regionais. No âmbito do Ensino Fundamental, a transversalidade, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para esta parte da educação básica, “pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores” (BRASIL, 1997, p. 46). O documento recomenda que as questões sociais relevantes – ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural – deve ser incorporadas como temas transversais.

Porém nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o termo “transversalidade” dá lugar à “parte diversificada do currículo”, como espaço para a cultura e temas sociais variados, sendo destinada a “atender às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Art. 26 da LDB). Complementa a Base Nacional Comum e será definida em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar” (BRASIL, 2000, p. 62-67). Observa-se então que no âmbito do Ensino Médio, há uma preferência pelos termos “*contextualização*”, (BRASIL, 2002, p. 19), “*interdisciplinaridade*” (*ibidem*, p. 18), “*transdisciplinaridade*” ou “*metadisciplinaridade*” (*ibidem*, p. 44), não obstante, todos consistem em meios através dos quais as questões sócio-culturais podem ser trabalhadas.



Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que se encontram publicadas junto aos PCN para o Ensino Médio<sup>724</sup>, a seção, intitulada “*Fundamentos estéticos, políticos e éticos do novo Ensino Médio brasileiro*” (BRASIL, 2000, p. 62-67), me despertou a atenção de modo especial. O objetivo do texto é apontar as diretrizes que devem guiar o Ensino Médio brasileiro, que “deverão ser coerentes com os valores estéticos, políticos e éticos que inspiram a Constituição de 1988 e a LDB, organizados sob três consignas: sensibilidade, igualdade e identidade” Este trecho do documento é iniciado com uma narração – mais que uma lauda de extensão – de um conto da mitologia grega que ilustra a distribuição, realizada pelos deuses gregos, dos valores morais destinados à espécie humana. Partindo desse conto, inicia-se um belíssimo discurso sobre a “estética da sensibilidade”, a “política da igualdade” e a “ética da identidade”, descrevendo como esses três valores devem permear a prática pedagógica no Ensino Médio. Surpreendeu-me, então, a constatação de que a cultura está plenamente contemplada nos textos oficiais destinadas ao ensino médio, como por exemplo no trecho que destaco a seguir:

*A estética da sensibilidade facilitará o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira e das formas de perceber e expressar a realidade própria dos gêneros, das etnias e das muitas regiões e grupos sociais do País. Assim entendida, a estética da sensibilidade é um substrato indispensável para uma pedagogia que se quer brasileira, portadora da riqueza de cores, sons e sabores deste País, aberta à diversidade dos nossos alunos e professores, mas que não abdica da responsabilidade de constituir cidadania para um mundo que se globaliza, e de dar significado universal aos conteúdos da aprendizagem. (BRASIL, 2000, p.63. Grifos do autor)*

Porém, na realidade, há uma enorme distância entre o discurso e a prática.

Apesar de ter como referência apenas os argumentos dos jovens sobre como atribuem significado aos aspectos culturais em Alagoas, ao “ser jovem” neste contexto e sobre como vivem suas juventudes na escola, identifiquei indícios de que estes aspectos são pouco tratados pelas práticas educativas na escola e que na maioria das vezes estes jovens se sentem silenciados, sem reconhecimento e também sem o cumprimento da promessa de propiciar os conhecimentos necessários para que tenham o propagado discurso do futuro melhor.

Desse modo, quando analiso as propostas contidas nos documentos oficiais, identifiquei que há espaço para que os aspectos reivindicados pelos sujeitos da pesquisa sejam concretizados no espaço escolar, sejam como transversalidade, como interdisciplinaridade, como parte diversificada, ou qualquer outro termo que lhe caiba.

Portanto, considero que esse *espaço* destinado às culturas pode se apresentar como pontos de articulação que possibilitam uma maior flexibilidade ao processo pedagógico, uma vez que se podem incluir novos temas dentro da realidade local e regional de cada escola. O que constitui um favorecimento das possibilidades de abordar assuntos relacionados à cultura alagoana de forma especial, uma vez que esta não tem sido percebida nos conteúdos padronizados apresentados nas diversas

---

<sup>724</sup> Disponibilizado, juntamente com os outros documentos oficiais relacionados à educação, no Portal MEC disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12288:programa-nacional-de-integracao-da-educacao-profissional-com-a-educacao-basica-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos-proeja&catid=259:proeja-&Itemid=562](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288:programa-nacional-de-integracao-da-educacao-profissional-com-a-educacao-basica-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos-proeja&catid=259:proeja-&Itemid=562)>. Acesso em: 21/09/12.

disciplinas escolares. Considero que os temas locais podem e devem ser desenvolvidos de forma contínua e integrada, independente da área de atuação de cada professor, dando relevância à interdisciplinaridade.

Neste sentido, esse *espaço* precisa ser fundamentado na realidade local, problematizando situações que envolvam atividades, como por exemplo, seminários, exposições, palestras entre outros recursos que favoreçam a aprendizagem. O professor nesse momento pode atuar como facilitador desse processo, direcionando a ação pedagógica em relação aos temas propostos. Sem o total engajamento do professor, torna-se impossível a efetivação desse processo.

Acredito que os projetos interdisciplinares são uma forma de trabalhar alguns temas transversais, porém, em relação à cultura regional, acredito que esta não deve ser trabalhada como algo que aparece esporadicamente, interrompendo as demais atividades, mas que seja vista como um enfoque a ser colocado ao longo de toda a aprendizagem, devendo estar inserida em diferentes momentos de cada uma das disciplinas, sendo trabalhadas em uma e em outra, de diferentes modos. Seria uma forma eficiente de se trabalhar com referências culturais de Alagoas, elaborar os programas de ensino fazendo desse tema um eixo unificador, em torno do qual se organizam as disciplinas, estruturando os seus próprios conteúdos sob esse prisma. Porém, sabendo que não há o hábito dos professores de tratar da cultura em Alagoas, esse tema constitui-se como um "intruso" que os docentes não conseguem relacionar com os conteúdos, considerando-o impertinente às suas disciplinas. O que, em minha opinião, vem da mesma falta de conhecimento sobre a própria cultura assumida pelos sujeitos desta pesquisa e que acreditamos ser comum entre muitos alagoanos.

Faz-se necessário um estudo conjunto, por parte da escola, para definir como cada disciplina pode tratar esse tema e verificar se eles estão sendo suficientemente abordados ao longo do ano. A "pluralidade cultural" é contemplada pelos PCN como um dos eixos que englobam os Temas Transversais. Esses temas, que têm tamanha relação com a vida, com o cotidiano, certamente aparecem nos momentos mais inesperados e o professor deve estar preparado para não desperdiçar ocasiões que muitas vezes são preciosas.

Não se pode desprezar a dificuldade de se trabalhar com as culturas em Alagoas através desses *espaços*, por meio da transversalidade e da interdisciplinaridade, já que isso implica em mudanças na perspectiva da escola, que vão muito além de completar conteúdos ou disciplinas que estão na grade curricular, pois exige dos docentes um investimento no seu próprio conhecimento sobre as culturas e na elaboração das ligações entre a disciplina lecionada e os elementos de tais culturas.

Trabalhar com jovens – com sua multiplicidade cultural – requer um conhecimento de suas expectativas para que a escola possa ser um ambiente de pertencimento desses sujeitos e consiga explorar toda sua potencialidade, não somente em sua função pedagógica, mas também como local de sociabilidade, de afetos e de desenvolvimento de seres humanos conscientes de si mesmos e de sua relação com os outros. Por esse motivo, considero interessante investigar como esse jovem que está na escola pensa na sua cultura e como esse sujeito vê a relação da sua identidade cultural com a sua experiência escolar.

Apesar de perceber e concordar que não há uma identidade homogênea, mas várias "identidades possíveis", e que essas identidades são variáveis e estão em constante mutação, sofrendo influência de questões sociais, relacionais etc. Diante dos textos dos sujeitos desta pesquisa, e principalmente depois das discussões nos grupos e das entrevistas individuais, percebo que há, não a necessidade de uma preservação em detrimento da liberdade individual de seguir suas preferências, ou de compartilhar uma

cultura com a qual se identifica, mas a necessidade de espaço no ambiente escolar para a cultura alagoana, com o objetivo de fortalecer a autoestima de um povo que não se enxerga nos meios de comunicação de massa, onde geralmente Alagoas é retratada como sinônimo de subdesenvolvimento, corrupção e violência.

*[...] as pessoas de Alagoas se fixam muito no que a televisão, rádio e etc, falam, o nosso estado tem o que se divertir, existem pessoas legais. O problema é que a maioria vive com aquilo que se fala, esquecem que existem lugares maravilhosos para visitar, praias lindas para se banhar e, por incrível que pareça, existem pessoas dignas e de caráter. (Andréa, 17 anos, diurno)*

*A nossa cultura é muito boa diversificada e essa cultura é passada de geração a geração. Hoje em dia a nossa cultura não é mais como antigamente, muitos jovens de hoje não sabem da sua própria cultura porque pouco se fala dela. (Adriana, 22 anos, noturno)*

Em algumas respostas do questionário, os jovens expressam a queixa de que a escola deveria trabalhar a cultura em Alagoas, e que essa falta de espaço para o tema no ambiente escolar tem contribuído para o distanciamento dos jovens alagoanos da cultura do seu estado.

*Alagoas tem muita coisa a ser estudada só que os profissionais da área da educação não focam muito sobre nossa cultura e sim pelas as adjacências. Ao nos depararmos com os museus vemos muita coisa boa, interessante etc. Começando pela bandeira de Alagoas que nós alagoanos deveríamos falar um pouco sobre ela. As pessoas só enchem pelo que ouve, ver. E não passam a conhecê-la de verdade. Temos pessoas inteligentes e com habilidades. (Joana, 20 anos, diurno)*

*Quase nada porque na escola sobre cultura de Alagoas não passado nada, a matéria que era para ensinar isto era História, mas não é passado nada sobre a História de Alagoas. Eu só iria falar um pouco sobre as comidas típicas que e o que eu vejo no dia a dia. [...]* (Sandro, 19 anos, noturno)

Os textos acima indicam que os jovens percebem que a escola poderia contribuir para o conhecimento da cultura local, mas que não tem trabalhado esse aspecto da formação dos jovens. Concorro com Pais (2003) quando diz que a discussão a respeito das culturas juvenis passa, necessariamente, pela diversidade das culturas próprias desse segmento social e não quero me aliar às “culturas não juvenis”, as quais se referem Carrano & Martins e que, “parecem querer interditar os espaços de expressão para os jovens” e que “geralmente essas são as culturas instituídas ou preservadas por instituições de poder” (CARRANO & MARTINS, 2011, p. 49). Mas, pessoalmente, acredito que o conhecimento da história e dos bens culturais do estado onde vivem, daria a esses jovens estrutura para exercer sua autonomia enquanto jovens globalizados, mas que conhecem sua herança cultural e podem distinguir suas raízes em meio à massificação e mundialização da cultura.

A falta de espaço para as referências culturais de Alagoas no ambiente escolar é percebido pelos jovens. Ao questioná-los se a escola deveria trabalhar mais assuntos

relacionados à cultura em Alagoas, os participantes da pesquisa responderem que seria interessante, mesmo que em atividades extraclasse como gincanas ou oficinas.

*À noite aqui um dia desses teve uma apresentação de um grupo [Grupo Joana Gajuru<sup>725</sup>] foi uma coisa diferente. Podia ter oficinas, falando das pessoas importantes, porque a cultura começa pelo povo né? Se tivesse uma semana de oficina, seria legal! Uma semana, um mês o que desse pra fazer! Se pudesse mostrar as pessoas importantes pra Alagoas... Tem comida aqui que a gente nem sabe se é daqui, ou se é de fora. Nosso jeito de falar... é nossa cultura... Tá enraizado! (Vinicius, 19 anos, noturno)*

Concordamos com Dayrell quando diz que “a aprendizagem implica assim, estabelecer um diálogo entre o conhecimento a ser ensinado e a cultura de origem do aluno” (DAYRELL, 1996, p.156). Considero revelador o fato de que todas as vezes que questionei aos jovens se havia, por parte deles, o interesse na abordagem de assuntos relacionados à Alagoas na escola, as respostas que obtive mostraram que há um grande interesse dos mesmos sobre esse tema. A queixa da ausência da matéria “História de Alagoas” é notória. A carência de conhecimentos sobre esse estado é gritante

Além disso, outros questionamentos surgiram no decorrer deste trabalho: como é possível “infiltrar” a cultura regional nos saberes curriculares além da disciplina de História de Alagoas? A transversalidade basta? Seria possível um trabalho multidisciplinar no sentido de contemplar a cultura regional na rotina pedagógica? Sinto a necessidade de uma nova pesquisa para aprofundamento dessas questões.

Pude observar que as discussões realizadas em virtude desta pesquisa fomentaram uma reflexão individual e coletiva sobre o quanto esses jovens alagoanos conhecem a respeito de suas referências culturais e o quanto esse assunto é invisível no ambiente escolar. Essas observações vem confirmando a hipótese de que não somente os jovens alagoanos não conhecem sua cultura, como o quanto é importante a atuação da escola para construção de um reconhecimento por parte dos jovens no que concerne às suas raízes históricas, aos valores de seu povo, ao que constitui, mesmo que inconscientemente, suas identidades enquanto sujeito sócio-culturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa, e corroborando com o que diversos autores estudados apresentam, considero que o Ensino Médio representa uma “fase” da vida estudantil que precisa ser discutida e orientada de acordo com a cultura, a história, as demandas e dimensões que envolvem o ser humano enquanto sujeito sócio-cultural, marcado por diversidades e individualidades. Nesse aspecto, e especialmente tratando-se de Alagoas, contemplar a cultura local, uma vez que esta serve de pano de fundo para a experiência de vida de cada um dos jovens estudantes, é algo que enriquece o trabalho pedagógico, e fortalece a autoestima do jovem aluno pois possibilita a aquisição de um conhecimento significativo, inserindo o mesmo em seu local de origem, o ponto de partida para qualquer que seja a identidade cultural que esse sujeito constituirá no decorrer de sua existência.

---

<sup>725</sup> Grupo ou Associação Teatral Joana Gajuru, é um dos mais atuantes grupos teatrais de Alagoas. Seus espetáculos têm o objetivo de contribuir para o fomento da cultura do imaginário popular, baseada na literatura de cordel, nos contadores de casos e no dia a dia dos cidadãos nordestinos. Mais informações em: <<http://www.joanagajuru.com.br/ogrupos.htm>>

Apesar da escassez de debates em torno dessa temática, as falas dos jovens estudantes envolvidos nesta pesquisa revelam, a necessidade de se trabalhar, dentro do ambiente escolar, assuntos relacionados às culturas em Alagoas, considero matéria História de Alagoas, fundamental na formação de professores e alunos alagoanos, em favor do desenvolvimento da autoestima dos cidadãos alagoanos e da contribuição para a sua construção identitária, fornecendo-lhe um suporte de referências culturais, considerando a importância de saber “de onde veio” para, a partir daí, poder afirmar-se ao dizer “quem sou” e “para onde vou”.

### Fontes e Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena, Wendel. *Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo*. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

BRASIL. **Ciências humanas e suas Tecnologias**. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: Secretaria da Educação Básica, 2002. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859)> Acesso em: 23 jun. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro 1988**. 25. ed. São Paulo. Saraiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

\_\_\_\_\_. **Portal MEC**. Brasília: Ministério da Educação, 2012. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/>> Acesso em: 17 set. 2012a.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**, Lisboa, Fim de Século, 1999.

DAYRELL, Juarez. **A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em:

<http://www.cedes.unicamp.br>  
<http://www.cedes.unicamp.br>  
<http://www.cedes.unicamp.br>  
<http://www.cedes.unicamp.br>  
<http://www.cedes.unicamp.br>  
<http://www.cedes.unicamp.br>  
<http://www.cedes.unicamp.br>  
<http://www.cedes.unicamp.br>

\_\_\_\_\_. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa & CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas; n. 23, p. 156-168, 2003.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. 2. ed. Lisboa, 2003.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

TEIXEIRA, Inês de Castro. Os professores como sujeitos sócio-culturais. In: DAYRELL, Juarez. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 179-194.

TERRAZAS, Salomé Magali García. **A dimensão pedagógica e comunicacional da festa junina nas escolas de Pilar: uma prática educomunicativa.** 2006. 196f. Dissertação de Mestrado.– Mestrado em Educação Brasileira – Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) – Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió, 2006.

## CRUZADA “CRISTO ESPERANÇA NOSSA”: PROTESTANTISMO EM SERGIPE (1964)

*Ermerson Porto Santos*

### **Introdução**

A proposta desse artigo é fazer uma abordagem a cerca do posicionamento cristão (protestante) em Sergipe, durante a Ditadura Militar que eclodiu em 1964. Busca-se compreender a relação entre a “Cruzada Cristo Esperança Nossa”<sup>726</sup> (CCEN) e o Golpe Militar de 1964 através dos discursos dos participantes da Cruzada. Através dessas falas verifica-se se houve ou não adesão ao movimento golpista e como eles justificam sua posição política. Essa pesquisa, por tanto, investiga a ideologia<sup>727</sup> dos protestantes e pontos convergentes e divergentes com relação ao movimento golpista. Esse estudo parte do pressuposto de que a maioria dos protestantes sergipanos apoiou à Ditadura, refletindo uma ideologia fundamentada na conservação de valores morais e cristãos. Acreditamos que o Golpe de 1964 foi um movimento conspiratório entre civis e militares, culminando num novo regime que começou a alterar a estrutura política do país através dos chamados Atos Institucionais (AI).

A pesquisa questiona a adesão ou não de protestantes sergipanos ao movimento golpista de 1964, as principais causas que levaram esses cristãos a aderirem esta ou aquela posição e a carga ideológica presente no discurso da CCEN. As principais fontes deste trabalho foram anúncios da *Gazeta de Sergipe* e do *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Atas de reuniões administrativas da Igreja Presbiteriana do Brasil em Aracaju, e depoimentos de protestantes que participaram da CCEN, (batistas, presbiterianos e assembleianos). A metodologia utilizada foi a coleta de entrevistas e análise do discurso presente nessas falas e documentos que fazem referência ao evento estudado. Ao trabalhar com fontes orais, buscou-se o resgate da memória desses religiosos.

A pesquisa não pretende descrever uma memória comum a todos os membros de um determinado grupo, partindo de suas lembranças em um dado momento de suas vidas, em nosso caso a CCEN; isto nos levaria a uma análise reducionista. Pollak (1992: 4) trata do problema da ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias de vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de História Oral<sup>728</sup>. O autor mostra que a memória é seletiva. Ao passo em que essa pesquisa busca a ideologia protestante através da recuperação da memória nos idos de 1964, Fiorin (1988:13) define ideologia como o conjunto de representações elaboradas a partir da aparência do real. Isso significa que nenhum conhecimento é neutro, pois expressa sempre uma visão de mundo, que não é senão o ponto de vista de uma classe social seja de suas formas aparentes, seja de suas formas essenciais.

---

<sup>726</sup> Cruzada evangélica de cunho interdenominacional que aconteceu em Sergipe no período em que fora deflagrado o Golpe. A palavra “cruzada” serve para designar um evento evangélico de massa.

<sup>727</sup> Ideologias são formas de entender o mundo e posicionar diante dele. Segundo afirma Marilena Chauí (2001), ideologia é um sistema ordenado de ideias ou representações, normas e regras, que aparece como algo separado e independente das condições materiais.

<sup>728</sup> É difícil estabelecer um exato momento do nascimento de uma disciplina, mas alguns segmentos da História Oral localizam sua gênese na Universidade de Columbia, EUA, em fins da década de 1940. Desde o principio a História Oral esteve marcadamente envolvida com as questões da memória humana, tanto coletiva quanto individual. Hoje essa tendência historiográfica aparece como um campo de grandes possibilidades e pesquisadores e professores de história. (SILVA. Kalina V. 2013:186)

## Protestantes em Sergipe

Os “crentes” difundiram sua pregação entre as camadas mais carentes do país, principalmente no nordeste e sudeste. Oriundos em sua maioria de um trabalho missionário estadunidense, “caracterizado pela exaltação do individualismo, do conversionismo e de uma postura política conservadora e anticomunista” (LIMA JÚNIOR, 2008). Tendo em vista a Cruzada “Cristo Esperança Nossa”, esse estudo trabalha com três das principais igrejas que participaram do evento; Igreja Presbiteriana, Batista e Assembleia de Deus. É pertinente entender em que contexto essas igrejas fixaram seus trabalhos em Sergipe, para então abordar a “Campanha” em evidência.

A primeira denominação protestante a se instalar em solo sergipano foi a Igreja Presbiteriana do Brasil. No ano de 1884 que o Reverendo Alexander Latimer Blackford, autorizado pelo Presbitério do Rio de Janeiro, instalou e organizou oficialmente a igreja na cidade de Laranjeiras (NASCIMENTO, 2004:121). Os presbiterianos contribuíram para o desenvolvimento cultural da sociedade sergipana desde sua instalação no período provincial. O processo de conversão religiosa exigia uma estratégia global que atingisse a sociedade brasileira, pois o catolicismo era a religião do homem brasileiro, inserida em seu cotidiano. Essa estratégia implicou na oferta de ensino primário através das escolas chamadas “paroquiais” e organização de grandes colégios nas principais cidades brasileiras.

Ainda no início do século XX, a denominação Batista chegou ao Estado com a instalação da Primeira Igreja Batista de Aracaju (PIBA) em 1913. Os pastores contavam tão somente com a providência de Deus enviando os missionários da Junta Richmond, que aceitava o convite de um campo ainda imberbe: “Os avanços são creditados ao ardor missionários dos pioneiros, ministrando estudos bíblicos, ação fraternal através da beneficência, séries de conferências e os mutirões pró-cidadania” (NATIVIDADE, 2013:9). A Igreja Batista cresceu vertiginosamente em todas as regiões de Sergipe. Organizou sua Convenção, a União Feminina Missionária Batista de Sergipe, Juventude Batista Sergipana, cultivou a música sacra e implantou o Seminário Teológico Batista.

A Assembleia de Deus tem sua gênese com a chegada de um sargento em 1927, chamado Ormínio, este oriundo da igreja no estado do Belém. Conforme o histórico da denominação, ele foi o primeiro pregador pentecostal e a primeira cidade a receber esta mensagem foi Aracaju. Os protestantes, já nas décadas de 60 e 70, vinham adquirindo sutil representatividade na sociedade brasileira, graças ao impulso que houve através da evangelização desses grupos, por meio da difusão e expansão de seus ideais, sobretudo, do pentecostalismo. Essa nova modalidade da fé protestante chegou ao Brasil em meados de 1910, enfatizando o batismo especial do Espírito Santo, subsequente à regeneração, como os atos sobrenaturais do Espírito Santo, como o falar em línguas e realização de curas (ERICKSON, 2011).

É incontestável a pouca participação dos evangélicos na mídia nessa época. No entanto, não podemos descartar a importância religiosa, social e política de um povo que se organizou em Sergipe no fim do século XIX e início do XX. Na década de 1960 essas igrejas já estavam presentes em mais de 60% do Estado<sup>729</sup>. Enquanto as igrejas tradicionais (Presbiteriana e Batista) desenvolviam seus trabalhos nas principais cidades, as Assembleias de Deus cresciam em casas de farinha, fazendas e povoados. Como fruto dos trabalhos evangelísticos, empreendidos por essas igrejas, ocorreu em Aracaju a Campanha “Cristo Esperança Nossa” em 1964.

---

<sup>729</sup> Convenção Batista Sergipana. (NATIVIDADE, 2013: 154-157)



## O Movimento Golpista de 1964

Desde a posse de João Goulart na Presidência da República, em 1961, setores militares já planejavam sua queda. O movimento contava com o apoio de governadores de Estados importantes como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; além de ter o respaldo do governo norte-americano. A participação ativa de algumas lideranças do Poder Legislativo e a omissão do Poder Judiciário foram decisivas para o sucesso do golpe. Era março de 1964 quando, segundo o depoimento de Paulo de Tarso<sup>730</sup>; Jango percebeu que não eram grupos civis e militares minoritários, que trabalhavam em prol do movimento golpista, mas era uma ação conjunta das Forças Armadas com o apoio de empresários, de amplos setores das classes médias urbanas e dos meios de comunicação de massa.

Em 1961 passou a existir oficialmente o *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais* (IPES), que “ostensivamente se apregoava reunir homens de negócios e intelectuais civis e militares interessados em estudar as reformas básicas propostas por João Goulart e esquerda, sob o ponto de vista de um tecno-empresário liberal” (AQUINO, 2012:28). Dispondo de amplos recursos financeiros, generosamente recebidos da embaixada dos Estados Unidos, então dirigida por Lincoln Gordon, estimulou o funcionamento de organizações subsidiárias e paralelas.

Compartilhamos a ideia de que “a história política republicana foi marcada por duras investidas de militares e civis contra poderes instituídos e constitucionais. Da arena da luta por legitimidade dos governos militares pós-1964, emergiu um movimento de resistência atuante e significativo” (CARDOSO, 2011: 7). Em Sergipe a superposição do poder militar sobre o civil fora deflagrado, também, de 31 de março a 1º de abril de 64. Sindicalistas da construção civil e lideranças dos ferroviários foram detidos pelo Exército. João Seixas Dória, então governador do Estado de Sergipe, foi preso e levado para um quartel em Salvador. Segundo José Silvério Leite Fontes em depoimento ao historiador Ibarê Dantas, a grande questão que embaraçou a todos naquele momento foi como reagir (DANTAS, 1997: 2).

Conforme Ibarê essa primeira fase do Estado Autoritário, foi marcado pela convivência entre Governo Militar com o sistema pluripartidário nascido nos anos 1940. Enquanto isso, vertiginosamente o domínio populista ia sendo desmontado pela ascensão dos militares. Houve em vários setores da sociedade grupos que apoiaram o golpe e outros demonstraram repúdio. A despeito dos antecedentes ao movimento, revelarem o arranjo político e social em prol da “Revolução”, visando à massificação ideológica de seus objetivos. Essa pesquisa acredita que o Golpe em 1964 foi um movimento conspiratório entre civis e militares, culminando num novo regime que começou a alterar a estrutura política do país através dos chamados Atos Institucionais (AI).

Em todo Brasil, a partir de 1964, foi se processando iniciativas de apoio ao Estado Autoritário, contribuindo para proporcionar-lhe o mínimo de legitimidade. Ibarê Dantas (1997:141) afirma que essas iniciativas partiram tanto da sociedade civil política, enquanto veiculava seu projeto ideológico, quanto setores da sociedade civil que, por várias circunstâncias, iam identificando pontos positivos no regime militar, alguns chegando até a manifestações explícitas de aprovação. A difusão das ideias autoritárias transcorreu na imprensa, nas escolas, nas igrejas, nas associações, revelando a acomodação aos padrões da nova ordem política e de aceitação de seu ideário.

---

<sup>730</sup> Ministro da Educação no Governo João Goulart em 1963. Ver SANTOS, Paulo de Tarso. COIMBRA, Oswaldo. 64 e outros anos: depoimento prestado a Oswaldo Coimbra. São Paulo: Cortês, 1984.

## Cruzada “Cristo Esperança Nossa”

Ao abordar a temática Ditadura Militar no Estado de Sergipe, esse estudo busca a ideologia protestante presente na CCEN. Sobre esta cruzada, Sandra Natividade e Lourdes Porfírio (2013:169) afirmam que o campo batista sergipano recepcionou alegremente a Campanha Nacional de Evangelização, da qual este evento fez parte, sendo realizado em 1964 no Estádio Municipal de Aracaju, interdenominacional, englobando todas as igrejas evangélicas. O Pr. Virgínio José de Carvalho Neto (presidente das Assembleias de Deus em Sergipe) afirma:

*Não tenho lembranças se depois da cruzada “Cristo Esperança Nossa” houve um trabalho evangelístico com o mesmo potencial. Foi uma cruzada que uniu os evangélicos, que naquele momento por falta de conhecimento, existia uma grande barreira denominacional. Inclusive a própria Assembleia de Deus não era favorável ao trabalho com outras igrejas. Foi uma equipe americana que de fato organizou o evento e eles trabalharam de uma forma que todos passaram a entender, acreditar e aceitar a proposta. (Entrevista concedida em 13 de junho de 2013 – grifo nosso)*

Moniz Bandeira (1997) coloca em evidência os fatores externos que levaram ao golpe. Embora não descarte os motivos internos, dar evidência aos interesses norte-americanos. Bandeira acredita que a estratégia americana para inibir a expansão socialista, pós Cuba, foi criar todo um aparato de apoio tanto a democracia quanto as ditaduras. Acredita-se que a CCEN é parte integrante de todo esse aparato que tem sua gênese na Conferência do Nordeste em 1962. Quando questionado sobre a neutralidade da Cruzada por ocorrer justamente setembro<sup>731</sup> no ano do Golpe, o Pr. Virgínio responde:

*[...] Já estava tudo preparado com muita antecedência. Os pastores se uniram, mas na verdade o potencial eram os americanos, e eu diria que foi um ato de coragem da parte deles porque se julgava que eles eram culpados por tudo o que estava acontecendo no Brasil. (Entrevista concedida em 13 de junho de 2013 – grifo nosso)*

Identifica-se na fala do pastor o que já afirmamos, desde a posse de João Goulart na Presidência da República, em 1961, setores militares já planejavam sua queda. Luiz Antônio Dias observa esse fenômeno atentando que para os jornais paulistanos, o Golpe Militar foi a defesa da lei e da ordem (2012:28). Assim, eventos religiosos que ocorreram por todo país, como a CCEN em Aracaju, primando por estes princípios, foi uma forma de legitimar o Golpe, ainda que talvez seus participantes não percebam, em sua grande maioria despolitizada, o que realmente estava acontecendo.

Em nossa pesquisa encontramos algumas manchetes na *Gazeta de Sergipe* e no *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, que fazem referência a CCEN. Além das fontes escritas fomos em busca de pessoas que pudessem, através de suas memórias, contribuir com a compreensão de nosso objeto de estudo. Ao trabalhar com fontes orais, busca-se o resgate da memória desses religiosos. A percepção dos motivos pelos quais o silêncio é atribuído a uma memória e como o esquecimento é provocado por alguns grupos é

---

<sup>731</sup> Setembro é o mês da independência e os evangélicos costumavam comemorar eventos cívico-religiosos. Embora este não fosse o cunho da CCEN. Ver Atas da Igreja Presbiteriana em Aracaju nº 274, 353, 359 e 378.

pensado a partir do artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio”, de Michael Pollak (1989). A *Gazeta de Sergipe* que circulou no dia 18 de setembro de 1964 anunciava:

*Está sendo esperado hoje, procedente do Rio de Janeiro, o notável pregador do Evangelho, Reverendo Antônio Elias Sobrinho, que será festivamente recepcionado pelas igrejas evangélicas da cidade (...) Ele vem a Aracaju especialmente convidado para ser o orador oficial dos últimos trabalhos da Grande Campanha “Cristo Esperança Nossa” (...) As autoridades civis militares, funcionários públicos, estudantes e público em geral estão sendo convidados para ouvir a mensagem de Fé e Esperança do distinto e ilustre visitante. (Gazeta de Sergipe nº 2508, 18 de setembro de 1964).*

Em setembro de 1964<sup>732</sup> aconteceu na cidade de Aracaju, a campanha interdenominacional<sup>733</sup> denominada “Cristo Esperança Nossa”. Foi um movimento protestante que transcorreu-se durante uma semana ininterrupta, além de programações extras que ocorreram pelo interior. De forma sistematizada ocorreram uma série de palestras e trabalhos evangélicos com a participação de vários religiosos, tendo como principal finalidade apologia à fé cristã, seus valores e o amor a pátria. Essa cruzada deu corpo ao discurso defendido pela grande maioria dos evangélicos naquele momento.

Os protestantes em Sergipe usavam um discurso em defesa da nacionalidade brasileira, partindo do pressuposto que toda autoridade é constituída por Deus<sup>734</sup>, e os inimigos, os comunistas, deviam ser expurgados do cenário nacional. Estes representavam uma ameaça aos valores cristãos como a família, a ordem e o civismo. A CCEN buscou a evangelização dos sergipanos, resultando em novas decisões e o fortalecimento das igrejas. Cada igreja tinha um grupo de conselheiros que viabilizavam toda parte organizacional do evento, que foi considerado extraordinário.

*CRISTO ESPERANÇA NOSSA: Veio a Aracaju e foi recebido pelo conselho da Igreja, o pastor Orlando de Moraes para trazer notícias e pedir o apoio dos presbiterianos para uma campanha que seria realizada em todo Brasil, objetivando revigorar a marcha evangélica no país e a conversão de pessoas em 1964... (Jornal Presbiteriano: 35)*

A “grande” Cruzada “Cristo Esperança Nossa”, não tinha apenas um cunho evangelístico, ou simplesmente objetivava combater modismos neopentecostais<sup>735</sup>; estava norteadada por um pragmatismo fundamentalista<sup>736</sup>. O objetivo central da Cruzada era apresentar Jesus Cristo, como a solução para os problemas da sociedade brasileira daquele período. Nesse bojo, aqueles protestantes que participaram do evento, declararam abertamente suas convicções diante da situação política vivenciada em

---

<sup>732</sup> Observe que o golpe já tinha ocorrido com sucesso.

<sup>733</sup> Denominação àquele ramo do protestantismo, que formou um considerável grupo de fiéis e se identifica por um determinado nome. Sendo assim, o termo interdenominacional é usado para designar “entre denominações ou igrejas”.

<sup>734</sup> Fundamenta tal crença em um versículo da Bíblia que está na Carta do Apóstolo Paulo aos Romanos, cap. 13 e v.v 1.

<sup>735</sup> Afirma Helenaldo Araújo Oliveira, em entrevista concedida em 18 de junho de 2012.

<sup>736</sup> Esse termo se aplica na conotação de dar praticidade as diretrizes tradicionais (fundamentais), que são defendidas pelos protestantes, ou seja, como o fundamento defendido como principal regra de fé e conduta por esses cristãos é a Bíblia Sagrada, a CCEN busca tornar aplicável, naquele contexto, as “verdades” bíblicas.

Sergipe<sup>737</sup>. Foi pensada, organizada e executada seguindo todo um programa de atuação em pontos principais na cidade de Aracaju. Cartazes muito bem elaborados foram espalhados nas principais entradas da cidade de Aracaju<sup>738</sup>. Não estavam ali em vão, ou por acaso. Falar nas principais entradas da capital do Estado, nos leva a pensar em fronteiras, fluxo de entrada e saída do território mais movimentado e moderno de Sergipe. Estavam ali estrategicamente e banhada por um discurso nacionalista.

Há vários indícios nas atas de reuniões administrativas das principais igrejas protestantes em Sergipe, acerca de seu posicionamento quanto ao advento da Ditadura Militar. Em 1964 o Reverendo Walter Reis Donalt, toma posse da presidência da Igreja Presbiteriana de Aracaju em culto solene recebendo votos de um trabalho digno e que “muito” seja feito em prol do “evangelismo pátrio”. A despeito de haver, em certa medida, naquela época uma fiscalização, mesmo nas igrejas, por parte dos militares.

*Nas reuniões e nos cultos sempre apareciam os espias dos órgãos oficiais do governo. Tinham como finalidade observar o cunho das mensagens pregadas nos púlpitos. [...] Todo homem falante, ou seja, de boa expressão e oratória era cassado. (Helenaldo Araujo Oliveira, em entrevista concedida em 18/06/2012).*

O que mais nos chama à atenção é a forma como a mídia enfatiza a CCEN e a questão da tolerância religiosa em Sergipe nesse período. De um lado temos os evangélicos sem muita força midiática e do outro, de repente nos deparamos com um movimento protestante, no qual o *Diário Oficial do Estado* (14 e 20 de setembro de 1964) faz menção pelo menos em duas publicações e a *Gazeta de Sergipe* (18, 22 e 23 de setembro de 1964) apresentou três manchetes dando detalhes do evento; até mesmo da expectativa de chegada do principal palestrante Reverendo Antônio Elias Sobrinho, este considerado o Billy Graham<sup>739</sup> da América do Sul.

Segundo a *Gazeta de Sergipe* de 23 de setembro de 1964, a abertura da Campanha se deu com um desfile de todos os evangélicos do centro da cidade, até o estádio de Aracaju (local da concentração). Estiveram presentes os representantes do governador Dr. João Marques Guimarães – Secretário de Imprensa – (já anunciado no *Diário Oficial* em 20 de setembro daquele ano) e do prefeito; compareceu ainda o Major Francisco Silveira (Comandante da Guarnição Federal), acompanhado de sua mui digna esposa. O ponto alto da campanha foi quando com grande emoção e entusiasmo o orador oficial, Reverendo Antônio Elias Sobrinho, discorreu sobre o poder de Jesus Cristo e sua disposição para resolver os problemas humanos.

Não se pretende com esse estudo fazer juízo de valores, pois, como afirma Marc Bloch (2001:123-140), a história deve primar pela imparcialidade, entretanto não implica dizer que se deve tomar afastamento do seu objeto de pesquisa. Ao historiador cabe o trabalho de escolher e analisar os fatos, seja reconstituindo o passado ou historiando sobre o presente, buscando a compreensão de todos, do mais culto ao mais leigo, pois diferente da matemática ou química, o historiador fala unicamente com as palavras.

---

<sup>737</sup> Ver *Gazeta de Sergipe* de 18 de setembro de 1964.

<sup>738</sup> Não encontramos na pesquisa fotografias ou cópias desses cartazes, entretanto a ata de nº 378 da Igreja Presbiteriana de Aracaju delibera sobre a confecção desses cartazes.

<sup>739</sup> Conceituado pregador norte-americano. Foi conselheiro espiritual de vários presidentes americanos. Suas cruzadas focadas no lema “Jesus Cristo é o único caminho de salvação” atraem milhões de pessoas em todas as partes do mundo. Esteve no Brasil em 1960, 1974, 2000 e 2008.

## Fontes e Referências Bibliográficas

- ALVES, Rubem. **Dogmatismo e Tolerância**. São Paulo: Papirus, 1987. 231 p.
- \_\_\_\_\_. **Religião e repressão**. São Paulo: Loyola, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O que é religião**. – 9. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BANDEIRA, L.A. Moniz. “**O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional**”. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.) 1964: visões críticas do golpe Campinas-SP: UNICAMP, 1997.
- BEZERRA, Cícero Cunha. **Temas de ciências da religião**. São Cristóvão; Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- CÉSAR, Waldo A. **A Conferência do Nordeste: Cristo e o processo revolucionário brasileiro**. Recife: Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil, 1962.
- CANDAUI, Joël. **Memória e Identidade**; tradução de Maria Leticia Ferreira. – 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- CARDOSO, Célia Costa. “**Políticos Cassados no Estado de Sergipe em 1964**”. Cadernos do Tempo Presente. UFS, v.1. 2011. 01-10 p.
- DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- DIAS, Luiz Antônio. **A salvação da pátria**. Rio de Janeiro: Revista de História da Biblioteca Nacional, Ed. 83, 2012. 28-30 p.
- FERREIRA, Jorge. **Não à guerra civil**. Revista de História. Ed. 83. Rio de Janeiro: Revista de História da Biblioteca Nacional, 2012. 22-25 p.
- FIORIN, José Luis. **O regime de 1964: discurso e ideologia**. São Paulo: Atual, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.
- LIMA JÚNIOR, José Ferreira de. **Protestantismo e Golpe Militar de 1964 em Pernambuco: uma análise da Cruzada de Ação Básica Cristã**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Ciências da Religião, 2008.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas**. REVISTA USP, São Paulo, n.67, 2005. 48-67 p.
- NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. **A escola americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2004.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História**. A problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC/USP, Dezembro, 1993.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989. 3-15 p.
- NATIVIDADE, Sandra Maria. ANJOS, Maria de Lourdes Porfírio Ramos Trindade dos. **A luz brilhou na terra dos Cajueiros: panorama histórico dos batistas em Sergipe 1913-2013**. Aracaju: Edição do Autor, 2013.
- REIS, Daniel Aarão. **O sol sem peneira**. Rio de Janeiro: Revista de História da Biblioteca Nacional, Ed. 83, 2012. 31-35 p.
- SANTOS, Paulo de Tarso. COIMBRA, Oswaldo. **64 e outros anos: depoimento prestado a Oswaldo Coimbra**. São Paulo: Cortês, 1984.
- SILVA, Elizete da. **Protestantes e o governo militar: convergências e divergências**. In: Grimaldo Carneiro Zachariadhes. (Org.). Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009, v., p. 31-51.

## UM PATRIMÔNIO IMATERIAL SERGIPANO: DISCUSSÃO SOBRE A PRODUÇÃO DA RENDA IRLANDESA

*Estefanni Patricia Santos Silva*

O trabalho sobre a renda irlandesa possui o objetivo de apresentar as características do bem imaterial, através de dois municípios nos quais possuem rendeiras que as produzem: Divina Pastora e Laranjeiras, em Sergipe.

A renda irlandesa, considerada um dos produtos artesanais mais requintados e remotos do estado de Sergipe, possui um destaque na cidade de Divina Pastora, situada a 39 quilômetros da capital sergipana. Além desta, há na cidade de Laranjeiras, situada a 18 quilômetros de Aracaju, rendeiras da renda irlandesa; sendo que em outros municípios do estado de Sergipe também há a fabricação deste artesanato. Alguns pesquisadores, inclusive, já disseram que Sergipe é o único lugar do mundo que as fabricam (Artesanato de Sergipe. s/d)<sup>740</sup>.

Sobre a valorização das heranças produzidas pelas artesãs, ressalta-se o decreto n° 3.551, de 4 de Agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Compreendendo, a renda enquanto um bem dessa natureza, em 2008, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN<sup>741</sup>, Conferiu o título de Patrimônio Cultural Imaterial à renda Irlandesa produzida em Sergipe. O modo de fazer renda irlandesa foi incluído no Livro de Registro dos Saberes. O município surge como principal território da renda irlandesa, isso porque no local se encontram os elementos que efetivou o ofício (vinculado originalmente à aristocracia) por mulheres humildes que reinventaram a técnica, o uso e o sentido deste saber-fazer.<sup>742</sup>

E nessa discussão, vale enfatizar o conceito de “patrimônio imaterial” definido no 2° artigo do documento produzido na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, realizada em Paris, no período entre 29 de setembro à 17 de outubro de 2003, sob a chancela da Organização das Nações Unidas (UNESCO):

*[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas — junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados — que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2006, p. 4).*

---

<sup>740</sup> Esta informação encontra-se no: CENTRO DE ARTE E CULTURA de SERGIPE. **Artesanato de Sergipe.** s/d.

<sup>741</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

<sup>742</sup> Informações retiradas do site: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=759268>. Acessado: 12/11/2011

Diante desses processos de tombamentos, e, portanto, valorização de um bem imaterial, que nesse caso é a renda irlandesa, toma-se como preocupação, pelos profissionais dos bens culturais, utilizar os documentos legais para salvaguardá-las, uma vez que essa produção é vista como um patrimônio cultural, ou seja, um testemunho das heranças deixadas pelos ancestrais que contribuíram no processo sociocultural do local onde a peça é produzida: “as expressões culturais constituem um dos mais intensos exemplos da criatividade e da persistência das tradições das diversas etnias que se entrecruzaram e formaram a nação brasileira” (FUNARI; PELEGRINI, 2008, p. 82).

A cidade de Divina Pastora possui duas marcas que a diferenciam dos demais municípios: a peregrinação à Virgem Divina Pastora e a produção da renda irlandesa, sendo que ambas possuem uma conexão, sobretudo no dia da procissão. A cidade, de acordo com alguns pesquisadores, entre eles a Antropóloga Beatriz Góis Dantas que obtêm a renda irlandesa como um dos seus objetos de estudo, diz que o município:

*Segundo alguns historiadores, o gado estaria nas origens de Divina Pastora, surgida de um curral com a denominação inicial de Ladeira. Mas foi a atividade açucareira que deixou marcas mais fortes na feição socioeconômicas e cultural do município, até mesmo em sua composição étnica, na qual a presença negra é bem visível. (2001, p. 13)*

Assim, com a eminência de uma vida açucareira nos séculos XVIII e XIX, engenhos foram construídos na região. Depois de uma temporalidade, sobretudo no final da primeira metade do século XX, iniciaram a criação em abundância do gado bovino. Atualmente ocorre a exploração do petróleo no município. Nesta região de fortes mudanças exploratórias, são confeccionadas as rendas cujas senhoras e moças ao sentar em suas calçadas, ou mesmo em casa, produzem as rendas. Paralelas ao diálogo cantam e conversam sobre o cotidiano. Entre as rendeiras, a inesquecível Dona Alzira Alves Santos, uma das mais antigas rendeiras de Divina Pastora constantemente é citada por aqueles que pesquisam este artesanato.

O Contexto não poderia ser citado sem mencionar a procissão à Divina Pastora. Este evento religioso ocorre anualmente no terceiro domingo do mês de Outubro, percorrendo nove quilômetros entre o município de Riachuelo à esperada Divina Pastora<sup>743</sup>. A cada ano, milhares de pessoas vão pagar suas promessas, sendo que são visualizadas dentro da igreja matriz de Divina Pastora rendas irlandesas nos altares, na decoração e nas indumentárias. Paralelo a este interesse, os turistas que por ali estão<sup>744</sup> aproveitam para adquirir uma renda irlandesa, ou mesmo apreciá-las. As rendas encontram-se presentes em vestes, são usadas como acessórios, entre eles: brincos, colares, bolsas e pulseiras, chamando a atenção de quem as observam e despertando a curiosidade em conhecê-las.

Além destes itens, através da renda são feitas: toalha de bandeja, marca texto, toalhas de mesa, blusas, vestidos, passadeiras — sendo feita em diversas dimensões e formatos entre elas as mais fabricadas são as retangulares, ovais, redondas e quadradas — entre outras. O modo de fazer consiste, de acordo com Beatriz Dantas, em:

*Riscar ou copiar em papel transparente o desenho a ser elaborado.  
Fixar o papel riscado sobre papel grosso. Alinhavar o lacê sobre o*

---

<sup>743</sup> Informações acessadas no dia 12/11/2011 no: <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=90894&titulo=cidade>

<sup>744</sup> São pessoas de diversos municípios do estado de Sergipe, além de peregrinos de outros estados brasileiros, principalmente Bahia e Alagoas.

*risco, acompanhando as formas do desenho. Fixar o papel com o lacê já alinhavado em pequena almofada ou travesseiro, procedimento que é mais usual quando se trabalha com peças grandes. Preencher os espaços vazios entre o lacê, utilizando vários pontos que são tecidos com agulha e linha. Separar a renda do papel e do risco sobre os quais foi executada, cortando-se os alinhavos que os prendiam. Limpar a peça de renda, catando-se os fiapos de linha, restos do alinhavo que a ela ficaram presos. (2001, p. 23)*

Os pontos que existem são provenientes do cotidiano das rendeiras e obtêm nome através das mais variadas situações, que entre eles, são os denominados: pé-de-galinha, dente-de-jegue, espinha-de-peixe, aranha, boca-de-sapo, abacaxi, cocada, caseado, entre outras. Classificada como “renda de agulha”, estão listados duas dezenas de pontos apresentados em mostruário, os quais são nomeados com base na analogia a animais e vegetais que integram o universo das rendeiras,<sup>745</sup>

Assim, notou-se um despertar de interesses, depois de levantamentos feitos sobre a importância da renda e o seu potencial, para a comercialização além vizinhos. Antes, sobretudo no século XIX e século XX, as rendeiras contam que as rendas formavam enxovais de bebês, casamentos, batizados, e a partir dessas encomendas, a renda era vendida. Na elaboração, estavam presentes, em alguns casos, vários parentes: tias, filhas, sobrinhas, que se reuniam para dar conta do quantitativo de peças solicitadas para a encomenda datada.

Em 2000, foi criada a Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora (Asderen), através do apoio do Programa Artesanato Solidário. Por meio da pesquisa realizada para o processo de registro, foi iniciada uma ação de salvaguarda. Os pesquisadores, com a colaboração da associação, catalogaram 122 rendeiras entre associadas e não-associadas em Divina Pastora e em outras sete localidades. Essas mulheres foram identificadas e apresentaram informações sobre as potencialidades e fragilidades do modo de fazer Renda Irlandesa.<sup>746</sup>

**Figura 1:** Renda irlandesa, formato porta-bandeja, no Museu do Homem Sergipano



**Fonte:** Estefanni Patricia Santos Silva. (2011)

Beatriz Dantas, em seus trabalhos sobre o objeto de estudo exposto, cita a influência das mulheres aristocráticas dos engenhos que aprendiam no século XIX a

<sup>745</sup> Informações acessadas no dia 12/11/2011: <http://babeldasartes.wordpress.com/2009/03/22/renda-irlandesa-de-sergipe-e-patrimonio-cultural>.

<sup>746</sup> Informações retiradas do site: <http://www.cge.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=1118>. Acessado: 12/11/2011



partir dos ensinamentos das enciclopédias francesas, que entre eles, incluía o trabalho da renda irlandesa. Frente a isto, vê-se a introdução deste saber em Divina Pastora. A antropóloga também cita o envolvimento das rendeiras com o fazer, que seria diante da preocupação em vendê-las, obtendo resultados financeiros frente aos ensinamentos das freiras (como elas dizem na cidade). As personagens que as rendeiras citam como pessoas que passaram o conhecimento da renda às demais, datam por volta do início do século XX. Desta forma, provavelmente com a queda dos engenhos, as senhoras aristocráticas migraram à zona urbana, aproximando assim das mulheres pobres, sendo que também muitas destas mulheres humildes aprenderam o fazer quando trabalhavam nos engenhos.

Estas práticas dos bordados e das rendas veem de vários povos, que apresentando aspectos simples e suntuosos, vão ultrapassando o tê-lo do básico para o requinte. Foi a partir do século VII, que a utilização destes se intensificou, ganhando a nobreza. Muitas destas práticas foram utilizadas para enxovais de famílias sofisticadas em seus casamentos ou na espera dos bebês. No contexto brasileiro o nome, inclusive, remonta à Irlanda, sendo que a mesma foi trazida à Sergipe, de acordo com as moradoras da região, por freiras italianas.

Em suas pesquisas, a antropóloga apresenta o número de rendeiras que há na cidade, em 2001 havia por volta de uma centena de mulheres pela área urbana e rural que a confecciona, sendo que as mesmas reclamavam dos poucos ganhos e da falta de mercado (2001, p.17).

No entanto, as que possuem a técnica orgulham-se por possuí-la, este sentimento foi reforçado após o tombamento, sendo-as vivenciadas, através da vizinha, dos parentes, que as incentivam a produzi-la.

Conversando com Silvanete, uma moça nascida e criada em Divina Pastora, a respeito da renda, disse:

*Eu desde criança aprendi a fazer a Renda Irlandesa. A minha mãe bordava muito bem. Acho linda só que me falta tempo para bordar. Antigamente eu via muitos enxovais sendo feitos, principalmente de nascimentos e casamentos. Entrevista concedida à Estefanni Patricia em julho de 2011.*

Com o tempo, o trabalho passou a ser dedicado aos enxovais, pois os mesmos são bem mais pagos e procurados. Em Laranjeiras o investimento é realizado em marca textos, boleros, blusas, panos de bandeja e acessórios para o cabelo.

Em Laranjeiras, no centro de artesanato, há rendeiras que as produzem constantemente, onde os visitantes as vêem produzindo e as mesmas comercializam no espaço. O fazer da renda irlandesa em Laranjeiras ocorre há muitos anos. De acordo com as rendeiras que possuem entre quarenta, cinquenta anos, a produção ocorre na cidade há muito tempo, no entanto, nunca foi tão divulgada quanto em Divina Pastora. As cidades ficam próximas, muitas aprenderam com mulheres das regiões entre os municípios, sendo que em Divina Pastora há pesquisas consolidadas comprovando a presença da renda no local desde o século XIX.

**Figura 2:** Rendeira de Laranjeiras Produzindo-a



**Fonte:** Estefanni Patricia Santos Silva. (2011)

Na sociedade contemporânea, em alguns casos, o fazer das rendeiras pode ser continuidade de uma prática secular, enquanto em outros pode ser a retomada de uma atividade que se interrompeu e voltou a ser exercida devido a incentivos resultantes de políticas públicas em diferentes níveis e com objetivos diversos, atendendo a novos mercados (DANTAS, 2006, p.30).

No caso da cidade histórica de Laranjeiras, o seu potencial turístico e regional, sempre foram as festas populares, o folclore, os seus casarios e etc. A renda nunca foi um destaque à cidade. No entanto, após o tombamento do fazer imaterial, as rendeiras do município receberam um espaço para a comercialização dos seus produtos, e assim, puderam divulgar mais essa peculiaridade do famoso município com potencial patrimonial. Ao contrário de Divina Pastora, que sempre foi famosa pela peregrinação e pelo fazer da renda, mesmo tendo um singular folclore e patrimônios arquitetônicos que remontam desde o século XVIII.

**Figura 3:** Porta- bandeja pronta e outro em construção



**Fonte:** Estefanni Patricia Santos Silva. (2011)

A Cultura passa a ser vista, nesta perspectiva, como o *universo* da criação, da transmissão, da apropriação e da interpretação dos bens culturais imateriais e das relações que se estabelecem. Com relação às preocupações e perspectivas que permeiam a Imaterialidade, o autor Marcos Ferreira Santos cita:

*No entanto, fica a preocupação em como conservar, como difundir, como preservar essa cultura que é imaterial. Ela somente continua - e eu somente tenho acesso a ela - enquanto ela se produz, ou ainda, através de algumas outras formas de registros de como ela se produz, em seu próprio processo (2004, p.141).*

Compreendendo a renda enquanto um legado cultural, chama-se a atenção para a preservação e divulgação destes fazeres, para que isso se realize, necessita-se maiores investimentos através de políticas públicas, incentivos de empresas privadas, comercializando-a em outros estados, concomitantemente apresentando a sua historicidade, para que haja uma apropriação não somente das pessoas do município que as fabricam, mas que seja conhecida e utilizada a um público maior. Afinal de contas, investir em patrimônio cultural é uma riqueza que poucos, no contexto brasileiro, ousou explorar.

A respeito dos usos dos símbolos patrimoniais que a sociedade faz, disse José Reginaldo Santos Gonçalves: “O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir”(2003, p.27). Assim, verifica-se a importância em se discutir um bem tombado, pensando em quais ações estão sendo feitas na preservação do patrimônio, visualizar quais as expectativas que permeiam o objeto, elaborar projetos museográficos/expográficos que atenda a temática e pensar em perspectivas à divulgação do registro imaterial que o estado passou a obter em nível nacional. Até porque, se a renda fosse tão conhecida em nível de Brasil, não existiria tanta necessidade em escrever sobre a trajetória desse objeto com o fim de divulgar suas simples características, mas, o objeto já obteria uma visibilidade e escritos sobre as suas formas de apropriação, ações educativas, por exemplo, seriam abordadas.

Portanto, com o objetivo de fomentar as discussões sobre o modo de fazer da renda irlandesa, o presente artigo científico preocupou-se em apresentar a historicidade, trajetória e usos, em poucas palavras, sobre um bem patrimonial que passou pelo reconhecimento por meio de seu tombamento, e que mesmo diante de ações pontuais, permanece desconhecida no cenário nacional. Esse patrimônio imaterial, assim como qualquer outro bem, comunica as heranças deixadas por colonos e mostram, por meio de um testemunho, as influências da Europa na constituição de cidades situadas no nordeste brasileiro, especificamente, no estado de Sergipe.

## **Fontes e Referências Bibliográficas**

- CENTRO DE ARTE E CULTURA de SERGIPE. **Artesanato de Sergipe**. s/d.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade Editora da UNESP, 2001.
- DANTAS, Beatriz Góis. **Renda de Divina Pastora**. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu, PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **O que é Patrimônio Cultural imaterial**. Col. Primeiros Passos, 331. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs). IN: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DPCA, 2003, p. 21-29.
- SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **Catálogo de artesãos de Poço Redondo**. Aracaju: Instituto Xingó/ CHESF/SUDENE/MCT/CNPq/ Unidades de Projeto Arqueologia e Patrimônio Histórico/ CENDOP, 2001.

SANTOS, Marcos Ferreira. **Cultura Imaterial e Processos Simbólicos**. São Paulo: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 14: 139-151, 2004.

SILVA, Estefanni Patrícia Santos. **A Representação do Imaterial no Museu do Homem Sergipano: Caso dos bordados e rendas**. Trabalho de graduação em Museologia/ Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras-Se: UFS, 2010.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

Arquivo fotográfico de Estefanni Patricia Santos Silva. Decreto nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000.

Entrevista de Silvanete concedida à Estefanni Patricia, em Divina Pastora-SE, no mês de julho de 2011.

VITURINO, Josimari. **Relatório de Pesquisa Renda Irlandesa de Divina Pastora/Se**. Trabalho de graduação em Museologia/ Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras-Se: UFS, 2010.

# UM FLÂNEUR TRANSATLÂNTICO: LEVANTAMENTO DE SITES E BLOGS SERGIPANOS E PORTUGUESES

*Giceli Andrade Rocha Santos*

## INTRODUÇÃO

O artigo busca compreender a apreensão dos aspectos simbólicos e a construção das representações sociais dos moradores e *flâneurs* das cidades históricas de Sergipe e de Portugal a respeito de sua própria história sob o viés teórico de Pierre Bourdieu (1989), Roger Chartier (1990), e Françoise Choay (2000), mas também traçar um roteiro comparativo das políticas de salvaguarda patrimonial nesses dois espaços para compreender de que modo a relação entre cidadão e patrimônio se desenvolve: se no campo do protagonismo consciente ou da submissão ao Estado. As fronteiras entre o monumento e o monumento histórico e no caso deste último, a não intencionalidade de criá-lo como tal. A ele, ao monumento histórico, são atribuídas características que estariam ausentes entre executores e destinatários da obra, assim: “todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido na sua origem um destino memorial” (CHOAY, 2000:22).

## BENS CULTURAIS E REGISTROS DIGITAIS

Os “bens culturais apreendidos como expressões da alma dos povos, conjugam as reminiscências e o sentido de pertencimento dos indivíduos, articulando-os a um ou mais grupos e lhes assegurando vínculos identitários. Não obstante, as reiteradas ameaças às tradições culturais e ao meio, tão corriqueiras na atualidade, abalam as perspectivas da própria sobrevivência humana. Por essa razão, agentes sociais distintos, profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e admiradores dos múltiplos ‘tesouros da humanidade’ se movimentam para garantir a salvaguarda de paisagens naturais e culturais, das festas profanas e religiosas, dos vestígios arqueológicos, das obras de arte, dos monumentos e bens culturais imateriais. Além disso, na esperança de promover saídas para os impasses da preservação dos patrimônios intangíveis, esses cidadãos sugerem o acautelamento e o registro de ofícios e saberes populares, de rituais e crenças”. (PELEGRINI, 2009: 14-15)

A salvaguarda e valorização do patrimônio cultural como atribuição do Estado português teve como referência normativa mais relevante, até ao final do século XX, a Legislação do Património Cultural Português (Lei nº 13/85, de 6 de Julho).

Dois anos depois, a Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 7 de Abril), no artigo 17.º, identifica a paisagem e o patrimônio natural e construído como componentes que “definem, no seu conjunto, o quadro específico de vida, onde se insere e de que depende a atividade do homem”, e no artigo 20.º, estabelece que o “património natural e construído do País, bem como o histórico e cultural, serão objeto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão de recursos existentes e planificação das ações a empreender numa perspectiva de animação e utilização criativa”.

Assim, o novo quadro jurídico caracteriza o patrimônio cultural como: “constituído por todos os bens (materiais e imateriais) que, sendo testemunhos com

valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização, mas, também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”. Desse modo, “o interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arquitetônico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico dos bens que integram o patrimônio cultural refletirá valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade” (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro).

No Brasil a partir de 1934 as questões do patrimônio cultural começaram a ser contempladas na Constituição republicana, tendo suas disposições de proteção aos bens naturais e culturais ratificadas na Carta de 1937, submetendo o instituto da propriedade ao bem coletivo. Sendo a década de 1940 repletas de ações de incentivo no campo museológico e de tombamentos de edificações em cidades históricas pelo Instituto do Patrimônio Artístico, Histórico e Nacional (Iphan). Todavia, a Constituição de 1988 e os progressos no campo do patrimônio imaterial nos anos 2000 irão ter uma ação decisiva no alargamento da noção de patrimônio cultural brasileiro.

No que diz respeito à relação entre patrimônio e *internet* parte-se da compreensão do conceito de Patrimônio Digital que o percebem como:

*...recursos de conhecimento ou expressão humana sejam cultural, educacional, científico e administrativo, ou abrangendo a informação técnica, legal, médica e outros tipos de informação, [que] são cada vez mais criados digitalmente, ou convertidos de sua forma analógica original à forma digital. ... Matérias digitais incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, software, e páginas WEB, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. Eles geralmente são passageiros e requerem produção, manutenção e gerenciamento intencionais para serem preservados. Muitos desses materiais são de valor e significância duradouros, e por isso constituem um patrimônio que deve ser protegido e preservado para a geração atual e futura. Esse patrimônio existe em qualquer língua, parte do mundo, e em qualquer área do conhecimento e expressões humanos (UNESCO, 2004).*

Para que haja um patrimônio digital, um longo caminho foi percorrido e dentre as maiores invenções da humanidade é a *internet*, ou rede informática mundial, surgiu como um importante elemento para que houvesse a superação das fronteiras, a comunicação mais ágil e a troca de informações.

Segundo Desvallées (2001:18) “Passou-se ao mesmo tempo do suporte papel para o suporte eletrônico e da contemplação individual ou coletiva, mas monotópica, à contemplação universal e mundial.”.

## CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS DE SITES E BLOGS SERGIPANOS E PORTUGUESES

<p><a href="http://dpes-ufs.blogspot.com.br">http://dpes-ufs.blogspot.com.br</a> (Defensores do Patrimônio Cultural Sergipano)</p>	<p>Características: É um projeto de extensão do departamento de História da UFS criado em 2006 e denuncia irregularidades do patrimônio sergipano. Objetivos: Atuar na área de educação patrimonial, desenvolver estudos sobre os bens culturais de Sergipe, efetivar ações políticas de mobilização visando à proteção e conservação dos bens culturais.</p>
<p><a href="http://mnemosinedigital.wordpress.com">http://mnemosinedigital.wordpress.com</a></p>	<p>Características: É um Banco de Dados sobre Museologia e Patrimônio, elaborado a partir de um projeto de iniciação científica e tecnológica vinculado ao CINTEC, da Universidade Federal de Sergipe (UFS) entre 2010-2011. Objetivo: A criação de um banco de dados com <i>links</i> textuais voltados para os temas “museologia, memória e patrimônio”, utilizando-se a etnografia informacional navegar no ciberespaço e reunir em uma <i>web site</i> informações em língua portuguesa sobre cultura material e imaterial, museus em geral, ciência e tecnologia, memória e identidade, educação patrimonial e patrimônio ambiental.</p>
<p><a href="http://www.pportodosmuseus.pt">http://www.pportodosmuseus.pt</a>: Patrimônio e indústria criativa). (Cultura,</p>	<p>Características: É uma plataforma de informação sobre o patrimônio cultural e as indústrias criativas. Objetivo: Permitir aos profissionais do setor e a outros públicos interessados, informações rápidas e objetivas sobre o que de mais importante acontece em Portugal e no estrangeiro.</p>
<p><a href="http://www.sosazulejo.com">http://www.sosazulejo.com</a>:</p>	<p>Características: Esse site é de iniciativa e coordenação do museu de Polícia Judiciária (MPJ) órgão da Escola de Polícia Judiciária (EPJ). Objetivo: Combater a grave delapidação de o patrimônio azulejar português, que se verifica atualmente, de modo crescente e alarmante, sobretudo por furto, mas também por vandalismo e incúria.</p>
<p><a href="http://www.diocese-porto.pt">http://www.diocese-porto.pt</a>:</p>	<p>Características: Informa aos fieis tudo o que está acontecendo no Paco Episcopal do Porto, sua história e visitas virtuais em 360° para conhecer sua arquitetura e instalações.</p>
<p><a href="http://appgcultural.wix.com">http://appgcultural.wix.com</a></p>	<p>Características: Trata-se de uma Associação Portuguesa de Gestores do Patrimônio Cultural, de caráter privado. Objetivo: Motivação profissional, reconhecimento da profissão de gestor de Patrimônio Cultural, desenvolve atividades no âmbito da conservação, divulgação, preservação, utilização e valorização do patrimônio cultural português.</p>
<p><a href="http://www.museudagentesergipana.com">www.museudagentesergipana.com</a></p>	<p>Características: o site informa toda a programação cultural e a trajetória, desde a história de sua construção até o momento do seu restauro e adaptação para o museu. Objetivo: divulgar a cultura sergipana, através das exposições interativas onde o visitante pode a todo o momento brincar e se divertir com a exposição.</p>
<p><a href="http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br">www.palacioolimpiocampos.se.gov.br</a></p>	<p>Características: Divulga a história política do Estado de Sergipe e a construção do Palácio, que foi sede política do estado, e residência do governador. Objetivo: Proporcionar ao visitante virtual, uma visita em 360° graus, das suas instalações e uma leitura sobre a história do prédio desde sua construção até sua função atual.</p>
<p><a href="http://MuseuSergipe.blogspot.com.br">MuseuSergipe.blogspot.com.br</a></p>	<p>Características: Salvar a memória e identidade do povo sergipano representado nos bens móveis e imóveis que compõem seu acervo. Objetivos: desenvolvendo pesquisa, ação educativa e conservação preventiva, promovendo um olhar crítico sobre a História de Sergipe. Prédio e acervo remontam o século XVIII e desafiam o tempo para satisfação e aprendizado do público visitante.</p>
<p><a href="http://www.dosomething.pt">www.dosomething.pt</a></p>	<p>Características: Informa sobre o patrimônio cultural português: Objetivo: divulgação do patrimônio tombado pela UNESCO, informações a cerca de vários assuntos, como meio ambiente, esporte, saúde, arte e cultura, educação e etc.</p>

## CONCLUSÕES

Com o avanço das tecnologias digitais celulares, *tablets*, televisão por cabo e satélite, *internet* de banda larga e *wireless*, *internet* móvel de alta velocidade (3G e LTE), cartões inteligentes e outros canais de acesso digital, há uma necessidade cada vez mais contundente de interatividade. As novas demandas de uma geração jovem que deseja manusear as ferramentas tecnológicas ao seu gosto faz com que os *webdesigners* precisem atualizar seus conhecimentos no desenvolvimento de aplicativos que tornem o compartilhamento do patrimônio cultural mais atrativo e participativo.

Dentro do plano de trabalho que estuda e compara o conteúdo de *sites* e *blogs* sergipanos e portugueses que analisa características e objetivos dentro da temática patrimonial e cultural no espaço virtual que é tão amplo e diverso, percebemos as dimensões em que esses espaços de informações atingem e como a sistematização das informações comparativas entre Sergipe e Portugal pode gerar um intercâmbio de aprendizado.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- BACHOUD, Louis et al. **Patrimoine culturel bâti et paysager**. Classement, conservation, valorisation. Paris: Éditions Dalloz, 2002.
- BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. In: **A modernidade de Baudelaire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. V. 3. 3ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDI, Cesare. **Il Restauro: teoria e pratica**. 2ª ed. Roma: Editori Riuniti, 1996.
- CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. 3ª. Ed. Aracaju: Banese, 2001.
- CARVALHO, Vladimir Souza. **Água de cabaça**. Curitiba: Juruá, 2003.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural - Entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Teresa Castro, Lisboa: Edições 70, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- DESVALLÉES, André. Que futuro para os museus e para o patrimônio cultural na aurora do terceiro milênio? In: ENCONTRO APOM, novembro de 2001, Casa da Eletricidade, Funchal. [Conferência]. Tradução de João Carlos Brigola – Universidade de Évora]. Publicada in Lugar em Aberto, **Revista da APOM**, n.1, p. 46-74, out. 2003.
- HENRIQUES, Eduardo. Novos desafios e orientações das políticas culturais: tendências nas democracias desenvolvidas e das especificidades do caso português. **Finisterra**, 2002, vol. XXXVII, nº. 73, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, p. 61-80.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. New York: Cambridge University Press, 1995.
- PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PESSOA, Fernando. **Ficções de interlúdio**. Vol. 4: Poesias de Álvaro de Campos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1983.



\_\_\_\_\_. **Páginas íntimas e de auto-interpretação.** (Textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho.) Lisboa: Ática, 1996.

SANTOS, Pedrinho dos. **O comedor de jia.** Aracaju: Info Graphics, 2006.

SILVA, Augusto Santos. Cultura: das obrigações do Estado à participação da sociedade civil. **Sociologia.** Problemas e Práticas, 1997, nº 23, p. 37-48.

TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho. Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspectivas. Diezaños de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica,** Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/289.htm> (Acesso em: 15/03/2012).

ZARANKIN, Andrés. Arqueología de la arquitectura: Another brick in the wall. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** São Paulo, Suplemento 3. 1999. pp. 119-128.

UNESCO. **Carta sobre a preservação do patrimônio digital.** Global, 23/07/2004. Disponível: [http://osi.unesco.org.br/arquivos/documentos/UNESCO%20Carta%20Preservacao%20Digital\\_PT%20final.pdf](http://osi.unesco.org.br/arquivos/documentos/UNESCO%20Carta%20Preservacao%20Digital_PT%20final.pdf) . Acesso em 28/10/2010.

## CONTRIBUIÇÕES DE GRACILIANO RAMOS PARA A EDUCAÇÃO: ALGUNS REGISTROS

Jacyelle Karinne Bento  
Wilson Correia Sampaio

### Educação e Literatura

Pela trajetória de sua existência Graciliano Ramos gravou seu nome como uma legenda da cultura alagoana, impondo-se como um patrimônio da alagoanidade. O autor de *Vidas Secas* não foi apenas um grande escritor – dos maiores – da literatura brasileira; sua atividade intelectual transcende o universo da produção literária (embora este seja a referência necessária e mais imediata para a compreensão de seu estar no mundo), se alonga em atividades outras – e igualmente significativas – como o jornalismo, a política e a educação. A crítica literária é unânime no reconhecimento dos méritos da escrita graciliânica: límpida, sutil (irônica), sem floreios, sem empulhações para o leitor, de tal modo que tornou-se lugar comum afirmar que se trata de uma escrita enxuta.

Não é, entretanto, do escritor que tratamos aqui. Diversas são as máscaras do ator social Graciliano Ramos, diferentes modos de aparecer no cenário da existência. Considerando o panorama histórico-social em que se configurou o intelectual em foco, destacamos alguns elementos no conjunto de suas contribuições para a reflexão no universo educacional (seja no âmbito escolar ou na amplitude da prática social), através da obra ficcional, dos escritos jornalísticos, dos registros oficiais e das ações no espaço da institucionalidade, seja como prefeito de Palmeira dos Índios (1928-1930) ou como diretor da Instrução Pública de Alagoas, entre 1933 e 1936. Para a efetivação dessa empreitada garimpamos alguns registros em *Caetés* (2006), *Linhas Tortas* (2005), *Garranchos* (2012), *Viventes das Alagoas* (2008), e outros escritos atribuídos ao intelectual alagoano, além de informações colhidas em estudos de caráter biográfico, a exemplo de Oliveira (2010), Moraes (2012) e Lima (2013), dentre outros.

Por que focalizar as contribuições de Graciliano Ramos para a educação? Inicialmente cabe observar que a obra literária (entendida aqui no sentido restrito de ficção: romance, novela, conto) se efetiva como pintura do humano na medida em que retrata as dores, os dramas e desejos, dilemas e sonhos vividos pelos personagens no contorno das narrativas. Neste sentido a obra literária contém elementos que remetem ao âmbito do pedagógico na medida em que sinaliza processos formativos e configurações de modos de ser (pensar-sentir-agir). Ou seja: tomando certas precauções é possível ler o pedagógico no texto literário. Não realizamos, aqui, crítica literária mas reflexão pedagógica no campo dos fundamentos histórico-filosóficos. Além do exposto convém observar que em que pese o fato do envolvimento do intelectual alagoano com os negócios da educação, ignoramos estudos mais criteriosos (Teses, Dissertações) acerca dessa faceta da prática social do aludido escritor, particularmente no contexto da historiografia da educação em Alagoas.

Para a caracterização de Graciliano Ramos como intelectual tomamos como fundamento as pontuações de Antonio Gramsci (1986, 1988) acerca da natureza da função intelectual e seu significado no contexto das relações sociais, ou seja, a compreensão do intelectual como “funcionário das superestruturas” e a incidência de seu trabalho na luta cultural, nos embates pela hegemonia. Este artigo é parte de uma

mais ampla empreitada, a pesquisa recém-iniciada acerca do diálogo de Mestre Graça com o campo educacional, “O modo de ser Graciliano Ramos ante o fenômeno da educação”. Neste investimento rastreamos a presença de elementos de natureza pedagógica nos escritos e na prática social do escritor alagoano, visando realçar seu significado no universo da reflexão e da ação dos sujeitos envolvidos, de alguma forma, com práticas pedagógicas e processos formativos, seja na prática escolar ou no mais amplo quadro das relações sociais.

## O intelectual em foco

Graciliano Ramos é filho da média propriedade rural do sertão das Alagoas, de uma fração social que quer o mando supremo, mas não tem autorização material para tal. Desse lugar no contexto das forças sociais – pelo férreo aprendizado da própria condição – resultam o senso de prudência e o espírito de cálculo no trato social e nas negociações. Caracteres que estarão presentes, de algum modo, na personalidade do autor de *Angústia*.

Graciliano Ramos nasce em 1892, no alvorecer da República, seu aprendizado do mundo acontece em um contexto de sociedade patriarcal. Sociedade semifeudal, onde os ensinamentos da igreja preveniam as almas contra o fogo do inferno. A família e Igreja educavam para tal ordem, na lei do cinturão do pai e no verbo cavernoso dos sacerdotes. A via simbólica antecipava os interditos sociais: não havia espaço para a ciência, e é nesse contexto que se forma o ceticismo graciliânico ante as convenções. O tópico “O Inferno” do livro *Infância* (1995), aponta a relação de um menino de seis anos com a imagem daquele lugar; vejamos um pequeno trecho:

*Achava-me disposto a crer, aceitaria os casos extraordinários sem esforço, contanto que não houvesse neles muitas incompatibilidades. Reclamava uma testemunha, alguém que tivesse visto diabos chifrudos, almas nadando em breu. Ainda não me havia capacitado de que se descrevem perfeitamente coisas nunca vistas. (RAMOS, 1995, p.73)*

Partimos das indicações de Antonio Gramsci, acerca da natureza e função do trabalho intelectual no sentido de identificar os princípios e a direção da práxis graciliânica, buscamos investigar aspectos do diálogo de Graciliano Ramos com seu mundo e tempo, partindo do entendimento de que o intelectual é um produto histórico, cujo fazer remete às determinações do mundo em que se move. Como observa Sartre:

*Produto de sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha, porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico. Nesse sentido, nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz. (1994, p. 31)*

Os intelectuais são, conforme Gramsci, “funcionários das superestruturas”, agente atuante no processo de edificação das diretrizes sociais, ator fundamental nos embates entre as classes sociais, elaboradores de concepções de mundo, tendo seu trabalho marcante incidência no funcionamento da sociedade civil, genericamente, como também no aparato estatal no caso específico de determinados grupos.

Pelo modo como focaliza os problemas Graciliano Ramos se porta como um “intelectual de novo tipo”, na medida em que se ocupa com as questões da vida prática no sentido de buscar soluções para tais entraves postos na realidade social. Como quando colabora para o jornal *O Índio*, em 1921, em Palmeira dos Índios, coloca em evidência alguns problemas que assolavam aquela cidade do interior de Alagoas, como o analfabetismo, a violência, a precária distribuição de água, dentre outros.

Os registros em torno da existência do intelectual em foco: Graciliano Ramos (MORAES, 2012; OLIVEIRA, 2010) acentuam a retidão de caráter, a firmeza de posição na defesa de seus pontos de vista e a coerência de princípios no trato social, elementos que configuram marcado senso ético no modo de ser desse intelectual.

## Graciliano Ramos e a educação

Desde os escritos jornalísticos da década de 1920 (as crônicas de Linhas Tortas e Garranchos) às obras de ficção, o elemento pedagógico está presente, de alguma forma, na escrita graciliânica. O interesse pela Escola como lugar de instrução é explicitado em artigo publicado na seção Garranchos do jornal *O Índio*, de Palmeira dos Índios, em 20 de fevereiro de 1921. Ali, um jovem jornalista de olhar arguto observa:

*[...] O governo, descurando a maior necessidade do povo, entrega a sua instrução a criaturas tão ineptas que mal poderiam frequentar o primeiro ano de um estabelecimento de ensino! Que podem elas ensinar, santo Deus, se nada sabem? (RAMOS, 2012, p. 61)*

Na sessão Traços a Esmo<sup>747</sup> (sob o pseudônimo J. Calisto), encontramos a crônica de número IV, publicada em março de 1921, onde Graciliano declara seu amor pelas crianças e seu ódio pelo livro infantil, causador dos sofrimentos dos pequenos no processo de aprendizagem, e afirma: “Embasbaca-me que os professores reproduzam fonograficamente aqueles textos indigestos; assombra-me ver aquilo adotado oficialmente” (RAMOS, 2005, p. 93).

No primeiro romance de Graciliano Ramos, *Caetés*, originalmente publicado em 1933. O enredo se passa em Palmeira dos Índios, e tem em diferentes cenários (casa de Adrião, pensão, entre outros), encontros que aconteciam frequentemente entre intelectuais, comerciantes, funcionários do governo, entre outros personagens. Nestes encontros aconteciam diálogos que pairavam pelos mais diferentes assuntos. No capítulo XII estes diálogos abordam a temática da educação. Graciliano Ramos neste trecho brilhantemente nos mostra como a educação pode ser vista de diferentes maneiras nas cidades do interior. No início desta conversa existe uma queixa do Padre Atanásio afirmando que o povo não aprendia porque não se ensinava direito, no entanto o Padre tinha razões para afirmar isto: “Andava indignado contra a ignorância depois que a tiragem da *Semana* baixara de mil e duzentos para oitocentos números” (RAMOS, 2006, p. 93). Sua vontade que o povo fosse instruído estava no desejo de aumentar a tiragem de seu jornal, nada mais. O interessante desta fala do padre é que ela pode ser relacionada a um pequeno texto de Graciliano Ramos, escrito em 1921, assinado como Anastácio Anacleto, publicado no semanário *O Índio*, de Palmeira dos Índios, que diz:

*Começa hoje este jornal uma campanha contra o analfabetismo. É uma coisa lamentável, realmente, o grande atraso em que que*

---

<sup>747</sup> Sessão que pode ser encontrada no livro *Linhas Tortas*, que teve primeira edição em 1962.

*vivemos. Mas não pensem que a atitude desta folha seja motivada por patriotismo. Qual! História! O que a direção deseja é aumentar o número de assinantes. (RAMOS, 2012, p. 85)*

E por coincidência ou não, o semanário *O Índio* era direcionado pelo Padre Macedo, grande amigo de Graciliano Ramos. Ainda em Caetés, na sequência do referido diálogo, aparece a figura também de dr. Castro, personagem que era Promotor e Presidente da Junta Escolar da cidade, ao falar sobre o cargo de Presidente da mesma ele o trata com desprezo, como se não entendesse a sua utilidade, como podemos ver no trecho a seguir:

*O Dr. Castro confessou que estava na presidência, infelizmente, e que aquilo era uma espiga. Mapas todos os meses, atestados, um horror de professoras e inspetoras rurais, informações à diretoria e obrigação de visitar escolas. Ele, graças a Deus, nunca tinha entrado em nenhuma”. (RAMOS, 2006, p. 95)*

O próprio Graciliano Ramos ocupou o cargo de Presidente da Junta Escolar em Palmeira dos Índios, foi nomeado em 1926, seu primeiro cargo público. Sobre esta função Moraes (2012, p. 58) afirma que o quadro de carência do ensino, deixou Graciliano perplexo. Diferentemente de seu personagem, Graciliano Ramos tratou com seriedade sobre essa questão, o seu relatório apresentado ao estado pela Junta Escolar de Palmeira dos Índios, em 1926, repercutiu em todo o estado e provocou alterações na área de ensino da própria capital (MORAES, 2012, p. 90). Em um trecho deste relatório, Graciliano define bem a situação precária das escolas da época: “As escolas estão pessimamente instaladas. Cada aluno leva a sua cadeira, cada professora a sua banca” (MORAES, 2012, p. 58).

Outro ponto interessante deste diálogo em Caetés, é que segundo alguns personagens a educação é vista apenas para aqueles que não têm aptidão para o trabalho “de verdade”, como diz o personagem Nazaré: “Quando o nosso matuto tem um filho opilado ou raquítico, manda domesticá-lo a palmatória e a murro” (RAMOS, 2006, p. 96). Esta ideia é reforçada depois com a fala de outro personagem, Adrião, que afirma que dos matutos que conhecia os melhores eram os analfabetos: “O roceiro que soletra tem vergonha de pegar na enxada” (RAMOS, 2006, p. 97). Outra visão da educação vista nesta passagem, é apresentada pelo Nazaré, personagem já citado anteriormente, que nos mostra a educação como inútil para os mais pobres: “É a instrução, para que serve a instrução à canalha?” (RAMOS, 2006, p.95), colocando depois a utilização da educação por estes apenas como um ponto de partida para se cometer delitos:

*O animal aprende a cartilha e fica sendo consultor lá no sítio. [...] Qual é o resultado? A primeira garatuja que o malandro tenta é uma carta falsa em nome do pai, pedindo dinheiro ao proprietário. (RAMOS, 2006, p. 96)*

Como prefeito de Palmeira dos Índios, no período compreendido entre os anos de 1928 e 1930, Graciliano Ramos tratou pouco sobre a instrução pública da cidade. No entanto, podemos afirmar que fez tudo aquilo que estava ao seu alcance para avançar o quadro de estagnação que se tinha na cidade. Ao assumir o cargo de prefeito Graciliano Ramos se depara com uma prefeitura afundada em dívidas, segundo Moraes:

*As rugas franziram-lhe a testa ao examinar o balancete financeiro de seu antecessor: apenas 105 mil-réis em caixa. Era preciso pôr ordem*

*na casa. [...] As dívidas atrasadas teriam de ser pagas imediatamente, sob pena de execução judicial.” (2012, p. 64)*

No decorrer de seu mandato, a população de Palmeira dos Índios se deparou com um prefeito íntegro e preocupado com as questões dos menos favorecidos, sem favorecer ninguém. Graciliano Ramos era capaz de executar multas para o seu próprio pai, que infringira um de seus decretos proibindo a criação de animais nas vias públicas, pois Graciliano afirmava “Prefeito não tem pai” (MORAES, 2012, p. 65).

Analisando os famosos Relatórios<sup>748</sup> como prefeito, datados de 1929 e 1930, percebemos a dificuldade de Graciliano em desenvolver o setor da Educação. No primeiro Relatório (1929), não há referência à instrução pública da cidade, sendo citada apenas a Escola de Música de Palmeira dos Índios, A Filarmônica 16 de Setembro, onde ele se limita a dizer que gastaram-se 1:990\$660 referentes ao ordenado de um mestre, aluguel da casa, material e luz (RAMOS, 2007, p. 196). No segundo Relatório (1930), Graciliano Ramos dedica um tópico nomeado de INSTRUÇÃO – 2:886\$180 (RAMOS, 2007, p. 213) onde relata sobre a instituição de escolas em três aldeias da zona rural de Palmeira dos Índios: Serra da Mandioca, Anum e Canafístula. Relata ainda sobre o custeamento de uma sociedade fundada por operários que era voltada para a educação de adultos, no entanto a seguir, vemos uma preocupação de Graciliano Ramos referente a formação das professoras que lecionariam as aulas nestes estabelecimentos:

*Presumo que estes estabelecimentos são de eficiência contestável. As aspirantes a professoras revelaram, com admirável unanimidade, uma lastimosa ignorância. [...]*

*Não creio que os alunos aprendam ali grande coisa. (RAMOS, 2007, p. 213)*

Graciliano Ramos coloca em cheque a qualidade do ensino e a possibilidade de uma boa aprendizagem dos alunos diante destas condições. Na sequência, afirma “Obterão, contudo, a habilidade precisa para ler jornais e almanaques, discutir política e decorar sonetos” (RAMOS, 2007, p. 13), criticando implicitamente o uso que a população fazia da educação, desconhecendo outras possibilidades.

Em 1930, o autor de *Vidas Secas* abandona o cargo de prefeito de Palmeira dos Índios para assumir o cargo de Diretor do Diário Oficial de Alagoas, em Maceió, onde permanece até dezembro de 1931, quando pede demissão. Passa o ano de 1932 em Palmeira dos Índios e em 1933, a convite do interventor Afonso de Carvalho, aceita o cargo de Diretor da Instrução Pública do Estado de Alagoas - equivalente a Secretário de Educação do Estado, e se muda para a capital. Graciliano Ramos foi um diretor que “[...] trocou a burocracia no Palácio dos Martírios por inspeções sem aviso prévio, nas quais detectava as carências e buscava soluções” (MORAES, 2012, p. 91). Em pouco tempo que esteve à frente dos negócios da educação no nosso estado, buscou moralizar esse setor, indo contra o descaso com que antes se tratava da educação. Segundo Moraes (2012, p. 91) em visita surpresa a uma escola, Graciliano se deparou com as salas vazias. Ao questionar a diretora porque a escola não estava funcionando, esta afirmou que o regulamento não permitia a entrada de alunos descalços e sem fardamento na escola, o bairro era bastante pobre e as famílias não tinham como custear essas despesas. Horas depois, Graciliano ordenou a compra de sapatos para todos os alunos e através de circular assinada por ele ordenou que as professoras percorressem o bairro,

---

<sup>748</sup> Relatórios estes que se encontram na parte final do livro *Viventes das Alagoas*, que teve primeira edição em 1962

casa por casa, avisando aos pais que as crianças já poderiam frequentar a escola. Logo após a circular, a escola parecia outra, salas superlotadas, com crianças sentadas no chão por falta de mobiliário. Para contornar este problema, Graciliano Ramos ordenou que se colocassem caixotes até que o mobiliário fosse adquirido. Devido a disposição do Diretor da Instrução Pública, Moraes afirma que:

*Os resultados não tardaram. Em poucos meses, triplicou o volume de material escolar distribuído gratuitamente; aumentou o número de vagas instituindo o regime de turnos; criou o serviço de fiscalização de ensino; ampliou as Juntas Escolares; e iniciou a seleção de novos professores para preencher as lacunas no quadro. (2012, p. 92)*

Graciliano Ramos não concordava com a construção de escolas novas, sem efetuar antes a reforma das escolas antigas, o que ia contra as ideias do interventor Afonso de Carvalho que por razões políticas, queria ampliar a rede de ensino. Porém Graciliano Ramos não exercia seu cargo baseado no que os outros achavam, nem no que os outros impunham, fazia aquilo que considerava certo, um exemplo disso foi a sua luta para equiparar o salário das professoras da zona rural, que exerciam a mesma função das professoras da cidade, no entanto recebiam bem menos. Fez isso em meio a uma chuva de reclamações das normalistas. Uma das maiores polêmicas enquanto Diretor da Instrução Pública foi ter proibido o Hino de Alagoas de ser cantado nas escolas públicas. Acerca deste fato comenta, segundo Oliveira:

*Ora, não satisfeito em viver contrariando pedidos de políticos, Graciliano Ramos cometeu o disparate de baixar um decreto proibindo que o hino de Alagoas fosse cantado nas escolas públicas do estado! A única explicação que deu para o gesto, anos depois, foi o argumento, extravagante sem dúvida para um Diretor da Instrução Pública, de que se tratava de “uma estupidez com solescismos” (2010, p. 123)*

Uma atitude como esta, em pleno governo de Getúlio Vargas, que exaltava demonstrações de amor a pátria, é no mínimo inusitada. Porém já em 1921, escrevendo uma crônica<sup>749</sup> para o semanário *O Índio* de Palmeira dos Índios assinando como J. Calisto, Graciliano já declarava guerra aos hinos que ele chamava de canções belicosas e as caracterizava como:

*Bojudas, infladas de palavras difíceis; desenxabidas, [...]; cabeludas, incompreensíveis – as patriotices rimadas são a causa das enxaquecas de muita gente que tem ouvidos para ouvi-las, mas não tem estômago suficientemente forte para digeri-las. (RAMOS, 2005, p. 80)*

Segundo Moraes (2012, p. 93) Graciliano Ramos foi acusado de impatriota, mas não se incomodou com essas denúncias “Tenho horror aos patriotas, aos hinos e aos toques de corneta. Sem dúvida, essas coisas são indispensáveis, por enquanto, mas isto não me levava a gostar delas. Horríveis”, Segundo Oliveira (2010, p. 123), Graciliano Ramos aponta em Memórias do Cárcere este como um dos motivos para ir preso em 1936.

---

<sup>749</sup> Crônica que posteriormente foi publicada no livro *Linhas Tortas* que teve sua primeira edição no ano de 1962, na parte *Traços a Esmo* nomeada como III.

## Considerações Finais

Como o título deste artigo já aponta, temos aqui alguns registros das contribuições de Graciliano Ramos para a educação, alguns registros porque acreditamos que Graciliano Ramos tem muito mais a nos falar sobre a educação, principalmente nas obras em que não colocamos aqui. Como intelectual de nova ordem, Graciliano foi um homem preocupado com as questões candentes de seu tempo, e isso refletiu na sua posição enquanto gestor, o levando a governar para os menos favorecidos. Considerava a educação de extrema importância para o desenvolvimento da população e enquanto Diretor da Instrução Pública buscou moralizar este setor, em três anos a frente dos negócios da educação no Estado, Graciliano Ramos provocou um avanço significativo no setor, em resposta a uma nota no Jornal *Gazeta de Alagoas*, do dia 8 de dezembro de 1935, onde são mencionadas supostas irregularidades na Instrução Pública, Graciliano Ramos, após esclarecer as possíveis denúncias, resolve prestar contas sobre sua gestão na Instrução Pública. Neste período como diretor, segundo Moraes, aconteceu:

*[...] aumento de matrículas no curso primário – de 9.691, em 1933, para 12.286, em 1934 -, menos evasão escolar, inauguração de uma biblioteca no grupo Diégues Júnior, além da distribuição de uniformes e sapatos. “Este ano [1935] só em um dia demos 3 mil metros de fazenda às crianças pobres daqui e do interior.” (2012, p. 111)*

E estes são apenas números gerais. Segundo Moliterno citado por Moraes o segredo de sua eficiente gestão da Instrução Pública estava no “sentido realista de ver as coisas, dando aos problemas educacionais as dimensões que a realidade exigia” (2012, p. 92).

## Fontes e Referências Bibliográficas

- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- LIMA, Valdemar de Souza. **Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.
- MORAES, Denis de. **O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos**. 1 ed [rev. e ampl]. São Paulo: Boitempo, 2012.
- OLIVEIRA, Luciano. **O bruxo e o rabugento: ensaios sobre Machado de Assis e Graciliano Ramos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Vieira&Lent, 2010.
- RAMOS, Graciliano. **Caetés**. 31 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Garranchos**. [Org. Thiago Mio Salla]. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Linhas tortas**. 21 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Viventes das Alagoas**. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SARTRE, Jean Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática. 1994.



## NOSSA CATEDRAL: NOTAS SOBRE O PATRIMÔNIO MATERIAL DA IGREJA EM MACEIÓ

*Jéssica Evelyn Pereira dos Santos*

### INTRODUÇÃO

A cidade de Maceió possui uma longa relação com a Igreja Católica que pode ser revelada, sem a necessidade de grandes esforços, nas paisagens, nos costumes, na moralidade, em aspectos políticos, culturais, artísticos e mesmo na organização econômica da região.

Neste trabalho em particular, ao enxergar os diversos temas que possibilitariam ricos diálogos com a produção historiográfica, nos limitamos a propôr um estudo que atravessasse o debate acerca do discurso eclesiástico sobre o patrimônio histórico em posse da Igreja Católica, suas perspectivas e representações simbólicas.

A Catedral Metropolitana de Maceió nos forneceu recortes adequados, provenientes de nossas fontes primárias, as jornalísticas, para a produção que objetivamos desenvolver. A análise do discurso mostrou-se funcionar como uma ferramenta produtiva, pois nos permitiu compreender as limitações e particularidades das narrativas utilizadas pelo texto jornalístico.

Na década de 1960, o Jornal de Alagoas se constituía em um dos maiores, ao lado de O Semeador (publicação quinzenal da Arquidiocese de Maceió) e do Diário do Povo (publicação de forte cunho trabalhista e caráter de esquerda). Apoiamo-nos, principalmente, nas edições da década de 1960 desse periódico, que apresenta alguns trechos de artigos que se tornaram essenciais para nossas primeiras análises.

### JORNAIS COMO FONTES HISTÓRICAS

Periódicos impressos têm se apresentado como fontes históricas produtivas para pesquisas que se debruçam sobre as sociedades do século XX. Isso apenas é possível porque essas estruturas sociais participaram de um processo profundamente marcado pela produção cultural midiática, que produziu novos discursos, representações e imagens.

A historiografia apenas deu abertura para a larga utilização desse tipo de fonte a partir dos novos enredos e construções inaugurados (ou consolidados, em alguns casos) pelos autores da *Escola dos Annales*<sup>750</sup>. Os fundadores dessa Escola estimularam uma onda de historiadores a saírem dos gabinetes ministeriais, escritórios, arquivos e câmaras parlamentares para realizarem seus trabalhos através da experiência com outros métodos, enfoques, interconexões e tendências. Desse contexto foram surgindo novos objetos, problemas, abordagens e fontes. A concepção de documento histórico ampliou-se, e foi capaz de abarcar outras ferramentas, perspectivas e disciplinas, inclusive com relação à utilização dos periódicos.

---

<sup>750</sup> Movimento historiográfico que se constitui em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale* tendo se destacado por incorporar métodos de outras ciências à História e romper com a Historiografia tradicional. (BURKE, 1991)

A terceira geração dos Annales é a que chega a, de fato, dar um novo significado aos impressos. Os historiadores que pertencem a esse grupo – como Jacques Le Goff, Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie – promoveram uma relação mais próxima da História com outras disciplinas – Linguística, Psicologia, Comunicação e Antropologia podem ser apontadas como exemplo. Ao estimular esse processo, produzem um modelo fundamentalmente interdisciplinar, inclusive em relação à metodologia. Esse contexto renovado pode ser verificado no discurso de Le Goff e Pierre Nora:

*A novidade parece-nos estar ligada a três processos: novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história. (LE GOFF; NORA, 1978, apud, DE LUCA, 2010, p.113)*

A utilização dos impressos no trabalho historiográfico é fruto dessa renovação da própria disciplina. Isto quer dizer, no mínimo, que “tais mudanças provocaram rupturas epistemológicas ao conhecimento histórico, constituindo-se, entre outros, uma revolução documental”. (LE GOFF, 2010, p.531)

No Brasil, a imprensa assume um papel essencial na construção do discurso social no século XX. Os periódicos passaram a funcionar como um elemento capaz de traduzir as ideias, costumes e mentalidades produzidas pelas transformações vividas pelas populações, ao se tornar um espaço fértil para o debate dos problemas e caminhos da sociedade. Essa imprensa se constituía, portanto, em um dos principais canais de informação e de transmissão de valores.

A fonte jornalística apresenta alguns problemas significativos para grande parte dos pesquisadores. Um deles, enfrentado inclusive nessa pesquisa, se refere à natureza de sua narrativa, que costuma ser breve e muitas vezes, carece de sustentações discursivas e argumentos fortes. Além disso, o lugar social ocupado pelo redator do escrito pode, com a intenção de reproduzir determinados pontos de vista ou relações de poder, engendrar textos de redação comprometida. O historiador deve estar atento a esses aspectos, preparados para um tipo de observação que requer, além da contextualização, um sólido envolvimento do trabalho com as fontes aos debates empreendidos pela própria história.

As pesquisadoras Tânia Regina de Luca e Ana Luíza Martins, em seu *História da Imprensa no Brasil* nos trazem em seus escritos relatos de suas dificuldades com a pesquisa histórica através de fontes jornalísticas que se mostram bem similares aos apontados acima.

*Os trabalhos sobre imprensa no Brasil têm se voltado para análises pontuais e fragmentadas, por vezes pensadas em amplo espectro, mas que acabam interrompidas e inconclusas pela inviabilidade da magnitude empreitada. De fato, os periódicos dependem de um volume imenso de material devido à sua continência. Exatamente por isso, “[...] os tratamentos persistem sob a forma de recortes isolados, coletânea de textos e aportes variados sobre a temática.” (p. 14)*

Historiadores de diversas perspectivas teóricas enxergam na imprensa escrita grandes possibilidades de reconstruções e análises do passado. Apesar de nas últimas décadas a pesquisa com esse tipo de fonte ter saído da obscuridade, a utilização de jornais, revistas, folhetins e edições ilustradas, de modo geral, ainda é pouco expressiva se comparada com as produções europeias e norte-americanas.

Revela-se, a partir desse contexto uma preocupação fundamental dos historiadores em pontuar as questões relativas ao tratamento dos documentos na pesquisa histórica.

*A fonte histórica passou a ser a construção do historiador e de suas perspectivas, sem deixar de lado a crítica documental, pois questionar o documento não era apenas construir interpretações sobre ele, mas também conhecer na origem, sua ligação com a sociedade que o produziu, entre outros. (SILVA 2005, pág. 159)*

Construir narrativas acerca das problemáticas contemporâneas da história requer, no mínimo, uma ampla compreensão das mudanças ocorridas no campo de ação do historiador. Portanto, antes mesmo de negar a figura subjetiva do historiador, se faz preciso desdobrar-se na subjetividade própria dos documentos, sejam eles de que natureza for. Esse é o estágio primeiro que geralmente os pesquisadores que trabalham com fontes jornalísticas precisam superar.

## **A CATEDRAL METROPOLITANA DE MACEIÓ: PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM FONTES IMPRESSAS**

O patrimônio histórico, de acordo com Paoli (1992), se constituiria nos elementos que definiriam a cultura enquanto dimensões múltiplas de um passado vivo: acontecimentos e coisas que requerem uma preservação especial porque fazem parte de uma diversidade coletiva que oferece material expressivo para a construção histórica do local onde eles se inscrevem.

Os elementos que aglutinam em sua elaboração simbólica o conceito de patrimônio histórico podem se constituir tanto em objeto quanto em fontes ricas para a produção da pesquisa historiográfica. Para Le Goff (2010), um monumento material, por exemplo, pode funcionar como um vestígio humano de memória. Nesse caso, o trabalho do historiador requer que esse elemento seja tratado como documento, e tanto quanto os outros, seja questionado, levando em consideração seu contexto ao longo dos tempos.

No caso da Igreja Católica, o patrimônio histórico de maior prioridade é aquele que se liga às construções da religiosidade e do poder eclesiástico, constituído pelos bens e valores materiais ou imateriais, tangíveis ou intangíveis, nos quais se consubstancia um legado precioso não apenas para a comunidade cristã, mas para todos os que participam desse contexto, direta ou indiretamente. Um documento oficial da Conferência Episcopal Eclesiástica de Lisboa datado de 1990<sup>751</sup> nos dá sinais desse discurso:

*Posto ao serviço da missão desta, por natureza universal, esse legado também serve potencialmente a humanidade toda; são bens e obras, ideias e valores que a todos interessam. O direito da Igreja a dispor de um património cultural, criando-o, administrando-o, fruindo-o, salvaguardando-o e valorizando-o, é essencial ao desempenho do seu múnus. (CONFERÊNCIA DE LISBOA, 1990)*

---

<sup>751</sup> Documento da Conferência Episcopal Eclesiástica de Lisboa sobre o patrimônio histórico-cultural. (LISBOA, 1990)

O patrimônio eclesiástico representa muito mais que um simples objeto de exercício do direito de propriedade. Para a Igreja, se traduz um instrumento necessário, até mesmo indispensável, ao exercício da sua missão. Constitui-se em um elemento que é capaz de atuar na vida concreta dos homens e recorrer a mecanismos e critérios que, embora guiados pela religiosidade, guardam a sua própria consistência histórica e cultural.

A Catedral Metropolitana se apresenta como uma das expressões do patrimônio eclesiástico da cidade de Maceió. Em torno dela, podem ser reconstruídos fragmentos importantes dos cotidianos e processos que a atravessaram na História de Alagoas.

De acordo com fragmentos de documentos encontrados no livro de tomo da própria igreja, sua construção inicia-se oficialmente em 22 de julho de 1840, com o projeto do arquiteto francês *Auguste Montigny*<sup>752</sup>. No dia 20 de dezembro de 1859, o Visitador Diocesano Cônego Afonso de Albuquerque realizou a primeira bênção ao templo. Onze dias depois, a nova imagem da padroeira – Nossa Senhora dos Prazeres –, foi benta pelo mesmo cônego. Em 02 de julho de 1900, o papa Leão XIII tornou público um decreto que criava a Diocese de Alagoas e, em concomitância, definia que a Igreja Matriz se tornasse sede episcopal e Catedral, se constituindo, deste modo, na sede oficial do Bispo do estado.

Na edição do dia 03 de janeiro de 1960 do Jornal de Alagoas há um artigo do Padre João Leite que discute a importância da Catedral Metropolitana em torno do cotidiano maceioense em seu aniversário de cem anos. O discurso exalta sua beleza arquitetônica e simbólica, comparando-a a grandes monumentos históricos de natureza eclesiástica, como a Basílica do Vaticano, Abadia de Westminster, Duomo de Milão, Notre-dame de Paris, Catedral de Toledo. Um indicativo do teor discursivo pode ser observado no fragmento a seguir:

*Sorriu também para Maceió seu altar bonito. Plantarem-no no coração da cidade. Sim. E a Igreja Grande da Arquidiocese completa hoje cem anos. Como em todas as empreitadas houve sacrifícios, barreiras, bagas de suor. Os algarismos do calendário dizem alto, outrossim, uma infinidade de vitórias. (JORNAL DE ALAGOAS, 1960, p.1)*

Com relação à importância histórica da Catedral no cenário alagoano, encontramos mais um vestígio em seu discurso:

*Relíquia de ontem nossa catedral arquiva toda a história de um passado. Testemunha das noites desdoras sobre o casario denso e de auroras tropicais presidiu a transformação lenta das estruturas humanas. Ao pé da Grande Casa medito a nossa responsabilidade qual tijolo útil construção da querida igreja. [...] (JORNAL DE ALAGOAS, 1960, p. 1)*

Já no fim de sua redação, o Padre João Leite nos apresenta um recorte, que embora de forte conteúdo religioso, revela que a Catedral dos Prazeres, como o autor a denomina várias vezes ao longo do texto, permite enxergar que o lugar em questão

---

<sup>752</sup> Arquiteto francês nascido em Paris, líder do grupo de pintores, escultores e arquitetos franceses chamados por D. João VI para colaborar no desenvolvimento das artes no Brasil.(FAMIN, 2010)

abriga uma memória social que atravessa várias gerações. O trecho que melhor sustenta esse discurso pode ser verificado a seguir:

*Ali rezou uma geração e permanecerão a bendizer no Senhor os homens do amanhã cômicos que de a pratica do bem faz dormir o mal e promove a semelhança com Deus. [...] Essa tomada de consciência repararia nossas omissões, ingratidões e [ilegível] diante de um programa a cumprir – concretizar o querer divino. (JORNAL DE ALAGOAS, 1960, p. 1)*

As comunidades religiosas tendem a valorizar seu patrimônio material, mas a Igreja Católica se diferencia por aliar a seu discurso, na cidade de Maceió e certamente em várias outras regiões do mundo, uma forte mentalidade construída ao longo de vários séculos.

A diferença na direção da narrativa, na escolha das palavras e no diálogo do texto com a linguagem católica do cotidiano e do imaginário popular se mostram fundamentais para identificar, por exemplo, as divergências com os recortes textuais de impressos que dissertam sobre os templos de outras religiões. Tal quadro pode ser demonstrado no fragmento a seguir, acerca da construção de um templo da Igreja Batista:

Trata-se de uma majestosa construção que muito contribuirá para o embelezamento de nossa cidade. Sobretudo e mais um amplo e bem moderno santuário em que será divulgado o Evangelho – para a formação moral e espiritual de nossa gente. (JORNAL DE ALAGOAS, 1960, p.5)

Todos esses elementos apontam para uma leitura possível que ultrapasse a visão simplista que privilegia a indiscriminada apologia a esses discursos, que fazem parte de uma linguagem apropriada e desenvolvida pela mentalidade católica. Essas elaborações, embora proponham um tipo ideal, um arquétipo, não nos fornecem uma dimensão real ampla de sua efetividade. Não é raro que essa construção linguística intervenha de tal forma que se torne, ela própria uma imagem dessa efetividade – que se confunde facilmente com a própria.

É importante que sejam considerados os sujeitos, suas inscrições na história e as condições de produção da linguagem para a análise dos discursos. São avaliados, de acordo com esse domínio de estudos, as relações estabelecidas entre a língua e os sujeitos que a empregam e as situações em que se desenvolvem o dizer. Assim, o estudo discursivo – nesse caso, o eclesialístico - considera, em suas análises, não apenas o que é dito em dado momento, mas as relações que esse dito estabelece com o que já foi dito antes e, até mesmo, com o não-dito, atentando, também, para a posição social e histórica dos sujeitos e para as formações discursivas às quais se delineiam os discursos.

Por essas razões que o “como se é dito” é tão importante para a análise. O conteúdo do texto se molda, se transforma e se renova continuamente de acordo com a estruturação linguística do discurso. Partindo da perspectiva de que todo discurso é social, e, por conseguinte histórico, se apreende que nele está contido uma memória, relações de poder e dimensões da subjetividade. É por conta disso, por exemplo, que uma obra arquitetônica da Igreja Católica vai ser anunciada de modo distinto de uma de posse da Igreja Batista.

As categorias teológicas e alegóricas que cada religião se apoia para produzir seus discursos. Portanto, apresentam suas particularidades, embora em alguns casos, o diálogo seja possível. No caso específico do trabalho histórico com as temáticas que se relacionam com a Igreja Católica, Certeau (2006) adverte que a tarefa de entender

algum aspecto da religião requer a compreensão do que o objeto pesquisado entende por religião e não o que este termo significa para o historiador.

## CONCLUSÕES

Nesses discursos estão articuladas duas questões centrais, imprescindíveis para a análise: poder e crença. É ao compreender esses elementos enquanto parte constitutiva não apenas do conteúdo da narrativa, mas também de sua forma, que a pesquisa em questão começou a delinear-se.

A lição que se apreendeu desta etapa prescinde do estudo das particularidades das fontes jornalísticas e da descoberta de uma nova possibilidade de leitura de elementos do patrimônio eclesiástico que fazem parte do cotidiano das paisagens, representações e imagens da cidade de Maceió.

## Fontes e Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. (Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. Annablume Editora. São Paulo, 2002.

BURGUIÈRE, André. **A antropologia histórica**. In *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: A revolução francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP. 1991.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FAMIN, Auguste de. **Arquiteture toscane**. Paris: de l'imprimerie Didot l'aine. 2010.

LE GOFF, Jacques. **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. “**Documento/Monumento**”. In: **História e Memória**. 5º Ed. Trad. Bernardo Leitão et.al, Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.525-541.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

PAOLI, Maria Célia. **Memória, História e Cidadania: O direito ao Passado**. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *O direito à memória: patrimônio cultural e cidadania*. São Paulo: DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

VASCONCELOS, Cícero Mons. **Sobre a Catedral de Maceió**.

## A CARNAVALIZAÇÃO EM “AVE-MARIA DA ELEIÇÃO” DE LEANDRO GOMES DE BARROS

*José Nogueira da Silva*

A presente pesquisa almeja realizar uma leitura do poema “Ave-Maria da eleição” do poeta cordelista Leandro Gomes de Barros sob a luz da carnavalização, buscado evidenciar o mundo às avessas, típico da carnavalização bakhtiniana, ironizando personagens da esfera política no contexto da Primeira República, caracterizando a ironia imposta pelo autor e seu engajamento literário, ou seja, representações que fogem dos padrões da Literatura de Cordel da época, quase toda inspirada nos Romances de Cavalaria, segundo os registros de Camara Cascudo (1984)<sup>753</sup>. Entre as características do poema, destacamos a sátira, uma escrita que violou os conceitos religiosos da época, mostrando que, mesmo alheias às novidades literárias daquele momento, as massas populares não tiveram suas manifestações cristalizadas no tempo, porque continuaram absorvendo as transformações artísticas ditadas pelo tempo, pois as mesmas práticas feitas por gerações diferentes acarretam inovações e resistências.

Leandro Gomes de Barros (1865-1918), poeta paraibano, é considerado como um dos precursores da Literatura de Cordel nordestina, uma vez que foi responsável por uma produção em massa desses livretos para todo o nordeste. Segundo Cascudo<sup>754</sup> (1984), ele escreveu cerca de mil folhetos de cordel. Homero Senna, ao fazer a apresentação de sua Antologia, afirma que: “o poeta teria sido dos poucos a viver exclusivamente da venda dos seus ‘romances’”<sup>755</sup>.

### O delineamento da Carnavalização

A teoria da cultura cômica popular na Idade Média e no Renascimento é descrita brevemente por Bakhtin na obra “*Problemas na poética de Dostoiévski*”<sup>756</sup> (2011), mas a versão mais abrangente e inovadora é encontrada na sua tese de doutorado que mais tarde foi por ele revisada e tornou-se; “*A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*”, nele o autor faz uma análise das obras *Gargantua e Pantagrue*, escrita pelo francês François Rabelais (1490-1553), buscando analisar as influências populares que permeiam a sua escrita.

Em “*A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*”, logo na introdução, o autor revela que a finalidade da obra é compreender melhor a influência da cultura popular nas obras de François Rabelais, estabelecendo divisões específicas dessas influências.

*As múltiplas manifestações dessa cultura podem subdividir-se em três grandes categorias:*

1. *As formas dos ritos e espetáculos (festejos carnavalescos, obras cômicas representadas nas praças públicas, etc.);*

<sup>753</sup> CASCUDO, Luís da Camara. **Vaqueiros e Cantadores**. São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

<sup>754</sup> CASCUDO, *op. cit.*, 1984, p. 314.

<sup>755</sup> BARROS, Leandro Gomes de. **Antologia – Tomo III**. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba, 1977.

<sup>756</sup> BAKHTIN, Mikhail. **Problemas na poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

2. *Obras cômicas verbais (inclusive as paródicas) de diversa natureza: orais e escritas, em latim ou em língua vulgar;*
3. *Diversas formas e gêneros do vocabulário familiar e grosseiro (insultos, juramentos, blasões populares, etc).*

*Essas três categorias que, na sua heterogeneidade, refletem um mesmo aspecto cômico do mundo, estão estreitamente inter-relacionadas e combinam-se de diferentes maneiras.*<sup>757</sup>

Na categoria que diz respeito às “formas dos ritos e espetáculos”, Bakhtin dá ênfase aos festejos na praça pública, levando em conta a comunidade do homem medieval como elemento predominante, opondo-se à seriedade clerical e outras demais autoridades do sistema de pensamento feudal coetâneo. Esses festejos são denominados como carnaval, festa que não é necessariamente o período anterior à quaresma festejado em muitos locais pelo mundo. Compreende-se por carnaval uma série de festividades que ocorriam durante diversos momentos no ano, isso na Idade Média e no Renascimento, esses eventos eram sempre associados aos rituais sagrados, e o total dessas festas poderiam chegar a até três meses<sup>758</sup>.

Bakhtin afirma que nos carnavais eram realizadas diversas procissões e celebrações com teor satírico, as quais enchiam as praças durante dias, entre esses festejos ele cita a “‘festa dos tolos’ (*festa stultorum*) e a ‘festa do asno’; existia também um ‘riso pascal’ (*risus paschallis*) muito especial e livre, consagrado pela tradição”<sup>759</sup>, que em suas comemorações ridicularizavam elementos sagrados da prática Católica Apostólica Romana.

A segunda grande categoria utilizada por Bakhtin para a delimitação da influência popular em Rabelais foram as “Obras cômicas verbais”, em que o autor evidencia diversas fontes que são classificadas como antigas paródias. Por meio da comicidade encontrada nessas sátiras, identificamos a representação do que ele chama de “concepção carnavalesca do mundo”. Essas obras são escritas em língua vulgar e latina. Nas obras cômicas verbais é possível encontrarmos paródias de hinos, liturgias, evangelhos, orações, testamentos, epitáfios e até mesmo versões paródicas de concílios. “Esse gênero literário quase infinito estava consagrado pela tradição e tolerado em certa medida pela igreja”<sup>760</sup>.

José Rivair Macedo, em “Riso, cultura e sociedade na Idade Média (2000)”, alega que a tese de Bakhtin não deve ser questionada em sua totalidade, porém, alguns aspectos a respeito da cultura popular medieval devem ser reavaliados, um deles é o fato dele ter descrito boa parte dos elementos da cultura popular com base em fontes do final da Idade Média, contudo “nada indica terem os fenômenos culturais permanecido imutáveis no decurso dos séculos”<sup>761</sup>. Durante toda a análise Bakhtin utiliza textos do início da Idade Média até o seu final, no entanto atribui-lhes igual valor no que concerne à cultura cômica popular. De acordo com o próprio Macedo (2000), esses detalhes não abalam a importância da análise realizada por Bakhtin, pois toda pesquisa científica está sujeita a novas descobertas e releituras com o passar dos anos.

<sup>757</sup> BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Franteschi Vieira. São Paulo. Editora da Universidade de Brasília, 1987, p. 4.

<sup>758</sup> SOERENSEN, Claudiana. **O mez da gripe**: a babel carnalizada. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008, p. 67.

<sup>759</sup> BAKHTIN, *op. cit.*, 1987, p. 4.

<sup>760</sup> *Ibid.*, 1987, p. 13.

<sup>761</sup> MACEDO, José Rivair. **Riso, cultura e sociedade na Idade Média**. Porto Alegre/ São Paulo. Ed. Universidade UFRGS/ Editora Unesp, 2000, p. 101.



A terceira subdivisão é o “vocabulário familiar e grosseiro”, assimilado nas festas carnavalescas, que rompem com a ordem “oficial” da época, trazendo à tona uma visão carnavalesca do mundo, além do mais, essas grosserias eram proferidas não só entre os participantes dos carnavais, mas também às divindades, ultrapassando o aspecto degradativo, ganhando assim um sentido regenerador e renovador, como a expressão “bosta para ele” (*bren pour luy*), termo utilizado na época e registra a obra Gargântua, a respeito desse sentido degradação e regeneração Bakhtin observa:

*Na base desse gesto e das expressões verbais correspondentes encontra-se um rebaixamento topográfico literal, isto é, uma aproximação do “baixo” corporal, da zona dos órgãos genitais. É sinônimo de destruição, de túmulo para aquele que foi rebaixado. Mas todos os gestos e expressões degradantes dessa natureza são ambivalentes. A sepultura que eles cava é uma sepultura corporal. E o “baixo” corporal, a zona dos órgãos genitais é o “baixo” que fecunda e dá à luz. Por essa razão, as imagens da urina e dos excrementos conservam uma relação substancial com o nascimento, a fecundidade, a renovação, o bem-estar. Na época de Rabelais, esse aspecto positivo era ainda perfeitamente vivo e sentido da maneira mais clara*<sup>762</sup>.

A utilização desse vocabulário por François Rabelais foi uma verdadeira revolução neologística, além de ser um vocabulário capaz de trazer, para o plano material e corporal, diversas entidades, realizando o que ele denomina de realismo grotesco, trazendo para o plano da matéria e do corpo tudo aquilo que seja elevado, espiritual, ideal e corporal, em uma perfeita harmonia literária.

Nesse contexto, a abolição de regras sociais e o nivelamento entre as classes proporcionam uma forma distinta de comunicação, na qual utiliza-se diversas profanações, blasfêmias, obscenidades e diversos insultos, mas essas imprecisões possuem uma função ambivalente, por humilhar e libertar ao mesmo tempo<sup>763</sup>. Bakhtin (1987) esclarece que as relações peculiares estabelecidas durante o carnaval propiciavam o surgimento de novas formas linguísticas.

Portanto, essa pluralidade de eventos constitui o que denominamos de carnaval, que mesmo sofrendo uma série de modificações representativas e ideológicas, ele mantém seu aspecto satírico. O termo “Carnavalização” é atribuído ao método desenvolvido por Bakhtin, o qual é utilizado como aporte por diversos pesquisadores para identificar, em grande ou pequena escala, diversas inversões hierárquicas realizadas através da música, pintura ou literatura, muitas vezes realizando uma intertextualidade com fontes tradicionais, transfigurando sua representação inicial e dando-lhe uma significação faceciosa. “Os jograis, num jogo intertextual perpassando pelo espírito lúdico, retomavam e alteravam certas passagens de canções ou romances, imitando-os em contextos ou situações bizarras”<sup>764</sup>.

### **A sátira engajada de Leandro Gomes de Barros**

Mesmo abordando temáticas triviais para a sua época, Leandro Gomes de Barros também ganhou destaque com a poesia satírica. A temática do Cordel reflete aspectos

<sup>762</sup> BAKHTIN, *op. cit.*, 1987, p. 127-128.

<sup>763</sup> SOERENSEN, *op. cit.*, 2008, p. 70-71.

<sup>764</sup> MACEDO, *op. cit.*, 2000, p. 152.

do meio em que foi produzido. Seguindo esse viés, traremos para análise, o poema “Ave-Maria da Eleição”, inspirado na oração “Ave-Maria”, umas das mais conhecidas pelos Católicos Apostólicos Romanos na qual Maria, mãe de Jesus Cristo, é louvada constantemente, sendo também invocada para proteger seus fiéis dos pecados cometidos. No texto ela posiciona-se como intermediária entre o pai e o filho, de acordo com a oração, inspirada em partes do Evangelho de São Lucas, um dos livros que compõem a Bíblia, livro sagrado para os cristãos.

A carnavalização do sagrado é perceptível no poema “Ave-Maria da Eleição” de Leandro Gomes de Barros, na qual o texto da oração “Ave-Maria” é protagonizado sob um aspecto profano, isso através da intertextualidade realizada entre ambos os textos. Do texto sagrado é preservado o aspecto conciso, porém, a solenidade é substituída pela descrição panorâmica de uma ação coletiva da massa popular, o dia de eleger seus representantes. Segundo Bakhtin (1987), na carnavalização, essas imagens de aspecto burlesco “se orientam para toda a realidade contemporânea, o presente enquanto tal, e que o representam como o processo de nascimento do futuro no passado, ou como a morte do passado prenhe do futuro”<sup>765</sup>.

As imagens carnavalescas são capazes de inverter uma ordem de idéias pré-estabelecidas, inclusive as religiosas, assim, há uma versão negativa de um pólo positivo, nesse caso um não é segregado do outro, pois tal negação não se efetua através do conceito abstrato de negação e sim uma abordagem das transformações intertextuais dessas imagens, havendo uma mudança de aspecto, uma passagem do velho para o novo, um segundo mundo, no qual há uma permuta de tempo e espaço. “O nada do objeto é a sua outra face, o seu avesso. E esse avesso, ou esse baixo, tomam uma coloração temporal, são compreendidos como o passado, como o antigo, como o não-presente”<sup>766</sup>. Esse aspecto de um mundo novo que nasce a partir da morte de um velho mundo é ambivalente, sendo o carnaval essa dualidade na qual ocorre a celebração da morte do antigo para o surgimento do novo, que não se excluem, mas são opostos.

Mesmo havendo esse aspecto atemporal na carnavalização, a ação efetuada evidencia traços do momento histórico no qual essa narrativa foi composta. Portanto, a menção que Bakhtin faz à atemporalidade diz respeito à visão ambivalente do mundo carnavalesco, englobando características manifestadas em diversas culturas, por isso, além de haver uma dualidade em relação às imagens carnavalescas, também encontramos a coexistência da temporalidade e da atemporalidade, esta por criar um segundo mundo com valores distintos do primeiro e pelo fato de a carnavalização ser registrada em diversas épocas e em relações sociais distintas e aquela por estar ligada ao seu contexto histórico e social.

*A dualidade na percepção do mundo e da vida humana já existia no estágio anterior da civilização primitiva. No folclore dos povos primitivos encontra-se, paralelamente aos cultos sérios (por sua organização e seu tom), a existência de cultos cômicos, que convertiam as divindades em objetos de burla e blasfêmia (“riso atual”); paralelamente aos mitos sérios, mitos cômicos e injuriosos; paralelamente aos heróis, seus sócios paródicos*<sup>767</sup>.

Esse aspecto da carnavalização não impede o poema de carregar representações sociais do meio em que foi produzido, pois isso não torna o poema neutro em relação ao

---

<sup>765</sup> BAKHTIN, *op. cit.*, 1987, p. 361.

<sup>766</sup> *Ibid.*, 1987, p. 360.

<sup>767</sup> *Ibid.*, 1987, p. 5.

tempo e espaço, apenas aberto á interpretações contínuas, sem perder seu aspecto paródico, mas evidenciado novos olhares perante uma mesma releitura picaresca. Eis o poema “Ave-maria da Eleição”, no qual a carnavalização bakhtiniana permite tal releitura.

*Ave-Maria da Eleição*

*No dia da eleição  
O povo todo corria  
Gritava a oposição-  
Ave Maria! ...*

*Viam-se grupos de gente  
Vendendo votos na praça,  
E a urna dos governistas  
Cheia de graça.*

*Uns a outros perguntavam:  
- O senhor vota conosco? –  
Um chaleira respondeu: -  
Este o senhor é convosco.*

*Eu vi duas panelas  
Com miúdos de dez bois  
Cumprimentei-a, dizendo:  
Bendita sois.*

*Os eleitores com medo  
Das espadas dos alferes,  
Chegavam a se esconderem  
Entre as mulheres*

*Os candidatos andavam  
Com um ameaço bruto  
Pois um voto para eles  
É bendito fruto.*

*Um mesário do Governo  
Pegava a urna contente,  
E dizia – “Eu me glorieio  
Do vosso ventre”!*

*A oposição gritava  
De nós não ganha ninguém  
Respondia os do governo  
Amén.<sup>768</sup>*

O título do poema evidencia claramente a intenção do autor em carnavalizar a oração cristã, levando o leitor a perceber antecipadamente que haverá a presença da oração “Ave-Maria” de forma intertextual com o tema que será abordado, no caso as

---

<sup>768</sup> In **Ave-Maria da Eleição**, quarto poema do folheto LC6046, em que constam os seguintes títulos: **Genios das mulheres, Um beijo áspero e a Mulher roubada** (poema de fragmento). Publicado na cidade de Recife, em 1907.

eleições. Macedo (2000), registra a presença das sátiras realizadas com as orações, confidenciando que; “Nas paródias dos padre-nossos e outras orações bem conhecidas, as crenças fundamentais do cristianismo eram impiedosamente ironizadas”<sup>769</sup>. Nesse caso, não está havendo um ataque irônico à ideologia cristã como era do feitio das sátiras medievais e sim utilização do credo católico para que fosse realizada uma denúncia social que é revelada ao longo do poema.

O primeiro verso da primeira estrofe do texto em análise nos revela o momento em que ocorre a ação do poema (“no dia da eleição”), levando em conta que o texto foi publicado em Recife, no ano de 1907, ele reflete o ambiente que propiciou a escolha do tema, pois nessa época a capital pernambucana era extremamente violenta, onde havia o chamado “voto de cabresto” que fazia parte do cotidiano, situação na qual parte dos eleitores era forçada a votar em um determinado candidato, além da compra de votos, uma prática que por ter sido tão constante é ressignificada até ao século XXI.

Nos segundo e terceiro versos da estrofe, encontramos a disparidade entre “o povo” e “a oposição” que clamava “Ave-Maria”, um gesto de espanto ou um pedido às forças religiosas para que seus desejos de vencer o pleito sejam atendidos. A segunda estrofe denuncia a campanha realizada de forma corrupta, no verso, “viam-se grupos de gente” “vendendo votos na praça”. Compreendemos que essa compra de votos realiza-se por intermédio da situação, já que é a “urna dos governistas” que demonstra “graça”, alegria e comemoração por mais uma vitória e a reafirmação de um ciclo político vicioso.

Os terceiro e quarto versos da segunda estrofe mostram a urna como sendo algo pertencente ao governo, um processo no qual o eleitor demonstra passividade em relação ao direito cívico de escolher seu representante, além da ironia na palavra “graça” do último verso, subtendendo o riso debochado e carnavalesco do candidato, sendo o resultado contido na urna a razão do riso sardônico, além da ambiguidade significativa de expressões utilizadas no poema que também fazem parte da oração “Ave-Maria”, ocorrendo uma ligação paródica entre o sério e o cômico. “O verdadeiro riso, ambivalente e universal, não recusa o sério, ele completa-o e purifica-o”<sup>770</sup>.

Neste caso, eles garantiam o voto do eleitor com uma certeza que ratifica a denúncia da compra de votos e as alianças necessárias para que a eleição fosse vencida. Esse evento está ligado profundamente à conjuntura histórica da República Velha, que segundo Pesavento (1991) “se estendeu de 1889 até a Revolução de 30, corresponde a uma fase de afirmação do capitalismo no Brasil”<sup>771</sup>, ou seja, a busca pela mão-de-obra barata, a coisificação do proletariado e a falta de investimento nas classes rurais nordestinas. Perante esse contexto, a sátira de Leandro Gomes pode ser dirigida às esferas; municipal, estadual e federal, pois aborda caracteres de ambas as classes políticas.

A quarta estrofe ao falar de “duas panelas” e “miúdos de dez bois”, sob o aspecto da carnavalização, faz menção ao chamado baixo material e corporal, tendo em vista que as vísceras dos bois eram consumidas indiscriminadamente pelas classes menos abastadas, tais imagens nos remete a uma fartura que por sinal era mais uma estratégia para que a compra de votos fosse efetuada. Maya (2006), afirma que era comum os

---

<sup>769</sup> MACEDO, *op. cit.*, 2000, p. 223.

<sup>770</sup> BAKHTIN, *op. cit.*, 2010, p. 105.

<sup>771</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da Universidade de Rio Grande do Sul, 1991, p. 26.

candidatos distribuírem comidas, roupas e transporte para que os seus eleitores se fizessem presentes no dia da eleição e os elegessem<sup>772</sup>.

O poeta apresenta nas quinta e sexta estrofes a violência decorrente das eleições, a própria cidade que o poeta morava era, no início do século XX, chamada popularmente de “sangrenta Recife”. Situação que era comum em todo o Brasil. Nessa época, a guarda civil era utilizada para punir os adversários políticos, Maya (2006), relata que o primeiro governador de Pernambuco, Alexandre José Barbosa Lima, apoiado por Floriano Peixoto, “se notabilizou pelo uso costumeiro da força, adiando eleições, dissolvendo câmaras municipais, reprimindo as manifestações de estudantes, além de perseguir os líderes da oposição”<sup>773</sup>.

As duas últimas estrofes mostram a comemoração do grupo que foi forçadamente eleito e a insatisfação por parte da oposição. O “Amén” expresso na última estrofe é configurado como uma resposta irônica do grupo vencedor perante a impotência dos adversários políticos. O poema de Leandro Gomes, assim como as sátiras medievais, criou um segundo mundo, o qual o poeta pode expressar críticas às autoridades políticas. Embora já tenha sido até mesmo preso. A forma satírica com elementos sagrados que geralmente era cantada em parte para chamar a atenção do público era também um desabafo, não apenas de um poeta, mas de uma massa coletiva ávida por liberdade. Através da Literatura Popular esse espaço de liberdade era cedido para que o riso fosse acolhido, propiciando a ridicularização de poderes que no dia-a-dia causavam medo à população governada.

Na época literária de Leandro Gomes de Barros houve a existência de uma mídia fortemente influenciada pela cultura francesa, a qual controlava a vida intelectual do país, segundo Miceli (1977), “dispondo de aparelhos de celebração cuja função básica consiste em encobrir as condições sociais que presidem a produção e a recepção das obras”<sup>774</sup>. Em uma época em que até o meio erudito era privado de expressar-se de forma crítica, o meio popular através de Leandro Gomes foi capaz de utilizar a sátira para fazer os leitores refletirem a respeito da situação constrangedora a qual estavam submetidos, para Emerson (2003), “O riso nos ajuda a realizar a mais difícil das tarefas, que é ver-nos como atores muito pouco importantes na multiplicidade de tramas de outras pessoas”<sup>775</sup>.

## Fontes e Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Franteschi Vieira. São Paulo. Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas na poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARROS, Leandro Gomes de. **Antologia – Tomo III**. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba, 1977.

---

<sup>772</sup> MAYA, Ivone da Silva Ramos. **O poeta de cordel e a primeira república: a voz visível do popular**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, 2006, p. 49.

<sup>773</sup> MAYA, *op.cit.*, 2006, p. 52.

<sup>774</sup> MICELI, Sergio. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977, p. 15.

<sup>775</sup> EMERSON, Caryl. **Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin**. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro. DIFEL, 2003, p. 240.

BARROS, Leandro Gomes de. **Ave-Maria da Eleição**, quarto poema do folheto LC6046, em que constam os seguintes títulos: **Genios das mulheres, Um beijo áspero e a Mulher roubada** (poema de fragmento). Publicado na cidade de Recife, em 1907.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e Cantadores**. São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

EMERSON, Caryl. **Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin**. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro. DIFEL, 2003.

MACEDO, José Rivair. **Riso, cultura e sociedade na Idade Média**. Porto Alegre/ São Paulo. Ed. Universidade UFRGS/ Editora Unesp, 2000.

MAYA, Ivone da Silva Ramos. **O poeta de cordel e a primeira república: a voz visível do popular**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, 2006.

MICELI, Sergio. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da Universidade de Rio Grande do Sul, 1991.

SOERENSEN, Claudiana. **O mez da gripe: a babel carnavalizada**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

# ARARUNA NO RIO GRANDE DO NORTE: A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UMA DANÇA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL EM NATAL

*Lucila Barbalho Nascimento*

## Introdução

Nosso objetivo é analisar a importância da *Sociedade (Associação) Araruna de Danças Antigas e Semidesaparecidas* – instituição que, segundo seu estatuto, volta-se para o desenvolvimento de ações de incentivo e manutenção da cultura, com foco nas danças folclóricas – para a construção de uma identidade e de uma memória local no Rio Grande do Norte, especificamente na cidade de Natal, enquanto exemplar de cultura imaterial. Para isto, iremos utilizar uma bibliografia voltada para os campos da nova história cultural, que se dedica a ‘conhecer’ a cultura popular, da história oral e da memória, bem como do patrimônio imaterial.

Como justificativa inicial, tomamos como base a obra de Antônio José Faro – *Pequena História da Dança* – na qual ele afirma que as danças folclóricas estão ligadas aos momentos pelos quais passaram os povos que elas caracterizam, podendo ser inseridas nos estudos sobre cultura popular, práticas e costumes, entre outros propostos pela história das mentalidades. Segundo a proposta de Faro, estudiosos sobre danças medievais apontam que as danças populares são ancestrais das danças de salão e que a transferência do campo para a cidade modificou-as e tirou delas o que não era nobre. As mudanças políticas e sociais ocorridas na Europa levaram a dança da aldeia para os salões.

É através de uma “perspectiva construtivista” que Michael Pollak sugere a análise da transformação dos fatos históricos e sociais em objetos “solidificados e dotados de duração e estabilidade”, o que levou ao interesse “pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias”<sup>776</sup>. Ainda segundo ele, apesar de parecer um fenômeno íntimo, a memória deve ser compreendida como um elemento construído em coletividade e que está sujeito, assim como o objeto em história, como também no caso das danças, às “flutuações, transformações, mudanças constantes”<sup>777</sup>.

Ainda de acordo com Faro, as danças folclóricas brasileiras são riquíssimas, mas pouco encenadas e muitas delas aparecem apenas em apresentações nas suas cidades de origem “e morrem um pouco a cada ano que se passa com a falta de renovação de seus intérpretes e o pouco interesse das autoridades competentes”<sup>778</sup>. O mesmo pensamento aparece na obra de Maribel Portinari, além da colocação de que a dança tem papel importante no folclore de cada Estado, mas nem sempre é patrimônio cultural.

Inicialmente, quando da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, as discussões tinham como cerne “prédios e monumentos visíveis e de certa forma estáticos”, porém é importante enxergar “patrimônio como parte integrante da comunidade onde está inserido, numa representação das

---

<sup>776</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In.: \_\_\_\_\_. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 4.

<sup>777</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In.: \_\_\_\_\_. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.201.

<sup>778</sup> FARO, Antônio José. **Pequena História da Dança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 24.

manifestações sociais (...) que constroem a história e a possibilidade de olhar esse patrimônio como memória social”, conforme expõe Fátima Araripe no artigo *Do patrimônio cultural e seus significados*. A política de preservação do chamado patrimônio imaterial traz à tona elementos que já estavam sendo discutidos e apropriados desde a década de 1980: um patrimônio “dinâmico, que pode caminhar (...), que tem leveza e movimento”. Além disso, “o patrimônio, pelo seu teor simbólico e sua significação, funciona como uma chave de entrada para a compreensão de uma época, de uma sociedade, ou de um momento da vida social”<sup>779</sup>.

Peça destaque do nosso patrimônio, onde sagrado e profano se unem, se completam, as danças permitem uma leitura das características culturais de cada região do país. Dentre as danças folclóricas existentes no Rio Grande do Norte, nos propomos a pesquisar sobre a Araruna, idealizada e comandada pelo Mestre Cornélio Campina, que nasceu em Portalegre, cidade localizada no Alto Oeste potiguar e aos três meses de idade foi levado para Garanhuns, no Estado de Pernambuco, onde – na adolescência – por intermédio da família, entrou em contato com algumas danças que, anos mais tarde, introduziria no Araruna. Antes de chegar a Natal, em 1928, aos 20 anos, morou em Cajazeira do Rio dos Peixes – na Paraíba – em São Miguel de Pau dos Ferros e Areia Branca (ambos interiores do Rio Grande do Norte).

O Mestre do Araruna, quando resolveu reunir os primeiros integrantes do grupo, começou a lhes ensinar aquelas danças que havia aprendido com seus familiares. E mesmo com essa característica popular das danças que ensinava e encenava, o grupo enfrentou (e ainda enfrenta) dificuldades para manter-se na atividade. Em entrevista concedida a *Revista Nós do RN*, Campina afirma que no início o Grupo recebia recursos federais para custear as despesas, mas que isso não ocorre mais e que a Associação se mantém com as apresentações que faz na capital e no interior do Estado.

A mesma Revista traz também uma entrevista concedida por Deífilo Gurgel na qual ele afirma que, no início de 1920, Cascudo já escrevia sobre cultura popular e alertava aos governantes sobre a necessidade de apoio político às manifestações populares. Segundo ele, o interesse de Câmara Cascudo pela cultura popular consolidou-se definitivamente depois da visita que Mário de Andrade fez a Natal, na qual incentivou o amigo potiguar a ir para a janela, para ver o povo passar e estudar os seus costumes. Conforme André Valério Sales, em *Câmara Cascudo: sua teoria folclórica, o método de pesquisa e sua relação política com as classes populares* o método de Cascudo era um procedimento voltado para uma História da Memória, uma vez que, a fim de reconstruir um passado utilizava como fontes a mente humana, além de se voltar para a coleta de testemunhos orais.

O primeiro folclorista do Rio Grande do Norte, do qual temos registro, a escrever sobre o Grupo de Dança em questão foi Verissimo de Melo com a obra sobre o Folclore do Rio Grande do Norte que faz parte da *Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro*, datada de 1977. Nesta, ele afirma que o grupo apresenta danças antigas ou velhas danças de procedências europeias aculturadas: schottisch (xote), mazurca, polca, quadrilha e as de denominações regionais, que imitam o movimento de bichos (camaleão, besouro e araruna). Segundo ele, trata-se de danças que já estiveram nos melhores salões aristocráticos e hoje estão em desuso. O grupo revive a coreografia das danças antigas a sua maneira, é acompanhada por sanfona e exhibe-se constantemente nas festividades públicas. Nomeada *Sociedade de Danças Antigas Araruna*, sua sede estava localizada no Areal, Rocas.

---

<sup>779</sup> ARARIPE, Fátima Maria Alencar. In: \_\_\_\_\_. **Transinformação**. Campinas, 16 (2): 111-122, mai/ago, 2004. p.113.



Alguns anos depois, em 1981, Deífilo Gurgel escreve sobre as danças folclóricas do Rio Grande do Norte e afirma que a Araruna se trata de um grupo com peculiaridades próprias, organizado oficialmente em 1956 e nomeado *Sociedade Araruna de Danças Antigas e Semidesaparecidas*. Única no Estado com estatuto registrado em cartório e com sede própria. Apresenta uma suíte de danças aristocráticas, que representa diversos números: xote, valsa, polca, caranguejo, bode, besouro e araruna. Acompanhada por sanfonas e outros instrumentos, anteriormente apresentava cantigas próprias. Os cavalheiros usavam casaca e cartola; enquanto as damas usavam longos vestidos de saia rodada. Para ele, é o orgulho da cidade do Natal. O mesmo autor, no ano de 2003, em uma obra que condensa diversos elementos do folclore do Rio Grande do Norte, acrescenta que o grupo pratica uma dança genuinamente potiguar, que nasceu em Natal, de forma original e que a mesma se trata de uma personalidade civil. E ainda que, originou-se do grupo junino ‘São João na Roça’, que reunia canguleiros (habitantes do bairro das Rocas), oriundos do interior, com pouca escolaridade e que exerciam modestas profissões. Apresentavam-se no período junino e para satisfazer anseios da comunidade passaram a se apresentar durante todo o ano.

No ano seguinte, em 1982, Édison Carneiro lança *Folguedos Tradicionais e expõe*:

*Um mesmo grupo de bailes de rápida execução vive, sob duas formas distintas, no Rio Grande do Norte – araruna, camaleão, besouro, jararaca, mana Rita, que se fazem acompanhar, como no Sul, por gêneros estrangeiros: mazurca, polca, chotes, valsa e quadrilha. Na sua forma social, como dança de pares (cavalheiros de casaca, damas em grande gala) tem o nome de ‘araruna’; com a formação em fileiras (cavalheiros e damas em trajés populares), chama-se camaleão<sup>780</sup>.*

Posteriormente, com um intervalo de quinze anos, Cáscia Frade apresenta em *Folclore* a seguinte definição para a dança em questão:

*Dança de salão, com os pares formando círculos concêntricos, cavalheiros no de fora e damas no de dentro. Os pares desenvolvem passos laterais para a direita e para a esquerda. No estribilho, dão meia-volta em torno de si mesmos, batem os ombros enviesadamente, terminando com forte batido de pé. A letra da canção faz referência a um pássaro de mesmo nome, oriundo do Pará. O acompanhamento musical é feito com viola, violão, pandeiro e acordeão. Esta dança exige de seus participantes indumentária especial: os homens usam cartola, fraque com abas, calças longas, gravata pomposa; as mulheres trajam saias longas rodadas, blusas de renda, sandálias. Está presente na cidade de Natal e apresenta-se em calendário flexível<sup>781</sup>.*

Recentemente, em 2008, Gutemberg Costa elabora uma obra inteira dedicada ao Grupo Araruna e aponta para novos dados como a existência de uma sede provisória – localizada na Rua Lucas Bicalho – que teria sido a residência de Campina e um novo nome para o grupo junino que originou o grupo de dança: Cordelândia. Seguindo a sugestão de um vereador da cidade, Cornélio tornou o grupo mais profissional sob nome

<sup>780</sup> CARNEIRO, Edison. **Folguedos Tradicionais**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1982. p.[?]

<sup>781</sup> FRADE, Cáscia. **Folclore**. São Paulo: Global, 1997. p.39.

de ‘Dança das Ararunas’, daí seu nome definitivo, proposto por Cascudo na reunião de fundação em 1956. A atual sede do grupo foi construída mediante trabalho voluntário e entregue pelo prefeito da época – Djalma Maranhão – no ano de 1961, mas a sede só foi inaugurada no ano seguinte e serviria para os ensaios, as apresentações do grupo, bem como para festas comunitárias. Reconhecida por duas leis, uma municipal e uma estadual, apresenta estatuto, regulamentações e registros em órgãos culturais. A indumentária foi sugerida por João Francisco Gregório – assíduo leitor de revistas da época – que levou modelos para serem vistos por Cornélio, este acatou a utilização da indumentária característica do grupo.

Segundo o Estatuto da Associação, a entidade tem por finalidade principal motivar e preparar a população do bairro das Rocas, com abrangência a todas as comunidades da cidade do Natal e do Estado do Rio Grande do Norte, para organização de um trabalho cooperativo e reivindicatório a fim de atender as necessidades da comunidade integrando-a no processo de desenvolvimento cultural e social, através das seguintes ações: “preservar as raízes culturais e o Folclore; promover de atividades em diversos campos; promover atividades de interesse comunitário; reivindicar recursos para manutenção da entidade junto aos órgãos públicos; implantar projetos de necessidade dos sócios; explorar os serviços de rádio, seguindo as normas da agência reguladora; promover seminários, congressos, eventos culturais e festivais; pesquisar, estudar e divulgar as danças tradicionais”<sup>782</sup>.

## Conclusão

Logo, podemos perceber que algumas mudanças foram propostas ao ‘comandante’ do Grupo de Dança. O que vale questionar é se a mudança é necessária para que a prática permaneça ou é imposta pelas classes dominantes na tentativa de construir uma identidade com base no folclore. Essa ação, apesar de atestar o caráter cumulativo e dinâmico da experiência humana na construção da cultura é um ato conflitivo, porque significa incorporar novos valores àqueles praticados.

Trata-se, portanto, de uma representação tal qual aquela proposta por Roger Chartier. Uma noção da qual ele lança mão para designar o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais. A construção das identidades sociais seria o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma.

Percebemos, também, que a Associação de Danças em questão tem a proposta de, dentre outras coisas, disseminar, uma dança dita “semidesaparecida”, como observado na própria nomenclatura, inculcando-a na memória dos cidadãos e que, apesar da Araruna se tratar de uma manifestação cultural presente no Rio Grande do Norte, que merece investigação, não estabelece “uma relação de reconhecimento e pertencimento” com aquela dança que pretende se constituir enquanto patrimônio resultante da “história do seu povo e das suas práticas cotidianas”<sup>783</sup>.

Por fim, ao ler as descrições feitas pelos autores sobre a dança a analisada aqui, pudemos perceber pequenas semelhanças entre elas. Para ambos os três, valendo salientar que Deífilo toma como base o que escreveu Cascudo antes dele, a Araruna é uma dança de salão; com calendário flexível, pois não tem sua apresentação relacionada

---

<sup>782</sup> Trecho extraído da foto do Estatuto presente na obra de Gutemberg Costa.

<sup>783</sup> ARARIPE. *Op. Cit.* p.114.

a nenhum ciclo festivo e apresenta homens trajando fraque (casaca) e cartola. E diferenças como as mulheres usando longas saias rodadas, blusas de renda e sandálias em *Folclore* e as de Deífilo e Cascudo usando vestidos longos e rodados. Uma coreografia única executada com batidos de pés e ombros, acompanhada por quatro instrumentos como proposto por Frade *versus* uma diversidade coreográfica, contando com oito a dez pares de bailarinos e acompanhada pela sanfona como vemos em Gurgel e que foi, anteriormente, proposto por Cascudo. De um lado, uma dança irmã de outra existente no Amazonas, como foi apresentada por Cáscia; do outro, a ideia de uma dança com características próprias, como foi escrito por Deífilo.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- ARARIPE, Fátima Maria Alencar. In: \_\_\_\_\_. **Transinformação**. Campinas, 16 (2): 111-122, mai/ago, 2004.
- CARNEIRO, Edison. **Folguedos Tradicionais**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. SP: Difel, 2002.
- COSTA, Gutemberg. **Sociedade de Danças Antigas e Semi-desaparecidas Araruna: orgulho e patrimônio cultural do Rio Grande do Norte**. Natal: SESC/RN, 2008.
- FARO, Antônio José. **Pequena História da Dança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- FRADE, Cáscia. **Folclore**. São Paulo: Global, 1997.
- GURGEL, Deífilo. **Danças Folclóricas do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 1981.
- \_\_\_\_\_. VITORIANO, Vicente. GURGEL, Tarcísio. **Introdução a cultura no Rio Grande do Norte**. PB: Grafset, 2003.
- MELO, Veríssimo de. **Folclore Brasileiro: Rio Grande do Norte**. RJ: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In.: \_\_\_\_\_. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In.: \_\_\_\_\_. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- PORTINARI, Maribel. **História da Dança**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- Revista Nós do RN. In.: **Diário Oficial do Rio Grande do Norte**. A República, ano I, n.09, ago. 2005. <Disponível em: <http://www.dei.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/dei/arquivos/nosdorn/nos0805.pdf>>
- SALES, André Valério. **Câmara Cascudo: sua teoria folclórica, o método de pesquisa e sua relação política com as classes populares**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007

## MUSEUS DE SERGIPE: EXPOGRAFIA E ETNOGRAFIA AUDIO-VISUAL

*Mara Jane Santos Alves  
Giceli Andrade Rocha Santos*

### INTRODUÇÃO

Os lugares de memória são espaços construídos para a preservação, conservação das vivências, costumes, práticas de um povo. Eles constituem de fato, várias, mas se faz salientar uma de suas funções: a de salvaguardar as identidades cultural e social de uma comunidade; a herança cultural desta. Tornando assim, todo e qualquer acervo que se possa perceber, ou de modo mais direto fazer parte enquanto patrimônio. E por patrimônio se tem a noção de pertencimento, se tem a noção de propriedade. Diz mais sobre o tema CANANI (2004):

*Assim, podemos dizer que a propriedade é um tipo de criação social, pois não é suficiente a existência de um objeto em si para que ele seja relevante para o grupo social, mas é relevante a atribuição de um valor, que é socialmente construído, e a existência de um conjunto de normas que regulam a sua circulação e permanência dentro do grupo, estabelecendo uma rede de relações entre pessoas.*

Para se atribuir valor, também se faz necessário o registro. Este, obviamente, está ligado à memória, porém, pode e deve se fazer usos de mecanismos para que esta memória se sustente enquanto função de herança independente de sua vertente: cultural, social... Músicas, poemas, fotografias, filmes personalizam em exemplos os tais registros desde que sejam destinados para o fim proposto.

Disse VALÉRY (1993): “Não gosto muito de museus. Alguns deles são admiráveis, mas nunca deliciosos. As idéias de classificação, de conservação e de utilidade pública, que são justas e Claras, têm pouca relação com as delícias.”

A partir desta premissa, as análises tangentes à etnografia e expografia audiovisual nos museus de Sergipe objetivam registrar o que cada localidade visitada se dispõe em evidenciar o que para si são seus pontos de memória, o que eles entendem, como é e funciona a tão falada herança cultural e mais: o que eles querem que seja registrado disto.

Desse modo, o trabalho focaliza a relação dos museus com a vida social: os diferentes significados das instituições para os agentes sociais. A cultura, a memória e os museus de cada região sergipana, assim como as narrativas expográficas serão analisadas.

Muitos museus de Sergipe ainda são pouco conhecidos, principalmente das regiões do agreste ou sertão, assim, conferir visibilidade a eles é um dos impactos esperados. Atuar como agentes de intercâmbio de informações sobre os parâmetros de registro junto ao IBRAM e captação de recursos em editais do Ministério da Cultura (MINC) também pressupõe a moeda de troca com a qual a pesquisa lidará em cada instituição.

Neste trabalho os professores e pesquisadores atuam para levar a cabo o projeto Museus de Sergipe – mais precisamente no cerne do audiovisual, plano central desta etapa do projeto, cercado-se de teorias-base sobre este – enquanto início da execução

do supracitado projeto, utilizando-se de visitas a duas instituições: Memorial Luciano Barreto Júnior e Memorial do Teatro Louvival Batista, ambas situadas à capital sergipana, Aracaju.

**Imagem 1:** Acervo de Áudio do Memorial Luciano Barreto Júnior



**Fonte:** Acervo GEMPS-SE, 2010.

**Imagem 2:** Memorial do Teatro Louvival Batista



**Fonte:** Acervo GEMPS-SE/LabTrix-NMS, 2013.

## ETNOGRAFIA E EXPOGRAFIA EM ANÁLISES FUNDAMENTAIS

Salienta-se pela terminologia *etnografia* a derivação do grego *ethno* – povo e *graphein* – escrever, ou seja, etnografia é o que se pode chamar de registro escrito, a chamada coleta de dados em campo, no contato direto com o objeto de pesquisa via entrevistas gravadas ou filmadas. Seria este um dos métodos mais importantes da Antropologia (COPANS, 1999; CLIFFORD, 2011). A partir deste, o registro de informações escritas sobre determinada comunidade ascendeu de modo salutar no cerne do conhecimento de dados de cada uma destas.

Por expografia, como se trata de uma vertente de uma ciência, ou não, em formação<sup>784</sup>, muito pouco se sabe, ou melhor, se produziu de modo mais restrito sobre.

---

<sup>784</sup> Diversos autores discutem sobre a efetiva acepção da Museologia enquanto ciência. Alguns discorrem que a mesma não pode ser considerada desta feita por não possuir metodologia própria, uma vez que

Tem-se como base teórica que se trata de um meio criado para interpretação de como se expõe determinado acervo.

Baseando-se nestas informações, mesmo que apresentando redundância, pode-se citar que os museus com base na etnografia agregam em si as memória e identidade social em sua expografia. Decerto que o projeto supracitado não visa somente a esta tipologia de museus, porém esta encontra-se enraizada em várias vertentes expográficas. Localizando-se de forma direta no objetivo maior deste e conforme afirma BRANCO (2008, p.53):

*O património etnográfico não é um exclusivo das estruturas museológicas referidas. Ao sector público junta-se o do associativismo cultural sem fins lucrativos, onde se incluem os agrupamentos folclóricos. Quase sempre detêm aquilo que designam por colecção etnográfica, ou simplesmente etnografia, exposta numa sala de convívio, destinada a servir de referência e legitimação ao reportório musical detido. [...] Tanto os pequenos museus, como as colecções etnográficas referidas são ingredientes insubstituíveis na fabricação de identidade local.*

O autor lusitano discorre sobre a função dos métodos em análises interligando-os aos acervos de museus de identidades locais. O mesmo continua sua assertiva expondo seus estudos acerca de tais acervos que se tornaram assim para a permanência da memória das comunidades interioranas desestruturadas a partir do fim do campesinato, devido a integralização europeia (CARVALHO, 2007, p.6). Sobre a função destes museus ele diz:

*Os museus etnográficos de identidade local não se orientam para atrair um público forasteiro. Vigora um discurso repetitivo sobre um passado pautado pela sucessão de ciclos agrícolas. Vista uma aldeia, conhecem-se todas. Diferem pela casualidade de algum artefacto de decoração doméstica diferente, doado por algum residente, que consegue interromper a recapitulação de acervo que cada um constitui do anterior.*

No caso dos museus do estado sergipano, a grande problemática gira em torno da falta de conhecimento não somente dos mantenedores, como do público usuário em afirmá-los como “lugares de memória”, conhecê-los para catalogação, documentação, registros audiovisuais e iconográficos. Trata-se também de inserir em locais de pertencimento, noções de regulamentação, de leis correspondentes à manutenção e divulgação destes.

## **AUDIOVISUAL ENQUANTO REGISTRO DA MEMÓRIA**

No tangente ao audiovisual, a origem do neologismo é proveniente do latim: *audire* – ouvir e *videre* – ver. Este termo é proveniente das diversas formas de comunicação combinando som e imagem através da utilização de mecanismos tecnológicos. Esta vertente tivera início na década de 1930, nos Estados Unidos da América, tendo uma rápida ascensão e aceitação devido à transição do cinema mudo para o cinema falado, o termo vigorou justamente por ter divulgação neste meio de

---

versa sobre outras tantas para poder vigorar e transitar enquanto meio de conhecimento. A despeito da problemática ver Stránsky (2008).

comunicação, à época, novo e que se dispunha a propor uma reviravolta inimaginável em usar dois mecanismos físicos: visão e audição, num mesmo enxerto.

A partir de 1960, o termo ganha forças e propõe uma novidade que seria sua inserção na Educação enquanto modalidade de ensino, fazendo uso de várias problemáticas para desencadeamento de diversos estudos sobre a terminologia e a criação de subgêneros desta (nova) modalidade de ensino.

Discorremos de forma histórica para melhor compreensão da importância da prática audiovisual, enquanto se pretende como resultado final do trabalho a produção fílmica dos registros realizados em cada instituição, cada lugar de memória, cada acervo encontrados sem registros alhures no estado sergipano, a utilização deste proceder é salutar. COUTINHO (2006, p.17) discorre sobre o que crê ser importante enquanto linguagem audiovisual em ordem de registro e memória da seguinte forma:

*Grande parte do uso que fazemos da linguagem, essa que usamos para expressar por meio da fala e de uma língua, no nosso caso o português, é para relatar fatos, contar histórias narrar desde os acontecimentos mais corriqueiros – hoje eu vi Maria chegar – aos mais complexos: discursos e conferências muito elaboradas.*

Nossa memória está repleta de histórias, de seres e momentos icônicos que foram repassados no chamado ‘boca-boca’, podendo estes ficarem de fato permanentemente ou não. Se em instâncias primevas a memória é tida como um fenômeno individual, autores como HALBWACHS (2006) nas décadas de 1920/1930, acrescentaram que a memória pode ser entendida como um fenômeno coletivo que deve ser submetido a transformações.

No artigo de POLLAK (1992, p.2), o autor lança mão de justificativas da construção da memória e da identidade social através da história oral. Justapõe a memória individual e a memória coletiva com o desejoso encontro de possibilidade da construção da oralidade no cerne das histórias de vida que podemos aplicar aqui. Observe:

*Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.*

A guisa de proteção desta oralidade que necessita de perpetuação mesmo que não tenha sido presenciada quando de sua origem, embora destaque naquele que veio depois, uma sensação de pertencimento e requeira este, a continuidade de momentos de outrens tornados teus, mas que muitas vezes perdida pela ação do tempo, do esquecimento ou até mesmo por não serem divididos afim de registros mais direto, é

que se visa a ação que demanda zelo na aproximação direta com cada ator do projeto apresentado.

Pode-se fazer um levante enquanto interpretação das citações anteriores que os estudos envolvendo concepções etnográficas e expográficas são uma forma de descrição do si de cada unidade que as mesmas têm em si a valoração de suas vivências e não se furtam em divulga-las, ainda que somente para si o que expõe cada uma destas unidades a ser visitada ou já visitada no decorrer do projeto apresentado. Salienta-se que as vivências e as concepções de conhecimento de cada serão valoradas e, à medida que as mesmas permitam adentrar com o que sabem os pesquisadores e, principalmente, com o que se pode com o consentimento dos envolvidos, desenvolver enquanto prática das teorias estudadas e apresentadas nas comunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo diversos autores, a guisa de complementação de estudos que envolvem a memória, o patrimônio, a etnografia e afins, pode-se ressaltar no presente artigo que os professores e pesquisadores envolvidos no projeto de descoberta dos museus sergipanos, estão embasando-se em teorias-base e em teorias que permitem a interação complementar na construção, desconstrução, reconstrução e concretização das ações, antes tidas como estimadas, partindo para a prática destas nos museus recém-descobertos e que com a permissão dos organizadores de cada uma destas unidades aos academicamente letrados, os ajustes de conhecimento da área museológica que vai desde a catalogação dos objetos ao registro iconográfico dos mesmos. As possibilidades de sucesso são amplas, uma vez que requererá dos envolvidos um relacionamento mais restrito.

O registro das informações referentes a paisagem, a história, a memória, a cultura e os museus baseada em uma antropologia visual, trabalhará com a produção de uma iconografia das instituições visitadas depois transformada em filme etnográfico. Seguindo ainda as concepções de “memória e patrimônio” (ABREU; CHAGAS, 2003) e “patrimônio material e imaterial” (PELEGRINI; FUNARI, 2008).

## Fontes e Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) **Memória e Patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BRANCO, Jorge F. Significados esgotados: sobre museus e coleções etnográficas. **Atas do Congresso (XI) de Antropologia FAAEE**, In El futuro de los museos etnológicos, Donostia/ San Sebastian, 2008.
- CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. **Herança, sacralidade e poder**: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100009&script=sci_arttext) (Acesso em: 12/10/2013)
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. José Reginaldo Santos Gonçalves (org). 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- COPANS, Jean. **Introdução à etnologia e à Antropologia**. Tradução de Ana Margarida. G. Soares. Portugal: Europa-Américas, 1999.



COUTINHO, Laura Maria. **Audiovisuais: arte, técnica e linguagem**. 60 horas /Laura Maria Coutinho.—Brasília: Universidade de Brasília, 2006. 92 p.:il. (Profucionário - Curso técnico de formação para os funcionários da educação).

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu, PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **O que é Patrimônio Cultural imaterial**. Col. Primeiros Passos, 331. São Paulo: Brasiliense, 2008.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. Sobre o tema: Museologia: ciência ou apenas trabalho prático?? (1980) In: BELLAIGUE, Matilde. **O desafio museológico**. Paris: s/e, 1992.

VALÉRY, Paul. **O problema dos museus**. São Paulo: s/e, 1993.

## **CONSTRUINDO UM PATRIMÔNIO: (RE) SIGNIFICAÇÕES ALIMENTARES NA COLONIZAÇÃO PARAIBANA**

*Michelle Santino Fialho*

### **ARTES DE VIVER, ARTES DE COZINHAR: UMA BREVE INTRODUÇÃO**

O historiador e pensador Michel de Certeau dedica uma importante parte de sua obra analisando as “maneiras de fazer cotidianas”. Essa inventividade se dá graças ao que Certeau chama de “artes de fazer”, nos mostrando que o homem inventa o cotidiano com “mil maneiras de caça não autorizada”. Em primeiro lugar, faz-se necessário dizermos que o cotidiano, segundo Michel de Certeau, é aquilo que nos é dado a cada dia, logo, todas as práticas cotidianas configuram-se como cultura. Nesta perspectiva, uma análise simples mostra que a forma de organização e assimilação do conhecimento gastronômico diferencia-se, consideravelmente, em cada formação social. Seguindo uma linha direcionada à antropologia cultural, o antropólogo norte americano Clifford Geertz enfatiza uma investigação antropológica embasada nos significados, valores e símbolos presentes na cultura e que permeiam as relações entre os indivíduos. Considerando as acepções de Clifford Geertz acerca da cultura e representação, identificamos o papel exercido pelo simbólico na construção da realidade. Neste ínterim, defende que o conceito de cultura é semiótico, ou seja, “acreditando como Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias.” (GEERTZ, 1989, p. 4)

Traçando como meta de análise as relações cotidianas e sociais enquanto sistemas simbólico-culturais que, a partir de costumes, hábitos e ademais relações sociais que surgem e encontram-se intrínsecos aos moldes culturais interpretativos, emergem certas implicações que respingam eventual e considerável ação-interpretativa nos códigos envoltos à prática gastronômica. Reafirma-se uma articulação das formas culturais com a própria ação social, diretamente interligada aos comportamentos enquanto práticas humanas que erradicam a aparição cultural.

Nos últimos anos a nossa historiografia vem lançando novos olhares para o fenômeno da gastronomia. É bem verdade que a associação da gastronomia aos estudos historiográficos, assinala uma imensurável ampliação do cenário alimentar enquanto campo privilegiado à análises epistemológicas, possibilitando à historiografia contemporânea projetar perspectivas gastronômicas em uma categoria histórica. À medida que se amplia o campo de possibilidades para o ensino de História, mais visível torna-se a constituição de um espaço de síntese.

Esse situar dentro das diversas formas de sociabilidade ativa constitui padrões de permanência e mudanças articuladas aos hábitos gustativos. Reafirmam-se práticas alimentares e paladares peculiares provenientes de identidades culturais e costumes, absolutamente, construídos no cerne das práticas cotidianas. Daí percebe-se a presença de inevitáveis valores simbólicos imersos na construção dos costumes e hábitos alimentares a partir do universo da mesa, que possibilitam uma circularidade cultural irreversível no sentido de experiências que regem as representações sociais.

A colonização Paraibana impõe transformações eminentes ao gosto alimentar, estabelecendo distinções sociais e novas ações de sociabilidade. Esse processo oferece subsídios relevantes à medida que se concentram em um processo contínuo que

configura diversas formas e influências/relações de modos singulares. A consciência e o reconhecimento de uma indiscutível bagagem gastronômica que emana das práticas de convívio retratam e afirmam uma extrema valorização. À medida que esta forma de (re) significação alimentar consolida-se, efetivamente, nas relações e práticas sociais, uma contribuição relevante e complementar da culinária indígena e portuguesa surge apta a desenvolver e construir novos conhecimentos. Incrustada em uma considerável diversidade de significantes culturais e de múltiplos saberes, bem como em expressões de um movimento colonizador, a Paraíba emerge incutida em um processo que possibilita, então, o norteamento do desenvolvimento da arte culinária, partindo do pressuposto de que as identidades são móveis e historicamente construídas.

São múltiplas as dimensões a serem consideradas para a compreensão deste processo. Elas incluem, entre outros aspectos, a evolução gastronômica bem como os costumes e hábitos vinculados ao cenário paraibano. Em um primeiro momento faz-se uma análise geral do fenômeno gastronômico, tendo por base os estudos de Michel de Certeau expostos em sua obra *A Invenção do Cotidiano*. Após essa explanação direcionarei uma segunda etapa de meus estudos em que se pretende abordar a situação, os modos e costumes alimentares imersos no território paraibano, em que se pensa a culinária durante a experiência colonial. Conclui-se, por fim, uma leitura singular da culinária a partir da chegada dos colonizadores, coexistente em costumes e práticas direcionadas a construção de um patrimônio cultural.

## **POR UMA LEITURA SINGULAR DA GASTRONOMIA**

A gastronomia ocupa lugar preponderante em nossa sociedade. Convivemos com uma incessante exposição a concepções alimentares em que os hábitos são submetidos a uma indiscutível diversidade. Nesta perspectiva, evidencia-se que as práticas gastronômicas florescem em meio ao crescimento das relações sociais fundamentado em um verdadeiro espaço de sabores, costumes e regras. Novas receitas são inventadas, criadas e adaptadas para levar ao consumidor um prazer imensurável à mesa associado a benefícios, diretamente, dimensionados ao corpo.

A forma de organização e assimilação do conhecimento gastronômico diferencia-se, consideravelmente em cada formação social, conhecendo e adotando um crescimento inevitável, inteiramente submetido a uma rede de juízos de valores. Interessante é entender que, a gastronomia mantém um estatuto cultural que surge a partir de lugares sociais concretizados em uma memória e em valores históricos. A rigor, a sociedade vai apresentando maior ligação e até certo ponto melhor qualidade de vida a partir da alimentação. Na vida prática, são ideias fundamentadas no cerne de concepções relacionadas ao bem-estar e ao prazer degustativo.

A riqueza do paladar e, conseqüentemente, a complexidade cultural, prosperaram em um mundo de evoluções significativas. Escolhemos determinados sabores, identificamo-nos com pratos peculiares, extravasamos preferências e repulsas.

*Toda prática alimentar depende em linha direta de uma rede de pulsões (de atração e de repulsa) quanto aos odores, cores e formas, também quanto aos tipos de consistência; esta geografia é tão fortemente culturalizada quanto as representações da saúde e da boa educação à mesa e, conseqüentemente, é também historicizada. (CERTEAU, 2008, p. 251).*

A cada instante e em todo o lugar, descobrem-se novas receitas. Os hábitos e os costumes são profundamente alterados, florescendo em meio ao relevante crescimento das relações sociais e das concepções gastronômicas. Neste caso, a cozinha enquanto espaço de convivialidade, torna-se um local onde as práticas cotidianas se ajustam constituindo redes de integração entre os indivíduos. Em linhas gerais, a alimentação como as demais práticas sociais, torna-se um fator complexo e, sendo assim, tem como alicerce valores culturais praticados através de um processo de troca de informações e conhecimento.

O que ocorre, então, é que o hábito alimentar reintroduz uma dinâmica experimental, fundamentada por um conjunto sistemático de princípios, regras e percepções que regem a arte do bem comer, transformando-se em um patrimônio histórico e cultural.

## **EXPLORANDO SABORES: MANIFESTAÇÕES ALIMENTARES NO TERRITÓRIO PARAIBANO**

No século XVI torna-se possível visualizar um cenário alimentar onde diversidade e costumes naturais são redimensionados pela fluidez dos padrões de comportamentos concretizados nas atitudes perante os alimentos. A característica peculiar que circunscreve o território paraibano encontra-se, intrinsecamente, relacionada à estrutura alimentar que se origina no período colonial, adotada a partir da predisposição pela exploração local dos alimentos.

Nesse espaço, observa-se que a presença indígena contribuiu de forma decisiva para a formação da culinária. Os sistemas culinários dos grupos indígenas estabelecidos na região seguiram uma incessante dinâmica coletiva agregada pelos costumes nativos. Este processo se traduzia pelo aparecimento de múltiplas práticas e hábitos relacionados aos habitantes locais, uma vez que estes acentuavam alternativas alimentares com base em produtos típicos da natureza.

É nesta perspectiva que se situa o reconhecimento de um cenário marcado pela rudimentação que se estabelece em torno das circunstâncias disponíveis acerca das refeições, através das quais circulavam adaptação, criatividade e necessidade de sobrevivência. A visibilidade dos indícios alimentares acentua-se em uma espécie de culinária ecológica, haja vista a influência exercida pela pesca e caça no cotidiano dos nativos. Além disso, encontrava-se à sua disposição, por exemplo, uma prática alimentar indispensável e regida pela utilização da mandioca, conferindo ao produto uma valorização excessiva no cardápio indígena.

Disso deduz-se que a mandioca e, especificamente a farinha, constituía a base da alimentação dos indígenas, a partir da qual faziam também o beiju, o caldo do aipim, o sumo da mandioca fervida, dentre vários outros mantimentos. Nesse momento, decorre também a apresentação de uma alimentação que surge sob o caráter de atividade coletora, em que se esboçam a obtenção de plantas, frutas e raízes.

As práticas alimentares, nesse sentido, configuravam relações específicas estabelecidas na necessidade de sobrevivência. A partir daí, face às transformações advindas da colonização, é possível identificar trocas culturais incorporadas a uma inovação em termos culinários que se anunciavam em uma dinâmica contínua, revestida pela representação de um cenário abundante em recursos naturais.

Com a chegada de colonizadores em terras paraibanas tornou-se visível a (re) criação de novas realidades, irremediavelmente, compiladas e circunscritas a uma

eminente circularidade cultural que permitiu constituir novos significados e profundas alterações promovidas no cerne das relações sociais.

## **RESQUÍCIOS DA COLONIZAÇÃO: HETEROGENEIDADE CULTURAL NA CULINÁRIA PARAIBANA**

Expansão da colonização e florescimento da cultura açucareira evidenciaram nos séculos XV e XVI novos elementos econômicos sociais e culturais oriundos dos interesses pautados na implantação da conquista do território paraibano, a qual efetivou-se sob atividades econômicas que, então, começavam a se estruturar, favorecendo eminentemente a ocupação local.

A compreensão do comportamento alimentar definiu-se diante o deslocamento de renovação dos hábitos que viabilizaram a predisposição por uma mistura alimentar. O território da Paraíba despontava, assim, com uma culinária pautada a partir das trocas alimentares em conjunto com a mistura de raças e culturas. As relações entre colonizadores e indígenas tornavam-se cada vez mais o palco da mescla adaptativa, culturalmente adotada e expressa em uma tradição culinária.

Foram séculos de transformações. A partir desse momento as mudanças precipitam-se e os costumes e modos culturais tornam-se mais frequentes. É de ressaltar as contribuições portuguesas nos primórdios da colonização. Em verdade, suas representações alimentares podem ser apreendidas na tentativa de reprodução das relações que presidiam os prazeres da mesa lusa e de uma cultura alimentar européia. Revela-se uma grande e diversa quantidade de produtos e animais trazidos pelos portugueses e introduzidos na colônia, a exemplo de caprinos, aves e vários cereais. Há, efetivamente, a incorporação de novos hábitos bem como o aprimoramento expresso na já existente e rudimentar alimentação indígena.

Essa reprodução implica reescrever um novo cenário alimentar e, sobretudo, cultural. Além disso, a presença do luso colonizador correlacionada às relações que este mantinha com o Oriente e a África contribuiu para a formação de uma culinária rica em temperos e sabores. Pode-se ver que, para além dos produtos e animais levados para a colônia, o português inseriu uma ordenação de práticas e conhecimentos concernentes ao espaço da cozinha e que levavam em conta o objetivo que se tinha em vista. Tal fato permite o aprofundamento das técnicas direcionadas aos modos de temperar, preparar e, até mesmo, conservar os alimentos. Essas concepções convergem para os mais variados aspectos, impregnando em torno da alimentação costumes e valores incontornáveis.

De fato, ao longo do século XVI a mistura dos costumes revelava a consolidação de um eminente estágio de adaptação. Parece haver aqui uma flexibilidade e assimilação de hábitos configurados a partir de combinações que possibilitavam a formação de novos paladares. Com a chegada de colonizadores em terras paraibanas, foi possível identificar uma intensa transformação, modificando significativamente as relações sociais.

Em uma espécie de absorção cultural das práticas locais o português arraigou um peculiar sistema alimentar brasileiro, estabelecido conforme a necessidade de sobrevivência. Evidentemente, trata-se de um momento no qual tornava-se necessário adotar uma postura pautada em variações frequentes circunscritas ao contexto da colonização. Como resultante desse movimento, tiveram que ir se adaptando a alimentação por meio das frutas tropicais, dos peixes e da farinha de mandioca, considerada o “pão do Brasil”.

*Nesse ponto, precisamente, os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexcedíveis. Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra, e com tal requinte, que — afirmava Gabriel Soares — a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. (HOLANDA, 1995, p. 46-47)*

Esse processo adaptativo intensificou-se quando ocorre, nos ambientes litorâneos, o desenvolvimento da rendosa agroindústria açucareira. A plantação da cana-de-açúcar no século XVII garantiu um sofisticado processo produtivo na medida em que tornou-se fator responsável pela criação de diversos doces. Nessas condições, as técnicas de preparação e conserva advindas de Portugal adquirem espaço em meio às frutas encontradas na região. Sem dúvida, o doce de caju e a goiabada eram os principais doces neste período.

Paralelamente, a cultura da cana-de-açúcar implicou, também, na vinda dos negros para o trabalho escravo. A partir daí, novas realidades são dispostas no início da colonização desde a aplicação de vários ingredientes, como por exemplo, o inhame, o quiabo e o gengibre, à diferentes modos de preparação de alimentos.

Acentuava-se, assim, a (re) criação de um ambiente familiar, haja vista a introdução de notáveis hábitos e práticas portuguesas na colônia. À medida que esta forma de (re) significação alimentar consolida-se, efetivamente, nas relações e práticas sociais, uma contribuição relevante e complementar na formação da culinária paraibana surge apta a desenvolver novos conhecimentos. Evoluía-se não apenas, pela mescla étnica adaptativa, mas exclusivamente, por modificações decorrentes e concretizadas em um novo cenário, onde se abria espaço para a culminância de novos hábitos alimentares.

## **GASTRONOMIA: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO**

É bem verdade que o situar dentro das diversas formas de sociabilidade advindas das práticas alimentares, constitui um processo contínuo de formação de identidades. Tal investigação se configura na alto-definição dos indivíduos enquanto portadores e personagens de uma história própria e de uma considerável diversidade de significantes culturais, inculcados em um processo que, possibilita então, o norteamento das relações sociais.

A construção dessas identidades encontra-se, intrinsecamente, articulada às percepções em torno da diversidade cultural existente. A sociedade vive atualmente um constante e relevante processo de socialização fundamentado nas bases alimentares, integrando os indivíduos, elevando-os e aperfeiçoando-os cada vez mais aos prazeres da mesa. Nesse percurso, a versatilidade presente nas minúcias cotidianas permite a configuração da própria ação social, diretamente interligada aos comportamentos humanos. Experiência que envolve todos os sentidos, em uma verdadeira aspiração social.

Reconhecemos, então, práticas e saberes imbuídos de um considerável vínculo entre passado e presente, sob a ótica de aspectos materiais e imateriais. A partir da apreensão do pluralismo cultural presente no cenário gastronômico e na concretização dos laços sociais, torna-se possível visualizar indicativos de uma concreta indissociação

entre o patrimônio gustativo e as diversas formas de sociabilidade ativa. O alimento manifesta, portanto, um dinamismo altamente significativo no comportamento social remodelando gestos, experiências e linguagens.

Ocorre que os códigos sociais direcionados a configurar a gastronomia enquanto categoria histórica acomete a viabilização de um lugar de legitimidade que permite instaurar uma espécie de memória gustativa. Nela, torna-se possível identificar diversos fragmentos que formam, portanto, uma historicidade gastronômica explicitada pelas manifestações culturais. “Cada hábito alimentar compõe um minúsculo cruzamento de histórias.” (CERTEAU, 2008, p. 234). Certeau vê nisso, a aglutinação de múltiplas narrativas advindas de um cotidiano invisível, imerso na sutileza de gestos e hábitos. Desta forma, a ato de alimentar-se, além de satisfazer a apetite suscita o sentido de comunicação, a qual se constitui como narrativa da memória social dos indivíduos.

*Atualmente, coisas e pessoas se transportam de um continente a outro, pode-se saborear cozinhas exóticas, experimentar novos sabores, estranhas combinações, receitas inesperadas são feitas e o vínculo de causa e efeito entre produtos disponíveis a bom preço e cozinha comum local já não existe mais. (CERTEAU, 2008, p. 242)*

Essa socialização compõe, portanto, um processo repleto de significados, relações sociais e identidades coletivas, reafirmando a cozinha como um espelho da sociedade, a qual é constituída a partir da percepção cotidiana do saber culinário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consciência e o reconhecimento de uma indiscutível bagagem gastronômica que emana das práticas de convívio retratam e afirmam uma extrema valorização. Assim, percebe-se que o tema da alimentação assume, não só um diálogo interdisciplinar com a História, mas também, análises que abrangem a busca da recuperação da memória gustativa, possibilitando à historiografia contemporânea projetar perspectivas gastronômicas em uma categoria histórica. Pensar a gastronomia enquanto patrimônio cultural implica considerar uma, eminente, representatividade que gira em torno da alimentação e, não apenas no saciar da fome.

A partir de então, uma considerável cultura alimentar floresce, demasiadamente, no cerne da própria dinâmica social. Esse situar dentro das diversas formas de sociabilidade ativa constitui padrões de permanência e mudanças articuladas aos hábitos, usos e condutas à mesa. Daí percebe-se a presença de inevitáveis valores simbólicos imersos na construção da vida cotidiana a partir do universo da comida. A cozinha é, a rigor, o reflexo de tradições culturais em que se despontam relações interpessoais, de gênero e hierárquicas.

De fato, uma revolução em termos de variedade, trocas culturais e alimentares. Uma cozinha estruturada sob resquícios da colonização. Essa constatação nos revela uma profunda versatilidade, de modo a realçar as contribuições e influências da gastronomia portuguesa. Evoluía-se, não apenas, pelas distinções dos modos, mas exclusivamente, por modificações decorrentes e concretizadas em um novo cenário. A implantação da conquista acentuou um contexto de intensas transformações, onde se abria espaço para a culminância de novos fundamentos concernentes aos hábitos alimentares revelando, assim, vestígios de trocas culturais que permitem múltiplas integrações entre os sabores.

Mudavam-se os hábitos à mesa, assim como a própria forma de vivenciar e (re) significar essas práticas, seja pelos refinamentos dos sabores ou as atitudes comportamentais que se encontram fundamentados no cerne de trocas de saberes e valores incontornáveis, uma vez que, a partir de então, torna-se evidente o estabelecimento de rupturas lacunares. Reafirmam-se espaços de convivialidade onde as práticas cotidianas ligadas à alimentação, se ajustam constituindo, por fim, redes de integração entre os indivíduos. A gastronomia é, portanto, um elo ritualístico de comensalidade e tradições, que possibilita uma circularidade cultural irreversível no sentido de experiências que regem as representações alimentares revelando, assim, vestígios das mesclas culturais que permitem múltiplas integrações entre os sabores. Em um contexto de crescente valorização no ato de se alimentar, torna-se evidente a importância da culinária em aspectos culturais e sociais. Trata-se, pois, de um patrimônio imaterial assimilado de acordo com as práticas alimentares refletidas enquanto ações simbólicas, gerando, portanto, um sentimento de identidade.

### Fontes e Referências Bibliográficas

ANÔNIMO. **História da Conquista da Paraíba**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2006.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 1**. Artes de fazer. Tradução de Efhraim Ferreira Alves. 16. Ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2008.

DUTRA, Rogéria Campos de Almeida. **Cozinha e Identidade Nacional: notas sobre a culinária na formação da cultura brasileira segundo Gilberto Freire e Luis Câmara Cascudo**. *Anais Seminário Gastronomia em Gilberto Freire*. Recife: Fundação Gilberto Freire, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIARD, Luce. Cozinhar. In: CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 2**. Morar e cozinhar. Tradução de Efhraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2008.

GONÇALVES, Regina Célia. Guerra e açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (séculos XVI e XVII). In: OLIVEIRA, Carla Mary S; MEDEIROS, Ricardo Pinto. **Novos olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Claudia Maria de Assis Rocha. **Para Uma Antropologia da Alimentação Brasileira**. *Anais Seminário Gastronomia em Gilberto Freire*. Recife: Fundação Gilberto Freire, 2005.

MINAMI, Carin Priscila Morioka. **Fatores que influenciam o gosto-Desafios para a gastronomia**. 2006. 32 f. Monografia (apresentada ao final do curso de pós-graduação lato sensu em Gastronomia)- Centro de Excelência em Turismo. Universidade de Brasília, Brasília.

MIRANDA, Ricardo, (2005). **“Série Mesa Brasileira – Diga-me o que come que te direi quem és”**. *Anais Seminário Gastronomia em Gilberto Freire*. Recife: Fundação Gilberto Freire, 2005.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **A comida como lugar de História: As dimensões do gosto**. *História: questões e debates*, Curitiba, n° 54, p. 103-124, jan./jun. 2011. Editora UFPR. Disponível em:



<ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewArticle/25760>. Acesso em: 25 de set. 2012.

\_\_\_\_\_. **A alimentação e seu lugar na história:** Os tempos da memória gustativa. Revista da Academia Paranaense de Letras, n°51, p.165/188, 2005. Disponível em: <<http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/artigos/artigo001.htm>>. Acesso em: 25 de set. 2012.

TUCHERMAN, Ieda. **Gastronomia, cultura e mídia:** O longo percurso “Você é o que você come”. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n° 3, p. 314-323. set./dez. 2010. Disponível em: <[revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/.../5888](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/.../5888)>. Acesso em: 17 de set. 2012.

# AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DAS FESTAS JUNINAS: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL<sup>785</sup>

*Mislene Vieira dos Santos*

## **Introdução**

A cultura sergipana é bastante rica e diversificada; um verdadeiro mosaico de tradições, crenças e costumes. Podemos, pois compará-la a um grande quebra-cabeça, no qual diferentes peças formam juntas um todo, chamado sociedade sergipana. É no mês de junho, portanto, ao iniciar o ciclo junino, que se pode visualizar a manifestação da memória e do patrimônio cultural do nosso estado, através dos diferentes modos como são comemoradas as festas juninas. Cada município o faz de forma particular, a partir do seu acervo cultural; sem, no entanto, deixar de ter um elo de identidade com as demais cidades. A pesquisa busca destacar, por conseguinte, a importância que o ciclo junino tem no estado; fomentando práticas coletivas, aquecendo a economia e dinamizando a vida de diversos grupos sociais, tais como agricultores, artesãos, músicos, comerciantes, fogueteiros, empresários do turismo, religiosos, pesquisadores, estudantes; enfim, a população como um todo.

A ideia defendida aqui é que tais folguedos possam passar a serem percebidos como patrimônio da nossa cultura material e imaterial. Entende-se, portanto, que para tal acontecer é fundamental que antes ocorra um processo de conscientização social a respeito de tais celebrações, encarando-as como práticas diretamente ligadas, ainda que em diversos níveis e intensidades, a nossa identidade e memória. Não se trata de todos aderirem às práticas juninas, mas de conhecê-las, decodificá-las; construir sentido e perceber este dentro dos grupos sociais mais ligados à sua produção.

Observa-se, portanto, que muito da cultura material e imaterial, presentes no cotidiano, é destacada de forma festiva, mais vistosa e irreverente nos folguedos juninos. Sendo assim, apesar de se considerar as lógicas políticas e econômicas que também estão por trás da organização desses festejos, acredita-se ser muito mais por motivos ligados às tradições, à reelaboração da memória e aos elos de identidade que todos os anos, de formas diversas, há a celebração dessas práticas festivas no mês de junho.

Torná-las patrimônio é antes construir e reconhecer em tais folguedos uma teia de sentidos, significados; perceber o quanto eles estão próximos e falam do cotidiano em suas múltiplas facetas. Acredita-se ser através desse conhecimento que a noção de patrimônio passa a ser socialmente, em maior escala, reconhecida; para daí, então, começar-se a pensar também a importância da preservação, posto que não há salvaguarda daquilo que não é visto enquanto relevante.

## **Metodologia**

---

<sup>785</sup> Este artigo é resultado do trabalho produzido pelo Instituto de Inclusão Social – Elis, do qual a pesquisadora atuou enquanto Diretora de Projetos e Pesquisas (2011-2012). Em 2012, lançamos a segunda edição da Cartilha “Mistura Nossaraça Sergipana”, com o apoio do Banco do Nordeste. Tal cartilha resultou de um projeto de promoção e valorização das manifestações culturais no Estado de Sergipe.

Ao se analisar uma dada sociedade é necessário atentar para suas histórias, costumes e práticas; enfim, ao modo como vivem, pensam seu passado, se projetam para o futuro e se reconhece no presente. Nesse sentido, as considerações de Roger Chartier, no campo da História Cultural, contribuíram para esta pesquisa como referencial teórico ao trabalhar a partir do conceito de representação, a forma como, em diferentes contextos, homens e mulheres concebem o mundo a sua volta e agem em seu cotidiano. (Chartier, 1988).

Alguns dos grupos folclóricos vistos com maior expressividade no estado foram escolhidos para serem trabalhados como símbolo da cultura imaterial e instância de preservação e reelaboração da memória. São eles: Pisa-pólvora; Samba de coco; Bacamarteiros; Batucada; Sarandaia ou Sarandagem; e Silibrina.

- Pisa-pólvora:

Este é o nome dado a uma festa de forte expressividade, principalmente em Estância, e que está ligada ao fabrico de fogos de artifício, importante atividade econômica durante os festejos juninos. Trata-se, em linhas gerais, de uma brincadeira em torno da produção desse artefato. Os homens vão para o pilão moer o enxofre, salitre e carvão (substâncias usadas no preparo da pólvora). As mulheres os acompanham com cantos, improvisos, e danças, geralmente batendo os pés com seus tamancos de madeira e fazendo muita batucada que é reforçada com tambores, ganzás, triângulos, porca, reco-reco e os sons que vêm da moagem no pilão. A finalidade maior desse folguedo reside na preparação da pólvora para as batalhas de busca-pés e barcos de fogo, um espetáculo cênico típico das noites juninas.

- Samba de Coco

A raiz do Samba de Coco está muito ligada aos batuques africanos, mas há várias vertentes dessa dança acrescidas de contribuições de outros grupos étnicos. Isso se percebe, por exemplo, na influência indígena nos cânticos entoados. A marcação do ritmo é forte, feita através dos sapateados e das palmas, seguindo a batida do coco. O tirador de cocos, também chamado de *coqueiro*, inicia os versos, tradicionais e improvisados, os quais são respondidos em coro pelos participantes.

Nas apresentações, os grupos de Samba de Coco geralmente usam cuícas, pandeiros, ganzás, bombos, tambores, chocalhos, maracás, zabumbas e sanfonas. Enquanto dançam, sapateando e pisando forte no chão, os participantes batem palmas, cantam e dançam, desenvolvendo passos e requebros.

A indumentária também merece destaque: produzidas manualmente, em sua maioria, elas são mais um elemento importante na performance desses grupos; de modo que destacam-se as mulheres com os vestidos cinturados e estampados, bem como os calçados, geralmente, de solado de madeira, dando um efeito sonoro expressivo com as pisadas fortes dos dançarinos.

- Bacamarteiros

Esta festa tem grande destaque, principalmente nos municípios de Capela e Carmópolis. Os bacamarteiros se reúnem para comemorar a noite de São João brincando com bacamartes, arma de fogo antiga que remete ao período colonial, as quais caracterizam-se por serem grandes, pesadas e com o cano largo. Homens e mulheres saem em desfile pelas ruas formando o “Batalhão” sob a liderança do “Sargento”, aquele que é encarregado de orientar o grupo nas danças e cantos. Sob seu comando, ocorre a dispersão: as mulheres, trajadas com roupas tipicamente juninas, cantam e dançam em círculos; enquanto isso, os homens recuam e ao comando do “Sargento” começam o disparo de tiros, chamando muita atenção pelo barulho produzido nos disparos e pela performance dos bacamarteiros, que com irreverência

sustentam as pesadas armas enquanto atiram em direção ao chão e são impulsionados para trás pela pressão que a munição faz ao ser liberada.

- Batucada

É uma manifestação folclórica muito difundida no município de Estância. Bastante animada, ela mobiliza a população a acompanhar os “batuqueiros” ao som de instrumentos como tambor, reco-reco, ganzá e triângulo. Um das características mais marcantes dessa festa junina é a dança feita com a batida dos pés no compasso rítmico dos instrumentos de percussão. A Batucada é composta por homens e mulheres que vestem indumentárias típicas do ciclo junino, a exemplo de vestidos estampados, chapéus de palha e tamancos de madeira ou couro. Além disso, nesse folguedo também merece destaque a presença dos fogos de artifícios.

- Sarandaia ou Sarandagem

É uma festa popular que marca, em algumas cidades, o início dos festejos juninos e mobiliza de diversas formas a população local. Os participantes saem às ruas com brincadeiras, cantando e dançando ao som de diversos instrumentos musicais, muitas vezes confeccionados manualmente por artista e artesãos locais. Geralmente eles param em várias casas ao longo do percurso pedindo brindes, comidas e ganhando novos adeptos para o cortejo.

- Silibrina

Ocorrida tradicionalmente em Lagarto, trata-se de uma variação da Sarandagem. Na madrugada do dia 31 de maio para 1 de junho um grande cortejo, formado geralmente por homens, sai pelas ruas da cidade em grande euforia, embalados por cantos, danças, além da larga utilização de busca-pés. Inclusive o nome do folguedo, *Silibrina*, designa a forma com os lagartenses chamam a pólvora que o busca-pé libera. Antes desse cortejo os participantes preparam um grande mastro no centro da cidade, repleto de brindes e surpresas. O desfile, que começa na madrugada, termina, pois, no mastro, onde ocorre uma espécie de competição entre os homens, que escalando-o, arrancam o mais rápido que podem os brindes nele colocados anteriormente.

Além dos grupos folclóricos acima mencionados, também foi realizado um levantamento de algumas cidades e suas respectivas formas de comemorar o ciclo junino. Devido às limitações do artigo e da própria pesquisa, os municípios aqui apresentados de modo algum contemplam a totalidade dos que compõem o Estado. Foram escolhidos alguns mais conhecidos a nível estadual: Aracaju, Estância, Capela, Areia Branca e Itabaiana. Entretanto, deve ser feita a seguinte ressalva: não há um folguedo e/ou município mais relevante que outro. Tal distinção ocorre na maioria dos casos guiada por fundamentações do ponto de vista econômico e político. Entretanto ao se falar de cultura, memória e identidade, tal distinção não é válida, posto que todas as manifestações são, igualmente, legítimas e importantes para os grupos sociais que as concebem e praticam.

- Aracaju

Na capital, os festejos oficialmente iniciam no dia 1 de junho. Na Rua São João, Bairro Santo Antônio, há tradicionalmente a troca de mastro, além do campeonato de quadrilhas. Simultaneamente, os espetáculos ocorrem em outros pontos da cidade, a exemplo do evento denominado *Forró Caju*, ocorrido no *fórródromo* Mercado Municipal (aí, apesar de certa descaracterização das comemorações mais tradicionais e da forte influência de aspirações políticas e econômicas, ainda percebe-se manifestações populares de resgate e reelaboração da memória e identidade). Também na Orla da Atalaia há uma concentração de forrozeiros em diversos espetáculos. Além disso, na antiga Rua 24 Horas e no Centro de Criatividade ocorrem shows de artistas regionais e concursos de quadrilhas.

- Estância

O município de Estância apresenta uma diversidade de folguedos: as noites juninas são animadas por barcos de fogo, arraiais, quadrilhas, Pisa-pólvora, batalhas de busca-pé, além das apresentações musicais de forró. A cidade se prepara para os festejos já no final do mês de maio, de forma festiva. Quando a montanha de pólvora finalmente fica pronta, esta passa a ser usada como combustível para a realização de shows pirotécnicos, mobilizando grande parte da população.

- Capela

A cidade é conhecida por realizar os festejos em comemoração a São Pedro. Destaca-se entre eles a Festa do Mastro, a qual mobiliza um número significativo de moradores locais e visitantes a procurarem a árvore adequada para ser o mastro de São Pedro, pois pela tradição local ela deve ser substituída todos os anos. A árvore escolhida possui aproximadamente 15 metros de altura. Depois de selecionada, é feito seu corte de forma ritualista, com muitos cantos e danças. O cortejo carrega o mastro novo pelas principais ruas da cidade, com todos os participantes banhados à lama, embalados por cantos. Na praça principal, o grande tronco de madeira é enfeitado com prendas, brindes e apetrechos coloridos conferindo-lhe um aspecto vistoso. Feita essa etapa, o novo mastro é erguido no centro da praça principal. Na noite de São Pedro, uma grande fogueira é acessa ao pé do mastro e quando este tomba, os presentes se espalham pelo chão. Neste momento, inicia-se uma batalha de busca-pés, dificultando o recolhimento dos brindes.

- Areia Branca

Neste município possui notoriedade as apresentações de grupos musicais de forró – propagandeado como o “mais autêntico forró do Estado”, tendo, assim, uma significativa mobilização da população local na organização dos festejos, no que concerne, por exemplo, à ornamentação das ruas. A fama das apresentações de forró atraiu muitos turistas, de tal modo que a praça central não comportava mais o contingente de pessoas, e em 1992 foi construído o *forródromo* da cidade. Os festejos iniciam no dia 31 de maio e seguem até 30 de junho, quando ocorre um grande café da manhã coletivo ao ar livre.

- Itabaiana

Considerada capital regional do caminhão, este município promove várias festas durante o ciclo junino evidenciando seu caráter festivo e religioso. Além das típicas comemorações de São Pedro e São João, acontece a trezena de Santo Antônio, padroeiro da cidade, e a festa dos caminhoneiros.

A trezena inicia no dia 1 de junho com a procissão de Santo Antônio pelas principais ruas da cidade; e assim ocorre sucessivamente durante todas as noites. Nesse período, a cada dia um setor comercial ou uma categoria profissional da cidade é homenageado, sendo-lhe dedicado a procissão e missa. Este, por sua vez, tem por encargo a tarefa de adornar a imagem. A procissão tem como ponto de chegada a Praça da Igreja matriz, onde é recebida pela Filarmônica Nossa Senhora da Conceição, a qual se autodenomina “a instituição musical mais antiga do país”, fundada em 1745, como Orquestra Sacra, do padre Francisco da Silva Lobo.

No décimo segundo dia da trezena ocorre a Festa dos Caminhoneiros, dedicada a homenagear estes profissionais e a difundir o comércio e a indústria da cidade no setor de peças de caminhões e carretas. Os caminhoneiros de Itabaiana frequentemente retornam à cidade, acompanhados de tantos outros de diversas regiões do país. No início da manhã, ocorre uma passeata de caminhões pelas principais avenidas da cidade; e à noite, empresários do ramo se concentram na Feira do Caminhão.

## Discussões

Em praticamente todas as comemorações tratadas anteriormente, bem como em outras que fazem parte dos festejos juninos e não foram aqui colocadas, estão presentes elementos como a fogueira; o mastro; o sincretismo religioso, com ênfase em preceitos católicos; os fogos de artifícios e os balões. Todos esses componentes possuem uma função ritualística, simbólica. Não se quer aqui defender que todas as pessoas adiram a estas práticas ou confirmam a elas o mesmo sentido. (a sociedade é demasiado diversificada para tal). No entanto, é importante conhecer e compreender a riqueza de sentidos nelas presentes, não só para preservar a memória, como também para se estabelecer, por meio do conhecimento, novos laços de identidade, evitando que tais folguedos sejam ou continuem sendo percebidos como práticas esvaziadas de sentido.

Outro elemento frequentemente presente nas comemorações juninas é o “casamento caipira”. Este consiste em uma representação, de forma cômica, dos costumes sertanejos tradicionais. Nesta teatralização, uma jovem engravidada antes do casamento e sua família a obriga a casar-se, mesmo com o noivo não desejando tal compromisso. No dia da realização da cerimônia ele aparece bêbado, como forma de fuga psicológica daquela situação. Outros quatro personagens destacam-se neste enredo: o padre (representante da esfera religiosa), a mãe (representando a família e do papel da mulher passiva e temente ao marido), uma beata (horrorizada pela “imoralidade” do jovem casal, ela representa um espécie de porta voz da sociedade conservadora) e o pai da noiva (simbolizando o autoritarismo patriarcal). Por fim, o casamento é realizado. Este teatro registra costumes, comportamentos e valores de uma sociedade; mesmo eles não predominando atualmente, esta manifestação cultural é um modo de manter viva a memória e a identidade. Passado e presente se mesclam num divertido espetáculo de encenação da vida privada dos sertanejos.

É nesse contexto de “saberes” e “fazeres” que se encaixa o conceito do historiador francês Chartier sobre as representações coletivas no cotidiano da vida social. A pesquisa entende tais folguedos como representações à luz das considerações deste historiador por elas estarem aí diretamente ligada às pátrias. Ou seja, tais representações só o são verdadeiramente a partir do momento que conduzem práticas; não estando, pois, ligadas apenas ao simbólico, ao nível do mental, ficando de certo modo distantes da realidade ao se aproximarem mais da abstração. (Chartier, 1988).

As festas juninas enquanto práticas através das quais se criam perspectivas, se dinamiza a sociedade, e esta se mostra na sua multiplicidade de valores, costumes e tradições, evidencia o mosaico cultural do qual fazemos parte. Observou-se, assim, que no cotidiano da vida social sergipana o valor de tais manifestações são resignificados, em um processo dinâmico de preservação e inovação, mesclando o antigo e o moderno, o erudito e o popular na formação e reelaboração da identidade.

Nesse sentido, cabe uma discussão a respeito da consciência social em torno destas celebrações festivas, compreendendo-as como patrimônio cultural e local de uso da memória, a fim de que a realização de tais folguedos não seja guiada apenas pela lógica econômica de geração de renda e por direcionamentos com finalidades meramente políticas, tornando-os locais de palanques disfarçados.

É importante ainda colocar que esses folguedos, ainda que aconteçam em diversos locais, não são praticados da mesma forma. Ora, os modos como os quais o casamento caipira, o “batalhão” de bacarmateiros, o barco de fogo, enfim, é organizado não são os mesmos em diferentes localidades. Isso porque cada grupo o faz a partir não só do acervo cultural que possui, mas também a partir da maneira como vê, concebe sua realidade social e a representa em suas práticas festivas. Além disso, tais práticas além de

coletivas têm o caráter dinâmico. Sendo assim, em uma mesma sociedade os folguedos são realizados de modos diferenciados ao longo dos anos; ainda que tais mudanças sejam discretas, não há uma imutabilidade nas práticas culturais. A importância de percebê-los enquanto espaço de criatividade e reelaboração da memória reside principalmente na perpetuação dessas práticas e na tomada de consciência de o quanto estas dizem a respeito de uma sociedade, seus códigos de identidade; demonstram, elas, pois, uma importante parte do acervo da cultura material e imaterial.

## Notas finais

As manifestações culturais dizem muito a respeito da sociedade que as organizam. Nesse sentido, entendemos que todas as amostras culturais que ocorrem nas festas juninas não estão, de modo algum, restritas ao mês de junho, isoladas do cotidiano da vida popular, deslocadas no tempo e no espaço, guardadas numa espécie de caixa folclórica aguardando o mês de junho para acontecerem. Ao contrário, percebeu-se que os festejos juninos representam um modo de ser, uma porta de entrada para se entender mais a história e a cultura da nossa sociedade.

Por isso, a preservação e valorização dessas manifestações não visa contemplar práticas passadas, mas sim preservar e construir a identidade presente; e isso só é possível a partir da tomada de consciência sobre sua importância enquanto patrimônio cultural; atitude essa que começa a partir do conhecimento de características da vida social, suas crenças e práticas, as quais ilustram uma noção de sociedade, a qual, longe de ser homogênea, se inseri em uma riqueza de identidades e representações do cotidiano; estando estas, porém, ligadas por elos materiais e imateriais.

## Fontes e Referências Bibliográficas

- ALENCAR, Aglaé D'Avila Fontes de. **Danças e Folguedos: Iniciação ao Folclore Sergipano**. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação do Desporto e do Lazer, 1998.
- BARRETO, Luiz Antônio. **Cultura: Um roteiro de Alusões**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.
- BEZERRA, Felte. **Etnias Sergipanas: contribuição ao seu estudo**. 1º reedição. Aracaju: J. Andrade, 1984. (Estudos Sergipanos VI).
- CARVALHO NETO, Paulo de. **Folclore Sergipano: primeira sistemática e primeira antologia (1883 a 1960)**. Sergipe: FUNDESC, 1994.
- CHAGAS, Caroline. **Santo Antônio**. Publifolha, 2007.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- COMISSÃO SERGIPANA DE FOLCLORE. **Revista Sergipana de Folclore**. N. 1, ano 1. Aracaju, 1976.
- ENCICLOPÉDIA DA MÚSICA BRASILEIRA: **Erudita, folclórica, popular**. 2ª. ed. rev. e atual. Art Editora/Itaú Cultural, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 10ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.81.
- FREITAS, Itamar. **Historiografia sergipana**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2007.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11ª ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PELEGRINI, Sandra C. A. **A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade**. São Paulo: Revista História, 27 (2), 2008. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742008000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200008). Acesso em 05 de abril de 2013.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. **Nós arraiais da memória**: as quadrilhas juninas escrevem diferentes histórias. Recife, 2010. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2590.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2013.



# “A PRATA QUE VALE OURO” PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA NO COLÉGIO ESTADUAL DA PRATA EM CAMPINA GRANDE – PB

*Nita Keoma Lustosa de Sousa*

## **Introdução**

O conceito de patrimônio na contemporaneidade vem tornando-se cada vez mais abrangentes devido aos estudos desenvolvidos acerca das relações do indivíduo com os espaços, as suas representatividades e a construção de memórias e sentimentos. Era reconhecido anteriormente como patrimônio histórico e cultural, o que se restringia às edificações representantes de uma civilização antiga, símbolos de poder político ou das elites, monumentos que por muitas vezes imortalizavam e reverenciavam um passado que não representava para os populares, memórias ou símbolos de suas lutas ou dos seus antepassados, mas de dominação, dor, ou de um progresso que não alcançou a todos os indivíduos inseridos naquele contexto.

As políticas de preservação do Patrimônio tiveram início no Estado Novo, quando no ano de 1937 foi decretada a lei Nº25/1937 que organizaria e reconheceria bens materiais de valor arquitetônico, artístico e cultural como patrimônio histórico nacional, através do tombamento desses bens que seriam registrados em um dos quatro Livros do Tombo. Segundo o decreto “Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”<sup>786</sup>. A lei assinada no governo de Getúlio Vargas teria o objetivo de construir uma identidade nacionalista e valorar obras que construíssem uma memória sobre a história do Brasil. O que é denominada como “abusos da memória”, quando detentores do poder manipulam a memória coletiva, construindo referências de memória nacional, que ao mesmo tempo em que rememoram acontecimentos da história do Brasil, esquece-se de outras,

*Por memória-patrimônio não se deve compreender tão-somente a ampliação brutal da noção de e sua dilatação recente e problemática a todos os objetos testemunhas do passado nacional, porém, muito mais profundamente, a transformação em bem comum e em herança coletiva das apostas tradicionais da própria memória. (NORA, 1984 apud RICOEUR, 2007.)*

No ano de 2000 foi decretada a Lei Nº 3.3551 que ampliava a noção de patrimônio, reconhecendo os “bens imateriais” como Patrimônio Cultural Nacional. Entendendo-se por Patrimônio Imaterial, as “práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”<sup>787</sup>. Através da Lei 3.3551, os lugares de representação religiosa, de entretenimento e de práticas sociais que

---

<sup>786</sup> Art. 1 da Lei Nº25/1973.

<sup>787</sup> IPHAN. Patrimônio Imaterial.

represente a “continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira”<sup>788</sup>, serão reconhecidos como patrimônio após o tombamento, ou seja, o registro desses bens de representatividade cultural e social nos quatro Livros de institucionalização dos *Bens Culturais e de Natureza Imateriais que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro*. Entretanto, assim como os bens materiais, os bens imateriais visam preservar elementos de forma que tais bens são manipulados pelos poderes políticos como expressões de brasilidade ou de nacionalismo, de pertencimento a determinada cultura que constituem e constrói uma identidade nacional a ser despertada em todos os brasileiros.

Na atribuição de bens materiais e imateriais como lugares de memória e pertencimento, o indivíduo constrói no seu cotidiano referências partindo de suas relações com os lugares que estes constroem as suas experiências e suas memórias individuais, e os seu modo de viver. No trabalho de Déa Ribeiro FENELÓN (1999), a autora discute como os cidadãos da cidade de São Paulo constroem suas próprias referências culturais atribuindo valores e significados resultantes de suas relações sociais com a cidade e lugares que representam os seus modos de viver e suas memórias. Neste estudo a autora utiliza o conceito de “Patrimônio Afetivo” como referências culturais construídas pelos próprios paulistanos que expressam sua relação com a cidade, suas práticas sociais e culturais, suas experiências e vivências e suas memórias, entendendo que “todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes de sua cidade e a imagem que dela produz estão impregnadas de memórias e de significações”. (LYNCH, 1980 *apud* FENELÓN, 1999). Dentro desta perspectiva, o presente artigo pretende discutir como Colégio Dr. Elpídio de Almeida – ESTADUAL DA PRATA da cidade de Campina Grande-PB é representado<sup>789</sup> pelos campinenses, principalmente por aqueles que possuem algum vínculo com a escola, como “Patrimônio Afetivo” da cidade, analisando as práticas de preservação da memória do colégio, através dos projetos desenvolvidos na escola entre alunos e professores, com o intuito resgatar a memória da escola a partir de um conjunto documental exposto na escola e exposições dos projetos fora do âmbito escolar. Além dos acervos digitais, e de matérias jornalísticas que rememoram a história do colégio e dos seus ex-alunos que atualmente se destacam na sociedade campinense (e nacional) através de suas carreiras profissionais, seja no âmbito político, cultural ou artístico.

### **Colégio Estadual da Prata: referência cultural de Campina Grande.**

O colégio Dr. Elpídio de Almeida foi inaugurado do ano de 1953 como o nome de Colégio Estadual de Campina Grande, no ano de 1997 após a resolução nº 145/97 do Conselho Estadual de Educação passou a se chamar EEEM Dr. Elpídio de Almeida em homenagem ao prefeito Dr. Elpidio de Almeida (1947-51, 1955-59), como forma de immortalizar a figura do médico e escritor, membro da elite política e intelectual paraibana, através de uma instituição de educação e cultura. Porém o colégio é popularmente conhecido como Estadual da Prata devido a sua localização no bairro da Prata e de Gigantão da Prata, devido o tamanho físico do colégio que cobre um

---

<sup>788</sup> §2º da Lei Nº 3.3551

<sup>789</sup> Compreendendo que “as representações do mundo social assim construídas, embora aspire, a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”. (CHARTIER, 1990).

quarteirão, além do número de alunos matriculados, abrangendo estudantes de Campina Grande e das cidades circunvizinhas. O nome Estadual da Prata batizado pelo próprio campinense, expressa como a população constrói suas referências culturais “imprimindo suas marcas no decorrer do tempo histórico, alterando, transformando ou conservando, não apenas a estrutura física de suas cidades [ou do colégio], mas também a maneira como se relacionam ou construíram seus modos de vida no cotidiano”. (FENELÓN. 1999, p. 423. Grifo meu.)

A década de 1950, época em que o colégio Estadual da Prata foi fundado, Campina Grande vivia sob o discurso progressista de desenvolvimento, herança de décadas anteriores quando a cidade era chamada de “Capital do Trabalho” pelo seu desenvolvimento urbano e econômico, proporcionado pelo ciclo algodoeiro nas décadas de 30 e 40. Neste período, a cidade contava com apenas três escolas de ensino secundário, todas privadas, o valor cobrado por essas escolas eram pesados até mesmo para os membros das classes médias e altas. Com isso, muitos estudantes terminavam os seus estudos primários e tinham dificuldade de prosseguir devido o alto custo que representava estudar nas escolas secundaristas da cidade naquela época. Sendo o primeiro colégio de ensino secundário gratuito da cidade de Campina Grande, o colégio Estadual da Prata contribuiu na formação cultural e intelectual dos cidadãos campinenses, principalmente das classes mais abastadas, que puderam concluir seus estudos, formando profissionais de diversas áreas, tendo como ex-alunos, políticos e artistas, que são sempre mencionados quando é rememorado a história da Prata. Sendo assim, o Estadual da Prata é sempre referenciado na história da cidade de Campina Grande, confundindo a história da fundação do colégio com a própria história da cidade, como resultado do desenvolvimento urbano, cultural e intelectual da cidade que progredia e necessitava de um colégio com o porte do “Gigantão”.

#### **Projetos, acervos, jornais: construindo memórias coletivas.**

Frequentemente o colégio é tema de reportagens jornalísticas, matérias são produzidas sobre o Estadual da Prata, que contribuem na construção de uma memória sobre a escola e que reforçam a sua importância para a cidade. Eleita sempre como referência na educação da região, ex-alunos e ex-professores são rememorados e homenageados, pela sua contribuição na educação e da cultura campinense.

*[...] Além da estrutura física que demonstra a grandiosidade da obra, a escola ganhou destaque no cenário local, por ter tido alunos que se tornaram personalidades importantes, como o poeta Ronaldo Cunha Lima e o senador Ney Suassuna. Artistas famosos como a cantora Elba Ramalho também passaram por aqui.*

*[...] E mesmo aos 60 anos de vida, ele ainda continua sendo um referencial para a educação campinense.<sup>790</sup>*

Merecendo destaque nos jornais impressos, como ocorreu no ano de 2012 quando o colégio comemorava 50 anos de fundação sem atividades comemorativas. A notícia ganhou uma página completa em um jornal de circulação local:

*O colégio Estadual da Prata comemora hoje (em meio a reformas e ampliações) meio século de atividades com a soma de aproximadamente 50 mil alunos matriculados na instituição durante as cinco décadas.*

---

<sup>790</sup> Reportagem da TV Itaráré sobre os 60 anos do Colégio Estadual da Prata, exibido no Comunicurtas no dia, 26 de agosto de 2013.

*São 50 anos servindo a comunidade campinense, sendo reconhecida como a maior escola do Estado da Paraíba em número de alunos e a mais antiga de Campina Grande.*<sup>791</sup>

Além de matérias que denunciam o descaso dos órgãos públicos com a instituição, cobrando dos administradores locais medidas que solucionem os problemas atualmente enfrentados.

*Os estudantes que fazem parte do Programa Ensino Médio Inovador (Sistema Integral) da Escola Estadual Elpídio de Almeida, conhecida como Estadual da Prata, em [Campina Grande](#), Agreste paraibano, reclamam que desde o início do ano letivo estão sem fazer refeição na hora do almoço. Segundo a Secretaria Operacional de Assistência ao Estudante, da Secretaria Estadual da Educação (SEE), o problema foi causado por atraso no envio da documentação por parte da direção da escola para a assinatura do convênio que destina os recursos para a compra da alimentação do horário do almoço. [...]*<sup>792</sup>

As matérias revelam duas realidades vividas pelo colégio Estadual da Prata, a memória construída desde a sua fundação, de um colégio público referência em educação no estado da Paraíba, que constantemente é rememorada e exaltada. E os problemas de administração e de políticas públicas recorrentes nas escolas públicas do Brasil.

Os acervos digitais também preservam a memória da escola, através de fotografias enviadas por ex-alunos e ex-professores. Esses registros imortalizam indivíduos anônimos que compõem a história do Estadual da Prata junto com as imagens imortalizadas da inauguração do colégio no ano de 1953 que contou com a presença do Governador da Paraíba José Américo de Almeida e outras autoridades políticas e religiosas, presentes na celebração. Segundo o historiador Severino CABRAL FILHO,

*Uma das características mais marcantes da imagem fotográfica é a capacidade de proteger o seu referente do futuro, ao mesmo tempo em que permite a construção de determinada memória. ( 2007).*

Assim, os acervos digitais, **Colégio Dr. Elpídio de Almeida- PRATA**, mantido pelo ex-aluno e ex-professor do Estadual da Prata, Fernando Azevedo (Professor Badu), que reúne fotografias de alunos e professores que estudaram no colégio, anônimos e famosos, assim como situações do cotidiano escolar, e o **Retalhos Históricos de Campina Grande**, acervo que reúne a memória fotográfica da cidade de Campina Grande, contribui na construção de uma memória coletiva da escola e da cidade. A função do acervo **Retalhos Históricos de Campina Grande**, principalmente, constrói uma memória sobre o Estadual da Prata na história de Campina Grande.

Reconhecendo a importância que o colégio representa para os membros que compõem a história do Estadual da Prata, projetos foram desenvolvidos na escola com o objetivo de construir uma memória da escola, recuperando objetos que ajudam a contar a história do colégio. O objetivo principal do projeto era despertar nos alunos o interesse pela história e pela preservação da instituição da qual eles faziam parte, assim nos revela a ex-professora do Estadual da Prata, criadora do Projeto Resgate Histórico da Prata,

---

<sup>791</sup> Helda Suene. Jornal da Paraíba, 2012.

<sup>792</sup> Reportagem exibida pelo G1 Paraíba no dia, 23 de março de 2013.

*[...] a Prata tem referência, acho que em tudo, é o Estadual da Prata. É tanto que no projeto, lá temos um projeto que é o Resgate Histórico do Estadual da Prata, o título é 'A prata que vale ouro', num sei se tem haver com aquilo que a gente colocou, porque assim, o nome prata, aí tem a prata que vale ouro, que é pra gente valorizar, porque as pessoas valorizaram aquilo que é mais forte em referência né, a nível de nordeste, Paraíba, porque não, sabe... Brasil.<sup>793</sup>*

O Projeto Resgate Histórico da Prata além de contar com o acervo digital **Colégio Dr. Elpídio de Almeida- PRATA**, mantém nas estruturas do colégio um acervo material com exposições de fotografias de ex-alunos, ex-professores e diretores, além de objetos como troféus, primeiro uniforme da escola, os primeiros móveis, materiais pedagógicos, os primeiros diários escolares, além do resgate do Hino da Prata. Esses objetos contribuem para contar a história da escola e da própria educação campinense, entendendo que,

*Não se pode dizer que as coisas façam parte da sociedade. Contudo móveis, enfeites, quadros, utensílios e bibelôs circulam dentro de um grupo e nele são apreciados, comparados, a cada instante descortinam horizontes das novas orientações da moda e do gosto, e também nos recordam os costumes e as antigas distinções sociais. (HALBWACHS, 2006)*

### **Constituindo o “Patrimônio afetivo”**

Entre os anos de 1999 a 2008, o Projeto Resgate Histórico da Prata foi exposto fora do âmbito escolar, atraindo o interesse e a curiosidade de pessoas que reconheciam entre as fotografias pessoas conhecidas.

*[...] em 1990, em 98, nós começamos a fazer a história da escola [...], aí nós expusemos no Luísa Mota, CEFET, fomos para o Spazio, fomos pra...o teatro. A gente levou muito a história, só pra você ver como chamava muito a atenção, por quê? Porque a maioria [...] Quando chegava lá nos eventos que vai relembando...<sup>794</sup>*

A extensão do Projeto para a população campinense expôs fotografias que revelavam as práticas do cotidiano escolar, a construção e inauguração do colégio com a presença de políticos e religiosos, os desfiles cívicos, os bailes de formatura dos alunos concluintes, os times de futebol, grupos de teatro e música, ex-alunos que atualmente são cantores, escritores, colunistas sociais, professores, entre outras profissões. Essas fotografias nos permite refletir como é possível “captar nas relações sociais entre os moradores da cidade [e os alunos e funcionários da escola], o entendimento dos modos de viver, morar, lutar, trabalhar, se divertir, para desenhar, impregnar e constituir a cultura urbana”. (FENELÓN, 1999. Grifo meu.).

---

<sup>793</sup> Entrevista cedida em 18 de abril de 2013.

<sup>794</sup> Idem.

É possível pensar, através do Projeto Resgate Histórico da Prata, como o colégio se constitui como “patrimônio afetivo” daqueles que fizeram parte da história da escola, através de mensagens escritas pelos ex-alunos, como esse recorte retirado de um depoimento do ex-aluno José Lira,

*[...] Amo sua arquitetura estilo colonial, recriado e hoje semioculta pelos acréscimos das arvores. Sinto saudade e dele sou-lhe grato pelo que aprendi e foi fundamental para que eu me afirmasse como ser humano.*

*Vida Longa, Gigantão!  
Sr, José Lira.<sup>795</sup>*

O depoimento do senhor José Lira, além de nos revelar seu sentimento de pertença e de gratidão para com o colégio, revela também como o depoente “acaba por definir e delinear contorno e paisagens, criando referências culturais que nos permitem perceber as imagens de uma cidade [ou da escola]”. (FENELON, 1999. Grifo meu).

Para compreender como se constrói o sentimento de pertencimento a um determinado lugar e como esse lugar aciona memórias coletivas, Maurice HALBWACHS (2006) nos explica que,

*O lugar ocupado pelo grupo não é como um quadro negro no qual se escreve e depois se apaga numero e figuras. [...]*

*Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a união de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nele havia de mais estável.*

Assim, os ex-alunos e professores defendem a necessidade de preservar a estrutura física da escola, que passa por constantes reformas e construções, que segundo eles, descaracteriza o prédio do colégio. E de estimular entre os atuais estudantes da escola a preservarem e conservarem o colégio que representou (e representa) para a cidade de Campina Grande uma obra grandiosa.

*[...] Sou feliz, porque sou sua vizinha e eterna vigilante. Então isso quer dizer aí, que eu fico muito triste quando eu passo no estadual da Prata, que vejo uma reconstrução em dezembro, janeiro, e uma destruição em fevereiro e março. A Minha maior mágoa é justamente isso, um desamor do aluno pela escola, ele pensa que a escola é do governo, a escola é dele, a escola é nossa. [...]<sup>796</sup>*

## **Considerações Finais**

O colégio Estadual da Prata pode ser considerado “patrimônio afetivo” não só pelos alunos e funcionários que compõe a história do colégio, mas para a população campinense, devido a sua importância para a história da educação na cidade de Campina Grande. Sendo o primeiro colégio de ensino secundarista da cidade, o Estadual da Prata

<sup>795</sup> Projeto Resgate Histórico da Prata.

<sup>796</sup> Entrevista cedida pela aluna fundadora do Estadual da Prata Creusolita Agra no dia 10 de maio de 2013.

proporcionou para os jovens da cidade de Campina Grande e de outras cidades a oportunidade de estudar em uma escola com o “ensino de qualidade” gratuitamente, além de outras atividades que eram realizadas dentro da estrutura física do colégio a serviço da educação campinense. Embora o colégio seja sempre referenciado pelos alunos que atualmente são conhecidos pela sua atuação política, artística e cultural, o colégio também guarda memórias de alunos e professores que anonimamente atuam na cidade, modificando-a, recriando-a cotidianamente através de suas relações com a cidade e com os indivíduos, assim como o colégio produz identidades, seja pela função educadora de transmitir os valores sociais, morais e religiosos, ou pelo sentimento de pertencerem e serem parte a história do colégio Dr. Elpídio de Almeida- PRATA.

### Fontes e Referências Bibliográficas

SUENE, Helda. O Colégio Estadual da Prata completa hoje 50 anos e não haverá comemorações. **Jornal da Paraíba**. Campina Grande. Caderno aniversário. 31 de jan. de 2012.

RAMOS, Josélia. Depoimento. 18 de abril de 2013. Campina Grande. Entrevista cedida a Nita Keoma Lustosa de Sousa e Antonio Clarindo Barbosa de Souza.

ALMEIDA, Creusolita Agra. 10 de maio de 2013. Campina Grande. Entrevista cedida a Nita Keoma Lustosa de Sousa e Antonio Clarindo Barbosa de Souza.

LIRA, José. Ao Gigantão, com amor. Projeto Resgate Histórico da Prata: A Prata que Vale Ouro. 2003

COLÉGIO ESTADUAL DR. ELPÍDIO DE ALMEIDA-PRATA. Link disponível em: <http://www.colegioprata.xpg.com.br/>

Acessado em 08 de outubro de 2013.

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. Link disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/11/colégio-estadual-da-prata-o-gigantao.html>

Acessado em 08 de outubro de 2013.

60 ANOS DA PRATA. Tv Itararé. Mostra competitivo telejornalismo, Comunicurtas, 26b de agosto de 2013.

Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=UfXDuNmDNF4>. Acessado em 08 de outubro de 2013.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL. Decreto Lei Nº 25, 30 de novembro de 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm).

Acessado em 08 de outubro de 2013.

IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional: Patrimônio Imaterial. Disponível em:

<http://www.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>.

Acessado em 08 de outubro de 2013.

CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ALBUQUERQUE, Thayse Lanny de. Memória e cotidiano escolar: O colégio Estadual de Campina Grande (1968-1978). Campina Grande, 2011. Disponível em:

[http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/images/dissertacoes\\_defendidas/2009/thayse%20lanny.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/images/dissertacoes_defendidas/2009/thayse%20lanny.pdf). Acessado em 08 de outubro de 2013.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

CABRAL FILHO, Severino. **Modernização e trabalho**: as dores do progresso. In: A cidade através de suas imagens: Uma experiência modernizante em Campina Grande, 1930-1950. UFPB, 2007.

FENELÓN, Déa Ribeiro. **São Paulo**: Patrimônio histórico, paisagem urbanas e referencias culturais. Proj. História São Paulo. 1999.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Campina Grande nos anos 50**: Entre o sonho e a fantasia. ANPUH-XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

RICOEUR, Paul. A memória, a historia, o esquecimento. Trad. Alain François. Campinas, SP: Unicamp, 2007.



## MULHERES DE FÉ: SABERES, FAZERES E CONFLITOS PATRIMONIAIS NA PROCISSÃO DO MADEIRO DE NOSSA SENHORA DAS DORES-SE

*Rafael Jesus da Silva Dantas*

O Município de Nossa Senhora das Dores se localiza a 72 km da capital Aracaju, situado no agreste sergipano, e se destaca pela forte presença de uma cultura material e imaterial marcada principalmente pelo conjunto arquitetônico religioso e pela sua religiosidade marcada pelo catolicismo popular. Sua primeira denominação, “Enforcado”, remete a uma tensão oriunda do embate entre brancos e índios. Marcas da mitologia do lugar, sendo os indígenas enforcados em terras dorenses. Essa tensão também acompanha o catolicismo popular definido fora dos limites diretos ditados pela Igreja, nas tensões entre padres e leigos, práticas litúrgicas e para-litúrgicas.

As influências do catolicismo na história de Nossa Senhora das Dores acompanham as peregrinações e devoções de seus habitantes e visitantes. Elas podem ser observadas, por exemplo, na composição espacial da cidade que, como a maioria dos núcleos populacionais mais antigos do Brasil, desenvolveu-se ao redor de uma capela erigida em honra a Maria. O centro histórico, no qual teve início e que tem como base a Igreja Matriz, está cercado, ainda, por cruzeiros (como os “do Século”, “das Missões”, das “Moças”, “Velho” e “do Saco”) que na composição citadina pensada até o início do século XX, dão aquele espaço proteção espiritual e transformam-no num local sagrado (<sup>797</sup>CARVALHO, 2008, p. 19).

Nesse aspecto, Dores possui um significativo conjunto patrimonial tangível e intangível construído nas fronteiras do que se convencionou designar catolicismo popular, questão que demarca a identidade de seus moradores que contribuíram e contribuem para a instituição das manifestações, sublinhando aquilo que <sup>798</sup>Carlos Brandão (1989) define como “uma fala, uma memória, uma mensagem”. Nesse sentido, compreendemos que construíram um lugar simbólico onde cerimonialmente “separam-se o que deve ser esquecido e, por isso mesmo, em silêncio não-festejado, e aquilo que deve ser resgatado da coisa ao símbolo, posto em evidência de tempos em tempos, comemorado” (p. 8). Visando limitar o profano, a Igreja tentou instituir uma fé controlada e, em contrapartida, os fiéis abraçaram suas determinações desenvolvendo um modo *sui generis*, uma forma vernacular de lidar com o sagrado mesmo que para isso fosse necessário a ele integrar contornos profanos (ou fora dos limites pré-determinados pelo catolicismo oficial). Situações que, muitas vezes, contrariaram as normatizações do clero e geraram uma série de embates que fortaleceram os ritos acentuadamente dramáticos:

*Ao condenar o trabalho religioso e autônomo, na verdade a Igreja Católica contribuiu substantivamente para a construção do sistema do Catolicismo Popular. Ao definir como legítimos apenas os seus símbolos, sua doutrina, suas cerimônias litúrgicas e o ofício dos seus sacerdotes, ela finalmente constituiu juridicamente um outro lado da vida religiosa católica. Aquele que, sendo realizado á margem dos domínios diretos da Igreja, sempre teve um poder de penetração e de*

<sup>797</sup> CARVALHO, João Paulo Araujo. *Freguesia de Nossa senhora das Dores (1858-2008): 150 anos de história e devoção*. N. Sra. das Dores: Associação de incentivo á Pesquisa e á cultura “Nossa Senhora das Dores dos Enforcados”, 2008.

<sup>798</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

*reprodução de formas de religiosidade entre as classes populares muito maior do que a da própria Igreja* (<sup>799</sup>BRANDÃO, 1985, p. 146).

Nesse conjunto variado de ritos, a Sexta-Feira Santa ocupa um lugar central nas práticas cerimoniais dos habitantes de Nossa Senhora das Dores. Neste dia os fiéis e peregrinos se dedicam a rogar e refletir sobre os pecados em busca do perdão. Conforme destacou <sup>800</sup>Carlos Rodrigues Brandão (2010), o catolicismo popular construiu outras manifestações paralelas às orientações da Igreja para a Sexta-Feira da Paixão, todavia, dialogando com esse mesmo sentido de renúncia. No dizer do pesquisador, algumas dessas crenças foram edificadas, inclusive, no limite entre a história sagrada e a brincadeira profana. Segundo as análises de <sup>801</sup>José Carlos Pereira (2005) a Sexta-Feira Santa é marcada pelo resguardo de atividades domésticas e profissionais. Em suas pesquisas no interior paulista demonstra que nesta data as imagens de santos e espelhos são cobertos e a atmosfera de silêncio é quebrada apenas por cânticos e rezas. Nesse dia, muitas famílias evitam atividades corriqueiras como pentear cabelos ou varrer casa. Qualquer atividade profissional é tida como desrespeito ao Cristo morto, além de suscitar atraso na vida de quem pratica.

É possível observarmos diversas manifestações de fé apresentadas nessa semana. Em Nossa Senhora das Dores, cujo próprio nome remete as dores enfrentadas por Maria ao acompanhar o calvário e a morte de seu filho, esse conjunto de ritos ganham ponto alto em quatro manifestações passionárias que consistem nas procissões do “Cruzeiro do Século”, do “Madeiro”, do “Senhor Morto” e dos “Penitentes”.

Dentre essas manifestações, elegemos neste trabalho a Procissão do Madeiro por acreditamos ser ela um instigante testemunho que possibilita visualizarmos os contornos, os embates e as práticas em torno de uma celebração concebida como um secular patrimônio imaterial. Essa manifestação religiosa é realizada pelos moradores do povoado Gentil, localizado no mesmo município, onde os homens e mulheres saem pelas ruas em peregrinação diante as graças alcançadas e, muitas vezes, essa prática é transmitida por meio votivo dentro das próprias famílias. Seja em virtude de promessas, de práticas costumeiras ou de momento de reforço dos vínculos sociais, o Madeiro consiste em um importante movimento cultural e religioso da localidade.

Nosso intuito será apresentar alguns dos principais elementos que integram essa manifestação sob o viés do patrimônio cultural. Para tanto, realizamos uma observação participante durante a celebração no ano de 2012, além da análise de fotografias e entrevistas com algumas mulheres responsáveis pela preservação dessa prática religiosa no intuito de visualizar como ela se tornou um importante patrimônio cultural, as estratégias utilizadas para sua transmissão e os conflitos em torno da manutenção de seus aspectos centrais.

### **Procissão do Madeiro: trajetória histórica e influência católica**

---

<sup>799</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória do sagrado: estudos de religião e ritual*. São Paulo: Paulinas, 1985.

<sup>800</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Prece e folia, festa e romaria*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2010.

<sup>801</sup> PEREIRA, José Carlos. *O encantamento da Sexta-Feira Santa: manifestações do catolicismo no folclore brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2005.

Existem poucos documentos escritos sobre Nossa Senhora das Dores com alusão a Procissão do Madeiro, aproximar-se apenas uma abordagem memorialística, pouco corroborando em relação às fontes primárias utilizadas para a construção da narrativa. Ao descrever sobre a historiografia da cidade de Nossa Senhora das Dores na obra “Freguesia de Nossa Senhora das Dores (1858 – 2008): 150 anos de História e Devoção” (2008), João Paulo Araújo Carvalho aborda alguns aspectos sobre religiosidade, origem e influências, além da interpretação de fotografias sobre a localidade. Destaca, nesse contexto, o Madeiro como uma importante manifestação da memória dorense.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passada. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva que perpassam a relação dos indivíduos e/ou da coletividade (<sup>802</sup>Cf. LE GOFF *apud* CAVALCANTE, 2012).

A Procissão do Madeiro foi uma procissão criada a mais de um século, não sabendo a data exata de sua criação. Porém a pesquisa insere-se no âmbito do patrimônio cultural imaterial ao configurar – se como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, aos bens de valor e de transformação social. Isso porque a cultura não é algo dado, um simples dado, uma simples herança que se passa transmitir de geração a geração. Ela é uma produção histórica, como parte das relações entre os grupos sociais (<sup>803</sup>PELEGRINI, FUNARI, 2008, p.19).

Em linhas gerais, a Procissão do Madeiro é uma celebração que tem por finalidade carregar a cruz de madeira (cedro) com uma toalha branca simbolizando a volta de Jesus em ressurreição rogando e pregando nas ruas de Nossa Senhora das Dores. O cortejo é realizado por homens que carregam a cruz e mulheres vestidas de preto que são chamadas de beatas. Mulheres vestidas de preto, com o rosto coberto, essas mulheres muitas das vezes seguem a manifestação por promessas feitas e graças alcançadas.

Conforme sublinhou <sup>804</sup>Clovis Britto (2009), é importante contemplar a variável gênero no estudo do catolicismo no Brasil, onde, apesar das mulheres constituírem a maioria dos praticantes, ainda continuam ocupando posições secundárias:

*Conforme assinala Michelle Perrot (2007), as religiões são ao mesmo tempo poder sobre as mulheres e poder das mulheres. As grandes religiões monoteístas teriam feito da diferença dos sexos e da desigualdade de valor entre eles um de seus principais fundamentos. Em suas análises, a autora demonstra como os livros fundadores – a Bíblia, o Corão – e as interpretações que são promovidas acerca desses livros estabelecem hierarquias entre o masculino e o feminino. Além disso, conformam a dominação dos clérigos e subordinam as mulheres, na maioria das vezes, excluídas do exercício do culto. No caso do catolicismo, Perrot (2007) ressalta como características ser clerical e macho. Pecadoras e estimuladoras do pecado, hereges e feiticeiras, as mulheres ainda hoje enfrentam o peso da dominação masculina, mas lentamente desenvolvem um “contra-poder”.*

---

<sup>802</sup> CALVALCANTE, Danielle De Oliveira: *O Hospital São João de Deus em Laranjeiras (SE): uma proposta de estudo sobre memória, representação social e cultura material (1866-1949)*. UNICAMP, 2012.

<sup>803</sup> PELEGRINI, Sandra C.A.; FUNARI, Pedro Paulo: *O que é Patrimônio Cultural Imaterial*. São Paulo: Brasiliense. 2008.

<sup>804</sup> BRITTO, Clovis Carvalho. As mulheres ou os silêncios da Procissão do Fogaréu. *OPSSIS*, Catalão, v. 11, n.º 1, 2011.

*Enquanto aos homens eram destinados o sacerdócio e a possibilidade de aprender latim (detendo o poder, o saber e o sagrado), às mulheres pecadoras eram facultadas algumas escapatórias: a prece, os conventos, a santidade. Sujeitas a submissão e interditas a ministrar sacramentos, as mulheres desenvolveram práticas a partir de um relativo distanciamento da instituição religiosa e da internalização de experiências do cotidiano popular, garantindo certa autonomia em relação ao culto oficial e reinventando regras. Todavia, mesmo no catolicismo popular as mulheres continuaram enfrentando a submissão e em algumas manifestações, a exemplo das folias de reis ou do divino, constituem minoria dos praticantes ou assumem posições consideradas secundárias e, muitas vezes, voltadas exclusivamente para a culinária ou a reza do terço (p. 162-163).*

Nesse aspecto, embora ainda apresente um controle sobre o corpo e a imagem feminina, é inegável que as mulheres mesmo com os rostos e corpos escondidos, adquirem certa visibilidade ao ganharem o espaço público durante a cerimônia do Madeiro. Na verdade, concordamos com as análises de Clovis Britto (2009) quando conclui que “aceitar se apagar” se torna o modo que algumas mulheres encontraram para exercer algum poder, mesmo que por procuração. Para tanto, “desenvolvem concessões de ordem simbólica, sujeitando-se a apagar os indícios de sua presença na festividade justamente para garantir essa presença” (p. 163).

Para as mulheres participar da procissão e preciso atenda aos requisitos da organização. A peregrinação tem a saída do povoado Gentil situado a 2 Km da sede município de Nossa Senhora das Dores – Se. Percorrendo as chamadas estações que são cruzeiros e cemitérios até chegar a ultima parada e local de dispersão.

Durante todo o trajeto os homens carregam a cruz e entoam cânticos relacionados à Paixão e Morte de Cristo.

**Foto: Procissão do Madeiro em cortejo nas ruas de Nossa Senhora das Dores.**



**Fig. 1 – Procissão do Madeiro. Foto: Rafael Dantas, 2012.**

A partir dessas práticas seculares, o Madeiro foi criando raízes dentro da cultura dorense, a cada vez mais congregando mais participantes a entoarem suas rezas e cânticos, entoados pelas beatas, a lembrar Verônica e as carpideiras na Paixão Crística:

*Madeiro pesado/ Madeiro pesado/ Madeiro pesado/ Quem leva é Jesus/ Tendo marchado / em busca de uma luz /Morreu pra nos salvar / o nosso bom Jesus/ Cristo apresentou / um quadro de bom gosto Pastor / Ficou desiludido / dos seus delatores / Cristo morreu / mas tudo perdoou / Ao terceiro dia / ressuscitou com cálice ele estava / mas disse assim / Se vir que eu não bebo / afasta-o de mim / todo lavado de sangue / Meu bom Jesus seguia / Sentindo tantas dores / o filho da virgem Maria / Com a coroa de espinhos / nosso Jesus Salvador / Derrubado e arrastado / por seus filhos pecador / Cravado na cruz / pediu para seu pai / Perdoa esses filhos / que não sabem o que fazem.*

A Procissão do Madeiro é composta por vários símbolos representativos para a construção dessa manifestação: as “Beatas”, o “Cordão de São Francisco”, a “ Toalha Branca”, o “Madeiro”, o “Terço de Nossa Senhora” e os “Hinários”. De acordo com os fiéis, a celebração teria como objetivo rogar e clamar as almas que estão no purgatório:

*Nesse mundo religioso popular não existe separação nítida entre os fiéis da terra, os santos e as almas que estão na região dos mortos. O santo atende aos pedidos que lhe são feitos, o que coloca os cristãos na obrigação das promessas feitas, por isso nunca se deve olvidar as orações pelas almas, muitas das quais continuam errantes pro promessas não cumpridas. É necessário auxiliar essas almas penadas, do contrario elas podem prejudicar os vivos (<sup>805</sup>AZZI apud ALMEIDA, 2002, p. 45).*

De acordo com relatos informais de moradores e de praticantes mais velhos, a Procissão do Madeiro foi fundada por José Vicente, após sua morte aos 96 anos. Tradição que teria sido legada para João Pajaú, pouco mais de cinquenta anos e, posteriormente, para Dona Minelvina, sendo essa a primeira “guardiã” feminina. Minelvina teria repassando a mesma para sua filha mais velha, Dona Julhinha que desejou transferir oficialmente a liderança para o seu irmão Manoel Pajaú, guardião do Madeiro a mais de 57 anos, falecendo em 1992, com 86 anos.

---

<sup>805</sup> ALMEIDA, Gisselma S. J. *Procissão do Madeiro: devoção e diversão. Nossa Senhora das Dores (1992-1997)*. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Sergipe, 2002.



Fig. 2 - Procissão do Madeiro seguida por alguns possíveis fundadores. Foto: Paulo Figueiredo, s/d.

Desta forma só era passado o cargo de liderança para membros da família fundadora, o que garantia distinção social, nos moldes do que <sup>806</sup>Pierre Bourdieu (1998) definiu o poder simbólico. Todavia, em 1992, ano do falecimento de Manoel Pajaú, o senhor Paulo, conhecido como Preto, se considerou no direito de assumir o controle da procissão, fator que contribuiu para o surgimento de algumas tensões originárias da perda de alguns fiéis e de algumas modificações no ritual.

### **A contestação do Madeiro: transformações na tradição e fé dos dorenses**

Após 1992, com a coordenação do senhor Paulo, a Procissão do Madeiro sofreu uma série de inserções em seu acervo ritual. Uma das mais significativas consistiu na inserção de peças teatrais da Paixão de Cristo, inserindo pessoas com vestes de anjos, apóstolos etc. Práticas que podem ser visualizadas na figura 3.



Fig. 3 – Introdução de novas vestes na Procissão do Madeiro. Foto: Acervo da família Vicente.

<sup>806</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.



Parte da população se sentiu incomodada com tais modificações que “descaracterizariam” a tradição com vestes coloridas, além da mudança do preto das beatas para o marrom e depois o roxo: “Teve muita coisa de diferente na procissão, mudando a roupa em alguns tempos ai para um meio marrom, depois para roxo e acabou colorindo tudo, inventando umas apresentações do Senhor Morto pregado na cruz”<sup>807</sup>.

Além disso, existem aqueles descontentes com a modificação no percurso da Procissão. Somada a essa tensão em torno das modificações nos elementos que integram a celebração, surgiu ainda uma disputa sobre a posse do madeiro (madeira cedro), visto que o novo líder se negou a entregar o madeiro entrando em disputa: “Nem quero falar sobre ele “Paulo” ele modificou e complicou a tradição da minha família, que o Madeiro era considerado com um reisado pelas por onde passava e as pessoas tinha vergonha de vestir o colorido que ele criou”.

Visando dirimir as tensões a família do fundador da procissão resolveu assumir a liderança da mesma, alegando esse direito pelo vínculo sanguíneo e de antiguidade. Todavia, após confusões e brigas entre facas e facões, o Madeiro ficou sob o comando da atual guardiã, a Sr<sup>a</sup> Maria José.

Tais mudanças passaram a ser questionados pelos seguidores que não encontravam mais na procissão a simbologia da tradição passada pelos seus pais. Isso promoveu o afastamento de muitos fiéis como informou outra participante: “No período de Paulinho, o Madeiro quase se acaba, o povo se afastou e dizia, enquanto Paulinho continuar com essa palhaçada a gente não vai mais pra Procissão do Madeiro, que isso ai num é mais procissão já é um carnaval, e por ai a gente viu se acabando” (*In*: ALMEIDA, 2002, p. 52).



Fig. 4 – Procissão do Madeiro cortejo atual. Foto: Rafael Dantas

---

<sup>807</sup>Visando garantir o anonimato dos informantes em virtude das tensões em torno da celebração, optamos por não inserir dados que pudessem identificá-los. Todas as entrevistas foram realizadas ao longo deste ano.

Na última década, os seguidores da procissão conseguiram que o Madeiro fosse celebrado de um modo mais próximo de como era realizado “tradicionalmente”, voltando a sua origem de penitências aos mortos e combatendo as inserções recentes no acervo de ritos da cerimônia. Nesse sentido, este trabalho apresenta reflexões iniciais sobre os saberes, fazeres e as tensões que permitem visualizar que o conflito é parte constitutiva da noção de patrimônio visto que implica seleções, esquecimentos, descartes. Do mesmo modo, demonstra a importância que a noção de tradição e autenticidade ainda possui no campo do patrimônio e das práticas religiosas dorenses, ainda sequiosas por um diálogo com um mito de origem ou com práticas reiteradas anualmente combatendo mudanças bruscas. Tal busca pela “pureza” ou “inalterabilidade” da celebração se torna um importante elemento de prestígio e poder simbólico na batalha das memórias.



## CIDADE DOS MORTOS NA CIDADE DOS VIVOS: A CRIAÇÃO DO CEMITÉRIO SANTA ISABEL EM ARACAJU/SE

Rafael Santa Rosa Cerqueira

### Introdução

Buscando compreender o costume fúnebre de sepultar os mortos no interior e ao redor das igrejas — como se fez no Brasil em larga escala até a primeira metade do século XIX —, é preciso entender que tal hábito surgiu na Idade Média e foi difundido na Europa entre os séculos XVI e XVII. Em meio aos preceitos cristãos do período elucidado, “o corpo era confiado à Igreja. Pouco importava o que faria com ele, contanto que o conservasse dentro de seus limites sagrados” (ARIÈS, 2012, p. 46).

Para o historiador francês Philippe Ariès:

*O enterro na igreja ou perto dela respondia originalmente ao desejo de se beneficiar da proteção do santo, a cujo santuário era confiado o corpo. Em seguida, os clérigos, descontentes com os aspectos supersticiosos dessa devoção, decidiram interpretá-la de outro modo. Os mortos eram enterrados em um lugar ao mesmo tempo de culto e de passagem como a igreja, a fim de que os vivos se lembrassem deles em suas preces e se recordassem que, como eles, tornar-se-iam cinzas. O enterro ad sanctos era considerado como um meio pastoral de fazer com que se pensasse na morte e de interceder pelos mortos. (ARIÈS, 2012, p. 190, grifo do autor)*

No entanto, é na França do século XVIII, em especial na década de 1760, que os enterramentos no interior das igrejas começam a ser questionados. Os corpos sepultados exalavam gases pútridos, causadores de miasmas. Vivos e mortos não podiam dividir o mesmo espaço físico. Os mortos não eram mera questão religiosa, e sim de saúde pública. Ariès informa que “médicos e químicos célebres publicaram na mesma época suas observações de cientistas sobre o perigo mortal dos enterros nas igrejas” (2006, p. 193). Em 1763, a Corte do Parlamento ordenou “um inquérito sobre o estado dos cemitérios parisienses e sua transferência para fora das cidades” (ARIÈS, 2012, p. 193). O historiador João José Reis traz que “em 1801 a Academia de Arquitetura Francesa promoveria um curso de projetos sobre cerimônias funerárias e organização de cemitérios” (1991, p. 78), “já em 1804, um novo decreto estabeleceria detalhadas regras de enterro, reafirmando a proibição de sepulturas dentro das igrejas” (*op. cit.*, p. 78).

No Brasil, do século XIX, mortos e vivos dividiam diariamente o mesmo espaço físico nas igrejas, já que a maior parte dos mortos no Império era sepultada no interior desses locais. Oriundas da Europa, medidas sanitaristas sacudiram o sono dos mortos, afinal, vivos e mortos não poderiam ocupar o mesmo local, por causa dos miasmas exalados pelos cadáveres. É neste contexto de transformações no sepultar aqueles que deixaram de viver que surgem os cemitérios.

Portanto, o foco deste artigo será a criação de uma cidade dos mortos na cidade dos vivos, em fevereiro de 1862, em Aracaju, recém-elevada à categoria de cidade e elevada à capital da província através da Resolução 413 de 17 de março de 1855.

Neste âmbito, um olhar da História Cultural sugere que a cidade

*não é mais considerada só como lócus, seja da realização da produção ou da ação social, mas sobretudo como um problema e um objeto de reflexão. Não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade. Indo mais além, pode-se dizer que a História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais. (PESAVENTO, 2008, p. 77-78)*

Já Roger Chartier (2002, p. 14), em seu livro *A História Cultural: entre práticas e representações*, anuncia:

*[...] das práticas culturais (das atitudes face à vida às atitudes face à morte) tornou-se assim o objecto central de múltiplas investigações, conduzidas de acordo com processos de quantificação e tendo em vista da outro conteúdo à hierarquização social, sem a pôr em causa.*

A cidade dos mortos está, portanto, interligada à cidade dos vivos. Será tratado neste artigo como o surgimento de uma interfere na outra. Além disso, tratar-se-á do crescimento urbano da capital sergipana, entendendo-se que o estudo da morte e da cidade evidenciam “representações” e “práticas sociais”, conforme apontam Pesavento e Chartier. Para tal estudo, serão utilizados Relatórios de Presidentes de Província entre os anos de 1856 a 1871.

### **Cemitérios: uma medida necessária e urgente**

Com uma população de 1.484 habitantes, sendo que 1.191 eram livres e 293 escravos, a recém-criada capital possuía os seguintes profissionais: 165 agricultores, 45 náuticos, 28 carapinas, 8 pescadores, 16 negociantes, 47 empregados públicos, 2 sacerdotes, 1 médico, 2 sapateiros, 7 alfaiates, 10 pedreiros, 2 ferreiros, 2 oleiros, 1 boticário, 1 advogado, 1 proprietário de engenho, 1 purgador e 1 encadernador, de acordo com o mapa estatístico de 14 de junho de 1856<sup>808</sup>.

Em 1855, uma epidemia de *cólera morbos* ceifou inúmeras vidas dessa população, deixando o governo provincial preocupado e atento para que o mesmo não voltasse a acontecer; haja vista a fala do Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides:

*A calamidade, que occasionou o cholera morbus deve pôr-nos de sobre-aviso para prevenir futuros males. Se em todo o tempo a rigorosa observancia das regras de hygiene publica é um dever recommendado pelas leis da conservação propria, muito mais hoje, que acabamos de passar por uma provança bem cruel. Desejára nesta occasião apresentar-vos um trabalho completo sobre recomendações e conselhos da sciencia á bem da saúde publica.*<sup>809</sup>

Procurando higienizar a cidade e concomitantemente prevenir novas epidemias, o então presidente da província ordenou que a água potável fosse examinada, removeu o

<sup>808</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 02 de julho de 1856, pelo presidente Salvador Correia de Sá e Benevides, anexo número 2.

<sup>809</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 02 de julho de 1856, pelo presidente Salvador Correia de Sá e Benevides, p. 38.

abatedouro central para fora dos domínios do centro urbano e aterrou os diversos pântanos existentes. Para Salvador Correia de Sá

*Uma medida que sem duvida reconhecereis necessaria e urgente é o estabelecimento de cemiterios dessiminados pela provincia, para que se não continue sob pretexto algum o funesto uso dos enterramentos nas igrejas*<sup>810</sup>.

É nesse contexto de higienizar a cidade que vivos e mortos são separados do convívio diário, não compete mais dividirem espaço nas diversas celebrações ocorridas na igreja. O historiador João José Reis (1991, p. 76) defende que:

*Os cadáveres humanos contavam entre as principais causas de formação de miasmas mefíticos, e afetavam com particular virulência a saúde dos vivos, porque eram depositados em igrejas e cemitérios paroquiais dos centros urbanos. Com a descoberta dos miasmas veio a descoberta do mau cheiro da decomposição cadavérica, que substituía o odorato piedoso da fase barroca. Uma queixa recorrente na época se dirigia contra o cheiro fétido que exalava das sepulturas, perturbando os narizes, repentinamente sensíveis, dos que freqüentavam as igrejas e dos que moravam próximos a cemitérios.*

Enterrar os mortos no interior ou ao redor da igreja condizia com o um costume religioso, sob a justificativa de que estar sepultado em local santo garantiria ao morto a proximidade com Deus, e aos vivos que aqueles teriam um sono eterno sem perturbar os que aqui ficavam. Porém, tal mudança não ocorreu de forma pacífica em algumas cidades do Império. Na Bahia, em 1836, revoltosos destruíram o Cemitério do Campo Santo em Salvador, por não aceitarem que seus mortos fossem sepultados fora da igreja.

Em Sergipe, 22 anos após a revolta da Bahia, no governo de Avellar Brotero, notamos a preocupação em propagar pela província a criação de cemitérios, de acordo o *Appenso G*, em seu nono item, que solicita “o numero de Cemiterios existentes em cada Parochia”<sup>811</sup>. Com 5.969 habitantes, Aracaju era a nona cidade mais povoada, o que não lhe garantiu a existência de cemitérios decentes; diferentemente de Laranjeiras, a mais povoada<sup>812</sup>, com 9.105 habitantes<sup>813</sup>, a qual possuía o cemitério da Matriz e esperava a construção de outro campo santo, através de concessão feita à Irmandade do Senhor do Bomfim.

Os investimentos com construção de cemitérios não pararam; em 1859, no governo do presidente de província Manoel da Cunha Galvão, foram investidos “30:000\$000 reis para a construção de Cemiterios nesta Capital, e outros pontos da Província”<sup>814</sup>. Por fim, a morte virou assunto da administração provincial. Os defuntos deveriam ser sepultados fora das paredes das igrejas, rompendo com um costume que perdurava no Ocidente por séculos. Traços do Cristianismo foram mudados: o morto

<sup>810</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 02 de julho de 1856, pelo presidente Salvador Correia de Sá e Benevides, p. 39.

<sup>811</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 14 de abril de 1858, pelo presidente João Dabney D’Avellar Brotero – Appenso G.

<sup>812</sup> Laranjeiras, nesse período, apresentou um grande crescimento populacional devido à significativa produção açucareira.

<sup>813</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 14 de abril de 1858, pelo presidente João Dabney D’Avellar Brotero - Mappa estatístico da população livre e escrava da provincia de Sergipe.

<sup>814</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 27 de abril de 1859, pelo presidente Doutor Manoel da Cunha Galvão, p. 12.

deixa de ser responsabilidade somente da Igreja, e passa a ser também do governo, que busca combater os miasmas e higienizar as cidades.

### **A edificação da cidade dos mortos**

As diversas medidas higienistas surgidas no Brasil na segunda metade do século XIX alavancaram, na capital sergipana, a necessidade de se criar um cemitério público para sepultar os mortos. Tal demanda deveria ser suprida rapidamente, até porque não era mais tolerável enterrar os mortos no interior das igrejas, costume que deveria ser abolido.

*As práticas de inumação até então vigentes foram consideradas pelos médicos como passíveis de serem extintas, uma vez que as emanções cadavéricas poluíam o ar, o que era agravado pelo fato de serem muitas as igrejas localizadas no perímetro urbano, todas repletas de sepulturas que, quando abertas na presença dos fiéis, provocavam odores mefíticos, causadores de doenças e alimentadores das epidemias. (RODRIGUES, 1997, p. 22)*

É nessa conjuntura de transformações que Aracaju implanta o seu primeiro cemitério. Não obstante, a cidade continuou cercscendo, aumentando conseqüentemente a demanda por um lugar ideal para transportar os enterramentos — até então realizados nas igrejas — a fim de se higienizar a cidade. É neste cenário que Aracaju, em 1859, no governo de Manuel da Cunha Galvão, dá continuidade às obras do Palácio do Governo, o Palacete, a Alfândega, o Quartel de Linha e a Ponte de Aracaju<sup>815</sup>.

Até então, o cemitério existente na capital era um terreno cercado por varas, de fácil acesso, desrespeitando os mortos e constantemente vilipendiado por animais, que ultrapassavam facilmente suas barreiras, e por saqueadores, que, no calar da noite, depredavam os poucos jazigos existentes e saqueavam as cercas. Surpreso com tamanho descaso para com os mortos, o Imperador Dom Pedro II, em visita à província de Sergipe — desembarcando nestas terras em 11 de janeiro de 1859 —, declarou que seria necessário “uns Guardas todas as noites para evitar taes furtos”<sup>816</sup>.

Portanto, Manoel da Cunha Galvão, em relatório apresentado à Assembleia Provincial, em 05 de março de 1860, e provavelmente pressionado pelo Imperador, declarou:

*O que fiz na Capital, foi nomear uma Comissão de pessoas entendidas para escolher o local apropriado. A Comissão já entregou o seu parecer, e eu encarreguei ao Capitão d’Engenheiros Pereira da Silva de levantar a planta de um cemitério com as condições precisas. Logo que elle conclua semelhante trabalho começará a construcção de uma obra tão urgente, e para qual a Sua Magestade o Imperador se dignou fazer donativo de 1:000\$000.<sup>817</sup>*

Ainda, em relatório de 15 de agosto de 1860, nomeia uma comissão mista

<sup>815</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 05 de março de 1860, pelo presidente Doutor Manoel da Cunha Galvão, p. 21.

<sup>816</sup> Viagem Imperial a Província de Sergipe, ou narração dos preparativos, festejos e felicitações que tiverão logar por ocasião da visita que fizeram á mesma província Suas Magestades Imperiais em janeiro de 1860. Bahia – Imp. Na Typografia do Diario – 1860, p. 31.

<sup>817</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 05 de março de 1860, pelo presidente Doutor Manoel da Cunha Galvão, p. 13.

*[...] composta dos senhores Chefe de Policia Dr. José Casado Accioli de Lima, Inspector da thesouraria Provincial Dr. Joaquim José de Oliveira, Vigario desta Capital Reverendo Conego Eliziario Vieira [ilegível] Telles, Capitão acima mencionado Bacharel Pereira da Silva, e Promotor Carlos Speridião de Mello e Mattos para tratarem de levar a effeito quanto antes o mesmo Cemiterio.*

*A comissão acceitou com o maior praser o seu encargo, e tem se exforçado para dar começo a obra immediatamente, começando por reunir material preciso<sup>818</sup>.*

Objetivando acelerar os trabalhos da comissão e sabendo que a quantia de um conto de réis doada pelo Imperador não seria suficiente, resolve convocar os missionários Frei Paulo e Frei David a fim de angariarem fundos para esta obra. Asssim, dez mil aracajuanos carregaram a pedra que existia no porto para o cemitério — pois entendia-se que era uma obra urgente, necessária e que garantiria o descanso eterno em um local apropriado.<sup>819</sup>

Governo Provincial, justiça, tesouraria, Igreja e população, todos desejavam transpor as dificuldades existentes para edificação de um cemitério na capital, obra que seria responsável por colocar Aracaju dentro de um projeto urbanístico de acordo com as medidas higiênicas vigentes e já existentes em São Paulo, Salvador, Recife e no Rio de Janeiro.

Desse modo, em 12 de fevereiro de 1861, o capitão de engenheiros F. Pereira da Silva, em relatório, se pronuncia:

*Esta obra que foi orçada em 43:780\$000 reis, e para o qual deo S. M. o Imperador a quantia de 1:000\$000 reis e contribuirão diversos com 600\$000 reis acha-se á cargo de uma comissão composta do Sr. Dr. Hugulino Ayres de Freitas Albuquerque em substituição do Sr. Dr. José Casado Accioli Lima como Presidente e dos Snrs. Drs. Joaquim José de Oliveira, Carlos de Spiridião de Mello Mattos, Reverendo Vigario desta Freguezia, Negociante José Pereira de Magalhães, e de mim como membros. Forão precipitados os alicerces desta obra em Maio do anno passado na occasião em que nesta cidade pregavão os Missionarios Apostolicos Frei Paulo e Frei David, que relevantes serviços prestarao. Tem-se despendido a quantia de 1:600\$000, não incluindo um dia de serviço gratis que na mesma obra trabalhou a Irmandade de S. José desta Capital em número de 40 operarios. Esta paralisada não obstante ter V. Ex. destinado e mandado pôr em a disposição da referida comissão a quantia de 5:000\$000 reis, sendo causa, segundo penso, o não ter sido possível reunir-se a mesma comissão, por achar-se com parte de doente o Sr. Dr. Hugulino.<sup>820</sup>*

Para as autoridades provinciais, a construção de um cemitério na capital, destinado aos despojos mortais de seus habitantes, cumprindo com as medidas higiênicas correntes naquele período, já tardava a acontecer. No entanto, o local

---

<sup>818</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 15 de agosto de 1860, pelo presidente Doutor Manoel da Cunha Galvão, p.12.

<sup>819</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 15 de agosto de 1860, pelo presidente Doutor Manoel da Cunha Galvão, p.12.

<sup>820</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 04 de março de 1861, pelo presidente Doutor Thomaz Alves Júnior, Anexo M - p. 06.

destinado deveria ser fora da cidade, onde os miasmas não afetassem a população. No caso do cemitério em questão, já existia o local onde se praticavam algumas inumações, coube ao governo promover melhorias que evitassem o desrespeito aos mortos, e que contrariavam os preceitos cristãos.

Para ser entregue, foi necessário que o presidente de província, Jacintho de Mendonça, entregasse à comissão a quantia de três contos de réis para o andamento da obra, o que não foi suficiente, sendo destinados mais dois contos de réis para o término das obras. Assim, em 23 de fevereiro de 1862, foi inaugurado o Cemitério Nossa Senhora da Conceição — posteriormente chamado de Santa Isabel, como ainda é conhecido hoje — e entregue para ser administrado pelo Hospital de Caridade, que possuía uma receita diminuta, tendo aí a oportunidade de adquirir novos recursos. Coube à comissão administrativa do hospital cumprir um regulamento com 24 artigos, dentre os quais destacamos os seguintes:

*Art. 5º Ficão desde já proibidas nesta cidade e seus arredores inhumações em qualquer outro lugar, que não no cemiterio, de que trata este Regulamento.*

*Art. 6º Para as despesas do cemiterio pagará o agente do enterro a quantia de 30\$000 por inhumação feita em carneiro de primeira ordem; a de 25\$000 pela que tiver lugar em o de segunda ordem; a de 6 mil réis quando em sepultura de primeira ordem; e de quatro quando em a de segunda, além dos gastos com os coveiros, e os que forem inherentes á abertura e fechamento da sepultura ou carneiro. Sendo para creanças até a idade de sete annos, se pagará por carneiro de 1ª ordem 20\$ - de 2ª ordem 15\$ - e de 3ª 10\$ réis; e por sepultura se pagará menos a 5ª parte na razão das taxas acima estabelecidas.*

*Art. 7º A commissão poderá conceder, mediante approvação do Governo da Provincia e autorisação Ecclesiastica, jazigos perpetuos e monumentos em espaços para tal fim designados, ficando á cargo dos respectivos donos a factura e conservação e taes jazigos e monumentos; bem como a demolição destes, quando ameaçarem ruína, guardadas neste caso as precisas cautelas sanitarias.*

*Art. 13º Terão sepultura gratis no Cemiterio, e sempre as de 2ª classe: 1º Os cadaveres de pessoas indigentes, mediante attestado do Parocho, declarando ser gratuita a respectiva encommendação.*

*2º Os supplicados, quando não reclamados por seus parentes e amigos, e os prezos tambem pobres, mediante attestado do Delegado de Policia.*

*3º Os cadaveres encontrados em qualquer lugar publico, quando não haja quem lhes queira dar sepultura, mediante attestado do Parocho ou do Delegado de Policia.*

*Art. 16º A autoridade sanitaria visitará tambem o Cemiterio ordinariamente de 3 em 3 mezes, e extraordinariamente sempre que julgar conveniente para providenciar sobre a falta de asseio, que por ventura encontre, e outras medidas de sua competência, que entenda deverem ser adoptadas.*

*Art. 18º Quaesquer construcções e escavações, que se fizerem no cemiterio, o serão por forma, que jamais prejudiquem as sepulturas, carneiros, tumulos ou outras obras feitas, e bem assim ao asseio e ordem do mesmo Cemiterio, e, dando-se o prejuízo, será este indemnizado por quem o motivar.*

*Art. 20º Cada sepultura deverá ter 15 palmos de profundidade, tres e meio de largura, e dez de comprimento, guardando a distancia*

*intermediaria de cinco palmos nos lados, e a de um e meio nas cabeceiras. Em cada sepultura se não poderá enterrar mais do que um cadaver, salvo o caso de grande força de epidemia, em que seja necessario abrirem-se vallas, as quaes deverão ter a maior profundidade possivel, de modo que possam levar sobre os cadaveres nunca menos de 12 palmos de terra. Os carneiros serão fechados por uma parede de palmo espessura.*

*Art. 24º Os enterramentos dos que pertencerem aos diferentes cultos tolerados pela Constituição Política do Imperio, e dos estão privados pelos Canones e Constituição Diocesana de sepultura em lugar sagrado, terão lugar em a quarta parte do terreno, que fica annexo ao Cemiterio, deste separado pela muralha que o limita posteriormente devendo para esse terreno, que tambem será fechado por muro ou cerca de madeira, visto pertencer ao mesmo Cemiterio, haver entrada diferente.<sup>821</sup>*

Nos seus primeiros anos de funcionamento, o Cemitério Nossa Senhora da Conceição foi responsável pela maior parte dos enterramentos na capital; nele foram enterrados homens livres, escravos e crianças de diferentes esferas sociais. No ano de 1862, foram enterrados 133 cadáveres<sup>822</sup>; em 1863<sup>823</sup>, foram sepultados 178 defuntos<sup>824</sup>; em 1866, tivemos 186 enterramentos<sup>825</sup>; já em 1868, o número de inumações subiu para 269<sup>826</sup>; e em 1869, o número de sepultados elevou-se para 277, conforme apontam os diferentes relatórios de presidentes de província utilizados.

## Conclusão

*Instituições como hospitais, cemitérios, prisões e hospícios, vistos como frutos do crescimento das cidades e, portanto, indispensáveis ao seu funcionamento, serviam, segundo os médicos, de focos de doenças, representando um perigo para o todo urbano. Não podiam e nem deviam ser abolidas, devendo, porém, ser expulsas do centro da*

---

<sup>821</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 1º de março de 1862, pelo presidente Doutor Jacintho de Mendonça, p. 1-4.

<sup>822</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 04 de março de 1863, pelo presidente Doutor Jacintho de Mendonça, p. 35.

<sup>823</sup> O ano de 1863 foi marcado por dificuldades financeiras, conforme aponta o Presidente Alexandre Rodrigues da Silva Chaves em relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 24 de fevereiro de 1864: “Este estabelecimento rege-se pelo regulamento nº 7 de 12 de Fevereiro, o qual baixou com o acto do Governo, da mesma data, que o entregou á direcção da comissão administrativa do hospital.

Com este acto o Governo teve por fim augmentar a receita do hospital. Mas suas previsões não se realizarão; porque a receita do cemiterio apenas chega para o pagamento das despesas do custeio.

Foi por este motivo, que a comissão, depois de ter montado um serviço regular de transporte de cadaveres, vio-se obrigada a acabar com elle, visto que o rendimento do cemiterio não chegava para occorrer as despesas da cocheira, e portaria.

Hoje os cadaveres são conduzidos a mão como aut’ora se praticava.

Nenhuma se fez no cemiterio durante o anno findo, por não ter orçamento provincial cotado credito para esta despesa.”

<sup>824</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 24 de fevereiro de 1864, pelo presidente Doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, p. 5.

<sup>825</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 21 de janeiro de 1867, pelo presidente Doutor José Pereira da Silva Moraes, mapa nº 14.

<sup>826</sup> Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 1º de março de 1869, pelo presidente Doutor Evaristo Pereira da Veiga, p. 15.

*cidade, já que suas localizações não obedeciam aos critérios de salubridade. Eram infectadas ao contato com os locais onde estavam instaladas, e as exalações e miasmas que geravam em seus espaços fechados, por sua vez, as infectavam, assim como a toda a cidade, constituindo-se em focos de epidemia e contágios. (RODRIGUES, 1997, p. 58)*

De fato, a epidemia de *cólera morbos* que assolou a população sergipana em 1855 fez acelerar as medidas higienistas pela capital. A construção de um cemitério atendia aos preceitos higienistas que condenavam veemente o sepultamento no interior das igrejas, tidas como proliferadoras de miasmas. Os mortos, segundo a nova proposta de urbanização que combatia a desordem urbana, condizente com as medidas higienistas, deveriam possuir um local apropriado fora dos domínios da cidade.

É nessa perspectiva que surge o Cemitério Santa Isabel como principal campo santo de Aracaju. Nele, ricos e pobres, brancos e negros, adultos e crianças dividiam o mesmo espaço. No entanto, a cidade dos mortos reproduzia a estrutura da cidade dos vivos, ou seja, a estratificação se fazia presente naquele ambiente, conforme representa Lima Barreto, no conto *O cemitério*:

*Havia solicitações incompreensíveis e também repulsões e antipatias; havia túmulos arrogantes, imponentes, vaidosos e pobres e humildes; e, em todos, ressumava o esforço extraordinário para escapar ao nivelamento da morte, ao apagamento que ela traz às condições e às fortunas. (BARRETO, 2010, p. 304)*

Por fim, esquecidos dentro das cidades, os cemitérios revelam grande potencial de estudo no âmbito da História Cultural, seja na sua criação, na relação dele para com a cidade, nas obras de arte funerária existente, na reprodução da estrutura social da cidade no cemitério. São novas perspectivas que aparecem e que trazem à tona a importância da morte como objeto de pesquisa da História.

## Fontes e Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

\_\_\_\_\_. **O homem perante a morte**. Portugal: Publicações Europa-América, 2012.

ABREU, Maurício de A. O Rio de Janeiro do século XIX: da cidade colonial à cidade capitalista. *In: A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

BARRETO, Lima. **Contos completos**. Organização e introdução: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARVALHO, Fernando Lins de. **Vizinhos, sim; enterros a parte**. Os cemitérios Santa Isabel e São Benedito. Aracaju, SE (1862-1933). 2003. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, SE, 2003.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Aglès – Portugal: Difel, 2002.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.



- DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LIMA, Tânia Andrade. De Morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidades sociais) *In: Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.2 p.87-150 jan/dez. 1994.
- \_\_\_\_\_. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX *In: Hist. Cienc. Saúde – Manguinhos*, v. 3, nº 3, Rio de Janeiro, nov/feb. 1996. p. 44-96.
- NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Provincial II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.
- OLIVEIRA, Sônia Maria. **“O fausto dos mortos”**: catálogo das esculturas do cemitério Santa Isabel de Aracaju (1862-2001). 2002. 223 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2002.
- REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Cemitérios**. São Paulo: Editora Nécropolis, 2007.
- REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **O céu aberto na terra**; uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana. São Paulo: E.C.M.Rezende, 2006.
- RIBEIRO, Marily Simões. **Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica**. São Paulo: Alameda, 2007.
- RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **História e Documento e Metodologia de Pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SANTOS, Cleones dos. **Covas rasas**. 2003. 43 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 2003. São Cristóvão, SE.
- SANTOS, Valter Euda dos. **Sob o signo da memória e da saudade**: inscrições tumulares do cemitério Santa Isabel de Aracaju (1876-2004). 2004. 127 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2004.
- Sergipe (Província), Vice-Presidente Menezes Sobral, 11 de janeiro de 1845;
- Sergipe (Província), Presidente Salvador Correia de Sá Benevides, 02 de julho de 1856;
- Sergipe (Província), Presidente Salvador Correia de Sá Benevides, 11 de abril de 1857;
- Sergipe (Província), Presidente Avellar Brotero, 14 de abril de 1858;
- Sergipe (Província), Presidente Cunha Galvão, 27 de abril de 1859;
- Sergipe (Província), Presidente Cunha Galvão, 05 de março de 1860;
- Sergipe (Província), Presidente Cunha Galvão, 15 de agosto de 1860;
- Sergipe (Província), Presidente Thomaz Alves Jnior, 04 de março de 1861;
- Sergipe (Província), Presidente Joaquim Jacintho de Mendonça, 01 de março de 1862;
- Sergipe (Província), Presidente Joaquim Jacintho de Mendonça, 04 de março de 1863;
- Sergipe (Província), Presidente Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, 24 de fevereiro de 1864;
- Sergipe (Província), Vice-presidente Ângelo Francisco Ramos, 20 de janeiro de 1866;

Sergipe (Província), Presidente José Pereira da Silva Moraes, 21 de janeiro de 1867;  
Sergipe (Província), Presidente Evaristo Pereira da Veiga, 01 de março de 1869;  
Sergipe (Província), Francisco José Cardoso Júnior, 03 de março de 1871;

# SAMBA DE COCO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ARCOVERDE-PE

*Reginaldo Vilela de Lima*

## INTRODUÇÃO

Ao se tratar da preservação do patrimônio histórico cultural, torna-se necessário compreender conceitos relativos aos bens culturais de natureza material e imaterial. A noção de patrimônio deve ir além da mera concepção de ser apenas uma coleção estática de objetos, documentos e edificações, visto estar embasada em processos sociais mais amplos, envolvendo até mesmo modos variados de manifestações artístico-culturais. Entretanto, quando se fala em patrimônio cultural, pensa-se sempre em uma imagem congelada do passado, em detrimento de aspectos múltiplos de representações culturais de uma sociedade. Sendo que existem ecos do passado que perduram até o presente através de danças, músicas, acontecimentos e formas de viver, que merecem ser mantidos na memória e preservados porque são coletivamente significativos em sua diversidade cultural.

O samba de coco é uma prática cultural de inegável valor na sociedade brasileira e tem na cidade de Arcoverde-PE, um espaço destinado, por seu valor multicultural. É uma dança de caráter popular, tradicional, isto significa dizer que é uma dança transmitida de geração para geração, pois mesmo passando por um processo de recriação e reconstrução manteve intacta a estrutura original que a caracteriza. As músicas e danças do coco, presentes no Festival Coco Raízes de Arcoverde, que ocorre anualmente, entre os dias 16 e 18 de agosto, e homenageia todos os anos Lula Calixto por ter durante ao longo de sua vida vivenciada e disseminada esta cultura em ambientes institucionais como a escola, que apresentava ainda no início da década de 1990 paradigmas educacionais, que se constituíam em empecilhos na preservação da cultura popular dentro das instituições educacionais.

*As festas tem sido uma temática, cujas dimensões de análise estão limitadas a observações que se atém ao que está sendo mostrado, sem atenção aos processos que a antecipam e envolvem. A preparação de uma festa requer atenção especial, pelos empreendimentos que exige e pelas habilidades necessárias para produzi-la, do ponto de vista dos aprendizados que requer e proporciona. As motivações para a festa vão além: ela pode ser uma reminiscência ou um ritual, que reúne ou evoca memórias de grupos sociais que os elegeram como valores construídos coletivamente, ao longo de sua história. (ALMEIDA, 2011, p. 96)*

Dentre as principais características do coco, podemos destacar o seu espírito comunitário. Em um clima de alegria, homens, mulheres e crianças, de qualquer raça, cor, religião, nacionalidade, e classe social, cantam e dançam misturando-se sem distinção. E, como cita Andrade (1997), “o coco é conhecido como uma dança democrática da qual participam gente importante e pessoas simples, contagiados com a batida dos pés, o som do ganzá e os versos tirados pelo puxador”. Assim, observamos desde os movimentos coreográficos dessa manifestação cultural até sua representação no contexto social, turístico e econômico, em Arcoverde, Pernambuco. Inicialmente, a

dança do coco pertence ao povo simples das periferias, povo este que sabe como ninguém tirar a alma dos ingredientes certos para animar os festejos.

Porém, durante muito tempo essa manifestação artística foi desprezada pelos poderes públicos e instituições ligadas à cultura popular, ficando assim restrita a alguns grupos que mantinham viva essa tradição. Posteriormente, estando cada dia mais presente nas festas de rua, principalmente no período junino, despontou para o sucesso.

Ao longo do ano existe uma grande preparação da população local para receber o Festival Lula Calixto, que inclui o samba de coco; este se constitui em um brinquedo ancestral, em que os grupos indígenas e de escravos africanos, na lavoura da roça, se debruçavam nos momentos em que estavam reunidos quebrando e raspando coco, constituindo dessa forma em um momento de interação social entre os indivíduos mais oprimidos socialmente pelas estruturas sociais daquela sociedade escravista. Mas, que relações de vínculos culturais são mantidas pelos jovens da cidade que respiram ares de uma sociedade moderna, que despreza o que é antigo em defesa do progresso? De que maneira as escolas lidam com a temática da diversidade cultural, enraizada no cerne do próprio Festival?

Sendo a instituição escolar um ambiente onde acontecem a reprodução e transformação do contexto social, este projeto irá investigar e problematizar as relações de identidade cultural que são estabelecidas pelos jovens do 2º e 3º ano do Ensino Médio da Escola Industrial, localizada na Rua São Pedro, em Arcoverde, Pernambuco. O ambiente escolar apresenta muitas inovações em desenvolvimento tecnológico, constituindo-se assim, num lugar privilegiado para discutir os conceitos de antigo e moderno, ausentes das discussões acadêmicas desta escola. Os alunos desta turma percebem a realização do Festival Lula Calixto, apenas como um evento turístico em detrimento de suas origens históricas, desconsiderando desta forma o seu valor histórico-cultural relevante para sua preservação, pois é através da valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social, que se desenvolvem atitudes de respeito aos bens culturais.

À escola cabe a responsabilidade de ampliar a dimensão expressiva e criativa de alunos e alunas, familiarizando-os com o mundo cultural alheio ao cotidiano de suas vidas; é premente a necessidade de se programar uma política de formação profissional, que busque desenvolver o compromisso dos docentes com a formação cultural do corpo discente da educação básica. Neste contexto, a escola assume importante papel, no sentido de possibilitar o acesso a variadas formas de expressão cultural, em especial no campo das manifestações artístico-culturais e os professores são mediadores dessa relação. Muitos desafios foram identificados na cidade de Arcoverde, em torno da preservação de patrimônios culturais, que tiveram suas origens nas classes subalternas da sociedade, pois o discurso da História Oficial ainda perpassa a educação, através de livros didáticos e discursos de professores tradicionais, que centralizam os estudos apenas em torno da influência social exercida por políticos ou comerciantes de status social elevado, em detrimento de aspectos culturais de outros grupos sociais, a exemplo do samba de coco, que educa e sensibiliza os educandos através da música e da dança para compreenderem uma expressão cultural significativa para construção de sua identidade cultural.

Portanto, a concretização deste projeto na Escola Industrial em Arcoverde-PE, irá contribuir para inculcar conceitos de preservação de bens culturais fundamentais para combater o esquecimento ou desenraizamento cultural de uma boa parte da sociedade Arcoverdense, proveniente de uma educação que tratava a cultura de maneira homogênea, desvinculada da História Local da cidade.

## OBJETIVOS

### 1. Objetivo Geral

➤ Estimular a socialização e a produção do conhecimento em torno da cultura do samba de coco como estratégia de preservação deste patrimônio cultural em turmas do 2º e 3º ano do Ensino Médio, na Escola Industrial em Arcoverde-PE.

### 2. Objetivos Específicos

➤ Levantar informações referentes à concepção dos discentes em torno de seus conhecimentos prévios sobre a história do samba de coco de Arcoverde-PE, e sobre a vinculação deste ritmo com setores artístico-culturais da sociedade local.

➤ Desenvolver, a partir de um processo de negociação entre estudantes e professores da instituição escolar, atividades dinâmicas que promovam a produção de conhecimentos sobre os patrimônios locais, como uma forma de despertar a atenção dos educandos para compreenderem os fundamentos históricos que engendraram o samba de coco e o Festival Lula Calixto.

➤ Descrever as manifestações culturais de Arcoverde, Pernambuco, através da análise de entrevistas desenvolvidas com pessoas que já participaram de grupos de samba de coco e desenvolvimento de pesquisas em arquivos públicos municipais para conhecer a presença dessas manifestações culturais na história local da cidade, compreendendo assim a necessidade de preservar esta cultura para as gerações futuras.

## METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa terá início com os levantamentos bibliográficos pertinentes ao tema abordado, visita de campo com ensaios fotográficos das manifestações culturais desenvolvidas por grupos de samba de coco de Arcoverde-PE. Serão produzidas entrevistas baseadas nos critérios da História Oral pelos educandos do 2º e 3º ano da Escola Industrial do município, com o objetivo de conhecer lembranças de pessoas que já fizeram parte do samba de coco arcoverdense. A partir disso, será desenvolvido um estudo descritivo sobre as memórias, que perpassaram gerações e ainda hoje fazem parte do cotidiano de vida das pessoas, que se divertem com essas danças e músicas de origem afro-ameríndias.

A Escola Industrial, pertencente à rede estadual de educação básica, possibilitará um diálogo entre o projeto desenvolvido e os educandos do Ensino Médio, pois serão elaborados questionários abertos para serem aplicados aos alunos do 2º e 3º ano deste nível de ensino para averiguar os seus conhecimentos acerca da cultura popular de Arcoverde-PE, buscando compreender as noções básicas que eles possuem com relação aos conceitos de preservação de patrimônios culturais. Os discentes desta turma ficarão encarregados de desenvolver entrevistas com os arcoverdenses que vivenciaram em sua história de vida a presença do samba de coco.

Serão realizadas visitas por grupos de cinco alunos aos arquivos da Secretaria Municipal de Cultura para analisar os documentos, que destacam a abertura do Festival Lula Calixto, consagrado na história da cidade pela diversidade cultural. Os arquivos irão se constituir em uma fonte para analisar o caráter das programações dos festivais da cidade e discutir possibilidades de preservação desses documentos como registros importantes para manter vivas no município as múltiplas histórias que se constituíram

ao longo dos anos. Um dos aspectos inovadores, que será considerado em busca de respostas para as inquietações referentes à política de preservação patrimonial, refere-se à aplicação de métodos de pesquisa que contemplem o objeto samba de coco de maneira abrangente, beneficiando os múltiplos sujeitos envolvidos na reflexão aqui proposta. Para isso, será utilizado o recurso da História Oral para possibilitar um diálogo com a história de indivíduos da sociedade, que não possuem registros nos arquivos públicos da cidade.

A música e a dança há muito tempo são meios utilizados pelos educadores para levar conhecimento de maneira mais atraente aos educandos. Por isso, serão utilizados na escola onde se concentra o desenvolvimento do projeto, grupos de danças e músicas que representam a cultura do samba de coco da cidade, particularmente os grupos Raízes de Arcoverde e o grupo das Irmãs Lopes, possibilitando desta forma o contato mais íntimo dos educandos com indivíduos, que tanto batalham para preservar uma cultura dotada de sentidos e significados atribuídos por conjuntos sociais diferenciados. O acesso a esses grupos buscará suprir uma necessidade educativa dos alunos, que apenas reconhecem e atribuem significados ao trabalho desses artistas arcoverdenses durante o mês de agosto, período em que ocorre o Festival Lula Calixto. Por isso, é necessário sensibilizar a percepção desses discentes para que possam compreender de forma mais abrangente, a história cultural da cidade que culminou para criação e manutenção desses grupos de samba de coco. A negociação para participação dos grupos nas atividades da Escola Industrial ainda está por ser feita, mas tem por base a presença dos artistas em apresentações anteriores.

**COMPROMETIMENTO ÉTICO.** Este projeto buscará depoimentos de pessoas e grupos, com o objetivo de promover uma reflexão educacional e analisar conceitos formais e não formais referentes à preservação do patrimônio cultural, que são reproduzidos socialmente e formar um acervo de arquivos, que irá se constituir fonte documental para a pesquisa. Tal procedimento metodológico demanda Termos de Cessão de depoimentos, que serão coletados na medida da identificação dos participantes, sendo negociada a doação dos conteúdos dos encontros. Não se considera haver comprometimento ético, enquanto os contatos não forem efetivados, porquanto o projeto não está caracterizado como experimento.

#### **Roteiro básico para entrevistas com brincantes – histórias de vida:**

##### **Nome completo e/ou codinome**

Identificação étnica

Data e local de nascimento

Identificação dos pais: nome e local de nascimento, principais atividades desenvolvidas por eles, religiosidade.

Onde e como foi à infância?

Descrição das primeiras lembranças, do local onde morava a família.

Principais atividades (remuneradas ou não). Falar sobre os trabalhos que participou, individual ou coletivamente.

Contato inicial com a produção artística que desenvolve.

Por que faz essa atividade? Como a vê? Como a relaciona com outras áreas?

Sobrevive dessa atividade? Desenvolve outra atividade? Pedir comentários.

Pedir informações sobre as técnicas usadas para a sua produção artística, esclarecendo sobre o modo como a desenvolve.

O que é o samba de coco?

A brincadeira se relaciona com religião? Como?

Como começou a brincar o coco?  
Em que época do ano ou situação da comunidade acontece a brincadeira?  
Como vê o trabalho das escolas em relação à brincadeira de vocês? Identificar o município.  
Procurar identificar o tipo de demanda que a pessoa possa ter em relação aos poderes públicos, em qualquer instância: municipal, estadual ou federal e as conquistas.  
De quem é a terra em que vive?  
O que entende por tradição?  
Como seus filhos e netos vêm a brincadeira?  
Descreva sua participação no Festival Lula Calixto (desenvolver, a partir da fala do depoente).  
Quais são as canções de que mais gosta? – pedir para declamar

## **CRONOGRAMA**

O cronograma para realização desta pesquisa prevê, inicialmente, um período de 12 meses de trabalho para um bolsista, distribuídas em 20 horas semanais.

**Atividades.** Agosto de 2013 a julho de 2014

1. Levantamento bibliográfico (inclui seleção de textos de estudiosos e folcloristas)
2. Levantamento em arquivos de jornais
3. Identificação de potenciais depoentes
4. Aplicação de questionários na Escola Industrial, nas turmas de 2º e 3º ano do Ensino Médio.
5. Visita de campo com os discentes aos locais de ensaios dos grupos de samba de coco.
6. Visita com os educandos à secretária de Cultura de Arcoverde-Pernambuco.
7. Apresentação dos grupos de samba de coco nas turmas do 2º ano do Ensino Médio da Escola Industrial.
8. Realização de entrevistas
9. Análise de depoimentos
10. Análise documental
11. Elaboração de Relatório Parcial
12. Elaboração de Relatório Final

## **Fontes e Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Magdalena Maria. Tese de Doutorado: **Brincadeira e Arte: patrimônio, formação cultural e samba de coco em Pernambuco**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

ANDRADE, Maria Márcia Moura Brito. **Escola promove resgate de cultura popular**. Revista do professor. Janeiro/Março, pág.13. Porto Alegre, 1997.

AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignez Novais. **Cultura popular no Brasil**. São Paulo: Ática, 2006.

BOSI, ECLÉA. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CHOAY FRANÇOISE. **Alegoria do Patrimônio**. 4. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução Bernardo Leitão – Campinas-SP, Editora da UNICAMP, (coleção repertórios) 1990.

## A RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO.

*Rita de Cássia Santana de Lima Silva.*

Várias questões sobre patrimônio devem ser reforçadas antes de entrar realmente na discussão, de patrimônio e educação. Primeiro as formas de patrimônio que existem e suas subdivisões, as dificuldades de preservação e a busca por responsáveis capacitados, para sua manutenção e a desvalorização dos patrimônios por sua própria população, depois a uma discussão sobre a tentativa de unificação de culturas pelos meios de comunicação global e por ultimo como mostrar aos alunos a importância de sua cultura local e de sua valorização, como fonte de uma formação cultural, logo, de uma identidade cultural.

Inicialmente torna-se necessário definir bem o conceito de patrimônio cultural, definição que muitas vezes os professores não tem conhecimento, aqui usaremos a definição de Leticia Vianna e do próprio IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional) , que é tudo que dá uma identidade a uma população ou um grupo, um imóvel, lugar, obra de arte, dança, festividade que tem um significado singular e único para a população local, que tem um ampla participação da população em suas execuções.

Hoje os patrimônios são postos como materiais, imateriais e ambientais de acordo com o IPHAN. Os materiais são estruturas tangíveis, que podem ser vistas e são palpáveis, como prédios, objetos, documentos, obras de artes e outros; o ambiental são áreas de preservação ambiental, árvores e florestas de pequeno e grande porte, como um serrado, um rio, barragem e outros; o imaterial são as expressões culturais intangíveis, que não podem ser “tocadas”, e é subdividido em festas e celebrações, lugares de sociabilidade, formas de expressão, e modos de ofício.

Para explicar melhor o que patrimônio imaterial, vamos ver suas definições de forma separadas, para melhor entendimento:

Festas e celebrações: são solenidade ou comemoração com fins religiosos ou profanos, para uma festa ou culto religioso ser posto como manifestação cultural deve ter ampla participação popular na comemoração ou solenidade. Nesse artigo será usado como exemplo a cidade de Afogados da Ingazeira, do estado de Pernambuco localizada no alto Pajeú, as informações aqui citadas foram fruto das pesquisas do PIBID de História da cidade. Um bom exemplo e a festa do Senhor Bom Jesus dos Remédios da cidade de Afogados da Ingazeira, Pernambuco, que ocorre do dia 23 de dezembro a 1º de janeiro, aonde ocorre celebrações religiosas e no dia 31 de dezembro tem a precisão, depois a noite a festa de fim de ano e no dia 1º a missa do galo, ou a primeira missa do ano ou a missa do vaqueiro que consiste na celebração da missa pelos vaqueiros e depois ocorre show e concursos entre os vaqueiros.

Lugares de sociabilidade: são locais que reúnem um grupo ou vários grupos para tocar de experiências (conversar), locais esses que servem para estimular a convivência em grupo e troca de cultura local, como praças e outros. Um bom exemplo também da cidade de Afogados da Ingazeira e o curral do gado, local de venda de animais, aonde as pessoas além de negocia vão lar para conversa e reger os conhecidos.

Formas de expressão: são danças, manifestações populares com características singulares, como o xaxado, o bacamarte, banda de pífano, entre outras.

Os modos de ofícios: são as formas de produção de algo, que pode ser um objeto, passos de dança, a forma diferenciada de cozinhar um determinado alimento, como o



queijo mineiro que em sua fabricação ocorre um processo único, características, que só ele tem, resumindo é a forma que uma pessoa ou grupo faz determinada coisa com características únicas.

Ainda a dificuldade de preservar esses patrimônios, quando ocorre o seu tombamento, e equivale a criar meios de salvaguarda de um bem, proteger, controlar, por meio da manutenção do bem como no momento de seu tombamento, preservando suas características, algo so e colocado como patrimônio e tombado quando tem um valor simbólico para muitas pessoas e que forma uma identidade popular. Quando ele ocorre, o patrimônio deve ser preservado e mantido como no momento do tombo, quem pode cuidar desses imóveis, são pessoas que tenham conhecimento na área e que se preocupe com elas, a manutenção deve ser feita pelo estado ou pelo órgão responsável por ele. Mas se a própria comunidade não tiver interesse em preservar e de manter sua cultura viva, o governo ou outro órgão não poderá e muito menos conseguira esse feito, desinteresse esse que vem da tentativa da unificação da cultura por meio dos meios de comunicação. Pois sem o apoio dela, comunidade, o próprio tombamento se torna inviável, já que a comunidade tem que esta apoiando o projeto de tombo para que ele seja aprovado ou se tornara um “belo elefante branco”, como falam os mais velhos quando algo se torna inútil.

Outra coisa que acontece muito quando uma referencia cultural e tombada e passa a ser preservada, e manipulação por grupos sociais que tem um poder social e de posses, poder, que as mantem a disposição de poucos. Um bom exemplo e um museu que tem que pagar entrada, e vale ressaltar que não acessível a todos. Já tem as manifestações culturais que não estão tombadas e que correm o risco de se perderem pelo abandono de seus elementos culturais que vão se perdendo ao longo do tempo e que deixam de ser preservadas e muitas vezes chegam a cair no esquecimento da comunidade local, assim chegando ao seu fim, outro exemplo de manifestação cultural que esta se perdendo pode ser citada a burrinha de seu Genésio, que ocorre em Afogados da Ingazeira, manifestação que ocorre no carnaval em que se concite em um grupo de pessoas saírem na rua pedindo dinheiro, aonde cada um sai tocando um instrumento e uma pessoa sai vestida em uma roupa imita o corpo de uma burrinha ou égua e que faz ele parecer que esta montado em uma burrinha, na cidade de Afogados da Ingazeira só ele faz essa manifestação.

Já o patrimônio ambiental e o que menos se fala, pois ele muitas vezes se torna reservas ambientais ou um parque na cidade, que e preservado como estava no momento do seu tombamento ou se torna fonte de matéria prima para as outras formas de cultura, o que os mantem em constante manutenção. Na área do ambiental, esse tombamento ocorre por meio da criação de áreas de preservação ambiental, já que esse abrange as questões que envolvem campos, serrados, lagos e outros.

Entre esses tipos de patrimônios, o grande impasse na questão de preservação fica com o patrimônio imaterial. O mais “difícil” é como preservar os patrimônios imateriais, como não são tangíveis, não podem ser tocados e não tem “corpo”, forma, como os manter sem alteração, como fala Leticia Vianna, o patrimônio imaterial é passado de geração em geração e cada um põe um pouco de suas características e de sua geração e de seu tempo, então como tomar a manifestação cultural que vive passando por modificações constantes, como ocorre com as quadrinhas juninas cada uma tem uma característica distinta.

Depois de vencidos todos esses obstáculos, como trabalhar o tema em sala de aula, aonde os professores são cobrados a toda hora, pela aplicação dos conteúdos estabelecidos pela educação, e pelo bom rendimento na sala de aula.

Como trabalhar com esses termos em sala de aula, que muitas vezes não tem estrutura para as aulas “normais”, dessa forma como faria para trabalhar assuntos mais complexos? Como fazer com que os alunos se interessem por um tema que muitas vezes é visto por eles como algo “chato e sem futuro”. O professor hoje tem que “educar” o aluno e ensina-lo, funções que sobrecarregam o docente e diminui sua credibilidade na sala de aula e seu rendimento, então deve ser repensada a metodologia de ensino, o tema patrimônio cultural de forma geral é local e importante, pois é capaz de possibilitar uma formação social e crítica da sociedade, mas principalmente é capaz de formar uma identidade local, única e os diferenciem dos demais, melhorando o rendimento escola mostrando que os fatos ensinados em sala não estão distantes de sua realidade.

Com a implementação de patrimônios culturais, de forma lúdica, objetiva e inclusiva, nas aulas o professor pode apresentar o assunto em questão, o interligando com assunto do livro ou o apresentando com um tema transversal, são temas que podem ser trabalhados sem estarem no currículo de matérias, os interligando com a realidade do aluno com suas manifestações culturais e patrimônios. Um exemplo, trabalhar a influencia da igreja no período medieval, explicar as características do tempo discutido, como e quanto poder que a igreja tinha, sua influencia e significado para a população do período, apresentando esses pontos e os discutindo com a realidade do aluno, trazendo suas influencias para a discussão como exemplo, levando para a sala exemplos da sua realidade como um monumento, uma pessoa símbolo da cidade ou a própria igreja local e sua influência na cidade e na população.

Essa ponte construída entre o conhecimento prévio do aluno com o assunto, teórico, em questão pode ajuda-lo a ter um melhor rendimento na escola e aprender a importância de suas manifestações culturais para sua formação cidadã e de uma identidade única que o permite se destacar dos demais. Essa ligação faz com que os assuntos estudados se tornem menos distantes e mais atrativos.

Ao trabalhar o tema patrimônio de forma transversal, é preciso considerar que cada aluno tem uma identidade cultural parecida, jamais idêntica, pois cada um tem uma influencia distinta em sua criação. E com a tecnologia na sala de aula, ela pode ajudar a incentivar a preservação das culturas populares, por meio da criação de vídeos pelos alunos e de manuais que relatem a suas manifestações culturais com características, modo de execução e finalidade. Os alunos e que iriam fazer as pesquisas e elaborar o produto final das aulas sobre patrimônio, como meio de avaliação.

Agora na hora da execução desse trabalho, o professor deve orientar o aluno sobre o que patrimônio e sua importância para a sociedade como já foi falado no começo do texto. E levar em consideração a realidade e o conhecimento prévio do aluno, lapidando o conhecimento do aluno para que ele chegue a relacionar a sua realidade patrimônio enquanto importância, com a dos demais.

Outro obstáculo é a questão de sensibilizar os alunos sobre a importância da sua identidade cultura, e quando sua cultura forma suas crenças e forma as relações sociais do grupo, é a tentativa de unificação das culturas no país por intermédio dos meios de comunicação, que se consiste em os meios de comunicação incentivar uma única cultura, a apresentar como a menor forma de viver, sem valorizar as culturas mais singulares e em alguns momentos ate desvalorizando as outras culturas.

Muitas vezes os alunos já estão passando pelo processo de unificação de culturas, e todas as manifestações, eventos que tem uma grande participação popular e um significado único para todos, por intermédio dos mesmos, que só mostram uma forma de cultura e de identidade social, que na maioria das vezes apresenta a cultura das grandes capitais, de lugares desenvolvidos, dos grandes centros, e de forma mística e muitas vezes fora do contexto vivido pelo aluno, Telesp quitado, fora de sua realidade.

O que leva os alunos a desvalorizar, cada vez mais sua cultura local e acaba querendo ter e viver a “cultura” apresentada por esses meios e muitos passam a agir como os da TV, substituindo uma forma de “vida” pela outra, procurando reproduzir as suas ações e pensamentos apresentados pela mídia.

Essa interferência das mídias é reforçada pela própria desvalorização das culturas e pela própria comunidade, que muitas vezes acha mais fácil deixar a cultura local de lado que a valorizar e não a deixar “morrer”, pois a preserva necessita de atenção, disponibilidade e vontade da sociedade, sentimentos esses que muitas vezes o grupo deixa de ter por sua cultura. Aham difícil ou sem sentido preservar suas manifestações culturais, pois elas requerem uma atenção extra de seus organizadores e participantes, de cuidados e manutenção.

Geralmente as pessoas que cuidam dos patrimônios sem tombamento, não recebem ajuda do governo ou de pessoas com posses, o que os levam a passar dificuldades para manter o imóvel, a obra de arte, a festa, a celebração e etc., dificuldades essas que acarretam a perda dessas manifestações culturais ou como já foi dito, quando a elite toma de conta e deixa os “pobre” sem acesso, hoje são poucos os alunos de escolas públicas e que estavam localizadas em cidade de pequeno porte, que já tenha ido em um museu ou saibam o que é patrimônio, e sua importância. Nesse momento e que entra a escola como formadora de opinião, que pode permitir que tenha contado com pelo menos a parte teórica do tema apresenta nesse texto.

A escola deve ser um local de preservação da cultura e de conscientização de seu valor, como forma de concepção de uma identidade, deve formar cidadãos ativos, o professor pode trabalhar o tema de forma dinâmica, interligando as diferentes culturas existentes no país, com a local. Criando uma ponte entre a realidade do aluno com o tema trabalhado em sala de aula, o Currículo, estimulando a preservar sua cultura e colocar, apontar a escola como meio fundamental para essa ação, aproximando a escola da comunidade.

A preservação da cultura, dos patrimônios, deve ser feita em conjunto e não por uma única pessoa ou órgão, por meio de projetos na escola, com ou sem apoio de governo local, projeto esse que possa abraçar a comunidade e assim trazendo para a escola, fazendo com que ela participe ativamente do projeto assim ajudando a melhorar a relação da comunidade com a escola e com a sua cultura, assim havendo uma conscientização da importância da cultura tanto dos alunos como da comunidade em geral. A cultura local é a identidade de um povo e deve ser preservada, é incentivar a sua manutenção, e a escola é uma forte ferramenta dessas ações e o professor é o principal meio de realização desses objetivos.

A escola e o professor podem ser agentes motivadores para estimular a comunidade a valorizar e preservar a sua cultura, da Identidade e assim a aproximar aproximando a escola da cultura da comunidade que está inserida, valorizando e fortalecendo sua identidade cultural.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

VIANNA, Leticia. **Patrimônio imaterial**: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes das Culturas Populares.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais**: Base para novas políticas de patrimônio.

\_\_\_\_\_. **Para além da pedra e cal**: por uma concepção ampla de patrimônio cultural.

AGUINAGA, Karyn Ferreira Souza. **Proteção do patrimônio cultural imaterial e os conhecimentos tradicionais.**

# CONHECER PARA PRESERVAR: A COMUNIDADE E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA, AL

*Rute Barbosa  
Danúbia Rodrigues*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar e discutir as ações de “Educação Patrimonial” que estão sendo realizadas no âmbito da pesquisa arqueológica desenvolvida no município de Limoeiro de Anadia, onde estão sendo escavados dois sítios indígenas relacionados à tradição arqueológica Aratu<sup>827</sup>: Os sítios Baixa das Flores e Chã de Cajazeiras. O principal objetivo destas ações é promover a ampla divulgação do patrimônio arqueológico ali presente e realizar um diálogo entre a pesquisa acadêmica e o saber popular.

A importância de trabalhar o patrimônio arqueológico junto à comunidade, durante o desenvolvimento da pesquisa arqueológica, estimula o estreitamento da relação desta com suas heranças culturais. Neste sentido, segundo Ayala, Avendano e Cárdenas (2003), a educação patrimonial pode ser utilizada como ferramenta de ensino e valorização do patrimônio cultural local legitimando saberes e experiências dos membros da comunidade.

Nesta pesquisa, tem sido utilizada a proposição feita por Freire (2002), onde se busca a construção do conhecimento baseado em um diálogo multipolar permanente entre todos os intervenientes no processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, as ações de educação patrimonial, no município supracitado, não foram realizadas de maneira hierárquica, onde pesquisadores são detentores do conhecimento a ser ensinado. Ao invés disso, como Falkner (2000, *apud* FAGUNDES, TAMEIRÃO e LIMA, 2011) sugere, foi desenvolvida uma educação patrimonial de “baixo para cima”, trabalhando as percepções sobre o patrimônio e arqueologia que os indivíduos possuem, trocando experiências, divulgando o conhecimento científico e construindo diálogos entre a sociedade e seus patrimônios.

Por fim, buscou-se desenvolver um sentimento de pertencimento, que praticamente não havia, entre a comunidade e os bens culturais, afim de que houvesse valorização, respeito e, principalmente, a preservação do patrimônio arqueológico (FAGUNDES, TAMEIRÃO e LIMA, 2011).

## CONTEXTUALIZANDO A ÁREA DE PESQUISA

A iniciativa das pesquisas no município de Limoeiro de Anadia partiu da Superintendência Estadual do IPHAN em Alagoas, que disponibilizou recursos para

---

<sup>827</sup> [1] Esta tradição é definida, ao menos em linhas gerais, pela sua tecnologia relacionada a recipientes cerâmicos, particularmente urnas funerárias, bem como a padronização de suas aldeias e contexto funerário bem demarcado (ALLEN, 2010; FERNANDES, 2011). De acordo Fernandes (2011: 4), “tais grupos indígenas produtores dessa cultura material não foram contatados pelo elemento colonizador, tendo se extinguido ou se transformado muito antes” e até o momento, não há informações contundentes e bem detalhadas que indique contemporaneidade entre ambos.

viabilizar os estudos arqueológicos sobre grupos indígenas que no passado habitaram a região.

O sítio arqueológico Baixa das Flores, primeiro a ser sistematicamente estudado, foi identificado através da proprietária do terreno, que encontrou vasilhames cerâmicos, enquanto realizava terraplanagem para construção da sua residência. Assim, a mesma paralisou a obra da construção de sua casa, impedindo que os vestígios arqueológicos fossem destruídos e comunicou ao IPHAN, demonstrando grande interesse pela história e preservação do patrimônio arqueológico. O segundo sítio estudado, Chã de Cajazeiras, é conhecido desde o século XIX por apresentar uma grande quantidade de artefatos arqueológicos em superfície e subsuperfície que o denominou localmente de *Chã de Cacos*.

Desde o século XIX, a região onde está localizado atualmente o município de Limoeiro de Anadia, é citada nos registros escritos pela grande incidência de vestígios arqueológicos. Diversos relatos, partir de 1870, podem ser encontrados nos anais Instituto Geográfico e Histórico Alagoano - IGHAL, onde é relatado achados referentes a bens arqueológicos na região.

Nos relatórios produzidos entre os anos de 1873 e 1874, o senhor João Francisco Dias Cabral, secretário perpétuo à época do IGHAL, faz esclarecimentos sobre as jazidas indígenas situadas no sítio Taquara, região próxima do município de Limoeiro. Ele descreveu que foi aberta uma grande parte de mata virgem para a instalação de uma propriedade rural e mediante a exploração agrícola do solo, foi descoberto a presença de ossadas indígenas, junto com pequenos objetos de ornato de pescoço:

*A forma grande e cônica se parece com jarras antigas de nossas olarias, oferecendo da base ao ápice e de diâmetro 3 palmos e meio, é a igaçaba ou urna funerária ; a pequena parecendo ter de altura dois palmos, constituindo a tampa da forma grande e ambas se adaptam pelas bocas, indo as beiras da tampa repousar na grande circunferência da urna, meio palmo além da abertura. Ambos os vasos são de argila e sem labores (CABRAL, 1874).*

Atualmente, com as eventuais “descobertas” de vestígios arqueológicos pelos moradores locais, estes artefatos ocupam um espaço privilegiado no imaginário da população. O levantamento oral, realizado nas comunidades próximas aos sítios arqueológicos, Baixa das Flores e Chã de Cajazeiras, demonstra que a figura do indígena ainda se encontra presente na memória coletiva dos habitantes daquela zona rural, que se reflete nas histórias, lendas e mitos passados de geração a geração e fazem parte da sabedoria local.

Os depoimentos dos moradores foram de fundamental importância para a compreensão de como o registro arqueológico estavam inseridos no imaginário da comunidade. Como enfatizou Portelli (2007) a evidência oral transforma os objetos em sujeitos e nesta perspectiva podemos trabalhar a valorização do patrimônio cultural material, associado-o a memória e as lembranças presentes na comunidade.

## **CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

A ideia de *patrimônio* surgiu com a revolução Francesa e estave atrelada, naquele período, há uma concepção de passado, como garantia de uma continuação de determinada cultura (COSTA, 2004; JORGE, 2000: 20). Portanto, o *patrimônio*, antes considerado um bem privado, tornou-se um bem comum. Ao longo dos séculos, novos

valores foram incorporados e o conceito foi tomando o significado que compreendemos atualmente. Para Santos (1996 apud STUDART, 2011:33), as construções sobre o conceito de patrimônio, utilizado atualmente, não podem ser entendidas somente como reflexo das ações somadas de diversos agentes no processo de transformação da ideia, e sim, como o resultado de invenções discursivas previamente formuladas e com o propósito de formar uma consciência histórico-cultural definida.

No Brasil, o entendimento de patrimônio englobando os bens arqueológicos veio por intermédio do Decreto-lei nº 25/37, conhecido como lei do tombamento, foi o primeiro dispositivo de normatização que trouxe de forma expressa a proteção ao patrimônio arqueológico, criando o Livro do Tombo Arqueológico. Este decreto auxiliou por considerável lapso temporal a proteção do patrimônio arqueológico, beneficiando-se da vaga conceituação jurídica sobre o que seria o patrimônio arqueológico.

A arqueologia passou a ser tratada de forma expressa nas cartas constitucionais a partir da Constituição Federal de 1967, em seu artigo 172, parágrafo único, que tratou deste patrimônio sob a perspectiva de um bem com proteção especial, mas sem trazer à Carta as inovações da lei 3924/61. Com o objetivo de aperfeiçoar a proteção ao patrimônio arqueológico, foram editadas a portaria 7/88, pela antiga SPHAN, e a Portaria 230/02 pelo IPHAN, que visam a regulamentação dos procedimentos de proteção e pesquisa dos bens arqueológicos.

De acordo com Vitor Oliveira Jorge, a arqueologia é, antes de tudo, uma ciência social, que visa, a partir da análise das materialidades que nos rodeiam, contribuir para o conhecimento da história do homem. Ainda segundo o mesmo, há muito tempo a arqueologia deixou de lado sua matriz inicial que a remetia apenas a uma disciplina de “estudos de antiguidades”, e assumiu o papel de uma ciência social que buscou estudar “a totalidade do espaço e do tempo histórico, até a atualidade.” (JORGE, 2000:11).

Ainda segundo Jorge (2000: 99) a arqueologia está ao serviço de uma história onde entram todos os gestos, todos os homens, todas as experiências que foram silenciadas ou de que não ficou outro registro que não as suas consequências materiais. Desse modo, a arqueologia tem o poder de fazer uma aproximação entre as culturas passadas e o povo.

Por isso, os bens arqueológicos são considerados patrimônio da União e devem estar acessíveis a toda sociedade. É sob este aspecto que a educação patrimonial apresenta sua importância, pois propõe uma forma dinâmica e criativa da comunidade se relacionar com o patrimônio cultural arqueológico de sua região e ampliar o entendimento dos vários aspectos que o constitui, considerando que isso tem a ver com formação de cidadania, identidade cultural, memória.

Os fundamentos da educação patrimonial se baseiam nos conceitos de patrimônio e cidadania, gerando o debate sobre a importância do direito a memória. Podemos definir a educação patrimonial como o ensino centrado nos bens culturais, como a metodologia que toma estes bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica; que considera os bens culturais como fonte primária de ensino. No caso da pesquisa em questão, os bens arqueológicos.

As atividades de educação patrimonial estão sendo realizadas concomitantemente à pesquisa arqueológica nos sítios Baixa das Flores e Chã de Cajazeiras. Espera-se que estas ações possibilitem aos indivíduos uma reflexão acerca do mundo que os rodeia, levando-os à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que estão inseridos. De acordo com Jorge:

*Ter consciência arqueológica é olhar para o espaço que nos rodeia como um conjunto de materialidades significantes, as quais são apenas parcialmente visíveis ou óbvias, quando não passam de todo despercebidas. (...) Isto é, a consciência de que o passado não é algo morto, mas uma herança que não só nos rodeia, como nos moldou, e pode ser visto como plataforma de futuro se o utilizarmos como um elemento sugestionador de soluções modernas. (...) Esta forma de cultura pode desenvolver-se em todas as pessoas – e constitui uma consciência muito importante na vida quotidiana, que deve ser o mais possível partilhada pelos cidadãos. (JORGE, 2000: 97-98).*

Para Horta, este processo pode levar ao reforço da autoestima dos indivíduos e das comunidades, e à valorização da cultura compreendida como múltipla e plural (HORTA, 1999). Lopes (2006), afirma que o diálogo permanente, que está implícito neste processo educacional, estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização destes bens.

As atividades desenvolvidas no município de Limoeiro de Anadia estão tendo como público alvo, estudantes e professores, os gestores públicos (secretários de educação e cultura) e a comunidade residente nas áreas próximas aos sítios arqueológicos.

#### **DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

##### *A Arqueologia nas escolas:*

Foi realizado no município de Limoeiro de Anadia o encontro com os gestores da rede municipal de educação. O objetivo foi apresentar de que forma a pesquisa arqueológica seria desenvolvida na região e como esta poderia contribuir para o conhecimento das populações indígenas que habitaram o território do município. Este primeiro encontro contou com a presença de professores que trabalham nas secretarias de educação e cultura do município, onde foram expostos as atividades pretendidas que estão sendo desenvolvidas concomitantemente com os trabalhos de campo na cidade de Limoeiro de Anadia.

Este encontro proporcionou informações sobre a conjuntura educacional do município, como número de escolas, alunos, turnos e séries oferecidas. Foi a partir destes dados que se tornou possível a elaboração de um quadro de atividades educacionais específicas para idades determinadas, dos alunos.

Assim, foram realizadas palestras na Escola Estadual Francisco Domingues e Escola Municipal Padre Max Ferreira Barbosa para alunos e professores de todas as séries do ensino fundamental, informando a presença de uma equipe de Arqueologia com o interesse em responder as dúvidas existentes pela comunidade de modo geral, sobre a pesquisa realizada no Sítio Baixa das Flores e Chã de Cajazeiras, localizado na zona rural do município.

Nas palestras ministradas, foram apresentados os conceitos básicos sobre Cultura, Patrimônio Cultural, História e Arqueologia, com o objetivo de elucidar a comunidade escolar sobre a importância da pesquisa arqueológica realizada nos sítios arqueológicos supracitados e o Patrimônio Cultural e Arqueológico ali encontrado.

Durante a palestra, foi enfatizado a metodologia da pesquisa arqueológica e as informações sobre os grupos indígenas que os artefatos e um contexto estratigráfico



bem preservado poderiam fornecer. Também foi ressaltado a importância e o valor cultural e histórico dos vestígios.

Para uma melhor compreensão acerca das informações expostas em sala de aula, foram organizadas visitas guiadas dos alunos à campo realizadas ao final das palestras. Uma turma de alunos se deslocava até o sítio arqueológico, onde os membros da equipe de arqueologia realizavam apresentações. Estas visitas tiveram por objetivo apresentar na prática como se dava o trabalho de campo e possibilitar que os alunos tivessem um contato direto com os vestígios arqueológicos ali encontrado.

Em um primeiro momento em campo foram apresentadas algumas definições relacionadas aos artefatos que estavam sendo encontrados durante a escavação, por exemplo, o que se constituía um artefato lítico e um artefato cerâmico e o que ambos representavam para os grupos indígenas. Em relação aos artefatos relacionados à prática funerária os alunos puderam acompanhar estas urnas ainda em processo de escavação. Tal fato possibilitou demonstrar de que modo às urnas estavam sendo acondicionadas para a posterior escavação em laboratório. Ainda em campo foi organizada uma pequena exposição com os artefatos que haviam sido encontrados durante a escavação. Além disso, também foram apresentados os objetos que auxiliam o trabalho arqueológico e suas respectivas funções.

#### *Elaboração de material didático*

Percebendo que os livros didáticos adotados nas escolas do município abordam uma história totalizante onde os assuntos indígenas são trabalhados de maneira superficial, foi desenvolvida uma cartilha voltada para o público infantil.

A cartilha possui textos curtos e objetivos. Os desenhos foram feitos para que pudessem ser coloridos. São reforçados ao longo da cartilha os modos de vidas dos grupos indígenas, a cultura material deixada por eles e como ela é encontrada e estudada pela disciplina de arqueologia. É enfatizada a necessidade de preservação deste bem não renovável, que fornece elementos preciosos para compreensão dos grupos que habitaram a região no passado.

Espera-se, que este material colabore no processo e aprendizado dos alunos das escolas municipais e estaduais, fazendo-os portadores e difusores deste conhecimento, para que, assim, o registro arqueológico seja preservado e possa, cada vez mais, ser colaborador na construção da história local.

#### *A comunidade local e o Patrimônio Arqueológico*

A presença dos moradores residentes próximos ao sítio foi constante no período em que estavam sendo realizadas as atividades de campo. O contato da equipe com os moradores, que aconteceu antes e durante os trabalhos de campo, propiciou um amplo diálogo de troca de conhecimento, que foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica.

As visitas da comunidade a campo tornou possível a interação destas com as etapas da pesquisa arqueológica, sobretudo, no processo de escavação. Isto aconteceu por meio de um diálogo permanente, que tinha como objetivo esclarecer acerca da metodologia do trabalho arqueológico, os objetivos e as interpretações oriundas daquele contexto. No início da pesquisa foi muito comum no povoado Seusoubera, onde está localizado o sítio Baixa das Flores, a ideia de que dentro das “jarras” (urnas funerárias ligadas à tradição arqueológica Aratu, encontradas por diversos moradores do povoado), existia ouro ou mesmo pedras preciosas. Através de diálogos desenvolvidos ao longo

das escavações, buscamos desmistificar a ciência arqueológica, apresentando para a população a importância da preservação deste patrimônio.

O levantamento oral também criou situações de diálogo e troca de experiências muito importantes para a interpretação dos resultados da pesquisa arqueológica. Pois, na memória coletiva da comunidade ainda estão presente às histórias contadas pelos mais velhos sobre índios que habitaram a região no passado. Nas narrativas dos moradores é possível observar como os artefatos arqueológicos fazem parte do cotidiano, alguns mencionam que desde criança era comum encontrar grandes “jarras” nos arredores de suas casas.

A partir destas conversas tentamos trabalhar o sentimento de pertencimento da comunidade em relação ao patrimônio arqueológico, para que assim, como já fora frisado anteriormente, os bens arqueológicos possam ser preservados e utilizados pelas gerações futuras na construção e fortalecimento de identidades.

### **Considerações Finais**

A necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas e na comunidade de Limoeiro de Anadia tem contribuído para fortalecer a relação dos indivíduos com as heranças culturais deixadas pelos povos indígenas.

É importante considerar, que as ações patrimoniais, mencionadas anteriormente, vem contribuindo neste município na formação de professores e estudantes, tornando esses sujeitos ativos, conscientes e atentos com seu entorno, “no mundo e com o mundo” e exercendo de fato sua cidadania.

Apesar de parciais, os resultados tem demonstrado que o discurso em relação ao patrimônio arqueológico no município tem mudado. A história indígena tem sido mais debatida no meio educacional e pensamentos pejorativos a respeito destes aos poucos estão sendo diluídos. Espera-se que com a continuidade destas ações, associadas aos resultados das pesquisas arqueológicas na região, possam contribuir cada vez mais com uma história plural, democrática e social.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

ALLEN, Scott *et al.* **Estudos Arqueológicos nos Municípios de Anadia, Arapiraca e Penedo.** Relatório Final, Maceió, 201

AYALA, Patrícia; AVENDANO, Sérgio; CÁRDENAS, Ulisses. Vinculaciones entre una arqueología social y la comunidade indígena de Ollague (Región de Antofagasta, Chile). *In: Chungara, Revista de Antropología Chilena.* Vol. 35, nº 2, pp. 275-285, 2003.

BRANDÃO, Alfredo. **A Escripção da Pré-História do Brasil. Com um Apêndice sobre a pré-história de Alagoas.** Rio de Janeiro: Ed. Bibliotheca de Divulgação Científica, 1937.

CABRAL, João Francisco Dias. **Revista do IAGA** nº6, 1874.

COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir. *In: Revista Habitus, Goiana,* v.2, p. 333-360, 2004.

FAGUNDES, Marcelo; TAMEIRÃO, Jardeson; LIMA, Patrícia. Projeto Arqueologia e Comunidades no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil. *In: Tarairiú, Revista eletrônica da UFPB.* Vol. 1, nº 3, ano II, pp. 26-40. Setembro-Outubro de 2011.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham. **As Laminas de Machado Lascas Aratu de Piragiba – BA**. Tese de Doutorado ao programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFBA, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial. 1999.

JORGE, Vitor Oliveira. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2000.

PORTELLI, Alessandro. O Que Faz A História Oral Diferente. *In: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História*, n.º 14, São Paulo. 1997.

STUDART, Vítor, M. **A Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico: problemas de efetividade e as possibilidades de aperfeiçoamento no estado do Ceará**. Monografia apresentada ao Curso de Direito da Faculdade Christus como requisito parcial necessário à obtenção do grau de bacharel em Direito. 2011.

**BALANGANDÃS:  
A MUTAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO MATERIAL A OBJETO  
MERCADOLÓGICO OU *SOUVENIR***

*Sura Souza Carmo*

**Introdução**

Os balangandãs é uma joia em formato de penca, composto por um conjunto de amuletos que adornavam a cintura das crioulas baianas do final do século XVII e XIX. Conhecido por sua exotividade e alto poder simbólico, eram produzidos, a sua grande maioria, em prata, podendo ser visualizados na maior coleção desta tipologia de objetos que se encontra no Museu Carlos Costa Pinto, Salvador, Bahia. Entretanto, é crescente o número de balangandãs produzidos e comercializados em Salvador, Mercado Modelo e Pelourinho, relacionados, não à perpetuação ao longo dos séculos do objeto de forma natural, à utilização da cultura afro-descendente para aquecimento de uma economia decadente, da qual, a partir dos anos 50, o turismo tornou-se tábua de salvação.

Os balangandãs, pelo seu caráter de historicidade e raridade, são considerados patrimônio baiano, visto o seu poder simbólico de representação de uma sociedade escravocrata, em que negros poderiam ostentar ornatos luxuosos. Dentre os objetos em exposição nos museus baianos, os balangandãs tornam-se os de maior notoriedade por não haver outra coleção com esta quantidade de objetos, lembrando que o acervo ainda é composto por outras tipologias de joias de crioulas.

Os balangandãs eram ao mesmo tempo ornato e peça mística e sua historicidade tem ainda alguns aspectos pouco esclarecidos. Sua confecção e uso na Bahia escravocrata estavam relacionados a um presente recebido pelas escravas do seu senhor ou, segundo outros autores e populares, a joia servia de caderneta de poupança portátil, visto a impossibilidade de escravos e recém-alforriados possuírem bens. Confeccionadas por ourives de descendência afro, as peças eram produzidas sob encomenda e possuíam a devoção da sua proprietária (o que garantia o seu caráter de peça única).

**A valorização da cultura negra e a produção de balangandãs na atualidade**

A comercialização das joias de crioulas na atualidade está inserida no deslumbramento com a diferença e com étnico, sendo um dos objetos de grande procura após a política nacional de valorização da cultura negra a partir dos anos 50. Em *O poder da cultura e a cultura no poder*, Santos (2005) apresenta-nos as posturas do governo federal, iniciadas nos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, relativo ao local do negro na construção da identidade nacional e relações com a África. O Brasil, através da veiculação da ausência de preconceito racial, aproxima-se dos países africanos no intuito de fortalecer o vínculo econômico a partir de características culturais em comum. No âmbito local, a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, é uma das primeiras medidas para aproximar a Bahia e a África. Para Santos (2005, p.54), a partir dos anos sessenta as políticas oficiais gradativamente passaram a “incorporar algumas manifestações negras e dar-lhes sentidos de autenticidade da nossa brasilidade”, como ocorreu com o samba. Ortiz (1994) também apresenta a ascensão da

cultura negra, antes considerada imprópria aos preceitos de sociedade que o Brasil sonhava alcançar, através de medidas governamentais de valorização da cultura popular.

As políticas de valorização da cultura negra não se limitaram aos órgãos e autarquias federais. Em Salvador, nos anos cinquenta, criou-se a Diretoria Municipal de Turismo para construir a imagem da cidade, sendo oferecidos cursos aos guias em que a cultura, em especial a negra, ganhou logo destaque (GUERREIRO, p.8). Dentro deste período foram eleitos alguns símbolos da baianidade, sendo eles o candomblé, a capoeira e a culinária (SANTOS, 2005, p.56), elevados à categoria de patrimônio nacional. Para Guerreiro “é cada vez maior o número de cidades que apostam nas particularidades culturais para promover seus produtos no mercado do turismo”, cabendo à esfera política selecionar os símbolos do lugar.

A criação do CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais, que preconizava o intercâmbio de africanos em Salvador e ensino de iorubá aos representantes de terreiros de candomblé soteropolitanos, foi o primeiro passo para o estreitamento das relações com os vizinhos de além-mar e valorização da cultura negra no Estado da Bahia (SANTOS, 2005, p.28).

Vale salientar, todavia, que criação de órgãos nas diversas esferas políticas ocorre posteriormente e em decorrência, em alguns casos, de associações negras independentes. De caráter cívico, educacional, cultural ou recreativo as associações do crescente movimento negro exerceram papel fundamental na conscientização racial das populações de ascendência africana (GONÇALVES e SILVA, 2000, p.138-139). Domingues (2007) discorre sobre as diversas agremiações fundadas em todo país, muitas delas com sucursais, sendo a educação e a valorização da cultura os principais pontos em comum. Estas associações são, em sua grande maioria, fechadas durante o Estado Novo e algumas, retomam as atividades nos anos 50. O governo, vendo a crescente mobilização dos grupos negros e a valorização pela intelectualidade, não deixa a oportunidade fugir das mãos para alavancar as relações diplomáticas do país com a África e posteriormente, do turismo cultural.

Avançando algumas décadas, a partir dos anos 90 do século passado, o governo do Estado da Bahia cria um Plano Estratégico para o desenvolvimento econômico pautado na percepção e apropriação do processo social em curso, isto é, a hospitalidade baiana – o homem cordial de *Raízes do Brasil* (HOLLANDA, 1995) –, as raízes histórico-culturais, o patrimônio histórico e natural e como principal vetor a cultura afrodescendente. O ponto chave da afirmação de uma identidade afrodescendente voltada para a atividade turística foi à reforma do Centro Histórico de Salvador. Para reforçar, os veículos de comunicação de massa local pertenciam ao mesmo grupo político, e a disseminação da baianidade como projeto de afirmação da identidade baiana a partir signos da cultura afrodescendente ocorreu de maneira fácil.

As ações ocorridas na Bahia no decorrer do século XX estão em consonância com o pensamento de Rubim (2007), que relaciona a criação do estado-nação moderno a aproximação do estado com a cultura, por conta do “declínio da religiosidade como eixo de legitimação da política”, vinculado ao estado laico. Para o autor, a politização da cultura ocorre por conta de dois movimentos diferentes: “a necessidade de legitimidade secular e a busca de hegemonia no lugar da estrita dominação”. A cultura passa a legitimar qualquer ação governamental. Para Santos (2005, p.86) o patrimônio arquitetônico do centro histórico não seria suficiente para propagar a cultura baiana, sendo observados a partir de 1971/74 os elementos africanos como definidores de uma política cultural e política.

Canclini (2001, p.346-347), entretanto, em uma pergunta, nos aponta que o poder não é exercido apenas de cima para baixo, pois as “relações se entrelaçam umas com as

outras”, portanto, tendo a seleção dos símbolos da baianidade para alimentar a nascente indústria turística, há a participação de ambos os lados, povo e poder. Para o autor, “como discernir onde acaba o poder étnico e onde começa o familiar ou as fronteiras entre o poder político e econômico?”. Dessa maneira, o desenvolvimento do simbólico não tem fronteiras bem demarcadas uma vez que o hibridismo expande as relações da cultura com o seu território e transpõe barreiras impostas por relações políticas.

A comercialização das joias de crioulas em maior escala, em especial os balangandãs, data dos anos cinquenta. A procura de lembranças da Bahia faz do Mercado Modelo a principal vitrine da cultura baiana. Fitas do Bonfim, patuás, colares de conta e balangandãs, antes consumidos apenas por inseridos no candomblé ou pela comunidade, passam a ser produzidos em larga escala por conta da grande procura por turistas. Na busca por símbolos que representem as particularidades da cultura baiana, moldaram-se os signos à vontade do mercado, modificando sentidos e agregando outros que convinham.

Inicialmente vinculada ao turismo e lembrança da Bahia e comercializadas em locais freqüentados preferencialmente por turistas, posteriormente, as joias de crioulas e símbolos da baianidade invadem lojas e galerias de luxo. Pertencem a moda étnica que é introduzida pelo movimento hippie que não mais nos abandona e do predomínio das “jóias de imitação” (GOLA, 2008). Alguns designers de joias passam a produzir joias de crioulas antes comercializadas apenas por ourives relacionados aos antigos laços da escravidão e os *souvenirs*, por outros artesãos, para turistas. Gerson’s Joalheiros é o pioneiro produzindo, há cerca de cinquenta anos, balangandãs muito próximos dos originais, seguido por Carlos Rodeiro, Kelba Deluxe e Nádia Taquary, nos últimos dez anos, manipulando os símbolos de acordo com as exigências do mercado e oferecendo peças inspiradas nos balangandãs, nos mais diversos formatos, os ávidos de “cultura baiana” e que querem uma peça sofisticada. A produção e reprodução destas peças de alto valor agregado nos últimos anos, insere-se na cultura do kitsch que segundo Sêga (2008), passa a ser *Cult*, afinal consumir tal objeto demanda conhecimento de uma determinada cultura.

O turismo étnico na Bahia, realizado principalmente por estudiosos e curiosos do hibridismo da sociedade baiana aliado ao marketing de artistas baianos que exaltavam as belezas e a cultura da região, fortaleceu a curiosidade e cobiça por objetos referentes à cultura baiana. Mais tarde, o marketing publicitário, envolvido principalmente na veiculação do Carnaval e Lavagem do Bonfim, fez da busca pelos símbolos da baianidade moda. Apoiado num processo de conscientização da herança africana, amparada pelos órgãos gestores do município, para Factum (2009) “se abre um grande espaço para elaboração de produtos cujo design tem em sua concepção referências africanas”. Quem visita a Bahia passa a encontrar objetos, principalmente vestuário e adornos, que remetam através de cores e texturas a cultura africana na local e suas hibridações, e objetos cópias daqueles aclamados como símbolos desta cultura.

Nessa perspectiva, ocorre à transitoriedade dos símbolos favorecendo a vários interesses, sobretudo o comercial, Lody (2005), caracteriza a produção seriada e cópia de objetos artísticos étnicos de alto valor simbólico de arte destribalizada, que ao produzir uma cópia do signo não segue rigorosamente o modelo étnico, mas do *souvenir*. Aos objetos que seguem uma estética étnica cabe, segundo o autor, a venda em “lojas de aeroporto, lojas de departamentos para decoração de ambientes, joalherias, lojas de hotéis”, configurando a representatividade do local visitado seguindo uma estética que agrada o consumidor. Sua condição de objeto representativo de uma cultura cabe aos usuários e apreciadores deter “a posse dos códigos e traduções dos significados

originais dos objetos” (2005, p.280). Para realizar a função de *souvenir* o objeto precisa ser reconhecido.

### **Balangandãs: de patrimônio cultural ao Kitsch**

A partir de 1830, na França, começa-se a valorização do patrimônio histórico e artístico nacional pela criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais que visa a salvaguarda destes bens. O Brasil, um século posterior, passa também a valorizar os seus monumentos históricos. Se, na França, são eleitos os monumentos góticos como símbolos nacionais, o Brasil, um país bem mais jovem, valoriza a arquitetura colonial, sobretudo o barroco e o rococó mineiro.

É criado no Brasil para a realização desta salvaguarda o SPHAN – Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – que, sob a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, valorizou apenas o patrimônio de pedra e cal, ou seja, as grandes edificações civis e religiosas do período colonial. Foi a partir da gestão de Aloísio Magalhães, que o então, IPHAN, voltou os olhos para a cultura popular, questões identitárias e memória.

Contudo, antes do tombamento para bens tangíveis e do registro para bens intangíveis, a questão relacionada ao patrimônio eleito como representativo de um determinado grupo deve ser pensada em como ocorrem os processos e as vivências desse patrimônio, sobretudo se ainda permanece com o uso original pela comunidade, se possui alguma funcionalidade ou se não mais representativo para a mesma. Estas ações, na sua grande maioria, são tomadas pelos órgãos competentes (no caso da Bahia, IPHAN, IPAC e Secretária de Cultura do Estado) sem a consulta prévia dos atores sociais envolvidos. A respeito da criação do IPHAN Cristiane Gonçalves (2007,p.23) afirma que

*O início da institucionalização da defesa do patrimônio cultural, no caso brasileiro, partiu de pioneiras e esparsas iniciativas do Estado, alcançando o momento em que, motivadas pela conjuntura artística, cultural e política do país, estas ações passaram a ter uma perspectiva única e singular, fator decisivo para a criação do primeiro órgão federal de defesa do patrimônio cultural do país. (2007, p.23)*

No Brasil, de uma maneira geral, ocorre uma discrepância do que é eleito pelos atores sociais e pelas autoridades responsáveis por gerir o patrimônio, pois pretende-se, num primeiro momento com o tombamento de determinado bem, rentabilidade econômica ao invés do ganho relacionado a relação de pertencimento com o bem tombado ou patrimônio imaterial registrado. Para Cecília Londres Fonseca (2009, p.41)

*Pode-se deduzir que o que denominamos patrimônio constitui um discurso de segundo grau: às funções e significados de determinados bens é acrescentado um valor específico enquanto patrimônio, o que acarreta a ressemantização do bem e leva a alterações no seu sistema de valores. O processo de seleção desses bens é conduzido por agentes autorizados – representantes do Estado, com atribuições definidas – e dentro de categorias fixas, a priori definidas, relacionadas a determinadas disciplinas (arte, história, arqueologia, etnografia, etc). (2009, p.41)*

No caso específico da Bahia, a seleção de determinados bens é realizada pelo estado que elege aquilo que deve ser valorizado, perpetuado e difundido para as gerações futuras pela comunidade, ou seja, através de financiamentos há determinadas práticas culturais, há a indução da promoção de determinados bens culturais. Relativo a esta problemática, Fonseca (2009, p.47), diz que

*Numa perspectiva liberal, cabe à sociedade produzir cultura. Ao Estado, acabe apenas garantir as condições para que esse direito possa ser exercido por todos os cidadãos. Para Norberto Bobbio (1977) essas condições são, basicamente, o reconhecimento e o respeito a valores como a liberdade (...), a verdade (...) e a confiança no diálogo. (p.47)*

Referente à valorização do patrimônio cultural e circulação de bens culturais, uma lei e uma conferência tentam minimizar os efeitos referentes a escolhas e posturas indevidas. A primeira, a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, ocorrida no México em 1982, para Jurema Machado (2009, p.133) “estendeu a cultura além das artes, associando-a à identidade, ao desenvolvimento e à democracia, está representado à altura pelos artigos 215 e 216 da Constituição federal de 1988”. Em especial, a questão da democracia, visa maior liberdade dos atores sociais sobre seus bens. Num segundo momento, a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais de outubro de 2005 visa

*em última instância, legitimar e defender o direito de cada Estado de estabelecer políticas culturais nacionais que apoiem a produção e a circulação dos bens culturais de forma equilibrada, absorvendo os benefícios das trocas culturais, mas não se deixando sucumbir pela onda avassaladora de homogeneização e pela perda de identidade impostas por uma indústria cultural de dimensão global. (Machado, 2009.p.143)*

Discordante da opinião de muitos autores sobre os usos do patrimônio, para Hugues de Varine o patrimônio “é uma mina de produtos existentes ou potenciais”, sendo os balangandãs transformados em *souvenirs* baianos caracterizados por sua qualidade medíocre, “devido a uma produção de massa que visa a um consumo de massa, cuja norma provém da análise da suposta demanda dos turistas” (2012, p.220). Para o autor, o patrimônio deve ser amplamente explorado, contudo, de maneira que seu poder simbólico não seja ridicularizado por uma perpetuação pura e simplesmente comercial. Ainda para Varine, o patrimônio deve trazer uma rentabilidade ao seu proprietário, que se aplica no nosso caso, aos grupos produtores de determinados objetos de grande poder simbólico na Bahia, entretanto, sem se tornar refém das expectativas do mercado.

A denominação arte destribalizada, apresentada por Lody para classificar produção de objetos artísticos de determinados grupos de forma a agradar o consumidor, relaciona-se com a teoria do kitsch apresentada por Moles. Para este autor, o kitsch “é uma mercadoria ordinária (Duden), é uma secreção artística derivada da venda de produtos de uma sociedade em grandes lojas que assim se transformam (...) em templos” (MOLES, 2007, p.10). Para Sêga (2008) considera-se o objeto kitsch se apresentar ao menos uma característica das listadas pela autora: imitação, exagero, ocupação do espaço errado ou perda da função original. A caracterização proposta por Moles para o kitsch é compatível com as joias de crioulas e outros objetos



comercializados como símbolos da cultura baiana no Mercado Modelo e Centro Histórico de Salvador. Cabe ao kitsch, para Molin e Schaefer (2009), através da teoria lingüística emissor – mensagem – receptor, observar respectivamente, a tipologia dos criadores (artesanato, souvenir, *gadget*, lojas de preço único), tipologia da mensagem (sua morfologia) e a tipologia dos receptores (a que público agrada tal tipo de mercadoria). São características do kitsch relacionadas às joias de crioulas a substituição de materiais nobres por materiais comuns e a distorção de tamanhos entre um objeto precursor e sua representação (aumento ou diminuição) de acordo com a vontade do consumidor.

Para Moles (2007, p.64) devem ser atribuídos ao kitsch como “função primária um papel técnico, mas de maneira secundária, como portadores de signos”. As atribuições a respeito da falta de funcionalidade do kitsch giram em torno da supremacia do belo à funcionalidade. Aos objetos que fazem parte do universo kitsch baiano, a função de portadores de signos é facilmente observada, visto que os objetos de grande procura são os de maior carga simbólica – histórica e estética – e conseqüentemente, belos.

Moles (2007, p.25) nos apresenta dois grandes períodos do kitsch, o primeiro “ligado a ascensão da sociedade burguesa (...) construtora de uma arte de viver com a qual vivemos ainda hoje”, e o segundo, o “Neokitsch do consumível, do objeto como produto, da densidade dos elementos transitórios, simbolizada pela emergência do supermercado e do *Prisunic*”. A comercialização de bens simbólicos relacionados à cultura negra na Bahia segue a tendência do segundo período, o neokitsch, ao vender os objetos em grandes prateleiras e balcões, com os preços expostos para serem facilmente consumidos e na maioria dos casos em materiais pouco duráveis.

A aplicabilidade da teoria do kitsch as joias de crioulas produzidas na atualidade podem seguir a metodologia criada por Moles (2007, p.50). Inicialmente deve ser observada a tipologia dos criadores (“recuperação do artesanato, o *souvenir*, o *gadget*, o supermercado e as Lojas Americanas, a superloja”). Num segundo momento, deve ser observada a tipologia das mensagens (“morfologia dos semantemas, dos sintagmas e dos discursos”). Em um terceiro momento, deve ser observada a tipologia dos receptores (“quem gosta do kitsch? quem o consome? quem o compra?”). Para o autor ainda é necessário distinguir três coisas: “a situação kitsch, os atos kitsch e os objetos kitsch, que podem ser sedimentares, transitórios ou permanentes” (MOLES, 2007, p.51).

Molin e Schaefer (2009) nos apresenta a relação existente entre a cultura, o turismo, o artesanato e o kitsch relacionando a uma sustentabilidade econômica. Para as autoras a atividade turística está relacionada intimamente com a produção e comercialização de artesanato uma vez que os adeptos do turismo cultural e étnico querem observar a materialização da cultura. Contudo, assistimos a uma vulgarização destes objetos produzidos em larga escala, que, segundo as autoras, podem ser distorcidos ou substituídos “por imitações que não possuem ligação alguma com a cultura local”, existindo o kitsch bom e o mau. Para as autoras, Moles propõe “implicitamente métodos de se identificar e classificar os elementos kitsch nos objetos, como materiais substitutos e substituídos utilizados nas peças, oposições dialéticas e subdivisões internas”, indicando caminhos para pesquisas como a que está sendo proposta.

A reprodução de objetos artísticos, aplicáveis ao kitsch, foi alvo de discussões na escola frankfuniana alguns anos antes, em especial por Walter Benjamin (1955). Em *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*, escrito em 1936, o autor fala que ao ser reproduzido o objeto perde a sua aura, sua autenticidade, pois não foi confeccionado nas mesmas condições que a original. A reprodução caberia ao cinema e a fotografia,

obras de arte que nascem pela reprodução. As joias de crioulas reproduzidas como lembranças da Bahia ou como artesanatos de luxo inspirados nos poucos exemplares sobreviventes em museus, se inserem no pensamento de Benjamim dos objetos que perdem a aura ao serem reproduzidos, e ao de “indústria cultural”. O termo mercantilização da cultura, utilizado anteriormente no corpo deste trabalho, relaciona-se ao de “indústria cultural”, desenvolvida por Adorno e Horkheimer, de que o capitalismo avança sobre os bens simbólicos, não apenas na sua circulação como também na sua criação.

### Considerações finais

Os balangandãs produzidos na atualidade na Bahia são um grande atrativo para presentear amigos quando de volta de uma viagem à Salvador. Contudo, a produção de um objeto tão peculiar levanta questões pertinentes quanto a utilização do Governo do Estado de determinados símbolos apenas para a atração turística na venda pela exotividade. Muitas vezes esvazia-se, transborda-se ou modifica-se, o poder simbólico de um determinado objeto apenas para fins comerciais.

As pencas de balangandãs não são mais as mesmas, pior, não são mais pencas. Molda-se a cultura à moda de quem irá consumi-la. Lody (1988, p.28) já verificava este tipo de ação no final da década de 1980 quando conclui que

*Os modelos seguem uma visualidade das peças tradicionais, porém apresentando tratamento artesanal sem o esmero dos prateiros e ourives baianos. É produção seriada para atender ao consumo de turistas que encontram na penca um dos símbolos mais fortes do ‘típico baiano’, onde se combinam o berimbau e a boneca vestindo a roupa de baiana. (Lody, 1988, p.28)*

Há maneiras de se vivenciar o patrimônio sem consumi-lo como mercadoria, vivenciando-o e transmitindo-o enquanto herança cultural e não objeto mercadológico.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: ADORNO T. W. *et al.* **Teoria da cultura de massa**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**/Néstor García Canclini; tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. – 4. Ed. 3. Reimpr. – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro e educação: alguns subsídios históricos**. In: MARCON, Frank e SOGBOSSI, Hippolyte Brice. Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03 – São Cristovão: Editora UFS, 2007.
- FACTUM, Ana Beatriz Simon. **Joalheria escrava baiana: a construção histórica do design de jóias brasileiro**. 335f. Tese (Doutorado em Designer e Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FONSECA, Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

- GOLA, Eliane. **A jóia: História e designer**. São Paulo: editora SENAC São Paulo, 2008.
- GONÇALVES, Cristiane Souza. Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975. São Paulo Annablume; FAPESP, 2007.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. Revista Brasileira de Educação: São Paulo, n15, PP.134-158.
- GUERREIRO, Goli. **A cidade imaginada - Salvador sob o olhar do turismo**. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/192>>. Acesso: 11/10/2011
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. **Raízes do Brasil**/Sérgio Buarque de Hollanda.- 26 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LODY, Moles. **Pencas de Balangandãs da Bahia**. Rio de Janeiro; FUNARTE/Instituto nacional do Folclore, 1988.
- LODY, Raul. **O Negro no Museu Brasileiro: construindo identidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MACHADO, Jurema. A UNESCO e o Brasil: **Trajetória de convergências na proteção do patrimônio cultural**. In: Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.
- MOLES, Abraham A. **O Kitsch: a arte da felicidade** /Abraham A. Moles; [tradução Sérgio Miceli].—São Paulo: Perspectiva, 2007.
- MOLIN, Elisiane Dondé Dal; SCHAEFER, Egéria Höeller Borges. **A trama construída entre o turismo e o kitsch através do artesanato e sua sustentabilidade socioeconômica**. III Encontro de Sustentabilidade em Projeto do Vale do Itajaí, abril de 2009.
- ORTIZ, Renato. **Identidade e Cultura Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Cultura, conexão, contemporaneidade**. Revista Comunicação, Mídia e Consumo, vol.3, nº9, 2007. Disponível em <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewArticle/96>
- SANTOS, Jocélio Teles. **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil** [online]. Salvador: EDUFBA, 2005. 264 p. ISBN 85-232-0355-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- SÊGA, Christina Maria Pedrazza. **O kitsch está Cult**. IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008.
- VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Hugues de Varine; trad. Maria de Lourdes Parreira Horta – Porto Alegre: Medianiz, 2012.

**SIMPÓSIO 6 –  
CENÁRIOS,  
EXPERIÊNCIAS e  
NARRATIVAS**

# A UTILIZAÇÃO DAS FONTES MANUSCRITAS DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA EM SALA DE AULA

*Abimael Esdras Carvalho de Moura Lira*

## Introdução

*Três dedos com uma pena na mão é o ofício mais arriscado que tem o governo humano. Quantos delitos se enfeitam com uma penada? Quantos merecimentos se apagam com uma risca? Quantas famas se escurecem com um borrão?*

*Padre Antônio Vieira*

Inicialmente, façamos algumas considerações sobre a proveniência das fontes manuscritas do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, partindo primeiramente da apresentação do ofício de escrivão enquanto responsável pelo legado documental que, hodiernamente, servem aos pesquisadores que se debruçam sobre o período, como vestígios importantíssimos para decifrarmos a realidade política, econômica e social dos tempos coloniais, que resultaram na atual configuração identitária da sociedade brasileira. Nesse sentido, carregadas por um caráter bastante elucidativo, deveras notório, foram às palavras do Padre Antônio Vieira, alocadas intencionalmente na epígrafe deste texto, atentando sobre o suposto “risco” da profissão de escrivão, que de acordo com o Dicionário Raphael Bluteau de 1728:

*Escrivão. O que escreve actos públicos. Official de pena, que ganha a vida com as pontas dos dedos. Scriba, e. Masc. E algumas vezes Tabularius. (Raphael Bluteau, p. 228, 1728)*

Não obstante, a denotação que o dicionário Raphael Bluteau imprime ao ofício de escrivão reduz, significativamente, a amplitude com a qual se revestia, no período colonial, aquele ofício. Pois, tendo em vista a realidade social, bem como os demais condicionantes históricos aos quais a população do referido recorte espacial e temporal, o Brasil Colonial entre os séculos XVI e XIX, estavam submetidos, saber ler e escrever era algo que distinguia e privilegiava um indivíduo em detrimento de uma grande massa de pessoas incultas. Ao expor algumas considerações sobre aquele que era encarregado por registrar “com uma pena na mão” os mais variados gêneros documentais, o escrivão, o grande possibilitador do bom funcionamento da engrenagem administrativa e institucional do Império Ultramarino Português, em diferentes escalas e âmbitos de atuação, é interessante atentarmos para o fato que Padre Antônio Vieira tanto nos chama a atenção, ao colocar em relevo as intencionalidades que norteiam as construções discursivas presentes, nesse caso, na profissão de escrivão, já que se apresentava enquanto um ofício arriscado devido, justamente, às possibilidades que os mesmos tinham de se aproveitarem de suas habilidades para usufruírem ou delatarem, com sua *pena*, certas situações de influência, mas também de resistência a partir de seus erros, de acertos, intencionais no mais das vezes, no que toca as medidas tomadas pelos seus superiores, mas que traduziam lógicas sociais efêmeras ao tempo e ao espaço no qual estavam inseridos, bem como a mentalidade inculcada por tais lógicas.

Porém, curioso é o fato de que o pai do Padre Antônio Vieira, Cristóvão Vieira Ravasco, fora escrivão da Santa Inquisição em Portugal e depois nomeado escrivão do Tribunal da Relação da Bahia, em Salvador. Isto nos remete pensarmos sobre questões

vivenciais que levaram Padre Antônio Vieira a deduzir o pretense perigo da profissão de escrivão. Entretanto, não nos cabe aqui refletirmos sobre a influência da profissão do pai do Padre Antônio Vieira em seus escritos. Mas, como bem constatou Rezende sobre a importância do escrivão:

*[...] O Escrivão [...] eram fundamentais para o funcionamento da instituição, e influíam significativamente no cotidiano institucional. [...] detinha maior conhecimento sobre o cotidiano institucional, devido à natureza de sua função. (REZENDE, p. 12, 2011)*

Em seguida, logo após as explanações feitas sobre o ofício de escrivão, faz-se necessário apresentarmos os produtos da referida profissão, enseja, neste momento, oferecermos à vista o conceito de manuscrito que orienta as discussões e reflexões expostas no presente trabalho, já que o mesmo figura como uma categoria essencial para a compreensão da ideia de fonte histórica e de sua consequente utilização em sala de aula. De acordo com o Dicionário Houaiss, a palavra *manuscrito* quer dizer “que se manuseia; escrito à mão; obra escrita ou copiada à mão [...]”. Porém, o significado etimológico, ainda conforme o dicionário Houaiss, ou seja, a lexicalização do sentido da palavra *manuscrito* remonta ao Latim: “*manu scriptus, de manu (mão), scriptus (escrever)*”, ou seja, “diz-se de ou obra escrita à mão, de mesma origem”.

Assim, atualmente, várias discussões interdisciplinares emergiram em torno da utilização de fontes históricas em sala de aula, quebrando com uma visão cristalizada acerca do uso das mesmas enquanto subsidiárias de uma relação de ensino-aprendizagem mais dinâmica. Digamos mais dinâmica no sentido de que muitos professores consagraram, veementemente, seu emprego, apresentação ou, até mesmo exposição apenas como itens de caráter meramente ilustrativo. Porém, indo de frente com tais atitudes e, levando-se em consideração as propostas de vários autores, alguns professores do curso de graduação em História vêm adotando metodologias de trabalho com as fontes em sala de aula que proporcionam ao alunato a formação de uma consciência crítica e reflexiva, não somente do passado pelo passado, mas que vai muito além, incutindo uma mentalidade, caracteristicamente, reflexiva, como também ativa dentro da sociedade na qual os alunos estão inseridos.

A utilização de fontes históricas em sala de aula, embasadas nas propriedades crítico-reflexivas, vem contribuir, sobremaneira, para o processo formativo dos alunos do curso de graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tanto na modalidade licenciatura quanto na modalidade bacharelado. Assim, as características relativas ao próprio perfil profissional que se quer fomentar nos alunos do curso de graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de acordo com o Projeto Político e Pedagógico do curso é:

*Tanto na pesquisa como no ensino, esse profissional deve ter em mira a percepção da dinâmica do mundo contemporâneo, das diversidades, das tensões sociais, das mudanças e permanências na sociedade, fazendo da História uma disciplina que se liga diretamente à reflexão sobre as identidades sociais [...]. (PPP do Curso de História, p. 37, 2004)*

No texto, é bastante perceptível a ênfase concedida à reflexão como item, indubitavelmente, distintivo do profissional de História, de tal modo os que se dedicam ao ensino propriamente dito, quanto os que se atem a pesquisa. Entretanto, o próprio Projeto Político e Pedagógico do curso de graduação em História nos apresenta uma

dicotomia execrada no que concerne à divisão de modalidades (Licenciatura e Bacharelado) e as habilidades inerentes as suas práticas. Pois, ao Bacharel, cabe a produção de conhecimento de cunho histórico, utilizando-se, para tanto, de um embasamento teórico e metodológico próprios para, em seguida, provir à crítica da fonte.

Já os Licenciados, são habilitados, ainda de acordo com o Projeto Político Pedagógico, a atuar na rede de ensino, quer seja privado, quer seja público em seus mais diferentes níveis.

Porém, o que percebemos é uma desvinculação entre o ser pesquisador e o ser professor, como se o professor não necessitasse da pesquisa para promover aulas mais dinâmicas e interativas, nas quais os alunos possam compreender o verdadeiro sentido da disciplina enquanto ciência. A existência de discussões acaloradas sobre a necessidade de fomentar um senso de pesquisa nos que se dedicam a lecionar história torna-se cada vez mais premente, emergindo como uma questão de caráter mais amplo (ASNDRÉ, 1995; DEMO, 2004, dentre vários outros autores). Assim,

*O trabalho de formação do docente em História, pautado na pesquisa, objetiva, principalmente, a melhoria do ensino da disciplina pelo caminho da instrumentalização do futuro professor sobre as especificidades da pesquisa educacional e os meandros de um cotidiano escola. (AZEVEDO, p. 113, 2012)*

Dessa maneira, como o “fazer histórico” gira em torno de questões que são feitas no presente ao passado, o mesmo varia espacial e temporalmente, conforme os princípios éticos e, portanto, culturais que orientam determinada sociedade. O mesmo também ocorre com a prática pedagógica da disciplina ou ciência Histórica que, como afirma Karnal:

*Ensinar História é uma atividade submetida a duas transformações permanentes: do objeto em si e da ação pedagógica. O objeto em si [...] é transformado pelas mudanças sociais, [...] pelo surgimento de novas documentações e por muitos outros motivos. A ação pedagógica muda porque mudam seus agentes: mudam professores, mudam os alunos [...]. (KARNAL, p. 8-9, 2004)*

Assim, com o objetivo de fomentar um contato efetivo entre os discentes do curso de graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e fontes manuscritas do século XVIII, é que se colocou em prática uma proposta a partir de um projeto mais amplo e intitulado “Manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino e o Rio Grande do Norte: poder e cultura no espaço colonial”; especialmente, a partir da realização de oficinas de transcrição de fontes em sala de aula, provenientes do Projeto Resgate acerca da capitania do Rio Grande do Norte.

O Projeto “Manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino e o Rio Grande do Norte: Poder e Cultura no espaço colonial” tem em vista dar continuidade ao projeto anterior, intitulado de “A sociedade norte-rio-grandense nos documentos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino: Poder e Cultura no espaço colonial” que vem sendo desenvolvido desde o ano de 2012. Assim, o principal objetivo do projeto, conforme visto anteriormente, seriam, de um lado, ofertar aos graduandos do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) um contato direto com as chamadas “fontes primárias”, algo imprescindível, durante o processo de formação não somente de bacharéis, assim como, de licenciandos da referida área. Fomentando um

senso analítico, bastante característico de nosso ofício. Do outro lado, nos proporciona subsídios de caráter multiprofissional, um aspecto requisitado, hodiernamente, para todo e qualquer profissional, independentemente de seu espaço de atuação, já que trabalhamos com a Linguística, com a Cultura, com a Política, enfim com o processo social como um todo, devido ao caráter avulso presente na própria documentação.

Não obstante, o projeto contribui, sobremaneira, para tornar bem mais ameno o trabalho de muitos pesquisadores que se debruçam a estudar sobre o período colonial, visto que a qualidade paleográfica da documentação dificulta, em muitos casos, o bom desenvolvimento das pesquisas, se configurando como um verdadeiro entrave. Além disso, o processo de transcrição se apresenta enquanto a primeira, dentre tantas outras, fases posteriores que caracterizam o trabalho do profissional da área de História que resultarão na confecção de artigos e vários outros textos de cunho acadêmico, de caráter pedagógico também, produtos das pesquisas, das transcrições, das discussões bibliográficas, em suma, da participação efetiva no projeto.

Entretanto, temos que ter em vista que a documentação manuscrita proveniente do Projeto Resgate possui caráter institucional e burocrático, um gênero documental há muito utilizado pelos historiadores, mas que não foram pensados para serem utilizados como material pedagógico. Todavia, ao professor de História é lançada a possibilidade de produção de material didático, isto contribui, excessivamente, para a consolidação de saberes, assim como para apresentar ao alunado como realmente se faz História, pois o que muitos alunos têm em mente é que a História se trata apenas de uma narrativa, cronológica e linear de fatos, que muitas vezes possuem uma conotação fatigante e esgotante. Assim, de acordo com Bittencourt:

*As justificativas para a utilização de documentos nas aulas de História são várias e não muito recentes. Muitos professores que os utilizam consideram-nos um instrumento pedagógico eficiente e insubstituível, por possibilitar o contato com o real. (BITTENCOURT, p. 327, 2011)*

Mas se não forem tomados os devidos cuidados ao se proceder a utilização de fontes em sala de aula, corre-se o risco de obtermos resultados contrários aos que estávamos propondo, ou até mesmo esperando, durante o planejamento da mesma. Nesse sentido, ao apresentar partes do resultado dessa experiência acadêmica, quando então na condição de bolsista vinculado a este projeto, pude tirar todo proveito possível, o presente trabalho possibilita, assim, compartilhar as principais dificuldades que foram encontradas pelos alunos, como também os pontos positivos contribuindo para a uma ampla reflexão do uso de fontes históricas em sala de aula.

O professor deve, primeiramente, lançar mão de uma descrição sumária, visando não o esgotamento das possibilidades que provém das fontes, mas com o intuito de familiarizar os alunos com as mesmas e, para isso, é primordial que as fontes não sejam apresentadas enquanto simples ilustrações, mas que expressem uma contextualização prévia com o assunto tratado anteriormente ou posteriormente. Isso oferece aos alunos condições para que eles possam se situar, pelo menos com conceitos prévios quando o mesmo partir para a leitura das fontes históricas.

Para tanto, cabe ao professor promover uma leitura compartilhada, essa proposta facilita e muito, uma interação mais efetiva entre os alunos e as fontes. Então, após haverem lido a documentação, chamando a atenção para determinados questões que foram colocadas em discussões anteriores, o professor situa a fonte em um determinado contexto espacial e temporal.



Uma dificuldade encontrada quando da utilização das fontes manuscritas do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, em sala de aula, durante a promoção das oficinas, fora a questão da própria apresentação, ou seja, da configuração do texto, mais especificamente, de sua forma escrita. Daí a importância e o devido cuidado que deve ser dado ao processo de seleção de fontes para serem trabalhados em sala de aula, pois o professor que se propor a tal ação pedagógica deve, primeiramente, escolher documentos que sejam fáceis de serem lidos, já que se trata de um contato inicial, além do conteúdo de que trata a própria documentação que, no mínimo, possa apresentar um caráter interessante, pois instigará o aluno não somente a ver, a ler, a trabalhar mesmo com a documentação tão somente em sala, mas que ele possa também compreender as fontes enquanto subsídios que o levem a refletir sobre sua própria realidade. E o que temos em vista, nesse processo, é a formação de um profissional chamado professor-pesquisador, e por que não dizemos *professor-historiador* ao invés de professor de História.

Nesse caso, muitos alunos apresentavam esta dificuldade pelo fato de que ainda não haviam cursado a disciplina de Paleografia, cuja própria ementa exprime a importância da Paleografia para o historiador, de primordial importância para aqueles que pretendem enveredar, principalmente, pela História do Brasil Colonial. Porém, este entrave foi minorado devido à própria escolha do material, ou seja, das próprias fontes, pois o professor teve a preocupação em selecionar para a sala de aula documentos bastante legível, tendo em vista a precariedade apresentada por muitos outros.

Porém, alguns alunos já haviam cursado a disciplina de Paleografia, e suas atitudes configuravam o desenvolvimento proveniente da prática, já que aquela disciplina oferece uma parte mais prática, de transcrição mesmo da documentação e, outra de cunho bem mais teórico, algo que ficava bastante evidente durante as transcrições da documentação, pois eram mais hábeis em lidar com questões relativas à, por exemplo, palavras em desuso, os sentidos das próprias palavras dentre outras.

Ponto positivo se refere ao fato de que o professor, por uma questão também numérica, frente a uma turma de alunos com aproximadamente quarenta alunos, levou para a sala alguns bolsistas, estes com práticas de transcrição paleográfica da documentação, pois atuavam no projeto “Manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino e o Rio Grande do Norte: poder e cultura no espaço colonial”, transcrevendo a documentação proveniente do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, mais especificamente, os documentos referentes à capitania do Rio Grande do Norte. Estes alunos propiciaram um andamento do trabalho bem mais efetivo, ao passo de que, como a sala de aula estava dividida em vários grupos, com aproximadamente cinco componentes, algo que variava satisfatoriamente, tendo em vista questões de afinidade dos alunos. Isso proporcionou um andamento mais ágil no que toca a transcrição e, posteriormente discussão dos conteúdos das fontes. Pois a atividade de transcrever não deve ser entendida como um fim em si mesma.

Uma questão bastante premente nestes apontamentos reporta-se a extrema necessidade de que para procedermos às análises históricas temos que partir ou ter em vista mesmo a resolução de situações-problemas que requerem um conhecimento, digamos que prévio sobre o assunto a que as fontes tratam. Após esses dois primeiros requisitos, promove-se uma identificação dos conceitos, de palavras que orientam o texto, em seguida devemos promover uma comparação, para que os alunos possam compreender qual a amplitude daquele documento, daquele tema a sua realidade prática, ou seja, a conjuntura quer seja econômica, política, social ou cultural, mas que sirva para a promoção de uma efetivação dos conhecimentos de maneira interativa com a

realidade e não algo distanciado por ter sido produzido no passado, mas que não tem nenhuma conexão com o presente.

Hodiernamente, um dos principais problemas que são colocados para a disciplina de História, nesse caso nos currículos da escola básica é a diminuição da carga-horária da referida disciplina, que são substituídas por outras, de caráter mais técnico, como é o caso do Português Instrumental e da Matemática, a nossa disciplina fica relegada a um segundo plano, ou seja, passa a possuir um caráter secundário no processo formativo e isso implica também no processo de consolidação do conteúdo, já que não dispomos do tempo hábil para os debates, discussões e reflexões acerca dos conteúdos. Isto impõe um entrave também no que toca a utilização de fontes em sala de aula, pois as escolas exigem dos professores que “repassem” todos os conteúdos que serão exigidos não somente nos vestibulares da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como também da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, mas também em processos seletivos de algumas escolas como, por exemplo, os institutos federais de educação. No nosso caso, ou seja, aqui no estado do Rio Grande do Norte temos duas escolas federais de educação básica a nível médio: o Instituto Federal Do Rio Grande do Norte e a Escola Agrícola de Jundiá. Os alunos passam a terem apenas informação fragmentárias dos conhecimentos históricos, e a nossa disciplina passa a não oferecer a reflexão analítica e crítica que está intrinsecamente relacionado ao perfil da disciplina.

Ao fim e ao cabo, as reflexões acima não visam, de forma alguma a encerrar as discussões em torno da utilização de fontes em sala de aula. Mas apresentam algumas dificuldades e também algumas sugestões com o intuito de saná-las, a partir de um caso mais localizado que é a utilização das fontes manuscritas provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa que são produtos de um grande trabalho de relevância nacional, o Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, mais especificamente aquela que se remete a capitania do Rio Grande do Norte, muito rica, tanto em conteúdos como propriamente em temas, que podem ser explorados, significativamente em sala de aula. E que além de incutir no alunato um senso analítico da documentação, estimula também o mesmo a pensar a atual configuração da sociedade norte-rio-grandense de maneira crítica, tanto nas esferas sociais e econômicas quanto culturais e até mesmo políticas, apresentando e desenvolvendo questões que nos habilitam a agir de forma consciente e democrática tendo como fim último a formação do um profissional de História a nível de excelência.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2004. *Disponível em:* [https://www.sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt\\_BR&id=2000046](https://www.sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2000046). Acessado em: 17/09/2013.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. V. 3, 1728, p. 228. *Disponível em:* <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/escriv%C3%A3o>. acessado em: 17/09/2013.

REZENDE, Luiz Alberto. Um ofício central: o Escrivão da Câmara Municipal de Vila Rica (1711-1724). IN.: IV Conferência Internacional de História Econômica e VI

Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. *Disponível em:* [http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Luiz%20Alberto%20Ornellas%20Rezende\\_0.pdf](http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Luiz%20Alberto%20Ornellas%20Rezende_0.pdf). *Acessado em:* 18/09/2013.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **A Formação do Professor-Pesquisador de História.** São Carlos: Revista Eletrônica de Educação, v. 6, n. 2, nov. 2012. Artigos. Programa de Pós-Graduação em Educação. *Disponível em:* <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/204/192>. *Acessado em:* 18/09/2013.

VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira: Jesuíta do rei.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011. *Disponível em:* <http://smtp.companhiadasletras.com.br/trechos/12824.pdf>. *Acessado em:* 16/09/2013.

## HISTÓRIA E LITERATURA: UMA ANÁLISE POLÍTICA, LITERÁRIA E HISTÓRICA DAS OBRAS DE ARIANO SUASSUNA

*Anderson Bruno da Silva Oliveira*

Ao situarmos suas obras de Ariano Suassuna como acontecimentos duma época, percebemos que elas perpassam em um período que era discutido várias propostas políticas: a igreja estava mudando, a sociedade se transformava, a política se tornava complexa e bipolar; e não podemos analisar suas obras deslocadas destes acontecimentos. Nesta breve análise recorreremos a alguns teóricos que nos ajudarão a pensar o significado que dessas obras num contexto histórico e como o Ariano Suassuna operou com diversos objetos na sua construção.

A escrita de Ariano Suassuna está carregada de ideais e crenças que explicam a formação de um sertão medieval, carregado de figuras e costumes religioso que prefiguram essa imagem. Tomando Suassuna não como autor, mas como princípio de agrupamento do discurso (FOUCAULT, 1996. p. 26), podemos perceber que essa interpretação que ela faz é oriunda de relações sociais que mantem, para isso é importante conhecer com quem Ariano Suassuna dialogava na época de sua escrita. Desta forma, o aporte documental se amplia, não mais ficamos presos à leitura de suas obras, mas caminhamos neste momento aos arquivos, onde lá, podemos conhecer e entender a construção do discurso. Para que possamos fazer essa leitura, que se dará a princípio com análises de fontes escritas (Publicações em jornais entre 1946-1975) precisamos ter o domínio de algumas técnicas que possibilitaram a análise correta desta fonte. Ao nos dirigirmos aos arquivos devemos ter em mente que não vamos encontrar documentos falantes desta época (Tempo de pesquisa se dá entre 1947-1975), pois os documentos não falam por si só, nós o tiraremos duma espécie de isolamentos, e damos fala a ele no presente (RICOEUR, 2007. p. 179).

Quando se fala de pesquisa em periódicos e jornais, neste caso para compreender os diálogos que Suassuna mantinha no período preparatório e experimental do Movimento Armorial, é importante também observar algumas considerações feitas sobre o tratamento técnico desta fonte.

*Como assinalou o historiador Antoine Prost, alterou-se o modo de inquirir os textos, que “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncios que estabelecem. (LUCA, 2011. p. 114)*

As orientações de Luca são importantes, pois não podemos avistar o “simples visível” dos documentos escritos, nas análises desta fonte em específico é necessário inquirir o que ela não fala; seus posicionamentos políticos, seus conceitos religiosos, quem de forma específica está escrevendo, isto é, em alguns momentos importa mais o que os documentos não dizem do que o que está escrito. Não estamos assim desconstruindo os conceitos de narrativa, mas precisamos compreender antes como essas narrativas são construídas para assim podermos nos prender as suas falas (LUCA, 2011. p. 116).

Por certo encontraremos neste tipo de fonte (a fonte escrita) diálogos que Suassuna mantém com alguns intelectuais de sua época, mas específico, com Hermilo Borba Filho que foi parte intensa da fase preparatória do Movimento Armorial, no que se refere à construção do Teatro de Estudante de Pernambuco (TEP), na formação do Teatro Popular do Nordeste (TPN) e no Movimento de Cultura Popular (MCP). Hermilo tinha algumas características um pouco discordante de Suassuna, principalmente no que podemos chamar de apropriação da cultura popular (MARQUES, 2012. p. 69), apesar dos dois realizarem um jogo de referências do erudito e do popular, em Suassuna encontraremos isso mais acentuado (MARQUES, 2012. p. 181-182). O próprio Hermilo deixa isso claro em um dos seus textos:

*Enquanto Ariano Suassuna, que considero o maior dramaturgo da língua, renovou o teatro brasileiro através da história do povo, do cancionista, do romancista, eu tenho a pretensão de querer renovar o nosso espetáculo, partindo dos espetáculos populares. [...] Todos [bumbas, mamulengos, pastoris] vão aparecer nas minhas histórias dramáticas, seus processos recriados nos meus espetáculos. (BORBA FILHO, 1964. p. 128)*

As intenções de Hermilo era trazer o erudito ao popular, já em Ariano Suassuna o popular é brilhante e fascinante, e desconhece toda a carga de elementos culturais exterior a ele, para Suassuna o popular se explicava pelo popular. As diferenças entre os dois podem ser bem proveitosas ao pesquisador. Partir não das igualdades, mas das diferenças, isso possibilitará um trabalho mais produtivo para a pesquisa.

Em alguns momentos a análise das obras de Ariano Suassuna se torna complexa, pois elas si confundem com a própria biografia do autor, não é de se admirar que o leitor ao ler o Romance da Pedra do Reino questione: Que é o Quaderna? Outro fato que pode nos interessar na pesquisa para a compreensão dos traços armoriais, é se o autor não é simplesmente um criador de uma “criação sem origem”, e se sua criação se confunde com sua própria vida? O que podemos apreender com isso? Foucault ver nestas lacunas como um objeto de estudo:

*Mas, não basta, evidentemente, repetir como afirmação vazia que o autor desapareceu. Igualmente, não basta repetir perpetuamente que Deus e o homem estão mortos de uma morte conjunta. O que seria preciso fazer é localizar o espaço assim deixado vago pela desaparecimento do autor, seguir atentamente a repartição das lacunas e das falhas e espreitar os locais, as funções livres que essa desaparecimento faz aparecer. (FOUCAULT, 2009. p. 271)*

Inflamado com essas interrogações, que não encontramos respostas diretas nos periódicos e jornais, somos convidados a analisar a fala deste autor em outros locais. Em um trecho de seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras ele afirma o seguinte:

*Foi de meu pai, João Suassuna, que herdei, entre outras coisas, o amor pelo sertão, principalmente o da Paraíba, e a admiração por Euclides da Cunha. Posso dizer que, como escritor, eu sou, de certa forma, aquele mesmo menino que, perdendo o pai assassinado no dia 9 de outubro de 1930, passou o resto da vida tentando protestar contra sua morte através do que faço e do que escrevo, oferecendo-lhe esta precária compensação e, ao mesmo tempo, buscando*

*recuperar sua imagem, através da lembrança, dos depoimentos dos outros, das palavras que o pai deixou.*<sup>828</sup>

São visíveis neste pronunciamento de Ariano Suassuna ao tomar posse da ABL que sua escrita está carregada de emoções biográficas, as lembranças de seu pai contadas por outros influenciou na sua escrita, sem contar que, também, Euclides da Cunha fora fundamental para a construção que ele faz do sertão. O jogo de vida e escrita, e a apropriação de outros escritos deixaram de herança conceitos ideológicos e políticos para Ariano Suassuna, o que nos direciona a outra interrogação: Quem realmente estava escrevendo os romances armoriais? Era o próprio Ariano Suassuna ou outro(s)? Não estamos aqui questionando a autoria legal das obras, mas a autoria como discurso, como Foucault salienta: “A função autor se apaga, o nome do inventor servindo no máximo para batizar um teorema, uma proposição, um efeito notável, uma propriedade, um corpo, um conjunto de elementos, uma síndrome patológica” (FOUCAULT, 2009. p. 276). O que pretendemos com essas questões é compreender a relação única dos textos com o autor, a maneira como ele opera com a construção do seu escrito, os traços que ele estabelece como pertinentes, as continuidades que admite e as exclusões que efetua. (FOUCAULT, 2009. p. 277).

*Falei de uma temática que se pode localizar tanto nas obras como na escrita, que é, se vocês querem: o autor deve se apagar ou ser apagado em proveito das formas próprias ao discurso, isto posto, a pergunta que eu me fazia era a seguinte: o que a regra do desaparecimento do escritor ou do autor permite descobrir? Ela permite descobrir o jogo da função autor. E o que eu tentei analisar é precisamente a maneira pela qual a função autor se exercia, no que se pode chamar de a cultura europeia após o século XVII. Eu fiz, certamente, de maneira muito geral, e de uma forma que eu gostaria que fosse bem mais abstrata, porque se tratava de uma ordenação do conjunto. Definir de que maneira se exerce essa função, em condições, em que campo etc., isso não significa, convenhamos, dizer que o autor não exista. (FOUCAULT, 2009. p. 294)*

Com o apagamento do autor como fonte do discurso, os aportes da pesquisa podem ser ampliados, se nos prendermos a uma visão romântica e sacralizada do autor, correremos o risco de fazer uma análise sem criticidade, e como resultado não alcançaremos os nossos objetivos. Ao ler e analisar as obras de Ariano Suassuna como formadoras do discurso armorial, e tomando essas falas de Foucault, nossa pesquisa caminha em busca dos instauradores do discurso, o que implica em saber e entender as relações que Ariano Suassuna mantém não apenas em seu círculo de amigos intelectuais como já afirmei, mas outros elementos que instaura esse discurso nos seus escritos. Ainda debruçado na análise que fazemos do seu discurso de posse na ABL, podemos perceber várias referências a Euclides da Cunha, que segundo ele, foi uma grande influência para sua narrativa está vinculada e ter como palco as terras áridas do sertão.

Levando agora a análise para o campo historiográfico, em um contexto histórico que o Brasil vivia entre 1947-1975, podemos visualizar dois momentos históricos divergentes, e naturalmente, dois momentos de Ariano Suassuna. Ainda no fim da década de 40 quando é criado o Teatro de Estudante de Pernambuco (TEP), o TEP ele tinha como objetivo trazer o povo ao teatro, saindo das temáticas europeias e retratando

---

<sup>828</sup> SUASSUNA, Ariano. *Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=305>. Acesso em: 19 de julho de 2013.

a cultura regional que o povo se identificava (MARQUES, 2012. p. 68), Ariano Suassuna junto com outros alunos da Universidade Federal de Pernambuco se propõe a realizar essa ousada tarefa. Neste momento podemos perceber em Ariano Suassuna e em seus companheiros de TEP um discurso político de esquerda. Na peça de teatro “Auto da Compadecida”, escrita ainda no TEP, em alguns momentos percebemos essas aproximações do discurso de Ariano Suassuna com o discurso político de esquerda que estava presente no Brasil da época, e também no discurso político que nascia na igreja católica.

*SEVERINO:*

*Mais pobre do que Vossa Senhoria é Severino do Aracaju, que não tem ninguém por ele, a não ser seu velho e pobre papo-amarelo. Mas mesmo assim eu quero ajuda-lo, porque Vossa Senhoria é meu amigo. Três contos! Estou quase pensando em deixar o cangaço. Eu deixava vocês viverem, o bispo demitia o sacristão e me nomeava no lugar dele. Com mais uns cinquenta cachorros que se enterrassem, eu me aposentava. Podia comprar uma terrinha e ai criar meus bodes. Um quatro ou cinco cabeças de gado e podia-se viver em paz e morrer em paz, sem nunca mais ouvir falar no velho papo-amarelo. (SUASSUNA, 2004. p. 110)*

Neste trecho do “Auto da Compadecida” podemos perceber duas marcas importantes para a compreensão do discurso político de Ariano Suassuna na fase preparatória do Movimento Armorial, o discurso visível nesta fala do personagem Severino, que é um cangaceiro no sertão, narra o cangaço como fruto da opressão dos ricos sobre o pobre, o Severino chega a afirmar (parafrazeando) que se tivessem condições não era cangaceiro, mas fazendeiro; ao mesmo tempo, há neste trecho uma crítica a posições de alguns clérigos que não estavam preocupados com a função social da igreja.

Este discurso de Ariano Suassuna está muito ligado com as renovações políticas e administrativas que uma parte da Igreja Católica provava na década de 50 do século XX; o catolicismo estava buscando uma forma de se aproximar da sociedade, mesmo que nem todos os líderes estivessem em comum acordo com esse modo de aproximação (DELGADO, 2013. p. 97-98), a igreja a partir de 1950 irá propor medidas para se aproximar do povo, sob a influência de pensadores europeus e do movimento de economia e humanismo pregado pelo padre Labret, e tendo no Brasil o maior expoente deste discurso D. Helder Câmara. É importante notarmos que essas transformações que passa a Igreja na segunda metade do século XX é resultado de mudanças políticas, sociais e culturais. A proposta de mudança não era integral, a igreja seria antiga e futura ao mesmo tempo (DELGADO, 2013. p. 101-102).

Mesmo afirmando que sua arte não tinha vínculo político, que é uma das razões dele se desvincular do MCP, por se opor ao dirigismo político de esquerda na construção artística, ou seja, no uso político da arte, não conseguimos visualizar desta forma. É improvável que não haja em movimentos artístico posições e até certo dirigismo político a produção artística. É a partir deste momento que podemos visualizar novos posicionamentos de Ariano Suassuna no que se refere à política.

Com a saída do MCP, e agora mais uma vez junto com Hermilo, criam o Teatro Popular do Nordeste (TPN), que pouco se diferenciava do TEP, se não pelo seu caráter mais profissional e menos amador, numa fala de Ariano Suassuna, ele define o TPN da seguinte maneira:

*O TPN representa aquele mesmo espírito de 1946, de reação contra um teatro acadêmico, esclerosado, frívolo e sem ligação com nossa realidade. [...] Somos o mesmo grupo que fez questão de valorizar, como fonte a literatura e teatro, a poesia popular nordestina [...]. Somos o mesmo grupo que estimulou, fundou e encenou as primeiras manifestações de uma dramaturgia nordestina, escarnecida e combatida a princípio, hoje respeitada, em todo o Brasil, como aquela que mais representa o que nossa tradição, nossos contos e mitos, nossos romances e nosso espírito populares têm de mais verdadeiro e profundo.*<sup>829</sup>

Mesmo Ariano Suassuna afirmando que o TPN estava bem próximo das intenções do TEP, havia uma lacuna entre os dois, o posicionamento político. Enquanto o TEP se aproximava do discurso de esquerda, o TPN estava associado com a política de direita de Cid Sampaio, governador de Pernambuco, o que transformou em uma bipolaridade política cultural nos palcos ditos de cultura popular.

*O convênio com o governo do estado tinha, portanto, o peso de uma tomada de posição política. De um lado, estava à prefeitura municipal, cujo titular, Miguel Arraes, estimulava a criação e atuação do MCP (Movimento de Cultura Popular), seguro que suas incursões educacionais (alfabetização) e culturais (teatro, por exemplo) trariam dividendos políticos (segundo a retórica da época, resultante de uma maior conscientização política, ou, visto o fenômeno pelo seu anverso, uma ação no sentido de superar a alienação desses setores, que os tornavam particulares manipuláveis pela força política conservadora). No polo oposto encontrava-se o governo do estado, Cid Sampaio á frente, esforçando-se para não deixar que elos existentes entre Arraes e essas camadas de trabalhadores urbanos viessem a aumentar. Muito claramente, a luta política estava crescente acirrada e polarizada entre esquerda e direita. Ao firmar o convenio com o Governo do Estado, o TPN, ainda que eventualmente não desejasse isto, tomava uma posição ao lado do status quo. Era natural que isso trouxesse um enorme desconforto para seus membros – a maioria dentre eles, pelo menos. Afinal, um de seus vínculos identitários era com o conjunto de ideias característicos da esquerda. (TEIXEIRA, 2007. p. 164-165)*

O que acontece com Ariano Suassuna neste momento? Mudara suas posições artísticas de ver o popular? Não, o que podemos avistar a princípio, e até imaturamente, é uma mudança de discurso, não mais tão engajado com a política social de esquerda, até porque isso nunca foi afirmado por ele. Essa mudança de lente pela qual ele passa a ver essa época é oriunda de relações sociais que passa a ter a partir deste momento. Vale salientar que quando falamos em discurso não estamos nos referindo à ideologia, mas como define Veyne: “Os discursos são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram [...]” (VEYNE, 2011. p. 50).

Não há contradição em Ariano Suassuna na TPN ante a TEP, o que podemos perceber é uma ampliação das relações, não é mais um teatro amador como era o TEP, O TPN por não ser amador necessita de uma legitimação institucional, e encontra isso na política de direita.

---

<sup>829</sup> Cf: Manifesto do Teatro Popular do Nordeste, reproduzido em Arte em Revista, ano II, nº 3, São Paulo: Kairós, 1980, p. 64.



É interessante que neste momento da análise voltemos a nos debruçarmos nos jornais da época, e perceber como se dava esse diálogo entre o poder municipal e o poder estadual, como eles dialogavam, e respectivamente quais eram os pontos conflituosos entre o MCP e o TPN. Nesta análise também é importante avistarmos os posicionamentos dos órgãos controladores dos jornais, suas posições políticas e assim analisar suas afirmativas referentes aos fatos (LUCA, 2011. p. 130).

Já na década de 60, Ariano Suassuna vai aos poucos se entrelaçando com a política, nunca foi possuidor de cargo eletivo, mas frequentou vários cargos políticos a partir deste momento. O golpe civil militar que se deu em 1964, não abalou diretamente os posicionamentos de Ariano Suassuna, é neste momento que suas leituras estão sendo dedicadas a autores com discurso aproximados ao discurso do regime, um deles é Gilberto Freyre. Este autor foi fundamental desde o princípio para a construção da narrativa regional de Ariano Suassuna, isso se dá em dois momentos: a princípio na fala de Gilberto Freyre no Manifesto Regionalista de 1926, instituindo um campo produtor de narrativas, porém, em parte, diverge de Freyre, para Ariano Suassuna o nordeste é o espaço árido, o reino encantado do sertão, que não só têm o cangaceiro e o pobre a lamentar, mas também existe uma nobreza com roupas feitas de couro, uma nobreza rude e sertaneja, diferente da construção de Freyre (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012. p. 99); outra herança que Ariano Suassuna se apega dos textos de Gilberto Freyre é o discurso de harmonia racial, que segundo ele é o verdadeiro Brasil, ele busca uma narrativa conciliadora das diferenças, se aproximando assim do discurso político do próprio regime civil e militar.

*Assim como no pensamento de Gilberto Freyre, é possível detectar-se em todo o discurso de Ariano Suassuna um raciocínio conciliador bipolares, em que se subentende uma ideologia da harmonia e o apagamento das contradições e dos conflitos sociais, através da univocidade de um discurso que engloba a diversidade de modo a torna-la uma. (MARQUES, 2012. p. 76)*

Essa construção narrativa e discursiva que não está presente nas obras da fase preparatória do Movimento Armorial encontra-se inclusive no discurso de raça que Ariano Suassuna faz na escrita do “Romance da Pedra do Reino”, que ao situarmos a obra como acontecimento ou produção discursiva percebemos que se dá num tempo diferente das outras publicações, o que possibilita a construção deste discurso, o discurso de união do diferente. Com isto percebemos uma verdade, o discurso obedece a uma época (FOUCAULT, 1996. p. 34-35), seria no mínimo desconfortável para Ariano Suassuna a continuidade do discurso que mantinha nos primeiros anos da década de 1950, o regime era populista, o povo estava nos discursos políticos; já quando se dá início o Movimento Armorial o cenário é outro, é uma ditadura que impõe forçadamente um discurso, e cabe a Ariano Suassuna que de certa forma detém laços políticos neste período se aliar a esse discurso, evitando à máxima disparidade com essa política autoritária.

Caminhando a partir destas trilhas e rastros, acreditamos ser possível uma análise mais plena das obras de Ariano Suassuna, como já salientamos na introdução, não pretendemos fazer uma análise literária das obras armoriais, mas procuramos situá-las no contexto histórico, para que assim, possamos perceber a construção do discurso em diferentes momentos, seja na construção narrativa que este faz do sertão, seja na construção e nos usos das imagens religiosas com traços medievais, seja discussão que este instaura sobre a harmonia racial a partir de Freyre. Acreditamos que partindo destas discussões teóricas podemos tanto ampliar os horizontes da pesquisa histórica, como

também, aprofundar os conhecimentos no que se refere ao trabalho com diversos tipos de fontes para a pesquisa.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. Prefácio de Margareth rago. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BORBA FLHO, Hermilo. **Diálogo do encenador**. Recife: Imprensa Universitária, 1964.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 7ª ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O que é o autor? In: Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARQUES, Roberta Ramos. **Movimento armorial: poética e política. In: deslocamentos Armoriais: reflexões sobre política, literatura e danças armoriais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Romance d’A pedra do Reino e o príncipe do Sangue do Vai-e-Volta**. 11ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e d’O Gráfico Amador no Recife (1946-1964)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

## A HISTÓRIA DO BRASIL NAS ENTRELINHAS DO ROCK NACIONAL DE 1978 A 1994 (REFLEXÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA)

Antonio Manuel da Silva Junior

### Introdução

O Brasil tem uma história recente se compararmos, por exemplo, com as civilizações milenares do Oriente ou mesmo as Europeias, que já tem alguns milênios de História. Nessa nossa História, comparada com outras, recente, temos uma construção de saberes históricos atrelados a uma elite construída a partir de uma realidade europeia. Nossos primeiros passos na construção do Ensino de História nos mostra que a formulação de uma identidade nacional está longe de ser realizada devido ao não “descolamento” do modelo europeu, principalmente durante o período colonial e imperial. (Cf. Bittencourt, 2012).

Quando falamos da História da História no Brasil, ela se mostra recente, data-se da década de 1980, onde começa a se construir dados sobre como o ensino de história se desmembram dos Estudos Sociais e ganha vida própria. Percebe-se que dentro desses estudos, a chamada “História Escolar”, é manipulada por questões políticas e ideológicas. Bittencourt (2012) irá abordar, de início a História voltada para as elites e que a mesma passou por um período onde o Brasil segue o caminho de abordagens que segregavam a população e que depois, com o processo de globalização, fica preterida nos livros didáticos na chamada História Integrada.

Observando que, quando falamos de fontes e de abordagens novas no ensino de história, podemos ver que a utilização de outros meios, como documentos, jornais, biografias, depoimentos orais, obras de arte, conflitos, livros, filmes e músicas, são cada vez mais utilizados para a pesquisa na fonte e para a utilização em sala de aula. Em nosso trabalho específico utilizaremos a música como principal fonte de pesquisa.

Quando abordamos a formação musical do Brasil, a mesma agrega vários valores culturais. Percebemos que no século XX, a música brasileira começa a formar a sua identidade nacional. Com a gravação do primeiro samba *Pelo Telefone* de autoria de Dondinho, começa-se a trilhar uma música legitimamente brasileira. Sua formação chega no início do século passado carregando uma “carga genética” das três matrizes étnico-culturais. Do negro os instrumentos de percussão, do índio os instrumentos de sopro e do branco os instrumentos de corda e paus. (Cf. Worms & Costa: 2005)

Na metade do século, passado segundo Dapieve (2000), começa a surgir nos Estados Unidos o rock de pai negro e de mãe branca. O mulato americano (junção da música negra *rhythm and Blues* e a música rural branca *country-and-western*) nos anos 1950 surgiu e logo se expande pelo mundo, chegando ao Brasil em 1957 com o primeiro rock “Brazuca”. Após este chegar ao Brasil, começa a surgir movimentos influenciados pelo rock como a Jovem Guarda e o Tropicalismo na década de 1960.

A partir da década de 1970 surge no Brasil o primeiro ícone do rock nacional não-vinculado a qualquer um dos movimentos anteriores (pois Roberto Carlos ídolo da Jovem Guarda e Caetano Veloso e Gilberto Gil do tropicalismo eram influenciados pelo rock, mas tinham posturas “rotuladas” pelos seus movimentos), Raul Seixas. Verificamos que Calvani (1998) vai nos mostrar, juntamente com Dapieve (2000) que no final dessa mesma década começa a pipocar várias cenas roqueiras em várias cidades

do Brasil como São Paulo, Bahia e Brasília. Essas bandas também sofrem a influência das “novidades” vindas do Reino Unido com o movimento punk. O grande “boom” do rock acontece na década de 1980 com o surgimento de dezenas de bandas por todo o Brasil. No final dessa mesma década começa a pipocar várias cenas roqueiras em várias cidades do Brasil como São Paulo, Bahia e Brasília.

A primeira razão do estudo desse tema é o gosto pessoal pela música, principalmente o rock e a busca para que o rock torne-se veículo de socialização, conscientização e instrumento para o ensino, elaborando novas abordagens didáticas. Desta forma, buscaremos utilizar como alicerces novas abordagens no ensino buscando realizar a junção da música com a história, casamento este, que Napolitano (2002) nos apresenta muito bem. Buscaremos, então, no andamento de nossa pesquisa, esclarecer essas problematizações e as posteriores que irão emergir com os nossos estudos.

Podemos marcar como objetivo Geral de nossa trabalho, pesquisar no âmbito da produção cultural do Rock Nacional, no período de 1978 a 1994, insides com a História do Brasil, em uma perspectiva voltada para a construção de saberes históricos e propondo reflexões para a introdução de novas abordagens do Ensino de História do Brasil. Mais especificamente, podemos abordar e Verificar a construção cultural do rock no Brasil, historicizando sua formulação, passando pelos movimentos propulsores como o Tropicalismo e a Jovem Guarda; Observar o desenvolvimento do Rock nacional no período de 1978 a 1994, realizando comparações das produções desse período com a História do Brasil; e Buscar novas reflexões sobre o Ensino de História e produzindo novas perspectivas para as abordagens da História do Brasil na educação básica contribuindo para o mister do professor de História.

Utilizaremos como base para os estudos das letras das músicas do rock nacional deste período das bandas Legião Urbana, Paralamas do Sucesso, Barão Vermelho/Cazuza, Engenheiros do Hawaii, Plebe Rude e Titãs, procurando analisar suas letras e o contexto que elas foram escritas, buscando a integração entre História e Música. A escolha dessas bandas foi devido a relevância das mesmas no cenário da cultura pop brasileira, sendo as mesmas com mais vendagem e maior aproximação do público jovem no período.

Não podemos esquecer que essas bandas relacionadas acima, também tem em suas letras uma carga crítica interessante e busca mostrar o que estava acontecendo em nosso país, mesmo vivenciando fases diferentes musicalmente e historicamente como nos apresenta Dapieve (2000), Calvani (1998) e Alexandre (2013).

Após a análise dessas músicas buscaremos em Bittencourt (2011) e Napolitano (2000) a integração entre o Ensino de História e a Música e entre a História e a Música, respectivamente.

## **Fundamentação Teórica**

Quando abrimos o leque das opções para a pesquisa de novos saberes históricos, concentrado na perspectiva da história cultural verificou que a mesma está ligada a sociedade. Procuraremos então, enquanto trabalharmos as temáticas pertinentes do nosso objeto de pesquisa fundamentar-nos em alguns autores.

A história e a cultura, ou a História e a sociedade, ou ainda, a História e a música tem suas interconexões como aponta Napolitano (2002) em seus estudos sobre a História & Música. Para Napolitano,

O fato de trabalhar com música, que Napolitano trata como documento histórico e Pinsky (2008) que aborda diversas fontes de pesquisa históricas como os meios audiovisuais, documentais, arqueológicas, impressas e orais e Silva Junior (2012), que utiliza as músicas de uma banda de rock para traduzir a História do Brasil, a pesquisa buscará então, valorizar os documentos não utilizados comumente.

Seguindo e buscando discutir as temáticas pertinentes do nosso trabalho temos Brandão & Duarte (1990) que analisará década a década até 1980, a cultura nacional e os movimentos formados pela juventude. Tiraremos daí o surgimento do rock e sua chegada ao Brasil, o Tropicalismo, Jovem Guarda e os movimentos contraculturais das décadas de 1960 e 1970. A importância do jovem é abordada por eles: “Os inúmeros movimentos de transformação social, sejam eles radicais ou utópicos, que as últimas décadas viram surgir, tiveram, como seus principais articuladores, os jovens.” (BRANDÃO & DUARTE: 1990, p. 6)

Contribuindo para os estudos da Jovem Guarda, do Tropicalismo e as músicas de protesto, movimentos anteriores ao rock, utilizaremos Napolitano (2001) que na sua tese de doutorado observa o engajamento político e a música brasileira no período de 59 a 69. Vilarino (1999) que relata os festivais da música brasileira, importante marco para a MPB e os compositores da Música de Protesto e Calvani (1998) que traz análises de músicas de Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque.

Para fundamentar nosso trabalho sobre o Rock Nacional utilizaremos Calvani (1998) onde também insere em seus estudos, análise de letras de Raul Seixas, Legião Urbana, Cazuza e Titãs, Dapieve (2000) estudando o Rock dos anos 80; e Marchetti (2001) que falará das bandas surgidas em Brasília e a história dos componentes da famosa “Turma”, grupo de jovens de Brasília que organizavam festas e formavam bandas de rock. Dentre eles estavam os integrantes da Legião Urbana, Paralamas do Sucesso, Capital Inicial e Plebe Rude. Além de revistas e álbuns das bandas escolhidas para estudo.

Podemos acrescentar aos estudos do rock nacional Alexandre (2013) e Marcelo (2009), onde o primeiro realiza seus estudos sobre a década de 1980 fazendo a junção do rock com a história do Brasil nessa década como podemos perceber, quando o autor relata o plano cruzado:

*...o documento artístico-cultural é um documento histórico como outro qualquer, na medida em que é produto de uma mediação da experiência histórica subjetiva com as estruturas objetivas da esfera socioeconômica. Os processos de mediação cultural, de natureza diversificada, envolve as diversas ações de aproximação entre indivíduos ou grupos sociais e as obras da cultura, via produção cultural, meios de comunicação, crítica de arte, ações institucionais. (NAPOLITAN:, 2002, p. 32)*

*Em 28 de fevereiro de 1986, o presidente entrou em rede nacional para, visivelmente nervoso, anunciar um plano econômico que resgataria o país das trevas inflacionárias que haviam batido nos 255,16% do ano anterior. (...) O plano cruzado congelava os preços e o câmbio e recalculava os salários à média do último trimestre acrescida de um bônus de 8%.*

*(...)*

*Com a inflação domada na marra, veio o aumento do poder de compra e uma injeção de novos consumidores no mercado. Até julho, a indústria de discos no Brasil já havia crescido 30% em relação ao mesmo período de 1985. (ALEXANDRE: 2013, p. 265)*

O segundo escreve uma biografia de Renato Russo onde se confunde a história do Brasil, do líder da banda Legião Urbana e a História da música Brasileira, abordando as décadas de 1970 a 1990. Vejamos esse trecho que fala de movimentos em Brasília e shows da Legião Urbana:

*Com “Que país é este”, começa o primeiro de uma série de três concertos para a juventude da capital do rock, dos protestos. Do rock de protesto.*

*Quinze dias antes dos três shows da Legião Urbana, Brasília tinha assistido a um espetáculo de tensão, fúria e fogo. Organizações sindicais convocaram manifestação para protestar contra o novo pacote econômico do governo Sarney. Conseguiram mobilizar estudantes, funcionários públicos, até donas-de-casa para se postar frente ao Ministério da Fazenda. (MARCELO: 2009, p. 329)*

Verificamos que as bandas de rock não estavam ausentes e indiferentes aos problemas do Brasil.

Quando, especificamente buscamos nos amparar a práticas docentes do ensino de história, podemos nos segurar em Bittencourt (2011) que agrega para a nossa pesquisa os meandros da disciplina História, nos conceituando, historiando e buscando novas formas de construção de um currículo mas atrativo para os discentes. Karnal (2012), buscará contribuir também para essa discussão presente em Circe Bittencourt que se dedica ao Ensino e Métodos da História. Verificamos que a mesma nos fala sobre o trabalho que podemos realizar na sala de aula com documentos e ao mesmo tempo os cuidados que devemos ter com as linguagens.

*Outra exigência para o uso de fontes históricas é o cuidado para com suas diferentes linguagens. Os documentos, como foi anteriormente apresentado, são registros produzidos sem intenção didática e criados por intermédio de diferentes linguagens, que expressam formas diversas de comunicação. São muitos variados quanto à origem e precisam ser analisados de acordo com suas características de linguagem e especificidades de comunicação, Como recursos didáticos, distinguem-se três tipos de documentos: escritos, materiais (objetos de arte ou do cotidiano, construções...) e visuais ou audiovisuais (imagens fixas ou em movimento, gráficas, musicais). (BITTENCOURT: 2011, p. 333)*

As contribuições de Bittercourt vão além do que recomenda para nós termos cuidado. A autora vai, em sua grande obra “Ensino de história: Fundamentos e Métodos”, trabalha em seu capítulo II o “Usos didáticos de Documentos”, exemplificando e reflexionando os vários tipos de documentos que podem ter vida didática. Dentre esses documentos temos a música.

*A música tem-se tornado objeto de pesquisa de historiadores muito recentemente e sido utilizada como material didático com certa frequência nas aulas de História. Entre os ‘tipos’ de música que atraem tanto pesquisadores brasileiros como professores, a ‘música popular’ sobressai. (BITTENCOURT: 2011, p. 378)*

Com diz Circe Bittencourt, a música popular se sobressai. Então temos que quebrar

esse paradigma e acrescentar o rock como fonte de pesquisa e documento histórico, onde será mais dinâmico o trabalho pois o ritmo tem uma identificação maior com a juventude, a mesma que frequenta as salas de aula do Ensino Médio das escolas do Brasil, como temos exemplificado assim:

*O uso da música é importante por situar os jovens diante de meio de comunicação próximo de sua vivência, mediante o qual o professor pode identificar o gosto a estética da nova geração. Apesar de todas essas vantagens, o uso da música gera algumas questões. Se existe certa facilidade em usar a música para despertar interesse, o problema que se apresenta é transformá-la em objeto de investigação. (...) Existe enorme diferença entre **ouvir** música e **pensar** a música. (Idem, 2011, 379-380)*

Para então despertar o interesse e fazer “pensar” a música, utilizaremos Napolitano (2002), observando que

*Nos últimos anos tem sido bastante comum a utilização da canção, seja como fonte para a pesquisa histórica, seja como recurso didático para o ensino das humanidades em geral (história, sociologia, línguas, etc.). Entre nós, brasileiros, a canção ocupa um lugar muito especial na produção cultural. Em seus diversos matizes, ela tem sido termômetro, caleidoscópio e espelho não só das mudanças sociais, mas sobretudo das nossas sociabilidades coletivas mais profundas. Por isso mesmo, o uso da canção como documento e recurso didático deve dar conta de um conjunto de problemas nada simples de resolver. (NAPOLITANO: 2002, p. 77)*

A pesquisa proposta, as investigações sobre os movimentos anteriores ao rock como a Jovem Guarda e o Tropicalismo, o surgimento do Rock e sua chegada no Brasil e a relação da música com o ensino de história, serão somadas às contribuições e às análises de produções artísticas das bandas de Rock no período de 1978 a 1994, não para quantificá-las ou classificá-las, mas para que se estabeleçam vínculos entre a História, a Música e o Ensino de História. Desse modo, se torna evidente o caráter *descritivo* e *aplicado* desta investigação, bem como a necessidade de uma abordagem *qualitativa*, conforme as definições de Gonçalves (2008), para que se construam aproximações e sejam legíveis as zonas de contato entre as diferentes esferas de conhecimento.

Para que a realização da Pesquisa se dê de forma sistematizada, serão propostas cinco etapas de trabalho. A primeira fase consiste no levantamento de bibliografia pertinente, acompanhado da leitura crítica, para que se possa expandir e aprofundar o universo teórico, de forma a estabelecer relações inter e hipertextuais, favorecendo os diálogos múltiplos. A pesquisa sobre os movimentos anteriores ao rock, como o tropicalismo e a jovem Guarda, o histórico do rock e de seu desenvolvimento no Brasil, o histórico das bandas que serão trabalhadas, as produções das bandas no período proposto e consequente interligação com a História do Brasil, constitui a segunda etapa, quando também serão analisadas as letras produzidas pelas as bandas e dar um tratamento de documento histórico para trabalhar com fonte didática e as várias vertentes propostas por Napolitano, Alexandre e Bittencourt.

A partir do conjunto teórico, e das leituras e observações acerca das cenas do Rock Brasileiro contemporânea, dos movimentos anteriores ao rock no Brasil e relações interligadas entre História e Música, dos dados coletados pelas observações em sala de

aula, onde iremos verificar esse possível encontro entre História & Música e o Ensino de História também, tem início a terceira etapa, que concentra os procedimentos de análise e síntese dos dados. Nesta fase, todo o material levantado será organizado de acordo com seu universo de referência e com sua relevância para a constituição da dissertação. Não se objetiva a divisão rígida entre os aspectos teóricos e práticos da Pesquisa, desse modo, a abordagem será construída nos trânsitos entre os saberes acadêmicos e as experimentações didáticas, de maneira que não se imponham julgamentos de valor.

A produção textual para a composição de versão preliminar da dissertação constitui a quarta etapa, quando serão também fixados a estrutura e os conteúdos de cada uma de suas divisões. A última etapa, que compreende a redação da versão final da dissertação após o exame de qualificação, será desenvolvida visando à revisão e formatação textual, bem como sua adequação para uma possível publicação. As etapas e os procedimentos metodológicos utilizados visam o cumprimento dos prazos definidos pelo programa desta Universidade e a operacionalização do levantamento, análise e síntese dos dados desta Pesquisa.

São fontes para o desenvolvimento desta Pesquisa os estudos dos movimentos anteriores ao rock, a chegada do rock no Brasil e seu desenvolvimento, agregando aspectos históricos e as novas perspectivas para o Ensino de História. Longe da pretensão de esgotar as abordagens aos temas supracitados, se objetiva encontrar seus pontos-chave para a compreensão da relação intrínseca entre História e Música.

No campo do Ensino de História, as propostas elaboradas por novos educadores/Historiadores e utilização da música como documento histórico/didático é importantíssimo para o nosso tema proposto. Neste caso, é adotada as obras de napolitano e Bittencourt

Para a redação de um aprofundamento da relação didática que propomos para a relação da música e o Ensino de História, utilizaremos também a observação direta e indireta, porque utilizaremos fontes de pesquisa direta como entrevista, questionários e indiretas como pesquisa bibliográfica, fonográficas e periódicas. A pesquisa utilizar-se-á de pesquisa bibliográfica valorizando conceitos presentes na nossa temática, análise de dados de periódicos e fonológicos (dados de discos e músicas) para contribuir para elucidar dados registrados diretamente. O material documentado, bem como, as respectivas análises serão organizadas em relatório de pesquisa componente do estudo que se pretende construir.

Utilizaremos como fontes primárias encartes de Cd, periódicos especializados, entrevistas, letras de músicas e questionários, etc. Em nosso trabalho, utilizaremos em nossa pesquisa entrevista e/ou observações com/de professores que vivenciam ou não a utilização de músicas em suas atividades educacionais, além de entrevistas e relatos de alunos que tiveram experiências com a utilização de músicas em sala de aula. Os dados de nossa pesquisa serão analisados sob as técnicas qualitativas de análise do conteúdo do discurso.

## **Fontes e Referências Bibliográficas**

ALEXANDRE, Ricardo. **Dias de Luta: O Rock e o Brasil dos Anos 80**. 2ª Ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil: Identidade nacional e ensino de História**



- do Brasil.** In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012. pp.185-204
- BRANDÃO, Antonio Carlos & DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos Culturais de Juventude.** 16ª ed. São Paulo: Moderna, 1990. (Coleção Polêmica)
- CALVANI, Carlos Eduardo Brandão. **Teologia e MPB.** São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- DAPIEVE, Artur. **BRock (o rock brasileiro dos anos 80).** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Renato Russo: O trovador solitário.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- GONÇALVES, Hortência. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Avercamp, 2008.
- KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARCELO, Carlos. **Renato Russo: O Filho da Revolução.** Rio de Janeiro: Agir, 2009.
- MARCHETTI, Paulo. **O Diário da turma 1976-1986: a história do rock de Brasília.** São Paulo: Conrad, 2001.
- NAPOLITANO, Marcos. **História & Música: História cultural da música popular.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção História &... Reflexões)
- \_\_\_\_\_. **“Seguindo a Canção”: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969).** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008
- SILVA JUNIOR, Antonio Manuel. **As Temáticas da Legião Urbana: Construindo um olhar sobre a História do Brasil de 1984-1994.** Garanhuns: do Autor, 2012.
- VILARINO, Ramon Casas. **A MPB em movimento: música, festivais e censura.** São Paulo: Olho d'água, 1999.
- WORMS, Luciana Salles & COSTA, Wellington Borges. **Brasil Século XX: ao pé da letra da canção popular.** 1ª Ed. Curitiba: Positivo, 2005.

## HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM SERGIPE: ANTECEDENTES DA LEI 10639 (1980 – 2003)<sup>830</sup>

*Denise Maria de Souza Bispo*

As compreensões ligadas ao grupo social negro tem assumido um espaço nas discussões historiográficas desde algum tempo, muitos foram os estudos a respeito da escravidão e as relações construídas em seus espaços de sociabilidade; estudos sobre as religiões de matrizes africanas; as resistências dentre essas os quilombos, construídos durante o processo de escravidão; o pós-abolição; o processo de embranquecimento observado no século XIX e os implicativos desencadeados no século XX como a democracia racial em que o Brasil estava inserido questionada por estudos que discutiam o racismo observado em alguns espaços e que configuravam algumas relações presente na sociedade brasileira.

A escolha pelo estado de Sergipe ocorreu devido à observação de que existe a inserção de elementos referente as culturas negra e indígena no currículo escolar bem antes da aprovação em contexto nacional da lei 10.639/03. A temporalidade colocada para a pesquisa está centrada entre os anos de 1980 e 2003 por entender o período com espaço de transformações importantes que contribuíram para culminar na votação da lei em caráter nacional.

Os objetivos da pesquisa propõem construir uma compreensão sobre os elementos que antecederam a lei 10639/2003; sistematizar e analisar a organização do processo de discussão sobre o conteúdo da lei no estado de Sergipe; identificar experiências pedagógicas de agentes e agências que discutiram a educação étnico-racial no estado de Sergipe antes da implementação de 2003; delinear rupturas e permanências desencadeadas no processo estudado em relação a educação étnico-racial proposta.

Alberti atenta para essa possibilidade de análise das mudanças e permanências dentro do ensino de História e que podem ser pensadas na medida em que:

*Perceber similitudes e diferenças em relação ao presente é fundamental para nos situarmos em relação às especificidades de nossa história e formação social e as especificidades no presente. Isso se aplica também, evidentemente, a lógica das relações raciais. (...) E para que esse entendimento aconteça, é indispensável ter acesso a*

---

<sup>830</sup> A Lei 10.639 foi promulgada em 09 de março de 2003 e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Com o seguinte texto: Passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. § 3º (VETADO)" "Art. 79-A. (VETADO)" "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." Retirado da lei 10.639/03. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em abril de 2013.

*fontes, resíduos do passado que nos permite fazer inferências sobre ele. (ALBERTI, 2013, p. 54)*

As discussões sobre a educação étnico-racial a partir do entendimento de como o racismo estava presente no currículo escolar apontaram para o etnocentrismo vivenciado no processo educacional por meio da existência inferiorizada das experiências de sujeitos como negros e índios desenvolvidas no processo histórico brasileiro, tal observação responde as demandas colocadas inicialmente pelo movimento negro e que tomaram uma maior amplitude na década de 80 com o desenvolvimento da Constituição de 1988 e os debates construídos para a valorização das representações da cultura afro-brasileira, indígena e de grupos que fizeram parte do processo civilizatório do nacional. Costa discute essas prerrogativas:

*Apesar de, desde a década de 1950, o Estado ter assumido iniciativas em relação a essas populações, com a Lei Afonso Arinos em 1951, foi a partir desse período, especialmente com a Constituição de 1988, que essas reivindicações ganharam fôlego. (...) Desde então, o Estado passou a agir diretamente propondo políticas públicas sobre a questão, como a concessão de direito à terra aos descendentes de escravos e a implementação de políticas educacionais e culturais especiais como a política de cotas raciais nas universidades. Nos anos 2000, durante os governos de Fernando Henrique e Lula, foram sancionadas várias leis fruto das reivindicações do movimento negro e que se referiam aos direitos de reparação dessas populações.<sup>831</sup> (COSTA, 2013, p. 216)*

Por esse contexto a pesquisa observa por meio das esferas do legislativo municipal de Aracaju e Estadual os instrumentos construídos para a inserção dos conteúdos ligados à história e cultura dos afro-brasileiros, bem como nas organizações do Movimentos Sociais buscando agentes e agências preocupadas com a inserção desses conteúdos, a Universidade Federal de Sergipe a partir do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro - NEAB e dos Departamentos, além das propostas construídas pela Secretaria de Educação do Estado – SEED.

Uma observação do estudo é a existência de leis aprovadas pela câmara de vereadores de Aracaju assim como no âmbito da esfera estadual observando a História e Cultura afro-brasileira. Algumas das reivindicações desses instrumentos foram ações de combate ao racismo e discriminação criada pela inserção do ensino de História da África e da História da Cultura Afro-brasileira em todas as modalidades de ensino devido à visão etnocêntrica perpetuada em suas representações.

Nas pesquisas iniciais foram localizadas legislações na Câmara de Vereadores de Aracaju<sup>832</sup> que contemplam a proposição da inserção da História e cultura do negro e do

---

<sup>831</sup> De acordo com o autor a Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390) tornou contravenção penal o preconceito racial e as leis criadas nos governos de Fernando Henrique e Lula foram o Decreto 3.551 de 2000 “institui o patrimônio cultural e imaterial a partir da valorização da cultura afro-brasileira, o Decreto 4.228 de 2002 institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas. O Decreto 4.887 de 2003 regularizava o direito à terra dos descendentes de escravos.” (p.216)

<sup>832</sup> Também foram localizadas na Câmara de Vereadores a lei nº 2.399 de 06 de junho de 1996 que dispõe sobre a inclusão de artistas e modelos negros nos filmes e peças publicitárias encomendadas pela prefeitura municipal de Aracaju. A lei nº 3.285 de 29 de setembro de 2005 institui a realização da Semana dos Direitos Humanos e da cidadania nas escolas municipais de Aracaju e dá outras providências.

índio na educação assim como elementos de valorização das representações afro-sergipanas no espaço escolar.

Foram localizadas a lei nº 1.435 de 26 de dezembro de 1988 que é integrada com a lei complementar nº 68 de 12 de agosto de 2005 que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Participação e Promoção da Igualdade Racial; lei nº 1.858 de 14 de julho de 1992 “institui o dia municipal da consciência negra e reconhece João Mulungu como herói negro do município e dá providências correlatas; lei nº 2.221<sup>833</sup> de 30 de novembro de 1994 “Institui a criação do curso preparatório para o corpo docente e outros especialistas da rede municipal de ensino, visando à implantação de disciplinas ou de conteúdos programáticos no currículo da referida rede, baseados na cultura e na história do negro e do índio, de acordo com a pedagogia interétnica e dá outras providências”; lei nº 2.251 de 31 de março de 1995 “dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar da rede municipal de ensino de 1º e 2º graus, conteúdos programáticos relativo ao estudo da raça negra na formação sócio cultural e política brasileira e dá outras providências”; lei nº 3.514 de 14 de dezembro de 2007 inclui no calendário cultural artístico do município o evento novembro negro e dá outras providências.

Na esfera estadual observamos a lei nº 4192 de 23 de dezembro de 1999 “recomenda a inclusão do Conteúdo da Cultura Negra em Concurso Público, Curso de Formação e Aperfeiçoamento do Servidor Público Civil e Militar; e institui o 19 de janeiro como Dia Estadual de Luta da Consciência Negra, e dá outras providências”; a lei nº 5.497 de 23 de dezembro de 2004 que “dispõe sobre a obrigatoriedade do Conselho Estadual de Educação estabelecer e normatizar as Diretrizes Operacionais, para a inclusão nos currículos da Educação Básica das Redes Pública e Particular do Estado de Sergipe o ensino obrigatório da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, conforme a Lei Federal 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e dá outras providências.”<sup>834</sup>. Assim como lei nº 6.144835 de 04 de junho de 2007 que institui a Semana de Cultura negra no âmbito do estado de Sergipe e dá outras providências.

No Núcleo de Estudos Afro-brasileiro – NEAB<sup>836</sup> da UFS foram localizadas inicialmente experiências no período de 1980 como a realização de Cursos para

---

Lei nº 1.960 de 31 de dezembro de 1992. reconhece de utilidade pública a União dos negros de Aracaju – UNA.

<sup>833</sup> Na presente lei encontramos em seus artigos 3º, 4º e 5º: Art. 3º - O curso preparatório terá os seguintes conteúdos: a) migração e áreas de distribuição de grande alcance; povoamento indígena da América e do Brasil; b) diversidade étnica dos povos indígenas no Brasil; população, línguas e culturas Sua geografia, c) culturas indígenas, aculturação e processo de articulação com a Sociedade Nacional Brasileira; manutenção e reconstrução das identidades étnicas; d) sociedade nacional, identidade étnica e povos minoritário; por uma construção da cidadania; e) migração forçada dos africanos para o Brasil, origens e concentração étnicas no Brasil; f) reagrupamento étnico e resistência dos escravos; g) persistência, emergência e reconstrução de identidade étnica negras no Brasil; As revoltas dos escravos como fenômeno político; h) as atuais identidades étnicas dos negros no Brasil e suas manifestações. Art. 4º - O programa constante do Art. 3º é flexível e aberto às sugestões de setores da sociedade civil interessada na questão da educação do negro e do índio, e da educação dos membros da sociedade nacional, quanto aos problemas que enfrentam essas duas grandes categorias de cidadãos etnicamente identificados. Art. 5º - Cabe à Secretaria de Educação do Município, através de seus órgãos competentes, tomar as devidas providências para a implantação desta Lei.

<sup>834</sup> As leis citadas na esfera estadual sergipana estão disponível em [http://www.al.se.gov.br/legislacao\\_estadual.asp](http://www.al.se.gov.br/legislacao_estadual.asp). Acesso em maio de 2013.

<sup>835</sup> Alterada pela lei nº 6.203 de 19 de setembro de 2007 que acrescenta no art. 2º e 5º a Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Social na realização das ações da Semana de Cultura Negra no âmbito do estado de Sergipe.

<sup>836</sup> Durante esse período a coordenação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro – NEAB estava sendo realizada pela professora Maria Nely dos Santos. As pesquisas sobre a documentação do núcleo ainda estão em andamento.

professores da rede municipal e estadual de ensino alguns ofícios indicam em 1986<sup>837</sup> pesquisa referente ao resgata e a difusão da cultura afro-sergipana, a realização do I Curso de História do Negro no Brasil para professores de 1º e 2º graus no período de 16 de maio a 16 de julho de 1987 e Simpósio de História de Sergipe: Negro, poder e saber promovido pelo Diretório Acadêmico Livre de História<sup>838</sup>. Participação do Neab em Curso para estrangeiros sobre a língua portuguesa e cultura afro-brasileira e questões sócio-culturais de Sergipe de 23 de julho a 14 de agosto de 1988 além do contato com Universidades africanas; articulações para as Comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura<sup>839</sup>.

Na esfera dos movimentos sociais a Casa de Cultura Afro-sergipana desenvolveu o *Projeto João Mulungu vai as escolas* um projeto em parceria com a SEED com a proposição de palestras sobre a cultura negra nas escolas para professores e alunos. Projeto esse aprovado por meio do Decreto lei n 4.192 estadual de 23 de Dezembro de 1999 que teve longa duração e foi desenvolvido em várias municípios sergipanos. Segundo um dos seus autores:

*(...) o “Projeto Cultural de Educação ‘João Mulungu vai às Escolas’ (... ) itinerantemente difunde nas Escolas a importância do Negro e suas Culturas na formação da Cultura Sergipana, através da cultura local e para tanto produziu diversos Cadernos Pedagógicos sobre o tema e os Cadernos Diversidade Etno Históricos e Culturais dos Municípios dando ênfase ao Negro e o Índio, repensando a educação regionalizada.*<sup>840</sup>

Os elementos apresentados até o momento contribuem para delinear os inicialmente como estava a inserção de sujeitos como negro e índios em algumas esferas sergipanas no período analisado que possivelmente criaram espaços de discussão pensados para fomentar a busca de direitos para sujeitos que fizeram parte do processo civilizatório nacional, mas estavam a margem das possibilidades de acesso a instrumentos básicos sociais.

---

<sup>837</sup> Informações localizadas na Caixa nº 2 – Publicações e Jornais. Ofício nº 04/88 – Neab/ CECH/UFS.

<sup>838</sup> Ofício nº 10/87 de 10/06/87- Palestra com Severo D' Acelino sobre “Movimento negro no Brasil e em Sergipe no CULTART para ser realizada em 14 de junho de 1887. Ofício nº 34/87 de 14/07/87. Neab/ CECH/UFS. Ofício nº 38 e 41/87 de 17/11/87 proposição do Livro Os últimos anos de escravidão. Ofício nº 44/87 de 23/11/87 Palestra sobre o papel do Neab e a questão do negro na Sociedade Sergipana proferida na Câmara de Vereadores de Aracaju em 19/11/87. Ofício nº 45/87 de 23/11/87 – Contato com a Câmara de Vereadores sobre as diretrizes do Centenário da Abolição da Escravatura.

<sup>839</sup> Outras experiências também foram localizadas: Ofício nº 09/88 de 18/02/88 - realização de Ciclos de Debates sobre a escravidão no Brasil destinado a comunidade universitária e ao público em geral . Semana da Abolição com o ciclo de debates: História e historiografia da escravidão, demografia da escravidão e questões atuais sobre o negro no Brasil. Ofício nº 24/88 – Projeto “Escravidão e abolição em Sergipe – desdobramentos da proposta do Curso de História do Negro no Brasil para professores de 1º e 2º graus com o apoio da SEED, SBPC regional e do SESC e outras entidades. Ofício nº 28/88 de 05/04/88 – Programação da Abolição da Escravatura – UFS e NEAB dentro do ciclo de debates realização da aula pública sobre o “significado da Abolição.” Ofício nº 40/88 de 18/05/88 – Debate sobre a Introdução da disciplina “Cultura Negra brasileira” nos currículos escolares ministrado pela presidente do Conselho Estadual de Educação. Ofício nº 41/88 – Aponta a Exposição “A escravidão em Sergipe – documentos para a sua História realizada pelo prof. Cláudio Remacre Munareo e equipe na Diretoria do arquivo Público Estadual de Sergipe.

<sup>840</sup> Disponível em <http://jornalnago.blogspot.com.br/2008/06/severo-dacelino.html>. Acesso em abril de 2013.

## CAMINHOS PARA OBSEVAR O OBJETO

Para construir espaços de inteligibilidade na pesquisa busco referências nos movimentos<sup>841</sup> construídos no ano de 1968 por ser um marco para pensarmos mudanças de comportamentos que contribuíram para uma nova leitura sobre a sociedade e como um divisor para as reivindicações de grupos sociais que precisam ser observados e ouvidos dentro de suas especificidades. Além da luta pelos direitos civis por meio do ativismo organizado por movimentos sociais que buscam o direito a humanização de certas minorias sociais. No Brasil tenho a Constituição Federal do Brasil de 1988 como um ponto de observação pela representação de direitos sejam eles individuais, coletivos, sociais ou políticos colocados, além dos limites estabelecidos para o poder dos governantes devido às consequências dos regimes militares colocadas para a sociedade brasileira; o ano de 1997 com a constituição dos Parâmetros curriculares nacionais; e 2003 como desfecho do processo construído para a aprovação da lei 10639<sup>842</sup>, sua aplicabilidade no espaço educacional e as demandas formuladas a partir dela.

No contexto sergipano desde a década de 1960 há a organização de entidades as quais culminavam com a proposta do movimento negro no estado para a valorização da cultura afro-brasileira. Na década de 1980 houve a criação da Casa de Cultura Afro-sergipana tendo como finalidade apresentar traços da cultura negra do estado, assim como a articulação de grupos e eventos que discutiram a realidade vivida pelos afro-sergipanos. Em 1991 foi criado o Fórum de Entidades Negras de Sergipe (FNES)<sup>843</sup> uma entidade que fortalece a iniciativa de promoção da lei 2.221/94. Algumas das reivindicações foram ações de combate ao racismo e discriminação criada pela inserção do ensino de História da África e da História da Cultura Afro-brasileira em todas as modalidades de ensino devido à visão etnocêntrica perpetuada em suas representações.

Sabemos que aprovação da lei 10639<sup>844</sup> em caráter nacional envolveu a organização do Movimento Negro que desde a década de 1950 e 60 vem articulando

---

<sup>841</sup> Movimentos de reivindicação ligados as causas ecologistas, feministas, das organizações não-governamentais (ONGs) e dos defensores das minorias e dos direitos humanos tiveram força nesse período para defender suas causas dentro de um discurso mais amplo na sociedade.

<sup>842</sup> Muitos estados brasileiros promulgaram leis dentre eles, o estado da Bahia 05 de outubro de 1989 com o artigo 275 da sua Constituição; a lei orgânica do município de Belo Horizonte 21 de março de 1990; a lei 6.889 do município de Porto Alegre de 05 de setembro de 1991; a lei 7685 Belém 17 de janeiro de 1994; a lei 11.973 do município de São Paulo de 04 de janeiro de 1996; a lei 2639 do município de Teresina de 16 de março de 1998. (SANTOS, 2005) apresentaram discussões sobre a valorização da cultura afro brasileira no espaço educativo.

<sup>843</sup> O estudo de Dantas aponta que a FENS era formado pelas seguintes entidades: 1) Sociedade Afro-sergipana de Estudos e Cidadania (SACI), que atua como ONG e é a organização negra mais bem estruturada do estado, dispondo de maior prestígio social; 2) Sociedade de Cultos Afro-Brasileiros Filhos de Obá, que pretende desenvolver atividades de cunho político-cultural; 3) Cooperativa Educacional Lélia Gonzáles; 4) Grupo Abaô de Capoeira Angola, que se tornaria Associação Abaô de Arte-Educação e Cultura Negra; 5) Grupo Afro-Cultural Unidos do Quilombo; 6) Sociedade de Cultos Afro-religiosos Ilê Axé Odé Bamirê; e 7) Movimento Negro Independente (MNI). Algumas organizações trabalham a cultura afro-brasileira em Sergipe e tentam organizar possibilidade de representações da cultura afro brasileira na sociedade sergipana com a prática da capoeira, danças e outras que além da apresentação desses elementos procuravam articular lideranças para discutir a valorização da cultura afro-sergipana e as pautas colocadas pelos agentes que apontavam para o discurso do movimento negro nacional.

<sup>844</sup> Com a aprovação da lei 10.639 de 09 de março de 2003 a escrita sobre a lei e seus implicativos fomentam a maior observação no espaço escolar de como estava centrada a nossa visão de sociedade representada para os alunos e como ela era refletida para algumas populações (negras e indígenas). Mesmo com a não aplicação em alguns espaços escolares da proposta da lei como colocada na resolução e parecer que à acompanham e notável a discussão causada no espaço escolar para repensar práticas sociais presente no imaginário e refletido no cotidiano escolar possivelmente pela falta de observação de

reflexões sobre a representação do negro no espaço escolar sem os estereótipos (negro subalterno, escravizado, animalizado) que estavam presente em muitos livros didáticos trabalhados nas escolas, reconfiguração apontada pela nova possibilidade de enxergar o outro nesse caso o negro impulsiona a produção de material didático com outras perspectivas.

As reflexões sobre o currículo e cotidiano escolar que se fortalece na educação proposta pelas leis 10.639/03<sup>845</sup> e 11.645/08<sup>846</sup> é um dos motivos de construir a análise do projeto, desta forma o espaço educacional é escolhido, justamente, por apresentar tensões que estão dadas na sociedade e precisam ser repensadas pelo papel de formação que a escola poderá exercer sobre os indivíduos e em sua postura em sociedade.

Segundo Arostegui<sup>847</sup> a explicação histórica vem a partir da leitura da manifestação do processo social construído por rupturas e permanências que caracterizam os sujeitos e suas ações e os discursos produzidos que influenciam nas práticas sociais e como estes podem ser produtos elaborados para movimentos que produzem rupturas visíveis em alguns espaços e permanências estruturais que condicionam comportamentos sociais. E nesse contexto se constrói espaços de inteligibilidade que apontam para construção do “histórico uma realidade ‘dada’ de algum modo, mas também, de outro modo ‘construída’, e, enfim ‘sentida’ ou ‘vivida’.” (2002, pp. 289/90)

A observação do pensamento histórico, da *linguagem* produzida pela experiência dos sujeitos no tempo podem contribuir como aporte na análise do discurso<sup>848</sup> por ser a linguagem como diz Malerba influenciado pela teoria simbólica de Nobert Elias torna-se "um meio de orientação e de comunicação dos seres humanos no mundo, estes precisam da história como um meio de orientação, precisam situar-se no tempo para guiar a sua ação com vistas a sua sobrevivência." (MALERBA, 2011, p.149)

Pela perspectiva da História do Presente<sup>849</sup> e seus aportes pretendo compreender esse campo de estudo influenciado pela demanda social, novos problemas e a inserção

---

alguns agentes ou pela não percepção das ações produzidas que inferiorizavam a representação sobre segmentos fundadores da sociedade brasileira.

<sup>845</sup> No contexto de Sergipe dentro do espaço do Mestrado em Educação temos a tese de Aguiar (2012) que discute os caminhos e os descaminhos colocados no estado de Sergipe para a implementação e aplicabilidade da Lei 10.639/03 na experiência escolar, apresentando contribuições que podem ser exploradas sobre o movimento dos agentes sociais que desenharam a construção da lei 10.639/03 no Brasil e em Sergipe.

<sup>846</sup> A lei 11.645 de 10 de março de 2008 complementa a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Art. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm). Acesso em abril de 2013.

<sup>847</sup> AROSTEGUI, Julio. História como atribuição. In: A pesquisa em História: teoria e método. Tradução de Andreia Dore. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006. pp. 288-331.

<sup>848</sup> Lidos segundo Malerba como experiência prática de vida humana que podem construir um quadro interpretativo da consciência histórica e suas representações.

<sup>849</sup> As contribuições da história do presente e da história política poderão ser um dos nortes da pesquisa por tentar compreender as relações construídas pelos diferentes agentes para a observação de reivindicações e indagações devido às demandas vivenciadas nas relações sociais que buscam respostas para os problemas causadas pelas práticas construídas no passado e que ainda apontam permanências



do historiador homem do seu tempo dentro da análise histórica que constrói uma objetividade/historicidade a partir dos métodos selecionados para compor sua compreensão sobre uma realidade social a qual ele não é imune.

As posições colocadas pelo estudo da memória como fonte histórica estão inseridas no estudo por perceber “a memória como presença do passado” como diz ROUSSO (2005, p.94) constituir-se como fundamental para as análises da História do presente por proporcionar leituras de acontecimentos que precisam ser compreendidos na perspectiva de que a memória “é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele que o indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.”

As reflexões de Arostegui sobre o método historiográfico são imprescindíveis para observar a construção da teoria e dos métodos discutidos para o entendimento do processo histórico. As contribuições do autor podem favorecer o amadurecimento dos passos metodológicos favoráveis a leitura do histórico visto como “o resultado do comportamento dos fenômenos sociais no tempo, o material empírico sobre o qual a historiografia trabalha” (2006, p. 456) e que se coloca para serem lidos a partir da seleção de um método que contribua para a compreensão do objeto histórico. Para a definição dos passos metodológicos da pesquisa as observações colocadas por Arostegui sobre os instrumentos da análise histórica do objeto histórico; o planejamento da pesquisa; delimitação das fontes; métodos que favorecem a compreensão do discurso histórico; os conceitos; as fontes; o processo de crítica; os cuidados e as possibilidades que devem ser observadas para o desenvolvimento de um estudo por meio da construção de uma teoria adequada ao contexto do objeto escolhido para análise são imprescindíveis para a pesquisa desenvolvida. E nesse sentido tentar captar o histórico dentro do objeto estudado por meio da descrição e argumentação na medida em que:

*A história que se escreve tem que captar o histórico (...) porque um mero relato baseado em fontes não expressa por si mesmo o histórico. Desde a história geral a micro-história, desde a história total a biografia individual, o que define a historicidade própria de uma situação é alguma variável especialmente significativa. Em torno dela o historiador tem de construir seu 'produto'. (p.486)*

Por fim, analisar os discursos delineados no objeto estudado é também perceber que por está envolvidos em variantes históricas eles estão sendo construídos no tempo e o tempo se constrói sempre a novas compreensões. Na pesquisa, eles poderão ser entendidos como, espaço produtor de história<sup>850</sup>, o que pode caracterizar a problemática de investigação das experiências formuladas e reformuladas pelos indivíduos para construir espaços de sociabilidades e reivindicações.

## Fontes e Referências Bibliográficas

---

que implicam em problemas sociais como a desigualdade de oportunidades e o imaginário construído sobre a representação de certos grupos no meio social.

<sup>850</sup> PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus. 1997. p. 259 a 274.



- ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In: PEREIRA, Almicar Araújo. MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de História e Culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 26-55.
- AGUIAR, Fernando. **A História da África entre embates e dilemas: caminhos e descaminhos para implementação e aplicabilidade da Lei 10.639/2003 na experiência escolar da rede pública estadual em Sergipe**. Defesa apresentada em maio de 2012 pelo Programa de Doutorado em Educação – UFS.
- AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa em Histórica: teoria e método**. Tradução de Andréia Dore. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.
- \_\_\_\_\_. **La Historia del Presente: una cuestión de método?** Actas del IV Somposio de Historia Actual: Logroño, 17-19 de octubre de 2002. Vol 1, 2004. pp. 41-76.
- BEDÁRIDA, François. Tempo Presente e presença da História. In: **Usos e Abusos da História Oral**. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. pp. 219-232.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. D.O.U de 10/01/2003.
- BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. D.O.U de 11/03/2008.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília. DF: 2004. PARECER CNE/CP3/2004, aprovado em 10/03/2004. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Ministério da Educação. Brasília. DF. 2004.
- BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Ministério da Educação. Brasília. DF. 2009.
- BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997
- CHAUVEAU, Agnès, TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p.7-37
- COSTA, Warley da. A escrita da história da África e dos afro-brasileiros: entre leis e resoluções. In: PEREIRA, Almicar Araújo. MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de História e Culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 214 - 244.
- DANTAS, Paulo Santos. **Construção de identidade negra e estratégias de poder: o movimento negro sergipano na década de 1990**. Disponível em [http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3743](http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3743). Acesso em 17 de abril de 2013.
- DOMINGUES, Petrônio José. **Movimento negro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. Revista de História (UFES), v. 21, 2008, p. 110-111. Disponível em [http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21\\_PetronioDomingues.pdf](http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21_PetronioDomingues.pdf). Acesso em 28/09/12.
- GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane. (Org.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001. pp. 83-96.
- \_\_\_\_\_, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2005. pp.

143-154.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KOSELLECK, R. Prefácio. In: **Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - RIO, 2006, pp. 13-118.

LEMOS, Rosália de Oliveira. **O Negro na Educação e no Livro Didático: Como trabalhar alternativas**. Rio de Janeiro: CEAP, 1999.

MALERBA, J. Narrativa: História e discurso. In: **Ensaio: teoria, história e Ciências Sociais**. Londrina: Eduel, 2011, pp. 119-153.

MOURA, Glória. O direito à diferença. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2005. pp. 69-82.

NASCIMENTO, ELISA. **Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

RICON, Leandro, SCHURSTER, Karl. A história política e a história do Tempo presente: caminhos e intercessões. In: MATTOS, Júlia S., SCHURSTER, Karl, SILVA, Giselda Brito. **Campos da Política: discursos e práticas**. São Paulo: LP Books, 2012.p.64-81

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: **Usos e Abusos da História Oral**. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. pp. 93-101.

SANTOS, Lorene dos. Ensino de História e cultura africana e Cultura afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à Lei 10.639/03. In: PEREIRA, Almicar Araújo. MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de História e Culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 57-83.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretária de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

**REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS:** Documentação do Núcleo de Estudos afro-brasileiros - Neab - Universidade Federal de Sergipe; Projetos pedagógicos enviados a Secretária de Educação elaborados entre 1980 e 2003 que contemplem a discussão proposta; Cadernos produzidos pela Casa de Cultura afro-sergipana e pela Sociedade Afro-sergipana de Estudos e Cidadania (SACI); livros didáticos selecionados para o ensino de História nas escolas; Parâmetros curriculares nacionais<sup>851</sup>; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Jornais: CINFORME e Jornal da Cidade matérias que noticiam entrevistas ou notas sobre as experiências ligadas a História e Cultura afro-brasileira em Sergipe. Atas e projetos das leis citadas no texto. Entrevistas de agentes que fizeram parte da organização da construção desse outro olhar sobre as representações afro-sergipanas: Professores que participaram do núcleo na década de 1980 a 2003– Núcleo de Estudos Afro-brasileiro; Participantes do Movimento Negro Sergipano e das ONGs que trabalhavam com o tema de estudo.

---

<sup>851</sup> Proponho a observação dos Parâmetros curriculares nacionais em relação ao Tema Pluralidade Cultural.

## A IMPORTÂNCIA DE SE CONHECER O UNIVERSO DOS ALUNOS PARA APLICAÇÃO DO CONTEÚDO DE HISTÓRIA

*Diguerson Gomes da Silva  
Sueli Corrêa*

### **Introdução**

As aulas de História exigem uma preparação prévia do professor, já que uma intervenção não se restringe somente a técnica de aplicação de conteúdo, é importante se conhecer o público com que se trabalha, facilitando assim a aproximação dos temas com a realidade dos alunos.

No Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o bolsista tem grandes oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional, principalmente se ele estiver empenhado em participar de uma educação para o desenvolvimento de seus alunos. Ele deverá assumir-se como investigador social (BARCA, 2004, p. Pág. 02), nesse sentido o bolsista está inserido no cotidiano da escola e tem a oportunidade de dinamizar essa perspectiva de pesquisa da prática docente e do ambiente escolar, no sentido de conhecer melhor as peculiaridades deste ambiente, no qual estará inserido futuramente como professor.

O Pibid proporciona a convivência e o vínculo intenso com o ambiente escolar, potencializando eventualmente pesquisas, referente ao cotidiano desta escola na perspectiva colocada pelas autoras Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lucena, em sua obra *Estágio e Docência*, em que se referem a alguns aspectos do professor pesquisador e sua inserção no contexto escolar como crítico das práticas docentes no sentido de elaborar prerrogativas que sirvam para melhoramento desta prática com qualidade e envolvimento múltiplo com relação à dicotomia teoria-prática.

No sentido de desenvolver práticas docentes condizentes e mais próximas possíveis da realidade dos alunos com os quais o subprojeto de História do PIBID do Instituto Federal de Goiás, desenvolve suas atividades, foi trabalhado não somente práticas docentes, mas também atividades que se relacionam a prática, recursos extras foram utilizados com o intuito de investigar e conhecer os indivíduos, a escola e o sistema educacional que é ofertado para esse grupo em particular de estudantes, que se difere de outros conjuntos por diversos aspectos, inclusive a própria dinâmica educacional e docente se apresentam de forma diferenciada, nesse caso, se tratando da Educação de Jovens e Adultos.

Aplicamos questionários em diversas turmas nos anos de 2011 e 2012 que possibilitasse elaborar um perfil comum e observar as peculiaridades desse grupo. Nesse sentido, obtivemos um total de 205 respostas em números absolutos, no qual nos permitiu traçar com mais eficácia nossos planos e intervenções, e de fato nos levou a entender com mais detalhes o público atendido pela unidade de ensino e as necessidades de aprendizado colocadas por esse grupo.

Aplicamos nas turmas que trabalhamos um questionário que possibilitasse traçar o perfil do aluno com os quais iríamos trabalhar, as questões ficaram em torno de aspectos pessoais e cotidianos dos sujeitos- como, por exemplo, sexo, idade, se tem deficiência física, estado civil, quantidade de filhos cidade natal, sobre o mundo do trabalho

realidade na qual estes indivíduos estão inseridos- questionamos também sobre as aulas de História, as condições de aprendizagem e o papel do professor nesse processo.

Assumimos desde o início uma postura de investigação em relação ao público atendido pela unidade de ensino, buscando entender as peculiaridades dos sujeitos da EJA;

*O papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análise para compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente (Selma Garrido Pimenta & Maria Socorro Lucena Lima, 2004, p. Pág. 49).*

Consideramos que a prática seja aplicar de forma organizada, todo o conhecimento disponibilizado pela parte teórica, desenvolvendo atividades que envolva teoria e prática, e que possa melhorar a aplicação dos conteúdos de História.

Educação de Jovens e Adultos; Teoria versus prática

Na posição de professor pesquisador, no sentido de investigador social, o agente envolvido aprende a interpretar o mundo conceitual do aluno, não para de imediato o classificar em certo ou errado (BARCA, 2004) más para poder se situar frente ao conteúdo de História e aplicá-los de forma eficaz e próximo da realidade destes alunos.

*Focalizar o currículo, a partir de suas relações com o contexto sociopolítico mais amplo, determina a necessidade do uso de categorias que afastam do âmbito puramente prescritivo, as categorias constituem elementos fundamentais para explicitar essas relações na perspectiva de ruptura com as ações pedagógicas conservadoras. (Maria Ciavatta & Sonia Maria Rummert, 2010, p. 468)*

As aulas de História não devem ter somente os traços da aula tradicional com uso de mídias (como o cinema, a música) que tenham a intenção de fugir do cotidiano posto em sala de aula, daí seria o mesmo modelo de aula que os alunos estão acostumados, mas em roupagem diferente, ou seja, uma aula tradicional com meios diferentes para aplicação dos mesmos temas e sob as mesmas características da aula que usaria apenas o quadro negro e giz.

Devem-se ter aspectos interessantes, diferenciados, mas não ser aulas reprodutoras das que estão colocadas no sistema de educação tradicional, a escola tradicional “está estruturada para ensinar a muitos alunos- como se eles fossem apenas um- os mesmos conteúdos fragmentados a serem apresentados de forma previsível e igual” (Maria Ciavatta & Sonia Maria Rummert, 2010) e por isso a importância do professor investigador capaz de observar a realidade em que está inserido e perceber que o sistema educacional, qualquer que seja, submetido às mesmas normas se apresenta de formas diferente, variando de uma escola para outra.

## **Definições teóricas da Educação de Jovens e Adultos**

O adulto que retorna ao ensino regular, não é evidentemente o estudante que busca qualificação profissional ou aperfeiçoamento específico, eles buscam a escola tardiamente para alfabetizar-se ou terminar o ensino médio. O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de um modo diferente daquele da

criança e do adolescente(Oliveira, 1999). A educação de jovens e adultos pode ser caracterizada, como a modalidade de ensino de atendimento ao trabalhador, o que Jaqueline Ventura caracteriza Por subalternizados da sociedade, a classe trabalhadora.

Na visão de Marta Kohl de Oliveira, para refletir sobre a EJA e os indivíduos que a compõe devemos pensar por meio de três campos que contribuem para a definição do lugar social: a condição de não criança, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais.

Segundo a declaração mundial de educação para todos, ou declaração de Jomtien, devemos considerar que a EJA é parte integrante da chamada educação básica, portanto pautada pelos mesmos princípios (Edinéia Fátima Navarro Chilante, Amélia Kimiko Noma.), fato este colocado também pela constituição de 1988, colocando a EJA no mesmo patamar da educação de crianças e adolescentes (VENTURA, 2001), que acabou por enclausurar a escola para jovens e adultos nas rígidas referencias curriculares, metodológicas, de tempo e espaço da escola de crianças e adolescentes, interpondo obstáculos à flexibilização da organização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sociocultural (Pierro, 2005, pág. 1118).

O Colégio CEJA- Universitário evidencia em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) as peculiaridades do público atendido, estando estabelecido o dialogo com os debates acerca dessa modalidade de educação;

*O colégio CEJA- Universitário atende a uma clientela oriunda, basicamente de uma classe social média- baixa em que boa parte das famílias enfrenta grandes dificuldades (...). Percebe-se que alguns desses alunos não puderam concluir seus estudos por que começaram a trabalhar para o sustento da família (CEJA, 2012).*

Segundo as diretrizes institucionais da escola, a modalidade EJA é caracterizada pela oferta de vagas no ensino regular para jovens e adultos que desejam iniciar ou continuar os estudos. Ainda nesse sentido o colégio trabalha embasado na constituição de 1988, art. 208, inciso I, que garante o ensino fundamental gratuito, inclusive aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria, à Lei de Diretrizes de bases da Educação Nacional Nº 9.394/1996, titulo V, capítulo II, seção V nos artigos 37 e 38, e direciona sua matriz curricular de acordo com a resolução nº 1 de 5 de Julho de 2000, do CNE (CEJA, 2012).

#### *Características dos alunos do CEJA- universitário*

A Marca da Educação de Jovens e Adultos parece estar na difusão de que as pessoas devem buscar, na educação, competências e habilidades que as dotem da possibilidade de empregabilidade e se expressa na idéia de que ser educado é ser empregado (VENTURA, 2001).

Inserido no mundo do trabalho, os sujeitos da EJA estão estreitamente ligados a essa realidade, cerca de 68% dos alunos responderam está trabalhando atualmente, numa jornada de trabalho que varia de 31 a 40 horas semanal, e quando perguntados dos motivos que os levaram a sair da escola anteriormente, 43% disseram que a motivação foi pela necessidade de trabalhar.

Os indivíduos buscam a escola para se profissionalizarem e retornar mais qualificados ao mercado de trabalho, fato este que podemos considerar vinculado a idéia de educação reparadora, já que estes adultos não estudaram antes, na idade ideal, e retornaram aos estudos para repararem esta questão em particular.

*A função reparadora da EJA é justificada, no parecer CNE/CEB 11/2000, pelo alto número de analfabetos existente no Brasil, e*

*apresentado como propiciadora do ingresso no mercado de trabalho. No referido parecer defende-se a tese de que a EJA constitui-se em uma oportunidade de atender à atual exigência das competências requeridas pela vida cidadã e pelo mercado de trabalho (Edinéia Fátima Navarro Chilante, Amélia Kimiko Noma.).*

A concepção compensatória de educação de jovens e adultos que inspirou o ensino supletivo, visto como instrumento de reposição dos estudos não realizados na infância ou adolescência (Pierro, 2005), principalmente pelo seu caráter de aceleração e adiantamento dos estudos.

Podemos observar que as respostas dos estudantes, referente aos motivos de retorno a escola sempre está direcionado ao mundo do trabalho, pelo menos 63% responderam que voltaram para concluir o ensino médio em busca de melhorias na profissão e para se preparar para o futuro, o que remete a idéia de este individuo concorrer futuramente à outra vaga de trabalho que exija maior qualificação do candidato.

Outra peculiaridade dos alunos do colégio CEJA é o alto número de pessoas oriundas de outras cidades e regiões do país, entre os estudantes que responderam o questionário aplicado no Colégio CEJA, 49,2%, no turno matutino responderam não ter nascido em Goiânia, enquanto no noturno 61% são de outras regiões do estado e do país. Isso é reflexo do grande número de migrantes que chegam à cidade de Goiânia em busca de trabalho, que não exige qualificação do trabalhador, refletindo diretamente nos dados obtidos entre os alunos do colégio.

Com os dados organizados podemos traçar com mais riqueza de detalhes o perfil dos alunos da EJA desta unidade de ensino, e comparar a estudos que tratam desse público, logo percebemos o que Sergio Haddad e Maria Clara Di Pierro caracterizam como a Nova identidade da EJA, representado pelo crescente perfil juvenil dos alunos nos seus programas, já que 48,3% no turno matutino e 55% no turno noturno responderam ter idade entre 18 e 25 anos.

Existem diversos públicos dentro deste público específico, um exemplo é a quantidade de indivíduos que abandonaram os estudos recentemente, a maior parte, 71% saiu da escola entre os anos de 2000 até 2012, enquanto 17% deixaram a escola ainda na década de 90. No caso da renda existe um grupo bem sucedido, supostamente sem escolarização, 19% responderam receber entre dois e dez salários mínimos, em que 3% disseram receber entre cinco e dez salários. Certamente as peculiaridades, dificuldades e necessidades deste grupo se diferem da visão geral que se tem sobre o público da EJA.

### **Perspectivas para o futuro**

Analisando os dados recolhidos entre os alunos sobre suas perspectivas para o futuro 68% responderam que irá cursar nível superior quando terminar o ensino médio na EJA, demonstrando assim o interesse dos indivíduos pela continuidade dos estudos. Desse percentual, 61% pretende cursar o ensino superior em uma universidade pública.

Quando responderam sobre os horários que poderiam estar disponível para se dedicar aos estudos todas as respostas estavam vinculadas ao mundo do trabalho, portanto, pretendem dar continuidade conciliando trabalho e estudo. Algumas respostas remetem a baixa autoestima dos estudantes, alguns disseram que não irão continuar os estudos por se sentirem impossibilitados, principalmente por ter ficado muito tempo fora da sala de aula.

O estudante da EJA tem o entendimento de que a obtenção de um diploma pode mudar radicalmente suas vidas e as relações que mantém com o mercado de trabalho e vida social e ainda o resgate da autoestima. Quando perguntados sobre o como a vida dele mudaria após a obtenção de um diploma de nível superior, alguns foram enérgicos, em uma resposta direta, disseram que mudaria a autoestima e ressaltam a suposta facilidade de inserção no mercado de trabalho, inclusive observam a possibilidade de melhora na qualidade de vida e aumento do poder aquisitivo, em virtude de adquirir uma profissão.

## **Conclusão**

O PIBID vem realizando desde o ano de 2011, participações no cotidiano escolar de muitos alunos do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) do Setor Universitário, o envolvimento deste programa na dinâmica da escola possibilita variar as formas de ensino de História, tornado a relação de ensino aprendido mais interessante.

A inserção do acadêmico como professor na perspectiva investigativa, o torna mais hábil para lidar com as peculiaridades da educação de modo geral, e potencializa de forma mais próxima do público alvo o ensino da disciplina que esteja em questão.

Antes mesmo das primeiras intervenções na escola parceira, o subprojeto de História coordenado pela Professora Mestre Fabiane Costa Oliveira foram realizados várias atividades de aproximação, em todas as perspectivas, com a intenção de inserir de forma integral o bolsista no ambiente escolar, e o levando a desenvolver práticas docentes de qualidade voltada para o público com o qual se propõe trabalhar.

Foram aplicados diversos questionários qualitativos e quantitativos para monitoramento do público, buscamos ao longo dos semestres, desenvolver atividades voltadas de forma direta a perspectivas dos estudantes, como a abordagem de temas ligados ao mundo do trabalho e da profissionalização, assuntos que estão inseridos no contexto de vida desses alunos. Deve-se considerar o aluno como agente de sua formação com ideias prévias e experiências diversas.

Entendemos, por meio das intervenções e busca de dados entre os estudantes, que a educação de jovens e adultos é muito próxima ao que se apresenta nas pesquisas sobre o tema, porém lidar com essa modalidade na prática é muito diferente, e apresenta muitas barreiras que podem ser quebradas por profissionais bem preparados e inseridos no mundo escolar de modo integral, principalmente na perspectiva empírica e de observação desse meio.

## **Fontes e Referências Bibliográficas**

BARCA, I. (2004). **Aula oficina: do projeto à avaliação.** In. *Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica.* (pp. 131-144). Braga: (CIED) Instituto de Educação e Psicologia- Universidade do Minho.

Edinéia Fátima Navarro Chilante, Amélia Kimiko Noma. (s.d.). **Educação e trabalho na transição do século XX para o XXI: A função qualificadora da Educação de Jovens e Adultos.**

Maria Ciavatta & Sonia Maria Rummert. (2010). **As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de Jovens e Adultos integrada à formação profissional.** *Educ. Soc.* , 461-480.

- OLIVEIRA, M. K. (1999). **Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** *Revista Brasileira de Educação* , 59-73.
- (2011). *Perfil Sócio-econômico dos estudantes do Centro de Educação de Jovens e Adultos( CEJA)- análises de graficos.* Goiânia.
- PIERRO, M. C. (2005). **notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.** *Educ, Soc. Campinas* , 1115-1139- Especial.
- (2012). *Questionário aplicado no II encontro CEJA no IFG.* Goiânia.
- (2012). *Questionário sócio-econômico aplicado aos alunos do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA).* Goiânia.
- Selma Garrido Pimenta & Maria Socorro Lucena Lima. (2004). *Estágio e Docência.* Cortez Editora.
- Sérgio Haddad, Maria Clara Di Pierro. (2005). **Escolarização de Jovens e Adultos.** *Coleção Educação Para Todos* , 83-126.
- VENTURA, J. P. (2001). **Educação De Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos.** 1-23.



## HISTÓRIA MARGINAL: A HISTÓRIA ALÉM DOS LIVROS DIDÁTICOS

Elaine Caroline Rocha Oliveira

### INTRODUÇÃO

Cada vez mais, os livros didáticos tentam compensar sua visão global da história trazendo imagens, como obras de artes ou charges, letras de músicas ou documentos históricos oficiais, como a famosa Carta de Pero Vaz de Caminha, incentivando uma análise maior sobre os fatos da história estudados em sala de aula, porém cabe uma pergunta: “até que ponto essa história engloba uma sociedade ou um contexto histórico?”.

É importante notar, que ao apresentar os conteúdos de modo mais abrangentes, os livros didáticos acabam por colocar à margem do contexto histórico os acontecimentos referentes à história local, fazendo com que esta se torne marginal, no sentido de não ser, muitas vezes, conhecida ou levada em consideração na empreitada da construção do conhecimento histórico, além disso, diversos sujeitos e contextos históricos locais acabam por não ser valorizados ou são lançados no esquecimento. Trabalhar com a história de baixo para cima, buscando o enfoque dos movimentos populares regionais e trazer essa nova visão para sala de aula é algo que se apresenta desafiador, prazeroso e interessante, pois lança um olhar e uma mágica que aproxima o passado do dia a dia do aluno, visto que nos livros didáticos os conteúdos mostram fatos históricos em contextos que se apresentam muito distantes das realidades vivenciadas pelos discentes.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – área de história:

*Nas últimas décadas, o conhecimento histórico tem sido ampliado por pesquisas que têm transformado seu campo de atuação. Houve questionamentos significativos, por parte dos historiadores, relativos aos agentes condutores da história, indivíduos e classes sociais, sobre os povos nos quais os estudos históricos devem se concentrar, sobre as fontes documentais que devem ou podem ser usadas nas pesquisas e quais ordenações temporais devem ou podem prevalecer. Tem sido criticada, simultaneamente, uma produção histórica que legitima determinados setores da sociedade, vistos como únicos condutores da política da nação e de seus avanços econômicos. Tem sido considerada, por sua vez, a atuação dos diversos grupos e classes sociais e suas diferentes formas de participação na configuração das realidades presentes, passadas e futuras. (BRASIL, 1997, p.25).<sup>852</sup>*

Se partirmos do fato que a História enquanto disciplina, na tentativa de atender o estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – área de história – busca avançar na produção do pensamento crítico a respeito dos fatos históricos, perceberemos a importância do uso de novas fontes e de novos olhares, especialmente aqueles a respeito dos temas locais.

Normalmente, além do uso do conteúdo da disciplina história ser voltado para um olhar mais amplo, o que se nota é que os livros didáticos privilegiam uma visão de cima da história, a história do dominador em detrimento do dominado, assim, analisando o fato que a maioria das escolas públicas tem seu corpo discente formado pela classe subalterna, ou seja, a classe dominada, incentivar a análise histórica em outras fontes

<sup>852</sup> In:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf> > Acesso em: 01. Set. 2013.

que busquem ascender um pensamento crítico e lançar um olhar mais profundo diante dos acontecimentos sociais é algo a ser trabalhado pelo professor de história, contribuindo para que este se torne um professor-pesquisador ou um professor-historiador, que leve em consideração o que Dennison de Oliveira (2011, p. 37) aponta, quando afirma que:

*(...) a terminalidade do ensino de História não é a mera assimilação de informações fáticas, mas o desenvolvimento da capacidade de pensar historicamente, que deve partir das ideias históricas já presentes na cultura dos nossos próprios alunos. São as experiências vividas pelos alunos que irão ajudá-los a dar sentido ao passado e a incorporar os conceitos históricos. Tal postura irá levá-los, de fato, a conseguir pensar historicamente.*

Portanto, o objetivo desse trabalho é discutir a formulação do pensamento crítico a respeito dos fatos históricos em sala de aula, especialmente os que não são retratados nos livros didáticos, buscando desse modo incentivar os docentes da área e os discentes a realizarem a prática da pesquisa e análise documental, partindo de fatos do dia a dia, jornais de época e até produções literárias que privilegiem uma análise e a construção de um pensamento crítico a respeito principalmente da história local.

## **EXPLORANDO O INEXPLORADO: A HISTÓRIA LOCAL EM FOCO**

O estudo da disciplina história visa principalmente à formação de um sujeito crítico e não apenas a formação de um simples conhecedor dos fatos que ocorreram no passado. Desse modo, podemos perceber a importância de discutir formas de abordagens e de construção desse conhecimento, especialmente no que tange a construção do conhecimento de forma prazerosa, instigante e participativa. Pois,

*Sob a abordagem da Educação Histórica, os conteúdos devem ser definidos levando-se em conta a realidade prática, concreta, na qual vive o aluno. Devem levar o estudante a desenvolver e aplicar conceitos que o permitam entender a história como processo constituinte da realidade em que ele vive e, dessa forma lograr a necessária autonomia para pensar historicamente. (Id, 2011, p. 39)*

O que podemos notar, é que o pensamento crítico do aluno deve ser construído unindo um determinado contexto histórico à realidade a qual ele está inserido e no intuito de contribuir para isto o professor deve atentar para a realidade local e a formulação de práticas de pesquisa e estudo voltadas para a temática regional, fazendo com que os discentes desenvolvam o interesse por tal temática.

De modo que, na tentativa de incentivar a construção do conhecimento sobre a realidade em que o discente vive, o presente trabalho visa apresentar o uso de fontes primárias, buscando trabalhar em sala de aula as particularidades que cercam o contexto histórico da região bem como o trabalho com fontes documentais, jornais de época e textos literários produzidos por intelectuais da região, contribuindo para que, de acordo com Érica da Silva Xavier (2010, p. 641):

*...o professor atendendo a função cognitiva da aprendizagem do aluno pode transformar essas fontes em ferramentas para demonstrar ao aluno de forma didática que a história é feita de vestígios deixados*

*pelos homens do passado e que se constituem no material com o qual o historiador vai utilizar para compreensão de como determinadas sociedades se estabeleceram em determinados tempos/espacos.*

É importante salientar, que no caso da nossa pesquisa, há o interesse de analisar e abordar a formação ou a construção do conhecimento histórico crítico do discente a respeito da história local, especialmente destacando a história de Alagoas, partindo de uma análise da micro história rumo a macro história, ou seja, estimular o aluno a se debruçar sob acontecimentos locais, trazê-los para o enfoque nacional e depois contextualizá-los com os acontecimentos globais, principalmente porque, de acordo com Marcos Lobato Martins ( p. 138, 139),

*... aos observadores atentos da história do último quartel do século XX e dos acontecimentos do início do terceiro milênio, fica claro que o planeta não caminha no sentido de ser libertado das originalidades regionais e locais. É verdade que a globalização afeta cada quilômetro quadrado da superfície terrestre, aumentando as pressões sobre as culturas tradicionais e sobre as regiões. (...) Ao olharem ao redor, as pessoas buscam encontrar elementos de continuidade, alguma quantidade de símbolos de permanência, certo legado do passado. (...) O “lugar” e a “região” respondem a demandas individuais e coletivas por segurança, continuidade histórica e pertencimento a algum tipo de comunidade de destino.*

Essa busca, que Marcos Lobato Martins apresenta não se completa ou se conclui apenas com o uso do livro didático, pois de acordo com Idelsuite de Sousa Lima:

*Os livros são produzidos e editados, na maior parte dos casos, em São Paulo, para serem distribuídos às escolas de todo o Brasil. Mesmo os que são editados em outras cidades têm a mesma intenção: servir a toda e qualquer escola do país. Assim, as informações que esses manuais do mundo da edição passam para servir de estudo aos alunos de todos os recantos do Brasil fazem um recorte do conteúdo de História que, na busca de atender a todos, findam por não abordarem bem nenhum assunto. São pinceladas que retratam uma visão homogênea, inadmissível no mundo das diversidades. Constata-se uma característica comum entre as obras - o fato de serem elaboradas de forma genérica, desconsiderando as especificidades de cada região, as diversidades étnicas, geográficas, históricas, culturais e tantas outras tão heterogêneas, em relação à extensão continental do país.*

Com isso, podemos perceber que o discente carece desses elementos regionais/locais, para estabelecer sua identidade e entender a realidade que o cerca, bem como os acontecimentos nacionais e/ou globais afetam ou afetaram essa realidade.

Trabalhar a história local junto aos alunos do ensino fundamental, especificamente do 6º ao 9º ano, durante as aulas da disciplina de história, tem por objetivo explorar uma área do conhecimento que não é abordada nos livros didáticos, tendo em vista que em sua maior parte, o livro engloba conteúdos de forma mais ampla e contextualizada com os acontecimentos mundiais, destacando certas conjunturas que acabam por ter resultados em diversas realidades históricas. É importante enfatizar, que esse estudo não aponta para um abandono do livro didático como ferramenta da construção do saber histórico crítico e consciente, mas sim busca frisar que essa

ferramenta precisa e deve se apoiar em outros elementos para poder ter um resultado mais satisfatório e instigante para os discentes.

### *ALAGOAS E SUAS ESPECIFICIDADES: DOCUMENTAÇÃO E PRODUÇÃO ACADÊMICA*

Na tentativa de estabelecer um diálogo entre os alunos e a história local, torna-se necessário explorar o que não é explorado pelos livros, ou seja, buscar histórias do cotidiano local, destacando fatos que possam contribuir para inserção dessa região numa esfera maior. Para tanto, podemos citar as fontes documentais, as produções acadêmicas voltadas para temas regionais, análise de fotografias sobre diferentes períodos da região a ser destacada, bem como relatos orais e produções literárias.

São crescentes as produções acadêmicas da área de história que se debruçam sobre temas regionais/locais, basta o professor apresentar o interesse em estabelecer um contato com encontros, simpósio e outras apresentações de trabalhos na área, voltados para disseminar as produções realizadas no mundo acadêmico, e encontrar algo com o qual ele possa dialogar via documentação, uso de fotografias, visitas a museus entre outros recursos que ele, o docente, poderá perceber como mais apropriado para sua realidade em sala de aula.

Aqui cabe ressaltar que a produção acadêmica é uma área a ser explorada, no nosso caso as que destacam fatos da história local, de forma que essa possa ser usada para dialogar com a formação intelectual dos alunos do ensino fundamental, fazendo com que haja uma troca de conhecimento no sentido de a produção acadêmica passar a apresentar uma finalidade além-mundo universitário, atingindo com isso a comunidade.

Uma temática que pode ser abordada no contexto regional diz respeito às práticas econômicas, sociais, políticas e culturais locais, mas que acabam por ser resultado de um contexto mais amplo, para ilustrar melhor, nessa pesquisa buscamos destacar “os mundos do trabalho”, aqui entendido como os locais onde se estabelecem as relações relativas às práticas do trabalho, suas implicações sociais bem como as relações entre classe dominante e classe dominada, especialmente no que se refere à realização dessas práticas em Alagoas.

Na tentativa de exemplificar os estudos voltados para recortes regionais, recorreremos às pesquisas já realizadas durante a graduação no curso de licenciatura plena em História pela Universidade Estadual de Alagoas, onde um contexto histórico mundial e nacional foi pesquisado partindo do enfoque local, estamos tratando do tráfico negreiro, prática recorrente durante todo período do Brasil colônia e boa parte do Brasil Império. Essa pesquisa foi desenvolvida em âmbito acadêmico, mas pode vir a ser trabalhada em sala de aula, com as devidas adaptações, além dessa temática outra pesquisa que pode ser utilizada para trabalharmos em sala de aula compreende as pesquisas, ainda em andamento, que se relacionam com os intelectuais e entidades mutualistas<sup>853</sup> alagoanas.

No caso da pesquisa desenvolvida durante a graduação, intitulada *Ilegalidade e Legitimidade – Tráfico Ilícito em Alagoas (após 1850)*<sup>854</sup> houve o desenvolvimento de um estudo que partindo para um recorte regional, visava abordar a questão da ilegalidade do tráfico para o litoral de Alagoas, analisando assim, os personagens que atuavam de algum modo nessa prática, especialmente no que se refere aos

---

<sup>853</sup> Mutualismo é um sistema privado de proteção social que visa criar e promover organizações de política mutualista, sociedades de seguros mutualistas e fundos de pensões mutualistas. IN.: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Mutualismo\\_\(movimento\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mutualismo_(movimento)), pesquisado em 20/09/13.

<sup>854</sup> Monografia apresentada durante o curso de Graduação na Universidade Estadual de Alagoas.

acontecimentos que se deram após 1850. Outra questão que foi examinada estava relacionada às ações e o posicionamento das autoridades políticas e policiais, dessa região, com relação ao tráfico negreiro. Com isto, a pesquisa se propôs a analisar os interesses locais que permitiam a continuidade e a legitimidade do contrabando de africanos para manutenção do sistema escravista. Neste caso, algumas fotos dos documentos podem ser apresentadas aos alunos, especialmente os alunos do 9º ano, fazendo uma ponte com as leis contra o tráfico negreiro e o contexto nacional, além de estabelecer um debate, após análise dos documentos, sobre o que poderia motivar essa possível continuidade em Alagoas.

Outro caso, sobre Alagoas diz respeito às entidades mutualistas e os movimentos sociais que ocorreram em Alagoas, especialmente no final do período monárquico e início do estabelecimento da República, a citar:

*(...) Apenas para listar algumas das principais movimentações da qual tiveram parte os trabalhadores urbanos, listamos arruaças entre finais de 1874 e inícios de 1875 que envolviam vivas aos sediciosos quebra-quilos e à República; lembramos, também, a revolta da rasoura, ocorrida no entorno do mercado público contra medidas fiscalizadoras da Câmara Municipal de Maceió; e, ainda, não podemos esquecer da campanha do fechamento das portas, velha reivindicação dos caixeiros maceioenses<sup>855</sup>.*

Para trabalhar com tal temática, recomendamos introduzir questões sobre o movimento operário no Brasil e usar jornais da época em questão, através de fotografia dos mesmos, que podem ser encontradas no Arquivo Público de Alagoas (APA), além disso, outro ponto de apoio para busca de fontes é o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), onde podemos encontrar jornais, livros e uma boa coleção iconográfica que também é bastante rica, onde podem ser abordadas diversas etapas da história de Alagoas.

Além disso, é importante destacar o que Miriam Bianca Amaral Ribeiro<sup>856</sup>, apresenta quando afirma que:

*Sob a influência da Nova História e da História Cultural, as fontes primárias para o estudo das Ciências Humanas, experimentaram, nas últimas décadas, uma considerável ampliação. Tudo ou quase tudo passou a ser considerado fonte documental: uma carta, um vestido, uma foto, um brinquedo, um desenho infantil, uma narrativa familiar, uma panela da sua cozinha. Grandes são os ganhos desta ampliação, que contribuiu profundamente para o enfrentamento de uma visão oficialista e hegemônica das fontes documentais. Também a ideia de que a história, por exemplo, possui outros ângulos de análise e outros agentes, até então não considerados, como a história vista de baixo, a história das mulheres ou a história da infância, a história local. Isso tudo tem nos feito alargar nossas fontes, nossos objetos e nossas análises. (...) Porém, ao se tratar de em novas fontes temos que nos precaver de não as transformarmos em objetos de descrição. Para serem fontes de uma investigação, temos que assim tratá-las. Não nos*

---

<sup>855</sup> Parte do texto inédito do professor Dr.º Osvaldo Batista Acioly Maciel, intitulado: “O Arquivo Pessoal De Bráulio Cavalcante – Levantando Novas Questões Sobre Os Episódios De 1912 A Partir De Fontes Parcialmente Inéditas. (p. 01), uso autorizado pelo autor.

<sup>856</sup> Não foi possível localizar o ano da publicação. In: <[http://www.ceped.ueg.br/anais/IIedipe/pdfs/a\\_historia\\_local\\_regional.pdf](http://www.ceped.ueg.br/anais/IIedipe/pdfs/a_historia_local_regional.pdf)> Acesso em 11 de set.2013.

*basta localizar a fonte. Ela deve ser objeto de investigação. (p. 13-14)*

Sobre isso podemos entender sua importância no que apresenta Giane de Souza Silva (2009, p. 06-07), ao citar SHIMIDT e CAINELLI (2004):

*As mais recentes correntes historiográficas definem, dessa forma, as finalidades do ensino de história, que significa “necessariamente repensar seu uso em sala de aula, já que sua utilização é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica.” (SHIMIDT ; CAINELLI, 2004,p, 94). Professores/alunos devem recorrer às fontes documentais, preferencialmente partindo do seu cotidiano. “Partir do cotidiano dos alunos e do professor significa trabalhar conteúdos que dizem respeito à sua vida pública e privada, individual e coletiva” (SCHMIDT ; CAINELLI, 2004, p. 53).*

Como já exposto acima, além das pesquisas em produções acadêmicas, este artigo visa destacar principalmente o uso de fontes primárias ou o uso das fontes documentais, porém tomando as devidas precauções, pois de acordo com Eliane Prado (2010, p.132):

*A importância de trabalhar com documentos originais é relevante para o pesquisador, apesar de estarem envolvidos em um cenário social determinado. Os documentos que compõem os acervos dos arquivos e das bibliotecas, muitas vezes, por desígnios legais, retratam o que a sociedade desejava que ficasse perpetuado para as próximas gerações.*

A partir do exposto, podemos entender que o uso das fontes carece de um tratamento, de uma orientação, que deve ficar a cargo do professor no sentido de direcionar o aluno investigar as fontes, buscar as perguntas que devem ser feitas e contextualizá-las com uma esfera maior do estudo histórico. Isso porque, o trabalho com os documentos necessita de cuidados a serem trabalhados e explicitados antes de levar os discentes a se debruçarem sobre os mesmos, isso devido ao fato apontado por Prado (2010, p. 132):

*Os documentos sempre representarão uma visão parcial do descrito, que foi determinada por quem as elaborou. Os acontecimentos que a documentação comporta devem ser questionados, esmiuçados e analisados para que se possam verificar quais foram alguns dos caminhos que trilharam, visando-se, portanto, efetuar uma leitura das entrelinhas. Sempre se necessita analisar com critérios os acontecimentos que formaram o objeto da investigação, independentemente de quais forem as fontes primárias utilizadas para compor uma pesquisa.*

Para tanto é necessário perceber que, de acordo com Flávia Eloisa Caimi (2010, p. 76):

*Do ponto de vista da abordagem didática, o estudo da história local/regional requer a iniciação dos estudantes ao método de investigação histórica, de modo a compreender os processos*

*implicados na produção deste conhecimento, o que não significa, contudo tornar o estudante um pequeno historiador. Esta iniciação consistiria em construir com eles uma bagagem conceitual e metodológica que lhes permitisse compreender (e utilizar, em certo nível de complexidade) os instrumentos e procedimentos básicos da produção do conhecimento histórico.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui exposta teve como objetivo discutir a construção do saber histórico em sala de aula, no que tange o ensino fundamental de 6º a 9º, relativo ao contexto local/regional, especialmente no âmbito da história de baixo para cima e o uso de fontes documentais para conseguir tal empreendimento.

Partindo do enfoque dado pelo PCN da área de história, que valoriza esse tipo de abordagem, e da proposição da construção da figura do “professor-pesquisador” apontada por Oliveira (2011, p.37) como a saída para levar o aluno a desenvolver a “capacidade de pensar historicamente” e o fato de a História, enquanto disciplina não se resumir “a mera assimilação de informações fáticas”, construímos um texto que corroborasse primeiramente com a importância de tal prática para a edificação do pensamento crítico do discente e também contribuísse com a prática da pesquisa por parte do professor no sentido de tornar a construção do conhecimento histórico algo interessante e prazeroso tanto para aquele que é mediador do conhecimento quanto para aquele que o irá formular em sua mente, através de um processo mais prático e menos teórico.

Outro ponto abordado em nossa pesquisa diz respeito à crescente busca do “Eu”, do “meu lugar”, “da minha região” na formação do indivíduo e no modo como este se inclui na coletividade, especialmente durante a fase da adolescência, tendo em vista que nossa abordagem esta voltada ao ensino do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, pois incentivar essa busca pelo local visa um processo de construção do conhecimento de modo participativo, fugindo das abordagens puramente teóricas.

Além do que já expomos acima, nosso texto buscou também evidenciar a contradição entre o livro didático e a construção da consciência histórica voltada para a temática local, principalmente destacando o fato do livro didático se apresentar de forma global e quando destaca fatores regionais explora-os de modo descontextualizado, porém como já foi divulgado no início dessa pesquisa, nosso interesse não está em desvalorizar o livro didático enquanto ferramenta útil ao processo de construção da aprendizagem, nosso interesse é mostrar outras possibilidades além livro didático, quase que uma libertação do ritmo dos conteúdos programáticos apresentados nos mesmos.

Na tentativa de exemplificar a pesquisa sobre temas locais/regionais que abordassem a história de baixo para cima e pudesse realizar um enfoque que partisse da micro para a macro história, incluímos no desenvolvimento a seção: Alagoas E Suas Especificidades, com intuito de apresentar uma pesquisa voltada para o estudo do tráfico negreiro para Alagoas que foi realizada no âmbito acadêmico e utilizou-se de fontes documentais para sua conclusão, outro ponto a ser destacado foi a apresentação do uso de fontes documentais e os cuidados que devem ser empregados no seu uso.

De modo que nossa pesquisa se apresenta como uma gota diante das possibilidades existentes dentro da caixinha de experiências dos sujeitos históricos e na

formulação do quebra-cabeça chamado ensino de história, é importante trazer o tema para discussão e retirar a história local/regional, juntamente com seus personagens esquecidos, das margens da construção do saber histórico em sala de aula.

### Fontes e Referências Bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CASEMIRO, T. B.; BRUNOW, V. O. História Local em Sala de Aula. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: OFÍCIO DO HISTORIADOR: ENSINO E PESQUISA, 2012, São Gonçalo. Disponível em: <[http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338434591\\_ARQUIVO\\_HistoriaRegionalemSaladeAula.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338434591_ARQUIVO_HistoriaRegionalemSaladeAula.pdf)> Acesso em 12 de set. de 2013.

CAIMI, F. E. Meu Lugar na História: de onde eu vejo o mundo?. In: OLIVEIRA, M. M. D. (Coord.). **HISTÓRIA: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação Básica, 2010, p. 59-82. (Coleção Explorando o Ensino; v. 21).

LIMA, I. S. A abordagem do ensino de História Local nos livros didáticos das séries iniciais. In: IV SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 2001, Ouro Preto. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/anais/GT0801.htm>> Acesso em 12 de set. de 2013.

MACIEL, Osvaldo. **O Arquivo Pessoal De Bráulio Cavalcante – Levantando Novas Questões Sobre Os Episódios De 1912 A Partir De Fontes Parcialmente Inéditas**. Texto inédito, uso autorizado pelo autor.

MARTINS, M. L. História Regional. In: PINSKY, C. B. (Org). **NOVOS TEMAS NAS AULAS DE HISTÓRIA**. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 135 – 152.

OLIVEIRA, D. **Professor-pesquisador em educação histórica**. Curitiba: Ibpx, 2011. (Coleção Metodologia do Ensino de História e Geografia; v. 3).

OLIVEIRA, E. C. R. **ILEGALIDADE E LEGITIMIDADE – Tráfico Ilícito Em Alagoas (Após 1850)**. 2009. Monografia (Licenciatura) – Universidade Estadual de Alagoas, 2009.

PRADO, E. M. A importância das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação. **Intermeio: Revista do Programa de Pós-graduação em Educação**, Campo Grande, (UFMS), v. 16, p. 124-133, 2010. Pesquisado em 12/09/13 Disponível em: <[http://www.intermeio.ufms.br/revistas/31/31%20Artigo\\_08.pdf](http://www.intermeio.ufms.br/revistas/31/31%20Artigo_08.pdf)> Acesso em 10 de Set. de 2013.

RIBEIRO, M. B. A. **A história local e regional na sala de aula do ensino fundamental,**

<[http://www.ceped.ueg.br/anais/IIdedipe/pdfs/a\\_historia\\_local\\_regional.pdf](http://www.ceped.ueg.br/anais/IIdedipe/pdfs/a_historia_local_regional.pdf) > Acesso em 11 de set.2013.

SOUZA, G. S. **História Local: uma experiência em educação histórica**

<[www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1487-8.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1487-8.pdf)> Acesso em 11 de Set. 2013.

XAVIER, E. S. **Ensino e História: o uso das fontes históricas como ferramentas na produção do conhecimento histórico**. In: XXII SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. OS HISTORIADORES E SUAS FONTES: ENSINO E PESQUISA, 2010, Jacarezinho. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/ensino\\_e\\_historia\\_o\\_uso\\_das\\_fontes\\_historicas\\_como\\_ferramentas\\_na\\_producao\\_de\\_conhecimento\\_historico.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/ensino_e_historia_o_uso_das_fontes_historicas_como_ferramentas_na_producao_de_conhecimento_historico.pdf)> Acesso em 10 de Set. de 2013.



# RESGATE HISTÓRICO DA UTILIZAÇÃO DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS ESCOLARES NO ENSINO DE PRIMEIRAS LETRAS NO INÍCIO DA REPÚBLICA NO BRASIL (1889 – 1945)

*Estefânia de Araujo Policarpo  
Fernanda Lisboa Farias*

## INTRODUÇÃO

O ensino de primeiras letras foi se constituindo no início da República no Brasil. Este ensino tinha como objetivo promover a liberdade e a laicidade do ensino e gratuidade da escola primária. Nessa mesma época, existiam vestígios da utilização da música na escola primária sendo ela uma disciplina complexa, abrangendo teoria e prática, desenvolvendo aspecto cognitivo musical.

As primeiras manifestações musicais ocorreram no Império, foram trazidas ao Brasil por intermédio dos Jesuítas. Esses missionários dispostos a conquistar novos servos para Deus encontraram na arte um meio de sensibilizar os indígenas. Suas músicas eram simples e singelas, comovendo assim os indígenas, que desde a primeira missa se deixaram influenciar pelas melodias entoadas.

Com o passar dos tempos, o ensino de música foi regulamentado no país, passando a orientar as atividades docentes, fazendo assim novas exigências relacionadas a um concurso público na contratação de novos professores de música.

A legislação educacional na primeira República instituiu então naquela época o ensino de música como agente na formação cultural da sociedade, sendo adquirido no funcionamento e na organização de cada escola.

Ao longo dos tempos, foram apresentados vários movimentos relacionados à questão do ensino de música na escola, como ela pode ser transmitida, como ela pode contribuir para o desenvolvimento intelectual das crianças e da preocupação de pessoas realmente capacitadas na área para a transmissão dessa formação cultural. Desenvolvendo-se vários aspectos que influenciam nesse processo de aprendizagem.

Diante disso, podemos ver o quanto é importante a necessidade de estudos referentes ao aprofundamento e conhecimento dos educadores sobre tal aspecto. Deste modo, percebe-se a importância de um resgate histórico sobre o ensino de música nas escolas de primeiras letras no início da República, ressaltando o sentido musical nas práticas educativas e suas contribuições para o desenvolvimento do aluno.

## Primeiras Manifestações Musicais

As primeiras manifestações musicais ocorridas no Brasil iniciou em São Paulo na década de 1910, com destaque do canto orfeônico, que é considerado uma modalidade de educação musical voltada a amadores e praticada em conjuntos, corais e capela sem o acompanhamento de instrumentos musicais. O canto orfeônico é considerado nessa época como um poderoso agente educativo, capaz de despertar uma sensibilidade estética dos alunos. Ele é considerado também como um elemento fundamental na construção da identidade nacional de vários países.

Nessa mesma época, foram implantados princípios que caracterizariam o orfeonismo nas escolas públicas brasileiras, princípios esses que partem da formação da

primeira geração de docentes de música, que implantam o método analítico, “abolindo a pedagogia das antigas Artinhas ou Artes da Música, manuais didáticos escritos como métodos portugueses existentes desde o século XVII, voltados para a formação de músicos profissionais”. (GILIOLI, 2005, p.2). Diante dessa citação a disciplina de música deixou de ser um objeto transmissor apenas de saberes de ofícios, para torna-se escolarizada, pedagogizada, autônoma do conservatório, da composição, da regência e da prática instrumental, em fim tendo uma profissionalização mais escrita.

Com o passar dos tempos, organiza-se as primeiras manifestações musicais feitas com corais orfeônicos expressivos no país, foram apresentados o coral de Orfeão Normalista de Piracicaba do interior paulista na década de 1910 nos anos 20, com a apresentação do Coral Infantil Paulista no Teatro Municipal Paulistano com cerca mil vozes (1926) e a do Orfeão Piracicabano nos Teatros Municipais de São Paulo e a do Rio de Janeiro (1929), essas apresentações tiveram um retorno bastante gratificante, pois foi bastante expressiva e rendeu muitos elogios na imprensa, consequentemente gravando um disco pela RCA Victor (1929).

Nessa mesma época do início do orfeonismo no Brasil, foi inserida a produção de livros didáticos para o ensino de música e a execução dos cantos escolares, promovendo assim, oportunidades para aqueles que dependiam de suas produções para se manterem, como: poetas e músicos, adquirindo também mais prestígios e valorização profissional.

*Os primeiros manuais didáticos orfeônicos foram escritos por Lázaro Lozano em Piracicaba ainda em espanhol, seu idioma pátrio. Apesar disso, já trazia as concepções do orfeonismo europeu, princípios se ajustaram ao nacionalismo propalado pelos paulistas nos anos 10 e 20 e foram transformados em tentativa de constituir uma identidade nacional brasileira “unificada” para além das diferenças étnicas e de classe (GILIOLI, 2005).*

Diante disso, o canto coral é incluído no currículo escolar paulista, sendo assim, tal questão, tornou uma preocupação essencialmente republicana, pois a ideologia republicana defendia um grupo dominante que se associava as teses racistas que postulavam a desigualdade biológica entre brancos e não brancos (negros, índios e mestiços), nem todas as culturas musicais seriam incluídas no currículo escolar. Tendo uma imagem da nação que não seria voltada para todos, mas apenas para alguns brasileiros. E consequentemente, nem todas as tradições musicais seriam igualmente valorizadas na educação. “Pois somente a escrita da partitura e as técnicas europeias eram consideradas mais civilizadas, enquanto as tradições afro-indígenas (folclore) somente seriam aceitas na medida em que fossem eruditizadas e descontextualizadas de seu meio social originário”. (GILIOLI, 2005, p. 4)

Observa-se uma construção arbitrária por uma identidade nacional através do ensino musical. Esta construção era vista com um meio de criar mecanismos simbólicos que reafirmassem a constituição de um projeto de luta num campo de ação política voltada para a sociedade brasileira. Com isso, o canto orfeônico no Brasil não se caracterizou pela adoção dos caracteres do povo, mas sim, foi feita uma transposição artificial e eruditizada do folclore musical, baseados em tradições voltadas para oralidade, na memorização em técnicas vocais e intrometais. E com decorrer dos tempos, foram introduzidos hinos e marchas tradicionais da sociedade.

No repertório orfeônico, encontramos um caráter multifacetado como: hinos, marchas, folclore, letras associadas a atividades cotidianas, ao cuidado maternal com a prole, á beleza e grandeza da natureza do país, a gloria dos bandeirantes e ao cultivo de um sentimento religioso intimista, permitindo o acesso ao imaginário de segmentos

significativos da população. Tendo alguns sentidos simbólicos nas músicas e letras, tendo como objetivo estabelecer um projeto liberal de civilização da sociedade, voltado para a construção de uma identidade nacional comum, em meio a heterogeneidade sociocultural existente.

Esta prática orfeônica ligava-se a ideia de cultivar a paz social entre as classes, disciplinando os costumes e a moral, reafirmando a idealização da família, estado e a igreja, pretendia também, ensinar aos filhos dos imigrantes portugueses a cultura, língua e costumes originários da sociedade brasileira. Tendo também um forte vínculo com as concepções e modelos do ensino de leitura e escrita da língua portuguesa.

Vê-se que, desde a década de 1910 ocorreram mudanças históricas decisivas no campo educacional nas escolas públicas brasileiras e conseqüentemente, o ensino musical deixou de ser uma adaptação de saberes meramente voltados a formação de músicos profissionais, e se tornar um ensino cada vez mais pedagogizado e escolarizado. Houve bastante preocupação por parte dos mentores do movimento orfeônico paulista, que eram voltados a inserir alunos no código escrito da música europeia, cujos objetivos era alfabetizá-los em leituras de partituras e, sobretudo, valorizar símbolos ufanistas relacionados a hinos, marchas e canções folclóricas que estabelecessem uma identidade nacional acima dos conflitos étnicos e de classes.

Havia muitos problemas e desafios que os mentores enfrentariam no decorrer dos tempos relacionados ao movimento orfeônico paulista, um deles era de formar professores capacitados para ensinar música nas escolas de acordo com a nova orientação. A expansão do ensino de música nas escolas brasileiras era uma ideia dos educadores paulistas, pois os mesmos se dispuseram a viajar para outros estados e também para outros países da América Latina em busca de formar uma organização no ensino musical escolar mais eficiente no Brasil. Essa medida tinha como objetivo colocar o país no rol das nações mais civilizadas, tanto com características consideradas nacionais (canções folclóricas, infantis, marchas e hinos) como na linguagem erudito ocidental, inserindo o Brasil na cultura universal, conforme a época.

## **Contribuições nas práticas educativas**

A trajetória do ensino de música no Brasil no período de 1889 a 1945 o canto orfeônico contribuiu como função disciplinadora no desenvolvimento das práticas educativas e também para a elevação da cultura no Brasil.

Observa-se, então, que o ensino de música se concentra em um fator social e histórico comunitariamente na vida dos brasileiros. A educação em música implica em focalizar de maneira simultânea a uma multiplicidade de processos que revertem modelos formativos, que ajudará em diversos aspectos sociais e culturais. Pois naquela época a música desenvolveu aspectos formadores que despertavam a sensibilidade, revelavam valores éticos e estéticos, tornando o ser humano mais sensível e criativo. Além disso Jardim (2003, p.3) aponta outras contribuições da música no contexto escolar que levaram a sua inclusão como disciplina no currículo escolar:

*A questão dos métodos e das filosofias que constituíram a natureza geral das reformas educacionais implantadas a partir de 18904 foram consideradas para efeito da análise dos métodos para o ensino da música nas escolas públicas, visto tal reforma incluir a música no currículo ao lado de outras disciplinas, compondo um programa de ensino integral que possibilitasse o desenvolvimento das faculdades*

*mentais, o aprimoramento constante do raciocínio, a capacidade de observação e a educação dos sentidos. (JARDIM, 2003, p.3)*

Sendo assim o objetivo da inclusão da música compreende que a educação musical é sem dúvida um componente fundamental para a formação integral da personalidade humana.

O canto orfeônico, que foi utilizado naquela época para o desenvolvimento das práticas educativas, era considerado como um agente educativo, capaz de despertar a sensibilidade estética dos alunos, promovendo disciplina aos costumes, moral e a paz social. Foram implantados princípios do orfeonismo nas escolas públicas brasileiras, princípios esse que promoveram um método analítico que abolia manuais didáticos escritos por portugueses desde o século XVII, essa disciplina deixou de ser apenas um objeto transmissor de saberes de ofício, para torna-se pedagogizada e escolarizada. Os mentores do canto orfeônico não tinham o objetivo de formar pequenos maestros, mas sim, de desenvolver a sensibilidade estética e educar o ouvido dos alunos.

*Além de ter introduzido renovação pedagógica, o orfeonismo paulista visava escolarizar os corpos de alunos e professores (ginástica vocal). Subsumia a oralidade á escrita: uma vez que os alunos deveriam abandonar práticas musicais mnemônicas (memorização) por uma mediação realizada unicamente através do código escrito (encarado como mais civilizado) conforme fossem alfabetizados na partitura. Trata-se da tradicional divisão iluminista: povos em escrita (“selvagens”) x com escrita (“civilizados”). (GILIOLI, 2005, p. 2)*

Vê-se que os mentores do orfeonismo paulista elaboraram ativamente para criar e reforçar elemento de cultos a identidade nacional brasileira. Livros didáticos foram produzidos para o ensino de música e a execução dos cantos escolares, abrindo portas para poetas e músicos nacionalistas que ganharam mais prestígios e valorização profissional. Estes livros traziam em seus conteúdos didáticos concepções acerca da construção de uma identidade nacional brasileira unificada para além das diferenças étnicas e de classe.

## CONCLUSÃO

Para compreender melhor as especificidades de determinados fatores e elementos sociais presentes na atualidade, é necessário conhecer seu contexto histórico e investigar sua trajetória na sociedade, e através da pesquisa histórica podemos conhecer o caminho que foi percorrido e o cenário envolvido, para assim analisar. Com isso, busca-se neste trabalho entender como ocorreu a educação musical na república e quais as contribuições dessa prática para o contexto educativo.

Diante disso, observa-se que o período republicano foi caracterizado por muitas mudanças no campo educacional, buscando adaptar o contexto educativo com as modificações gerais ocorridas com a proclamação da república. E considerando a presença da música como disciplina escolar, esta também sofrera algumas modificações.

O canto orfeônico foi característica marcante nas primeiras manifestações musicais no país, estando inserido no contexto educacional por sua particularidade sensível e estética, e posteriormente visto como parte importante para o desenvolvimento da construção da identidade pátria. A partir de então novas

preocupações surgem e com elas mudanças ocorrem como o nascimento de uma geração de profissionais educadores de música, o método analítico e materiais didáticos, tornando assim o processo de ensino de música pedagogizado, além disso, as manifestações musicais se expandiram no país a partir do canto orfeônico com o nascimento de vários corais.

Dentro desse contexto, a música vai ganhando cada vez mais espaço no campo educacional, sendo observado agora como um importante elemento curricular. E devido às ideias republicanas da época, suas características foram utilizadas no processo educativo contribuindo para educação pátria, com o objetivo de desenvolver nos alunos sua identidade nacional, pensado na construção de uma sociedade civilizada. Então, basicamente foram trabalhados a partir do canto orfeônico, hinos e marchas em que suas letras continham conteúdos de cunho pátrio, morais e religiosos.

Observa-se que a música não é um elemento limitado, voltado somente para a apreciação e diversão das pessoas, que ela é uma ferramenta que pode trazer importantes contribuições para o processo educativo. Se tratando do contexto histórico republicano, o ensino de música contribuiu para as práticas, a capacidade de estimular aspectos importantes para o desenvolvimento dos alunos como a sensibilidade estética e disciplina, além disso, vale ressaltar que considerando o cenário político do país tais aspectos também contribuíram para o desenvolvimento de características consideradas importantes como a disciplina e respeito às dimensões morais e pátrias.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

AMATO, Rita de Cássia Fucci. **Breve retrospectiva histórica e desafios do ensino de música na educação básica brasileira.** Revista opus 12 – 2006. Disponível em:< [http://www.anppom.com.br/opus/data/issues/archive/12/files/OPUS\\_12\\_Amato.pdf](http://www.anppom.com.br/opus/data/issues/archive/12/files/OPUS_12_Amato.pdf)> acesso em: 4 dez. 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação.** 2ed. ver. E atual. São Paulo: Moderna, 1996.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

GILIOLI, Renato de Souza Porto. **A música na escola paulista da 1º República: história e construção da identidade nacional.** ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005. Disponível em:< <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0869.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2012.

JARDIM, Vera Lúcia Gomes. **Sons da República – O ensino de música nas escolas públicas de São Paulo na Primeira República 1889-1930,** UDESC – CAPES, 2003. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt02/t0214.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2013.

OLIVEIRA, Glacy Antunes. **O ensino de música no Brasil: fatos e desafios.** Revista da UFG, Vol. 7, No. 2, dezembro, 2005. Disponível em:< [http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/45anos/Y-ensinomusica.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/Y-ensinomusica.html)>. Acesso em: 22 jan. 2013.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 14 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

## **“QUERELAS DO BRASIL”: A MÚSICA COMO UM RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA**

*Felipe Andrade de Lyra*

### **Introdução**

A música popular a partir do século XX torna-se diferente de tempos anteriores com significativas modificações no seu contexto representacional e de criação tanto na forma de letra como de música, principalmente no caso da música americana. A música americana a partir do século XX se encontra em um estado de formação e afirmação onde se buscou uma espécie de identidade nacional (NAPOLITANO. 2002).<sup>857</sup> Isso se torna mais claro quando passamos a perceber e analisar os diversos gêneros musicais surgidos no mesmo século na América, como: o *jazz* norte-americano, a *rumba* e o *bolero* na América Latina. E no caso do Brasil o *samba*, a *Bossa-nova* e a *canção de protesto* que será problematizada com mais foco no presente artigo. Esses gêneros musicais são bastante expressivos e característicos no universo urbano, popular ou “popularesco” (ANDRADE. 1980)<sup>858</sup> diferentemente da música erudita que por volta do século XX não se transforma na mesma proporção que a tida música popular.

A canção popular nesse sentido torna-se uma significativa fonte histórica para aquele que a estuda, seja um historiador, um antropólogo, um músico ou qualquer outro indivíduo interessado em perceber e problematizar contextos sociais, culturais tendo a música como texto arte a ser analisado. Podemos ver, por exemplo, no caso do gênero musical conhecido por *chorinho* que desde meados do século XIX e início do século XX tem como característico a sua formação e execução principalmente por trabalhadores urbanos cariocas, que ao saírem do “serviço” se encontravam nos botequins para cantar e tocar os seus violões, cavaquinhos, bandolins e pandeiros após um dia de trabalho duro. É a possibilidade de podermos perceber como a música popular está presente no cotidiano dos indivíduos, como ela é representada formulando “intencionalidades” e produzindo discursos que não são neutros. (CHARTIER. 1990).<sup>859</sup>

O historiador que tem a música como fonte deve estar atento a diferentes problematizações. A análise do historiador diante da música popular não deve se prender apenas a sua forma composicional melódica, harmônica ou rítmica, até mesmo porque isso cabe aos músicos ou musicólogos. Deve o historiador está preocupado com o que gira em volta da canção, que contexto social e cultural o indivíduo a criou, quais foram às motivações do compositor para a criação de tal canção, o que tal letra queria expressar naquele presente tempo, o que ela gerou e como ela gerou. Esses são exemplos que devem fazer parte das análises do historiador que tem na música o seu objeto de estudo.

---

<sup>857</sup> NAPOLITANO, Marcos. **História & Música – história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção História &... Reflexões 2).

<sup>858</sup> ANDRADE, Mário de. **Pequena História da música**. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Martins Limitada, 1980.

<sup>859</sup> CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

Dessa forma, Ginzburg vai afirmar que “o conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (o quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria”<sup>860</sup>. A música deve ser vista como texto arte e que expressa de modo indiciário as representações e práticas sociais em forma de canção, onde cabe ao historiador analisar como a canção popular formula uma descrição do social, daquilo que rodeia o indivíduo que a compõe, como um autor de canção popular expressa o seu mundo através da música, assim: “[...] o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural.” (Idem, ibidem. 156-157).

Diante da problematização feita anteriormente, podemos ver como está relacionado o conhecimento histórico com a música, como a canção popular pode ser objeto de estudo para o historiador. Isso pode se tornar mais claro quando utilizamos o caso da *canção de protesto* como objeto e fonte de estudo para compreender a relação entre história e música e ao mesmo tempo como essa relação pode se encontrar inserida em sala de aula, de forma que o educador possa utilizar a música como um recurso didático no ensino de história.

Um período que marcou a história nacional brasileira foi o período conhecido por Regime Militar, que durou de 1964 a 1985 onde nada mais foi que um golpe dos militares nacionais e seus apoiadores contra o governo do então presidente João Goulart que segundo os implementadores do regime teria o atual presidente afeições e políticas públicas voltadas ao comunismo, a partir de então os cidadãos teriam vários de seus direitos castrados e marcados por diversas repressões e censuras. Desta forma, encontramos na música um grande recurso de espelho do passado, a música nesse período se revela atuante socialmente e politicamente, tanto que diversos músicos chegaram a ser exilados para fora do Brasil como o caso dos músicos populares baianos Caetano Veloso e Gilberto Gil. Algumas canções populares nesse período foram marcadas pelo nome de *canção de protesto* onde tinham tais canções características que eram expressas tanto musicalmente como na forma de letra trazendo total desconforto e crítica ao contexto social dos indivíduos que as criaram.

## **A música na sala de aula**

A partir de então podemos ter no caso das experiências vividas em sala de aula pelo subprojeto de História do PIBID – UFCG na escola Dr. Elpídio de Almeida na cidade de Campina Grande a obtenção de análise sobre a relação entre história e música, tendo a música como um texto arte e um recurso didático a ser pensado através da sala de aula. As experiências de formação docente apresentadas neste trabalho foram desenvolvidas no projeto: *Ensino Médio Inovador*, especificamente no macro campo intitulado Participação Estudantil.

Primeiramente foi transferido aos alunos uma aula que os fizessem compreender o período conhecido por regime militar, como se deu esse período e como ele acabou, ao mesmo tempo em que foi mostrado como a música poderia estar relacionada com diferentes tempos históricos, percebendo como o surgimento de diferentes gêneros musicais estariam associados a contextos sociais dos indivíduos históricos.

Num segundo momento foi elaborada a relação entre história e música no contexto da ditadura militar no Brasil, onde coube aos alunos compreender como a

---

<sup>860</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In.: **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.145.

música estava inserida no universo do regime militar e como a mesma se comportou diante de tal período da nossa história. Ao que sabemos, diversas canções foram censuradas no período do Regime Militar, e com isso foi trabalho com os alunos da escola Dr. Elpídio de Almeida letras de músicas que acabariam por retratar esse período histórico. A primeira canção a ser trabalhada e discutida em sala de aula foi a canção *Cálice* de Chico Buarque de Holanda e Gilberto Gil que só pôde ser gravada cinco anos após sua criação devido a censura, tal música foi composta em 1973 e só pôde ser gravada em 1978. Foi mostrado aos alunos da escola um vídeo em que é mostrada a censura da canção no festival de música de 1973 em São Paulo, onde são cortados os microfones dos cantores Chico Buarque e Gil, que mesmo cantando só a melodia sem letra e apenas expressando a palavra “cálice” não foi permitida pela censura militar. A canção foi feita da seguinte forma:

***Cálice***<sup>861</sup>

*Pai! Afasta de mim esse cálice  
Pai! Afasta de mim esse cálice  
Pai! Afasta de mim esse cálice  
De vinho tinto de sangue  
Como beber dessa bebida amarga  
Tragar a dor e engolir a labuta?  
Mesmo calada a boca resta o peito  
Silêncio na cidade não se escuta  
De que me vale ser filho da santa?  
Melhor seria ser filho da outra  
Outra realidade menos morta  
Tanta mentira, tanta força bruta  
Como é difícil acordar calado  
Se na calada da noite eu me dano  
Quero lançar um grito desumano  
Que é uma maneira de ser escutado  
Esse silêncio todo me atordoa  
Atordoadado eu permaneço atento  
Na arquibancada, prá a qualquer momento  
Ver emergir o monstro da lagoa  
Pai! Afasta de mim esse cálice  
De muito gorda a porca já não anda (Cálice!)  
De muito usada a faca já não corta  
Como é difícil, Pai, abrir a porta (Cálice!)  
Essa palavra presa na garganta  
Esse pileque homérico no mundo  
De que adianta ter boa vontade?  
Mesmo calado o peito resta a cuca  
Dos bêbados do centro da cidade  
Talvez o mundo não seja pequeno (Cale-se!)  
Nem seja a vida um fato consumado (Cale-se!)  
Quero inventar o meu próprio pecado (Cale-se!)  
Quero morrer do meu próprio veneno (Pai! Cale-se!)  
Quero perder de vez tua cabeça! (Cale-se!)*

---

<sup>861</sup> HOLANDA, Chico Buarque de. / GIL, Gilberto. 1973.



*Minha cabeça perder teu juízo. (Cale-se!)  
Quero cheirar fumaça de óleo diesel (Cale-se!)  
Me embriagar até que alguém me esqueça (Cale-se!)*

Já na segunda estrofe da canção podemos perceber como os compositores tratam de forma analógica em que se relaciona a questão da ditadura sendo a bebida amarga, comparada ao cálice da última ceia cristã escrita no evangelho bíblico. Da mesma forma foi demonstrado aos alunos que na última estrofe da canção em que a palavra “cálice”, que mesmo expressando sentido fonético parecido, têm sua escrita diferente na qual é implantado novo sentido e escrita aparecendo na canção a palavra “cale-se” do verbo calar, onde representaria a fala dos militares, a censura. Assim, os alunos puderam perceber como a canção popular estaria associada ao contexto social dos indivíduos que viviam num período de expressiva censura.

Outra canção trabalhada com os alunos da escola Dr. Elpídio de Almeida foi a canção que intitula o presente artigo chamada de *Querelas do Brasil*, onde tem as queixas (querelas) como ponto central da canção composta por Maurício Tapajós e Aldir Blanc em 1978 que diferentemente da canção anterior não foi censurada pelo Regime Militar. Os autores da canção buscam mostrar uma ideia em que tais querelas são feitas pelos próprios brasileiros, que não estariam satisfeitos com o seu papel social de “oprimido” sem atuação social que poderia mudar o país, com suas eleições e decisões políticas indiretas, e que ao mesmo tempo valorizava tudo que vinha de fora, que era estrangeiro e principalmente norte-americanizado. Com isso, a letra da canção traz uma ideia de valorização do que existe no Brasil, do que seria exclusivamente brasileiro, tanto que há uma utilização de diversos topônimos que caracterizam lugares e linguagens nacionais. São exaltadas e trazidas na canção: palavras Tupi, compositores nacionais, escritores nacionais e até mesmo regiões cariocas. Segue a canção:

*Querelas do Brasil*<sup>862</sup>  
*O Brazil não conhece o Brasil*  
*O Brasil nunca foi ao Brazil*  
*Tapir, jabuti, liana, alamandra, ali alaúde*  
*Piau, ururau, aqui, ataúde*  
*Piá, carioca, porecramecrã*  
*Jobim akarore Jobim-açu*  
*Pererê, câmara, tororó, olererê*  
*Piriri, ratatá, karatê, olará*  
*O Brazil não merece o Brasil*  
*O Brazil ta matando o Brasil*  
*Jereba, saci, caandrades*  
*Cunhãs, ariranha, aranha*  
*Sertões, Guimarães, bachianas, águas*  
*E Marionaíma, ariraribóia,*  
*Na aura das mãos do Jobim-açu*  
*Jererê, sarará, cururu, olerê*  
*Blabláblá, bafafá, sururu, olará*  
*Do Brasil, SoS ao Brasil*  
*Tinhorão, urutu, sucuri*  
*O Jobim, sabiá, bem-te-vi*

---

<sup>862</sup> TAPAJÓS, Maurício / BLANC, Aldir. 1978

*Cabuçu, Cordovil, Caxambi, olerê  
Madureira, Olaria e Bangu, Olará  
Cascadura, Água Santa, Acari, Olerê  
Ipanema e Nova Iguaçu, Olará  
Do Brasil, SoS ao Brasil*

Já na primeira estrofe vemos a canção mostrando os topônimos *Brazil* e *Brasil*, trazendo a ideia de diferenciação entre o Brasil com “z” como uma escrita americanizada tida padrão formulada por estrangeiros, em que os autores vão dizer que o Brasil com “z” não mereceria o Brasil como ele de fato é e conhecemos. Ainda na segunda estrofe, vemos a frase “Ali alaúde” e logo após “Aqui ataúde” mostrado que “ali” seria o estrangeiro representado pelo “alaúde” (instrumento musical de cordas europeu) representando a festa, e o ataúde (espécie de caixão) representando a morte cultural do nosso país. Também na primeira estrofe, surge a primeira exaltação da canção ao compositor Antônio Carlos Jobim que era um compositor bastante preocupado com as questões da natureza nacional e que recebe na canção o nome de “Jobim-açu” (o grande).

No decorrer da canção encontramos diversas palavras de origem tupi como: “Pererê” (pular), “Camará” (amigo), “Saci” (figura do folclore brasileiro), como também, diversas palavras e expressões próprias do vocabulário brasileiro como: “Bafafá” (confusão), Blá, blá, blá (conversa). São também exaltadas figuras como o escritor Mário de Andrade (“caandrades – neologismo criado pelos compositores no sentido de “ca” - aqui / “andrades” – Mário de Andrade) ou mesmo o também escritor Guimarães Rosa com sua obra “Sertões”, e até mesmo é exaltado o compositor clássico Heitor Vila Lobos com sua canção intitulada “Bachianas”.

Não fica de fora também a homenagem aos lugares como “Madureira, Olaria e Bangu” regiões cariocas tais quais os seus compositores. Por fim, temos na frase “Do Brasil S.O.S ao Brasil” a ideia do Brasil pedir socorro ao próprio Brasil, para poder valorizar seus traços culturais, a fauna e a flora nacional.

## **Considerações Finais**

Desta forma, podemos perceber como Maurício Tapajós e Aldir Blanc trazem em *Querelas do Brasil* um cenário social, cultural e até mesmo espiritual do Brasil nesse período em que a mesma fora criada, os compositores demonstram como o Brasil se encontrava nesse período, de forma bastante objetiva sem a necessidade de uma letra explícita aos olhares comuns, são frases e uso de uma escrita objetiva e direta sem uso de muitas preposições mas que ao mesmo tempo não comprometem o entendimento da letra da canção. Assim, os alunos da escola Dr. Elpídio de Almeida puderam perceber como essa canção estaria relacionada ao Brasil tal qual conhecemos ou ao menos deveríamos conhecer, com suas linguagens, expressões e figuras marcantes essencialmente nacionais, tidos e conhecidos como brasileiros. É a canção popular formulando e representando um tempo histórico, evidenciando e apresentando de modo indiciário a partir de seu texto arte como se configura determinada sociedade em determinado tempo histórico.

A educação nacional parece estar a certo ponto desestimulando os docentes, que parecem se encontrar sem grandes expectativas socioeducativas, mas cabe a esses mesmos docentes e futuros docentes não só do ensino de História, trazer o novo para a sala de aula. Vivemos na era da tecnologia, da informação, onde o conhecimento está a

cada dia mais próximo e acessível ao aluno, e podemos ter na música um recurso de grande valia para cativar o interesse do mesmo para os estudos, para o aprendizado, para o conhecimento. A música torna-se um texto arte que expressa um passado e suas continuidades com o tempo presente, para assim fazer do aluno um conhecedor do seu mundo. A música assim, nos aparece como uma fonte de entendimento aos contextos sociais, políticos, culturais de diferentes temporalidades. São essas experiências novas amostragens da capacidade de participação do jovem em sala de aula, a música pode ser vista como uma temática que está intrinsecamente relacionada ao cotidiano dos alunos, e podemos assim fazer com que esses alunos compreendam como esse recurso didático faz parte do cotidiano não só de tempos passados, mas do cotidiano deles mesmos.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- HOLANDA, Chico Buarque de. *Cálice*. Disponível em: <http://www.letras.com.br/#!/chico-buarque/calice/> Acesso em: 11 de outubro de 2013.
- BLANC, Aldir. TAPAJÓS. Maurício. *Querelas do Brasil*. Disponível em: <http://www.letras.com.br/#!/aldir-blanc/querelas-do-brasil/> Acessado em: 11 de outubro de 2013.
- ANDRADE, Mário de. **Pequena História da música**. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Martins Limitada, 1980.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In.: **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- NAPOLITANO, Marcos. **História & Música – história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção História &... Reflexões 2).

# A REPRESENTAÇÃO DOS ÍNDIOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

*Felipe da Silva Barbosa  
Taysa Kawanny Ferreira Santos*

## Introdução

Os livros didáticos de história continuam sendo instrumentos importantíssimos no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que são utilizados no cotidiano de estudantes e professores em todo Brasil. Podem ser entendidos como valiosos espaços políticos por suas disputas sociais para que neles sejam representados seus anseios históricos. Nesse sentido, poderiam contemplar as histórias de um povo? Seria possível reunir em manuais os diversos atores sociais? Como garantir que os livros sejam mais justos com os fios que tecem e que formam as histórias e a sociedade brasileira? Roger Chartier em sua obra “A História Cultural entre práticas e representações” chama a atenção para uma leitura da história que possa identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler. Nesse sentido, os indígenas, constroem a si mesmo, mas há também, outros movimentos que influenciam na sua construção.

Nesse lugar, estão os livros didáticos de história dizendo quem são e como são os índios brasileiros e alagoanos, formando gerações de jovens fora das recomendações em Chartier. Partindo do princípio que o Brasil é formado por atores sociais diversos, que possuem papéis importantes nesse processo, poder-se-ia dizer que entre esses estão os povos indígenas com trajetórias, organização, língua, práticas culturais e histórias distintas. Pensar com esta perspectiva é fundamental para o reconhecimento dos indígenas enquanto agentes históricos<sup>863</sup>. Almeida (2010, p. )

As histórias dos povos indígenas também estão presentes nos livros didáticos de história. Porém a questão é: de que maneira eles são representados e em que perspectiva esses materiais de apoio operam com a historiografia e como eles são reconhecidos enquanto agentes históricos? As abordagens os consideram sujeitos do processo ou como meros receptores atemporais? É possível se deparar com situações em que jovens questionam o uso de vestimentas e de aparelhos eletrônicos como celulares por indígenas. Isso pode ser relacionado ao aprendizado social, mas pode ser, também, fruto de estudo da história indígena nas escolas que, na maioria das vezes tratam do indígena fora dos processos que envolvem suas vidas cotidianas. E quanto ao contato de mais de 500 anos?

Muitas vezes, os indígenas são localizados na “pré-história” brasileira, considerados sem história e a abordagem utilizada raramente valoriza os aspectos próprios dessas sociedades, como suas organizações econômicas, políticas, religiosas e, até mesmo, sexuais. Com a chegada dos europeus, os índios entram na história para, rapidamente, desaparecerem. Sem maiores distinções entre os diferentes povos indígenas, eles são classificados por suas relações com o colonizador – aliados ou inimigos, convertidos ou selvagens, aculturados ou bravios<sup>864</sup>.

Possivelmente, essas discussões tenham sido levantadas por pesquisadores, indigenistas e indígenas, que por meio de lutas, movimentos e reivindicações viriam a

---

<sup>863</sup> Disponível em: [http://www.atica.com.br/historia/gislaneereinaldo/professor\\_indio\\_1.asp](http://www.atica.com.br/historia/gislaneereinaldo/professor_indio_1.asp). Acessado em 29/04/2011.

influenciar nos trâmites legais tratando das questões educativas formais. Em 2008, foi promulgada a Lei Nº 11.645, de 10 Março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*. O desafio é como inserir no currículo escolar e no cotidiano de professores e estudantes o que está previsto em lei. Contudo, deve-se compreender que a formação e os conhecimentos dos professores/as e estudantes sobre a realidade dos povos indígenas do Brasil e de Alagoas são elementos necessários à discussão.

Para este texto, dialogamos com um referencial específico que trata da relação ensino-aprendizagem em história, e que trata, também, da história e da cultura indígena, acrescentando relatos de professores. Analisamos os livros de Dayse Charpenel Pequeno, *O Brasil Conta a sua História*, do ano de 1970, o livro de Virgínia Trindade Valadares, Vanise Ribeiro e Sebastião Martins, *História: Assim caminha a humanidade*, do ano de 1996, o livro de Gilberto Cotrin, *Saber e Fazer História*, de 2004 e o livro do *Projeto Araribá: história, obra coletiva*, de Maria Raquel Apolinária Melani de 2006.

## O ensino de história e a história indígena

A dinâmica da subjetividade fica estagnada quando a História é ensinada como algo certo, dado. O conhecimento histórico que é apreendido simplesmente pela recepção evita – em vez de promover – a habilidade de dar sentido à história, e de se orientar de acordo com a experiência histórica<sup>865</sup>. Percebemos uma enorme lacuna no que seria o chamado Brasil pré-colonial, a historiografia do Brasil que tem no seu início um dos maiores genocídios da história da humanidade nesse espaço territorial que se convencionou chamar de América é, apresentada como “*o encontro dos povos dos dois mundos*”. Mesgravis<sup>866</sup> destaca que “*Sobre a questão do extermínio dos índios, os próprios cronistas como Gandavo, Sousa e Brandão*<sup>867</sup> pouco se estendem, tratando o fato como contingência natural da colonização e atribuindo toda a culpa aos próprios silvícolas por não se submeterem à escravidão.”

A questão da história do Brasil na escola requer, portanto, um compromisso político cultural, para que a história nacional seja cuidadosamente estudada, para que a seleção de conteúdos da história do Brasil seja central e prioritária e que se obedeça a critérios metodológicos e com fundamentação teórica rigorosa, tanto no que se refere à historiografia quanto à pedagogia, para evitar um ensino dogmático e ideológico<sup>868</sup>. No caso das populações indígenas, os educadores e antropólogos têm-se preocupado com a permanência de visões deformadoras e incompletas sobre esses povos<sup>869</sup>. É possível constatar que o livro analisado “*O Brasil conta a sua história*”<sup>870</sup> (1970) representa os

<sup>865</sup> SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo, Scipione, 2009.

<sup>866</sup> LAIMA MESGRAVIS, Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, Brasil Professor titular da Universidade São Marcos, Brasil

<sup>867</sup> MARCOS CEZAR. In: *Historiografia brasileira em perspectivas/ Marcos Cezar de Freitas (org.)* 6.ed.,2ª Reimpressão – São Paulo: Contexto,2010.P.41.

<sup>868</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Identidade nacional, ensino de história do Brasil**. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo, Contexto, 2010.

<sup>869</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez, 2009.

<sup>870</sup> PEQUENO, Dayse Charpenel; Dornelles, Leny Werneck; Deusdará, Therezinha. **O Brasil conta a sua história**. Rio de Janeiro, ao livro técnico S. A., 1970.

indígenas, como sujeitos que aparecem repentinamente com a chegada de Cabral, denominando-os de habitantes da terra que supostamente “descobrirá”. É uma tentativa de mostrar como os índios viviam e como eles eram diferentes dos brancos, tendo um modo de vida diferente dos portugueses<sup>871</sup> e, portanto, inferiores, não civilizados, sujeitos estranhos à cultura europeia. No mesmo livro, é possível perceber que os índios são apresentados como povos “sem história” que se alimentavam de frutos e raízes do mato, também com peixes e animais, e do ponto de vista dos europeus, eram improdutivos.

O mesmo livro<sup>872</sup> constrói a ideia de que os índios trabalhavam, descansavam e se divertiam apenas como sujeitos de uma tribo em que todos trabalhavam (homens, mulheres e crianças) como sujeitos atemporais. Almeida (2010, p.) lembra que desde a obra *História do Brasil* de Francisco Adolfo Varnhagen (1854) até um momento bastante avançado do século XX, os índios, *grosso modo*, vinham desempenhando papéis muito secundários, agindo sempre em função dos interesses alheios. Pareciam estar no Brasil à disposição dos Europeus, se serviam deles conforme seus interesses. Teriam sido úteis para determinadas atividades e inúteis para outras, aliados ou inimigos, bons ou maus, sempre de acordo com o objetivo dos colonizadores.

Quando o livro trata do período da catequese no Brasil, relata que os índios adoravam coisas que os impressionariam, tais como o sol, a lua, a chuva, o trovão, além de mostrar que, poucos anos depois do descobrimento do Brasil, chegaram alguns padres jesuítas que vieram preparados para ensinar aos índios a religião cristã, como também ensinar os costumes das pessoas que viviam na Europa<sup>873</sup>. Os Jesuítas fundaram as primeiras escolas do Brasil, onde, os meninos indígenas e filhos de portugueses aprendiam a ler escrever, contar e rezar. Muitos foram os jesuítas que, no Brasil, trabalharam pela catequese dos índios. Entre eles, dois se destacaram na lembrança dos brasileiros: José de Anchieta e Manoel da Nóbrega<sup>874</sup>. Logo depois, os índios desaparecem do livro didático, sendo relatado apenas o período da colonização neste mesmo período.



Figura 5 – Meninos índios gostavam de ouvir as histórias que os jesuítas contavam.<sup>875</sup>

<sup>871</sup> Idem.

<sup>872</sup> Idem.

<sup>873</sup> PEQUENO, Dayse Charpenel; Dornelles, Leny Werneck; Deusdará, Therezinha. **O Brasil conta a sua história.** Rio de Janeiro, ao livro técnico S. A. 1970

<sup>874</sup> PEQUENO, Dayse Charpenel; Dornelles, Leny Werneck; Deusdará, Therezinha. **O Brasil conta a sua história.** Rio de Janeiro, ao livro técnico S. A. 1970.

<sup>875</sup> PEQUENO, Dayse Charpenel; Dornelles, Leny Werneck; Deusdará, Therezinha. **O Brasil conta a sua história.** Rio de Janeiro, ao livro técnico S. A., 1970.

No livro *História: Assim caminha a humanidade* de 1996, Virgínia Trindade Valadares, Vanise Ribeiro e Sebastião Martins, retratam a mulher brasileira indígena nas sociedades como principal força de trabalho no período do descobrimento do Brasil, mostrando também a colonização do novo mundo e sua ocupação, e como o sistema colonial funcionava no Brasil colônia.

*Aliás, quando os europeus desembarcaram no novo mundo e invadiram as terras, não havia para os índios nem América, nem Brasil. Para eles, sua terra era a região onde vivia a tribo. Cada tribo produzia o necessário para sobreviver: Objetos, armas, caça, pesca e coleta de frutos e raízes. (VALADARES, 1992, p.123)*

Com a chegada dos Europeus a vida dos índios sofreu profundas transformações. No mesmo livro, são retratados imagens do encontro das três culturas, onde portugueses, índios e negros foram os três elementos étnicos principais na formação do povo brasileiro, desde os tempos coloniais. O livro *Saber e Fazer História* de Gilberto Cotrin, no ano de 2004, relata um período de ocupação no Brasil e aspectos de extração do pau-brasil pela mão de obra indígena. Não há, portanto, problemas maiores em discutir os índios no passado, a questão é que não se dá movimento a este passado. O tempo verbal utilizado para localizar os indígenas também não se faz no presente. Em outras palavras, os índios estavam no passado, mas também no presente, com processos gerais e específicos construídos.

### **Os índios na historiografia entre imagens e textos didáticos**

A forma como os índios vêm sendo representados através de textos e imagens nos livros didáticos é algo pouco discutido, considerando sua capacidade de formular ou de se constituir como elemento de uma construção a respeito não somente da história do Brasil, mas também do papel e/ou lugar do índio como sujeito nessa mesma história. O livro torna-se, portanto um objeto de fonte de pesquisa servindo, por exemplo, para perceber as mudanças e permanências, avanços e retrocessos referentes ao que se produz a respeito dos povos indígenas. Como essa produção atua no imaginário através do intermédio desse objeto?

*A historiografia didática acompanhou as discussões teóricas sobre a temática indígena que povoaram a mente de cronistas e viajantes do século XVI, de pensadores do Oitocentos até a contemporaneidade, porém alguns manuais perpetuam representações que não condizem com o atual estado da arte, isto é, com a fase atual das reflexões sobre o tema (MARINHO, 2006, p. 43).*

Então, é legítima a possibilidade de que este material esteja inserido em discussões em nível nacional, sendo, uma delas, referente à legitimidade da identidade indígena e aos direitos a eles pertencentes, perante a sociedade e o estado, e seus membros institucionalizados. Quanto a isso Almeida<sup>876</sup> diz: “Percebe-se, pois, que as disputas políticas por esses direitos envolvem disputas sobre suas classificações étnicas.

---

<sup>876</sup> Maria Regina Celestino de Almeida

Ser ou não ser índio implica ganhar ou perder direitos e isso não acontece apenas em nossos dias<sup>877</sup>’.

Em uma esfera dessas disputas, encontra-se o apoio a discursos iconográficos historicamente produzidos que, junto a toda uma literatura, cristalizam uma imagem acerca desses sujeitos históricos. Pode-se perceber, após uma rápida análise, que os livros didáticos contêm textos e imagens que não correspondem à realidade dos povos indígenas, isto é, as obras não acompanham os debates e reflexões acerca dos mesmos. Bittencourt<sup>878</sup> observa que “os índios, mesmo em obras mais críticas, são apresentados em seus aspectos gerais, com análises mais estruturais empenhadas em rebater as teorias raciais que buscavam culpá-los pela herança deixada ao povo brasileiro, a saber, a “índole avessa ao trabalho produtivo”.

Vale lembrar que as pinturas e xilogravuras, comumente encontradas nesses materiais, quando desconectadas de conteúdos que condizem com a atual fase das reflexões sobre o tema provoca interpretações equivocadas, prejudicando tanto os indígenas na sua visibilidade como, também, os trabalhos daqueles que se comprometem com a questão da exposição desses grupos sociais e seu movimento histórico. A presença da temática indígena contribui para além de definições étnicas. Ela é um compromisso ético, sendo necessária aos indígenas e, também, aos que não se consideram como tal. Não tendo sido esses documentos identificados, quem os produziu? Se não estão situados historicamente, qual momento histórico que estão inseridos?

Em *História na sala de aula conceitos e praticas e propostas*, Circe Bittencourt retrata o ensino da história como processo de mudanças e permanências ao longo do tempo e, nesse processo, emerge o homem político, o agente da transformação entendido não somente como um indivíduo, mas também como sujeito coletivo: uma sociedade, um estado, uma nação, um povo. Uma análise de algumas obras didáticas recentes e com grande vendagem para o ensino fundamental e para o ensino médio, permite, por exemplo, identificar rápida e facilmente a diluição de conteúdos da história do Brasil.

Os índios sempre atuaram na formação do país, mas a expressão “índio” esconde uma série de conceitos, ou melhor, de pré-conceitos, a respeito deles. É importante destacar que o processo de criação dos vários estereótipos que evocam imagens no inconsciente coletivo da população brasileira também possui uma história. Essa história acaba por revelar mais sobre quem os produziu do que, propriamente sobre que esses agentes pretendiam falar. E o que sabemos sobre a construção das imagens historicamente produzidas pelo homem branco sobre sua alteridade? Os trabalhos relativos ao tema são todos recentes, obedecendo às balizas cronológicas seculares. Contudo sabemos que as práticas não estão condenadas a determinados períodos. Bittencourt, Mariano<sup>879</sup> e Cunha<sup>880</sup>, em alguns trabalhos, mapeiam e percebem as imagens que permearam a atmosfera dos três primeiros séculos da relação entre índios e não índios.

Mas quem são os primeiros a iniciarem criação dessas imagens? O primeiro que pode ser citado é o português Pero Vaz de Caminha, um homem cristão do período do renascimento, com uma formação humanista. Por meio da carta do “achamento do

---

<sup>877</sup> Os índios na história do Brasil. Maria Regina Celestino de Almeida. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

<sup>878</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos** – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

<sup>879</sup> Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano

<sup>880</sup> Manuela Carneiro da Cunha



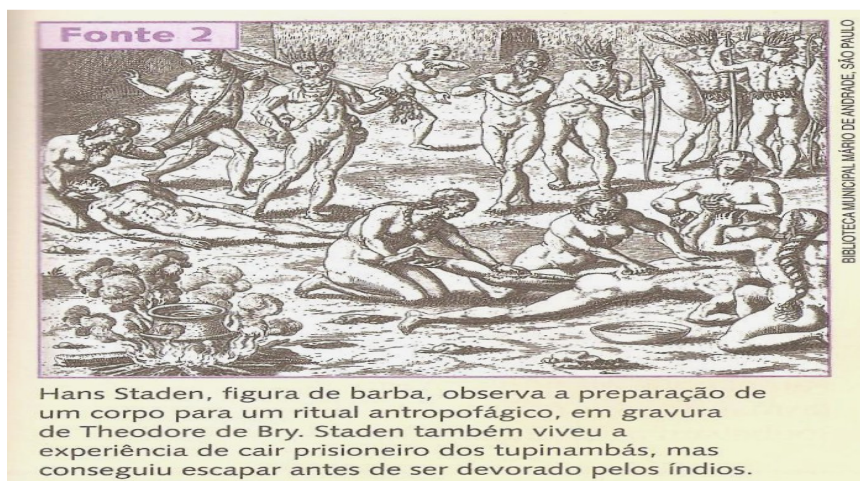
Brasil” enviada ao Rei D. Manoel, demonstra uma visão semelhante a do paraíso. O trabalho de Cunha (2010), referente às imagens dos séculos XVI<sup>881</sup>, leva-nos à discussão em entorno de duas imagens. A primeira assemelha-os aos habitantes do Jardim do Éden, descritos como despidos de nenhum mau, seres moldáveis, ou seja, totalmente adequáveis a um empreendimento político, econômico e catequizador. De algum modo, os livros escolares apresentam tal interpretação.

*Os índios moravam em lugares onde houvesse, por perto, água corrente piscosa, boa mata para caça e terra fértil [...] alimentavam-se de frutos e raízes do mato, [...] As casas eram feitas com galhos e troncos de árvores e cobertas com fôlhas de palmeiras. Dançavam ao som de chocalhos, tambores, flautas e gaitas [...] (DORNELLES, WERNECK, DEUSDARÁ, 1970, p. 9-11)*

Passados os primeiros e pouco efetivos contatos. Dá-se o início de um estabelecimento efetivo. Já em meados do século XVI, com a primeira missão catequista, comandada por Padre Manuel da Nóbrega (1517-1570) e vinda juntamente com Tomé de Sousa, essa nova forma de convívio abrirá espaço para uma direção oposta à visão idílica. Atuando como novos cronistas, os inacianos e os demais viajantes ajudaram a circular outros estereótipos.

O conhecimento das práticas de poligamia, incesto, paganismo, indolência e canibalismo transformado os “ habitantes do Jardim do Éden em bestas selvagens. Como postulantes desse segundo conjunto de imagens, estão Hans Staden (1525-1579), aventureiro e mercenário que viveu na região da atual Alemanha, que escapou de um ritual antropofágico, e Jean de Léry (1536-1613), francês calvinista, enviado para a “França Antártica”, e que retornando a Europa, publicou várias obras sobre sua viagem ao Brasil. Estes poderão ser lembrados, pois, atuaram como cronistas que associam xilogravuras às suas descrições.

Vários textos e imagens produzidos nesse período são encontrados nos livros didáticos ainda hoje, a exemplo da imagem e do texto a seguir.



**Figura 2 – Hans Staden, figura de barba, observa a preparação de um corpo para um ritual antropofágico, em gravura de Theodore de Bry. Staden também viveu a experiência de cair prisioneiro dos tupinambás, mas conseguiu escapar antes de ser devorado pelos índios.<sup>882</sup>**

<sup>881</sup> CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **Imagens de Índios no Século XVI**. Estudos Avançados, v. 4, n. 10, p. 91-110, 1991.

<sup>882</sup> História (Ensino Fundamental) I. Melani, Maria Raquel Apolinário. (2006, P.181).

*Quanto ao ritual de antropofagia, Cunha (lembra, “Os Tupi, no entanto, não são canibais, e sim antropófagos: a distinção que é, num primeiro momento léxica, e mais tarde, quando os termos se tornam sinônimos<sup>883</sup>, semântica, é crucial no século XVI, e é ela quem permitirá a exaltação do índio brasileiro. A diferença é esta: canibais são gente que se alimenta de carne humana; muito distinta é a situação dos tupi que comem seus inimigos por vingança. O canibalismo caberia aos outros povos, possivelmente aos Caetés ou Potiguaras’’. (CUNHA, 1991, p.99.)*

Descrever é envolver-se com o objeto a ser descrito, caracterizando um posicionamento. A colônia é um espaço onde se desenvolve uma série de interesses, onde os agentes que nela habitam, mobilizam-se e ocupam lugares nessa sociedade, por meio, de várias alianças. Então, a construção de estereótipos servirá como ação legitimadora para o estabelecimento de todo um conjunto de práticas, tais como a tão conhecida “guerra justa” instituição que autorizava ações de apresamento ou extermínio contra alguns grupos étnicos nativos. Podemos perceber como esses mecanismos são construídos e suas engrenagens movimentam-se com forme os interesses de quem os maneja.

Compreender a mentalidade da época nos permite entender o *lugar social*<sup>884</sup> de quem descreve e de quem é descrito. É difícil precisar e estabelecer uma distinção entre interesse religioso e econômico, pois ambos coexistiam sobre uma linha muito tênue, influenciando-se mutuamente. Contudo, contemporânea à construção anteriormente mencionada, teremos outra que aponta para o elemento indígena como causa para o atraso ao pleno desenvolvimento do projeto da coroa, na então colônia.

*Muitos motivos levaram Portugal a intensificar o processo de colonização do Brasil a partir de 1530, entre os quais: [...] • o interesse em ocupar terras de clima tropical, capaz de produzir gêneros inexistentes na Europa; • a falta de mão-de-obra local, já que os indígenas não se adaptavam ao trabalho agrícola. (VALADARES, TRINDADE, 1992, p.110)*

No tocante à força de trabalho dos também chamados “negros da terra” naquele século, autores como Schwartz (1988) afirmam que somente “... No final do séc. XVI, começou a declinar o uso da mão-de-obra escrava indígena nos engenhos... ” e não ficando extinta nos períodos que se seguiram. A formação do mito da “indolência indígena” é resultado do estranhamento e resistência indígena as relações de produção impostas pelo europeu, mesmo com as dificuldades socioculturais que os indígenas tiveram que enfrentar a exemplo dos tupinambás que tinham as mulheres como as responsáveis pelo trabalho agrícola. Essa mão de obra ficará sendo empregada desde interesse da metrópole até os das elites locais, atuando para além do período colonial. Esses movimentos não serão representados livros didáticos sendo assim omitidos. Essa segunda imagem juntamente com anterior tornaram as novas terras e seus habitantes, num “verdadeiro” universo ambíguo repleto de aspectos de ambas as visões. Segundo

---

<sup>883</sup> Segundo Michèle Duchet (1977:38), a sinonímia entre canibais e antropófagos vulgariza-se a partir de Montaigne. Mesmo depois de assimiladas as duas palavras, porém, a diferença que encerravam permanece, com a mesma conotação moral.

<sup>884</sup> Michel de Certeau (1982), ao discutir a operação historiográfica, relaciona o *lugar social*, a *metodologia utilizada* e o *discurso* ou *escrita da história*. Tais articulações nos mostram a edificação de uma determinada realidade. Realidade essa em que o autor faz suas opções, ora silenciando, ora privilegiando determinados aspectos na construção da sua versão de história.

Cunha (1986). “Pelo fim do século, estão consolidadas, na realidade, duas imagens de índios que só muito tenuamente se recobrem: a francesa que o exalta, e a ibérica, que o deprecia. Uma imagem de viajante, outra de colono.” Mas não será somente franceses e portugueses que farão interpretações e representações acerca dos indígenas no período colonial. O agente que a realiza está envolvido numa conjuntura própria. E é esse movimento que fará suceder varias outras imagens.

No século XVII, parte da colônia (o nordeste litorâneo) ficará sob o governo flamengo (holandês). Dentro das mudanças empreendidas nesse período (1637-1644) ficarão os quadros de Albert Eckhout (1610 – 1665) com um modelo etnográfico não mais sob os moldes renascentistas. Eckhout destaca a contraposição étnica através da separação entre civilizado e bárbaro, gentio e bravo em índios, negros e no resultado de suas misturas. Esses quadros marcam um fim da reprodução do índio sob os moldes renascentistas. E quanto a essa nova interpretação Oliveira diz, “Trata-se de uma hierarquização do mundo brasileiro com certo ar freyriano, se bem que avant *la lettre*, mas condiz completamente com as concepções do ideário pré-iluminista da Europa do século XVII’.



Figura 3 – Mulher Tupi<sup>885</sup>.



Figura 4 – Mulher Tapuia.<sup>886</sup>

Mais uma vez a alteridade esta em jogo na relação entre os agentes históricos. Por tanto, analisar como os indígenas são representados nos bancos escolares de todo o Brasil a partir do livro didático é perceber a problemática histórica da representação do “outro”. Ao mesmo tempo em que observamos como as relações entre ambos são historicamente produzidas e perpetuadas na memória de um povo. Essa memória coletiva é construída a partir de um conjunto de identificações/Características sobre o que são e quem são os índios do nosso país. Esse processo passa pela identificação das diferenças e das semelhanças entre quem observa e que é observado.

*Nossos índios apresentam muitos pontos de semelhança com os povos da Ásia Oriental (Chineses, japoneses e outros): cabelo preto e liso,*

<sup>885</sup> VALADARES, Virgínia Trindade. História: Assim caminha a humanidade. 6º série. Por/ Virgínia Trindade Valadares, Vanise Ribeiro e Sebastião Martins. Belo Horizonte: Editora do Brasil em Minas Gerais, 1992.156p.

<sup>886</sup> Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Maria Raquel Apolinário. – 2. Ed. – São Paulo: Moderna, 2007.

*olhos oblíquos, nariz achatado, maçãs do rosto salientes, estatura mediana, poucos cabelos no rosto e no corpo. (MICHALANY, RAMOS, 1980.p.484.)*

Na produção do artista holandês fica em destaque a aproximação com o índio Tupi, enquanto os Tapuias são colocados como seres degenerados. Ao passo que Tapuias e holandeses lutavam contra os portugueses construía-se nos quadros uma imagem negativa acerca dos primeiros. Nesse momento percebemos que o estranhamento do pintor supera a conhecida aliança entre eles. Pompa ao analisar o processo de esvaziamento das aldeias missionárias do rio São Francisco destaca que o nomadismo tapuia e outros costumes irão afirmar a impossibilidade de promover qualquer prática civilizadora que no quadro epistemológico elaborava um novo paradigma<sup>887</sup> que acompanhará os dois séculos seguintes.

Em meados do século setecentos, assistiremos a implantação de uma nova política indigenista que marcará a mudança do polo regional de difusão da maior parte dessas imagens marcando também o início do chamado “desaparecimento dos índios do nordeste”. Em meados do século XVIII, assistiremos a implantação de uma nova política indigenista que marcará a mudança do polo regional de maior parte dessas imagens marcando também o início do chamado “desaparecimento dos índios do nordeste”. Com a expulsão das ordens religiosas o processo de migração e dispersão dos índios se intensifica. Alguns acabaram aderindo ao regime de tutela outros fugiram para outras regiões.

Segundo Pacheco de Oliveira e Rocha Freire “O século XVIII foi marcado tanto pelas imagens indígenas oriundas das concepções difundidas pelo Estado colonial português, como pela circulação no Velho Mundo das imagens do ‘bom selvagem’ já veiculadas por filósofos como Rousseau e outros pensadores iluministas.”

A penetração de grupos étnicos para o interior do país anunciada, após as modificações empreendidas por Pombal será paliativa, pois na medida em que o estado português amplia seu domínio sobre o território sobrar cada vez menos espaço para os nativos. Logo teremos novos confrontos estes perpetuado sob um olhar romântico de Jean-Baptiste Debret (1768 – 1848) e Johann Moritz Rugendas (1802 – 1858) que sob essa nova óptica irá ver os botocudos como símbolo de heroísmo e resistência mesmo que fadada ao fracasso frente ao poder do estado civilizado e civilizador.



**Figura 5 – As lutas entre brancos e índios sempre foram desiguais<sup>888</sup>.**

<sup>887</sup> Ver: POMPA, Maria Cristina. História de um desaparecimento anunciado: as aldeias missionárias do São Francisco, séculos XVIII – XIX. P. 275.

<sup>888</sup> VALADARES, Virgínia Trindade História: Assim caminha a humanidade. 6º série. Por/ Virgínia Trindade Valadares, Vanise Ribeiro e Sebastião Martins. Belo Horizonte: Editora do Brasil em Minas Gerais, 1992. P.156.



Estado este que a partir da segunda metade do século passa a orientar-se pelas chamadas teorias raciais<sup>889</sup>. Conforme Pacheco, No início do séc. XX, influenciado pela literatura e pela imprensa, sobrevivia o estereótipo romântico do “bom selvagem” que circulara no séc. XIX. Os contatos estabelecidos pelas Comissões de Linhas Telegráficas com índios “selvagens” (identificados com a imagem colonial dos “índios bravos”) ampliavam nas metrópoles o interesse por notícias sobre o interior do país. Os principais jornais divulgavam com regularidade as reações dos índios diante dos militares e dos sertanistas comandados por Rondon. Mas em nossas pesquisas não encontramos texto como também fotografias que fornecessem qualquer informação quanto a essas informações. Essa ausência talvez se deva aos direitos autorais pertinentes as imagens. Mas não significa que povos indígenas foram menos ativos no meio social. Eles não se deixaram calar ou visibilizar é tanto que são constantes as imagens nos livros que evidenciam suas reivindicações frente ao poder público. Embora algumas fotos os singularizem da seguinte forma.



**Figura 6 – Atualmente, no Brasil (Amazônia), ainda existem comunidades indígenas que preservam sua cultura original. O que nós podemos fazer por eles? Como evitar que essas civilizações sejam destruídas por nossa civilização? Aprenderemos a respeitar seus direitos?**

Em suma ao buscarmos os índios de hoje os manuais didáticos no apresentam os da região do Amazonas (norte do país) reafirmando um o conceito de cultura como algo petrificado, imutável. Quando deveria reconhecê-la em seu processo dinâmico ao reconstruísse envolvida na tradição e no cotidiano dos seres humanos. Ou logo em reivindicações ou conflitos por terra. Desconsiderando suas outras formas de organização e reivindicação de direitos por meio do próprio poder político-legislativo e eleitoral. Muito menos suas conquistas por meio do movimento indigenista ou indígena.

Lidamos com as varias visões e formas de representação dos índios no correr dos séculos e como tais imagens oferecem risco quando são colocadas sem maiores problematizações. Qualquer tentativa de dizer o que são cairá em fracasso, pois estaríamos refazendo o que foi anteriormente criticado. É reconhecendo sua aridez. Contudo não vivemos em mundo atemporal necessitando assim de um lugar de partida. Comêssemos por considerar o que cada um diz sobre si mesmo. E suas práticas historicamente construídas, ou seja, suas movimentações nas busca por sobrevivência e melhorias de vida. Colocam-nos no seu devido lugar os de agentes históricos.

---

<sup>889</sup> O Evolucionismo Social afirmava que as sociedades originavam-se de “estágios primitivos” e, gradativamente, tornavam-se mais “civilizadas”. No Darwinismo Social acreditava-se que as sociedades humanas possuíam características biológicas e sociais que as diferenciavam umas das outras, tornando-as mais ou menos aptas.

## Entrevista com os professores de história

Foi possível observar por meio de um questionário dirigido a dois professores de história da rede pública do município de Campo Alegre – AL. Perguntamos se conheciam a lei 11.645/2008 que a torna obrigatório o ensino de história da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o Brasil. Diante dos questionamentos levantados, perguntamos se eles conhecem alguma comunidade indígena no estado de Alagoas aonde relataram que conhecem indiretamente, pois fizeram um estudo sobre a comunidade Kariri-Xocó e a Karapotó, assistiram também a sobre a comunidade.

Os professores de história trabalham a cultura indígena na sala de aula, mais tem consciência que a abordagem sobre a temática indígena precisa ser trabalhada mais, pois não pode ficar restrito a algumas aulas de história, mais deve ser um tema interdisciplinar, para um deles a importância dos povos indígenas é fazer com que os estudantes compreendam a história e a cultura indígena, é fazer eles reconheçam a própria cultura, pois, presença deste tema possibilita que a cultura indígena seja mostrada como realmente ela é, indo de encontro à visão europeia que muitos livros didáticos ainda trazem; para o outro professor a importância da temática indígena é a valorização de um povo que sofreu e sofre a discriminação de suas origens e crenças onde o mesmo sempre esteve presente na luta pela integridade brasileira.

Foi observado que é um dos professores considera a sua formação suficiente para tratar da história indígena em sala de aula, o outro irá dizer que: “A formação sobre qualquer que seja o tema nunca é suficiente. Tenho conhecimento sobre a história da cultura indígena e procuro informações novas sobre esse tema. É preciso que haja mais palestras, seminários, livros, e etc. sobre tal tema, para que os professores de história e das demais disciplinas conheçam mais do tema tão importante para os nossos alunos”.

Para finalizar o questionário perguntamos se eles tinham sugestões de como tratar as questões indígenas em sala de aula foi mencionado por um deles que, é necessários livros didáticos que mostrem a história e a cultura indígena como realmente são como também projetos interdisciplinares, para o outro professor é necessário mostrar a luta histórica ao longo dos séculos que os indígenas empreenderam para preservar a integridade física e cultural.

## Algumas considerações

Consideramos a Lei Nº 11.645, de 10 Março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*. Embora não se trate que essas comunidades serão conduzidas e representadas por leis, mas reconhecidas por suas histórias. Entende-se que antes de qualquer lei, há processos específicos de cada grupo, tecidos por fios históricos cotidianamente e ao se aproximar dessa realidade oportunizamos a reelaboração do que se compreende da sociedade alagoana. A lei passaria ser uma das formas de expressar essa história.

Apresentamos parte do diagnóstico de nossa pesquisa, isto é, o que foi constatado no tocante à temática indígena nos livros didáticos do ensino fundamental. Vimos que possuem um conteúdo repetitivo, tanto as imagens como os textos. Sabemos que as imagens aos circularem nos espaços escolares constituem em *tipos* que por sua vez apresentam características generalizantes. Algo redutor, ou seja, é a anulação de

características próprias do sujeito. Assim ao circular afastado do seu referente real/atual transforma-se no campo ideológico numa coisa imutável e não no que ela está sendo. Mesmo após anos de divulgação de pesquisa que contribuem para promover uma releitura sobre os temas comumente abordados.

A não renovação desses conteúdos perpetua práticas e concepções errôneas acerca da realidade dos vários povos indígenas existentes em nosso país, desse modo, via permissão do estado esse material pedagógico contribui para manutenção do desconhecimento dos mais variados agentes que tramam o tecido histórico. Deixando-os fora da formação histórica de nossa sociedade pelo menos para âmbito escolar. Nesse sentido a escola como instituição, por meio de suas práticas, valores e conhecimentos contribui para a reprodução das desigualdades na sociedade de classes em que vivemos.

Partindo dessa crítica que sentimos necessária a fala dos professores. Eles na condição de intelectuais orgânicos são responsáveis pela reprodução ou não dos conteúdos didáticos. Assim a mudança de postura sobre a questão indígena passa também pela formação do profissional. A realidade dada a ler, como lembra Chartier, só pode ser lida por aqueles que conseguem perceber. Em seus relatos mostrados anteriormente, os índios são tratados como “cultura” e não como “história”. São dois termos ou conceitos extremamente complexos para serem lançados sem maiores considerações ou distinções. Compreender a história indígena é reconhecer sua cultura, também, o que não quer dizer pintar e vestir crianças com penas na semana do 19 de abril. Reconhecer requer uma reelaboração nas formas de pensar a sociedade brasileira como um todo, é possibilitar escovar a história a contrapelo, como recomenda Walter Benjamin, é de certo modo, implodir o contínuo da história ou pelo menos do ensino, para que se possa construir algo novo. Não sobre eles, mas com os indígenas.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- PEQUENO, Dayse Charpenel; Dornelles, Leny Werneck; Deusdará, Therezinha. **O Brasil conta a sua história**. Rio de Janeiro, ao livro técnico S. A., 1970.
- VALADARES, Virgínia Trindade. **História: Assim caminha a humanidade**. 6º série. Por/ Virgínia Trindade Valadares, Vanise Ribeiro e Sebastião Martins. Belo Horizonte: Editora do Brasil em Minas Gerais, 1992.156p.
- COTRIM, Gilberto, 1955-*Saber e fazer história*, 6º série/ Gilberto Cotrim. -2. Ed.-São Paulo: Saraiva 2002.
- Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Maria Raquel Apolinário. – 2. Ed. – São Paulo: Moderna, 2007.
- SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica** / Mario Furley Schmidt – São Paulo: Nova Geração, 1999.
- Curso de estudos sociais / Circo de Moura Ramos... [et al.]; direção editorial de Sylvio Michalany ; supervisão de Douglas Michalany, Ciro de Moura Ramos. – 2. Ed. Ver., aum. E atualizada. – São Paulo: GEMSA, 1980.
- MELANI, Maria Raquel Apolinário. **História** (Ensino Fundamental) I. 2006.
- CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da . **História dos Índios No Brasil** (Segunda Edição). 2. Ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998. 608 p.
- CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **Imagens de Índios no Século XVI**. Estudos Avançados, v. 4, n. 10, p. 91-110, 1991.
- CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **O Futuro da Questão Indígena**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 12, p. 1-16, 1994.

BITTENCOURT, C. M. F.. **O Ensino de História Nas Escolas Indígenas**. Em Aberto, Brasília, v. 63, n. - X-, p. 105-117, 1994.

O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930 / Lilia Moritz Schwarcz – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 164 p. (Coleção FGV de bolso. Série História).

OLIVEIRA, Carla Mary S. **O Brasil seiscentista nas pinturas de Albert Eckhout e Frans Janszoon Post: documento ou invenção do Novo Mundo?**. Portuguese Studies Review, Peterborough, Ontario, Canada, Trent University, v. 14, n. 1, 2007, p. 115-138. ISSN 1057-1515.

POMPA, Maria Cristina. **História de um desaparecimento anunciado: as aldeias missionárias do São Francisco, séculos XVIII – XIX**. In: Pacheco de Oliveira, João [org.] A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro, 2011.

PACHECO DE OLIVEIRA, João e ROCHA FREIRE, Carlos Augusto da. **A Presença Indígena na Formação do Brasil** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 978-85-60731-17-6.

MARCOS CEZAR. In: **Historiografia brasileira em perspectivas**. Marcos Cezar de Freitas (org.) 6.ed., 2ª Reimpressão, São Paulo: Contexto, 2010.P.41.

Ensinar e aprender história / Flávio Berutti e Adhemar Marques. – Belo Horizonte: RHJ, 2009. 188 p.

Ensinar história / Maria Auxiliadora Schmidt, Marlene Cainelli. – São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula).

História e Linguagens, volume único: livro do professor/ Helena Guimarães Campos, Ricardo Moura Farias. – 1. Ed. – São Paulo: FTD, 2009. – (Coleção história e linguagens)

Ensino de história: fundamentos e métodos / Circe Maria Fernandes Bittencourt – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas/ Leandro Karnal(org.) – 6. Ed. 1ªRei, pressão. -São Paulo: Contexto, 2010.



# A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO.

*Francisco Kleiton de Souza Silva  
Maria Selma Venâncio costa*

## INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é utilizar a música como instrumento metodológico no ensino-aprendizagem de história no ensino médio, promovendo assim uma discussão dos conteúdos abordados em sala de aula, através das experiências vivenciadas pelos bolsistas do PIBID, que se destina a qualificar futuros profissionais da educação, para a prática docente de História. Fizemos uso da ludicidade através de atividades interdisciplinares como: música, jogos, gincanas, debates etc. Para abordar as temáticas como: *Identidade, Pluralidade Cultural e Cidadania*, proposta pelo subprojeto do PIBID de história. Temáticas que já fazem parte dos Parâmetros Curriculares (PCNS). Essas atividades são promovidas pelos bolsistas e seus respectivos professores que já atuam nessa área. Utilizando uma música como canal mediador no processo de ensino-aprendizagem, na qual instiga e provoca o pensamento crítico-analítico dos educandos e educandas acerca dos temas abordados, levando em consideração o contexto social, sua temporalidade e o contexto de integração com as temáticas apresentadas. Promovendo por meio da música não apenas o despertar crítico-avaliativo dos alunos, mas também a produção da leitura e escrita deles.

A música é um elemento de aprendizagem utilizada como um método lúdico-pedagógico que possibilita um processo de ensino continuado a partir da contextualização da realidade, com o que a letra e melodia da música quer apresentar, além das situações presenciadas por seu compositor. Mas, o que de fato é importante referenciar é a música, a sua influência no ensino e principalmente no processo de aprendizagem dos educandos do ensino médio.

## O ENSINO MÉDIO COM O AUXÍLIO DA MÚSICA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O Ensino Médio foi implantado nas escolas brasileiras com o objetivo de um ensino destinado a faixa etária dos 15 aos 18, mas inclui pessoas de outra faixa etária que já concluiu o ensino fundamental, ou seja, em algumas ocasiões a idade não condiz com ano/série, sendo que a maioria dessas pessoas não teve oportunidade de estudar, porque tinha ou por condições financeiras, esse foi um dos motivos para distanciar os indivíduos do processo de aprendizagem, portanto são alunos que carregam consigo um cansaço persistente, na maioria das vezes os alunos desistiram por não ser motivado ou as aulas não o atraem, podendo considerar como uma “educação bancária”, concepção estabelecida por Paulo freire na sua obra pedagogia do oprimido.

*O professor de história ajuda o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar as diversidades das fontes e dos pontos de vista históricos, o levando a reconstruir, por adução. O percurso da narrativa histórica. Ao*

*professor cabe ensinar ao aluno a levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas e problemáticas em narrativas históricas. (SCHIMITCH, 2004)*

Portanto, as aulas proporcionam uma motivação nos alunos, e de certa forma há uma evasão que prejudica os professores que buscam incluir outros métodos e elementos mais atrativos, no ensino como a música, o filme, as fotografias, os jornais. Mas de que maneira o auxílio da música irá estimular os alunos? Primeiro relacionar a música com o contexto cultural e social dos educandos e educandas, logo depois contextualizá-la e interpretá-la na linguagem que se adapte a eles. E posteriormente transformá-los em conteúdos de leitura, escrita e história e conhecimentos afins.

## **A MÚSICA ENQUANTO DOCUMENTO HISTÓRICO**

Ao utilizar a música como instrumento de aprendizagem pedagógica relaciona-se ao aspecto descritivo, que é descrevê-la sendo parte fundamental no processo de ensino, pois, este fato possibilita considerá-la como documento pelo simples diálogo com a realidade, ou seja, ela possibilita uma leitura de mundo. Como também pode atribuir um sentido não só teórico, mas perpassar pela prática, ao mencionar a teoria, a reflexão que fazemos pelo senso comum reduz a algo “escrito”, sim, mas com uma diferença a teoria nada mais é que uma visão de mundo, posta cientificamente. A música é utilizada como subsídio a partir do contexto que o tema/assunto esta inserido.

*(...) a música, além de seu estado de imaterialidade, atinge os sentidos do receptor, estando, portanto, fundamentalmente no universo da sensibilidade. Por tratar-se de um material marcado por objetivos essencialmente estéticos e artísticos, destinados à fruição pessoal e/ou coletiva, a canção também assume inevitavelmente a singularidade e características especiais próprias do autor e de seu universo cultural. Além disso, geralmente uma nova leitura é realizada pelo intérprete/instrumentista. E, finalmente, o receptor faz sua (re) leitura da obra, às vezes trilhando caminhos inesperados para o criador (MORAES, 2000: 211).*

Ou seja, ao se trabalhar com a música, tanto na pesquisa histórica quanto no ensino, deve-se ter em mente que ela é um documento subjetivo, repleto de significados. Assim, é importante que haja a sensibilidade em explorar tudo o que a música pode oferecer, não a restringindo, mas buscando suas diversas possibilidades. É relevante destacar a importância em se notar os dados sócio-históricos da canção: quem produziu? Como foi difundida? Quem consumiu? Que mensagem expressa a que gênero artístico pertence? Isso ajuda o aluno a situar a música como algo constituinte do social, que pertence há um tempo e a um espaço, ajudando-o a compreender as camadas de sentidos, faladas acima. A música é um elemento que está em um constante diálogo por se apresentar em vários momentos como na guerra, nos ritos religiosos, na composição épica, nas festas comemorativas ou na educação.

*As letras das músicas se constituem em evidências, registros de acontecimentos a serem compreendidos pelos alunos em sua abrangência mais ampla, ou seja, em sua compreensão cronológica,*

*na elaboração e re-significação de conceitos próprios da disciplina. Mais ainda, a utilização de tais registros colabora na formação dos conceitos espontâneos dos alunos e na aproximação entre eles e os conceitos científicos. (ABDUD, 2005)*

## **A MÚSICA INSERIDA NO CONTEXTO SOCIAL E CULTURAL DOS EDUCADOS DO ENSINO MÉDIO**

A música contextualizada no ambiente social dos educando e educandas os auxilia na assimilação do conteúdo, pois aborda a vivência dos sujeitos que na maioria das situações são excluídos até mesmo nos subsídios utilizados pelo professor. Para entender melhor como a música pode ser um instrumento de aprendizagem em uma turma de ensino médio, na página seguinte contém uma letra da música, Triste Partida do Compositor nordestino Luiz Gonzaga, a escolha desta música é uma proposta de instrumento a ser utilizado em sala de aula nas turmas do ensino médio nos estados do Nordeste, porque apresentam elementos constituídos nesta região. A música aborda uma realidade de milhares de nordestinos, que por causa da seca transfere-se com toda sua família do interior nordestino a procura de melhores condições de sobrevivência nos grandes centros urbanos do país. Na letra da música um desses centros mais procurado é a cidade de São Paulo, mas antes do sertanejo deixar toda sua terra inicia a desapropriação de todos seus bens, que em certos momentos a venda não traz nenhum lucro, pois vende por um preço baixo sobre pressão. Portanto, ao trabalhar essa música com os educandos observar, como inserir no contexto dos mesmos, e qual é a posição deles referente à própria realidade. Pois eles participaram com mais motivação, por está abordando o seu cotidiano.

### *A Triste Partida*

*(Luiz Gonzaga)*

*(...) Meu Deus, meu Deus  
Assim fala o pobre  
Do seco Nordeste  
Com medo da peste  
Da fome feroz  
Ai, ai, ai, ai*

*Ai, ai, ai, ai  
Mas nada de chuva  
Tá tudo sem jeito  
Lhe foge do peito  
O resto da fé  
Ai, ai, ai, ai (...)*

*Agora pensando  
Ele segue outra tria  
Chamando a família*

*Começa a dizer  
Meu Deus, meu Deus  
Eu vendo meu burro  
Meu jegue e o cavalo  
Nóis vamo a São Paulo  
Viver ou morrer (...)*

*Nóis vamo a São Paulo  
Que a coisa tá feia  
Por terras alheia  
Ai, ai, ai, ai  
Em um caminhão  
Ele joga a família  
Chegou o triste dia  
Já vai viajar  
Meu Deus, meu Deus  
A seca terrível  
Que tudo devora  
Ai, lhe bota pra fora*

*Da terra natal  
De pena e saudade (...)*

*Vai dia e vem dia  
E aquela fãmia  
Não vorta mais não  
Ai, ai, ai, ai  
Distante da terra  
Tão seca mas boa*

*Exposto à garoa  
A lama e o paú  
Meu Deus, meu Deus  
Faz pena o nortista  
Tão forte, tão bravo  
Viver como escravo  
No Norte e no Sul  
Ai,ai,aia*

O trabalho com está música foi pautada na contextualização dos alunos do Ensino Médio com a realidade deles, demonstrando a identidade Nordestina expressada na música de Luiz Gonzaga. O método aplicado na aula com está música foi da seguinte maneira: ouvir a música, ler a letra e em seguida uma discussão, sobre o contexto social, econômico e ambiental.

No debate realizado com a letra dessa música no que diz respeito, ao contexto social discutiu o cotidiano do homem do campo que reside no sertão do Nordeste, o modo de trabalho realizado por eles e a luta pela sobrevivência.

No contexto econômico foi mencionado o serviço prestado pelo sertanejo nas fazendas sendo em alguns casos explorados pelos fazendeiros, o fator que proporciona a fome é o fenômeno natural e ambiental que chamamos de seca, fez com que muitos dos nordestinos migrassem para grandes centros urbanos em busca de melhores condições, mas a saudade do seu lugar de origem fala mais forte, batendo o arrependimento e pensando no retorno. E por da discussão da letra da música explorando os fatos mencionados, a proposta da contextualização resultou na realização de trabalhos feitos pelos alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo discorreu de forma mais aprofundada sobre a utilização da música como um instrumento, que possibilita o entendimento da leitura e escrita, bem como a compreensão social no qual esses indivíduos/individuas estão inseridos. Através da produção do presente e das pesquisas pela equipe realizada foi possível entendermos a grande importância e benefícios que a música bem utilizada e direcionada, é capaz de promover a aprendizagem desde educação infantil ao ensino superior.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 36. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e Música: canção popular e conhecimento histórico. IN: Revista Brasileira de História, ANPUH/Humanistas/FAPESP, 2000, 20/39, p.203-221.

ABDU, Kátia Maria. **Registro e representações do cotidiano: A música popular na aula de história**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 309-317, set./dez. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

Triste partida, LUIZ GONZAGA. **Letras**. Mus.br/[luiz-gonzaga/](http://www.mus.br/luiz-gonzaga/)

## O USO DE IMAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA DAS SERIES INICIAIS: UMA LEITURA DOS QUADROS DE DEBRET

*Izabela Cristina de Melo Santos*

### INTRODUÇÃO

Os atuais livros didáticos de História para o ensino fundamental têm explorado as mais variadas formas de imagens, sem que isto implique numa problematização daquela fonte histórica por parte do docente. Esse tratamento da fonte imagética terá consequências na formação da criança, tendo em vista que o conjunto variado de imagens contido nos livros didáticos desta disciplina sejam pinturas ou fotografias, indicam uma determinada forma de representação do passado por vezes desconsiderado nas aulas. Regra geral, historicamente essa fonte foi tratada como se fosse uma mera extensão do texto escrito. Tal fato nos levou a propor uma análise de como essa fonte histórica é explorada no livro didático que atualmente circula nas escolas públicas de Maceió, a partir da discussão de como a obra do pintor Frances, Jean-Baptiste Debret (1768-1848) foi explorada no livro didático de História do “Projeto Buriti” destinado a alunos do 5º ano do ensino fundamental.

É provável que os traços de uma vertente positivista da História ainda se mantenha com todo vigor na exploração do passado nas salas de aula da educação básica brasileira. O que deve ser problematizado não é mais a falta desse material, mas o uso dessas imagens sem orientação correta, sem o devido conhecimento sobre qual fonte se está lidando, por isso, é importante confrontar o modo como o livro didático se apropria de fontes imagéticas e a discussão que a História Cultural sugere na exploração desse tipo de documento. A nossa suspeita é que, em razão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) solicitarem no ensino de história o trabalho com vários materiais, as editoras passaram a investir na produção de livros didáticos excessivamente coloridos, ocasionando uma “poluição visual”. Estaríamos, então, desse modo nos apoiando na vertente da História Cultural? Parece-nos um equívoco de interpretação dessa forma de trabalho docente.

Historicamente o ensino de História no Brasil se estruturou de modo a não privilegiar a análise da diversidade de fontes históricas, como pinturas, fotografias, esculturas, grafismos, desenhos, charges, poemas, romances, depoimentos orais etc., reduzindo-se a apreensão dos conhecimentos históricos somente pela leitura dos textos escritos. Essa postura acabou por determinar que o ensino da História, aqui em análise, dos anos iniciais deveria ser posterior a aquisição escrita e leitora, relegando à disciplina a um papel secundário no currículo escolar que persiste até os dias atuais. Fato que se explica pela quantidade de aulas semanais dedicadas ao ensino de História e Geografia, que não corresponde ao que se destina ao ensino da Língua Portuguesa e da Matemática, com um agravante de que o minguado tempo dedicado aquelas pode ser remanejado para as ditas áreas “prioritárias”.

Estas questões norteiam o presente trabalho que está organizado da seguinte forma: inicialmente trazemos considerações acerca das contribuições da História Cultural para o ensino de história nas escolas. Em seguida, elencamos algumas orientações e perspectivas para o tratamento das imagens dos quadros de Debret carregadas nos livros didáticos, e por fim destacamos uma sugestão de análise das imagens para um trabalho voltado no espaço escolar, tendo como base a obra de Debret

contida no livro didático em análise, pois compreendemos que o livro didático se constituiu como principal instrumento didático utilizado pelo professor em sala de aula.

## **O ENSINO DE HISTÓRIA: DA HOMOGEINEIDADE À DIVERSIDADE**

O ensino de História foi incorporado ao currículo escolar a partir do século XIX, assumindo como principal finalidade a formação moral e cívica dos indivíduos com vistas a uma preparação que pudesse dar conta de conservar a ordem social posta e convencer os indivíduos a contribuírem com o crescimento material e intelectual da nação. Sendo, portanto, orientado pelo viés da filosofia do positivismo e de uma visão evolucionista do desenvolvimento humano, a narrativa histórica ensinada na escola deveria ser capaz, como nos afirma Xavier e Cunha (2011), de mostrar um passado que justificasse um projeto futuro do estado nacional para o contínuo progresso social, um projeto único e homogêneo para todos os grupos sociais.

Esta corrente filosófica revestiu a História de um caráter simplista, reduzindo-a a narração de eventos, mas não qualquer evento, e sim aquele que representasse o triunfo da humanidade relacionado ao progresso material e mental. Assim era evocada a memória e a exaltação das grandes figuras que se tornaram “mártires” da pátria e exemplos a serem seguidos. Sobre isso comenta Fautino e Gasparin (2001, p. 165):

*A história vista dessa forma apresenta um real opaco, morno, como se todas as transformações importantes já tivessem acontecido em um passado remoto. O tempo presente é um tempo de calma, que segue tranquilamente para um fim que já está anunciado: o progresso e a felicidade das nações.*

Nessa direção, os conteúdos de história deveriam ser de fato aprendidos por todos os indivíduos da sociedade, a fim de que incorporassem em suas ações e imaginário os valores morais pretendidos, e por isso se tem naquele momento uma supervalorização do trabalho exaustivo para a memorização das datas, causas e efeitos dos eventos e os feitos dos “grandes homens”. Essa foi a orientação que norteou o ensino de História até a primeira metade do século XX, quando outras correntes filosóficas ganharam maior credibilidade no cenário social por sujeitarem a história a uma visão processual das ações humanas, quais sejam, o Materialismo Histórico Dialético e a Escola dos *Annales*, mais tarde deu origem a Nova História ou História Cultural. A História Cultural é posta em foco por destacar em suas orientações a pesquisa a renovação em relação ao historicismo predominante no século XIX, quanto às fontes históricas e da compreensão acerca do tempo histórico.

*Distintamente deste modelo que postulava “reconstituir” o passado, a História- Problema dos Annales propõe “reconstruir” o passado em cada presente. O “problema”, e é esta a idéia que está por trás desta expressão, é precisamente o elemento em torno do qual se dá esta reconstrução. Trata-se de reconstruir o vivido através de problemas e motivações da época do próprio historiador. Para além disto, trabalhar com um “problema” pressupõe o gesto de reconhecer e explicitar para os leitores os conceitos e fundamentos que estão por trás do problema e das escolhas historiográficas, e não esconder estes conceitos dos olhos do leitor, para forjar o mito da neutralidade. (BARROS, 2010, p. 92-93).*

Os Annales irão compreender o percurso histórico como produto da ação humana, e ampliando a noção de que o passado só pode ser conhecido parcialmente e a partir da observação de todas as dimensões estruturais que influenciam a ação humana em uma determinada época. Nessa visão, tão importante quanto conhecer os aspectos relacionados ao político e ao econômico de um contexto, se faz também necessário compreender os aspectos “banais” do seu cotidiano, os valores predominantes da época, a cultura, o “não dito” das fontes etc. Como nos lembra Dosse (2003, p. 83-84), os textos e documentos são sim importantes, mas não só eles. A História Cultural nos põe a frente de um homem múltiplo, contraditório e composto de várias nuances, e por isso, as fontes para compreendê-lo devem ser diversas. Além da fonte imagética, centro de nossa discussão, Sandra Pesavento (2005, p.98) nos lembra também:

*[...] as crônicas de jornal, os almanaques e revistas, os livros didáticos, os romances, as poesias, os relatos de viajantes, as peças teatrais, a música, os jogos infantis, [...] todos os materiais relativos às sociabilidades dos diferentes grupos, em clubes, associações, organizações científicas e culturais.*

O ensino de História orientado por essa perspectiva teórica foi chamado a renovar-se, redimensionando sua finalidade na formação do indivíduo e as fontes utilizadas pelo professor em sala de aula para compreensão do passado. O saber histórico deve permitir ao aluno uma visão consciente e crítica do presente, com capacidade de avaliar as permanências e as rupturas que estabelece com os valores e projeções dos humanos do passado para as épocas subsequentes. Irá privilegiar as mais diversificadas fontes para a apreensão dos sentidos do passado, com vimos há pouco. De acordo com Reis (2008), a ampliação das fontes permite uma superação da narração histórica feita pelos “vencedores”, para dar visibilidade aos “silenciados”, assim podemos conhecer a diversidade de humanos, que viveram em épocas anteriores a nossa. Tal entendimento nos ajuda a pensar em qual perspectiva a fonte imagética é explorada para formação da criança, e isto significa dizer que o estudo sobre o passado deve ser iniciado já com aquelas crianças que ainda não dominam os códigos de leitura e escrita. Desse modo se é possível desenvolver desde cedo uma consciência história sobre si e o mundo no qual vive, ou, a possibilidade de iniciar a desnaturalização dessas duas instancias: leituras de si e do mundo social. Outro aspecto que a imagem proporciona no aprendizado infantil é a capacidade de pode captar elementos que apenas um texto escrito não teria poder de revelação. Aquele famosa frase procede: “uma imagem vale mais do que mil palavras”.

## **AS IMAGENS E A REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA**

A perspectiva da História Cultural nos orienta que a imagem, enquanto obra de arte, nos sugere uma representação de uma época, portanto, carregada de sentidos e intenções tanto quanto um texto escrito ou qualquer outra fonte. Levadas ao aluno principalmente pelo livro didático, as imagens selecionadas para compor esse material transmitem certa visão de mundo de quem a produziu e para que, explora aspectos do cenário estudado precisam ser discutidas e problematizadas junto aos alunos. O professor (a) de História não pode desconsiderar esse aspecto, explorando a imagem tão somente como ilustração e extensão de algum texto que geralmente o antecede nos livros didáticos.



*Na condição de formador, é preciso conhecer as condições de produção desse material: quem produziu, ano, as linhas teóricas seguidas, as mensagens que pretendem veicular e as memórias que pretendem deixar para o futuro. Mesmo que esses elementos não sejam abordados com os alunos das séries iniciais, espera-se que o formador os domine, porque, afinal, entende-se formação fora do âmbito da simples “aplicação” ou da “transposição” de metodologias da academia para a escola.<sup>890</sup>*

Como qualquer outra fonte histórica, a imagem carrega uma variedade de sentidos atribuídos ao tempo, ao autor, as representações, as relações de poder de sua época. A sua produção não foi pensada para o uso que a se destinou. Feita para uma apreciação artística, contém uma possibilidade de leitura que vai além do visível aos olhos. Ela condiciona o olhar para um dado aspecto, ao mesmo tempo em que, por meio de uma leitura mais cuidadosa, permite conhecer os sentidos “ocultos” de sua produção, e não revelado. Outro aspecto que torna complexo o uso de pinturas, por exemplo, é o fato de que elas têm um compromisso com a dimensão artística e não com a ciência, a exemplo de um texto científico, de um relatório oficial, de uma obra acadêmica. Uma leitura crítica da imagem, qualquer que seja, deve levar em considerações as ausências que veladas pela imagem, as disposições dos sujeitos, os lugares de subordinação e seu inverso, as expressões dos personagens, as cores, lugares mais iluminados que outros, os adereços etc. Isso tudo nos leva a despertar os alunos para uma análise crítica da imagem do material midiático que tem em mãos.

Acompanhando um texto escrito ou não, a imagem precisa ser uma via que por si mesma possa fazer compreender aspectos do contexto que retrata, desde que explorada em suas múltiplas facetas. Num mundo rodeado por uma cultura midiática, para a qual se tem uma banalização da imagem, é necessário que o professor ressignifique esse material, de modo a extrair dele as mensagens ali contidas. Neste sentido, esta fonte pode se converter num extraordinário recurso que contribui para a formação da consciência histórica do indivíduo, o que para Barros (2007), interfere na leitura que esse aluno irá produzir sobre o mundo e dos significados perpassados por ela. Sobre isso nos escreve o autor:

*As representações não só incorporam idéias como também a experiência vivida por diversas sociedades. Portanto, os grupos sociais antes de serem receptores passivos, formulam suas próprias idéias, criam suas formas de ver o mundo e encontram soluções para os problemas colocados. Contudo, as representações devem ser vistas como uma forma específica de compreender e comunicar. A representação não é a linguagem da observação, nem tampouco a linguagem da lógica. Ocupa um meio termo entre essas duas modalidades de comunicação. (BARROS, 2007, p.4).*

Diante dos aspectos levantados, supomos que a formação dos professores dos anos iniciais ainda tem muito a desenvolver quanto à discussão de metodologias para o uso de imagens em sala de aula. A imagem apresentada ao aluno precisa ser apreciada, discutida e problematizada de acordo com os significados da época, o que somente será possível quando mesclado a outros materiais, pois como qualquer vestígio histórico, ele

---

<sup>890</sup> Trecho retirado de texto discutido na disciplina de Saberes e Metodologias do Ensino de História I, de autoria de Maria das Graças de Loiola Madeira.

não fala por si. Extrair leituras daquilo que não está explícito requer apropriação de literatura constituída e de outros vestígios.

## APRECIÇÃO DAS PINTURAS DE DEBRET NO MATERIAL

Como contribuição para a leitura das imagens em sala de aula, trazemos a seguir a apreciação de duas pinturas de Debret<sup>891</sup> abordadas no livro de História do Projeto Buriti, para alunos do 5º ano, com o intuito de explorar a riqueza de compreensão histórica que essas fontes suscitam. A primeira delas é a representação da coroação de Pedro I. Esta imagem expõe uma corte lusitana luxuosa e poderosa, que, no entanto, estava em decadência.



**Coroação de D. Pedro I, imperador do Brasil, gravura de Debret, 1828.**

No livro didático para o 5º ano do ensino fundamental do Projeto Buriti, não há margem para o professor analisar o aspecto da corte em decadência. Como foi analisado o livro do professor, juntamente de cada atividade e imagens são postas sugestões que indicam o que o docente deveria explorar. No caso da imagem acima, as orientações são para que os alunos compreendam que a cerimônia de coroação de D. Pedro I ocorreu em um “lugar fechado, na Capela Real Portuguesa”, e que não contou com a participação popular. Daí se observa um limite da leitura da obra, desconsiderando também a abordagem sobre o porquê da ausência popular na coroação enquanto se afirmava que todos ansiavam pela coroação.

<sup>891</sup> Parisiense, Debret é considerado um pintor neoclássico. Recebeu forte influência de seu primo, também pintor, Jacques-Louis David, e estudou na Academia de Belas Artes de Paris, na Escola Pontes Calçadas de onde se transferiu para a Escola Politécnica da mesma cidade. Em 1816 veio ao Brasil como membro da Missão Artística Francesa, solicitada por D. João VI e dirigida por Debeton. Permaneceu no país até o ano de 1831 sobre o qual deixou um expressivo acervo artístico. Devido às repercussões de sua obra, foi ele nomeado em 1820, professor de pintura da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Nesse período pintou principalmente a vida na e da Corte Portuguesa, os momentos que ou precederam a independência e os homens públicos. Essas representações da vida da e na Corte se tornaram os primeiros monumentos a respeito das personagens políticas brasileiras, por isso, serviram de modelo para os governos subsequentes, inclusive republicanos, no sentido de deixarem para o futuro a legitimação de uma memória considerada a única a merecer esse legado de artistas estrangeiros e brasileiros dos séculos XIX e XX.

No caso do livro em questão, percebe-se que há uma problematização da imagem quando imposta a questão da não presença do povo naquele evento, mas que somente pode ser explicitado pelo professor quando este conheça as motivações reais de produção dessa obra. O desconhecimento do lugar de produção do autor pode trazer prejuízos na exploração dessa e de qualquer outro tipo de fonte, pois o lugar social ocupado pelo indivíduo em determinada sociedade nos permite uma melhor compreensão dos objetivos que conduziram tal produção e do que se esperava de quem ocupava esse lugar como assim nos diz Certeau (1985). Nesse caso, também se torna relevante compreender a ideologia predominante ao ano de produção da pintura e a própria posição social do pintor ou artista naquela sociedade, para que se possa entender até que ponto tinha autonomia para expressar-se e a quem servia. No exemplo acima, é fundamental que o professor conheça a situação da portuguesa e suas relações com os demais países europeus, as condições de produção do autor, sua formação, os financiamentos de seu trabalho, enfim o que lhe inspirou e elaborar aquela imagem dos ilustres lusitanos. Havia sido uma obra encomendada? Tratava-se de algum tipo de coerção sobre Debret para a formulação dessa imagem? Como qualquer vestígio, a obra artística não é produzida por um ato espontâneo. Elabora-se apoiado em motivações, resta ao professor compreendê-las e fazê-las chegar ao aluno. Por se tratar de uma representação da realidade, a obra está embutida de uma determinada visão do autor acerca dela ou de uma visão que se pretendia transmitir partida de interesses oriundos do mundo externo a ele.

Como já fora dito, Debret veio ao Brasil a mando de D. João V para registrar a vida nos trópicos e na Corte. Esperava-se já daí que fosse possível retratar uma imagem conformada com o que esperavam os ilustres lusitanos, e vulgarizar dentro e fora do Brasil uma dada leitura sobre o estado de governo. Pretendia-se um retrato fiel da realidade aqui percebida, devido a preocupação que se tinha quanto ao tipo de discurso que seria incutido na mentalidade social. Esta estava associada com o objetivo maior de instituir a construção da identidade nacional pela exuberância que dela repercutia, para que não houvesse resistências a nova ordem que se instaurava. A pintura dos artistas como Debret solicitavam a leitura de um país em harmonia com as etnias aqui presentes, de natureza exuberante e administradores opulentos, com vistas a silenciar a centralidade do Estado Nacional sobre as decisões públicas e privadas, o auto grau de hierarquia social que prevalecia e a descontentação de diversos grupos sociais com aquela forma governamental. De acordo com Schlichta (2006, p. 128) “era preciso, obviamente, a exemplo das cerimônias de coroação, casamentos, aniversários, ao longo do século XIX, exibir aquilo que se quer lembrar, divulgar o Império”. Nesse sentido, se pretendia construir a imagem de uma corte em ascensão, sem crises ou conflitos, que naquele momento buscavam sucumbir à decadência utilizando-se de vários recursos, entre eles, as artes plásticas. A criação do Instituto Histórico Brasileiro em 1836 era outro canal de divulgação desse ideário, tendo em vista a pretensão de manter viva uma memória significativa, desde as ações aos feitos realizados, que então expusesse o “esplendor” daquela sociedade e assim servisse de exemplo para a geração futura.

Como nos diz Silva (2010), “ao retratar tanto representações do espaço privado quanto do espaço público da aclamação do novo rei, simbolicamente Debret sugere, portanto, a aceitação e exaltação da sociedade civil, política e religiosa à casa dos Braganças”, e assim compunha um conjunto de forças visuais e ideológicas que expressavam no exterior uma certa harmonia na sociedade brasileira, e os brasileiros a ideia de necessidade e progresso material que os acontecimentos acarretavam para aquela nação. Na pintura de Debret na qual representa a aclamação de D. Pedro I é possível notar essas relações.



Aclamação de Dom Pedro I no Campo de Santana, Jean-Baptiste Debret, século XIX.

Ao reproduzir essa imagem, o livro didático analisado, propõe a seguinte atividade transcrita a seguir:

### **Sugestão de atividade**

Solicite aos alunos que observem a obra de Jean-Baptiste Debret sobre a aclamação de D. Pedro I. Primeiramente, peça que leiam a legenda e identifiquem o título da obra, a autoria e a data de realização. Em seguida, oriente a leitura da imagem por meio de algumas perguntas, por exemplo: O que está sendo representado? Quais personagens estão presentes? Quais elementos permitem identificar que a imagem se passa no Brasil? Que grupos foram representados na obra? Há diferença entre a nitidez da representação dos grupos? Quem foram esses grupos?

As perguntas sugeridas, em nosso entender, favorecem pouco o despertar de uma discussão sobre o tema. Provavelmente as crianças responderiam de forma breve e pontual, registrando que a imagem representa a coroação do novo imperador, tendo como presença a corte imperial, a bandeira fazendo entender que o evento ocorre no Brasil etc. Observa-se que se o professor não possui uma formação adequada para a leitura de imagem, aceita de forma passiva as orientações do livro, sem historicizar o evento quanto aos porquês que conduziam as respostas obtidas. Volta-se aqui ao papel que destinado a formação docente para que as imagens possam ser contempladas em sala de aula de maneira que possibilite ao aluno conhecer elementos de um passado por vezes negligenciado nos textos para estudo, e para que também percebam que a arte carrega em si finalidades impostas por quem e para quem foi produzida.

É possível perceber que há uma preocupação no livro didático em análise em historicizar a leitura das fontes pictóricas que compõem a obra, levantando questionamentos pertinentes quanto ao observável. Porém, também se observa que se explora pouco o que não está explícito na imagem, qual seja a resistências da maioria da população em permanecer na condução de uma monarquia, e assim também poder questionar: quem compunha a massa popular da época? Era possível estarem felizes com a proclamação de D. Pedro I? Quem poderia se beneficiar com a proclamação?

etc., e assim, aliada de outras leituras acerca da composição ideológica da época e da própria missão artística francesa no Brasil, identificar nas imagens os sentidos predominantes num dado contexto, e a representação que nutriam sobre as classes sociais, quais as relações de dependência, etc. A obra de arte, como adverte Francastel (1993), “não é o reflexo de um real recortado antes de qualquer intervenção do espírito humano”. Sobre o passado, ela nos “informa mais sobre os modos de pensamento de um grupo social que sobre os acontecimentos (...)”.

Algumas leituras relativas à pintura de Debret puderam ser previamente elaboradas, como o fato de que deveriam representar a Corte num tom apologético. Isto poderia significar a afirmar da Corte portuguesa semelhante à imagem que a França, seu país de origem, produzia de si para o mundo. É possível que essa leitura pudesse interessar aos lusitanos, devido imagem de decadência moral e financeira projetada fora do Brasil naquele início de século XIX. Portanto, era interessante formular a imagem de um país harmonioso, tolerante a todas étnicas e grupos sociais, onde todos cooperavam para o seu crescimento. Compreendendo um pouco isso, o professor pode problematizar a imagem pelo que ela não apresenta a primeira vista, para que a exuberância pretendida naquele contexto não se transfira ao olhar atual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pretensão do presente texto fora a de fazer uma abordagem acerca das fontes pictóricas nas aulas de História. Historicamente as imagens foram negligenciadas como fontes que pudessem revelar algo sobre o passado, e quando abordadas eram tratadas como representação real da realidade retratada sem que houvesse questionamento sobre o para que, por quem e com quais objetivos foram produzidas. Consideramos, no entanto, a imagem como fonte na qual se pode adentrar nos sentidos e representações expostos num dado período. Observar nas imagens o posicionamento das personagens ali expostas, as cores, as condições de sua produção, disposição dos seres e objetos, expressões etc., são informações das quais o professor não deve lançar mão por ser elas indícios de como se constituía o pensamento predominante em tal contexto.

No caso da obra de Debret é necessário compreender que fazia parte de um interesse exterior ao do próprio pintor. Artistas como Debret tinha por dever promover por meio de sua arte uma leitura do humano da paisagem natural percebida na vida nos trópicos, e já traziam uma carga do ideário que já se construiu acerca da vida e costumes no “novo mundo”. Não sendo um retrato fiel da realidade, as obras desses artistas expressaram um modelo concebido por eles acerca daquela sociedade, e por isso produziram um tipo de discurso histórico. O livro que analisamos busca incorporar essa perspectiva em seu conjunto, porém destacamos que possui limites quando explora demais respostas prontas que conformaria um professor sem formação suficiente para problematizar essa fonte histórica.

De posse dessas informações, o professor pode ir além do tratamento da imagem como mero complemento do texto escrito. E assim, compreender na fonte pictórica recurso tanto importante quanto o texto, que por si mesma traduz uma representação simbólica dos valores predominante numa época, da valorização de certos eventos e dos objetivos que lhe revestiam. Como obra de arte, a imagem precisa ser lida pelo observável, mas também pelas entrelinhas e por vezes pelos aspectos silenciados.

## Fontes e Referências Bibliográficas

Jean-Baptiste Debret. **Coroação de D. Pedro I, imperador do Brasil**, 1828.

Jean-Baptiste Debret. **Aclamação de Dom Pedro I no Campo de Santana**, século XIX.

**Buriti História 5: Guia e Recursos Didático para o professor**. 2ª ed. Moderna: 2010.

### **BIBLIOGRAFIA**

BARROS, Ricardo. O uso da imagem nas aulas de História: as pinturas do século XIX. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. O uso da imagem nas aulas de História. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 24, 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos annales a nova história**. Bauru: EDUSC, 2003.

FAUSTINO, Rosângela Célia; GASPARIN, João Luiz. A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história. **Acta Scientiarum**, Maringá, 2001.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Annablume, 2008.

SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. **A Pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação do século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SILVA, Emilia Maria Ferreira da. Representações da família real portuguesa na viagem Pitoresca e histórica ao Brasil, de Jean Baptiste Debret. **Revista Labirintos**, 2010.

XAVIER, Erica Silva; CUNHA, Maria de Fátima. Entre a indústria editorial, a academia e o estado: o livro didático de história em questão. **Cadernos do CEOM**, n. 34, 2011.



# TEORIAS E METODOLOGIAS DA HISTÓRIA: TECNOLOGIA E FORMAÇÃO ACADÊMICA INTERDISCIPLINAR

Jean Costa Souza

## Introdução

Nascida no período da Guerra Fria com o nome de *ArphaNet* a *internet* desenvolveu-se no campo das estratégias de comunicação militar dos Estados Unidos. De acordo com Abreu (2013, p.2):

*o apoio financeiro do governo norte-americano através da pesquisa promovida pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos por meio da ARPA – Administração dos Projetos de Pesquisa Avançada, já em 1968, foi o impulso para a implantação do sistema de informação em rede.*

Fimado o período belicoso, houve uma ampliação do acesso à rede de computadores interligados por cientistas e universidades. O surgimento da *World Wide Web* tornou o ambiente de navegação cibernética mais atraente incorporando imagens, sons, localização de arquivos e banco de dados (MAYNARD, 2011).

Esse ambiente de navegação é chamado por Lévy (1999, p.17) de ciberespaço, ou seja, um “novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores”. A terminologia abrange além “da infra-estrutura material da comunicação digital, o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”. Composto ainda esse panorama conceitual está o neologismo “cibercultura”, definido também por Lévy (1999, p.17) como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”.

Dado esse contexto de desenvolvimento tecnológico mundial e sua conceituação mais específica, o historiador brasileiro Luciano Figueiredo (1997) foi um dos primeiros a salientar “as experiências da informática aplicadas à História”. Mesmo sendo um texto datado, ao final da década de 1990, o autor ressalta a importância dos editores de texto eletrônicos, programas destinados à confecção de planilhas e bases de dados para os pesquisadores da área da História.

*As primeiras bases manipuladas por historiadores pertenciam a demografia e a história econômica, que primeiro sentiram necessidade de armazenar volumes muito grandes de informações recolhidos em fontes históricas e passíveis de serem padronizadas. Registros paroquiais com indicação de nascimento, morte, filiação, condição, idade, sexo da população, números dos mapas contábeis da época, eram recortados e ordenados em verdadeiros armazéns informáticos, que podem ser submetidos a múltiplos cruzamentos conforme a investigação.*

Luciano Figueiredo (1997) cita ainda a aplicação da informática pelo historiador Guilherme Pereira das Neves em seu estudo prosopográfico em sua tese de doutorado sobre a Mesa de Consciência e Ordens, bem como a iniciativa de Arquivos Históricos do México (Puebla) e da Espanha (Sevilla) na automatização de instrumentos de consulta documental.

**Imagem 1:** Arquivo Geral das Índias (Sevilla – Espanha)



**Fonte:** Foto Arquivo Pessoal Janaina Mello (2008)

Assim, o *site* Teoria e Metodologias da História da UFS insere-se na perspectiva da elaboração de suportes tecnológicos direcionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o fomento da aprendizagem do futuro profissional em Museologia.

Trata-se de um processo de usabilidade das ferramentas tecnológicas que permite o desenvolvimento de um *web site* para melhorar a qualidade da interface e da interação entre homem e computador, técnica e usuário, ou seja, a humanização da técnica. Heemann (1997) aponta aspectos dessa nova relação entre a técnica e o usuário:

*O número de usuários não especialistas cresceu, bem como a demanda pelos sistemas computadorizados que apresentem as características de facilidade de uso e facilidade de aprendizado. Como consequência, essas características dos sistemas computadorizados têm se tornado, cada vez mais, um tópico de importância capital, reconhecido pelos pesquisadores em interfaces homem-computador e a comunidade de usuários.*

Nesse sentido, como objetivo geral, esse produto busca constituir-se como um instrumento de informação, pesquisa e interação, tratando de temas conceituais e metodológicos da área da História que têm sido uma fonte para os diálogos interdisciplinares exercitados pelos profissionais de museus, assim como fala Meneses (1994): “não existe museu sem ser histórico”.

Como objetivos específicos propõem-se aos alunos e professores a apropriação das ferramentas tecnológicas na difusão do conhecimento produzido em sala de aula, bem como nas reflexões extra-sala; permitindo assim no campo da pesquisa um âmbito de rápida exploração de um grande número de hipóteses, o desenvolvimento de um canal de aperfeiçoamento das técnicas de ensino; a ruptura com a concepção tradicional



de distanciamento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da informatização; o estabelecimento de uma linguagem que alie inovação tecnológica e humanização da técnica, com potencial de crítica interpretativa.

**Imagem 2:** Site teoria e metodologia da história (Apresentação)



**Fonte:** <https://sites.google.com/site/teoriasemethodologiasistoria>

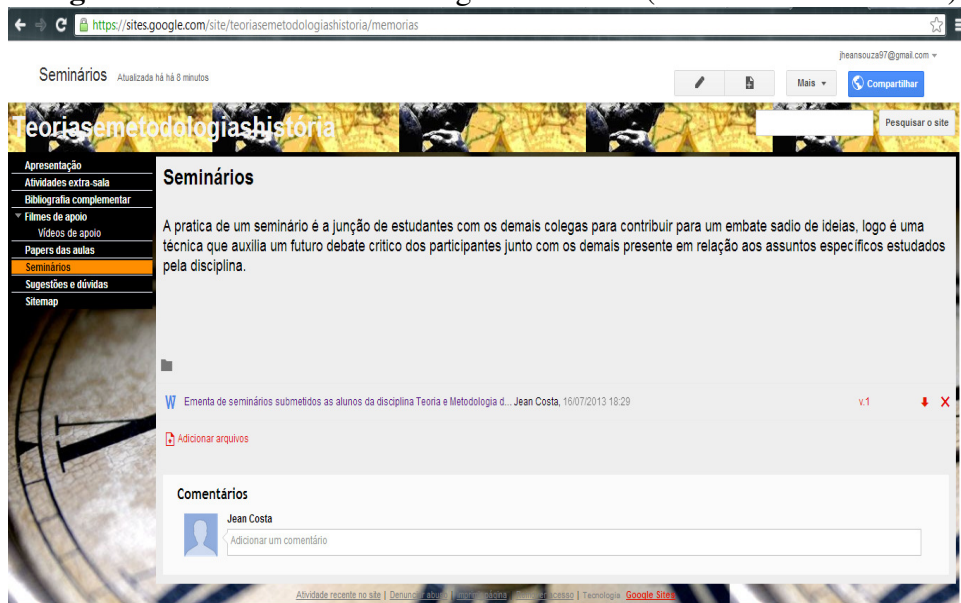
## Metodologia

A primeira etapa compreendeu a elaboração de um *site* armazenado em um domínio gratuito (*googlesites*) para a alocação de textos, filmes e vídeos de apoio, sugestões para a disciplina, lista bibliográfica complementar, atividades extra-sala, *papers* dos textos debatidos em aula, organização de seminários e eventos da disciplina de Teoria e Metodologias da História.

A segunda etapa consistiu nas leituras e pesquisa para obtenção de dados que alimentarão essa base de dados periodicamente. Já a terceira etapa compreendeu a inserção das informações no *site*. A quarta etapa envolveu o gerenciamento do *site* (atualizações, acompanhamento e avaliação dos comentários) para que possamos visualizar a aprendizagem da turma. Por fim, a quinta etapa desenvolveu-se simultaneamente à quarta etapa, a partir do contato pessoal com os alunos e o *feedback* da usabilidade dessa ferramenta tecnológica, para a correção de eventuais problemas como dúvidas a respeito do assunto dado, idéias entre alunos e professor entre outros.

Para acesso ao *site* os alunos podem utilizar os computadores conectados à *internet* do Laboratório de Informação e Memória Digital (LabTrix) do curso de graduação em Museologia na UFS do Campus Laranjeiras, além da rede *wireless* que estão disponíveis em todas as salas da instituição de ensino ou as próprias conexões realizadas através de suas residências.

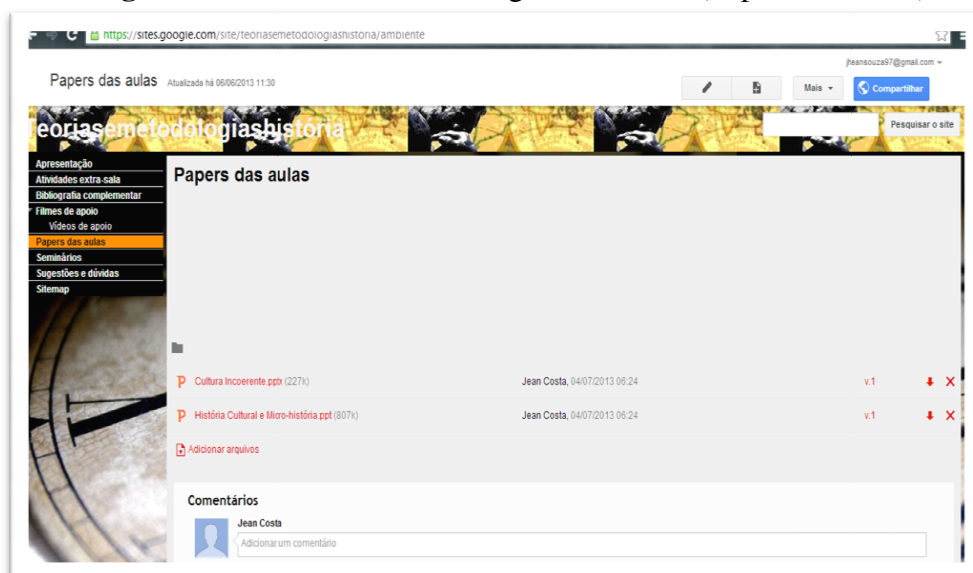
**Imagem 3:** Site teoria e metodologia da história (Atividades Avaliativas)



**Fonte:** <https://sites.google.com/site/teoriasemetodologiashistoria>

De acordo com Santos (2011, p.6), uma atividade curricular *online* carece de atenção não apenas ao material de estudos ministrados na aula e inseridos na rede, mas primordialmente na forma como é feita a disponibilização desse material em um ambiente virtual de aprendizagem com seu conjunto de interfaces digitais e múltiplas possibilidades de expressão e interação dos usuários.

**Imagem 4:** Site teoria e metodologia da história (Papers das aulas)



**Fonte:** <https://sites.google.com/site/teoriasemetodologiashistoria>

O historiador Marcos Silva (2011, p.18) ao compor um quadro sinóptico onde explica o “cenário sóciotécnico da cibercultura” chama atenção para o aspecto social

onde há um novo espectador mais interativo que migra da tela de TV e do *joystick* dos *games* para o *mouse* do computador conectado à *internet* agregando várias funcionalidades e evitando argumentos lineares impermeáveis à sua participação ativa, alimentando sua experiência comunicacional. Do lado tecnológico, a *internet* permite ao internauta-interator a criação e o controle da informação, permitindo autoria e colaboração num ambiente de compartilhamento.

## Resultados e Discussão

O *site* Teorias e Metodologias da História UFS [<https://sites.google.com/site/teoriasemetodologiashistoria/>] propicia ao aluno um ambiente computacional para estudo, pesquisa e debate de textos dos autores Ronaldo Vainfas (2009) ao tratar da História Cultural, Jaques Revel (2010) sobre Micro-História, Brendan McSweeney (2009) sobre as incoerências da cultura, Sandra Pelegrini (2008) abordando a gestão do patrimônio cultural, Luís Raposo (2003) sobre a musealização de sítios arqueológicos, dentre outros.

Assim, História e Museologia dialogam em suas convergências e especificidades, proporciona aos alunos uma vivência interdisciplinar de conhecimentos necessários à sua formação trazendo para o graduando um novo olhar para um objeto museológico e em todo que o insere (campo museal).

A ferramenta tecnológica amplia o espaço da sala de aula para a virtualidade da cibercultura, expandindo os horizontes da produção acadêmica dando ao aluno um novo ambiente de estudo como também trazê-lo para esse campo que o possibilita tirar suas próprias ideias e por que suas interpretações a respeito do assunto dado em sala de aula.

O *site* libera aos alunos mais tímidos uma interação maior no debate através de comentários; seduz os alunos das novas gerações que já fazem uso de *tablets*, celulares, aplicativos; desenvolve nos alunos o senso de autonomia com *links* que ultrapassam as indicações formais bibliográficas. O aprendizado torna-se mais prazeroso, desafiador e abrangente, resultando num índice de acessos por mais 80% dos alunos, com a aprovação de mais de 80% nas avaliações daqueles que fazem uso do *site*.

## Conclusão

O *site* Teoria e Metodologias da História da UFS é uma ferramenta de auxílio, estímulo e desenvolvimento da aprendizagem dos graduandos em Museologia. Na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas configura-se como uma inovação tecnológica, tendo em vista a disseminação recente desse ambiente computacional nesses campos do saber, aonde a difusão do conhecimento chega a um estado de difusão mais alargador, possibilitando assim um novo estágio de aprendizagem.

Ao transpor o conhecimento teórico e metodológico em História do papel e da oralidade para a o universo digital descortina-se inúmeras possibilidades que ultrapassam barreiras geográficas e institucionais, fazendo surgir à necessidade de nós enquanto agente de uma sociedade visualizar e acompanhar as transformações decorrentes dessa nova era tecnológica. Desburocratiza-se a pesquisa e o ensino, conferindo ao aluno o papel de agente ativo em sua formação profissional.

## Fontes e Referências Bibliográficas

- ABREU, Karen Cristina Kraemer. **História e usos da Internet**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abreu-karen-historia-e-usos-da-internet.pdf> (Acesso em: 10/10/2013)
- FIGUEIREDO, Luciano. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- HEEMANN, Vivian. **Avaliação Ergonômica de Interfaces de Bases de Dados por meio de checklists especializados**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina Laboratório de Utilizabilidade (LabIUtil), 1997.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MAYNARD, Dilton C.S. “Memórias do segundo dilúvio: uma introdução à história da internet”. In: \_\_\_\_\_. **Escritos sobre história e internet**. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2011 (pp.15-42).
- MCSWEENEY, Brendan. Incoherent culture. In: **European J. Cross-Cultural Competence and Management**, Vol. 1, No. 1, 2009. (pp. 22-27).
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**. Nova Série, v.2, p. 9-42, jan./dez. 1994.
- PELEGRINI, Sandra. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. In: **História**, São Paulo, 27 (2): 2008 (pp.145-173).
- RAPOSO, Luís. Benefícios e custos da musealização arqueológica in situ. In: **Arqueologia e História**. Vol. 55, Lisboa: Ed. AAP, 2003. (pp.159-165).
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 45 set./dez. 2010 (pp.434-590).
- SANTOS, Edméa. Cibercultura: o que muda na Educação. In: **Cibercultura: o que muda na educação**. Salto para o futuro/TV Escola. Ano XXI Boletim 03 – Abril, 2011 (pp. 5-8)
- SILVA, Marcos. A pesquisa e a cibercultura como fundamentos para a docência online. In: **Cibercultura: o que muda na educação**. Salto para o futuro/TV Escola. Ano XXI Boletim 03 – Abril, 2011 (pp.16-23)
- SITE TEORIAS E METODOLOGIAS DA HISTÓRIA. Disponível em: <https://sites.google.com/site/teoriasemethodologias/historia> (Acesso em: 10/10/2013).
- VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e historiografia brasileira. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR. (pp.217-235).

## VOZES DO SERTÃO NAS TRAMAS DE MNEMÓSINE: FONTES ORAIS PARA A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA EM ALAGOAS<sup>892</sup>

*José Vieira da Cruz*

### **Introdução**

O diálogo com as fontes é um dos objetivos do ofício do historiador (BLOCH, 2001, RÜSEN, 2001). Dessa forma, o estudo das fontes contemporâneas sobre o Sertão de Alagoas reveste-se de um dos fundamentos essenciais para o desenvolvimento de pesquisas históricas, ou seja, o registro das ações humanas em um determinado tempo, lugar e contexto, no caso, de registros – escritos ou não – sobre a história contemporânea da mesorregião do Sertão de Alagoas, uma das divisões político-administrativas adotadas pelo Anuário Estatístico do Estado (ALAGOAS, 2011, p. 459). E neste sentido, o trabalho relacionado às fontes orais revela significados atinentes ao desenvolvimento de discussões da denominada história do tempo presente (FERREIRA, 2003, RÉMOND, 2007).

Este fazer-se historiográfico em Alagoas tem sido balizado pelo alargamento da compreensão acerca da noção de fonte histórica – pensada pela contribuição da Escola dos Annales, segundo a qual fonte histórica é tudo aquilo que registra a ação humana no tempo (BLOCH, 2003, p. 9) –, pelos estudos empreendidos pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) – instituição fundada em 1868 –, pelos cursos de História da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e pelo curso de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – este último, já contando com um Programa de Pós-graduação e Pesquisa em História (PPGH/UFAL) –, e, por fim, pelos horizontes de pesquisa que passam a ser fomentados pelo curso de História do Campus do Sertão/UFAL, localizado no município de Delmiro Gouveia, no qual os pesquisadores do projeto em exposição têm sua base de estudos através do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC).

Em torno deste horizonte, em particular, do curso de História do Campus do Sertão/UFAL, a necessidade de estimular a formação de professores, inclusive qualificando-os no campo da pesquisa, enfrenta o habitual desafio dos historiadores e demais pesquisadores, qual seja, o do acesso às fontes e aos seus respectivos centros de documentação. No caso do Estado de Alagoas – exceto o Instituto Xingó/CHEFS e um ou outro arquivo cartorário, eclesiástico e administrativo, os principais acervos e fontes de pesquisa encontram-se em Penedo e, sobretudo em Maceió. Além disso, no que tange aos temas contemporâneos ou do chamado tempo presente, não obstante a proximidade espaço-temporal, por vezes, o acesso às fontes e mesmo aos seus registros não são objetos de políticas públicas que privilegiem o acesso à informação.

Dessa forma, debruça-se sobre a importância do levantamento, registro, catalogação, arquivamento e análise de fontes escritas, visuais e, sobretudo, orais no espaço de abrangência do Campus do Sertão/UFAL – experiência de interiorização do ensino superior que tem se mostrado exitosa – aponta a necessidade de compreender o Sertão como algo mais que uma divisão político-administrativa ou climática, mas também como uma teia social e cultural tecida por homens e mulheres no seu fazer-se

---

<sup>892</sup> Essa pesquisa é financiada pelo Programa de Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (2013-2014) CNPQ/FAPEAL/UFAL. E está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC). Mais informações a respeito em: <http://gephisc.blogspot.com.br/>

cotidiano e transpassado por esquecimentos, sentimentos e lembranças de sujeitos históricos que compartilham experiências de um passado próximo e, por vezes, presente (PORTELLI, 1997).

Tecida essa justificativa, observa-se a necessidade de estruturar esse projeto de estudos sobre as fontes contemporâneas sobre o Sertão de Alagoas, através do uso metodológico da história oral, envolvendo pesquisadores e estudantes do curso de História do Campus do Sertão/UFAL, do GEPHISC e do PPGH/UFAL. Além disso, este projeto toma como referência o projeto “Fontes orais para história contemporânea de Sergipe” (FREITAS, 2002). Experiência de pesquisa, na qual participamos como um dos coordenadores, organizado entre 2001 e 2002, resultou na produção de quase 150 monografias e mais de 700 entrevistas envolvendo sujeitos, acontecimentos e práticas sociais, políticas e culturais ocorridas em diferentes municípios do mencionado estado.

Este projeto, por sua vez, cujo foco encontra-se nas fontes orais sobre a história contemporânea do Sertão Alagoano, justifica-se também pela necessidade de registrar as experiências históricas de diferentes segmentos sociais de Alagoas, cujas lembranças do passado fazem-se presentes na memória dos seus protagonistas. E, sobretudo, para estimular novos pesquisadores a valorizarem o conhecimento histórico a respeito dos municípios da região, em particular, através das memórias, recolhidas através das entrevistas que serão realizadas, ou das análises de obras memorialistas a respeito da região.

## Revisão da literatura

*Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, nas expectativas de atingir a verdade oculta. Se assim é, por que não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores, e fazer nossos informantes se acomodarem relaxados sobre o divã, e, como psicanalistas, sorver em seus inconscientes, extrair o mais profundo de seus segredos (THOMPSON, 1992, p. 197).*

A inclusão da história oral nesta pesquisa vem justamente possibilitar uma maior compreensão da relação entre a história e a memória vinculada ao projeto “Vozes do Sertão nas tramas de Mnemósine: fontes orais para a história contemporânea de Alagoas”. Dessa forma, o uso dessa metodologia apresenta-se como uma forma do fazer histórico que, articulada a outros tipos de pesquisas e métodos, possibilitam ao historiador localizar, coletar, sistematizar e, no caso da fonte oral, em particular, estimular a produção de registros a respeito das experiências sociais, culturais e de poder(es) compartilhadas e disputadas pela memória de homens e mulheres ao longo do tempo (HALBAWACHS, 2006). Além disso, a história oral está intimamente relacionada com os acontecimentos da história do tempo presente, colocando o pesquisador em contato direto com os sujeitos históricos e suas lembranças, esquecimentos e sentimentos (MONTENEGRO, 2010).

A história do tempo presente, por sua vez, não restringe a priori os recortes temporais fixos e determinados, no lugar disso permite, a partir das lembranças suscitadas nas narrativas dos entrevistados, construir marcos temporais flexíveis e que dialoguem com a memórias narradas (BÉDARIDA, 1998). Para além da problemática do papel a

ser desempenhado pelo pesquisador/entrevistador, a história oral suscita, também, a questão de como ela será utilizada, já que “una vez constituída la fuente oral a partir de la entrevista y de su transcripción, el resultado final es un texto cuya utilización plantea los mismos problemas que cualquier documento escrito” (SCHWARZSTEIN, 1991, p. 15).

A utilidade da história oral enquanto fonte de pesquisa depende, portanto, tanto das informações obtidas quanto do tratamento a ela conferida. Neste sentido, ela pode servir tanto para completar informações obtidas, através de outras fontes, como conferir voz a grupos silenciados e marginalizados ou não. Isto vai depender da postura teórica e metodológica de cada pesquisador e da natureza do objeto em estudo. No caso desta pesquisa, serão empregadas ambas as perspectivas: completar as informações e conferir os significados sobre a história e a memória de diferentes sujeitos sociais que constituem e são constituídos pelos códigos sociais, políticos e culturais do Sertão, digo mesorregião do Sertão de Alagoas, e sua respectiva área de influência espaço-temporal (ARRUDA, 2006, ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006).

É preciso acrescentar ainda a respeito dos resultados produzidos por uma entrevista que, independentemente dos objetivos motivadores para sua realização, ela contém significados que transcendem, na maioria das vezes, as pretensões da pesquisa à qual ela se vincula. Neste sentido, para efetivar o objetivo de registrar e de analisar diferentes narrativas sobre algumas cidades do Sertão do Estado de Alagoas – em particular das microrregiões “Alagoana do Sertão do São Francisco” e “Serrana do Sertão Alagoano” – é necessário frisar que a realização de uma entrevista gera no mínimo três tipos de documentos, a saber: os registros de áudio ou áudio e vídeo da entrevista realizada, sua transcrição pelo pesquisador que realizou a entrevista, e, por fim, a edição da entrevista com as correções, supressões e acréscimos recomendados pelos entrevistados.

Dessa forma, os resultados dessas entrevistas, além de se constituírem em fontes para a concretização de uma primeira pesquisa, podem constituir um acervo de fontes para outras pesquisas, desde que junto às entrevistas seja anexada a carta de cessão de direitos. A importância da realização de entrevistas para o pesquisador que fomenta seu registro, assim como para outros estudiosos, demanda a sua guarda e disponibilização em instituições públicas vinculadas à preservação da história e da memória. Desta forma, o uso da metodologia da história oral deve atentar para o objetivo do objeto de estudo e para os significados das experiências vivenciadas pelos entrevistados em relação ao tema, bem como para outras possibilidades de pesquisa contidas nessas entrevistas. Além disso, é necessário pensar a forma como o registro da entrevista será realizado, as estratégias para sua realização, os procedimentos para transcrição e para obtenção da carta de cessão para pesquisas futuras por parte de terceiros, as possibilidades quanto à interpretação das informações fornecidas e, por fim, os cuidados relativos à guarda da entrevista para posterior consulta de outros pesquisadores, sobretudo para os estudos a respeito dos diferentes significados da memória e das experiências que elas revelam (ALBERTI, 2012).

Os procedimentos apontados em relação ao uso metodológico da história oral têm, para o escopo metodológico deste projeto, o objetivo de resgatar e valorizar as experiências compartilhadas e disputadas por diferentes sujeitos sociais no seu fazer-se cotidiano da história contemporânea no Sertão das Alagoas. Neste sentido, o uso desta metodologia contribui para proporcionar “al historiador oral un método para ocuparse del molesto problema de la memoria” (GRELE, 1991, p. 135).

Em termos historiográficos, os debates sobre a questão da história e da memória têm rompido “com as dicotomias entre indivíduo e a sociedade, passado e presente, bem

como entre ciência e prática social” (SANTOS, 1998, p. 151). Neste sentido, a produção acadêmica tem reavaliado o papel da memória como alicerce para suas interpretações e não seu inverso (LE GOFF, 1991; SANTOS, 2003; SÁ, 2005). Sob esse prisma, a memória é suscitada pelas necessidades do presente e o seu uso como fonte histórica deve observar como ela é repetida, selecionada, rememorada e interpretada (SILVA, 2002, p. 425-438).

Desta forma, a emergência da chamada história do tempo presente e a valorização dos testemunhos históricos diretos; o retorno dos estudos políticos centrado nas experiências vividas pelos sujeitos; as particularidades históricas das redes sociais; e a compreensão de que o passado é construído a partir das necessidades do presente ajudam a “esquadrinhar os usos políticos do passado recente ou a propor o estudo das visões de mundo de determinados grupos sociais na construção de respostas para os seus problemas” (FERREIRA, 2002, p. 324). Neste sentido, a ideia de uma história pronta, definitiva e “verdadeira” não tem lugar no campo de dimensões teóricas e metodológicas dessa matriz de conhecimento (RÜSEN, 2010; BARROS, 2010).

Essas dimensões no campo do fazer histórico destacam, ao lado dos cuidados teóricos e metodológicos, a importância das fontes para a pesquisa enquanto um dos seus fundamentos. Depreende-se dessa avaliação que os resultados de uma pesquisa histórica não nascem prontos, não são definitivos e nem absolutos, pois a sua constituição é o fruto de um mútuo e recíproco processo no qual as fontes revelam e (re)significam registros do passado e o historiador, mediado pelas discussões de seu tempo, (re)interpreta continuamente esse passado (KOSELLECK, 2006, pp. 161-190).

Em síntese, a relação do historiador com suas fontes deve ter como horizonte a construção de um contínuo “diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro” (THOMPSON, 1981, p. 49). A perspectiva de interpretação deste projeto, assim como sua opção teórica e metodológica, busca construir um diálogo com a historiografia local, sobretudo, com os trabalhos fomentados pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (TENÓRIO e DANTAS, 2007), pelo Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDHIS/UFAL) e pelo PPGH/UFAL.

Em relação a essa historiografia, não obstante sua contribuição, uma das discussões a ela imposta é por que razões “não acompanhou, em linhas gerais, o desenvolvimento temático e metodológico, seguido de novas fontes, realizado pela Historiografia de diversos outros estados do Nordeste e mesmo do restante do Brasil?” (MACIEL, 2011, p. 72). No contraponto dessa crítica, a recente criação do PPGH/UFAL, cuja produção começa surgir, parece apontar para uma maior especialização no campo da produção do conhecimento histórico em Alagoas. A criação e organização de núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa são um indicador da consubstanciação dessa tendência. Resta-nos aguardar os resultados de sua produção. Em meio a esse debate, esse projeto pretende contribuir para alargar o campo de conhecimento, tanto sobre as fontes quanto sobre os estudos, a respeito da história contemporânea de Alagoas, em particular, das lembranças e esquecimentos contemporâneos relacionados aos homens e mulheres dessa mesorregião do Sertão do estado.

Sob essa perspectiva, o uso metodológico da história oral é também uma estratégia para localizar e analisar outras fontes de pesquisa – escritas, visuais e audiovisuais – existentes em acervos particulares ou públicos, que possam ser inventariados e disponibilizados para pesquisa. Dessa forma, no caso de Delmiro Gouveia, uma das cidades da microrregião “Alagoana do Sertão do São Francisco” a ser pesquisada, a análise de diferentes narrativas relacionadas às lembranças de homens e



de mulheres a respeito do seu cotidiano e dos respectivos códigos sociais, políticos e culturais, pode ampliar a compreensão histórica acerca da cidade e de sua população para além de seu mito fundador, ou seja, da heroicização da figura de Delmiro Gouveia (LIMA, 1962; MAYNARD, 2008).

O projeto de pesquisa “Vozes do Ser-tão nas tramas de Mnemósine: fontes orais para a história de contemporânea de Alagoas”, portanto, tem por objetivo estudar as experiências de homens e de mulheres da mesorregião de Alagoas notabilizados socialmente pela guarda da memória – os chamados historiadores *outsiders* – sejam eles memorialistas com obras já escritas sejam eles, sobretudo, pessoas comuns que narram histórias vividas ou a eles transmitidas pela família, pela comunidade ou por terceiros. Neste sentido, dentre os municípios que constituem a mesorregião do Sertão Alagoano, essa pesquisa limitar-se-á a estudar os municípios de Delmiro Gouveia e Piranhas, na microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, e de Água Branca e Pariconha, na microrregião Serrana do Sertão Alagoano, espaço socioculturais delineados como pontos iniciais sobre a história contemporânea de Alagoas a partir da mesorregião em estudo.

### **Os caminhos metodológicos**

Em termos metodológicos, o projeto de pesquisa “Vozes do Ser-tão nas tramas de Mnemósine: fontes orais para a história contemporânea de Alagoas” tem como delimitação espacial a mesorregião do Sertão Alagoano, divisão político-administrativa acolhida pelo Anuário Estatístico do Estado de Alagoas. Essa mesorregião, por sua vez, é composta por quadro microrregiões, a saber: Serrana do Sertão Alagoano, Alagoano do Sertão do São Francisco, Santana do Ipanema e Batalha. Dentre estas, o presente projeto limitar-se-á a estudar a microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco – formada pelos municípios de Delmiro Gouveia, Olho d’ Água do Casado e Piranhas – e a microrregião Serrana do Sertão Alagoana – formado pelos municípios de Pariconha, Água Branca, Inhapi, Canapi e Mata Grande (ALAGOAS, 2011, p. 457).

A escolha destas duas microrregiões, Alagoana do Sertão do São Francisco e da Serrana do Sertão Alagoano, além da proximidade geográfica – situada no extremo Oeste do Estado e próximas do Campus do Sertão/UFAL – fundamenta-se também nos vínculos políticos e administrativos que essas cidades têm em comum, já que seus territórios já pertenceram à região de Penedo, entre 1636 a 1837, e de Mata Grande, entre 1837 a 1854 (ALAGOAS, 2011, p. 21). Em torno desse recorte espacial, os municípios de Delmiro Gouveia e Piranhas, da microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, e de Água Branca e Pariconha, da microrregião Serrana do Sertão Alagoano, foram escolhidos como pontos iniciais deste projeto de pesquisa.

Em torno desse recorte espacial, delimitado entre os municípios de Delmiro Gouveia, Piranhas, Água Branca e Pariconha, esta pesquisa tem como pretensão entrevistar homens e mulheres, notabilizadas pelo conhecimento acerca da história e da memória da região, obtidas através de suas experiências de vida ou da tradição memorialística de seus familiares e/ou comunidades. Essa pesquisa parte, portanto, dos relatos da história de vida do entrevistado, e deve articular esses relatos a temas associados à história do município e da região. A escolha do uso metodológico da história oral – de vida e temática – como método de pesquisa tem sido reforçado pelo atual momento historiográfico no qual as pesquisas na área das ciências humanas têm rompido suas amarras com o exclusivo monopólio da documentação escrita.

Estas amarras, para com os documentos escritos, são reavaliadas a partir da “revolução documental”, impulsionada pela Escola dos Annales e pelos historiadores sociais ingleses. A consequência deste debate foi o redimensionamento do entendimento a respeito das fontes de pesquisa. Os historiadores passaram a estudar a História não apenas como o uso das fontes escritas, observando a possibilidade e a riqueza de outras fontes históricas que registraram ação dos homens (LE GOFF, 1991:540).

Assim, o uso desta fonte e da metodologia a ela relacionada, vem se constituindo em um importante método de pesquisa científica no campo das ciências humanas, tanto entre os historiadores como entre sociólogos, antropólogos, educadores e linguistas (SCHWARZSTEIN, 1991, 2001). Este novo método de pesquisa, apesar de democrático, por permitir conhecer diversos pontos de vistas, tanto da elite quanto de populares, favorece o desenvolvimento de estudos de diferentes segmentos sociais, assim como de diferentes temas.

O objetivo metodológico da história oral é, portanto, a “exploração inteligente do testemunho oral” (TOURTIER-BONAZZI, 1998, p. 233). Ao estabelecer critérios e procedimentos para o controle crítico da fonte oral, o historiador deve “diante do tema e das questões que o pesquisador se coloca, estudar as narrativas dos entrevistados acerca do assunto analisado, ou mais precisamente: tais narrativas devem ser, elas mesmas objeto de análise” (ALBERTI, 2012, p. 8). Em síntese, a construção deste projeto de pesquisa, metodologicamente deve: a) Formar o pesquisador/entrevistador, através de leituras e discussões, para os significados e as estratégias de trabalho com o uso metodológico da história oral – de vida e temática –, inclusive capacitando-os quanto ao uso das tecnologias e mídias disponíveis para o trabalho de registro e arquivamento das entrevistas que serão realizadas; b) Definir o foco central de cada entrevista e como elas podem ser articuladas os objetivos do presente projeto; c) Selecionar, a partir do levantamento de dados inicial e em consonância com o objeto do plano individual de cada bolsista/pesquisador, os possíveis entrevistados e os objetivos desejados para a respectiva entrevista. E, sobre essa questão, usar como parâmetro, quando for o caso, a legitimidade social atribuída ao entrevistado como guardião da história e da memória da região, ou seja, sua condição de historiador outsiders; d) Preparar a entrevista: definir a tecnologia e a mídia que será utilizada; estabelecer o contato inicial com o entrevistado; preparar um roteiro prévio para entrevista para orienta-se, isto é para que o pesquisador saiba como realizar a entrevista e, por fim, agendar previamente a entrevista; e) Identificar a entrevista e realizar o trabalho de transcrição. Este deve tomar como parâmetro ser o mais próximo possível a fala do entrevistado; f) Submissão da entrevista transcrita ao entrevistado para apreciação, correções e, eventuais supressões; g) Solicitar carta de cessão de direitos para consulta de terceiros interessados no estudo da pesquisa realizada; h) Análise das entrevistas realizadas articulando-as ao estudo do cotidiano e dos códigos sociais, políticos e culturais do município e região em estudo.

Em suma, conhecer a história dessas localidades a partir das tramas esculpidas por Mnemósine – deusa que, segundo a mitologia grega, através do ato de geração/criação da memória, lembrou aos homens a sua condição humana livrando-os do limbo do esquecimento e da ignorância (LEÃO, 2003, p. 144-146) – é uma forma de conhecer, nos limites do Estado de Alagoas, as diferentes dinâmicas do Sertão e a diversidade de estratégias cotidianas de seus sujeitos sociais, inclusive no tocante as suas práticas sociais, políticas e culturais que vão para além do lamento da seca e do flagelo que ela provoca de tempos em tempos.

## Fontes e Referências Bibliográficas

- ALAGOAS. **Anuário Estatístico do Estado de Alagoas**. Ano 2010, n. 17, Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2011.
- ALBERTI, Verena. **História Oral: A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1990.
- \_\_\_\_\_. “De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral”. In: *História Oral*, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez, 2012, p. 159-166.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3 ed. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.
- AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.
- BARROS, José D’Assunção. **Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais**. V. I, Petropolis: Vozes, 2010.
- BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença na história”. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 219-232.
- BLOCH, Marc Leopoldo Benjamin. **Apologia a história ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BRESCIANI, Stela, NAXARA, Márcia (Orgs). **Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.
- CRUZ, J. Vieira da. **O uso metodológico da história oral: um caminho para a pesquisa histórica**. *Fragmenta: revista científica*, v. V, 2005, p. 49-61.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução de Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GRELE, Ronald J. “Movimiento sin meta: problemas metodológicos y teóricos en la historia oral”. In: SCHWARZSTEIN, Dora. **La Historia Oral**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991, pp.119-141.
- FREITAS, Itamar. **Relatório de Fontes Orais para a história contemporânea em Sergipe**. Relatório desenvolvido dentro das atividades do Projeto de Qualificação Docente/UFS/SEED/FAPESE. São Cristóvão, 2002.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Global, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Tradução Adelaide La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História: ensaios**. Tradução: Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO: 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
- LIMA, Pedro M. **Fábrica da Pedra**. São Paulo: Vitória, 1962.
- MACIEL, Osvaldo. “O lugar do curso de História da UFAL no desenvolvimento recente da historiografia Alagoana”. In: GLEIZER, Raquel (Org.). **Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH**. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 69-84.
- MAYNARD, Dilton. **O senhor de pedra**: os usos da memória de Delmiro Gouveia (1940-1980). Recife: UFPE, 2008.
- MEAD, Margaret. **Culture and commitment**: a study of the generation gap. New York: Natural History Press/Doubleday&Company, 1970.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: USP/Xamã, 1996. \_\_\_\_\_. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- MELLUCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução Maria do Carmo Alves do Bomfim**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENEZES, Aldair Smith. **O cangaço no sertão d’Os desvalidos**. São Cristóvão: UFS, 2010.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **Historia oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992. \_\_\_\_\_. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, pp. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. “Formas e significados na história: a pesquisa como experimento de igualdade”. In: **Projeto História**. São Paulo: EDUC, nº 14, 1997, pp. 7-24.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 14, fevereiro 1997.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha, 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: os fundamentos da ciência histórica. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Reconstrução do passado**: os princípios da pesquisa histórica. Tradução Asta-Rose Alcaide; rev. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2007a.
- \_\_\_\_\_. **História viva**: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2007b.
- ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). **Usos e Abusos da história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Combate entre história e memórias**. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira; São Cristóvão: Editora da UFS, 2005.
- SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos Santos. “Sobre a Autonomia das Novas Identidades Coletivas: Alguns Problemas Teóricos” in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 13, n. 38, outubro, 1998, p.151-165.
- SCHWARZSTEIN, Dora. “Introducción”. In: MOSS, W. et. alii. **La Historia Oral**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991.

TENÓRIO, Douglas Apratto & DANTAS, Carmen Lúcia Tavares Almeida. A Casa das Alagoas: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió: Editora da UFAL, 2007.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: História Oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. **Arquivos**: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). **Usos e Abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

# UMA HISTÓRIA DO BRASIL EM VERSO: REPRESENTAÇÕES DA REPÚBLICA NOS FOLHETOS DE CORDEL (1889-1930)<sup>893</sup>

*Kalhil Gibran Melo de Lucena*

## INTRODUÇÃO

Os folhetos de cordel, através de suas narrativas, contam acontecimentos de um dado lugar e tempo, convertendo-se em memória, documento e registro da História do Brasil. Fazendo uso da história cultural trabalhada pelo historiador francês Roger Chartier (1990; 1991), a partir dos conceitos que esse autor trabalha (prática, apropriação e representação), é possível nos fundamentar e visualizar os folhetos de cordel como um discurso da realidade, como uma prática cultural que pode contribuir para a elaboração de uma série de representações da Primeira República, que poderão ser reforçadas e difundidas. Conseqüentemente, os poetas de cordel produzem em meio as suas práticas, representações de uma história plural e circular, que constroem apropriações de códigos socioculturais, políticos, econômicos e cotidianos, da sociedade brasileira em geral.

Já segundo Michel de Certeau (1994) são as micropráticas cotidianas que fabricam a cultura, sendo o cotidiano fragmentado e plural. Assim, ele nos traz uma ideia de cultura na perspectiva de atomismo social. Portanto, é possível afirmar que os poetas de cordel e seus versos são átomos sociais, possuidores de suas particularidades, configurando-se como invenções cotidianas que fabricam uma história e produzem rupturas na sociedade e na cultura brasileira. O cordel é uma peça do complexo repertório social e cultural que se apresenta como veículo do cotidiano transformando-se em fonte histórica. Portanto, entendemos que é necessário visualizar os versos dos folhetos como fragmentos de uma realidade e de um cotidiano, que representam vidas, alegrias, sofrimentos, amor, ódio, riso, fé, cidadania, cultura, política e história. Fontes documentais que não atendem a certa tradição historiográfica, constituindo-se como fruto de um olhar diferente, de outra sensibilidade e perspectiva de se narrar a História.

Os pesquisadores Hélder Pinheiro e Ana Cristina Marinho nos alertam para uma questão bastante pertinente, que é a de colaborarmos para dar ao cordel uma receptividade favorável no ambiente escolar. “Precisamos, professores, poetas populares, divulgadores culturais conquistar mais espaço para a literatura de cordel na escola”.<sup>894</sup> Além disso, eles reforçam ainda que o uso dessa literatura tem se intensificado em diversas áreas do conhecimento:

*As pesquisas sobre a literatura de cordel têm se intensificado com o passar dos anos. Estudiosos de áreas como História, Antropologia, Sociologia e Letras, sob diferentes perspectivas, mergulham no mundo de personagens, ritmos e temas desta modalidade da literatura popular.<sup>895</sup>*

---

<sup>893</sup> Esse artigo apresenta-se como produto da pesquisa de mestrado **FRAGMENTOS DA REPÚBLICA: representações da História do Brasil nos folhetos de cordel (1889-1930)**, financiada por uma bolsa CAPES.

<sup>894</sup> PINHEIRO, Hélder; LÚCIO, Ana Cristina Marinho. Op. cit. p.8.

<sup>895</sup> Idem. p. 7.

O poder de dialogicidade dos folhetos de cordéis para o universo escolar como uma linguagem que promove o conhecimento e como uma relevante fonte de pesquisa pode torná-lo um forte aliado tanto aos docentes como aos educandos, porque ele poderá ser, desde que bem utilizado, uma ferramenta de trabalho pedagógico pertinente, que estabelecerá uma ligação cognitiva entre os/as alunos/as e a cultura, por vezes impraticável na educação escolar. Diante dessa perspectiva, a pesquisadora Antônia Terra, em seu artigo intitulado *História e Dialogismo*, por exemplo, considera relevante o trabalho com fontes de pesquisa em sala de aula, desde é claro que não sejam trabalhadas com explicações causais e simplistas. Assim, se considerarmos o cordel dentro da proposta da presente autora podemos refletir que:

*Nos documentos existem sujeitos que falam e que constroem sentidos específicos para a realidade retratada, através de estilos comuns à suas épocas, de formas, de contornos e de materialidades que são, simultaneamente, originais. Os documentos foram alimentados, ainda, por diálogos múltiplos mantidos com a realidade e ressoam ainda no tempo, concentrando uma potencialidade de sentidos que se prolonga nos tempos futuros aos seus, através das inúmeras leituras feitas posteriormente.*<sup>896</sup>

Percebe-se, portanto, que Antônia Terra ao alertar-nos para a utilização de uma documentação/fonte como recurso didático na sala de aula evidencia a relevância dos diálogos entre os sujeitos históricos que falam e dialogam, mesmo em recortes temporais distintos, “incluindo o sujeito contemporâneo – o aluno, a classe e o professor, com seus universos culturais e seus espaços resguardados para a construção de novos enunciados”.<sup>897</sup>

Os folhetos de cordéis apresentam-se como uma linguagem pertinente e interessante capaz de promover debates, questionamentos, despertar o imaginário e a reflexão nos educandos, assim como instigar a capacidade cognitiva dos mesmos. Entretanto, propomos aqui os folhetos de cordel como uma ferramenta pedagógica que promove conhecimento nas aulas de História, e nesse sentido estamos apresentando-a como uma possibilidade de diálogo entre o presente na sala de aula e o passado da Primeira República.

## **O USO DO CORDEL NAS AULAS DE HISTÓRIA DO BRASIL**

O livro/manual didático de História tem a finalidade de ser a principal ferramenta pedagógica que se propõe a trabalhar conteúdos dessa disciplina, ou seja, ele é um instrumento do universo escolar que se enquadra dentro das perspectivas do processo de ensino e aprendizagem, sendo sua demanda de consumo imposta pelo poder público, pela instituição de ensino ou pelo professor. O manual traz contribuições tanto para quem ensina quanto para quem aprende, porém é um tipo de material didático que não pode ser visto como exclusiva fonte de ajuda ao professor/a. Dentro dessa perspectiva, o Guia de Livros Didáticos de História – PNLD 2011, por exemplo, nos diz que:

*O livro didático de História se organiza em partes distintas, que nem sempre se integram de modo equilibrado na obra. Isso acontece*

---

<sup>896</sup> TERRA, Antônia. **História e Dialogismo**. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2008, p.100-101.

<sup>897</sup> Idem. p. 103.

*porque a produção de um livro com finalidades mercantis é complexa e, cada vez mais, sujeita à fragmentação de atividades e sujeitos à autoria. Nem sempre um autor de livro didático é, ele próprio, o único responsável e mentor central da coleção. Muitas vezes, textos, atividades, leituras complementares e imagens são resultantes do trabalho de pessoas diferentes. Essa distinção, em graus diferentes, se manifesta na obra de modo bem demarcado. Por essa razão não é possível falar em um perfil único para uma obra didática, mas em perfis diferenciados que variam a cada quesito avaliativo.*<sup>898</sup>

Então, pode-se afirmar que os manuais didáticos são fontes para o ensino de História, mas não criam o conhecimento, pelo contrário, eles sistematizam conteúdos a partir da produção de outras esferas do saber para o ambiente escolar, atendendo a demandas e a transações mercadológicas entre as instituições de ensino e as editoras. Os livros escolares são, “antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado”.<sup>899</sup>

Todavia, a professora e pesquisadora Circe Bittencourt alerta-nos também que apesar da lógica comercial dos livros didáticos, não se pode abominar de forma extremista e irresponsável o seu papel desenvolvido no ambiente escolar.

*O livro didático tem sido objeto de avaliações contraditórias nos últimos tempos. Existem professores que abominam os livros escolares, culpando-os pelo estado precário da educação escolar. Outros docentes calam-se ou se posicionam de forma positiva pelo auxílio que os livros prestam ao seu dia-a-dia complicado. O livro didático, no entanto, continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos que, apesar do preço, consideram-no referencial básico para o estudo; e em todo o início do ano letivo as editoras continuam colocando no mercado uma infinidade de obras, diferenciadas em tamanho e qualidade.*<sup>900</sup>

Assim, é relevante elucidar que, segundo o professor Ezequiel Silva, para uma boa parte dos docentes brasileiros, o livro didático se apresenta como uma insubstituível muleta. E sem ele não se consegue caminhar cognitivamente. Consequentemente, o mesmo autor nos diz ainda que o livro didático é uma tradição tão forte dentro da educação no Brasil que seu acolhimento independe da vontade dos professores. Assim, para ele, a perda da dignidade do professor brasileiro contrapõe-se ao lucro das editoras de livros didáticos. E diante desse cenário, os/as alunos/as ao invés de interagirem com o docente em sala de aula, processam mecanicamente as lições nos presentes livros escolares.<sup>901</sup>

Portanto, os manuais didáticos não podem ser compreendidos fora da cultura escolar, eles findam por difundir as ideologias das classes dominantes em detrimento às classes subalternas. Isso porque os seus discursos são construídos a partir do lugar

---

<sup>898</sup> BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - Guia de Livros Didáticos de História – PNLD 2011. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-guia-do-livro-didatico/2349-guia-pnld-2011>. Acessado em 12/04/2012. p. 14-15.

<sup>899</sup> Ver: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 71.

<sup>900</sup> Idem.

<sup>901</sup> SILVA, Ezequiel T. da. **Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem**. Em *Aberto – INEP – Revista do Ministério da Educação*, Vol. 16, nº 69, Brasília, 1996. (Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1034/936>).



social das elites econômicas e intelectuais do Brasil. Entretanto, não se pode aceitar que o discurso político, ideológico e cultural dos abastados seja mais importante do que dos populares e vice-versa.

Nesse sentido, é importante pensar nos manuais didáticos como importante recurso pedagógico, que podem auxiliar os docentes nas aulas de História, em contrapartida, não se deve aceitar que os mesmos se apresentem como soberanos, como veículos de homogeneização, ou ainda como ferramentas pedagógicas que singularizam o processo de ensino e aprendizagem no universo escolar, até porque, eles “transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como a família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa”.<sup>902</sup> O interessante, portanto, é o seu uso em parceria com as linguagens alternativas para o ensino como os quadrinhos, as charges, as imagens, os folhetos de cordéis, os filmes, o teatro e os jornais.

No caso da literatura de cordel, por exemplo, ela se apresenta como uma pertinente fonte de informação, entretenimento e cultura. Ela não é um material didático oficial, mas pode ser utilizada em sala de aula como linguagem alternativa para o ensino, porque divulga os acontecimentos da História do Brasil, que no caso deste artigo especificamos o período da Primeira República. A linguagem do cordel difunde múltiplas narrativas que podem nortear os/as professores/as e os educandos no entendimento de uma determinada temática, ou seja, os cordéis se apresentam também como relevantes fontes históricas e, além disso, sua produção e análise podem ajudar na divulgação do discurso político dos populares.

Sabe-se que o ato de estudar ou de empenhar-se a aprender não é realmente fácil e nem sempre prazeroso. Vivemos em uma sociedade capitalista que oferece formas de entretenimento e lazer cada vez mais sedutoras. Assim, diante dessas duas afirmativas nos questionamos: qual deve ser então o papel da escola e dos professores diante de possibilidades fora do universo escolar que oferecem repletas atrações, principalmente tecnológicas? Será que o atual modelo de ensino vem fazendo sentido aos educandos, sendo capaz de atrair as suas atenções?

Entretanto, a partir da reflexão nesses questionamentos é necessário (re)pensarmos o trabalho docente, e uma das alternativas para legitimarmos, por exemplo, um ensino de História do Brasil que seja trabalhado em sala de aula com reciprocidade e dialogicidade entre professores e alunos, é o uso de linguagens alternativas no ambiente escolar.

Assim, propomos aqui a literatura de cordel como uma ferramenta pedagógica que promove conhecimento nas aulas de História, e nesse sentido estamos apresentando-a como uma possibilidade de interação e diálogo com os alunos/as, na tentativa de dinamizar o processo de ensino e de aprendizagem com objetivo de torná-lo mais agradável ao discente. Dentro dessa perspectiva, os folhetos de cordéis apresentam-se como uma linguagem pertinente e interessante capaz de promover debates, questionamentos, despertar o imaginário e a reflexão nos educandos, assim como instigar a capacidade cognitiva dos mesmos.

O filósofo e doutor em educação Neidson Rodrigues, em *Por Uma Nova Escola*<sup>903</sup>, levanta também alguns questionamentos pertinentes para pensarmos a educação escolar, como: Por que a educação é importante? Quanto de educação escolar é necessário aos indivíduos hoje? O que espera a sociedade da escola? Contudo, é necessário refletir acerca dessas questões, para que seja possível levantar possíveis

---

<sup>902</sup> BITTENCOURT, Circe (org.). Op. cit. p. 72.

<sup>903</sup> RODRIGUES, Neidson. **Por uma Nova Escola**: o transitório e o permanente na educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1985, pp. 53-69.

soluções para o ensino escolar. E, nessa perspectiva, surge mais um relevante questionamento: Qual o grande desafio dos professores e da escola hoje?

A pesquisadora Laura Noemi Chaluh, por sua vez, alerta-nos para o fato de que “O desafio da escola é de fazer progredir todos os alunos em um sistema educacional heterogêneo, dando a ele a possibilidade de aproveitamento máximo de seu potencial de aprendizagem”. Assim, observamos ser de fundamental importância trabalhar as particularidades de cada aluno, além de ter a consciência de que ele não é uma folha em branco ou uma tábua rasa, ao contrário, possui uma pertinente bagagem de conhecimento e de representação do mundo e da sociedade.<sup>904</sup>

Corolariamente, fala-se bastante em linguagens e métodos que se apresentam como relevantes aliados aos processos de ensino e de aprendizagem, mas será que esse discurso ultrapassa os liames da teoria e interfere na práxis docente? É óbvio que não se deve aceitar que os professores/as sejam culpabilizados/as por todas as mazelas da educação escolar, mas será que, enquanto educadores, estamos realmente abertos a considerar nossos alunos como sujeitos pensantes, com potencial de ir além de aulas fabricadas de cópias do quadro e do livro didático?

Na área de História, por exemplo, é muito comum depararmos-nos, em contextos escolares, com práticas memorialísticas, ou seja, o professor “treina” seus alunos para memorizar um determinado conteúdo e cobra a repetição desse mesmo conteúdo em momentos de avaliação. Assim, seja em perguntas abertas ou de múltipla escolha, os alunos têm de reproduzir o que retiveram em memória e não necessariamente o conhecimento construído sobre um dado tema. Nessa perspectiva, não se valoriza o poder de criação, de crítica e de reflexão dos alunos. Afinal de contas, se a História é construída a partir do presente e para o presente, por que reproduzir o “velho paradigma” de dar tudo pronto e acabado ao aluno? Por que não o deixar construir, junto ao professor/a, a sua verdade histórica?

Mencionando mais um exemplo do ensino de História, quando analisamos a História do Brasil dita oficial fabricada nos livros didáticos, por exemplo, defrontamos com uma história singular, que enaltece e destaca apenas os grandes feitos e as grandes personagens. Desse modo, o que geralmente se apresenta é uma história teleológica, pronta e acabada, produzida de cima para baixo, ou seja, imposta por uma elite brasileira econômica e intelectual. É óbvio que não há condições de detalhar uma a uma das personagens de um fato histórico num livro didático, por exemplo, mas é necessário que os autores desses livros, assim como os professores/as, tenham a consciência de esclarecer e dar a possibilidade de reflexão ao aluno de que a História é plural e inesgotável.

A professora e pesquisadora Maria Ângela de Faria Grillo alerta-nos acerca da relevância da literatura de cordel para a formação escolar e cognitiva das pessoas. Ela evidencia, por exemplo, que as marcas de oralidade na literatura de cordel no contexto brasileiro tiveram o seu lado positivo, pois serviram como uma poderosa ferramenta que conseguiu ser mediadora entre as pessoas que não sabiam ler ou escrever ao processo de alfabetização.

*Os cordéis eram lidos pelo folheteiro nas feiras e, posteriormente, em saraus e reuniões coletivas, onde ocorriam as narrações de contos e as cantorias. A memorização desses poemas era facilitada pela própria estrutura narrativa e formal dos poemas, e, por isso,*

---

<sup>904</sup> CHALUH, Laura Noemi. **Educação e Diversidade** – um projeto pedagógico na escola. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

*considerada, pelos leitores/ouvintes, como um processo de apropriação da leitura.*<sup>905</sup>

Entretanto, diante da importância dos folhetos enquanto linguagem que fomenta os processos de ensino e de aprendizagem, podemos afirmar que, nas últimas décadas, o que se observa é que a literatura de cordel no Brasil vem passando por um momento de resignificações, por isso, o seu uso em sala de aula, como linguagem alternativa para o ensino de História, é mais uma faceta assumida com muita propriedade pelos folhetos. Assim, sobre essa questão, Hélder Pinheiro e Ana Cristina Marinho destacam que:

*Na sala de aula, é importante que o professor tenha sempre a preocupação em não transformar o folheto em mero relato jornalístico. O que interessa é perceber como o poeta se posiciona diante da história, tendo sempre em vista o caráter ficcional desta produção. (...) Lampião, assim como outros personagens da história do Brasil (Getúlio Vargas, Padre Cícero, Tancredo Neves, Antônio Conselheiro), desfila pelas páginas dos folhetos, assumindo ora a posição de herói, escolhido para resolver as questões sociais, ora a posição de homem comum, com suas fraquezas e incertezas. Restamos ler com atenção as histórias que estes personagens inspiraram e, despertar nos jovens, o interesse em saber um pouco mais sobre a nossa cultura, sobre a nossa história.*<sup>906</sup>

Observamos que os folhetos têm a particularidade de trazer para o universo escolar uma maneira diferente de ler e ouvir, ou seja, uma proposta de ensino e de aprendizagem que nos possibilita transitar pela História e pelo mundo do conhecimento em geral, atravessando os obstáculos de um ensino tradicional. Dentro dessa perspectiva, Freitas<sup>907</sup> afirma que “por tratar-se de uma narrativa envolvendo situações do cotidiano ou do imaginário popular com uma linguagem e vocabulário simples, utilizando rimas rítmicas, o Cordel atrai os jovens leitores [...]. A Literatura de Cordel traz em seu interior toda uma musicalidade e informações carregadas de conhecimento e de uma visão crítico social.” Nesse sentido, é necessário que consideremos o cordel, também, como uma opção de documento histórico e conscientizemos os alunos de que é possível promover um cotejo entre os folhetos e as versões oficiais da História, como as do livro didático, por exemplo. Contudo, Grillo evidencia que:

*[...] O poeta de cordel não trata apenas de descrever a realidade de maneira artística e satisfatória; ele tem, ao mesmo tempo, que fornecer informações frescas e agradar. Os folhetos tornam públicos acontecimentos sensacionais, traduzem as notícias da imprensa da capital para a linguagem do habitante do sertão, e as interpretam como o público gostaria de ouvi-las, mudando-as muitas vezes e dando-lhes novas funções e significados. [...] Devemos analisar os fatos históricos não somente a partir das versões oficiais, da fala dos políticos e jornais tendenciosos, mas também através das representações dadas pelos poetas de cordel, através dos folhetos,*

---

<sup>905</sup> GRILLO, Maria Ângela de Faria. **A Arte do Povo: Histórias na Literatura de Cordel (1900-1940)**. Niterói, RJ: Tese de Doutorado - UFF, 2005, p. 8.

<sup>906</sup> PINHEIRO, Hélder; LÚCIO, Ana Cristina Marinho. Op. cit. p.69 e 77.

<sup>907</sup> FREITAS, Jotacê. **Cordel Pedagógico** – Oficina de Cordel. Arquivo extraído do site: <http://www.portaldocordel.com.br/downloads.html> - Acessado em 04/02/2011.

*que mostram outras visões de momentos históricos vivenciados e testemunhados por eles.*<sup>908</sup>

Levando em consideração que o ensino de História do Brasil, assim como das outras áreas do conhecimento, precisa ser construído em sala de aula, o cordel tem a possibilidade de ser usado como ferramenta pedagógica no sentido de desenvolver no aluno o exercício da reflexão, da criatividade e da criticidade. Os folhetos podem auxiliar o sujeito a organizar seu pensamento, analisar, justificar suas respostas e expressar-se, promovendo a independência, a autonomia e a cooperação. Dessa forma, faz-se necessário aproveitar as várias facetas do cordel dentro do ambiente escolar:

*Encontramos na Literatura de Cordel uma variedade de temas, situações humanas, tragédias, comédias, casos inusitados e relatos históricos, imaginários e tantas coisas mais. Essa riqueza de abordagens assume tons diferenciados, visões de mundos às vezes conflitantes, ideologias diversas. Essa diversidade pode ser aproveitada para instigar debates e discussões. Qualquer que seja o método de abordagem do educador, o debate em algum momento deverá ser sempre privilegiado [...], conscientizando o aluno de seu papel de herdeiro da cultura de seu povo e de agente transformador dessa cultura.*<sup>909</sup>

Entretanto, o/a professor/a precisa despertar no aluno o gosto e o prazer da construção do conhecimento, considerando as singularidades (virtudes, defeitos e dificuldades) desse aluno. E como alternativa os/as docentes podem usar as diversas opções de linguagens do ensino de História para levar o aluno a aprender.

Portanto, ir além dos livros didáticos e dos conteúdos escolares é uma opção para que se obtenha dos alunos um novo posicionamento na construção do saber escolar, pois serão dadas a eles possibilidades para que possam despertar para novas visões de mundo. Todavia, vale à pena destacar que não se corrobora aqui com a ideia de extermínio dos livros didáticos, ou em sua substituição em detrimento aos folhetos de cordel, por exemplo. Mas, que os professores/as possam trazer para a sala de aula linguagens que contribuam para alavancar o ensino e auxiliar/complementar os didáticos.

Nesse sentido, estudar por meio da produção da cultura popular, como o uso da literatura de cordel na sala de aula, é estar aberto a todas as possibilidades, desvencilhar-se dos conceitos e preconceitos, privilegiando códigos e significados simbólicos partilhados entre sujeitos sociais de um mesmo espaço geográfico e de um mesmo tempo histórico.

Torna-se de fundamental importância considerar-se o poder de criação e de interpretação dos alunos, pois eles precisam descobrir um ensino de História em que sejam sujeitos ativos, ou seja, autores do seu próprio conhecimento, para que possam trazer em suas memórias o prazer pela aprendizagem e a confiança nela. E, para isso, a imagem, a poesia, o cordel, o teatro, o RPG, a música são alguns exemplos de linguagens que, ao serem usadas pelos/as docentes, permitirão um diálogo muito construtivo e proveitoso com os alunos, tratando a educação escolar com leveza.

Gostaríamos de deixar claro que as problematizações e discussões contidas neste artigo não colocam um ponto final nos diálogos sobre as discussões e problematizações acerca das linguagens alternativas para o ensino da História. Todavia, o objetivo foi o de

---

<sup>908</sup> GRILLO, Maria Ângela de Faria. Op. cit. p. 118-119.

<sup>909</sup> PINHEIRO, Hélder; LÚCIO, Ana Cristina Marinho. Op. cit. p.85.

contribuir um pouco mais para uma reflexão e entendimento acerca do assunto em questão. Em suma, não tivemos a intenção de apresentarmos os folhetos de cordel nas aulas de história como uma linguagem determinada ao extermínio do livro didático, mas como uma proposta de educação escolar que permita múltiplos e construtivos diálogos do saber, vivenciando-se uma construção do conhecimento com leveza, sem amarras e sem monopólio dos conteúdos.

### Fontes e Referências Bibliográficas

- ABREU, Márcia Azevedo de. **Cordel Português/Folhetos Nordestinos**: Confrontos – um estudo histórico-comparativo. Campinas, SP: Tese de Doutorado – UNICAMP, 1993.
- ABREU, Martha. *Cultura Popular: um conceito e várias histórias*. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologia. RJ: Casa da Palavra, 2003.
- BARBOSA, Bartira Ferraz; FERRAZ, Socorro (orgs.). **República brasileira em debate**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- BATISTA, Sebastião Nunes. **Antologia da Literatura de Cordel**. 1ª Edição. Natal, Fundação José Augusto, 1977.
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História?** 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: O imaginário da República no Brasil. 11ª reimpressão. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª Edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 2ª Edição. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.
- \_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. 14ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.
- \_\_\_\_\_. **A história ou a leitura do tempo**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O mundo como representação**. In: *Estudos avançados*. São Paulo: USP, vol. 5, nº 11, 1991.
- CURRAN, Mark J. **História do Brasil em Cordel**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas e sinais**: Morfologia e História. 2ª Edição. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- GRILLO, Maria Ângela de Faria. **A Arte do Povo**: Histórias na Literatura de Cordel (1900-1940). Niterói, RJ: Tese de Doutorado - UFF, 2005.
- JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2009.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **O cordel - Testemunha da História do Brasil**. Literatura popular em verso, antologia/nova série – 2. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.
- MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PINHEIRO, Hélder; LÚCIO, Ana Cristina Marinho. **Cordel na sala de aula**. São Paulo: Editora - Livraria Duas Cidades, 2001.

SILVA, Ezequiel T. da. **Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem**. *Em Aberto – INEP – Revista do Ministério da Educação*, Vol. 16, nº 69, Brasília, 1996. (Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1034/936>).

TERRA, Antônia. **História e Dialogismo**. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2008.

Francisco das Chagas Batista – **O enterro da justiça** (1912). In: BATISTA, Sebastião Nunes. **Antologia da Literatura de Cordel**. 1ª Edição. Natal, Fundação José Augusto, 1977.

Francisco das Chagas Batista – **O resultado da revolução do Recife** (1912). In: BATISTA, Sebastião Nunes. **Antologia da Literatura de Cordel**. 1ª Edição. Natal, Fundação José Augusto, 1977.

Francisco das Chagas Batista – **As vítimas da crise** (s/d). Consultado a partir do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa (<http://www.casaruibarbosa.gov.br/>).

João Martins de Athayde - **Ai se o passado voltasse** (1942). Consultado a partir do acervo do Arquivo Público Estadual – Pernambuco.

João Martins de Athayde – **A Chegada de Lampião no Inferno** (s/d). Consultado a partir do acervo digital da Fundação Casa de Rui Barbosa (<http://www.casaruibarbosa.gov.br/>).

João Melquíades Ferreira da Silva – **A Victoria dos Alliados – A derrota da Alemanha e a Influenza Hespânica** (1918). Consultado a partir do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa (<http://www.casaruibarbosa.gov.br/>).

João Melquíades Ferreira da Silva – **Peleja de Joaquim Jaqueira com João Melquíades** (s/d). Consultado a partir do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa (<http://www.casaruibarbosa.gov.br/>).

Leandro Gomes de Barros – **O Imposto e a Fome** (1909). Consultado a partir do livro do Ministério da Cultura. **O cordel - Testemunha da História do Brasil**. Literatura popular em verso, antologia/nova série – 2. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

Leandro Gomes de Barros – **O Imposto de Honra** (s/d). Consultado a partir do livro do Ministério da Cultura. **O cordel - Testemunha da História do Brasil**. Literatura popular em verso, antologia/nova série – 2. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

Leandro Gomes de Barros – **Ave Maria da Eleição** (1907). In: BATISTA, Sebastião Nunes. **Antologia da Literatura de Cordel**. 1ª Edição. Natal, Fundação José Augusto, 1977.

Leandro Gomes de Barros – **A crise atual e o aumento do selo** (1915). In: BATISTA, Sebastião Nunes. **Antologia da Literatura de Cordel**. 1ª Edição. Natal, Fundação José Augusto, 1977.

Leandro Gomes de Barros – **Suspiros de um sertanejo** (s/d). Consultado a partir do acervo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ – PE).

BARBEIRO, Heródoto; SCHNEEBERGER, Carlos Alberto; CANTELE, Bruna Renata. **Novo Panorama da História: da Abolição da Escravatura ao alvorecer do século XXI**. Ensino Fundamental – 9º ano. 2ª Edição. São Paulo: IBEP, 2010.

JÚNIOR, Alfredo Boulos. **História Sociedade e Cidadania**. Ensino Fundamental - 9º ano. São Paulo: FTD, 2009.

MARIN, Marilú Favarin; SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. **História com Reflexão**. Ensino Fundamental – 9º ano. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

SANTIAGO, Pedro. **Por dentro da História**. Ensino Fundamental – 9º ano. São Paulo: Escala Educacional, 2012.

ARRUDA, José Jobson de A; PILETTI, Nelson. **Toda a História** – História Geral e do Brasil. Ensino Médio – Volume Único. São Paulo: Editora Ática, 2008.

CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan Garcia. **A Escrita da História** – História Geral e do Brasil. Ensino Médio – Volume Único. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral** (Volume único). 8ª Edição – 4ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

MOCELLIN, Renato. **História para o Ensino Médio** – Curso Completo. 1ª reimpressão. São Paulo: IBEP, 2007.

## **AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO MARCA DE SUAS EXPERIÊNCIAS**

*Naiza Geralda Lima  
Fernanda Martins Gomes*

### **Introdução**

As especificidades da Educação de Jovens e Adultos vai procurar entender as relações pedagógicas que o aluno terá através do dialogo com o professor que poderá identificar o trabalho pedagógico da Educação de Jovens e Adultos e como lidar com o perfil do publico, sendo uma construção através dos desafios de construir ideias de potencialidade do aluno, ou seja, o comportamento do aluno através da sala de aula em destaque sendo o objetivo de apontar as experiências que a modalidade de ensino destaca, dessa forma Ciavatta e Rummert destacam, “O que é diferente acerca do estudante adulto é a experiência que ele traz para a relação. A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional, influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e do currículo” (2010 p, 466). No qual o problema a ser apresentado pretende expor conteúdo em contexto com a experiência de vida que os alunos trás para a sala de aula. Assim o objetivo do trabalho é analisar as relações pedagógicas no cotidiano do publico da EJA construindo pontes entre os autores citados, estabelecendo a diferença do publico que será discutido. O método do artigo tem como característica bibliográfica e das experiências que tivemos no Programa de Iniciação a Docência (PIBID).

### **Sujeitos da EJA e suas especificidades Culturais**

Pensar a Educação de Jovens e Adultos como algo a ser compensatório “desqualifica os alunos jovens e adultos da classe trabalhadora que trazem para o espaço tempo escolar tanto a marca da destituição de direitos, quanto as suas riquezas de luta pela vida” (Ciavatta, 2010 p,465), entre a ação de executar e a ação de pensar exige a formação do individuo o maior tempo de estudo para que ele aprenda a planejar seus objetivos, pois de contrario a escola é obrigada a ensinar a todos os alunos como se fossem apenas um, ou seja, aplicar os conteúdos e deixar que o aluno se entenda sozinho com a matéria, de forma que ele seja educado de maneira a receber o certificado que por sinal o governo obriga as escolas a ensinar o mais rápido para que tenha pessoas qualificadas, apenas para serem técnicos tendo maior quantidade de mão- de- obra disponível.

Dessa forma as pessoas que não tiveram acesso aos estudos na idade “regular” retornam a escola de jovens e adultos que se constitui como modalidade de ensino fundamental e médio retomando a escola depois de algum tempo para iniciar o processo de escolarização ou dar continuidade aos estudos, os sujeitos da EJA é deparados com diversas faixas etárias e inúmeras histórias de vidas que por motivos foram excluídos da escola regular ou por motivos de precisão ter entrado no mercado de trabalho.



*O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de modo diferente da criança e do adolescente traz consigo uma historia mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre mundo externo, sobre se mesmo e sobre as outras pessoas com relação à inserção em situação de aprendizagem. (Oliveira, 1999. p, 60)*

Neste sentido o problema da educação de jovens e adultos remete a questão de especificidade cultural sendo necessário historicizar o objeto da reflexão, pois se o jovem e o adulto não correspondem à abstração utilizada como referencia, é porque ainda se tem a compreensão de abstrair o que é presente no aspecto da exclusão escolar no que diz respeito a educação e sociedade, direito e cidadania. O processo de educação na formação dos sujeitos estabelece a importância de alfabetizar os indivíduos conscientiza-los os dos problemas sociais políticos, em consequências da aprendizagem e experiências de diferentes contextos sociais com seus conceitos de crenças, valores, atitudes, ou seja, processos diferenciados de conhecimento.

*Desde o inicio da década de 1960, Paulo Freire e sua equipe, no movimento de Cultura Popular e do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, vinham ganhando expressão com suas experiências de alfabetização de adultos, que diferenciavam das demais contrario das praticas tradicionais de alfabetização voltadas para o aprendizado instrumental, o termo apresentado por Paulo Freire muda o foco para o sentido da aprendizagem na vida das pessoas. Na compreensão da educação e da alfabetização como expressões culturais (Ventura, 1997, p.7).*

Exemplo da concepção dos instrumentos de aprendizado, nossa experiência no Programa de Iniciação a Docência onde fazemos intervenções na escola parceira o Centro de Educação de Jovens e adultos que proporciona a esse publico da modalidade do Ensino Médio a oportunidade de voltar aos estudos, mesmo com todas as dificuldades expostas pela vida, mas que ao chegar à sala de aula percebemos o quanto a maioria tem interesse em aprender principalmente quando passamos conteúdos que não são conhecidos pelos alunos, ao mesmo tempo a curiosidade e vontade em aprender. Cada intervenção é mais uma certeza de que contribuimos para o aprendizado do aluno, no qual ele se tornara mais investigativo principalmente quando intervimos com vídeos históricos, slides e textos alem de postarmos em nossos blogs todas as nossas atividade, demonstrando o quanto é importante a educação e sua pratica em relação a própria experiência que o aluno tem.

### **Desafios da Globalização na Educação**

O que evidencia entre as discussões entre direitos e deveres do cidadão que contemplada enquanto reflexão da realidade respeitando a individualidade de cada um no que se referem os aspectos de raça, crenças, gênero e situações socioeconômicas favorecendo o convívio com as outras pessoas não simplesmente num âmbito de reflexão, mas com estratégias praticas de respeito e valorização do outro daquilo que ele trás como elemento de formação, conhecimentos diferenciados, na visão de mundo, no qual é completamente globalizado e letrado que vem apresentando um mundo das informações através das tecnologias avançadas que requerem de cada individuo

competência e habilidades cada vez mais específicas, onde a comunicação é capaz de mudar as relações sociais estabelecidas.

*O relatório de Jaques Delours, o documento tem influenciado as políticas educacionais públicas em âmbito mundial, no qual o relatório apresenta, no contexto de globalização a educação pode ajudar a interdependência entre os países pela solidariedade com o preparo de cada indivíduo para compreender a si mesmo e ao outro, mediante um melhor conhecimento do mundo”(Chilante Navarro; Noma Kimiko p.4, apud Delours, 1999, p.47-48).*

No qual a potencialidade de explicar como a globalização aproxima povos e nações sendo que a educação pode contribuir para o preparo de cada indivíduo para compreender suas origens e aprender a respeitar a cultura de outros povos, no relatório à educação pode contribuir para a luta contra a exclusão, pois com a aceitação entre as pessoas e alcançar uma coesão social. No mundo do trabalho o relatório de Delours reconhece o aumento do desemprego e da economia informal e que a educação não serve apenas para fornecer pessoas qualificadas ao mundo da economia não se destina ao ser humano enquanto agente econômico, mas como o último desenvolvimento.

### **A necessidade de diálogo como mediador nas relações pedagógicas**

A relação entre professor e aluno, é de importância fundamental para potencializar a aquisição de conhecimentos e da “situação didática”, para se tentar alcançar objetivos de ensino-aprendizagem, que se constituem na transmissão e assimilação de conhecimento, hábitos, habilidade e competências. No ensino de jovens e adultos, onde os trabalhadores não tiveram a conclusão do ensino básico em escola regular, essa relação pode se desenvolver chegando a se confundir com um caráter fraternal e às vezes paternal, “onde o aluno faz do professor uma ponte para o pleno exercício de sua cidadania, visando uma capacitação no mercado de trabalho para concorrer em uma sociedade considerada, de ponto de vista crítico, rotuladora e esmagadora” (Oliveira, 2007, p, 85).

A educação sendo de extrema importância para a formação do saber, e do caráter do aluno, cabe ao professor à decisão da escolha da metodologia a ser desenvolvida em sala de aula, e também a importância da forma de interação na aula. Cabe ao professor coordenar as relações entre ele e o aprendiz, em suas relações em sala de aula. O mesmo exerce papel de mediador e incentivador de todos os alunos, incentivando sempre na construção do saber. A relação em sala de aula é importante, pois é o professor o grande influenciador da aprendizagem, na forma e comunicação sobre os conteúdos didáticos aplicados aos alunos, no ato de ensinar e na transmissão do conhecimento. Os trabalhadores da EJA, após toda a jornada diária de trabalho, muitas vezes buscam refugio de suas dificuldades na escola, passando o professor a assumir a importante responsabilidade de lidar com as dificuldades de cada um, procurando entender as limitações de cada aluno, fazendo com a postura do educador seja de entender esse educando, tomando postura diante da sala que combine seriedade e respeito.

Os alunos que retomaram seus estudos após anos, trazem além de suas dificuldades de reabilitação, suas experiências de vida, esta que devem ser levadas em conta pelos educadores em sala de aula, nas ações pedagógicas. Como trata o professor Altair Ribeiro de Oliveira ao citar Moacir Gadotti: “O educador para pôr em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar na posição de quem não sabe tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do

conhecimento mais importante: o da vida”. (1999). A relação entre professor e aluno no processo de aprendizagem, através do dialogo e das ações pedagógicas. É de grande importância para se desenvolver uma serie de valores pertinentes ao educando, como a autoestima, a valorização de experiências, fatores que vão contribuindo para a construção do conhecimento. Quanto mais dinâmica for a relação entre professor e aluno a motivação na sala de aula é maior, pois este aluno vai para a escola cansado do trabalho, dos problemas pessoais, sendo assim de grande importância a mediação do professor no processo de aprendizagem.

Nem sempre o professor da EJA recebe bem as experiências vividas pelos alunos, levadas para dentro da sala de aula. Sendo estes alunos algumas vezes corrigidos em sua fala, postura ao sentar, comportamento diante dos outros colegas. Isso vai contribuindo para um desgaste da relação professor-aluno. É preciso que professor desta modalidade de ensino compreenda que ambos são sujeitos de um processo, onde crescem e aprendem juntos, No dialogo entre o educador e o educando, é preciso que o primeiro busque uma forma que proporcione uma condição de valorizar a linguagem e a cultura do educando, de acordo com seu contexto social, para que o mesmo possa produzir seu conhecimento, no processo de aprendizagem. O desenvolvimento do dialogo é desenvolvido paralelamente com as oportunidades de cooperação, união, organização, soluções em comum de problemas, onde alunos participam juntos com o professor.

A relação de dialogo entre educador e o educando não é suficiente para o processo de ensino e aprendizagem, é preciso que este educador tenha domínio de seu conteúdo, e o comprometimento por parte do educando em querer aprender. Assim são ambas as considerações fundamentais para um bom desenvolvimento da educação de jovens e adultos, porém o dialogo entre o professor e o aluno é de extrema importância para se chegar aos objetivos pretendidos.

### **A desconstrução de Estigmas**

As questões de evasão e de fracasso são problemas presentes na educação escolar brasileira, tornando se ao longo do tempo algo grave, e assumindo proporções inaceitáveis. Sua gravidade aumenta quando são observados os problemas históricos de escolarização, na formação de instituições, dentro de um processo discursivo mais amplo. No campo da educação de jovens e adultos são encontrados inúmeros trabalhadores aplicados a essas questões escolares. Essa modalidade de ensino é vista por muitas pessoas com um olhar negativo, em uma sociedade que julga sem conhecer, é lida com uma ideia de superioridade sobre este público da EJA, desenvolvendo assim um preconceito sobre o trabalhador que interrompeu seus estudos, por diferentes motivos, seja familiar, socioeconômico, ou outros, mas que depois de alguns anos tenta o reingresso na escola.

As ideias negativas sobre o aluno da EJA, normalmente são julgadas como falta de interesse dos mesmos, pois muito consideram que este educando não dá o Maximo de se em busca de conhecimento, sendo esquecido que este enfrenta uma carga horária de trabalho diariamente, fazendo com que tenha menos tempo de dedicação do que os alunos de escola regular, isto é, a generalização é um ponto negativo que pesa bastante a esses alunos. O fracasso na EJA não é visto como resultado de uma estrutura social excludente bem como das mazelas do ensino dito regular que remete o aluno para a EJA.

A falta de motivação e de professores com preparo profissional adequado a esta modalidade de ensino, e influenciadora na desistência de muitos alunos que tentam se

reintegrar e não conseguem permanecer, pois o professor tem que entender que o modo de lidar com este aluno tem certas diferenças, pois estes lidam com vários problemas, cabendo ao professor tentar criar condições para facilitar sua adaptação. É preciso que os trabalhos de alfabetização sejam fundamentados em métodos de trabalhos que busquem a adequação as especificidades desse público, diferentemente do trabalho com crianças de ensino regular. É visível a necessidade de propostas adequadas aos alunos da EJA, se procurando pensar ao que se diz respeito de quem são essas pessoas, e como se destinar a elas. Uma educação voltada para a escolarização de pessoas que não tiveram a oportunidade de acesso a escolarização regular.

Uma reflexão que discuta os problemas que decorrem da inadequação de propostas aos alunos que não se escolarizaram no “tempo devido”. É importante o diálogo com os saberes, valores, crenças e experiências de cada aluno. Muitas vezes são ignorados fatores como a idade e a vivência social e cultural dos alunos, sendo utilizada uma lógica infantil, aplicada nos currículos destinados a crianças de escola regular. Este problema de como a linguagem utilizada pelo professor como a infantilização de pessoas que interromperam os estudos, mas que são ricas em aprendizados sobre a vida, deveria receber maior e diferente atenção.

É preciso observar os problemas diários que fazem do campo a EJA, sendo que esta educação no Brasil é um tema polemico e controvertido desde que começou a ser pensada em suas especificidades com relação ao ensino regular. A alfabetização é uma perspectiva priorizada, sendo vista como sequencia de uma escolarização regular interrompida, onde é buscado ser recompensada. Inês Barbosa cita a necessidade de uma abordagem de conhecimentos relacionados à vida social e a compreensão dos elementos que intervêm na vida cotidiana. É importante repensar o currículo, com discussões nas escolas, e com a elaboração de novas praticas curriculares para a EJA, buscando avaliar os desafios didáticos- pedagógicos em todo esse ensino, para se avaliar a diversidades dos mesmos.

## **Considerações Finais**

Ao pensar na educação de jovens e adultos, é observar suas diversidades culturais, com suas identidades, desigualdades, e diversos fatores. Os sujeitos são pensados e o trabalho desenvolvido com relação às praticas pedagógicas. Os problemas da educação deste público, em relação à especificidade cultural, tem a necessidade de reflexão histórica, sobre os métodos de alfabetização, com uma adequação especifica, pensando propostas para esses jovens e adultos. O desenvolvimento de um diálogo que envolva os saberes, valores, crenças e experiências de cada aluno, sem ignorar também os fatores como a idade e a vivência social e cultural dos mesmos. Os desafios e potencialidades de uma educação além do objetivo de qualificação profissional, mas que visa a real busca para o conhecimento.

A relação do professor com o aluno pode influenciar nisso, pois o educador é visto como aquele que é o influenciador da aprendizagem, que vai ajudar o educando a inserir na sociedade que tem dificuldade em aceitá-lo pela falta de escolaridade. Cabendo ao educador formar então um pensamento de consciência que busque o ensino para a qualificação pessoal, mas que vá além, numa capacitação do exercício de cidadania, desenvolvendo uma consciência critica sobre os alunos. O modo como o professor vai fazer uso do diálogo em sala de aula, com a utilização de uma linguagem adequada a estes alunos, para melhor se desenvolver o processo de ensino e aprendizagem, sempre levando em conta suas experiências de vida, dentre outros,

tentando evitando uma nova desistência dos estudos. As questões negativas, como a sensação de fracasso ou vergonha que estes alunos lidam quando retoma seus estudos, com uma sociedade preconceituosa e que se julga superior, sem ao menos saber os motivos que levaram estes alunos a parar de estudar, acabando fazendo com que o professor tenha a importância motivadora, ajudando o mesmo a compreender e a lidar com a situação. Analisando esse sujeito, o diálogo em sala de aula e os desafios, e importante à tentativa de se tentar desconstruir as ideias negativas em torno da EJA, mas sem tentar maquiagem seus problemas. Sendo de extrema importância a análise dos problemas e das concepções a cerca das ideias das práticas pedagógicas curriculares, para repensar um novo currículo e novas práticas pedagógicas que atenda as necessidades dos jovens e adultos.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

Clavatta, Maria; Rummert, Sonia Maria. **As Implicações Políticas e Pedagógicas do Currículo na Educação de Jovens e Adultos Integrada À Formação Profissional**. Disponível em: <<http://WWW.cedes.unicamp.br>> acesso em abril- junho de 2010.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo; Caxambu, 1999.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores No Brasil: Revendo Algum Marcos Históricos**. 1997.

CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro. **Educação e Trabalho na Transição do Século XX Para O XXI: A Função Qualificada da Educação De jovens e Adultos**. 1999.

OLIVEIRA, de Barbosa Inês. **Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA**. Curitiba: UFPR p. 83-100. 2007.

BAQUERO, Gomide Fabíola. **O Fracasso escolar de Jovens e Adultos e o imaginário social**. <http://www.ucb.br/sites/100/165/TeseseDissertacoes/Ofracassoescolardejovenseadultoseoimagin.pdf>. Acesso dia 21/06/2013.

A Relação Professor-Aluno na Educação de Jovens e Adultos segundo a Visão dos Mesmos/[http://health.cat/open.Phpurl=http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-praxis-pedagogicarelacao Professor aluno](http://health.cat/open.Phpurl=http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-praxis-pedagogicarelacao%20Professor%20aluno), **acesso dia 21/06/2013**.

Relação Professor x aluno. <http://www.diariodaserra.com.br/home/p=161183> **acesso dia 21/06/2013**.

# A INFLUÊNCIA DO CAPITAL CULTURAL NAS RELAÇÕES DA FAMÍLIA COM A ESCOLA<sup>910</sup>

*Cícera LÍlian Alves Lopes  
Noélia Nunes Marinho*

## **Introdução**

A família e a escola são instituições sociais carregadas por elementos materiais e simbólicos que, vivenciados pelo aluno, contribuem para sua formação como sujeito social.

O conceito de capital cultural em Pierre Bourdieu (1980; 1988) nos permite refletir sobre o quanto a herança familiar é importante no processo de escolarização do aluno, pois, em boa parte dos casos, pode contribuir para uma longevidade escolar. Uma análise sobre a relação família e escola é importante para o entendimento da visão que o aluno tem desta última.

Foram levantados dados, num estudo de caso, sobre o Dia da Família na Escola, que são indicadores de algumas características da relação entre a família e a escola. Iremos nos aproximar da discussão sobre as relações destas instituições formadoras, refletindo sobre o conceito de capital cultural.

O conceito de capital cultural será pertinente para a análise dos dados sobre a participação da família em reuniões na escola e sobre o acompanhamento dos deveres dos alunos. Esse trabalho foi realizado a partir de uma discussão teórica e levantamento de dados empíricos obtidos através de entrevista com questionário, com os pais presentes, no dia 18 de maio de 2012, dia em que foi realizado o evento nesta escola.

## **Importância da relação entre família e escola**

A família e a escola são importantes instituições do desenvolvimento humano, pois, formam, modificam e influenciam o comportamento dos indivíduos. Agem conjuntamente, e também fazem conexões com outras instituições. Apesar disso, cada uma delas reserva a sua particularidade, ou seja, a escola é a instituição voltada para o conhecimento cultural e científico; a família é responsável pela formação social e moral do indivíduo.

A família e a escola precisam manter uma relação entre si. Segundo Nadir Zago, pesquisadora do tema, *A mídia, em rede nacional, vem igualmente insistindo na necessidade de ampliar a relação escola-família e uma das justificativas está na constatação de um melhor desempenho escolar quando os pais acompanham o trabalho da escola* (2012, p. 134). A autora observa que ocorre uma transferência de responsabilidade do desempenho escolar dos filhos para os pais, em razão de que parte

---

<sup>910</sup> Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID UFAL Ciências Sociais (2011-2013)

<sup>2</sup> Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID UFAL Ciências Sociais (2011-2013)

<sup>3</sup> Coordenadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID UFAL Ciências Sociais (2011-2013)

do comportamento dos indivíduos vem de casa; a família, nas dimensões material e simbólica, tem papel importante na vida escolar dos filhos (Zago. 2012, p. 136). Mas é preciso ver a realidade da educação brasileira, especialmente nas camadas populares, onde muitas crianças deixam a escola antes mesmo de completarem o ensino fundamental. Isso se deve, na maioria das vezes, à situação econômica da família, pois, quanto maior for a dificuldade financeira desta, mais cedo a criança sairá da escola para ajudar os pais no trabalho, deixando a escola de lado.

Faz-se necessário também notar a autonomia que o aluno tem sobre seus atos, pois, conforme a autora, *apesar da importância que a família pode desempenhar na carreira escolar do filho, ela não garante, necessariamente, sua permanência na escola. Além disso, os comportamentos escolares adotados pelos alunos não se reduzem às influências do ambiente doméstico* (2012, p. 137). Fica claro que, o aluno é parte ativa de seu percurso; ao lado de todas as influências, ele é responsável por suas próprias ações.

A autora ainda chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, a escola tem significados diferentes para os pais e para os alunos. Para estes últimos, a escola é o lugar de obter o certificado para o mercado de trabalho, que está cada vez mais exigente. Para os pais, é um local de grande importância, onde seus filhos irão adquirir saberes e onde podem deixar o filho enquanto estão no trabalho, possivelmente para protegê-lo das más companhias e das drogas. Citando o pesquisador em educação Bernard Charlot, ele afirma que a escola pode *permitir ao aluno se apropriar dos saberes, mas, acrescenta, a criança só pode se formar, adquirir esses saberes, obter sucesso se estudar. E ela só estudará se a escola e o fato de aprender fizerem sentido para ela* (2012, p. 143-144).

Sobre a importância das relações familiares na escolarização, na Revista Sentinela Pedagógica encontramos a seguinte afirmação:

*No momento em que escola e família conseguirem estabelecer um acordo na forma como irão educar suas crianças e adolescentes, muitos dos conflitos hoje observados em sala de aula serão gradativamente superados. No entanto, para que isso possa ocorrer é necessário que a família realmente participe da vida escolar de seus filhos ( 2011, p. 11).*

Como dito anteriormente, quando a família acompanha o trabalho da escola, a chance de o aluno ter um desempenho melhor aumenta, pois, ele sente-se valorizado e estimulado a estudar. Mas essa relação família-escola não é a única condição que fará a diferença na vida desse aluno, pois, como afirmamos anteriormente, esse mesmo aluno tem sua autonomia que, por sua vez, é formada numa rede de relações sociais em uma dimensão ampla. Acentuamos aqui o fato de que o aluno é parte ativa do seu percurso escolar.

### **Família: um dos principais agentes motivadores da educação**

As escolas não são apenas locais de aprendizado, elas são principalmente um universo de socialização. Para entender os alunos, é preciso também entender o que acontece dentro e fora da instituição educacional.

Neste universo juvenil de socialização, encontramos várias formas de influências morais, valorativas, simbólicas, que constroem os alunos como seres sociais. Como a família e a escola, outras instituições formam as bases desta construção e, em todas elas

está contida a influência da TV, da internet, dos amigos, das músicas, dos filmes, dos grupos artísticos, entre outros.

Diante de tantas informações, os alunos compartilham e vivem situações de conflito valorativo. Quando compartilham valores e atitudes, assumem padrões, temporários ou não, de comportamento e pensamento, como por exemplo, formas de se vestir e de tratamento interpessoal.

As regras da escola podem ser vistas como padrões que os alunos compartilham e adotam independente de suas vontades. Este tipo de regra geralmente é cumprida, sendo vista como mais importante do que os símbolos e o comportamento dos grupos, porém, há casos em que estes grupos se tornam mais importantes do que a escola.

O que efetivamente se faz necessário destacar é qual o espaço da família no contexto da socialização, pois, ela é uma das principais fontes de motivação para que o jovem encontre razão e apoio para ser um aluno, ir à escola e saber quais são seus princípios e obrigações.

### **A cultura familiar e seus reflexos na escolarização**

A realidade escolar não pode ser analisada com base exclusiva nos aspectos internos à escola, é necessário ampliar o campo de observação alcançando o contexto cultural, familiar, econômico e também histórico. O sociólogo da educação Juarez Dayrell, destaca os aspectos culturais e familiares.

*Podemos dizer que, para esses jovens, a família se realiza como instância cultural, possibilitando a construção de uma visão de mundo própria, pela acumulação de experiências pessoais e da transmissão oral direta por meio dos contatos interpessoais (2012, p. 311).*

A estrutura familiar contribui para a formação dos estudantes, mas não é o único agente determinante do desempenho dos alunos. Iremos nos deter nos aspectos que relacionam a família com a escola.

O nível de escolaridade dos pais e / ou dos cônjuges contribui para ampliar ou diminuir os efeitos do capital escolar do sujeito. (LOPES, 2012, p.26). Com base nas experiências pedagógicas vivenciadas pelos familiares, será concedida uma determinada ótica atribuída à escola. No caso de uma crença predominante na qual a escola é vista como obrigação por ser espaço para domesticar os alunos, tal ideia proporciona crise no âmbito escolar, visto que, os alunos agirão de acordo com suas motivações, segundo os valores que por eles foram interiorizados.

A instituição familiar agindo em conjunto com a instituição escolar pode afetar positivamente nos resultados dos estudantes. Lembrando que, como o aluno faz parte de um grupo familiar, ele levará para a escola as características dessa família.

### **Quanto à herança familiar em Bourdieu**

O conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu (1980) vem ganhando destaque nas discussões sobre o desempenho escolar de alunos pertencentes a diferentes grupos sociais. Ele permite a reflexão sobre o espaço escolar e a educação, nos transportando para pensarmos em situações conflitantes, que nos instigam a analisar a cultura e as relações de poder presentes em nosso sistema de ensino.



Desta maneira, iniciaremos rompendo com a visão da escola como uma instituição neutra, que oferece as mesmas condições de aprendizagem para todos os alunos. Desde 1960 houve uma reinterpretação do papel da escola para a sociedade devido ao processo de massificação do ensino na França. Foi a partir disso, que se intensificaram as preocupações com o ambiente familiar, as origens sociais dos sujeitos escolares e as questões políticas da educação.

A ação da herança cultural da família parece aumentar as chances do sucesso escolar, pois, como apresenta Maria Amélia de Almeida Cunha (2007, p. 515) “*Para Bourdieu, o capital cultural constitui o elemento de herança familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar.*” Assim, é possível notar que a bagagem cultural tem um forte impacto na realidade escolar, levando os indivíduos a agirem de acordo com as normas internalizadas. De acordo com Cláudio Marques Martins Nogueira,

*As referências culturais, os conhecimentos considerados legítimos (cultos, apropriados) e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitaram o aprendizado escolar na medida em que funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar. ( 2002, p. 21)*

Em seu estudo sobre as desigualdades escolares, Bourdieu sugere uma distinção entre três grupos e suas estratégias para tratarem das questões do ensino. O primeiro possui pouco capital econômico e, por isso, investe de forma moderada na educação dos filhos, pois, como o retorno não é imediato, seus filhos são inseridos muito cedo no mercado de trabalho. Sendo assim, estes obtêm menores chances de conseguir um bom desempenho escolar. Já o segundo grupo, considerado de classe média, aposta intensamente na educação, pois, como tem capital econômico para isso, investe muito na educação dos filhos, cobrando deles um maior esforço nos estudos. Assim, acredita-se em uma continuidade para a ascensão social de suas famílias. Por último, temos as elites econômicas, que investem alto capital, mas não exigem tanto de seus descendentes, pois já têm o êxito escolar como algo previsível, já que dão condições para tal.

Em seu bem sucedido quadro teórico, Bourdieu busca explicar as desigualdades escolares argumentando que, a maior influência do capital cultural, em detrimento do econômico se justifica porque a escola não é neutra e exige dos alunos comportamentos que são comuns às famílias culturalmente mais privilegiadas. Para uma parcela dos alunos, a escola é vista como uma extensão do próprio lar, o que só vem a facilitar a aprendizagem. Para as desprivilegiadas culturalmente, coloca-se um mundo completamente estranho, cheio de códigos que elas não conseguem decifrar, o que vai dificultar a aprendizagem.

Então, a partir do que coloca Bourdieu sobre o maior impacto do capital cultural em detrimento do econômico no sucesso escolar, pensamos em examinar o peso do capital cultural na relação família-escola. Esta que de acordo com a literatura, é uma variável importante na longevidade escolar do aluno. A partir de dados obtidos através de uma pesquisa de campo iremos tentar compreender até que ponto o capital em questão influencia mais ou menos na participação dos pais na realidade escolar dos alunos.

## **Analisando alguns dados do questionário**

Para o a elaboração da pesquisa utilizamos o método de estudo de caso. A primeira etapa ocupou-se do levantamento bibliográfico e, a partir da leitura, foi elaborado o questionário, A etapa seguinte foi a aplicação do questionário nos 42 pais que compareceram ao evento na Escola.

Antes de nos deter na análise dos dados, é relevante explicar o que foi o Dia da Família na Escola e o que é o método de estudo de caso.

Segundo Mauro Roese (1998), o estudo de caso é um método de pesquisa onde se obtém maior número de informações de um único caso. Diferente de outros métodos como o que segue a pesquisa quantitativa para obter poucas e padronizadas informações sobre um grande número de casos. Tal tipo de abordagem permite entender como e porquê aquelas características específicas que observamos são possíveis. Ela trata, preferencialmente, de instituições ou movimentos sociais e é bastante eficiente na coleta de dados necessários para se estudar os processos de mudança dentro da realidade social.

Roese ainda coloca que a adoção de tal técnica vai se dá quando as questões atingirem um grau de detalhamento, que só a observação da realidade concreta em pleno funcionamento nos permita obter respostas.

O evento foi realizado no dia 18 de maio de 2012, um dia letivo. Ocorreram palestras, apresentações musicais e teatrais feitas pelos alunos, e ainda um sorteio de brindes para as mães.

Partiremos agora para análises dos dados.

**Tabela 1. Escolaridade e renda familiar dos entrevistados<sup>911</sup>**

	Total	Escolaridade					Renda Familiar				
		Não estudou	Funda.	Médio	Superior	NR	Sem renda	Até 1 S.M.	>1 até 2 S.M.	> 2 até 5 S.M.	> 5
Base	42	2	19	17	2	2	1	24	8	8	1
Amostra	100%	4,8%	45,2%	40,5%	4,8%	4,8%	2,4%	57,1%	19%	19%	2,4%

Fonte: Pesquisa direta, maio, 2012.

Analisando as tabelas, é possível verificar a realidade social dos alunos e, dessa forma, compreender o contexto no qual o estudante emerge. Diante disso, torna-se possível repensar o modo pelo qual o ensino tem sido aplicado para os mais variados grupos sociais e os códigos que por vezes não são inteligíveis.

Ao situarmos os alunos fora dos limites do muro da escola, entendemos que eles são emergentes de uma cultura que vai além da escolar.

A baixa renda familiar pode levar os alunos a procurarem se inserir no mercado de trabalho precocemente e, atrelando essa situação às ideias capitalistas de nossa sociedade que induzem cada vez mais a busca pelo consumo, teremos como consequência, um comprometimento no que tange à dedicação aos estudos.

O programa bolsa família é apontado pelos entrevistados como parte da renda, tal programa visa amenizar os impactos da desigualdade social na vida escolar das famílias de baixa renda.

A coleta desses dados foi relevante, pois, como já foi citado acima, o aluno faz parte de vários grupos sociais e, para tentar entendê-lo, é necessário conhecer a realidade em que ele vive.

Nos dedicamos a conhecer um pouco da relação família-escola, pensando como o capital cultural e econômico já mencionado aqui neste artigo, definidos por Bourdieu,

<sup>911</sup> Valor atual do salário mínimo: R\$ 622,00.

pode afetar essa relação. Abaixo iremos descrever e interpretar outras tabelas.

**Tabela 2. O Sr(a) participa ou já participou de algum grupo de pais de alunos ? (%)**

	Total	Escolaridade					Renda Familiar				
		Não estudou	Funda.	Médio	Superior	N R	Sem renda	Até 1 S.M.	>1 até 2 S.M.	> 2 até 5 S.M.	> 5 S.M.
Sim	54,8	--	47,4	64,7	100	50	100	45,8	75,0	62,5	
Não	42,9	100	52,6	35,3	--	--	--	50,0	25,0	37,5	100
N. R.	2,4	--	--	--	--	50	--	4,2	--	--	--

Fonte: Pesquisa direta, maio, 2012.

Dos pais que se fizeram presentes no dia do evento, a maioria declarou já ter participado de grupos de pais de alunos. Isto nos permite compreender que estiveram presentes neste dia aqueles pais que, de modo geral, frequentam mais a escola.

Com base na tabela, podemos notar que, entre os pais que declararam participar ou já ter participado, quanto maior o grau de escolaridade maior a participação. Já quando se refere à renda familiar, há uma oscilação, pois, todos os que não possuem renda já participaram, porém, essa participação cai nos pais que recebem até um salário mínimo e aumenta nos que recebem até 5 salários mínimos, havendo um declínio na participação no caso dos que recebem mais de 5 salários mínimos.

Os dados acerca do acompanhamento dos deveres escolares exteriorizam o valor atribuído à escola pelos familiares dos alunos. O grau de relevância da educação escolar é identificado como uma prioridade elegida e que reflete o interesse dos pais em acompanhar o processo de aprendizagem.

**Tabela 3. Tipos de reuniões que os pais já participaram (%)**

Conselho Escolar	23,8
Plantão Pedagógico	9,5
Voluntários para a limpeza da escola	2,4
Nunca participou	61,9
NR	2,4
Total	100,00

Fonte: pesquisa direta, maio, 2012.

Antes de examinar a tabela, iremos esclarecer o que é Plantão Pedagógico e Conselho Escolar. Este último, pretende cuidar da democratização da escola, pois, prevê a participação de representantes de pais, alunos, professores, funcionários e gestores da escola, tendo ainda como objetivo fiscalizar a manutenção da escola e participar das atividades administrativas e pedagógicas. O Plantão Pedagógico se realiza normalmente no final do semestre. Nesse dia, os pais se dirigem até a escola para se informarem das notas dos filhos. Eles se encontram com todos os professores das respectivas matérias, com as cadernetas para mostrar as notas dos alunos, conforme foi observado pela equipe PIBID Ciências Sociais e consta de nossos relatórios.

Podemos observar na tabela 4 que, 23,8% dos pais participam do conselho escolar, 9,5% participam do plantão pedagógico e 2,4% são voluntários para a limpeza da escola, mas, a maioria dos pais presentes (61,9%) nunca participou dessas atividades.

**Tabela 4. Acompanhamento dos deveres de casa do filho(a), por escolaridade e renda (%)**

	Total	Escolaridade					Renda Familiar				
		Não estudou	Funda.	Médio	Superior	NR	Sem renda	Até 1 S.M.	>1 até 2 S.M.	> 2 até 5 S.M.	> 5 S.M.
Diariamente	52,4	50,0	42,1	70,6	50,0	50,0	100	54,2	50,0	62,5	--
Semanalmente	19,0	50,0	21,1	11,8	50,0	50,0	--	16,7	12,5	37,5	--
De vez em quando	21,4	--	26,3	17,6	--	50	--	20,8	25,0	--	100
Não acompanha	7,1	--	10,5	--	--	--	--	8,3	12,5	--	--

Fonte: Pesquisa direta, maio, 2012.

Podemos observar com os dados acima, que a maior escolaridade parece influenciar mais na disponibilidade dos pais para acompanharem as atividades escolares dos filhos. Quanto a categoria renda não podemos ter essa conclusão. Essa observação ressalta a importância que Bourdieu atribui ao capital cultural, visto que, haverá dificuldades em acompanhar o dever de casa, os pais que não cursaram até o Ensino Médio.

**Tabela 5. Qual é a sua maior dificuldade para acompanhar as atividades do(s) seu(s) filho(s) nesta Escola?**

A própria escolaridade	28,6
Não tem dificuldade	28,6
Por falta de tempo por trabalhar fora de casa	23,8
Por falta de tempo por causa dos afazeres domésticos	7,1
Outro	11,9
Total	100,0

Fonte: pesquisa direta, maio, 2012.

Considerando os dados já apresentados, há um maior número de pais que fizeram apenas o ensino fundamental. Esse fator funciona como uma dificuldade para o acompanhamento das atividades dos filhos, pois, o nível médio, é considerado um pré-requisito para o entendimento das atividades, lembrando que, os pais entrevistados são pais de alunos do ensino médio.

### Considerações Finais

A pesquisa levantou as opiniões dos pais que compareceram ao Dia da Família na Escola. A partir das várias informações levantadas, procuramos entender o conceito de capital cultural na relação entre a família e a escola.

Dentro do universo pesquisado, ficou evidente que ocorre uma variação da participação dos pais na realidade escolar dos alunos, considerando o grau de instrução e a renda familiar dos mesmos.

A maior parte dos pais entrevistados tem até o ensino fundamental e apresenta renda familiar de até um salário mínimo, entretanto, a maioria deles acompanha diariamente os deveres dos filhos e participa de reuniões escolares.

Sendo assim, a pesquisa enriqueceu nossas discussões sobre a importância de considerarmos a herança do capital cultural da família para a educação dos filhos, fazendo com que nós pudéssemos entender melhor a realidade escolar com a qual trabalhamos neste PIBID.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, p.39-79.

BOURDIEU, Pierre. **Los tres estados del capital cultural**. Ciudad Del México: Trilhas, 1980.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/educacao/conselho-de-classe/> Acessado em: 23 de julho de 2012, 19: 39: 00.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **O Conceito “Capital Cultural” em Pierre Bourdieu e a Herança Etnográfica. Perspectiva**, Florianópolis. V.25 n. 2 503-524. Jul/dez. 2007.

DAYRELL, Juarez. (2012), **Juventude, Socialização e Escola**. IN: Dayrell, Juarez. (org.). 2012.Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal. Belo Horizonte: Editora UFMG, P. 298- 321.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins. Nogueira, Maria Alice. **A Sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições**. Educação e Sociedade, ano XXIII, nº 78, abril/2002.

RIBEIRO, Camila campos; Garcia, Solaine Regina. **Participação dos pais na vida escolar de seus filhos**. Sentinela pedagógica, revista do 4º termo de pedagogia do instituto de ensino superior de Bauru. São Paulo. V.0, p. 11, out, 2011.

ROESE, Mauro. **A metodologia do estudo de caso**. IN: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; CORREIA, Maíra Baumgarten (orgs.). Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, v.9, 1998, p. 189-200.

WITTMANN, Lauro Carlos; NAVARRO, Ignez Pinto. **Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%206.pdf> Acessado em: 20:10:01.

ZAGO, Nadir. (2012), **A relação Escola - Família Nos Meios Populares Apontamentos de um Itinerário de Pesquisas**. IN: Dayrell, Juarez. (org.). 2012. Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal. Belo Horizonte: Editora UFMG.

## MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013: UM NOVO TIPO DE MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL?

Sara Angélica Bezerra Gomes

### Introdução

*Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para o futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos. (MELUCCI, 2001, p. 21).*

A história com suas contradições é, ao mesmo tempo, também aquela que inquieta e que pode ir da aparente rotina aos acontecimentos inesperados, revelando no presente experiências do passado e expectativas sobre o futuro. Neste sentido, pensar os movimentos ocorridos no Brasil em junho de 2013 é, antes de qualquer outra questão, pensar nas contradições que as alternativas do tempo presente têm fomentado nas últimas décadas. Dessa forma, em termos históricos, as manifestações de junho refletem as contradições de um mundo pós-industrial. Esse no contexto tem exigido novas interpretações dos sujeitos sociais, de seus movimentos e do lugar do mundo que eles ocupam ou pretendem ocupar. Segundo Melucci (2001, p. 95), os “conflitos pós-industriais, além da novidade dos atores e dos conteúdos, são caracterizados pela sua relação peculiar com os sistemas políticos e com as formas tradicionais de representação”. Dentro dessa perspectiva, os movimentos sociais representam uma espécie de indicador das mudanças do presente.

É possível, então, dizer que a partir das manifestações de junho de 2013 está surgindo uma nova forma de fazer movimentos coletivos no Brasil? Ou o que está mudando é a própria sociedade, mas que ainda assim, continua recorrendo aos movimentos coletivos para expressar seus conflitos? Como caracterizar esses movimentos que recentemente saiu em várias cidades do país – fossem elas capitais ou não, de grande ou de médio porte – para se manifestar? Quais as agendas de reivindicações desses movimentos? E, sobretudo, como os analistas tem procurado explicar seu surgimento, agendas e desdobramento?

Por se tratar de um acontecimento recente, muitas de suas consequências ainda estão sendo avaliadas e sentidas. Por essa razão, pesquisadores, como Maria da Glória Gohn, Marcelo Badaró, Paulo Peres, Marcos Coimbra, entre outros, vêm, através das mídias eletrônicas, tecendo análises para compreender os significados e os horizontes desses movimentos. E neste sentido, buscam compreender as razões de parte da sociedade, ter ido às ruas para participar de manifestações? Como as manifestações de junho repercutiram nos meios de comunicação tradicionais – TV, rádio e jornais impressos? E como esses movimentos foram disseminados pelas redes sociais e pelas diferentes tipos de mídia eletrônica?

Dessa forma, o presente artigo analisa como esses pesquisadores – cujas interpretações foram publicadas nas mídias eletrônicas –, pensaram as manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013. Para o escopo dessa comunicação, alguns desses artigos, comentários, debates e/ou entrevistas, estão sendo utilizados, enquanto fontes

de pesquisa a respeito de como esses movimentos de junho foram avaliados por acadêmicos e analistas políticos\sociais.

### **Manifestações de junho de 2013.**

As manifestações de junho de 2013 ocorridas no Brasil despertaram discussões acerca dos movimentos sociais emergentes no século XXI. A este respeito, muitos estudiosos concordam, de que há algo de diferente nos movimentos ocorridos nestes últimos anos, principalmente, quando se refere aos novos sujeitos que foram até as ruas dar forma as manifestações, assim como, seus motivos, seus interesses e o papel desempenhado pelas mídias eletrônicas e pelas redes sociais nesse processo. A este respeito, Gohn, em artigo sobre “Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade”, faz uma análise das teorias sobre esses movimentos sociais. Para essa pesquisadora:

*Neste novo século a preocupação com as redes sociais e digitais leva as abordagens que as tomam como processos em andamento e busca construir metodologias para captar as conexões entre o global e o local, suas interpretações cognitivas a partir de rastros dados pela comunicação e mídias digitais. (GOHN, 2012, p. 32)*

Em se tratando do Brasil, Gohn afirma que “o uso da teoria da mobilização política está presente, de forma explícita ou não, nas redes temáticas de pesquisa” (2012, p.31). Os movimentos de junho de 2013, dessa forma, analisado a partir dessa perspectiva, não foi somente um movimento de caráter reivindicatório. Nas várias cidades do Brasil, mas especificamente, na cidade de Delmiro Gouveia-AL, por exemplo, vários cartazes feitos por professores, estudantes, comerciantes e os demais participantes, cobravam melhorias na educação, na saúde e, principalmente, o fim da corrupção. Mesmo assim, a dimensão que as manifestações de junho tomaram não pode ser analisada somente a partir desses atos. Antes de tudo, os atores sociais estavam fazendo política, disputando a divisão do poder.

Essa análise, entretanto, não é feita somente por falta de opção, mas também devido ao processo histórico de formação da sociedade brasileira. Os atores sociais foram às ruas fazer um movimento político em junho de 2013, o qual foi resultado de uma ruptura causada por um descompasso, naquilo que Melucci (2001. p. 57), denominou de “expectativas e recompensas”. Mas qual a grande diferença e peculiaridade das manifestações de junho de 2013 ocorridas no Brasil? Para os pesquisadores Maria da Glória Gohn, Paulo Peres e Marcos Coimbra, as manifestações ocorridas em junho, antes de tudo, foi resultado de uma frustração com o sistema representativo brasileiro, de um sentimento de repulsa a toda forma de representação política. Os atores sociais tomaram para si uma identidade de oposição ao sistema representativo, e no decorrer das manifestações, uma das pautas a ganhar grande ênfase foi a da reforma política. Para Gohn, em entrevista publicada na internet.

*Estes movimentos representam todos aqueles que têm, na atualidade, uma profunda falta de confiança em toda forma de política e categoria de políticos. Por isso sua mensagem foi respondida por milhares que uniram-se a eles, indo às ruas. Eles querem outro país onde a ética e política andem juntas. Querem uma revolução na forma de operar a política e não uma reforma ou remendo do que existe.*

*Não confiam na política atual e nem nos políticos. Negam a política atual e isso também é uma forma de propor outra coisa*<sup>912</sup>.

Uma das grandes características dos movimentos ocorridos em 2013, e que também contribuiu para torná-los distintos daqueles deflagrados até então é que os participantes dos movimentos sociais, nos últimos dez anos, parecem não quererem mais fazer parte da política. Posição que tende a ser partilhada tanto por Gohn (2013) quanto por Badaró (2013). As manifestações ocorridas no Brasil representam um exemplo dessa repulsa. Em entrevista também publicada na internet, Paulo Peres, professor de Ciência Política da UFRGS, avalia que ao:

*Contrário do que pode parecer, os “10 dias que abalaram” o Brasil neste mês de junho não foi um raio que surgiu sob um céu azul. Quem acompanha as pesquisas realizadas há anos sobre a avaliação dos brasileiros acerca das instituições representativas, assim como o ativismo de diversas organizações societárias, provavelmente não deve ter se surpreendido com esse levante popular mais consistente, mas sim com o fato de ele ter demorado a acontecer.*<sup>913</sup>

Para Peres, foram múltiplas as razões pelas quais muitos brasileiros saíram às ruas em junho de 2013, mas dentre elas, uma das mais fortes foi à descrença no sistema representativo, nos políticos e nas suas políticas. Os movimentos sociais iniciados por determinados grupos, nesta última década, em especial, na América Latina, tem resultado não só da necessidade de melhorias, mas da vontade de afrontamento com as reformas políticas. E isso tem sido cada vez mais possível, devido ao nível de autonomia adquirido por outras camadas da sociedade e devido a um mundo cada vez mais digital, o qual tem dispensado até mesmo os “grandes líderes”. A antropóloga Marlene Novais, também em entrevista publicada na internet, teceu comentários sobre os movimentos de junho de 2013, nos quais ela questiona:

*O que quer o povo indócil? Não vai ser a Globo quem vai responder isto. Em tempos de redes sociais as análises de textométrica são mais qualificadas para dar as respostas precisas. Os partidos estão acossados pelo povo. Atribuir urgência na resolução da questão da mobilidade social urbana significa afastamento do cerne do problema em direção ao que parece de mais fácil solução. Ninguém quer o ouro de tolos. A massa quer mais que catraca livre, PSOL. Por outro lado, corre a interpretação que o povo enojou-se da política partidária e para este caso a solução seria oferecer a possibilidade de candidaturas de pessoas fora de legendas políticas ou promover a reavaliação funcional dos atuais partidos, algo do tipo trocar nomes antigos para que adquiram novas conotações distantes de seus sentidos originais, assim defende Cristovão Buarque (PDT). De todo modo, quem souber entender os reclames do povo sairá à frente. A reforma política é indiscutivelmente um clamor público. Penso que*

---

<sup>912</sup> GOHN, Maria da Glória. “As manifestações de junho de 2013 e os movimentos sociais”, entrevista de Marcelo Beraba. In: **O Estado de S.Paulo**, 14/07/2013. Disponível em: <http://www.unipress.blog.br/as-manifestacoes-de-junho-de-2013-e-os-movimentos-sociais-por-maria-da-gloria-ghn/>. Acessado em 11/10/2013.

<sup>913</sup> PERES, Paulo. “Análise: protestos geraram aliança política histórica e improvável em Porto Alegre”. In: **UOL Notícias**, 03/07/2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/03/analise-protestos-geraram-alianca-politica-historica-e-improvavel-em-porto-alegre.htm>. Acessado em: 21/10/2013.



*com bandeiras abaixadas devemos partir para esta luta. Não dá mais para ficar elegendo político de rabo preso.*<sup>914</sup>

Além de todas as peculiaridades já apresentadas, as manifestações que ocorreram em junho também puderam, através das novas tecnologias, ter outra organização, possibilitou aos sujeitos expor o que pensavam, ou mesmo discordar do que não aceitavam. Não fosse pelo silenciamento da grande mídia, talvez as manifestações, tivessem alcançado resultados nunca vistos antes na história do Brasil, pois como afirma o pesquisador José Almeida, estas manifestações “não foram um raio em céu azul nem vivíamos numa paz de cemitério. São diárias as pequenas e localizadas as lutas do povo, com os meios que dispõe para enfrentar tudo isto. Uma luta silenciosa, na maior parte sem visibilidade”<sup>915</sup>.

Para Jardim, em artigo sobre “Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política?” – onde ela estuda alguns casos de movimentos ocorridos nesta última década na Espanha e no Chile –. Ainda é cedo para compreender os movimentos sociais na atualidade, e para entender, como reagem e o que querem os seus participantes. Para ela:

*Talvez seja cedo para afirmar que estamos frente a uma nova forma de fazer política, mas certamente os movimentos do ano de 2011 apresentam novidades importantes em relação aos movimentos sociais e às formas de luta política. Pela originalidade das mobilizações, pelo uso das novas tecnologias, pelo tempo que estão conseguindo manter a mobilização, pela juventude de suas lideranças, e principalmente pela ocupação de espaços públicos e transformação desses em espaços de construção de opinião pública. Muitas vezes na história recente dos movimentos sociais elas saíram as ruas em diversos países, mas a maneira como estes movimentos estão tomando a rua parece apontar para uma nova forma de fazer política. (PINTO, 2012, p. 143).*

As análises produzidas sobre os movimentos ocorridos em junho de 2013 no Brasil, mostram que os atores sociais, independentemente de suas origens, começaram a criar espaços para outro tipo de reivindicação dentro da ação coletiva. Para Melucci “um movimento concreto é sempre uma realidade histórica complexa e heterogênea” (2001, p.43). Dessa forma, os movimentos de junho de 2013, envolveram um conjunto de problemas, de atores e de objetivos, os quais não se limitaram, como não poderiam ter se limitado, devido a um novo contexto sócio político, as iniciativas partidárias. Os (novos) atores sociais desse movimento queriam ser escutados, atendidos, e puderam, devido a esse período de difusão tecnológica, agir de forma mais autônoma, cada um com sua pauta, com seus interesses.

### **Um meio para mil faces: a mídia e suas artimanhas.**

---

<sup>914</sup> NOVAIS, Marlene. “A respeito das manifestações ocorridas no Brasil: movimentos sociais baseados em redes ou o que diz a voz do povo”. In: **Blog da Revista Espaço Acadêmico**, 25/06/2013. Disponível em: <<http://espacoacademico.wordpress.com/2013/06/25/a-respeito-das-manifestacoes-ocorridas-no-brasil-movimentos-sociais-baseados-em-rede-ou-o-que-diz-a-voz-do-povo/>>. Acessado em: 12/08/2013.

<sup>915</sup> ALMEIDA, José. “Análise: não é por acaso que estádio da Copa é alvo de protestos em Salvador”. In: **UOL Notícias**, 03/07/2013. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/03/analise-nao-e-por-acaso-que-estadio-da-copa-e-alvo-de-protestos-em-salvador.htm>> . Acessado em 06/10/2013.

*Nas sociedades contemporâneas, apesar da velocidade das mudanças tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações, a centralidade da mídia é tamanha que nada ocorre sem seu envolvimento direto e/ou indireto. Qual teria sido esse envolvimento no desencadeamento das atuais manifestações?*<sup>916</sup>

É impossível pensar as manifestações de junho no Brasil sem relacioná-las as mídias, seja aquela controlada diretamente pelas corporações empresariais, ou aquelas chamadas mídias sociais representadas pela internet, com todas as suas redes de comunicação e informação. Essas últimas décadas, que tem sido marcada pelo uso das várias mídias, ao mesmo tempo em que pode possibilitar aos grupos dominantes atingir seus adversários, também tem possibilitado a divulgação e propagação de vozes e interesses divergentes, que incomodam os dominantes. Dessa forma, pode-se dizer que as mídias assumiram papel central nessas últimas décadas, tornando-se um dos principais agentes mediador dos embates políticos entre os vários grupos de interesses divergentes. Nesse sentido, qual foi o conhecimento produzido pelas mídias durante as manifestações de junho Durante o mês de junho de 2013?

As manifestações de junho foram abordadas de várias formas pelas mídias em diferentes Estados, que deram vários significados para esse acontecimento. Uma pluralidade de informações e ideias foram difundidas desde a grande mídia – TV Globo, Record, SBT, Gazeta – , até as redes sociais – blogs, sites, Facebook –, mas como afirma Venício A. de Lima:

*A primeira reação da grande mídia, bem como das autoridades públicas, foi de condenação pura e simples das manifestações que, segundo eles, deveriam ser reprimidas com ainda maior rigor. No entanto, à medida que o fenômeno se alastrou, autoridades e mídia alteraram a avaliação inicial. A grande mídia, então, passa a cobrir os acontecimentos como se fosse apenas uma observadora neutra, que nada tem a ver com os fatos que desencadearam – para o bem ou para o mal – todo o processo*<sup>917</sup>.

A chamada grande mídia chama atenção devido ao poder e alcance de suas informações. Esta durante os movimentos de junho oscilou de acordo com o contexto e as reações das massas. Segundo Marcelo Badaró,

*Quando das primeiras manifestações, a mídia corporativa procurou justificar a violência da repressão, apresentando todos os manifestantes como “baderneiros”. Na sequência dos acontecimentos, diante do caráter multitudinário das novas manifestações, quando tal posição tornou-se insuportável, a tônica da cobertura mudou: a maioria dos manifestantes tornou-se pacífica, ordeira, cidadãos justamente mobilizados, mas uma minoria de*

---

<sup>916</sup> LIMA, Venício A. de. “Ecos do protesto: as manifestações de junho e a mídia”. In: Observatório da Imprensa, 18/08/2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acessado em 30\08\2013

<sup>917</sup> LIMA, Venício A. de. “Ecos do protesto: as manifestações de junho e a mídia”. In: **Observatório da Imprensa**, 18/08/2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acessado em 30\08\2013.

*“vândalos” e “radicais” justificaria a necessidade da violência repressiva da polícia<sup>918</sup>.*

Com o desenrolar das manifestações, os discursos produzidos pela grande mídia mudaram como uma estratégia de manipulação ainda mais perigosa. A mudança nos discursos da grande mídia, não foi aleatória ou por simpatia as manifestações, mas porque se tornou necessário aos grupos dominantes que estão por trás desse aparato, a oscilação dos discursos. A sociedade precisava acreditar no seu “apoio” para que assim, esta grande mídia conseguisse criar aquilo que Marcelo Badaró caracterizou de “reivindicações de materialidade mais diluída do que a das demandas originais”.

Mas em contrapartida a essa grande mídia, não faltou espaço para a divulgação de demais posições e interesses. Mesmo não tendo o alcance e poder de manipulação, tanto quanto a grande mídia, as mídias sociais puderam contribuir, como analisou o próprio Badaró, Lima e Gohn, com as manifestações de junho. Como afirmou Badaró em entrevista:

*As mídias sociais ampliaram a rapidez com que as informações se difundem, possibilitando convocações mais rápidas para os atos e viabilizando a difusão de informações e denúncias, incluindo imagens (fotos e filmes), que estabelecem um contraponto à imprensa empresarial, continuamente desmentida e questionada através das redes.<sup>919</sup>*

Algumas publicações nessas mídias sociais, porém, não foram para dar força as manifestações, ou para refletir sobre a mesma. Segundo Alexander Martins Vianna.

*Do ponto de vista estilístico, a escrita webjornalística sobre as manifestações de junho tem demandado notícias impactantes como, por exemplo, a depredação do patrimônio público (aliás, fires in the night, em vôos panorâmicos de câmera, têm um especial apelo dramático), pois rende mais clics e compartilhamentos nas redes sociais (e contratos publicitários), particularmente se tais notícias vierem acompanhadas de fotografias igualmente impactantes dos “vandalismos”, da “insegurança pública” e das “pobres pessoas que foram transtornadas em suas volta para casa depois de um dia de trabalho”.<sup>920</sup>*

As várias mídias tiveram um papel imprescindível para as manifestações de junho, decidindo por diversas vezes a própria organização e eclosão das manifestações. Não se

---

<sup>918</sup> BADARÓ, Marcelo. “Junho 2013. Eco das manifestações. Entrevista com Marcelo Badaró”, entrevista concedida à Viviane Tavares. In: **Ecodebate**: cidadania e meio ambiente, 05/07/2013. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2013/07/05/junho-2013-eco-das-manifestacoes-entrevista-com-marcelo-badaro/>>. Acessado em 30/09/2013.

<sup>919</sup> BADARÓ, Marcelo. “Junho 2013. Eco das manifestações. Entrevista com Marcelo Badaró”, entrevista concedida à Viviane Tavares. In: **Ecodebate**: cidadania e meio ambiente, 05/07/2013. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2013/07/05/junho-2013-eco-das-manifestacoes-entrevista-com-marcelo-badaro/>>. Acessado em 30/09/2013

<sup>920</sup> VIANA, Alexander Martins. “Georges Rudé, as multidões de junho no Brasil e as simplificações jornalísticas a seu respeito”. In: **Blog Revista Espaço Acadêmico**, 12/08/2013. Disponível em: <<http://espacoacademico.wordpress.com/2013/06/24/georges-rude-as-multidoes-de-junho-no-brasil-e-as-simplificacoes-jornalisticas-a-seu-respeito/>>. Acessado em 30/08/2013.

pode negar, portanto, que mesmo com todas as manipulações da grande mídia, ou mesmo discursos depreciativos publicados em sites, que não houve espaços para a discordância e divulgação de ideias contrárias. Todos esses embates mediados pelas mídias apresentam como atualmente, essas tecnologias têm interferido no cotidiano das próprias manifestações. Diante dessas novas tecnologias, a opinião não está centrada num único grupo ou interesse. Assim, pode-se falar que estas novas tecnologias contribuíram para um aperfeiçoamento da chamada democracia? Talvez! Mas estas puderam dar vez e voz à pluralidade de ideias, interesses e objetivos dos mais variados grupos que se manifestaram.

## Considerações Finais

As manifestações de junho no Brasil chamaram atenção não só pela dimensão que tomou nas várias cidades brasileiras, mas pelas peculiaridades que foram apresentadas por alguns pesquisadores nesse artigo. Junho de 2013 no Brasil marcou o início de uma série de questionamentos que resultarão em outras análises posteriormente, e não encerrou, portanto, os debates.

As manifestações de junho oferecem, portanto, um campo amplo de possibilidades para estudos, que posteriormente contribuirão para a construção da história desse acontecimento, pois assim como traz Melucci:

*Um movimento em formação fala sempre a linguagem das lutas que o antecederam. Ainda incapaz de definir-se por meio de uma identidade própria, o novo ator coletivo utiliza os símbolos, a experiência organizativa, as formas de ação dos movimentos que vieram antes deles. (2001, p.124).*

As manifestações, dessa forma, mesmo se organizando e se inspirando em torno de um modelo antecedente, carregam em si razões distintas, sujeitos e objetivos distintos, os quais podem passar despercebidos diante do imediatismo, da urgência de se construir análises acerca do agora. Assim, ainda há muito para compreender sobre o acontecimento de junho, mas por hora, é preciso começar a pensar, sobre esses movimentos, sobre o papel dos ativistas, das mídias, do antipartidarismo, entre outras questões e significados. Enfim, tantas questões ainda estão para ser pensadas a partir dessas manifestações, pois como afirma Gohn “o processo está em curso, um novo ciclo apenas iniciou-se, ele deve continuar, indo e vindo, como as ondas do mar”.<sup>921</sup>

## Fontes e Referências Bibliográficas

ALMEIDA, José. “Análise: não é por acaso que estádio da Copa é alvo de protestos em Salvador”. In: **UOL Notícias**, 03/07/2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/03/analise-nao-e-por->

---

<sup>921</sup> GOHN, Maria da Glória. “As manifestações de junho de 2013 e os movimentos sociais”, entrevista de Marcelo Beraba. In: O Estado de S.Paulo, 14/07/2013. Disponível em: <http://www.unipress.blog.br/as-manifestacoes-de-junho-de-2013-e-os-movimentos-sociais-por-maria-da-gloria-gohn/>. Acessado em 11/10/2013.

acaso-que-estadio-da-copa-e-alvo-de-protestos-em-salvador.htm> . Acessado em 06\10\2013.

BADARÓ, Marcelo. “Junho 2013. Eco das manifestações. Entrevista com Marcelo Badaró”, entrevista concedida à Viviane Tavares. In: **Ecodebate**: cidadania e meio ambiente, 05/07/2013. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2013/07/05/junho-2013-eco-das-manifestacoes-entrevista-com-marcelo-badaro/>>. Acessado em 30/09/2013.

GOHN, Maria da Glória. “As manifestações de junho de 2013 e os movimentos sociais”, entrevista de Marcelo Beraba. In: **O Estado de S.Paulo**, 14/07/2013. Disponível em: <http://www.unipress.blog.br/as-manifestacoes-de-junho-de-2013-e-os-movimentos-sociais-por-maria-da-gloria-gohn/>. Acessado em 1\10\2013.

GOHN, Maria da Glória. “Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade”. In: Maria da Glória Gohn e Breno M. Bringel (org.). **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. x-y.

LIMA, Venício A. de. “Ecos do protesto: as manifestações de junho e a mídia”. In: **Observatório da Imprensa**, 18/08/2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acessado em 30\08\2013.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do Presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmos Alves Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NOVAIS, Marlene. “A respeito das manifestações ocorridas no Brasil: movimentos sociais baseados em redes ou o que diz a voz do povo”. In: **Blog da Revista Espaço Acadêmico**, 25/06/2013. Disponível em: <<http://espacoacademico.wordpress.com/2013/06/25/a-respeito-das-manifestacoes-ocorridas-no-brasil-movimentos-sociais-baseados-em-rede-ou-o-que-diz-a-voz-do-povo/>>. Acessado em: 12\08\2013.

PERES, Paulo. “Análise: protestos geraram aliança política histórica e improvável em Porto Alegre”. In: **UOL Notícias**, 03/07/2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/03/analise-protestos-geraram-alianca-politica-historica-e-improvavel-em-porto-alegre.htm>> . Acessado em: 2\10\2013.

PINTO, Célia Regina Jardim. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: Maria da Glória Gohn e Breno M. Bringel (org.). **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p.129-145.

VIANA, Alexander Martins. “Georges Rudé, as multidões de junho no Brasil e as simplificações jornalísticas a seu respeito”. In: **Blog Revista Espaço Acadêmico**, 12/08/2013. Disponível em: <<http://espacoacademico.wordpress.com/2013/06/24/georges-rude-as-multidoes-de-junho-no-brasil-e-as-simplificacoes-jornalisticas-a-seu-respeito/>>. Acessado em 30\08\2013.

# A PINTURA DE ARTISTAS BRASILEIROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA DAS SÉRIES INICIAIS

Simoneide Correia Araujo de Jesus

## INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma reflexão a respeito da proposta de se trabalhar com a diversidade de fontes no ensino de História, particularizando o uso da pintura de autores brasileiros. A nossa intenção é expor a forma como os livros didáticos têm tematizado o passado para a infância a partir dessas fontes, em seguida apontar sugestões de como proceder na articulação entre as diversas formas de acessar o passado tendo como núcleo uma única temática. Elegemos os artistas brasileiros, o paraibano Pedro Américo e dois dos seus famosos quadros: *A independência do Brasil* (1822) e *Tiradentes esquartejado* (1893); Victor Meirelles *A primeira missa no Brasil* (1861), e Oscar Pereira da Silva *Desembarque de Cabral* (1922). Supomos que, regra geral, esses materiais sejam abordados pelos livros como mera ilustração ou como um retrato fiel de um dado momento do passado, como assim entendia o pensamento positivista em relação ao texto escrito. Tentaremos em nossa abordagem chamar atenção para o cuidado com o uso de qualquer fonte histórica pela dificuldade que ela implica. Em que pese à riqueza de leitura sobre o passado, ela exige atenção particular a depender de sua natureza. Cada uma carrega seus códigos próprios de explicação. Chamaremos atenção, por fim, para a importância das orientações da História Cultural na possibilidade de se ter um olhar diverso sobre o passado.

A pesquisa no campo do ensino da história vem abordando questões sobre a aprendizagem dos alunos e a possível possibilidade de utilização de novos recursos pedagógicos que auxiliam nesse processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, pensamos na imagem como um recurso a ser explorado na sala de aula, apontando as particularidades das mesmas para a construção do conhecimento por parte dos alunos.

Partindo dos questionamentos iniciais desse artigo, vamos dialogar com autores como Bittencourt<sup>922</sup> (2011) que aborda os primeiros estudos sobre o Ensino de História, além de tratar das investigações dos livros didáticos nessa área, Fernandes<sup>923</sup> (2005) que sinaliza particularidades sobre os livros didáticos. Além de autores que tratam da fotografia como fonte histórica, que por sua vez são utilizadas pelos livros didáticos, destaco Mauad<sup>924</sup> (1996), Bueno<sup>925</sup> (2004) e Bueno & Guimarães<sup>926</sup> (2012). Esses autores nos auxiliam, nesse estudo preliminar sobre o Ensino de História, uma vez que pretendemos ampliar mais adiante.

---

<sup>922</sup> BITENCOURT, Circe Fernandes. *Abordagens Históricas sobre a História Escolar*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 83-104, jan./abr., 2011.

<sup>923</sup> FERNANDES, José Ricardo Oriá. *Livro Didático e a Pedagogia do Cidadão: o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Ensino de História*. Revista de História - SEACULUM, João Pessoa, jul./ dez. 2005.

<sup>924</sup> MAUAD, Ana Maria. *Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, p. 73-98, 1996.

<sup>925</sup> BUENO, João Batista Gonçalves. *Tecendo Reflexões sobre as imagens pictóricas (do final do Século XIX e início do Século XX) utilizadas nos livros didáticos no Brasil*. <http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/anais/GT0305.htm> ICHS-UFOP, 2004.

<sup>926</sup> BUENO, João Batista Gonçalves; GUIMARÃES, Maria de Fátima. *Educação patrimonial: potencialidades da leitura de imagens visuais de patrimônios culturais em livros didáticos de história*. Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012.

## A UTILIZAÇÃO DA PINTURA COMO FONTE NO ENSINO DE HISTÓRIA

*O conhecimento histórico a ser trabalhado por professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem possui uma natureza complexa, e exige das duas partes envolvidas nesse processo um certo grau de abstração para compreender as transformações que ocorrem nos dois eixos centrais da História, ou seja, no tempo e no espaço. (GEJÃO<sup>927</sup>, 2008, p. 2)*

A utilização da imagem é um relevante recurso para aulas de História, pois vem auxiliar o professor em atividades que promove a aprendizagem dos alunos. As cenas congeladas, embora não devam ser entendidas como uma captação do real podem sugerir novas revisões do passado. Tanto agora como no passado os humanos são diversos, portanto, a forma de capturá-lo não deve ser única. Particularmente as pinturas nos trazem o olhar e a sensibilidade do artista sobre o passado. Neste sentido é uma condição privilegiada. Com a convicção de que esses vestígios, assim como outros, são representações de um dado momento histórico, é possível acessar elemento que se quer o artista pretendia revelar como a vida social, material e cultural do seu tempo.

Os professores são taxativos em afirmarem que a utilização do livro didático é primordial no sua prática pedagógica, considerando que em algumas realidades de ensino, o mesmo, se torna o único recurso para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, particularmente nas redes públicas de ensino. Por sua vez as escolas são contempladas pelo programa de distribuição do livro didático, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE-MEC). O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que se encarrega de distribuir livros didáticos das diversas disciplinas curriculares aos alunos de todas as escolas públicas de ensino fundamental do país.

Fernandes<sup>2</sup> (2005) aponta que mesmo com o advento tecnológico de informação, o livro impresso ainda reina nas salas de aula. Segundo a Câmara Brasileira do Livro (CBL), dados de 1996, os livros didáticos representam 61% dos exemplares vendidos e 55% do faturamento da produção das editoras nacionais. Isso indica que, muitas vezes, o livro didático é o único recurso que o professor dispõe para elaboração e realização de suas aulas, além do ponto chave do próprio currículo, que se guia pelo mesmo.

Direcionamos nosso olhar para o trabalho com imagens dos livros didáticos, como utilizar essa fonte documental, uma imagem congelada que nos diz muito sobre a época, tem implícita ideologias, características sociais e culturais, que só serão compreendidas por meio da mediação do educador.

Mauad (1996) desenvolve um estudo sobre a fotografia e seu lugar na história, a autora aponta a linguagem embutida na imagem. Por sua vez, a fotografia é uma fonte histórica, que exige do historiador, professor, aluno, um processo de compreensão aperfeiçoado a cada leitura, considerando que a imagem, quando colocada no livro didático vem acompanhada de legenda, texto e outras imagens complementares, o que segue a pintura, no contexto do livro didático do ensino fundamental, conturba o entendimento da criança.

---

<sup>927</sup> GEJÃO, Natalia Germano. *Produção do conhecimento Histórico mediado pelo uso da imagem fotográfica – Estudo de caso: primeiro Governo Vargas*. Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR "Patrimônio Histórico no Século XXI". 2008.

*Os textos visuais, inclusive a fotografia, são resultado de um jogo de expressão e conteúdo que envolvem , necessariamente, três componentes: o autor, o texto propriamente dito e um leitor. Cada um destes três elementos integra o resultado final, à medida que todo o produto cultural envolve um locus de produção e um produtor, que manipula técnicas e detém saberes específicos à sua atividade, um leitor ou destinatário, concebido como um sujeito transindividual cujas respostas estão diretamente ligadas às programações sociais de comportamento do contexto histórico no qual se insere, e por fim um significado aceito socialmente como válido, resultante do trabalho de investimento de sentido. (MAUAD<sup>3</sup>, p. 8, 1996).*

Nessa perspectiva análise da imagem tem interpretação individual, pois a fotografia se faz pelo olhar do leitor. A competência para o entendimento da imagem se enquadra no contexto individual, porém traz vestígios coletivos, pois existem regras culturais que conta a história da fotografia. Segundo Mauad<sup>3</sup> (1996), “a fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente”.

Bueno<sup>4</sup> (2004) utilizar a imagem como recurso didático requer condicionamento didático, uma vez que o livro disponibiliza um texto seguido de imagem, como a intenção de engessar o fato histórico. E o papel do professor é desconstruir essa postura, trabalhando outras imagens, contextualizando os acontecimentos e desenvolvendo uma discussão produtiva em sala, na busca de um aprendizado que desperte sentido para os discentes.

*Destacamos que a união texto/legenda/imagem, produzida pelos livros didáticos, resulta em registros históricos que primam pela exclusão da reflexão da imagem do quadro histórico, como documento de uma determinada época. [...] (BUENO<sup>4</sup>, p. 2, 2004).*

Desse modo, no decorrer do texto traremos orientações de como desenvolver um trabalho possível e produtivo com os alunos, em sala, dispondo dos recursos presentes na maior parte das escolas públicas do país.

## **ORIENTAÇÕES PARA O USO DE IMAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Partindo da seleção de imagens para esse artigo, elencamos os artistas brasileiros, Pedro Américo e dois dos seus famosos quadros: *A independência do Brasil* (1822) e *Tiradentes esquartejado* (1893); Victor Meirelles *A primeira missa no Brasil* (1861), e Oscar Pereira da Silva *Desembarque de Cabral* (1922). Desenvolveremos um roteiro de orientação de como trabalhar e direcionar, da melhor forma, a atuação do docente com as imagens no ensino de história.

A primeira sugestão: a exposição desse material em sala não deve ser tratada como mera ilustração ou complemento de uma “lição” como prova ou testemunho. Qualquer imagem carrega em sua produção um conteúdo histórico, que é também uma representação de uma época, tanto quanto um texto escrito. Assim orienta a História Cultural.

Na condição de formador, o professor, precisa conhecer as condições de produção desse material: quem produziu, ano, as linhas teóricas seguidas, as mensagens que



pretendem veicular e as memórias que pretendem deixar para o futuro. Mesmo que esses elementos não sejam abordados com os alunos das séries iniciais, espera-se que o formador os domine, porque, afinal, entende-se formação fora do âmbito da simples “aplicação” ou da “transposição” de metodologias da academia para a escola. Neste caso, seríamos meros executores de algo pensado por outros, e limitando-se a apresentar apenas o “útil” a ser ensinado as crianças.

A segunda orientação é que, quando se trata de imagens refere-se a um tipo de linguagem não verbal, carregada de sentidos, que tem seus códigos próprios, nem sempre capazes de serem explicadas pelas correntes historiográficas, pois a pintura, a fotografia impressa ou cinematográfica, os desenhos, os grafismos, todos atravessam outras discussões ligadas principalmente ao saber artístico, Mauad<sup>3</sup> (1996). Apesar dessa complexidade, os ganhos são importantes no seu uso, do ponto de vista da formação histórica da criança: numa só imagem pode-se sintetizar a discussão de vários conteúdos. Ela capta num só momento um conjunto de leituras, com a possibilidade de desenvolver um gosto estético, um olhar sensível, artístico, pouco visível aos olhos de quem não desenvolveu esta formação.

Segundo Bueno & Guimarães (2012), qualquer imagem revela sinais e rastros do seu tempo ou do tempo em que ela foi produzida. E isso é fundamental que seja trabalhado com os alunos, porque é um artefato humano que carrega uma mensagem, uma intenção, talvez não percebida pelo autor, e a qual somente é vista pelas gerações posteriores. Portanto, fazer uma leitura dos detalhes da imagem e da legenda acaba sendo fundamental, são os primeiros indícios de sua materialidade do passado, cujos detalhes, disposição das pessoas, dos objetos, das cores, dos traços, não estão ali por acaso. Até mesmo uma fotografia que parece ter a intenção de captar o real, mas o ângulo da foto, a escolha do lugar, as pessoas e os objetos não estão distribuídos espontaneamente. Não são gestos gratuitos. E a condição de formador exige esta leitura.

Uma terceira orientação é que, o conjunto de imagens que pode ser explorada em sala de aula não deve ter uma única origem, qual seja, aquela produzida por outros de espaços estranhos à criança. Podem ser também imagens (fotografias) da comunidade, do bairro e das famílias das crianças (em outra ocasião, também explorar correspondências, antigos cadernos, livros, revistas, gibis, e objetos de outra época guardados pela comunidade ou familiares). No caso das imagens, deve-se proceder com a leitura como para qualquer outra mais conhecida ou “famosa”: quem a produziu, o ano, quais as intenções ali contidas, quais as representações de história ou o que se pretendia deixar como legado para as gerações futuras.

Quarta orientação é que essa imagem precisa estar articulada ao conteúdo que cada formador desenvolverá. Neste sentido, trabalhamos com o saber histórico e não necessariamente com o saber artístico. Ele nos auxilia, assim como a literatura. Precisamos dele porque, tudo que o humano deixou de vestígio no passado é uma importante fonte para conhecê-lo. Assim, algumas perguntas são fundamentais: quais saberes se pretende explorar com essa imagem? Quais outras fontes podem ser articuladas com elas, e assim enriquecer mais a formação do aluno? Por exemplo, ao lado de uma imagem posso trazer um trecho da Carta a Cainhas, ou uma poesia como veremos a seguir:

*E quando veio o Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles (os índios) se levantaram conosco e alçaram as mãos, ficando assim, até ser acabado: e então tornaram-se a assentar como nós... e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção.*

Carta de Caminha a El-Rei, 1º de maio de 1500.



A Primeira Missa no Brasil, Victor Meirelles, 1861.

Fontes diversas devem dialogar quando se pretende reforçar uma dada leitura do passado. E se a imagem for uma montagem? Como saber se ela é “real”? Que segurança tenho? Nenhuma! Elas serão sempre fragmentárias, precárias e incompletas, pois até um plágio pode ser objeto de apreciação do passado. Quem me garante que um livro impresso e seu conteúdo não sejam pura invenção? Como garantir o critério de verdade? Uma possibilidade é utilizar fontes diversas, assim cada fonte será colocada à prova.

A primeira Missa no Brasil, de Victor Meirelles (1861), retrata o que para o artista aconteceu o fato, dentro de um contexto do descobrimento do Brasil, onde os nativos índios seriam coniventes e receptivos com os portugueses, não ocorreu nenhum conflito, os gestos realizados ao longo da missa foram imitados pelos índios, indícios de que a manipulação dos portugueses diante dos índios seriam algo fácil e provável a acontecer.

Bueno (2004) cita Coli (1998), que descreve o interesse de Victor Meirelles em sua obra, A primeira Missa no Brasil (1861):

*Meirelles atingiu a convergência rara de formas, intenções e significados que fazem com que um quadro entre poderosamente dentro de uma cultura. Esta imagem do descobrimento dificilmente poderá vir a ser apagada, ou substituída. Ela é a primeira missa no Brasil. São poderes da arte fabricando a História.” (BUENO, 2004, et. al. COLI, 1998, p.380).*

De qualquer modo, é importante lembrar o documento histórico, de qualquer natureza, é resultado de um olhar seletivo que revela e omite, pois carrega as miopias de suas épocas, como lembra Marc Bloch (2001). O Novo Mundo aparece como natureza primitiva quando a vegetação quase virgem toma uma dimensão superior se comparado aos humanos. E quando eles aparecem, surgem como uma extensão dessa mesma natureza, com hábitos e costumes primitivos. Mais uma vez vale mencionar Bloch, o

passado nunca acessamos diretamente, porque nos chega o modo como o sujeito foi levado a interpretar o mundo.

Quinta orientação: as correntes teóricas abordadas em nossas aulas nos fornecem leituras que ajudam a tornar rica a nossa percepção a respeito das imagens. O Positivismo e o Materialismo Histórico Dialético estão em busca de fontes que possam evidenciar a verdade histórica, embora com objetivos completamente divergentes. Neste sentido, regra geral, qualquer fonte é classificada como falsa ou verdadeira, a depender do que se pretende com aquela história contada. Por isso, geralmente desconfiam de determinadas fontes para fazer a história, e um dos problemas se relaciona com a associação entre memória e história, fontes ficcionais e científicas, etc. A literatura, o cinema, a fonte oral, a imprensa, a pintura estão sob suspeitas (desde que produzidas por alguém “engajado”, já orientado pela referida corrente). O problema é a busca da história verdadeira. Por terem ambas matrizes iluministas fazem uma separação radical entre ciência e ficção, ciência e mito. E sempre uma crença quase cega no fato de que ciência, de vertente iluminista, terá uma capacidade insuperável de norrear a verdade para finalmente fazer triunfar um determinado grupo social, quer seja a classe trabalhadora, quer seja a burguesia.

A Escola dos Annales, a História cultural ou a Nova História Cultural nos ajudará a utilizar a diversidade de memórias humanas materiais e imateriais com relação ao fazer e ensinar História. Para tanto, faz a crítica às duas correntes por não conceberem a diversidade de fontes como produção humana que nos tem a informar sobre um determinado momento histórico. Assim, as fontes não se encontram com o mesmo “status” de valor de outras mais prestigiadas como o documento escrito, acreditam positivistas e MHD. Para a Nova História cultural, não há uma espécie de hierarquia de fontes como também de saberes mais e menos importantes na formação humana. No caso das pinturas, por exemplo, a história cultural a entende que por ser uma criação humana, situa-se no campo artístico e que não se compromete com o que a ciência tanto busca: a verdade. Mas nem por isso deixa de ser importante para o fazer e o ensino de História, porque tem ali algumas marcas fundamentais para o trabalho do historiador, como a época de elaboração dessa fonte, as intenções, as condições de produção, inclusive tecnicamente falando. A partir dela posso captar uma forma de ver o passado, desde aspectos mais visíveis, como aqueles vinculados ao pensamento. Vale sempre lembrar fragmentos do poema *A rosa do povo* de Drummond de Andrade: “se eu morrer, morre um certo modo de ver”.

Antes de explorar o conteúdo de uma imagem é necessário saber em quais condições ela foi produzida, quando e com quais intenções. Esta orientação vale sobretudo para as crianças, que ainda não desenvolveram uma capacidade de abstração como o adulto. Antes, é necessário que o aluno seja informado sobre aquele tipo de fonte, que não é uma mera continuidade do texto abordado ao lado. Uma pintura não pode ser tratada como se fosse um texto escrito sobre a história do “Brasil-Nação”, do indígena, da colonização ou da escravidão, por exemplo. Se assim procedo, é como se eu tivesse a dizer para o aluno que ali contém uma imagem verdadeira ou uma “história-verdade”. Mesmo que fosse um texto escrito, ainda assim não carregaria esse conceito de verdade, porque a narrativa sobre um fato, um episódio ou evento sempre carrega a parcialidade ou a perspectiva escolhida para abordar, por isso, não pode ser associado à “verdade”, são representações das relações humanas, a depender do lugar em que seu produtor ocupa, das relações de trabalho, das relações institucionais, das relações de poder de um modo geral e da imagem que ele elabora de si e de sua trajetória. Os níveis de criticidade ali se revelam, para mais ou para menos. Vale lembrar passagens do filme *Morangos Silvestre*, de Ingmar Bergman, quando o personagem não tem receio de cria

uma imagem de si como pessoa bondosa, dócil, tão diversa daquele em que sua nora e seus filhos fazem dele no presente, amarga, mesquinha e rancorosa. E esta autoimagem talvez o mantenha vivo em seus mais de 70 anos. O que se quer dizer com tudo isso é que, de qualquer modo, os humanos impuseram para o futuro imagens de si, quer consideremos verdadeiras ou não, e é em torno dessas perspectivas que pretendemos trabalhar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto tem um caráter preliminar, realizamos um estudo sobre o Ensino de História, sua relação com os livros didáticos e concluindo com as orientações das utilizações das imagens dos livros, na tentativa de ampliar a prática docente e beneficiar os alunos.

Para resumir: Apreciar uma imagem é sempre um momento de prazer. Um deleite que não se resume à contemplação de pessoas ou lugares. Por isso, não tornar a imagem um monumento. Ponha-a em movimento com seu olhar e sua leitura. Indagar sobre o quê, quem, porquê e quais os interesses do registro. Todas as imagens foram produzidas com o objetivo de legar ao futuro certas representações do passado. Ela carrega evidências históricas internas e externas. **Observar que a distribuição dos objetos no espaço da imagem não é gratuita. O lugar dos corpos humanos também não é considerado espontâneo, eles traduzem orientações: linhas de autoridade, de subordinação, de hierarquia, deixando claro a cultura e a política de suas relações sociais**

Reforça-se a importância de se trabalhar imagens com as crianças que ainda não foram alfabetizadas, e também para que elas conheçam história a partir da diversidade de fontes.

## **CINEMA E ENSINO DE HISTÓRIA: A FRANÇA DO SÉCULO XVIII ATRAVÉS DO FILME “PERFUME”.**

*Tercia Fernanda da Silva*

### **História e Ensino de História: uma breve introdução**

O exercício em sala de aula torna-se cada vez mais difícil, afinal, os problemas vinculados a educação em nosso país tem sido notoriamente apontados pelos inúmeros pesquisadores da área. A partir disto, percebemos um esforço destes intelectuais que buscam possibilidades diante da problemática do ensino e aprendizagem, entre outros elementos que estão diretamente vinculados ao cotidiano nas escolas.

Deste modo, os profissionais do ensino de História também aparecem inseridos nestes debates almejando reflexões em torno de procedimentos teóricos metodológicos capazes de promover um ensino da disciplina produtivo e capaz de assumir aspectos críticos e significativos para a formação de cidadãos engajados politicamente.

Claramente esses debates em torno das mudanças teóricas e metodológicas no que diz respeito a História está, sobretudo, vinculado ao percurso que ela percorre desde sua constituição enquanto disciplina, vinculada ao exercício cívico na constituição de uma identidade nacional, fundamentada na perspectiva de civilização e tendo enquanto foco, sobretudo, os grandes marcos. E posteriormente as críticas elaboradas pela *École des Annales* configurando novas significações atribuídas a História, no que diz respeito ao direcionamento do objeto da mesma, suas abordagens e documentos, sendo estes últimos ampliados para tudo aquilo que seja vestígio do homem, desde fotos, objetos pessoais, diários, trajes, músicas, pinturas, filmes, jogos, músicas, entre outros.

Esse exercício através das novas demandas teórico-metodológicas propostas pelos *Annales*, também assumiu o espaço da sala de aula, de maneira que estas fontes foram reconhecidas enquanto recursos para o ensino de História. Este é justamente o caso do cinema, nos seus mais diferentes gêneros. Desde sua invenção pelos irmãos Lumière no final do século XIX, o cinema ganhou espaço na vida dos sujeitos. Hoje a indústria cinematográfica fatura bilhões anualmente, e não apenas isto, possui um papel significativo enquanto veículo de ideias e elementos culturais, tendo séria penetração no universo cotidiano de nossos alunos.

Sob estes aspectos, nosso artigo tem enquanto objetivo tecer algumas reflexões em torno da relação História, Cinema e Ensino de História, a partir da análise do filme *Perfume*. Baseado no romance do escritor Patrick Suskind publicado em 1985, a história foi adaptada para o cinema pelo o diretor Tom Tykwer em 2006, tendo uma grande repercussão no mundo. O enredo da trama é desenvolvido na França do século XVIII e conta a história de um *serial killer*. A escolha do filme partiu justamente do tempo histórico em questão, na busca por trazer reflexões sobre o contexto para os alunos do Ensino Médio, a partir da abordagem em torno do odor, miséria, relações e tensões sociais.

### **Cinema como documento e recurso didático nas aulas de História**

Os recursos didáticos são materiais que auxiliam o docente em sua prática de ensino, ou seja, são dispositivos utilizados em salas de aula que tem a capacidade não só

de informar mais também de instigar no aluno uma reflexão crítica acerca do conteúdo ministrado.

Se pensarmos o ensino sob os métodos positivistas, ainda comum em muitas escolas brasileiras principalmente quando nos referimos ao ensino de História, que se fundamentava em determinados textos escritos como único documento. De tal forma torna-se perceptível o porquê do mais importante recurso utilizado nas escolas seja o livro didático, como fonte histórica, tido como aquele que contém a “verdade absoluta”, quando na realidade o mesmo é apenas mais um instrumento de ensino. Essa visão permaneceu até meados do século XX. As transformações ocorridas durante este século, no campo da historiografia, mas não só, possibilitam a introdução de outros meios. Graças as propostas trazidas pela escola dos *Annales*, sob as figuras de Lucien Febvre e Marc Bloch fundadores do movimento, novas abordagens e metodologias passaram a permear o campo da história.

Essa Nova História produzida pelos *Annales* que veio a substituir a antiga forma de ver e escrever a história trouxe uma multiplicidade de documentos, tudo que envolve ou representa as relações sociais tornam-se fontes. De qualquer forma a cinematografia, durante os anos iniciais do século XX ainda era desprestigiado pelos historiadores como um documento, pois até então o filme era apenas uma simples atração.

De algumas décadas pra cá a utilização do cinema como recurso didático se tornou cada vez mais comum. Levando em consideração que vivemos em um período onde o peso da imagem é bastante significativo e atrativo, principalmente para os jovens alunos, o cinema, um dos grandes representantes dessa era das imagens, tornou-se uma importante ferramenta se usada de forma adequada nas salas de aula, incluindo no ensino de História, pois a cinematografia não faz uso de apenas um discurso, diferentemente dos documentos escritos oficiais exaltados pelos metódicos, de todo modo é plausível afirmar que no momento em que é introduzido na sala de aula o filme não pode ser avaliado como uma produção lúdica, mas sim, como uma fonte de ensino, onde não pode ser levado em consideração apenas as ilustrações.

Tomando por base o pensamento de Marc Ferro, mesmo representando o passado a produção fílmica receberá influências do presente, por quem será direcionado. É o presente que determinará quais informações ou acontecimentos são mais significativos no instante em que se passa a obra e conseqüentemente quais serão inseridos nela e com quais intensões. Cabe ao professor instigar nos alunos uma visão crítica para que eles identifiquem o propósito de tais intensões na produção de determinado filme.

Deste modo, o docente assume papel de mediador, ou melhor, um orientador, que tem como função conduzir os alunos a uma investigação abrangente. Isso fará com que o estudante passe a fazer parte das aulas, não mais como receptor mais sim como um agente ativo e reflexivo. É dever do professor também a mudança de postura nas salas de aula, na forma como as conduz. Ao adotar um filme, independente de qual seja o tema, ele (o professor) deve problematizá-lo e lançar sobre ele seu olhar crítico antes mesmo que os alunos. Não é incomum encontrarmos professores que se utilizam do cinema em suas aulas sem ao menos terem algum conhecimento sobre as teorias cinematográficas, nesses casos tão corriqueiros é mais importante a noção da relação, e articulação, entre o filme, a disciplina e temas abordados, para que o primeiro não sirva apenas como uma mera ilustração.

Sob esta perspectiva, é bom salientar que a teoria cinematográfica é diferente dos métodos críticos. Enquanto a primeira possui uma amplitude que, segundo alguns historiadores torna-se um entrave entre o estudo do cinema propriamente dito e a sua utilização como fonte e/ou recurso de ensino. Segundo Valim, no livro *Novos Domínios da História*, no capítulo onde aborda-se esta relação entre o cinema e a história, é

fundamental que haja um “equilíbrio entre a teoria da cinematografia, a crítica cinematográfica e a história do cinema” o que contribuirá para um estudo mais adequado e eficaz de filmes no campo da história. No outro polo, o dos métodos críticos, os filmes são analisados e descritos segundo a ótica de quem os analisa. Ele apresentará aos leitores, ou mesmo observadores, as interpretações que teve sobre a obra cinematográfica. Retornando para a sala de aula essa função é inicialmente delegada ao professor, que através das suas leituras sobre o determinado filme faz com que os jovens alunos ampliem sua acepção sobre a obra. Portanto, ao fazer suas próprias indagações e análises sobre o filme o professor conscientemente irá provocar nos alunos uma reflexão crítica, não apenas sobre o filme, mas também sobre sua realidade.

Até porque como já havia sido mencionado, os filmes recebem grande influência do presente por isso ao ser feito uma análise historiográfica é necessário que se leve em consideração as relações internas e externas, ou seja, as intenções que permeiam a produção. Não é à toa que para alguns estudiosos da área, o filme diz mais sobre o presente no qual está sendo (ou foi) produzido do que da época narrada por ele. Valim (2012, p. 28) afirma que “A análise das narrativas e do momento de produção dos filmes comprova que estes sempre falam do presente, dizendo algo a respeito do momento e do lugar que constituem o contexto de sua produção”. Compreende-se com isso que a produção fílmica vai de acordo com os interesses dos agentes sociais que os produz. O cinema por muito tempo, e mesmo nos dias de hoje, foi um disseminador da propaganda dos grupos dominantes, com a intensão de induzir as massas a se identificarem com as ideologias políticas que representam. Por essa perspectiva o cinema torna-se um campo minado, caso não haja sobre ele todo um conjunto de interrogações essenciais para uma interpretação e compreensão, resumidamente uma visão crítica.

### **A França do século XVIII sob a ótica do filme *Perfume: A história de um assassino***

A França do século XVIII é tomada por peculiaridades. Não é a toa que há uma vasta gama de obras (livros e filmes) que tem por base tal período da história. Na sua grande maioria as questões sociais e políticas são sempre trazidas à tona. Em *Perfume: a História de um assassino* não é diferente. Mesmo sendo um filme de drama e suspense, ele pode, e será neste trabalho, analisado pelos viés históricos e socioculturais, demonstrando a eficácia de diversos gêneros de filmes no ensino de História, e que não precisa ser necessariamente o filme, uma cópia de um grande acontecimento histórico para que encontremos neles aspectos que possam remontar as relações sociais, culturais e políticas de determinada sociedade e período da história.

O filme conta a história de Jean-Baptiste Grenouille (representado por Ben Whishaw) nascido na Paris, na França – no ano de 1738, num mercado de peixes, onde fora abandonado pela mãe que trabalhava no local. Descoberto o crime de abandono a mãe de Jean-Baptiste foi condenada ao enforcamento em praça pública e o bebe levado para um orfanato onde será explorado quando criança e depois vendido pela dona do orfanato. Inicialmente o filme traz uma narração onde pode ser verificado tanto as condições de vida de parte da sociedade francesa diante da Revolução Industrial que se deu no país, passando assim pela brutalidade do capitalismo em formação. No decorrer do filme as relações de poder e as tensões sociais são enfatizadas tanto na exploração do trabalho infantil das crianças no orfanato quanto, posteriormente, a venda de seres humanos como acontece com o protagonista. Estas cenas que encontram-se ainda no início da produção cinematográfica, podem ser adotadas pelo professor como forma de

exemplificar os diferentes olhares existentes nas relações entre as pessoas num meio social característico da época. O olhar de superioridade sobre o outro se faz assim presente no decorrer do filme, tal como a busca de uma reafirmação de si.

Outro tema recorrente do filme, e que podem ser levados em consideração na análise fílmica nas aulas de História, são as condições de vida e higiene. O “dom” do protagonista de diferenciar naturalmente os mais variados odores que o rodeiam e a intriga que se faz em sua mente de conhecer todos os tipos de cheiros, nos leva a refletir sobre o estado em que se encontrava a Europa, e principalmente da França onde se passa o filme, antes mesmo dos processos de higienização. O século XVIII foi para a França, assim como para muitos lugares da Europa, a época dos fortes odores. Tudo fedia. Tudo parecia ter um odor próprio, característico. As casas, mal arquitetadas com pouca ventilação, fediam a mofo; as chaminés a enxofre; a cozinha a gordura de animais mortos e a alimentos estragados; os quartos aos cheiros das urinas dos penicos. Externamente as praças, as ruas, as calçadas exalavam a mistura dos lixos, das fezes, da urina, dos cadáveres e tudo mais que nelas eram despejados. Toda essa situação pela qual se encontrava a Europa setecentista é produto de vários aspectos anteriores. O crescimento desordenado das cidades, provocado principalmente pelo desenvolvimento do comércio, a falta de uma organização adequada e eficaz do serviço de limpeza nas ruas e, até então, a despreocupação ou mesmo a falta de consciência sobre a importância de uma boa higiene por parte dos indivíduos, são alguns dos fatos que, desde a Idade Medieval, mostram-se responsáveis pelas sujeiras espalhadas pelas ruas europeias e consequentemente dos odores advindos dos amontoados de lixo e dejetos jogados pelas janelas das casas e que desembocavam nas ruas.

Nesses períodos da história o homem, acostumado com o fedor, não tinha uma percepção sobre o que seria o mau cheiro. Ele próprio possuía o seu, um fedor insuportável para os dias atuais. Do corpo, escondido pelas roupas sujas, o suor impregnado, os dentes podres, o cabelo raramente lavado repleto de piolhos e carrapatos lhes caracterizava. Só na segunda metade do século XVIII, com a revolução olfativa começou-se a reconhecer e analisar os diversos e diferentes cheiros. Os que antes eram tolerados, no caso os maus cheiros, passam a ser insuportáveis principalmente para a classe em ascensão: a burguesia, que trazia com si novos valores. Se nos primeiros anos do século XVIII a antropologia mostra-se interessado aos odores dos lugares, dos corpos dos indivíduos em relaciona-los a uma classe social, ou um “status” específico, buscando neles as particularidades que lhes definia. “Ela analisa o odor do idoso, do bêbado, do gangrenoso, do samoiedo, do cavaliço, mas raramente o do miserável.” (CORBIN, 1987), a medicina vem juntamente com outras categorias e essa nova visão burguesa, em fim do século XVIII e durante o século XIX, se voltar a uma análise sobre o pobre e sobre a miséria na qual ele se encontra. Sob essa perspectiva coloca-se o pobre no centro das discursões, o odor vai estar relacionado diretamente com a miséria. O catador de lixo, a prostituta, o proletário, o artesão de terceiro escalão e os excrementos, que evacua do corpo, são os exemplos nítidos da incorporação da miséria. O miserável passa a ser responsabilizado pelo mau cheiro e pela proliferação das doenças que assolaram a França durante esse período. Tendo por base essa visão pode-se entender que o odor do rico diferencia-se do odor do pobre. Dando a entender de que quanto mais rico ou afortunado menos infectado pelo fedor e pelas bactérias seriam.

A burguesia que ascendia deixava transparecer o nojo que sentia do pobre, sendo no conforto de seu lar, longe dos miseráveis, onde se sentirá mais seguro. Se o novo burguês já repudiava o pobre o doente então era nitidamente repellido. O próprio médico, que em seu discurso atribuía as infecções de todos os tipos, incluindo a



microbiana, aos miseráveis – alguém não poderiam comparar a um ser humano por conta do forte odor que exalava – mostrava seu enojamento pelos doentes pobre e pelo local onde habitava. Antes o médico mantinha uma postura neutra, alheio ao nojo, sendo apenas as infecções o que lhes causava certa preocupação e cuidados, entretanto com a revolução olfativa, salientada por Corbin em seu livro *Saberes e odores: o olfato e o imaginário nos séculos XVIII e XIX*, é que o médico passa a demonstrar sem qualquer receio a repulsa que sentirá do miserável e sua casa torna-se uma continua tortura, onde se encontram os amontoados sejam de lixo, sejam de roupas e louças sujas, ou mesmo dos excrementos.

Essa repulsa demonstrada pelo médico, relacionada ao pobre será a mesma que o homem citadino sentirá pelo camponês, quando este migra do campo para a cidade. Ou mesmo permanecendo no meio rural, o homem é visto com total desprezo pelo do urbano e pelo próprio médico. Ao fazer-se essa comparação campo/cidade, observa-se que diferentemente do espaço urbano, o rural, acostumado com seu meio de vida, recusava-se a participar do processo de higienização que se espelhava pela França. Isso se dá principalmente por suas reações com as tradições que lhes impedia de aceitar facilmente as novas normas. O odor exalado, o suor transpirado e logo impregnado é o símbolo da força e da masculinidade do homem do campo. Diferentemente, a cidade preocupa-se com a higiene pública, com as transformações que precisam ocorrer para melhorar as condições de vida da população e principalmente para o bem estar da burguesia, posteriormente seria a vez do foro privado passar por tais processos, pois são a eles atribuídas as ameaças e preocupações que anteriormente marcará o espaço público, segundo o conceito higienista. Enquanto vários países europeus passavam por esse profundo e complexo processo de higienização a França se mantinha quase que intacta a tais métodos. Presa a um passado dos odores corporais, as permanências da privatização de seus excrementos. O povo francês mantém-se avesso à água, a limpeza. Tal repúdio não pode, segundo Alain Corbin, ser explicado apenas pelas suspeitas em torno das novidades que sucederão, ou mesmo pela vagareza da urbanização e da pobreza proveniente dela. Era comum mesmo na década de 1880 as imundícies espalhadas pelas ruas de Paris. Uma tentativa de mudar esse quadro era o ensinamento nas escolas os códigos de higiene, já a partir de 1860, através do controle dos impulsos fisiológicos do corpo. Vale salientar que as práticas de higienização por mais que tenham sido utilizadas por alguns, foram uma minoria. “Na província, o despejo de excrementos sobre os montes de imundícies, isto é, nas calçadas, continua sendo práticas correntes mesmo entre a burguesia.” (CORBIN, 1987).

Entre os anos de 1879 e 1889, em diante, passou-se a se questionar os malefícios provocados pela exalação dos odores ruins. Muitos objetos fétidos antes acusados de provocar doenças foram “inocentados” pelos estudiosos. O olfato foi assim perdendo terreno. A medicina deixou de ser a única a estudar os cheiros e a caracteriza-los, dados espaço a outros segmentos de outras áreas de atuação para a cidade, mesmo por que outras doenças, essa sim atribuição de alguns municípios trouxe à tona as conexões existentes entre os projetos “contrários” dos higienistas e as representações sociais. De toda forma os odores de Paris, já impregnado no solo, nos estabelecimentos, parecem não ter mais solução, mesmo com a reorganização do serviço em 1897. Nem sequer a construção do aqueduto deu jeito no fedor da capital francesa, principalmente no período de intenso verão.

Essas são apenas algumas das características presentes no filme e que podem ser abordadas nas salas de aula para fazer refletir tanto sobre as questões sociais, culturais e políticas na qual a França do século XVIII estava envolta, como das tensões sociais e as relações de poder. É bom lembrar que cada um lança um olhar diferente sobre as coisas

que vê, várias outras peculiaridades podem ser encontradas, dependendo do que se busca na análise do filme, e de quem faz tal análise.

### **Considerações Finais**

Toda a discussão sobre a forma de se utilizar o cinema como recurso para o ensino de História dependerá essencialmente da postura e objetivos que o professor pretende alcançar ao empregar tal metodologia. Usar o filme mais como um recurso ilustrativo do que como um documento histórico à ser “minuciosamente” analisado e com isso problematizado, como tem que ser, seria mais uma perda de tempo. Se não a por parte do professor a intensão de aprofundar na sala de aula uma análise sobre o filme, é mais aconselhável que não o use, pois isso só tirará a atenção dos alunos do que realmente é importante, a apreensão do conteúdo. É certo dizer que esse tipo de recurso (audiovisual) didático nas aulas de História as tornam mais atrativas para os jovens em formação, por isso se usada de forma que os desafie a refletir sobre a época em estudo e fazendo uma ponte até o tempo presente no qual está inserido esse aluno se tornará um ser crítico e não mais passivo sobre o que lhe rodeia.

A utilização de filmes que fujam da monotonia dos documentários longos e cansativos (não que estes não sejam importantes) e que adotem gêneros que recorrentemente estão entre os favoritos desses jovens conseguem lhes prender a atenção, ainda mais, os deixando entusiasmados. Os filmes de drama, ficção e suspense estão entre esses que sempre caem no gosto da população jovem. A exemplo do filme mencionado no decorrer das discursões. Nele, assim como nos textos estudados, percebemos as peculiaridades de cada tempo e espaço. Enquanto o homem do mundo contemporâneo presa pela higiene e o bem estar dos séculos XVIII e XIX é reconhecido principalmente pelo seu cheiro. É ele que caracteriza, determinando sua classe social, seu habitat. O desenvolvimento da cidade trouxe em sua bagagem a podridão, o fedor, sejam nas ruas, nas casas, dentro e fora dos palácios. No privado ou no público. Os maus odores se alastram por todos os lados, causando repulsa, nojo, medo. Em meio à concepção do que seria o fedor, o pobre é colocado como representante desse mau cheiro, em quanto o rico só o repudia. Com as transformações a cidade deixa de ser um símbolo fétido, jogando tal representação para o espaço rural. A gora o homem do campo revestido em seu suor, no esterco, na terra passa a ser o mais novo signo do nojo da burguesia, dos médicos e do próprio cidadão. Enquanto em muitos países ou províncias há essa dualidade, a França, mais especificamente Paris, permanece intacta, seus odores permanecem nítidos aos olfatos.

Resumidamente podemos dizer que em qualquer quer que seja a produção cinematográfica, independente de tempo, espaço e gênero, eles sempre trazem questões que podem acarretar em links diretos entre o passado e o presente e das diversas relações sociais que encontram-se em qualquer que seja a época. Isso não isola o fato de que os discentes precisem ter em mente que o filme é a imagem, em movimento, que representa um local, os ditames de uma sociedade e de seus modos de vida.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário nos séculos XVIII e XIX.** Tradução: Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In. \_\_\_\_\_: **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRANÇA, André Ramos. **Das Teorias do cinema a Análise fílmica**. Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA (Dissertação de pós-graduação), 2002. Disponível em: < <http://www.andrefranca.com>> Acessado em: 10 set 2013.

NAPOLITANO, Marco. **Como Usar o Cinema na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

SÜSKIND, Patrick. Primeira Parte. In:\_\_\_\_\_. **O Perfume**. Tradução: Flavio R. Kotho Rio de Janeiro – São Paulo: Record, s.l.

VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. In\_\_\_\_\_: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VIGARELLO, George. **O limpo e o sujo**: A higiene do corpo desde a Idade Média. Tradução: Babel St. Aubyn. Lisboa: Fragmentos, 1988.

**PERFUME: A história de um assassino**. Produção de Tom Tykwer. Paris: Paris Filmes, 2006. (147 min): 1 DVD, son., color.